



PPA 2024-2027

CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



GOVERNADOR DO ESTADO

Jorginho dos Santos Mello

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Marilisa Boehm

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Cleverson Siewert

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Augusto Puhl Piazza

DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Mayana dos Anjos Damiani

INFORMAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Diretoria de Planejamento Orçamentário

Gerência de Elaboração e Acompanhamento do PPA

E-mail: gepla@sef.sc.gov.br

Fone: (48) 3665 2510

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO CONTEXTO
SOCIOECONÔMICO DO PPA 2024-2027

Adriano de Souza Pereira

Cristina Valdeci Rodrigues

Jeferson Luiz Bittencourt

Luciana Rotolo Gomes

Maria Waleska Silveira Pinho

Centro Administrativo do Governo - Rodovia SC 401 – Km 5, nº 4.600 - Bloco V
Saco Grande II – Florianópolis – SC

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------|-----|
| 1. APRESENTAÇÃO..... | 4 |
| 1.1 Premissas e Ações Estratégicas de Governo..... | 4 |
| 1.2 Dimensões do PPA..... | 5 |
| 1.3 Plano Plurianual: PPA 2024-2027..... | 7 |
| 1.3.1 Composição do Plano Plurianual 2024-2027..... | 8 |
| 1.3.2 Regionalização do PPA 2024-2027..... | 10 |
| 1.4 Metodologia de Elaboração do PPA..... | 13 |
| 2. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO..... | 15 |
| 2.1 Estado de Santa Catarina - Perfil..... | 15 |
| 2.2 Aspectos Demográficos..... | 19 |
| 2.2.1 População de Santa Catarina..... | 19 |
| 2.2.2 População Catarinense de Baixa Renda..... | 22 |
| 2.3 Contexto Econômico..... | 24 |
| 2.3.1 Balança Comercial..... | 24 |
| 2.3.2 Produto Interno Bruto - PIB..... | 30 |
| 2.3.3 Valor Adicionado Bruto – VAB de Santa Catarina..... | 33 |
| 2.3.4 Empresas e Empregos..... | 34 |
| 2.3.5 Setor de Serviços..... | 36 |
| 2.3.6 Setor Industrial..... | 38 |
| 2.3.7 Setor Agropecuário..... | 40 |
| 3. DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO..... | 42 |
| 3.1 Dimensão: Desenvolvimento Social..... | 42 |
| 3.1.1 Educação de Qualidade..... | 42 |
| 3.1.2 Saúde e Bem-Estar..... | 71 |
| 3.1.3 Segurança Pública..... | 109 |
| 3.1.4 Administração Prisional e Sistema Socioeducativo..... | 142 |
| 3.1.5 Defesa Civil..... | 148 |
| 3.1.6 Direitos Humanos..... | 157 |
| 3.1.7 Cultura..... | 177 |
| 3.1.8 Esporte..... | 183 |
| 3.2 Dimensão: Desenvolvimento Econômico..... | 191 |
| 3.2.1 Crescimento Econômico..... | 191 |
| 3.2.2 Ciência, Tecnologia e Inovação..... | 209 |
| 3.2.3 Turismo..... | 245 |
| 3.2.4 Agricultura, Pesca e Maricultura..... | 252 |

| | | |
|-------|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.2.5 | Meio Ambiente | 293 |
| 3.3 | Dimensão: Infraestrutura e Mobilidade | 310 |
| 3.3.1 | Infraestrutura de Transportes, Mobilidade e Obras Civis | 310 |
| 3.3.2 | Energia..... | 366 |
| 3.4 | Dimensão: Gestão Pública | 379 |
| 3.4.1 | Comunicação, Interação com Municípios e Assuntos Internacionais | 379 |
| 3.4.2 | Esforço Legal..... | 392 |
| 3.4.3 | Integridade e Controle | 400 |
| 3.4.4 | Gestão Administrativa e Folha de Pessoal | 431 |
| 3.4.5 | Gestão Fiscal | 571 |
| 3.4.6 | Gestão Previdenciária | 589 |
| 3.4.7 | Demais Áreas..... | 595 |

1. APRESENTAÇÃO

O Contexto Socioeconômico tem como finalidade demonstrar a situação das áreas de atuação do Governo de Santa Catarina, contendo informações sobre a evolução de indicadores de referência que retratam a situação socioeconômica do Estado. Os desafios para transformar Santa Catarina num Estado competitivo se modificam ao longo do tempo e é papel do Governo buscar reduzir as desigualdades sociais e regionais, com o intuito de tornar Santa Catarina um lugar ainda melhor para se viver, visitar, trabalhar e empreender, com eficiência, transparência, cidadania e inovação. Com vistas a alcançar os objetivos do Governo Estadual, se faz necessário realizar o planejamento orçamentário, que se materializa com a elaboração e aprovação do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027.

1.1 Premissas e Ações Estratégicas de Governo

As **premissas** e **ações estratégicas** delineadas para o período 2024-2027 servem como alicerces do planejamento governamental de Santa Catarina. Elas representam os princípios fundamentais e as diretrizes que guiarão as ações do governo durante o quadriênio, assegurando que as políticas públicas sejam alinhadas com as necessidades e expectativas da população catarinense.

As **premissas** são essenciais para garantir uma abordagem integrada e coerente, que promova o desenvolvimento econômico sustentável, a inclusão social e a eficiência na gestão pública e são as seguintes:

- I – gestão pública eficiente e voltada para os catarinenses;
- II – transparência e ética na condução da gestão pública;
- III – cidadania;
- IV – descentralização;
- V – gestão pública moderna e inovadora;
- VI – sustentabilidade social e ambiental;
- VII – governo presente e responsável;
- VIII – estímulo ao desenvolvimento econômico competitivo;
- IX – equilíbrio das contas públicas ou responsabilidade fiscal e social;

Já as **ações estratégicas** delineadas para o quadriênio 2024-2027 refletem um compromisso com a excelência em áreas cruciais para o bem-estar dos catarinenses. Essas ações representam a visão e os valores que guiarão o governo na construção de um Estado mais próspero, seguro e inclusivo e são podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- I – **prioridade para a Educação**: valorização da educação básica e fomento à educação superior comunitária;
- II – **fortalecimento da Saúde**: restabelecimento da infraestrutura hospitalar e do atendimento de média e alta complexidade;
- III – **garantia da Segurança**: promoção da segurança para todos os habitantes do Estado, em colaboração com os órgãos responsáveis;
- IV – **desenvolvimento econômico**: implementação de projetos e políticas públicas que estimulem o desenvolvimento rural, industrial, do comércio e de serviços;
- V – **proximidade com o cidadão**: desenvolvimento das diretrizes do governo em coordenação com os municípios;
- VI – **sustentabilidade fiscal**: crescimento das receitas e contenção das despesas.

1.2 Dimensões do PPA

As dimensões atuam como grandes pilares que orientam a atuação em direção aos objetivos desejados. Elas representam as áreas de foco estratégicas que ajudarão a definir prioridades, alocar recursos e criar políticas de longo prazo. As quatro dimensões-chaves são **Desenvolvimento Social**, **Desenvolvimento Econômico**, **Infraestrutura e Mobilidade** e **Gestão Pública**. Cada dimensão engloba uma série de setores e atividades específicas que, juntos, nos ajudarão a alcançar os objetivos do PPA 2024-2027.

DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Dimensão Social é o pilar que guia o compromisso do governo com o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos de Santa Catarina. Ela engloba ações e políticas voltadas para a educação, saúde, segurança, cultura e direitos humanos, com foco na inclusão social e na redução das desigualdades. Através desta dimensão, o PPA 2024-2027 busca promover uma sociedade mais justa e solidária.

Setores Atividade

- *Acesso à Justiça;*
- *Administração Prisional e Socioeducativa;*
- *Assistência Social e Cidadania;*
- *Cultura;*
- *Esporte;*
- *Educação;*
- *Proteção e Defesa Civil;*
- *Saúde; e*
- *Segurança Pública.*

DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Dimensão Econômica é a espinha dorsal do crescimento sustentável e da prosperidade em Santa Catarina. Ela abrange a promoção do desenvolvimento econômico competitivo, o estímulo ao comércio, indústria, agricultura e turismo, e a busca pelo equilíbrio fiscal. Esta dimensão é essencial para fortalecer a economia do Estado, gerar empregos e aumentar a competitividade no cenário nacional e internacional.

Setores Atividade

- *Agricultura, Pecuária e Pesca;*
- *Ciência, Tecnologia e Inovação;*
- *Comércio Exterior e Atração de Investimentos;*
- *Fomento;*
- *Indústria, Comércio e Serviços;*
- *Meio Ambiente; e*
- *Turismo.*

DIMENSÃO INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

A Dimensão Infraestrutura e Mobilidade é a chave para conectar e integrar o Estado, facilitando o acesso e a mobilidade de pessoas e bens. Ela engloba a melhoria e expansão da infraestrutura de transportes, energia e obras civis, promovendo uma mobilidade eficiente e sustentável. Esta dimensão é vital para o desenvolvimento regional equilibrado e para a melhoria da qualidade de vida em todas as regiões de Santa Catarina.

Setores Atividade

- *Água e Saneamento;*
- *Energia;*
- *Portos, Aeroportos e Ferrovias;*
- *Transportes, mobilidade e obras civis.*

DIMENSÃO GESTÃO PÚBLICA

A Dimensão Gestão Pública é o núcleo de uma administração eficiente e responsável. Ela enfoca a modernização da gestão pública, a transparência, a ética, a integridade e o controle, bem como a gestão fiscal e previdenciária. Esta dimensão é fundamental para garantir que o governo atue de maneira ágil, transparente e responsável, alinhando suas ações com as necessidades e expectativas da população.

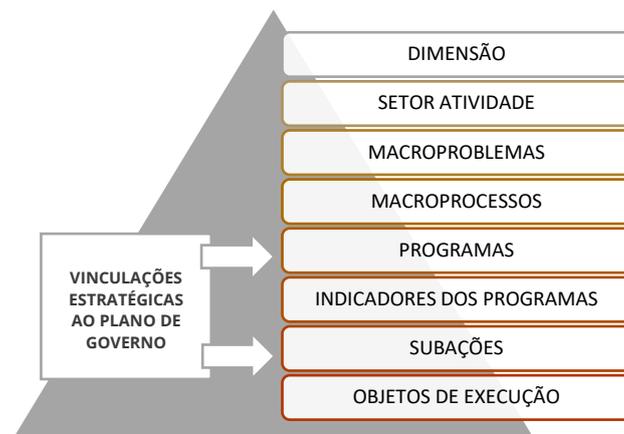
Setores Atividade

- *Comunicação;*
- *Controle e Integridade;*
- *Gestão Tributária e Financeira;*
Relações Federativas;
- *Representação Judicial e Consultoria Jurídica;*
- *Gestão Administrativa.*

1.3 Plano Plurianual: PPA 2024-2027

O Plano Plurianual – PPA do período 2024-2027 está estruturado em: Dimensões, Setores Atividade, Macroproblemas, Macroprocessos, Programas, Indicadores de Programas, Subações e Objetos de Execução. É elaborado no primeiro ano do Governo eleito e sua vigência se inicia no segundo ano do Governo eleito até o primeiro ano do próximo Governo, com o intuito de evitar descontinuidade das ações governamentais.

No PPA 2024-2027 o alinhamento estratégico das ações de Governo será materializado através de vinculações dos Programas de Governo e Subações ao Plano de Governo.



O PPA tem como base legal o artigo 165 da Constituição Federal:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais. § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".

Nesse sentido, o artigo 120 da Constituição Estadual estabelece:

Art. 120. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, estruturados em Programas Governamentais, serão estabelecidos em leis de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º Os planos e programas estaduais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual.



O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 representa um pilar estratégico da administração pública catarinense, estabelecido com base em princípios constitucionais e diretrizes legais. De acordo com os §§ 1º e 2º do artigo 120 da Constituição do Estado, o PPA delinea as diretrizes, programas e ações governamentais para os próximos quatro anos. Cumprindo as disposições legais da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei nº 17.753/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024, o PPA 2024-2027 assume a responsabilidade de materializar os objetivos e demandas da sociedade catarinense de maneira transparente, eficiente e sustentável.

O Decreto Estadual nº 1.534/2021 estabelece o monitoramento das ações realizadas no PPA através do acompanhamento físico e financeiro dos Objetos de Execução, com a finalidade de acompanhar a realização de obras, aquisição de bens e prestação de serviços pelo Governo do Estado, bem como prestar contas no Balanço Geral do Estado – BGE.

Nesse sentido, é importante ressaltar o fortalecimento da transparência do Plano Plurianual do Governo de Santa Catarina promovido pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), por meio da Diretoria de Planejamento Orçamentário, com a disponibilização do Portal do PPA (www.ppa.sc.gov.br), com informações que permitem o monitoramento diário da execução física, financeira e dos indicadores do PPA, valores empenhados, liquidados e pagos, metas e valores apurados dos indicadores, bem como detalhamentos do PPA por Dimensões, Áreas de Governo, Órgãos, Objetivos Estratégicos, Objetivos do Plano de Governo, Funções, Programas, Subações e Objetos de Execução.

1.3.1 Composição do Plano Plurianual 2024-2027

DIMENSÕES

As dimensões orientam a atuação em direção aos objetivos desejados. Elas representam as áreas de foco estratégicas que ajudarão a definir prioridades, alocar recursos e criar políticas de longo prazo. As quatro dimensões-chaves são Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Mobilidade e Gestão Pública.

SETORES ATIVIDADE

Referem-se às diferentes áreas de atuação que compõem um determinado setor ou segmento da sociedade. No contexto do PPA 2024-2027, os setores de atividades são agrupados dentro das quatro dimensões. Ex.: a dimensão Social possui os Setores Atividade: Acesso à Justiça, Administração Prisional e Socioeducativa, Assistência Social e Cidadania, Cultura, Esporte, Educação, Proteção e Defesa Civil, Saúde e Segurança Pública.

MACROPROBLEMAS

Refere-se a um problema de grande escala que afeta uma área ou setor específico e tem impacto significativo na sociedade como um todo. Ele geralmente abrange uma série de problemas relacionados e requer abordagens abrangentes e estratégicas para resolvê-lo.

MACROPROCESSOS

São as principais atividades desenvolvidas dentro da instituição. No contexto do PPA 2024-2027, é crucial identificar e definir claramente essas atividades para garantir a eficácia de nossa atuação, por exemplo, na Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), os macroprocessos finalísticos são: 1. Cumprir medidas judiciais nas esferas penal e socioeducativa; 2. Promover os Direitos Individuais e Coletivos; e 3. Desenvolver reinserção social. Essas atividades centrais ajudam a Secretaria a focar nossos esforços e recursos de forma mais eficiente e eficaz.

VINCULAÇÕES ESTRATÉGICAS

É um elemento importante do PPA 2024-2027, pois garante que os programas e subações estejam alinhados com os objetivos estratégicos do Plano de Governo e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Esta vinculação é fundamental para assegurar que nossas ações estejam em sintonia com as metas de desenvolvimento a longo prazo de Santa Catarina e do mundo.

PROGRAMAS

O Programa é um instrumento de organização da atuação governamental para o alcance de um objetivo e mensurado por indicadores. Visa a solução de um problema, atendimento de necessidades, demandas da sociedade ou aproveitamento de uma oportunidade. No PPA 2024-2027, cada programa é cuidadosamente planejado e implementado para maximizar seu impacto e eficácia. Os programas, no PPA 2024-2027 são divididos em dois tipos: Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços.

INDICADORES DOS PROGRAMAS

Os Indicadores são fundamentais para mensurar e acompanhar os resultados dos nossos programas de forma quantitativa e qualitativa. Eles permitem o acompanhamento do progresso em direção aos objetivos e que se façam os ajustes necessários ao longo do caminho. No PPA 2024-2027, dar-se-á grande importância à definição clara e ao acompanhamento de indicadores relevantes.

SUBAÇÕES

As Subações são as operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. No PPA 2024-2027, cada subação é planejada com cuidado para garantir que ela esteja alinhada com os objetivos do programa e que contribua efetivamente para o seu sucesso.

OBJETOS DE EXECUÇÃO

Os Objetos de Execução são os instrumentos de programação do produto da subação do qual resulta um bem ou serviço destinado a um público-alvo, ofertado à sociedade e/ou ao próprio Estado. Através do objeto de execução ocorre o acompanhamento físico e financeiro detalhado da execução do plano. Este é um componente importante do nosso plano, pois garante transparência, responsabilidade e eficácia.

1.3.2 Regionalização do PPA 2024-2027

A regionalização do Plano Plurianual 2024-2027 segue os agrupamentos estabelecidos nas 21 associações de municípios do Estado de Santa Catarina.

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SC e MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

AMFRI - Região da Foz do Rio Itajaí

| | | | |
|--------------------|----------|------------|------------|
| Balneário Camboriú | Camboriú | Itapema | Penha |
| Balneário Piçarras | Ilhota | Luiz Alves | Porto Belo |
| Bombinhas | Itajaí | Navegantes | |

AMUNESC - Nordeste de Santa Catarina

| | | | |
|------------------------|--------|--------------|----------------------|
| Araquari | Garuva | Joinville | São Bento do Sul |
| Balneário Barra do Sul | Itapoá | Rio Negrinho | São Francisco do Sul |
| Campo Alegre | | | |

AMREC - Região Carbonífera

| | | | |
|------------------|--------------|-----------------|-------------|
| Balneário Rincão | Forquilha | Morro da Fumaça | Siderópolis |
| Cocal do Sul | Içara | Nova Veneza | Treviso |
| Criciúma | Lauro Müller | Orleans | Urussanga |

GRANFPOLIS - Região da Grande Florianópolis

| | | | |
|----------------|------------------------|---------------------------|------------------------|
| Águas Mornas | Canelinha | Nova Trento | São João Batista |
| Alfredo Wagner | Florianópolis | Palhoça | São José |
| Angelina | Garopaba | Paulo Lopes | São Pedro de Alcântara |
| Anitápolis | Governador Celso Ramos | Rancho Queimado | Tijucas |
| Antônio Carlos | Leoberto Leal | Santo Amaro da Imperatriz | |
| Biguaçu | Major Gercino | São Bonifácio | |

AMUREL - Região de Laguna

| | | | |
|-------------------|----------------|--------------------|---------------|
| Armazém | Imaruí | Pescaria Brava | São Martinho |
| Braço do Norte | Imbituba | Rio Fortuna | Treze de Maio |
| Capivari de Baixo | Jaguaruna | Sangão | Tubarão |
| Grão Pará | Laguna | Santa Rosa de Lima | |
| Gravatal | Pedras Grandes | São Ludgero | |

AMURC - Região do Contestado

| | | | |
|--------------|---------------------|----------------------|--|
| Curitibanos | Ponte Alta do Norte | São Cristóvão do Sul | |
| Frei Rogério | Santa Cecília | | |

AMURES - Região Serrana

| | | | |
|---------------------|----------------|-------------|---------------------|
| Anita Garibaldi | Capão Alto | Painel | São José do Cerrito |
| Bocaina do Sul | Cerro Negro | Palmeira | Urubici |
| Bom Jardim da Serra | Correia Pinto | Ponte Alta | Urupema |
| Bom Retiro | Lages | Rio Rufino | |
| Campo Belo do Sul | Otacílio Costa | São Joaquim | |

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SC e MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

AMAI - Alto Irani

| | | | |
|--------------------|----------------|---------------|---------|
| Abelardo Luz | Ipuauçu | Passos Maia | Xanxerê |
| Bom Jesus | Lajeado Grande | Ponte Serrada | Xaxim |
| Entre Rios | Marema | São Domingos | |
| Faxinal dos Guedes | Ouro Verde | Vargeão | |

AMAUC - Alto Uruguai Catarinense

| | | | |
|-----------------|----------|----------------------------|-----------|
| Alto Bela Vista | Ipumirim | Lindóia do Sul | Seara |
| Arabutã | Irani | Peritiba | Xavantina |
| Concórdia | Itá | Piratuba | |
| Ipira | Jaborá | Presidente Castello Branco | |

AMAVI - Alto Vale do Itajaí

| | | | |
|---------------------|--------------|--------------------|------------------|
| Aglolândia | Ibirama | Petrolândia | Salete |
| Agronômica | Imbuia | Pouso Redondo | Santa Terezinha |
| Atalanta | Ituporanga | Presidente Getúlio | Taió |
| Aurora | José Boiteux | Presidente Nereu | Trombudo Central |
| Braço do Trombudo | Laurentino | Rio do Campo | Vidal Ramos |
| Chapadão do Lageado | Lontras | Rio do Oeste | Vitor Meireles |
| Dona Emma | Mirim Doce | Rio do Sul | Witmarsum |

AMARP - Alto Vale do Rio do Peixe

| | | | |
|---------------|-------------|----------------|--------------|
| Arroio Trinta | Ibiam | Matos Costa | Tangará |
| Caçador | Iomerê | Pinheiro Preto | Timbó Grande |
| Calmon | Lebon Régis | Rio das Antas | Videira |
| Fraiburgo | Macieira | Salto Veloso | |

AMERIOS - Entre Rios

| | | | |
|--------------------|----------------|------------------------------|-----------|
| Bom Jesus do Oeste | Flor do Sertão | Riqueza | Saudades |
| Caibi | Iraceminha | Romelândia | Tigrinhos |
| Campo Erê | Maravilha | Saltinho | |
| Cunha Porã | Modelo | Santa Terezinha do Progresso | |
| Cunhataí | Palmitos | São Miguel da Boa Vista | |

AMEOSC - Extremo Oeste de Santa Catarina

| | | | |
|--------------|--------------------|--------------|---------------------|
| Anchieta | Dionísio Cerqueira | Mondaí | São João do Oeste |
| Bandeirante | Guaraciaba | Palma Sola | São José do Cedro |
| Barra Bonita | Guarujá do Sul | Paraíso | São Miguel do Oeste |
| Belmonte | Iporã do Oeste | Princesa | Tunápolis |
| Descanso | Itapiranga | Santa Helena | |

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SC e MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

AMESC - Extremo Sul Catarinense

| | | | |
|---------------------------|-----------------|-------------------|--------------|
| Araranguá | Jacinto Machado | Passo de Torres | Sombrio |
| Balneário Arroio do Silva | Maracajá | Praia Grande | Timbé do Sul |
| Balneário Gaivota | Meleiro | Santa Rosa do Sul | Turvo |
| Ermo | Morro Grande | São João do Sul | |

AMVE – Vale Europeu

| | | | |
|---------------|-----------------|----------------|--------|
| Apiúna | Botuverá | Guabiruba | Rodeio |
| Ascurra | Brusque | Indaial | Timbó |
| Benedito Novo | Doutor Pedrinho | Pomerode | |
| Blumenau | Gaspar | Rio dos Cedros | |

AMMOC - Meio Oeste Catarinense

| | | | |
|------------|----------------|--------------|---------------|
| Água Doce | Ervai Velho | Joaçaba | Ouro |
| Capinzal | Herval d'Oeste | Lacerdópolis | Treze Tílias |
| Catanduvas | Ibicaré | Luzerna | Vargem Bonita |

AMNOROESTE - Noroeste Catarinense

| | | | |
|-----------------|-------|----------------|-----------------------|
| Coronel Martins | Irati | Novo Horizonte | São Bernardino |
| Galvão | Jupia | Quilombo | São Lourenço do Oeste |

AMOSC - Oeste de Santa Catarina

| | | | |
|------------------|------------------|-----------------|-----------------|
| Águas Frias | Cordilheira Alta | Nova Erechim | Santiago do Sul |
| Águas de Chapecó | Coronel Freitas | Nova Itaberaba | São Carlos |
| Arvoredo | Formosa do Sul | Paial | Serra Alta |
| Caxambu do Sul | Guatambu | Pinhalzinho | Sul Brasil |
| Chapecó | Jardinópolis | Planalto Alegre | União do Oeste |

AMPLANORTE - Planalto Norte Catarinense

| | | | |
|---------------------|--------------|---------------|-------------|
| Bela Vista do Toldo | Itaiópolis | Monte Castelo | Porto União |
| Canoinhas | Mafra | Papanduva | Três Barras |
| Irineópolis | Major Vieira | | |

AMPLASC - Planalto Sul de Santa Catarina

| | | | |
|---------------|--------------|-------------|--------|
| Abdon Batista | Campos Novos | Monte Carlo | Zortéa |
| Brunópolis | Celso Ramos | Vargem | |

AMVALI - Vale do Itapocu

| | | | |
|-------------|----------------|----------------------|-----------|
| Barra Velha | Guaramirim | Massaranduba | Schroeder |
| Corupá | Jaraguá do Sul | São João do Itaperiú | |

Fonte: Federação Catarinense de Municípios – FECAM. <https://www.fecam.org.br/associacoes/> (acesso em 31/07/2023)

1.4 Metodologia de Elaboração do PPA

O Plano Plurianual, instrumento de planejamento orçamentário das ações de Governo no médio prazo, estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual. A elaboração do PPA 2024-2027 contou com as seguintes etapas:

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPA

O processo de elaboração do PPA contou com oito etapas distintas: 1ª Etapa de estabelecimento das Base e Diretrizes Estratégicas; 2ª Etapa de Revisão Metodológica e Guia de Elaboração do PPA; 3ª Etapa de Designação das Equipes Setoriais Multidisciplinares e Capacitações EaD; 4ª Etapa elaboração do Perfil Institucional e do Diagnóstico Setorial; 5ª Etapa de Oficinas com Órgãos Setoriais; 6ª Etapa de Elaboração e Revisão dos Programas e Indicadores; 7ª Etapa de Elaboração e revisão das Subações e Objetos de Execução; e 8ª Etapa de Consolidação do Plano Plurianual. Este processo realizou-se sob a coordenação da Diretoria de Planejamento Orçamentário – DIOR da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, o órgão central responsável pela coordenação, orientação e consolidação do planejamento orçamentário do Estado de SC.

1ª Etapa de Base e Diretrizes Estratégicas

A definição das bases e diretrizes estratégicas foram o ponto inicial do desenvolvimento do Plano. Partiu-se do Plano de Governo 2023-2026, que desempenhou um papel central, acompanhado das premissas de estabelecimento de parcerias estratégicas com os municípios do estado e foco nas entregas à sociedade catarinense. Além disso, levou em conta a premissa de equilíbrio fiscal (Pafisc), buscando assegurar a sustentabilidade financeira do Estado e a eficiência na alocação de recursos. Bem como a Agenda 2030 de desenvolvimento humano sustentável.

2ª Etapa de Revisão Metodológica e Guia de Elaboração do PPA

Nesta fase, a equipe técnica conduziu uma análise detalhada dos passos do planejamento, avaliando a aplicação das metodologias, a coerência das informações e a conformidade com as diretrizes legais e estratégicas do novo Governo. Além disso, foram realizadas revisões do *Guia de Elaboração do PPA*, assegurando que estivesse atualizado, abrangente e de fácil compreensão para as equipes setoriais dos órgãos e entidades.

3ª Etapa de Designação das Equipes Setoriais Multidisciplinares e Capacitações EaD

A DIOR/SEF promoveu webinars e reuniões de orientação, delineando as etapas a serem cumpridas, os documentos a serem entregues e os prazos para a inserção de dados no SIGEF. Essa etapa contou com a participação de Órgãos e Entidades da administração direta e indireta, empresas do orçamento de investimento do Poder Executivo, bem como representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado. Ademais, foram recomendadas a realização de capacitações à distância em Planejamento e Orçamento públicos em plataforma EaD.

4ª Etapa de Perfil Institucional e Diagnóstico Setorial

Representando o planejamento estratégico de cada órgão ou entidade, o documento abrangeu apresentação, competências, identidade organizacional, áreas de atuação, análise SWOT, partes interessadas e resultados passados. Já o Diagnóstico Setorial foi o ponto de partida para a elaboração dos programas temáticos do PPA 2024-2027, envolveu uma avaliação do setor para compreender desafios e potencialidades. O levantamento de macroproblemas, tanto retrospectivo quanto prospectivo, auxiliou na identificação das prioridades de intervenção. Essa fase foi crucial para direcionar ações eficazes e relevantes, alinhadas com as necessidades da sociedade catarinense.

5ª Etapa de Oficinas com Órgãos Setoriais

Após a conclusão dos diagnósticos, cada equipe setorial teve a oportunidade de participar de oficinas temáticas específicas para suas respectivas áreas, contando com o suporte técnico da equipe no SEF/DIOR. Durante o período aproximado de três semanas, promove-se cerca de 15 oficinas, sendo a maioria de forma presencial.

6ª Etapa de Elaboração e Revisão dos Programas e Indicadores

A etapa de elaboração/revisão de programas desempenhou um papel fundamental, pois foi o momento de organizar, em termos tático-operacionais, a forma como as diversas secretarias e órgãos mobilizarão ações para fornecer bens e serviços à sociedade catarinense. Nesta etapa foram elaborados e revisados os Programas do PPA e os respectivos indicadores de acompanhamento. O PPA 2024-2027 contempla 86 Programas (71 Programas Temáticos e 15 Programas de Gestão e Manutenção de Serviços do Estado).

7ª Etapa de Elaboração e revisão das Subações e Objetos de Execução

As subações são operações que resultam em produtos (bens ou serviços) que contribuem para o alcance do objetivo de um programa específico. As subações trazem indicativos qualitativos e quantitativos, demonstrando o direcionamento das ações governamentais e a quantidade a ser executada no quadriênio. Cada subação é associada a um programa e deve ser regionalizada sempre que possível. O PPA 2024-2027 totalizou 1.366 subações. Parte destas subações serão acompanhadas de forma física e financeira por meio de Objetos de Execução (instrumento de acompanhamento do produto da subação), com informações detalhadas sobre a realização de obras, aquisição de bens e prestação de serviços pelo Governo Estadual.

8ª Etapa de Consolidação do Plano Plurianual

Nesta fase, culminou-se o processo com a consolidação do Projeto de Lei, incorporando a versão final do PPA, a qual foi remetida à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Este estágio representa o desfecho de todo o ciclo de elaboração, incorporando os elementos-chave definidos ao longo das etapas anteriores e submetendo o resultado ao escrutínio do Poder Legislativo.

2. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Neste capítulo são apresentados indicadores socioeconômicos do Estado de Santa Catarina, segmentados em: 2.1. Perfil resumido de SC: Geografia, População, Indicadores Sociais, Saneamento Básico, Educação, Saúde, Segurança Pública, Acesso à Internet, Frota de Veículos e Mercado de Trabalho; 2.2. Aspectos Demográficos: População e População de Baixa Renda; 2.3. Contexto Econômico: Balança Comercial, PIB, Valor Adicionado, Empresas e Empregos, setores de Serviços, Indústria e Agropecuário.

2.1 Estado de Santa Catarina - Perfil

ASPECTOS GERAIS

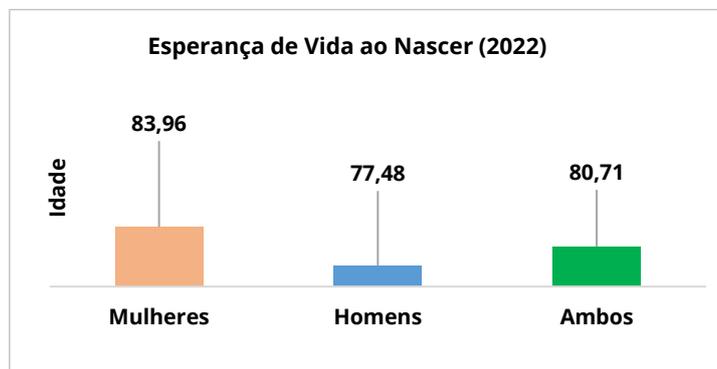


Capital: Florianópolis
Área Territorial: 95.731 km²
População Estimada (2022): 7.762.154 habitantes
Densidade Demográfica Estimada: 81,08 hab./km²
Total de Municípios: 295

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2022

INDICADORES SOCIAIS DE SC

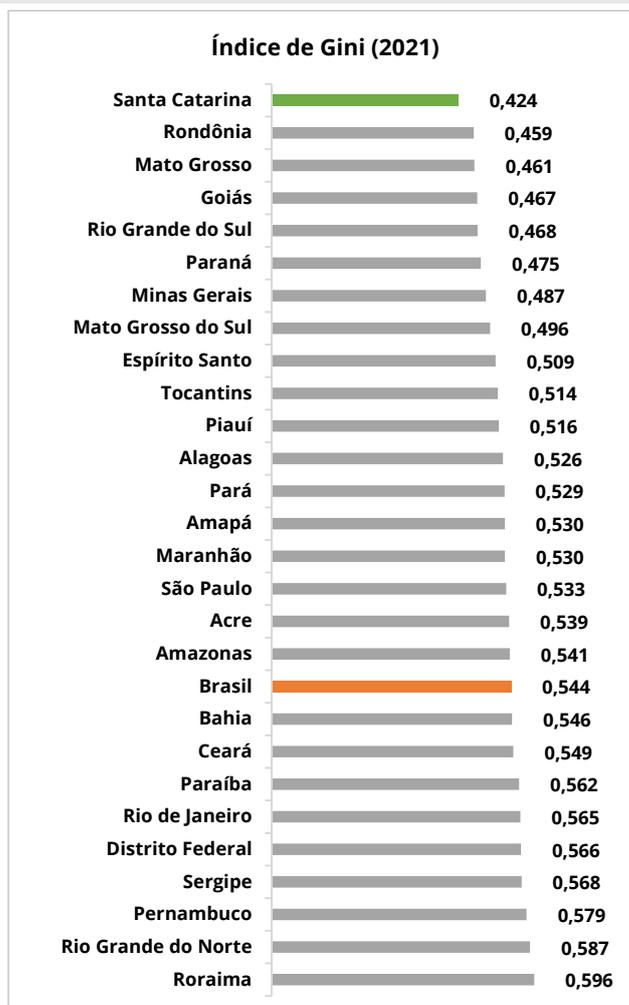
Esperança de Vida ao Nascer (2022): 83,96 anos para mulheres e 77,48 anos para homens.



Fonte: Projeção da População. IBGE. 2022

Índice de Gini (2021): 0,424 - Santa Catarina em 1º lugar, com Menor Desigualdade de Renda em comparação com os demais Estados do Brasil. O índice de Gini trata da distribuição do rendimento real efetivo domiciliar per capita, onde quanto mais perto de 0 maior a igualdade de renda, quanto mais perto de 1 maior a desigualdade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (2021): Santa Catarina alcançou IDHM 0,792, resultando no 3º no Ranking entre os Estados e DF publicado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.



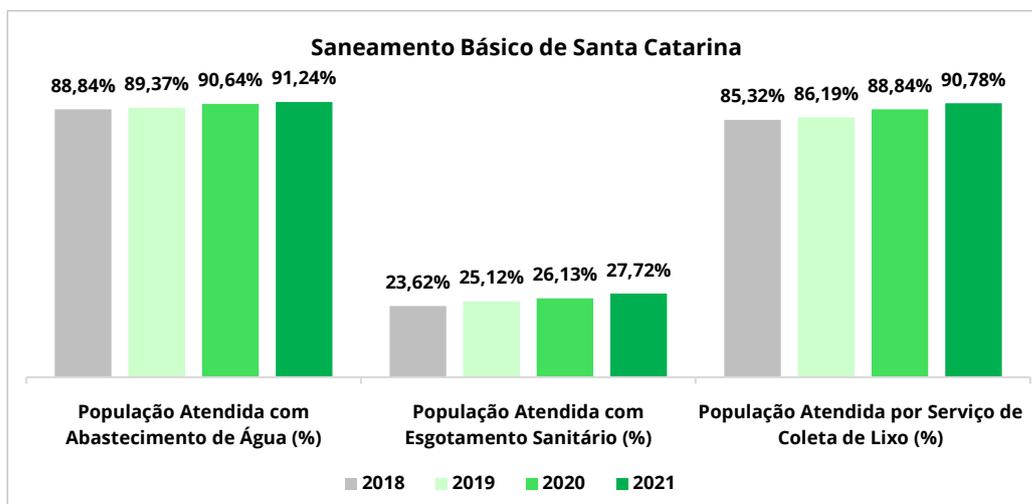
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais. IBGE. 2021

SANEAMENTO BÁSICO DE SC

População Atendida com Abastecimento de Água (2021): 91,24%

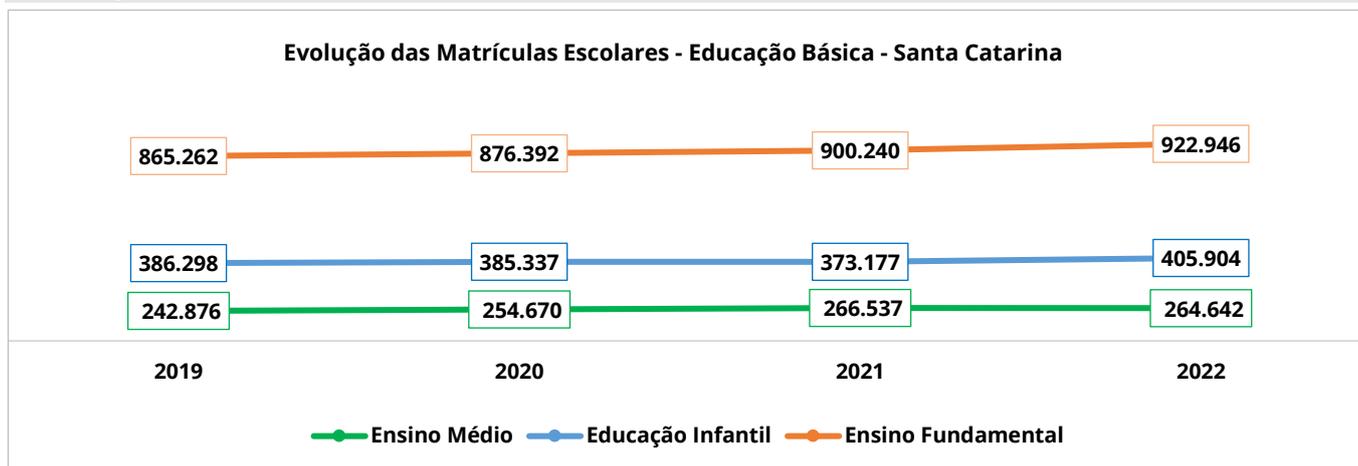
População Atendida com Esgoto Sanitário (2021): 27,72%

População Atendida por Serviço de Coleta de Lixo (2021): 90,78%



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS. 2021

EDUCAÇÃO EM SC



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica. INEP. 2022

| | Brasil | Santa Catarina | Ranking UFs |
|-----------------------------------------------------------------------|----------|----------------|-------------|
| Taxa de Analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais de idade | 6,1% | 2,1% | 2ª menor |
| Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais | 9,8 anos | 10,1 anos | 6ª posição |
| Pessoas com Nível de instrução Superior Completo | 14,4% | 16,0% | 5ª posição |

Fonte: PNAD Contínua Anual. Tabela Educação. IBGE. 2019

| IDEB | Brasil | Santa Catarina | Ranking UFs |
|---------------------------------------------------|--------|----------------|-------------|
| Ensino Fundamental Regular - Anos Iniciais | 5,8 | 6,4 | 1ª posição |
| Ensino Fundamental Regular - Anos Finais | 5,1 | 5,3 | 7ª posição |
| Ensino Médio Regular | 4,2 | 3,9 | 18ª posição |

Fonte: IDEB. INEP. 2021

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB: indicador que relaciona as taxas de aprovação escolar obtidas no Censo Escolar com as médias de desempenho em língua portuguesa e matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB.

SAÚDE EM SC

| Mortalidade Infantil | Brasil | Santa Catarina | Ranking UFs | SC em relação ao Brasil (%) |
|----------------------------------------------|-----------|----------------|----------------------------------|-----------------------------|
| Nascidos Vivos | 2.677.101 | 96.499 | 11ª posição | 3,60% |
| Óbitos Infantis | 31.856 | 891 | 13ª posição | 2,80% |
| Taxa de Mortalidade (por mil Nascidos Vivos) | 11,90 | 9,23 | 27ª posição (menor entre as UFs) | - |

SEGURANÇA PÚBLICA EM SC

| Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes | Brasil | Santa Catarina | Ranking UFs |
|------------------------------------------|--------|----------------|-------------|
| 2019 | 21,70 | 10,71 | 26ª posição |
| 2018 | 27,80 | 11,91 | 26ª posição |
| 2017 | 31,60 | 15,23 | 26ª posição |
| 2016 | 30,30 | 14,24 | 26ª posição |

Fonte: Atlas da Violência. IPEA. 2019



Fonte: Sistema Integrado Segurança Pública - SISP/SC. 2022

ACESSO À INTERNET E TELEFONE

| Acesso à Internet e Telefone (Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC) | Brasil | Santa Catarina | Ranking UFs |
|-----------------------------------------------------------------------------|--------|----------------|-------------|
| Domicílios com acesso à internet | 90,01% | 92,91% | 4ª posição |
| Domicílios com Telefone | 97,02% | 98,37% | 6ª posição |
| Telefone Celular para uso Pessoal (População acima de 10 anos de idade) | 84,42% | 87,71% | 8ª posição |

Fonte: PNAD Contínua Anual. IBGE. 2021

FROTA DE VEÍCULOS - SANTA CATARINA

Total de Veículos (2022):

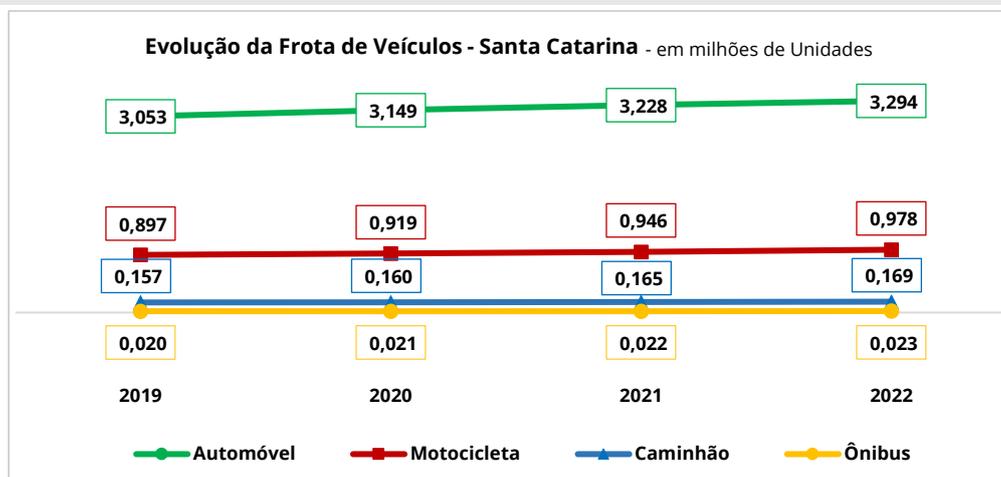
4.463.530 veículos

Automóvel: 3.294.394

Motocicleta: 977.512

Caminhão: 169.008

Ônibus: 22.616

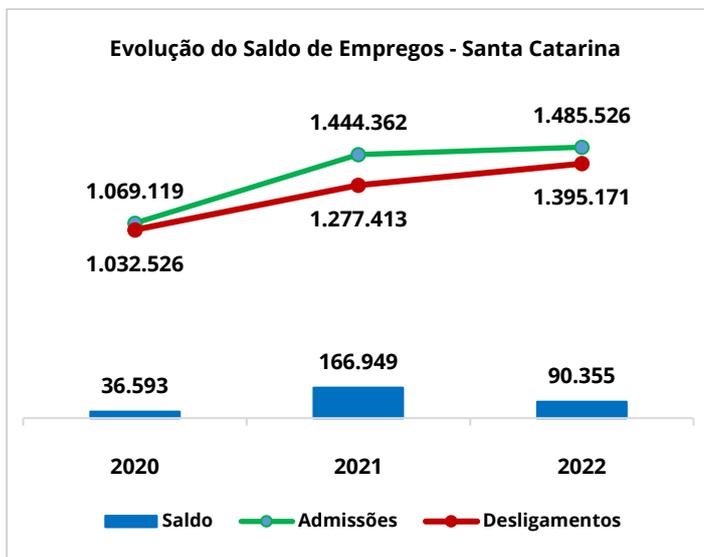


Fonte: Cidades. IBGE. 2022

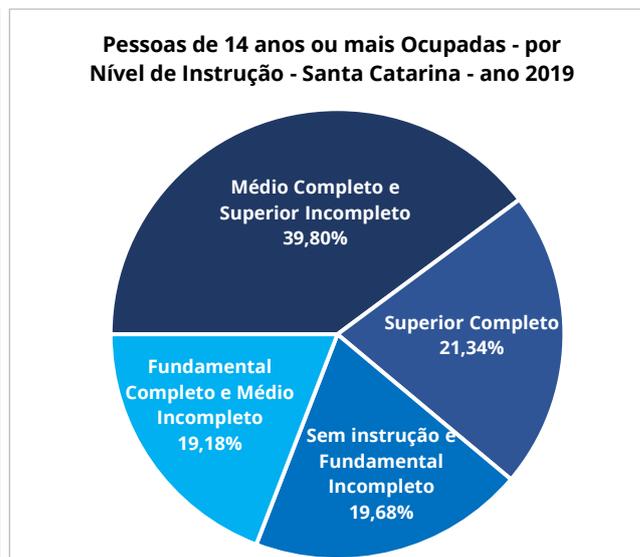
MERCADO DE TRABALHO

Rendimento Mensal Domiciliar Per Capita – Santa Catarina (2021): R\$1.718,00

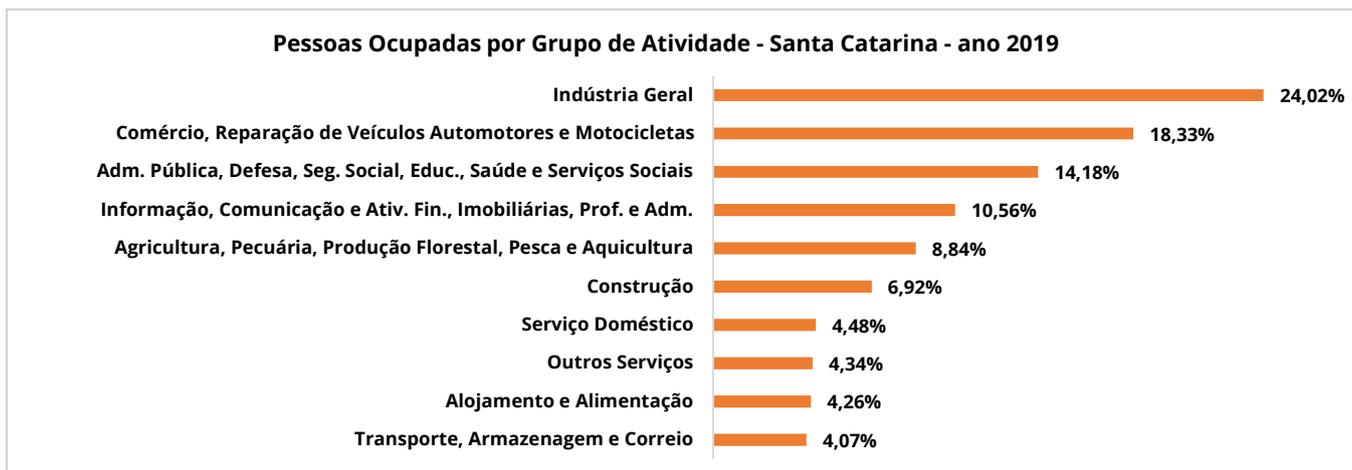
Saldo de empregos em Santa Catarina (2022): 90.355



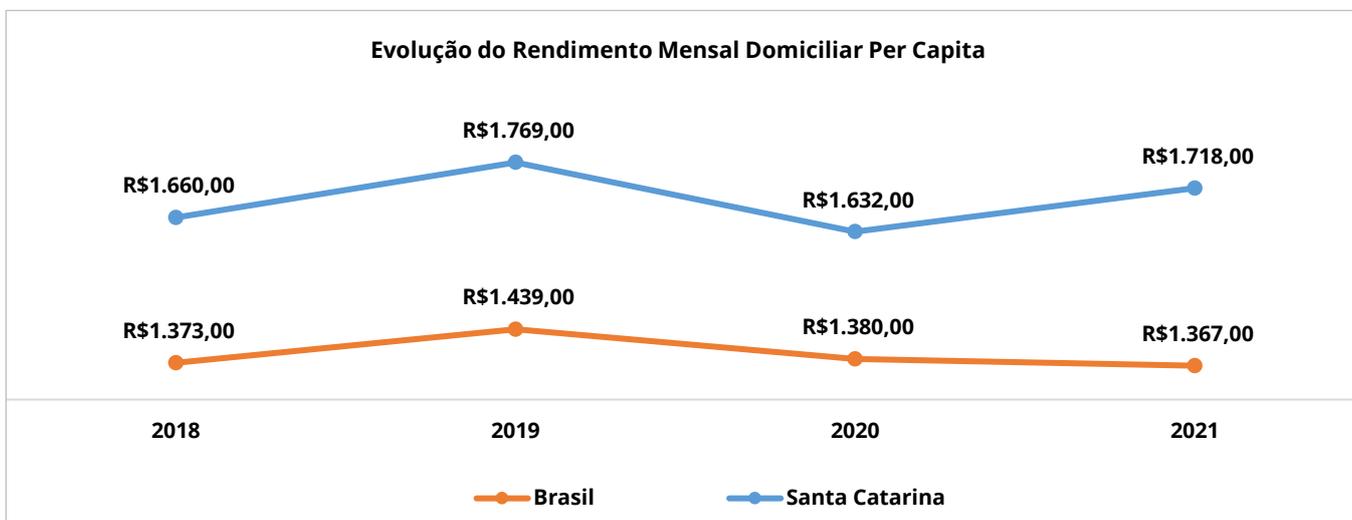
Fonte: Novo CAGED. Ministério do Trabalho. 2022



Fonte: PNAD Contínua Anual. IBGE. 2019



Fonte: PNAD Contínua Anual. IBGE. 2019



Fonte: PNAD Contínua Anual. IBGE. 2021

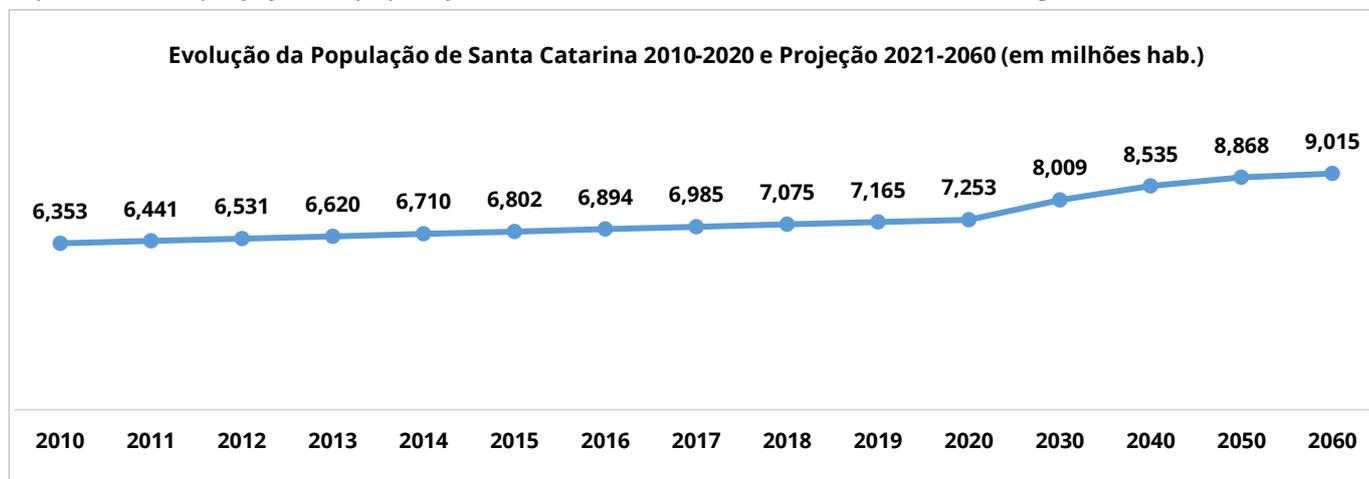
2.2 Aspectos Demográficos

Principais informações populacionais do Estado de Santa Catarina, tais como: evolução e projeção da população, população por gênero e faixa etária, população com mais de 90 anos, índice de dependência e população de baixa renda.

2.2.1 População de Santa Catarina

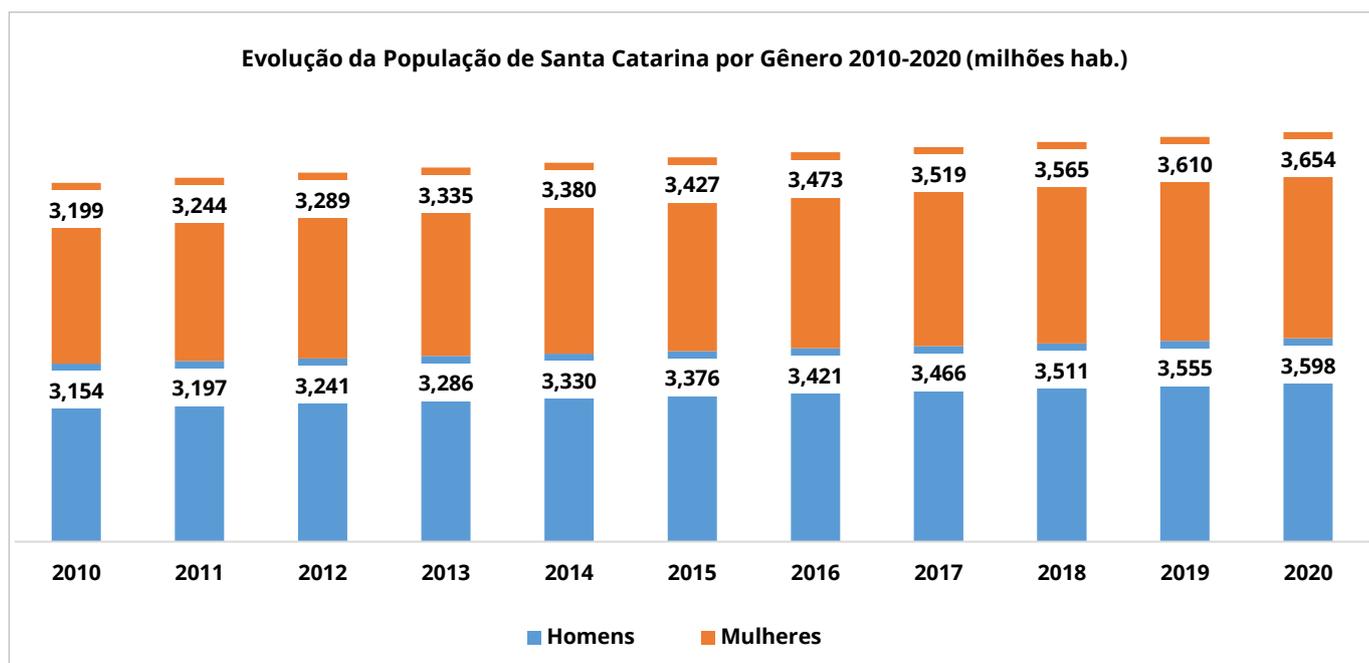
PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DE SC

População estimada de Santa Catarina em 2022 de 7.762.154 milhões de habitantes, com projeções de alcançar 8 milhões de habitantes no ano de 2030 e ultrapassar 9 milhões em 2060. Informações de 2021 à 2060 representam a projeção da população de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.



Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

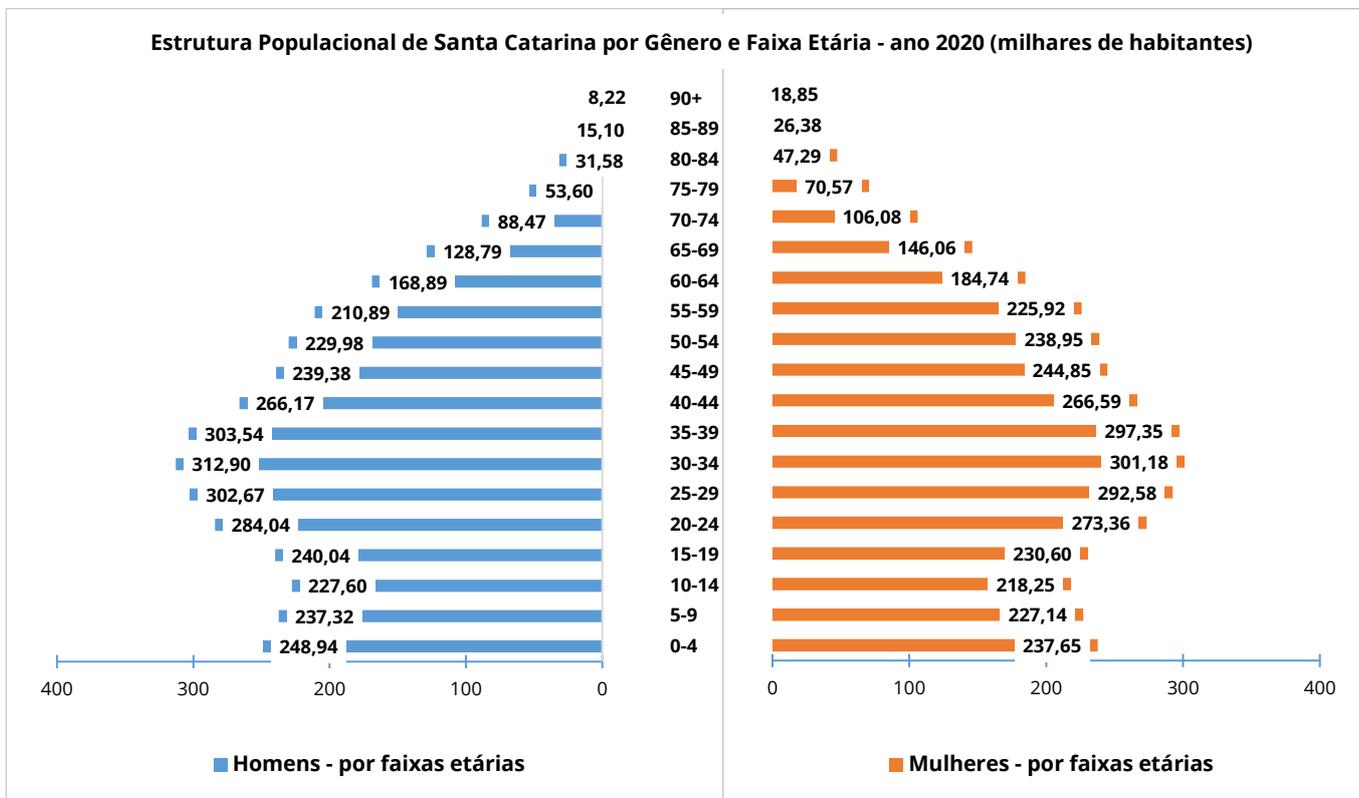
A Evolução da população por gênero demonstra a manutenção de um equilíbrio na proporção entre Mulheres (50,39%) e Homens (49,61%) em 2020. Em 2010 totalizaram 50,36% Mulheres e 49,64% Homens.



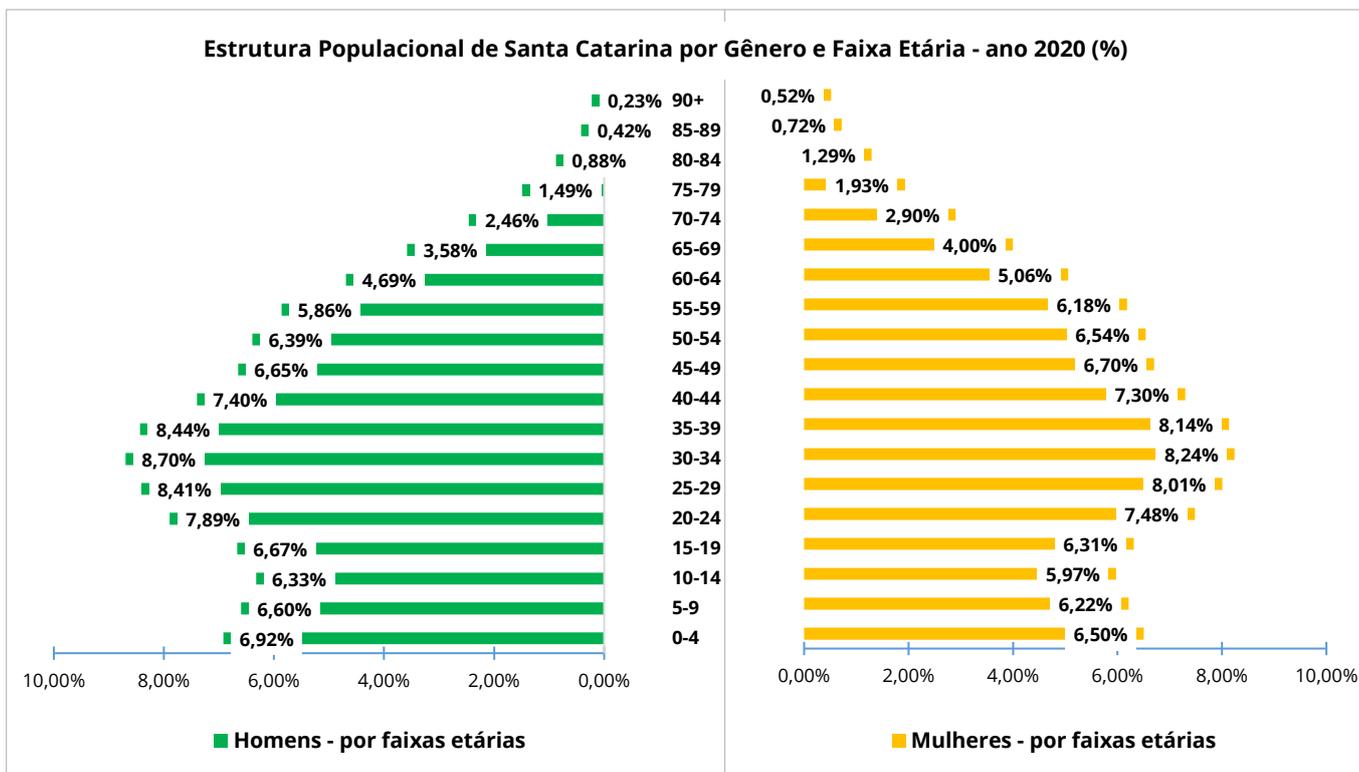
Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

ESTRUTURA POPULACIONAL DE SC POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA

A Estrutura populacional de SC em 2020 demonstra uma concentração de 31,86% das Mulheres e 33,44% dos Homens nas faixas etárias de 20 à 39 anos.



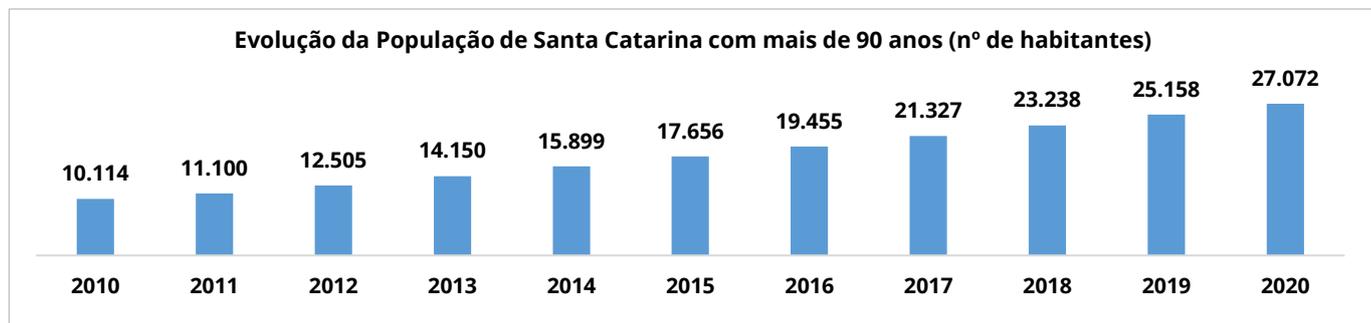
Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020



Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

POPULAÇÃO COM MAIS DE 90 ANOS EM SC

Em Santa Catarina o número de pessoas com idade superior a 90 anos no período 2010-2020 cresceu numa média de 10,36% ano a ano. Eram 10.114 pessoas no ano 2010, evoluíram para mais 21 mil pessoas em 2017, e totalizaram 27.072 pessoas em 2020.



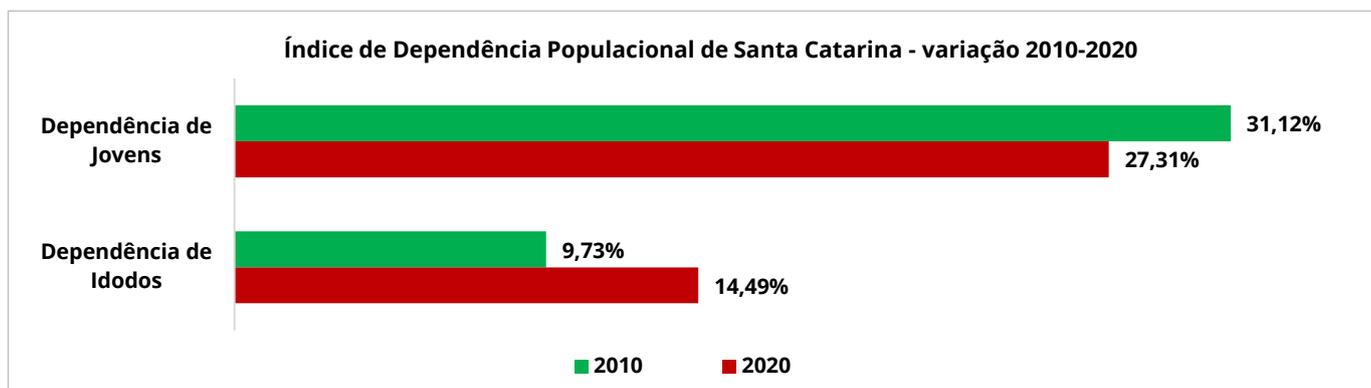
Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO

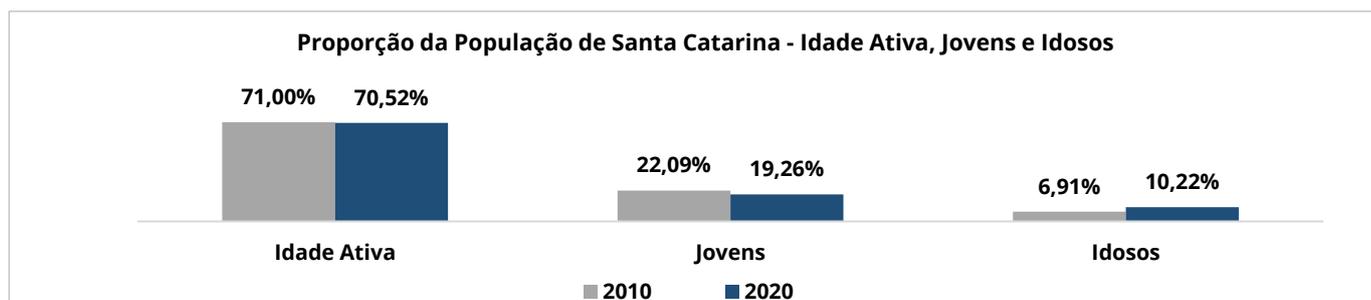
Índice de Dependência de Idosos: relação entre o número de Idosos (população com 65 ou mais anos) e a população em Idade Ativa (população entre 15 e 64 anos).

Índice de Dependência de Jovens: relação entre o número de Jovens (população entre zero e 14 anos) e a população em Idade Ativa.

Em Santa Catarina no período 2010 à 2020 houve um incremento no índice dependência de Idosos na ordem de 4,75 pontos percentuais (p.p.), de 9,73% em relação a população em Idade Ativa no ano de 2010, para 14,49% no ano 2020. Além disso, o índice de dependência de Jovens reduziu 3,80 p.p., de 31,12% em relação a população em Idade Ativa em 2010, para 27,31% em 2020. Os números refletem o fenômeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento do número de idosos (de 6,91% para 10,22%) e pela redução da população jovem (de 22,09% para 19,26% da população total).



Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

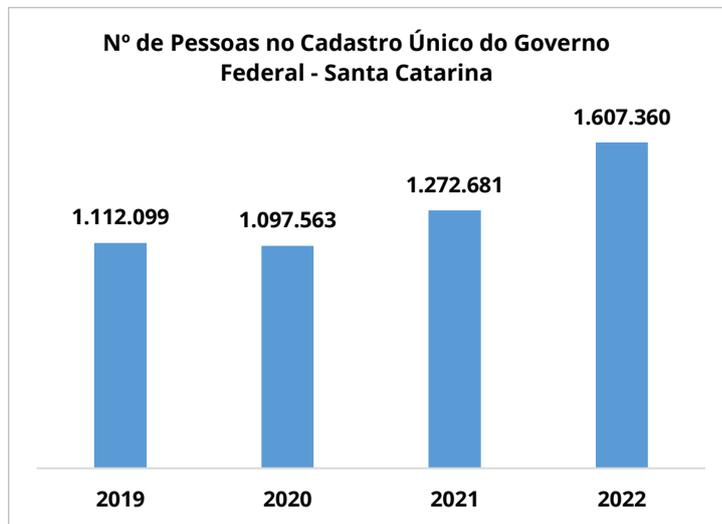


Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

2.2.2 População Catarinense de Baixa Renda

O Cadastro Único de programas sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica as famílias de baixa renda, agregando informações sobre a realidade socioeconômica desta população. Em Santa Catarina no período 2019-2022 houve uma variação de 44,53% no Cadastro Único, totalizando um incremento de 495.261 pessoas.

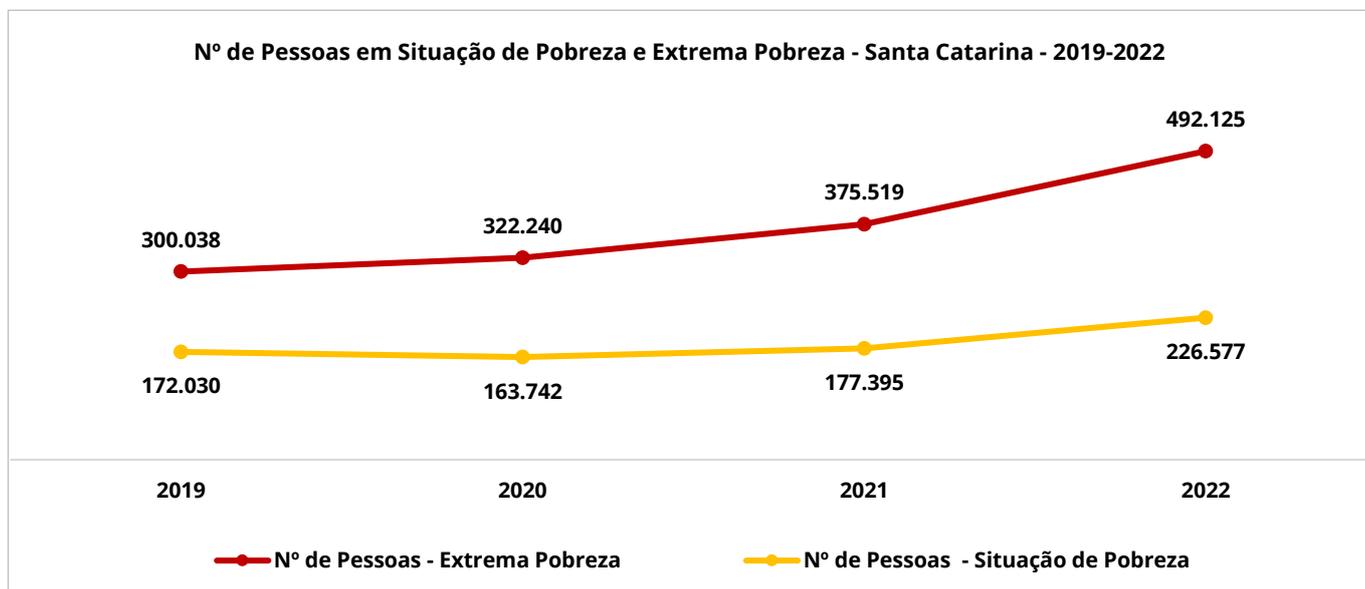
| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| População SC (2022) | 7.762.154 |
| Nº de Pessoas no Cadastro Único do Governo Federal - Santa Catarina (dez/2022) | 1.607.360 |
| População de Baixa Renda em SC (nº de Pessoas no Cadastro Único / População Total) (dez/2022) | 20,71% |
| População em Extrema Pobreza em SC (nº de Pessoas em Extrema Pobreza/ População Total) (dez/2022) | 6,34% |
| População em Situação de Pobreza em SC (nº de Pessoas em Situação de Pobreza/ População Total) (dez/2022) | 2,92% |



Fonte: Sec. Avaliação e Gestão da Informação (Sagi). Gov. Federal. 2022

Situação de Extrema Pobreza: Pessoas em famílias com renda per capita mensal até R\$ 109,00.

Situação de Pobreza: Pessoas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 109,01 até R\$ 218,00.

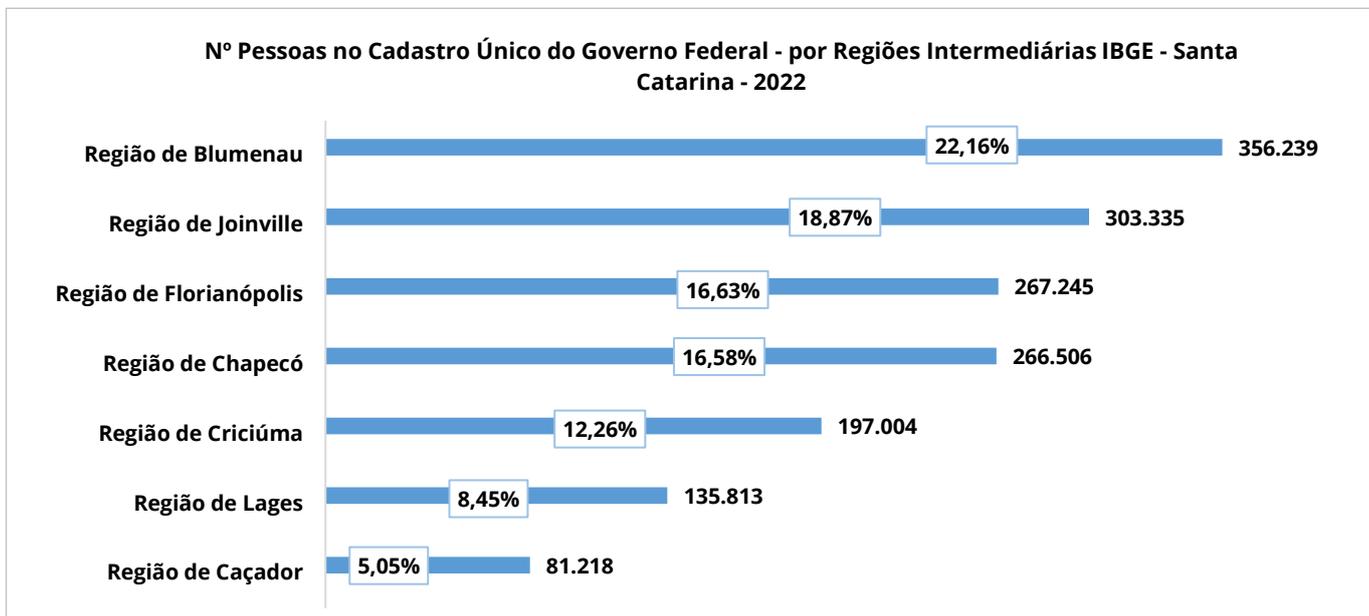


Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi). Governo Federal. 2022

Em Santa Catarina no período 2019-2022 houve uma variação de 64,02% no número de Pessoas em Extrema Pobreza, totalizando um incremento de 192.087 pessoas. O número de Pessoas em Situação de Pobreza variou 31,71%, com o ingresso de 54.547 pessoas.

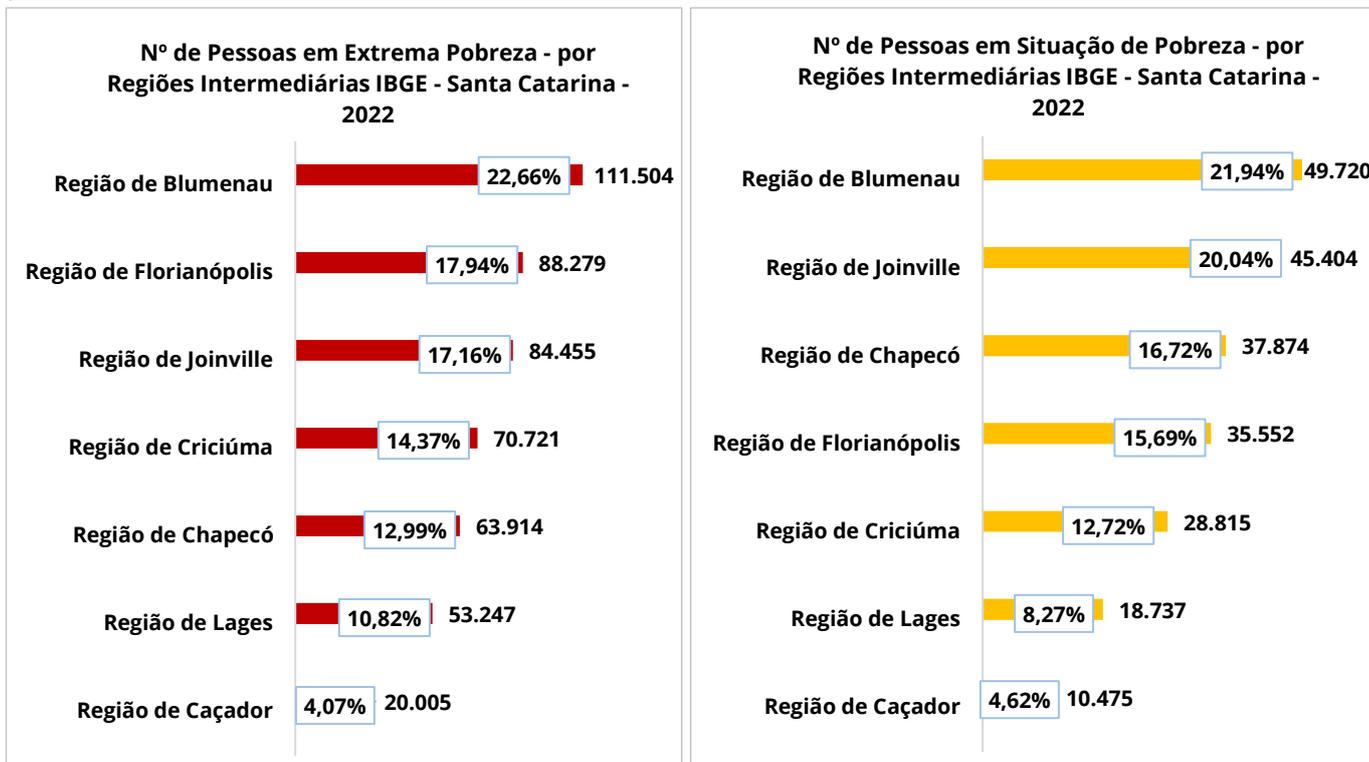
PESSOAS DE BAIXA RENDA EM SC - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

As regiões de Blumenau, Joinville e Florianópolis concentraram 57,66% das pessoas de baixa renda em Santa Catarina, perfazendo 926.819 pessoas no cadastro único de programas sociais do Governo Federal em dezembro de 2022.



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi). Governo Federal. 2022

As regiões de Blumenau, Florianópolis e Joinville concentraram 57,76% das pessoas em Extrema Pobreza em Santa Catarina, perfazendo 284.238 pessoas no final de 2022. O número de pessoas em Situação de Pobreza nas regiões de Blumenau, Joinville e Chapecó representa 58,70% do total do Estado, totalizando 132.998 pessoas no final de 2022.



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi). Governo Federal. 2022

2.3 Contexto Econômico

Panorama geral do desempenho econômico de Santa Catarina nos últimos anos, contendo informações sobre Balança Comercial, Produto Interno Bruto – PIB, Valos Adicionado Bruto – VAB, Empresas e Empregos, Setores de Serviços, Indústria e Agropecuária.

2.3.1 Balança Comercial

EXPORTAÇÕES

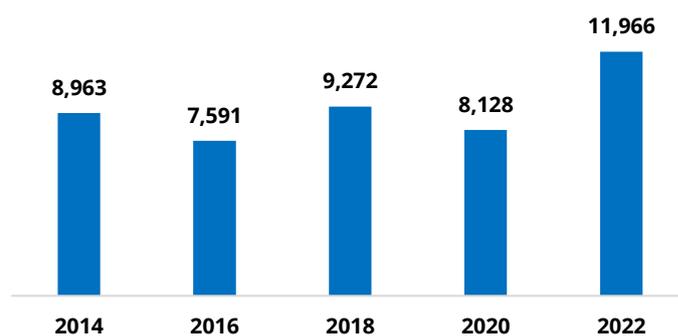
US\$ 11,966 bilhões FOB Exportações de Santa Catarina em 2022.

4,49% Incremento médio anual das exportações de SC entre 2014 e 2022. Destaque para a recuperação nos anos de 2021 e 2022 (26,68% e 16,22%).

33,50% - incremento nas Exportações de SC no comparativo 2014/2022, de US\$ 8,963 bilhões para US\$ 11,966 bilhões, incremento de US\$ 3,003 bilhões.

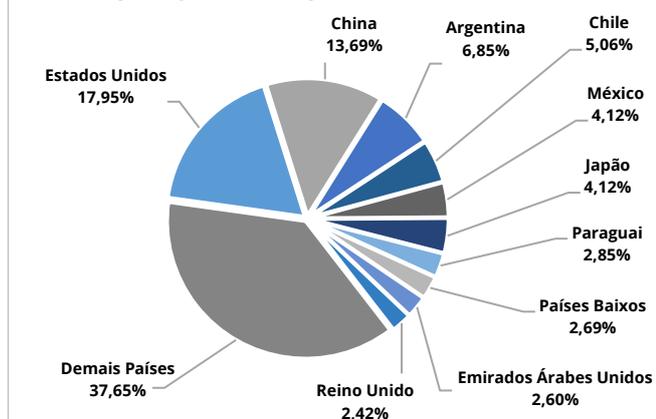
17,95% das exportações de SC para os Estados Unidos (US\$ 2,148 bilhões) em 2022.

Exportações - Santa Catarina - valor FOB (em US\$ bilhões)



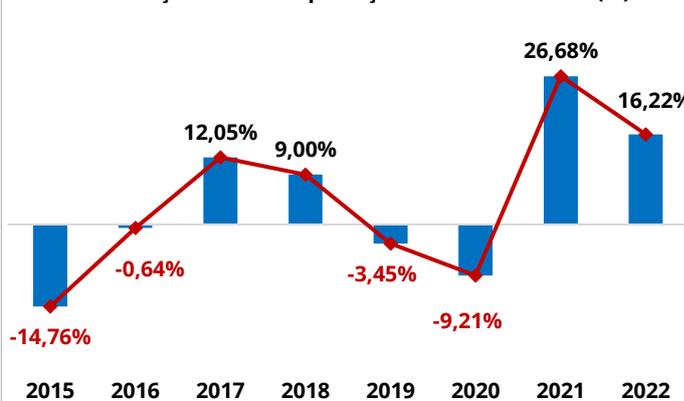
Fonte: Comex Stat. Min.Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Exportações de SC - por País de Destino (2022)



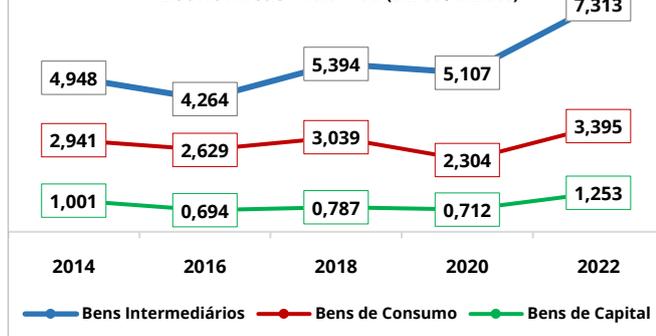
Fonte: Comex Stat. Min.Indústria, Com. Exterior e Serviços. 2022

Variação Anual - Exportações - Santa Catarina (%)



Fonte: Comex Stat. Min.Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Exportações de SC - por Grandes Categorias Econômicas - valor FOB (em US\$ bilhões)



Fonte: Comex Stat. Min.Indústria, Com. Exterior e Serviços. 2022

61,11% Participação dos Bens Intermediários nas exportações de Santa Catarina em 2022 (US\$ 7,313 bilhões).

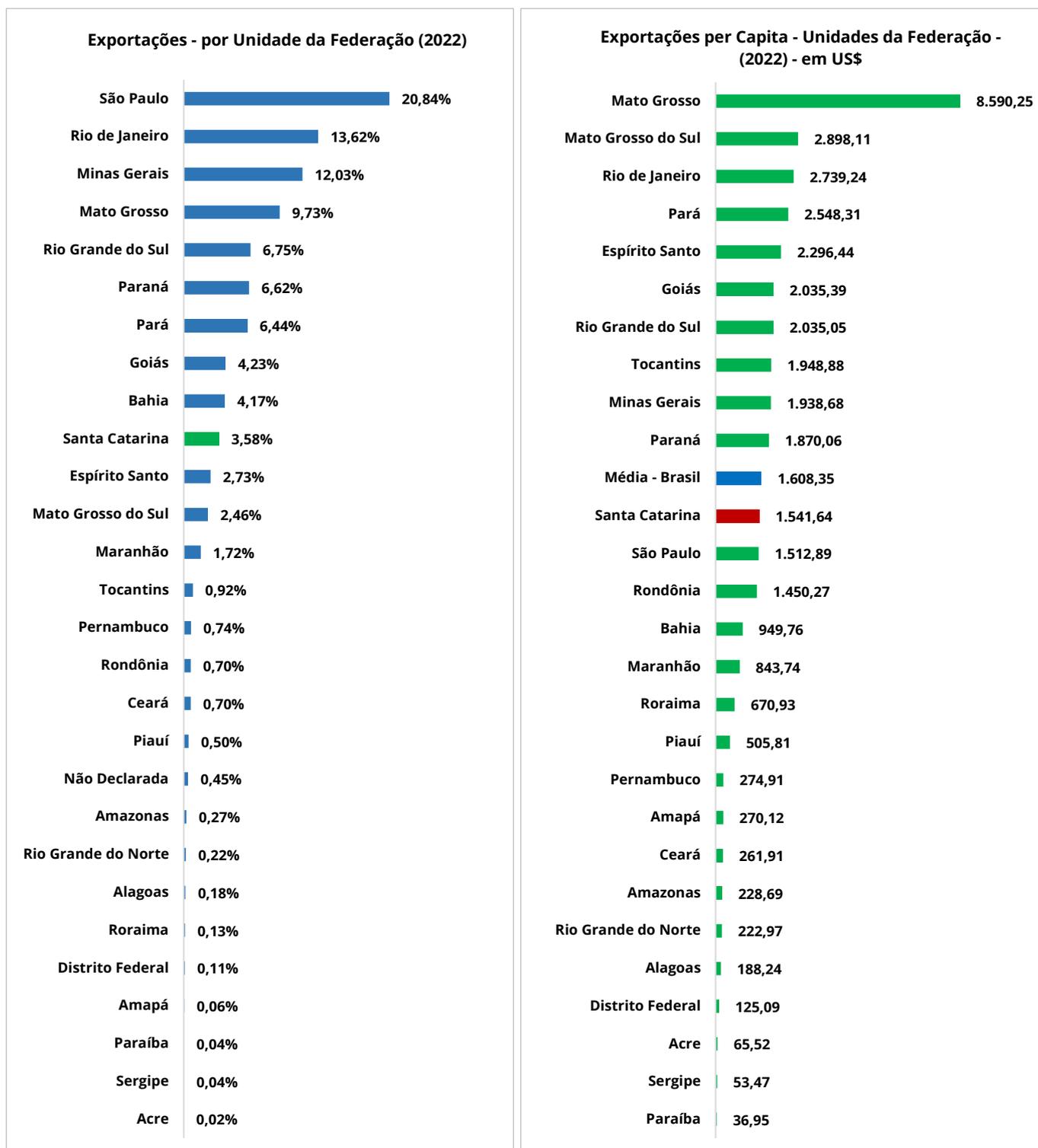
28,37% das exportações de Santa Catarina em 2022 (US\$ 3,395 bilhões) referentes a Bens de Consumo.

10,47% do valor exportado por SC em 2022 representado por Bens de Capital (US\$ 1,253 bilhão).

EXPORTAÇÕES POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

3,58% Participação de SC nas Exportações do Brasil (2022); **10ª posição** dentre as Unidades da Federação.

US\$1.541,64 Exportações Per Capita de Santa Catarina (2022); **11ª posição** no cenário Nacional (2022).

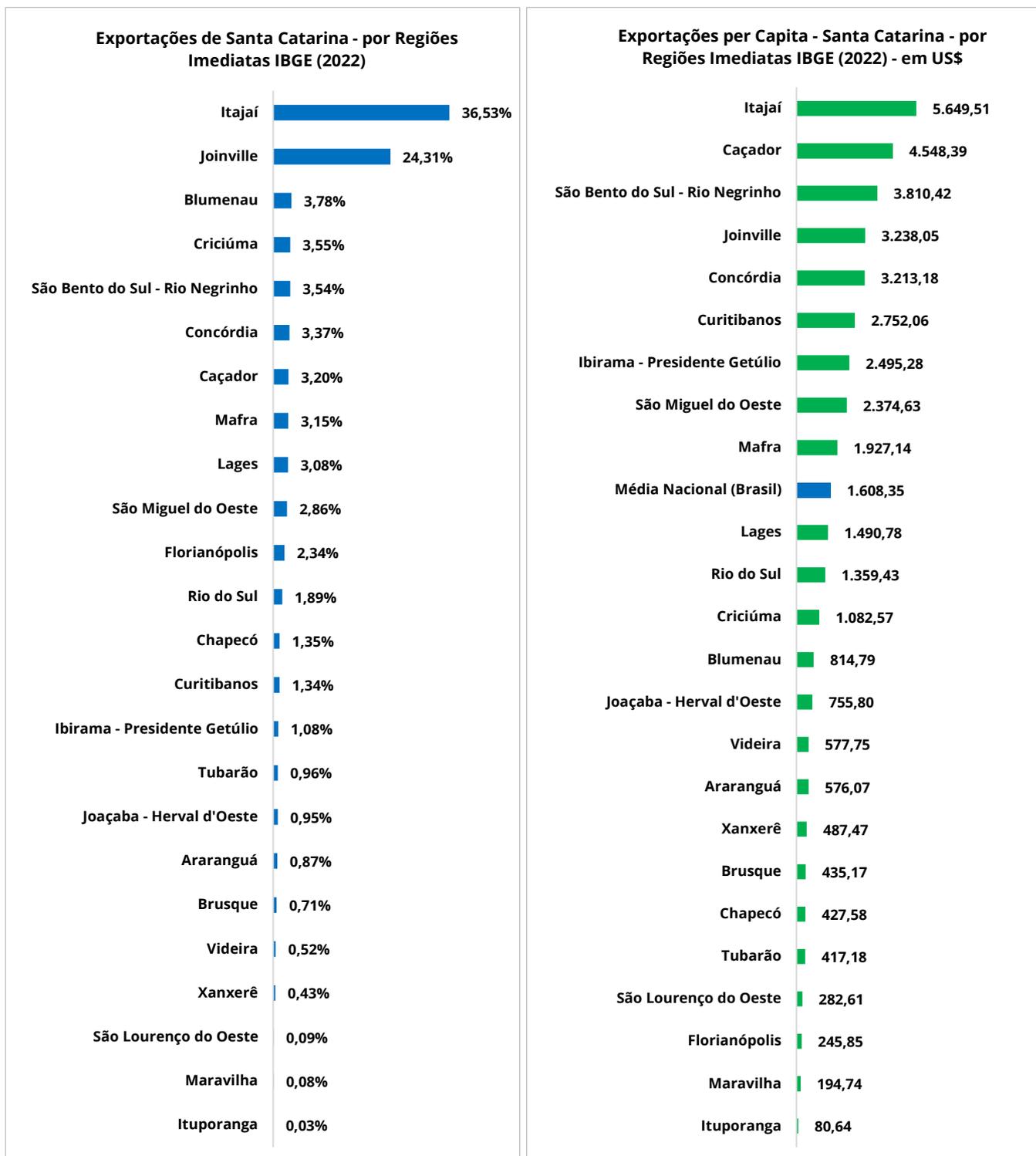


Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

EXPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA POR REGIÕES

No âmbito da regionalização do Estado conforme as Regiões Imediatas do IBGE, as regiões de Itajaí e Joinville concentraram 60,84% das Exportações de Santa Catarina em 2022.



Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Dentre as 24 regiões imediatas do IBGE de Santa Catarina, 9 apresentaram Exportações Per Capita acima da média Nacional de R\$ 1.608,35 no ano 2022.

IMPORTAÇÕES

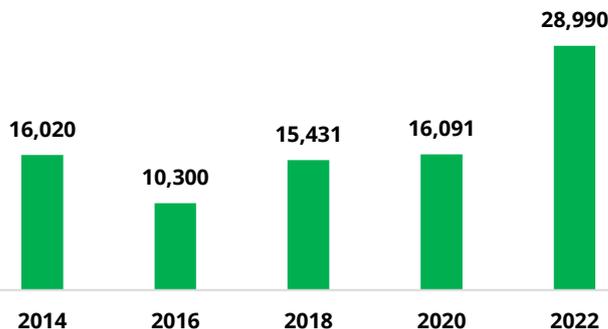
US\$ 28,990 bilhões FOB Importações de Santa Catarina em 2022.

10,14% Incremento médio anual das importações de SC entre 2014 e 2022. Destaque para variação nos anos de 2021 e 2022 (54,85% e 16,34%).

80,97% - incremento nas Importações de SC no comparativo 2014/2022, de US\$ 16,020 bilhões para US\$ 28,990 bilhões, incremento de US\$ 12,970 bilhões.

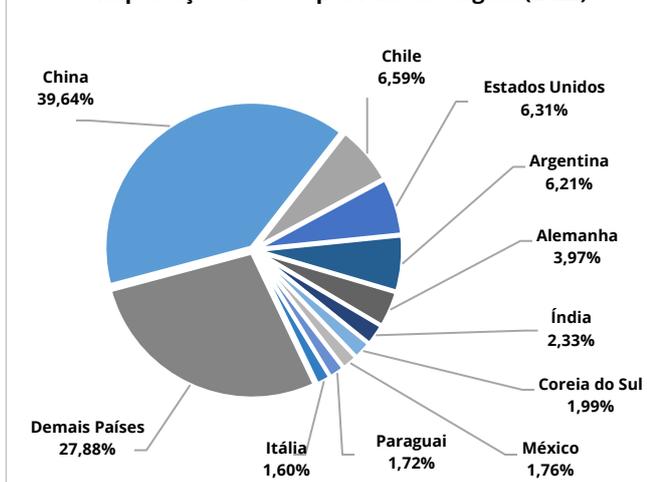
39,64% das importações de SC originárias da China (US\$ 11,493 bilhões) em 2022.

Importações - Santa Catarina valor FOB (em US\$ bilhões)



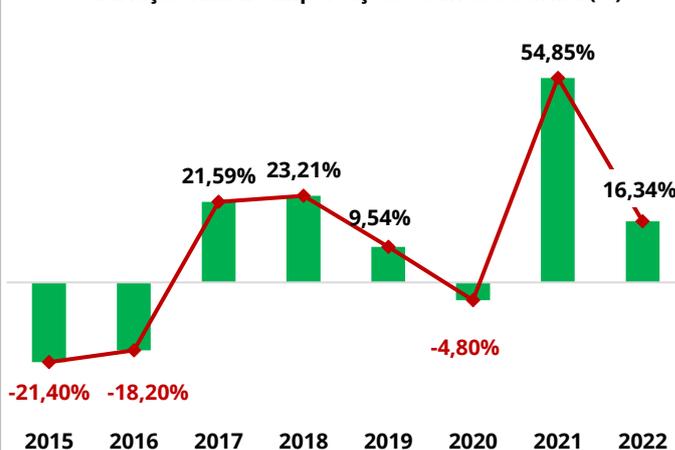
Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Importações de SC - por País de Origem (2022)



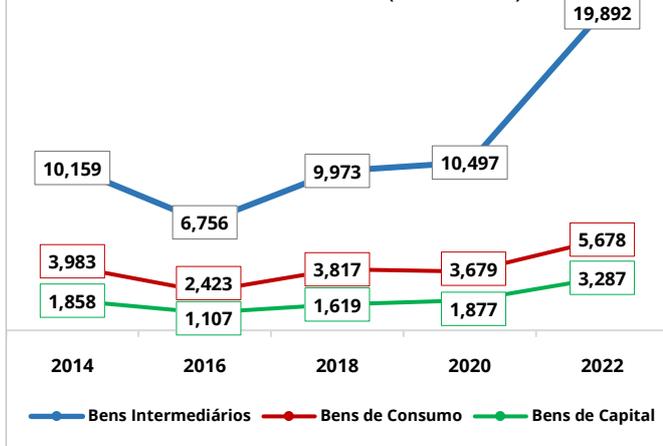
Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Variação Anual - Importações - Santa Catarina (%)



Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Importações de SC - por Grandes Categorias Econômicas - valor FOB (em US\$ bilhões)



Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

68,62% Participação dos Bens Intermediários nas importações de Santa Catarina em 2022 (US\$ 19,892 bilhões).

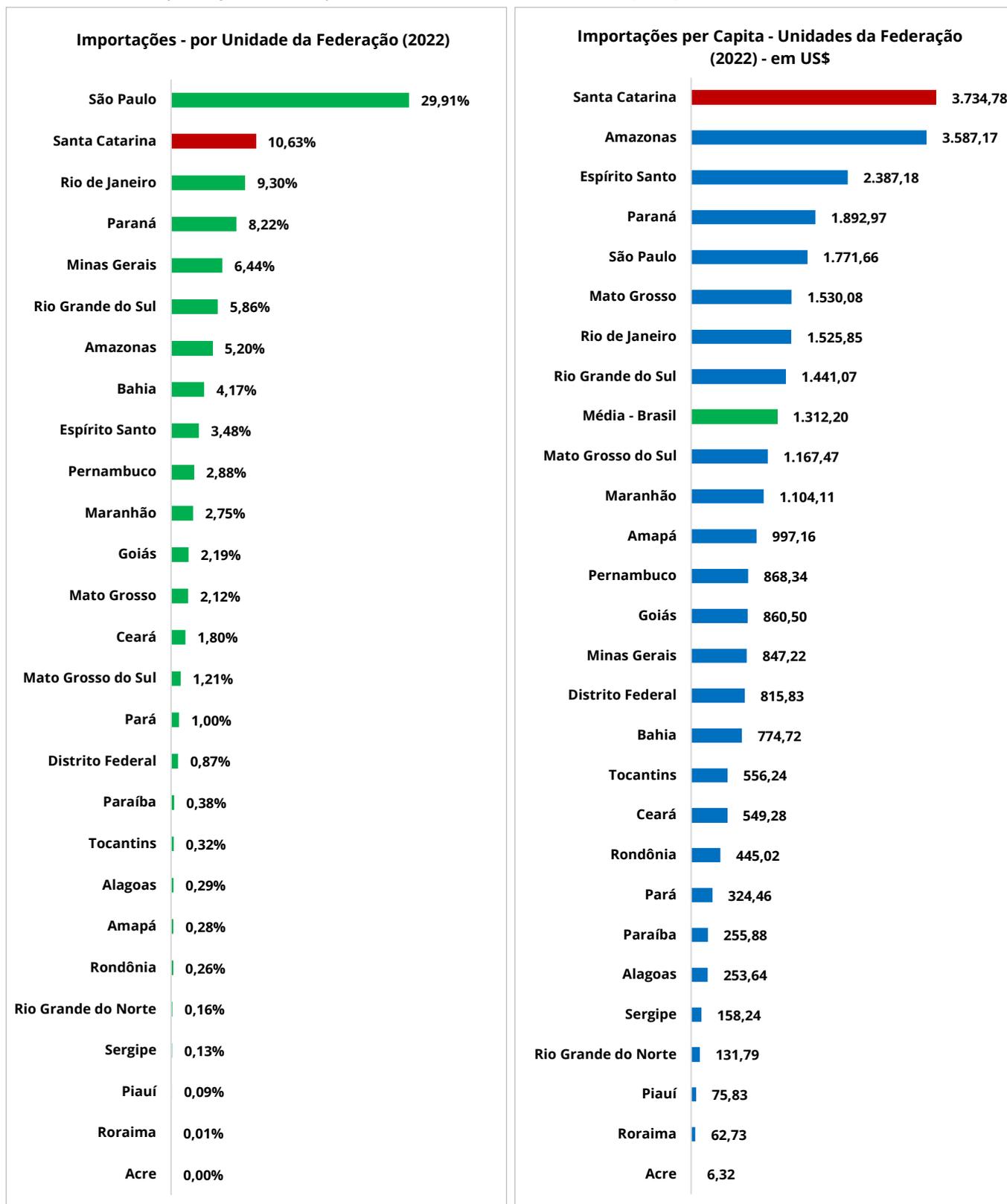
19,59% das importações Santa Catarina em 2022 (US\$ 5,678 bilhões) referentes a Bens de Consumo.

11,34% do valor importado por SC em 2022 representado por Bens de Capital (US\$ 3,287 bilhão).

IMPORTAÇÕES POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

10,63% Participação de SC nas Importações do Brasil (2022); **2ª posição** dentre as Unidades da Federação.

US\$ 3.734,78 Importações Per Capita de Santa Catarina (2022); **1ª posição** no cenário Nacional (2022).

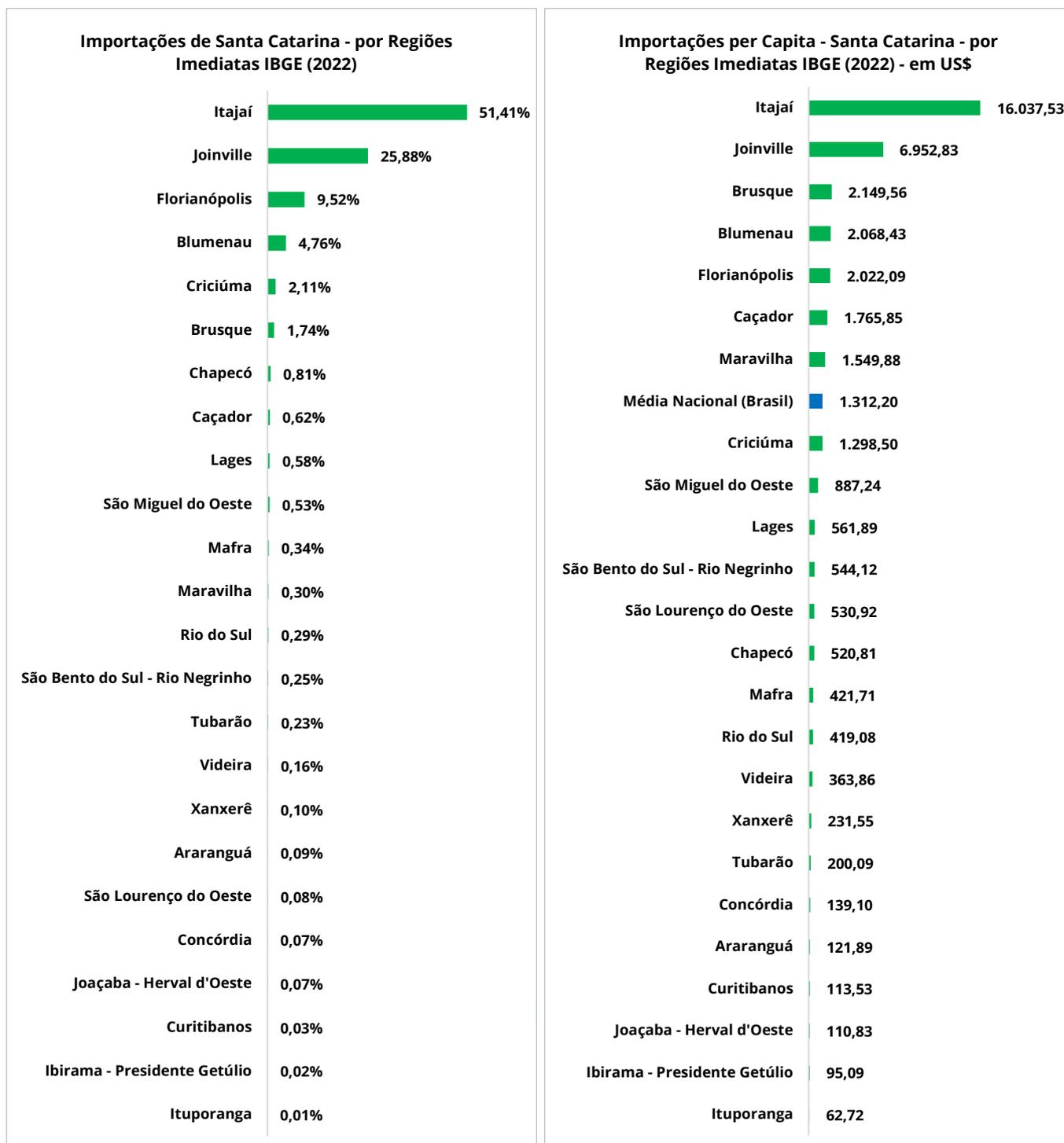


Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

IMPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA POR REGIÕES

No âmbito da regionalização do Estado conforme as Regiões Imediatas do IBGE, as regiões de Itajaí e Joinville concentraram 77,29% das Importações de Santa Catarina em 2022.



Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

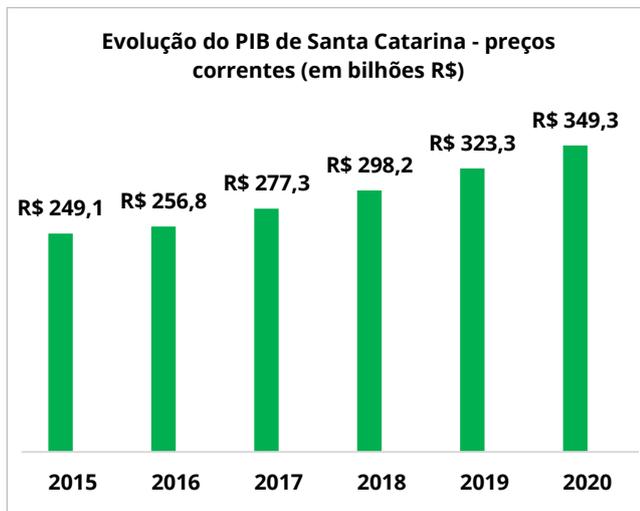
Dentre as 24 regiões imediatas do IBGE de Santa Catarina, 7 apresentaram Importações Per Capita acima da média Nacional de R\$ 1.312,20 no ano 2022.

2.3.2 Produto Interno Bruto - PIB

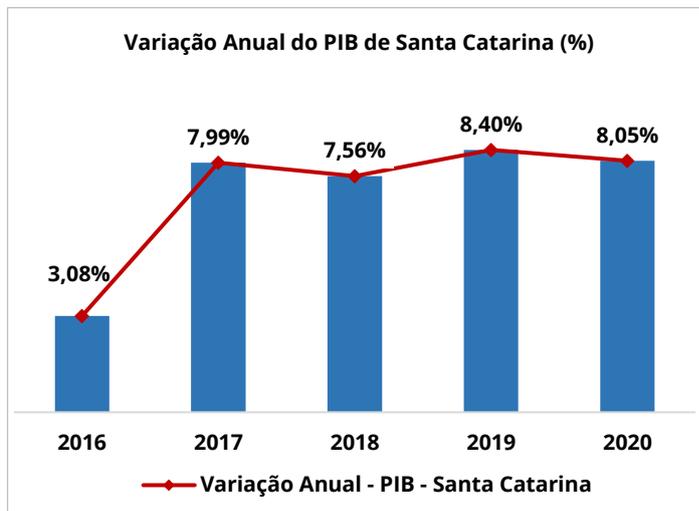
O Produto Interno Bruto – PIB, indicador macroeconômico que demonstra o nível de atividade econômica, representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos num período determinado.

R\$ 349,3 bilhões PIB de Santa Catarina em 2020.

7,01% Taxa média de variação do PIB de SC (2016-2020).

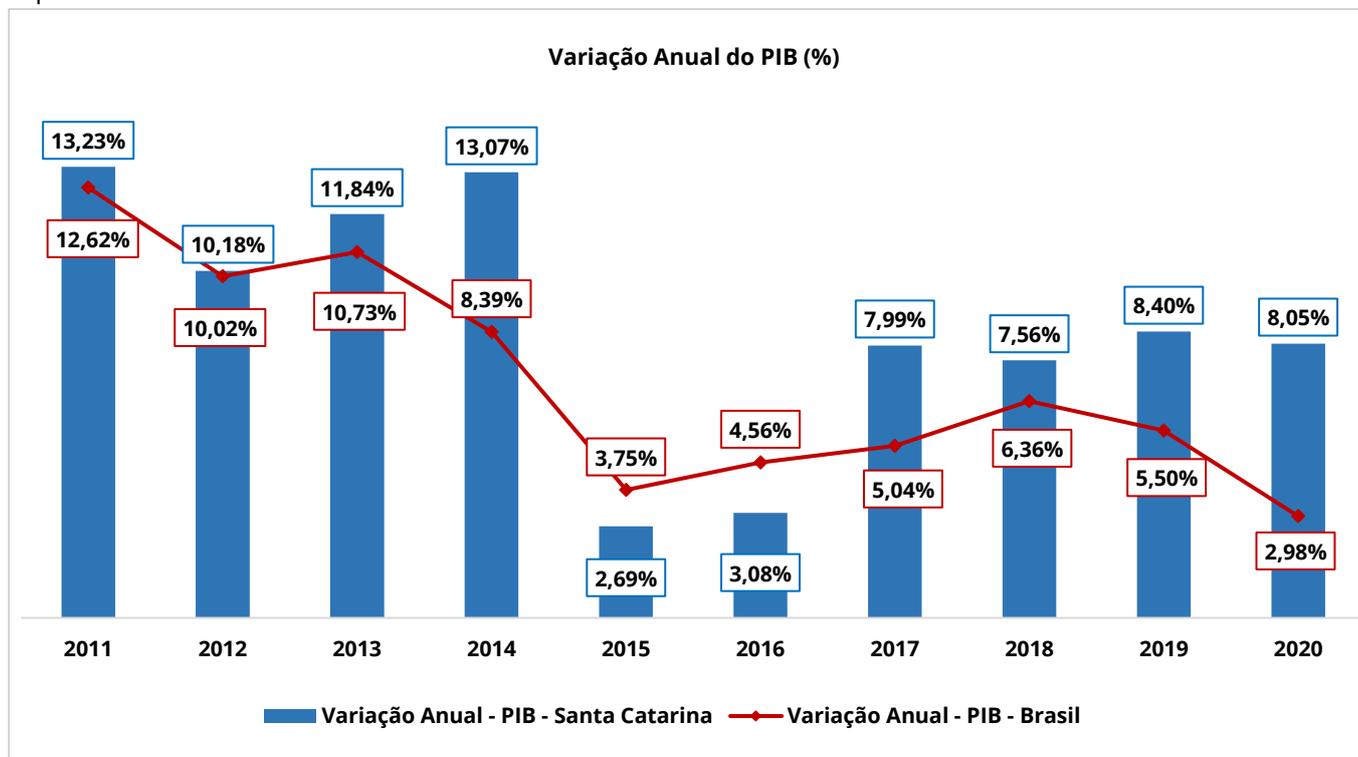


Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Séries Históricas. 2020



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Séries Históricas. 2020

Taxa média de variação anual do PIB de Santa Catarina de 8,61% no período 2011-2020, superior aos 7,00% de média Brasil no período. Cabe destacar que em 8 destes 10 anos Santa Catarina obteve variação do PIB superior à média Nacional.

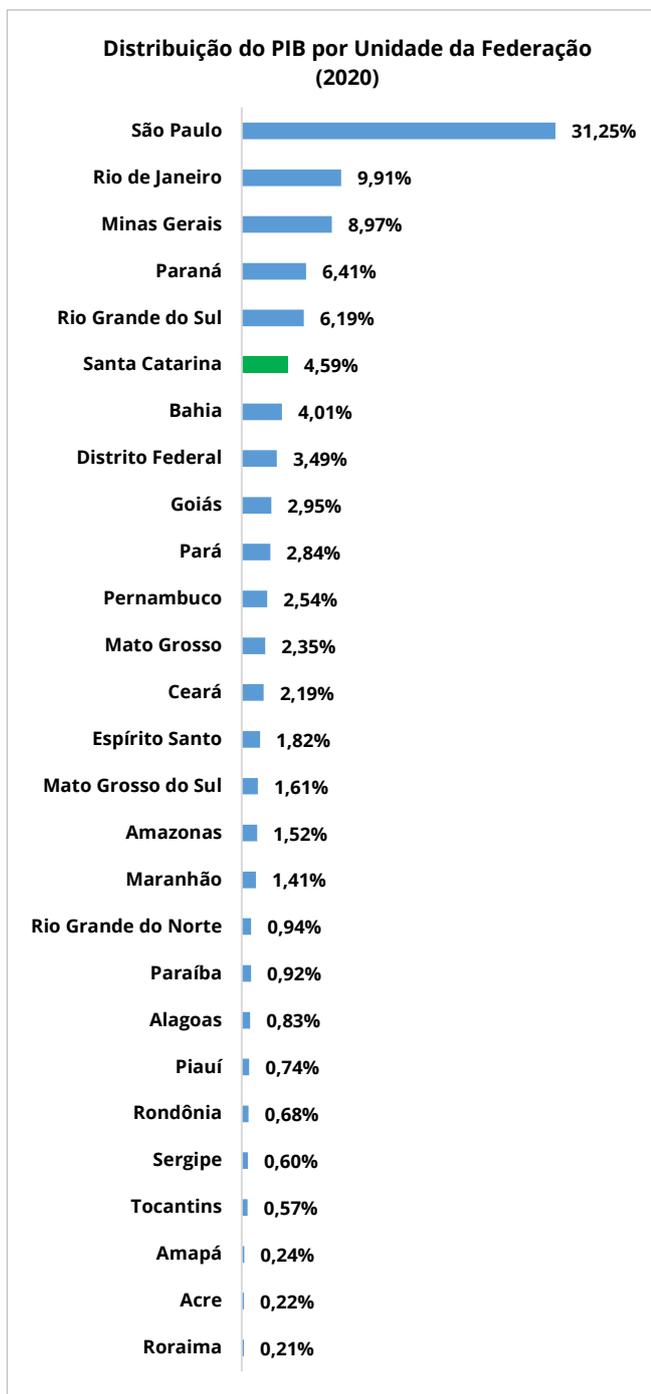


Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Séries Históricas. 2020

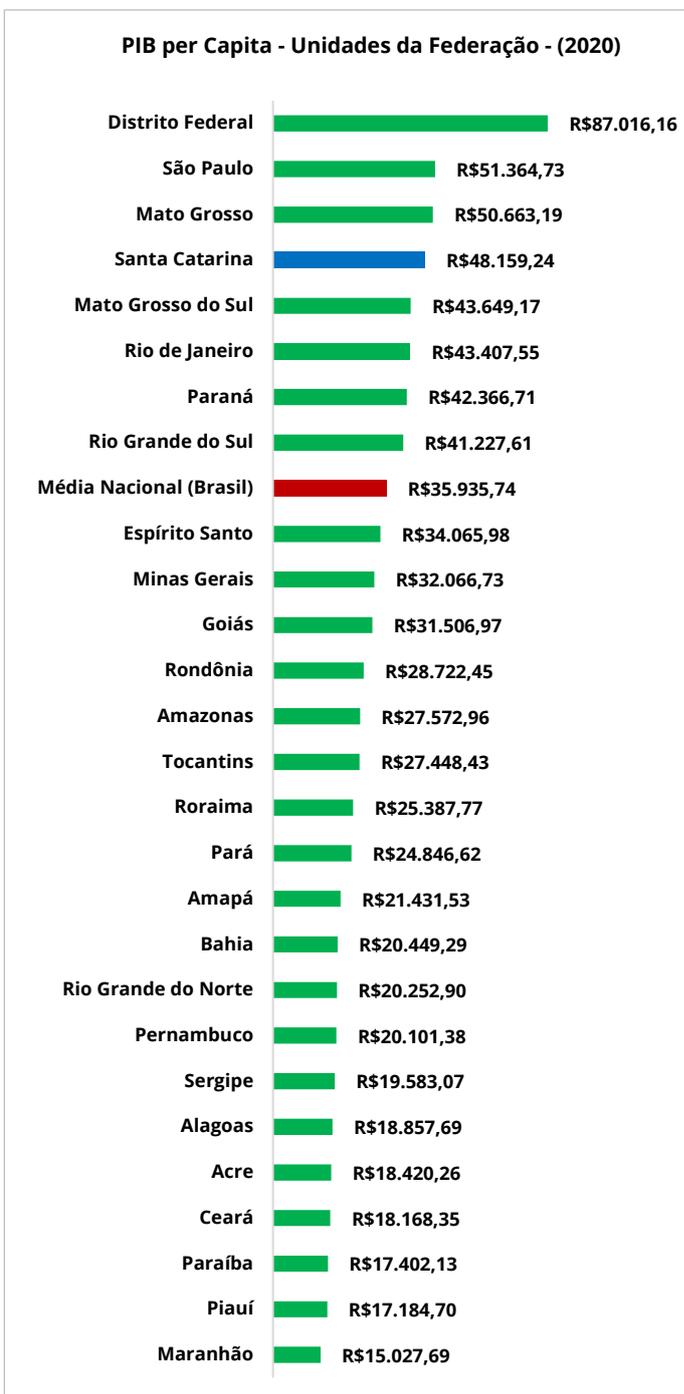
DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

4,59% Participação de SC no PIB nacional; **6ª posição** dentre as Unidades da Federação (2020).

R\$48.159,24 PIB Per Capita de Santa Catarina; **4ª posição** no cenário Nacional (2020).



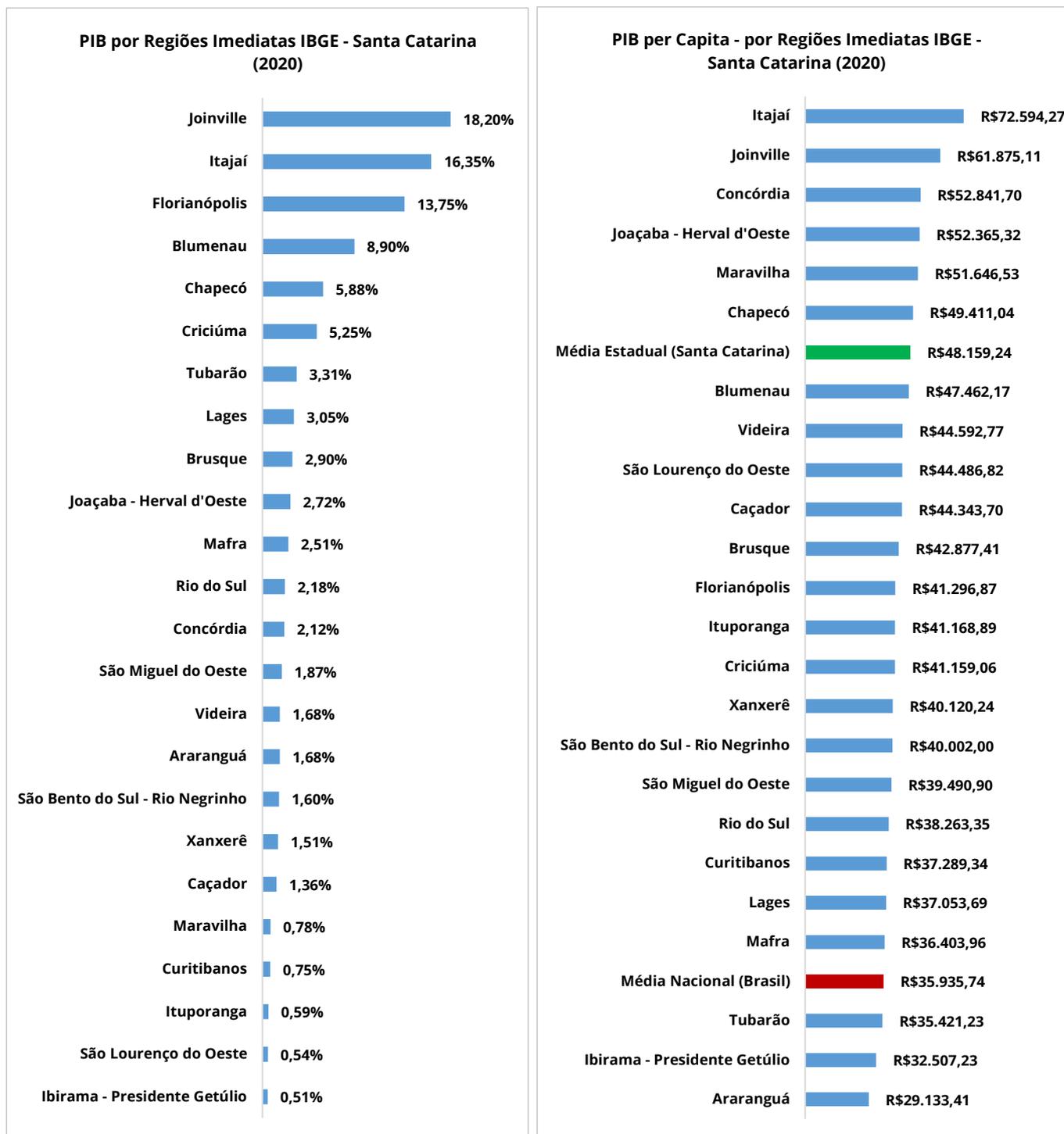
Fonte: Contas Nacionais. Produto Interno Bruto dos Municípios. SIDRA. IBGE. 2020



Fonte: Contas Nacionais. Produto Interno Bruto dos Municípios. SIDRA. IBGE. 2020

PIB DE SANTA CATARINA POR REGIÕES

No âmbito da regionalização do Estado conforme as Regiões Imediatas do IBGE, destaca-se que em 2020 as regiões de Joinville, Itajaí, Florianópolis, Blumenau e Chapecó concentraram 63,08% do PIB estadual.



Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios. Tabelas. IBGE

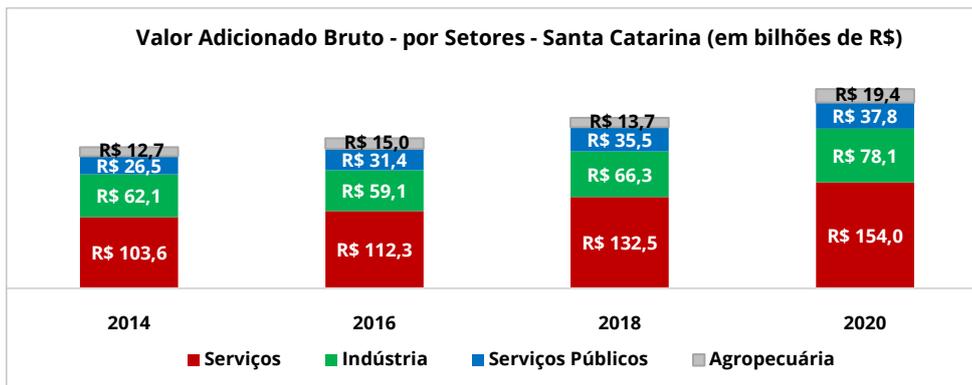
Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios. Tabelas. IBGE

Dentre as 24 regiões imediatas do IBGE em Santa Catarina, 21 apresentaram PIB Per Capita em 2020 acima da média Nacional de R\$ 35.935,74.

Ressalta-se que as regiões de Itajaí, Joinville, Concórdia, Joaçaba/Herval do Oeste, Maravilha e Chapecó totalizaram em 2020 PIB per Capita superior à média Estadual de R\$ 48.159,24.

2.3.3 Valor Adicionado Bruto – VAB de Santa Catarina

R\$ 289,3 bilhões - Valor Adicionado Bruto - VAB de Santa Catarina em 2020.



Ampliação do Setor de Serviços no VAB de R\$ 103,6 bilhões em 2014 para R\$ 154 bilhões em 2020, incremento de R\$ 50,4 bilhões (48,70%).

No mesmo período o setor Industrial ampliou de R\$ 62,1 bilhões para R\$ 78,1 bilhões, incremento de R\$ 16 bilhões (25,77%).

Fonte: Sistema de Contas Regionais. PIB pela Ótica da Produção. IBGE. 2020

ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VAB DE SC

No período 2014-2020 verifica-se um aumento na participação do setor de Serviços no VAB, de 50,56% em 2014 para 53,23% em 2020. No mesmo período, a Indústria reduziu sua participação de 30,33% em 2014 para 27,01% em 2020. O setor agropecuário apresentou um discreto incremento, de 6,19% em 2014 para 6,71% em 2020.

Percentual de Participação (%)

| Valor Adicionado Bruto - Participação (%) por Setores e Atividades Econômicas | 2014 | 2016 | 2018 | 2020 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Serviços | 50,56 | 51,56 | 53,43 | 53,23 |
| Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas | 16,03 | 15,27 | 16,08 | 16,93 |
| Atividades Imobiliárias | 10,23 | 10,28 | 10,26 | 10,23 |
| Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas, Administrativas e Serviços Complementares | 6,03 | 6,34 | 6,53 | 6,86 |
| Transporte, Armazenagem e Correio | 4,34 | 4,23 | 4,79 | 4,57 |
| Atividades Financeiras, Seguros e Serviços Relacionados | 3,52 | 4,15 | 3,84 | 3,69 |
| Informação e Comunicação | 2,64 | 2,73 | 2,83 | 3,41 |
| Educação e Saúde Privadas | 3,09 | 3,34 | 3,60 | 2,96 |
| Alojamento e Alimentação | 1,86 | 2,31 | 2,27 | 2,02 |
| Artes, Cultura, Esporte e Recreação e Outras Atividades de Serviços | 1,90 | 1,70 | 2,03 | 1,56 |
| Serviços Domésticos | 0,92 | 1,20 | 1,21 | 1,01 |
| Indústria | 30,33 | 27,13 | 26,74 | 27,01 |
| Indústrias de Transformação | 22,21 | 19,02 | 19,69 | 19,63 |
| Construção | 5,68 | 5,80 | 4,78 | 4,69 |
| Eletricidade e Gás, Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação | 2,06 | 2,04 | 2,00 | 2,35 |
| Indústrias Extrativas | 0,37 | 0,27 | 0,28 | 0,33 |
| Serviços Públicos | 12,92 | 14,42 | 14,31 | 13,05 |
| Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social | 12,92 | 14,42 | 14,31 | 13,05 |
| Agropecuária | 6,19 | 6,89 | 5,51 | 6,71 |
| Agricultura, inclusive Apoio à Agricultura e a Pós-Colheita | 3,06 | 3,72 | 2,79 | 3,36 |
| Pecuária, inclusive Apoio à Pecuária | 2,16 | 2,27 | 1,90 | 2,48 |
| Produção Florestal, Pesca e Aquicultura | 0,98 | 0,89 | 0,82 | 0,86 |

Fonte: Sistema de Contas Regionais. PIB pela Ótica da Produção. IBGE. 2020

2.3.4 Empresas e Empregos

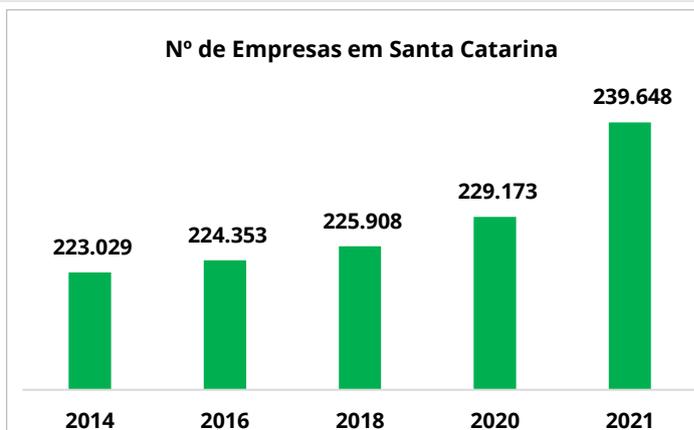
EMPRESAS

239.648 Empresas em Santa Catarina (2021).

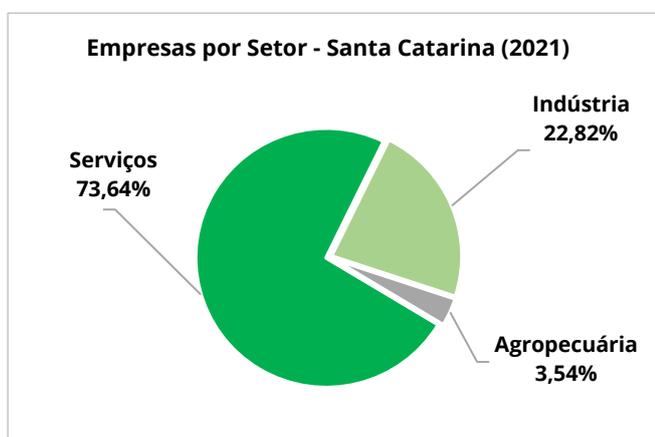
73,64% das empresas no Setor de Serviços.

1,04% - incremento médio no número de Empresas em Santa Catarina no período 2014-2021. Destaque para o ano 2021, variação de 4,57%, aumento de 10.475 Empresas.

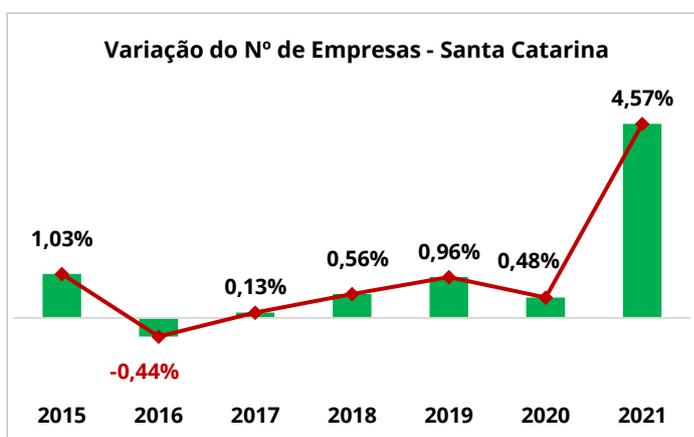
7,45% - incremento no número de Empresas em Santa Catarina no comparativo 2014/2021, de 223.029 para 239.648, totalizando 16.619 novas Empresas.



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Número de Empresas por Setor - Santa Catarina - 2014-2021

| Setor | 2014 | 2016 | 2018 | 2020 | 2021 | Varição 2014/2021 | Varição 2014/2021 (%) |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|-----------------------|
| Serviços | 162.120 | 164.919 | 167.224 | 169.001 | 176.481 | 14.361 | 8,86% |
| Indústria | 52.081 | 50.861 | 50.327 | 52.048 | 54.676 | 2.595 | 4,98% |
| Agropecuária | 8.828 | 8.573 | 8.357 | 8.124 | 8.491 | (337) | -3,82% |
| Total Geral | 223.029 | 224.353 | 225.908 | 229.173 | 239.648 | 16.619 | 7,45% |

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

No comparativo 2014/2021 houve incremento de 8,86% no número de Empresas no setor de Serviços (incremento de 14.361 Empresas). Neste período a Indústria ampliou 4,98% (2.595 novas Empresas) e o Setor Agropecuário reduziu 3,82% (decréscimo de 337 Empresas).

EMPREGOS

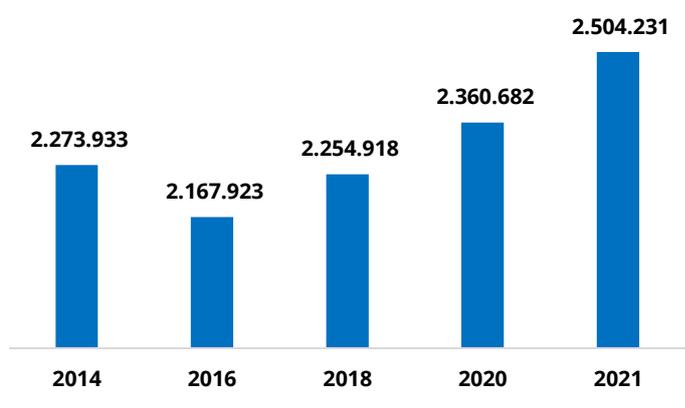
2.504.231 Empregos em Santa Catarina (2021).

63,47% dos Empregos no Setor de Serviços (2021).

1,43% - incremento médio no Estoque de Empregos no período 2014-2021. Destaque para o ano 2021, variação de 6,08%, incremento de 143.549 vagas de emprego.

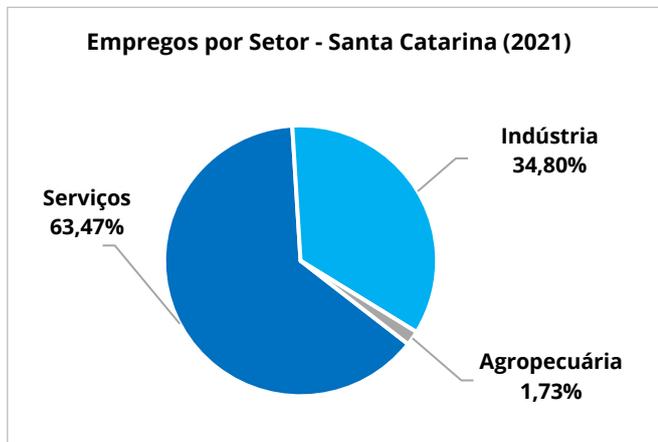
10,13% - incremento no Estoque de Empregos em Santa Catarina no comparativo 2014/2021, de 2.273.933 para 2.504.231, totalizando 230.298 novas vagas de Emprego.

Estoque de Empregos - Santa Catarina



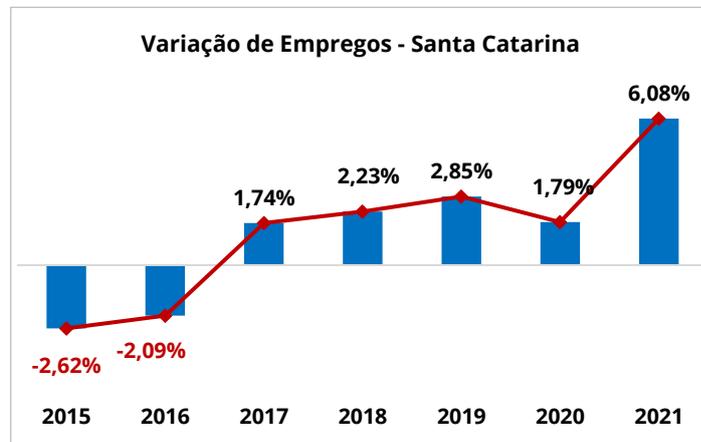
Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Empregos por Setor - Santa Catarina (2021)



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Variação de Empregos - Santa Catarina



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Estoque de Empregos por Setor - Santa Catarina

| Setor | 2014 | 2016 | 2018 | 2020 | 2021 | variação 2014-2021 | variação 2014-2021 (%) |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------------|
| Serviços | 1.410.801 | 1.384.376 | 1.446.684 | 1.509.336 | 1.589.466 | 178.665 | 12,66% |
| Indústria | 818.260 | 740.352 | 768.502 | 809.935 | 871.423 | 53.163 | 6,50% |
| Agropecuária | 44.872 | 43.195 | 39.732 | 41.411 | 43.342 | (1.530) | -3,41% |
| Total Geral | 2.273.933 | 2.167.923 | 2.254.918 | 2.360.682 | 2.504.231 | 230.298 | 10,13% |

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

No comparativo 2014/2021 houve incremento de 12,66% no estoque de empregos no setor de Serviços (178.665 novas vagas). Neste período a Indústria apresentou incremento de 6,50% (53.163 novos postos de trabalho) e o Setor Agropecuário reduziu 3,41% (decréscimo de 1.530 postos de trabalho).

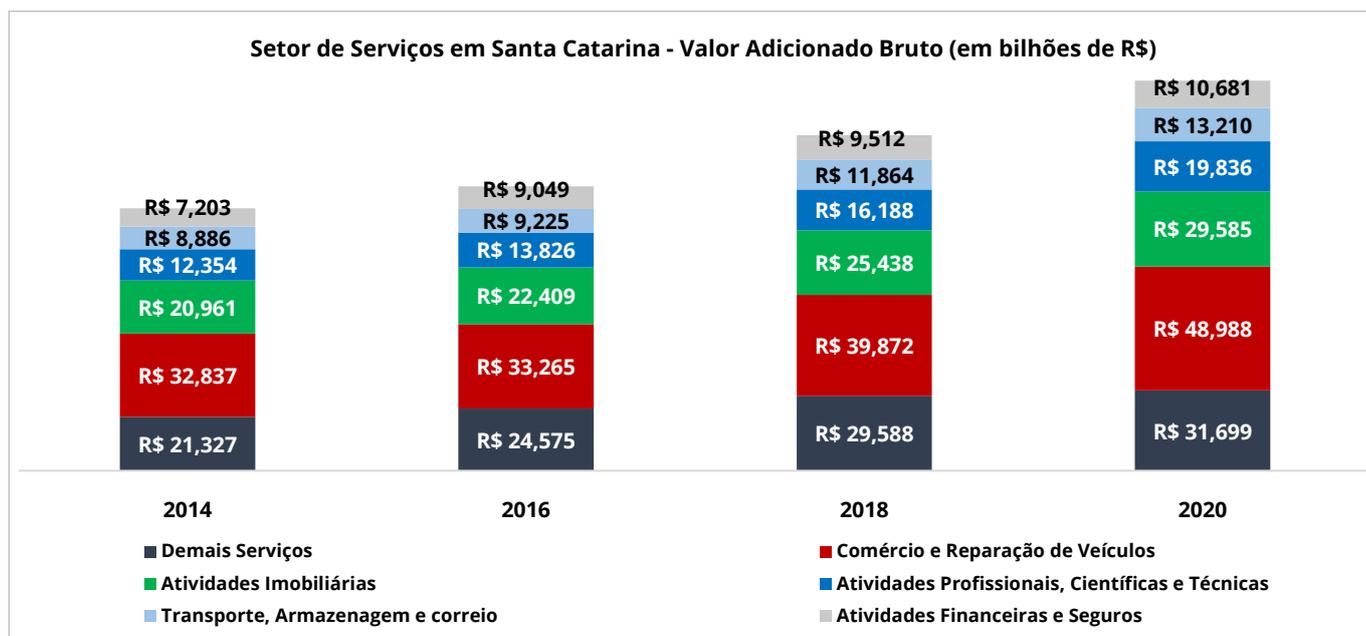
2.3.5 Setor de Serviços

Os Serviços caracterizam-se como produtos não materiais que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. Em Santa Catarina no período 2014-2020 caracterizou-se como o principal setor econômico do Estado.

VALOR ADICIONADO BRUTO - SETOR DE SERVIÇOS

154,0 bilhões Valor Adicionado Bruto – VAB do setor de Serviços de SC em 2020.

53,23% Participação do setor de Serviços no VAB de SC em 2020.

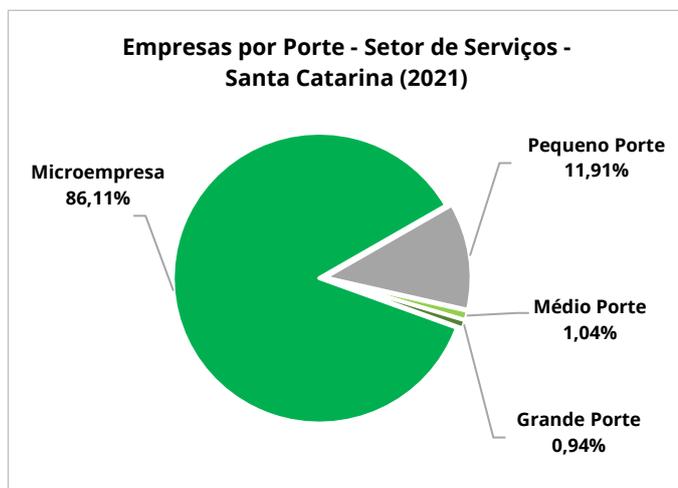


Fonte: Sistema de Contas Regionais. PIB pela Ótica da Produção. IBGE. 2020

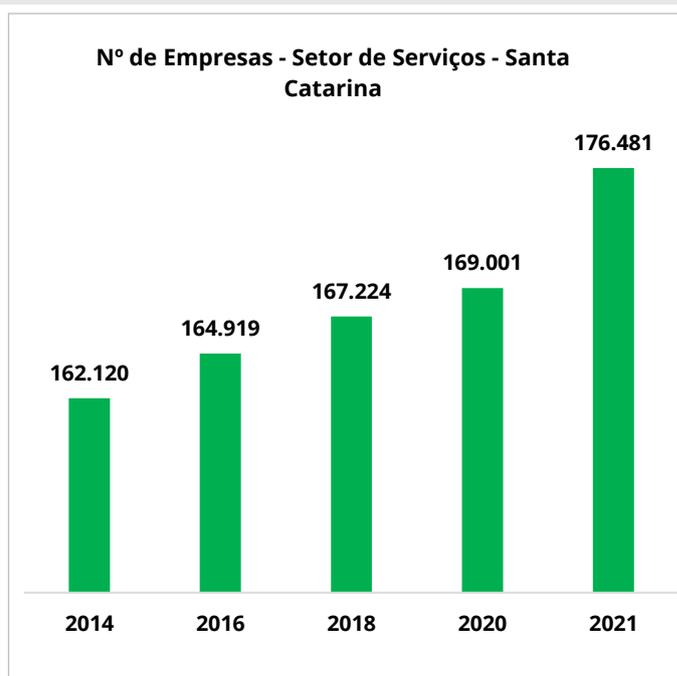
EMPRESAS NO SETOR DE SERVIÇOS EM SC

176.481 Empresas no setor de Serviços em SC (2021).

86,11% Percentual de microempresas no total de empresas do setor de Serviços em SC (2021).



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

EMPREGOS NO SETOR DE SERVIÇOS EM SC

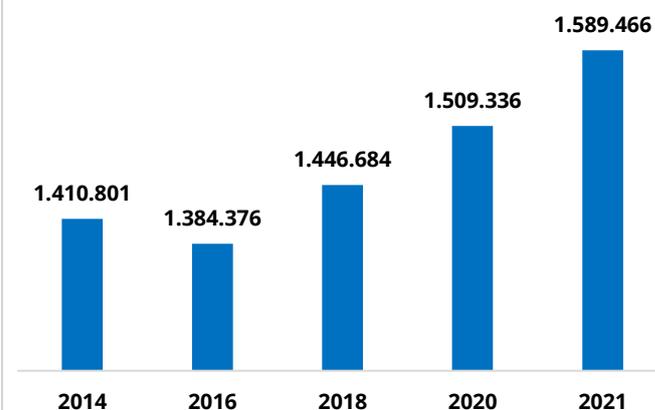
1.589.466 - Número de empregos no setor de Serviços em Santa Catarina (2021).

43,74% dos empregos do setor de Serviços em SC concentrado em empresas de grande porte (2021).

1,74% - incremento médio anual no estoque de empregos do setor de Serviços de SC no período 2015-2021. Destaque para o ano de 2021 (variação de 5,31%, incremento de 80.130 postos de trabalho).

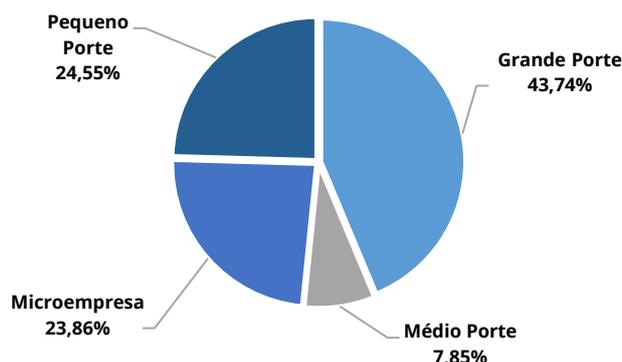
4,04% incremento médio anual dos salários do Setor de Serviços no período 2014-2021. Salário mensal médio evoluiu de R\$ 2.714,82 (ano 2014) para R\$ 3.563,66 (ano 2021).

Estoque de Empregos - Setor de Serviços - Santa Catarina



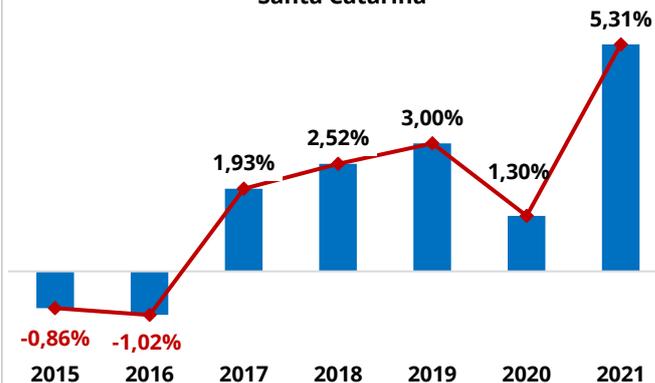
Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Empregos por Porte de Empresa - Setor de Serviços - Santa Catarina (2021)



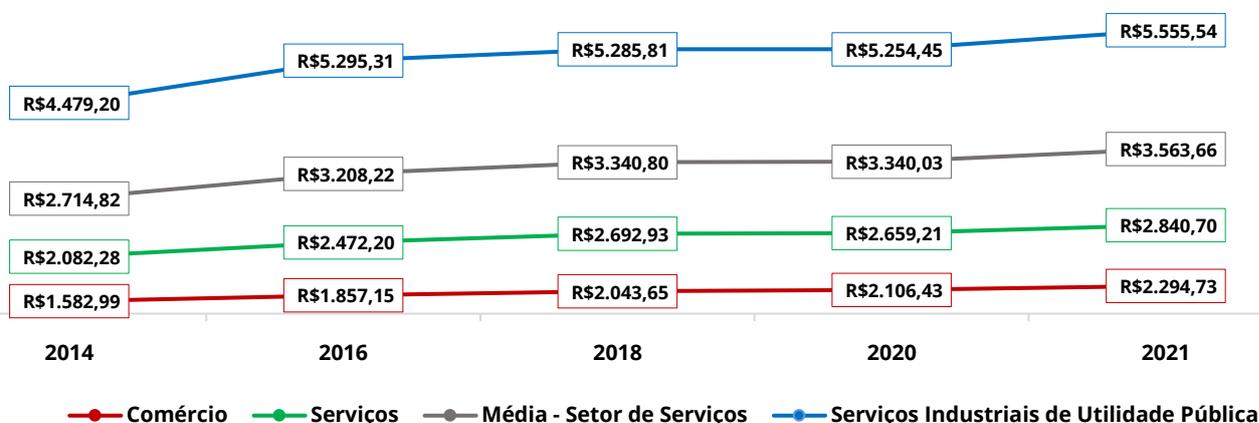
Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Variação de Empregos - Setor de Serviços - Santa Catarina



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Evolução da Média Salarial - Setor de Serviços - Santa Catarina



Fonte: Anuário Estatístico da RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

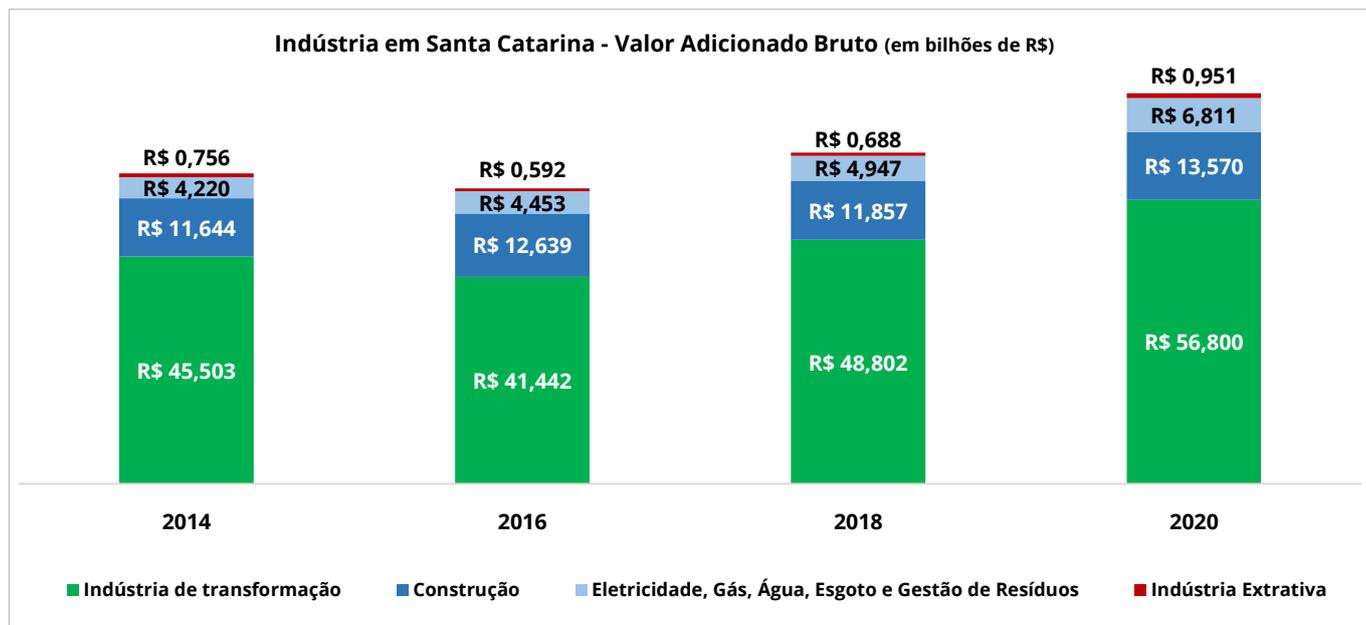
2.3.6 Setor Industrial

O setor Industrial transforma matérias-primas em produtos industrializados, tais como roupas, máquinas, medicamentos, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, etc.

VALOR ADICIONADO BRUTO - INDÚSTRIA

R\$78,1 bilhões Valor Adicionado Bruto - VAB da Indústria em 2020.

27,01% Participação do Setor Industrial no VAB do Estado em 2020.

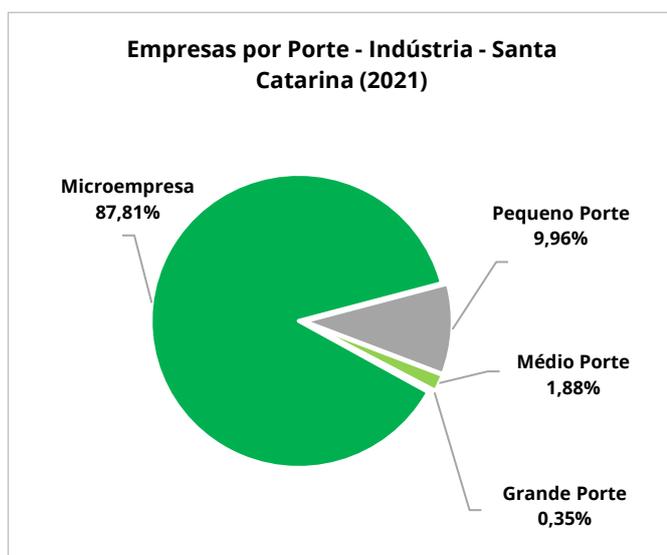


Fonte: Sistema de Contas Regionais. PIB pela Ótica da Produção. IBGE. 2020

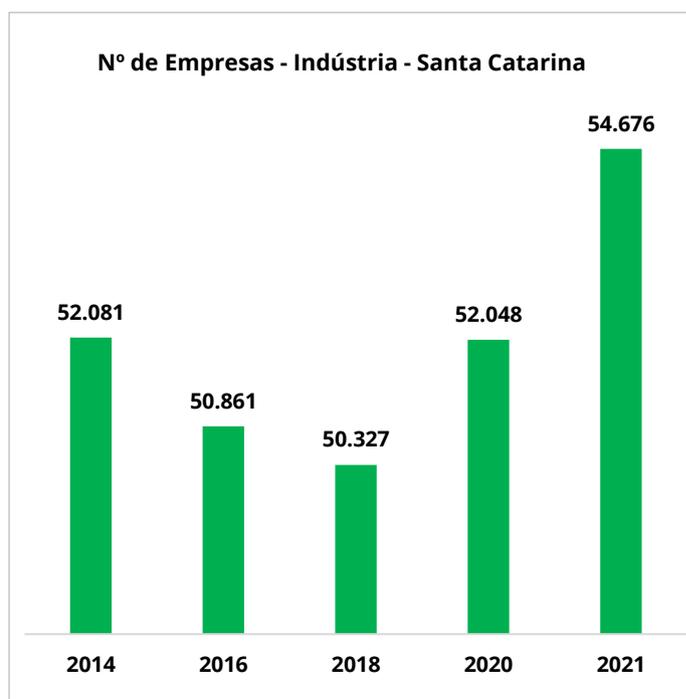
EMPRESAS NO SETOR INDUSTRIAL EM SC

54.676 Empresas no setor Industrial em SC (2021).

87,81% Percentual de Microempresas no total de empresas do setor Industrial de SC em 2021.



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

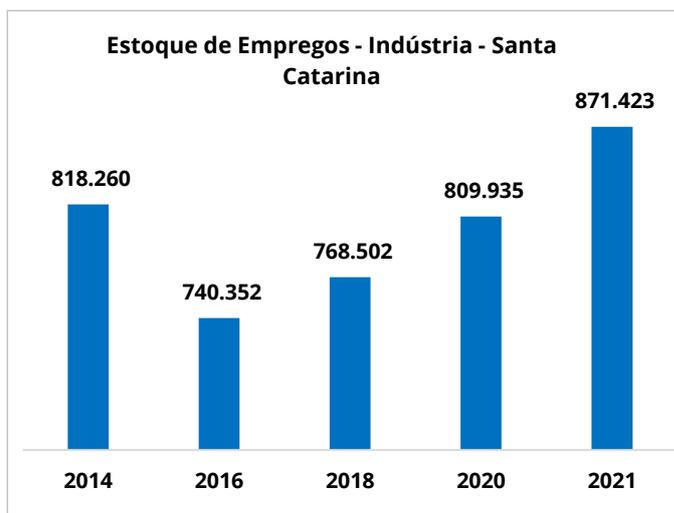
EMPREGOS NA INDÚSTRIA EM SC

871.423 - Número de empregos no setor Industrial catarinense em 2021.

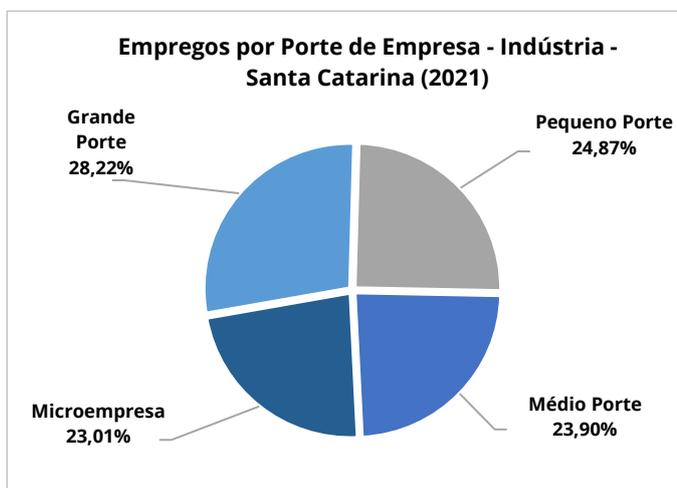
28,22% dos empregos do setor Industrial em SC concentrado em empresas de grande porte (2021).

0,99% - Incremento médio anual no estoque de empregos do setor Industrial de SC no período 2015-2021. Destaque para o ano de 2021 (variação de 7,59%, incremento de 61.488 postos de trabalho).

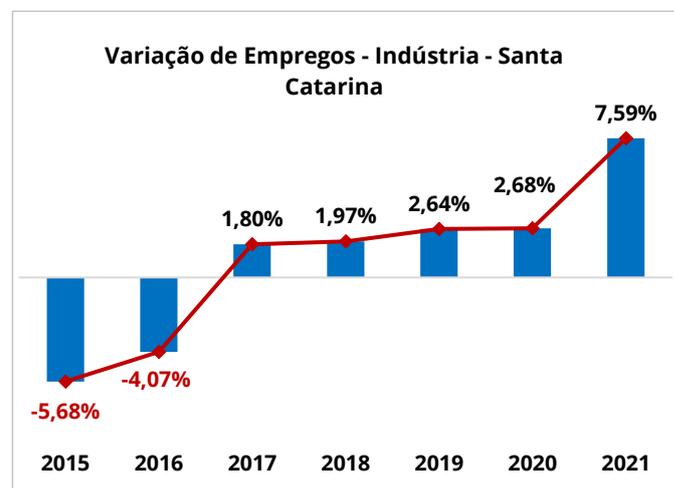
4,67% incremento médio anual dos salários do Setor Industrial no período 2014-2021. Salário mensal médio evoluiu de R\$ 2.154,04 (ano 2014) para R\$ 2.953,83 (ano 2021).



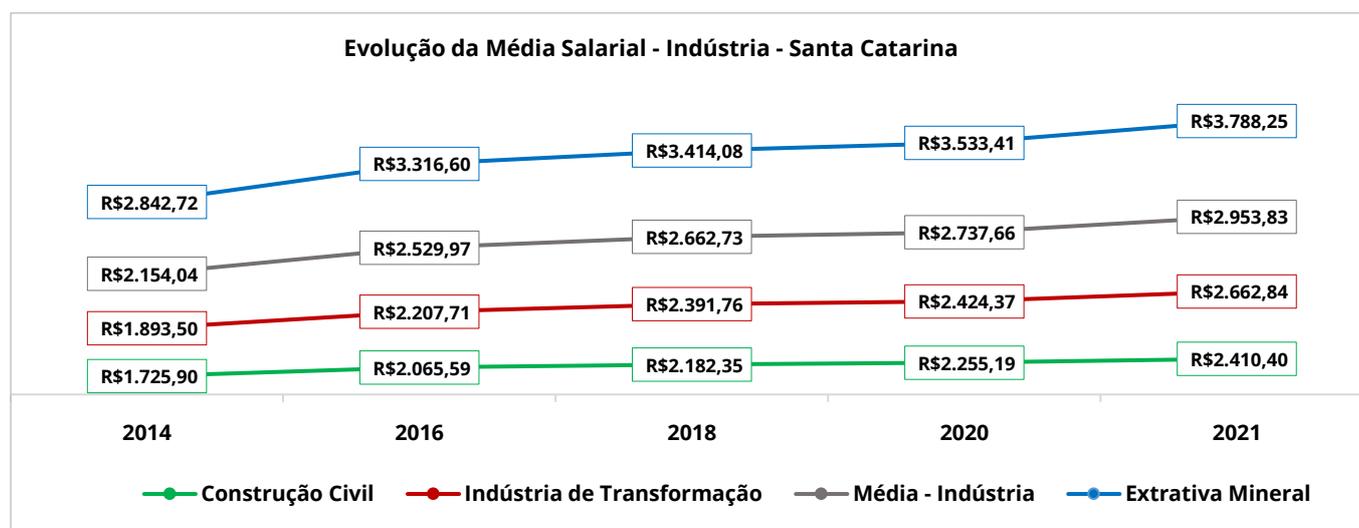
Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Anuário Estatístico da RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

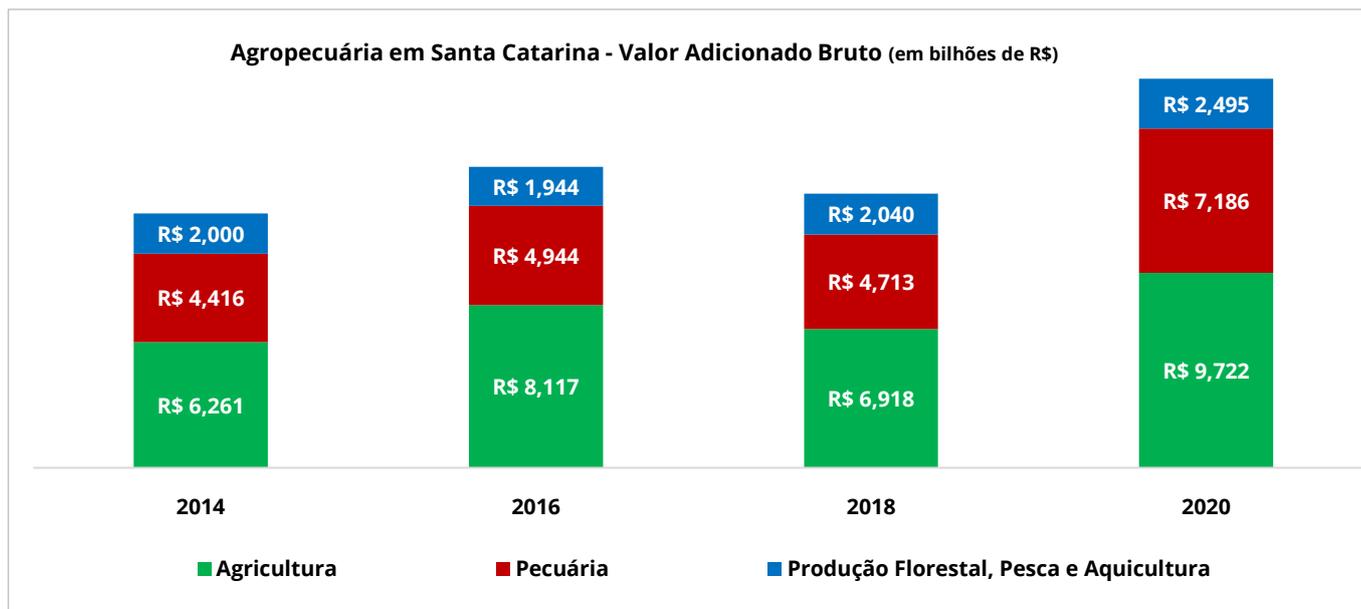
2.3.7 Setor Agropecuário

O setor Agropecuário consiste no conjunto de atividades primárias diretamente associadas ao cultivo de plantas (agricultura) e à criação de animais (pecuária) para o consumo humano ou fornecimento de matérias-primas para a fabricação de roupas, medicamentos, biocombustíveis, produtos de beleza, entre outros.

VALOR ADICIONADO BRUTO - AGROPECUÁRIA

R\$19,4 bilhões Valor Adicionado Bruto - VAB da Agropecuária de SC em 2020.

6,71 % Participação do Setor Agropecuário no VAB do Estado em 2020.

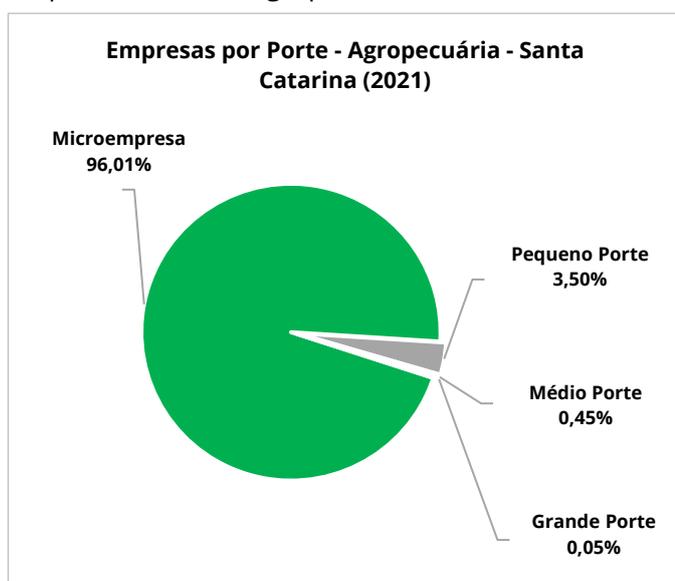


Fonte: Sistema de Contas Regionais. PIB pela Ótica da Produção. IBGE. 2020

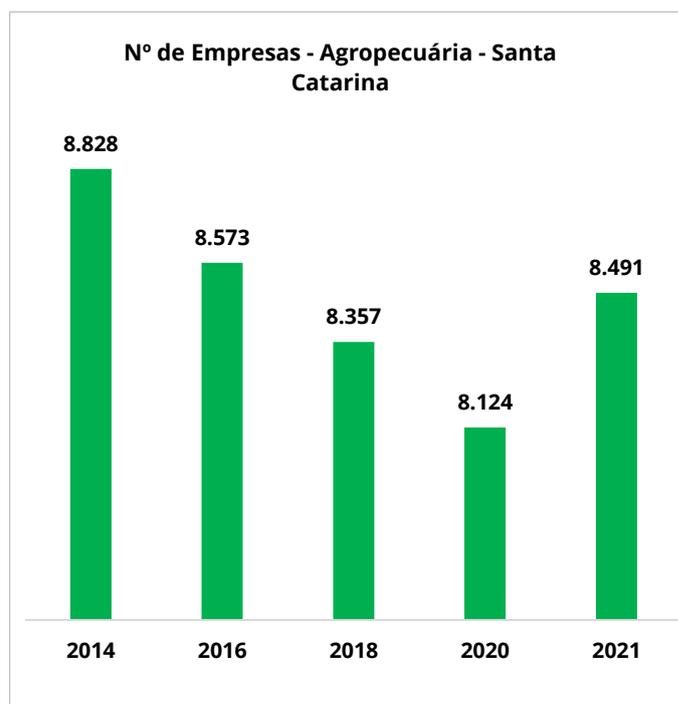
EMPRESAS NO SETOR AGROPECUÁRIO EM SC

8.491 Empresas do setor Agropecuário em SC (2021).

96,01% Percentual de microempresas no total de Empresas do setor Agropecuário de SC (2021)



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

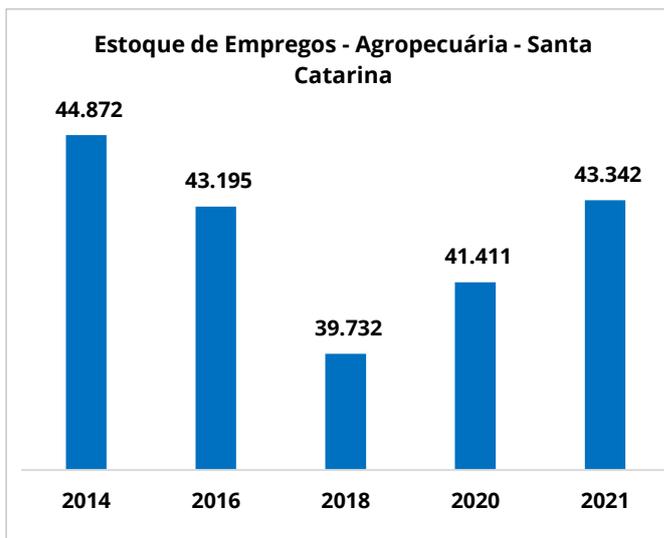
EMPREGOS NO SETOR AGROPECUÁRIO EM SC

43.342 - Número de empregos no setor Agropecuário catarinense em 2021.

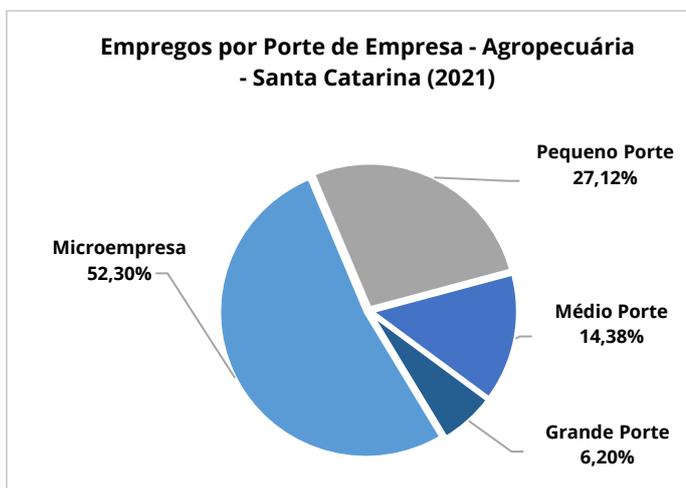
52,30% dos empregos do setor Agropecuário em SC concentrado em Microempresas (2021).

-0,44% - Redução média anual no estoque de empregos do setor Agropecuário de SC no período 2015-2021. Destaque para a variação de 4,66% no ano de 2021 (incremento de 1.931 postos de trabalho).

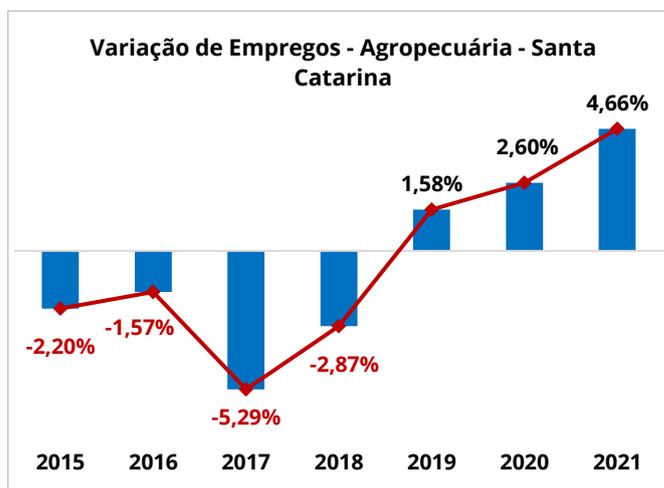
6,35% incremento médio anual dos salários do Setor Agropecuário no período 2014-2021. Salário mensal médio evoluiu de R\$ 1.355,12 (ano 2014) para R\$ 2.078,21 (ano 2021).



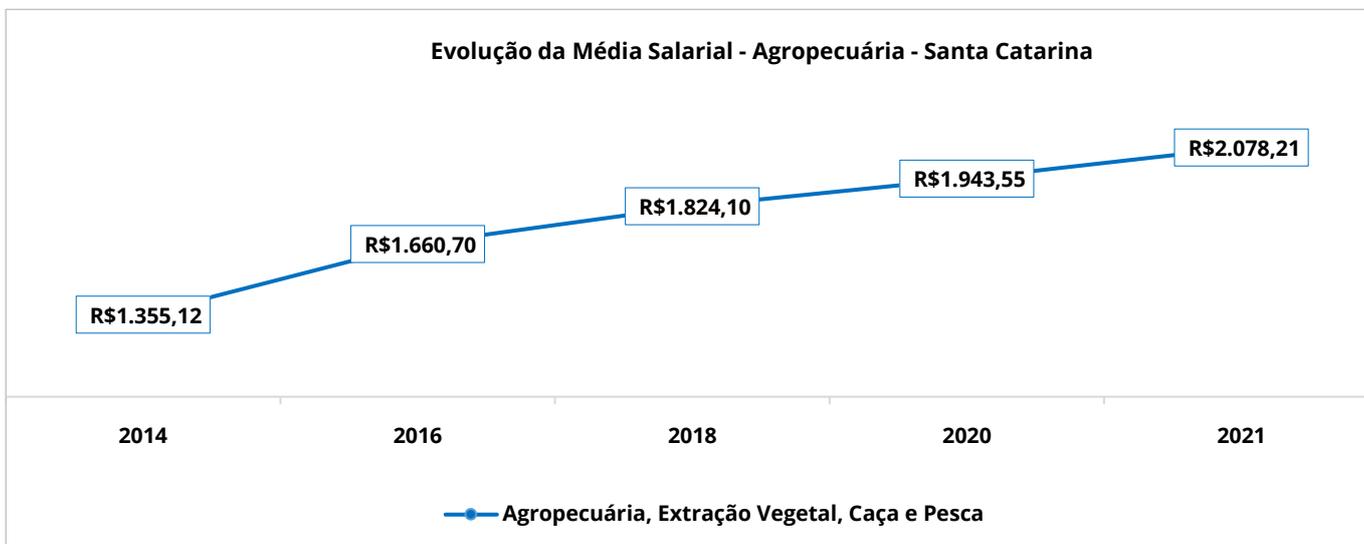
Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Anuário Estatístico da RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

3. DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Diagnóstico do Estado de Santa Catarina estruturado em quatro dimensões (Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Mobilidade e Gestão Pública), detalhado em setores atividade. A seguir apresentamos informações, segmentadas por dimensão e setor atividade, referentes ao diagnóstico setorial realizado pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

3.1 Dimensão: Desenvolvimento Social

3.1.1 Educação de Qualidade

Secretaria de Estado da Educação - SED

A Secretaria de Estado da Educação desempenha um papel fundamental na promoção da educação de qualidade em Santa Catarina. Nossa missão é proporcionar aos estudantes uma aprendizagem que desenvolva suas competências, tanto pessoais quanto profissionais, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Para alcançar esse objetivo, adotamos uma abordagem estratégica de gestão, baseada em quatro pilares fundamentais. Em primeiro lugar, buscamos gerir nossas ações com base em métricas e resultados, garantindo uma gestão eficiente e eficaz, que permita avaliar continuamente nosso desempenho e tomar decisões embasadas em dados concretos.

Além disso, nosso foco está em entregar uma educação com alto valor agregado, proporcionando aos estudantes experiências educacionais enriquecedoras, as quais vão além do currículo básico. Buscamos estimular o desenvolvimento de habilidades e competências que os preparem para a vida em sociedade, o mercado de trabalho e a busca de seus sonhos e aspirações.

A organização e otimização do uso de recursos também são aspectos cruciais na atuação da Secretaria. Buscamos fazer um planejamento estratégico abrangente para os próximos quatro anos, garantindo uma visão de longo prazo para nossas ações. Além disso, buscamos aprimorar a infraestrutura das escolas e demais instituições educacionais, assegurando ambientes adequados e propícios ao aprendizado.

Por fim, nosso objetivo é obter a melhor estrutura para a rede, garantindo que a gestão da educação seja descentralizada e próxima às realidades locais. Buscamos fortalecer a presença da família na escola, envolvendo os pais e responsáveis no processo educacional de seus filhos. Além disso, temos o compromisso de criar o Programa Universidade Gratuita, proporcionando oportunidades de acesso ao ensino superior e promovendo o desenvolvimento de Santa Catarina.

Com uma abordagem abrangente e focada em resultados, a Secretaria de Estado da Educação está empenhada em fortalecer a educação básica e profissional, valorizando e oferecendo formação continuada aos profissionais da educação. Garantir a saúde financeira da secretaria, aprimorar o fluxo de comunicação e de documentos, otimizar os processos e a oferta educacional entre as redes são também iniciativas essenciais para nosso sucesso.

Estamos comprometidos em proporcionar uma educação de qualidade que prepare os estudantes para os desafios do século XXI. Acreditamos que a educação é a base para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e próspera. Juntos, podemos construir um futuro melhor através do investimento no conhecimento e na formação dos nossos jovens.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

- I – formular as políticas educacionais da educação básica, profissional e superior no Estado de Santa Catarina, observadas as normas regulamentares de ensino emanadas do Conselho Estadual de Educação (CEE) e as diretrizes, metas e estratégias do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina;
- II – garantir o acesso e a permanência dos alunos na educação básica no Estado;
- III – coordenar a elaboração de programas de educação superior para o desenvolvimento regional;
- IV – definir a política de tecnologia educacional;
- V – estimular a realização de pesquisas científicas em parceria com outras instituições;
- VI – fomentar a utilização de metodologias e técnicas estatísticas do banco de dados da educação, objetivando a divulgação das informações aos gestores escolares;
- VII – elaborar programas de pesquisa voltados à área educacional na rede pública estadual de ensino;
- VIII – formular e implementar a Proposta Curricular de Santa Catarina;
- IX – estabelecer políticas e diretrizes para a construção, expansão, reforma e manutenção de escolas da Rede Pública Estadual de Ensino.
- X – firmar acordos de cooperação e convênios com instituições nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos e programas educacionais;
- XI – sistematizar e emitir relatórios periódicos de acompanhamento e controle de alunos, escolas, pessoal do Magistério, de construção e reforma de prédios escolares e aplicação de recursos financeiros destinados à educação;
- XII – coordenar as ações da educação de modo a garantir a unidade da rede, tanto nos aspectos pedagógicos quanto administrativos;
- XIII – normatizar, supervisionar, orientar, controlar e formular políticas de gestão de pessoal do Magistério Público Estadual, de forma articulada com o órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas;
- XIV – promover, articuladamente com o órgão central do SAGP, a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal para garantir a unidade da Proposta Curricular no estado;
- XV – articular, formular, apoiar, fomentar, supervisionar e garantir, em conjunto com a Fundação Catarinense de Esporte e o Sistema Desportivo Estadual, a prática Regular do esporte educacional; e
- XVI – Realizar o acompanhamento da execução do Plano Estadual de Educação (PEE/SC) e divulgar a progressiva implementação das estratégias para a concretização das metas, de forma a garantir o amplo acesso da população ao Plano.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover educação de qualidade, proporcionando ao estudante aprendizagem de competências para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

VISÃO: Tornar Santa Catarina referência nacional em educação básica até 2027.

VALORES:

- Respeito;
- Transparência;
- Colaboração;
- Senso de pertencimento;
- Inovação;
- Agilidade;
- Cultura de resultado.

ESTRUTURA:

- **Gabinete do Secretário**
 - Assessoria de Comunicação
 - Controle Interno e Ouvidoria
 - Consultoria Jurídica
- **Diretoria de Administração**
 - Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação
 - Gerência de Compras e Contratações
 - Gerência de Apoio Operacional
 - Gerência de Logística
- **Diretoria de Finanças**
 - Gerência de Orçamento e Custos
 - Gerência Financeira
 - Gerência de Contabilidade
- **Diretoria de Ensino**
 - Gerência do Ensino Fundamental
 - Gerência do Ensino Médio e Profissional
 - Gerência de Modalidades e Diversidades Curriculares
 - Gerência de Administração Escolar
 - Gerência de Articulação e Ofertas Educacionais
- **Diretoria de Planejamento**
 - Gerência de Planejamento e Gestão
 - Gerência de Avaliação e Estatísticas Educacionais
 - Gerência de Políticas e Documentação Escolar
- **Diretoria de Gestão de Pessoas**
 - Gerência de Gestão de Pessoas
 - Gerência de Remuneração e Movimentação
 - Gerência de Desenvolvimento Profissional
- **Diretoria de Infraestrutura**
 - Gerência de Projetos
 - Gerência de Infraestrutura
 - Gerência de Manutenção
- **Coordenadorias Regionais de Educação**

CARREIRAS/SERVIDORES: A estrutura de carreira dos cargos efetivos integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual é constituída por 6 (seis) níveis e 9 (nove) referências, que é composta dos cargos:

I – Grupo Ocupacional de Docência: Professor;

II – Grupo Ocupacional de Apoio Técnico:

a) Assistente Técnico-Pedagógico; e

b) Especialista em Assuntos Educacionais;

III – Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo: Assistente de Educação; e

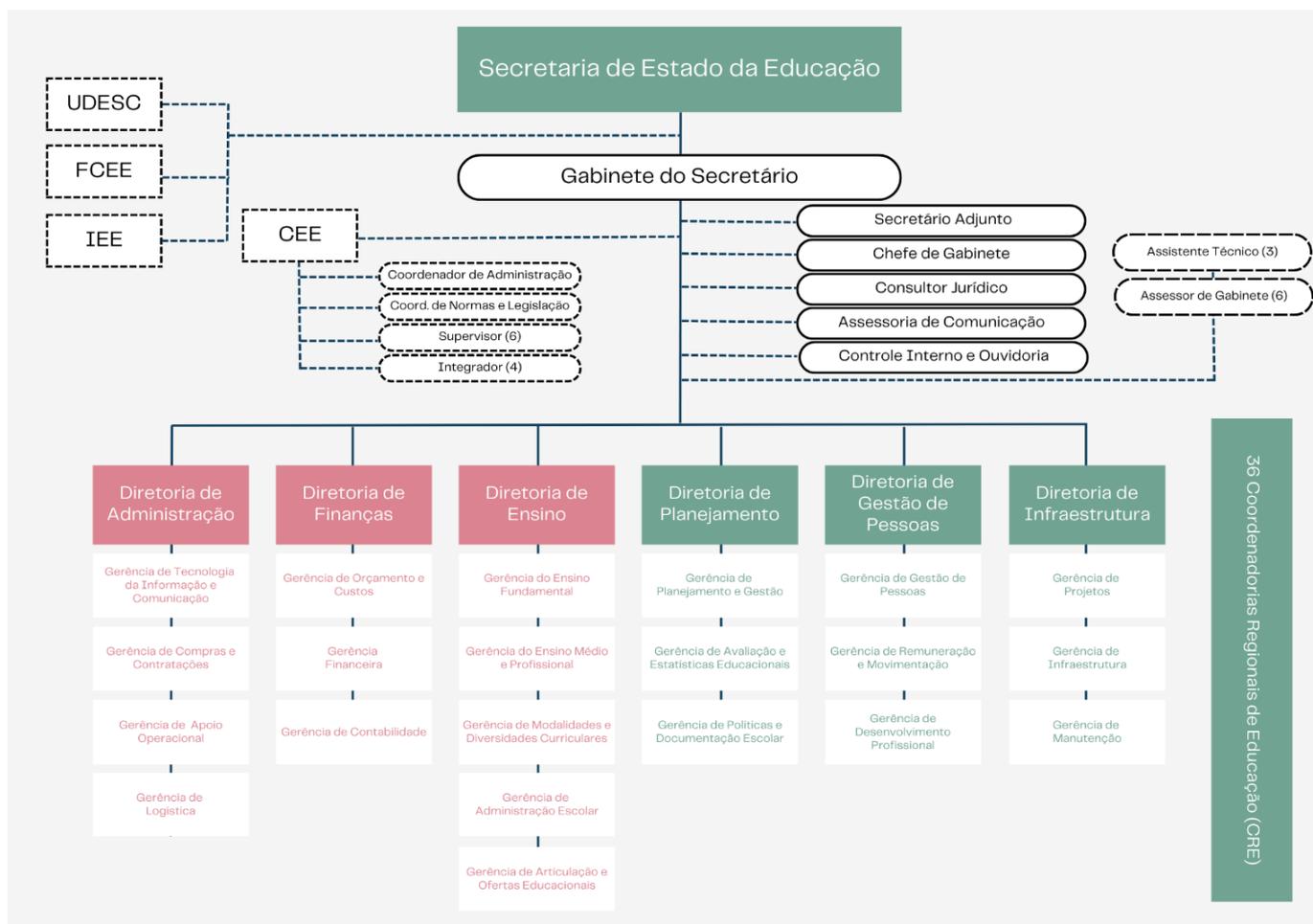
IV – Grupo Ocupacional de Gestão: Consultor Educacional.

O desenvolvimento funcional poderá ocorrer das seguintes formas:

1. Ascensão funcional é a passagem do titular de cargo efetivo integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, estável, de um nível de habilitação para outro superior.
2. Promoção é a elevação do titular de cargo efetivo integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, estável, à referência imediatamente superior do nível a que pertence, a cada 3 anos, comprovando o somatório mínimo de 120 (cento e vinte) horas de frequência ou docência em cursos de aperfeiçoamento ou atualização.

| SERVIDORES EFETIVOS - MÊS DE MAIO/23 | |
|---------------------------------------|---------------|
| Descrição do Cargo | Total |
| ASSISTENTE DE EDUCACAO | 1.731 |
| ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO | 1.641 |
| CONSULTOR EDUCACIONAL | 169 |
| ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 961 |
| PROFESSOR | 13.929 |
| Total geral | 18.431 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

No campo de atuação do Ensino Fundamental as principais áreas de atuação são:

- **Assegurar a devida execução das ações pedagógicas voltadas ao Ensino Fundamental:** Nesse campo, é fundamental garantir que todas as ações pedagógicas planejadas para o Ensino Fundamental sejam executadas de forma eficiente e alinhadas com as diretrizes educacionais estabelecidas. Isso envolve o acompanhamento e a supervisão das práticas pedagógicas adotadas nas unidades de ensino;
- **Monitorar o desempenho dos programas e projetos voltados para o Ensino Fundamental do estado:** Acompanhar de perto o desempenho dos programas e projetos implementados no âmbito do Ensino Fundamental, avaliando seus resultados e impactos. Essa monitorização é crucial para identificar pontos fortes e áreas que requerem melhoria, visando garantir a efetividade dessas iniciativas educacionais;
- **Elaborar, orientar e acompanhar os projetos e programas desenvolvidos nas unidades de ensino:** Em parceria com as coordenadorias, é responsabilidade do campo de atuação do Ensino Fundamental elaborar, orientar e acompanhar os projetos e programas desenvolvidos nas unidades de ensino. Isso inclui fornecer diretrizes claras, orientações pedagógicas e suporte necessário para a implementação dessas iniciativas;
- **Promover a excelência do ensino catarinense, no âmbito da educação fundamental:** Buscar constantemente a excelência no ensino catarinense, buscando melhorar a qualidade da educação fundamental oferecida pelo estado. Isso envolve o estabelecimento de metas e estratégias para aprimorar os resultados educacionais, a formação continuada dos professores, o uso de práticas pedagógicas inovadoras e o incentivo à pesquisa e à inovação educacional;
- **Garantir a regulação das diretrizes do Ensino Fundamental:** Assegurar que as diretrizes e normas estabelecidas para o Ensino Fundamental sejam seguidas e implementadas de forma adequada nas unidades de ensino. Isso inclui a revisão e atualização periódica dessas diretrizes, levando em consideração as demandas e desafios atuais da educação;
- **Assegurar a implementação dos documentos norteadores da educação, como o currículo base na rede estadual:** Garantir a implementação do currículo base nas escolas da rede estadual, assegurando que as orientações curriculares sejam seguidas e que os conteúdos essenciais sejam abordados de maneira adequada. Isso envolve o monitoramento e a avaliação da implementação do currículo nas escolas;
- **Acompanhar e avaliar o processo de implementação de políticas e programas de educação integral no âmbito da educação fundamental:** Acompanhar e avaliar a implementação de políticas e programas de educação integral, que visam promover uma formação mais abrangente e integral para os estudantes do Ensino Fundamental. Isso inclui monitorar a ampliação do tempo escolar, o desenvolvimento de atividades complementares e a articulação com instituições e parceiros externos;
- **Acompanhar e avaliar o processo de implementação de políticas e programas de educação integral no âmbito da educação fundamental:** Acompanhar e avaliar a implementação de políticas e programas de educação integral, que visam promover uma formação mais abrangente e integral para os estudantes do Ensino Fundamental. Isso inclui monitorar a ampliação do tempo escolar, o desenvolvimento de atividades complementares e a articulação com instituições e parceiros externos;
- **Gerir ações de convênios e demais formas de parceria com outras esferas do poder público ou entidades não-governamentais, no âmbito da educação fundamental:** Gerenciar e estabelecer parcerias com outras esferas do poder público, bem como entidades não-governamentais, visando fortalecer as ações e programas desenvolvidos no âmbito do Ensino Fundamental. Isso inclui a gestão dos convênios, o monitoramento das atividades desenvolvidas em parceria e a busca por recursos adicionais para o aprimoramento da educação fundamental.

No campo de atuação do Ensino Médio e Profissional os principais campos de atuação são:

- **Assegurar a devida execução das ações pedagógicas voltadas ao Ensino Médio e Profissionalizante:** Garantir que todas as ações pedagógicas planejadas para o Ensino Médio e Profissionalizante sejam executadas de forma adequada e alinhadas com as diretrizes educacionais estabelecidas. Isso envolve o acompanhamento e a supervisão das práticas pedagógicas adotadas nas unidades de ensino;
- **Coordenar, monitorar e avaliar programas e projetos federais e estaduais voltados para o ensino médio do estado:** Realizar a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos programas e projetos voltados especificamente para o ensino médio, sejam eles implementados pelo governo federal ou estadual. Essa atribuição visa garantir a efetividade dessas iniciativas e o alcance dos resultados esperados;
- **Promover a excelência do ensino catarinense, no âmbito do ensino médio:** Buscar a promoção da excelência no ensino médio catarinense, implementando estratégias e ações que visam a melhoria contínua da qualidade da educação nessa etapa. Isso envolve o estabelecimento de metas e diretrizes, a formação continuada dos professores, a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a busca pela excelência nos resultados educacionais;
- **Garantir a regulação das diretrizes da Educação Profissional do estado:** Assegurar a regulação das diretrizes da Educação Profissional em Santa Catarina, garantindo que os cursos e programas estejam alinhados com as necessidades do mercado de trabalho e as demandas da sociedade. Isso inclui a definição de diretrizes curriculares, a certificação dos cursos e a supervisão da qualidade da formação profissional oferecida;
- **Acompanhar e avaliar o processo de implementação de políticas e programas de educação integral no âmbito do ensino médio:** Acompanhar e avaliar a implementação de políticas e programas de educação integral no ensino médio, buscando promover uma formação mais abrangente e integral para os estudantes. Isso envolve o monitoramento da ampliação do tempo escolar, a implementação de atividades complementares e a articulação com instituições e parceiros externos;
- **Coordenar, acompanhar e fiscalizar os estágios obrigatórios e não obrigatórios no âmbito da educação:** Promover a coordenação, o acompanhamento e a fiscalização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados pelos estudantes do ensino médio e profissionalizante. Essa atribuição visa garantir a qualidade dos estágios, o cumprimento da legislação e a adequação das experiências de trabalho dos estudantes;
- **Elaborar, promover e ofertar cursos de formação continuada voltada ao ensino médio de acordo com a matriz curricular estadual:** Elaborar, promover e oferecer cursos de formação continuada voltados aos professores do ensino médio, visando o aprimoramento de suas práticas pedagógicas e o aprofundamento dos conhecimentos em sua área de atuação. Essa atribuição busca garantir uma formação continuada de qualidade, alinhada com a matriz curricular estadual;
- **Coordenar e supervisionar a autorização de funcionamento de cursos do Ensino Médio e Profissional da rede pública estadual:** Coordenar e supervisionar o processo de autorização de funcionamento de cursos do Ensino Médio e Profissional nas unidades da rede pública estadual. Isso envolve a análise de projetos pedagógicos, a vistoria das instalações, a verificação da capacidade técnica e estrutural das escolas e a garantia do cumprimento das normas educacionais;
- **Gerir ações de convênios e demais formas de parceria com outras esferas do poder público ou entidades não-governamentais, no âmbito do ensino médio estadual:** Gerenciar e estabelecer parcerias com outras esferas do poder público e entidades não-governamentais para o fortalecimento do ensino médio estadual. Isso inclui a gestão de convênios, o estabelecimento de parcerias estratégicas e a busca por recursos adicionais para o desenvolvimento de programas e projetos;

No campo de atuação das Modalidades e Diversidades Curriculares os principais campos de atuação são:

- **Garantir o ensino público de qualidade aos alunos da Educação Especial, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação do Campo, da Educação Escolar Quilombola e da Educação Escolar Indígena:** Assegurar que os alunos dessas modalidades de ensino tenham acesso a uma educação pública de qualidade, respeitando suas especificidades e necessidades. Isso envolve a criação de políticas, diretrizes e práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o desenvolvimento pleno dos estudantes em cada uma dessas modalidades;
- **Promover e propor novas ações e projetos voltados para as diversidades curriculares:** Desenvolver e implementar ações e projetos que valorizem e atendam as diversidades curriculares presentes nas diferentes modalidades de ensino. Isso inclui a promoção de iniciativas que ampliem a oferta de recursos, estratégias e materiais pedagógicos adequados às características de cada grupo específico, fomentando a equidade e o respeito à diversidade;
- **Garantir a formação continuada de professores atualizando os conhecimentos específicos de cada área:** Oferecer formação continuada aos professores que atuam nas modalidades e diversidades curriculares, atualizando seus conhecimentos específicos e fortalecendo suas competências pedagógicas. Essa atribuição visa capacitar os educadores para lidar com as demandas e necessidades dos alunos, proporcionando práticas pedagógicas inclusivas e eficazes;
- **Coordenar a implementação de políticas educacionais voltadas à Educação Especial, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação do Campo, da Educação Escolar Quilombola e da Educação Escolar Indígena:** Coordenar e acompanhar a implementação de políticas educacionais direcionadas às diferentes modalidades e diversidades curriculares, assegurando a adequada execução das ações planejadas. Isso envolve o estabelecimento de diretrizes, o monitoramento dos resultados e o ajuste de estratégias conforme necessário;
- **Representar a SED em reuniões, eventos, conselhos de direitos, comitês e comissões voltadas para as modalidades alternativas de ensino:** Representar a Secretaria de Educação (SED) em diferentes instâncias e espaços de discussão relacionados às modalidades e diversidades curriculares. Essa atribuição busca garantir a participação ativa da SED nessas iniciativas, contribuindo para o fortalecimento e a melhoria das políticas educacionais voltadas a essas modalidades;
- **Acompanhar e avaliar o processo de inclusão no período de escolarização a fim de garantir a permanência e o êxito na aprendizagem do aluno com deficiência:** Acompanhar de perto o processo de inclusão de alunos com deficiência, garantindo sua permanência e sucesso no ambiente escolar. Isso envolve a identificação de barreiras e desafios, a implementação de medidas de apoio e a avaliação contínua dos resultados, visando oferecer suporte e garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos;
- **Coordenar as ações do Núcleo de educação, prevenção, atenção e atendimento à violência na Escola:** Coordenar as ações do Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento à Violência na Escola, visando promover um ambiente seguro e acolhedor para os estudantes. Isso envolve o desenvolvimento de estratégias de prevenção, a capacitação de profissionais, a criação de protocolos de atendimento e a articulação com outros órgãos e instituições envolvidos na promoção da segurança e do bem-estar dos alunos.

No campo de atuação da Administração Escolar os principais campos de atuação são:

- **Planejar e solicitar a aquisição de suprimentos para as unidades de ensino:** Realizar o planejamento e solicitação de suprimentos necessários para o funcionamento adequado das unidades de ensino. Isso envolve identificar as demandas, estabelecer critérios de qualidade e quantidade, e solicitar a compra dos materiais necessários para o desenvolvimento das atividades educacionais;

- **Acompanhar e fiscalizar o recebimento de suprimentos pelas unidades de ensino:** Acompanhar de perto o processo de recebimento dos suprimentos adquiridos, verificando a conformidade dos materiais em relação ao que foi solicitado e garantindo a qualidade dos produtos recebidos. Essa atribuição busca assegurar que as unidades de ensino recebam os suprimentos necessários para o seu funcionamento adequado;
- **Acompanhar e fiscalizar o consumo de suprimentos:** Monitorar o consumo dos suprimentos pelas unidades de ensino, garantindo que sejam utilizados de forma adequada e sustentável. Isso envolve o controle de estoque, a verificação do uso correto dos materiais e a adoção de medidas para evitar desperdícios;
- **Fiscalizar e garantir a qualidade e conformidade dos suprimentos adquiridos:** Fiscalizar a qualidade e a conformidade dos suprimentos adquiridos, verificando se atendem aos padrões estabelecidos e às normas de segurança. Essa atribuição busca assegurar que os suprimentos utilizados nas unidades de ensino sejam seguros, duráveis e adequados para o seu propósito;
- **Coordenar a realização de eventos escolares:** Coordenar a organização e realização de eventos escolares, como festas, feiras, palestras, entre outros. Isso envolve o planejamento logístico, a definição de cronogramas, a mobilização de recursos e a coordenação das equipes responsáveis pela realização dos eventos;
- **Garantir a alimentação dos alunos do ensino público estadual de acordo com as necessidades nutricionais estabelecidas:** Assegurar que os alunos do ensino público estadual recebam uma alimentação adequada, em conformidade com as necessidades nutricionais estabelecidas. Isso envolve a definição de cardápios equilibrados, a supervisão do preparo das refeições e a garantia de que os alimentos oferecidos sejam nutritivos e seguros;
- **Controlar e elaborar relatórios sobre a quantidade de refeições realizadas na rede de ensino estadual:** Realizar o controle e elaboração de relatórios sobre a quantidade de refeições servidas na rede de ensino estadual. Isso permite acompanhar o consumo alimentar dos alunos, identificar demandas e necessidades, e fornecer informações relevantes para a tomada de decisões e o planejamento estratégico;
- **Elaborar os cardápios de refeições usando como base o estabelecido pelo PNAE:** Elaborar os cardápios das refeições escolares, considerando as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Isso envolve a seleção de alimentos saudáveis e adequados, respeitando as restrições e recomendações nutricionais estabelecidas;
- **Coordenar a entrega e armazenamento dos alimentos para preparo das refeições escolares:** Coordenar a logística de entrega e armazenamento dos alimentos utilizados no preparo das refeições escolares. Isso inclui o controle de estoque, o acompanhamento da qualidade dos alimentos recebidos e a supervisão das condições de armazenamento, garantindo a segurança e a adequação dos produtos utilizados;
- **Elaborar, implementar e acompanhar projetos relativos à alimentação escolar:** Elaborar e implementar projetos voltados para a melhoria da alimentação escolar, buscando aperfeiçoar a qualidade, a diversidade e a sustentabilidade dos alimentos oferecidos. Isso pode envolver parcerias com produtores locais, iniciativas de educação alimentar e ações que promovam uma alimentação saudável e consciente;
- **Promover a oferta de alimentação escolar com alimentos da agricultura familiar:** Estimular a oferta de alimentos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, fortalecendo a economia local e incentivando práticas sustentáveis. Isso envolve a articulação com produtores rurais, a promoção de compras institucionais e o estabelecimento de mecanismos que facilitem a inclusão dos alimentos da agricultura familiar nas refeições escolares.

No campo de atuação da Articulação e Ofertas Educacionais os principais campos de atuação são:

- **Fortalecer a parceria e cooperação entre Estado e Município:** Promover a aproximação e o trabalho conjunto entre o Estado e os Municípios, buscando uma atuação integrada na oferta da educação básica. Isso envolve a realização de reuniões, articulações e parcerias estratégicas, visando o alinhamento de ações e a otimização dos recursos disponíveis;
- **Elaborar o plano de ofertas educacionais:** Desenvolver um plano de ação que oriente as ofertas educacionais, considerando as necessidades e demandas específicas de cada região. Isso inclui a definição de metas, a identificação de áreas prioritárias e a proposição de estratégias para ampliar o acesso e a qualidade da educação básica;
- **Elaborar e coordenar políticas e programas de atuação conjunta com os municípios para oferta da educação básica:** Desenvolver políticas e programas que promovam a atuação conjunta entre o Estado e os Municípios na oferta da educação básica. Isso envolve a criação de diretrizes, a definição de normas e o estabelecimento de ações integradas que visem à melhoria da qualidade da educação;
- **Manter a interlocução e atender as demandas de municípios em questões relacionadas à solicitação de recursos:** Manter uma comunicação constante com os prefeitos, atendendo às demandas relacionadas à solicitação de recursos para a educação básica. Isso inclui o estabelecimento de canais de diálogo, a análise das necessidades apresentadas e o encaminhamento adequado das solicitações;
- **Promover programas de apoio técnico, pedagógico e financeiro aos sistemas municipais:** Desenvolver programas que ofereçam apoio técnico, pedagógico e financeiro aos sistemas municipais de ensino. Isso inclui a disponibilização de recursos, a realização de capacitações e o acompanhamento das práticas pedagógicas, visando fortalecer a gestão educacional e melhorar os indicadores de aprendizagem;
- **Capacitar gestores e servidores municipais para o aprimoramento da gestão dos sistemas de ensino:** Promover a capacitação de gestores e servidores municipais, oferecendo cursos, workshops e formações que contribuam para o aprimoramento da gestão dos sistemas de ensino. Isso inclui o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais, visando fortalecer a administração educacional nos municípios;
- **Garantir a devida execução e prestação de contas dos convênios com recursos da Secretaria e da Assembleia Legislativa:** Assegurar que os convênios firmados com recursos da Secretaria de Educação e da Assembleia Legislativa sejam executados de forma adequada e transparente. Isso envolve a fiscalização dos repasses, o acompanhamento das atividades e a prestação de contas, garantindo a correta utilização dos recursos públicos;
- **Coordenar o Programa Estadual de Transporte Escolar para os alunos da rede estadual em parceria com os municípios:** Coordenar o Programa Estadual de Transporte Escolar, em parceria com os municípios, garantindo o deslocamento seguro e regular dos alunos da rede estadual. Isso envolve o planejamento e a gestão do transporte, a definição de rotas, a contratação de empresas ou motoristas, e o monitoramento da qualidade e da eficiência do serviço;

Na área de atuação da Diretoria de Gestão de Pessoas as principais atribuições são:

- **Regulamentar, normatizar e controlar** os procedimentos administrativos relativos à gestão de pessoas no âmbito da SED/Coordenadorias/Escolas, assegurando a uniformidade de interpretação e aplicação da legislação pertinente;
- **Acompanhar a vida funcional** de todos os servidores vinculados à Secretaria de Estado da Educação/SED, desde a investidura no cargo até a aposentadoria;
- **Publicação de Atos Legais:** Afastamentos gerais, movimentação de pessoal (concessão de afastamento / disposição), dispensa do ponto;
- **Elaboração e publicação de Editais** de concursos de ingresso, processo seletivo de professor ACT e concurso de remoção;

- **Folha de Pagamento:** Análise, conferência e regularização;
- **Estudo, revisão e elaboração de dispositivos legais:** Minutas de Portaria / Decreto / Projeto de Lei;
- **Subsidiar a defesa do Estado** nas Ações Judiciais movidas pelos Servidores Públicos da Secretaria de Estado da Educação.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Capilaridade de rede 2. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do território catarinense 3. Gestão participativa e democrática 4. Indicadores educacionais e sociais – Educação na Palma da Mão 5. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense 6. Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina 7. Concursos públicos 8. Sistema de Gestão Educacional | <ol style="list-style-type: none"> 1. Infraestrutura escolar obsoleta 2. Demora no atendimento e entrega das obras 3. Resultados dos indicadores externos (SAEB e IDEB) 4. Sistemas de gestão subutilizados 5. Burocracia: falta de processos bem definidos 6. Monitoramento e cobrança de resultados 7. Quantitativo de contratos de admissão em caráter temporário 8. Déficit de profissionais efetivos nas unidades escolares |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Colaboração com empresas e organizações 2. Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação de SC 3. Interesse da sociedade pela educação 4. Acesso e articulação com órgãos externos (CONSED, MEC, CAPES) 5. Integração das Coordenadorias Regionais de Educação e entre as Diretorias da SED 6. Personalização da aprendizagem | <ol style="list-style-type: none"> 1. Mudanças no mercado de trabalho 2. Alterações nas políticas educacionais 3. Pressões financeiras 4. Judicialização crescente da educação 5. Falta de professores habilitados em algumas áreas 6. Formação inicial de profissionais alinhados com a realidade atual da educação catarinense |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS

- Servidores da Secretaria de Estado da Educação
- Coordenadorias Regionais de Educação (CREs)
- Profissionais de educação escolar
- Profissionais do magistério
- Terceirizados e Estagiários

EXTERNAS

- Pais/responsáveis e estudantes
- Comunidade do entorno
- Sociedade
- Outros órgãos públicos
- Consultorias privadas
- Conselho Estadual da Educação
- Secretarias Municipais de Educação.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Em 2021 e 2022, os investimentos em educação no Estado atingiram o mínimo constitucional de 25%. Para mostrar os resultados atingidos nos últimos anos, elencamos quatro tópicos:

1- Resultados para os profissionais do magistério:

- Todos os profissionais passaram a ganhar, no mínimo, 5 mil;
- Foram contratados 64 psicólogos e 64 assistentes sociais para atuar nas coordenadorias regionais de educação;
- Contratação de 4,2 mil professores efetivos;
- Implementação do Processo Seletivo ACT-online;
- Concessão de 1,1 mil bolsas de pós-graduação.

2- Resultados na infraestrutura das escolas:

- R\$ 418 milhões para manutenção e revitalização das unidades e cerca de R\$ 58,3 milhões destinados a obras e projetos;
- Obras em 1007 escolas estaduais;
- Novas escolas: Em 2019, a EEB Zita Flach, em Chapecó, foi entregue com investimentos de R\$ 9,6 milhões. Em 2020, houve a inauguração da EEB Ângelo Cascaes Tancredo, em Palhoça, após investimento de R\$ 8,9 milhões, e do Centro de Educação Profissional (Cedup) de Guaramirim, que teve investimento de R\$ 10,1 milhões. Em 2021, a EEB Prof. José Faria Neto foi entregue à comunidade do Distrito de Ibicuí, em Campos Novos. Foram investidos R\$ 2,38 milhões em recursos estaduais na construção da nova unidade; Em 2022 foi entregue o Cedup de Rio Fortuna e a EEB Senador Evelásio Vieira;
- Início da construção de 81 quadras poliesportivas cobertas em escolas de todas as regiões de Santa Catarina, no valor de R\$ 246 milhões;

3 - Políticas educacionais em todos os níveis:

- Elaboração do novo currículo e implementação do Novo Ensino Médio no Estado;
- Incremento do Uniedu, programa de bolsas para a educação superior. Investimento de R\$ 1,3 bilhões nos últimos quatro anos;
- Construção e lançamento, em 2019, do Currículo Base do Território Catarinense da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- Criação da Política de Alfabetização do Estado;
- Gestão Estratégica do Indicador Crítico de Rendimento Escolar do Ensino Médio em Linguagens, Matemática, Ciência da Natureza e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
- Implantação do Programa de Escolas Cívico-Militares (PECIM) na rede estadual de educação de Santa Catarina;

4 - Incremento de tecnologia nas escolas:

- Compra de notebooks para professores, lousas digitais e tablets para as escolas;
- Implementação do sistema de dados "Educação na Palma da Mão";

Implementação de Laboratórios Makers em 295 escolas estaduais.

Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), está instituída sob a Lei Estadual nº 8.092, de 1º de outubro de 1990, e a Constituição Estadual. É uma instituição pública de educação, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, disciplinar e patrimonial; e que obedece ao princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme o artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil e os artigos 168 e 169 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A UDESC possui o Museu da Escola Catarinense, localizado na Rua Saldanha Marinho nº 196, no Centro de Florianópolis, e unidades presenciais em: 1. Florianópolis; 2. Balneário Camboriú; 3. Joinville; 4. São Bento do Sul; 5. Ibirama; 6. Lages; 7. Laguna; 8. Chapecó; 9. Pinhalzinho, 10. Caçador (em implantação).

Nome das unidades da UDESC e onde se localizam:

- 1) Reitoria, em Florianópolis;
- 2) Centro de Artes, Design e Moda – CEART, em Florianópolis;
- 3) Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG, em Florianópolis;
- 4) Centro de Ciências da Saúde e do Esporte – CEFID, em Florianópolis;
- 5) Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, em Florianópolis;
- 6) Centro de Educação a Distância – CEAD, em Florianópolis;
- 7) Centro de Ciências Agroveterinárias – CAV, em Lages;
- 8) Centro de Ciências Tecnológicas – CCT, em Joinville;
- 9) Centro de Educação do Planalto Norte – CEPLAN, em São Bento do Sul;
- 10) Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí – CESFI, em Balneário Camboriú;
- 11) Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES, em Laguna;
- 12) Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVI, em Ibirama;
- 13) Centro de Educação Superior do Oeste – CEO, em Chapecó, Pinhalzinho e Fazenda Experimental no município de Guatambu;
- 14) Centro de Educação Superior do Meio-Oeste – CESMO, em Caçador (em implantação).

Além das unidades presenciais, a Universidade também possui 30 polos de educação a distância (EAD) em todas as regiões do Estado, envolvendo cursos de graduação e pós-graduação, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação (MEC).

De acordo com o Estatuto da UDESC, aprovado pelo Decreto nº 4.184/2006 e alterado pelo Decreto Estadual nº 1.793/2018 a Universidade tem por fim a produção, preservação e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico, desportivo e cultural, por intermédio do fomento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC tem por objetivos específicos o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, integrados na formação técnica profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, científica, tecnológica e artística, conforme previsto no art. 2º da Lei nº 8.092/1990.

De acordo com o Estatuto da UDESC, aprovado pelo Decreto nº 4.184/2006 e alterado pelo Decreto Estadual nº 1.793/2018 a Universidade tem por fim a produção, preservação e difusão do conhecimento científico,

tecnológico, artístico, desportivo e cultural, por intermédio do fomento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo para tanto realizar as atribuições:

- I - Garantir a indissociabilidade entre o Ensino, Pesquisa e Extensão nas diversas áreas do conhecimento, comprometidos com a cidadania e a socialização do saber;
- II - Estabelecer parcerias solidárias com a comunidade na busca de soluções coletivas e na construção de uma sociedade democrática, plural e ética;
- III - Promover a inclusão social e étnica, respeitando a diversidade cultural;
- IV - Contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade, com a busca da erradicação das desigualdades sociais e a utilização de tecnologias ecologicamente orientadas;
- V - Estimular, promover e manter a investigação científica;
- VI - Fomentar e prover de recursos às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, no âmbito da UDESC.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: A UDESC tem, por missão, realizar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, de modo articulado, a fim de contribuir na formação de cidadãos comprometidos com a ética e com a qualidade de vida para o desenvolvimento sustentável das organizações e da sociedade.

VISÃO: Ser uma Universidade de excelência no Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão.

VALORES: Liberdade de expressão; Democracia; Moralidade; Ética; Transparência; Respeito à dignidade da pessoa e seus direitos fundamentais

ESTRUTURA: A UDESC está estruturada na forma de Universidade multicampi que compreende a Reitoria, os Campi, os Centros, as Unidades Avançadas e os Departamentos. Os órgãos da UDESC, definidos na legislação vigente são:

- a) Deliberação Superior: Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho Curador (CONCUR), Câmara de Ensino de Graduação (CEG), Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG), Câmara de Extensão, Cultura e Comunidade (CECC) e Câmara de Administração e Planejamento (CAP);
- b) Administração Superior: Reitoria;
- c) Órgãos Suplementares: Suplementares Superiores e Suplementares Setoriais;
- d) Consultoria e Representação Jurídica: Procuradoria Jurídica;
- e) Deliberação Setorial: Conselho de Centro;
- f) Administração Setorial: Direção de Centro;
- g) Deliberação Básica: Colegiado Pleno do Departamento, Colegiados de Ensino e Comissões de Pesquisa e Extensão;
- h) Administração Básica: Chefia do Departamento.

Na Reitoria da UDESC, situada em Florianópolis, estão concentradas as Pró-Reitorias e os Órgãos Suplementares Superiores. O Regimento Interno define as Pró-Reitorias como órgãos de execução e estão descritas da seguinte forma:

- Pró-Reitoria de Administração;
- Pró-Reitoria de Ensino;
- Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade;
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- Pró-Reitoria de Planejamento.

Os Órgãos Suplementares Superiores, órgãos de suporte, são os seguintes:

- Secretaria dos Conselhos Superiores;
- Secretaria de Comunicação;
- Secretaria de Controle Interno;
- Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação;
- Secretaria de Cooperação Interinstitucional e Internacional;
- Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades;
- Editora Universitária;
- Coordenadoria de Vestibulares e Concursos;
- Museu da Escola Catarinense;
- Biblioteca Universitária;
- Coordenadoria de Avaliação Institucional;
- Coordenadoria de Projetos e Inovação;
- Procuradoria Jurídica.

Os Conselhos Superiores e as Câmaras são compostos por representantes da comunidade universitária, ou seja, por servidores docentes, técnicos universitários e por discentes, com a seguinte quantificação: CONSUNI – Conselho Universitário: 100 representações, CONCUR – Conselho Curador: 7 representações. A Câmara de Administração e Planejamento (CAP) é composta por 17 a 21 membros, enquanto as Câmaras de Ensino de Graduação (CEG), Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) e Câmara de Extensão Cultura e Comunidade (CECC) são formadas por 20 integrantes cada.

A Reitoria, os Campi e os Centros estão distribuídos como segue:

I – Reitoria da UDESC, com sede em Florianópolis;

II – Campus I – UDESC Grande Florianópolis:

- a) Centro de Artes, Moda e Design – CEART, criado em 1985, quando foi desvinculado da FAED;
- b) Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG, criado pela Lei nº 3.530/1964;
- c) Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, criado pela Lei nº 3.191/1963;
- d) Centro de Ciências da Saúde e do Esporte – CEFID, criado pelo Decreto Estadual nº 45/72;
- e) Centro de Educação a Distância – CEAD, criado pela Resolução nº 055/2002 – CONSUNI, e pelo Decreto Estadual nº 6.034/2002.

III – Campus II – UDESC Norte Catarinense:

- a) Centro de Ciências Tecnológicas – CCT, localizado em Joinville, foi criado pela Lei nº 1.520/1956;
- b) Centro de Educação do Planalto Norte – CEPLAN, localizado em São Bento do Sul, foi criado pelo Decreto Estadual nº 4.831/2006. Em 28/09/2006, foi aprovado o Projeto de Criação do Centro através da Resolução nº 266/2006 – CONSUNI.

IV – Campus III – UDESC Planalto Serrano:

- a) Centro de Ciências Agroveterinárias – CAV, localizado em Lages, com origem nas Faculdades de Agronomia e Medicina Veterinária, criadas pelo Decreto Estadual nº 2.802/1965.

V – Campus IV – UDESC Oeste Catarinense:

- a) Centro de Educação Superior do Oeste – UDESC OESTE, com sedes nas cidades de Chapecó, Pinhalzinho e Guatambu (Fazenda Experimental), criado pelo Decreto Estadual nº 6.032/2002. Em 24/10/2002, pela Resolução nº 054/2002 – CONSUNI foi criado o Campus Oeste da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

VI – Campus V – UDESC Vale do Itajaí:

a) Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVI, com sede em Ibirama, foi criado pelo Decreto Estadual nº 4.832, de 06/11/2006. Em 23/11/2006, foi aprovada a criação do “Campus” V – Vale do Itajaí e do respectivo Centro Educação Superior do Alto Vale pela Resolução nº 271/2006 – CONSUNI.

b) Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí – CESFI, com sede em Balneário Camboriú, foi criado pelo Decreto Estadual nº 3.276/2010, publicado no Diário Oficial de SC em 21/05/2010, conforme encaminhamento dado pela Resolução nº 010/2010 – CONSUNI de 09/04/2010.

VII – Campus VI – UDESC Sul Catarinense:

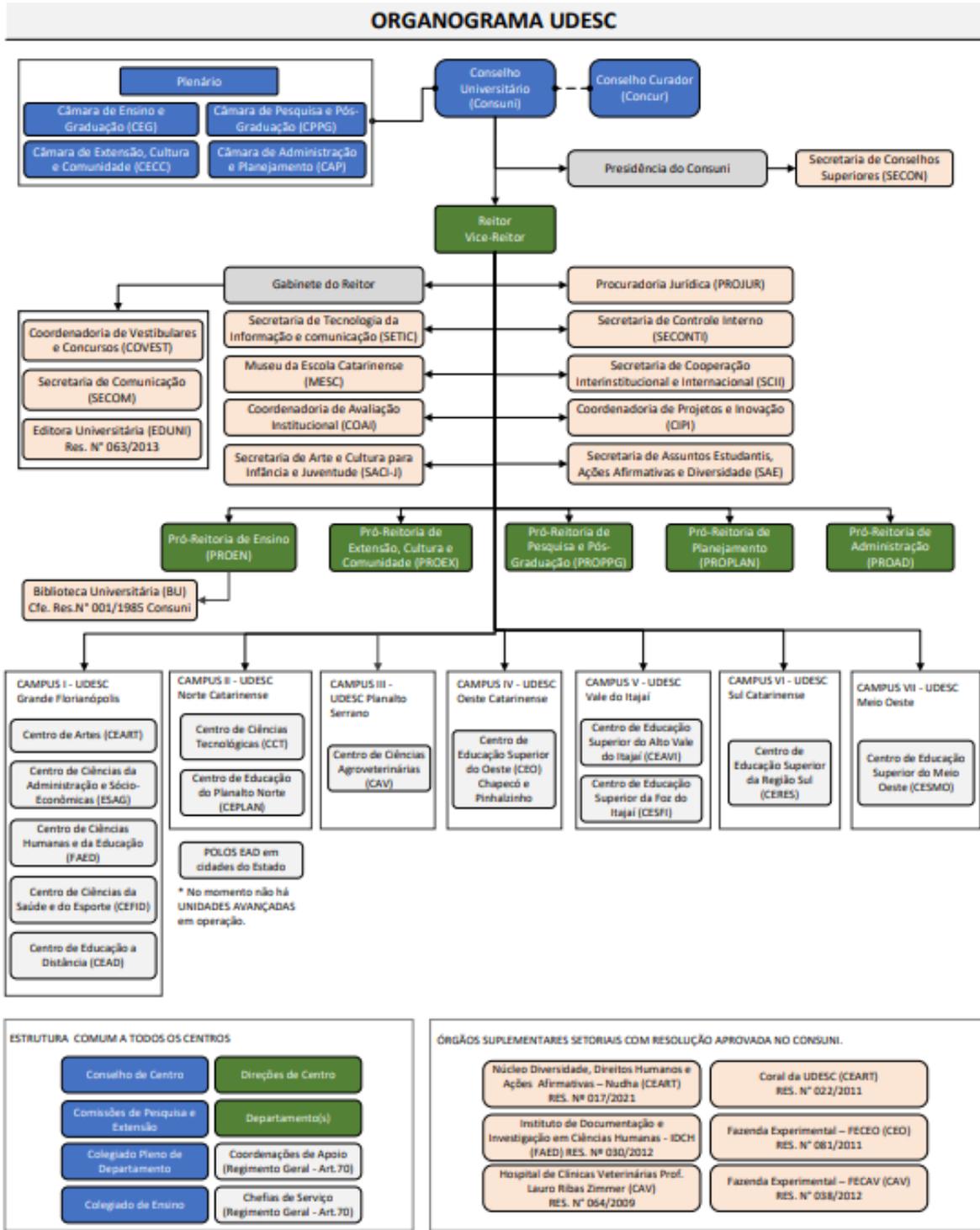
a) Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES, com sede em Laguna, foi criado pelo Decreto Estadual nº 5.018/2006. Em 23/11/2006, foi aprovada a criação do “Campus VI” – Sul Catarinense e do respectivo Centro Educacional do Sul, através da Resolução nº 272/2006 – CONSUNI.

VIII – Campus VII – UDESC Meio Oeste, Centro de Educação Superior do Meio Oeste do Estado – CESMO. Conforme encaminhamento dado por meio da Resolução nº 010/2010 – CONSUNI, em 26/11/2021, o Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, assinou o Decreto nº 1.585, que cria o Centro de Educação Superior do Meio-Oeste – CESMO, Campus VII da UDESC, em Caçador.

CARREIRAS/SERVIDORES: A Lei Complementar nº 345/2006, dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Universidade, e recentemente teve algumas alterações pela Lei Complementar nº 800/2022.

A UDESC conta com o quadro de pessoal permanente composto por duas categorias de servidores públicos: Professores Universitários e Técnicos Universitários.

ORGANOGRAMA



Este organograma representa as principais estruturas previstas em Estatuto, Regimento Geral e Resoluções da UDESC. Alterado em Maio de 2023. Elaboração: PROPLAN/SENOR.

LEGENDA:

- Órgãos de Deliberação
- Órgãos de Administração
- Órgãos Suplementares
- Demais Órgãos e Cargos

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Graduação

A UDESC possui 60 cursos de graduação em várias áreas de conhecimento. O Ensino compreende as ações voltadas à prospecção, discussão, sistematização e disseminação do saber e é ministrado através de cursos e programas. Os cursos ou programas são oferecidos nas modalidades presencial e/ou a distância com regime didático na forma de créditos, estruturado em um sistema de disciplinas hierarquizadas, definido pelo projeto pedagógico. Em 2022 a universidade teve quase 11 mil alunos matriculados e 1.166 alunos formados.

O financiamento de projetos de ensino é implementado por meio do Programa de Apoio ao Ensino de Graduação - PRAPEG, que contempla projetos destinados à melhoria qualitativa do ensino de graduação.

Pós-Graduação

Considerando as particularidades das vocações regionais definidas para o Estado e o potencial da Universidade em capacitar os seus egressos dos cursos de graduação visando atender a demanda de mercado por profissionais cada vez mais especialistas, a UDESC ofereceu no ano de 2022 um total de 36 programas de Pós-Graduação, que são responsáveis por 51 cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, dos quais 15 doutorados, 25 mestrados acadêmicos e 11 mestrados profissionais, e ainda os cursos lato sensu: 3 especializações e 1 cursos de residência.

Os cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu capacitam e formam Pesquisadores nas diversas áreas do saber, que contribuem com o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e do País. Com base nas informações obtidas no sistema SIGA (Sistema de Gestão Acadêmica), em 2022 a UDESC teve 1.868 alunos matriculados regularmente no 1º semestre e 1.960 alunos matriculados regularmente no 2º semestre, sendo estes distribuídos nos níveis de mestrado e doutorado. Em termos de defesas de dissertações e teses, no ano de 2022, foram defendidas 301 dissertações e 107 teses, totalizando 408 dissertações e teses, decorrentes de Pesquisas realizadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu.

Foram encaminhadas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC) propostas para criação de 12 cursos de doutorados e três de mestrado, em diversas áreas de conhecimento.

A Universidade também oferece cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, e o Programa de Residência em Medicina Veterinária no CAV é uma importante atividade institucional sendo que representa uma modalidade de Ensino de Pós-Graduação Lato Sensu destinada a aprimorar médicos veterinários nas áreas de clínica médica de pequenos animais, clínica cirúrgica de pequenos animais, clínica médica de grandes animais, anestesiologia, diagnóstico por imagem e patologia clínica veterinária, capacitando-os para a profissão liberal, Pesquisa e docência, bem como outra área de atuação, cuja demanda social requeira tal treinamento.

O procedimento analítico e criterioso para revalidação e reconhecimento nacional de diplomas emitidos por instituições estrangeiras é realizado de forma gratuita na UDESC, enquanto outras instituições de ensino cobram valores significativos pelo trabalho.

Pesquisa

A política de Pesquisa da UDESC demonstra a relevância da atividade como fomentadora de mecanismos relacionados ao desenvolvimento social, ambiental, cultural e tecnológico em todas as regiões do Estado. Neste sentido, os significativos resultados de sucesso atrelados aos projetos de Pesquisa que são desenvolvidos na UDESC têm potencializado a visibilidade estadual e nacional das atividades de Pesquisa realizadas em favor do Estado de Santa Catarina. Em 2022, a UDESC contou com 212 grupos de Pesquisa cadastrados, abrangendo as diversas áreas do conhecimento correlatas aos cursos de Graduação e de Pós-Graduação ofertados, e, sendo que destes, 107 foram beneficiados com o apoio financeiro pelo Programa de Apoio à Pesquisa (PAP).

Extensão

A UDESC também é referência na Extensão – com 1.058 ações de Extensão e 39 ações culturais em 2022. O financiamento de projetos de Apoio à Extensão é realizado por meio do Programa de Apoio à Extensão - PAEX, que contempla ações, programas e projetos de Extensão desenvolvidos pela UDESC nos municípios de Florianópolis, Joinville, Laguna, Ibirama, Balneário Camboriú, São Bento do Sul, Lages, Chapecó e Pinhalzinho.

A Extensão Universitária da UDESC visa estimular, apoiar e promover programas e medidas que atendam às necessidades do corpo discente, docente e técnico-administrativo, de modo a garantir uma participação efetiva na vida universitária. São atividades da Extensão Universitária:

- Incentivar o desenvolvimento da cultura e do esporte no âmbito da Universidade, buscando melhorar a qualidade de vida dos docentes e discentes. Auxilia os Centros de Ensino e setores da UDESC em assuntos relacionados à participação e/ou organização de eventos;
- Fixar políticas, objetivos e estratégias e propor a regulamentação de práticas que viabilizem o desenvolvimento qualitativo e quantitativo das atividades extensionistas;
- Fazer da cultura um instrumento colaborativo para a indissociabilidade da Extensão, do Ensino e da Pesquisa, promovendo a interação entre Universidade e sociedade, por meio do desenvolvimento de projetos, cursos, eventos com caráter cultural na comunidade externa e interna;
- Promover e supervisionar atividades acadêmicas no campo social e cultural, bem como a integração dos segmentos discente, docente e técnico universitário da Universidade;
- Coordenar os programas de apoio e assistência voltados à comunidade universitária.

Através de programas e ações isoladas, desenvolvidas notadamente por meio de edital interno por meio de procedimento classificatório, com a avaliação de pareceristas ad hoc (PROCEU – Programa de Apoio à Extensão na UDESC), a Instituição executou ações distribuindo recursos financeiros e bolsas acadêmicas de 20 horas para o desenvolvimento de ações de Extensão da UDESC nas áreas de: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; e trabalho.

Soma-se ao PAEX, o Edital a Qualquer Tempo nas áreas temáticas da Extensão Universitária.

A Universidade permanece investindo no Edital Campus de Cultura com o objetivo de fortalecer ações de arte e cultura em todos os locais onde a UDESC atua.

Criado em 2010, o Núcleo Extensionista Rondon – NER/UDESC, vem possibilitando o intercâmbio dos acadêmicos e a inserção da Universidade em diferentes áreas de conhecimento e em diversos cenários do Brasil, com ênfase no Estado de Santa Catarina na busca do desenvolvimento regional. Busca-se assim a garantia da interdisciplinaridade, da interação entre a Universidade e a Sociedade e da qualidade e do impacto das ações de Extensão no âmbito da UDESC, reforçando a missão da Universidade diante a realidade social.

A UDESC é uma das instituições públicas que mais investe em Extensão no Brasil, sendo que a Extensão representa a aplicação dos conhecimentos gerados na sociedade frente às necessidades da própria sociedade e, através desse fomento, alcança milhares de pessoas todos os anos.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualidade do ensino de acordo com indicadores de avaliação externa e interna; 2. Democratização do ensino com atuação em todas as regiões do Estado de Santa Catarina; 3. Expansão da Pós-Graduação, com a política de verticalização do ensino; 4. Produção de Pesquisa de impacto direto para o cidadão catarinense; 5. Forte atuação social dos programas de extensão, atingindo mais de 700 mil pessoas no Estado por ano; 6. Organização administrativa; 7. Corpo de servidores docentes e técnicos qualificados; 8. Mais de 90% do corpo docente é de professores doutores 9. Salas de aula com equipamentos tecnológicos para aulas híbridas, se necessário; 10. Apoio aos estudantes, seja em termos financeiros com bolsas e auxílios permanência, ou apoio psicológico; 11. Possibilidade de que o estudante possa experimentar, além do conhecimento adquirido em sala de aula, de uma série de atividades de extensão, empresas juniores, grupos de pesquisa, intercâmbio entre estudantes da graduação e pós-graduação, atléticas esportivas, viagens; de estudo, mobilidade internacional, etc.; 12. Incentivo a pesquisa na forma de bolsas de Iniciação Científica, demonstrando um quantitativo de bolsas que supre a demanda institucional no momento; 13. Editais institucionais que promovem a publicação de resultados e pesquisas e de projetos de inovação. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Dificuldades na retenção dos alunos principalmente nos cursos de licenciatura; 2. Dificuldade em superar eventuais excessos de burocracia; 3. Ausência de sistemas computacionais integradores e inteligentes (que disponibilizem bases de dados voltadas ao apoio gerencial e planejamento); 4. Condição de estrutura física de edificações em alguns Centros de Ensino; 5. Condições de acessibilidade; 6. Déficit no número de servidores, tanto técnicos quanto docentes; 7. Redução do quadro de professores dos programas de Pós-Graduação, em razão de aposentadorias; |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. A criação de startups e incubadoras vinculadas a graduação e pós-graduação; 2. Ampliação das parcerias entre instituições públicas e privadas nacionais e internacionais; 3. Parcerias com governo para capacitação de servidores do Estado pela UDESC; 4. Parcerias com ecossistema de inovação; 5. Atendimento às demandas da sociedade catarinense por meio da extensão universitária; <p>Desenvolvimento de cursos em modalidade de Educação à Distância em parceria com Prefeituras para atendimento de demandas específicas de uma região.</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de investimento em infraestrutura para mobilidade dos estudantes e servidores da instituição em algumas cidades; 2. A velocidade e intensidade das mudanças da sociedade atual; 3. Alterações no contexto regional onde estão inseridos os cursos; 4. Interferências na autonomia universitária; 5. Ausência de incremento no orçamento da universidade; 6. Redução do fomento federal (CAPES, CNPQ e/ou FINEP). |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS

- Alunos de Graduação e Pós-Graduação;
- Professores Universitários (efetivos e substitutos);
- Técnicos Universitários e Advogados Fundacionais;
- Empregados de empresas prestadoras de serviços (Terceirizados).

EXTERNAS

- Cidadão;
- Organizações da sociedade civil;
- Empresas da indústria, comércio e serviços;
- Institutos e Fundações privadas;
- Administração pública direta (municipal, estadual e federal);
- Administração pública indireta (autarquias, fundações e empresas públicas);
- Instituições de ensino superior e pesquisa.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Ensino

A UDESC subiu ano após ano em todos os rankings nacionais e internacionais de avaliação de universidades. Está entre as 100 melhores universidades de América Latina. Possui 60 cursos de graduação, sendo 90% deles com notas 4-5 no Ministério da Educação - MEC, em uma escala de 1 a 5.

No ranking do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação, a partir da avaliação do índice geral de cursos - IGC, a UDESC tem conceito geral 4, na escala de 1 a 5. Com isso, é a 9ª melhor Universidade Estadual no País, de 34 universidades. Entre todas as universidades federais e estaduais, além de institutos federais, a UDESC aparece em 42º lugar, em um cenário com 269 universidades públicas e institutos federais.

Em Santa Catarina, a UDESC permanece como a segunda Universidade melhor avaliada, atrás apenas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Recebeu o Prêmio de Inovação Catarinense Professor Caspar Erich Stemmer em 2022 na categoria Instituição de Ensino Inovadora. Investiu no Programa ESPINE - Espaços inovadores de educação, em que cada Centro de Ensino possui ao menos uma sala ESPINE para atividades multidisciplinares com todo o apoio tecnológico.

Houve o fortalecimento de ações para uma formação empreendedora, contando com 6 incubadoras e 11 empresas juniores. A UDESC foi avaliada como a quarta universidade estadual mais empreendedora do país (Ranking Brasil Junior).

A universidade tem convênio com 100 instituições no exterior de 25 países e investe no Programa de Mobilidade Estudantil - PROMÉ. A cada ano a UDESC oferece cerca de 40 bolsas de intercâmbio aos acadêmicos da graduação.

A UDESC registrou um novo recorde na história do seu vestibular, com 15.790 candidatos inscritos para 1.625 vagas do primeiro semestre letivo deste ano de 2023.

A instituição possui 50 professores pesquisadores entre os 10 mil mais influentes da América Latina.

Pesquisa e Pós-Graduação

A UDESC vem, continuamente, investindo em pesquisa e pós-graduação. A política de pesquisa da UDESC demonstra a relevância da atividade como fomentadora de mecanismos relacionados ao desenvolvimento social, cultural e tecnológico de todas as regiões do Estado, e os projetos de pesquisa desenvolvidos na UDESC têm contribuído de maneira significativa ao desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Para elencar dados indicadores da evolução que a pesquisa e pós-graduação vêm alcançando anualmente podemos citar:

Projetos de Pesquisa – em relação aos anos anteriores, os projetos de pesquisa aumentaram de 969 projetos de pesquisa em 2021, para 1.057 projetos em 2022. Este quantitativo vinha aumentando anualmente, tendo sofrido queda entre os anos de 2020 para 2021, reflexo do período pandêmico que se passou, onde a pesquisa da UDESC conseguiu manter número significativo e que voltou a crescer rapidamente.

Bolsas de Pesquisa – em relação aos anos anteriores, conseguimos notar o crescimento deste quantitativo, em 2020 e 2021 foram 496 bolsas concedidas ao total – oriundas das agências de fomento (164) com percentual referente a contrapartida da UDESC (332), em 2022 este número passou para o total de 536 bolsas.

Ainda em relação aos recursos que a UDESC vem captando e investindo, para aperfeiçoamento e qualificação dos recursos humanos no Estado de Santa Catarina, destacamos o crescente quantitativo de bolsas de pós-graduação:

Bolsas PROMOP – as bolsas PROMOP, de iniciativa da UDESC, tiveram os seguintes quantitativos: 2019 tivemos o número de 188 bolsas, 2020 foram mantidas estas 188 bolsas, em 2021 este número foi para 200 bolsas e em 2022 este aumento totalizou o número de 250 bolsas. Neste item, ressaltamos que além do aumento no número total de bolsas disponibilizadas, em 2023 os valores foram reajustados em conformidade com os novos valores praticados pela CAPES.

Bolsas CAPES de demanda social – as bolsas disponibilizadas pela CAPES à UDESC também tiveram crescimento ao longo dos anos: 2019 tivemos o número de 353 bolsas, 2020 foram 359 bolsas, em 2021 este número foi para 347 bolsas e em 2022 totalizou o número de 377 bolsas.

Existem também as bolsas de editais da FAPESC, somando atualmente 208 cotas, as Bolsas de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional - DCR onde o edital de Chamada Pública nº 05/2021 contou com quase R\$ 2,6 milhões destinado ao desenvolvimento de projetos de ciência, tecnologia e inovação na UDESC. Contamos também com as bolsas universitárias do Estado de Santa Catarina - UNIEDU, repassadas pela Secretaria de Educação do estado.

Além das bolsas, a UDESC recebe repasses da CAPES via PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação: 2019 e 2020 foram R\$ 793.518,64; 2021 e 2022 foram R\$ 875.436,00 e atualmente o valor repassado para o ano de 2023 é de R\$ 1.142.802,00.

Destacamos que o resultado final da Avaliação Quadrienal da CAPES 2017-2020 confirma um cenário muito positivo para a UDESC: 60% dos programas de Pós-Graduação da Universidade tiveram as notas aumentadas. A maior evolução na UDESC foi nos programas com nota 3 na quadrienal anterior: 90% tiveram conceito aumentado para 4, ou seja, 16 de um total de 18 programas com nota 3 subiram para 4. Dos nove programas com nota 4, quatro aumentaram para 5. Por fim, destaca-se o êxito obtido também na ampliação da quantidade dos programas com nota 5, que passou para 12, de um total de 35 programas de Pós-Graduação.

Por fim, visando o crescimento da oferta de qualificação de recursos humanos no Estado de Santa Catarina, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação submeteu a proposta de 15 novos cursos de Pós-Graduação stricto sensu da UDESC. Desse total, são 12 doutorados e 3 mestrados em diversas áreas de conhecimento, sendo dez acadêmicos e cinco profissionais, e todos foram aprovados pelos Conselhos da Universidade durante 2022. Se todos eles forem aprovados agora pela CAPES, serão oferecidos em Chapecó, Florianópolis, Ibirama, Lages, Laguna, Joinville e São Bento do Sul.

Extensão

No ano de 2022, foi realizada a Operação ReEncontro nos Municípios da Associação dos Municípios do Alto vale do Rio do Peixe – AMARP durante 11 dias. Nesta operação participaram 120 extensionistas que realizaram 808 atividades e atingiram 30.845 pessoas.

O Núcleo Extensionista Rondon – NER promove a interdisciplinaridade, a interação entre a Universidade e a sociedade. A qualidade e o impacto das ações de extensão no âmbito da UDESC reforçam a missão da Universidade diante da realidade social. As operações do NER são abertas à participação de acadêmicos, que desenvolvem atividades nas oito áreas da extensão universitária: educação; saúde; meio ambiente; direitos humanos e justiça; cultura; comunicação; trabalho; e tecnologia e produção.

A UDESC fomenta atividades culturais e artísticas apoiando ações da Orquestra Acadêmica UDESC, Núcleo de flautas doce, Big Band UDESC, Madrigal UDESC, Quarteto de cordas UDESC, Coral Infantil UDESC, Programa CEART aberto e Coral da UDESC Joinville, sendo que todos esses desenvolveram ações culturais de formação e divulgação por meio de espetáculos abertos à comunidade, recitais e o espetáculo “A Era do Rádio”, além do 2º Encontro de Orquestras Juvenis com a participação de 7 orquestras de municípios catarinenses.

Convênios com Captação de Recursos Externos

Os instrumentos pactuados pela UDESC em 2022 – sendo exemplos os convênios, os contratos de prestação de serviços, as descentralizações orçamentárias e os termos de cooperação firmados com instituições públicas do próprio Estado de Santa Catarina, de outros estados do país e do Governo Federal, assim como empresas – admitem objetos, de acordo com a missão das instituições que os firmam, que impactam nas atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação à sociedade catarinense e, por extensão, à sociedade brasileira e à Ciência.

Foram firmados instrumentos com o segmento industrial que geraram propriedade intelectual, que será transferida para o mercado e, por extensão, à sociedade.

Os objetos daqueles instrumentos foram de ações específicas, para além das atividades regulares dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão da UDESC. Essas ações acabam por consolidar o objetivo da UDESC de formação de capital humano de alta qualificação.

Os instrumentos pactuados pela UDESC em 2022 fortaleceram diretamente a interação com instituições públicas e privadas. Em 2022 foram celebrados 103 instrumentos jurídicos com diversas instituições públicas e privadas tanto de âmbito nacional como internacional.

A UDESC participa do Programa de Governo 0230 – INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação. No exercício 2022 a maior parte dos recursos tiveram origem em contratos de prestação de serviços e convênios firmados com empresas, no valor de R\$ 1.509.838,60. Além destes, os recursos na ordem de R\$ 1.255.004,22 de convênios firmados com o Governo Federal ou Instituições de Ciência e Tecnologia - ICTs federais, como a FINEP.

As descentralizações estaduais, via emenda de Deputados Estaduais, foram na ordem de R\$ 1.200.000,00. Já os recursos firmados com prefeituras municipais totalizaram R\$ 138.908,00. Os recursos oriundos de Royalties são na ordem de R\$ 66.898,15. As Unidades Prestadoras de Serviços da UDESC, por meio de serviços prestados à comunidade (pessoas físicas e jurídicas), totalizaram uma arrecadação de R\$ 55.194,89.

Como exemplo de instituições parceiras, podemos citar Celesc Distribuição S/A, Cloverstrategy Ltda, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, BASF S/A, Hahntel S/A, Itaú Unibanco S/A, Klabin S/A, Ministério Público do Trabalho/SC, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Prefeitura Municipal de Lages, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS, Petróleo Brasileiro S/A, entre outras.

Esses instrumentos são aplicados visando atender as necessidades da Universidade nas áreas de Inovação, Pesquisa, Ensino, Pós-Graduação e Extensão.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE

A Fundação Catarinense de Educação Especial, autarquia de caráter beneficente, instrutivo e científico, dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, foi criada pela Lei nº 4.156/1968, regulamentada pelo Decreto nº 7.443/1968, e tem como objetivo fomentar, desenvolver e executar a política estadual de educação especial e de atendimento à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, obedecendo as normas constitucionais e a legislação específica.

A Instituição conta com 10 (dez) centros de atendimento especializados que realizam estudos, pesquisas e discussões em suas respectivas áreas de atuação voltados para pessoas com Atraso Global do Desenvolvimento, Deficiências (Auditiva, Visual, Intelectual, Física e Múltiplas), Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade e Altas Habilidades/Superdotação. Cerca de 400 (quatrocentos) profissionais atuam no campus, entre servidores efetivos, ACT's, terceirizados, bolsistas e estagiários, e são realizados cerca de 600 (seiscentos) atendimentos por dia.

Em todas as regiões do estado de Santa Catarina, a FCEE mantém parcerias com cerca de 245 (duzentas e quarenta e cinco) instituições especializadas em educação especial para o atendimento pedagógico, beneficiando mais de 27.000 (vinte e sete mil) educandos com deficiência. Os programas de parcerias incluem repasses financeiros para contratação direta de professores (cerca de 127 instituições utilizam o MRD), para manutenção das atividades (Fundo Social e Acolher), fomento para infraestrutura e aquisição de equipamentos para qualificação dos serviços e cedência de cerca de 1.935 (hum mil novecentos e trinta e cinco) profissionais (efetivos e ACT's).

A FCEE também promove a execução de programas de formação, especialização, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos para atuarem com a educação especial e áreas afins. As capacitações visam a qualificação técnica e são oferecidas nas modalidades EAD, presencial e semipresencial, para cerca de 20.000 (vinte mil) profissionais que atuam nas Instituições Especializadas e nas escolas da rede regular de ensino do Estado de Santa Catarina. Ao ano, são realizadas cerca de 30 (trinta) capacitações internas para os profissionais da FCEE, 150 (cento e cinquenta) assessorias e palestras às Escolas da Rede Regular de Ensino (públicas e privadas) e aproximadamente 70 (setenta) capacitações externas para os profissionais das Instituições especializadas e profissionais da rede regular de ensino.

Em 2015, destaca-se a criação, do Núcleo de Estudos e Pesquisas - NESPE, o qual até então já apoiou o desenvolvimento de mais de 140 (cento e quarenta) projetos, incluindo projetos apresentados ao FINEP e CNPq e a criação de um laboratório de inovação em tecnologia assistiva vinculado ao MCTI. O fomento à pesquisa resultou em diversos seminários e congressos na área, bem como na execução de cerca de 40 (quarenta) pesquisas científicas, envolvendo mais de 100 (cem) pesquisadores entre servidores da FCEE e de Instituições de Ensino Superior nacionais e internacionais. Ademais, a FCEE conta com 52 (cinquenta e dois) servidores com formação *stricto-sensu* concluída, sendo 03 (três) doutores, e 20 (vinte) servidores com formação *stricto-sensu* em andamento, destes 06 (seis) em doutoramento.

A FCEE é responsável ainda pela análise e autorização da implantação de serviços especializados em educação especial nas escolas da rede estadual de ensino (segundo professor de turma, professor bilíngue, professor intérprete, professor instrutor de Libras e implantação das salas de Atendimento Educacional Especializado) através de parceria com a SED, realizando a análise de aproximadamente 12.000 (doze mil) processos ao ano, beneficiando cerca de 10.000 (dez mil) alunos.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

O Art. 97 da Lei Complementar nº 381/2007 e o Art. 35 da Lei Complementar nº 534/2011, estabelece as competências da Fundação:

- I – desenvolver a política estadual de educação especial e de atendimento à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades¹;
- II – fomentar, produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico na área de educação especial;
- III – formular políticas para promover a inclusão social da pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades;
- IV – prestar, direta ou indiretamente, assistência técnica a entidades públicas ou privadas que mantenham qualquer vinculação com a pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades;
- V – promover a articulação entre as entidades públicas e privadas para formulação, elaboração e execução de programas, projetos e serviços integrados, com vistas ao desenvolvimento permanente do atendimento à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades;
- VI – auxiliar, orientar na execução das atividades relacionadas com a prevenção, assistência e inclusão da pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades;
- VII – planejar e executar em articulação com as Secretarias de Estado e Secretarias Municipais, a capacitação de recursos humanos com vistas ao aperfeiçoamento dos profissionais que atuam com a pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades; e
- VIII – realizar atendimento especializado à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades em seu Campus, através dos Centros de Atendimento Especializado, para o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias assistivas e metodologias, com vistas à aplicação nos programas pedagógico, profissionalizante, reabilitatório e programa socioassistencial, prevenção e avaliação diagnóstica, que subsidiem os serviços de educação especial no Estado de Santa Catarina.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Definir e coordenar a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, fomentando, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico, para a inclusão, acesso e igualdade de oportunidades ao público da educação especial.

VISÃO: Ser reconhecida como instituição de excelência na inclusão e acessibilidade do público da educação especial fundamentando-se na gestão participativa e inovadora e na garantia de direitos até o ano de 2030.

VALORES: Compromisso Social, Inclusão, Ética, Respeito, Equidade, Inovação, Qualidade, Transparência e Sustentabilidade.

ESTRUTURA: A Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) é vinculada à Secretaria de Estado da Educação e conta com a seguinte estrutura:

- Presidente;
- Diretoria administrativa e financeira – DIAF:
 - Gerência de Administração e Finanças – GEAF;
 - Gerência de Apoio Operacional – GEAPO;
 - Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES.

¹ Atualmente considera-se público da Educação Especial as pessoas com: Atraso Global do Desenvolvimento, Deficiências (Auditiva, Visual, Intelectual, Física e Múltiplas), Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade e Altas Habilidades/Superdotação.

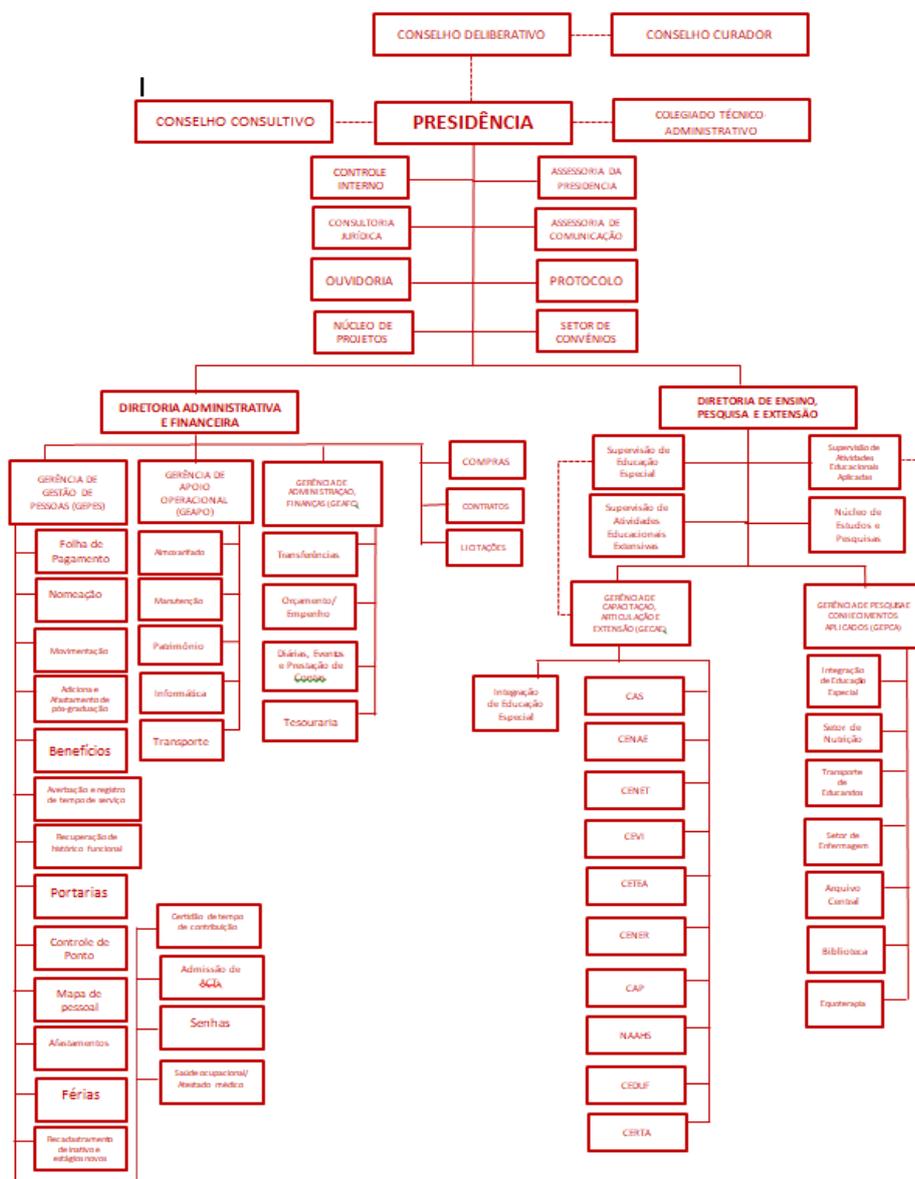
- Diretoria de ensino, pesquisa e extensão – DEPE:
 - Supervisor (a) de Educação Especial;
 - Supervisor (a) de Atividades Educacionais Extensivas;
 - Supervisor (a) de Atividades Educacionais Nuclear.
- Gerência de capacitação, articulação e extensão – GECAE;
 - Integrador (a) de Educação Especial;
 - Gerência de pesquisa e conhecimentos aplicados – GEPCA.
- Integrador (a) de Educação Especial;
- Centros de atendimento especializado.

A estrutura do Campus, localizado na Rua Paulino Pedro Hermes, 2785 - Bairro Nossa Senhora do Rosário, São José/SC conta ainda com um ginásio poliesportivo recém reformado, um auditório para aproximadamente 172 pessoas sentadas, climatizado, com palco e sistema de som e projeção, um consultório de Oftalmologia, e o novo prédio - em fase de construção - que abrigará piscina para reabilitação além de 07 dos centros de especialidades trabalhadas pela FCEE.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| Vínculo | Quantidade |
|----------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Público | 1.140 |
| Servidores contratados por tempo determinado | 1.679 |
| Servidores ocupantes de cargo em comissão com vínculo efetivo com o Estado | 6 |
| Servidores ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com o Estado | 2 |
| Estagiários | 6 |
| Servidores cedidos para outras esferas do Governo | 1 |
| Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras | 15 |
| Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras | 50 |
| TOTAL DO ÓRGÃO | 2.899 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Qualificar permanentemente os serviços especializados em educação especial por meio da capacitação continuada dos profissionais que atuam nestes serviços;

A FCEE possui um plano de formação que objetiva qualificar o atendimento de educação especial no Estado de Santa Catarina. Oferece capacitações presenciais e EAD em todo o território catarinense nas diferentes áreas: Deficiências, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e Altas Habilidades.

Além das capacitações voltadas às especificidades do público de educação especial, oferece constantemente formações voltadas aos serviços de educação especial e atendimentos especializados, sendo eles:

Atendimento Educacional Especializado (AEE), Educação Inclusiva, Papel do segundo professor de turma, Esportes Adaptados, Educação Física Inclusiva, Comunicação Alternativa, adaptações Curriculares, Identificação e Atendimento na área de Altas Habilidades, Pessoa com Deficiência e Mercado de Trabalho, Serviço de Colocação no Mercado de Trabalho, Oficina de Recursos Pedagógicos, Tecnologia da Informação e Comunicação – TICs, Tecnologia Assistiva, Introdução Digital, Oratória, atendimento interpessoal, Autismo:

perfil cognitivo, práticas de intervenção, Braille e leitores de tela Tecnologias assistivas na deficiência visual e editores de texto e imagem para produção de material didático acessível, Audiodescrição, soroban e Braille, adaptação em relevo, Braille fácil, Aspectos psicológicos da deficiência visual, Reabilitação visual, Orientação e Mobilidade, Avaliação Funcional da Visão, Estimulação Visual, Baixa visão e Prótese Ocular, Avaliação Diagnóstica, Avaliação Psicológica, Elaboração de Documentos Psicológicos com base na Resolução CRP 006/2019, Indicadores de risco para o desenvolvimento infantil (IRDI), Avaliação de Transtornos de Neurodesenvolvimento, Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), Neurodesenvolvimento, Capacitação para os serviços do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAESP), Currículo Funcional Natural, Literatura Surda, Ensino de LIBRAS, Estratégia de Ensino Visual, Esferas de Atuação do Intérprete de LIBRAS, Implante coclear, Reabilitação Auditiva.

- Supervisionar os serviços especializados em educação especial disponibilizados na rede regular de ensino e nas Instituições Especializadas conveniadas com a FCEE;

A FCEE realiza assessorias sistemáticas presenciais e à distância nas instituições especializadas e rede regular de ensino. Tal assessoria tem como objetivo supervisionar e adequar as irregularidades, possibilitando um atendimento de qualidade às pessoas. Atende as demandas oriundas do Ministério Público, ouvidoria da FCEE e comunidade.

- Atuar como protagonista na formulação de políticas públicas às pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno do déficit de atenção/ hiperatividade e altas habilidades/superdotação, voltadas à prevenção, avaliação diagnóstica, reabilitação, ensino, trabalho e assistência social;

Oferece no campus e em instituições especializadas em todo o Estado o Programa de Estimulação Precoce com atendimento por equipe multidisciplinar (pedagogo, professor, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional e educador físico).

Presta à comunidade o serviço de avaliação diagnóstica, realizando tanto avaliações por equipe multidisciplinar, como orientações e capacitações em todo o estado.

Presta à comunidade o programa de reabilitação, realizando tanto o atendimento quanto orientações em todo o Estado. Oferece assessorias, capacitações na rede regular de ensino e instituições especializadas, disseminando o conhecimento científico nesta área e diretrizes de atendimento aos estudantes da educação especial.

Oferece Programa de Educação Profissional envolvendo as questões relacionadas a qualificação profissional e colocação no mercado do trabalho de pessoas com deficiência.

Estabelece parceria com agências públicas e privadas formadoras de educação profissional no âmbito municipal, estadual e federal.

Participação e estabelecimento de parcerias com a rede socioassistencial, na garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

- Produzir e disseminar o conhecimento técnico-científico da FCEE para todos os serviços e pessoas que atuam direta e indiretamente com o público da educação especial;

Para a produção e disseminação do conhecimento técnico científico a FCEE instituiu o Núcleo de Estudos e Pesquisas, que tem como objetivo fomentar, orientar e acompanhar pesquisa científica, produção técnica e grupos de estudos. Assim como, a articulação com universidades e instituições de ensino superior para a realização de pesquisa e produção do conhecimento.

Realiza eventos científicos e dissemina conhecimentos na área da educação especial.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento específico e científico 2. Única instituição pública atuante em várias áreas da Educação Especial 3. Parceria com entidades do 3º setor para o fomento ao atendimento do público da Educação Especial 4. Políticas definidas articuladas ao Conselho Estadual de Educação e Sec. de Educação 5. Supervisão e assessoria dos serviços especializados na rede regular de ensino e CAESP's 6. Oferta de qualificação profissional por meio de capacitações, cursos de pós-graduação (especialização e mestrado) 7. Sede própria 8. Qualidade no atendimento multiprofissional ao público da EE 9. Articulação e fomento em pesquisas científicas em parceria com IEE's | <ol style="list-style-type: none"> 1. Número reduzido de Servidores Efetivos 2. Demanda reprimida nos atendimentos na 1ª infância 3. Plano de Cargos e Salários do Quadro Civil defasado há anos 4. Disparidade salarial em comparação com demais setoriais do governo 5. Estrutura física, equipamentos e manutenção de equipamentos 6. Infraestrutura do campus bastante antiga 7. Pouco investimento em Tecnologia e Inovação 8. Estrutura Organizacional defasada (ex.: Ausência de Gerência de Planejamento) 9. Gestão do conhecimento |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Programas governamentais voltados ao público da educação especial 2. Reconhecimento da importância da Educação Especial no cenário nacional 3. Emendas Parlamentares direcionadas às entidades do 3º setor 4. Legislações garantidoras dos direitos ao público da Educação Especial (ex.: Resolução nº 100/2016) 5. Entidades do 3º setor parceiras da FCEE engajadas na causa 6. Necessidade de capacitação aos profissionais atuantes na área | <ol style="list-style-type: none"> 1. Disputa no processo inclusivo entre as Políticas de Educação Especial 2. Redução orçamentária em virtude do Plano de Ajuste Fiscal 3. Disparidade salarial no mercado de trabalho 4. Número reduzido de Legislações garantidoras dos direitos ao público da Educação Especial 5. Rotatividade dos gestores das entidades parceiras da FCEE 6. Perda de capital intelectual 7. Cargos de livre nomeação ocupados por pessoas sem capacitação na área |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores Efetivos;
- Servidores ACT's;
- Servidores em disponibilidade para outros órgãos;
- Funcionários terceirizados;
- Estagiários e bolsistas de pesquisa;
- Associação de servidores.

EXTERNAS:

- Fornecedores de serviços, de suprimentos, de manutenção, de materiais, de desenvolvimento e manutenção de tecnologia da informação;
- Instituições Especializadas que atendem o público da educação especial;
- Prefeituras;
- Ministério Público de SC;
- Escolas da Rede Regular de Ensino;
- Emissoras de Rádio e Televisão;
- Jornais e revistas;

- Redes Sociais;
- Secretaria da Fazenda de SC;
- Secretaria da Educação de SC;
- Coordenadorias Regionais de Educação de SC;
- Gabinete do Governador;
- Tribunal de Contas de SC;
- Assembleia Legislativa de SC;
- Universidades públicas e privadas;
- Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento;
- Entidades de Classe;
- Entidades do Sistema S;
- Tribunal de Justiça de SC;
- Secretarias de Estado do Poder Executivo de SC.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Nos últimos 4 anos a Fundação Catarinense de Educação Especial ofereceu mais de 210 cursos nas modalidades presencial e a distância, tendo certificado cerca de 17.200 profissionais atuantes em instituições especializadas em Educação Especial de Santa Catarina e em escolas da rede regular de ensino. Além disso, entre 2021 e 2022, foram realizadas 63 transmissões ao vivo pelo Canal da FCEE no YouTube, que somadas contaram com cerca de 65 mil visualizações.

A Fundação Catarinense de Educação Especial promoveu ainda cerca de 1.543 assessorias técnicas beneficiando inúmeras instituições parceiras.

No âmbito da pesquisa científica, a FCEE, através de seu núcleo de pesquisa (NESPE), em 2022 deu continuidade a 49 projetos de pesquisas científicas subdivididas em internas, externas e interinstitucionais e 12 produções técnicas voltadas à produção de conhecimento no campo da Educação Especial.

Entre 2021 e 2022 encaminhou 366 pessoas com deficiência ao mercado de trabalho formal ou contrato de aprendizagem.

Além disso, o ano de 2022 foi marcado pelo maior pacote de investimentos da história para inclusão em Santa Catarina. Em setembro de 2021, iniciou-se a formalização dos repasses do Programa SC + Inclusiva, que beneficiou mais de 400 instituições catarinenses, visando a promoção da autonomia, independência, dignidade e melhoria da qualidade de vida dos 30 mil educandos com deficiência, atraso global do desenvolvimento e transtorno do espectro autista atendidos pelas instituições especializadas do Estado. Assim, o Programa SC + Inclusiva está repassando mais de R\$ 250 milhões para as instituições especializadas em Educação Especial, considerando que o programa possui mais de 800 projetos aprovados.

Por fim, com a estruturação do Núcleo de Gestão de Projetos – NUPROJ, em 2022, a Fundação Catarinense de Educação Especial incrementou eficiência às suas ações ao mapear e monitorar 75 projetos, garantindo a disseminação de conhecimentos em gestão de projetos e a adoção de padrões de referência em governança pública.

3.1.2 Saúde e Bem-Estar

Secretaria de Estado da Saúde – SES

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) é o órgão superior da Administração Pública Estadual Direta (SANTA CATARINA, 2019; 2023) responsável por coordenar a política de saúde no âmbito do Estado, em observância aos princípios e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) (SANTA CATARINA, 2022).

Cabe a essa secretaria formular, definir, coordenar e implementar políticas de saúde, além de planejar, gerir, regular, acompanhar, avaliar, controlar ações estratégicas na área da saúde e executar, em caráter complementar, ações e serviços de vigilância, investigação e controle de riscos e danos à saúde (SANTA CATARINA, 2019; 2022).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Segundo a Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989, Título IX, Capítulo II, que tem como objetivo o bem-estar e a justiça social, Seção II Da Saúde, Art. 153 ao Art. 156:

Art. 153. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. O direito à saúde implica os seguintes princípios fundamentais:

I – trabalho digno, educação, alimentação, saneamento, moradia, meio ambiente saudável, transporte e lazer;

II – informação sobre o risco de doença e morte, bem como a promoção e recuperação da saúde.

Art. 154. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e também por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 155. O Estado integra o sistema único de saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização política, administrativa e financeira com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral com prioridade para as ações preventivas e coletivas, adequadas à realidade epidemiológica, sem prejuízo das assistenciais e individuais;

III – universalização da assistência de igual qualidade dos serviços de saúde à população urbana e rural;

VI – participação da comunidade.

§ 1º As ações e serviços de saúde serão planejados, executados e avaliados através de equipes interdisciplinares.

Art. 156. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, que pode participar de forma complementar do sistema único de saúde, observadas as diretrizes deste, mediante contrato de direito público, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Parágrafo único. É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Segundo a Lei Complementar nº 741/2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, Título II, Capítulo V, Seção IX Da Secretaria de Estado da Saúde, Art. 41:

Art. 41. À SES compete, em observância aos princípios e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS):

I – desenvolver a capacidade institucional e definir políticas e estratégias de ação voltadas às macrofunções de planejamento, gestão, regulação, acompanhamento, avaliação e controle na área da saúde;

II – organizar e acompanhar, no âmbito municipal, regional e estadual, o desenvolvimento da política e do sistema de atenção à saúde;

III – garantir à sociedade o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde, de forma descentralizada, desconcentrada e regionalizada;

IV – monitorar, analisar e avaliar a situação da saúde no Estado;

V – coordenar e executar, em caráter complementar, ações e serviços de vigilância, investigação e controle de riscos e danos à saúde;

VI – formular e coordenar a política estadual de assistência farmacêutica e de medicamentos;

VII – formular, articuladamente com o órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas, a política de desenvolvimento e formação de pessoal da área da saúde, considerando o processo de descentralização e desconcentração dos programas, dos projetos, das ações e dos serviços de saúde;

VIII – criar e implementar mecanismos de participação social como meio de aproximar as políticas de saúde dos interesses e das necessidades da população;

IX – formular e implementar políticas de promoção da saúde, de forma articulada com os Municípios do Estado e a sociedade civil organizada;

X – garantir a qualidade dos serviços de saúde;

XI – gerenciar as unidades assistenciais próprias do Estado;

XII – desenvolver mecanismos de gestão e regulação aplicáveis às unidades assistenciais próprias, sob gestão descentralizada, que permaneçam em sua organização administrativa;

XIII – coordenar as políticas e ações programáticas de assistência em saúde no SUS;

XIV – coordenar as políticas da atenção primária, da média e alta complexidade, no que concerne à Administração Pública Estadual; e

XV – coordenar as políticas de hematologia, hemoterapia e oncologia.

Além disso, o Decreto nº 2.400/2022, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Saúde (SES), no Anexo I, Título I, Capítulo I Da Finalidade, Art. 1º:

Art. 1º À Secretaria de Estado da Saúde (SES) compete coordenar a política de saúde no âmbito do Estado, em observância aos princípios e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), desenvolvendo as seguintes atividades:

I – desenvolver a capacidade institucional e definir políticas e estratégias de ação voltadas às macrofunções de planejamento, gestão, regulação, acompanhamento, avaliação e controle na área da saúde;

II – organizar o desenvolvimento da política e do sistema de atenção à saúde nos âmbitos estadual e regional e realizar acompanhamento no âmbito municipal;

- III – promover o acesso universal e equitativo aos Serviços de Saúde, de forma descentralizada, desconcentrada e regionalizada;
- IV – monitorar, analisar e avaliar a situação da saúde no Estado;
- V – coordenar e executar, em caráter complementar, ações e serviços de vigilância, investigação e controle de riscos e danos à saúde;
- VI – formular, articuladamente com o órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas, a política de desenvolvimento e formação de pessoal da área da saúde, considerando o processo de descentralização e desconcentração dos programas, dos projetos, das ações e dos Serviços de Saúde;
- VII – criar e implementar mecanismos de participação social como meio de aproximar as políticas de saúde dos interesses e das necessidades da população;
- VIII – formular e implementar políticas de promoção da saúde, de forma articulada com os Municípios do Estado e a sociedade civil organizada;
- IX – promover a qualidade dos Serviços de Saúde;
- X – gerenciar as unidades assistenciais próprias do Estado;
- XI – desenvolver mecanismos de gestão e regulação aplicáveis às unidades assistenciais;
- XII – coordenar as políticas e ações de atenção em saúde no SUS; e
- XIII – coordenar as políticas da atenção primária, da média e da alta complexidade, no que concerne à Administração Pública Estadual.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A SES/SC está fazendo um trabalho de sinergia entre o Plano Estadual de Saúde e o Plano Plurianual de 2024 a 2027. Desta maneira, o levantamento dos dados da Identidade Organizacional (missão, visão e valores) e da matriz SWOT foram realizados no dia 17/05/23 na 1ª Oficina de Elaboração do PES/PPA 2024/2027 e, posteriormente, feita a análise e a compilação das informações pela equipe da Gerência de Planejamento (GPLAN).

MISSÃO: Garantir que a população catarinense tenha acesso à saúde de qualidade, segundo os princípios do SUS.

VISÃO: Instituição que garante o direito à saúde da população catarinense e o fortalecimento do SUS no estado, por meio da gestão pública de qualidade.

VALORES: Equidade; Transparência; Integridade; Qualidade; Compromisso; Participação.

ESTRUTURA: *Prédios das Unidades administrativas*

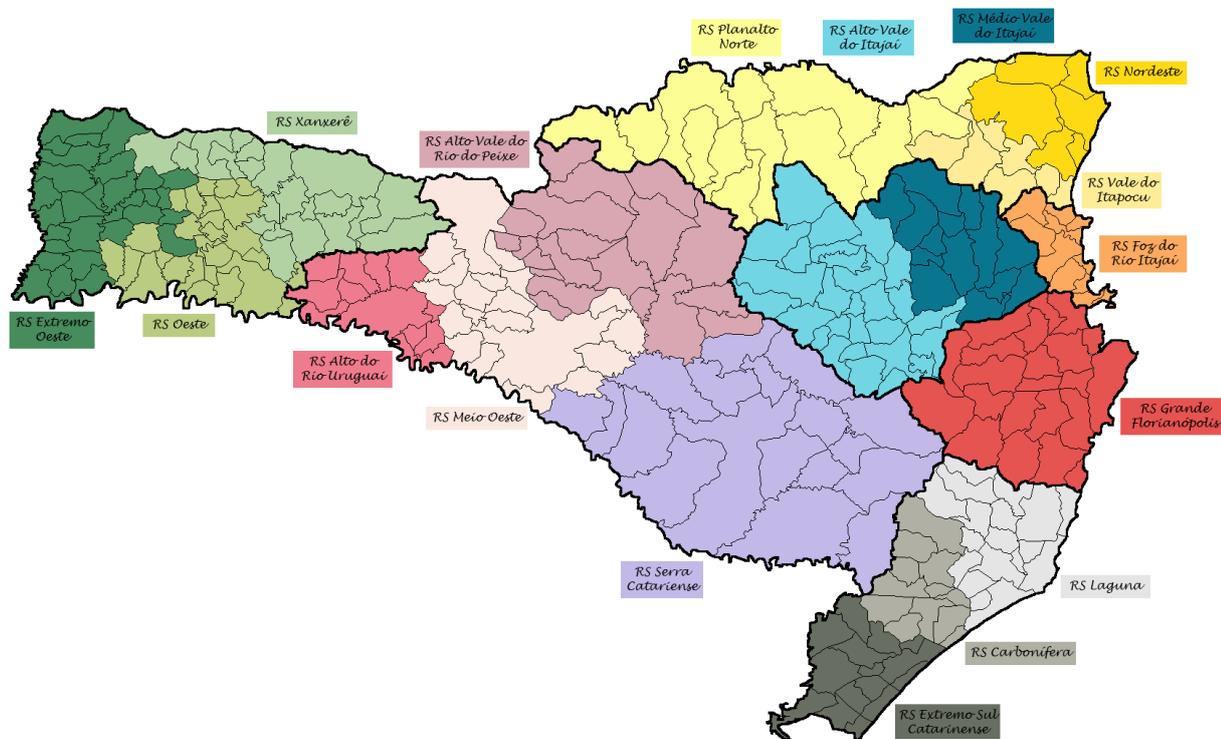
Secretaria de Estado da Saúde - SEDE – Florianópolis
Secretaria de Estado da Saúde - Anexo – Florianópolis
Diretoria de Vigilância Sanitária – Florianópolis
Escola de Saúde Pública de Santa Catarina – São José
Almoxarifado Central - São José

Gerências Regionais de Saúde (SANTA CATARINA, 2021):

- Macrorregião de Saúde do Grande Oeste:
Região de Saúde do Extremo Oeste: Sede em São Miguel do Oeste
Região de Saúde de Xanxerê: Sede em Xanxerê
Região de Saúde do Oeste: Sede em Chapecó

- Macrorregião de Saúde do Meio Oeste e Serra Catarinense:
Região de Saúde do Alto Uruguai Catarinense: Sede em Concórdia
Região de Saúde do Meio Oeste: Sede em Joaçaba
Região de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe: Sede em Videira
Região de Saúde da Serra Catarinense: Sede em Lages
- Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí:
Região de Saúde da Foz do Rio Itajaí: Sede em Itajaí
- Macrorregião de Saúde do Vale do Itajaí:
Região de Saúde do Alto Vale do Itajaí: Sede em Rio do Sul
Região de Saúde Meio Vale Itajaí: Blumenau
- Macrorregião de Saúde da Grande Florianópolis
Região de Saúde da Grande Florianópolis: Sede em Florianópolis
- Macrorregião de Saúde Sul:
Região de Saúde de Laguna: Sede em Tubarão
Região de Saúde Carbonífera: Sede em Criciúma
Região de Saúde do Extremo Sul Catarinense: Sede em Araranguá
- Macrorregião de Saúde Planalto Norte e Nordeste:
Região de Saúde Nordeste: Sede em Joinville
Região de Saúde Vale do Itapocu: Sede em Jaraguá do Sul
Região de Saúde do Planalto Norte: Sede em Mafra

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina diferenciando as 17 regiões de saúde por cores e destacando os limites das 07 macrorregiões de saúde



Fonte: elaboração própria (2023)

Hospitais/Maternidades:

Hospital Infantil Joana de Gusmão- Florianópolis
 Hospital Governador Celso Ramos- Florianópolis
 Hospital Regional Hans Dieter Schmidt - Joinville
 Hospital Nereu Ramos - Florianópolis
 Hospital Dr. Waldomiro Colautti - Ibirama
 Instituto de Cardiologia de Santa Catarina – São José
 Hospital Regional Homero de Miranda Gomes - São José
 Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos- São José
 Instituto de Psiquiatria-- São José
 Hospital Santa Teresa - São José
 Centro Catarinense de Reabilitação (CCR) - Florianópolis
 Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON) - Florianópolis
 Hospital Regional Deputado Afonso Guizzo (HRA)- Araranguá
 Hospital Florianópolis- Florianópolis
 Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria - Joinville
 Terezinha Gaio Basso – São Miguel do Oeste
 Hospital Materno Infantil Santa Catarina – HMISC - Criciúma
 Maternidade Carmela Dutra- Florianópolis
 Maternidade Darcy Vargas - Joinville
 Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos - Lages
 Maternidade Dona Catarina Kuss - Mafra

Hemocentros:

Hemocentro Coordenador Florianópolis
 Hemocentro Regional Criciúma
 Hemocentro Regional Blumenau
 Hemocentro Regional Joaçaba
 Hemocentro Regional Lages
 Hemocentro Regional Chapecó
 Hemocentro Regional Joinville

Laboratórios:

Laboratório Central - LACEN - Florianópolis
 Instituto de Anatomia Patológica / Serviço de Verificação de Óbitos- Florianópolis

CARREIRAS/SERVIDORES: GRUPOS DE CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

(LEI COMPLEMENTAR Nº 18.646, DE 05 DE JUNHO DE 2023)

| GRUPO | CÓDIGO | NÍVEL | QUANTITATIVO |
|-------------------------------------------------------|--------|-------|--------------|
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Especial | DGE | - | 10 |
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Superior | DGS | 1 | 16 |
| | | 2 | 24 |
| | | 3 | 4 |
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Intermediário | DGI | - | 5 |
| Funções Gratificadas | FG | 1 | 24 |
| | | 2 | 88 |
| | | 3 | 10 |
| Funções de Chefia | FC | 1 | 32 |
| | | 2 | 136 |
| | | 3 | 116 |

O quadro a seguir refere-se ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde:

| CARGOS | ATIVO | | INATIVO | OUTROS |
|--------------------------------------------------------|-------|------------|------------|--------|
| | ACT | ESTATUÁRIO | ESTATUÁRIO | |
| Administrador | 4 | 3 | 16 | 0 |
| Agente Administrativo | 0 | 1 | 5 | 0 |
| Agente Administrativo Auxiliar | 0 | 0 | 22 | 0 |
| Agente Atividades De Saúde I | 0 | 0 | 10 | 0 |
| Agente Auxiliar De Saúde Pública | 21 | 15 | 13 | 0 |
| Agente De Manutenção | 16 | 2 | 3 | 0 |
| Agente De Saúde Pública | 0 | 0 | 5 | 0 |
| Agente De Serviços Gerais | 0 | 418 | 461 | 0 |
| Agente Em Atividades Administrativas | 0 | 65 | 37 | 0 |
| Agente Em Atividades De Saúde II | 0 | 1 | 586 | 0 |
| Analista Da Receita Estadual IV | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Analista De Sistemas | 16 | 4 | 0 | 0 |
| Analista Técnico Administrativo | 0 | 5 | 1 | 0 |
| Analista Técnico Administrativo II | 0 | 1 | 25 | 0 |
| Analista Técnico Em Gestão De Desenvolvimento Regional | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Analista Técnico Em Gestão E Promoção De Saúde | 0 | 1 | 5482 | 0 |
| Arquiteto | 0 | 12 | 0 | 0 |
| Artífice | 0 | 0 | 6 | 0 |
| Artífice I | 0 | 0 | 8 | 0 |
| Artífice II | 0 | 0 | 117 | 0 |
| Assessor Ista | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Assistente Administrativo | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Assistente Social | 34 | 48 | 33 | 0 |
| Assistente Técnico Pedagógico | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Atendente | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Atendente De Saúde Pública | 0 | 4 | 54 | 0 |
| Auditor Do Estado | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Auxiliar Administrativo | 0 | 0 | 7 | 0 |
| Auxiliar Agropecuário | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Auxiliar De Campo E Escritório | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Auxiliar De Enfermagem | 0 | 510 | 49 | 0 |
| Auxiliar De Escritório | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Auxiliar De Laboratório | 0 | 14 | 4 | 0 |
| Auxiliar De Serviços De Obstetrícia | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Auxiliar De Serviços Hospitalares E Assistenciais | 0 | 41 | 16 | 0 |
| Auxiliar De Serviços Hospitalares E Assistenciais | 0 | 0 | 16 | 0 |

| | | | | |
|---------------------------------------------|------|-----|-----|---|
| Auxiliar De Serviços Médicos | 0 | 0 | 29 | 0 |
| Auxiliar Operacional | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Bibliotecário | 3 | 2 | 0 | 0 |
| Biólogo | 52 | 19 | 0 | 0 |
| Biomédico | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Bioquímico | 2 | 89 | 47 | 0 |
| Caldeireiro | 0 | 3 | 1 | 0 |
| Cirurgião Dentista | 0 | 0 | 25 | 0 |
| Costureira | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Costureiro | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Cozinheiro | 0 | 13 | 5 | 0 |
| Datilografo | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Dentista | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Diretor | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Disposição Ônus Da Origem Com Ressarcimento | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Eletricista | 12 | 6 | 4 | 0 |
| Encanador | 6 | 3 | 0 | 0 |
| Enfermeiro | 1030 | 761 | 83 | 0 |
| Engenheiro | 13 | 13 | 0 | 0 |
| Engenheiro Civil | 9 | 0 | 0 | 0 |
| Engenheiro De Alimentos | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Engenheiro Eletricista | 30 | 0 | 0 | 0 |
| Engenheiro Mecânico | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Engenheiro Sanitarista E Ambiental | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Escriturário | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Estatístico | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Farmacêutico | 260 | 133 | 8 | 0 |
| Farmacêutico Bioquímico | 10 | 0 | 0 | 0 |
| Fiscal Sanitarista | 0 | 2 | 10 | 0 |
| Físico | 1 | 2 | 0 | 0 |
| Fisioterapeuta | 186 | 89 | 0 | 0 |
| Fonoaudiólogo | 32 | 24 | 1 | 0 |
| Inspetor De Fiscalização | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Jardineiro | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Marceneiro | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Massagista | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Mecânico | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Médico | 1696 | 885 | 140 | 0 |
| Médico Veterinário | 3 | 2 | 0 | 0 |
| Motorista | 43 | 37 | 22 | 0 |

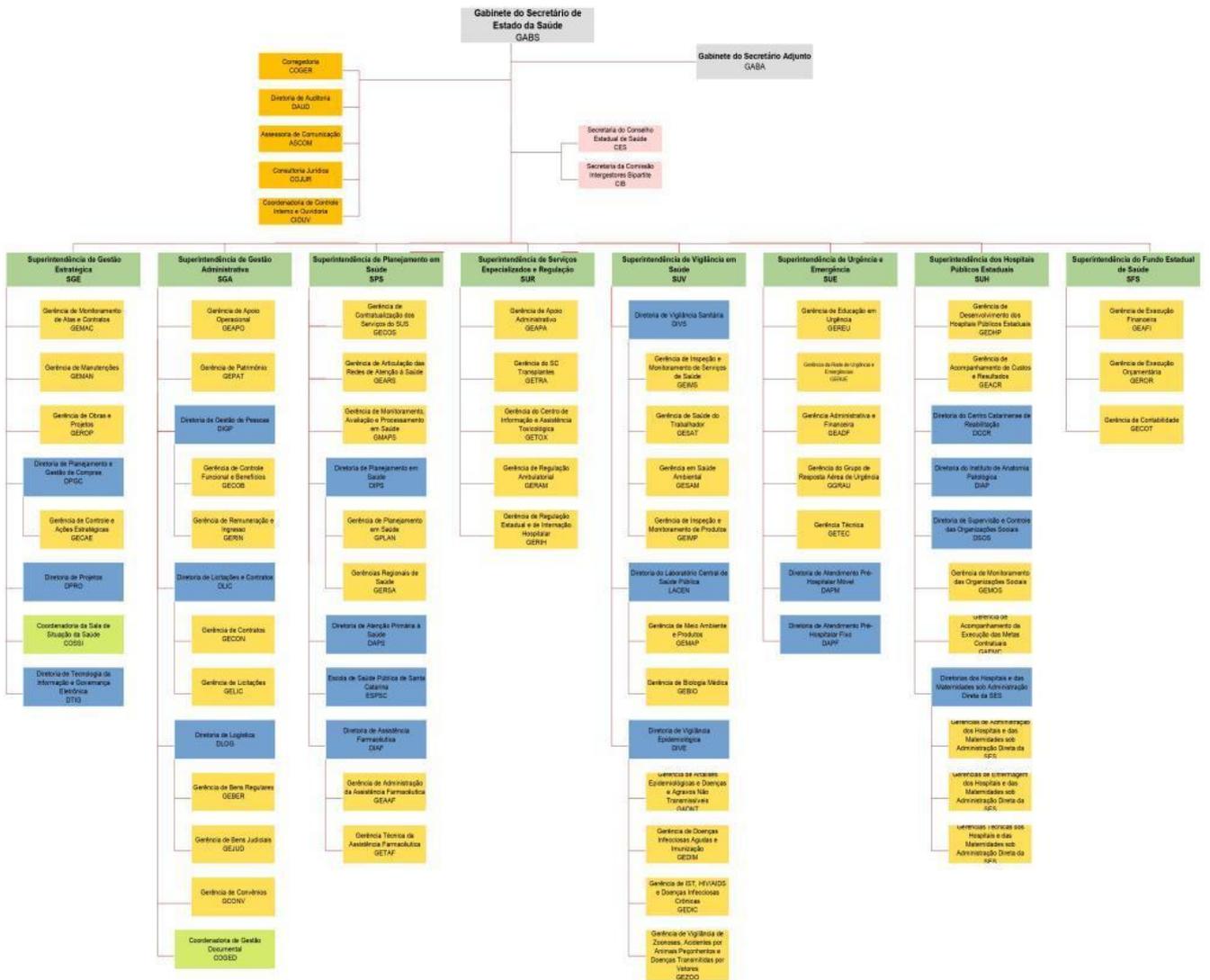
| | | | | |
|---------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Motorista Oficial | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Nutricionista | 36 | 50 | 4 | 0 |
| Odontólogo | 13 | 8 | 12 | 0 |
| Oficial Administrativo | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Oficial De Administração | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Operador De Raio X | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Parteira | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Pedagogo | 2 | 2 | 3 | 0 |
| Pedreiro | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Pintor | 0 | 4 | 0 | 0 |
| Procurador Do Estado | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Professor Universitário | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Profissional De Educação Física | 0 | 9 | 0 | 0 |
| Psicólogo | 69 | 19 | 2 | 0 |
| Químico | 1 | 5 | 0 | 0 |
| Sanitarista | 0 | 1 | 25 | 0 |
| Servente | 0 | 0 | 16 | 0 |
| Serviçal | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Técnico De Radiologia E Imagem | 0 | 98 | 0 | 0 |
| Técnico Em Atividades Administrativas | 653 | 709 | 194 | 0 |
| Técnico Em Atividades Complementares | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Técnico Em Atividades De Saúde | 0 | 0 | 193 | 0 |
| Técnico Em Contabilidade | 0 | 1 | 16 | 0 |
| Técnico Em Enfermagem | 2518 | 2340 | 78 | 0 |
| Técnico Em Informática | 19 | 18 | 0 | 0 |
| Técnico Em Laboratório | 53 | 65 | 1 | 0 |
| Técnico Em Órtese E Prótese | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Técnico Em Prótese E Órtese | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Técnico Em Radiologia | 66 | 0 | 1 | 0 |
| Técnico Em Segurança Do Trabalho | 16 | 0 | 0 | 0 |
| Telefonista | 0 | 11 | 3 | 0 |
| Terapeuta Ocupacional | 13 | 6 | 2 | 0 |
| Terceirizados | 0 | 0 | 0 | 1034 |
| Visitador Sanitário | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Total Geral | 6952 | 6592 | 7937 | 1034 |

Fonte: Base de dados do Sistema de gerenciamento de recursos humanos- SIGRH (06/2023).

ORGANOGRAMA

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

DECRETO Nº 1.682, DE 19 DE JANEIRO DE 2022 E DECRETO Nº 1.788, DE 08 DE MAIO DE 2022



Fonte: SANTA CATARINA, 2022.

https://www.saude.sc.gov.br/images/GEPLAN/organograma_para_site_ses.pdf

ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Decreto nº 2.400/2022, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Saúde (SES), no Anexo I, Títulos I e II explicita a estrutura organizacional e as competências das unidades de direção, execução e assessoramento. Abaixo segue a estrutura com a descrição sucinta das principais competências de cada área:

Art. 2º A estrutura organizacional da SES compreende:

I – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde (GABS): coordenar, acompanhar, controlar e avaliar periodicamente a política de saúde no âmbito estadual em consonância com os princípios do SUS;

II – Gabinete do Secretário Adjunto (GABA): prestar assistência ao Secretário de Estado, além de também coordenar, acompanhar, controlar e avaliar periodicamente a política de saúde no âmbito estadual em consonância com os princípios do SUS;

III – Corregedoria (COGER): regida por regulamento próprio;

IV – Diretoria de Auditoria (DAUD): realizar auditorias operativas, de gestão e especiais em quaisquer entidades que recebam recursos da SES;

V – Assessoria de Comunicação (ASCOM): coletar informações, elaborar material noticioso e promover a divulgação das ações institucional;

VI – Consultoria Jurídica (COJUR): prestar consultoria e assessoramento jurídico à SES, além de examinar e analisar os instrumentos administrativos à luz da jurisdição;

VII – Coordenadoria de Controle Interno e Ouvidoria (CIUV): programar, organizar, orientar, coordenar, executar e controlar atividades relacionadas ao controle interno com vistas ao cumprimento das instruções e diretrizes legais nas atividades desenvolvidas pelas áreas da SES;

VIII – Secretaria do Conselho Estadual de Saúde (CES): promover e praticar todos os atos de apoio administrativo ao desenvolvimento das atividades dos Conselheiros Estaduais de Saúde;

IX – Secretaria da Comissão Intergestores Bipartite (CIB): promover e praticar todos os atos de apoio administrativo ao desenvolvimento das atividades realizadas pelos membros das Câmeras Técnicas e da Comissão Intergestores Bipartite;

X – Superintendência do Fundo Estadual de Saúde (SFS): responsabilizar-se pelas atribuições inerentes à administração orçamentária, financeira e contábil da SES. É composta de:

a) Gerência de Execução Financeira (GEAFI): gerenciar a movimentação das contas bancárias sob titularidade da SES, além de promover o controle das contas a pagar no âmbito da saúde;

b) Gerência de Execução Orçamentária (GEROR): estudar, acompanhar, definir e criar mecanismos de controle da execução orçamentária;

c) Gerência de Contabilidade (GECOT): desenvolver as atividades relativas à contabilidade e à análise, à orientação, ao controle e ao acompanhamento das prestações de contas dos recursos financeiros da SES;

XI – Superintendência de Gestão Estratégica (SGE): desenvolver, coordenar o desenvolvimento e a execução de planos e programas, visando ao desenvolvimento, ao aperfeiçoamento e à modernização das atividades da área de projetos, obras e manutenções e os processos referentes à estratégia de gestão de compras da SES. É composta de:

a) Gerência de Monitoramento de Atas e Contratos (GEMAC): monitorar, analisar, normatizar o processo de contratação de bens e serviços das unidades e dos setores da SES;

b) Gerência de Manutenções (GEMAN): programar, organizar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades de manutenção, prioritariamente preventiva, da infraestrutura das unidades de saúde de interesse da SES;

c) Gerência de Obras e Projetos (GEROP): planejar, coordenar, executar e fiscalizar as atividades relacionadas com a execução de obras e projetos técnicos para novas construções, assim como com a readequação de espaços físicos, ampliações, restaurações e outros serviços de interesse da SES;

d) Diretoria de Projetos (DPRO): promover e utilizar a aplicação da metodologia de gestão de projetos e administrar ferramentas para seu gerenciamento na SES, conforme diretrizes do EPROJ;

e) Coordenadoria da Sala de Situação da Saúde (COSSI): monitorar, analisar, tratar os dados da SES com o uso de inteligência analítica, com abordagem descritiva, estatística e visual;

f) Diretoria de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (DTIG): programar, organizar e coordenar a execução e o controle das atividades inerentes ao tratamento automatizado de informações, incluindo o processamento de dados, imagem e voz, assim como a organização e racionalização de sistemas e métodos pertinentes ao campo da informática;

g) Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC): coordenar, monitorar e executar o planejamento e a gestão da demanda de bens e serviços das unidades e dos setores da SES. É composta da:

1. Gerência de Controle e Ações Estratégicas (GECAE): acompanhar, orientar, monitorar e articular a análise dos orçamentos e a precificação das aquisições;

XII – Superintendência de Gestão Administrativa (SGA): coordenar as ações e atividades administrativas (aquisição de bens e contratação de serviços), relacionadas à SES. É composta de:

a) Gerência de Apoio Operacional (GEAPO): planejar, organizar, executar e coordenar as atividades de protocolo, transportes, reparos e manutenção de móveis e equipamentos da Administração Central;

b) Gerência de Patrimônio (GEPAT): receber, armazenar e distribuir bens móveis permanentes;

c) Gerência de Convênios (GCONV): receber, cadastrar, formalizar, acompanhar e avaliar a execução físico-financeira dos convênios realizados pela SES;

d) Coordenadoria de Gestão Documental (COGED): coordenar e orientar os processos de eliminação de documentos, além de realizar a gestão dos documentos em guarda terceirizada;

e) Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGP): programar, organizar, orientar, coordenar e controlar as atividades de administração de Gestão de Pessoas da SES. É composta de:

1. Gerência de Controle Funcional e Benefícios (GECOB): coordenar, controlar, orientar e executar ações relativas a legislação de pessoal;

2. Gerência de Remuneração e Ingresso (GERIN): manter e atualizar os dados e as informações cadastrais, funcionais e financeiras relativos à Gestão de Pessoas, além de controlar, acompanhar e operacionalizar os procedimentos de admissão e dispensa de servidores;

f) Diretoria de Licitações e Contratos (DLIC): orientar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas com a gestão das aquisições de bens e serviços da SES. É composta de:

1. Gerência de Contratos (GECON): executar as atividades relativas às contratações diretas no âmbito da SES;

2. Gerência de Licitações (GELIC): apoiar, supervisionar e orientar as Comissões de Licitação, os pregoeiros e suas equipes de apoio em suas atividades, bem como subsidiá-los nas respostas a esclarecimentos, impugnações e recursos interpostos em face dos procedimentos licitatórios, além de executar as licitações para a aquisição de materiais e serviços em conformidade com o Termo de Referência;

g) Diretoria de Logística (DLOG): coordenar, monitorar e executar a gestão e distribuição dos bens regulares e judiciais adquiridos. É composta de:

1. Gerência de Bens Regulares (GEBER): gerenciar todo o fluxo dos bens regulares de materiais de consumo do Centro de Distribuição da SES;

2. Gerência de Bens Judiciais (GEJUD): orientar de forma técnica, administrativa e logística a COJUR, a Comissão Multidisciplinar de Apoio Judicial da SES, a PGE, o Ministério Público Estadual e Federal, a Justiça Estadual e Federal no que concerne ao atendimento e ao cumprimento das ações judiciais de medicamentos, insumos e nutrição;

XIII – Superintendência de Planejamento em Saúde (SPS): dirigir, analisar, executar, monitorar, avaliar e participar da política de saúde no âmbito estadual. É composta de:

a) Gerência de Contratualização dos Serviços do SUS (GECOS): elaborar, revisar, analisar, assessorar, organizar os instrumentos para a contratualização entre o SUS e os prestadores, públicos, privados e filantrópicos;

b) Gerência de Articulação das Redes de Atenção à Saúde (GEARS): acompanhar e avaliar, em conjunto com áreas afins e de acordo com os parâmetros estabelecidos, a implementação, a ampliação e a implantação dos Serviços de Saúde por meio das políticas públicas vigentes e na lógica da Rede de Atenção à Saúde (RAS);

c) Gerência de Monitoramento, Avaliação e Processamento em Saúde (GMAPS): monitorar, controlar e avaliar os serviços de média e alta complexidade;

d) Diretoria de Planejamento em Saúde (DIPS): promover a articulação das instâncias regionais com o nível central da SES, participar do processo de fortalecimento da regionalização da saúde, além de coordenar a elaboração e revisão, com as demais áreas da SES, dos Instrumentos de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA), no âmbito da SES, em conformidade com os Instrumentos de Planejamento do SUS e instruções normativas. É composta de:

1. Gerência de Planejamento em Saúde (GPLAN): elaborar, revisar, monitorar, avaliar, com as demais áreas da SES, os Instrumentos de Planejamento em Saúde (PES, RDQA, RAG) e Orçamentário (PPA, LDO, LOA), no âmbito da SES;

2. Gerências Regionais de Saúde (GERSA): coordenar, participar, avaliar as ações das políticas de saúde no nível regional, em conformidade com as diretrizes emanadas da SES, além de assessorar os municípios na formulação e execução das ações e dos Serviços de Saúde no âmbito de sua competência;

e) Diretoria de Atenção Primária à Saúde (DAPS): formular, implantar, implementar, coordenar, monitorar, avaliar políticas, programas e estratégias da Atenção Primária à Saúde (APS) e das Linhas de Cuidado prioritárias no Estado;

f) Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC): coordenar, articular, assessorar, conduzir, monitorar e avaliar, em âmbito estadual, regional e municipal, o desenvolvimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) para o SUS;

g) Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIAF): normatizar, organizar, promover, coordenar e executar a Assistência Farmacêutica no âmbito da SES. É composta de:

1. Gerência de Administração da Assistência Farmacêutica (GEAAF): receber e analisar as solicitações de medicamentos e outros insumos provenientes das unidades dispensadoras de medicamentos gerenciadas pela Assistência Farmacêutica do Estado;

2. Gerência Técnica da Assistência Farmacêutica (GETAF): assessorar a DIAF na coordenação da permanente atualização da Relação Estadual de Medicamentos Essenciais;

XIV – Superintendência de Vigilância em Saúde (SUV): formular, implantar, normatizar e coordenar a Política Estadual de Vigilância em Saúde de acordo com o plano de governo e com os princípios e as diretrizes do SUS. É composta de:

a) Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVS): coordenar, supervisionar, apoiar, desenvolver as ações de Vigilância Sanitária no Estado de Santa Catarina. É composta de:

1. Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GEIMS): planejar, executar, supervisionar, avaliar e controlar as ações de Vigilância Sanitária relacionadas com a orientação, a fiscalização e o monitoramento dos Serviços de Saúde e de eventos adversos que envolvam sangue e hemocomponentes;
 2. Gerência de Saúde do Trabalhador (GESAT): planejar, organizar, orientar, controlar, avaliar, propor e elaborar normas e ações de Vigilância Sanitária relacionada à fiscalização dos ambientes e processos de trabalho;
 3. Gerência em Saúde Ambiental (GESAM): programar, organizar, coordenar, dirigir, avaliar e controlar as ações de Vigilância Sanitária relacionadas com a orientação e fiscalização da Saúde Ambiental;
 4. Gerência de Inspeção e Monitoramento de Produtos (GEIMP): planejar, executar, supervisionar, avaliar e controlar as ações de Vigilância Sanitária relacionadas com a orientação, a fiscalização e o monitoramento dos produtos sujeitos à Vigilância Sanitária;
- b) Diretoria do Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN): realizar os exames/ensaios relacionados às atividades de Vigilância em Saúde, compreendendo a Vigilância Epidemiológica, a Vigilância em Saúde Ambiental, a Vigilância Sanitária e a assistência médica de alta complexidade; além de coordenar a rede de laboratórios públicos e privados que realizam análises de interesse em saúde pública. É composta de:
1. Gerência de Meio Ambiente e Produtos (GEMAP): executar as análises laboratoriais relacionadas às funções do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cujas principais análises são de alimentos, medicamentos, cosméticos e saneantes, produtos, materiais e equipamentos de uso para a saúde, assim como a vigilância de portos, aeroportos e fronteiras; além de executar as atividades laboratoriais relativas à Rede Nacional de Laboratórios de Vigilância em Saúde Ambiental, cujas principais atividades são de vigilância da qualidade da água para consumo humano e para utilização em hemodiálise, realizando ensaios microbiológicos e físico-químicos, incluindo pesquisa de resíduos de agrotóxicos e metais, vigilância da qualidade do ar e vigilância de amostras ambientais para pesquisa de enterovírus e de Vibrio cholerae;
 2. Gerência de Biologia Médica (GEBIO): executar as atividades laboratoriais relativas à Rede Nacional de Laboratórios de Vigilância Epidemiológica, cujas principais atividades são diagnóstico de doenças de notificação compulsória, vigilância de doenças transmissíveis e não transmissíveis, monitoramento de resistência microbiana e diagnóstico laboratorial de agentes infecciosos e parasitários em vetores; além de executar as atividades laboratoriais relativas à Rede Nacional de Laboratórios de Assistência Médica de Alta Complexidade, para complementação diagnóstica de doenças e outros agravos à saúde;
- c) Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE): coordenar o componente estadual do subsistema de Vigilância Epidemiológica, planejando e desenvolvendo ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis, de vigilância e prevenção de doenças e agravos não transmissíveis e dos seus fatores de risco, bem como de promoção à saúde. É composta de:
1. Gerência de Análises Epidemiológicas e Doenças e Agravos Não Transmissíveis (GADNT): planejar, organizar, normatizar, orientar, coordenar, assessorar e supervisionar, além de promover a gestão dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM), sobre Nascidos Vivos (SINASC) e de Agravos de Notificação (SINAN);
 2. Gerência de Doenças Infecciosas Agudas e Imunização (GEDIM): planejar, programar, orientar, normatizar, coordenar, monitorar e supervisionar as ações de vigilância, prevenção e controle de doenças de transmissão hídrica e alimentar (DTHA) e de doenças respiratórias e imunopreveníveis, assim como as estratégias de imunização no âmbito estadual;
 3. Gerência de IST, HIV/AIDS e Doenças Infecciosas Crônicas (GEDIC): planejar, programar, orientar, normatizar, coordenar, monitorar e supervisionar as ações de vigilância, prevenção e controle de IST, HIV/Aids, hepatites virais, tuberculose, hanseníase e tracoma, no âmbito estadual;
 4. Gerência de Vigilância de Zoonoses, Acidentes por Animais Peçonhentos e Doenças Transmitidas por Vetores (GEVIZ): planejar, programar, orientar, normatizar, coordenar, monitorar e supervisionar as atividades de vigilância de zoonoses, acidentes por animais peçonhentos e doenças transmitidas por vetores, no âmbito estadual;

XV – Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais (SUH): coordenar a política estadual da rede hospitalar própria, em consonância com o Plano de Governo e com os princípios do SUS; além de coordenar as ações de planejamento, acompanhamento, avaliação, organização e normatização das atividades de administração, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, reparo e manutenção de equipamentos, bens móveis e imóveis, insumos, medicamentos e alimentos da rede hospitalar própria. É composta de:

a) Gerência de Desenvolvimento dos Hospitais Públicos Estaduais (GEDHP): propor diretrizes e estratégias para nortear o desenvolvimento da rede assistencial própria; além de responsabilizar-se por efetuar e controlar a aquisição dos Serviços de Saúde não disponíveis nas unidades hospitalares da rede própria;

b) Gerência de Acompanhamento de Custos e Resultados (GEACR): gerenciar e controlar o Sistema de Custos das unidades próprias; coordenar o projeto de implantação e acompanhamento de autonomia da gestão para as unidades hospitalares próprias; além de propor, desenvolver e implantar procedimentos, fluxos e mecanismos de controle, visando à consolidação das informações de modo que sejam asseguradas a qualidade e a eficiência na gestão e na operacionalização nas unidades assistenciais;

c) Diretoria do Centro Catarinense de Reabilitação (DCCR): articular fluxos de referência e contrarreferência dos serviços prestados; além de promover processo de educação continuada, visando à formação e ao aperfeiçoamento dos seus profissionais;

d) Diretoria do Instituto de Anatomia Patológica (DIAP): planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades técnicas nas áreas de anatomia patológica, citopatologia e serviço de verificação de óbito; além de emitir declaração de óbito após realizar necropsia de pessoas falecidas de morte natural cuja causa mortis não foi esclarecida;

e) Diretoria de Supervisão e Controle das Organizações Sociais (DSOS): supervisionar, acompanhar e avaliar o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais na área da Saúde, devendo adotar, de forma sistemática, mecanismos de acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados. É composta de:

1. Gerência de Monitoramento das Organizações Sociais (GEMON): monitorar a correta aplicação dos recursos repassados às Organizações Sociais por meio dos Contratos de Gestão;

2. Gerência de Acompanhamento da Execução das Metas Contratuais (GAEMC): instruir os processos de habilitação de entidades interessadas em obter a qualificação para Organizações Sociais, em parceria com as áreas técnicas da SES; além de elaborar, os editais de concurso de projetos referentes às unidades hospitalares, especificamente destinados à contratação de Organizações Sociais, e realizar a chamada pública mediante a publicação da Portaria de Intenções e a constituição da Comissão Julgadora das propostas.

f) Diretorias dos Hospitais e das Maternidades sob Administração Direta da SES: planejar, normatizar, coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades hospitalares e complementares. É composta de:

1. Gerências de Administração dos Hospitais e das Maternidades sob Administração Direta da SES: organizar, programar, supervisionar e avaliar as atividades administrativas e assistenciais dos setores subordinados à Gerência;

2. Gerências de Enfermagem dos Hospitais e das Maternidades sob Administração Direta da SES: planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades de enfermagem da unidade;

3. Gerências Técnicas dos Hospitais e das Maternidades sob Administração Direta da SES: orientar e coordenar os trabalhos dos responsáveis pelos serviços e pelas seções sob sua Gerência;

XVI – Superintendência de Serviços Especializados e Regulação (SUR): conduzir o processo de regulação ambulatorial estadual, macrorregional e municipal; além de garantir o estabelecimento de instrumentos e mecanismos de regulação, bem como o acesso e a operacionalização de ações em conformidade com os pactos estabelecidos. É composta de:

- a) Gerência de Apoio Administrativo (GEAPA): coordenar, acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de administração predial, gestão de materiais, patrimônio e manutenção, além de operacionalizar e controlar os procedimentos relativos ao SIGRH;
 - b) Gerência do SC Transplantes (GETRA): organizar o Sistema de Captação e Transplantes no Estado, coordenando todas as fases do processo (busca ativa, notificação, captação e distribuição de órgãos e tecidos, assim como o transplante);
 - c) Gerência do Centro de Informação e Assistência Toxicológica (GETOX): acompanhar e atualizar o plano de distribuição de antídotos na RAS no Estado, prestar apoio laboratorial nas análises toxicológicas de urgência e emergência, por meio do Setor de Toxicologia da Unidade de Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário;
 - d) Gerência de Regulação Ambulatorial (GERAM): operacionalizar a Central Estadual de Regulação Ambulatorial (CERA), a Central Estadual de Telemedicina (CET), a Central Estadual de Regulação de Alta Complexidade (CERAC) e o serviço de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) Interestadual;
 - e) Gerência de Regulação Estadual e de Internação Hospitalar (GERIH): regular o acesso das internações hospitalares dos estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, próprios, contratados ou conveniados;
- XVII – Superintendência de Urgência e Emergência (SUE): monitorar a acessibilidade e resolutividade do sistema de atenção integral às urgências, em seus diversos níveis, dentre eles as Unidades Básicas de Saúde, os Pronto Atendimento, as UPAs, o SAMU 192 e as urgências hospitalares. É composta de:
- a) Gerência de Educação em Urgência (GEREU): responsabilizar-se pela educação permanente e continuada dos profissionais do Serviço de Atendimento pré-hospitalar e intersetorial, incluindo as portas fixas;
 - b) Gerência da Rede de Urgência e Emergência (GERUE): articular a implantação e/ou implementação da Rede de Urgência e Emergência (RUE) no Estado;
 - c) Gerência Administrativa e Financeira (GEADF): coordenar, acompanhar, avaliar as ações de organização e normatização administrativa e financeira da SUE;
 - d) Gerência do Grupo de Resposta Aérea de Urgência (GGRAU): planejar e coordenar as ações de atendimento pré-hospitalar aéreas, nos casos de urgências e emergências, por meio dos atendimentos primários, secundários e transportes, conforme a legislação em vigor e de forma integrada entre SES e o Batalhão de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (BOA/CBMSC);
 - e) Gerência Técnica (GETEC): planejar, propor, contribuir com a elaboração e implantação de protocolos, manuais, normas e rotinas em sua área de abrangência e monitorar;
 - f) Diretoria de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel (DAPM): regular e gerenciar as transferências inter-hospitalares de pacientes graves internados pelo SUS, no âmbito macrorregional e estadual, por meio da Central de Regulação às Urgências, articulada com a CERINTER;
 - g) Diretoria de Atendimento Pré-Hospitalar Fixo (DAPF): orientar, avaliar e supervisionar, com a equipe, a execução de programas, projetos e atividades pertinentes às portas de entrada hospitalares, UPAs e congêneres.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Secretária Estadual de Saúde técnica, capacitada e com liderança política 2. Corpo profissional da SES é qualificado e comprometido 3. SES conta com estrutura técnica e informações qualificadas nas áreas 4. Priorização na redução de filas de cirurgias 5. Serviços de saúde descentralizados e bem localizados 6. Capacitação e experiência no manejo de emergência em saúde 7. Processo de integração entre as áreas iniciado <p>Processos de aprimoramento do planejamento, gestão de projetos e integridade em curso na SES</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Áreas ainda atuam de forma fragmentada e com pouca comunicação com as demais 2. Sistemas de informação pouco integrados 3. Pouca comunicação da SES com a população 4. Quadro funcional com predominância crescente de ACT's, gerando vínculos institucionais frágeis e alta rotatividade 5. Não há política de gestão do trabalho no SUS em SC 6. Organograma da SES é inadequado 7. Orçamento limitado e deficiências na execução na SES 8. Estruturas física e tecnológica precárias no conjunto da SES 9. Falta de controle sobre as ações de vigilância (epidemiológica e sanitária) 10. Descontinuidade de estratégias e ações 11. Falta de acompanhamento e avaliação de ações ou projetos implementados 12. Falta de treinamento profissional para os cargos administrativos |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Multiplicação de tecnologias e inovações na área de saúde 2. Digitalização e automação de processos de trabalho 3. Internet amplia os canais de informação/comunicação com a população 4. Imagem positiva da SES junto às demais secretarias 5. Imagem institucional positiva do SUS 6. Ambiente político favorável junto à ALESC 7. Ambiente político federal favorável às políticas de saúde e sociais 8. Mudanças no marco legal e administrativo favorecendo eficácia orçamentária 9. Parcerias institucionais contribuindo tecnicamente e na captação de recursos | <ol style="list-style-type: none"> 1. Comunicação tendenciosa e informações falsas chegando à população 2. Surgimento de doenças emergentes e reemergentes 3. Manutenção ou aumento da população em condições socioeconômicas muito precária 4. Aumento populacional 5. Desastres ambientais 6. Interferência de outras instituições e poderes nas decisões técnicas da saúde pública 7. Queda de arrecadação provocando redução do orçamento 8. Instabilidade política atual em SC 9. Greve de servidores |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS

Todo o quadro de profissionais (efetivos, profissionais contratados em caráter temporário, comissionados e terceirizados) que atuam em todas as áreas descritas no item 5 da estrutura organizacional.

EXTERNAS

| |
|------------------------------------------------------------------------------|
| Órgãos da Administração Pública Estadual Direta (SANTA CATARINA,2023) |
| SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública |
| SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento |
| SEF - Secretaria de Estado da Fazenda |
| SED - Secretaria de Estado da Educação |
| SECOM - Secretaria de Estado da Comunicação |
| SEA - Secretaria de Estado da Administração |
| SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil |
| SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família |
| SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa |
| SAN - Secretaria Executiva de Articulação Nacional |
| PGE - Procuradoria-Geral do Estado |
| CGE - Controladoria-Geral do Estado |
| Empresas, Fundações, Autarquias e Federações |
| ARESC - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina |
| CBMSC - Corpo de Bombeiros de Santa Catarina |
| ENA - Fundação Escola de Governo |
| FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de SC |
| CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. |
| SCPAR - Participações e Parcerias S.A. |
| UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina |
| FAHECE- Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON |
| FECAM - Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina |
| Outros órgãos |
| População |
| ALESC - Assembleia Legislativa |
| MPSC - Ministério Público - Procuradoria Geral da Justiça |
| TCESC - Tribunal de Contas |
| TJSC - Tribunal de Justiça |
| Organizações sociais |
| Sindicatos |
| Laboratórios privados |
| Fornecedores/Prestadores de Serviço |
| Conselho profissionais |

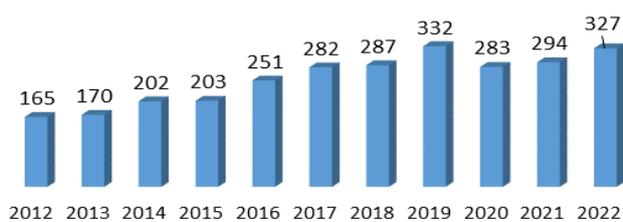
| |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PROADI-SUS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde |
| OPAS- Organização Panamericana de Saúde |
| Hospitais contratualizados, contratados e conveniados. |
| Conselho Estadual de Saúde |
| Outros Estados da Federação |
| Secretários Municipais de Saúde através do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina (COSEMS/SC) e das Comissões Intergestores Regionais (CIR) |
| Ministério da Saúde, em âmbito central e descentralizado (SEIMP) |
| Conselhos Nacionais de Secretários de Saúde (CONASS; CONASEMS) |

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Sistema Estadual de Transplantes em Santa Catarina

Santa Catarina se mantém em destaque nacional, sendo 14 anos líder em número de doadores efetivos de órgãos p.m.p (por milhão de população). Nos anos de 2019, 2021 e 2022, recebeu primeira colocação nacional em número de doadores efetivos de órgãos p.m.p e obteve a segunda colocação em 2020.

Doadores efetivos – Pacientes em Morte Encefálica



Em 2022 foram 327 doações efetivas de múltiplos órgãos, atingindo o índice de 44,6 doadores por milhão de população de Santa Catarina.

Fonte: Gerência de Transplantes – GETRA/SES (12/2022).

Número de transplantes (órgãos e tecidos) realizados em SC



O número de transplantes realizados também vem apresentando crescimento gradativo, com 1.521 transplantes de órgãos e tecidos.

Fonte: Gerência de Transplantes – GETRA/SES (12/2022).

Os resultados são evidenciados principalmente pelo investimento em capacitação e treinamento dos profissionais envolvidos no processo de doação e transplante. No último quadriênio o Serviço de Transplantes de SC, recebeu alguns certificados e prêmios em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, como:

- Em 2021, o Ministério da Saúde, realizou uma homenagem em reconhecimento ao trabalho e dedicação à causa da doação de órgãos e tecidos no Brasil e a consolidação do Sistema Nacional de Transplantes;
- O sistema estadual de transplantes de Santa Catarina recebeu uma carta de congratulações da Diretora Geral de Transplante da Espanha, Dra. Beatriz Domínguez-Gil, direcionada ao Governador do Estado de Santa Catarina, pelo sucesso alcançado no Programa de Doação e Transplante e pelos resultados alcançados;

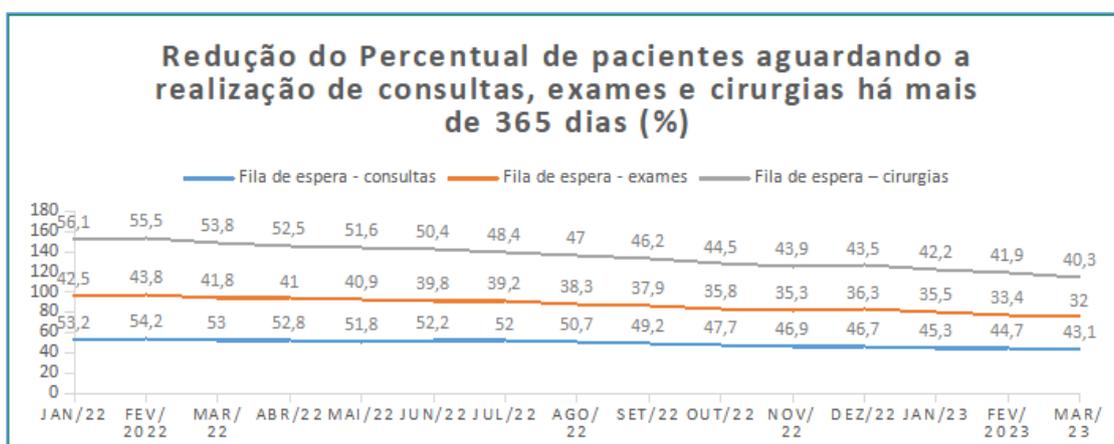
- Em 2022, participou a convite da Organização Nacional de Transplantes (ONT) da Espanha, do Congresso Mundial de Transplantes em Buenos Aires, apresentando a experiência de Santa Catarina na doação e transplante de órgãos, também foi reconhecido pela ONT como referência para o Brasil e a América Latina, sendo uma enorme conquista para os catarinenses. A Estrutura espanhola tem sido por quase 3 décadas o modelo mais bem-sucedido de coordenação de transplantes do mundo e tem influência central nas políticas de transplantes da Organização Mundial de Saúde;
- O Prêmio Espírito Público, que reconhece iniciativas que melhoram serviços oferecidos para a população, foi concedido ao coordenador estadual de transplantes, Joel de Andrade, no ano de 2022.

Redução da Fila de Espera

Em 2022, a SES realizou diversas ações, visando a redução da fila de espera, de consulta, exames e cirurgias, tais como:

- Remanejamento de agendas lotadas e ociosas entre hospitais de uma Região ou Macrorregião de Saúde;
- Unificação de nomenclaturas de agendas;
- Monitoramento e notificações aos fiscais dos contratos acerca das ofertas contratualizadas não disponibilizadas;
- Implantação de novas Teleconsultorias (gestação de alto risco, ortopedia pediátrica e de coluna).

Essas ações resultaram na melhoria de alguns indicadores estratégicos do Governo, como, por exemplo:



Fonte: Sistema Nacional de Regulação -SISREG (12/2022).

TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

A SES, em 2022, contratualizou 26 Clínicas de Hemodiálise no Estado de Santa Catarina, com repasse mensal médio de R\$ 8,8 milhões para oferta de Terapia Renal Substitutiva. O repasse de incremento estadual por produção, com o objetivo de promover a assistência em toda a linha de cuidado, totalizou um repasse mensal de aproximadamente R\$2,5 milhões.

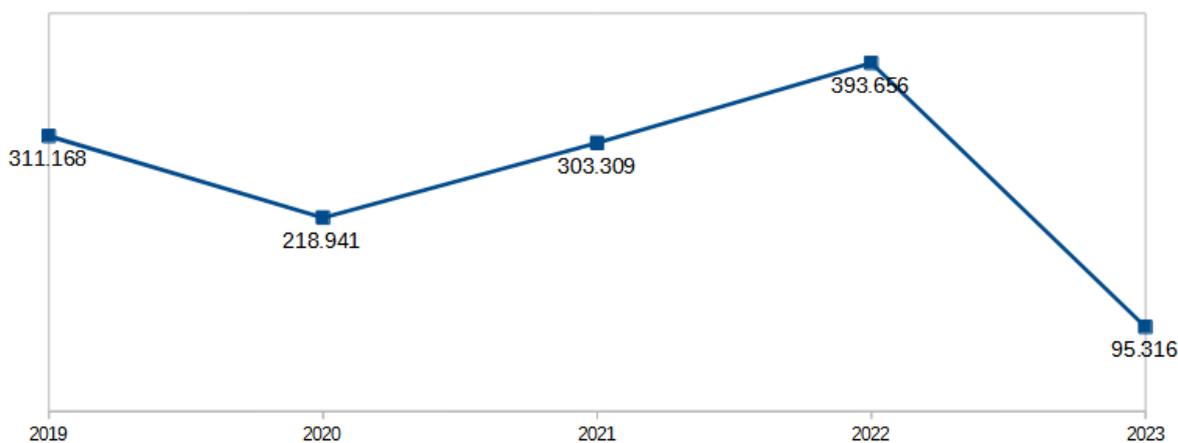
POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE (PHC)

A PHC trouxe um incremento de recursos para os hospitais. Enquanto em 2021 apresentava um total de 117 hospitais, em 2022 esse número totalizou 173, um incremento de 56 hospitais. Destaque para a disponibilização de atendimento de saúde bucal para portadores de necessidades especiais na rede hospitalar, bem como para as cirurgias eletivas, com a pactuação de novas ofertas com as unidades hospitalares, ampliando o quantitativo cirúrgico em 11.500 cirurgias/mês, além do já pactuado nos contratos.

POLÍTICA ESTADUAL DE CIRURGIAS ELETIVAS EM SC

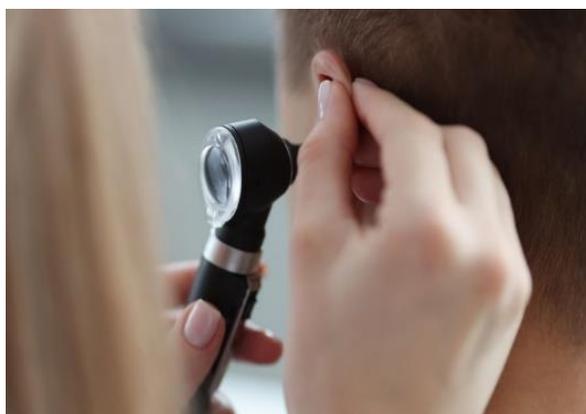
As diretrizes das cirurgias eletivas, visam a priorização do atendimento humanizado, atendendo as necessidades de saúde do paciente, a integração de todos os pontos de atenção à saúde da população, o estudo e apresentação de um novo modelo de contratualização de procedimentos eletivos e a discussão do modelo de regulação (absenteísmo; gestão das filas; protocolos de acesso; racionalidade da telessaúde no processo regulatório; sistema de regulação inovador e outros.) A SES, tem por objetivo a redução das filas de espera para cirurgias eletivas e atendimento prioritário aos pacientes oncológicos. Em 30 de janeiro de 2023, 105.340 pacientes aguardavam na fila de espera para cirurgia e em 11 de junho de 2023, são 66.947 pacientes aguardando. No período de 2019 a março de 2023, foram realizadas o total de 1.322.390.

Número de cirurgias realizadas



Fonte: Sistema de Informações Hospitalares- SIH/ Sistema de informações Ambulatoriais- SIA (06/2023).

Saúde da Pessoa com Deficiência



Exame auditivo

Foto: Banco de dados da SES/SC

Os cuidados da saúde da pessoa com deficiência, envolvem diversos serviços, como: Serviço de Atenção à Saúde das Pessoas com Estomias, Serviço de Reabilitação Visual, Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista, Reabilitação Pós Covid-19, Serviço de Doenças Raras e Serviço de Saúde Auditiva e Implante Coclear. Em 2021, o número de pacientes que aguardavam pelos serviços de saúde auditiva representava 11.630. No ano de 2022, a fila de espera, foi reduzida em 75,74%, totalizando 8.809 pacientes atendidos.

CENTRO DE INFORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA TOXICOLÓGICA

O Centro de Informação e Assistência Toxicológica de Santa Catarina (CIATox/SC) mantém há 39 anos, um serviço de plantão 24 horas para informações específicas em caráter de urgência na área de Toxicologia Clínica aos profissionais de saúde, principalmente médicos da rede hospitalar e ambulatorial, de caráter educativo e preventivo à população em geral e de apoio às instituições nas questões relacionadas à toxicologia, ocasionando a diminuição da procura por serviços de saúde, reduzindo custos e riscos.

Atividades realizadas pelo CIATox de 2019 a 2022

| Atividades | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Total |
|--------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Atendimento de casos (humanos e animais) e informações | 21.125 | 18.113 | 19.482 | 20.748 | 79.468 |
| Acompanhamento dos casos atendidos até o desfecho | 36.659 | 18.876 | 17.839 | 21.207 | 94.581 |
| Total | 57.784 | 36.989 | 37.321 | 41.955 | 174.049 |

Fonte: DATATOX - Sistema Brasileiro de Dados de Intoxicações e extraídos utilizando a ferramenta de tratamento de dados BI-DATATOX (05/2023).

Central Estadual de Regulação de Internações Hospitalares – CERIH

A Central Estadual de Regulação de Leitos de Terapia Intensiva (Adulto, Pediátrico e Neonatal), atualmente denominada Central Estadual de Regulação de Internações Hospitalares (CERIH), tem como objetivo principal mapear de forma sistêmica e contínua os leitos de Unidade de Terapia Intensiva (adulto, neonatal e pediátrica), habilitados no Sistema Único de Saúde (SUS). Em março de 2020, a doença do coronavírus, trazida pelo vírus da Covid-19, apresentou um alto índice de internações hospitalares com necessidade de internação em leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), e a Central de Regulação teve papel importante, como a instância regulatória supra macrorregional de abrangência estadual, onde foi responsável pela demanda e oferta de leitos e serviços inter-macrorregionais e interestaduais, compra de leitos e serviços pelo esgotamento do sistema público, intermediando as solicitações entre as Centrais de Regulações de Internações Hospitalares (CRIH/MR), quando da insuficiência ou ausência dos serviços hospitalares na macrorregião.

Central de Regulação de Transferência Inter-Hospitalar – CERINTER

A CERINTER foi implantada em 2021, ativa 24 horas, 7 (sete) dias por semana, possui o domínio de todas as transferências inter-hospitalares para leito de UTI, dentro e fora da macrorregião. Os serviços de ambulância da Inter Hospitalar, SAMU, ou aeromédico, obedecem ao Fluxograma de acionamento pela Central Estadual de Transferências Inter Hospitalares (CERINTER).

Vigilância em Saúde

A Secretaria Estadual de Saúde de SC, investiu em materiais para diagnóstico de Febre Amarela (FA), assim como diversas ações visando o enfrentamento da reintrodução da doença no estado. Também, destinou o valor de R\$ 10.325.000,00 de custeio e investimento para as ações de vigilância, prevenção e atenção à saúde ao enfrentamento da dengue para os municípios catarinenses, conforme portaria SES Nº 527/2022. Para o atendimento à demanda emergencial durante as epidemias de 2022 e 2023 no estado, foi feita a descentralização da realização dos exames, por meio dos Laboratórios Regionais (LAREG), totalizando mais de 175 mil exames realizados. Foram realizadas ações para enfrentamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), HIV/AIDS, Hepatites Virais e Doenças Crônicas Transmissíveis, como: distribuição de 36.569.978 preservativos masculinos e femininos e 2.396.222 de gel lubrificantes; distribuição de 12.697.670 unidades de testes rápidos para testagem de IST, HIV e Hepatites Virais; distribuição de 12.628 latas de fórmula infantil até 6 meses e 486 latas para maiores de 6 meses de idade (iniciando em junho de 2022). Quanto as principais ações referentes à imunização, a vigilância epidemiológica, realizou 17 campanhas de vacinação (COVID-19, febre amarela, tétano, influenza, multivacinação, sarampo e poliomielite) e distribuiu 74.940.503 doses de vacinas. A vigilância sanitária realizou diversas ações, como: monitoramento de exposições ocupacionais às radiações ionizantes, monitoramento de estabelecimentos de saúde, exposições médicas dos serviços de hemodinâmica, monitoramento dos estabelecimentos frigoríficos de carnes e de seus trabalhadores cadastrados, monitoramento dos trabalhadores relacionado aos números totais de ocorrências COVID-19 por motivo de afastamento (casos suspeitos, contactantes, teste confirmado para COVID-19 e grupo de risco), dentre outros.

Laboratório Central de Saúde Pública

O LACEN iniciou o sequenciamento genético SARS CoV-2, em fevereiro de 2022, consolidando a participação na Rede Nacional de Vigilância Genômica do SARS CoV-2, bem como implantando a rede catarinense. Em conjunto com Laboratório de Referência Nacional e outros centros colaboradores públicos e privados, a Rede

de Vigilância Genômica de SC realizou o sequenciamento completo do genoma em 9.364 amostras positivas para COVID-19 até maio de 2023. A vigilância genômica exerce papel relevante por permitir o conhecimento, comportamento e evolução do patógeno e seu potencial pandêmico ou epidêmico, possibilitando a adoção de medidas de controle da doença, como por exemplo a produção de vacinas. O LACEN liberou aproximadamente 1.350.000 RT PCR para COVID -19 de 2020 até abril de 2023.

Certificados e Prêmios da Vigilância em Saúde e LACEN

| CERTIFICADOS | PRÊMIOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Diretoria de Vigilância Sanitária: Certificação LIXO ZERO, fornecida pelo Instituto Lixo Zero, sendo a primeira instituição da SES a conquistar tal certificação | 1º Lugar no Eixo 2 - Vigilância em Saúde do Trabalhador: Podcast: Análise integrada da situação de saúde dos trabalhadores de frigoríficos em Santa Catarina durante a pandemia de Covid-19- 2º SIMBRAST/ ABRASCO - 2022 – Salvador-BA |
| Para todas as UF (com exceção do DF), o melhor desempenho foi Santa Catarina (54%) Título: Análise da situação das metas do Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde (PISP). Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesau_HYPERLINK "https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/planos-programas-e-projetos-nacionais/Analise-da-estrategia-nacional-da-vig-sanitaria" HYPERLINK "https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/planos-programas-e-projetos-nacionais/Analise-da-estrategia-nacional-da-vig-sanitaria" de/planos-programas-e-projetos-nacionais/Analise-da-estrategia-nacional-da-vig-sanitaria | Homenagem da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 2021, pela passagem dos 70 anos do LACEN; Reconhecimento da Sociedade Catarinense de Infectologia, por ocasião do III Congresso Sul Brasileiro de Infectologia; Troféu “A Força Catarinense na Pandemia de Covid-19”, da Associação Catarinense de Medicina |
| O Laboratório Central recebeu o Certificado de Proficiência em Ensaios Laboratoriais, emitido pela Controllab 2020-2023, sendo 117 ensaios em 2022 | Menção Honrosa como “serviço destaque” pela Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde e OPAS, por ocasião da Reunião Nacional de Síndromes Gripais e Avaliação da Vigilância para a Pandemia da Covid-19 no Brasil |
| Publicação de artigo no livro do CONASS - Qualidade no Cuidado e Segurança do Paciente: Educação, Pesquisa e Gestão. Brasília, 2021 – 1ª Edição. MELHORIA DA QUALIDADE NA REGULAÇÃO DOS RISCOS SANITÁRIOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO OBSTÉTRICA E NEONATAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA. Janete Ferreira Pinheiro, Zenewton André da Silva Gama, Carina Kindermann. Disponível em: https://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/Qualidade-no-Cuidado-e-Seguranca-do-Paciente-Educacao-Pesquisa-e-Gestao.pdf | |

Ouvidoria SES

A Ouvidoria da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina atua como um canal de interação entre o cidadão e o órgão público, que possibilita a melhoria dos serviços em saúde e promove a defesa dos direitos dos cidadãos. A efetivação do trabalho da ouvidoria ocorre quando as manifestações dos cidadãos são revertidas em dados, consolidando as informações referentes às manifestações recebidas, sugerindo melhorias na prestação de serviços públicos em saúde, subsidiando ações estratégicas em suas diversas frentes de atuação. Em 2022, foram cadastrados 9.562 atendimentos no sistema OuvidorSUS como demandas de ouvidorias e encaminhadas para análise dos setores responsáveis. Ao todo a ouvidoria é composta por 57 sub-redes, dessas 52 são áreas internas da SES/SC e 5 ouvidorias externas municipais. As sub-redes são responsáveis por elaborar e inserirem no sistema as respostas técnicas das manifestações. A Ouvidoria da SES/SC registrou uma taxa de resposta superior a 98% das demandas apresentadas pela população, no ano de 2022. O tempo médio de retorno foi de 13 dias. O ano de 2021 marcou a alteração do assunto mais demandado, liderado nos últimos anos pela Assistência Farmacêutica (falta de medicamentos), o assunto Assistência à Saúde (fila de espera por cirurgias, procedimentos e atendimentos) tornou-se líder e manteve-se até os dias de hoje, após a suspensão das cirurgias eletivas de alta e média complexidade, determinada pelo governo do Estado de Santa Catarina como forma de garantir o acesso dos catarinenses às unidades durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).

Gestão de Projetos

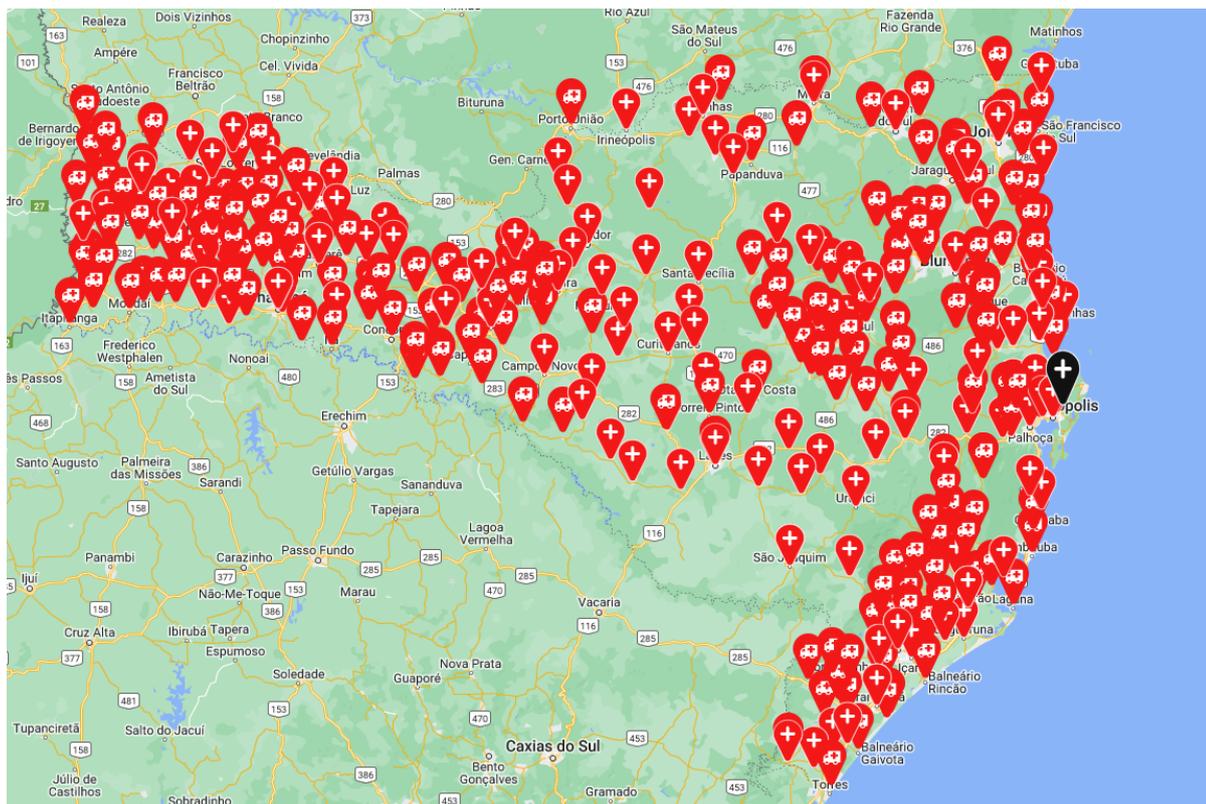
O Núcleo de Gestão de Projetos - NUPROJ da SES foi instituído para conduzir as demandas dos projetos do Programa PACTO por Santa Catarina, realizando o acompanhamento de grandes obras e aquisições de equipamentos a fim de contribuir na estruturação da rede de saúde do Estado de Santa Catarina e conduziu junto ao Escritório de Gestão de Projetos - EPROJ o levantamento e cadastramento de projetos para compor o banco de projetos da SES para posterior captação de recursos. Em janeiro de 2022 a estrutura do NUPROJ passou a compor a Diretoria de Projetos (DPRO) da SES, regulamentada através do Decreto Estadual nº 1682/2022. Criada a partir da nova estrutura organizacional, tornou-se a primeira Diretoria de Projetos do Governo do Estado de SC, atuando por meio de Gestão de Projetos, na execução, controle e monitoramento da utilização dos recursos do Programa PACTO por Santa Catarina. Todos os projetos podem ser acompanhados pelo Portal de Gestão de Projetos, do Governo do Estado de Santa Catarina - Projeta SC, com acesso público para toda sociedade Catarinense. A ampliação de projetos cadastrados é de suma importância para promover a transparência das ações e dos investimentos da Saúde.

Quantidade de projetos no quadriênio 2020 a 2023

| ANO | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|----------------|------|------|------|------|
| Nº de Projetos | 33 | 43 | 155 | 135 |

Fonte: https://www.projeta.sc.gov.br/tela_dashboards.html * Dados de 2023 até a data de 02/06. Acesso em 02/06/2023.

Mapa com georreferenciamento dos 135 projetos em andamento em 2023 da SES



Fonte: https://www.projeta.sc.gov.br/tela_consulta.html * Dados de 2023 até a data de 02/06. Acesso em 02/06/2023.

Os investimentos em aquisição de equipamentos buscam ampliar o parque tecnológico dos Hospitais, ampliando a qualidade dos serviços prestados e a capacidade de atendimento à sociedade. A tabela abaixo apresenta o quantitativo de projetos do tipo "Aquisição de Equipamentos" (aparelhos de mamografia, tomografia, microscópicos cirúrgicos, neuronavegador, aparelhos de ultrassom cardíaco 3D e 4D, Sistema de Videoendoscopia, entre outros) financiados com recursos do Programa PACTO por Santa Catarina, com a finalidade de equipar os hospitais com as obras realizadas e também da renovação do parque tecnológico dos Hospitais Próprios de SC.

Nº de Projetos financiados pelo Programa PACTO por Santa Catarina, no quadriênio 2020 a 2023

| ANO | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|----------------|------|------|------|------|
| Nº de Projetos | 12 | 9 | 14 | 19 |

Fonte: https://www.projeta.sc.gov.br/tela_dashboards.html

* Dados de 2023 até a data de 01/06. Acesso em 01/06/2023.

A seguir, destaca-se de forma qualitativa os 19 projetos que estão sendo executados e monitorados pela DPRO em 2023.

Projetos em andamento do Programa PACTO por Santa Catarina (ano 2023) referentes às aquisições

| Nrº Projeto | NOME DO PROJETO (EQUIPAMENTOS) |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2021/1507 | Aquisição de Microscópio Cirúrgico e Neuronavegador para o Hospital Governador Celso Ramos |
| 2022/736 | Aquisição de Equipamentos para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU |
| 2022/717 | Aquisição de equipamentos para o Hospital Regional de São José |
| 2014/937 | Aquisição de equipamentos para o Hospital Regional de São José ano de 2014 |
| 2021/1506 | Aquisição de camas, tomógrafo de córnea e equipamentos de oftalmologia para o Hospital Regional de São José |
| 2014/940 | Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para o Hospital Hans Dieter. |
| 2022/726 | Aquisição de conjunto de serras para esternotomia e camas hospitalares elétricas para o Instituto de Cardiologia de Santa Catarina |
| 2022/576 | Aquisição de Equipamentos para o Hospital Nereu Ramos |
| 2021/1505 | Aquisição de equipamentos para o Hospital Doutor Waldomiro Colautti |
| 2022/732 | Aquisição de Equipamentos para o Hospital Santa Teresa |
| 2022/570 | Aquisição de equipamentos para a Maternidade Darcy Vargas |
| 2022/933 | Aquisição de Poltronas Hospitalares para os Hospitais Catarinenses |
| 2022/731 | Aquisição de Equipamentos para a Maternidade Carmela Dutra |
| 2022/784 | Aquisição de equipamentos para a Maternidade Dona Catarina Kuss |
| 2014/928 | Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para o Hospital e Maternidade Tereza Ramos - Lages |
| 2022/710 | Aquisição de equipamentos para o Hospital Infantil Joana de Gusmão |
| 2021/1503 | Aquisição de Tomógrafo Computadorizado para o Hospital Infantil Joana de Gusmão |
| 2020/127 | Aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação para a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina |
| 2022/785 | Aquisição de equipamentos para o Hospital Governador Celso Ramos |

Fonte: Planilha de equipamentos 2023 - Controle Gerencial. Dados da DPRO.

Entre os anos de 2020 e 2023, foram realizadas obras civis (reformas e ampliações incluindo, em alguns casos, aquisição de equipamentos e mobiliário para unidades hospitalares) financiadas pelo Programa PACTO por Santa Catarina.

| Projeto | Descrição do projeto | Entregas no quadriênio |
|----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ampliação do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, em Lages | Abertura do serviço de emergência; Centro de diagnóstico por imagem; Aumento de leitos de internação, centro cirúrgico e UTI; Aquisição de equipamentos e mobiliário necessários à efetiva implantação do Bloco Novo do Hospital. | Abertura do serviço de emergência; Centro de diagnóstico por imagem; Aumento de 92 leitos de internação, centro cirúrgico e UTI. |
| Reforma e Ampliação do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, em Joinville | Ampliação do Centro Cirúrgico, Central de Materiais e Esterilização e UTI. | Ampliação para 267 leitos de UTI, em 2020. |

| | | |
|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ampliação e Readequação do Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí: | Ampliação da unidade hospitalar através da construção de uma torre nova de 15 andares e que acrescentará 241 novos leitos; Centro de Diagnóstico por Imagem; Ambulatório Clínico; Unidade de Alta Complexidade Oncológica – UNACON; UTI Neonatal, Centro Cirúrgico, entre outros. | Inaugurado o setor de Ambulatórios Clínicos no 2º pavimento e da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) no 3º pavimento, que marca a inauguração parcial e operação do Complexo Marieta Konder Bornhausen; |
| Ampliação e Readequação do Hospital Regional do Oeste - HRO, em Chapecó | Ampliação da unidade hospitalar através da construção de uma torre nova de 8 pavimentos e que passará a contar com 415 leitos; Oncopediatria; Farmácia; Centro Cirúrgico; Hemodinâmica; UTI's, Internação oncológica, entre outros. | |
| Ampliação e Readequação do Hospital Regional São Paulo - HRSP, em Xanxerê: | Ampliação da unidade hospitalar através da construção de uma torre nova de 9 pavimentos; Unidade de Hemodinâmica e UTI Coronariana; Centro Cirúrgico, UTI's; Heliponto, entre outros. | Inauguração do Bloco M e do setor de Oncopediatria; Inaugurados os setores de UTI Coronariana e Imaginologia; Instalação de Hemodinâmica. |

Fonte: Diretoria de Projetos/SES (05/2023).

Programa de Integridade e Compliance da SES

A SES estruturou em 2022, o Projeto para Elaboração do Plano de Integridade e Compliance, em atendimento ao Programa de Integridade e Compliance da Corregedoria Geral do Estado (CGE). A execução do projeto foi conceituado como referência, considerado pela CGE um dos Planos em destaque no ciclo 2022. Em novembro de 2022, foi publicada a portaria nº1.291, para constituição do Comitê de Integridade e Compliance para além de colocar em prática as medidas para mitigação de riscos de integridade levantados no Plano, fomentar a cultura da integridade e da gestão de riscos pertinentes ao tema no Poder Executivo por meio da implementação de políticas e procedimentos de promoção da moralidade, da ética e da honestidade na administração pública.

| PRÊMIOS E PUBLICAÇÕES DA GESTÃO ESTRATÉGICA |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Prêmio EPROJ SC 2022. Evento que valoriza as iniciativas e contribuições apresentadas pelas equipes dos Núcleos de Gestão de Projetos (Nuprojs) que perseguem a excelência nos projetos dos órgãos, além de contribuir efetivamente no alcance de resultados positivos para a sociedade catarinense. Evento ocorrido no Teatro Pedro Ivo, no dia 23/11/2022. A SES foi reconhecida pela excelência da atuação do NUPROJ/SES e resultados alcançados na implementação das ações pautadas nas boas práticas em gerenciamento de projetos. Categoria: NUPROJ Destaque: Prata. Categoria: Especialista Destaque: Prata - Especialista Michelle Monteiro Alves Roldan |
| Plano de Integridade e Compliance da SES. As ações da DPRO/NUPROJ na condução da estratégia para estruturação do plano, assim como do Grupo de Trabalho instituído pelas portarias nº 1010, de 23/09/2022; nº 1037, de 30/09/2022; e nº 1113, de 21/10/2022, foi considerado como referência, pela Controladoria Geral do Estado - CGE, um dos Planos em destaque no ciclo. Como resultado do sucesso deste projeto, a DPRO/ NUPROJ foi convidada pelo Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, por intermédio do NUPROJ/SEF, a realizar uma apresentação sobre a condução do projeto para a equipe da Secretaria da Fazenda. |
| A Superintendência de Gestão Estratégica (SGE), por meio da DPRO/ NUPROJ e de Grupo de Trabalho multidisciplinar nomeado pela portaria nº 1038 de setembro de 2022, apresentaram a Matriz de Riscos elaborada para o Projeto da Nova Sede do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina e a "Matriz de Riscos Modelo" para ser utilizada como referência para projetos de Estabelecimentos Assistencial de Saúde (EAS), de obras de grande vulto, em conformidade a Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei Federal n. 14.133/2021 (NLLC). Tornando-se referência para setores como, EPROJ, Secretaria de Estado da Administração - SEA e Secretaria de Estado da Fazenda - SEF. |
| Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras - DPGC: Prêmio de Instituição com maior volume de pesquisas no Banco de Preços em 2022. |
| Artigo publicado na Revista Mundo PM: Revista Project Design Management, nº 109 Fev/Mar-2023. "Implementação de PMO na Gestão Pública. Case: Núcleo de Projetos da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina" pelos autores ROLDAN, M. M. A.; LUCLKTENBERG, I. A. B.; BROERING, S. B.; SILVA, E. D. A.; BREDA, M. L. C.; JAPPUR, R.F. ISSN 1807-8095. Link de acesso: https://projectdesignmanagement.com.br/produto/revista109/ |
| Apresentação do artigo Monitoramento do desempenho de aquisição de medicamentos na esfera estadual no XI Congresso CONSAD de Gestão Pública - Brasília 22-24 de março de 2022 - Rodrigues, C.R; MARTINS,C.G and SAKAE, D. - representando a Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras da SES/SC |

Tecnologia da Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica da SES apresentou como destaques algumas ações e inovações de tecnologia no último quadriênio, como:

Criação de BI (Business Intelligence) de acompanhamento da Vacinação COVID-19 (Vacinômetro) que permitiu acompanhamento da vacinação durante a pandemia e auxiliou na tomada de decisões do Estado: <https://www.coronavirus.sc.gov.br/vacinometro/>

Implantação do Sistema de Controle de Medicamentos (SISMED) para controle da distribuição de Medicamentos Estratégicos: <http://sismed.saude.sc.gov.br:8080/sismed/index>

Implantação de sites novos para as unidades e setores da SES, como:

- Hospital Governador Celso Ramos: <https://hgcr.saude.sc.gov.br/>
- Hospital Infantil Joana de Gusmão: <https://hijg.saude.sc.gov.br/>
- Hospital Regional Hans Dieter Schmidt: <https://hrhds.saude.sc.gov.br/>
- Maternidade Darcy Vargas: <https://www.mdv.saude.sc.gov.br/>
- Maternidade Carmela Dutra: <https://www.mcd.saude.sc.gov.br/>
- SC Transplantes: <https://sctransplantes.saude.sc.gov.br/index.php/pt/>
- Diretoria de Vigilância Epidemiológica: <https://dive.sc.gov.br/>
- Diretoria de Vigilância Sanitária: <https://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/>
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: <https://samu.saude.sc.gov.br/>
- Escola de Saúde Pública: <https://esp.saude.sc.gov.br/>
- Diretoria de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica: <https://ditig.saude.sc.gov.br/>
- Comitê de Ética e Pesquisa: <https://cep.saude.sc.gov.br/>
- Compras e Licitações: <http://www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br/>.

Decreto de emergência para obras de reforma e ampliação da rede própria da SES

O decreto nº 80/2022, visa realizar contratação de serviço e aquisição de itens de reparo e obra de ampliação de forma mais ágil. Entre as melhorias, estão previstas adequações das infraestruturas prediais e os sistemas das redes de gases medicinais, assim como reestruturação das instalações elétricas, hidrossanitárias e de climatização da Maternidade Carmela Dutra, Hospital Governador Celso Ramos, Hospital Infantil Joana de Gusmão, Hospital Regional de São José, Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina e Hospital Santa Teresa. As ações serão implementadas e executadas no prazo de 180 dias. A Gerência de Obras e Projetos da SES, iniciou ações para atendimento ao mesmo decreto em alguns hospitais, conforme quadro:

Ações para atendimento ao Decreto de obras e reformas emergenciais da SES

| Hospital | Nº de ação realizada |
|---------------------------------------|----------------------|
| Instituto de Psiquiatria- IPQ | 5 |
| Hospital Santa Teresa- HST | 5 |
| Hospital Governador Celso Ramos- HGCR | 23 |

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica- SES/SGE (06/2023).

Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica engloba ações relacionadas aos medicamentos do Componente Especializado, do Estratégico e do Básico, visando promover e recuperar a saúde dos usuários do SUS. Em Santa Catarina as ações do Componente Especializado são descentralizadas, ocorrendo dispensação de medicamentos nos 295 municípios, o que permite um melhor acompanhamento e uma maior proximidade e agilidade entre o serviço e seus cidadãos. São 17 Unidades Descentralizadas de Assistência Farmacêutica (UDAFs), localizadas nas Gerências Regionais de Saúde, que tiveram um incremento de profissionais, dando mais agilidade ao serviço.

Além disso, foi publicado o Protocolo Estadual de Hipertensão Arterial Pulmonar, possibilitando à população catarinense o acesso a um elenco maior de medicamentos para o tratamento da Hipertensão Arterial Pulmonar, por meio do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

Ações realizadas pela Assistência Farmacêutica:

- Redução de 61% (de 27 dias para 10,5 dias) no número, em dias, entre a abertura do processo do Componente Especializado (CEAF) e sua avaliação na DIAF;
- Polo de Aplicação de Nusinersena para os pacientes com Atrofia Muscular Espinhal - AME (Florianópolis no HJG e Concórdia no Hospital São Francisco);
- Participação da Elaboração e publicação do Manual Técnico de Orientações Sobre o Manejo da Toxoplasmose em Santa Catarina, que orienta sobre a notificação, investigação e tratamento da toxoplasmose gestacional, congênita e sobre o tratamento da toxoplasmose adquirida;
- Implantação de fluxo facilitado para a dispensação imediata de Enoxaparina às gestantes com trombofilia nas regionais de saúde.
- Elaboração e Publicação dos Protocolos Estaduais da Síndrome de Trombose com Trombocitopenia (STT) pós-vacinação para COVID-19 e da Síndrome Inflamatória Multissistêmica em Adultos (SIM-A) relacionada à COVID-19, para atendimento aos casos urgentes no estado de Santa Catarina.

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

O Estado de Santa Catarina, desde janeiro de 2022, reassumiu a gestão das 08 Centrais de Regulação de Urgência (CRUs) do SAMU 192, operando 24 horas por dia, 07 dias por semana e atendendo 100% dos municípios do Estado.

Frota do SAMU e Serviço Inter- Hospitalar sob gestão estadual

| Frota Terrestre | Nº de viaturas |
|--------------------------|-----------------------|
| SAMU/USA | 26 |
| Inter-Hospitalar | 05 |
| Reserva | 09 |
| Frota Aérea | Nº de viaturas |
| Asa Fixa | 01 |
| Asa Rotativa | 02 |
| Total de viaturas | 43 |



Fonte: Superintendência de Urgência e Emergência- SUE/SES (06/2023).

Número de atendimentos do SAMU nos de 2018 a 2023



Fonte: Superintendência de Urgência e Emergência- SUE/SES (06/2023).

Envio de viaturas por ano de 2018 a 2023



Fonte: Superintendência de Urgência e Emergência- SUE/SES (06/2023).

SC Inter-hospitalar

O serviço SC Inter-hospitalar foi criado em razão da necessidade constante de transferência de pacientes entre as unidades hospitalares para realização de exames e/ou para internação em leitos hospitalares. O serviço conta com bases implantadas nos municípios de Florianópolis, Joinville, Chapecó, Lages e Araranguá.

Número de Atendimentos realizados pelo SC Inter- Hospitalar



Fonte: Superintendência de Urgência e Emergência- SUE/SES (04/2023).

Projeto Sangue Total, Mais Vida no APH Móvel

O Projeto Sangue Total, Mais Vida no APH Móvel, foi implantado em 2022 no serviço aeromédico de Florianópolis /SC e disponibiliza a transfusão de sangue total tipo O + de baixa titulação no ambiente pré-hospitalar, com objetivo de reduzir a morbimortalidade secundária a hemorragias nos pacientes adultos, inclusive em gestantes e mulheres em idade fértil, bem como em pacientes pediátricos atendidos no ambiente pré-hospitalar.

Acreditação

Em 2023 o Estado de Santa Catarina passou a contar com a primeira rede de atendimento pré-hospitalar - SAMU e a primeira hemorrede - HEMOSC do país com acreditação em conformidade com os padrões do Manual Brasileiro de Acreditação da Organização Nacional de Acreditação - ONA, de forma integrada. Todo o processo de avaliação, com foco na gestão da qualidade, foi conduzido por uma equipe de avaliadores do Instituto Qualisa de Gestão (IQG).

Fluxo de Atendimento para Linha de Cuidados prioritários cardiológica e neurológica

Em 2020 foi reorganizado o fluxo de acesso dos usuários do SUS na urgência e emergência cardiológica, por meio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, regulados pela Central de Regulação de Urgência e Emergência da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina para garantir o acesso, tempo resposta para o atendimento, estabilização e tratamento para os pacientes graves. Em 2021 foi reorganizado o fluxo de acesso dos usuários do SUS na urgência e emergência neurológica, por meio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, regulados pela Central de Regulação de Urgência e Emergência da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina para garantir o acesso, tempo resposta para o atendimento, estabilização e tratamento para os pacientes graves.

Grade de Referência Privada

Em 2022 foi construída e encaminhada aos serviços de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel a grade de referência privada (LEI Nº 17.700 DE 2019), para atender o que preconiza a Lei nº 17.700, de 16 de janeiro de 2019 e o Decreto nº 743, de 29 de julho de 2020 que tratam do encaminhamento de pacientes pelas equipes de socorro do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), após atendimento emergencial, para os hospitais privados.

Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco – PCACR

O Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco (PCACR), foi criado para ser utilizado pelos Pontos de Atenção da Rede de Urgência e Emergência na identificação dos pacientes classificando-os de acordo com o risco estabelecido (prioridade máxima, alta, média, baixa e mínima) permitindo um atendimento rápido e seguro, ferramenta de apoio ao enfermeiro da Classificação de Risco e ao médico da emergência, contribuindo para o acesso qualificado do paciente e o atendimento de acordo com a gravidade do paciente. Aprovado em Câmara Técnica de Urgência e Emergência, Aprovado em CIB (Deliberação CIB nº 138 de 2022), implantado em 5 hospitais (HRSJ, HGCR, HIJG, HF e ICSC), em andamento implantação em demais hospitais da Rede Própria, Contratualizados, UPAs e PAs, já foram realizadas 12 capacitações presenciais tendo 184 enfermeiros e 28 multiplicadores capacitados.

| PRIORIDADE | TEMPO ALVO |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| PRIORIDADE MÁXIMA: falência declarada e ou iminente de uma função vital | 0 MINUTOS |
| PRIORIDADE ALTA: queixa ou situação clínica que pode indicar uma falência de uma função vital a curto prazo | 15 MINUTOS |
| PRIORIDADE MÉDIA: situação clínica, que se persistir por muito tempo sem intervenção pode causar falência do órgão | 60 MINUTOS |
| PRIORIDADE BAIXA: situação clínica, que precisa ser avaliada, mas não apresenta sinais de falência do órgão | 120 MINUTOS |
| PRIORIDADE MÍNIMA: situação clínica, sem risco, assintomático | 240 MINUTOS |



Rede de Urgência e Emergência

A Rede de Urgência e Emergência está atuando junto aos 08 Grupos Condutores das Macrorregiões do Estado para elaboração do Plano de Ação Regional (PAR) da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, visando implantar, habilitar e monitorar os serviços da Rede perante o Ministério da Saúde.

Escola De Saúde Pública De Santa Catarina

A Escola De Saúde Pública De Santa Catarina (ESPSC) desenvolve diversas ações na área da educação. Entre os cursos técnicos e especializações técnicas já oferecidos pela ESPSC estão: Técnico em Enfermagem; Técnico em Saúde Bucal; Técnico em Vigilância em Saúde e Especializações Técnicas de Nível Médio em: Saúde Mental, Saúde do Idoso e Urgência e Emergência. A ESPSC, enquanto Escola Técnica do SUS, completa neste ano de 2023, 30 anos de história, reconhecida pelo Ministério da Saúde como referência em formação técnica para as 14 Regiões de Saúde de sua abrangência.

Mapa das Macrorregiões e Regiões de Saúde de Santa Catarina com áreas de abrangência da ESPSC-Formação Técnica.



Fonte: Escola de Saúde Pública de SC -ESPSC (06/2023).

ESPSC Virtual

A ESPSC Virtual é uma plataforma de acesso para formação e qualificação profissional, que oferta mecanismos on-line de apoio à EPS e educação continuada para os profissionais da Rede de Atenção à Saúde (RAS), no SUS, qualificando a formação e atuação profissional, buscando reconhecimento por meio de uma gestão pública, eficiente, eficaz e de boa qualidade. Entre os anos de 2020 a 2023 um total de 7952 alunos foram formados em 59 turmas.

Residências em Saúde

Em 2023, a SES completa o 57º aniversário da implantação dos programas de residência médica nos hospitais públicos mantidos pela SES e há 8 anos também foram implantados os programas de residência multiprofissional.

Residência Médica e Multiprofissional

| Residência Médica | Residência Multiprofissional |
|---------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 73 Programas | 06 Programas |
| Distribuídos em 46 especialidades | Distribuídos em 05 Especialidades |
| Realizados em 11 hospitais próprios | Realizados em 04 hospitais próprios |
| Realizados em 03 organizações sociais | 01 Programa realizado na ESPSC |
| 01 Programa realizado na ESPSC | 75 residentes nas áreas de: enfermagem, nutrição, fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, educação física, odontologia, farmácia e serviço social |
| 1450 médicos preceptores | 160 preceptores |
| 73 supervisores do programa | 05 COREMU's |
| 15 coordenadores de COREME | 06 coordenadores de programa |
| 630 médicos residentes | 05 coordenadores de COREMU |

Fonte: Escola de Saúde Pública de SC -ESPSC (06/2023).

Maternidade Darcy Vargas

A Maternidade Darcy Vargas destacou-se na realização do procedimento de cerclagem abdominal pré-gestacional, ele auxilia mulheres com perdas gestacionais: e visa para impedir o abortamento de repetição.

Hospital Hans Dieter Schmidt

Em 2022, o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (HRHDS), de Joinville, foi classificado como uma unidade de saúde de Alta Conformidade, alcançando 90,48% de pontuação na Avaliação das Práticas de Segurança do Paciente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). É o quarto ano consecutivo que o HRHDS alcança a classificação.



A Unidade de Dor Torácica, no Pronto Socorro do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, dobrou de capacidade e, agora, conta com seis leitos com monitorização multiparâmetro e um equipamento para realização de eletrocardiograma no local.

Foto: Unidade de Dor Torácica, do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt.

Hospital e Maternidade Tereza Ramos

O novo Ambulatório de Cirurgias Eletivas do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, de Lages, tem por objetivo ampliar o número de procedimentos eletivos, contribuindo para a redução das filas cirúrgicas na Serra Catarinense. Também foram abertos 30 leitos de UTI Adulto e foram ampliados em 78 leitos de enfermaria.



Hospital Tereza Ramos, em Lages. Foto: Mauricio Vieira / Governo de SC

HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS

- **Mutirão de cirurgias ortopédicas:** referência em ortopedia, o Hospital Governador Celso Ramos (HGCR), realizou um mutirão de cirurgias ortopédicas, atendendo pacientes que aguardavam há cinco anos pelo procedimento. As cirurgias de média e baixa complexidade visam principalmente aliviar dores crônicas e restaurar a qualidade de vida das pessoas;
- **Campanha de Cirurgia de Catarata:** foram realizados um total de 40 procedimentos, dobrando o número de cirurgias realizadas. O Governo do Estado investiu R\$ 60 mil na reinauguração da nova ala. Anteriormente, o hospital possuía uma sala cirúrgica em que eram realizados de 10 a 15 cirurgias oftalmológicas por semana. Com a ampliação do serviço, a unidade contará com um centro cirúrgico de oftalmologia com duas salas exclusivas, aumentando a oferta em 100%.

Instituto de Cardiologia

- **Marcapasso Fisiológico:** A implantação do marcapasso fisiológico faz parte de um estudo desenvolvido pelo Ministério da Saúde, através do Programa de e Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS) que selecionou o ICSC como uma das instituições para a realização do projeto. A intenção é comparar de que forma os pacientes se comportam a partir do implante tradicional do marcapasso ressincronizante e o marcapasso fisiológico. A técnica do marcapasso é utilizada para estimular o ritmo cardíaco do coração de pacientes que possuem insuficiência cardíaca e que não conseguem realizar a contração correta do órgão. Desta forma, o dispositivo marcapasso é implantado no coração do paciente realizando estímulos por meio de impulsos elétricos.
- **Valve-in-valve mitral:** A válvula mitral é uma das quatro válvulas do coração que ajudam a regular o fluxo de sangue no órgão. Quando a válvula mitral não funciona da forma correta, ou seja, quando ela não abre e fecha da forma certa, o sangue pode voltar, o que pode levar a sintomas como falta de ar, fadiga e inchaço nas pernas e tornozelos. Com a técnica inovadora chamada de valve-in-valve mitral, o paciente recebe uma nova válvula através de um cateter colocado na região da virilha, permitindo que a prótese fosse levada até a região indicada. “Então muda completamente porque não tem cirurgia, não tem sutura, não tem incisão. Aquela recuperação longa da cirurgia por causa da toracotomia que é a abertura do peito, isso tudo não existe. É uma recuperação semelhante a um cateterismo que é muito rápida”. Essa técnica faz parte de estudo que está sendo realizado em todo país para avaliar os benefícios do implante da válvula.

Serviço de Hemodiálise do Hospital Regional de São José

O Hospital Regional de São José (HRSJ), possui um novo espaço para atender os pacientes internados que realizam hemodiálise. O serviço, ampliado de três para seis máquinas, tem capacidade para aumentar de 1,5 mil sessões de hemodiálise por ano para 3 mil, ou seja, um incremento de 100%.



Foto: Hemodiálise Do Hospital Regional De São José.

Hospital Nereu Ramos: selo de UTI “Top Performer” da AMIB



A Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Nereu Ramos, em Florianópolis, está entre as UTIs brasileiras com melhor performance nos parâmetros mortalidade hospitalar e utilização de recursos. O hospital é o único 100% SUS de Santa Catarina, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, a receber o reconhecimento. O destaque foi divulgado pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB), com a publicação da lista de hospitais brasileiros que receberam o selo de UTI “Top Performer”.

Novos leitos nas unidades hospitalares

No período de 2019 a 2022 foram abertos leitos de UTI e enfermaria nas unidades hospitalares administradas pela SES. Ao todo, os hospitais contam com aproximadamente 3.000 (três mil) leitos. A abertura destes leitos proporciona mais qualidade na assistência da população catarinense.

Número de leitos das unidades hospitalares administradas pela SES

| Leitos | Ano 2019 | Ano 2022 |
|--------------------------|----------|----------|
| LEITOS DE UTI ADULTO | 140 | 231 |
| LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA | 42 | 76 |
| LEITOS DE UTI NEONATAL | 85 | 107 |

Fonte: Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais (06/2023).

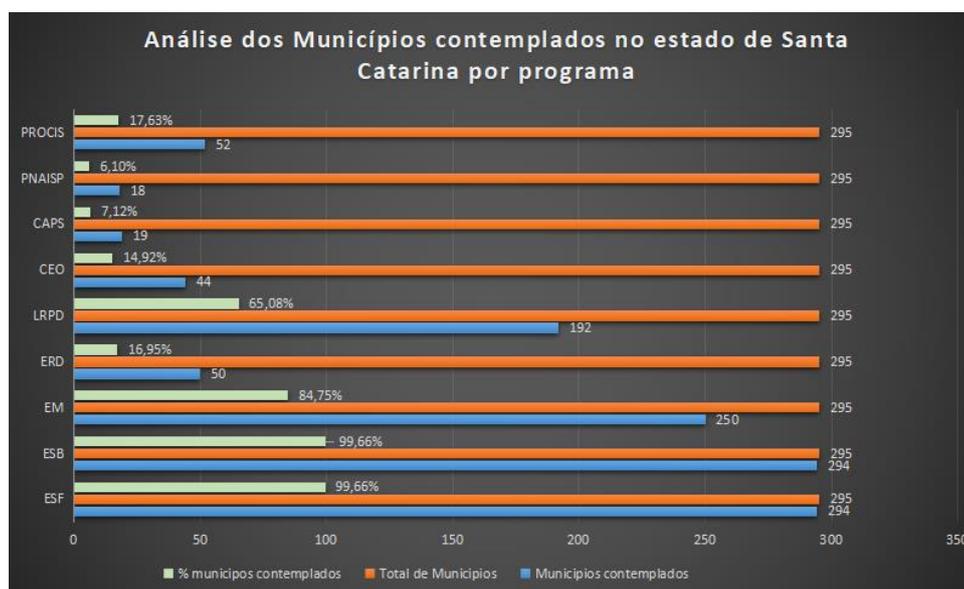
| Produção Hospitalar das unidades hospitalares administradas pela SES | | | | |
|----------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|------------------|------------------|
| Ano | Nº de Atendimentos | | | |
| | Internação | Ambulatório | Emergência | TOTAL |
| 2019 | 95.038 | 568.441 | 561.540 | 1.225.019 |
| 2020 | 85.012 | 385.006 | 378.370 | 848.388 |
| 2021 | 93.288 | 439.748 | 396.525 | 929.561 |
| 2022 | 109.419 | 497.673 | 462.073 | 1.069.165 |
| Total | 382.757 | 1.890.868 | 1.798.508 | 4.072.133 |

Fonte: Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais (06/2023).

Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde

O Estado de Santa Catarina amplia o acesso e fortalece a Atenção Primária à Saúde (APS), por meio do incentivo mensal aos municípios, para o cofinanciamento de equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal (eSF/eSB), eSF/eSB de municípios que participam do Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado (com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 90% do IDH médio do estado), Centros de Especialidade Odontológicas (CEO) conforme modalidade implantada, produções de Laboratórios Regional de Prótese Dentária (LRPD), equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP) ligadas à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Microrregional implantados.

Além disso, em 2021, com a extinção das equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), a Diretoria de Atenção Primária à Saúde (DAPS/SES-SC) elaborou uma proposta de repasse financeiro aos municípios catarinenses. A nova modalidade entrou em vigor em 20 de julho de 2021, com a finalidade de cofinanciar equipes multiprofissionais para auxiliar os municípios que possuíam equipes NASF e complementar as atividades desenvolvidas pelas equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária. Já em 08 de dezembro de 2021, foi criada a Equipe de Reabilitação Domiciliar (ERD), com o intuito de auxiliar os municípios com as demandas relacionadas à pandemia de Covid-19. Em março de 2023 foram cofinanciadas pelo estado 545 Equipes Multiprofissionais e 74 Equipes de Reabilitação Domiciliar.



Fonte: Coordenação de Monitoramento e Avaliação de APS - DAPS/SPS/SES-SC, 2023

ASSISTÊNCIA À SAÚDE

- Triagem Neonatal: Foi ampliado o exame do teste do pezinho e mãe catarinense. Em 2022 foram realizados 89.000 exames do teste do pezinho. A cobertura do teste do pezinho é de 92% em 2022.
- Elaboração e conclusão do Plano Estadual de Saúde da População Negra.(2020).
- Atualização e divulgação das Linha de Cuidado de Hipertensão Arterial, Linha de Cuidado do Diabetes Mellitus e Linha de Cuidado da Obesidade.
- Implantação das Linhas de Cuidado: Doenças Crônicas (HAS e DM) e Saúde da Pessoa Idosa nas regiões do extremo Oeste, Xanxerê e Oeste.



PESQUISA E DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

- Execução do Projeto de Monitoramento do Suicídio, por meio de oficialização do Termo de Cooperação Técnica (Convênio 119/ SES/SC - OPAS). Mapeamento e diagnóstico regionalizado da ocorrência de Suicídio e Notificações de Violência Autoprovoçada. Educação permanente para as regionais de saúde e posteriormente estendida aos municípios para a identificação de prioridades e ações de prevenção do suicídio no estado.

Frequência de UBS com visita técnica por regional de saúde, 2021 a 2023

| Região de Saúde | Nº UBS com visita técnica realizada | Percentual UBS com visita técnica realizada (%) |
|---------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------------------|
| Carbonífera | 145 | 100% |
| Laguna | 181 | 100% |
| Grande Florianópolis | 200 | 97% |
| Serra Catarinense | 72 | 86% |
| Foz do Rio Itajaí | 118 | 83% |
| Planalto Norte | 83 | 75% |
| Nordeste | 58 | 75% |
| Extremo Sul Catarinense | 55 | 69% |
| Meio Oeste | 29 | 49% |
| Xanxerê | 29 | 37% |
| Oeste | 16 | 37% |
| Extremo Oeste | 28 | 33% |
| Alto Uruguai Catarinense | 20 | 31% |
| Alto Vale do Rio do Peixe | 16 | 22% |
| Alto Vale do Itajaí | 18 | 16% |
| Vale do Itapocu | 10 | 16% |
| Médio Vale do Itajaí | 0 | 0% |
| Total | 1161 | 60% |

Fonte: Diretoria de Atenção Primária – DAPS/SES (06/2023)

Elaboração dos Painéis de Informações

A Diretoria de Atenção Primária da SES, após uma análise detalhada sobre os principais e os mais importantes indicadores que deveriam ser controlados. Realizou a elaboração de uma sala de situação (Power Business Intelligence -BI) unificada disponível no endereço eletrônico: https://bit.ly/monitoramento_aps_ses_sc. A página principal contém 14 painéis com as seguintes informações:

- 1- Estimativa de Cobertura por /equipe de Atenção Primária (eSF e eAP);
- 2- Estimativa de Cobertura de Saúde Bucal (eSB);
- 3- Taxa de Internação por Causas Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP);
- 4- Cofinanciamento Estadual da APS;
- 5- Indicadores do Previne Brasil;
- 6- Consulta de Estabelecimento, Equipes e Profissionais da Atenção Primária;
- 7- Produção de Categorias Profissionais;
- 8- Produção Cadastro X Estimativa;
- 9- Capacidade Instalada da APS;
- 10- Adesão do Programa Saúde na Escola;
- 11- Dados de Moralidade SC;
- 12- Cobertura Vacinal;
- 13- Indicador da Triagem Neonatal;
- 14- Painel de Apoio e Multi.

O SUS é familiar, amigo e confiável.



MONITORAMENTO DA APS



| | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Indicador 1 - Estimativa de Cobertura por Equipe de Atenção Primária (eSF e eAP)</p>  <p><small>Fonte: e Gestor Atenção Primária</small></p> | <p>Indicador 2 - Estimativa de Cobertura de Saúde Bucal (eSB)</p>  <p><small>Fonte: Ministério da Saúde</small></p> | <p>Indicador 3 - Taxa de Internações por Causas Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP)</p>  <p><small>Fonte: Sistema de Informações Hospitalares (SIH)</small></p> | <p>Cofinanciamento Estadual da APS</p>  <p><small>Fonte: Cofinanciamento/OMA/DAPS/SP/SES</small></p> | <p>Indicadores Previne Brasil</p>  <p><small>Fonte: e Gestor Atenção Primária</small></p> | <p>Consulta de Estabelecimentos, Equipes e Profissionais da Atenção Primária</p>  <p><small>Fonte: ONES</small></p> |
| <p>Produção de Categorias Profissionais</p>  <p><small>Fonte: Produção SSAB</small></p> | <p>População Cadastrada x Estimada</p>  <p><small>Fonte: SSAB/TABNET</small></p> | <p>Capacidade Instalada da APS</p>  <p><small>Fonte: e Gestor Atenção Primária DAPS/SES/SC</small></p> | <p>Adesão do Programa Saúde na Escola</p>  <p><small>Fonte: Ministério da Saúde</small></p> | <p>Dados de Moralidade SC</p>  <p><small>Fonte: SIM</small></p> | <p>Cobertura Vacinal</p>  <p><small>Fonte: DIVE/SC</small></p> |

Painel de Apoio e Multi

Portarias e Informativos



ENVIJE SUA DÚVIDA



Respostas das Perguntas



Em todo caso, consulte o site: www.saude.sc.gov.br

Coordenação de Monitoramento e Avaliação | DAPS | SPS | SES/SC - Atualizado em: 15/06/2023

Fonte: Diretoria de Atenção Primária – DAPS/SES (06/2023)

Programa Gente Catarina

O Programa Gente Catarina tem por finalidade promover o desenvolvimento integrado dos planos, dos projetos e ações gerenciais e operacionais pertinentes à melhoria dos índices de desenvolvimento humano (IDH) em 61 municípios e 11 Gerências Regionais de Saúde. Busca a melhoria dos indicadores de mortalidade materna, infantil e mortes prematuras por doenças crônicas não transmissíveis (neoplasias, diabetes, doenças do aparelho respiratório e do aparelho circulatório).

Resultados do Programa Gente Catarina - Aquisição de equipamentos para o desenvolvimento das atividades:

- ✓ Webcam: 50 unidades distribuídas para as Gersas, DAPS e Superintendência de Planejamento em Saúde (SPS);
- ✓ Data show entregue para o Ambulatório de Atenção Especializada do Hospital e Maternidade Tereza Ramos - 1 unidade;
- ✓ Materiais para treinamento para uso no Ambulatório de Atenção Especializada do Hospital e Maternidade Tereza Ramos: modelo pélvico aparelho reprodutor feminino tridimensional (2 unidades), detector de batimentos cardíacos fetais de mesa (4 unidades), foco parabólico para uso em consultórios (1 unidade), oxímetro de pulso portátil (2 unidades), processo concluído;
- ✓ Materiais para fisioterapia para uso no Ambulatório de Atenção Especializada do Hospital e Maternidade Tereza Ramos: bola de feijão (1 unidade), cinta elástica para exercícios de braços e pernas (1 unidade) e faixa elástica para fisioterapia (2 unidades) em fase de aquisição;
- ✓ Servidores para as Gersas: De acordo com a nova estrutura organizacional da SES, as Gersas foram incorporadas a Superintendência de Planejamento em Saúde (SPS). Como proposta para ampliação de recursos humanos nas unidades descentralizadas de saúde das Gersas, foi orientada a composição mínima de 3 servidores para APS. Assim sendo, foram contratados 14 profissionais a mais, para realizarem as atividades na APS, com ênfase no Gente Catarina, quando comparado com o ano de 2021 (216% de aumento de recursos humanos).

Implantação do Programa Gente Catarina por GERSA e data de lançamento



Implantação do Programa Gente Catarina por GERSA e data de lançamento



PLANICASUS

Com o objetivo de fortalecer a integração entre a Atenção Primária à Saúde (APS) e o Atenção Ambulatorial Especializada (AAE), garantindo o acesso oportuno e a resolutividade para o público de crianças e gestantes de alto risco, a Secretaria de Estado de Saúde, desenvolve dois projetos PROADISUS, com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) nas Regiões de Saúde da Serra Catarina e Foz do Rio Itajaí. Além disso, por meio do projeto foi implantado ambulatório de especialidades de gestação de alto risco localizado no Hospital Tereza Ramos e na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). O projeto que tem apoio do CONASS e da Secretaria Estadual de Saúde e com disponibilidade de profissionais especialista do Hospital Einstein foca na qualificação dos profissionais, num processo de educação permanente, monitoramento, avaliação e identificação de indicadores, com objetivo de qualificar o processo de trabalho das gestões e das equipes de saúde, para que sejam mais eficientes e resolutivas às necessidades da população.



Foto: Diretoria de Atenção Primária – DAPS/SES (06/2023).

3.1.3 Segurança Pública

Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP

Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP, constituída pelos seguintes órgãos:

Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC); Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (PCSC); Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC); Polícia Científica do Estado de Santa Catarina (PCISC).

Cabe à SSP promover a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada da PMSC, da PCSC, do CBMSC, da PCISC e da SAP, em articulação com a sociedade. Ficam preservadas a autonomia e as competências relativas à gestão interna da PMSC, da PCSC, do CBMSC e da PCISC e da SAP, no tocante às finanças, à contabilidade, às pessoas e ao apoio operacional. (conforme Lei Complementar nº 741/2019, bem como alterações decorrentes da Lei nº 18.646/2023).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

À SSP compete:

I – formular, coordenar e fomentar a Política Estadual de Segurança Pública, observadas as diretrizes da política nacional;

II – elaborar e coordenar o Plano Estadual de Segurança Pública;

III – estabelecer diretrizes e prioridades para aplicação de recursos públicos no âmbito estratégico da área de segurança;

IV – estabelecer parcerias e captar recursos federais e internacionais, a fim de implementar ações e políticas de segurança pública no Estado;

V – planejar, coordenar, orientar e avaliar programas, projetos e ações governamentais da área da segurança pública, nos termos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

VI – assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado nos assuntos afetos à segurança pública, à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio;

VII – articular e integrar as ações dos órgãos de ensino militar;

VIII – fixar diretrizes à PMSC, à PCSC, ao CBMSC, à PCISC e à SAP relativas a:

a) serviços de tecnologia da informação, telecomunicação, monitoramento eletrônico, especificações de padrões tecnológicos, interligação das bases de dados, desenvolvimento de aplicativos e estruturação do sistema integrado de segurança pública;

b) dados estatísticos e serviços de inteligência;

c) capacitação e aprimoramento profissional;

d) disponibilização de dados e informações afetas à gestão de pessoas;

e) licitações e contratos de materiais e serviços;

f) comunicação social;

g) orientações estratégicas;

h) políticas de eficiência dos gastos de manutenção e custeio; e

i) orientações de investimentos integrados de segurança pública; e

IX – formular, coordenar e fomentar a política estadual de prevenção e combate à tortura.

(conforme Lei Complementar nº 741, de 2019, bem como alterações decorrentes das Medidas Provisórias nº 257 e 258/2023).

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Prestar serviços de segurança pública de forma integrada, de modo a proporcionar segurança a todas as pessoas, com o devido respeito aos direitos fundamentais, visando garantir a paz social no Estado de Santa Catarina.

VISÃO: Que a Segurança Pública do Estado seja reconhecida pela sociedade catarinense pela excelência no desenvolvimento de ações integradas, com o respeito aos direitos fundamentais e a garantia da paz social em Santa Catarina.

VALORES: Legalidade, transparência, ética, efetividade, respeito aos direitos fundamentais, profissionalismo, integração, proximidade, inteligência, inovação e tecnologia.

ESTRUTURA: A Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP é composta pelos órgãos: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC); Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (PCSC); Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC); Polícia Científica do Estado de Santa Catarina (PCISC).

CARREIRAS/SERVIDORES: A SSP não possui quadro próprio e depende de servidores e militares cedidos de outros órgãos para o desenvolvimento de suas atividades.

Cada órgão conta com legislações específicas que regem suas carreiras, conforme abaixo:

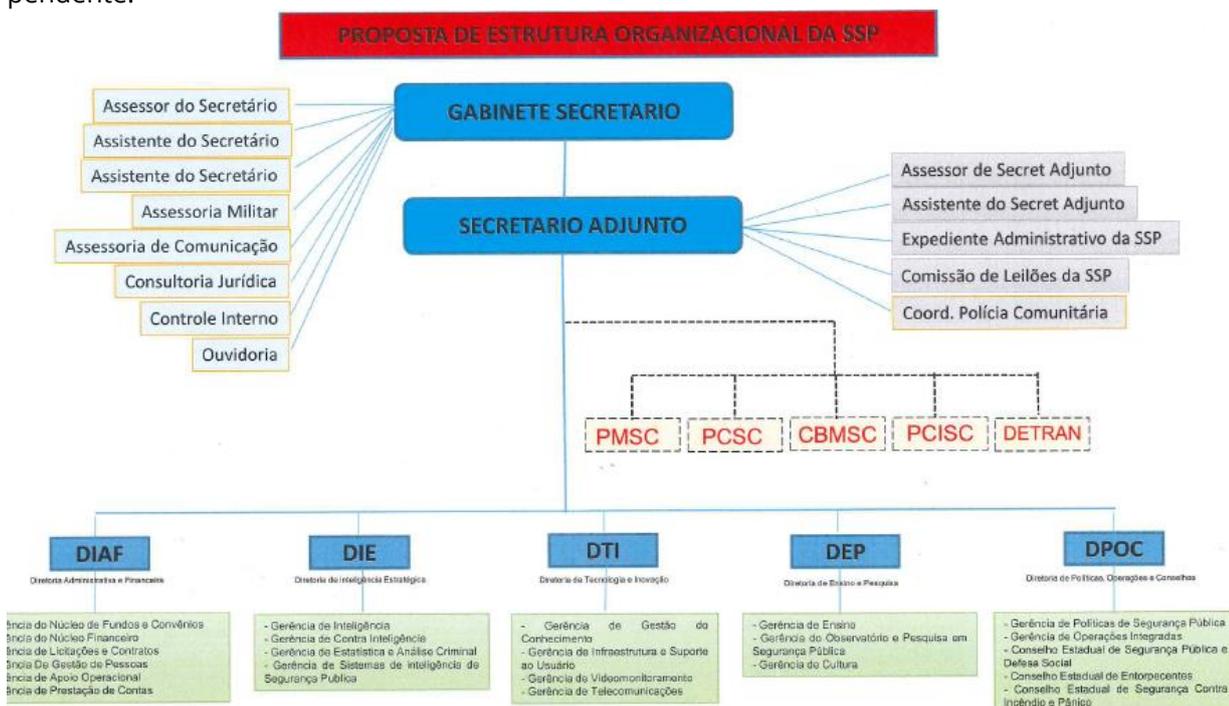
- PMSC/CBMSC: lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983 (e suas alterações);
- PCSC: lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986 (e suas alterações);
- PCISC: lei nº 15.156, de 11 de maio de 2010 (e suas alterações).

A quantidade de servidores efetivos e militares estaduais nas instituições:

- PMSC: 9.689
- PCSC: 3.498
- CBMSC: 2.563
- PCISC: 794

ORGANOGRAMA

O organograma mostrado abaixo está sendo proposto no ano 2023, porém sua aprovação ainda está pendente.



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Polícia Ostensiva

As atribuições de polícia ostensiva são de competência da Polícia Militar. Polícia Ostensiva é a polícia uniformizada, fardada e identificada, atuando na prevenção ao crime, violência e desordens, bem como no seu restabelecimento tão logo a ordem pública seja quebrada.

Polícia Judiciária

As atribuições da polícia judiciária são de competência da Polícia Civil. A polícia judiciária é um órgão da segurança do Estado que tem como principal função apurar as infrações penais e suas autorias por meio da investigação policial.

Prevenção e Combate a Incêndios, Buscas, Salvamentos e Socorros Públicos

Ao Corpo de Bombeiros Militar compete a realização dos serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar; estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos; análise prévia dos projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhamento e fiscalização de sua execução, e imposição de sanções administrativas estabelecidas em Lei; realização de perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência; colaboração com os órgãos da defesa civil; estabelecimento da prevenção balneária por salva-vidas; e prevenção de acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial.

Exames Periciais – Criminalística

É de competência da Polícia Científica, através da Diretoria de Criminalística, a realização de exames periciais em diversas áreas, tais como balística, documentoscopia, informática, fonética, papiloscopia, identificação veicular, exames em locais de crimes contra o meio ambiente, além dos serviços de pronto atendimento em locais de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio.

Identificação Civil e Criminal

A Diretoria de Identificação Civil e Criminal tem como principal atribuição a realização da identificação civil das pessoas, viabilizando a expedição da carteira de identidade.

Análises Forenses

A atribuição da Diretoria de Análises Laboratoriais Forenses é realizar os procedimentos laboratoriais destinados à identificação de substâncias entorpecentes, dosagem alcoólica, exames toxicológicos, pesquisas indeterminadas e identificação humana através do DNA.

Exames e Identificação

A atribuição da Diretoria de Medicina Legal é realizar os exames de lesões corporais e a identificação da causa da morte não natural.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento tecnológico com a implantação do registro de ocorrências por meio de tablets e Delegacia Eletrônica 2. Integração do atendimento sistema de registro e de atendimento de ocorrências com a implantação do novo BO/SISP 3. Implantação do termo Circunstanciado de ocorrências pela Polícia Militar 4. Renovação do efetivo com a inclusão de novos contingentes realizadas nos últimos anos, com elevação do nível de escolaridade dos policiais (Nível Superior para Soldados e Bacharéis em Direito para Oficiais) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Necessidade de recomposição dos efetivos 2. Necessidades logísticas 3. Imprescindibilidade de aperfeiçoamento técnico-profissional |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Nova gestão do Governo Federal e do Governo Estadual com foco prioritário para a área da segurança pública e comprometidos com a solução dos problemas de segurança 2. Apoio da Sociedade em geral para a solução dos problemas de segurança pública 3. Articulação com a Senasp para obtenção de recursos federais por meio do novo SUSP com recursos das loterias, entre outras fontes de financiamento | <ol style="list-style-type: none"> 1. Recrudescimento dos problemas econômicos do país, como aumento do desemprego, entre outros, com possibilidade de reflexos negativos para a segurança pública |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores civis e militares;
- Colaboradores das instituições que compõem a Segurança Pública de Santa Catarina;
- Gestores e tomadores de decisão

EXTERNAS:

- Cidadãos;
- Governo do Estado
- Ministro da Justiça, Secretário Nacional de Segurança Pública;
- Poder legislativo;
- Poder Judiciário;
- Ministério Público;
- Defensoria Pública;
- Agências de inteligência de outras pastas e outros estados;
- Órgãos públicos municipais, estaduais e federais;
- Gestores e tomadores de decisão de outros órgãos/setores;
- Ordem dos Advogados do Brasil
- Conselhos de Direito;
- Órgãos não governamentais;
- Instituições de pesquisa;
- Órgãos de imprensa.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Os Programas da Segurança Pública estão cumprindo os objetivos propostos, com indicadores próximos as metas estabelecidas (conforme análise qualitativa dos Programas e Objetivos Estratégicos do PPA 2020-2023).

Redução nos principais indicadores de criminalidade (roubo/furto, homicídio, feminicídio e latrocínio).

Integração de sistemas de segurança pública visando o aumento da operacionalidade das forças de segurança pública, com a celebração de acordos de cooperação técnica que disponibilizaram diversas bases de dados de diversos órgãos das esferas federal, estadual e municipal.

Melhoria na articulação interinstitucional e interação com a sociedade em prol da solução dos problemas de segurança pública.

Promoção da capacitação Profissional, da saúde física, mental e psicossocial dos agentes da segurança pública.

Realização de investimentos logísticos, tecnológicos e estruturais necessários às atividades da segurança pública. Promovido o desenvolvimento tecnológico, o aperfeiçoamento das atividades de inteligência. Aperfeiçoamento das atividades correcionais e de ouvidoria na área da segurança pública.

Alcance da melhoria estrutural da segurança pública, na gestão de recursos humanos e na gestão de recursos tecnológicos e logística, fomentando a melhoria na prestação de serviços.

Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC

A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC), força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina, cabe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, conforme disposição constitucional e legislação federal.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

À PMSC compete:

- I – planejar, coordenar e dirigir a execução da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública;
- II – executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo uniformizado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar:
 - a) o cumprimento da lei;
 - b) a preservação da ordem pública; e
 - c) o exercício dos poderes constituídos;
- III – atuar, de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas em que haja perturbação da ordem pública ou em que se presuma sua ocorrência;
- IV – atuar, de maneira repressiva, em locais ou áreas em que haja perturbação da ordem pública, previamente a eventual emprego das Forças Armadas;
- V – exercer o policiamento de trânsito urbano e rodoviário nas vias do Estado de Santa Catarina e executar outras ações destinadas ao cumprimento da legislação de trânsito;
- VI – executar a fiscalização de trânsito, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 23, da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro;
- VII – exercer o poder de polícia administrativa, nos termos da legislação aplicável;
- VIII – exercer as atividades de polícia judiciária militar, nos termos da legislação vigente;
- IX – realizar o atendimento emergencial e seu registro, de modo a restaurar a ordem pública;
- X – realizar a produção de conhecimento sobre a criminalidade e as infrações administrativas de interesse policial militar, a fim de orientar o planejamento e a execução de suas competências;
- XI – planejar e desempenhar atividades de inteligência destinadas ao exercício da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública;
- XII – realizar inspeção, auditoria e correição, em caráter permanente ou extraordinário, no âmbito de suas competências;
- XIII – manifestar-se ou representar, na esfera de sua competência, pela suspensão de atividades que causem risco à ordem pública, mediante motivação, nos termos da legislação aplicável;
- XIV – suspender as atividades que causem risco iminente à ordem pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- XV – executar políticas e programas de prevenção do delito;
- XVI – planejar e executar as atividades de gerenciamento de crise, com vistas ao restabelecimento da ordem pública;
- XVII – desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;

XVIII – atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo federal em caso de guerra externa, ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção nos casos previstos na legislação em vigor, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas da PMSC e como participante da defesa interna e da defesa territorial;

XIX – assegurar a observância das prerrogativas relacionadas ao uso de seu uniforme, da sua bandeira, de seu brasão, de seus distintivos e das suas insígnias, nos termos da legislação aplicável;

XX – exercer o policiamento e a fiscalização ambiental, nos termos da legislação aplicável;

XXI – realizar ou requisitar pesquisas técnico-científicas e exames técnicos, nos crimes militares relacionados com a competência de polícia judiciária militar; e

XXII – prestar serviço de guarda nas sedes dos Poderes Estaduais e do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Garantir que a ausência do medo, o risco real e o sentimento de risco de crime, a violência e a desordem sejam aqueles socialmente desejados e aceitos, buscando a paz social (Ordem Pública).

VISÃO: Ser uma Instituição legítima, efetiva, com serviços de excelência, confiáveis nas crises e promotora dos direitos humanos.

VALORES: Conservar as tradições; ser criativa com as ações; ser criteriosa com os recursos; ser focada na missão; ser intransigente com a ilegalidade.

ESTRUTURA: Para o cumprimento de sua missão constitucional, a PMSC compõe-se de:

- I – Comando-Geral;
- II – órgãos de assistência direta e imediata ao Comandante-Geral;
- III – órgãos de direção setorial;
- IV – grandes comandos;
- V – órgãos de apoio; e
- VI – órgãos de execução.

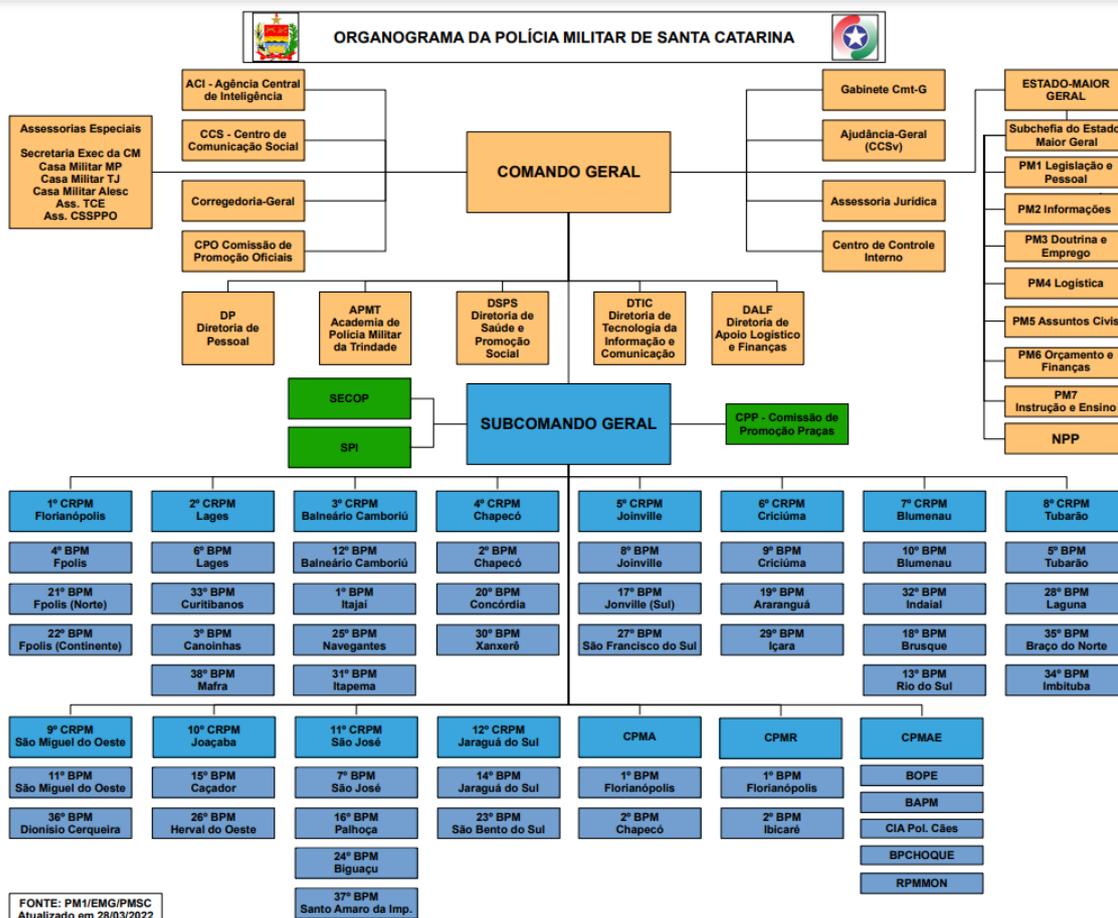
A PMSC manterá ainda, de forma permanente e em conformidade com os QO, efetivos à disposição:

- I – da Secretaria Executiva da Casa Militar;
- II – da Assessoria Militar da Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- III – da Casa Militar da Assembleia Legislativa;
- IV – da Casa Militar do Tribunal de Justiça;
- V – da Casa Militar do Ministério Público Estadual; e
- VI – da Assessoria Militar do Tribunal de Contas do Estado

CARREIRAS/SERVIDORES: Carreira de Oficiais, com Postos de Aspirante a Coronel.

Carreira de Praças, com Graduação de Soldado a Sub Tenente.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Polícia Militar de Santa Catarina realiza ações ostensivas de policiamento visando a prevenção de atos criminosos e perturbadores da ordem pública, por meio do policiamento ostensivo geral, de trânsito, rodoviário, florestal e de guarda. As ações de policiamento ostensivo utilizam de meios como a pé, com cães, motorizado, montado, aéreo, com embarcações e com bicicleta. O objetivo fundamental do policiamento ostensivo é garantir a preservação da ordem pública, que abrange atuações predominantemente ostensivas de prevenção, dissuasão e repressão. O cidadão pode solicitar o policiamento ostensivo presencialmente em uma das unidades da PMSC, em contato direto com policiais militares de serviço, por meio da chamada telefônica à Central Regional de Emergências (canal 190) ou pelo aplicativo PMSC Cidadão, disponível para Android ou iOS. Empregando para tanto Policiamento de rondas programadas, Operações de aviação policial, Operações especiais, Policiamento com cães, Policiamento com motocicleta, Policiamento montado, Policiamento a pé, Policiamento com bicicleta (bike-patrolha). A PMSC também realiza ações de parceria com a comunidade de forma a construir uma relação de cooperação com a comunidade catarinense, a PMSC promove ações de prevenção ao crime, violência e desordem, como a criação e participação de redes e programas preventivos na área da segurança pública, construindo soluções para problemas locais de segurança pública, realizando visitas preventivas residenciais, condominiais e comerciais, realizando palestras sobre segurança pública e promovendo a mediação comunitária de conflito, utilizando para a consecução de tais objetivos Visitas preventivas residenciais, condominiais e comerciais, Programa Rede de Vizinhos, Programa Rede de Segurança Escolar, Programa Protetor Ambiental, Programa educacional de resistência às drogas E À VIOLÊNCIA (PROERD), Atividade de polícia comunitária (CONSEG), Rede Rural de Segurança. Também atende ocorrência policial nas rodovias estaduais e ambientais.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Alto profissionalismo, demonstrado pelo engajamento dos militares com o serviço prestado à sociedade; 2. Hierarquia e disciplina 3. Equipamentos novos provenientes de emendas parlamentares estaduais; 4. Elevado nível formação acadêmica; 5. Inovação tecnológica; 6. Capilaridade e presença territorial, resultando em rápida mobilidade operacional. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Insegurança jurídica 2. Não respeito a reposição salarial 3. Baixo orçamento para constante atualização técnica e profissional dos militares estaduais; 4. Precariedade na estrutura física das instalações 5. Efetivo reduzido 6. Baixo valor destinado ao custeio e investimento. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Reposição salarial de forma regular; 2. Reposição de efetivo de forma regular; 3. Fortalecimento de parcerias com demais órgãos e municípios; 4. Destinação de verbas provenientes de emendas parlamentares 5. Prevenção Social do Crime: A PMSC pode desempenhar um papel importante na prevenção social do crime, por meio de programas educativos, sociais e de inserção comunitária; 6. Aumento do orçamento destinado ao custeio e investimento na PMSC, com a diminuição ou extinção da obrigação de destinar grande parte do orçamento da PMSC para pagamento de Folha Salarial com recursos provenientes das Taxas de Segurança Pública; | <ol style="list-style-type: none"> 1. Enfraquecimento da coisa julgada; 2. Falta de reposição de pessoal; 3. Grupos e organizações criminosas 4. Ciberataques: Com a crescente dependência de tecnologia e sistemas de informação, as forças de segurança também estão expostas a ameaças cibernéticas. Hackers e grupos criminosos podem tentar invadir os sistemas de comunicação e infraestrutura tecnológica da Polícia Militar, comprometendo a segurança das informações e interrompendo operações vitais. 5. Instabilidade política federal - Manifestações Violentas: Protestos e manifestações públicas podem se tornar uma ameaça quando descambam para a violência, incluindo confrontos físicos, vandalismo e saques. A PMSC precisa lidar com o desafio de garantir a segurança e a ordem durante esses eventos, evitando o uso excessivo da força e protegendo tanto os manifestantes pacíficos quanto a população em geral. 6. Possíveis interferências política em indicações e decisões de competência do Comando Geral da PMSC. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

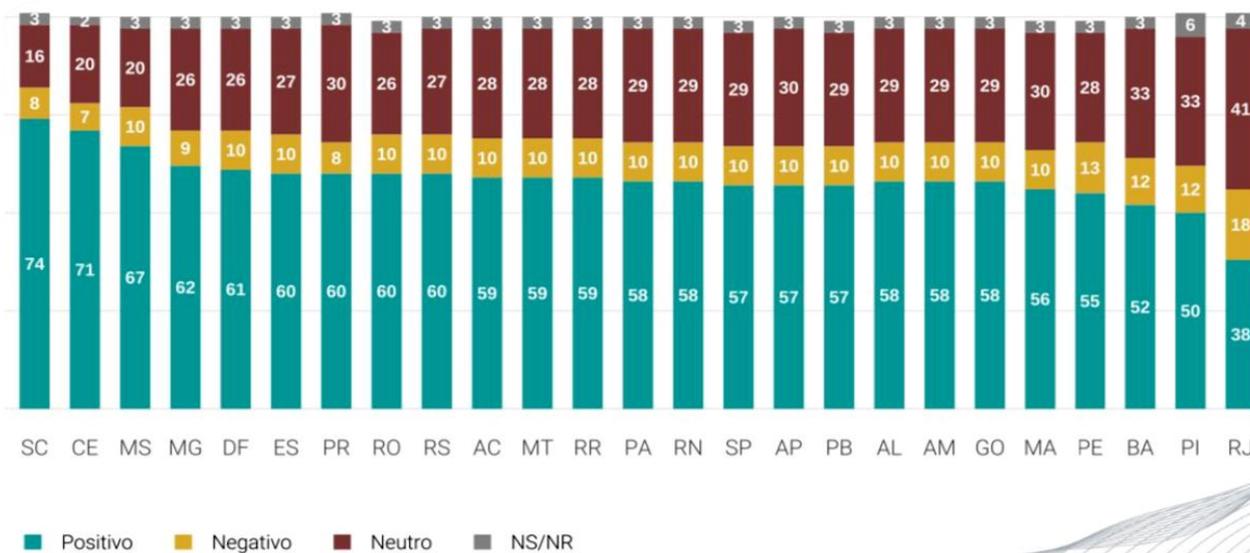
Diretoria de Pessoal,
Ajudância Geral,
Assessoria Parlamentar do Comando Geral,
Corregedoria Geral,
Academia de Polícia Militar da Trindade,
Comandos Regionais,
Comando da Polícia Militar Rodoviária,
Comando de Polícia Militar Ambiental,
CAEPM.

EXTERNAS:

Ministério Público de Santa Catarina,
Tribunal de Contas do Estado,
TJSC,
Alesc,
Corpo de Bombeiros Militar,
Polícia Civil,
Instituto Geral de Perícias,
Secretarias de Estado,
Associação dos Oficiais da PM e CBM (ACORS).

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Proximidade e Confiança: Polícia Militar mais bem avaliada do país com 74% de menções favoráveis. Tal avaliação é um excelente retrato do que a PMSC vem fazendo pela sociedade catarinense.



Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC

O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), atrelado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, é força auxiliar, reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina, subordinado ao Governador do Estado. O objetivo estratégico da Corporação é proporcionar a segurança pública à sociedade ampliando e aprimorando ações preventivas de proteção à vida, ao patrimônio e meio ambiente, bem como no atendimento das demandas de ocorrências relacionadas aos serviços de bombeiros em todo o território catarinense.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As competências e atribuições da Corporação são:

- Realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar;
- Estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos;
- Analisar, previamente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhando e fiscalizando sua execução, impondo sanções administrativas estabelecidas em Lei;
- Realizar perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência;
- Colaborar com os órgãos da defesa civil;
- Exercer a polícia judiciária militar, nos termos da lei federal;
- Estabelecer a prevenção balneária por salva-vidas;
- Prevenir acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Proteger a vida, o patrimônio e o meio ambiente.

VISÃO: Ser uma Corporação de excelência na prestação, gestão e conhecimento de serviços de bombeiro, resguardando a vida, o patrimônio e o meio ambiente catarinense.

VALORES: ética e probidade, comprometimento, profissionalismo, espírito de corpo e abnegação.

ESTRUTURA: A Corporação está atrelada ao Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública. O CBMSC possui articulação no Estado inteiro, através dos seguintes pontos:

- 167 Organizações Bombeiro Militar (OBM);
- 288 Municípios conveniados, que representa uma cobertura de 98% do estado;
- 142 Municípios com OBM, que representa 48% do total de município do Estado, mas que somam uma população de 6.891.265 habitantes, sendo então, 88,78% da população total do estado (7.762.154 hab. - IBGE 2022);
- 121 Municípios com atividade completa;
- 18 Municípios com somente Serviço de Segurança Contra Incêndio (SSCI);
- Municípios com somente serviço de Operação Veraneio (OpV);
- 1 Município com serviço de OpV e SSCI.

O CBMSC se articula operacionalmente em 3 Regiões de Bombeiro Militar (RBM), sendo a 1ª região no litoral, a 2ª no centro oeste e a 3ª no extremo oeste. O CBMSC possui 15 Batalhões, cada qual com estrutura dividida em companhias e pelotões, de acordo com o Organograma abaixo. Na Capital o CBMSC possui o Comando Geral e as Diretorias, além do Centro de Ensino. Também existe atrelado ao Comando Geral o Batalhão de Ajuda Humanitária e o Batalhão de Comando e Serviços.

CARREIRAS/SERVIDORES: O CBMSC é força militar estadual, sendo que a carreira é dividida em Postos e Graduações. Os Postos são atinentes aos Oficiais da Corporação e seguem a ordem: 2º Tenente; 1º Tenente; Capitão; Major; Tenente Coronel e Coronel. A graduação faz alusão à hierarquia das Praças: Soldado 3ª classe; Soldado 2ª classe; Soldado 1ª classe; Cabo; 3º Sargento; 2º Sargento; 1º Sargento; Sub Tenente; Cadete; Aspirante a Oficial (esses dois últimos referem-se aos alunos oficiais durante o Curso de Formação de Oficiais e durante estágio probatório após o curso).

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Combate a incêndio;
- Atendimento Pré Hospitalar;
- Resgates em diversas áreas;
- Prevenção contra sinistros;
- Análises de projetos em edificações e vistorias;
- Prevenção em praias, rios e lagos;
- Busca e salvamento em diversas áreas.

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

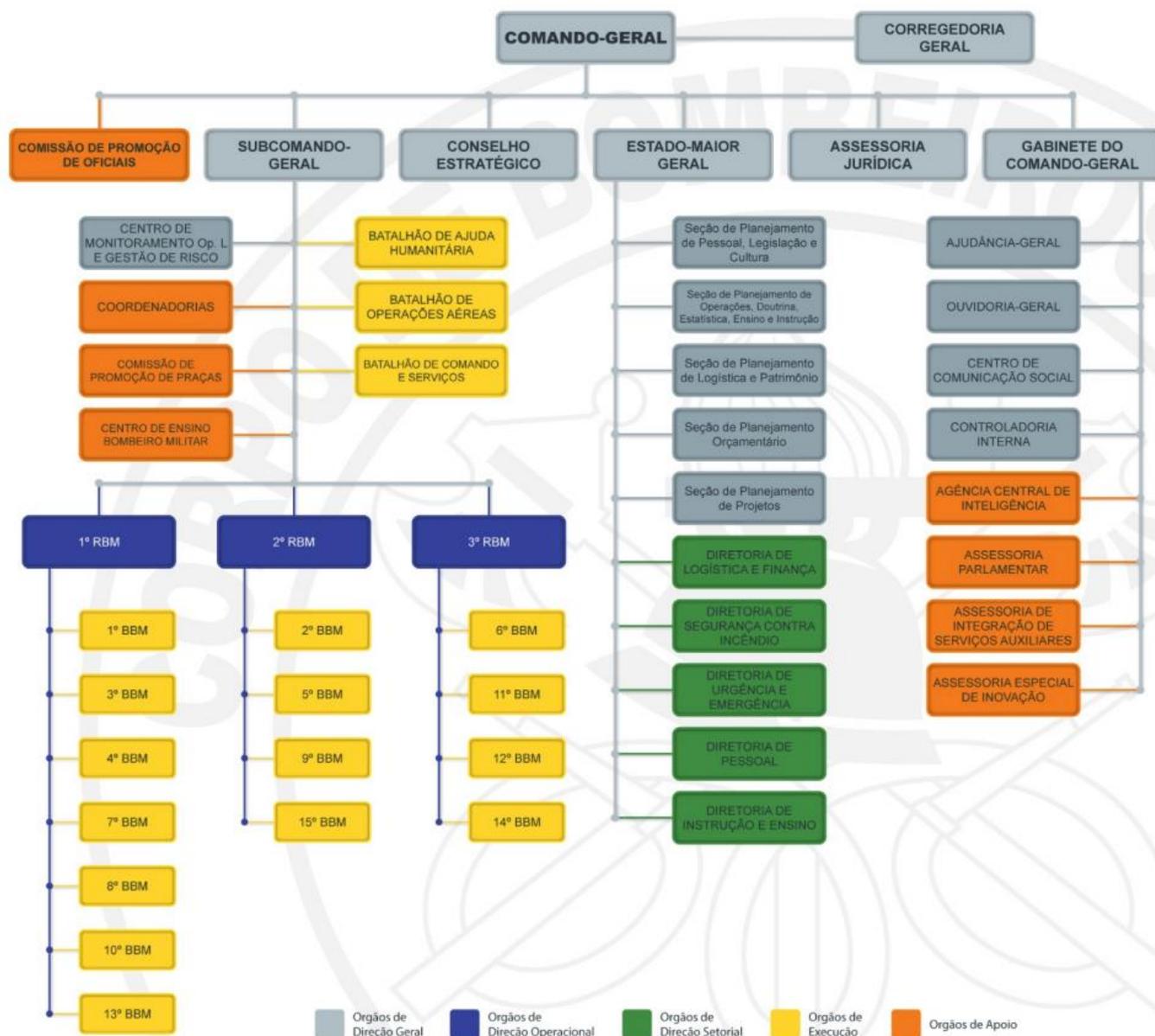
INTERNAS:

- Militares Estaduais;
- Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- Fornecedores contratados.

EXTERNAS:

- SEF – Secretaria de Estado da Fazenda
- SES – Secretaria de Estado da Saúde
- SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

ORGANOGRAMA



ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Credibilidade social acima dos 95%; 2. Corporação quase centenária e que domina os seus processos; 3. Abrangência em todo o Estado; 4. Tropa motivada; 5. Carreira consolidada no Estado; 6. Orçamento próprio. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de efetivo deficitário; 2. Orçamento abaixo da necessidade; 3. Infraestrutura de modo geral; 4. Falta de continuidade nos projetos; 5. Comunicação; 6. Burocracia. |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Bombeiro Comunitário e outros serviços sociais; 2. Automação de Processos; 3. Militares Temporários; 4. Estruturação tecnológica e logística; 5. Maior alcance aos serviços de prevenção a sinistros. | 1. Efetivo insuficiente para um serviço adequado; 2. Não haver recursos para investimentos e custeio; 3. Ingerência política na Corporação; 4. Aumento da complexidade nas ocorrências operacionais; 5. Legislação incompleta ou em desacordo às necessidades organizacionais. |

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Segue um resumo das ocorrências, vistorias, investigações, prevenções e demais ações realizadas pelo CBMSC durante os últimos 4 anos:

| OCORRÊNCIAS | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | TOTAL |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Ação Preventiva Social | 0 | 0 | 1.593 | 2.373 | 3.966 |
| Ações Preventivas em Geral | 15.790 | 11.794 | 5.492 | 0 | 33.076 |
| Atendimento Pré-Hospitalar | 129.627 | 106.884 | 130.165 | 143.843 | 510.519 |
| Auxílios/Apoios | 0 | 0 | 2.434 | 5.801 | 8.235 |
| Averiguação/Corte de Árvore | 2.660 | 3.666 | 2.444 | 3.148 | 11.918 |
| Averiguação/Manejo de Inseto | 3.811 | 3.414 | 4.073 | 4.485 | 15.783 |
| Diversos | 0 | 0 | 13.645 | 24.702 | 38.347 |
| Incêndios | 10.270 | 12.157 | 10.192 | 8.894 | 41.513 |
| Ocorrência não atendida | 25.397 | 24.729 | 29.068 | 30.907 | 110.101 |
| Produtos Perigosos | 409 | 359 | 416 | 373 | 1.557 |
| Risco Potencia | 0 | 0 | 636 | 1.605 | 2.241 |
| Investigações de incêndio | 1.792 | 1.914 | 2.297 | 2.133 | 8.136 |
| Resgate/salvamento aéreo | 1.288 | 1.248 | 1.338 | 1.523 | 5.397 |
| Salvamento/Busca/Resgate | 12.082 | 11.986 | 12.985 | 13.017 | 50.070 |
| TOTAL | 203.126 | 178.151 | 216.778 | 242.804 | 840.859 |

Fonte: Analytics Maio 2023

Polícia Civil de Santa Catarina – PCSC

De acordo com o artigo 144, §4º, da Constituição Federal, a Polícia Civil integra o Sistema de Segurança Pública, tendo por incumbência, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar.

Do mesmo modo, a Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC) tem por missão institucional ser a Polícia Judiciária e administrativa estadual por meio da gestão ágil da investigação criminal, da inteligência policial e da fiscalização, elucidando crimes e promovendo continuamente o Estado Democrático de Direito e a efetiva segurança pública no Estado de Santa Catarina.

Outrossim, a Constituição do Estado de Santa Catarina prevê:

Art. 106. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe: I - ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração as infrações penais, exceto as militares

E o Estatuto da PCSC, Lei nº 6.843/1986, dispõe que:

Art. 3º. À Polícia Civil compete:

I - Prevenir, reprimir e apurar os crimes e contravenções, na forma da legislação em vigor

Assim sendo, a Polícia Civil tem por objetivo, *stricto sensu*, garantir a segurança e bem-estar do cidadão e, em um contexto *lato sensu*, garantir o respeito aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos difusos e coletivos. Insta ressaltar, ademais, que a Polícia Civil, dirigida pelo Delegado-Geral de Polícia, realiza os serviços públicos de sua atribuição, em regra, por intermédio das Delegacias de Polícia. As unidades policiais civis estão distribuídas em todos os 295 municípios do Estado de Santa Catarina, sendo que algumas cidades contam com delegacias especializadas (homicídios; repressão a roubos; Divisão de Investigação Criminal; Delegacias da Mulher, Criança, Adolescente e Idoso).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina possui como atribuições constitucionais, previstas no Artigo 144, § 4º da Constituição Federal, e Artigo 106 da Constituição Estadual, entre outras:

- Exercer as atividades de polícia judiciária e apurar as infrações penais no âmbito do território estadual, na forma da legislação em vigor;
- Reprimir as infrações penais;
- Promover as perícias criminais e médico-legais necessárias, requisitando-as aos órgãos competentes;
- Proteger pessoas e bens e os direitos e garantias individuais;
- Manter serviço diuturno de atendimento aos cidadãos;
- Custodiar provisoriamente pessoas presas, nos limites de sua competência;
- Participar dos Sistemas Nacionais de Identificação Criminal, de Armas e Explosivos, de Roubos e Furtos de Veículos Automotores, informação e Inteligência, e de outros, no âmbito da Segurança Pública;
- A fiscalização de jogos e diversões públicas.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Ser a Polícia Judiciária e administrativa estadual por meio da gestão ágil da investigação criminal, da inteligência policial e da fiscalização, elucidando crimes e promovendo continuamente o Estado Democrático de Direito e a Efetiva Segurança Pública no Estado de Santa Catarina.

VISÃO: Tornar-se referência nacional na atividade Policial Civil.

ESTRUTURA: A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina é dirigida pelo Delegado Geral de Polícia e desenvolve os serviços públicos da sua competência, através das Delegacias de Polícia. As Delegacias de Polícia estão distribuídas pelo território estadual e são, nas suas circunscrições, o centro das investigações e dos demais atos de Polícia Judiciária, além de servirem como pontos de atendimento e proteção à população.

A estrutura administrativa contempla algumas diretorias e gerências, com finalidades específicas:

– Diretoria de Inteligência da Polícia Civil – DIPC; Diretoria Estadual de Investigações Criminais – DEIC; Diretoria de Polícia do Litoral – DPOL; Diretoria de Polícia do Interior – DPOI; Diretoria de Polícia de Fronteira -DIFRON; Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis – DPGF; Academia da Polícia Civil – ACADEPOL; Corregedoria Geral da Polícia Civil; Diretoria Administrativa e Financeira - DIAF; Gerência de Planejamento e Avaliação - GEPLA e Gerência de Tecnologia - GEAPO.

Atualmente Santa Catarina conta com 31 Delegacias Regionais de Polícia, e a Capital, por meio da Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis. A Polícia Civil dispõe ainda do Serviço Aeropolicial – SAER, possuindo duas aeronaves em operação, estando uma localizada na região sul do Estado, na cidade de Criciúma, e outra na região de fronteira, com base na cidade de Chapecó, cuja função é de monitoramento e mapeamento aéreo, bem como auxiliar as equipes policiais em terra. A disposição é estratégica, tendo em vista que eram regiões desprovidas deste tipo de serviço – mesmo por parte de outras instituições. São mais de 500 unidades da Polícia Civil espalhadas pelo estado.

Ressalta-se, ainda, a existência de gerências, dentre as quais se pode citar a Gerência de Gestão de Pessoas e a Gerência de Jogos e Diversões, que é responsável pela fiscalização dos espetáculos públicos e concessão de alvarás para diversas atividades, como hotéis, pensões, bares, teatros, cinemas, entre outras.

Das Delegacias de Polícia Especializadas, destaca-se:

- Delegacias de Homicídios de Florianópolis e Joinville;
- Delegacia de Pessoas Desaparecidas – DPPD, em Florianópolis
- Delegacia de Proteção ao Turista – DPTUR, em Florianópolis;
- Delegacia de Repressão a Roubos – DRR, em Florianópolis;
- Delegacia de Combate às Drogas – DECOD, em Florianópolis;
- Delegacias de Crimes de Trânsito, situadas em várias cidades do Estado;
- Delegacia de Crimes Ambientais, em Tubarão;
- Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso – DPCAMI, localizadas nas sedes de cada região policial civil;
- Divisão de Investigações Criminais – DICs. Ao todo 31 unidades, nas sedes das regiões policiais, e responsáveis pela investigação e apuração de crimes graves sem autoria, entre outros.

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Delegado de Polícia (Autoridade Policial);
- Agente de Polícia (Agente da Autoridade Policial);
- Escrivão de Polícia (Agente da Autoridade Policial);
- Psicólogo Policial (Agente da Autoridade Policial).

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Polícias Científica, Militar e Penal;
- Empresas Públicas e órgãos do Estado;
- Secretarias de Governo;
- Governo do Estado.

EXTERNAS:

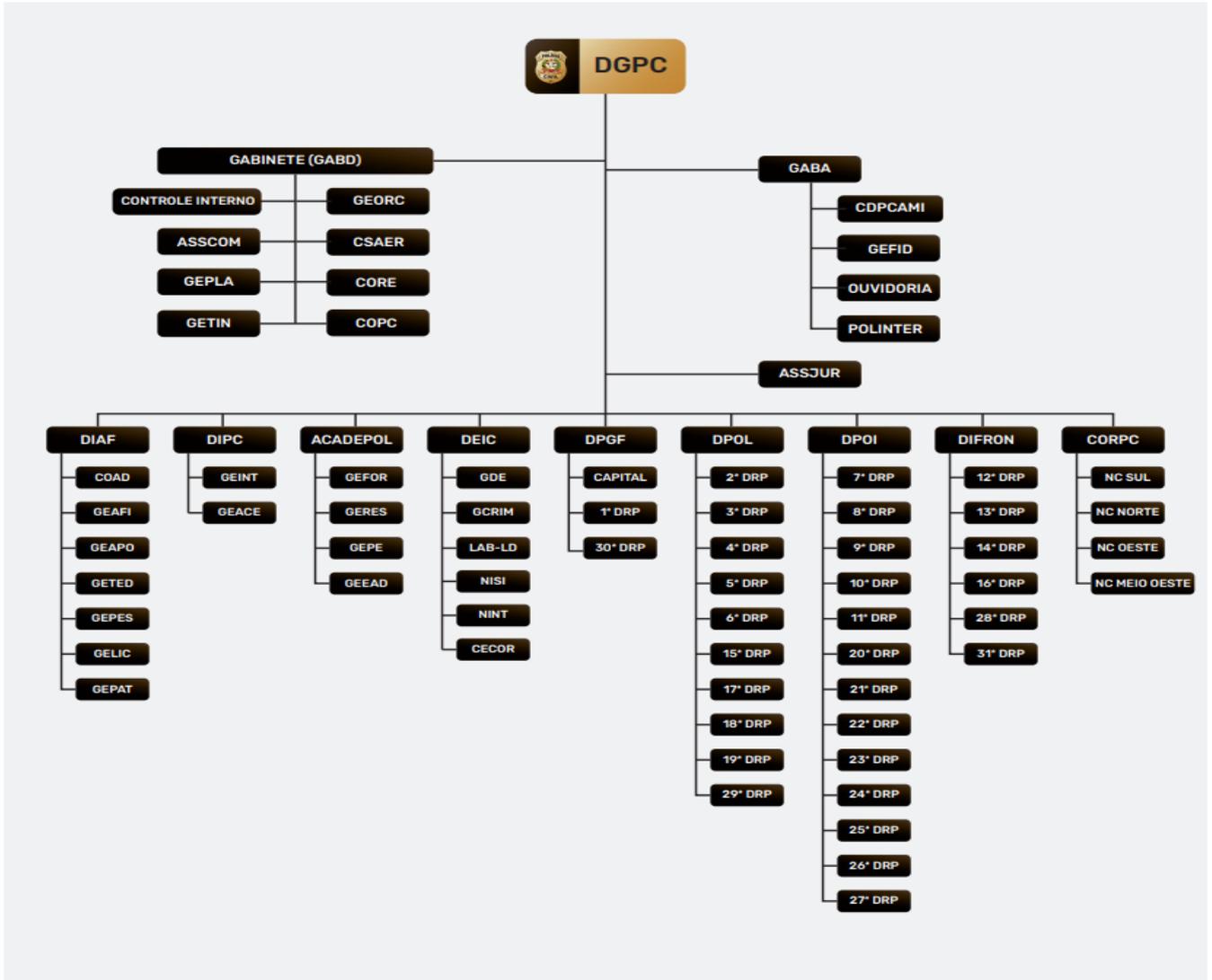
- Sociedade e Cidadão;
- Empresas Privadas;
- Empresas Públicas dos demais estados da federação;
- Poder Legislativo (Estadual e Federal);
- Poder Judiciário (Estadual e Federal);
- Poder Executivo (Municipal, Federal);
- Ministério Público (Estadual e Federal);
- Defensoria Pública (Estadual e Federal);
- Imprensa - (Mídias Sociais);
- Sindicato;
- Associações de Classes.

ORGANOGRAMA

<https://sistemas.pc.sc.gov.br/publicacoes/adm/arquivos/OrganogramaPCSC.pdf>



Organograma PCSC



| LEGENDA | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| ACADEPOL: Academia de Polícia Civil | GCRIM: Gerência de Investigações Criminais |
| ASSCOM: Assessoria de Comunicação | GDE: Gerência de Delegacias Especializadas |
| ASSJUR: Assessoria Jurídica | GEAFI: Gerência de Administração e Finanças |
| CDPCAMI: Coordenadoria das Delegacias Especializadas de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso e de Políticas Públicas Voltadas ao Atendimento LGBTTT de Santa Catarina. | GEAGE: Gerência de Análise Criminal e Estatística |
| CECOR: Coordenadoria Estadual de Combate à Corrupção | GEAPO: Gerência de Apoio Operacional |
| COAD: Coordenadoria Adjunta do FUMPC | GEAD: Gerência de Formação, Aperfeiçoamento e Ensino a Distância |
| COPC: Coordenadoria de Operações com Cães | GEFID: Gerência de Fiscalização de Jogos e Diversões Públicas |
| CORPC: Corregedoria-Geral da Polícia Civil | GEFOR: Gerência de Ensino e Formação |
| DIPIC: Diretoria de Inteligência da Polícia Civil | GEINT: Gerência de Inteligência |
| DPGF: Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis | GELIC: Gerência de Licitações e Contratos |
| DPOL: Diretoria de Polícia do Litoral | GEORC: Gerência de Orçamentos |
| DPOL: Diretoria de Polícia do Litoral | GEPAT: Gerência de Patrimônio |
| DRP: Delegacia Regional de Polícia | GEPE: Gerência de Pesquisa e Extensão |
| GABA: Gabinete Delegado-Geral Adjunto | GEPE: Gerência de Gestão de Pessoas |
| GABD: Gabinete Delegado-Geral | GEPLA: Gerência de Planejamento e Avaliação |
| | GERES: Gerência de Recrutamento e Seleção |
| | GETED: Gerência de Edificações Técnicas |
| | GETIM: Gerência de Tecnologia da Informação |
| | LAB-LD: Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro |
| | NC: Núcleo Correccional |
| | NISI: Núcleo de Informação e Suporte à Investigação |
| | NINT: Núcleo de Inteligência |
| | POLINTER: Delegacia de Polícia Interestadual |

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Promoção da segurança pública, apurando e reprimindo infrações penais, promovendo a sensação de segurança mediante a interação com a sociedade catarinense e a entrega dos procedimentos policiais ao Poder Judiciário para o devido processo legal.

Os processos finalísticos da PCSC, compreendidos pelos grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização exerce a sua missão, gerando valor, refletem os seguintes macroprocessos:

| MACROPROCESSO | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES | UNIDADE RESPONSÁVEL |
|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Atividades de Polícia Judiciária, ressalvada a competência da União | Apurar Materialidade e Autoria de Crimes que não puderam ser prevenidos, através dos devidos processos penais | Inquéritos Policiais, Autos de Prisão em Flagrante, Autos de Apuração de Atos Infracionais, Termos Circunstanciados | Vítimas de crimes, autores de crimes, Poder Judiciário, Ministério Público, sociedade em geral | Delegacias de Polícia do Estado de SC |
| Polícia Administrativa | Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais envolvidos com Jogos, Bares e Diversões | Alvarás e Licenças | Sociedade em geral | Gerência e setores de jogos e diversões |

Além disto, importante destacar a Carta de Serviços da PCSC ao Cidadão, que pode ser acessada através do link <https://www.sc.gov.br/todos-os-servicos?orgao=13>. Dentre os serviços, estão:

- Denunciar por meio dos aplicativos WhatsApp e Telegram Digital;
- Leiloar sucatas de veículos inaptos para circulação;
- Leiloar veículos aptos para circulação;
- Registrar alertas sobre o roubo e furtos de cargas que aconteceram em todo o território nacional Digital;
- Registrar animal doméstico desaparecido ou encontrado pelo Portal SOS PETs Digital;
- Solicitar concessão do laudo de ordem pública;
- Solicitar consultoria de prevenção ao crime;
- Solicitar fiscalização de ordem pública em estabelecimentos comerciais;
- Solicitar imagens de videomonitoramento urbano;
- Solicitar laudo de segurança anual para competições desportivas em estádios de futebol profissional.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Comprometimento dos Policiais 2. Áreas de atuação diversificadas e com alta capilaridade pelo Estado. 3. Servidores com alto grau de escolaridade e multidisciplinaridade 4. Expertise em investigação 5. Elevada resolução de crimes contra a vida <p>Alto nível da Academia de Polícia Civil de Santa Catarina na formação e na capacitação do Policial Civil (Nível de Pós-graduação)</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Efetivo Policial cronicamente insuficientes para supressão da atividade Policial Civil 2. Recursos financeiros cronicamente insuficientes para realização da atividade Policial Civil 3. Delegacias necessitando de reforma urgente (Estruturas físicas bastante deficitária) 4. Formações de novos Policiais descontinuadas (falta de regularidade dos concursos) 5. Não integração de sistemas 6. Baixa uniformidade de procedimentos |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> Oportunidade de acordos de cooperação, convênios e captação de recursos. Abertura de novos processos de seleção para reposição do efetivo Novas ferramentas tecnológicas disponíveis no mercado Novas Parcerias interinstitucionais para potencialização das atividades de investigação | <ol style="list-style-type: none"> Obsolescência tecnológica Deterioração das Estruturas físicas da PCSC Expansão do crime organizado e surgimento de novas modalidades criminosas |

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Em 2019 foi lançado o Planejamento Estratégico da PCSC 2019-2023, construído de forma combinada à metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), possibilitando a correlação de causa e efeito entre os objetivos estratégicos. Tal documento permeia o desenvolvimento de políticas institucionais que orientam estrategicamente os rumos da instituição, impulsionando o desempenho da Polícia Civil de SC.

Em sua concepção, em acordo com a lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e à luz do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Santa Catarina, o Planejamento Estratégico da PCSC contempla quatro dimensões estratégicas centrais, as quais se desdobram da seguinte forma:

- REDES DE APRENDIZAGEM;
- PROJETOS, INOVAÇÃO E ORÇAMENTO;
- CAPITAL INTELECTUAL E;
- INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

Como síntese do Planejamento, é apresentado o Mapa Estratégico da Polícia Civil de Santa Catarina (https://pc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/PE_PCSC_VF.pdf). Tal metodologia permite a visualização clara e objetiva das estratégias institucionais. Na prática, todas as diretrizes são sustentadas pelos valores – crenças e convicções que orientam o comportamento das pessoas. Os objetivos estratégicos, concatenados, proporcionam o alcance da visão e o cumprimento da missão da PCSC. Entre os objetivos há relação de conexão, de modo a explicitar a interdependência e orientação para o mesmo propósito.

A PCSC encontra-se neste momento e fase de elaboração do seu segundo Planejamento Estratégico, e concomitante, e fase de finalização do atual planejamento. Assim, segue alguns dos importantes resultados da PCSC nos últimos 4 anos.

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 03 - Modernizar a gestão administrativa padronizando ações, processos e métodos. |
| INICIATIVA - 005. Criar um setor de avaliação na PCSC para padronização de processos. |
| INICIATIVA - 006. Implementar Licitações de Obras na Polícia Civil. |
| 04 - Otimizar o uso das tecnologias de informação e comunicação. |
| Criada Gerência de Tecnologia da Informação. |
| Atualização dos computadores (upgrade) para o padrão mínimo de desempenho estabelecido no PDI. |
| 05 - Estruturar a ACADEPOL como ferramenta estratégica de desenvolvimento organizacional. |
| Fomento do curso de Pós-Graduação em Gestão de Segurança Pública e Investigação Criminal Aplicada da ACADEPOL, com a inclusão de uma turma por ano. |
| Estruturação do EAD pela ACADEPOL, evitando deslocamentos e possibilitando que Policiais de todo o Estado sejam capacitados. |

| |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 08 - Fomentar Projetos e Inovação. |
| Identificada a Gerência de Planejamento e Avaliação como o núcleo de projetos da PCSC no EPROJ. |
| Transformação do setor de projetos da Gerência de Planejamento e Avaliação em um Escritório de Projetos da PCSC. |
| 11 - Criar Núcleo de Inteligência em Gestão e observatório da sociedade. |
| Criação do Núcleo de Inteligência em Gestão (NIG). |
| Alinhamento e fomento dos programas de pós-graduação, pesquisa, bem como promover a orientação dos alunos de pós-graduação junto ao NIG. |
| Alinhamento das linhas de pesquisa aos objetivos estratégicos da Polícia Civil. |
| 12 - Garantir a saúde do policial. |
| Instalação das Coordenadorias de Saúde Ocupacional em regiões policiais de maior efetivo, além das sedes da Diretoria. |
| 14 - Implantar política de valorização e correição profissional |
| Instituição do Programa de Diagnóstico Organizacional na Polícia Civil, por meio de pesquisa de clima organizacional. |
| Criação do espaço "In Off" junto ao site da Polícia Civil para divulgação de ações e conquistas realizadas por policiais em momentos de folga. |
| Realização do processo promocional nas datas estabelecidas em lei. |
| 16 - Reestruturar as unidades. |
| Autonomia da PCSC na execução nos serviços de engenharia. |
| Criação dos modelos de padrão de Delegacia Polícia. |
| 19 - Fortalecer a Identidade da PCSC. |
| Implementação da nova identidade visual. |
| Criação de canal de relacionamento com a imprensa e política de redes sociais. |
| 20 - Modernizar os procedimentos policiais e os meios de investigação criminal. |
| Criação da CORE. |
| INICIATIVA - 163. EXTRA 16. Criação do Centro de Apoio Operacional de combate aos crimes contra o agronegócio (CAOAGRO) |
| 23 - Combater a corrupção, o crime organizado, o tráfico de drogas e armas, a lavagem de dinheiro e os crimes contra o patrimônio público. |
| Criação da Coordenadoria e Delegacias de Enfrentamento à Corrupção |

Cabe mencionar os Prêmios recebidos do Escritório de Projetos do Estado, o EprojSC:

- 1) Prêmio EprojSC 2021 - Destaque do Ano - Nuproj destaque: Polícia Civil de Santa Catarina
- 2) Prêmio EprojSC 2022 - Projeto Destaque - 'Delegacias de Combate à Corrupção em Santa Catarina'
- 3) Prêmio EprojSC 2022 - Gestor Nuproj Destaque - OURO - Karyne Malischeski, Agente de Polícia Civil

A fim de exemplificar em números, segue alguns quadros que demonstram as atividades da Polícia Civil de Santa Catarina.

Registros de Boletins de Ocorrência realizados pela Polícia Civil

| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 (PARCIAL) até 31/05/2023 |
|----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------------|
| DELEGACIA VIRTUAL | 406.368 | 480.869 | 479.473 | 213.682 |
| DELEGACIA PRESENCIAL | 279.358 | 339.388 | 430.639 | 196.731 |
| TOTAL | 685.726 | 820.257 | 910.112 | 410.413 |

Mortes Violentas em SC

| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 (PARCIAL) até 31/05/2023 |
|---------------------------------|------------|------------|------------|----------------------------------|
| Homicídio | 634 | 584 | 541 | 241 |
| Feminicídio | 57 | 55 | 56 | 27 |
| Latrocínio | 20 | 23 | 25 | 3 |
| Lesão Corporal Seguida de morte | 15 | 15 | 23 | 11 |
| Infanticídio | 1 | 0 | 1 | 0 |
| TOTAL | 727 | 677 | 646 | 282 |

Santa Catarina apresentou redução de 0,30% de mortes violentas comparando o período de 01/06/2021 a 31/05/2022 = 658, com o período de 01/06/2022 a 31/05/2023 = 656, número dos últimos 12 meses.

Em relação aos primeiros 2 meses deste ano, comparados com o mesmo período do ano de 2022, temos:

Latrocínio – Apenas 01 vítima - queda de 80% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Feminicídio – Total de 09 vítimas - queda de 25% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Furto e Roubo de veículos – queda de 8,5% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Roubo Consumado (geral) – queda de 23,10% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Roubo em Comércio – queda de 36,46% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Número de Fatos Típicos Consumados – queda de 5,70% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Mandados de Prisão cumpridos pela Polícia Civil – Total de 610 pessoas presas – Aumento de 7% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Mandados de Busca e Apreensão cumpridos pela Polícia Civil – Total de 770 Mandados de Busca e Apreensão cumpridos – Aumento de 19,75% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Registros de Boletins de Ocorrência pela Delegacia Virtual – Total de 85.905 – Média Mensal de 42.953 e Média Diária de 1.456;

Registros de Boletins de Ocorrência presencial em Delegacia de Polícia – Total de 78.688 – Média Mensal de 39.344 e Média Diária de 1.334;

Registros de Boletins de Ocorrência realizados pela Polícia Civil (Delegacia Virtual + Delegacia de Polícia)

- Total de 164.593 – Média Mensal de 82.297 e Média Diária de 2.790 – Registros feitos pela Delegacia Virtual correspondem a 52,19%;

Inquéritos Policiais Instaurados – Em 2023 foram instaurados 8.567;

Termos Circunstanciados Instaurados – Em 2023 foram instaurados 4.106;

Inquéritos Policiais Remetidos – Em 2023 foram remetidos 6.745;

Termos Circunstanciados Remetidos – Em 2023 foram instaurados 3.643;

Número de pessoas indiciadas nos Inquéritos Instaurados em 2023 – Total de 1.484;

Apreensão de Maconha –

Em 2023 foram apreendidos 475 Quilos

Em 2022 foram apreendidos 210 Quilos

Aumento de 126%

Apreensão de Cocaína - Em 2023 foram apreendidos 124 Quilos

Em 2022 foram apreendidos 24 Quilos

Aumento de 417%

Polícia Científica de Santa Catarina – PCISC

A Polícia Científica de Santa Catarina é o órgão permanente de perícia oficial do Estado, utilizando a ciência para promoção de cidadania, segurança, ordem e justiça. Sua atividade é importante na produção da prova técnica, colaborando com a investigação policial e a persecução penal, com o objetivo de concretizar a materialidade e a autoria de ilícitos penais. Além disso, visa garantir a identificação civil adequada do cidadão, contribuindo para melhorar o acesso a direitos fundamentais.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Compete à Polícia Científica a realização de perícias criminais, os serviços de identificação civil e criminal, bem como a pesquisa e desenvolvimento de estudos em sua área de atuação.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover perícias de natureza criminal e identificação civil e criminal, fundadas no conhecimento técnico e científico, na busca da verdade para a garantia da justiça e da cidadania.

VISÃO: Ser órgão pericial científico de referência, reconhecido por seu padrão de excelência e qualidade nos serviços prestados.

VALORES: Imparcialidade, Verdade, Transparência, Ética, Respeito e Responsabilidade.

ESTRUTURA: A partir da Portaria 001/2022/PCI, de 12/01/2022, a Polícia Científica foi estruturada de forma centralizada em Diretorias, Corregedoria Geral, Coordenadorias e Agência Central de Inteligência. De forma descentralizada, a mesma portaria estruturou a Polícia Científica de SC em Superintendências Regionais de Polícia Científica e Núcleos Regionais de Polícia Científica, distribuídos em 31 unidades por todas as regiões de Santa Catarina.

CARREIRAS/SERVIDORES: A Polícia Científica possui três carreiras em seu quadro, cada uma composta pelos respectivos cargos, conforme segue:

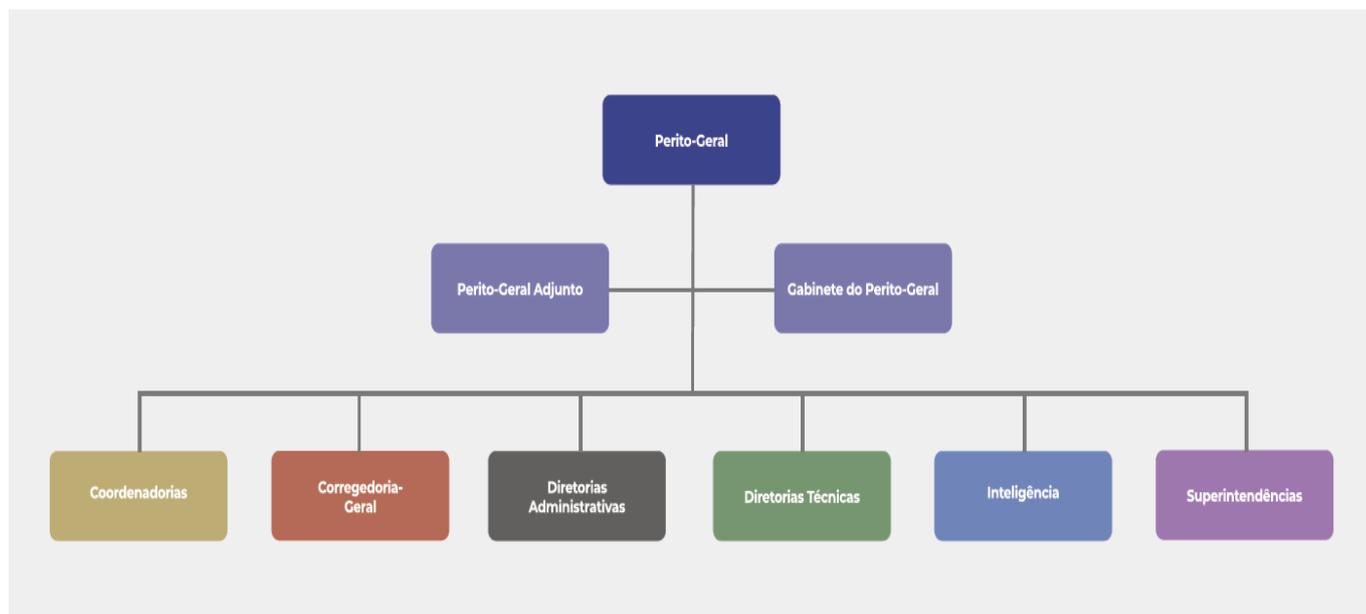
I – Carreira de Perito Oficial: nos cargos de Perito Criminal, Perito Criminal Bioquímico, Perito Médico-Legista e Perito Odontologista.

II - Técnico Pericial: no cargo de Papiloscopista.

III - Auxiliar Pericial: nos cargos de Auxiliar Médico-Legal, Auxiliar Criminalístico e Auxiliar de Laboratório.

Na data deste documento, a Instituição possui 756 servidores em exercício.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Polícia Científica atende a todos os municípios catarinenses realizando o pronto-atendimento para os serviços de local de crime contra a vida/patrimônio, medicina-legal, constatação de drogas ilícitas e identificação criminal. Além do serviço emergencial, a Instituição também atua na realização de exames complementares, em seus laboratórios especializados, e na identificação civil, confeccionando as carteiras de identidade nacionais (CIN).

A atuação da Polícia Científica é dividida em 4 áreas principais:

I – Criminalística

Os Peritos Criminais são os profissionais que realizam o pronto-atendimento em locais de crimes contra a vida e patrimônio, assim como todos os exames complementares e laudos periciais nas áreas de balística, contabilidade, ambiental, engenharia, informática, identificação veicular, documentoscopia, áudio e imagem, merceologia, papiloscopia, entre outras.

II – Medicina Legal

Área na qual os servidores realizam exames médico-periciais de natureza criminal em pessoas vivas ou mortas, relacionados com os campos de estudo da traumatologia, sexologia, psiquiatria, tanatologia e antropologia. Os exames em pessoas vivas são necessários para produção de provas científicas relacionadas a lesões provocadas por agressões, estupros, acidentes de trânsito, entre outros fatos. Os exames em vítimas falecidas, comumente conhecidos como necropsias, são realizados em casos de óbitos provocados por motivo externo (morte violenta), resultantes de acidentes de trânsito, disparos de arma de fogo, uso de armas brancas, afogamentos, enforcamentos, choques elétricos, cadáveres em estado de putrefação, mortes suspeitas, etc.

III - Análises Laboratoriais Forenses

O serviço laboratorial é responsável pela realização de exames periciais empregando conhecimento técnico-científico nas áreas de Química Forense, Toxicologia Forense, Vestígios Biológicos e Genética Forense. A área de atuação compreende exames em drogas apreendidas; busca de substâncias em material biológico; pesquisa de sangue, esperma, pelos e saliva coletadas em locais de crime; comparação de DNA em amostras de referência/questionadas e inserção de dados em Banco de Perfis Genéticos.

IV - Identificação Civil e Criminal

A Polícia Científica é o órgão oficial de identificação do Estado. Em cada unidade pericial do Estado há um servidor efetivo responsável pela coordenação do setor de identificação, enquanto a coordenação estadual é realizada pela Diretoria de Identificação Civil e Criminal. Através da identificação civil é possível a emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN). Já a identificação criminal envolve a identificação de pessoas detidas a critério da autoridade policial e/ou judiciária, onde também podem ser realizadas representações faciais com base em retratos falados, auxiliando na investigação policial.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Servidores com alta escolaridade e multidisciplinaridade 2. Equipe técnica integrada de alta qualidade 3. Vocação por inovação e pioneirismo 4. Capilaridade de ação em toda Santa Catarina 5. Autonomia administrativa e financeira 6. Notoriedade e valorização social 7. Capacidade latente de geração de valor por meio de programas sociais 8. Acesso amistoso com outros órgãos e poderes públicos 9. Qualidade e integridade da base de dados 10. Servidores especializados em temas relevantes para a área criminal 11. Uso matricial do Criminal Data 12. Sistema interno integrado com o SISP 13. Criação e fortalecimento do setor de integridade e compliance. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Necessidade de recomposição do efetivo, alta evasão de servidores 2. Servidores estagnados no mesmo nível de carreira por muito tempo 3. Dificuldades no processo de controle de qualidade dos atendimentos ao público 4. Problemas estruturais em prédios das unidades 5. Necessidade de organização e padronização de processos internos 6. Necessidade de melhoria no sistema de qualificação continuada do corpo técnico 7. Cultura organizacional em desenvolvimento 8. Sombreamento de competências em áreas de gestão 9. Necessidade de melhoria do sistema de gestão com vistas à excelência operacional 10. Necessidade de melhoria da segurança orgânica 11. Necessidade de estruturação e fortalecimento da equipe de TI |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Nova gestão do Governo Estadual com foco prioritário para a área da segurança pública e comprometidos com a solução dos problemas de segurança 2. Apoio da Sociedade em geral para a solução dos problemas de segurança pública 3. Novo modelo de gestão pública, com incentivos voltados à transparência, controle e excelência na gestão 4. Uso da marca PCI para fomento a programas sociais 5. Oportunidade de parcerias educacionais com vistas a capacitação humana e melhoria de processos 6. Ampliação da diversificação de fontes de financiamento e captação de recursos 7. Desenvolvimento e capacitação de lideranças 8. Carta de serviços a ser publicada para os Stakeholders 9. Atuação mentora dos Órgãos de Controle com foco em gestão (CGE) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estagnação do quadro de servidores (atualmente em 60%) 2. Falta de alinhamento operacional com outras forças policiais com vistas à melhoria de processos 3. Base de dados não integrada com sistema judiciário 4. Eventual exposição inadequada de metodologias técnico-científicas 5. Ausência de segurança jurídica constitucional para a atividade de polícia científica (inclusão no art. 144) 6. Surgimento de novas modalidades criminosas relacionadas com novas tecnologias. 7. Plano de cargos aquém da necessidade atual |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores da Polícia Científica;
- Demais colaboradores, como estagiários e terceirizados;
- Gestores e tomadores de decisão.

EXTERNAS:

- População;
- Governo do Estado;
- Ministro da Justiça, Secretário Nacional de Segurança Pública;
- Demais instituições de segurança pública estadual;
- Poder legislativo;
- Poder Judiciário;
- Ministério Público;
- Defensoria Pública;
- Agências de inteligência de outras pastas e outros estados;
- Órgãos públicos municipais, estaduais e federais;
- Gestores e tomadores de decisão de outros órgãos/setores;
- Ordem dos Advogados do Brasil;
- Conselhos de Direito;
- Órgãos não governamentais;
- Instituições de ensino e pesquisa;
- Órgãos de imprensa.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

A Polícia Científica vem se aprimorando nos últimos anos, com destaque para:

Criação do Fundo de Melhoria da Perícia Oficial (FUMPOF) e reestruturação da Diretoria de Administração e Finanças;

Mudança de nome para atender à padronização nacional para Polícia Científica;

Implementação do Número único nacional (pioneirismo);

Reestruturação da Organização interna (organograma);

Elaboração Planejamento estratégico (em desenvolvimento);

Presença de 259 Postos de identificação conveniados para expedição do documento de identificação;

Medidas de recomposição do quadro (concursos abertos em todas as áreas);

Redução de 78% na demanda reprimida;

Aumento de 38% no número total de exames realizados;

Criação da Agência Central de Inteligência;

Instituição do Comitê Gestor de Proteção de Dados, para Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

Criação de Divisões Especializadas relacionadas com a atividade técnica finalística;
Assinatura digital e integração de sistemas;
Elaboração de Painel de estatísticas (Criminal Data);
Uso de armazenamento em nuvem para gestão organizacional do trabalho;
Conclusão do Laboratório de Análise de Águas e Efluentes;
Criação do Comissão Permanente de Cadeia de Custódia;
Reestruturação do Núcleo de Saúde do Servidor;
Melhoria das consultas a bancos de impressões digitais (civil, criminal e Tribunal Superior Eleitoral);
Aquisição e uso do equipamento *Cellebrite Premium*, aumentando a eficiência nas perícias em celulares;
Aquisição de equipamento e validação do método de busca automatizada por espermatozoides, em casos de crime sexual;
Estruturação do Setor de Antropologia Forense;
Treinamento em identificação de vítimas de desastres, por meio do protocolo DVI;
Organização do Setor de Anatomopatologia;
Criação do Setor de Medicina Veterinária;
Criação do programa PCI por Elas;
Criação da Coordenadoria de Projetos;
Criação da Coordenadoria de Integridade e Governança;
Criação do ambiente virtual EAD Acape, por meio da Academia de Perícia;
Reestruturação do Almoxarifado Central;
Implementação de solução integrada para o trabalho (*Google Workspace*);
Maior implementação de processos Procedimento Operacional Padrão (POP);
Incremento na estruturação de unidades, por meio da Gerência de Projetos e Edificações;
Melhoria do acesso à Internet nas unidades de perícia;
Renovação da frota de veículos;
Renovação do parque tecnológico e mobiliário;
Aquisição de câmeras e drones;
Disponibilização de Maletas para locais de crime;
Padronização dos uniformes da instituição.

Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

O Departamento Estadual de Trânsito, comumente conhecido como DETRAN, é uma instituição responsável pela regulamentação e fiscalização do trânsito de veículos terrestres em nível estadual no Brasil. O DETRAN tem como objetivo principal promover a segurança no trânsito, a regularização dos veículos e a habilitação dos condutores, além de executar as políticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran/SC) é uma autarquia que tem como atribuições gerenciar, fiscalizar, controlar e executar as atividades de trânsito em todo o território de Santa Catarina, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

As atribuições estão previstas no Art. 59-B da Lei Complementar nº 789/2021.

I – Realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem e suspensão de condutores e expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação;

II – Vistoriar, inspecionar as condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual;

III – Credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);

IV – Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN; e

V – Planejar, formular, normatizar, supervisionar, acompanhar e estimular políticas e iniciativas na área de educação no trânsito.

Em resumo, o DETRAN é uma instituição responsável por regular, fiscalizar, controlar e promover a segurança no trânsito, além de lidar com a documentação e habilitação de condutores e veículos.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Envidar esforços para promover o desenvolvimento de um trânsito seguro em defesa da vida, preservação da saúde e do meio-ambiente, com veículos adequados e condutores devidamente habilitados, primando pela eficácia, simplicidade e celeridade em seus processos.

VISÃO: Ser um órgão de referência no setor público de Santa Catarina, utilizando-se da tecnologia, administração, controle, transparência e aferição de desempenho, objetivando a aplicação das economias alcançadas em ações para a preservação da vida.

VALORES: Inovação, eficiência, economicidade, ética, transparência, impessoalidade, respeito, legalidade e probidade.

ESTRUTURA: A estrutura do DETRAN se baseia em Presidência e Vice-Presidência, seguido de setores e Diretorias que se desdobram em Gerências. Além disso, tratando-se de estrutura física, o DETRAN possui sua sede em Florianópolis, além de quase 100 CIRETRANS e CITRANS, as quais se dividem em 31 regiões, deixando seus serviços bem vascularizados dentro do Estado. Segue a estrutura:

CIRETRAN DA CAPITAL: (Ciretran Continente, Santa Mônica, Sul da Ilha (Aeroporto) e Norte da Ilha).

1 DRP DE SÃO JOSÉ: Ciretran de São José e Citran Biguaçu

2 DRP DE JOINVILLE: Ciretran: Joinville e Joinville Sul – Citran: São Francisco do Sul

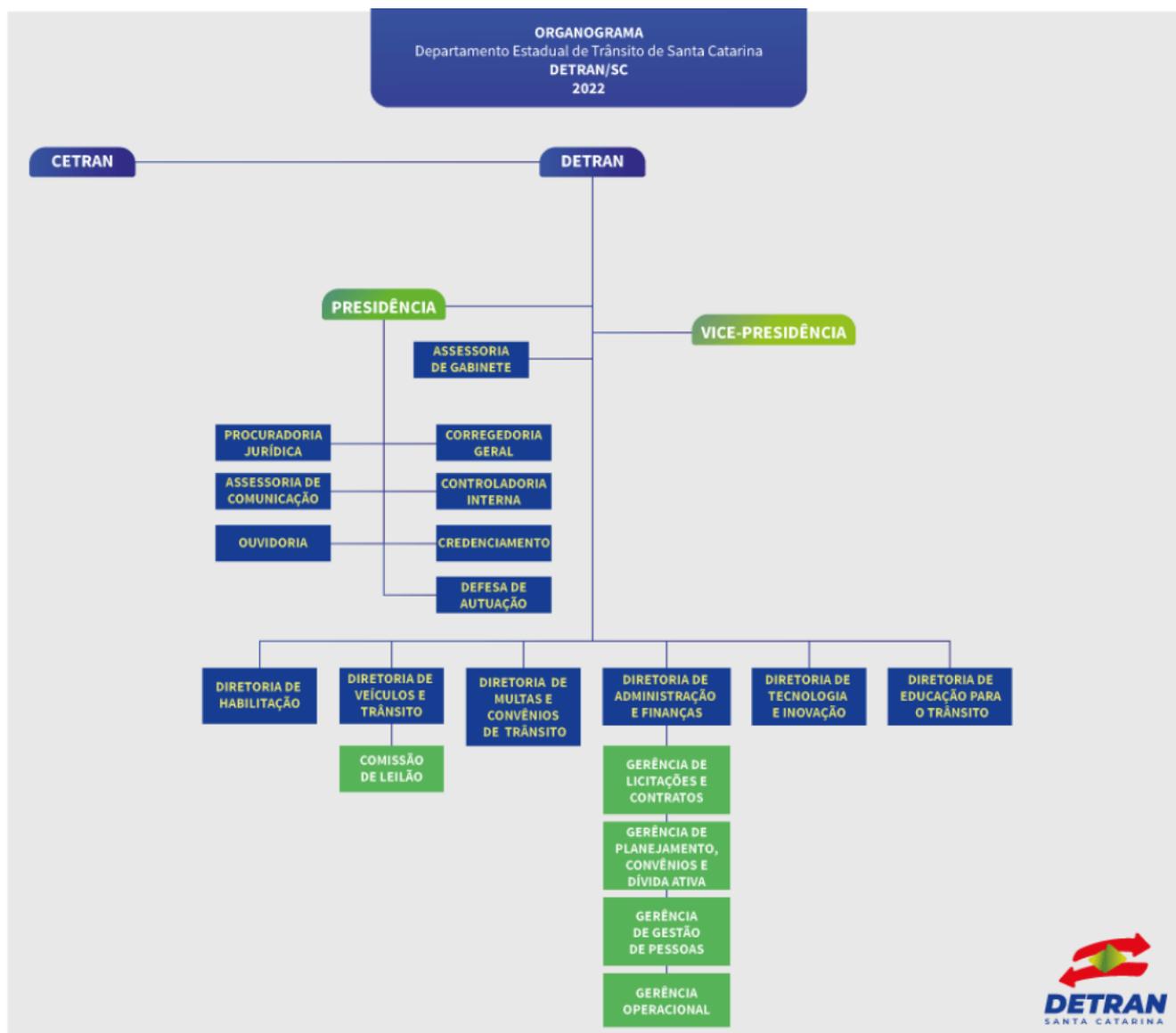
3 DRP DE BLUMENAU: Ciretran: Blumenau – Citran: Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó

5 DRP DE TUBARÃO: Ciretran: Tubarão, Braço do Norte e Jaguaruna

- 6 DRP DE CRICIUMA: Ciretran: Criciúma, Orleans, Urussanga e Içara – Citran: Lauro Muller
- 7 DRP DE RIO DO SUL: Ciretran: Rio do Sul e Taió – Citran: Ibirama e Trombudo Central
- 8 DRP DE LAGES: Ciretran: Lages – Citran: Anita Garibaldi, Bom Retiro, Correia Pinto e Otacílio Costa
- 9 DRP DE MAFRA: Ciretran: Mafra – Citran: Itaiópolis e Papanduva
- 10 DRP DE CAÇADOR: Ciretran: Caçador – Citran: Santa Cecília
- 11 DRP DE JOAÇABA: Ciretran: Joaçaba e Capinzal
- 12 DRP DE CHAPECÓ: Ciretran: Chapecó – Citran: Pinhalzinho, Palmitos e São Carlos
- 13 DRP DE SÃO MIGUEL DO OESTE: Ciretran: São Miguel do Oeste – Citran: Dionísio Cerqueira, Itapiranga
- 14 DRP DE CONCÓRDIA: Ciretran: Concórdia – Citran: Seara, Itá
- 15 DRP DE JARAGUÁ DO SUL: Ciretran: Jaraguá do Sul – Citran: Guarimirim
- 16 DRP DE XANXERÊ: Ciretran: Xanxerê – Citran: Abelardo Luz, Ponte Serrada e Xaxim
- 17 DRP DE BRUSQUE: Ciretran: Brusque – Citran: São João Batista
- 18 DRP DE LAGUNA: Ciretran: Laguna, Imbituba – Citran: Imaruí – Garopaba
- 19 DRP DE ARARANGUÁ: Ciretran: Araranguá – Citran: Sombrio e Turvo
- 20 DRP DE ITUPORANGA: Ciretran: Ituporanga
- 21 DRP DE SÃO BENTO DO SUL: Ciretran: São Bento do Sul – Citran: Rio Negrinho
- 22 DRP DE CANOINHAS: Ciretran: Canoinhas
- 23 DRP DE PORTO UNIÃO: Ciretran: Porto União
- 24 DRP DE CURITIBANOS: Ciretran: Curitibanos
- 25 DRP DE VIDEIRA: Ciretran: Videira – Citran: Fraiburgo e Tangará
- 26 DRP DE CAMPOS NOVOS: Ciretran: Campos Novos
- 27 DRP DE SÃO JOAQUIM: Ciretran: São Joaquim – Citran: Urubici
- 28 DRP DE SÃO LOURENÇO DO OESTE: Ciretran: São Lourenço do Oeste – Citran: Campo Erê, São Domingos e Quilombo
- 29 DRP DE BALNEÁRIO CAMBORIU: Ciretran: Balneário Camboriú – Citran: Camboriú, Itapema e Tijucas
- 30 DRP DE PALHOÇA: Ciretran: Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz
- 31 DRP DE MARAVILHA: Ciretran: Maravilha

CARREIRAS/SERVIDORES: O DETRAN possui 53 servidores de carreira em exercício. Para compor a força de trabalho, o Departamento conta com 598 terceirizados e alguns poucos servidores à disposição, como Policiais Civis, Militares (CTISP) e Bombeiro.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Registro e licenciamento de veículos

O DETRAN é responsável pelo registro e emplacamento dos veículos, emitindo o Certificado de Registro de Veículo (CRV) e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV), que comprovam a regularidade do veículo perante a legislação de trânsito.

Habilitação de condutores

O DETRAN é responsável pelo processo de habilitação de condutores, incluindo a emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Isso envolve a aplicação de exames teóricos e práticos, a avaliação psicológica, médica e a emissão da CNH, que permite que uma pessoa conduza veículos automotores legalmente.

Fiscalização do trânsito

O DETRAN trabalha em conjunto com órgãos de fiscalização para garantir o cumprimento das leis de trânsito, incluindo a aplicação de multas por infrações e o controle do tráfego nas vias públicas.

Educação para o trânsito

O DETRAN também desempenha um papel importante na educação para o trânsito, promovendo campanhas e programas de conscientização sobre segurança viária, visando a redução de acidentes e a formação de condutores mais responsáveis.

Regulamentação do trânsito

O DETRAN participa da elaboração de normas e regulamentos relacionados ao trânsito, em conformidade com as leis federais estabelecidas pelo CONTRAN. Isso inclui a definição de requisitos para a circulação de veículos, regras de segurança e demais aspectos relacionados à condução nas vias públicas.

Diretoria de Multas

O DETRAN possui uma Diretoria de Multas, a qual se desdobra no setor de Juntas Administrativas de Recursos de Infrações. As JARIs são responsáveis pelo julgamento das infrações cometidas pelos condutores. Caso decidam recorrer, podem apelar à última instância recursal, o CETRAN (Conselho Estadual de Trânsito).

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Capilaridade; 2. Segunda maior arrecadação do Estado; 3. Equipe competente e experiente; 4. Exclusividade dos serviços por ser autoridade reguladora do trânsito, em âmbito Estadual. | <ol style="list-style-type: none"> 1. A arrecadação não vai para o DETRAN 2. Falta de padronização no atendimento 3. Poucos servidores efetivos 4. Dependência de mão-de-obra terceirizada 5. Tecnologia obsoleta prejudica a integração de sistemas e dados 6. Burocracia 7. Falta de profissionais de TI, sobretudo na área de segurança da informação. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar a prestação do serviço; 2. Reposicionar a “marca” DETRAN com apelo amigável e não apenas punitivo; 3. Educação e conscientização: O DETRAN tem a oportunidade de investir em programas educacionais e campanhas de conscientização; 4. Promover a transformação digital dos serviços. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de estrutura própria; 2. Mudanças regulatórias e legislativas: Alterações nas leis e regulamentos relacionados ao trânsito podem exigir que o DETRAN se adapte e implemente novas políticas; 3. Falta de padronização dos serviços dos credenciados; 4. Ser alvo de Fake news; 5. Ser alvo de hackers, que utilizam a marca do DETRAN para aplicar golpes cibernéticos. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Secretaria de Estado da Fazenda;
- Secretaria de Estado da Administração;
- Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- Planejamento (EPROJ);
- Secretaria de Estado da Casa Civil;
- Colaboradores terceirizados.

EXTERNAS:

- Empresas de mão-de-obra terceirizada;
- Cidadãos;
- Imprensa;
- Credenciados (médicos, psicólogos, empresas de vistoria, empresas de placas, autoescolas, chassi);
- Despachantes.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

O DETRAN se relaciona com os condutores por meio das CIRETRANs e CITRANs. Essas são unidades de atendimento pelas quais a população consegue renovar sua CNH, documento veicular, recorrer de multas etc.

A pandemia teve forte impacto nos serviços do Departamento. Mesmo assim, foi na adversidade que se vislumbrou a oportunidade de digitalizar seus serviços, fazendo com que a sociedade conseguisse dissolver suas pendências junto ao órgão por meio da plataforma DETRAN Digital.

Para evitar a aglomeração de pessoas, criou-se o sistema de agendamento. Isso gerou mais organização e menos reclamação por parte da sociedade, que ficava horas na fila para ser atendida. Fora os abusos por parte de algumas CIRETRANs, que se negavam a atender pessoas sem prévio agendamento, a ideia teve um impacto positivo e se adequou bem à forma de prestação de serviços das instituições mais modernas.

Ainda no sentido de facilitar a rotina dos condutores, o DETRAN descentralizou ainda mais os seus serviços por meio da criação de mais CIRETRANs. A exemplo de Florianópolis, podemos citar a instalação de um posto de atendimento no sul da ilha (aeroporto), norte da ilha e Shopping Villa Romana.

No que tange à estrutura física do órgão, houve o deslocamento da sede administrativa, que saiu do bairro estreito e se instalou em coqueiros. É visível que o aluguel pago atualmente possui um valor além do aceitável pela avaliação imobiliária local, todavia é inegável que possui melhores instalações e proporciona mais conforto, dignidade e bem estar aos seus servidores.

O DETRAN conquistou sua autonomia- ainda precária financeiramente, ao se tornar uma Autarquia. Mesmo dependendo de repasses financeiros da Secretaria de Segurança Pública, por exemplo, conseguiu avocar novos processos e responsabilidades. Não obstante, criou-se Diretorias e Gerências, ambas responsáveis por incluir novas atribuições ao fluxo de trabalho.

Em decorrência da supramencionada “emancipação”, o DETRAN passou a gerir seus próprios contratos e licitações. Do mesmo modo, outros setores incorporaram mais responsabilidades tornando o órgão mais robusto como um todo. É o caso, por exemplo, da aderência à metodologia do Escritório de Projetos do Estado (EPROJ). Desde de 2022 o DETRAN possui um Núcleo de Projetos, que auxilia no desenvolvimento de ideias ainda embrionárias. Alinhado ao plano de Governo anterior e atual, o NUPROJ conecta o DETRAN com outros órgãos e Secretarias refinando os planos imaturos e os transformando em projetos concretos que podem ser acompanhados pela população por meio da plataforma Projeta-sc.

3.1.4 Administração Prisional e Sistema Socioeducativo

Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativa - SAP

A Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), órgão da administração direta do Governo do Estado de Santa Catarina, é responsável por planejar, formular, normatizar e executar políticas públicas voltadas ao sistema prisional e socioeducativo, de apoio ao egresso e na proteção de vítimas e testemunhas de crimes no Estado de Santa Catarina.

A realização das ações é voltada à melhoria do Sistema Penitenciário Estadual e ao Atendimento dos Adolescentes Autores de Ato Infracional, sendo administrado pelo Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa. Os recursos da Secretaria são utilizados em custeio, manutenção e pagamento das despesas conexas aos objetivos da Pasta, inclusive com servidores ativos e inativos e respectivos encargos sociais.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Compete à Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), conforme disposto na Lei Complementar nº 741/2019:

- I – Planejar, formular, normatizar e executar as políticas públicas para o sistema prisional do Estado;
- II – Implementar a política estadual de atendimento socioeducativo, destinada a adolescentes autores de atos infracionais que estejam reclusos, em regime de privação e restrição de liberdade, nas unidades de atendimento;
- III – Administrar e promover a segurança interna e externa dos estabelecimentos penais;
- IV – Promover a elevação da escolaridade e o ensino profissionalizante dos detentos;
- V – Planejar, formular, normatizar e executar ações, programas e projetos que visem assegurar a reinserção social do condenado;
- VI – Planejar, coordenar, orientar, avaliar e executar programas, projetos e ações governamentais na área da administração prisional e socioeducativa;
- VII – Executar as decisões de suspensão de pena, liberdade condicional, graça, indulto e diretos dos condenados;
- VIII – Planejar, formular, normatizar e executar a política estadual de promoção e defesa dos direitos dos adolescentes infratores;
- IX – Manter relacionamento institucional, em articulação com a PGE, com o Poder Judiciário, o MPSC, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a DPE/SC, no que concerne às competências da Secretaria;
- X – Estabelecer parcerias com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;
- XI – Desenvolver e implantar projetos e programas de cursos de formação, atualização e treinamento em serviços para o pessoal do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo, em todos os níveis; e
- XII – Coordenar e executar programas e ações de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

Compete aos Fundos Rotativos, conforme disposto na Lei Complementar nº 809, de dezembro de 2022:

- I – A aquisição, transformação, venda e revenda de mercadorias produzidas pelos presos e a prestação de serviços por eles;
- II – A realização de despesas correntes e de capital voltadas à recuperação social do preso;
- III – A melhoria da condição de vida do preso, por meio da elevação do nível de sua sanidade física e mental, de treinamento profissional e de oportunidade de trabalho remunerado; e

IV – A manutenção e o custeio dos estabelecimentos penais da regional a que o fundo rotativo pertença.

Parágrafo único. Os Fundos Rotativos do Sistema Penal do Estado terão efetiva participação no sistema penal, a fim de contribuir para a recuperação social do preso.

Conforme disposto na Lei Complementar nº 809, de dezembro de 2022, ficam vinculados à SAP os seguintes Fundos Rotativos:

- I – Fundo Rotativo Regional da Grande Florianópolis (FR-01);
- II – Fundo Rotativo Regional Sul (FR-02);
- III – Fundo Rotativo Regional Norte (FR-03);
- IV – Fundo Rotativo Regional do Vale do Itajaí (FR-04);
- V – Fundo Rotativo Regional Serrano (FR-05);
- VI – Fundo Rotativo Regional Oeste (FR-06);
- VII – Fundo Rotativo Regional do Planalto Norte (FR-08);
- VIII – Fundo Rotativo da Penitenciária de São Pedro de Alcântara (FRSP); e
- IX - Fundo Rotativo Regional do Médio Vale do Itajaí (FR-07).

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Executar o cumprimento de decisões judiciais de privação ou restrição de liberdade, provisórias ou definitivas, garantindo todos os direitos assegurados pelo ordenamento jurídico vigente e promovendo ações que objetivem a ressocialização e a socioeducação das pessoas, a fim de oportunizar o retorno ao convívio social visando contribuir com a segurança e a paz social.

VISÃO: Ser uma instituição de excelência nos processos de gestão ao atendimento prisional e socioeducativo, sendo reconhecida como essencial à segurança pública. A instituição é destaque em inovação, capacitação e aprimoramento, bem como nas ações de prevenção, mitigação, preparação e pronta resposta no caso de crise, além de se constituir como referência nacional e internacional nas ações de ressocialização e socioeducação.

VALORES: Assertividade; Competência; Comprometimento; Confiabilidade; Coordenação; Empatia; Engajamento; Ética; Inovação; Integridade; Humanização; Pró-atividade; Transparência.

ESTRUTURA:

- I – Unidades de assessoramento direto ao Secretário da SAP:
 - a) Gabinete do Secretário (GABS);
 - b) Assessoria de Comunicação (ASCOM);
 - c) Consultoria Jurídica (COJUR);
 - d) Coordenadoria de Controle Interno e Ouvidoria (CIOUV); e
 - e) Corregedoria-Geral (COGER).
- II – Unidades de apoio direto ao Secretário da SAP:
 - a) Colegiado Superior da SAP (COSUP);
 - b) Conselho Penitenciário (COPEN);
- III – Unidade de assessoramento direto ao Secretário-Adjunto:
 - a) Gabinete do Secretário-Adjunto (GABA);

IV – Unidades de execução de atividades-meio:

- a) Diretoria de Administração e Finanças (DIAF);
- b) Diretoria de Inteligência e Informação (DINF);
- c) Academia de Administração Prisional e Socioeducativa (ACAPS);

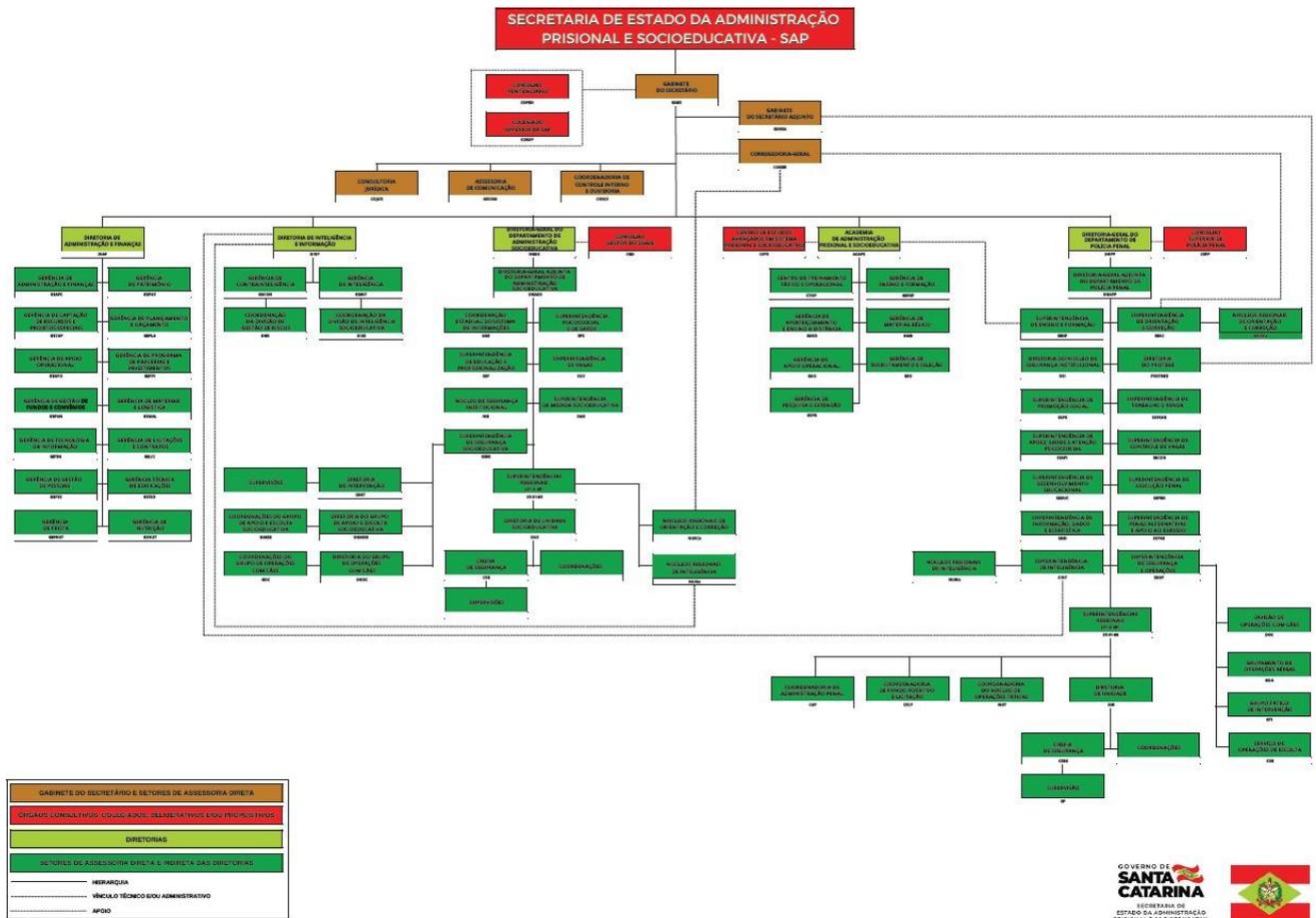
V – Unidades de execução de atividades finalísticas:

- a) Departamento de Polícia Penal (DPP); e
- b) Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE).

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Policial penal;
- Agente socioeducativo;
- Analista técnico administrativo;
- Técnico em atividade administrativa;
- Contador;
- Engenheiro;
- Assistente social;
- Pedagogo;
- Enfermeiro;
- Técnico em enfermagem;
- Farmacêutico;
- Médico;
- Nutricionista;
- Psicólogo;
- Procurador jurídico;
- Professores e instrutores;
- Dentista.

ORGANOGRAMA



ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> Disponibilidade de alternativas diversas à prisão (monitoramento eletrônico e penas alternativas); Ressocialização, educação e profissionalização dos apenados; Programa PROTEGE; Profissionalização dos servidores; Atividades regulares educacionais aos socioeducandos; Programa de apoio ao egresso; | <ol style="list-style-type: none"> Gestão e fiscalização de contratos; Necessidade de preparação ao egresso; Estrutura física subdimensionada das Unidades; Elevado custo de manutenção da saúde dos apenados e socioeducandos; Despreparo das Unidades na resposta aos desastres; Falta de mapeamento de riscos; |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> Fortalecimento das parcerias público- privadas; Desenvolvimento do programa de apoio ao pré-egresso; Adesão ao programa trabalho pela liberdade; Melhoria do programa de prevenção à saúde; Elaboração do plano de contingência de desastres; Elaboração de planos de gestão de risco; | <ol style="list-style-type: none"> Aumento da população privada de liberdade; Limitação financeira; Falta de servidores para fiscalização; Situação econômica do país; Desastres naturais; Ameaças de saúde pública; |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores;
- Pessoas privadas de liberdade e crianças/adolescentes em conflito com a lei;
- Parceiros privados.

EXTERNAS:

- Fornecedores e prestadores de serviços;
- Parceiros privados;
- Demais órgãos da administração pública estadual;
- Órgãos da administração pública federal e municipal;
- Órgãos do poder judiciário, ministério público e defensoria pública;
- População em geral.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

I – SAP:

A Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) possui em seu sistema prisional, administrado pelo DPP, mais de 24.667 (vinte e quatro mil seiscientos e cinquenta e sete) internos alocados em 54 (cinquenta e quatro) unidades, onde recebem oportunidade de trabalho, capacitação profissional, ensino, assistência social e atendimento médico e odontológico.

Nos últimos quatro anos foram criadas 1.370 (mil trezentas e setenta) vagas, com a ampliação de Unidades já existentes e a inauguração de 1 (uma) nova Unidade.

Já o sistema socioeducativo é administrado pelo DEASE com 329 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nas 24 unidades localizadas em todas as regiões do estado.

II – Ressocialização:

Todos os adolescentes atualmente recolhidos no sistema socioeducativo estão envolvidos em atividades educacionais regulares.

Em 2022, nas Unidades Prisionais, 11.097 (onze mil e noventa e sete) apenados realizaram a prova do ENSEJA, 2.646 (dois mil, cento e quarenta e seis) cursaram o Ensino fundamental e 1.148 (mil, cento e quarenta e oito) cursaram o ensino médio. Quanto ao Programa Despertar pela Leitura, no ano de 2022, 9.075 (nove mil e setenta e cinco) apenados participaram do programa.

A oferta de trabalho qualificado é uma das marcas do Sistema Prisional Catarinense. Por meio de convênios com a iniciativa privada, temos 8.367 (oito mil trezentos e sessenta e sete) apenados em atividade laboral, que recebem um salário da empresa que o contrata, destinando 25% do valor para o Fundo Rotativo, cujo valor é reinvestido em melhorias na Unidade. Há também convênios com as Prefeituras, que usam a mão de obra dos apenados na capina e limpeza de ruas e de praças.

Rede de proteção e apoio social às mulheres presas e egressas do sistema que estejam gestantes, puérperas, mães ou responsáveis por crianças de até 12 anos de idade ou deficientes, a fim de minimizar as vulnerabilidades sociais. O programa é uma parceria entre SAP, DEPEN e TJSC.

Escolta Humanizada da Mulher Privada de Liberdade.

A SAP tem viaturas adaptadas para o transporte de internas grávidas, com filhos recém-nascidos, deficiência física, idosas ou que necessitem de cuidados especiais.

- Resignifica Maria: Coordenado pela Unochapecó, o projeto propõe o debate em torno das relações de gênero com grupos de presos autores de feminicídio, conduzidos por equipes multidisciplinares que atuam nas unidades prisionais.
- Promoção da Saúde: Na publicação, estão descritos todos os procedimentos e atividades de qualificação para que as internas sejam multiplicadoras de conhecimento, contribuindo para melhoria da qualidade de vida de todas as apenadas.

III – SAP Têxtil:

O projeto que ganhou forma neste ano (2022) foi o Programa SAP Têxtil, uma arrojada iniciativa do Governo do Estado, por meio da SAP. A edificação de 18 galpões nos complexos de: Chapecó (9), Curitibanos (5), Itajaí (3) e Criciúma (1) e linhas de produção de apoio na DPP de São José do Cedro e DPP de São Miguel do Oeste. O projeto está sendo implantado e a fase atual é a finalização de implantação dos galpões.

IV – SAP Ciência:

Idealizado pela Academia de Administração Prisional e Socioeducativa (ACAPS), o Programa SAP Ciência é uma ação inovadora, que prevê a oferta continuada de vagas para cursos de pós-graduação, em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado, para servidores que atuam no âmbito da SAP. Os cursos são totalmente custeados pela Secretaria e o investimento é substancial. As aulas para os selecionados começaram no início de 2022, de acordo com os respectivos calendários das instituições de ensino parceiras. O número de graduandos que, atualmente, cursam mestrado e doutorado é 20 alunos, 247 alunos já se formaram no programa de alunos que se formou até o momento é 247.

V – ACAPS:

A Academia de Administração Prisional e Socioeducativa (ACAPS) realizaram 90 cursos de formação ao longo de 2022. Foram 2.971 horas/aula, capacitando 3.439 alunos.

Dentre os cursos oferecidos, estão habilitações e nivelamentos em Armamentos e Proteção de Autoridades, entre outros, sempre em parceria com as demais forças de segurança.

Em 2022 começou a seleção para o Águia de Osso, treinamentos complexos que exigiu equilíbrio físico e mental dos participantes, o número de formados nesse curso totalizou 18 policiais penais.

Importante impulso para o sistema prisional e socioeducativo aconteceu com a formação de 458 de policiais penais no ano de 2022.

VI – Modernização:

A segurança das unidades se faz com operadores treinados, armamento adequado e viaturas seguras, por isso foram adquiridas e recebidas 4.000 pistolas, para os operadores do sistema prisional.

Com as novas demandas que vêm surgindo no sistema prisional, a SAP adquiriu 37 (trinta e sete) pick-ups, 42 (quarenta e dois) quadrículos, 8 (oito) utilitários tipo Van, 30 (trinta) utilitários, 3 (três) veículos sedãs, 1 (uma) ambulância.

Pela primeira vez, os operadores dos sistemas prisionais e socioeducativo receberam kits com uniforme completo. Para tanto, a SAP investiu R\$ 6,8 milhões em uniformes com material e modelagem definidos por uma equipe de servidores, que consideraram necessidades e rotinas dos profissionais que atuam no âmbito do DPP e Dease.

3.1.5 Defesa Civil

Defesa Civil - DC

A Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC) é um órgão superior da Administração Pública Estadual Direta, responsável por assegurar a execução das ações preventivas, de recuperação e reconstrução, em atendimento à população atingida por desastres, quando o Estado de Calamidade Pública ou Situação de Emergência for oficialmente reconhecido pelo Governo Estadual.

Tem como objetivo reduzir os riscos e os danos sofridos pela população em caso de situações adversas. Para isso, a Defesa Civil planeja, projeta, articula e torna possível a defesa do sujeito em situação de vulnerabilidade, focando na prevenção de eventos climáticos, na preparação, na mitigação, por meio do mapeamento de áreas de risco, além de realizar ações de recuperação, reconstrução e se dedicar ao aprimoramento das respostas rápidas às emergências.

A prioridade deste órgão é realizar a proteção e defesa civil do cidadão catarinense, fomentando a educação continuada de gestores, profissionais, organizações e população em geral, visando à melhoria na percepção e gestão de riscos e de desastres, a ampliação do conhecimento e da auto-proteção, o estabelecimento e o aperfeiçoamento de estratégias de inteligência e redução dos riscos e dos desastres na busca de um Estado cada vez mais resiliente, com objetivo de conscientizar o indivíduo e obter o máximo de aproveitamento dos recursos disponíveis, com maior eficiência.

A SDC é responsável pela coordenação do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC), que congrega órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dos municípios, além de entidades privadas e a comunidade, nos termos da Lei nº 15.953/13.

A Secretaria conta ainda, em sua estrutura, com vinte Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil distribuídas no território catarinense, responsáveis pela execução descentralizada das ações da SDC, e pela articulação direta com os entes regionais em sua área de abrangência, visando ao aumento da eficiência, eficácia e efetividade das ações de proteção e defesa civil no estado.

COORDENADORIAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



- | | | |
|--------------|--------------------|-------------------------|
| 1. Araranguá | 8. Curitibaanos | 15. Maravilha |
| 2. Blumenau | 9. Florianópolis | 16. Rio do Sul |
| 3. Caçador | 10. Itajaí | 17. São Miguel do Oeste |
| 4. Canoinhas | 11. Jaraguá do Sul | 18. Taió |
| 5. Chapecó | 12. Joaçaba | 19. Tubarão |
| 6. Concórdia | 13. Joinville | 20. Xanxerê |
| 7. Criciúma | 14. Lages | |

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As atuais competências da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil foram definidas pela Lei nº 18.646/2023, que alterou a Lei Complementar nº 741/2019, assim dispendo:

Art. 41-A. À SDC compete:

I – articular e coordenar as ações de proteção e defesa civil no Estado, compreendendo:

a) prevenção e preparação para desastres;

b) assistência e socorro às vítimas de calamidades;

c) restabelecimento de serviços essenciais; e

d) reconstrução;

II – realizar estudos e pesquisas sobre riscos e desastres;

III – elaborar e implementar diretrizes, planos, programas e projetos para prevenção, minimização e respostas a desastres causados por ação da natureza e do homem no Estado;

IV – coordenar a elaboração do plano de contingência estadual e fomentar a elaboração dos planos de contingência municipais;

V – mobilizar recursos para prevenção e minimização de desastres

VI – disseminar a cultura de prevenção de desastres para a sociedade, por meio dos princípios de proteção e defesa civil;

VII – prestar informações aos órgãos federais de defesa civil sobre as ocorrências de desastres e atividades de proteção e defesa civil no Estado;

VIII – propor à autoridade competente a decretação ou a homologação de situação de emergência e de estado de calamidade pública;

IX – providenciar e gerenciar o abastecimento e a distribuição de suprimentos nas ações de proteção e defesa civil;

X – coordenar a Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (CEP2R2) ou estruturas equivalentes;

XI – presidir e secretariar, quando lhe couber o mandato, a Comissão Permanente de Defesa Civil do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL);

XII – coordenar as ações estaduais de ajuda humanitária nacional e internacional;

XIII – coordenar e implementar, em articulação com os Municípios, ações conjuntas com os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC);

XIV – promover o intercâmbio técnico com organizações nacionais e internacionais de proteção e defesa civil;

XV – promover a capacitação de pessoas para as ações de proteção e defesa civil, em articulação com órgãos do SIEPDEC;

XVI – fomentar o fortalecimento da estrutura de proteção e defesa civil municipal e regional; e

XVII – recomendar ao órgão competente a interdição de áreas de risco.

Para a consecução de seus objetivos, a SDC é responsável pela gestão do Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil, com os seguintes objetivos e finalidades, estabelecidos pela Lei no 16.418/14:

Art. 2º O FUNPDEC destina-se a captar, controlar e aplicar recursos financeiros com vistas a cobrir as despesas administrativas e operacionais, correntes e de capital, destinadas à execução das ações preventivas, de socorro e assistência emergenciais, de recuperação e reconstrução às populações atingidas por desastres e de fortalecimento e apoio institucional ao Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC).

§ 1º As ações preventivas compreendem:

I – projetos educativos e de divulgação;

II – capacitação de recursos humanos;

III – elaboração de trabalhos técnicos, estudos e pesquisas;

IV – identificação e proteção de áreas de risco;

V – aquisição e manutenção de materiais, serviços e equipamentos destinados a ações de defesa civil;

VI – equipamento e reequipamento dos órgãos e entidades que compõem o SIEPDEC;

VII – execução de obras e contratação de serviços de caráter preventivo; e

VIII – modernização e ampliação do Sistema Estadual de Monitoramento, Alerta e Alarme contra Desastres.

§ 2º As ações de socorro e assistência emergenciais compreendem as despesas de custeio operacional e apoio financeiro às Coordenadorias Municipais de Defesa Civil e aos organismos de resposta a desastres componentes do SIEPDEC.

§ 3º As ações de recuperação e reconstrução compreendem as despesas de custeio operacional e apoio financeiro às Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC) para a contrapartida às obras e serviços necessários à recuperação dos locais atingidos pelos desastres.

§ 4º As ações de fortalecimento e apoio institucional ao SIEPDEC compreendem:

I – a elaboração e execução de planos, programas e projetos de proteção e defesa civil;

II – a construção, ampliação e reforma de prédios e instalações de proteção e defesa civil;

III – a aquisição de combustíveis e peças para reparos;

IV – alimentação, diárias, realização de serviços de terceiros, locações e outras despesas de custeio;

V – a informatização da Defesa Civil;

VI – a contratação de especialidade profissional destinada a suporte técnico às ações de proteção e defesa civil;

VII – as ações relacionadas a produtos perigosos; e

VIII – a aquisição de equipamentos e materiais destinados ao suporte das atividades administrativas e operacionais.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Coordenar e articular ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, evitando ou mitigando desastres, com o propósito de proteger a vida e o patrimônio do cidadão catarinense, estabelecendo uma sociedade mais resiliente.

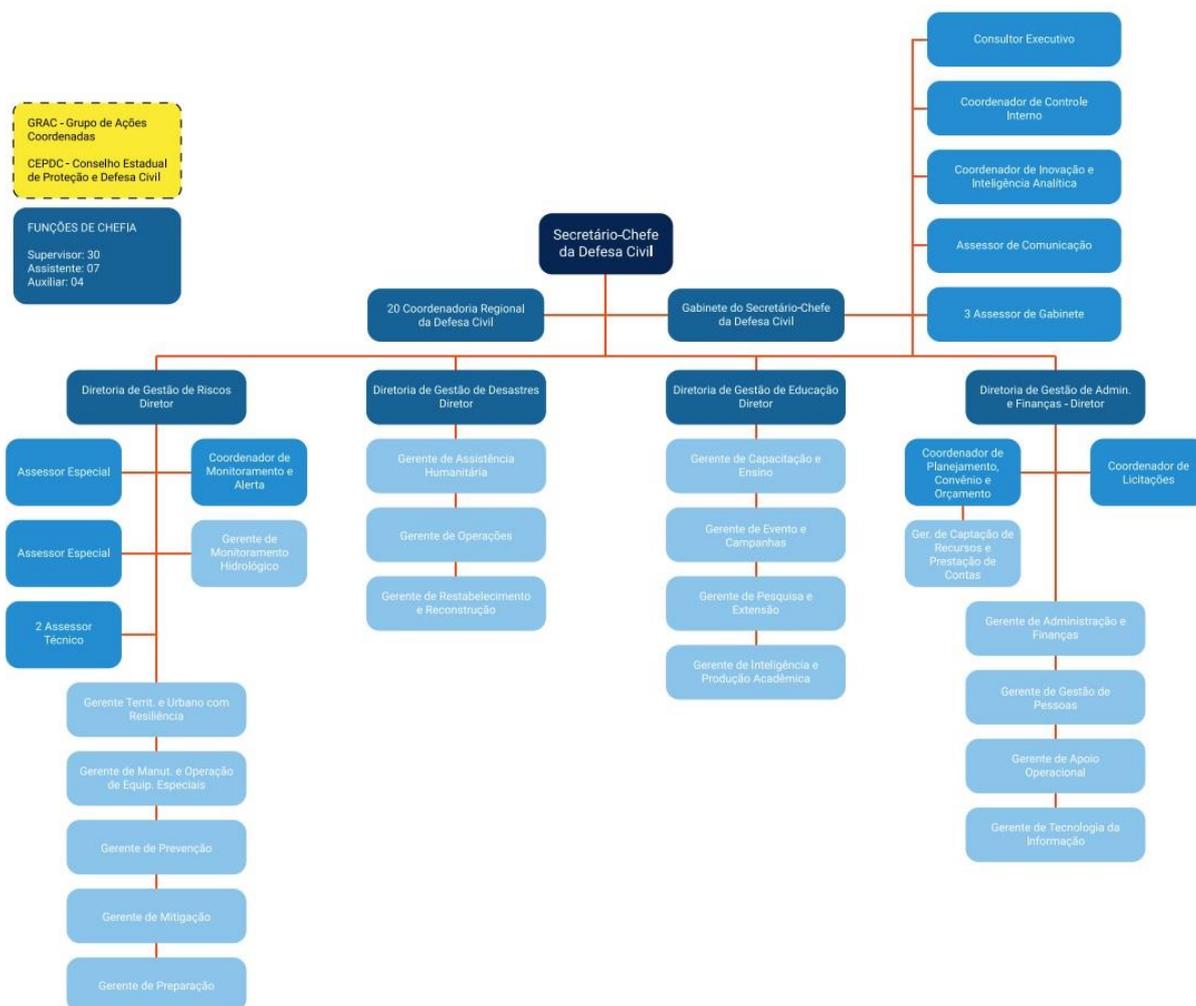
VISÃO: Ser uma instituição de excelência na emissão de alertas, articulação e coordenação de ações de proteção e defesa civil.

VALORES: Assertividade, Eficiência, Eficácia, Confiabilidade, Comprometimento, Cooperação, Coordenação, Disponibilidade, Ética, Impessoalidade, Inovação e Proatividade.

ESTRUTURA: A SDC está sediada no Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD), em Florianópolis. Conta ainda com vinte Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil distribuídas fisicamente em todo o território catarinense, além de ser responsável pela operação e manutenção de quatro radares meteorológicos localizados nos municípios de Lontras, Araranguá, Chapecó e Joinville e de três barragens de contenção, nos municípios de Ituporanga, Taió e José Boiteux.

CARREIRAS/SERVIDORES: (Tabela GEPES)

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Defesa Civil do Estado de Santa Catarina é estruturada para funcionar e agir em conformidade com o Ciclo de Defesa Civil, de acordo com cada fase de atuação do órgão e por intermédio de ações planejadas.

Ciclo de Defesa Civil (SEDEC/2017)



O Decreto Federal nº 10.593/20 assim conceitua as ações relacionadas a cada uma das fases do Ciclo de Defesa Civil:

Ações de **prevenção** - medidas prioritárias destinadas a evitar a conversão de risco em desastre ou a instalação de vulnerabilidades.

Ações de **mitigação** - medidas destinadas a reduzir, limitar ou evitar o risco de desastre.

Ações de **preparação** - medidas destinadas a otimizar as ações de resposta e minimizar os danos e as perdas decorrentes do desastre.

Ações de **resposta** e restabelecimento - medidas de caráter emergencial, executadas durante ou após a ocorrência do desastre, destinadas a socorrer e assistir a população atingida e restabelecer os serviços essenciais;

Ações de **recuperação** e reconstrução - medidas desenvolvidas após a ocorrência do desastre destinadas a restabelecer a normalidade social que abrangem a reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída e a recuperação do meio ambiente e da economia.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Dentre os principais de resultados obtidos pela atuação da Defesa Civil de Santa Catarina em 2022, pode-se destacar:

(a) Ampliação, modernização e manutenção da rede de monitoramento e alerta

Emissão de 12.491 alertas, sendo 8.767 alertas de chuvas intensas, 837 de tempestades locais e convectivas/chuvas intensas, 755 de granizo, 585 de deslizamentos, 457 de baixa umidade do ar, 303 de inundações, 278 de vendaval e 509 outros.

Destaque para a implantação da expansão da Rede Estadual de Monitoramento Hidrológico, com instalações de novas estações no Vale do Itajaí, para garantir a coleta de dados importantes para o monitoramento e alerta. Um total de 37 estações em 36 diferentes municípios na região do vale do Itajaí.

Os radares geridos pela DCSC, estão situados nos municípios de Araranguá, Chapecó e Lontras e são cuidadosamente mantidos, a fim de garantir o monitoramento meteorológico em tempo real, antecipando as previsões, para que os alertas sejam emitidos com maior precisão e eficiência. Em 24/11/2022, foi assinada a Ordem de Serviço para iniciar as obras de implantação do sítio e estrutura metálica para instalação do radar meteorológico banda X, em Joinville/SC.

(b) Reforma, ampliação, manutenção e conservação do sistema de contenção de cheias das barragens

Das ações realizadas nas barragens Sul e Oeste, em Ituporanga e Taió, respectivamente, podemos citar: manutenção dos serviços contínuos e de operação; execução do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas - PRAD. Dentro do PRAD foram realizadas ações de plantio de mudas e recuperação de áreas com processo erosivo; cumprimento das obrigações legais junto ao órgão ambiental; reforma das estruturas, como a substituição das grades dos descarregadores de fundo e dragagem a montante da barragem Sul, em Ituporanga.

A partir de então as barragens contam com monitoramento contínuo de programas ambientais essenciais para a sua operação. Por exemplo, tem-se o programa de gerenciamento de resíduos sólidos, monitoramento de margens, entre outros.

Na barragem Norte, em José Boiteux, destaca-se a execução dos estudos da componente indígena e a implantação do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental, para tratativas com a comunidade indígena. Vale destacar que a barragem foi construída em um período em que não se tinha legislação ambiental vigente. Sendo assim tal ação irá regularizar ambientalmente o empreendimento.

Os programas ambientais devem facilitar a execução das obras para reforma da estrutura da barragem e a construção do canal extravasor, essenciais para a operação plena da maior barragem de contenção de cheias do Estado.

Em 14/11/2022, foi assinada a Ordem de Serviço para dar início às obras de conclusão do canal extravasor do vertedouro da barragem Norte, no município de José Boiteux, uma vez que o mesmo não foi concluído desde a construção da barragem, colocada em operação em 1992.

(c) Ações preventivas em defesa civil, com vistorias e emissão de Pareceres Técnicos

A Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, por meio da equipe técnica da Diretoria de Gestão de Riscos, em 2022, entregou 117 (cento e dezessete) pareceres técnicos de mapeamento e classificação de riscos, em todas as 20 regionais do estado. Foram realizadas vistorias num total de 76 municípios, sendo realizadas atualizações e novas classificações em 67 áreas de riscos num total de 49 municípios, atendendo a solicitações municipais e de outros órgãos estaduais.

Tais atividades auxiliam na gestão do risco em todo território catarinense, além de prestar assessoria direta aos solicitantes para a correta utilização do material entregue, possibilitando assim maior segurança à população que ocupa essas áreas e criação de políticas públicas que impeçam a criação de novas áreas de risco.

(d) Fiscalização de obras de estabilização junto a rodovias estaduais

Contratação do Projeto Executivo para obras de Estabilização do Talude na rodovia SC-108, km 35,25 em Guaramirim. Dada a ocorrência de deslizamentos recorrentes na área da obra, o projeto compreende a instalação de gabiões na base do talude e colocação de drenagens superficiais, proporcionando maior segurança aos usuários que trafegam pela rodovia. As obras iniciaram em 2023.

(e) Promoção de ações de educação em Defesa Civil no estado

Foram realizadas 18 capacitações durante o ano de 2022, atendendo a 24,7 mil pessoas. Destas, 8 capacitações no formato EaD (Ensino a Distância), e outras 10 no formato presencial, online e híbrido. As ações ainda incluíram 87 palestras, 30 eventos online, 69 participações em eventos, 4 campanhas, 50 operações de controle do transporte rodoviário de produtos perigosos e 9 visitas às estruturas da DCSC e muito mais.

(f) Apoio aos municípios para a elaboração de Plano de Contingência Municipal

Em 2022 obtivemos a marca de 230 municípios adeptos ao Plano de Contingência Municipal.

Isso representa 77,97% dos municípios de Santa Catarina. Dos 65 municípios que não elaboraram o Plano de Contingência Municipal, grande parte deles são de municípios que não detém um código de obras e/ou plano diretor, ou seja, são municípios muito pequenos e com pouca estrutura organizacional.

(g) Foram registradas 478 ocorrências em 178 municípios durante o ano de 2022. 272 processos foram analisados, sendo 14 homologados, 191 homologados e reconhecidos e 67 reconhecidos, sendo que o COBRADE Estiagem foi o mais recorrente, com 132 processos, seguido de Chuvas Intensas com 82. 39 municípios foram atendidos com 66 kits de transposição de obstáculos (kits de ponte para restabelecimento), e foram distribuídos 197.399 itens de assistência humanitária em 112 municípios, atingindo diretamente 2.233.374 pessoas afetadas por desastres.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: coordenar e articular as ações de prevenção e preparação para desastres, fomentar a elaboração de planos de contingência, elaborar estudos e pesquisas sobre risco e desastres, com o propósito de proteger a vida e o patrimônio do cidadão.

VISÃO: buscar ser uma instituição de referência e excelência na emissão de alertas, articulação e coordenação de ações de proteção e Defesa Civil.

VALORES: Assertividade, Eficiência, Eficácia, Confiabilidade, Comprometimento, Cooperação, Coordenação, Disponibilidade, Ética, Impessoalidade, Inovação e Proatividade.

OBJETIVOS E INDICADORES

| RÓTULO DO OBJETIVO | DESCRIÇÃO DO OBJETIVO | RÓTULO DO INDICADOR | DESCRIÇÃO DO INDICADOR |
|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Resiliência Municipal | Firmar que os Municípios através de seus meios e recursos consigam gerir dentro de sua área de jurisdição os eventos climáticos | Estrutura de Defesa Civil municipal | % de Municípios com estrutura de defesa civil (Lei municipal, sala, computador, internet e veículo) |
| | | Planos municipais | % de Municípios com planos municipais em execução (plano diretor, plano de ajuda mútua e pmrr) |
| | | Recursos federais (Municípios) | % de execução de valores federais empenhados em favor de SC |

| | | | |
|--------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Educação em Defesa Civil | Garantir capacitação de defesa civil a população catarinense | Pessoas capacitadas | % de profissionais (bm, pm, samu,etc), professores e alunos da rede pública de educação, bem como a sociedade civil capacitados na cultura de proteção e defesa civil |
| | | Instituições de ensino | % de escolas da rede pública de educação inseridas na cultura de proteção e defesa civil |
| | | Horas de capacitação | Total de horas de capacitação, na área de proteção e defesa civil, dos agentes de defesa civil municipais e estaduais, colaboradores e demais instituições envolvidas nas ações de defesa civil |
| Riscos e Desastres | <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar a abrangência dos alertas da defesa civil a população catarinense. 2. Verificar e monitorar a população atingida por desastres - atendidas pela dc 3. Monitorar os pae das barragens em sc | População alertada por sms | % da população que recebe sms - alertas |
| | | Afetados por desastres | % de afetados por desastres por 100.000 habitantes/ano sc |
| | | Pae - barragens | % de barragens com o pae (plano de ação de emergência) |

DIAGNÓSTICO SETORIAL

A Defesa Civil do Estado de Santa Catarina está estruturada para funcionar e agir em conformidade com o ciclo de defesa civil, de acordo com cada fase de atuação do órgão e por intermédio de ações planejadas.

Quando comparado aos outros 25 Estados da federação e Distrito Federal, observa-se que o órgão catarinense se destaca principalmente pelos investimentos realizados nos últimos anos, tais como a construção dos Centros Integrados de Gerenciamento de Riscos e de Desastres – CIGERDs, radares, instrumentações de monitoramento e aprimoramento do sistema de emissão de alertas, os quais retratam o empenho do Estado em sua atuação na fase de preparação.

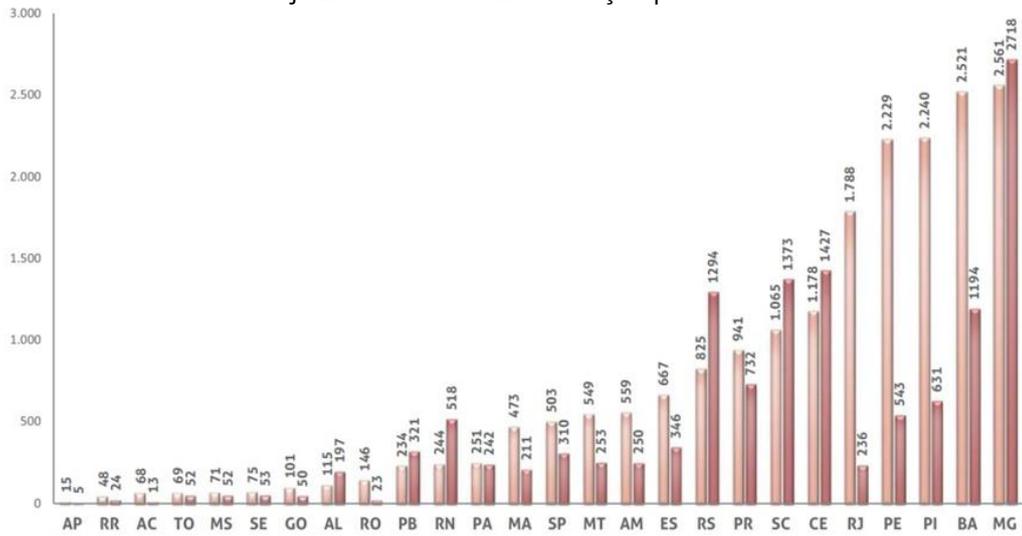
Complementarmente aos investimentos em infraestrutura e serviços, outro ponto de destaque do órgão se deve ao fato da Defesa Civil de SC apresentar um corpo operacional técnico multidisciplinar e dividido em áreas de gestão, o que garante o atendimento dedicado e especializado por tipo de ação. Somam-se ainda outros investimentos, como os projetos de Kit de Transposição de Obstáculos e Kits Casas Modulares, atendendo as necessidades do pós desastre e de prevenção/mitigação.

De forma elucidativa, o Relatório de danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil, referente ao período de 1995 – 2014, mostra que entre os Estados da região Sul, Santa Catarina se destaca pelos altos índices de danos e prejuízos (CEPED/UFSC, 2016), conforme segue:



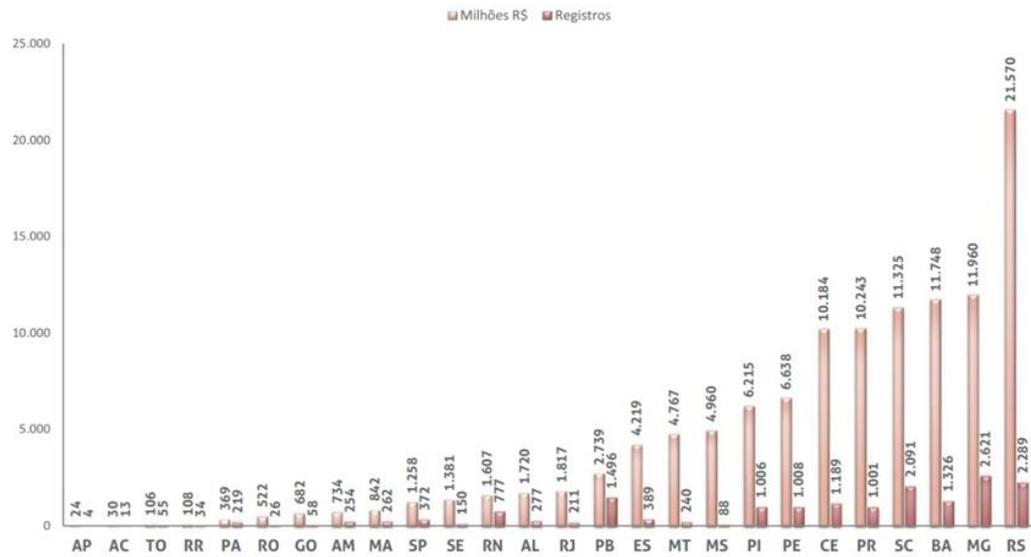
Ciclo de Defesa Civil -SEDEC, 2017

Prejuízos Públicos - Distribuição por UF

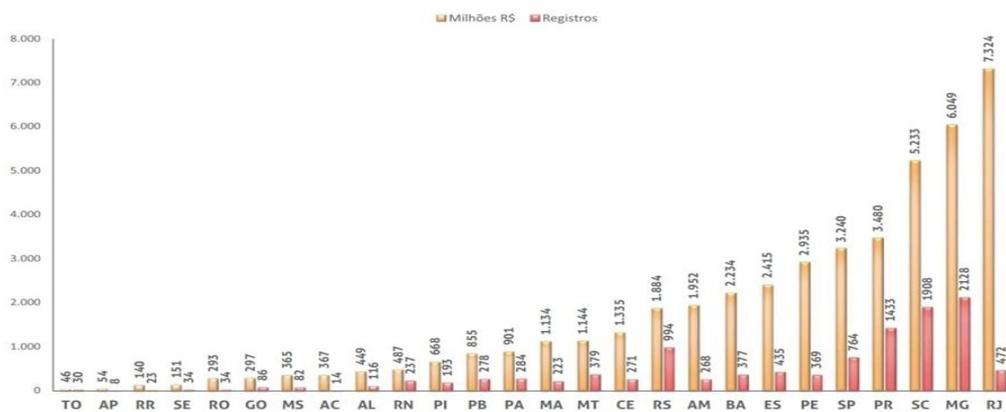


Fonte: CEPED, UFSC, 2019

Prejuízos Privados - Distribuição por UF



Danos Materiais - Distribuição por UF



3.1.6 Direitos Humanos

Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS

A Secretaria de Estado de Assistência Social, Mulher e Família - SAS, órgão da administração direta do Governo de Santa Catarina, objetiva assegurar os direitos humanos e sociais aos cidadãos catarinenses, tendo como público pessoas em situação de vulnerabilidade, risco e violação de direitos. Para tanto, é responsável pela gestão de quatro políticas públicas no âmbito estadual, sendo elas: Assistência Social; Direitos Humanos; Segurança Alimentar e Nutricional e Habitação e Regularização Fundiária.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Conforme o artigo 34, da Lei Complementar nº 741, de 2019, à SAS compete:

I – Formular políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, incluídos os direitos da mulher, da família, da criança, do adolescente, da juventude, do idoso, da pessoa com deficiência, da população negra e das minorias étnicas e sociais; (alterado pelo artigo 16, da MPV/0257/2023)

II – Cumprir as competências definidas no art. 13 da Lei federal nº 8.742/1993;

III – Formular e coordenar as políticas estaduais de assistência social, direitos humanos, migração e segurança alimentar e nutricional;

IV – Elaborar o Pacto de Aprimoramento de Gestão da Política de Assistência Social de Santa Catarina;

V – Executar, implementar e normatizar as políticas sociais relacionadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);

VI – Organizar, coordenar, monitorar e avaliar as ações de proteção e prevenção executadas pelo SUAS e pelo SISAN;

VII – Executar a política estadual de habitação popular;

VIII – Realizar estudos e elaborar programas habitacionais;

IX – Fiscalizar, acompanhar e monitorar obras habitacionais; e

X – Realizar estudos e elaborar projetos de regularização fundiária, acompanhá-los e monitorar sua execução.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Articular e assegurar políticas públicas de Assistência Social, Direitos Humanos, Habitação e Segurança Alimentar e Nutricional com comprometimento e equidade ao cidadão catarinense.

VISÃO: Tornar os Direitos Humanos e Sociais acessíveis aos cidadãos catarinenses por meio de uma gestão eficiente dos recursos e das políticas públicas.

VALORES: Equidade; Cooperação; Transparência; Respeito; Ética; Justiça Social; Inclusão; Comprometimento.

ESTRUTURA:

- GABS - Gabinete do Secretário:
 - ASCOM - Assessoria de Comunicação;
 - COJUR - Consultoria Jurídica;
 - CIOUV - Coordenadoria de Controle Interno e Ouvidoria;
 - CORREG - Corregedoria;
 - CSAN - Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional;
 - CONSEA - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
 - CEDOM - Centro Educacional Dom Jaime de Barros Câmara;

- DIDH - Diretoria de Direitos Humanos:
 - GEPDI - Gerência de Políticas para a Pessoa com Deficiência e Idosos:
 - CONEDE - Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência;
 - CEI - Conselho Estadual do Idoso;
 - GECAJ - Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens:
 - CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - CONJUVE - Conselho Estadual da Juventude;
 - GEIRI - Gerência de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes:
 - CEPA - Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes;
 - CEPIN - Conselho Estadual dos Povos Indígenas;
 - GEMDH - Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos:
 - CEDIM - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher;
 - CEDH - Conselho Estadual dos Direitos Humanos;
- DIAS - Diretoria de Assistência Social:
 - CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social;
 - GEBEN - Gerência de Benefícios, Transferência de Renda e Programas;
 - GETAS - Gerência de Gestão de Trabalho no Sistema Único de Assistência Social;
 - GSUAS - Gerência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social;
 - GEFAS - Gerência de Financiamento de Assistência Social;
 - GEPSB - Gerência de Proteção Social Básica;
 - GPSEM - Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade;
 - GPSEA - Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;
- DIHA - Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária:
 - GFAMO - Gerência de Fiscalização, Acompanhamento e Monitoramento de Obras Habitacionais;
 - GEPHA - Gerência de Projetos Habitacionais;
 - GREF - Gerência de Regularização Fundiária;
- GABSA - Gabinete do Secretário Adjunto:
 - GEAFI - Gerência de Administração e Finanças;
 - GEAPO - Gerência de Apoio Operacional;
 - GECON - Gerência de Contratos e Convênios;
 - GEVEN - Gerência de Coordenação de Eventos;
 - GEPEC - Gerência de Gestão de Pessoas e Capacitação;
 - GEPLA - Gerência de Planejamento e Avaliação;
 - GETIN - Gerência de Tecnologia da Informação.

CARREIRAS/SERVIDORES:

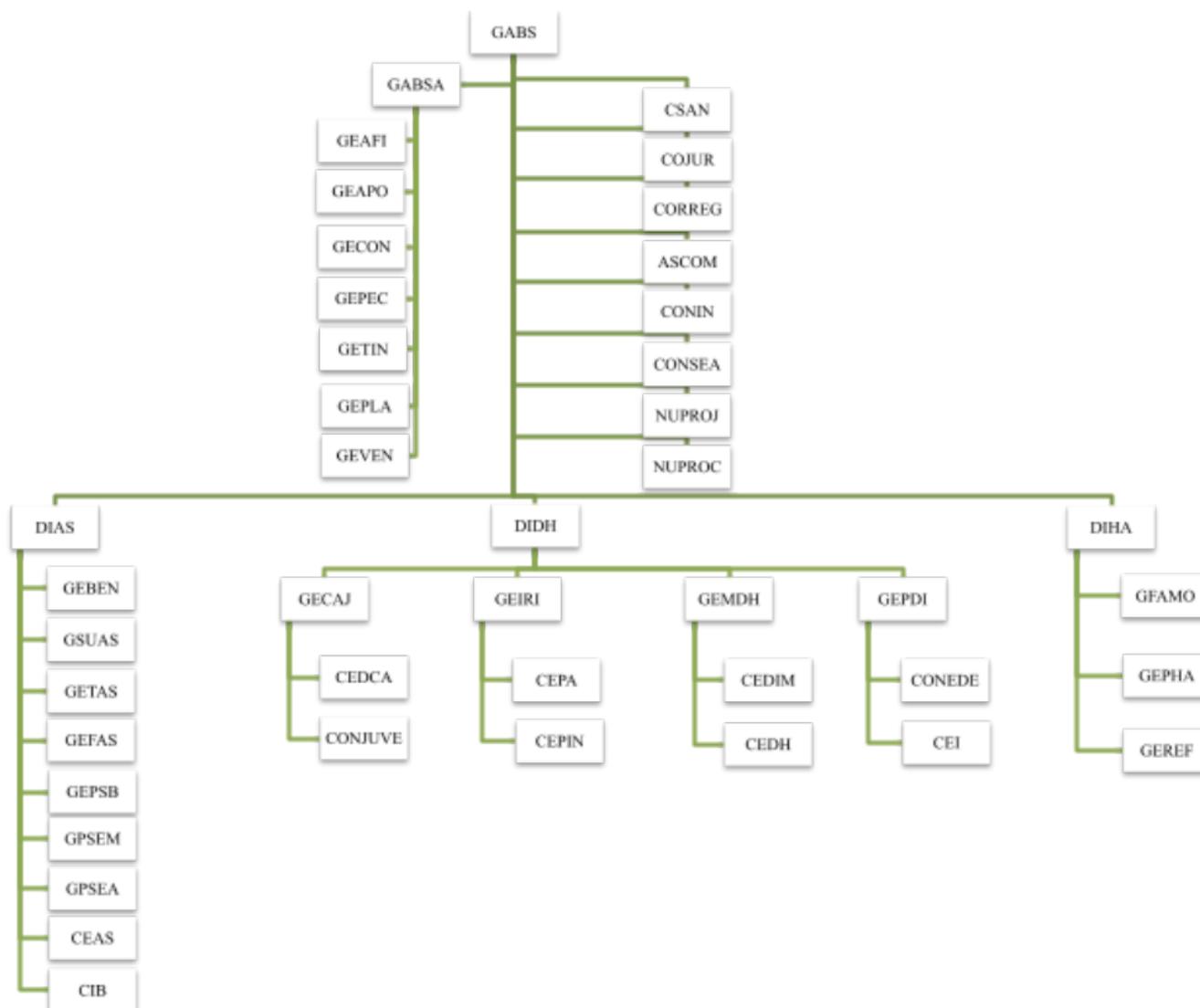
| TIPO | CARGO |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| Comissionado ou Efetivo | Assessor de comunicação |
| Somente Efetivo | Assessor de gabinete |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor de gabinete |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor de gabinete |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor de gabinete |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor de gabinete |
| Somente Efetivo | Assessor especial |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor especial |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor técnico |
| Comissionado ou Efetivo | Assistente técnico |
| Comissionado ou Efetivo | Consultor executivo |
| Somente Efetivo | Coordenador de controle interno e ouvidoria |
| Comissionado ou Efetivo | Coordenador de segurança alimentar e nutricional |
| Somente Efetivo | Corregedor |
| Somente Efetivo | Diretor de assistência social |
| Comissionado ou Efetivo | Diretor de direitos humanos |
| Comissionado ou Efetivo | Diretor de habitação e regularização fundiária |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de administração e finanças |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de apoio operacional |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de benefícios, transferência de renda e programas |
| Somente Efetivo | Gerente de contratos e convênios |
| Somente Efetivo | Gerente de coordenação de eventos |
| Somente Efetivo | Gerente de financiamento de assistência social |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de fiscalização, acompanhamento e monitoramento de obras habitacionais |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de gestão de pessoas e capacitação |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de gestão de trabalho no Sistema Único de Assistência Social |
| Somente Efetivo | Gerente de gestão do Sistema Único de Assistência Social |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de planejamento e avaliação |
| Somente Efetivo | Gerente de políticas para a pessoa com deficiência e idosos |
| Somente Efetivo | Gerente de políticas para crianças, adolescentes e jovens |
| Somente Efetivo | Gerente de políticas para igualdade racial e imigrantes |
| Somente Efetivo | Gerente de políticas para mulheres e direitos humanos |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de projetos habitacionais |

| | |
|-------------------------|-----------------------------------------------------------|
| Somente Efetivo | Gerente de proteção social básica |
| Somente Efetivo | Gerente de proteção social especial de alta complexidade |
| Somente Efetivo | Gerente de proteção social especial de média complexidade |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de regularização fundiária |
| Somente Efetivo | Gerente de tecnologia da informação |
| Comissionado ou Efetivo | Secretário adjunto |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - assistência social |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - criança e adolescente |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - direitos humanos |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - idoso |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - juventude |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - mulher |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - pessoa com deficiência |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - população afrodescendente |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - povos indígenas |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - segurança alimentar |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Alcance; 2. Capacidade Técnica; 3. Coragem; 4. Criatividade; 5. Diversidade; 6. Engajamento; 7. Impacto Social; 8. Participação Social; | <ol style="list-style-type: none"> 1. Acúmulo de Áreas; 2. Desmotivação Profissional; 3. Desmotivação Salarial; 4. Falta de Recursos Humanos; 5. Recursos Financeiros Limitados. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Abrangência estadual de atuação; 2. Capilaridade; 3. Captação de recursos; 4. Controle social; 5. Embasamento legal bem definido; 6. Garantia de recursos; 7. Relações institucionais. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Constante mudança de identidade; 2. Desconhecimento da finalidade; 3. Escasso repasse de recursos financeiros; 4. Falta de isonomia salarial 5. Falta de reconhecimento da importância; 6. Falta de recurso garantido em lei; 7. Falta de recursos humanos; 8. Falta de regionais da SAS; 9. Problemas sociais complexos; 10. Transições políticas; |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A SAS, por meio da Diretoria de Assistência Social, é responsável pela gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no estado. Para tanto, a Secretaria organiza a oferta desta política pública, promove o acesso aos direitos sociais e a proteção social às famílias, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, idosos em vulnerabilidade social e a todos que dela necessitarem. Dentre os principais campos de atuação, destaca-se a prestação de apoio técnico e financeiro à gestão municipal do SUAS, que executam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

DIREITOS HUMANOS

A SAS, por meio da Diretoria de Direitos Humanos, é responsável pela articulação democrática entre Estado e Sociedade Civil, para o fortalecimento dos direitos humanos nas políticas públicas. Além disso, é responsável pela verificação e pelo fortalecimento da implementação do programa Nacional de Direitos Humanos no Estado. Os conselhos de direitos são órgãos colegiados, permanentes e deliberativos, encarregados pela formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas, assegurado no princípio da participação popular na gestão pública.

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A SAS, por meio da Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária, visa promover o acesso à moradia digna para a população de baixa renda e eliminar o déficit habitacional estadual. Para tanto, formula a política habitacional em Santa Catarina, tendo como base as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A SAS, por meio da coordenadoria da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promove ações com o propósito de erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Compreende-se, neste sentido, o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Art. 3º, LOSAN).

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Especialistas/bolsistas (EPROJ);
- Estagiários;
- Servidores públicos com cargos comissionados;
- Servidores públicos com cargos políticos (secretariado);
- Servidores públicos efetivos;
- Terceirizados.

EXTERNAS:

- Associação dos Municípios de Santa Catarina;
- Cidadãos catarinenses;
- Conselheiros de direitos;
- Credores;
- Deputados estaduais e federais;
- Doadores (Imposto de Renda e doações voluntárias);
- Governo Estadual (demais secretarias, fundações, autarquias e empresas públicas);
- Governo Federal;
- Instituições bancárias;
- Instituições educacionais;
- Organizações da Sociedade Civil;
- Prefeituras municipais de Santa Catarina.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Obras Entregues

Os investimentos realizados pela SAS em obras para construção de equipamentos sociais nos municípios têm como propósito ampliar a rede de cobertura de serviços socioassistenciais em Santa Catarina. Tais obras são implementadas de três diferentes formas, sendo por meio de convênios, transferências voluntárias especiais e execução direta pelo estado, através de licitação. Nos últimos quatro anos foram entregues aos municípios catarinenses 43 CRAS, 10 CREAS, 01 Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes, 01 Centro de Convivência da Pessoa Idosa e 01 Centro Dia da Pessoa Idosa, sendo distribuídos anualmente da seguinte forma:

| ANO | DESCRIÇÃO | TOTAL |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| 2022 | Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes: 01 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: 01 | 02 |
| 2021 | Centro de Convivência da Pessoa Idosa: 01 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: 08 CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social: 02 | 11 |
| 2020 | CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: 22 CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social: 06 | 28 |
| 2019 | CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: 12 CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social: 02 Centro Dia da Pessoa Idosa: 01 | 15 |

Cofinanciamento Estadual

O repasse do Cofinanciamento Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS acontece na modalidade fundo a fundo, ou seja, diretamente do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS, na modalidade de custeio ou investimento. Estes recursos são utilizados pelos 295 municípios de Santa Catarina para o financiamento dos serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social de Média Complexidade, Proteção Social de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais, conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Para estas finalidades, nos últimos quatro anos o estado despendeu de cerca de R\$ 170 milhões, conforme abaixo:

| Ano | Valor Total |
|------|------------------|
| 2022 | R\$ 50 milhões |
| 2021 | R\$ 50 milhões |
| 2020 | R\$ 53 milhões |
| 2019 | R\$ 16,5 milhões |

Benefícios da Transferência de Renda

O Programa Benefício de Geração Múltipla foi instituído pela Lei Estadual nº 17.201/2017 e refere-se a um benefício assistencial de caráter financeiro, pago mensalmente às famílias cuja mãe tenha gestação múltipla com três ou mais nascituros. O benefício era pago até que as crianças completassem 12 anos. A partir de 1º de janeiro de 2022, por meio da Lei nº 18.327/2022, houve a ampliação da idade dos beneficiários de 12 para 18 anos.

Nos últimos quatro anos, o estado direcionou cerca de R\$ 8,8 milhões aos beneficiários:

| Ano | Beneficiários | Total |
|------|----------------------------|-----------------|
| 2022 | 394 crianças beneficiárias | R\$ 2,3 milhões |
| 2021 | 367 crianças beneficiárias | R\$ 2,2 milhões |
| 2020 | 360 crianças beneficiárias | R\$ 2,2 milhões |
| 2019 | 350 crianças beneficiárias | R\$ 2,1 milhões |

SC Mais Renda

O Programa SC Mais Renda trata-se de um Auxílio Emergencial proposto pelo estado às famílias em situação de vulnerabilidade social ou que perderam emprego e fonte de renda durante a pandemia. O benefício esteve vigente durante o ano de **2021** e atingiu **10.780 beneficiários**, com o investimento de cerca de **R\$ 9,6 milhões**.

Programa Santa Renda

O Programa Santa Renda trata-se de um benefício de renda complementar estadual pago às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Manteve-se no ano de **2019**, com o investimento de cerca de **R\$ 5,8 milhões**.

Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que visa melhorar as condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. As famílias que participam do Programa recebem diretamente, todo mês, recursos financeiros do Governo Federal. Ao participarem do Bolsa Família, cumprem compromissos nas áreas de saúde e educação. A Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família tem como principais atribuições:

- Coordenar intersetorialmente em âmbito Estadual o Programa;
- Apoiar técnica e institucionalmente os municípios para a gestão do Programa, capacitando-os para a condução de suas atribuições;
- Disponibilizar serviços e estruturas institucionais das áreas de assistência social, educação e saúde na esfera estadual;
- Apoiar e estimular o cadastramento e atualização cadastral nos municípios;
- Promover, em articulação com a União e os municípios, o acompanhamento do cumprimento de condicionalidades; e
- Estimular os municípios para a criação de parcerias com órgãos e instituições governamentais e não governamentais nas três esferas de governo, para articular ações complementares.

Conselhos de Direitos

Garantia de pleno funcionamento de dez Conselhos de Direitos vinculados à Secretaria nos últimos quatro anos, permitindo o controle social por meio do debate em torno da formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas. Mesmo durante a pandemia e o isolamento social, as reuniões foram realizadas por meio de videoconferências, não prejudicando o andamento das atividades dos conselhos.

São os Conselhos vinculados à SAS:

- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA;
- Conselho Estadual de Juventude – CONJUVE;
- Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência – CONEDE;
- Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes – CEPA;

- Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS;
- Conselho Estadual do Idoso – CEI;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA
- Conselho dos Direitos da Mulher – CEDIM;
- Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH;
- Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPIN.

Engajamento, Participação Social e Relações Institucionais

Ações Destaque:

2022

- Publicação de Edital de Chamamento Público pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, com o objetivo de selecionar projetos de Organizações da Sociedade Civil que tenham por objeto o desenvolvimento de atividades ou ações que envolvam a prevenção, promoção, proteção e defesa de direitos das crianças e adolescentes. No edital consta a previsão do repasse de R\$ 6 milhões. No ano de 2022, foram realizados o empenho de R\$ 319.175,62 e o pré-empenho de R\$ 3.505.997,22 em favor das OSC classificadas e que atenderam todas as determinações previstas no Edital;
- Conveniamento com Organização da Sociedade Civil para Prestação de Serviços de Acolhimento Institucional Provisório para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado de Santa Catarina;
- Participação da Secretaria no Programa Gente Catarina, junto a outros órgãos do estado;
- Apoio aos municípios em prol do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, totalizando 948 atendimentos;
- Publicação de Edital de Chamamento Público pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de selecionar quatro adolescentes de grupos sociais diversos para a composição da Gestão 2023-2024 do Comitê de Participação de Adolescente – CPA-CEDCA/SC;
- Realização da Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, na modalidade online;

2021

- Gerenciamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), havendo o investimento de R\$ 3.30 milhões que resultou em 96 municípios contemplados. Por meio desse programa, 1.000 agricultores forneceram alimentos para 253 instituições da rede;
- Elaboração e implementação do Protocolo de Rede Intersetorial de Atenção à Pessoa Idosa em Situação de Violência de SC, junto aos municípios, regulando o fluxo de acolhimento e encaminhamento das denúncias de violação de direitos que afetam pessoas idosas;
- Participação no PlanCon - Plano de Contingência, sob coordenação da Defesa Civil;
- Adesão ao Programa Pacto pela Primeira Infância, do Conselho Nacional de Justiça;
- Participação no Programa Criança Protegida, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;
- Criação do Fórum Intersetorial de Políticas para População Negra;
- Efetivação do Observatório da Violência Contra a Mulher;
- Retomada das ações para a implantação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua;

- Promoção de Campanhas como Agosto Lilás, Outubro Rosa e 21 dias de Ativismo Pelo fim da Violência Contra as Mulheres;
- Adesão ao Pacto Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Participação no 68º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social;
- Participação no Lançamento do Programa de Regularização Fundiária e Melhorias, do Ministério do Desenvolvimento Regional (Congresso Nacional de Regularização Fundiária);
- Visita e articulação com a Secretaria Estadual de Habitação de São Paulo, a fim de adquirir conhecimento sobre os modelos de Parceria Público Privada – PPP na área habitacional;

2020

- Realização da Campanha Agosto Lilás, por meio de Webconferência com o tema: “O trabalho em grupos reflexivos com homens autores de violência”, com 675 visualizações;
- Campanha de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, com o atendimento de 1.680 pessoas;
- Realização da XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação de 183 pessoas;

2019

- Realização da campanha Agosto Lilás, com atividades envolvendo as secretarias de Estado, autarquias e fundações, focado na prevenção à violência contra a mulher nos 295 municípios catarinenses;
- Lançamento da plataforma digital “Santa Catarina por Elas”, com objetivo facilitar o acesso das mulheres aos principais serviços de prevenção, combate, atendimento, apoio e superação para vítimas de violência em SC;
- Orientações e eleição de 1.500 novos conselheiros tutelares, dos 295 municípios catarinenses;
- Realização de 03 conferências estaduais: 5ª Conferência Estadual do Idoso, com o tema central “Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas”, com a participação de 423 pessoas representantes, de 249 municípios;
- Realização da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, com o tema “Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social”, com a participação de 500 representantes, dos 295 municípios catarinenses;
- Realização da 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com o tema “Vozes, direitos e fome”, com participação de cerca de 200 pessoas, representando 75 municípios.

Engajamento, Participação Social e Relações Institucionais

Ações Destaque:

2022

- Capacitação de 527 cadastradores e entrevistadores municipais para Programas Sociais;
- Capacitação de todos os servidores da Secretaria sobre o “Programa Lixo Zero” - Plano de Gestão de Resíduos Sólidos interno;
- Capacitação continuada e integrada dos atores da Política de Assistência Social, com 528 participantes;
- Participação no 1º Encontro de Gestão de Processos de Negócios do Governo de Santa Catarina, com apresentação do projeto “Construção colaborativa do protocolo de atendimento integrado às mulheres vítimas de violência”;

- Visita técnica ao estado da Paraíba para conhecer a execução dos serviços regionalizados da Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, sendo referência no país no que tange a regionalização.

2021

- Capacitação de todos os servidores da Secretaria sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - nº 13.709/2018), visando instruir os servidores sobre o tema e como proteger os dados pessoais (pessoais e/ou sensíveis, identificados ou identificáveis) manipulados diariamente;
- Atualização do Programa Nacional de Capacitação CapacitaSuas;
- Regularização do Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social;
- Execução do Curso de Fortalecimento dos Conselhos e Fundos Municipais das Pessoas Idosas;
- Participação no Curso de Introdução a Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Participação no Webinar Diálogo sobre Locação Social do MDR;
- Capacitação de 200 agentes sobre a implantação do Programa Criança Protegida, o qual tem como objetivo fortalecer os agentes do Sistema de Garantia de Direitos para atuarem com agilidade, assertividade e eficácia no atendimento dos casos de violação dos direitos de crianças e adolescentes;
- Realização do Encontro Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

2020

- Formação Continuada do Sistema SIPIA SINASE WEB por meio de lives, com mais de duas mil visualizações;
- Capacitação de 94 profissionais dos CREAS que trabalham medidas socioeducativas, sobre o Sistema SIPIA SINASE WEB;
- Capacitação para 90 profissionais da Rede de Atendimento aos Imigrantes, em parceria com a Polícia Federal, com o tema "Identificação, documentação e regularização";
- Capacitação com os municípios do Estado de Santa Catarina acerca do Programa Pró-Moradia/FGTS;
- Viabilização de curso de capacitação para 2.453 Conselheiros Tutelares, com o tema Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, contemplando etapas a distância e presenciais.

2019

- Realização de seminários, capacitações, webconferências e visitas técnicas, buscando estratégias de enfrentamento às violações dos Direitos Humanos; enfrentamento qualificado para o combate a todas as formas de preconceito; conscientização sobre os direitos humanos; estratégias para a formulação de políticas públicas e legislações na temática de Direitos Humanos;
- Capacitações continuadas aos atores da política de assistência social referentes aos serviços de proteção social básica, média e alta complexidade, exemplos: Benefícios Eventuais no SUAS; Programa de Geração Múltipla; Gestão do Trabalho no SUAS; Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Medidas Socioeducativas em meio aberto; orientações aos CRAS e CREAS; Serviços de Acolhimento;
- Qualificação de Gestores e Técnicos municipais do Programa Bolsa Família;
- Realização do II Seminário Estadual da Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS, com participação de 230 pessoas.

Principais Programas, Projetos e Ações

2022

- Continuidade do Programa SC +Moradia, que visa auxiliar financeiramente 61 municípios de IDH menor no Estado a viabilizar a construção de até 15 unidades habitacionais, de até 45m², em benefício de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com o valor total de 70 milhões de reais na primeira fase. Dentre os principais resultados obtidos pelo Programa neste período, destaca-se: 44 municípios receberam, pelo menos, a primeira parcela de R\$ 550.000,00, totalizando R\$ 26.028.629,31 de valores empenhados repassados aos Municípios e estão em fase de execução de obras para a construção de 660 casas populares;
- Execução do Programa Gente Catarina, que visa melhorar os índices de desenvolvimento humano (IDH) dos 61 municípios de Santa Catarina que apresentam o IDH abaixo da média estadual. A Secretaria nesse período realizou visitas técnicas realizadas a 45 municípios; oferta de apoio técnico aos 61 municípios; e elaborou um Diagnóstico da Realidade do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede Socioassistencial;
- Contratação de 20 vagas em Organização da Sociedade Civil especializada na Prestação de Serviços de Acolhimento Institucional Provisório para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado de Santa Catarina, por meio de Termo de Colaboração, a fim de garantir a oferta do serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;
- Pactuação de convênio com o Governo Federal para viabilizar no estado a implementação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, por meio de celebração de parceria com Organização da Sociedade Civil;
- Construção de 50 casas populares (projetos de interesse social);
- Ampliação do acesso à alimentação adequada e incentivo à agricultura familiar por meio do Programa Alimenta Brasil, beneficiando 19 municípios Catarinenses;
- Execução de um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos na Secretaria, nomeado “Programa Lixo Zero”, que capacitou os servidores e propôs a separação correta do lixo para a reciclagem e a implantação de uma horta orgânica, mobilizando a participação dos servidores. Também foram eleitos embaixadores do Programa Lixo Zero em cada setor, com a atribuição de orientar os colegas para que o programa tenha sucesso. Nos períodos de pesagem, mais de 70% dos resíduos produzidos foram destinados de maneira adequada;
- Implantação do projeto “Fruta da Quinta”, por meio do setor de Saúde Ocupacional e da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria, com o objetivo de oferecer semanalmente frutas orgânicas, provenientes da agricultura familiar, aos servidores e colaboradores e apresentar informações nutricionais sobre os alimentos.

2021

- Reestruturação da política habitacional com a formulação e lançamento do Programa SC Mais Moradia, que visa auxiliar financeiramente 61 municípios de IDH menor no Estado e viabilizar a construção de unidades habitacionais, de até 50m², em benefício de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, até o segundo semestre de 2022, com o valor total de 70 milhões de reais na primeira fase;
- Acolhimento/Encaminhamento de denúncias enviadas pelas Ouvidorias Nacional e Estadual sobre violação dos direitos das mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência e demais relacionadas à defesa dos direitos humanos;
- Elaboração de Orientação Técnica sobre a atuação das equipes da rede socioassistencial em relação ao transborde das demandas da previdência social, em parceria com a superintendência da regional sul do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

- Elaboração de relatórios técnicos contendo dados quantitativos do trabalho infantil em Santa Catarina e nos 29 municípios cofinanciados pelo PETI;
- Realização do 2º Diagnóstico Habitacional e de Regularização Fundiária de SC, a fim de mostrar o cenário e as mudanças habitacionais no Estado, em parceria com os municípios;
- Encaminhamento para a ALESC da reestruturação de Lei do Programa Nova Casa – passando as atribuições da sua execução da COHAB para o Desenvolvimento Social;
- Estruturação da Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária;
- Apoio às ações da Política Habitacional e Regularização Fundiária por meio do acompanhamento e assessoramento aos municípios em visitas a campo nos municípios;
- Elaboração de proposta de formação: projeto praxis antirracista;
- Aplicação de questionário à população indígena - diagnóstico e planejamento de ações;
- Elaboração de proposta de ampliação da regularização migratória junto à Polícia Federal;
- Articulação com os demais órgãos dos poderes públicos a formulação de conteúdos programáticos e normas técnicas que orientem a criação e o fortalecimento de organismos governamentais de políticas para as mulheres e direitos humanos;
- Participação no Programa do Governo Estadual “Programa Gente Catarina” (fase 1 - “o ponto de partida”) – 61 municípios com o IDH abaixo da média de SC.

2020

- Articulação com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para o redirecionamento de 2.104 cestas básicas à comunidade quilombola, de SC;
- Acolhimento/Encaminhamento de denúncias enviadas pelas Ouvidorias Nacional e Estadual sobre violação dos direitos das mulheres;
- Compra de alimentos da agricultura familiar por chamada pública e destinação a pessoas em insegurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade social;
- Modernização das Unidades de Apoio à Agricultura Familiar a fim de facilitar o armazenamento, separação, distribuição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar;
- Levantamento de dados sobre as comunidades remanescentes quilombolas em Santa Catarina e elaboração de plano de ação por meio da articulação com outros órgãos;
- Publicização aos municípios de informações e recomendações do governo federal e estadual sobre o Coronavírus, traduzidas para diversas línguas e distribuídas aos migrantes;
- Elaboração do Mapa georreferenciado das comunidades indígenas de Santa Catarina, em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC/ESAG;
- Prosseguimento ao diagnóstico habitacional, aprimorando as ferramentas, e traçando diretrizes para a política de moradia em Santa Catarina;
- Realização da eleição dos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE/SC) por meio de videoconferência.

2019

- Assinatura de Termo de Cooperação com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), transferindo a gestão do Centro Educacional São Gabriel, em São José, a fim de proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas com deficiência acolhidos na instituição;
- Implantação do Centro de Referência e Acolhida de Imigrantes e Refugiados – CRAI, com a realização de 5.750 atendimentos;
- Realização do diagnóstico habitacional quantitativo e qualitativo das condições de moradia em Santa Catarina, com fins de captação de recursos federal e estadual para atendimentos das demandas. Constatado um déficit habitacional de 203.724 moradias, das quais 50.885 estão em áreas de risco;
- Fortalecimento e valorização da Agricultura Familiar através da aquisição de alimentos de cooperativas e agricultores familiares para os eventos e capacitações realizadas pela Secretaria;
- Reformulação do Fundo Estadual de Assistência Social, por meio da promulgação da Lei estadual nº 332/2019;
- Inserção de 32 municípios no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de SC;
- Aquisição de ônibus para transporte de idosos para o município de Palhoça.

Defensoria Pública do Estado - DPE

A Defensoria Pública é uma instituição constitucional autônoma, permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Como expressão e instrumento do regime democrático, à Defensoria Pública incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas em situação de vulnerabilidade.

A instituição tem a função de cumprir o dever do Estado previsto no inciso LXXIV do artigo 5º e no artigo 134 da Constituição Federal, de prestar orientação e assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos e aos grupos hipossuficientes economicamente ou que estejam em situação de vulnerabilidade.

De acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar nº. 80/1994), cabe à Defensoria Pública não somente prestar orientação jurídica; mas também promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos; promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico; prestar atendimento interdisciplinar; representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos; e, ainda, promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

A Defensoria Pública de Santa Catarina foi implementada através da aprovação da Emenda Constitucional estadual nº 62/2012, que adequou o art. 104 da Constituição do Estado de Santa Catarina ao art. 134 da Constituição da República, e da aprovação da Lei Complementar Estadual n.º 575/2012, que dispõe sobre a sua organização e funcionamento no Estado.

A Defensoria Pública é a instituição responsável pela orientação jurídica, promoção de direitos humanos e garantia de acesso à justiça da população hipossuficiente e em situação de vulnerabilidade de Santa Catarina, contribuindo diretamente pela redução da exclusão social por meio da ampliação do acesso ao sistema de justiça.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

São funções institucionais legalmente previstas (LEI COMPLEMENTAR Nº 80/1994):

- a) Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;
- b) Promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- c) Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- d) Prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;
- e) Exercer a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;
- f) Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- g) Promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;
- h) Exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor;

- i) Impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;
- j) Promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;
- k) Exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;
- l) Acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;
- m) Patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;
- n) Exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei;
- o) Atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;
- p) Atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;
- q) Atuar nos Juizados Especiais;
- r) Participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos; executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos;
- s) Convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito, proporcionando o acesso à justiça para a população hipossuficiente catarinense, bem como propagar a educação em direitos, garantir o acesso aos direitos fundamentais e, com isso, promover a redução da desigualdade social.

VISÃO: Alcançar o maior número de catarinenses em situação de vulnerabilidade, proporcionando o acolhimento e atendimento humanizado da população atendida, sendo reconhecida pela sociedade como Instituição imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça.

VALORES: Acesso à justiça; Exercício da cidadania; Promoção da educação em direitos; Pluralidade e inclusão; Atendimento humanizado; Transparência; Acolhimento e Humanidade.

ESTRUTURA: A Defensoria Pública possui atualmente 100 Defensorias Públicas (órgãos de execução) distribuídas em 24 Núcleos Regionais no território catarinense.

Ante a aprovação da LC 804/2022 e a criação de novos cargos de Defensor(a) Público(a), encontra-se em fase de desenvolvimento a abertura de 20 novas Defensorias Públicas.

Além dos órgãos de execução, a Administração da Defensoria Pública é composta pela Defensoria Pública-Geral, Diretoria-Geral Administrativa e respectivas gerências, Diretoria de Controle Interno, Corregedoria-Geral e Ouvidoria-Geral.

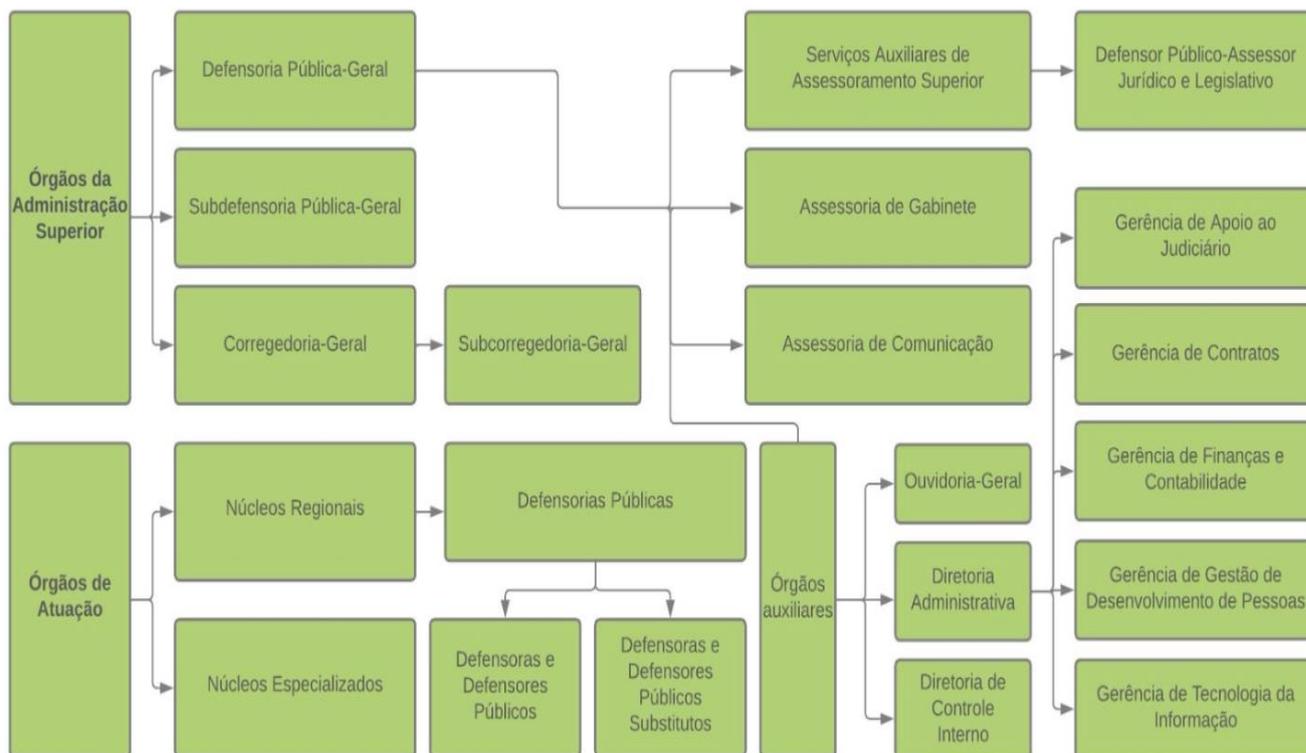
CARREIRAS/SERVIDORES:

Membros(as):

- Defensores(as) Públicos(as): 145 cargos;
- Analistas Jurídicos: 100 cargos;

- Técnicos(as) Administrativos(as): 80 cargos;
- Estagiários de pós-graduação: 55 vagas;
- Estagiários de graduação: 230 vagas.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Defensoria Pública do Estado, de acordo com a previsão legal, pode atuar em praticamente todas as áreas do Direito, destacando-se as atribuições exercidas no Direito Civil (abrangendo Direito de Família como Obrigações, Contratos, Sucessões), Moradia, Saúde, Consumidor, Criança e Adolescente, Criminal, Direitos Humanos, Execução Penal, Violência contra a Mulher, ambiental, dentre outras.

Buscando atender a maior gama possível de demandas da população necessitada, destaca-se abaixo as principais atribuições dos órgãos de execução da Defensoria Pública Estadual:

- Prestar orientação jurídica e exercer a ampla defesa e o contraditório dos cidadãos(ãs) hipossuficientes/vulneráveis em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, propiciando a adequada e efetiva defesa de seus interesses;
- Promover a ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
- Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, assim como promover a difusão e a conscientização desses direitos;
- Exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos das crianças e dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência e de outros grupos vulneráveis que mereçam especial proteção do Estado;

- e) Atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciárias e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;
- f) Promover a assistência às mulheres vítimas de violência de gênero, doméstica e familiar, defendendo e promovendo direitos, como aqueles relacionados aos direitos de família, reparação pecuniária, ou quaisquer outros cabíveis.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> 1. Qualidade e eficiência no atendimento da população; 2. Relacionamento com assistidos; 3. Atuação de Núcleos Especializados em matérias coletivas no âmbito judicial e extrajudicial para tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos de relevância social para a coletividade; 4. Prioridade de resolução extrajudicial de conflitos, reduzindo o ajuizamento de demandas; 5. Satisfação do usuário atendido; 6. Profissionais preparados e vocacionados para o acolhimento e atendimento das demandas da população catarinense hipossuficiente. | <ul style="list-style-type: none"> 1. Quadro insuficiente de membros(as) e servidores(as) para atendimento da população-alvo e ausência de quadro de servidores em áreas interdisciplinares (serviço social, psicologia, etc.) para atendimento integral das demandas; 2. Inadequação de parte da estrutura física; 3. Baixa valorização da carreira, com subsídio dos membros(as) inferior ao das Defensorias Públicas dos demais Estados causando alto índice de evasão na carreira e dificuldade em integralização do quadro; 4. Necessidade de desenvolvimento tecnológico para aprimoramento do serviço; 5. Indisponibilidade para investimento em capacitação e gestão do conhecimento para aprimoramento dos serviços prestados em favor da população; 6. Insuficiência de recursos/previsão legal para remuneração de coordenadores(as) regionais, dificultando a descentralização das atividades administrativas e a correlata eficiência; 7. Inexistência de verba de acumulação, resultando na interrupção da prestação de serviços quando dos afastamentos por licenças/férias ante o quadro insuficientes de membros (3º maior déficit do país) |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> 1. Implementação de sistema processual e extrajudicial para padronização de atendimento, melhorando o desenvolvimento de atividades na Defensoria Pública; 2. Crescimento do protagonismo da Defensoria Pública enquanto instituição promotora de educação em direitos; 3. Implementação de parcerias institucionais com demais poderes, possibilitando a concretização do propósito institucional da Defensoria Pública; 4. Anseio da população não alcançada pela Defensoria Pública em ter o serviço disponibilizado demonstrando a necessidade da instituição; 5. Ampliação da visibilidade institucional; 6. Crescente aumento da demanda demonstrado nos números de atendimento da instituição. | <ul style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento parcial da sociedade em relação à importância dos serviços prestados pela Defensoria Pública em favor da população, ante o déficit de defensores no Estado; 2. Dificuldade do reconhecimento dos demais atores governamentais quanto à necessidade de expansão da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina; 3. Desconsideração da autonomia constitucionalmente garantida à Defensoria Pública pelos demais entes governamentais; 4. Alto índice de evasão na carreira de Defensor(a) Público(a) em razão da ausência de valorização remuneratória em comparação às demais Defensorias Públicas, bem como às demais carreiras jurídicas do Estado. 5. Ausência de disponibilização de recursos suficientes para expansão da Defensoria Pública, como determinado na EC 80-1994 (art. 93, do ADCT, CF/88), que determina a ampliação da Defensoria Pública para todas as comarcas; 6. Risco de conflito de interesses com outras instituições; 7. Ausência de definição de um percentual do orçamento vinculado à receita do Estado para fins de planejamento orçamentário. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Membros(as);
- Servidores(as);
- Estagiários(as);
- Ouvidoria-Geral;
- Assistidos(as).

EXTERNAS:

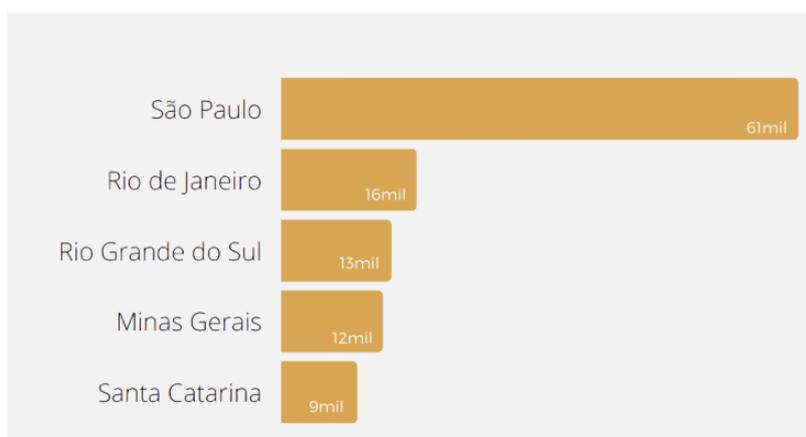
- Tribunal de Justiça;
- Ministério Público;
- Tribunal de Contas;
- Poder Legislativo;
- Governo do Estado;
- Secretaria de Administração Prisional;
- Secretaria de Assistência, Mulher e Família;
- Prefeituras Municipais.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

| Número de atos realizados pela Defensoria Pública de Santa Catarina 2019-2022 | |
|-------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| 2019 | 615.729 |
| 2020 | 649.208 |
| 2021 | 668.256 |
| 2022 | 791.592 |
| TOTAL | 2.724.785 |

- 2.724.785 atos realizados pela Defensoria Pública** em favor da população catarinense;
- 2020-2022 representou em números **+ 115% de crescimento no número de atividades realizadas** em relação ao biênio 2018-2019;
- Defensoria Especializada na Assistência à Mulher em Situação de Violência realizou **mais de 1.600 atendimentos** na Capital somente no ano de 2022;
- A DPE/SC foi **premiada com o Selo Esperança Garcia**, categoria bronze, pelas políticas de ações afirmativas adotadas pela instituição;
- Desenvolvimento de **projetos de educação em direitos**, tais como Defensoria com a Rua, voltado à assistência das pessoas em situação de rua;
- Desenvolvimento de **projetos de atuação institucional**, como mutirões de atendimentos itinerantes; projeto “Meu pai tem nome”, com objetivo de atividades de registro civil e investigação de paternidade; realização de proJeto de “Casamento Coletivo”, com formalização de uniões civis gratuitas à população carente;
- Reestruturação organizacional**, com o objetivo de estabelecer maior eficiência às atividades e otimizar a prestação de assistência jurídica integral e gratuita;

- h) Criação de **06 Núcleos Especializados para atuação na tutela de interesses e direitos de natureza coletiva, judicial e extrajudicial:**
- I. Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulheres;
 - II. Núcleo Especializado da Infância e Juventude, Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência;
 - III. Núcleo Especializado de Cidadania, Igualdade, Diversidade e Direitos Humanos e Coletivos;
 - IV. Núcleo Especializado de Habitação, Urbanismo e Direito Agrário;
 - V. Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor e Apoio Cível;
 - VI. Núcleo Especializado de Política Criminal e Execução Penal;
- i) Não obstante o enorme déficit de Defensores Públicos no Estado, a Defensoria Pública de Santa Catarina é **a 5ª entre todas as Defensorias Públicas do país com o maior número de processos no STJ nos últimos três anos:**



- j) Nos últimos dois anos, por meio da atuação da Defensoria Pública de Santa Catarina, foram revisados processos e penas aplicadas em desacordo com a Lei, de modo que **o trabalho da DPE, com tal atividade, gerou mais de 24 milhões de economia aos cofres públicos do Estado, que seriam gastos indevidamente no sistema prisional, além da contribuição com a ressocialização dos presos.**

3.1.7 Cultura

Fundação Catarinense de Cultura - FCC

A Fundação Catarinense de Cultura (FCC) desenvolve atividades finalísticas voltadas à valorização do patrimônio cultural e à difusão artística de Santa Catarina. O raio de ação da instituição abrange atividades na área museal, tombamentos de edificações e objetos com valor histórico-cultural, restauração, conservação de bens culturais, além do inventário de bens culturais móveis e do registro e valorização de bens culturais de natureza imaterial, oficinas, publicações especializadas e eventos artísticos de teatro, dança, música, pintura, fotografia, dentre outros. Ao lado destes objetivos abrangentes, a FCC é mantenedora de diversos equipamentos culturais entre museus, teatros, galerias, biblioteca e centro cultural, todos com atuação e referência em nível estadual.

Seu compromisso é ser uma instituição reconhecida pela excelência na valorização da memória e estímulo à produção e difusão cultural, com autonomia para realizar suas ações de modo a democratizar o acesso à cultura no estado de Santa Catarina. Para tanto, seu objetivo é executar políticas de apoio à cultura; formular, coordenar e executar programas de incentivo às manifestações artístico-culturais; estimular a pesquisa da arte e da cultura; apoiar instituições culturais públicas e privadas; incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais; e integrar a comunidade às atividades culturais.

O presente documento apresenta o mapeamento da Instituição e auxiliará na construção do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei de Orçamento Anual (LOA) 2024. Ele traz um panorama do atual cenário em que a FCC está inserida, os objetivos estratégicos pretendidos e as metas definidas.

A Fundação Catarinense de Cultura foi criada, oficialmente, em 24/1979, pelo Decreto Estadual nº 7439, comemorando, em 2023, 44 (quarenta) anos de atividades. Tem como propósito valorizar a cultura e a arte, por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense. Seu compromisso é, portanto, ser uma instituição reconhecida pela excelência na valorização da memória e estímulo a produção e difusão artística e cultural.

Seus objetivos são executar políticas de apoio à cultura; formular, coordenar e realizar programas de incentivo às manifestações artístico-culturais; estimular a pesquisa da arte e da cultura, incluindo aí as patrimoniais; apoiar instituições culturais públicas e privadas; incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais e integrar a comunidade às atividades culturais.

A Fundação Catarinense de Cultura Administra 15 espaços, distribuídos em diferentes endereços, entre eles estão o maior teatro do Estado (Ademir Rosa), o mais antigo (Teatro Álvaro de Carvalho), a quarta Biblioteca Pública mais antiga do Brasil, o maior acervo de obra de arte do Estado de Santa Catarina, o maior acervo de audiovisual do Estado.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

- I – Formular, planejar, normatizar, coordenar, promover e executar os programas, os projetos e as ações da política estadual de cultura e de incentivo às manifestações culturais e artísticas;
- II – Preservar bens e valores culturais e manifestações artísticas;
- III – Estimular a pesquisa e o estudo sobre arte e cultura;
- IV – Fomentar a produção cultural e artística e apoiar publicações setoriais da cultura do Estado;
- V – Promover a integração da sociedade às áreas culturais, por intermédio da mobilização de escolas, entidades e grupos culturais;
- VI – Administrar os museus, as bibliotecas e os espaços culturais a ela vinculados;

VII – Normatizar os critérios de tombamento dos monumentos e das obras de arte inventariados e classificados;

VIII – Inventariar, classificar, salvaguardar, valorizar, promover e proteger legalmente o patrimônio material, imaterial, histórico, artístico, arqueológico, natural, documental e bibliográfico de valor para o Estado;

IX – Apoiar as instituições públicas e privadas que visem ao desenvolvimento artístico e cultural;

X – Apoiar a ampliação e diversificação da infraestrutura cultural do Estado;

XI – Apoiar e incentivar manifestações e eventos culturais;

XII – Estabelecer parcerias com órgãos públicos federais, municipais e privados, intercambiando experiências para o desenvolvimento integrado da cultura;

XIII – Elaborar estudos e análises específicas sobre as áreas culturais visando à proposição de diretrizes para o desenvolvimento integrado da cultura;

XIV – Planejar e coordenar, juntamente com organismos estaduais, nacionais e internacionais, ações voltadas à captação de recursos para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento da economia da cultura; e

XV – Elaborar programas, projetos e ações para a cultura de Santa Catarina voltados à inclusão de pessoas com deficiência, das minorias e demais segmentos da sociedade que, historicamente, se encontram em situação de exclusão ou vulnerabilidade social.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Preservar, fomentar e difundir o Patrimônio Cultural e as práticas e processos artístico-culturais, por meio de Políticas Públicas pautadas pelo Sistema Estadual de Cultura, de forma ética e transparente, assegurando a cultura como direito fundamental para o exercício da cidadania.

Valorizar a cultura através de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense.

VISÃO: Ser reconhecida pela excelência no planejamento e implementação de Políticas Públicas Culturais construídas de forma participativa, que garantam a diversidade e a transversalidade, e que ampliem e democratizem o acesso à criação, aos serviços e aos bens culturais.

VALORES: Responsabilidade; Assiduidade/Pontualidade; Honestidade; Espírito de Equipe; Disponibilidade; Ética; Comprometimento.

ESTRUTURA: A Fundação Catarinense de Cultura tem sua sede no Centro Integrado de Cultura – CIC, sendo responsável pelos seguintes espaços culturais:

- Casa da Alfândega (Florianópolis);
- Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina (Florianópolis);
- Museu Histórico de Santa Catarina (Florianópolis);
- Museu Etnográfico Casa dos Açores (Biguaçu);
- Museu Casa de Campo do Governador Hercílio Luz (Rancho Queimado);
- Museu Nacional do Mar - Grandes Embarcações (São Francisco do Sul);
- Museu de Imagem e Som (MIS/SC)(Florianópolis);
- Museu de Arte de Santa Catarina (MASC) (Florianópolis);
- Casa José Boiteux (Florianópolis);
- Teatro Álvaro de Carvalho (TAC) (Florianópolis);

- Teatro Pedro Ivo (Florianópolis);
- Teatro Ademir Rosa (Florianópolis);
- Espaço Cultural Lindolf Bell;
- Biblioteca de Arte & Cultura, (Florianópolis);
- Galeria do Artesanato da Casa da Alfândega (Florianópolis).

CARREIRAS/SERVIDORES:

| Carreiras | Ativos | Inativos | ACT | Outro | Total |
|-----------------------------------------------------|---------------|-----------------|------------|--------------|--------------|
| Administrador | 07 | 01 | | | 08 |
| Agentes Atividades Administrativas | | 01 | | | 01 |
| Agente de Serviços Gerais | 02 | 13 | | | 15 |
| Analista Cultural | 23 | | | | 23 |
| Analista Técnico Administrativo II | 06 | 01 | | | 07 |
| Analista Técnico Administrativo | 06 | 01 | | | 07 |
| Analista Comunicação Social | 01 | | | | 01 |
| Assistente Técnico Pedagogo | 01 | | | | 01 |
| Assistente Técnico Orientador | 01 | | | | 01 |
| Arquiteto | 06 | 01 | | | 07 |
| Artífice I | 01 | 07 | | | 08 |
| Bibliotecário | 14 | 10 | | | 24 |
| Contador | | | 06 | | 06 |
| Designer Gráfico/ Web Designer | 01 | | | | 01 |
| Consultor Educacional | 01 | | | | 01 |
| Jornalista | 01 | | | | 01 |
| Motorista | 03 | 02 | | | 05 |
| Professor | 15 | 20 | | | 35 |
| Químico | 01 | | | | 01 |
| Técnico em Atividades Culturais (nível Superior) | 23 | 23 | | | 46 |
| Técnico em Atividades Administrativas (nível médio) | 01 | 42 | | | 43 |
| Técnico em Atividades Culturais (Nível Médio) | 06 | 03 | | | 09 |
| Técnico em Contabilidade | 02 | | | | 02 |
| Técnico em Informática | 03 | | | | 03 |
| Economista | 01 | 01 | | | 02 |
| TOTAL | 126 | 126 | 06 | | 258 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| PATRIMONIO CULTURAL | Proteger e preservar o patrimônio histórico, arquitetônico e artístico e salvaguarda do patrimônio imaterial e material. | Atos de tombamento e registro. Estudos, pesquisas, exposições, publicações laudos, vistorias, restauração e apoio técnico. | Prefeituras, entidades culturais, público em geral. |
| ARTE E CULTURA | Formular, elaborar, fomentar, difundir, executar, coordenar e apoiar programas de incentivo ao desenvolvimento cultural na área das artes. | Projetos, exposições, oficinas e apoio técnico. | Artistas, produtores culturais, entidades, prefeituras e público em geral. |

MACROPROCESSOS ÁREA MEIO

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| ADMINISTRAÇÃO | Gestão administrativa, financeira, de pessoas, de informação, de bens e serviços e apoio operacional às atividades finalísticas e equipamentos culturais vinculados. | Planejamento, acompanhamento de indicadores, elaboração e acompanhamento do PPA, LDO e LOA, gestão de contratos, de processos e de pessoas. | Unidades internas. |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. corpo técnico diversificado 2. editais de estímulo à cultura 3. quantitativo de equipamentos culturais 4. quantitativo de ciclos expositivos 5. acervo cultural (literário, artístico, documental, fonográfico, museológico, dentre outros) | <ol style="list-style-type: none"> 1. equipamentos culturais centralizados na capital 2. descontinuidade de processos 3. ausência de indicadores 4. ausência de histórico de dados |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. autonomia com reforma administrativa 2. planejamento das políticas públicas de cultura do Estado 3. processo de digitalização documental 4. aprovação da PL de benefícios fiscais 5. captação de recursos através de editais de fomento | <ol style="list-style-type: none"> 1. recursos financeiros limitados 2. situação econômica brasileira 3. intervenções inadequadas, causando prejuízos ao patrimônio cultural 4. remuneração diminuta 5. quadro de pessoal defasado 6. alta rotatividade da gestão |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Quadro Funcional.

EXTERNAS:

- Comunidade;
- Sociedade;
- Imprensa/formadores de opinião;
- Governos;
- Gestores Municipais de Cultura;
- Artistas e produtores culturais;
- Entidades culturais;
- Instituições e Organizações parceiras com ou sem fins lucrativos;
- Estudantes;
- Professores;
- Pesquisadores;
- Público visitante;
- Público de plateia.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

| EDITAIS E PROGRAMAS FCC | | | | |
|--------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 - Previsto |
| Prêmio Elisabete Anderle | Prêmio Elisabete Anderle | Prêmio Elisabete Anderle | Prêmio Elisabete Anderle | Prêmio Elisabete Anderle |
| Prêmio Catarinense de Cinema | Prêmio Catarinense de Cinema | Prêmio Catarinense de Cinema | Prêmio Catarinense de Cinema | Prêmio Catarinense de Cinema |
| | Lei Aldir Blanc - *Recursos Federais | Lei Aldir Blanc - *Recursos Federais | Programa de Incentivo à Cultura - PIC | Programa de Incentivo à Cultura - PIC |
| | SC Cultura em Sua Casa | 11º Salão Nacional Victor Meirelles | Programa de Integração e Descentralização da Cultura - IDC | Lei Paulo Gustavo - *Recursos Federais |
| | | | Centros de Desenvolvimento Cultural - CDC | Lei Aldir Blanc - *Recursos Federais |

3.1.8 Esporte

Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE

A Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE, foi instituída através da Lei nº 9.131/1993 e está voltada para o fomento e promoção de eventos esportivos amadores e de base. Está localizada em uma área de 5 mil metros quadrados no Bairro Capoeiras, na área continental de Florianópolis, onde se situa a Casa do Esporte, complexo formado pela sede da entidade, além de federações desportivas, Conselho Estadual de Esporte (CED) e Tribunal de Justiça Desportiva (TJD). No período de 2003 a 2019, a Fundação foi vinculada à então Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, extinta com o advento da Reforma Administrativa de 2019. Atualmente a FESPORTE encontra-se vinculada ao Gabinete do Governador do Estado, de acordo com a Lei Estadual nº 741/2019, que tratou da mesma Reforma Administrativa.

A Fundação Catarinense de Esporte tem por objetivo:

- I - executar os programas, projetos e ações da política estadual de esporte;
- II - incentivar o desenvolvimento de práticas esportivas por pessoas com deficiências; e
- III - exercer outras atividades relacionadas com o desporto e a educação física, compatíveis com suas finalidades.

Estamos entre as três principais fundações públicas do país, de acordo com entidades como Comitê Olímpico do Brasil (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Desde a sua criação, aproximadamente 10 milhões de atletas passaram por seus eventos esportivos, cujo calendário é composto por 10 programas que, somados em todas as suas fases, correspondem a 259 eventos esportivos que envolvem anualmente cerca de 300 mil atletas com idade a partir de oito anos. São desenvolvidos eventos nos segmentos de esportes de Rendimento, Educacional e de Participação.

A Fesporte abrange uma camada da população em termos de praticantes de esporte: 300 mil atendidos, ou seja, em torno de 4,2% da população catarinense. Já o público que passa pelos eventos esportivos até hoje é de 2.715.000 pessoas. Este público é indiretamente envolvido e impulsionado à prática do esporte e da atividade física, possibilitando a melhoria da saúde e bem-estar físico.

Temos como atividades:

- Organização e realização dos eventos esportivos oficiais do Estado (calendário anual com 10 grandes eventos – 357 no total, entre microrregionais, seletivas e estaduais);
- Desenvolvimento de programas/projetos esportivos (estudantes, terceira idade, pessoas com deficiência, comunidade em geral);
- Organização e acompanhamento das delegações catarinenses em eventos oficiais (nacionais e internacionais).

A atuação do Governo do Estado na área do Esporte inclui desde a promoção da iniciação esportiva até o apoio de atividades de alto rendimento nas mais diversas modalidades esportivas destinadas à população em geral, bem como em áreas voltadas à população idosa e portadora de necessidades especiais. Nas dimensões esportivas: esporte de rendimento, de participação e esporte educacional, todos eles envolvidos pela proposta do esporte social, que se baseia no princípio do acesso como direito constitucional.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Compete à Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, Conforme Lei Complementar nº 741/2019, publicada no DOE de 12/06/2019, em seu artigo 69:

Art. 69 A FESPORTE, fundação estadual vinculada ao Gabinete do Governador, tem por objetivo fomentar, desenvolver e executar a política estadual de esporte, obedecidas as normas constitucionais e a legislação específica.

§ 1º Compete à FESPORTE, além de outras atribuições previstas em lei:

- I - planejar, formular e normatizar as políticas de esporte;
- II - supervisionar o sistema esportivo estadual, garantindo a prática regular do esporte educacional, esporte de rendimento e de participação;
- III - apoiar a ampliação e diversificação da infraestrutura esportiva do Estado;
- IV - apoiar e incentivar manifestações e eventos esportivos;
- V - estabelecer parcerias com órgãos públicos federais, municipais e privados, intercambiando experiências para o desenvolvimento esportivo;
- VI - elaborar estudos e análises sobre a área do esporte;
- VII - planejar e coordenar ações voltadas à captação de recursos, juntamente com organismos nacionais e internacionais, para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento esportivo;
- VIII - elaborar programas, projetos e ações na área do esporte voltados à inclusão de pessoas com deficiência e demais segmentos da sociedade;
- IX - promover o inventário e a hierarquização dos espaços esportivos; e
- X - incentivar o desenvolvimento de práticas esportivas por pessoas com deficiência.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Executar e facilitar a execução da política pública do esporte catarinense, através da realização de programas e projetos esportivos com gestão estratégica focada na inovação, pesquisa e tecnologia para o esporte, em busca da excelência esportiva e do bem-estar da população de Santa Catarina.

VISÃO: O esporte, associado à saúde, ao turismo e a cultura, e juntamente com a educação, deverá impulsionar o desenvolvimento do Estado, através do compromisso assumido com a melhoria da infraestrutura esportiva dos municípios catarinenses, assim como da qualidade de vida de toda sua população, tornando a Fesporte uma referência na gestão do esporte no Brasil.

VALORES: Incentivar, promover e zelar pelas atividades esportivas, de forma democrática e profissional, contribuindo para o desenvolvimento sociodesportivo, bem-estar e qualidade de vida dos catarinenses

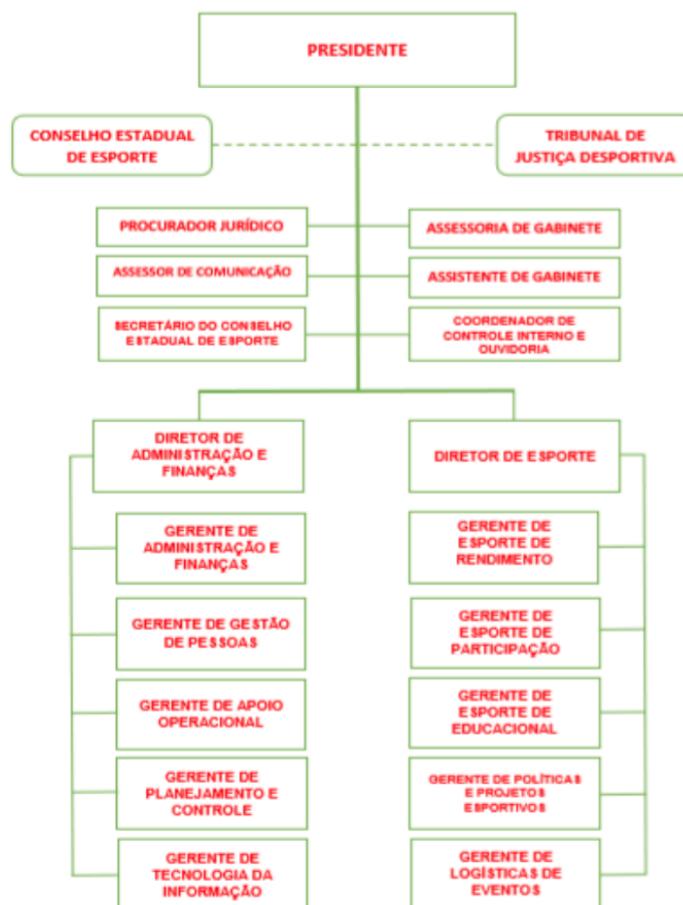
ESTRUTURA: A Fesporte está localizada em uma área de 5 mil metros quadrados no Bairro Capoeiras, na área continental de Florianópolis, onde se situa a Casa do Esporte, complexo formado pela sede da entidade, além de federações desportivas, Conselho Estadual de Esporte (CED) e Tribunal de Justiça Desportiva (TJD).

CARREIRAS/SERVIDORES: Órgão: 270034 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE

Órgão:2006-FUNDACAO CATARINENSE DE ESPORTE
Posição do quadro:02/06/2023

| Carreira | Previs | Ocupadas | Disponíveis |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|----------|-------------|
| GESTOR PUBLICO ADVOGADO FUNDACIONAL | 3 | 0 | 3 |
| GESTOR PUBLICO ANALISTA TECNICO EM GESTAO DE ESPORTE GRUPO CLASSE IV | 45 | 0 | 45 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO GRUPO OCUPACIONAL ANA - ATIVIDADES DE NIVEL AUXILIAR AGENTE DE SERVICOS GERAIS | 0 | 1 | -1 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO GRUPO OCUPACIONAL ANS - ATIVIDADES DE NIVEL SUPERIOR ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIVO II | 0 | 1 | -1 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO GRUPO OCUPACIONAL ANT - ATIVIDADES DE NIVEL TECNICO MOTORISTA | 0 | 1 | -1 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO GRUPO OCUPACIONAL ANT - ATIVIDADES DE NIVEL TECNICO PROFESSOR | 0 | 0 | 0 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO GRUPO OCUPACIONAL ANT - ATIVIDADES DE NIVEL TECNICO TECNICO EM ATIVIDADES DE SAUDE | 1 | 0 | 1 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO GRUPO OCUPACIONAL ANT - ATIVIDADES DE NIVEL TECNICO TECNICO EM CONTABILIDADE | 1 | 0 | 1 |
| QUADRO DE PESSOAL DOS SERVICOS JURIDICOS ADVOGADO FUNDACIONAL | 3 | 0 | 3 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC | Segundo maior evento poliesportivo amador do Brasil (atrás somente do estado de São Paulo) com a participação em média de 206 municípios do estado, em 45 modalidades disputadas. | Realização do Evento | Atletas amadores de Santa Catarina, com idade acima de 15 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Juguinhos Abertos de Santa Catarina | Maior evento poliesportivo do Brasil para atletas na faixa etária entre 14 e 19 anos, com a participação em média de 188 municípios catarinenses. | Realização do Evento | Atletas catarinenses na faixa etária de 14 a 19 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização da Olimpíada Estudantil Catarinense - OLESC | Maior evento poliesportivo, para alunos/atletas na faixa etária entre 11 e 17 anos, com a participação em média de 202 municípios catarinenses. | Realização do Evento | Atletas catarinenses, na faixa etária de 11 a 17 anos, matriculados na rede de ensino do estado. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Escolares de Santa Catarina - JESC 12 a 14 anos | Evento poliesportivo para alunos/atletas na faixa etária entre 12 e 14 anos, com a participação em média de 1.242 escolas da rede de ensino de cerca de 275 municípios catarinenses. | Realização do Evento | Alunos/Atletas da rede de ensino catarinense (municipal, estadual, federal e particular), com idades entre 12 e 14 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Escolares de Santa Catarina - JESC 15 a 17 anos | Evento poliesportivo para alunos/atletas na faixa etária entre 15 e 17 anos, com a participação em média de 1.158 escolas da rede de ensino de cerca de 279 municípios catarinenses. | Realização do Evento | Alunos/Atletas da rede de ensino catarinense (municipal, estadual, federal e particular), com idades entre 15 e 17 anos. |

| | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Calendário Esportivo Oficial - Realização do Moleque Bom de Bola | Evento na modalidade de Futebol de Campo, pioneiro/referência no Brasil, com a participação de 891 escolas da rede de ensino de cerca de 249 municípios catarinenses, para alunos/atletas na faixa etária entre 11 a 14 anos. | Realização do Evento | Alunos/Atletas da rede de ensino catarinense (municipal, estadual, federal e particular), com idades entre 11 e 14 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina - PARAJASC | Maior evento paradesportivo amador; pioneiro e referência no Brasil, com a participação de 47 municípios do estado, em 10 modalidades. | Realização do Evento | Atletas catarinenses com deficiência, na faixa etária a partir de 15 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Abertos da Terceira Idade - JASTI | Evento poliesportivo com a participação de 227 municípios catarinenses, para atletas com idade acima de 60 anos. | Realização do Evento | População catarinense com idade acima de 60 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização do Festival Escolar Dança Catarina | Evento esportivo/cultural, com a participação de, em média, 198 escolas da rede de ensino de cerca de 89 municípios catarinenses, para alunos/atletas na faixa etária entre 06 e 18 anos. | Realização do Evento | Alunos da rede de ensino catarinense. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina - PARAJESC | Evento paradesportivo com a participação de 197 escolas da rede de ensino dos municípios catarinenses, para alunos/atletas com deficiência, na faixa etária entre 12 e 18 anos. | Realização do Evento | Alunos/Atletas com deficiência, matriculados na rede de ensino catarinense, na faixa etária entre 12 a 18 anos. |
| Jogos Escolares da Juventude | Participação do Time SC nos eventos poliesportivos, organizado pelo COB - Comitê Olímpico Brasileiro, para alunos/atletas na faixa etária entre 12 a 14 anos e 15 a 17 anos, com a participação de todas as Unidades da Federação. | Participação do Time SC no evento | Alunos/Escolas classificadas na Etapa Estadual. |
| Paralimpíadas Escolares | Participação do Time SC no evento paradesportivos, organizado pelo CPB - Comitê Paralímpico Brasileiro, para alunos/atletas com deficiência na faixa etária entre 12 a 18 anos, com a participação de todas as Unidades da Federação. | Participação do Time SC no evento | Alunos/Escolas classificadas na Etapa Estadual. |
| Bolsa Atleta SC | Visa a transferência de recursos do Estado para os atletas se paratletas de diversas categorias, radicados no Estado Santa Catarina, que se enquadrem no estabelecido pela Lei nº 18.335/22 e nas demais normas do Edital, afim de receber estímulos para prosseguir no seu aperfeiçoamento rumo a novas vitórias, inclusive à conquista de medalhas esportivas em competições oficiais. | Política e Projeto Esportivo | Atleta se Paratletas praticantes do esporte educacional, que comprovarem estar matriculados e cursando o sistema educacional público ou privado de ensino fundamental, médio ou superior. |
| Projeto de Iniciação Desportiva Escolar - PIDE | Estímulo na prática desportiva das crianças no contraturno escolar; Extensão universitária das IES através de um Termo de Colaboração (vivência prática dos estudantes) | Política e Projeto Esportivo | Crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos que estejam devidamente matriculados no ensino de rede pública do Estado de Santa Catarina, seja ela estadual ou municipal. |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo Técnico Qualificado 2. Localização 3. Comprometimento Profissional 4. Atendimento ao Público 5. Transparência 6. Clima Organizacional 7. Gestão com foco técnico 8. Imagem Institucional 9. Democratização do acesso ao Esporte | <ol style="list-style-type: none"> 1. Infraestrutura (para absorver a extinção da SOL) 2. Recursos Materiais (mobiliário, TI, veículos) 3. Gestão da Informação e do Conhecimento Geral 4. Baixa no Quadro Efetivo e Geral 5. Ausência de um setor atuante na área de Convênios (busca e repasse de recursos) 6. Gerência de Políticas ainda desestruturada 7. Falta de alinhamento/integração das atividades 8. Diárias defasadas 9. Inexistência de banco de horas 10. Desigualdade salarial |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Reforma Administrativa 2. Governo com foco técnico 3. Prioridade no atendimento ao Desporto Escolar 4. Parcerias Público-Privadas 5. Busca de recursos Públicos-Privados 6. Criação de um Fundo para incentivo à projetos 7. Capacitação dos profissionais da área 8. Parcerias com Federações/Entidades | <ol style="list-style-type: none"> 1. Extinção/Desativação do FUNDESPORTE 2. Políticas de Governo em detrimento de uma Política de Estado 3. Fatores Econômicos 4. Recursos escassos/contingenciados 5. Descontinuidade das Políticas Públicas 6. Rotatividade de Gestores |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Prestadores de Serviço;
- Setoriais do Estado;
- Servidores Efetivos;
- Servidores Comissionados;
- Servidores Terceirizados;
- Gabinete da Presidência;
- Assessorias;
- Diretorias;
- Gerências;
- Conselho Estadual de Esporte;
- Tribunal de Justiça Desportiva.

EXTERNAS:

- Pessoas Jurídicas de Direito Público (Municipais, Estadual, Federal);
- Entidades Privadas Sem Fins Econômicos;
- Pessoas Físicas (atletas);
- Imprensa;
- Escolas Públicas e Privadas;
- Entidades de Práticas Desportivas;
- EAD's - Entidades de Administração do Desporto (Federações, Associações, Ligas, entre outras).

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

A gestão esportiva promovida pela Fesporte atinge todos os municípios catarinenses e abrange crianças, jovens, adultos, estudantes, idosos e atletas com deficiência física, auditiva, intelectual e visual. As ações são realizadas com apoio das prefeituras municipais e federações esportivas e dividem-se em três setores: esporte de rendimento, de participação e de base e inclusão (escolar). Essas áreas realizam 10 programas esportivos, cuja maioria tem em sua formatação quatro etapas: microrregional, seletiva, regional e estadual, atingindo um total de 259 eventos diretamente promovidos pelo Governo do Estado.

A Fesporte realiza quatro eventos em parceria com outras instituições, tendo como base a inclusão social por meio do esporte: Brasileiro de Jiu-Jitsu Paradesportivo (em parceria com a Jiu-jitsu Paradesportivo Nacional), a Olimpíada das APAES de Santa Catarina (em parceria com Federação das APAES de Santa Catarina), realizada a cada três anos, e os Jogos Universitários Catarinenses (em conjunto com a Federação Catarinense do Desporto Universitário- FCDU).

a) Esporte de Rendimento: Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC) e Juguinhos Abertos de Santa Catarina;

b) Esporte de Base e Inclusão: Jogos Escolares de Santa Catarina de 12 a 14 anos (JESC 12-14 anos), Jogos Escolares de Santa Catarina de 15 a 17 anos (JESC 15-17), Festival Escolar Dança Catarina, Campeonato Catarinense Escolar de Futebol (Moleque Bom de Bola), Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJESC) e Olimpíada Estudantil Catarinense (OLESC);

c) Esporte de Participação: Jogos Abertos da Terceira Idade (JASTI) e Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJASC).

A Fesporte oferta modalidades como: atletismo, canastra, basquete, basquete em cadeira de rodas, bocha, bolão 16, bolão 23, bocha paralímpica, caratê, ciclismo, dança, dominó, futebol, futsal, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, handebol adaptado, judô, natação, punhobol, remo, taekwondo, tênis, tênis em cadeira de rodas, tênis de mesa, tênis de mesa em cadeira de rodas, tiro, triatlon, golbol, truco, voleibol, voleibol adaptado, voleibol de praia e xadrez.

Ao longo de 30 anos, muitos atletas foram revelados pelos eventos da Fesporte. Guga, no tênis; Felipe Luiz, Maicon, André Santos, da Seleção Brasileira, no futebol; Xuxa, o medalhista olímpico da natação; Natália Zílio, campeã olímpica no voleibol; e Luísa Matsuo, bicampeã pan-americana de ginástica rítmica, são apenas alguns dos vários exemplos.

ASPECTO ECONÔMICO

No aspecto eixo de economicidade saúde e segurança pública, a Fesporte propicia economia ao Estado, já que a prática esportiva ajuda a reduzir os gastos com a saúde. Segundo dados da ONU, UNESCO e OMS, a cada dólar investido no esporte retornam 3 dólares em benefícios para a sociedade. São cerca de 300 mil atletas atendidos pelos eventos da Fesporte, e muitos deles entram no mercado esportivo, diminuindo a vulnerabilidade social. O cálculo se faz em cima das percentagens da ONU mostrando que se economiza R\$ 3 milhões de investimentos no campo da saúde e da segurança pública.

O esporte e as ações da Fesporte têm um peso considerável na economia, não sendo despesa para os cofres públicos, mas sim receita, com arrecadação fiscal nos municípios, trazendo retorno em ações diretas de 300 milhões de reais, e indiretas, com as indústrias catarinenses estima-se o equivalente a 1 bilhão de reais.

Os eventos da Fesporte fortalecem a economia dos municípios-sede. Na etapa estadual, há uma geração de renda no comércio local que varia de R\$ 4 a R\$ 6 milhões nos eventos menores e de R\$ 10 a R\$ 12 milhões em eventos maiores como os Jasc por exemplo.

Após estudo realizado pela equipe da Assessoria de Comunicação da Fesporte tendo como base um estudo da TV Clipagem no que se refere ao que foi publicado na mídia, as matérias publicadas na imprensa sobre os eventos da Fesporte geram cerca de R\$ 70 milhões de reais anuais em mídia espontânea.

Ainda de acordo com estudo realizado pela Assessoria de Comunicação da Fesporte, constatou-se que mídia digital da instituição gerou em 2018 cerca de 36 mil publicações, entre notícias, fotos e vídeos. Essas publicações tiveram o alcance de cerca de 3 milhões de pessoas, direta ou indiretamente.

O site da Fesporte se constitui como um dos cinco mais acessados do Governo do Estado com mais 4 milhões de acessos anuais.

IMAGEM INSTITUCIONAL

Em 2015, durante a etapa nacional dos Jogos Escolares da Juventude (JEJ), evento em que Santa Catarina fica sempre entre os três primeiros lugares entre todos os estados, Edgar Hubner, então gerente geral de Juventude e Infraestrutura do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e diretor geral dos Jogos Escolares da Juventude sentenciou:

“A participação de Santa Catarina tem sido fundamental desde que iniciamos o projeto [de esporte escolar no COB] em 2005. O Estado tem uma política de esporte que acredita no setor educacional e tem isso dentro do seu Programa de Governo”. E continuou: “Dentro dos últimos anos Santa Catarina tem-se mostrado forte, organizada, competente, principalmente num processo educacional em que é fundamental o entendimento que o profissional ou o professor é aquele que deverá ser aproveitado ao máximo dentro dessa transformação”.

Para o ex-maratonista olímpico Vanderlei Cordeiro de Lima, Santa Catarina é uma grande referência para o Brasil na descoberta de novos talentos. “Isso é muito importante. É um trabalho que vem sendo feito a longo prazo e com continuidade. Eu estive presente em várias realizações esportivas em Santa Catarina, como Corrida de Rua a Maratona de Santa Catarina. Este Estado tem-se destacado muito bem, principalmente no cenário esportivo na área escolar”.

Em 2018, ao fazer uma análise da estrutura esportiva de Santa Catarina, gerenciada pela Fesporte, o presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) o bicampeão paraolímpico do futebol de 5 para cegos, Mizael Conrado, disse que Santa Catarina é um dos Estados com o melhor trabalho de inclusão do Brasil, sobretudo com as crianças na atividade física. “Foi o Estado que primeiro criou uma competição estadual, os Parajasc, que são muito importantes. Os Parajaps, no Paraná, certamente foram estimulados pelos Parajasc. Temos grandes trabalhos paradesportivos em todo o Estado de Santa Catarina”, destacou.

FESTIVAL ESCOLAR DANÇA CATARINA - 20 ANOS

O Festival Escolar Dança Catarina está completando 20 anos, e, a FESPORTE, através da sua equipe de coordenação segue na contínua busca de desenvolvimento e crescimento do Festival. O Festival já atinge 100 dos 295 municípios do Estado, conta com a participação de mais de 4500 bailarinos e bailarinas, atinge cerca de 60 mil pessoas direta e indiretamente, e vai concorrer como maior festival escolar itinerante de dança do mundo no Guinness. Além de ser um palco que celebra o presente e projeta o futuro, inúmeros talentos já despertaram no Festival. Como são os casos de: Maria Eduarda Kietzer Senci, bailarina, 12 anos, ultrapassou concorrentes de países como Rússia, França, Espanha, e outros da Europa. O Norte Festival foi realizado na cidade do Porto e recebeu candidatos que apresentaram coreografias em diversos estilos de dança; Diego Gonçalves foi premiado na 36ª edição do Festival de Dança de Joinville, ficando em 3º lugar, com a coreografia urbana, Obra Prima; Daran Pereira Ferreira, de 20 anos, teve formação de 6 anos na única companhia de Ballet do Bolshoi fora da Rússia. Dentre os alunos da turma, ele foi um dos quatro selecionados para realizar um estágio no Teatro Bolshoi da Rússia; Grupo de Dança Andreia Mendes, da Fundação Cultural de Timbó já foi selecionado para Festival Internacional de Hip Hop e Festival de Dança de Joinville; Lucas Moreira, 16 anos, ganhou dois troféus no solo e uma bolsa de estudos para um curso de jazz no RJ.

BOLSA ATLETA

A implementação da proposta permitiu que os atletas de diversas categorias, radicados no Estado Santa Catarina pudessem receber um estímulo para prosseguir no seu aperfeiçoamento rumo a novas vitórias, inclusive à conquista de medalhas esportivas em competições oficiais.

O programa estabelece como público prioritário os atletas e paratletas praticantes do esporte educacional, que comprovaram estar matriculados e cursando o sistema educacional público ou privado de ensino fundamental, médio ou superior. Além do incentivo à prática desportiva, buscou-se incentivar que os atletas se mantivessem regulares no ensino. O programa também beneficiou os atletas de alto rendimento, com o objetivo de estimular a permanência do vínculo com clubes e entidades catarinenses.

Com repasse total ultrapassando 3 milhões de reais, foram contemplados 483 atletas de 56 municípios catarinenses diferentes, distribuídos em 6 categorias de bolsa:

- Atleta Escolar Nacional com 87 atletas contemplados;
- Atleta Nacional Sub -18 com 113 atletas contemplados;
- Atleta Nacional 18 + com 220 atletas contemplados;
- Atleta Internacional Continental com 38 atletas contemplados;
- Atleta Internacional Mundial com 6 atletas contemplados;
- Atleta Olímpico ou Paralímpico com 19 atletas contemplados.

PROJETO DE INICIAÇÃO DESPORTIVA ESCOLAR – PIDE

O Projeto de Iniciação Desportiva Escolar tem por objeto ofertar práticas esportivas no contraturno escolar para crianças na faixa etária de 10 a 16 anos que estejam regularmente matriculadas na rede de ensino público estadual e municipal, a fim de desenvolver e promover a iniciação esportiva no estado de Santa Catarina.

O desenvolvimento do projeto se dá a partir de parceria entre a FESPORTE, as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas sem fins lucrativos e as entidades interessadas em sediar o projeto, sejam elas escolas públicas, prefeituras, secretarias e/ou fundações municipais ou outra entidade sem fins lucrativos, consistindo em um trabalho colaborativo entre os envolvidos, a fim de promover e disseminar a prática de iniciação esportiva no Estado.

Atualmente são 12 IES aptas a receber recurso e disponibilizar acadêmicos, a partir de processo de credenciamento, enquanto outras 4 encontram-se em processo de tramitação. As 12 IES em funcionamento estão distribuídas em 9 municípios catarinenses. Enquanto 52 Unidades Executoras passaram por dois editais de chamamento público e encontram-se executando o projeto, recebendo os acadêmicos em 35 municípios de Santa Catarina.

No ano de 2022 foram contemplados aproximadamente 200 acadêmicos vinculados às IES cadastradas, proporcionando atividades de iniciação esportiva para mais de 3 mil alunos mensais nas Unidades Executoras.

3.2 Dimensão: Desenvolvimento Econômico

3.2.1 Crescimento Econômico

Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço - SICOS

A Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço (SICOS) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na promoção do crescimento sustentável do estado. **Seu objetivo geral é** promover a melhoria da qualidade de vida da população catarinense e o equilíbrio econômico regional, por meio de políticas públicas de fomento à competitividade e a inovação nos setores da indústria, do comércio e dos serviços. Além disso, busca garantir a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, visando à geração de empregos, ao aumento da competitividade, ao crescimento sustentável, à diversificação econômica e à melhoria da qualidade de vida da população.

A importância da SICOS na economia catarinense abrange diversos aspectos. No âmbito da indústria, seu trabalho consiste em promover o desenvolvimento de setores estratégicos, apoiando a modernização das empresas, a inovação tecnológica e a capacitação da mão de obra, visando impulsionar a produtividade, a qualidade dos produtos e a expansão dos mercados. No comércio, busca criar um ambiente propício aos negócios, incentivando o comércio justo e a concorrência saudável, fortalecendo o varejo e atacado, promovendo modernização, acesso a novos mercados e capacitação dos comerciantes, além de regulamentar e fiscalizar atividades para proteger os consumidores. Já no setor de serviços, desempenha um papel crucial ao incentivar a inovação, a qualidade e a capacitação profissional, impulsionando todos os segmentos e contribuindo para a geração de empregos qualificados, aumento da produtividade e competitividade global dos serviços.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Entre as competências e atribuições da SICOS estão:

1. Coordenação do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC): A Secretaria de Indústria atua em conjunto com a Secretaria da Fazenda (SEF) para gerir o PRODEC. Essa coordenação envolve a implementação e supervisão de ações voltadas para o crescimento das empresas catarinenses;
2. Fomento de investimentos: A secretaria promove investimentos em áreas e setores estratégicos para o desenvolvimento econômico do Estado. Para isso, busca atrair investidores públicos e privados, tanto nacionais como estrangeiros. Através de ações específicas, facilita a vinda desses investidores e fornece informações sobre as oportunidades oferecidas por Santa Catarina;
3. Desenvolvimento e fortalecimento dos empreendimentos de micro e pequeno porte: A Secretaria de Indústria formula programas, projetos e ações com o objetivo de impulsionar o crescimento das micro e pequenas empresas. Essas iniciativas visam fortalecer esse segmento fundamental da economia, contribuindo para a geração de empregos e o desenvolvimento local;
4. Formulação de políticas e diretrizes para agências e bancos de desenvolvimento: A secretaria é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes que orientam a atuação das agências e bancos de desenvolvimento no Estado. Essas instituições desempenham um papel fundamental no suporte financeiro e no fomento de projetos empresariais;
5. Apoio as políticas públicas de simplificação de processos empresariais: A Secretaria de Indústria apoia e estimula políticas públicas que visam simplificar os processos de abertura, alteração, fechamento e fiscalização de sociedades empresárias. Esse apoio tem como objetivo facilitar a atividade empreendedora, reduzindo burocracias e estimulando a inovação;
6. Formulação e coordenação das políticas estaduais de trabalho, emprego e renda: Compete à secretaria a formulação e coordenação das políticas estaduais relacionadas ao trabalho, emprego e renda. Essas políticas

visam promover condições favoráveis ao desenvolvimento do mercado de trabalho, estimulando a geração de empregos e a inclusão social;

7. Promoção da defesa dos direitos do consumidor: Por meio do PROCON Estadual, a Secretaria de Indústria atua na promoção e defesa dos direitos do consumidor. Essa função envolve a implementação de medidas para garantir a segurança e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, além de orientar os consumidores sobre seus direitos.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover políticas públicas de fomento à competitividade e a inovação nos setores da indústria, do comércio e dos serviços visando à melhoria da qualidade de vida da população catarinense e o equilíbrio econômico regional.

VISÃO: Ser referência nacional e internacional na promoção do desenvolvimento dos setores da indústria, do comércio e dos serviços, por meio de políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população.

VALORES: Excelência, transparência, integridade, inovação, cooperação, inclusão respeito, sustentabilidade, compromisso e foco no cidadão.

ESTRUTURA: Sedes: a SICOS não possui sede própria. Atualmente, a sede está no espaço é alugado no segundo andar do edifício Office Park, localizado na SC-401 em Florianópolis. Após a reforma administrativa, o espaço é dividido com as estruturas da SCTI e SEMA. Além da sede própria, outro edifício importante é o ocupa pela Diretoria de Relações e Defesa do Consumidor (PROCON/SC). Trata-se da antiga sede do IPREV, no centro da capital, cedido para a SICOS na modalidade “cessão onerosa”.

SINES Regionais: são 21 sedes, das quais 10 (dez) estão em edifícios locados e 11 (onze) estão em prédios próprios e/ou cedidos.

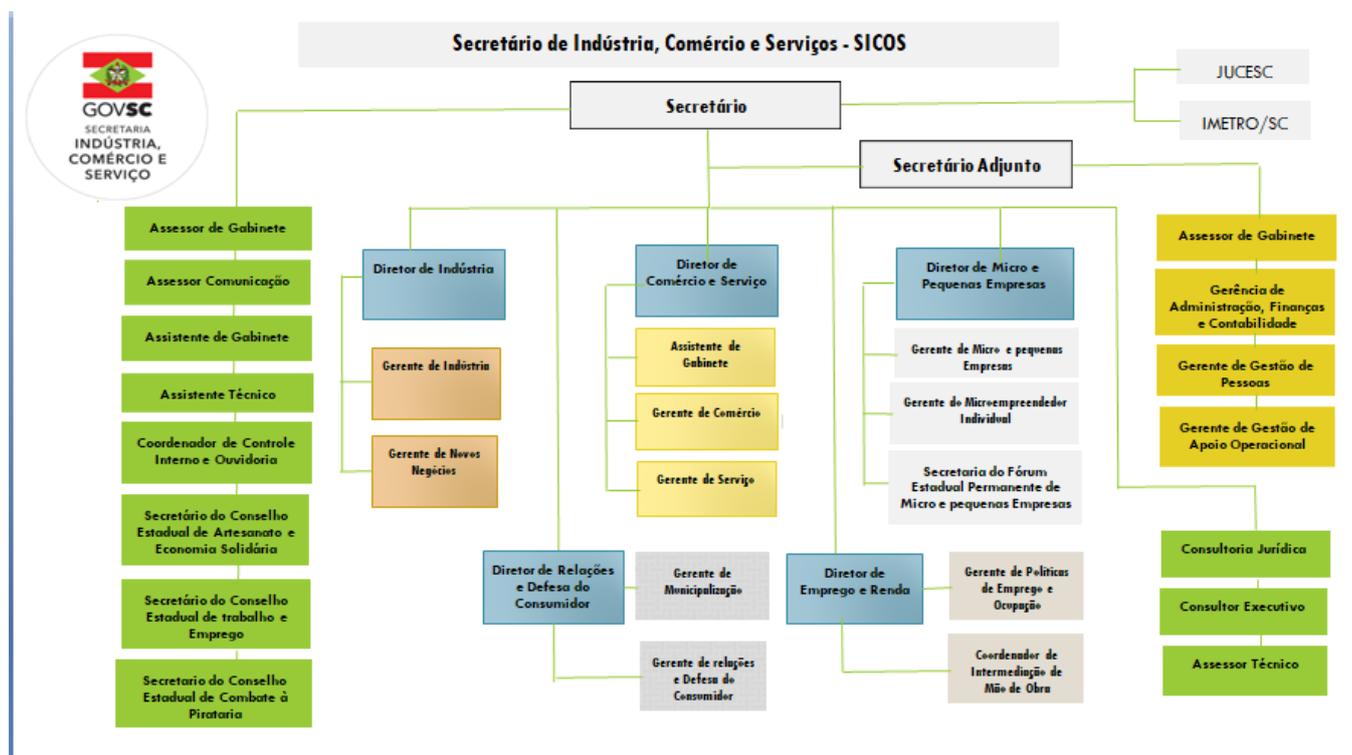
Veículos: trinta e sete veículos, dos quais seis são alugados.

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Secretário de Estado (1);
- Secretário Adjunto (1);
- Assessor de Gabinete (3);
- Assessor Técnico (1);
- Consultor Executivo (1);
- Secretário(A) De Conselho (3);
- Coordenador Controle Interno (1);
- Diretor (5);
- Gerente (9);
- Agente Em Atividades Administ. (1);
- Professor (1);
- Técn. Em Atividades Administ. (2).

Obs: estão aqui listadas as carreiras pertencentes a atual estrutura da SICOS. Após a promulgação da Lei da Reforma Administrativa, aprovada recentemente na ALESC, os servidores ligados a antiga SDE serão redistribuídos entre a nossa secretaria e as Secretarias de Planejamento (SEPLAN) e a do Meio Ambiente (SEMA).

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

No **setor industrial**, a secretaria tem o objetivo de promover a modernização e competitividade da economia estadual, tendo como objetivo impulsionar a criação de empregos, o aumento da produção e a diversificação da economia. Para isso, desenvolve programas e políticas de incentivo à inovação tecnológica, adoção de novas técnicas de produção e fortalecimento das cadeias produtivas. Por meio de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, busca estimular a transferência de conhecimento e a colaboração entre academia e indústria. Além disso, desempenha papel importante na atração de investimentos estrangeiros diretos, divulgando as vantagens competitivas de Santa Catarina, avaliando a oferta de incentivos fiscais e facilitando processos de abertura e instalação de empresas. Neste aspecto, prioriza o fomento de investimentos em projetos e empresas que adotem práticas sustentáveis e responsáveis do ponto de vista ambiental, social e governança (ESG).

Visando acompanhar as transformações econômicas, sociais e tecnológicas em curso, e impulsionar a inovação, a sustentabilidade e o desenvolvimento dos setores da indústria, do comércio e dos serviços, a SICOS apóia a modernização e digitalização dos processos produtivos, visando à melhoria da eficiência, qualidade e competitividade da indústria. Também investe no acompanhamento e análise das tendências e mudanças nos setores da indústria, do comércio e dos serviços, como tecnologias emergentes, mudanças nas demandas do consumidor e novos modelos de negócios.

No **comércio**, a secretaria tem o objetivo de promover a expansão dos negócios e abertura de novos mercados para as empresas do estado. Desenvolve políticas de comércio exterior para facilitar o acesso a mercados internacionais, reduzir barreiras comerciais e promover acordos bilaterais e multilaterais, visando aumentar as exportações, fortalecer a balança comercial e fomentar o crescimento das empresas exportadoras. Também desempenha papel importante na promoção do comércio justo e da concorrência saudável, regulamentando e fiscalizando práticas comerciais, combatendo a concorrência desleal, pirataria, falsificação de produtos e outras irregularidades prejudiciais a empresas e consumidores. Assim, busca-se criar um ambiente de negócios confiável e transparente, que incentive a competitividade e qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

No setor de serviços, a secretaria visa estimular o desenvolvimento e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Trabalha na capacitação profissional, promoção do empreendedorismo e disseminação de boas práticas de gestão nos diversos segmentos. Além disso, desenvolve políticas para atrair investimentos e fomentar a inovação nos setores de turismo, hospedagem, transporte, saúde, educação e outros. Prioriza impulsionar a economia e transformação digital, incentivando a adoção de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, internet das coisas, big data e blockchain, para aumentar eficiência, qualidade e acessibilidade dos serviços. Essa abordagem contribui para geração de empregos qualificados, surgimento de novos modelos de negócios e fortalecimento da economia baseada no conhecimento.

Micro e Pequenas Empresas (MPes) e empreendedores individuais são essenciais para a economia de Santa Catarina, impulsionando a geração de empregos, a inovação e a diversificação dos setores. Eles contribuem para o desenvolvimento regional, fortalecem a cadeia produtiva e promovem a sustentabilidade econômica do estado. Por isso, a SICOS dedica especial atenção ao segmento, através da formulação de programas, projetos e ações específicas, buscando promover o desenvolvimento e fortalecimento desses empreendimentos. Isso inclui a criação de políticas e diretrizes que facilitem a abertura, alteração e fechamento de empresas, simplifiquem os processos burocráticos e incentivem a formalização dos empreendedores individuais. Além disso, a secretaria trabalha na disponibilização de linhas de crédito, capacitação e orientação técnica para MPes, visando ao aumento da competitividade e ao estímulo ao empreendedorismo. Por meio de parcerias com instituições educacionais e entidades de classe, são desenvolvidos programas de formação e qualificação profissional direcionados às necessidades desses empreendimentos.

A **regulamentação e fiscalização de atividades comerciais protegem os consumidores**, garantindo a qualidade, segurança, autenticidade e conformidade dos produtos. Além disso, a fiscalização combate práticas desleais, como falsificação, pirataria e concorrência desleal, promovendo um ambiente de negócios justo. Neste sentido, a SICOS está vinculada à Diretoria de Relações e Defesa do Consumidor (PROCON/SC) e o Conselho Estadual de Combate à Pirataria (CECOP/SC). Ambos visam assegurar a proteção do cidadão pela fiscalização de práticas abusivas, garantindo transparência, veracidade das informações e respeito aos direitos do consumidor. Isso também fortalece o mercado, inspira confiança no consumidor e impulsiona o desenvolvimento econômico e social.

Na articulação e coordenação de programas de capacitação profissional, a SICOS trabalha em conjunto com instituições educacionais e entidades de classe para desenvolver programas que atendam às demandas do mercado e promovam a empregabilidade. Além disso, atua como um canal de diálogo entre o setor público e privado, estabelecendo parcerias e promovendo a interação entre os atores envolvidos nos setores da indústria, comércio e serviços. Isso permite identificar demandas, discutir políticas públicas, compartilhar informações e buscar soluções conjuntas para os desafios enfrentados pelo setor empresarial.

Por fim, considerando as disparidades significativas entre as regiões do Estado, com algumas áreas mais desenvolvidas e outras enfrentando desafios de crescimento e oportunidades, a SICOS também desempenha um papel estratégico na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento regional em Santa Catarina. Busca promover a desconcentração econômica, estimulando polos industriais e comerciais em regiões menos desenvolvidas por meio de políticas que oferecem incentivos fiscais, infraestrutura e apoio ao empreendedorismo local. O objetivo é impulsionar a economia, reduzir as desigualdades regionais e melhorar a qualidade de vida, fortalecendo as regiões carentes e promovendo uma distribuição equitativa dos benefícios econômicos e sociais em todo o estado.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Capacidade de articulação e relacionamento do time gestor no setor privado e público, nos níveis políticos e de mercado. 2. Dirigentes com visão para construção de políticas de estado com entregas à curto prazo. 3. Servidores engajados, formando um time com vontade de fazer diferença. 4. Pessoas com experiência no mercado privado e no setor público trabalhando juntas. 5. Ambiente de trabalho agradável. 6. Capacidade de criar uma estrutura inovadora tendo em vista organizar os novos desafios da economia do século XXI. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Poucos servidores efetivos atuando na secretaria. 2. Desvalorização salarial dos servidores da SICOS perante outros órgãos do Estado, provocando a saída de servidores qualificados e o desinteresse para o retorno de servidores cedidos ou a disposição de servidores de outros órgãos. 3. Perda de colaboradores com memória organizacional e experiência para outras áreas do governo. 4. Nas áreas finalísticas, falta de profissionais com formação específica necessária e de capacitação de servidores em atuação. 5. Falta setor específico (diretoria ou gerência) dedicada ao planejamento estratégico da Secretaria. 6. Morosidade na montagem de times técnicos para elaboração e execução de novos programas. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Contexto político (início de governo, foco do governo estadual na economia, governo federal com foco na reindustrialização, SEBRAE Nacional dirigido por um catarinense...) 2. Contexto econômico favorável, com mercado e economia estadual em expansão. 3. Boa relação e boa reputação perante as organizações representantes dos setores. 4. Diversificação econômica do Estado de Santa Catarina. 5. Oportunidade de criar novas políticas públicas para as três áreas da secretaria. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Burocracia. Dificuldades para pôr em prática as iniciativas propostas. Falta de celeridade e flexibilidade da máquina pública nos encaminhamentos na tomada de decisão. 2. Turbulências econômicas nacionais e mundiais podem afetar a economia catarinense. 3. Falta de ferramentas para monitoramento de variáveis e estratificação de dados da economia catarinense para subsidiar a elaboração de políticas públicas baseadas em evidências. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores e Funcionários;
- Conselhos.

EXTERNAS:

- **Poder Executivo:** Gabinete do Governador; Outras Secretarias de Estado.
- **Poder Legislativo:** Alesc; TCE/SC.
- **Ministério Público; Ministério Público do Trabalho.**
- **Ministérios do Governo Federal:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério do Trabalho e Emprego.
- **Federações e Sistema S:** FIESC/SESI/SENAI, FECOMÉRCIO/SESC/SENAC, SEBRAE, FAMPESC.
- Bancos e Agências de Fomento
- Empreendedores, Trabalhadores
- Terceiro Setor e Outras Instituições.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

- **Programa Juro Zero:** Estimulando o empreendedorismo e a formalização dos Microempreendedores Individuais (MEIs) em Santa Catarina, o programa concedeu mais de R\$100 milhões em crédito, beneficiando mais de 20 mil MEIs no estado;
- **Investimento no Sine:** O Sistema Nacional de Emprego (Sine) investiu na capacitação dos supervisores de suas unidades em todo o estado. Além disso, ampliou o número de unidades para 143 até dezembro de 2022, em parceria com os municípios. O Sine também realizou levantamento de necessidades para investimentos em qualificação profissional, entre outras ações;
- **Caravana do Emprego:** O programa levou ofertas de emprego disponibilizadas por empresas privadas a diversos municípios catarinenses. Durante o período de janeiro a junho de 2022, foram visitados 30 municípios;
- **PRODEC:** Esse programa visa incentivar a implantação ou expansão de empreendimentos industriais em Santa Catarina. Até o momento, foram habilitadas mais de 26 empresas, totalizando cerca de R\$ 1,5 bilhão em investimentos. Estima-se que essa iniciativa gere mais de 3.000 empregos diretos;
- **SC Bem Mais Simples:** Esse projeto promove a interação entre os municípios e os órgãos estaduais pertencentes à REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios). Aproximadamente 100 municípios foram credenciados;
- **QualificaSC:** Com o objetivo de promover a qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social em todas as macrorregiões do estado, a SDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico) realizou o Programa de Capacitação presencial e EAD. Foram capacitadas 5.000 pessoas na modalidade EAD e 900 pessoas de forma presencial;
- **Boletim de Indicadores Econômicos-Fiscais de Santa Catarina:** Trata-se de uma publicação mensal da SDE que monitora e analisa os principais indicadores econômicos do estado, comparando sua evolução com a média nacional e de outros estados. O boletim é disponibilizado no site da Secretaria e em outras mídias digitais, fornecendo dados e análises da conjuntura econômica catarinense;
- **Programa Gente Catarina:** Esse programa consiste na atuação integrada de diversos órgãos estaduais para elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos 61 municípios catarinenses com os menores indicadores. As ações são focadas em áreas que impactam na qualidade de vida dos moradores, como geração de renda, evasão escolar, mortalidade infantil e morte precoce;
- **Centros de Inovação:** Foram construídos 9 centros de inovação em Santa Catarina, com o objetivo de tornar o estado o mais inovador do Brasil. Esses centros abrangem incubadoras, aceleradoras, laboratórios, P&D, centros de treinamento e espaços de convivência, visando consolidar a cultura inovadora e empreendedora;
- **Curso de formação de Avaliadores de Artesanato:** O curso possui características teóricas e práticas, com ministrantes que possuem conhecimento da temática e formação de nível superior. Foi realizado em parceria com uma instituição de ensino para obter certificação. Foram realizados webinars e etapas presenciais, com o apoio do SEBRAE e contratação específica.

Ciência, Tecnologia e Inovações (CT&I)

Até a criação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovações (SCTI), a área de Ciência, Tecnologia e Inovações (CT&I) estava dentro do escopo de atuação da antiga SDE. Com o objetivo de tornar Santa Catarina o estado mais inovador do Brasil, foram desenvolvidos e/ou consolidados projetos e ações, tais como:

- **Fortalecimento do Movimento Pacto pela Inovação:** Foram realizadas reuniões entre instituições de educação, empreendedorismo e inovação com foco em uma estratégia coletiva para o desenvolvimento econômico voltado para a tecnologia, conhecimento e inovação. O objetivo foi

estimular uma maior colaboração e cooperação entre as 22 instituições que trabalham com empreendedorismo e inovação em Santa Catarina;

- **Rede de Centros de Inovação:** A rede consiste em centros de inovação que abrangem incubadoras, aceleradoras, laboratórios, pesquisa e desenvolvimento, centros de treinamento e espaços de convivência. O objetivo é consolidar a cultura inovadora e empreendedora em Santa Catarina, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional e promovendo a geração de emprego e renda. A utilização dos espaços segue as orientações do Guia de Desenvolvimento de Ecossistemas e Centros de Inovação;
- **Projeto de Pesquisa - Pacto Pela Inovação:** Em parceria com o Grupo de Pesquisa liderado pela Professora Micheline da UDESC/ESAG, foi inscrito um projeto sobre o Pacto Pela Inovação no Edital de Chamada Pública Fapesc nº 24/2021. O objetivo do projeto é mapear o processo de desenvolvimento do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação do Estado de Santa Catarina, gerando material para pesquisa e também servindo de apoio para a retomada do Pacto entre as instituições para inovação em SC;
- **Rodadas de Capacitação da Rede de Centros de Inovação:** Foram realizadas formações para gestores e equipes locais sobre as temáticas a serem trabalhadas pelos Centros de Inovação;
- **Programa para Internacionalizar a Rede de Centros de Inovação:** O programa busca a internacionalização dos ambientes de inovação e das empresas vinculadas. Uma das ações realizadas pela Rede Catarinense de Centros de Inovação foi a entrada na ENRICH, que é a Rede Europeia de Hubs de Centros de Pesquisa e Inovação. Essa ação possibilitou a conexão com membros, parceiros e hubs na Europa e América Latina;
- **SC+TEC:** Trata-se de um programa que visa articular todos os projetos e serviços de qualificação oferecidos pelo governo, alinhando-os para uma formação voltada para a nova economia. O foco está na qualificação de profissionais para o mercado de trabalho, especialmente para a área de tecnologia. Foi lançado um edital pela FAPESC de R\$4.032.000,00 para oferecer 1.260 vagas de cursos;
- **Criação de um Observatório de Inovação Social:** Em parceria com a FAPESC/UDESC, foi lançado um edital para mapear as ações voltadas para o social no estado e incentivar a propagação de instituições e ações sociais. Também foi estabelecido o projeto INSPIRE, em parceria com a UDESC, para capacitação sobre o tema da Inovação Social no Estado.

Agência de Fomento de Santa Catarina – BADESC

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, sociedade de economia mista, de capital autorizado, criada pela Lei n.º 4.950/1973 e instalada oficialmente em 26/08/1975, tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina, mediante a prática da aplicação de recursos financeiros no âmbito de sua competência, definida pela Legislação Federal pertinente e vinculada, para os efeitos de supervisão, coordenação, fiscalização e controle ao Gabinete do Governador.

A partir da Lei n.º 10.912/1998, oficialmente instalada em ata do Conselho de Administração no dia 19/01/1999, foi transformada de "banco de desenvolvimento" em "agência de fomento", nos termos da Resolução n.º 2828/2001, do Banco Central do Brasil.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Ao BADESC compete à execução da política estadual de desenvolvimento econômico e o fomento às atividades produtivas através de operações de crédito com recursos próprios e dos fundos institucionais, bem como por aqueles oriundos de repasses de Agências financeiras nacionais e internacionais.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Fomentar o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina, de forma sustentável, através de financiamentos de médio e longo prazos.

VISÃO: Ser instrumento financeiro de referência em Santa Catarina na promoção do desenvolvimento econômico, social e sustentável.

VALORES: Ética nos negócios; Satisfação do cliente; Agilidade na concessão de crédito; Valorização do conhecimento; Atitude proativa, criativa e empreendedora; Governança e transparência; Sustentabilidade econômica, social e ambiental.

ESTRUTURA: A Estrutura do BADESC, apresentada no item 4. ORGANOGRAMA, está concentrada em sua sede, situada à Rua Almirante Alvim, nº 491, Centro de Florianópolis. Os produtos e serviços são comercializados e operacionalizados com a seguinte estrutura:

Setor Privado (empresas de todos os portes): cinco Gerentes de Negócios (GERENS), cada um lotado em um município (conforme tabela abaixo) atendendo a todas as regiões do Estado e com apoio da Gerência de Atendimento (GEATE) e da Gerência de Operações Privadas (GEROP), ambas localizadas na sede do BADESC, em Florianópolis:

| Gerências de Negócios - GERENS | |
|--------------------------------|-----------------------------------|
| Nº | Município de Referência (Lotação) |
| 1 | Florianópolis |
| 2 | Blumenau |
| 3 | Joinville |
| 4 | Chapecó |
| 5 | Criciúma |

Setor Público (Prefeituras): atendido pela Gerência de Operações Municipais (GEROM), localizada na sede da Agência.

Microcrédito (Instituições de Microcrédito Produtivo e Orientado – IMPOs): atendido pela Gerência de Operações Especiais (GEROE), também localizada na sede (atende também ao setor privado, especificamente microempresas e empresas de pequeno porte).

CARREIRAS/SERVIDORES:

| Composição do quadro de servidores ativos | |
|------------------------------------------------------|------------|
| TIPOLOGIA DOS CARGOS | Quantidade |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1. + 1.2.) | 98 |
| 3.1. Servidores de carreira vinculados ao órgão | 97 |
| 3.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão | 01 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 01 |
| 3. Servidores Terceirizados | 23 |
| Total de Servidores (1 + 2 + 3) | 122 |

ÁREAS DE ATUAÇÃO

I – Realização dos estudos setoriais e regionais necessários ao estabelecimento de procedimentos que visem o desenvolvimento integrado do Estado de Santa Catarina.

II – Desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento.

III – Elaboração e assessoria para projetos especiais destinados à atração de investimentos ao Estado.

IV – Realização de diagnósticos específicos para oferecer a investidores potenciais.

V – Financiamentos de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades agropecuárias, industriais comerciais e de serviços.

VI – Agenciamento do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC.

VII – Financiamento de obras e serviços de infraestrutura urbana e de apoio ao meio rural, de responsabilidade do Estado e dos Municípios.

VIII – Financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais.

IX – Financiamento de estudos, projetos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público.

X – Financiamento de planos diretores físico-territoriais municipais e regionais.

XI – Financiamentos de reformas administrativas e cadastros imobiliário-fiscais aos municípios.

XII – Formação de fundos específicos para atender a setores priorizados pelo Estado, em especial às micro e pequenas empresas.

XIII – Gerenciamento de fundos estaduais voltados ao desenvolvimento, por expressa e específica autorização em Lei.

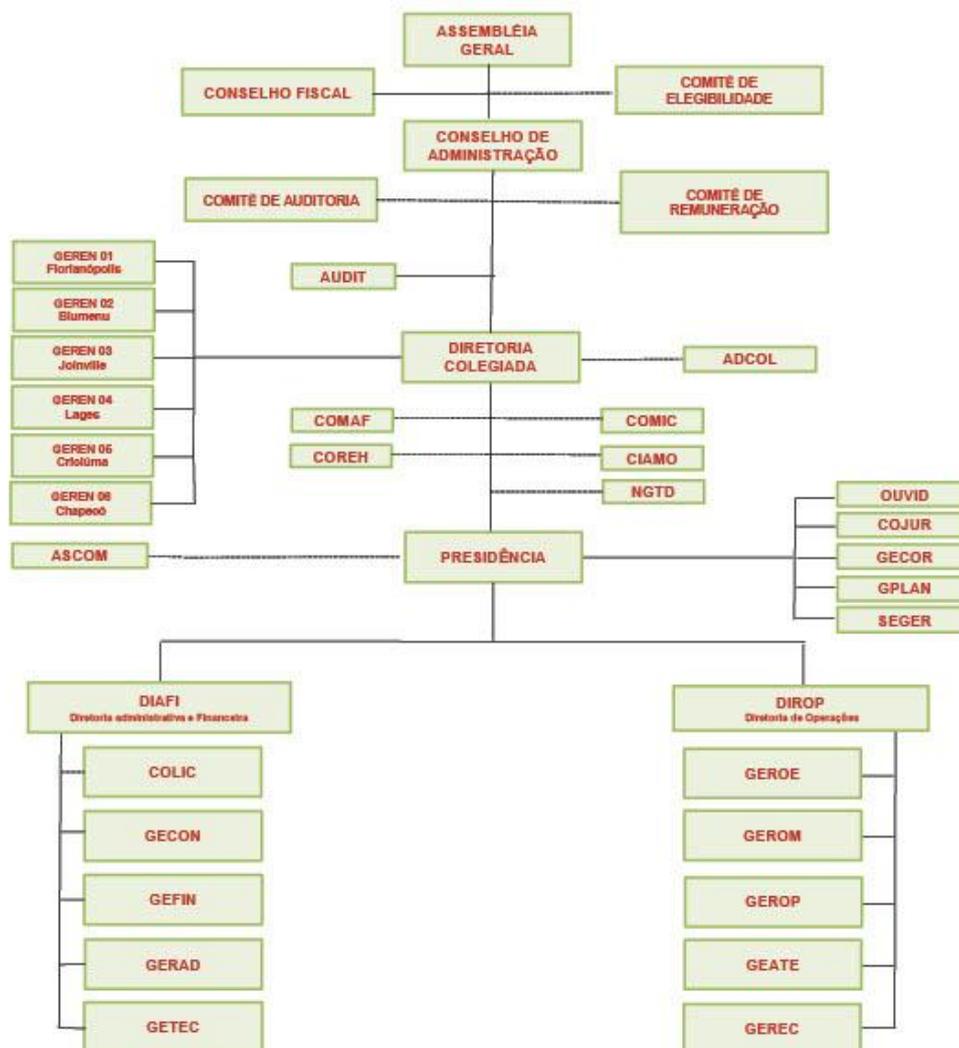
ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilidade de recursos para aplicação. 2. Marca de alta credibilidade junto aos Setores Público e Privado. 3. Operacionalização do Fundo de Aval – FAE. 4. Movimento constante de modernização das ferramentas de análise de crédito, para permitir a escalabilidade de operações. 5. Alta qualificação do corpo funcional. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Prazo para concessão de crédito. 2. Burocracia elevada. 3. O pensar digital focado no cliente ainda não é uma cultura interna consolidada. 4. Comunicação interna pouco eficaz. 5. Poucos processos internos mapeados ou definidos. 6. Corpo funcional ainda não totalmente engajado. 7. Carência de planos táticos e operacionais para viabilizar a aplicação da estratégia. 8. Necessidade de melhorar a estruturação das áreas. 9. Necessidade de melhorias em sistemas internos. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Manutenção de mix competitivo de produtos. 2. Ampliação de mix apropriado de garantias. 3. Diversificação das fontes de funding. 4. Possibilidade de sermos fonte de pesquisas no campo econômico. 5. Atuação com aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 6. Desenvolvimento de novos canais de venda. 7. Desenvolvimento de parcerias estratégicas. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Avanço tecnológico dos concorrentes. 2. Instabilidade econômica. 3. Demanda por produtos cada vez mais ágeis. 4. Órgãos reguladores demandando cada vez mais exigências. |

ORGANOGRAMA

BADESC

ORGANOGRAMA
AGOSTO 2021



PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

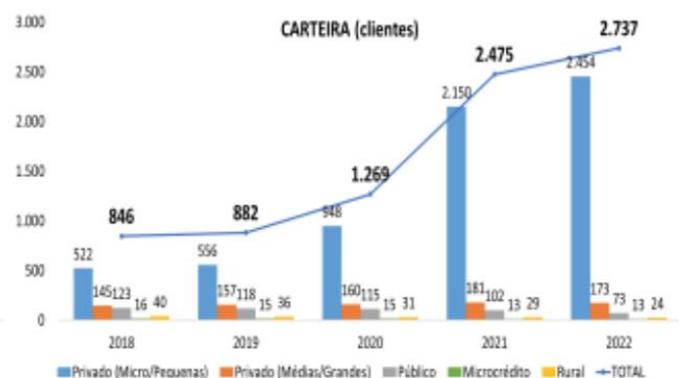
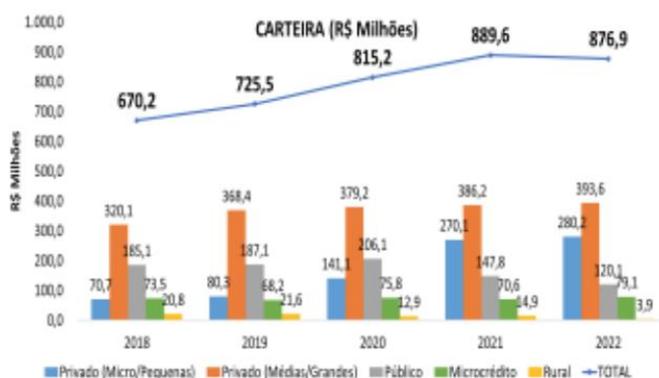
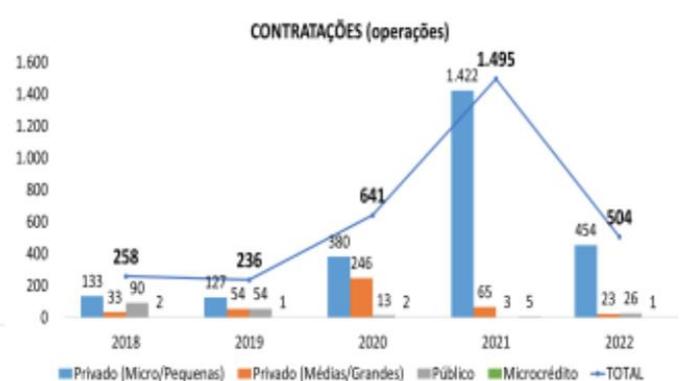
- Empregados;
- Associação de Empregados - ASBADESC;
- Colaboradores terceirizados, estagiários e servidores em disponibilidade;
- Acionistas;
- Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- Fundação Cultural BADESC.

EXTERNAS:

- Fornecedores:
 - De funding de recursos (BNDES, FINEP e FUNGETUR);
 - De prestação de serviços, de suprimentos, de manutenção, de materiais, de desenvolvimento e manutenção de tecnologia da informação.
- Clientes:
 - Prefeituras;
 - Pessoa natural ou jurídica que se dedique a atividades produtivas de caráter autônomo;
 - Empresas e instituições na forma de pessoa jurídica;
 - Instituições de microcrédito produtivo e orientado e Centrais Cooperativas de Crédito;
 - Produtores rurais, cooperativas de produtores rurais e outros beneficiários do crédito rural admitidos pelo Bacen.
- Concorrentes:
 - Bancos de desenvolvimento;
 - Cooperativas de crédito;
 - Bancos comerciais de atuação em fomento.
- Mídias:
 - Emissoras de rádio e televisão;
 - Jornais, revistas e outras mídias impressas;
 - Redes sociais.
- Órgãos fiscalizadores:
 - Banco Central do Brasil;
 - Receita Federal;
 - Secretaria da Fazenda;
 - Gabinete do Governador;
 - Sindicato dos Bancários;
 - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- Órgãos ambientais.
 - Estado de Santa Catarina:
 - Secretarias de Estado;
 - Prefeituras Municipais;
 - Assembleia Legislativa.

- Parcerias:
 - Associação Brasileira de Desenvolvimento – ABDE;
 - Universidades;
 - Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento;
 - Entidades de classe;
 - Instituições, fundações, cooperativas, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, com atribuições de fomento e desenvolvimento;
 - Associações Empresariais;
 - Sistema “S” (SENAR, SENAC, SESC, SESCOOP, SENAI, SESI, SEST, SENAT e SEBRAE).

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC

A Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) criada pela Lei nº 68/1893, é uma autarquia estadual outorgada pela Lei nº 7.165/1987, vinculada, no âmbito estadual, à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço e subordinada tecnicamente ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Tem a competência e atribuição, por determinação da Lei 8.934/1994, de registrar e dar publicidade aos atos constitutivos, alterações e extinções dos empresários individuais, das cooperativas, sociedades empresárias, consórcios e grupos de sociedades com matriz estabelecidas no Estado de Santa Catarina e dos atos de filiais das empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil; conceder a matrícula e seu cancelamento dos leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns gerais; realizar a autenticação dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis registradas e dos agentes auxiliares do comércio; e ademais, promover o assentamento dos usos e práticas mercantis.

De acordo com a Lei Federal 11.598/2007, que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídica e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina cumpre papel de entrada única de dados e integração de todos os órgãos envolvidos no Registro Mercantil, Licenciamento e Legalização Empresarial.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Facilitar a vida do empreendedor por meio do registro simples, ágil, inovador, seguro e integrado.

VISÃO: Ser o agente integrador para a formalização do empreendedor de forma rápida e intuitiva.

VALORES: Inovação; Ética; Transparência; Sustentabilidade; Valorização das pessoas; Integridade; Comprometimento; Excelência com simplicidade.

ESTRUTURA: Estrutura física com prédio próprio de aproximadamente 4.860 m² (sede) e com os escritórios regionais alocados nas Gerências Regionais da Secretaria de Estado da Fazenda, Praça do Empreendedor e em Associações Empresariais.

CARREIRAS/SERVIDORES: Estrutura funcional com 129 colaboradores, sendo:

- 68 servidores efetivos, sendo 03 servidores de outros órgãos à disposição da JUCESC;
- 14 servidores em cargo de comissão, sendo 06 servidores efetivos;
- 23 vogais, sendo 02 vogais em cargo de comissão;
- 32 terceirizados.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Registrar, arquivar e garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos das empresas, conceder matrículas para agentes auxiliares de comércio e fornecer informações gerenciais socioeconômicas. Atua também como órgão integrador visando a simplificação das atividades de licenciamento e legalização empresarial.

Na parte de registro atua junto com o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), órgão Federal, na elaboração e melhoria das Instruções Normativas relacionadas ao registro de empresas.

Na parte de integração, promove a participação da sociedade civil organizada na construção de novas normas e na simplificação das ferramentas do registro de empresas por meio do programa SC Bem Mais Simples e do Fórum Simplifica, realizando as ações necessárias com os demais órgãos envolvidos nas etapas de licenciamento.

Dessa forma, alinhado com as Secretarias de Estado, a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC tem o propósito de promover e incentivar a melhoria do ambiente de negócios no macro sistema catarinense.

Através dos sistemas de protocolo digital, somado aos 140 passo a passos (manuais de procedimentos de registros), colaboradores, atendimento virtual/presencial e demais ferramentas digitais disponíveis no site da JUCESC, busca-se a simplificação, celeridade, publicidade e transparência para os empreendedores e profissionais que prestam serviços para as empresas.

SERVIÇOS DE REGISTRO:

- Serviços de registro de empresas com endereço em Santa Catarina: abertura, alteração e baixa de empresas (empresário individual, sociedade limitada, sociedade em nome coletivo, sociedade anônima, cooperativa, consórcio e grupos de sociedades);
- Serviços de registro de filiais com endereço em Santa Catarina de empresas nacionais e estrangeiras;
- Serviços de registro de operações de transformação, incorporação, cisão e fusão de empresas;
- Serviços de autenticação de livros contábeis, livros societários e demais livros;
- Serviços de expedição de certidões simplificada, de inteiro teor e específica;
- Serviços de matrícula e seu cancelamento dos agentes auxiliares do comércio (leiloeiros, administradores e trapicheiros de armazém geral e tradutores públicos e intérpretes comerciais).

ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO:

Atividade de entrada única de dados por meio da consulta de viabilidade, através da automatização:

→ da análise de nome empresarial;

→ da inscrição estadual, quando necessária; e

→ do enquadramento da atividade da empresa perante o Corpo de Bombeiros.

Também é realizada a análise da viabilidade de localização da empresa no Município, no entanto através de uma análise não automática por parte da Prefeitura.

Por meio deste procedimento, o empreendedor recebe a resposta dos órgãos envolvidos, podendo assim dar continuidade nas próximas etapas.

Atividade de geração do CNPJ por meio do Documento Básico de Entrada (DBE/CNPJ).

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo técnico comprometido 2. Sistema totalmente digital 3. Prédio próprio e localização 4. Estrutura física 5. Receita própria 6. Superavitária 7. Capacidade de investimento 8. Agilidade na prestação dos serviços 9. Participação da sociedade por meio do colégio de vogais 10. Relação institucional com a comunidade, entes públicos, setor empresarial e entidades de classe 11. Serviços disponíveis 24h todos os dias | <ol style="list-style-type: none"> 1. Comunicação interna e externa 2. Falta de política de atendimento 3. Falta de gestão estratégica 4. Desmotivação 5. Falta de capacitação/treinamento 6. Ausência de gestão de processos e projetos 7. Ausência de saúde ocupacional 8. Ineficiência de gestão de pessoas |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Crescimento da economia 2. Avanço tecnológico 3. Trabalho híbrido 4. Plano de cargos e salários dos servidores da JUCESC 5. Criação de coordenadorias (FG2) 6. Integração com órgãos e entidades de legalização 7. Parcerias e integração com entidades públicas e privadas 8. Cumprimento da Lei de Liberdade econômica dos órgãos competentes 9. Cumprimento da Lei da melhoria do ambiente de negócios nos órgãos competentes 10. Criação de novos serviços 11. Criação da Escola de Registro Empresarial 12. Realização de eventos voltados ao registro empresarial | <ol style="list-style-type: none"> 1. Mudança na legislação 2. Crise econômica 3. Rotatividade dos gestores 4. Saída de servidores efetivos 5. Balcão único Federal 6. Ataque de Hackers 7. Falta de 100% de integração com os municípios 8. Demandas judiciais 9. Dependência de sistemas de terceiros 10. Autarquia sem autonomia administrativa e financeira 11. Ausência de Plano de Cargos e Salários dos servidores da JUCESC |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores públicos, vogais e colaboradores terceirizados.

EXTERNAS:

- Sociedade,
- Empresários,
- Agentes auxiliares do comércio (leiloeiro, administrador de armazém e tradutor público),
- Profissionais que trabalham com o registro de empresas,
- Fornecedores,
- Órgãos que fazem parte do processo de registro e legalização,
- Entidades privadas e conselhos de classes
- Demais entidades da administração pública federal, estadual e municipal.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Em outubro de 2017 foi lançado e iniciado o projeto “Junta Digital”, com o objetivo de eliminar o protocolo em papel e para que toda a tramitação do processo fosse realizada de forma digital, resultando em maior celeridade do despacho do processo e na redução de despesas. Essa mudança possibilitou que a JUCESC não parasse em nenhum momento, até mesmo no momento da pandemia, já que era possível o trabalho em home office. O processo que passava nas mãos de 07 colaboradores antes dos avanços de automatização, passou a ter uma única etapa, ou seja, a análise e despacho do processo.

No ano de 2020, a JUCESC passou a ser 100% digital, o que possibilitou a entrada/protocolo de processos através de procedimento digital, ou seja, sem a necessidade do empreendedor/profissional se deslocar até o ambiente físico da sede ou dos escritórios regionais da JUCESC. Isso contribuiu para a celeridade da resolução dos processos, além da economicidade para o órgão público e também para o empreendedor e profissionais que prestam os serviços de registro.

No ano de 2019 a JUCESC tinha 163 analistas de processos (servidores e vogais), com uma média de análise de 23 mil minutos por ano de análises de processos por analista. Em 2020, com a JUCESC totalmente digital, muitos escritórios regionais foram fechados. Mesmo com o início da pandemia, a JUCESC continuou com as suas atividades, todavia através do trabalho remoto.

No ano de 2020, devido a pandemia, houve uma queda no número de protocolos de processos. Todavia, no de 2021 e 2022, houve uma crescente, e em 2022 superou o número de protocolos de 2019. Nesses dois anos, a JUCESC continuou com o trabalho em home office, todavia de forma híbrida. Os números demonstraram que em 2022 o número de analistas de processos (servidores e vogais) era de 77, ou seja, 53% a menos de analistas em comparação ao ano de 2019. Todavia, o número de protocolos de processos aumentou, e a produtividade dos analistas dobraram (55 mil minutos por ano de análises de processos por analista).

Em 2020 foi criado o SICOM (Sistema Integrado de Comunicação) com o objetivo de melhorar a comunicação entre JUCESC e empreendedor e profissionais que prestam os serviços de registro através de um canal único organizado e controlável. A ferramenta foi criada internamente pelo setor de Tecnologia da Informação da JUCESC, contribuindo para a melhoria e entrega das respostas demandadas.

Em relação à receita arrecadada, a JUCESC teve um aumento de 73% de receita em 2022 em comparação à 2019, ou seja, ao final de 2022 conseguiu entregar para o Estado de Santa Catarina um trabalho 100% digital, com a possibilidade de acesso pela sociedade dos serviços a qualquer momento desde que com a acesso a internet, funcionando 07 dias por semana, 24 horas por dia e presente em todos os continentes do mundo, com um corpo de colaboradores reduzido em comparação ao ano de 2019, e com uma produtividade dobrada. De 2019 a 2022 foram abertas 734.545 novas empresas. Em 2022 foram abertas 210.646 novos negócios, sendo 40% a mais em relação à 2019 (150.410) e 2% em relação à 2021 (205.859). Já em relação às empresas fechadas, de 2019 a 2022 foram encerradas 253.152 empresas, tendo em 2022 o maior número (81.379), sendo 54% a mais em relação ao ano de 2019 (52.975) e 21% em relação ao ano de 2021 (67.313).

No ano de 2021, a JUCESC ganhou o prêmio de inovação catarinense promovido pela FAPESC, ficando em 1º lugar na categoria "Governo Inovador".

3.2.2 Ciência, Tecnologia e Inovação

SCTI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Criada na Reforma Administrativa, pelo governador Jorginho Mello, a secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação tem como objetivo fortalecer um dos setores que mais cresce em Santa Catarina e que representa 6% do PIB do Estado.

A pasta tem como foco acelerar a implementação de políticas públicas que impulsionam o desenvolvimento econômico a partir da inovação e também melhorar a prestação de serviços públicos à sociedade por meio de ações construídas conjuntamente com outras secretarias estratégicas.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

De acordo com o Capítulo V do Título II da Lei Complementar nº 741/2019, o qual passa a vigorar acrescido da Seção IV-A,

Art. 33 A - À SCTI compete:

- I - promover a ciência, tecnologia e inovação, de forma articulada com os programas estruturantes e o desenvolvimento econômico sustentável;
- II - incentivar a criação de ambiente adequado para a geração de produtos, processos e serviços inovadores;
- III - estimular a conversão de produtos, processos e serviços inovadores em modelos de negócios, visando ao desenvolvimento econômico sustentável do Estado;
- IV - implementar mecanismos de apoio ao empreendedorismo, à transferência de tecnologias e ao desenvolvimento social e de mercado;
- V - fomentar a implantação de condomínios de sociedades empresárias, polos tecnológicos, aglomerados produtivos locais e centros de inovação;
- VI - estimular a realização de pesquisa científica e tecnológica;
- VII - definir a política estadual da ciência, tecnologia e inovação, estimulando a participação integrada das Administrações Públicas Estadual e Municipais, das instituições privadas e da sociedade;
- VIII - normatizar, integrar e acompanhar as ações de fomento à ciência, tecnologia e inovação dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual, bem como acompanhar seus resultados;
- IX - realizar estudos para subsidiar a formulação de planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico no Estado;
- X - diagnosticar as necessidades e os interesses em ciência, tecnologia e inovação do Estado e indicar as diretrizes e prioridades, respeitadas as características regionais, visando à aplicação racional dos recursos e à conciliação dos interesses da comunidade científico-tecnológica e do setor produtivo, subordinados aos interesses da sociedade;
- XI - promover a racionalização dos recursos da tecnologia da informação e comunicação da Administração Pública Estadual, por meio da coordenação de ações cooperadas;
- XII - definir as diretrizes e propor políticas e metas para gestão do tratamento e da proteção dos dados pessoais no Poder Executivo;
- XIII - fomentar investimentos e apoiar a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC); e
- XIV - coordenar e gerenciar a rede de inovação para ações de governo." (NR)

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão: Melhorar a vida das pessoas e das empresas catarinenses por meio da promoção da ciência, tecnologia e inovação, aumentando a produtividade e a competitividade da economia de Santa Catarina.

Visão: Ser o Estado mais inovador do Brasil.

Valores: Colocar a ciência, tecnologia e a inovação a serviço da vida dos catarinenses.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1.8 SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

| UNIDADE ORGANIZACIONAL | Quant. | Código | Nível |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|-------|
| Denominação Cargo/Função | | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO | | | |
| Assessor Especial | 2 | DGS | 1 |
| Assistente de Gabinete | 1 | DGS | 3 |
| Assistente Técnico | 2 | DGI | |
| Assistente de Gabinete | 1 | DGS | 2 |
| Assessor de Comunicação | 1 | DGS | 2 |
| | | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO AJUNTO | | | |
| Assistente de Gabinete | 1 | DGS | 3 |
| Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade | 1 | DGS | 2 |
| | | | |
| DIRETORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | | | |
| Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação | 1 | DGE | |
| Assessor Técnico | 1 | DGS | 2 |
| Gerente de Processos Digitais | 1 | FG | 2 |
| Gerente de Governo Digital | 1 | FG | 2 |
| Gerente de Gestão de Sistemas Corporativos | 1 | FG | 2 |
| Gerente de Proteção de Dados | 1 | FG | 2 |
| Gerente de Infraestrutura e Segurança da Informação | 1 | DGS | 2 |
| Gerente de Normatização e Planejamento em Tecnologia da Informação e Comunicação | 1 | FG | 2 |
| | | | |
| COORDENADORIA DE INOVAÇÃO | | | |
| Coordenador de Inovação | 1 | DGS | 1 |
| Gerente de Inovação em Governo | 1 | DGS | 2 |
| Gerente de Formação Para Profissionais do Futuro e Negócios Inovadores | 1 | DGS | 2 |
| Gerente da Rede Catarinense de Centros de Inovação | 1 | DGS | 2 |
| Gerente de Financiamento e Atração de Investimentos | 1 | DGS | 2 |
| | | | |
| FUNÇÕES DE CHEFIA | | | |
| Supervisor | 5 | FC | 1 |

ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Secretaria faz parte do setor de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação. Essa área de atuação engloba diversas subáreas e segmentos que têm um papel fundamental no avanço social, econômico e ambiental do estado.

No âmbito da ciência, a secretaria promove a pesquisa científica e o desenvolvimento de conhecimento em diferentes áreas, como biologia, física, química, medicina, agronomia, entre outras. Isso permite a geração de novos conhecimentos, a formação de recursos humanos qualificados e o fortalecimento da base científica do estado.

No campo da tecnologia, a secretaria apoia a inovação tecnológica e o desenvolvimento de soluções tecnológicas em setores estratégicos, como tecnologias da informação e comunicação, energias renováveis, biotecnologia, nanotecnologia, entre outros. Essas tecnologias têm o potencial de impulsionar a competitividade econômica, melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para a sustentabilidade ambiental.

Além disso, a secretaria incentiva a interação entre o setor acadêmico, empresas e governo, promovendo parcerias e colaborações que impulsionam a transferência de tecnologia e a criação de novos empreendimentos inovadores. Essas ações estimulam o empreendedorismo, a geração de empregos qualificados e o crescimento econômico do estado.

Em termos sociais, a atuação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina contribui para o desenvolvimento humano, ao promover a qualificação da mão de obra, o acesso ao conhecimento e a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, a área de ciência, tecnologia e inovação desempenha um papel importante na resolução de desafios sociais, como saúde, educação, meio ambiente e inclusão social.

Do ponto de vista econômico, o setor de ciência, tecnologia e inovação impulsiona a criação de novas empresas, atração de investimentos, aumento da produtividade e diversificação da economia. Isso resulta em maior geração de riqueza, empregos qualificados e fortalecimento da competitividade regional e nacional.

Em relação ao aspecto ambiental, a promoção da ciência, tecnologia e inovação permite o desenvolvimento de soluções sustentáveis, como energias limpas, uso eficiente de recursos naturais e processos produtivos menos impactantes ao meio ambiente. Dessa forma, a secretaria contribui para a preservação do meio ambiente, a mitigação das mudanças climáticas e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Em suma, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina atua no fomento à pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico, desempenhando um papel crucial na promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental do estado.

ANÁLISE SWOT

| Pontos Fortes | Pontos Fracos |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Prerrogativas de ser um órgão normatizador.</p> <p>Promoção da inovação em diversos setores da economia.</p> <p>Apoiar à pesquisa e desenvolvimento tecnológico.</p> <p>Estímulo ao empreendedorismo e startups.</p> <p>Implementação de soluções de governo digital e serviços e digitais.</p> <p>Desenvolvimento de talentos e capacitação na área de ciência e tecnologia.</p> <p>Integração entre diferentes setores da sociedade para estimular a colaboração e a inovação.</p> <p>Possuir um ecossistema de inovação com espaços de coworking, incubadoras e aceleradoras.</p> <p>Ser referência em governo digital para os outros estados (ABEP-TIC).</p> | <p>Limitações orçamentárias.</p> <p>Desafios de coordenação e colaboração entre os setores.</p> <p>Déficit de profissionais qualificados em ciência, tecnologia e inovação.</p> <p>Resistência à mudança por parte de indivíduos e grupos.</p> <p>Obstáculos regulatórios e legais.</p> |
| Oportunidades | Ameaças |
| <p>Avanços tecnológicos contínuos e demanda por soluções digitais.</p> <p>Colaboração com empresas, startups, universidades e centros de pesquisa.</p> <p>Acesso a financiamento e investimentos em tecnologia e inovação.</p> <p>Demandas crescentes por soluções digitais e serviços eletrônicos em diferentes setores.</p> <p>Parcerias internacionais para cooperação em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.</p> | <p>Obsolescência de infraestrutura tecnológica adequada.</p> <p>Lacunas de habilidades e capacitação de profissionais para projetos estruturantes.</p> <p>Dificuldade em acompanhar o nível salarial e capital humano do mercado privado.</p> <p>Risco de dependência tecnológica externa.</p> <p>Vulnerabilidades de segurança cibernética.</p> |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Governo Estadual.

EXTERNAS:

- Empresas e Setor Privado.
- Universidades e Instituições de Ensino Superior.
- Centros de Pesquisa e Inovação.
- Sociedade Civil.
- Agências de Fomento e Financiamento.
- Setores Produtivos e Industriais.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Tendo em vista a recente criação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação pela Lei 18646/2023 que alterou a Lei Complementar nº 741, de 2019, a SCTI não possui histórico de resultados anteriores.

Fundação de Amparo e Pesquisa e Inovação do Estado de SC – FAPESC

A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) é agência de fomento executora da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o avanço de todas as áreas do conhecimento, o equilíbrio regional, o desenvolvimento econômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população do Estado de Santa Catarina.

A Fundação está vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI) e tem papel fundamental dentro do ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) de Santa Catarina.

Dentre os objetivos da Fapesc, estão fomentar, desenvolver e executar a política de incentivo à pesquisa científica e tecnológica, bem como promover a realização de estudos, a execução e divulgação de programas e projetos de pesquisa científica básica e aplicada, individuais ou institucionais, e o desenvolvimento de produtos e processos tecnológicos.

Além de fomentar a pesquisa científica e tecnológica, a Fundação desempenha um papel importante na promoção da colaboração e da integração entre diferentes atores do ecossistema de CT&I. Por meio do incentivo a parcerias entre universidades, institutos de pesquisa, empresas e o governo, contribui para um ambiente propício à troca de conhecimentos, a transferência de tecnologia e a criação de redes de colaboração. Essa sinergia entre os diferentes setores é essencial para impulsionar a inovação e estimular o desenvolvimento de soluções mais eficientes e impactantes para os desafios enfrentados pela sociedade catarinense.

A Fapesc desempenha um papel estratégico na construção de um futuro mais próspero e sustentável para Santa Catarina, estimulando a criação de uma cultura de inovação e colocando o estado em destaque no cenário nacional e internacional de ciência, tecnologia e inovação.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Compete à Fapesc apoiar e promover a realização de estudos, executar, divulgar programas e projetos de pesquisa científica e inovação, individuais ou institucionais, por iniciativa própria ou em colaboração com outras instituições públicas ou privadas permitindo o desenvolvimento de produtos e processos tecnológicos, de acordo com as diretrizes atribuídas pela Lei Complementar nº 741/2019, bem como pelo Estatuto Social da Fapesc aprovado pelo Decreto 965/2012, tais como:

- a) Promover investigações científicas e tecnológicas em colaboração com outras instituições do país ou do exterior, bem como o intercâmbio e a cooperação técnico-científica regional, nacional e internacional;
- b) Estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em instituições oficiais ou particulares;
- c) Conceder bolsas de estudo ou de pesquisa e promove estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior;
- d) Cooperar com as universidades e com os institutos de pesquisa e de ensino tecnológico no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores; bem como promover a interação das instituições científicas, dos complexos empresariais, do governo e da sociedade;
- e) Incentivar a realização de estudos, programas, projetos e outras atividades que tenham por objeto a criação, o aperfeiçoamento e a consolidação do processo de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como de técnicas, processos, produtos, absorção, utilização e difusão tecnológica primária ou incremental;
- f) Apoiar a formação e a capacitação de pessoas para a pesquisa científica e tecnológica e de inovação, de forma regionalizada e desconcentrada, mediante a concessão de bolsas;
- g) Fomentar soluções de tecnologia de informação e comunicação para ciência, tecnologia e inovação, inclusive para a administração pública;

h) Fomentar a internacionalização de empresas catarinenses inovadoras, bem como o desenvolvimento tecnológico inovativo das empresas catarinenses e organizações públicas ou privadas, preferencialmente em parceria com instituições de ensino e pesquisa situadas no Estado, pela transferência de conhecimento e interação de competências;

i) Incentivar e custear a criação, a instalação e o desenvolvimento de unidades de pesquisas, polos, parques, distritos de inovação e incubadoras de base tecnológica, bem como a criação e desenvolvimento de arranjos produtivos locais;

j) Promover a inclusão digital e o acesso à rede mundial de computadores por meio das instituições de pesquisa e de ensino superior, públicas ou privadas, sem fins econômicos, bem como de organizações do Terceiro Setor de relevante atuação na comunidade.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover o ecossistema catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação por meio de fomento e da integração de seus agentes, objetivando o avanço de todas as áreas do conhecimento, o equilíbrio regional, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável, nos pilares econômico, ambiental e social.

VISÃO: Ser referência nacional como instituição promotora do desenvolvimento do ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.

VALORES: Transparência, Inovação, Ética, Eficiência e Eficácia, Gestão Participativa, Comprometimento, Cooperação.

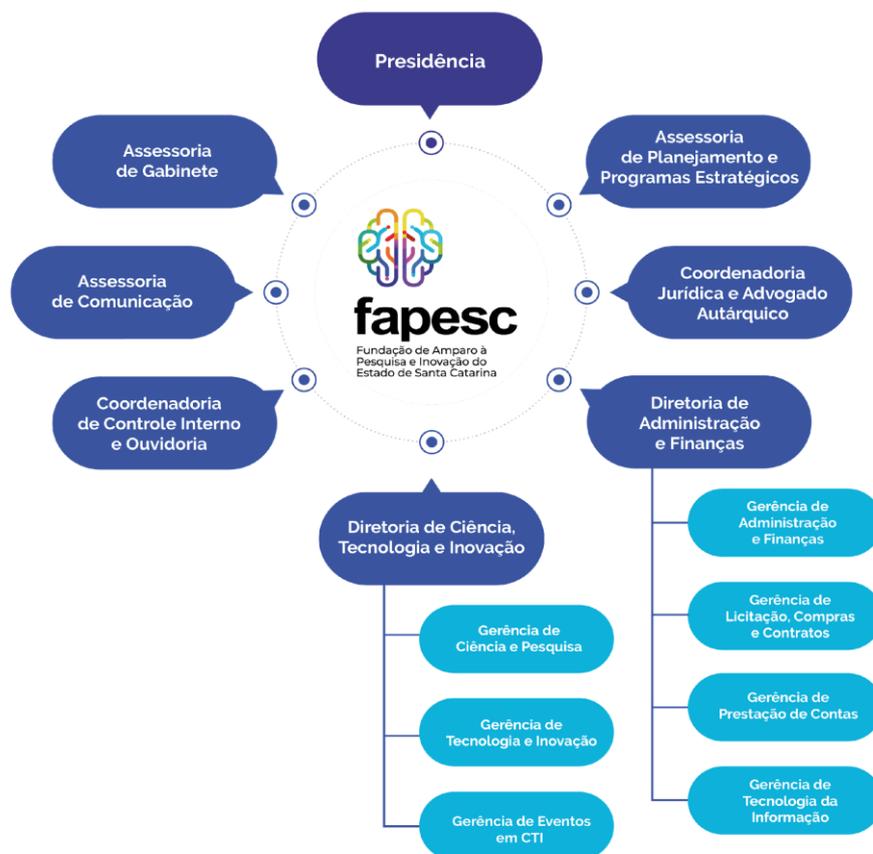
ESTRUTURA: A Fundação está localizada no Parque Tecnológico ALFA – Rodovia José Carlos Daux (SC 401), Km 01 – Módulo 12A – Prédio CELTA/FAPESC – 5º Andar – Bairro João Paulo – Florianópolis/SC – Brasil.

No intuito de favorecer a interiorização de suas ações, em 2021 a Fapesc instituiu uma Unidade de Atendimento presencial no Oeste Catarinense, no Pollen Parque Científico e Tecnológico de Chapecó, a qual está localizada na rua Eduardo Pedroso da Silva, 195 E - Efapi, Chapecó/SC - Brasil.

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Presidente (1)
- Assessor de Gabinete (1)
- Assessor de Comunicação (1)
- Assessor de Planejamento e Programas Estratégicos (1)
- Coordenador de Procuradoria Jurídica (1)
- Diretor (2)
- Gerente (7)
- Coordenador de Controle Interno (1)
- Psicólogo (1)
- Professor (1)
- Técnico em Contabilidade (1)
- Técnico Administrativo (1)
- Motorista (1)

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Os eixos de atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - Fapesc, foram definidos a partir de seus objetivos estratégicos, focados principalmente nas áreas de atuação:

- Pesquisa;
- Formação de pessoas e bolsas;
- Eventos de Difusão em CT&I;
- Prêmios;
- Cooperação internacional;
- Inovação.

A Fundação oferece suporte a programas com foco em:

- Geração e transferência de conhecimento;
- Interação de competências entre empresas, organizações públicas e instituições de ensino;
- Incorporação de tecnologias aos setores econômicos;
- Desenvolvimento de produtos ou serviços tecnológicos que tragam soluções de valor ao mercado;
- Formação de pessoas e desenvolvimento de pesquisa e inovação;
- Consolidar o ecossistema de CT&I de SC.

Além disso, a Fapesc respeita as estratégias para desenvolvimento das áreas prioritárias para pesquisas e demais atividades científicas, tecnológicas e de inovação, constantes das políticas e diretrizes estaduais de CT&I.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Articulação com outras FAPs; 2. Projetos/Programas consolidados; 3. Equipe qualificada e experiente; 4. Flexibilidade da equipe em assumir diferentes funções de acordo com a necessidade; 5. Presteza e agilidade no atendimento; 6. Infraestrutura e localização - inserida em ambiente inovador; 7. Horário de trabalho; 8. Relacionamento com instituições federais e estaduais; 9. Variedade de programas e editais; 10. Atores do ecossistema reconhecem a importância da Fapesc. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de acompanhamento e avaliação in loco dos projetos; 2. Não há apropriação e mensuração dos resultados das pesquisas (divulgação de resultados); 3. Prestação de contas focada na parte financeira; 4. Comunicação interna deficiente; 5. Divisão e distribuição do trabalho; 6. Falta de um ambiente interno inovador; 7. Falta de quadro de pessoal lotado na FAPESC e falta de concurso público; 8. Insegurança e vulnerabilidade dos coordenadores de projetos; 9. Baixo nível de padronização, comunicação e formalização de processos internos; 10. Inexistência de um programa de educação continuada; 11. Inexistência de um plano de desenvolvimento para execução de trabalho remoto e novos formatos de trabalho; 12. Ausência de planejamento estruturado para lançamento de novas chamadas. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Parcerias com Órgãos Estaduais; 2. Disponibilidade de recursos internacionais; 3. Ferramentas de comunicação (Redes sociais, eventos temáticos próprios); 4. Parcerias com outras FAPs para lançamento de editais; 5. Polos econômicos definidos em SC; 6. Aproximação com CONFAP e outras FAPs para fins de Benchmarking; 7. Fortalecimento das parcerias com as instituições envolvidas em CT&I; 8. Políticas de Inovação & Novo marco de CT&I; 9. Convênios e acordos de cooperação; 10. Novos modelos de gestão e formatos de trabalho. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Corte de recursos em CT&I; 2. Total dependência do Governo Estadual; 3. Crise financeira nacional; 4. Falta de repasse do 1% constitucional; 5. Falta de reconhecimento do impacto do trabalho da Fapesc na sociedade; 6. Falta de interesse político em Ciência e Pesquisa (resultados de longo prazo); 7. Excesso burocrático na liberação de recursos financeiros para a Fapesc. 8. Limite e valor das diárias dos CP (coordenadores de projetos Fapesc). |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Conselho superior;
- Comissionados;
- Bolsistas;
- Consultores Ad hoc;
- Fornecedores;
- Servidores;
- Terceirizados;
- Estagiários.

EXTERNAS:

- Sociedade;
- Órgãos governamentais;
- Empresas públicas e privadas;
- Comunidade científica;
- Instituições de pesquisa;
- Instituições beneficiárias da RCT;
- Parceiros estaduais;
- Estudantes;
- Pesquisadores;
- Instituições de Ensino Superior;
- Entidades de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Imprensa.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Ao longo dos últimos quatro anos e cinco meses, em parceria com todos os atores do Ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Fapesc alcançou a marca de 163 editais de chamadas públicas, resultando em programas de apoio e, por consequência, projetos de pesquisas, novas startups e produtos inovadores que chegam a todos os catarinenses. A Fundação buscou ouvir os anseios dos pesquisadores e empreendedores e gerar oportunidades assertivas para o desenvolvimento das pessoas e das instituições e regiões do Estado de Santa Catarina.

Os programas contemplam todos os eixos de atuação da Fapesc: Formação de Recursos Humanos e Bolsas, Ciência e Pesquisa, Inovação e Tecnologia, Eventos e Difusão em CTI, Cooperação Internacional e Prêmios (Figura 3), com investimentos que incluíram recursos de parceiros dos governos nas esferas Federal e Estadual, bem como do Ecossistema de CTI, como o Instituto Euvaldo Lodi, a Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina (FIESC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A Fapesc fomentou assim, a participação efetiva da comunidade científica e empreendedora de Santa Catarina, ampliando as ações de CTI com vistas a atender os atores do Ecossistema Catarinense, diversificando e estadualizando as chamadas, gerando oportunidades nas diversas regiões e instituições espalhadas por Santa Catarina, ampliando, significativamente, as ações e oportunidades aos pesquisadores e empreendedores.

Nesta perspectiva, a Fapesc cumpriu um papel importante não somente de fomento, mas também de integração e conexão entre os diversos stakeholders dos Ecossistemas de Inovação e de Pesquisa, responsáveis por impulsionar a geração de conhecimento e inovação no Estado, contemplando os seguintes eixos:

Ciência e Pesquisa

O eixo Ciência e Pesquisa apresenta os investimentos realizados pela Fapesc e órgãos parceiros, por meio dos editais de chamada pública, em pesquisa básica e aplicada, em todas as áreas de conhecimento. Alguns destes aportes visam ainda a melhoria na infraestrutura acadêmica, como a modernização de laboratórios.

- Editais lançados: 53
- Projetos contratados: 1.000
- Valor contratado: R\$ 86.614.145,46

Tecnologia e Inovação

O eixo Tecnologia e Inovação contempla os investimentos da Fapesc, via editais de chamada pública, para fomentar o empreendedorismo inovador, o desenvolvimento de novas tecnologias e o fortalecimento da cultura de inovação em Santa Catarina. A fundação apoiou, acelerou e deu destaque a empresas, projetos e ideias que contribuíram para a abertura de novos negócios, a criação de novos produtos e serviços, além da geração de emprego e renda.

- Editais lançados: 35
- Projetos contratados: 442
- Valor contratado: R\$ 48.522.386,75

Bolsas

Os editais de chamada pública do eixo Bolsas priorizam os investimentos na formação de recursos humanos qualificados, tanto com bolsas acadêmicas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, quanto com bolsas de DCTI (Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação), com a prática realizada em empresas e órgãos públicos do Estado de Santa Catarina.

- Editais lançados: 47
- Projetos contratados: 159
- Valor contratado: R\$ 119.206.713,07
- Número médio de Bolsistas por mês: 527, sendo:
 - Ano 2019: 232
 - Ano 2020: 347
 - Ano 2021: 494
 - Ano 2022: 902
 - Ano 2023: 997

Eventos em CTI

O eixo Eventos em CTI mostra os editais de chamada pública que têm como objetivo a difusão do conhecimento, tanto da área acadêmica, quanto da tecnologia e inovação desenvolvidas em Santa Catarina. Com isso, a produção local e regional são valorizadas, assim como a interação e a troca de informações com especialistas nacionais e internacionais. Os eventos aproximam a sociedade das soluções para os seus problemas.

- Editais lançados: 5
- Projetos contratados: 325
- Valor contratado: R\$ 10.118.223,52

Internacionalização

O eixo Internacionalização concentra as ações realizadas pela Fapesc, em parceria com outros órgãos, para estimular a internacionalização de projetos de pesquisa e inovação. Esses editais de chamada pública proporcionam oportunidades para que os trabalhos desenvolvidos em Santa Catarina possam avançar para um patamar mais elevado, conectando-se com o que é produzido no mundo, em diferentes áreas, levando e trazendo novos conhecimentos, tecnologias e ideias empreendedoras.

- Editais lançados: 16
- Projetos contratados: 28
- Valor contratado: R\$ 1.161.155,78

Prêmios

O eixo Prêmios expõe as ações da Fapesc para valorizar quem desenvolve e dá destaque à ciência, tecnologia e inovação em Santa Catarina. Por meio de editais de chamada pública são contemplados e prestigiados todos os setores da sociedade, desde acadêmicos e profissionais das empresas inovadoras, como professores e alunos da Educação Básica, órgãos públicos e os jornalistas que divulgam o resultado de todo esse esforço empreendido pelo ecossistema de CTI catarinense.

- Editais lançados: 7
- Valor em prêmios: R\$ 1.236.871,27

Os dados são referentes ao período de Janeiro de 2019 e Maio de 2023.

Outros resultados da Instituição

Em 2021 a FAPESC foi agraciada com o Prêmio Empresa Cidadã 2021, que foi concedido pela ADVB as empresas e instituições catarinenses que se destacaram por seus esforços em: Preservação Ambiental, Participação Comunitária e Desenvolvimento Cultural e Combate a pandemia. O case apresentado pela FAPESC na categoria Combate a pandemia, intitulado “Estudos, Benchmarking e Inteligência de Dados sobre a Covid-19”, demonstrou os esforços da Fundação em mobilizar e reunir de forma espontânea e voluntária, a comunidade científica do Sistema Catarinense de Instituições de Nível Superior para que a partir de seus conhecimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), mapeassem e avaliassem estudos e boas práticas de combate a pandemia (sob seus diversos aspectos), desenvolvidos em âmbito nacional e internacional e emitissem com máxima agilidade, pareceres consubstanciados para o Núcleo Intersetorial de Inteligência de Dados sobre o COVID19 do Estado de Santa Catarina.

Em 2022 a Fapesc tornou-se signatária do Movimento Nacional ODS Santa Catarina, com o intuito de reforçar os valores da Fundação e mostrar que é capaz de impactar positivamente no mundo, aliando o desenvolvimento organizacional a ações socialmente responsáveis. Além dos impactos externos, as quais refletem diretamente na sociedade, nas mudanças do clima e na gestão dos recursos hídricos, a implementação dos ODS na Fapesc também impacta no ambiente interno, uma vez que, a implantação de iniciativas pautadas nos ODS, a médio e longo prazo proporcionam um ambiente mais saudável e inclusivo para os colaboradores.

A Fapesc exerce ativa atividade no CONFAP, Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, uma organização sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover uma melhor articulação dos interesses das agências estaduais de fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação no Brasil. Criado em 28 de abril de 2006, congrega 27 Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). Além de editais conjuntos, principalmente na área internacional, a Fundação participa de Grupos de Trabalho e da liderança do conjunto das FAPs dos Estados do Sul, atendendo às disposições da Lei nº 15.079/2010.

Em conjunto com o Conselho, a Fapesc vem fomentando o reconhecimento nas Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTI) catarinenses a selecionarem pesquisadores(as) renomados com trabalhos de grande potencial e/ou contribuição para o desenvolvimento da Ciência, Tecnológico e Inovativo (CT&I) do estado de Santa Catarina e do Brasil e, profissionais da área de comunicação, atuantes na difusão da CT&I, para participarem da etapa estadual de seleção e, conseqüente, concorrerem a etapa nacional do Prêmio CONFAP de CT&I.

Termos de parcerias

TERMO DE PARCERIA 2021TR748 FAPESC – BLUSOFT

Objeto: Formar 300 jovens e adultos no formato presencial, dando preferência aos jovens em risco social e pessoas com deficiência; formar 300 jovens e adultos no formato EaD síncrono (online em tempo real); formar mais de 5.000 jovens e adultos no formato EaD assíncrono através de Plataforma de Ambiente Virtual de Avaliação (AVA), em cursos de até 480 horas-aula sobre as competências em tecnologia da informação. Ao final do curso os alunos são contratados por empresas de TI de Blumenau e região, parceiras no Programa. O Programa conta ainda com a parceria da Prefeitura Municipal de Blumenau, e já possui mais de 15 edições.

TERMO DE PARCERIA 2020TR1529 FAPESC – UNESC

Objeto: Repasse de recursos financeiros para a consolidação do Sistema Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação, fortalecendo as redes de cooperação ligadas à inovação, em especial a finalização da etapa de implementação do Programa denominado Rede Catarinense de Centros de Inovação, mediante o fomento de recursos para a reforma e ampliação de espaço para a implementação do Centro de Inovação da região de Criciúma. Contou com a interveniência da SDE-SIE.

TERMO DE PARCERIA 05/2021 FAPESC – ACATE

Objeto: Cooperação técnica dos partícipes no apoio, suporte técnico e inclusão dos participantes do PROGRAMA DE APOIO A CURSO DE FORMAÇÃO DE DESENVOLVEDORES PARA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – TI NO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO DE SANTA CATARINA Programa Dev-TI SC+Tec com as empresas de tecnologia do Estado, associadas ou não à ACATE, visando efetiva inclusão, absorção e contratação para o mercado de trabalho, indo ao encontro com a missão da FAPESC que objetiva o avanço de todas as áreas de conhecimento, visando o desenvolvimento de Santa Catarina atendendo às demandas do mercado de tecnologia.

Centro de Informática de Santa Catarina – CIASC

A empresa foi criada em 13 de agosto de 1975, através da Lei Ordinária nº 5.089/1975, e tem por objetivo "executar políticas de tecnologia de informação, comunicação e governança eletrônica, bem como de tratamento de dados e informações, e assessorar tecnicamente os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual. (Lei Complementar 741/2019).

O mundo digital em que vivemos tem desafiado as empresas de tecnologia a ir além da entrega de produtos, e a exercer um papel fundamental no negócio do cliente, buscando soluções digitais inovadoras e que agreguem efetivo valor.

A empresa realiza também, serviços em consonância com o disposto no inciso IX do art. 10 da Lei Federal nº 7.783/1989, nossas atividades são consideradas essenciais.

Portanto, o CIASC é uma empresa pública prestadora de serviços públicos essenciais, que executa o processamento de dados para diversos órgãos e entidades públicas estaduais, federais e municipais, que tem por atribuição a execução de serviços públicos essenciais.

Dentre os órgãos e entidades públicas atendidos estão, inclusive, os que executam serviços públicos considerados inadiáveis à coletividade (nos termos do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 7.783/1989), que quando não atendidos colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde, a segurança ou ainda o bem-estar da população.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Lei Complementar nº 741/2019, definiu em seu art. 79, parágrafo único, que compete ao CIASC:

- I – apoiar a integração dos sistemas informatizados dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual e das respectivas bases de dados em uma rede de governo;
- II – apoiar a gestão dos processos informatizados dos serviços públicos;
- III – prestar consultoria em tecnologia da informação e governança eletrônica na área pública;
- IV – administrar ambientes informatizados do serviço público estadual;
- V – desenvolver e gerenciar sistemas aplicativos estratégicos na área pública;
- VI – desenvolver tratamento de imagens e páginas da internet públicas;
- VII – gerenciar e dar suporte e manutenção à infraestrutura da rede de governo em operação;
- VIII – executar serviços de tecnologia da informação e governança eletrônica para os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual;
- IX – executar, mediante convênios ou contratos, serviços de tecnologia da informação e governança eletrônica para órgãos e entidades da União e dos Municípios;
- X – prestar serviços de certificação digital para os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual; e
- XI – assessorar tecnicamente o órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação na gestão de suas ações.

A Empresa poderá exercer atividades acessórias ou correlatas aos objetivos sociais acima enumerados, quando atender aos seus interesses.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Prover soluções inovadoras em tecnologia, visando à melhoria da administração pública em Santa Catarina e dos serviços prestados ao cidadão.

VISÃO: Ser reconhecido como a melhor opção em soluções de tecnologia para a administração pública em Santa Catarina.

SLOGAN: “Integrando o governo, conectando as pessoas.”

VALORES: Competência - Com conhecimento, habilidade e atitude; Compartilhamento do conhecimento - Por meio da cooperação, comprometimento e espírito de equipe; Evolução - Melhoria contínua com base na criatividade e inovação; Responsabilidade - Respeito às pessoas e ao interesse público; Confiabilidade - Efetividade nas soluções com credibilidade, segurança e sigilo.

ESTRUTURA: Os agentes de Governança são responsáveis pelo constante aprimoramento do sistema de Governança Corporativa da empresa. Abaixo, segue ilustração dos órgãos que compõem a estrutura organizacional do CIASC até o nível de Diretoria. As atribuições de todos os Órgãos Colegiados estão detalhadas no Estatuto Social da Empresa.

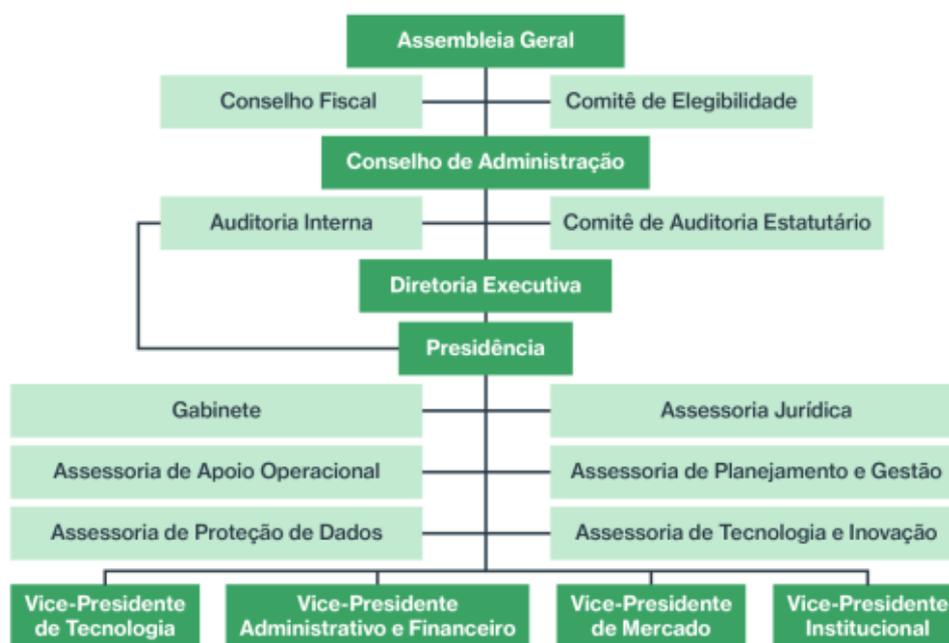


Figura 4 – Estrutura organizacional do CIASC até o nível de Diretoria

CARREIRAS/SERVIDORES:

Considerando que o corpo funcional da empresa possui papel fundamental no desenvolvimento das soluções de tecnologia da informação e comunicação para o Governo, as relações trabalhistas são consideradas um fator importante para o cumprimento dos objetivos do CIASC e reduzem os riscos associados à continuidade dos negócios.

Uma gestão cuidadosa dos assuntos relacionados a relações trabalhistas, incluindo acordos coletivos, é uma parte importante da estratégia para valorizar o corpo funcional da empresa, cuja carreira está amparada pelo PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salário.

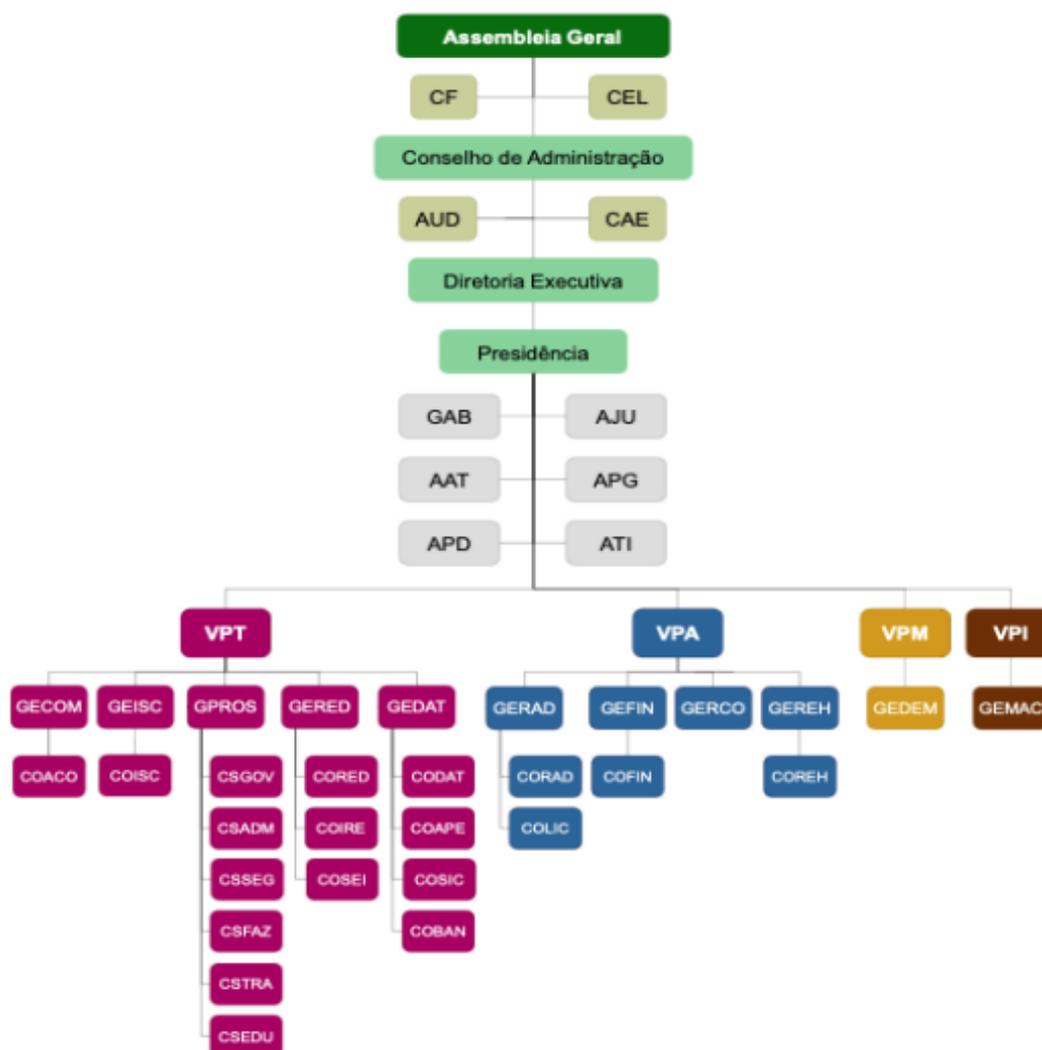
Com objetivo de motivar os empregados e reter talentos, o CIASC investe no desenvolvimento profissional de seus empregados, bem como incentiva a colaboração, a adoção de uma cultura ágil, a internalização de novas tecnologias e a inovação.

Quantidade de Empregados Por área de Atuação e Escolaridade

| Áreas de Atuação | Quantidade | % |
|--------------------------------------------|------------|---------------|
| Administração/ Finanças / Recursos Humanos | 68 | 18,58 |
| Tecnologia | 298 | 81,42 |
| TOTAL | 366 | 100,00 |

| Escolaridade | Quantidade | % |
|--------------------|------------|---------------|
| Até o ensino médio | 92 | 25,14 |
| Superior | 147 | 40,16 |
| Especialização | 106 | 28,96 |
| Mestrado | 19 | 5,19 |
| Doutorado | 2 | 0,55 |
| TOTAL | 366 | 100,00 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Para tornar possível uma transformação digital no Governo, com reflexos no atendimento do cidadão, o CIASC se organiza nas seguintes verticais de atuação: Rede de Governo, Data Center, Software e Inteligência.

Rede de Governo

A Rede de Governo é a Rede de comunicação implementada e administrada pelo CIASC para uso exclusivo dos órgãos do Governo. Trata-se de uma rede 100% fibra óptica com disponibilização de circuitos de alta velocidade, que viabiliza a integração dos órgãos governamentais, abrangendo as três esferas de Governo e os três níveis da Administração Pública.

Atualmente, o CIASC conta com 3.373 pontos ativos na rede, distribuídos pelo estado.

Garantia da qualidade dos serviços de provimento Internet através da manutenção de uma boa solução de segurança e de circuitos de conexão.

Outros objetivos são o início da atualização dos equipamentos DWDM do Backbone, a expansão no fornecimento do serviço Wi-Fi e a criação de novos serviços para atendimento dos clientes de rede.

Data Center

O Data Center SC é a infraestrutura responsável pelo processamento e armazenamento de grande parte dos sistemas e dados do Governo de Santa Catarina, com capacidade de armazenamento de 3,8 petabytes e com aproximadamente 1.750 servidores virtualizados. Contempla também os serviços relacionados à disponibilização de servidores, hospedagem de sistemas, serviços de nuvem, administração de dados, entre outros.

Entre as ações concluídas em 2022 incluímos a automação entre os dois sistemas de refrigeração do Datacenter, Instalação da nova solução de Backup, instalação de expansão de 600TB e storage, melhoria do atendimento no nosso Call Center com a contratação de mão-de-obra para atendimentos de primeiro e segundo níveis e ações voltadas ao Data Center de Governo instalado na Defesa Civil, como exemplo a ampliação da capacidade de processamento e armazenamento (infraestrutura para Big Data).

Para 2023 o foco estratégico envolve a contratação de ambiente de nuvem pública para disponibilizar aos clientes e deve acontecer no primeiro trimestre a contratação de mais 20 servidores de alto desempenho para ampliar a capacidade de processamento da nossa nuvem privada e substituição dos switches Core SAN (Storage Area Network) do datacenter, instalação do novo ambiente do NOC ("Network Operations Center", Centro de Operação de Rede), sensoramento de ambiente semelhante ao que instalamos no nosso Data Center, estamos vendendo serviços de mensageria para todos o Brasil (Ciasc ATD) com mais de 35.800 licenças entregues aos clientes espalhados pelo Brasil, a consolidação do Eternal que também estamos atendendo clientes por todo o Brasil. Necessidade de expansão do sistema de armazenamento de alto desempenho(NVME) para os serviços prestados em nosso datacenter que não poderão migrar para a nuvem pública , Object Storage (Armazenamento massivo de objetos), certificação ISO do RDC-Arq (Repositório Digital Confiável de Arquivos) do Ciasc que será a primeira empresa da América Latina a obter esta certificação. Para atender esta demanda iremos necessitar adquirir Object Storage para armazenar os arquivos de longa retenção, Ampliação do cabeamento estruturado do Datacenter. Com a demanda de colocation por nossos clientes está em forte crescimento seguramente necessitamos expandir o Datacenter, Contratação de nuvem Oracle para o Ciasc se tornar a Nuvem On premise Oracle para Clientes na região Sul do Brasil, aquisição de Licenciamento Vmware Cloud Foundation (VCF) para tornar a nossa Nuvem Privada transparente com a Nuvem Pública.

Software

A área de Software é responsável pela prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação nas principais áreas de atuação da administração pública (SEA, SEF, SED, SSP, DETRAN, SAR, etc.).

Ao longo de sua história junto ao Governo do Estado, os técnicos do CIASC adquiriram a experiência necessária no domínio do negócio para prover serviços de desenvolvimento de software e de websites. Hoje somos responsáveis por manter mais de 80 sistemas e 40 websites para diversos clientes.

Para 2023 a vertical de software continuará com o desafio de adquirir competência sobre análise de dados, apoiando na entrega de inteligência de dados para os governos e estará focada na transformação digital com a entrega de serviços digitais para o cidadão catarinense.

Inteligência

A vertical de Inteligência organiza e disponibiliza uma plataforma de Big Data que unifica diversas origens de dados de Governo, permitindo a visualização e análise integrada de informações, em tempo real, para auxiliar os gestores públicos na tomada de decisão.

Atualmente, nossa vertical de Inteligência possui esforços na área de Analytics, a partir da elaboração de painéis em PowerBI, na área de Engenharia de Dados, com o controle de ingestão, padronização, monitoramento e agendamento de cargas ao BoaVista, na área de Arquitetura de Infraestruturas Corporativas, incluindo a manutenção e evolução da infraestrutura de gerenciamento de identidade (login único), que permite o acesso ao portal "sc.gov.br" para ações que necessitem de login, bem como na área de DevOps, com ferramentas para automação de processos e aceleração da produtividade das entregas das verticais de negócio da empresa.

Para 2023, o foco estratégico continuará sendo o fortalecimento interno das disciplinas de Machine Learning e Inteligência Artificial, bem como o oferecimento das melhores soluções de automação para proporcionar aos times de desenvolvimento e suporte produtividade acelerada.

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

Abaixo segue a matriz de avaliação dos principais stakeholders do CIASC, considerando o poder de influência e interesse nos negócios da empresa.

| | | |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PODER / INFLUÊNCIA DO STAKEHOLDER | <p>ATENDER AS NECESSIDADES, MANTER SATISFEITOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tribunal de Contas do Estado. - Secretaria de Estado da Administração. | <p>PRINCIPAIS, ENGAJAR E ACOMPANHAR DE PERTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Governo do Estado de Santa Catarina. - Conselho de Administração. - Conselho Fiscal. - Grupo Gestor de Governo. - Clientes. - Empregados. - Imprensa. |
| | <p>MENOS IMPORTANTES, COLOCAR O MÍNIMO ESFORÇO</p> | <p>MOSTRAR CONSIDERAÇÃO, MANTER INFORMADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecedores. - Consumidores/Cidadão. - Sindicato. - Representante dos empregados. |
| | INTERESSE DO STAKEHOLDER NA ORGANIZAÇÃO | |

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

O CIASC ao longo dos últimos 4 anos vem investindo nas tendências tecnológicas e de sustentabilidade, sempre se adequando às tendências orientadas pelo Gartner para manter a empresa alinhada com as iniciativas de governos junto ao cidadão.

Foram feitos investimentos da ordem de 50 milhões, proporcionando o aprimoramento e a renovação das tecnologias e dessa forma entregando tecnologia moderna, segurança e qualidade aos nossos dados e clientes, dos quais destacamos:

- Contratação e instalação da nova solução de Backup no site redundante;
- Aquisição de 20 novos servidores para Data center, aumentando significativamente a capacidade de processamento do Data center;
- Contratação e instalação da nova solução para ampliação no número de atendentes no nosso Call Center;
- Substituição de todos os desktop dos funcionários por notebooks;
- Aquisição de dois switches SAN (Storage Area Network). São os switches principais de interconexão entre os servidores e os Storages;
- Aquisição e instalação de firewall nos dois data centers;
- Aquisição de um Storage de 1PB;
- Expansão de 600TB do Storage;
- Aquisição de rádios wi-fi para instalação em nossos clientes. Só na PMJ foram mais de 2.200 rádios;
- Instalação de uma nova subestação 100% redundante, garantindo a continuidade no fornecimento de energia para o Datacenter e para toda a empresa. Está incluída nesta solução uma usina a diesel de geração de energia de 2MW de potência;
- Para mitigar riscos de parada do Datacenter, instalamos um segundo sistema de refrigeração do ambiente, bem como a automação entre os dois, com isso mitigamos os riscos de parada por falta de refrigeração do Datacenter;
- Replicação dos sistemas para o site da Defesa Civil utilizando a plataforma VMware Site Recovery Manager;
- Aquisição da Solução de Proteção de dados (Backup) incluindo hardware e software;
- Aquisição de equipamentos para sustentação da plataforma BIGDATA/HADOOP. - 8 servidores x86, sendo 4 hospedados no site CIASC e 4 hospedados no site da Defesa Civil;
- Aquisição e renovação de Licenças do datacenter:
 - Renovação de Licenciamento VMware vSphere Enterprise Plus;
 - Upgrade de licenciamento VMware vRealize Standard para vRealize Advanced;
 - Licenciamento SQL;
 - Licenciamento Microsoft Windows Server;
 - Regularização de demais licenciamentos Microsoft, RDS, CALs, etc).

Na área de soluções e serviços para governo podemos destacar:

- Ciasc ATD (Área de Trabalho Digital), ferramentas de conexão e interação, para um serviço público mais integrado e eficiente, desenvolvido a partir da solução google, onde nos tornamos o principal parceiro para governo do Brasil e inserimos toda a gestão administrativa, de domínios e de IgpD, bem como integramos solução zero trust da fortinet e entregamos para governos uma solução com segurança para escritório remoto e acessos seguro a aplicações internas de governo;

- Ciasc Eternal padrão de excelência para guarda segura de dados a longo prazo e preservação digital;
- Nossa solução Boa Vista vem sendo integrada com machine learning para detectar tendências, já sendo utilizadas na área de agricultura;
- O Govlink entrega 75 % das redes de governo do Estado, voltados para serviços agregados aos órgãos conectados, atingindo a marca de 3.388 unidades no final de 2022;
- Na rede temos como parceiros as maiores prefeituras de Santa Catarina. No caso de Joinville, além de serviços da datacenter, fornecemos toda a rede de fibra e mais 2300 pontos de redes sem fio, inclusive para escolas municipais, conseguindo com isso entregar valor para o cidadão;
- Primeira parceria no Brasil entre uma Empresa Pública Estadual com uma Empresa Privada, através da Lei 13.303/2016. Tendo como finalidade de transformar o Governo sem papel, gestão documental e preservação dos dados por longa duração, conforme determina o CONARQ;
- Painel Covid-19 para gerenciamento da pandemia com todas as integrações entre os diferentes sistemas realizadas via BoaVista;
- Dados abertos sobre a pandemia;
- Sistema de Informações Geográficas para localização de infectados;
- Sistema para que laboratórios particulares informem dados sobre o resultado dos exames de COVID-19;
- Portal da Transparência do Poder Executivo;
- Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC);
- Portal SCTransferências;
- SC Mais Renda;
- Sisp Conecta - Primeiro sistema de gestão de identidade integrado ao Gov.br com autenticação de duas vias, aprimorando a segurança e a adequação à LGPD do SISP; Permite consultas e acesso remoto e móvel dos agentes de segurança aos dados do SISP;
- Unificação do RG e CPF na emissão de carteiras de identidade;
- App Vistorias Mobile;
- Desenvolvimento de um novo site para o Detran Digital, utilizando consultoria especializada em UX (experiência do Usuário) tornando muito mais acessível para o cidadão, facilitando o acesso às informações do Detran;
- Implantação do Sistema para Matrícula On-line para todo o Estado;
- Implantação do Sistema de Avaliação Institucional das Escolas;
- Indicadores de Desempenho da Educação;
- Matrizes curriculares do Novo Ensino Médio;
- Novas versões dos Apps EstudanteSC e ProfessorSC;
- Implantação da Carteira Estudantil via aplicativo;
- Validação do Atestado de Frequência para compra de passe escolar;
- Melhorias na implantação do Novo Ensino Médio;
- Integração do SISGESC com Google Classroom para viabilizar as aulas em ambiente online para a rede pública de ensino;

- Ferramenta para preenchimento do Educacenso;
- Suporte no desenvolvimento de painel sobre o UNIEDU em parceria com a SED;
- Sistema de inscrições online para o simulado do ENEM DIGITAL SC para os estudantes da rede estadual;
- Matrícula on-line;
- Bolsa Estudante;
- Censo Escolar;
- Serviços digitais de SC - SC Digital;
- Sistema de Gestão de Cessão de Uso de Imobilizado;
- Sistema de Monitoramento de Preços e Terras Agrícolas;
- Sistema de Monitoramento de Safra Agrícola;
- Cadastro Fundesa - Fundo Estadual de Sanidade Animal;
- Site Infoagro;
- Aplicativo Infoagro.

Na área de Governança e Sustentabilidade

- Na área de Recursos Humanos, foi efetuado o chamamento de todas as vagas em aberto do Concurso público em vigor proporcionando desta forma o incremento de 45 empregados em relação ao ano de 2018, sendo 36 na atividade finalística, necessários para atendimentos das demandas existentes;
- Adequação à Lei 13.303/16, com alteração do Estatuto Social e do Regimentos Interno com destaque para estrutura de Governança;
- Criação da Assessoria de Proteção de Dados (APD) voltada para LGPD, segurança e privacidade dos dados;
- Criação da Assessoria de Planejamento e Gestão (APG), voltada para Planejamento Estratégico, Governança, Gestão de Riscos, Controle Interno e Compliance;
- Criação de políticas e normativas voltadas à segurança e privacidade de dados atendendo assim a LGPD boas práticas de mercado;
- Implantação de Painel de BI para acompanhamento do Planejamento Estratégico e da Gestão de Riscos;
- Na área de compliance destacamos além da Gestão de riscos, a implantação do Código de Conduta e Integridade e treinamento anual sobre a matéria, criação de normativas, criação do Programa de Integridade e Compliance e do Plano de Integridade;
- implantação do projeto de acessibilidade, atendendo aos normativos e transformando o CIASC em referência em acessibilidade no Setor Público, (com a construção de rampas, passagens elevadas, saídas e passagens acessíveis e reforma das calçadas externas (em andamento), e realizando a gestão da sustentabilidade socioambiental.) .

Prêmios e reconhecimentos

- Anuário Informática Hoje por três anos: Prêmio Destaque do Ano no segmento Prestadores de Serviços/Governo, em evento organizado pela Fórum Editorial, produtora do Anuário Informática Hoje, nos anos de 2019, 2020 e 2022;

- BoaVista no ICEGOV: apresentação sobre a Plataforma no International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance, na cidade de Guimarães, Portugal;
- BoaVista no Evolve: a experiência com a Plataforma BoaVista foi apresentada na cerimônia de entrega do prêmio Data Impact Awards, durante o Evolve 2022, em Nova Iorque. A infraestrutura de Big Data do CIASC foi escolhida como uma das finalistas da premiação;
- Medalha do Mérito da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina “Luiz Carlos Schmidt de Carvalho”: o profissional Atanásio Antunes Vieira foi condecorado com a honraria concedida pelo Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial (CSSPPO);
- Moção de aplausos na ALESC: o CIASC recebeu, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), uma moção de aplauso por ter ficado entre os três finalistas do Prêmio Excelência em Governo Eletrônico – 2021, com o projeto “SISP Conecta – Inteligência Policial Integrada”;
- Troféu “A Força Catarinense na Pandemia”: condecoração entregue pela Associação Catarinense de Medicina (ACM) em reconhecimento aos trabalhos prestados pelo CIASC no enfrentamento à pandemia de Covid-19;
- The Developer’s Conference – TDC Innovation “Desafios para criação do futuro digital”: participação de profissionais da empresa como painelistas, na apresentação de cases de produtos e soluções desenvolvidas pelo CIASC, nas trilhas “Agile e Agile Coaching” e “Data-Science”;
- Connected Smart Cities & Mobility Nacional 2022: apresentação dos temas “Smart City e os impactos na privacidade dos cidadãos” e “Gestão de Tecnologias da Informação na Educação Inclusiva”;
- I Seminário de Inteligência de Segurança Pública de Santa Catarina: participação com a palestra “Futuro dos Sistemas Informatizados de Inteligência”;
- Summit Cidades 2022: divulgação das soluções que a empresa possui para a administração pública municipal, como GovLink, Eternal, Área de Trabalho Digital, Serviços de Virtualização e Data Center, e outros; e apresentação das palestras “CIASC Proteção de Dados e a LGPD” e “CIASC ETERNAL – Seus dados em Segurança e Preservados para o Futuro”;
- 4º Hackathon Smart Cities #DesenvolveSC: o evento aconteceu de forma simultânea ao Summit Cidades 2022, e teve a participação do CIASC na organização e com profissionais nas mentorias e comissão julgadora.

Instituto de Metrologia de Santa Catarina – IMETRO / SC

O Imetro-SC é o Órgão Delegado do Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, com a atribuição de atuar em todo o Estado de Santa Catarina no controle metrológico legal e na fiscalização da conformidade de bens e serviços. Está localizado em São José e possui quatro Escritórios Regionais localizados em Tubarão, Chapecó, Itajaí e Joinville.

O objetivo geral do Imetro-SC é propiciar confiança nas medições e nos produtos das relações de consumo de Santa Catarina.

No âmbito da Metrologia Legal, compete ao Imetro-SC a verificação metrológica de instrumentos de medição e a fiscalização do peso, volume, dimensões ou número de unidades de produtos pré-embalados.

Na área da avaliação da conformidade, compete ao Imetro-SC a fiscalização da conformidade de produtos e serviços que podem oferecer risco à segurança ou saúde dos consumidores.

Com este trabalho, o Imetro-SC se coloca como o principal ator na infraestrutura da qualidade de Santa Catarina, contribuindo para a competitividade do setor produtivo, assegurando a justa concorrência no mercado e protegendo o consumidor catarinense.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As principais competências e atribuições do Imetro-SC provêm de delegação do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia – Inmetro.

Como único órgão delegado do Inmetro em Santa Catarina, o Imetro-SC é responsável pela entrega de serviços na área da metrologia legal e da avaliação da conformidade, em prol da justa concorrência, do desenvolvimento do setor produtivo e da proteção dos consumidores.

Na área da metrologia legal, o Imetro-SC realiza a verificação da confiabilidade metrológica de instrumentos de medição, como as balanças comerciais e clínicas, as bombas medidoras de combustíveis, os taxímetros, os radares, os bafômetros, os cronotacógrafos e os medidores de pressão arterial, dentre outros. Ainda na metrologia, é responsabilidade do Imetro-SC a fiscalização da quantidade de produtos pré-embalados como, por exemplo, os produtos da cesta básica de alimentos e os produtos de limpeza, dentre muitos outros.

Na área da avaliação da conformidade, o Imetro tem como competência e atribuição a vigilância do mercado de produtos e serviços regulamentados pelo Inmetro e que podem oferecer risco aos consumidores. Artigos infantis, eletrodomésticos, materiais elétricos e de construção, instalador de GNV veicular e mantenedor de extintor de incêndio são alguns exemplos de produtos e serviços fiscalizados pelo Imetro-SC.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Contribuir para a competitividade do setor produtivo, para a justa concorrência e para o bem-estar da sociedade catarinense, proporcionando confiança nas medições e segurança de produtos e serviços.

VISÃO: Ser reconhecido pelo setor produtivo catarinense como uma instituição de apoio na superação dos desafios da evolução tecnológica, que envolvem metrologia e segurança de produtos.

VALORES: Integridade; Foco em resultados; Orientação para o cliente (empresa de boa fé); Valorização Humana; Excelência; Simplicidade; Transparência.

ESTRUTURA:

O Imetro-SC tem a seguinte estrutura orgânica:

Órgãos de Assistência e Assessoramento Direto e Imediato ao Presidente

Gabinete do Presidente:

- Assessoria de Gabinete;

- Assessoria de Comunicação;
- Procuradoria Jurídica;
- Coordenadoria de Controle Interno;
- Inspeção;
- Ouvidoria;
- Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais – LGPD;
- Comissão de Ética Pública;
- Comissão de Destruição.

Órgãos de Execução de Atividades Meio:

- Diretoria de Administração e Finanças;
- Gerência de Administração e Finanças;
- Supervisões Regionais;
- Gerência de Planejamento e Avaliação;
- Gerência de Licitações e Contratos;
- Gerência de Gestão de Pessoas.

Órgãos de Execução de Atividades Finalísticas:

- Diretoria de Metrologia Legal;
- Gerência de Metrologia Legal;
- Gerência de Produtos Pré-Medidos;
- Diretoria de Fiscalização da Qualidade;
- Gerência de Fiscalização de Produtos;
- Gerência de Fiscalização de Serviços.
- Sede Administrativa

Rua do Iano, 1791 – Nossa Senhora do Rosário – São José – SC - CEP: 88110-603

- Escritório Regional de Chapecó

Avenida Getúlio Dorneles Vargas, esquina com rua Bolívia, 3600 – Líder – Chapecó – SC - CEP: 89805-184

- Escritório Regional de Itajaí

Rua Rosa Orsi Dalçóquio, 800 – Cordeiros – Itajaí – SC - CEP: 88311-720

- Escritório Regional de Joinville

Rua Tenente Antônio João, 525 – Saguçu – Joinville - CEP: 89221-543

- Escritório Regional de Tubarão

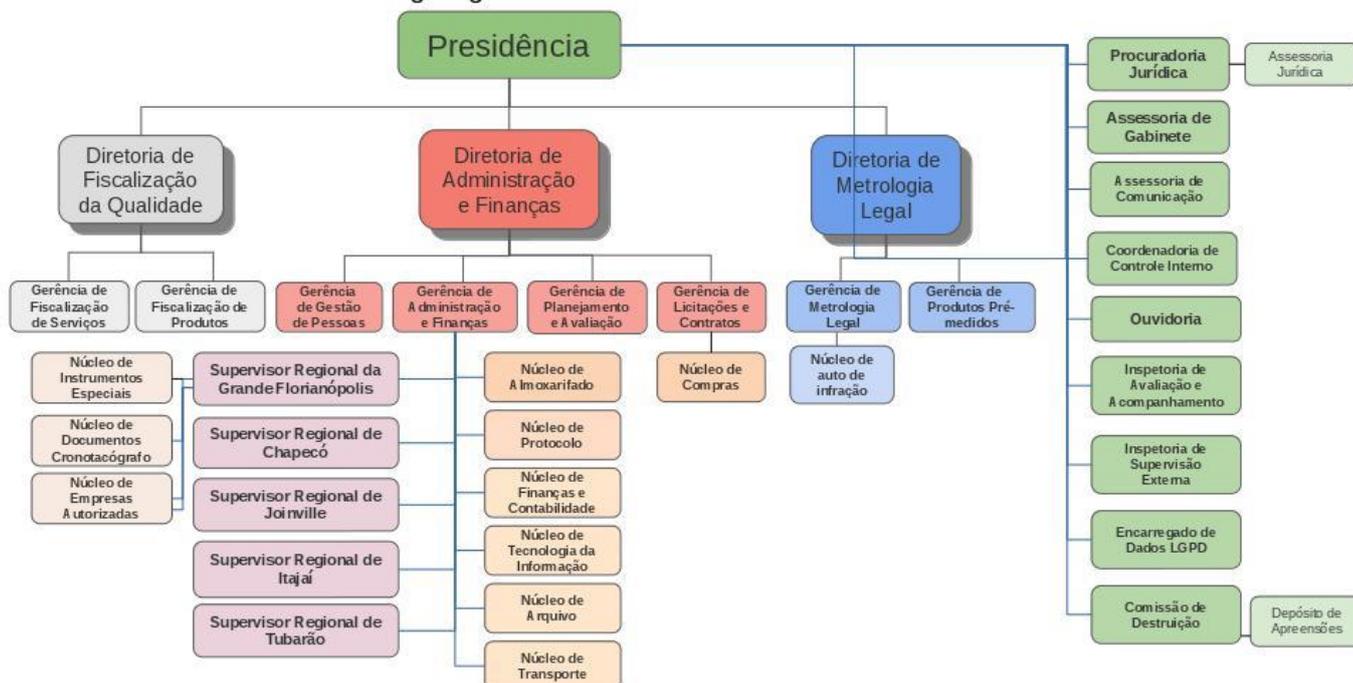
Rua Antônio Hulse, 323 – Dehon – Tubarão – SC - CEP: 88704-730

CARREIRAS/SERVIDORES:

Celetistas e Estatutários.

ORGANOGRAMA

Organograma Imetro-SC



ÁREAS DE ATUAÇÃO

O IMETRO/SC desenvolve suas atividades em dois macroprocessos:

- Metrologia Legal;
- Avaliação da Conformidade.

A **Metrologia Legal** possui dois processos:

1) Verificação e fiscalização de instrumentos de medição que assegura a confiabilidade metrológica nos medidores regulamentados pelo INMETRO, como por exemplo:

- Para o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços: aproximadamente 50 mil balanças de pesagem, 15 mil bombas medidoras de combustíveis, além de tanques transportadores de combustíveis.
- Para segurança no trânsito: radares, bafômetros, taxímetros e cronotacógrafos.
- Para proteção da saúde: balanças clínicas, medidores de pressão arterial e termômetros.
- Para defesa do meio ambiente: analisadores de gases de veículos automotores.

2) Inspeção de produtos pré-embalados, que propicia maior confiabilidade metrológica quanto a quantidade indicada nas embalagens dos produtos:

- verificação de massa (arroz, feijão, macarrão, etc);
- verificação de volume (bebidas em geral, óleos comestíveis, detergentes, etc);
- verificação das dimensões, como comprimento, largura e altura;
- verificação do número de unidades (papel higiênico, guardanapos de papel, palitos de dente, etc).

A **Avaliação da Conformidade** possui dois processos:

1. Fiscalização da segurança de produtos, que objetiva verificar a conformidade dos produtos de certificação obrigatória, tais como artigos infantis (brinquedos, cadeirinha para carro, carrinho de bebê e cadeirinhas de alimentação), materiais elétricos e de construção (fios, cabos, barras de aço, tijolos), peças automotivas (pneus, freios, amortecedores, baterias), botijão, mangueira e regulador de pressão para GLP, capacetes para motocicletas e produtos têxteis, dentre muitos outros.
2. Fiscalização da segurança de serviços, verifica a conformidade das empresas, por exemplo, de manutenção de extintores de incêndio, instaladores do sistema para uso do GNV, requalificadoras de GNV e reformadoras de pneus.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Capacidade técnica/comprometimento dos servidores 2. Natureza da atribuição (apelo socio-econômico) 3. Imagem/credibilidade do INMETRO 4. Comunicação externa 5. Relacionamento com Gestores 6. Estabilidade 7. Horário de trabalho bom 8. Salário em dia | <ol style="list-style-type: none"> 1. Repasse do Inmetro independente de produtividade 2. Repasse do Inmetro insuficiente 3. Baixos salários e falta de plano de cargos e salários 4. Falta de capacitação/treinamento 5. Falta de pessoal 6. Deficiência na comunicação interna 7. Fluxo de trabalhos não definidos formalmente 8. Estrutura técnica 9. Falta de Planejamento Estratégico 10. Regimento interno desatualizado 11. Recurso tecnológico não condizente com o mercado 12. Diferenciação no tratamento entre CLT x Estatutário. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Novo governo federal mais expansionista 2. Tecnologia simplificando processo (automatização) 3. Relacionamento com empresários/outras órgãos 4. Dependência do sistema informatizado do INMETRO 5. Equiparação das gratificações do Instituto 6. Concurso público 7. Plano de cargos e salários | <ol style="list-style-type: none"> 1. Interferência Política 2. Metas/legislações estabelecidas pelo INMETRO <ol style="list-style-type: none"> 1. Dependência do sistema informatizado do INMETRO 2. Falta de plano de cargos e salários 3. Economia/crise 4. Falta de conhecimento e reconhecimento pelo Estado 5. Falta de concurso público 6. Descumprimento do convênio quanto ao repasse por parte do INMETRO |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Corpo Funcional.

EXTERNAS:

- Inmetro;
- Estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço que fabrique ou faça uso de instrumentos de medição regulamentados pelo Inmetro;
- Estabelecimento comercial ou industrial que fabrique, importe ou comercialize produtos pré-embalados;

- Estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço que fabrique, importe, distribua ou comercialize produtos cuja conformidade é regulamentada pelo Inmetro;
- Estabelecimentos prestadores de serviços cuja conformidade é regulamentada pelo Inmetro;
- Governo de Santa Catarina;
- Secretaria da Indústria, do Comércio e do Serviço – SICOS;
- Demais Secretarias do Governo SC;
- Ministério Público Santa Catarina - MPSC;
- PROCON;
- Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC;
- Polícia Civil;
- Instituto Geral de Perícia - IGP;
- Vigilância Sanitária;
- Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;
- Associações;
- Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ;
- Empresas contratadas;
- Cidadão;

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Segundo o Relatório de Gestão 2019 – 2022:

2019 – 2020

Nestes dois primeiros anos de gestão foram muitos os desafios, mas nem mesmo os dois principais fatores, redução do repasse de verbas em 2019, e a Pandemia mundial, em 2020 - que quebrou a economia do planeta e segue causando danos até hoje, foram impedimentos para que, na soma dos esforços com trabalho árduo, planejamento e criatividade, aliadas ao empenho de cada um dos servidores do Imetro-SC, levassem a autarquia a cumprir com êxito, seu papel na defesa dos interesses do cidadão catarinense.

Superação de metas

Apesar de muita luta para superar as metas, frente ao confronto com uma pandemia mundial, os números foram expressivos. Várias manobras e operações foram adequadas ao momento vivido. E lógico, obedecendo todas as normas de segurança.

Iniciativa Inédita

A nova gestão inseriu o laboratório de glaciados para armazenagem de produtos pré-medidos, proporcionando o aumento da fiscalização na área dos pescados, bem como o termo de cooperação com o mapa, para cedência do caminhão frigorífico.

Superação de metas

No balanço de 2019, a realização de iniciativa inédita no HTTG-SC. Com atuação de força-tarefa da Diretoria de Fiscalização da Qualidade de Produto, foram concluídos 1.383 processos pendentes, alguns desde 2016, gerando receita de mais de R\$ 14 milhões para os cofres públicos.

Apesar de o contingenciamento e a redução do repasse de verbas em 2019 ter impacto direto na administração do Estado, o Imetro-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina), com gestão exemplar e trabalho, superou todas as metas estipuladas pelo Inmetro nacional.

Dentre os números da autarquia, Vele destacar os programas expressivos no plano anual de trabalho, como a inspeção de mais de 67 mil cronotacógrafos, e de 44 mil balanças, somadas as de precisão, rodoviárias e comerciais. Nas ações de fiscalização, o setor de Qualidade de Produtos realizou aproximadamente 25 mil, em mais de 140 municípios.

Foram mais de 800 ações em Operações Especiais, aquelas em que a RBMLQ-I (Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade) de todo o país trabalha em conjunto na fiscalização de instrumentos, produtos e serviços.

O Imetro-SC também trabalhou forte no apoio aos empreendedores de Inovação Tecnológica de todo o Estado. A autarquia empreendeu esforços para amparar os projetos: DDD (Disco Diagrama Digital), para a utilização em cronotacógrafos; Reitz Scan, equipamento que mede, avalia e quantifica as dores no corpo humano; Tomada Pierrot, que substitui as peças de três pinos, aceitando plugues de 10 e 20 amperes sem adaptadores.

Em outra frente, o Imetro-SC prestou apoio para a importação de equipamentos para a melhoria do PH e correção magnética da água. Em força-tarefa que exigiu 40 dias de trabalho na vistoria para a liberação de 53 caminhões-tanque da Librelato. O Imetro-SC também assessorou a empresa para que se tornasse autoverificadora dos caminhões, conforme normativa autorizada pelo Inmetro, publicada em agosto de 2019.

Outro foco do Imetro foram as operações especiais de fiscalização em Santa Catarina. Dividida em duas fases, Operação Apneia teve como objetivo a verificação dos vasos de pressão de compressores de ar, se atendiam aos requisitos exigidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro. Na primeira fase, em abril de 2019, nas cidades de Navegantes, Araquari e Palhoça, o resultado da ação foi a inutilização de dezessete compressores de ar com vaso de pressão que estavam irregulares em uma das empresas fiscalizadas.

Na segunda fase da Operação Apneia, foram fiscalizados cinco expositores de compressores de ar, durante a Feira Intermach, no mês de setembro, em Joinville. Das cinco empresas visitadas, três estavam de acordo com as normas estabelecidas e duas foram notificadas: uma por irregularidades na certificação e a outra por não estar de acordo, além de oposição à fiscalização. Na Operação Posto Seguro, foram fiscalizados 30 postos de combustíveis em cinco cidades. A ação integrada teve a participação da Polícia Militar, Polícia Civil, ANP (Agência Nacional do Petróleo) e a Fiscalização da Fazenda de Santa Catarina. Em outra ação conjunta, a Operação Cibus, em Joinville, houve prisão em flagrante de gerente de posto de combustível por crime ambiental e relação de consumo e interdição de dois estabelecimentos por falta de alvará da Polícia Civil. Enquanto a Operação Cabos de Aço fiscalizou a qualidade dos produtos comercializados em quatro cidades.

Também foi destaque do Imetro-SC a realização do 1º Fórum Catarinense do Uso Consciente do GNV. O evento foi um debate construtivo, com a presença dos mais renomados especialistas no setor. Foram apresentados dados, estatísticas e experiências, meios de prevenção a acidentes graves pelo uso incorreto do GNV.

Como órgão delegado, o Instituto de Metrologia seguiu diretrizes e dotação orçamentária do Inmetro nacional. Apesar da redução do repasse de verbas em 2019 ter impacto direto na administração - em Santa Catarina correspondeu a mais de 40% de redução na cobertura da área de atuação - em 2020 o Imetro-SC seguiu trabalhando para promover a qualidade de vida da população. Investindo na capacitação e a atualização de seus profissionais.

Instituição pública estadual, o Imetro-SC exerce o papel de orientar o empreendedor e defender os direitos do consumidor, fiscalizando dois aspectos fundamentais nas relações de consumo: a metrologia legal e a fiscalização da qualidade de produtos e serviços. Também busca a competitividade da economia, por meio da metrologia e da qualidade, consolidando-se como referencial de confiança junto à sociedade catarinense.

O Imetro-SC busca a qualidade de vida da população nas diversas áreas que atua, quando fiscaliza postos de combustíveis, equipamentos de Gás Nacional Veicular (GNV), brinquedos, cadeirinhas de bebê veiculares, produtos têxteis da linha feminina e mamadeiras, segurança de pneus automotivos e de motocicletas e capacetes de motociclismo, veículos e equipamentos que transportam produtos perigosos, preservativos masculinos, entre tantos outros produtos fiscalizados. O Inmetro, entre outras atribuições, faz a regulamentação e certificação de segurança de produtos, executa políticas de metrologia e verifica normas técnicas e legais referentes às unidades de pesos e medidas.

Iniciativas Inéditas

Aconteceram várias, na segurança de veículos movidos a GNV (Gás Natural Veicular); atuação fundamental durante a pandemia - com prioridade para fiscalização dos produtos de prevenção à Covid-19; ampliação de serviços de segurança de cargas perigosas no Estado; reestruturação na área de pescados; superação de metas e números expressivos no Plano Anual de Trabalho, foram algumas das ações do Imetro-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina) durante o conturbado ano de 2020.

Sistema GNV Seguro

Santa Catarina, através do IMETRO, está inovando com iniciativa inédita no País na segurança de veículos movidos a Gás Natural Veicular. O Sistema GNV Seguro tem o objetivo de evitar acidentes no abastecimento de veículos com instalação irregular de GNV, bem como combater o uso de equipamentos clandestinos.

O programa permitirá a identificação dos veículos regularizados com rapidez e praticidade, por meio da leitura do chip contido no Selo GNV (documento certificado pelo Imetro, que deve ser apresentado durante o abastecimento). O piloto do projeto foi apresentado em Florianópolis, e o sistema validado. Caso o sistema identifique irregularidade no selo, a bomba de abastecimento será bloqueada.

Adequação Lei GNV

O Imetro-SC também trabalha na adequação da Lei 16.402/2014, ao Projeto GNV Seguro, para ampliar a segurança e combater conversões clandestinas no Estado. O Instituto de Metrologia de Santa Catarina atuou ao lado de outras entidades, como a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), a ACOI (Associação Catarinense dos Organismos de Inspeção) e a Primi (Alta Tecnologia em Proteção de Receita e Operação).

Ampliação nos serviços de segurança de cargas perigosas

Com o objetivo de atender com maior eficiência as demandas de empresas relacionadas às cargas perigosas em Santa Catarina, o Imetro-SC está implantando dois novos Postos de Verificação de Veículos Tanque Rodoviário (VTR) - o caminhão-tanque, de transporte de combustíveis líquidos. Uma unidade em Tubarão, em processo de levantamento do local, e outra em Chapecó, cujas obras se iniciam em janeiro de 2021. Enquanto o posto de Itajaí segue a rotina das verificações diárias.

A frota total de caminhões-tanque em Santa Catarina é de 7.850 veículos. Enquanto a capacidade de verificação anual do Imetro-SC é de aproximadamente 1.000 caminhões, e o certificado vale por dois anos.

Com a entrada em funcionamento dos outros dois postos, triplicando a capacidade de fiscalização e emissão do Certificado de Verificação Metrológica, a tendência é de que a demanda reprimida anual das empresas de Santa Catarina tenha redução considerável.

Reestruturação da Área de Pescados

O Imetro-SC se destacou, obtendo reconhecimento nacional no controle de pescado congelado. A autarquia atua em toda cadeia produtiva, realizando fiscalizações desde a produção até o ponto de venda, onde o pescado é exposto ao consumidor final. Este trabalho é realizado muitas vezes em parceria com órgãos como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério Público de Santa Catarina, atuando, tanto em operações especiais, quanto em trabalhos rotineiros.

Em 2020 houve a reestruturação na área de Fiscalização de Pescados, com implantação de câmara fria para estoque de produto, aquisição de veículo de transporte de pescado congelado - por meio de cooperação com outro órgão de mesmo interesse - com a finalidade de expandir a coleta de pescados e produtos congelados para todo o Estado. Além do encaminhamento de Projeto de Laboratório de Pescados Congelados para o MPSC (Ministério Público de Santa Catarina).

Superação de metas e números expressivos

Nem mesmo a pandemia, de ordem mundial, impediu o Instituto de Metrologia de Santa Catarina, com gestão exemplar e trabalho, superar todas as metas estipuladas pelo Inmetro nacional. Na matemática da autarquia, há também números expressivos no plano anual de trabalho, como a inspeção de mais de 40 mil cronotacógrafos, e de 30 mil balanças, somadas as de precisão, rodoviárias e comerciais. Foram fiscalizadas 14.651 bombas medidoras de combustível, 493 restaurantes e 2.517 padarias.

Reconhecimento do setor produtivo ao Imetro-SC

Servir a sociedade, com qualidade e competência, é premissa básica do serviço público. Essa missão se tornou ainda mais exitosa com o reconhecimento do setor produtivo. Principalmente levando-se em conta as dificuldades impostas pela pandemia mundial da Covid-19, e os esforços da atual gestão do Imetro-SC para evitar prejuízos à indústria. Exemplo disso foi o reconhecimento público das Balanças Rinnert, de Braço do Trombudo (SC), ao trabalho de fiscalização inicial dos equipamentos para liberar a comercialização das balanças.

Ações em defesa do consumidor Graças a fiscalização em postos de combustíveis, o Imetro-SC conseguiu identificar fraudes e adulterações em equipamentos durante o ano de 2020. Ações como a realizada em Porto Belo, onde, em um mesmo estabelecimento, foram flagradas 18 bombas adulteradas. A operação por atividades suspeitas, em conjunto com a ANP, aconteceu de 17 a 24 de agosto, abrangendo os municípios de Itajaí, Gaspar, Blumenau, Camboriú, Porto Belo, São José e Tijucas.

Atuação forte no combate à Covid-19

Uma das prioridades do Imetro-SC foi na prevenção ao Novo Coronavírus. A autarquia deu especial atenção aos produtos utilizados na prevenção à Covid-19, como máscaras, óculos, luvas e álcool em gel, termômetros clínicos e os aparelhos de medir pressão (esfigmomanômetros).

No trabalho de aferição dos termômetros clínicos, as peças passaram por avaliação de qualidade no laboratório da sede do Imetro-SC, em São José, na Grande Florianópolis. Depois de aprovados, os equipamentos puderam entrar no mercado com a garantia de procedência e qualidade. Foram verificados e aprovados 66 mil termômetros clínicos.

Além dos termômetros clínicos, a autarquia trabalhou na fiscalização de outros materiais relacionados ao combate da Covid-19, como álcool, álcool em gel, luvas, máscaras, aparelhos de medir pressão, e balanças de clínicas e hospitais.

Dicas para prevenir acidentes domésticos no distanciamento social

O Imetro-SC também deu dicas para o distanciamento social. Com a suspensão das aulas escolares e os responsáveis em home office, chamou a atenção a necessidade de se prevenir acidentes domésticos e acidentes de consumo, principalmente com crianças.

PENSANDO NO FUTURO

O Imetro-SC está com vários projetos para o futuro com o objetivo da Autarquia de proporcionar melhor eficiência no processo de fiscalização, ampliar a extensão de suas atividades para todo o Estado de Santa Catarina e gerar para o seu consumidor a segurança na aquisição de produtos e serviços fiscalizados pelo Imetro-SC.

IMPLANTAÇÃO DO POSTO DE FISCALIZAÇÃO DE VTR EM CHAPECÓ E TUBARÃO

Em Santa Catarina, o Imetro-SC tem atuado na fiscalização de VTR em Itajaí, região que possui grande fluxo de veículos desta classificação. Entretanto, na região Oeste e Sul de há, igualmente, uma grande quantidade de VTR's, os quais, até então, estavam sendo fiscalizados nos postos do Rio Grande do Sul e Paraná, por conta da distância entre as empresas e o Posto de fiscalização em Itajaí.

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAJAÍ

Como mencionado anteriormente, em Itajaí, o Imetro-SC tem um escritório regional que possui um posto de fiscalização de VTR. Contudo, a estrutura é antiga e carece não apenas de reformas, mas de ampliação e modernização.

IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE DETECÇÃO DE FRAUDES

O Imetro-SC, em parceria com outras instituições públicas, como MPSC (Ministério Público de Santa Catarina) e IGP (Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina), pretende implantar de um Laboratório Especializado na Detecção de Fraudes Eletrônicas em Bombas Medidoras.

Nesta parceria, o objetivo é capacitar o Imetro a detectar fraudes eletroeletrônicas em bombas medidoras dos postos de revenda de combustíveis líquidos.

PROJETOS JÁ CONCLUÍDOS

- Renovação estética da sede do Imetro-SC em São José

O projeto da renovação estética visa conservar e preservar o bem público.

- Inserção de laboratório de gelados para armazenagem de produtos pré-medidos

Propiciou o aumento da fiscalização de produtos pré-medidos na área dos pescados

- Implantação de laboratório do setor da Qualidade e aquisição de equipamentos de análise técnica laboratorial

- Reestruturação e ampliação do estacionamento da sede do Imetro-SC em São José

- Implantação do pacote G-Suite, para modernização do sistema de e-mail's e arquivamento em nuvem

Visando acompanhar a tendência tecnológica e adequação a instituição investiu na implementação de uma melhoria em produtividade e colaboração, que oferece aos colaboradores e-mail comercial, agendas compartilhadas, edição e armazenamento de documentos on-line, videochamadas e muitos outros recursos.
EXEMPLO:

- Gmail. O e-mail é uma ferramenta muito confiável de comunicação entre diversos grupos diferentes. ...
- Google Sala de Aula. ...
- Google Drive. ...
- Google Agenda. ...

Google Meet.

- Implantação de POP/PAP's (Procedimentos Operacionais/Administrativos Padrão) nos setores de fiscalização e administrativos da Autarquia

A implantação dos Procedimentos Padrões nas rotinas administrativas e operacionais nas áreas mais sensíveis para todos os colaboradores, e que tem apresentado resultados significativos no alcance dos objetivos institucionais da autarquia.

IMETRO-SC Estreita relações com o Consumidor pelas Redes Sociais

O IMETRO/SC está estreitando mais sua relação com os Consumidores Catarinenses.

Através da OUVIDORIA, o consumidor pode denunciar, informar ou tirar dúvidas sobre a procedência de um instrumento de medição, produto ou serviço.

Pelo SITE tanto o consumidor como as empresas encontram dados e indicativos relevantes sobre o IMETRO e todos os serviços prestados pelo órgão.

Desde fevereiro o IMETRO/SC facilitou ainda mais o acesso através das REDES SOCIAIS.

Os links já estão disponíveis:

INSTAGRAM: https://www.instagram.com/imetro_sc

FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Imetro-SC-350189998923573/>

Na manhã do dia 28 de março o IMETRO SC lançou a sua primeira logomarca.

Estavam presentes a Presidente do INMETRO nacional, Angela Flores Furtado e o Secretário da Comunicação, Ricardo Dias. Participaram também todos os servidores da SEDE do órgão, os Supervisores dos Escritórios Regionais e os representantes de empresas convidadas para prestigiar o evento.

O IMETRO desenvolveu sua própria identidade visual sem gastos públicos. A logomarca, com as cores vermelho e verde de Santa Catarina e Azul do Inmetro, representa a ideia de proporcionalidade, demonstrando que mesmo com diferentes padrões, encontra-se um equilíbrio através dos serviços prestados pelo instituto.

Em discurso, o Secretário da Comunicação parabenizou a iniciativa do IMETRO SC como um recado ao cidadão catarinense.

A Presidente do INMETRO enfatizou a importância de representar nossa identidade para demonstrar confiança ao cidadão, pois "O INMETRO é a casa da Sociedade".

O Manual da Identidade Visual do IMETRO SC estará disponível no site nos próximos dias.

Identidade Visual representa equilíbrio



Assinatura do termo de cooperação com empresa de Serviços de Reciclagem de Pneus

A maior preocupação do órgão, é o impacto ambiental da destinação dos produtos apreendidos.

No dia 30 do mês de agosto, o Imetro SC, assinou mais um termo de cooperação, sempre buscando minimizar os impactos ambientais, pois quando os pneus não são descartados corretamente, o impacto ambiental pode ser catastrófico, tanto que esse produto demora centenas de anos para se decompor, além de que, são criadouros e abrigo para vetores de doenças, como a dengue.



Visita do presidente ao depósito da empresa, Planeta Serviços de Reciclagem LTDA

Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos no Imetro-SC



PCCV revisado foi entregue por Comissão de Servidores Estatutários

O Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos (PCCV), revisado pela Comissão de Representantes dos Servidores Estatutários foi entregue em 4 de dezembro, ao presidente do Imetro-SC, Rudinei Floriano.

O PCCV foi apresentado pelos servidores Cristiano da Conceição, Mário de Bulhões e Juliana Fernandes, representantes da Comissão, e será analisado pelo presidente Rudinei Floriano, protocolado no SGP-e, e encaminhado ao Governo do Estado.

Projeto de renovação estética, para conservar e preservar o bem público e ampliação do estacionamento da sede central



Inserção de laboratório de glaciados para armazenagem de produtos pré-medidos.



Proporcionando o aumento da fiscalização de produtos pré-medidos na área dos pescados.

Imetro-SC assina contrato da nova regional de Tubarão



Rudinei Floriano, presidente do Imetro-SC, assinou contrato das novas instalações da Regional na cidade de Tubarão. Com o novo imóvel, mais amplo, vão ser oferecidos mais serviços para toda região sul do estado.

A Regional oferecerá os serviços de verificação volumétrica nos caminhões tanques (VTR). Participaram do ato o presidente da SETRAM (Sindicato das Empresas de Logística e Transporte de Cargas da região - Amurel) e o diretor de metrologia do Imetro-SC, Paulo Fernando da Silva.

Implementação da LGPD

O Grupo de Trabalho Interno e gestores, nomeados pelo presidente do Imetro-SC, Rudinei Floriano, realizaram sua primeira reunião para a implementação das atividades de política de segurança e proteção de dados pessoais. Com o objetivo de esclarecer todas as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados - (LGPD - Lei nº 13.709/2018) o grupo ouviu a Encarregada de Dados Pessoais, servidora Andreia Bunn, durante a apresentação sobre Plano de Adequação ao Grupo de Trabalho Interno no auditório da sede de São José.

MUDANÇAS

De compras on-line a redes sociais, de hospitais a bancos, de escolas a teatros, de hotéis a órgãos públicos, da publicidade à tecnologia: a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) afeta diferentes setores e serviços, e a todos nós brasileiros e brasileiras, seja no papel de indivíduo, empresa ou governo.

Para entender a importância do assunto, é necessário saber que a nova lei quer criar um cenário de segurança jurídica, com a padronização de normas e práticas, para promover a proteção, de forma igualitária e dentro do país e no mundo, aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil.

E, para que não haja confusão, a lei traz logo de imediato o que são dados pessoais, define que há alguns desses dados sujeitos a cuidados ainda mais específicos, como os étnicos, os sobre crianças e adolescentes, e os dados que são tratados tanto nos meios físicos como nos digitais estão sujeitos à regulação.

Encontro de atualizações em procedimentos e assina acordo de parceria

Durante três dias os fiscais da área de Qualidade do Imetro-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina) participaram de atualizações e procedimentos operacionais de fiscalização nas áreas de produtos e serviços regulamentados. Desde o primeiro dia, os técnicos dos cinco escritórios regionais (São José, Tubarão, Itajaí, Joinville e Chapecó) discutiram as atualizações sobre fios e cabos elétricos conforme as novas normas vigentes.

O Sindicel concedeu um microhmímometro digital (um equipamento que tem a função de efetuar a medida das resistências dos fios elétricos, disjuntores, chaves, bobinas dos motores e de outros aparelhos) que será utilizado nas futuras operações do Imetro-SC.

Imetro-SC faz doações para FCEE

O Imetro-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina) realizou a doação de produtos periciados para a Fundação Catarinense de Educação Especial na última semana. A FCEE é uma entidade é cadastrada junto ao Imetro-SC e recebe, preferencialmente, os produtos oriundos de perícia metrológica que estejam em condições de uso ou aproveitamento.

Esses produtos são, preferencialmente, de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza, material escolar, entre outros, seguindo rigorosamente os procedimentos descritos em norma específica para destinação dos produtos. Este ano já foi contabilizado 12 doações para instituição, o que faz uma média de doações uma vez a cada mês.

Chapecó recebe equipamento para verificação de medidores de umidade de grãos

Após a conclusão do treinamento que formou três fiscais do Escritório Regional do Imetro-SC, em Chapecó, no laboratório de verificação de medidores de umidade de grãos no Paraná, a sede recebeu da empresa LocSolution um equipamento medidor especializado para a função. Foi entregue o modelo Motomco 999ESI e possui impressora integrada, o que permite interface com o computador, além de porta USB para pendrive e porta exclusiva Inmetro.

Os resultados são transmitidos via QR Code, mostrando a umidade, temperatura, PH e densidade, entre outras características que fazem dele um produto top de marca. O aparelho segue as normas do Inmetro estabelecidas na Portaria 402/2013 e NI 125/2017. "É exigido que os aparelhos tenham aprovação de modelo do Inmetro e passem por verificação inicial e periódica pelo órgão", explicou a diretora de marketing da LocSolution, Manoella Rodrigues da Silva.

Esta parceria tem por objetivo colaborar com as atividades desenvolvidas pelo Imetro-SC, garantindo maior segurança e transparência na comercialização de grãos, tanto para os produtores rurais como para compradores de grãos. O equipamento foi entregue pelo engenheiro agrônomo da LocSolution, Roney José Smolareck, que realizou treinamento com os responsáveis sobre as formas de uso do aparelho.

Lei aprovada pela Alesc busca mais segurança para abastecimento de veículos movidos a gás

A Assembleia Legislativa do Estado (Alesc) aprovou, no final do ano passado, projeto pioneiro no Brasil que altera as regras de abastecimento de veículos movidos a gás natural veicular, o GNV. O objetivo é trazer mais segurança para toda sociedade.

A lei, apresentada pelo deputado Coronel Mocellin (PSL) e sancionada pelo governo, estabelece que para abastecer um veículo a gás será necessária a liberação por meio de identificação eletrônica, que será autorizada apenas após a validação de autenticação do selo de GNV. Caso o automóvel não possua a autenticação, o frentista não terá como efetuar o abastecimento.

O objetivo é evitar possíveis acidentes durante o abastecimento de veículos em razão da instalação irregular do kit de GNV, como já verificado em outros estados, inclusive provocando a morte de pessoas.

O sistema permitirá a identificação dos veículos regularizados com rapidez e praticidade, por meio da leitura do chip contido no interior do Selo GNV. O desbloqueio da bomba para abastecimento se dará apenas com a leitura dos selos de veículos GNV regularizados.

"O Sistema GNV Seguro é uma ferramenta importante para ajudar no cumprimento da Lei Estadual 18.324 de 05/02/2022, que obriga apresentação do Selo GNV do Inmetro para abastecimento", ressalta o presidente do Imetro-SC, Rudinei Floriano.

Não haverá custo adicional aos proprietários de veículos para instalar o Selo, que passará a integrar o documento fornecido anualmente após a revisão obrigatória do kit veicular GNV.

"Nosso trabalho visa a combater as oficinas clandestinas que instalam kits pirateados, de baixa qualidade sem o selo do Inmetro, colocando em risco os usuários desses veículos convertidos irregularmente para o GNV, bem como de frentistas e todos aqueles que circulam no estabelecimento", complementa Rudinei Floriano.

Termo de cooperação é assinado para destinação correta de produtos apreendidos.

A empresa TR2- HPI-SC TRATAMENTO DE RESÍDUOS BIOLÓGICOS LTDA, assinou com o Imetro-SC, um termo de Cooperação que trata sobre os processos de inutilização e destruição de produtos apreendidos nas diversas operações realizadas pela autarquia.

"O IMETRO-SC está comprometido com a sociedade do início ao fim dos nossos processos. Na cooperação com a TR2, podemos promover a inutilização de produtos inviabilizados para o consumo, exercendo responsabilidade ambiental, pois a tecnologia da TR2 permite a filtragem das partículas nocivas geradas durante o processo", destacou Rudinei Floriano.

Assinado termo de cooperação GNV seguro

Uma parceria firmada entre Imetro-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina) e Acoi (Associação Catarinense dos Organismos de Inspeção) vai colocar em prática o Projeto GNV seguro. Um veículo oficial do Imetro-SC foi totalmente convertido para GNV, em uma espécie de projeto piloto visando essa conversão em toda a sua frota no futuro.

"O GNV é considerado um combustível mais eficiente que a gasolina, Diesel e Etanol. Ele é mais econômico, proporciona maior autonomia ao veículo e também é menos poluente", destacou o Presidente do Imetro-SC, Rudinei Floriano.

No ato de assinatura do termo participaram:

Rudinei Floriano- Presidente do Imetro-SC.

Layonn Volpato - Presidente do Núcleo ACGNV (Associação de convertedores de GNV).

Eduardo Maran Bueno- Presidente da ACOI (Associação Catarinense dos Organismos de Inspeção).

PRODUTOS APREENDIDOS PELO IMETRO-SC TERÃO DESTINAÇÃO CORRETA ATRAVÉS DA ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO

O IMETRO-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina) assinou um termo de cooperação com a Associação, Projeto Lixo Limpo, para dar uma destinação correta para os produtos apreendidos pelo órgão nas mais diversas ações pelo estado. "Estamos desenvolvendo uma forma de transformar as operações do IMETRO-SC com benefícios em prol da sociedade", revela o Presidente do IMETRO-SC, Cristiano Augusto Cruz.

A Associação Projeto Lixo Limpo, ajuda a desenvolver ações de reciclagem e inclusão social, como converter lixo em cadeiras de rodas para pessoas que possuem alguma necessidade especial.

PROJETO LIXO LIMPO

Iniciou com um grupo de amigos que se reuniam para pescar e resolveram fazer ações sociais às pessoas necessitadas da comunidade de Tijucas e região, se tornará uma associação.

O projeto já viabilizou o empréstimo e doação de cadeiras de rodas, cadeiras de banho e muletas para pessoas com dificuldades de locomoção, Além da doação de cestas básicas para famílias carentes entre outras ações através da colaboração da comunidade, e entidades com materiais recicláveis para a sua devida destinação.

Plano de trabalho (PT) e o Plano de aplicação (PA)

Decreto que regulamenta a Lei 18.307/2021. Que dispõe sobre o programa de retribuição por desempenho de atividade no âmbito do Instituto de Metrologia de SC.

Que tem como objetivo a valorização dos bons profissionais através da meritocracia, o PRDA estará sempre vinculado a meritocracia, porquanto na medida em que os servidores buscam seu aprimoramento profissional e melhoria no seu desempenho, alcançando resultados satisfatórios e anteriormente pactuados. Por consequência, o nível de satisfação de sua atuação, seja na área técnica ou administrativa, tende a melhorar, e isto será percebido por meio das avaliações institucionais.

Rudinei Floriano Presidente do Instituto de Metrologia de Santa Catarina - Imetro-SC

Deputado Estadual - Diplomado como Deputado Estadual de SC em 2021 pela ALESC

PMSC (Polícia Militar de Santa Catarina) Subtenente

FORMAÇÃO Graduado - Gestão em Segurança Pública - UNISUL (2009); Curso de Especialização em Policiamento Ambiental - PMSC (2008) Curso de Especialização MBA em Gestão Pública

(Cursando) - AUPÉX Graduação Bacharelado em Direito (a Concluir) - UNIVILLE; Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS - PMSC (2014) Curso de Especialização MBA em Gestão Pública (Cursando) - AUPÉX Graduação Bacharelado em Direito (a Concluir) - UNIVILLE; Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS - PMSC (2014) Curso de Formação de Sargentos CFS - PMSC (2004/2005) Técnico em Montagem de Sistemas de Gás Combustível - SENAI (2001/2003); • Curso de Formação de Soldados - PMSC (1996) Curso Técnico-Habilitação Profissional Plena de Técnico de Mecânica - CEDUP (1993) Curso Profissionalizante - Aprendizagem Industrial - SENAI (1991)

3.2.3 Turismo

Secretaria de Estado do Turismo - SETUR

APRESENTAÇÃO

Com a Reforma Administrativa implementada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 2019, através da Lei Complementar nº 741/2019, a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) foi extinta (Art. 46, inciso I), determinou-se o início do processo de liquidação da Santa Catarina Turismo S.A. - SANTUR S.A. (Art. 104 e ss) e criou-se a Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina – SANTUR (Art. 51 e ss).

Em 23 de fevereiro de 2023, através da Medida Provisória nº 257, com as alterações previstas na Medida Provisória nº 258/2023, que modificou a Lei Complementar nº 741/2019, o Governo do Estado de Santa Catarina dispôs sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabeleceu, dentre outras providências, a extinção da SANTUR e a criação da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR).

Essa mesma Medida Provisória estabeleceu que “decreto do Governador do Estado estabelecerá comissão para executar as providências necessárias à continuidade das políticas e ações relacionadas ao turismo durante o processo de dissolução, liquidação e extinção da Santa Catarina Turismo S.A. e a extinção da autarquia SANTUR, sob a coordenação do Secretário de Estado do Turismo”.

Determinou-se, ainda, que “Decreto do Governador do Estado constituirá comissão especial com a finalidade de levantar informações e propor as medidas necessárias à absorção das atividades da SANTUR pela SETUR, devendo o relatório conclusivo indicar, no mínimo:

- I – A situação patrimonial, com o completo inventário dos bens móveis e imóveis;
- II – A situação contábil e financeira;
- III – Os contratos, convênios, acordos e demais instrumentos congêneres vigentes e em execução e também os em tratativas ou em fase de planejamento;
- IV – As licitações e os concursos públicos em curso; e
- V – As ações judiciais em andamento e a lista de precatórios e requisições de pequeno valor.” (NR)

Restou prescrito, ainda, que ficam transferidos da SANTUR para a SETUR:

- I – os bens imóveis e móveis que integram o seu acervo patrimonial;
- II – os contratos, convênios, acordos e demais instrumentos congêneres celebrados; e
- III – os direitos, créditos e débitos decorrentes de lei, atos administrativos ou contratos, inclusive as receitas e despesas deles decorrentes

Nesse sentido, previu-se que “os cargos de provimento efetivo que compõem o Quadro de Pessoal da SANTUR, incluindo seus ocupantes, ativos e inativos, serão redistribuídos para o Quadro de Pessoal da SETUR”.

Nesse contexto, vislumbra-se que a transformação da Santur em uma secretaria de estado voltada unicamente ao turismo teve por objetivo principal a adoção de um modelo institucional mais arrojado, alinhado aos modelos internacionais. Como esse novo formato, a Setur conquistou mais eficiência para o desenvolvimento de políticas públicas e das ações de promoção do turismo, aumentando a competitividade de Santa Catarina nos mercados nacionais e internacionais. A mudança propicia, também, que os processos e as estratégias de promoção se adequem a moldes mais contemporâneos, conferindo modernidade, agilidade e inovação na promoção turística, por meio de mecanismos que poderão facilitar a atuação desta Secretaria, em condições de igualdade com outros estados brasileiros. A nova natureza jurídica assente, também, que a Setur receba recursos públicos e aja de forma mais integrada com outras secretarias e órgão estaduais, para o desenvolvimento de projetos de interesses comuns, aumentando a capilaridade da promoção turística.

Assim, apesar do progresso advindo da criação da Agência Santur, detecta-se que a entidade enfrentava graves dificuldades que, caso não fossem sanadas, poderiam invalidar todo o esforço já empreendido para possibilitar uma atuação profissional e eficiente em relação à promoção e posicionamento da imagem turística do estado, o que seria caracterizado como um grande retrocesso para o setor de turismo em Santa Catarina.

Ressalta-se que a criação da Secretaria de Estado do Turismo de Santa Catarina está em consonância com o art. 180 da Constituição Federal, segundo o qual: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”, com a Política Nacional de Turismo, instituída pelo Decreto nº 9.763/2019, e com o Plano Nacional do Turismo (PNT), instituído pelo Decreto nº 9.791/2019.

Não se pode olvidar, tampouco, que o direito ao turismo foi elevado ao status constitucional, intitulado como fator de desenvolvimento econômico e social, revelando-se como fruto da construção dos direitos humanos, restando positivado que os sujeitos envolvidos na atividade turística têm direito a prestações oferecidas pelo Estado, na busca pela superação das desigualdades sociais em que estão inseridos, aí incluídas ações afirmativas destinadas à promoção e incentivo ao turismo doméstico e internacional, bem como que todos os cidadãos têm direito ao lazer e ao bem estar, e à valorização de seu trabalho, em consonância, também, com os arts. 1º, inciso IV, e 3º, inciso II, ambos da CF/88, e conseqüentemente o aquecimento da economia nacional, e principalmente nos destinos turísticos visitados.

Com essa nova roupagem, a Setur tem como objetivos coordenar e executar a política estadual do turismo, visando ao desenvolvimento econômico e à geração de emprego e renda e também fortalecer o Estado de Santa Catarina como destino nacional e internacional, ampliando os fluxos turísticos e a permanência de visitantes no estado.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

- I – planejar, formular, normatizar, supervisionar, acompanhar e estimular as políticas integradas de turismo e lazer;
- II – promover, executar e apoiar a ampliação e diversificação da infraestrutura estadual nas áreas do turismo e do lazer;
- III – promover, executar, apoiar e incentivar a realização de manifestações e eventos turísticos e de lazer;
- IV – estabelecer parcerias com órgãos e entidades públicos federais, estaduais, distritais e municipais e privados, intercambiando experiências para o desenvolvimento integrado do turismo e do lazer;
- V – elaborar e realizar pesquisas, estudos e análises específicos visando à proposição de diretrizes para o desenvolvimento e a inovação integrados das áreas do turismo e do lazer;
- VI – planejar e coordenar ações voltadas à captação de recursos para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento turístico e de lazer com organismos nacionais e internacionais; VII – elaborar programas, projetos e ações nas áreas do turismo e do lazer voltados à inclusão de pessoas com deficiência; VIII – planejar e promover o potencial turístico do Estado e apoiar a comercialização de produtos turísticos catarinenses em âmbito nacional e internacional; IX – planejar ações que envolvam o inventário e a hierarquização dos espaços turísticos e de lazer; X – normatizar e consolidar os critérios para os estudos e as pesquisas de demanda turística; XI – estimular a criação e o desenvolvimento de mecanismos de regionalização e segmentação do turismo do Estado; XII – coordenar e executar as diretrizes, os planos e os programas estaduais de turismo e compatibilizá-los com a política nacional de desenvolvimento do turismo; XIII – representar o Estado, por intermédio de convênios, acordos ou outros meios firmados com órgãos ou entidades públicos ou privados, nacionais, regionais, estaduais, distritais, municipais e internacionais, com vistas a fomentar atividades turísticas e de lazer; XIV – estruturar e operacionalizar os meios de atendimento ao turista; e XV – estabelecer áreas especiais de interesse turístico no Estado.

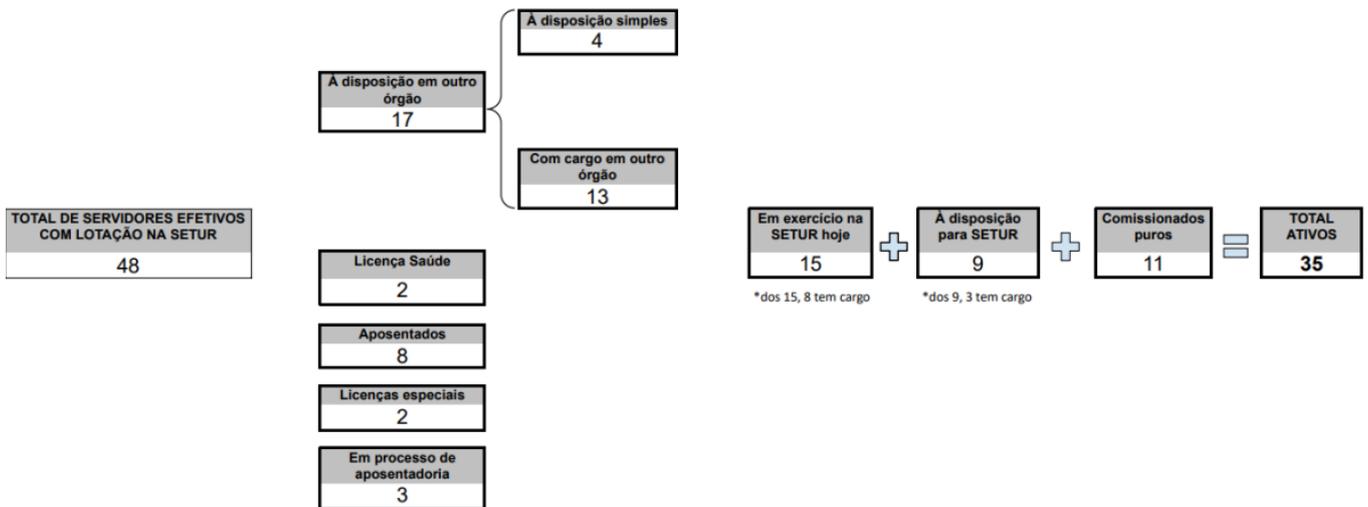
IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Planejar, fomentar e fortalecer o turismo em Santa Catarina, de maneira competitiva, mas sustentável, apresentando ao mundo todas as suas belezas e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do estado.

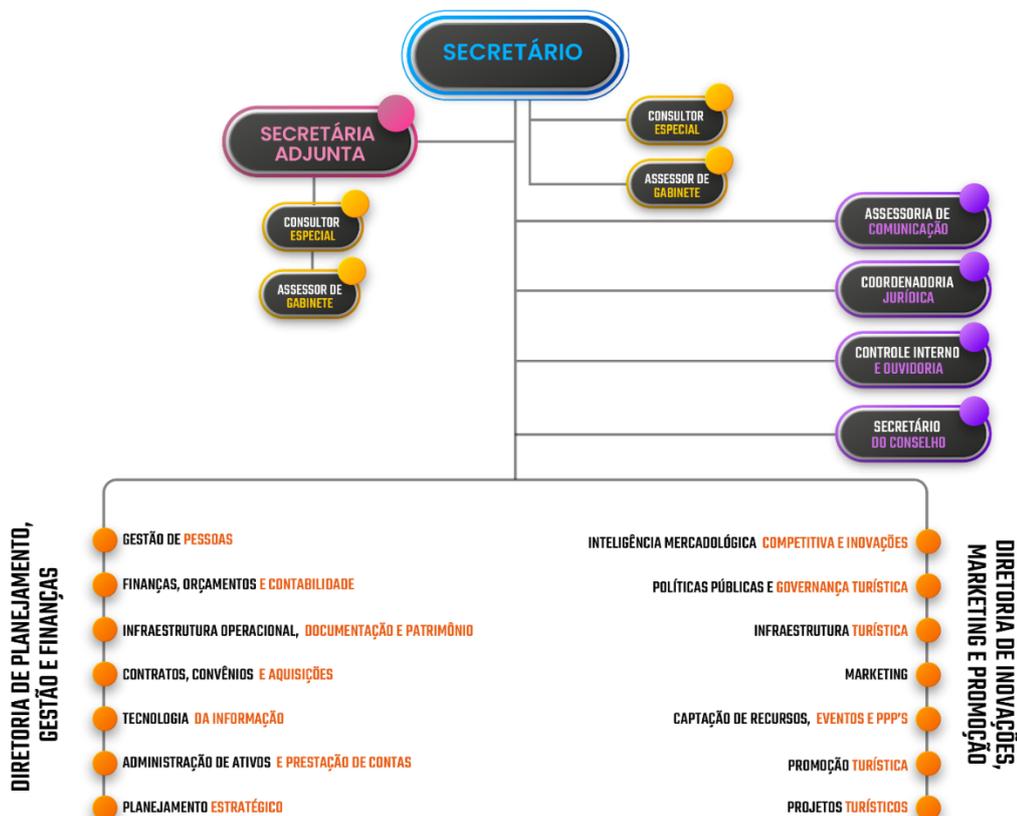
VISÃO: Ser referência no desenvolvimento de políticas públicas inovadoras, competitivas e sustentáveis de fomento e promoção do turismo, posicionando Santa Catarina como principal destino turístico do sul do país até 2026.

VALORES: Integridade; Eficiência; Transparência; Comprometimento com o turista e com os agentes da cadeia produtiva do turismo; Inovação; Sustentabilidade.

CARREIRAS/SERVIDORES:



ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

1. Inovação no turismo catarinense: Desenvolver, implementar, fortalecer, articular e disseminar iniciativas inovadoras para o turismo. Apoiar e fomentar soluções voltadas ao desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inovadores no turismo catarinense. Promover a conexão com os principais atores dos ecossistemas de inovação e do trade turístico, formando redes integradas de parcerias.
2. Gestão por meio de dados: Captura, análise e monitoramento da atividade turística por meio de um sistema de inteligência turística que dê suporte à tomada de decisão de gestores do turismo, visando a formulação e construção de políticas públicas para o setor.
3. Qualificação dos serviços: promover e incentivar a formalização e profissionalização das empresas e profissionais do setor, estimular a qualificação e capacitação contínua dos profissionais da cadeia produtiva do turismo e disseminar referenciais de qualidade, eficiência, segurança e sustentabilidade na prestação de serviços turísticos, de modo a gerar mais segurança e satisfação ao turista e contribuir com o posicionamento e competitividade do destino.
4. Desenvolvimento de infraestrutura turística: construção e melhorias na infraestrutura para melhorar acessibilidade e conforto para os turistas e conseqüentemente para os cidadãos catarinenses.
5. Marketing e promoção turística: investir em marketing e promoção para divulgar as atrações turísticas do estado e atrair turistas de todo o mundo.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo técnico qualificado e experiente; 2. Diversidade do produto turístico catarinense; 3. Programas e ações desenvolvidos internamente amplamente premiados; 4. Ações coordenadas entre a Secretaria e o Governo do Estado; 5. Gestores com conhecimento da área; 6. Localização da sede do órgão. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Equipe reduzida; 2. Instalações físicas da sede depreciadas; 3. Orçamento aquém do necessário; 4. Defasagem salarial; 5. Perda de servidores efetivos para outros órgãos por questões salariais; 6. Falta de padronização e morosidade dos processos e procedimentos internos. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Mudança da Autarquia para Secretaria; 2. Possibilidades de parceria com outras secretarias e órgãos estaduais; 3. Interação positiva com o trade turístico; 4. Estado com grande potencial turístico, podendo ser explorado nacional e internacionalmente; 5. Estado considerado seguro para viajar. 6. Diversidade geográfica e cultural. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da sociedade a respeito das atividades que a Secretaria realiza; 2. Baixo desenvolvimento do turismo em algumas regiões do estado; 3. Falta de parcerias com entidades do setor (trabalho de governança); 4. Confusão legislativa após a extinção da SOL, da Santur S.A e da Santur; 5. Déficit de instrumentos reguladores/legislação para orientação/planejamento do setor turístico; 6. Falta de recursos orçamentários; |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Servidores efetivos;
Servidores comissionados;
Empregados terceirizados;
Bolsistas Fapesc;
Fornecedores de bens e serviços;
Instituições, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
Órgãos de Controle Estaduais;
Poder Legislativo Estadual;
Conselho Estadual de Turismo.

EXTERNAS:

Municípios;
Associações de Municípios;
Instâncias de Governança Regional - IGR's;
Entidades de classe, como ABIH, ABAV, ABEOC, FCVB, entre outros;
Governo Federal;
Ministério do Turismo;
Embratur;
Órgãos de controle/judiciário/legislativo;
Órgãos e instituições internacionais de turismo;
Embaixadas;
Sistema S (Sesc, Senac, Sebrae, Fecomércio)
Trade turístico;
Floripa Airport;
Imprensa;
Instituições de ensino;
Turistas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

PREMIAÇÕES

Desafio Turistech Brasil 2021

Inovatur - Categoria Academia, Destino

Prêmio de Inovação Acibalc 2021

Viaje+SC - Vencedor Categoria Produtos E Serviços

Inovatur - Segundo Lugar Categoria Gestão Públicas E Empresas

Prêmio Inovação Catarinense 2021

Almanach

Prêmio Brasil Destino Digital 2022

Santa Catarina - Categoria Sentimento Geral

Prêmio Braztoa De Sustentabilidade 2022/2023

Inovatur - Finalista Categoria Parceiros Institucionais

RESULTADOS

Inovação: INOVATUR, programa de inovação aberta pioneiro (1º exclusivo para o turismo). Em suas três edições, o programa já contemplou 40 SOLUÇÕES, 118 PARTICIPANTES, 24 MUNICÍPIOS e investiu mais de 2 MILHÕES e 200 MIL REAIS em projetos inovadores.

Projeto do Hub de Inovação para turismo catarinense: Estudo elaborado em cooperação técnica entre o BID e o Estado de Santa Catarina, decorrente da participação da Santur no Desafio Turistech Brasil, através do Inovatur. Objetivo: Conectar o setor do turismo com o ecossistema de inovação e tecnologia presente em Santa Catarina, estabelecendo parcerias e buscando assim um desenvolvimento mais sinérgico e sustentável no contexto da inovação no turismo.

Inteligência de dados: Sistema de Inteligência Turística, Almanach, com dados específicos sobre o segmento em Santa Catarina. Reconhecida nacionalmente como um dos sistemas mais completos e interativos em dados da atividade turística. Em 2022 houve o lançamento da versão Almanach 3, além de capacitações internas para os colaboradores da agência e treinamentos para as Instâncias de Governança Regional.

Pesquisas e estudos: Pesquisa do PIB Turístico, Pesquisas período pandêmico, Pesquisa de Demanda Turística.

Inovatur

Almanach

Viaje+SC

Participação em feiras

Campanhas/redes sociais

Cadastur

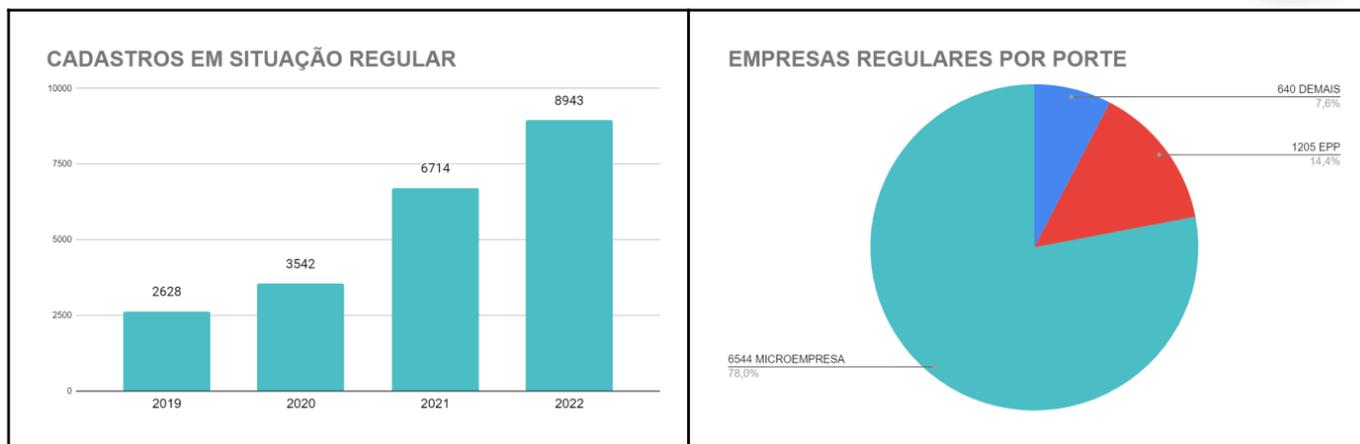
Regionalização

Infraestrutura turística

Selo Safe Travels - Os esforços de Santa Catarina para viabilizar a retomada do turismo com base em protocolos sanitários internacionais foram reconhecidos junto ao Conselho Mundial de Viagens e Turismo (World Travel & Tourism Council - WTTC) com a concessão do selo Safe Travels durante a pandemia de Covid-19. O órgão de turismo também assumiu o papel de organização Embaixadora da iniciativa, sendo responsável pela emissão do selo para as instituições do setor privado e público no estado através do Portal Viaje+SC.

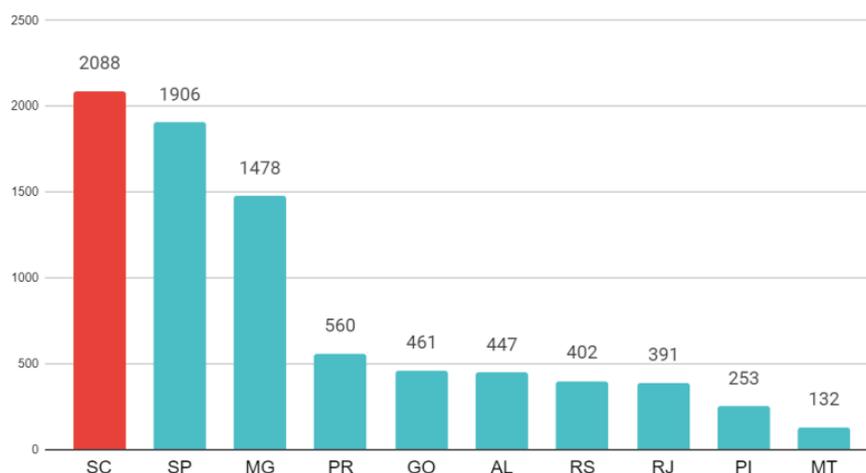
Cadastur - Como órgão delegado do Ministério do Turismo, a SETUR realiza as funções de cadastramento dos Guias de Turismo e empresas que exercem atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo no sistema de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), sendo 92,37% do total de cadastros no Cadastur em Santa Catarina micro e pequenas empresas. Ao término de 2022, na comparação com 2019, registrou-se um aumento de 340% nos cadastros em situação regular no estado.

Os cadastros de prestadores de serviços turísticos de Santa Catarina representam 11,87% do total de Acampamentos Turísticos do Brasil, 8,35% dos Meios de Hospedagem, 10,08% do total de cadastros de Restaurantes, Bares e Similares e 14,12% dos Prestadores de Infraestrutura de Apoio para Eventos das 27 unidades da federação. Em 2022, os pedidos de homologação de cadastro resultaram em 6007 análises, sendo 1957 deferimentos de cadastro inicial e 1267 renovações.



Fungetur - O suporte financeiro ao setor turístico durante a pandemia e pós pandemia foi viabilizado por meio dos mecanismos operacionais de canalização de recursos do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) através dos bancos e instituições federais e agências de fomento ao desenvolvimento regional como o BADESC e BRDE. Durante este período, o órgão de turismo uniu esforços com o BADESC por meio de um acordo de cooperação para realizar o atendimento das empresas que buscavam financiamento durante o período pandêmico e SC foi o estado com o maior número de operações contratadas entre 2020 e 2022.

OPERAÇÕES CONTRATADAS 2020-2022 POR UF



Centro de Eventos de Balneário Camboriú (CEBC) - A licitação para exploração, operação e promoção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú (CEBC) realizada foi a primeira concessão do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC). O valor do contrato foi de R\$ 157.353.867,00 (cento e cinquenta e sete milhões trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e sessenta e sete reais) e a outorga variável deverá ser de 5 % a 10% do valor do faturamento bruto da concessionária.

Operação do Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira - A estrutura construída em 17,9 mil metros quadrados tem capacidade para eventos com até 3,5 mil pessoas e recebeu investimento total de R\$ 86 milhões do Governo do Estado. A operação do equipamento entre os anos de 2020 e 2022 resultou na autorização de uso para realização de 16 eventos, com um retorno de R\$ 1.931.224,69.

3.2.4 Agricultura, Pesca e Maricultura

Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca - SAR

A Secretaria de Estado da Agricultura (SAR) tem como missão fomentar o desenvolvimento sustentável agropecuário e pesqueiro do estado de Santa Catarina. Para isso, desenvolve ações que impactam diretamente nas atividades agropecuárias, agroindustriais, pesqueiras e florestais. Envolve ações e instrumentos de políticas agrícolas, relacionadas com a infraestrutura econômica e social, sempre buscando melhorar a competitividade dos produtos catarinenses e, com isso, aumento da produção.

A instituição tem sua visão associada à Santa Catarina ser reconhecida globalmente pelos meios rural e pesqueiro resilientes e sustentáveis, com equidade social, com bens, serviços e produtos competitivos, de qualidade e seguros. Dessa forma, trabalha com o objetivo de fomentar políticas de desenvolvimento rural e pesqueiro para proporcionar condições dignas de vida às famílias de trabalhadores e produtores rurais e pescadores artesanais. Tem como propósito comum para o setor agro promover o desenvolvimento sustentável dos meios rural e pesqueiro por intermédio da agregação de valor, gerando o bem-estar do produtor catarinense e a oferta de bens, serviços e alimentos com o reconhecimento da sociedade. Busca aumentar a capacidade técnica e gerencial de trabalhadores e produtores, de forma a elevar o nível de eficiência econômica das atividades desenvolvidas. E, almeja estimular o desenvolvimento das unidades familiares de produção e a diversificação das pequenas e médias agroindústrias, através da adoção de políticas agrárias que busquem a democratização e a otimização da estrutura fundiária, protegendo o meio ambiente.

As atividades desempenhadas pela Secretaria estão vinculadas à Lei nº 8.676/1992, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural e pesqueiro e apresenta o detalhamento das funções e objetivos buscados em seu planejamento. Além disso, a estrutura e as competências da Secretaria são baseadas na Medida Provisória nº 257/2023.

Para cumprir as ações previstas nos instrumentos legais que regem o seu trabalho, esta Secretaria, além da coordenação dos trabalhos das empresas vinculadas Ceasa, Cidasc e Epagri, delimita grandes eixos para o direcionamento de suas metas: melhoria da infraestrutura do meio rural e pesqueiro; segurança sanitária da produção agropecuária e pesqueira; inovação tecnológica e estímulo às cadeias produtivas; e aprimoramento da competitividade dos produtos e serviços dos agricultores e pescadores.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

De acordo com a Medida Provisória nº 257/2023, são competências da Secretaria de Estado da Agricultura:

- I – planejar, formular e normatizar a política de desenvolvimento rural do Estado;
- II – planejar e elaborar programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento agropecuário e florestal;
- III – planejar e elaborar programas, projetos e ações de apoio ao agronegócio, à biotecnologia, à produção e ao uso de plantas e sementes bioativas e ornamentais e à microtecnologia e nanotecnologia na agropecuária;
- IV – formular a política estadual de apoio ao abastecimento, ao armazenamento e à logística de comercialização de produtos agropecuários;
- V – elaborar programas, projetos e ações referentes à política agrícola e agrária estadual;
- VI – apoiar de forma descentralizada e desconcentrada, por intermédio de empresas vinculadas, a execução das políticas de desenvolvimento rural;
- VII – planejar e avaliar as políticas e ações de apoio à comercialização da produção animal e vegetal e de seus produtos e subprodutos;
- VIII – apoiar, planejar e viabilizar ações que visem oferecer oportunidades de crédito, especialmente no que diz respeito a instalações produtivas, armazéns, equipamentos e insumos, na área rural;
- IX – apoiar ações ligadas ao associativismo e cooperativismo no âmbito de sua competência;

X – colaborar com a União na execução de programas, projetos e ações de política agrária, crédito e desenvolvimento rural;

XI – planejar, operacionalizar, gerenciar e fiscalizar o seguro rural na sua área de competência;

XII – planejar e avaliar as ações de fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e de fertilizantes agrícolas, de defesa sanitária animal e vegetal e de inspeção e de classificação de produtos de origem animal e vegetal, delegando a execução das ações à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC);

XIII – interagir com a CIDASC e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) na implementação da política estadual de desenvolvimento rural no Estado;

XIV – planejar, operacionalizar, coordenar, gerenciar e elaborar ações e projeto do Programa SC Rural, interagindo na fase de execução com as empresas vinculadas, CIDASC e a EPAGRI, que visem consolidar a política pública para o desenvolvimento do meio rural catarinense, por meio da captação de projetos, tendo como objetivo aumentar a competitividade das organizações da agricultura familiar por meio do fortalecimento e da estruturação das suas cadeias produtivas;

XV – implantar políticas de valorização de produtos tradicionais, de selos de qualidade, de certificação e de rastreabilidade;

XVI – criar e fomentar programas e políticas públicas de agrobiodiversidade da produção catarinense;

XVII – formular políticas e diretrizes para o desenvolvimento territorial rural, de acordo com as características e peculiaridades socioeconômicas, ambientais e culturais de cada região;

XVIII – formular, coordenar e executar políticas dirigidas à agricultura familiar, às mulheres trabalhadoras rurais, aos jovens, às comunidades quilombolas e indígenas e a assentados rurais;

XIX – promover, formular e implementar políticas de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, preservando a diversidade e os agroecossistemas; e

XX – formular e implantar políticas de incentivo e valorização de boas práticas ambientais e produtivas.” (NR)

O referido instrumento legal discorre ainda sobre as atribuições da Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAQ). Conforme a medida provisória, a SAQ terá apoio jurídico, técnico e operacional da SAR e será de sua competência:

I – planejar, formular e normatizar as políticas estaduais aquícola e pesqueira, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem;

II – planejar e elaborar programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento aquícola e pesqueiro;

III – planejar, formular e normatizar a política estadual de apoio à logística de comercialização de produtos aquícolas e pesqueiros;

IV – apoiar, planejar e viabilizar ações que visem oferecer oportunidades de crédito, especialmente no que diz respeito a instalações produtivas, armazéns, equipamentos e insumos nos setores aquícola e pesqueiro;

V – apoiar ações ligadas ao associativismo e cooperativismo no âmbito de sua competência;

VI – interagir com a CIDASC e a EPAGRI na implementação das políticas estaduais de desenvolvimento aquícola e pesqueiro;

VII – implantar políticas de valorização de produtos e de selos de qualidade, certificação e rastreabilidade;

VIII – planejar, formular e normatizar política de pesquisa sobre as atividades aquícola e pesqueira;

IX – formular e implantar políticas de incentivo e valorização de boas práticas aquícolas e pesqueiras; e

X – formular, coordenar e executar políticas dirigidas aos pescadores artesanais e profissionais, maricultores e pescadores.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Fomentar o Desenvolvimento Sustentável Agropecuário e Pesqueiro de Santa Catarina.

VISÃO: Fazer Santa Catarina ser reconhecida globalmente pelos meios rural e pesqueiro resiliente e sustentável, com equidade social, com bens, serviços e produtos competitivos, de qualidade e seguros.

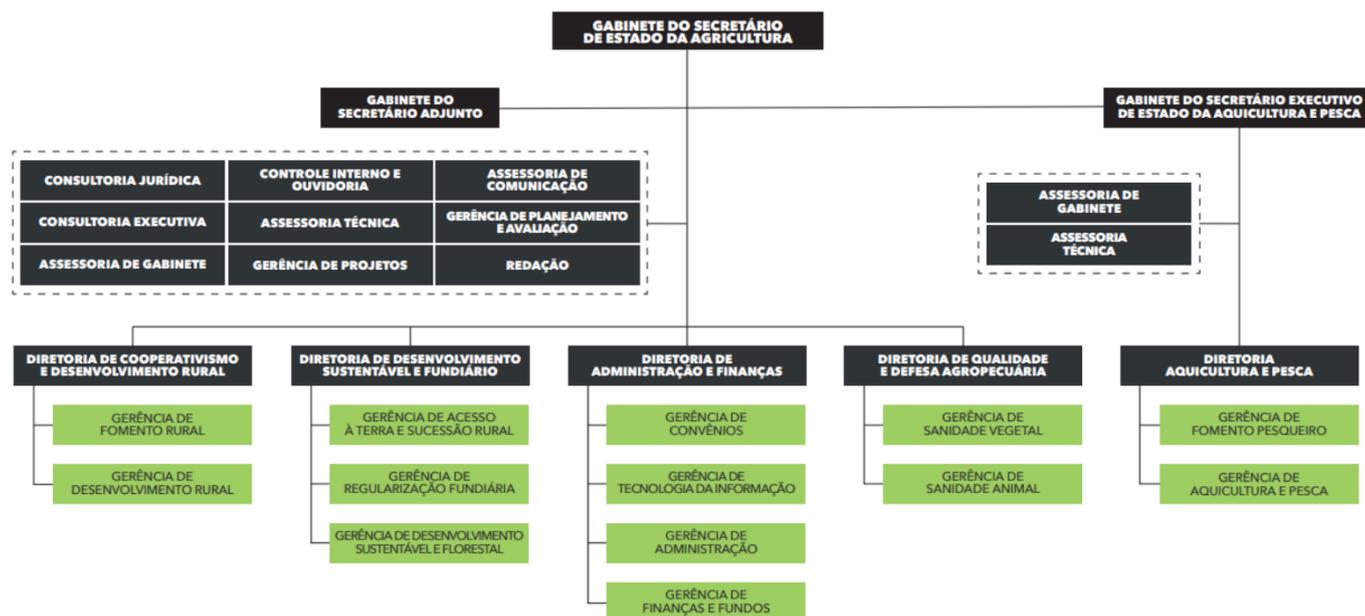
VALORES: Comprometimento, Cooperação, Ética, Responsabilidade Socioambiental, Excelência e Transparência.

ESTRUTURA: Secretaria de Estado da Agricultura Sede Administrativa: Rodovia Admar Gonzaga, 1486 – Itacorubi – Florianópolis – SC CEP: 88034-00.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| CARGOS | ATIVOS | INATIVOS | ACT | OUTRO | TOTAL |
|--------------------------------------|------------|------------|----------|----------|------------|
| Secretário de Estado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Secretário Adjunto | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Diretor | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Gerente | 15 | 0 | 0 | 0 | 15 |
| Assistente | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Assessor técnico | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Advogado | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Veterinário | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Jornalista | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Contador | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Engenheiro agrônomo | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Agente técnicos de formação superior | 13 | 0 | 0 | 0 | 15 |
| Agente operacional administrativo | 17 | 0 | 0 | 0 | 17 |
| Agente de tecnologia da informação | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Agente de serviço geral | 14 | 0 | 0 | 0 | 14 |
| Agente operacional técnico | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Assistente administrativo | 25 | 0 | 0 | 0 | 25 |
| Vigilante | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| Aposentado | 0 | 275 | 0 | 0 | 275 |
| Total | 124 | 275 | 0 | 0 | 399 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Macroprocessos Finalísticos

- **Melhoria de Infraestrutura do Meio rural e Pesqueiro**

São necessários investimentos em infraestrutura como forma de induzir o desenvolvimento, melhorar a sustentabilidade de negócios, as condições de vida das pessoas que vivem nos meios rural e pesqueiro e os serviços públicos prestados ao setor. Os investimentos serão realizados priorizando as demandas regionais. Para tanto, as ações serão realizadas em áreas como conectividade, acesso e escoamento de produção (melhoria da malha viária), qualidade e abrangência da rede elétrica, aquisição de equipamentos, dentre outras.

- **Financiamento ao Desenvolvimento das Cadeias e Arranjos Produtivos e Apoio à Inovação Tecnológica**

Financiamento e subvenção de juros para investimentos em sistemas produtivos nos meios rural e pesqueiro, visando a melhoria dos processos produtivos, a segurança hídrica e de renda, a inovação, a diversificação, o aumento da produtividade e da produção, seu beneficiamento e transformação, promovendo o desenvolvimento rural e a melhoria das condições de vida das famílias rurais e pesqueiras.

- **Política Fundiária**

Apoiar e executar os programas de regularização e legalização fundiária dos imóveis rurais até quatro módulos fiscais, promover o acesso à terra através de financiamento para aquisição de terra por agricultores sem terra ou com pouca terra, e proporcionar às propriedades rurais conformidade ambiental, através da validação dinamizada do CAR, apoiando a recuperação do passivo ambiental nas propriedades e a certificação do ativo ambiental através do CRA.

- **Qualidade e Defesa Agropecuária**

Apoiar e avaliar os programas e as ações de defesa e inspeção sanitária agropecuária, visando a proteção da saúde pública, a segurança alimentar, a competitividade dos produtos catarinenses nos mercados nacional e internacional, bem como planejar a melhoria e manutenção do status sanitário agropecuário do Estado, de forma articulada com o setor produtivo e suas organizações.

- **Gestão Ambiental no Meio Rural**

Apoiar e executar os programas de regularização e legalização fundiária dos imóveis rurais até quatro módulos fiscais, promover o acesso à terra através de financiamento para aquisição de terra por agricultores sem terra ou com pouca terra e, proporcionar que as propriedades rurais em conformidade ambiental, através da validação dinamizada do CAR, apoiando a recuperação do passivo ambiental nas propriedades e por fim a certificação do ativo ambiental através do CRA.

- **Aquicultura e Pesca**

O planejamento para o desenvolvimento de políticas de incentivo à aquicultura e pesca sustentável, apoio a programas de capacitação e treinamento, associativismo e cooperativismo.

O planejamento, formulação e normatização das políticas estaduais aquícolas e pesqueiras, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem.

Estimular a diversificação da produção, fomentar a pesquisa científica e tecnológica, promover a conscientização sanitária e ambiental, fortalecer parcerias com os entes municipais e federais e demais órgãos envolvidos com a atividade.

Criar programas de incentivo aos produtores locais, promover a infraestrutura, logística e aquisição de equipamentos. Apoiar ações que oportunizem crédito e incentivos fiscais ao setor, bem como realizar campanhas de estímulo ao consumo e valorização dos produtos da aquicultura e pesca catarinense, assim como outras competências atribuídas pela lei de criação da SAQ.

Macroprocessos da Área Meio

- **Planejamento, acompanhamento e avaliação**

Coordenar o processo de planejamento e dos mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas.

- **Coordenação e gestão da infraestrutura de comunicação e informação**

Disponibilizar os meios e processos ao adequado fluxo de transmissão e recepção de dados dos diversos setores, visando a eficiência e eficácia no trâmite de processos e disponibilização de informação ao público interno e externo.

- **Gestão de pessoas e processos administrativos, financeiros, contábeis e patrimoniais**

Disponibilizar infraestrutura e realizar a gestão dos processos com vistas a prover os meios e recursos necessários ao desenvolvimento das atividades finalísticas.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Orçamento consolidado para execução de programas de fomento; 2. Programas complementares aos do governo federal, de outras secretarias e das prefeituras municipais; 3. Empresa/serviço de defesa agropecuária reconhecida nacional e internacionalmente, vinculada à SAR, que executa as políticas do setor; 4. Empresa/serviço de pesquisa agropecuária e extensão rural, reconhecida nacional e internacionalmente, vinculada à SAR, que executa as políticas do setor; 5. Equipes de trabalho com experiência. 6. Reconhecimento político e pela sociedade dos serviços prestados, e 7. Parcerias com o sistema cooperativista e agroindustrial estadual. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Deficiências nas equipes técnicas/administrativas; 2. Deficiência nos sistemas informatizados; 3. Falta de integração nos bancos de dados; 4. Políticas públicas desatualizadas; 5. Sistema burocrático baseado em documentos físicos; 6. Estrutura física de trabalho inadequada com instalações em desacordo com os padrões legais e deficientes em rede elétrica e de informática; 7. Desequilíbrio regional em desenvolvimento agropecuário. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Diversidade socioeconômica dos setores rural e pesqueiro do Estado; 2. Competitividade nacional e internacional das várias cadeias de valor do Estado; 3. Ampliação da demanda nacional e internacional de produtos dos setores rural e pesqueiro; 4. Estruturas/políticas públicas de promoção do desenvolvimento dos setores rural e pesqueiro (crédito, seguro, sustentação de renda, compras oficiais, alimentação escolar, habitação); 5. Valorização de produtos diferenciados (orgânicos, indicação geográfica, artesanais), nos quais Santa Catarina tem tradição e potencial de produção; 6. Diversidade ambiental (solo, clima), cultural, histórica, étnica, etc, que favorece o desenvolvimento e a diversificação das atividades nos meios rural e pesqueiro; 7. Ambiente político favorável ao planejamento e ao setor, 8. Aumento da produtividade agropecuária; 9. Mais de 97.000 áreas irregulares, que podem ser corrigidas. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Concentração da produção/redução do número de produtores de cadeias produtivas importantes no Estado; 2. Concentração da produção e movimentação econômica em número reduzido de cadeias produtivas 3. Restrições ambientais para ampliação da produção de algumas cadeias produtivas; 4. Falta de estruturação de políticas ambientais sustentáveis para regularização das propriedades produtoras. 5. Envelhecimento dos gestores e falta de sucessores em milhares de estabelecimentos agropecuários do Estado; 6. Perda da atratividade da agricultura/meio rural por parte dos jovens e/ou agricultores mais descapitalizados; 7. Legislações que dificultam o empreendedorismo no meio rural; 8. Situação econômica internacional e nacional interfere na exportação, reduz a demanda do mercado interno e comprime os preços de vários produtos da agropecuária; 9. Aquecimento global e o conseqüente aumento dos eventos extremos; 10. Gestão das águas, pois a necessidade de irrigação irá concorrer com as demais atividades consumidoras; 11. Infraestrutura deficiente no meio rural, especialmente estradas, energia elétrica e acesso à internet; 12. Problemas de legalização de imóveis rurais até 4 módulos fiscais (regularização das posses, partilhas e contratos de compra e venda antigos). 13. Falta de estrutura permanente para garantia da sanidade animal e vegetal. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- **Secretaria da Agricultura:**
 - Funcionários do Estado;
 - Terceirizados;
 - Bolsistas;
 - Estagiários.
- **Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca;**
- **Empresas Vinculadas:**
 - EPAGRI;
 - CIDASC;
 - CEASA.

EXTERNAS:

- **Defesa civil:**
 - Apoio no atendimento nas áreas rurais que passam por intempéries e catástrofes;
- **ENA**
 - Capacitação dos servidores;
- **Infraestrutura/ SIE**
 - Apoio em laudos técnicos dos serviços que envolvem conhecimento de engenharia; Proposta – auxílio nos projetos de melhoria de infraestrutura e de malha viária no meio rural;
- **BRDE**
 - Apoio a projetos para o desenvolvimento do setor agropecuário e pesqueiro; Parceiro do núcleo de inovação tecnológica para agricultura familiar (nita) Linhas de crédito para agricultura familiar indicadores de gestão;
- **Secretaria da Administração**
 - Órgão consultivo e de apoio para as questões administrativas Indicadores de Gestão;
- **Porto de São Francisco do Sul**
 - Terminal graneleiro;
- **Secretaria da Articulação Nacional**
 - Apoio às demandas junto aos órgãos do governo federal e congresso nacional;
- **SCPAR**
 - Gestão do terminal graneleiro de São Francisco do Sul e Armazéns e Porto de Imbituba;
- **CELESC**
 - Programa Celesc rural Ações de eletrificação rural;
- **SCGÁS**
 - Questões ligadas aos projetos de biogás;
- **Secretaria da Casa Civil**
 - Órgão consultivo e de apoio para articulação política;

- **Secretaria de Articulação Internacional**
 - Apoio em missões internacionais, busca de novos mercados e divulgação das potencialidades do setor agropecuário de Santa Catarina;
 - Grupo de atração de investimentos - agricultura, desenvolvimento econômico sustentável e articulação internacional;
- **SECOM**
 - Apoio na divulgação de ações e informações do agronegócio catarinense;
- **PGE**
 - Apoio e orientação das demandas jurídicas;
 - órgão consultivo;
 - Envio de cobranças judiciais;
- **Secretaria de Saúde**
 - Apoio em legislações e ações de zoonoses;
 - Comunicação de focos de brucelose e tuberculose;
 - compartilhamento de informações sobre zoonoses;
- **Secretaria de Segurança Pública**
 - Parceria nas ações de defesa agropecuária;
 - Rede de policiamento rural;
 - Centro Estadual de Apoio Operacional de Combate aos Crimes Contra o Agronegócio (CAOAGRO/PCSC);
- **BADESC**
 - Linhas de crédito para agricultura familiar;
 - Parceiro do Núcleo e Inovação tecnológica para Agricultura Familiar (NITA);
- **Secretaria da Fazenda**
 - Órgão consultivo e orientador nas questões financeiras (programação e liberação financeira e tributárias, transferências de créditos de icms);
 - Apoio a projetos de captação de recursos e operações de crédito;
 - Negociações com o banco mundial para renovação do programa sc rural;
 - Assessoria na execução e prestação de contas de convênios estaduais inclusão de inadimplentes na dívida ativa;
- **FAPESC**
 - Parceiro do Núcleo e Inovação tecnológica para Agricultura Familiar (NITA);
 - Proposta de projeto de pesquisa para agricultura familiar;
- **Secretaria de Educação**
 - Proposta para capacitação tecnológica no meio rural;
 - Compartilhamento das estruturas do projeto piloto de comunidades rurais digitais (PPCRD);
 - Fornecimento de insumos do programa Terra Boa aos centros de educação profissional (CEDUP);

- **Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços**
 - Reuniões do programa de desenvolvimento da empresa catarinense (PRODEC);
 - Trabalho em parcerias com áreas de inovação, recursos hídricos, desenvolvimento econômico e mudanças climáticas;
 - Execução do cadastro ambiental rural (CAR) e do programa de regularização ambiental (PRA);
 - Parceiro do Núcleo e Inovação tecnológica para Agricultura Familiar (NITA);
 - Grupo de atração de investimentos;
 - Proposta para capacitação tecnológica no meio rural;
 - Compartilhamento das estruturas do projeto piloto de comunidades rurais digitais (PPCRD);
- **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia**
 - Licenças ambientais para suinocultura e avicultura;
 - SC RURAL – pagamento por serviços ambientais e corredores ecológicos; licenças ambientais para agroindústrias e empreendimentos apoiados pelo programa;
 - Validação do CAR e do PRA;
 - Apoio nas ações de controle populacional de javalis;
 - Participação em câmaras setoriais do CEDERURAL;
 - Regularização ambiental da piscicultura;
- **Prefeituras Municipais**
 - Convênios e transferências de equipamentos e recursos financeiros para o desenvolvimento do meio rural e pesqueiro;
 - Atendimento a lideranças e recebimento de demandas dos municípios;
 - Entrega de sementes de hortaliças;
 - Autorização de eventos agropecuários;
 - Parceria na ação de regularização fundiária;
 - Atendimento às demandas de informações relacionadas a inspeção de produtos de origem animal;
- **ALESC**
 - Recebimento de emendas impositivas dos deputados estaduais;
 - Participação nas comissões, em especial da agricultura e da pesca. Além das frentes parlamentares de assuntos relacionados ao agronegócio;
 - Consulta na elaboração de projetos de leis;
 - Participação em audiências públicas Respostas aos pedidos de informação enviados pelos deputados estaduais;
- **Ministério Público Estadual**
 - Participação em câmaras, comitês e fóruns;
 - Elaboração de pareceres para área vegetal e animal;

- **Governo Federal**

- Convênios e contratos de repasse de recursos para aquisição de equipamentos, em especial o recebimento das emendas parlamentares dos deputados e senadores;
- Execução de políticas nacionais, no âmbito do mapa, por exemplo: programa nacional de crédito fundiário; PRONAF, ATER, regularização fundiária, programas de sanidade e programas de inspeção;
- Convênios elaborados pela secretaria da agricultura e executados com recursos federais; EMBRAPA: participação em comitês sanitários;
- Orientação no ministério da economia e secretaria do tesouro nacional para financiamento externo para operação de crédito e renovação do programa SC rural;
- Levar as demandas do setor agropecuário e pesqueiro de Santa Catarina para orientar as políticas públicas e elaboração de programas e normas do governo federal;

- **INCRA**

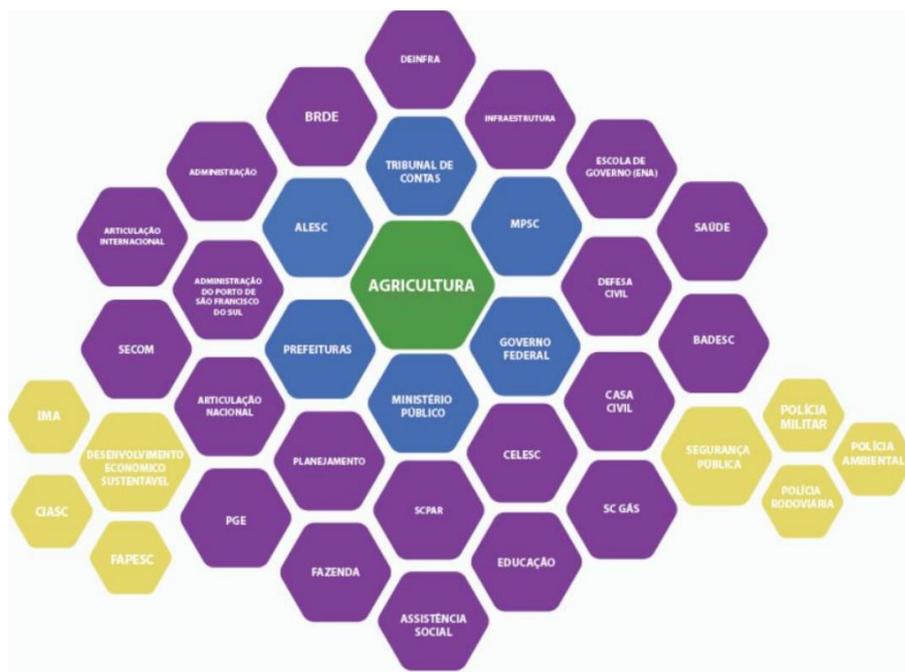
- Emancipação da reforma agrária, assentamento, certificação de imóveis rurais;
- Convênios para pesquisa agropecuária, extensão rural, assistência técnica e defesa agropecuária;
- Projeto de monitoramento ambiental da área da maricultura e de monitoramento higiênico sanitário dos moluscos bivalves ordenamento das áreas da maricultura;
- Projeto de monitoramento ambiental da área da maricultura e de monitoramento higiênico sanitário dos moluscos bivalves vistoria e certificação de embarcações para exportação para união europeia;
- Tratativas com os Ministérios da Infraestrutura, Integração e Meio Ambiente;

- **Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação**

- Apoio na elaboração e implementação de políticas públicas na área de inovação e tecnologia;
- Contratos de prestação de serviço de infraestrutura de tecnologia da informação;

- **Entidades Representativas do setor agropecuário catarinense**

- Parceria para elaboração e execução de políticas públicas do setor;



PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

De 2019 a 2022, o Governo do Estado investiu mais de R\$ 792 milhões no apoio à agricultura de Santa Catarina. Os recursos foram distribuídos em fomento, regularização fundiária, indenizações pelo abate sanitário e aquisição de equipamentos agrícolas para os municípios catarinenses.

O número de agricultores e pescadores beneficiados pelos programas da Secretaria ultrapassa a marca de 363 mil produtores. Somente nas linhas de fomento e subvenção de juros, de janeiro/2019 a outubro/2022, foram beneficiados mais de 296 mil empreendedores rurais, com investimentos que ultrapassaram R\$ 484,3 milhões.

Houve destaques, também, nas áreas de indenização pelo abate sanitário e de regularização fundiária. Na primeira, ainda em 2019, o tempo médio de atendimento e indenização dos produtores reduziu de 150 para 60 dias, além de ampliar significativamente o número de produtores beneficiados. Já nos programas de regularização fundiária, a Secretaria alcançará a marca de 40.297 propriedades que receberão a documentação necessária para legalizar suas propriedades.

O Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa) investiu mais de R\$ 55,7 milhões na indenização de produtores rurais pelo abate sanitário de animais doentes, possibilitando a continuidade da produção de carne e de leite, além de preservar a saúde pública e o status sanitário da pecuária catarinense. No total, 2.226 famílias rurais foram beneficiadas pelo Fundesa em todo o estado, sendo este o recorde de investimentos na área.

A Secretaria de Estado da Agricultura fez uma força-tarefa para regularizar imóveis rurais. Nos últimos quatro anos, o Governo do Estado investiu mais de R\$ 10,8 milhões no Programa Terra Legal, que fornece a documentação necessária para que os produtores regularizem seus imóveis rurais, e, com isso, mais de 40 mil famílias catarinenses receberão a documentação necessária para legalizar suas propriedades, podendo, assim, fazer parte das políticas públicas ou incentivos dos governos federal e estadual.

Além disso, nos últimos quatro anos, o Governo do Estado destinou mais de R\$ 213,2 milhões para a aquisição de 2.394 equipamentos agrícolas, que foram ou estão sendo cedidos aos municípios. Entre os equipamentos comprados estão tratores, distribuidores de água, carretas agrícolas basculantes, balanças bovinas, perfuradores de solo, grades aradoras, ensiladeiras, roçadeiras hidráulicas, retroescavadeiras, caminhões basculantes, entre outros.

O setor pesqueiro também recebeu recursos que ficarão na história de Santa Catarina. A partir de 2021 o programa SC Mais Pesca passou a viabilizar investimentos de R\$ 28 milhões para a execução de 42 projetos de implantação ou reforma de infraestruturas de apoio à pesca artesanal em 29 municípios. A expectativa é beneficiar quase 25 mil famílias de pescadores, que abrangem mais de 330 comunidades pesqueiras.

Com relação ao reconhecimento pelo trabalho desempenhado, referência internacional no cuidado com a saúde animal, em 2020 Santa Catarina conquistou o título de menor prevalência de brucelose animal do Brasil. O reconhecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) demonstra a excelência da bovinocultura catarinense e a qualidade da sua produção agropecuária.

Entre 2019 e 2021, Santa Catarina obteve o registro de cinco Indicações Geográficas (IG). Uma IG atesta que um produto só tem aquelas características porque é produzido de determinada forma, tem notoriedade na produção e vinculação ao território em que é produzido. A identificação é um diferencial competitivo que confere ao produto o caráter de exclusividade. A primeira IG registrada no estado foi a do Vinho dos Vales da Uva Goethe, seguida pela Banana da Região de Corupá e Campos de Cima da Serra para o Queijo Artesanal Serrano. Posteriormente, se deu o registro da IG Vinhos de Altitude de Santa Catarina e do Mel de Melato da Bracatinga. Por último, foram registradas as IG da Maçã Fuji da Região de São Joaquim e da Erva Mate do Planalto Norte Catarinense.

No ano de 2021, a Secretaria foi premiada na categoria governo inovador do Prêmio Inovação Catarinense - Professor Caspar Erich Stemmer, promovido pela FAPESC, por iniciativa do Roadmap Estratégico integrado. O trabalho premiado envolveu diversos atores do setor agro, resultando na construção de um diagnóstico e visão estratégica.

A Secretaria também recebeu o prêmio Patrocinador Destaque do Prêmio Eproj 2022, promovido pelo Escritório de Projetos do governo do estado, em 2022, por conta dos esforços empenhados na área de gestão de projetos da pasta. As ações possibilitaram a ampliação da cultura de gestão de projetos, além da transparência para a sociedade catarinense.

Secretaria Executiva de Aquicultura e Pesca - SAQ

A Secretaria Executiva de Aquicultura e Pesca – SAQ foi estabelecida no contexto da Reforma Administrativa implementada pela atual administração e aprovada pela Assembleia Legislativa. Sua missão primordial consiste no planejamento, formulação e normatização das políticas estaduais relacionadas à aquicultura e pesca, com o objetivo de buscar constantemente a excelência, gerando renda e promovendo o bem-estar da população catarinense. Suas atividades abrangem diversas ações e instrumentos de políticas aquícolas e pesqueiras, voltadas para o fortalecimento da infraestrutura econômica e social, sempre visando aprimorar a competitividade dos produtos catarinenses e impulsionar o crescimento da produção e sua sustentabilidade.

A visão estratégica da instituição é ser reconhecida como a principal unidade federativa fornecedora de produtos aquícolas e pesqueiros de alta qualidade, sustentados por tecnologia e inovação. A Secretaria trabalha com empenho para fomentar o desenvolvimento das atividades aquícolas e pesqueiras, visando oferecer os melhores produtos, dentro de um ecossistema exemplar que adota princípios de sustentabilidade. Através do uso de tecnologias avançadas e práticas inovadoras, busca-se impulsionar o desenvolvimento econômico e social em toda a cadeia produtiva. Paralelamente, é buscado o fortalecimento das competências técnicas e gerenciais dos trabalhadores e produtores, a fim de elevar a eficiência econômica das atividades desempenhadas.

As atividades realizadas pela Secretaria estão alinhadas com as diretrizes estabelecidas na Lei 18.646/2023, de 5 de junho de 2023, a qual versa sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo. Adicionalmente, a instituição baseia-se nos preceitos estabelecidos na Medida Provisória nº 257/2023, para definir sua estrutura e competências.

Para assegurar o cumprimento de suas responsabilidades, a Secretaria recebe apoio jurídico, técnico e operacional da Secretaria de Estado da Agricultura - SAR, bem como das empresas Ceasa, Cidasc e Epagri, que estão vinculadas a ela. Essas parcerias estratégicas desempenham um papel fundamental no desempenho das atividades da Secretaria, contribuindo para alcançar os objetivos estabelecidos e promover o desenvolvimento sustentável do setor aquícola e pesqueiro em Santa Catarina.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

De acordo com a Lei 18.646/2023, Art. 30-B, são competências da Secretaria de Executiva da Aquicultura e Pesca - SAQ:

I – planejar, formular e normatizar as políticas estaduais aquícola e pesqueira, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem;

II – planejar e elaborar programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento aquícola e pesqueiro;

III – planejar, formular e normatizar a política estadual de apoio à logística de comercialização de produtos aquícolas e pesqueiros;

IV – apoiar, planejar e viabilizar ações que visem oferecer oportunidades de crédito, especialmente no que diz respeito a instalações produtivas, armazéns, equipamentos e insumos nos setores aquícola e pesqueiro;

V – apoiar ações ligadas ao associativismo e cooperativismo no âmbito de sua competência;

VI – interagir com a CIDASC e a EPAGRI na implementação das políticas estaduais de desenvolvimento aquícola e pesqueiro;

VII – implantar políticas de valorização de produtos e de selos de qualidade, certificação e rastreabilidade;

VIII – planejar, formular e normatizar política de pesquisa sobre as atividades aquícola e pesqueira;

Ainda, conforme o referido instrumento legal, a SAQ terá apoio jurídico, técnico e operacional da Secretaria de Agricultura – SAR.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Propósito: Oferecer os melhores produtos pesqueiros e aquícolas, através de um ecossistema exemplar e sustentável com tecnologia e inovação, gerando desenvolvimento econômico e social em toda cadeia de produção.

Missão: Planejar, formular e normatizar as políticas estaduais aquícola e pesqueira, abrangendo o transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem dos produtos, buscando continuamente a excelência, gerando renda e bem-estar aos catarinenses.

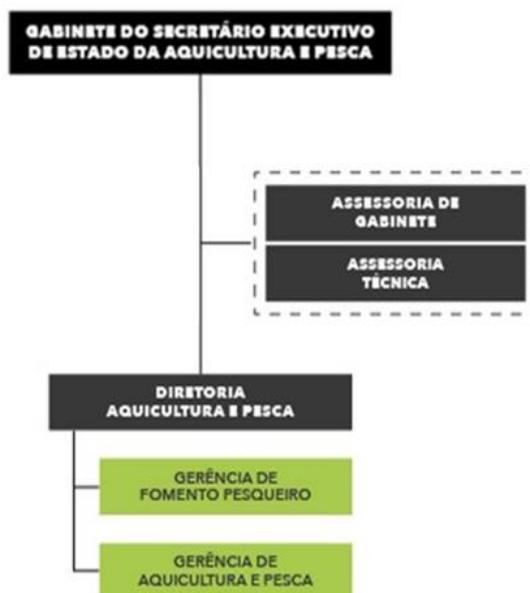
Visão: Ser reconhecida como a unidade da Federação que fornece os melhores produtos aquícolas e pesqueiros com tecnologia e inovação e de forma sustentável.

Valores: Eficiência - Transparência - Descentralização e Inovação - Cidadania

Carreiras/servidores

| Cargos | Ativos | Inativos | ACT | Outro | Total |
|--------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Secretário de Estado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Diretor de Aquicultura e Pesca | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Gerente de Fomento Pesqueiro | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Gerente de Aquicultura e Pesca | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Assessor Técnico | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Assessor de Gabinete | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 |

ORGANOGRAMA



Macroprocessos Finalísticos

➤ Aquicultura e Pesca

O planejamento para o desenvolvimento de políticas de incentivo à aquicultura e pesca sustentável, apoio a programas de capacitação e treinamento, associativismo e cooperativismo.

O planejamento, formulação e normatização das políticas estaduais aquícolas e pesqueiras, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem.

Estimular a diversificação da produção, fomentar a pesquisa científica e tecnológica, promover a conscientização sanitária e ambiental, fortalecer parcerias com os entes municipais e federais e demais órgãos envolvidos com a atividade.

Criar programas de incentivo aos produtores locais, promover a infraestrutura, logística e aquisição de equipamentos. Apoiar ações que oportunizem crédito e incentivos fiscais ao setor, bem como realizar campanhas de estímulo ao consumo e valorização dos produtos da aquicultura e pesca catarinense, assim como outras competências atribuídas pela lei de criação da SAQ.

Macroprocessos da Área Meio (apoio jurídico, técnico e operacional da Secretaria de Agricultura – SAR)

➤ Planejamento, acompanhamento e avaliação

Coordenar o processo de planejamento e dos mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas.

➤ Coordenação e gestão da infraestrutura de comunicação e informação

Disponibilizar os meios e processos ao adequado fluxo de transmissão e recepção de dados dos diversos setores, visando a eficiência e eficácia no trâmite de processos e disponibilização de informação ao público interno e externo.

➤ Gestão de pessoas e processos administrativos, financeiros, contábeis e patrimoniais

Disponibilizar infraestrutura e realizar a gestão dos processos com vistas a prover os meios e recursos necessários ao desenvolvimento das atividades finalísticas.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Programas de fomento e subsídio de juros já consolidados e aderentes; 2. Programas complementares aos do governo federal, de outras secretarias e das prefeituras municipais; 3. Empresa/serviço de defesa agropecuária reconhecida nacional e internacionalmente, que executa as políticas do setor; 4. Empresa/serviço de pesquisa agropecuária e extensão rural, reconhecida nacional e internacionalmente, que executa as políticas do setor; 5. Equipe de trabalho com experiência. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Inexistência de dados estruturados e acompanhados pelo Estado para o setor pesqueiro; 2. Deficiência nos sistemas informatizados; 3. Falta de integração nos bancos de dados disponibilizados por diferentes atores do setor; 4. Políticas públicas desatualizadas; 5. Sistemas burocráticos baseados em documentos aprovações em distintas esferas públicas; 6. Estrutura física de trabalho inadequada com instalações em desacordo com os padrões legais e deficientes em rede elétrica e de informática; 7. A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural e Pesqueira, que executa as políticas do setor, não tem uma equipe específica de extensão aquícola e pesqueira com dedicação exclusiva e formação específica e contínua em Aquicultura e Pesca; 8. Orçamento não consolidado. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Diversidade socioeconômica dos setores aquícola e pesqueiro do Estado; 2. Competitividade nacional e internacional das várias cadeias de valor do Estado; 3. Ampliação da demanda nacional e internacional de produtos dos setores aquícola e pesqueiro; 4. Estruturas/políticas públicas de promoção do desenvolvimento dos setores aquícola e pesqueiro (crédito, seguro, sustentação de renda); 5. Diversidade ambiental (solo, clima), cultural, histórica, étnica, etc, que favorece o desenvolvimento e a diversificação das atividades nos meios aquícola e pesqueiro; 6. Ambiente político favorável ao planejamento e ao setor, 7. Aumento da produtividade aquícola; | <ol style="list-style-type: none"> 8. Restrições ambientais para ampliação da produção de algumas cadeias produtivas; 9. Envelhecimento dos pescadores e falta de sucessores 10. Perda da atratividade da pesca por parte dos jovens; 11. Legislações que dificultam a atividade pesqueira industrial e artesanal; 12. Perda da atratividade da piscicultura por parte dos agricultores mais descapitalizados; 13. Situação econômica internacional e nacional interfere na exportação, reduz a demanda do mercado interno e comprime os preços de vários produtos; 14. Aquecimento global e o conseqüente aumento dos eventos extremos; 15. Infraestrutura deficiente no meio rural, especialmente estradas, energia elétrica e acesso à internet; |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS

Funcionários do Estado;

Terceirizados;

Bolsistas;

Estagiários.

EXTERNAS



CGE - CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO: Garantir a transparência e a conformidade das atividades;

PGE - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO: Apoio e orientação das demandas jurídicas; Órgão consultivo;

Envio de cobranças judiciais;

SAI - SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL: Apoio em missões internacionais, busca de novos mercados e divulgação das potencialidades do setor aquícola e pesqueiro de Santa Catarina; Grupo de atração de investimentos - desenvolvimento econômico sustentável e articulação internacional;

SAN - SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL: Apoio às demandas junto aos órgãos do governo federal e congresso nacional;

SAR - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA: Apoio jurídico, técnico e operacional, visando o desenvolvimento e a implementação das políticas estaduais relacionadas à aquicultura e pesca;

EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA: Colaboração na pesquisa, extensão rural e troca de conhecimentos técnicos no âmbito da aquicultura e pesca;

CIDASC - COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA: Colaboração na execução de ações de sanidade animal e vegetal e preservação a saúde pública;

CEASA - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A: Apoio na comercialização e distribuição dos produtos aquícolas e pesqueiros, promovendo a conexão entre os produtores e os mercados locais;

SAS - SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA: Desenvolvimento de Programas e projetos em parceria;

SCC - SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL: Órgão consultivo e de apoio para articulação política;

SCM - SECRETARIA EXECUTIVA DA CASA MILITAR: Órgão consultivo e de apoio para articulação política;

SCTI - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: Apoio na elaboração e implementação de políticas públicas na área de inovação e tecnologia; Contratos de prestação de serviço de infraestrutura de tecnologia da informação;

SEA - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO: Órgão consultivo e de apoio para as questões administrativas; Indicadores de Gestão;

SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO: Apoio na divulgação de ações e informações da aquicultura e pesca catarinense;

SED - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO: Proposta para inclusão de proteínas do setor na alimentação escolar;

SEF - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA: Órgão consultivo e orientador nas questões financeiras, programação e liberação financeira e tributárias, transferências de créditos de ICMS; Apoio a projetos de captação de recursos e operações de crédito; Assessoria na execução e prestação de contas de convênios estaduais inclusão de inadimplentes na dívida ativa;

SEMAE - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DA ECONOMIA VERDE: Licenças ambientais para projetos relacionados a aquicultura e pesca; Validação do CAR e do PRA; Participação em câmaras setoriais do CEDERURAL; Regularização ambiental da piscicultura;

SEPLAN - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO: Alinhamento das políticas de aquicultura e pesca com o planejamento estratégico estadual, buscando a integração entre as atividades e os objetivos de desenvolvimento sustentável;

SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO: Promoção do turismo relacionado à aquicultura e pesca, destacando os atrativos naturais e culturais do estado, impulsionando o setor turístico;

SGG - SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO: Coordenação das ações e projetos em conjunto com as demais secretarias, visando a sinergia entre as atividades do governo estadual;

SICOS - SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO SERVIÇO: Desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura e pesca, estimulando o crescimento do setor industrial e comercial relacionado;

SIE - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE: Apoio em laudos técnicos dos serviços que envolvem conhecimento de engenharia; Proposta – auxílio nos projetos de melhoria de infraestrutura e de malha viária no meio rural;

SPAF - SECRETARIA DE ESTADO DE PORTOS, AEROPORTOS E FERROVIAS: Coordenação da a infraestrutura logística necessária ao escoamento da produção aquícola e pesqueira, garantindo a eficiência do transporte;

SSP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA: Parceria nas ações de fiscalizadora e cumprimento das leis ambientais para a promoção da preservação dos recursos naturais; Rede de policiamento nos meios aquícolas e pesqueiros;

DEFESA CIVIL: Apoio no atendimento nas áreas que passam por intempéries e catástrofes;

ENA - FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO SC: Capacitação dos servidores;

BRDE - BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL: Linhas de crédito para apoio a projetos de desenvolvimento do setor aquícola e pesqueiro;

BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S.A.: Linhas de crédito para apoio a projetos de desenvolvimento do setor aquícola e pesqueiro;

CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S. A.: Ações ligadas ao fornecimento e manutenção de energia elétrica adequada às atividades da aquicultura e pesca, assegurando o funcionamento dos equipamentos e sistemas necessários. Ampliação do número de usuários no programa de desconto de energia elétrica para a produção aquícola, promovido pela ANEEL;

CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO: Análises e controle da qualidade da água pós-tratamento;

FAPESC - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA: Propostas de editais e projetos de pesquisa para aquicultura e pesca;

PREFEITURAS MUNICIPAIS: Convênios e transferências de equipamentos e recursos financeiros para o desenvolvimento aquícola e pesqueiro; Atendimento a lideranças e recebimento de demandas dos municípios; Autorização de eventos;

ALESC - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: Recebimento de emendas impositivas dos deputados estaduais; Participação nas comissões, em especial da aquicultura e da pesca. Além das frentes parlamentares de assuntos relacionados; Consulta na elaboração de projetos de leis; Participação em audiências públicas; Respostas aos pedidos de informação enviados pelos deputados estaduais;

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL: Participação em câmaras, comitês e fóruns; Elaboração de pareceres para área da aquicultura e pesca;

GOVERNO FEDERAL: Convênios e contratos de repasse de recursos para aquisição de equipamentos, em especial o recebimento das emendas parlamentares dos deputados e senadores; Execução de políticas nacionais, no âmbito do MPA/MMA; Convênios elaborados pela secretaria da aquicultura e pesca e executados com recursos federais; Embrapa: participação em comitês sanitários; Orientação no ministério da economia e secretaria do tesouro nacional para financiamento externo para operação de crédito e renovação do programa SC rural; Levar as demandas do setor aquícola e pesqueiro de Santa Catarina para orientar as políticas públicas e elaboração de programas e normas do governo federal;

ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SETOR AQUÍCOLA E PESQUEIRO CATARINENSE: Parceria para elaboração e execução de políticas públicas do setor..

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

A Gerência de Aquicultura e Pesca, anteriormente vinculada à Secretaria da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, se dedicou a diversas ações de regulamentação e revisão no âmbito da pesca. Algumas das principais realizações da gerência incluem:

Regulamentação da Pesca de Arrasto de Praia - através da qual a gerência estabeleceu diretrizes e regulamentos para a pesca de arrasto de praia, com o objetivo de garantir práticas sustentáveis, equilibrando a atividade pesqueira com a preservação dos ecossistemas costeiros e a manutenção das espécies marinhas.

Regulamentação da Pesca de Cercos Fixos Flutuantes - medida para estabelecer critérios claros para essa modalidade de pesca, com foco na preservação dos recursos pesqueiros e na minimização dos impactos ambientais.

Revisão da Portaria IBAMA 54 N/1999 - Redes de Emalhe Fixas - com objetivo de fortalecer as medidas de controle e monitoramento, promovendo a conservação dos estoques pesqueiros.

Revisão da IN MPA/MMA 10/2011 - Matriz de Modalidades de Pesca para a Concessão de Permissão Prévia de Pesca e Autorização de Pesca - visando aperfeiçoar os critérios de concessão, levando em consideração aspectos socioeconômicos e ambientais.

Norma para Pesca do Parati no Complexo Lagunar - visando garantir uma exploração sustentável, preservando o ecossistema lagunar e assegurando a continuidade dessa atividade pesqueira.

Participação em Comitês Relativos à Pesca da Tainha - promovendo o diálogo entre os diferentes atores envolvidos na pesca da tainha, visando o manejo adequado dos estoques.

O setor pesqueiro também recebeu recursos, a partir de 2021, por meio do programa SC Mais Pesca, investindo de R\$ 4,7 milhões para a execução de 13 projetos de implantação ou reforma de infraestruturas de apoio à pesca artesanal.

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina. Criada em 1979, tem como missão a execução das ações de sanidade animal e vegetal, a preservação da saúde pública e a promoção do agronegócio e do desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. O intuito dessas ações é proteger a saúde única (das pessoas, dos animais e do meio ambiente) e o agronegócio catarinense, além de manter um status sanitário dentro dos padrões exigidos para manutenção e ampliação da comercialização com outros estados e países.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Segundo a Lei Complementar nº 381/2007 alterada pela Lei Complementar nº 534/2011 e Lei Complementar 741/2019, compete à Cidasc:

I - Executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual (SIE), por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela Cidasc;

II - Promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

III - Promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

IV - Prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

V - Estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução;

VI - Desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul;

VII - Assegurar e garantir tratamento favorecido e simplificado para as agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no sistema de inspeção e vigilância sanitária.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

VISÃO: Ser reconhecida como referência e excelência em Sanidade Agropecuária.

VALORES: Excelência; Legalidade; Transparência; Credibilidade.

ESTRUTURA: Florianópolis abriga a Sede da Cidasc, que possui ainda 19 departamentos regionais distribuídos estrategicamente pelo estado que coordenam os trabalhos dos escritórios municipais e das unidades veterinárias locais (UVLs) na sua região de abrangência. Através dessa estrutura descentralizada, atende os 295 municípios de SC (direta ou indiretamente). A Cidasc dispõe também de 58 Postos Fixos de Fiscalização de trânsito de produtos de origem animal e vegetal, localizados ao longo das divisas com os estados do RS e PR e na fronteira com a Argentina.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| GRUPO OCUPACIONAL | CARGO | ATIVOS | AFASTADOS | À DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS |
|-------------------|----------------------------------------------------|------------|-----------|-------------------------------|
| Operacional | Auxiliar Operacional/ agropecuário | 414 | 1 | 1 |
| | Motorista | 1 | 0 | 0 |
| | Operador de Máquinas | 9 | 14 | 33 |
| Administrativo | Assistente Administrativo | 66 | 4 | 13 |
| Técnico | Técnico Agrícola | 33 | 1 | 4 |
| | Técnico de Edificações | 0 | 0 | 0 |
| | Técnico de Enfermagem no Trabalho | 0 | 0 | 0 |
| | Técnico de Laboratório | 0 | 0 | 0 |
| | Técnico de Segurança do Trabalho | 3 | 0 | 1 |
| | Técnico de Suporte de Informática | 6 | 0 | 0 |
| | Técnico Eletricista | 0 | 0 | 0 |
| Superior | Administrador | 6 | 0 | 2 |
| | Advogado | 8 | 0 | 1 |
| | Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação | 4 | 0 | 0 |
| | Arquivista | 0 | 0 | 0 |
| | Assistente Social | 0 | 0 | 0 |
| | Contador | 9 | 0 | 2 |
| | Design Gráfico | 0 | 0 | 0 |
| | Economista | 1 | 0 | 0 |
| | Engenheiro Agrônomo | 41 | 0 | 3 |
| | Engenheiro Civil | 0 | 0 | 0 |
| | Engenheiro de Segurança do Trabalho | 1 | 0 | 0 |
| | Engenheiro Eletricista | 0 | 0 | 0 |
| | Engenheiro Mecânico | 0 | 0 | 1 |
| | Estatístico | 0 | 0 | 0 |
| | Geógrafo | 0 | 0 | 0 |
| | Jornalista | 1 | 0 | 0 |
| | Médico do Trabalho | 0 | 0 | 0 |
| | Médico Veterinário | 278 | 1 | 3 |
| | Pedagogo | 0 | 0 | 0 |
| | Psicólogo | 1 | 0 | 0 |
| Publicitário | 0 | 0 | 0 | |
| | Químico | 1 | 0 | 0 |
| | Totais | 883 | 21 | 64 |

| CARGOS/FUNÇÕES EM EXTINÇÃO | | | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|------------|-----------|-------------------------------|
| CARGOS | FUNÇÃO | ATIVOS | AFASTADOS | À DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS |
| Auxiliar Técnico | Auxiliar Técnico | 6 | 6 | 1 |
| Classificar | Classificar | 26 | 1 | 2 |
| Eletricista | Eletricista | 0 | 0 | 3 |
| Topógrafo | Topógrafo | 2 | 0 | 0 |
| Engenheiro Florestal | Engenheiro Florestal | 0 | 0 | 1 |
| Engenheiro Agrimensor | Engenheiro Agrimensor | 1 | 0 | 0 |
| Mecânico | Mecânico | 0 | 0 | 6 |
| Vigilante | Vigilante | 0 | 1 | 0 |
| Servente | Servente | 0 | 0 | 2 |
| Agente Operacional Administrativo | Técnico em Contabilidade | 0 | 1 | 0 |
| Auxiliar de serviços gerais | auxiliar de serviços gerais | 3 | 3 | 6 |
| Agente Oper Serviços Diversos | Agente Oper Serviços Diversos | 23 | 4 | 4 |
| Total | | 61 | 16 | 25 |
| Total GERAL | | 944 | 37 | 89 |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

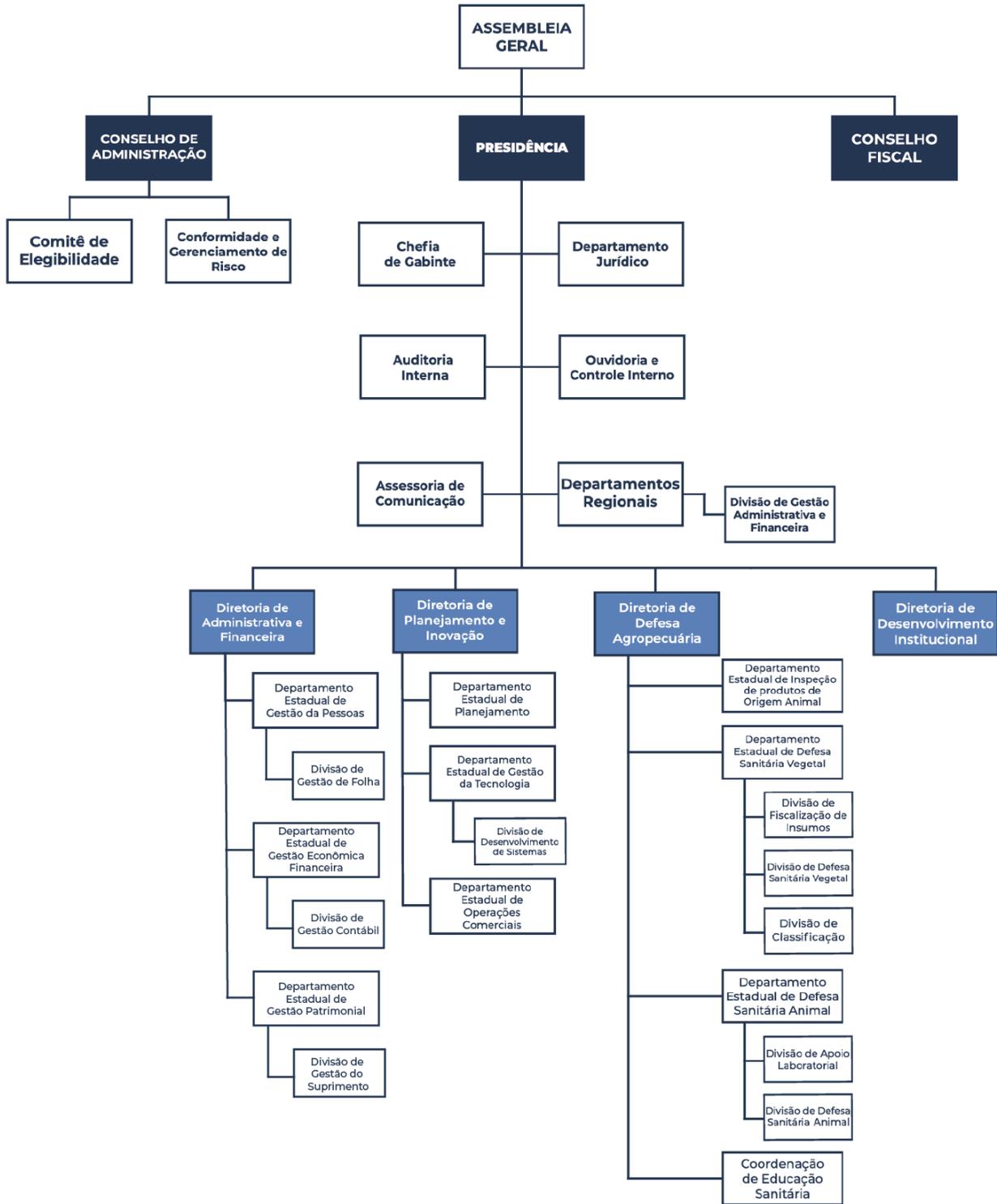
INTERNAS

- Empregados.

EXTERNAS

- Comunidade;
- Sociedade;
- Imprensa / Formadores de opinião;
- Governos;
- Clientes / Usuários;
- Agroindústrias e frigoríficos;
- Agricultores e pecuaristas;
- Estudantes;
- Instituições de Ensino.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Por delegação da Secretaria de Estado da Agricultura - SAR, é de competência da Cidasc executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal; assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual (SIE); promover e executar os serviços de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos; prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução.

Para alcançar a missão da Companhia, os departamentos técnicos, vinculados à Diretoria de Defesa Agropecuária, executam as atividades finalísticas da Cidasc.

Defesa Sanitária Animal: conjunto de atividades de Estado voltadas ao interesse da segurança agro-sanitária, cujos objetivos gerais podem ser resumidos em preservação da sanidade da produção animal, da saúde pública e do meio ambiente, do fortalecimento da economia e da promoção do bem-estar social ao contribuir para a contínua melhoria na condição agro-sanitária catarinense, visando agregar valor e acessar mercados consumidores internos e externos. Atualmente, Santa Catarina é reconhecida internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) como Área Livre de Febre Aftosa sem vacinação e de Zona Livre de Peste Suína Clássica, além de possuir a menor prevalência nacional de Brucelose e a segunda menor de Tuberculose.

Defesa Sanitária Vegetal: o sistema de Defesa Sanitária Vegetal constitui-se num trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção, do comércio e do trânsito de vegetais ou produtos desta origem que possam ser veiculadores de pragas. As fiscalizações buscam garantir a manutenção de status livre de pragas como *Cydia pomonella*, Fogo Bacteriano das rosáceas, Moko da bananeira e Cancro da Videira. Esse processo possibilitou a comercialização de produtos como maçãs, bananas e uvas para outros estados e países.

Classificação de Produtos de Origem Vegetal: certificação de produtos de origem vegetal de acordo com os padrões oficiais estabelecidos por portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Realiza também o acompanhamento da comercialização de tabaco em folha nos pontos de compra em todo o Estado de Santa Catarina. O Selo de Conformidade Cidasc é outra atribuição da divisão de classificação tem como seu principal objeto, implantar o Sistema de Gestão da Segurança dos Alimentos - (SGSA) e validar o SGSA, adequar os processos de produção/fabricação de alimentos de origem vegetal com base na legislação sanitária e oferecer condições para melhoria contínua, ser referência para as pequenas e médias empresas do agronegócio e agrofamiliares, melhorando assim as condições do nosso agronegócio.

Inspeção de Produtos de Origem Animal: o Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Deinp) que registra e fiscaliza os estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Estadual (SIE), contribui ativamente com ações direcionadas à segurança e qualidade dos produtos de origem animal catarinenses, que devem obrigatoriamente ser submetidos à inspeção sanitária.

Educação Sanitária: a Cidasc desenvolve um trabalho de construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários, através de: Educação com escolares, universitários e produtores rurais; Diagnóstico Educativo e Projetos educativos específicos.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo técnico qualificado; 2. Estrutura descentralizada que abrange todo o estado; 3. Postos Fixos de Fiscalização em divisas e fronteiras (monitoramento por imagens); 4. Atuação da defesa sanitária agropecuária reconhecida nacionalmente e internacionalmente; 5. Adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal. 6. Capilaridade tecnológica aumentada (APP Conecta) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de profissionais insuficiente para atender à demanda dos serviços; 2. Falta de segurança nos postos de fiscalização devido à localização em regiões ermas; 3. Instabilidade econômica (arrecadação não assegurada); 4. Falta de consciência sanitária da população - Precarização e deficiência de conhecimento do público-alvo (produtores/agroindústrias) com relação aos quesitos legais a serem atingido - Atuação na educação sanitária ainda é insuficiente para conscientização da população; 5. Estratégia de fiscalização com postos fixos defasada. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Expansão de mercados das agroindústrias catarinenses via selo ARTE e/ou SISBI; 2. Abertura de novos mercados, possibilitando o aumento da arrecadação do setor agropecuário; 3. Busca de diferencial de status sanitário para Santa Catarina (evidenciando a qualidade dos produtos catarinenses); 4. Controle e erradicação de outras doenças e pragas no Estado. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Legislação desatualizada não acompanha as mudanças no setor da defesa agropecuária; 2. Introdução de reservatórios ou fômites contaminados com doenças ou pragas e perda de status sanitário; 3. A falta de compreensão dos produtores rurais e representantes legais das agroindústrias frente a atuação de fiscalização da Cidasc; 4. Ingerência política; 5. Incerteza e volatilidade em relação ao custeio da empresa pelo Tesouro do Estado; |

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Um dos grandes objetivos das políticas públicas executadas pela Cidasc é a promoção de ações para certificação sanitária que atenda às exigências dos mais diversos mercados. Por intermédio dessas, o estado de Santa Catarina conquistou há 16 anos o status de Livre de Febre Aftosa sem Vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). Em 2015, Santa Catarina foi também reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA) como zona livre de peste suína clássica. Essa diferenciação sanitária do Estado proporcionou acesso aos mercados mais exigentes e trouxe retornos financeiros para toda a cadeia produtiva.

Na área vegetal, destaca-se o status fitossanitários de Área Livre de Praga do Moko da Bananeira (1 ALP), Livre da *Cydia Pomonella*, do Sistema de mitigação de risco para Sigatoka Negro e do Cancro cítrico, além da qualidade e inocuidade dos produtos aqui produzidos. Hoje o agronegócio representa mais de 60% das exportações do Estado.

Tão difícil quanto essas conquistas é a manutenção desse status diferenciado, o que exige vigilância ativa por parte da Cidasc, como órgão oficial de Defesa Sanitária, assim como de todos os envolvidos na cadeia produtiva. É um trabalho realizado diariamente pelos técnicos da empresa, assim como pelas barreiras sanitárias que funcionam 24 horas durante o ano inteiro. Sendo assim, manter essas doenças e pragas longe da agricultura e pecuária catarinense é uma das maiores conquistas da empresa nesses últimos 4 anos.

Durante os últimos quatro anos, a fim de ampliar as ações de defesa agropecuária no Estado na proteção da sanidade animal, bem como evitar a ocorrência de crimes contra a fé pública, com sérias consequências para os consumidores, a Cidasc firmou convênio com diversas entidades como a Embrapa, Udesc, Polícias Militar e Civil por intermédio do Centro Estadual de Combate aos Crimes contra o Agronegócio (Caoagro). Além disso, foram contratados 66 profissionais médicos veterinários e 27 auxiliares agropecuários, aprovados em

concurso público, com o intuito de suprir a demanda crescente do agronegócio catarinense, garantindo que este crescimento seja acompanhado pela manutenção do status de excelência sanitária que o Estado conquistou.

O ano de 2019 foi um marco para a Defesa Sanitária Vegetal catarinense devido a elaboração da Política Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, que trouxe as medidas necessárias para preservação da sanidade vegetal. As normas são para impedir a entrada de pragas ou doenças que possam causar prejuízos aos agricultores catarinenses. A Lei nº 17.825/2019 foi construída pelo Governo do Estado em harmonia com o setor produtivo.

Em 2020 foi instituído o Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos, cujo objetivo é aprimorar o controle do comércio, armazenamento e uso de agrotóxicos. Em seu primeiro ano de operação, o índice de conformidade atingiu a ordem de 89,3% das amostras de produtos de origem vegetal coletadas no comércio e na produção em todo território catarinense. Outro marco importante foi a disponibilização da versão final para integração ao sistema informatizado para controle de estoque, comercialização e uso de defensivos agrícolas, a partir de 1º de julho todas as operações comerciais envolvendo esses produtos e todos os receituários agrônômicos emitidos passaram a compor uma robusta base de dados para estatísticas, fiscalização e vigilância.

No mesmo ano houve a regulamentação do Selo Arte, através da Portaria SAR nº 20/2020, que estabelece os procedimentos de concessão deste certificado que valida produtos genuinamente artesanais e característicos das regiões catarinenses para venda em qualquer parte do Brasil. Desde então, 84 produtos artesanais foram registrados, o que possibilitou a pequenos produtores acesso ao mercado nacional, visto que estes podem ser comercializados em todo o território do país.

O projeto “Inova Defesa SC” foi apresentado oficialmente em 2021 com o objetivo de aprimorar os serviços de defesa agropecuária. Como parte integrante do projeto Inova, foi criada a plataforma “Conecta Cidasc”, com a qual a equipe em campo, por meio de aplicativo em dispositivo móvel, pode fazer o registro de toda atividade junto a propriedades rurais, agroindústrias e outros estabelecimentos. Além dos dispositivos para registro das atividades de campo, disponibilizados anteriormente, a empresa também distribuiu outros equipamentos de informática para as equipes dos departamentos regionais. A plataforma do Conecta Cidasc está conectada ao Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária de Santa Catarina (Sigen+) e gera dados e documentos que podem ser integrados também com outros sistemas. Além disso, as ferramentas de Business Intelligence (BI) permitem analisar o controle e as atividades finalísticas da Companhia, possibilitando a identificação de anomalias, pontos críticos e, de forma inteligente, definir estratégias de fiscalização.

O ano de 2022 marcou a retomada do programa estadual de controle da Vespa da Madeira (Sirex noctilio); com o repasse de recursos de emenda parlamentar foram adquiridos 3 drones e formalizado contrato de fornecimento de produto biológico para o controle da vespa da madeira, uma das principais pragas que atacam os reflorestamentos de pinus em Santa Catarina.

Em outubro de 2022 foi sancionado o decreto que atualiza e moderniza a normativa estadual que regulamenta a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. O decreto também adequa as necessidades e realidades das agroindústrias e do serviço de inspeção dos produtos de origem animal no Estado. O foco é a promoção da saúde única (proteção da saúde das pessoas, dos animais e do meio ambiente).

Em novembro de 2022 foi realizado o Simulado de Emergência Zoossanitária para Peste Suína Africana (PSA), promovido pela Cidasc e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA, com apoio do Icasa, do Sindicarne e da prefeitura municipal, das Polícias Militar e Civil e da Defesa Civil de Santa Catarina, entre outros. O exercício envolveu mais de 200 profissionais do setor público: federal, estadual, distrital e municipal, do setor privado, de países vizinhos, centros de pesquisa e organismos regionais e internacionais, demonstrando, na prática, como devemos proceder para conter e erradicar focos de PSA, no menor tempo e área possível, minimizando os impactos dessa doença.

Principais números dos últimos 4 anos:



Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura – SAR, prestadora de serviço público, não exploradora de atividade econômica, que atua principalmente na área de pesquisa, desenvolvimento de tecnologias, assistência técnica e extensão rural e pesqueira, além da educação profissional e tecnológica. É uma companhia de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, regida por Estatuto Social, pela Lei Complementar Estadual nº 741/2019, pelas Leis Federais nºs 6.404/1976 e 13.303/2016, pelo Decreto Estadual nº 1.007/2016, Medida Provisória nº 257/2023 e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Constituída pelo Decreto Estadual 1.080/1991, a Epagri teve as suas competências atualizadas pela Lei Complementar Estadual 741/2019, que lhe estabeleceu, no seu artigo 81, § 1º, as atribuições de:

I – planejar, coordenar e executar, de forma descentralizada, a política estadual de educação profissional e tecnológica de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira, socioeconômica e de extensão rural e assistência técnica do Estado;

II – apoiar técnica e administrativamente os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual na formulação, orientação e coordenação da política de ciência e tecnologia relativa ao setor agropecuário e pesqueiro do Estado;

III – estimular e promover a descentralização operativa das atividades de pesquisa agropecuária e extensão rural e pesqueira de interesse estadual, regional e municipal;

IV – promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária, da pesca e do meio rural do Estado, por meio da integração dos serviços de geração, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e socioeconômica;

V – executar as atividades de planejamento e informações agropecuárias do Estado previstas na Lei nº 8.676/1992;

VI – monitorar safras e mercados de produtos agropecuários, florestais e pesqueiros e gerar e difundir informações socioeconômicas sobre o setor rural catarinense; e

VII – atuar, em parceria com outras instituições públicas e privadas, em projetos de desenvolvimento territorial, para valorização de produtos tradicionais, com reconhecimento através de signos distintivos.

Objeto Social da Epagri, é definido, conforme Art.4º do Estatuto Social:

I – planejar, coordenar, orientar, controlar e executar ou promover a execução, de forma descentralizada, da política estadual de educação profissional e tecnológica, pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina;

II – apoiar, técnica e administrativamente, os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual na formulação, orientação e coordenação da política de ciência e tecnologia relativa ao setor agropecuário e pesqueiro de Santa Catarina;

III – estimular e promover a descentralização operativa das atividades de pesquisa agropecuária e extensão rural e pesqueira de interesse estadual, regional e municipal, mediante integração, incluindo a cessão de mão de obra, com organismos de objetivos afins aos da empresa, atuantes naquelas áreas, em relação aos quais exercerá ação de cooperação técnico-científica;

IV – promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária catarinense, por meio da integração dos serviços de geração, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e socioeconômica;

V – executar as atividades de planejamento e informações agropecuárias do Estado, previstas na Lei Estadual nº 8.676/1992, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural; e

VI – executar o monitoramento de safras e mercados e produtos agropecuários, florestais e pesqueiros e gerar e difundir informações socioeconômicas do setor rural catarinense;

VIII – atuar, em parceria com outras instituições públicas e privadas, em projetos de desenvolvimento territorial, para valorização de produtos tradicionais, com reconhecimento através de signos distintivos.

Legislação pertinente:

Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

Lei Estadual nº 8.245, de 18 de abril de 1991;

Decreto Estadual nº 1.080, de 20 de novembro de 1991;

Lei Estadual nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995;

Lei Estadual nº 9.904, de 03 de agosto de 1995;

Lei Complementar Estadual nº 243, de 30 de janeiro de 2003;

Lei Complementar Estadual nº 284, de 28 de fevereiro de 2005;

Decreto Estadual nº 2.974, de 8 de fevereiro de 2010;

Lei Complementar Estadual nº 534, de 20 de abril de 2011;

Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

Decreto Estadual nº 1.007, de 20 de dezembro de 2016;

Decreto Estadual nº 1.484, de 7 de fevereiro de 2018.

Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

Lei Estadual nº 8.245, de 18 de abril de 1991;

Decreto Estadual nº 1.080, de 20 de novembro de 1991;

Lei Estadual nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995;

Lei Estadual nº 9.904, de 03 de agosto de 1995;

Lei Complementar Estadual nº 243, de 30 de janeiro de 2003;

Lei Complementar Estadual nº 284, de 28 de fevereiro de 2005;

Decreto Estadual nº 2.974, de 8 de fevereiro de 2010;

Lei Complementar Estadual nº 534, de 20 de abril de 2011;

Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

Decreto Estadual nº 1.007, de 20 de dezembro de 2016;

Decreto Estadual nº 1.484, de 7 de fevereiro de 2018.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da sociedade.

VISÃO: Ser reconhecida nos cenários estadual e nacional como modelo de excelência em pesquisa agropecuária, extensão rural e gestão.

VALORES: 1. O exercício da **autodeterminação** amplia o nosso poder de liberdade e empenho, potencializando a criatividade.

2. Viver com **entusiasmo** desperta-nos confiança, segurança, motivação e coragem; proporcionando um trabalho realizador e útil para a sociedade.

3. Agimos com **integridade**, honestidade, e moral no trato com os nossos parceiros, clientes, fornecedores, colegas de trabalho e as comunidades onde atuamos.

4. A missão da EPAGRI está centrada no **conhecimento**. Por isso todo epagriano busca o saber continuamente, ampliando a visão de futuro, tornando o trabalho criativo e inovador.

5. Ao valorizar e priorizar a **responsabilidade**, nos tornamos líderes mercedores de uma maior credibilidade e fazemos disso o marco de nosso crescimento pessoal e profissional.
6. A prática da **solidariedade** pela amizade, lealdade, sinceridade e cooperação, promove o desenvolvimento do trabalho em equipe e conduz a um ambiente harmônico e humanizado.
7. Queremos consolidar nosso compromisso com a **cidadania**, buscando a sustentabilidade econômica, política, social e ambiental por meio de postura democrática, ética e justa.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro;
- Buscar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores;
- Promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais;
- Promover o desenvolvimento rural por meio da capacitação para a competitividade da agricultura familiar e da gestão socioambiental das propriedades;
- Normatizar e otimizar a gestão técnica e administrativa para a consecução das atividades-fim da Epagri bem como estabelecer mecanismos para maximizar a profissionalização da organização.

ESTRUTURA: UNIDADES DA SEDE ADMINISTRATIVA

A sede da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina está localizada na Rodovia Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi, Caixa Postal 502 - 88034-901 Florianópolis, SC, Brasil. A sede administrativa é integrada pelos órgãos deliberativos e de fiscalização, a Diretoria Executiva, os Departamentos Estaduais e as Assessorias, competindo-lhes a formulação de políticas, diretrizes e estratégias, bem como o estabelecimento de prioridades, análise da gestão econômico-financeira, coordenação, avaliação, suporte institucional e articulação interinstitucional.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXTENSÃO RURAL E PESQUEIRA

16 GERÊNCIAS REGIONAIS

13 CENTROS DE TREINAMENTO

292 ESCRITÓRIOS MUNICIPAIS

UNIDADES DE EXTENSÃO RURAL E PESQUEIRA

As unidades de extensão são formadas pelo Departamento Estadual de Extensão Rural e Pesqueira, as Gerências Regionais, os Centros de Treinamento e os Escritórios Municipais, que são coordenados pelo Departamento Estadual e apoiados pelos demais. Compete-lhes o cumprimento das políticas, diretrizes, estratégias e prioridades institucionais, formulação e execução de projetos e atividades voltados ao desenvolvimento sustentável do meio rural e pesqueiro e a execução dos programas estaduais de desenvolvimento regional e municipal em atendimento direto ao público.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO DA PESQUISA E INOVAÇÃO

4 CENTROS ESPECIALIZADOS

9 ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS

3 CAMPOS EXPERIMENTAIS

2 FAZENDAS EXPERIMENTAIS

UNIDADES DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

As unidades de pesquisa executam a política de pesquisa agrícola e inovação do Estado. São compostas pelo Departamento Estadual de Gestão de Pesquisa e Inovação, pelos Centros Especializados, pelas Estações Experimentais, Campos Experimentais e Fazendas Experimentais, apoiados pelos demais Departamentos Estaduais para a geração de tecnologia necessária à evolução das cadeias produtivas e à sociedade.

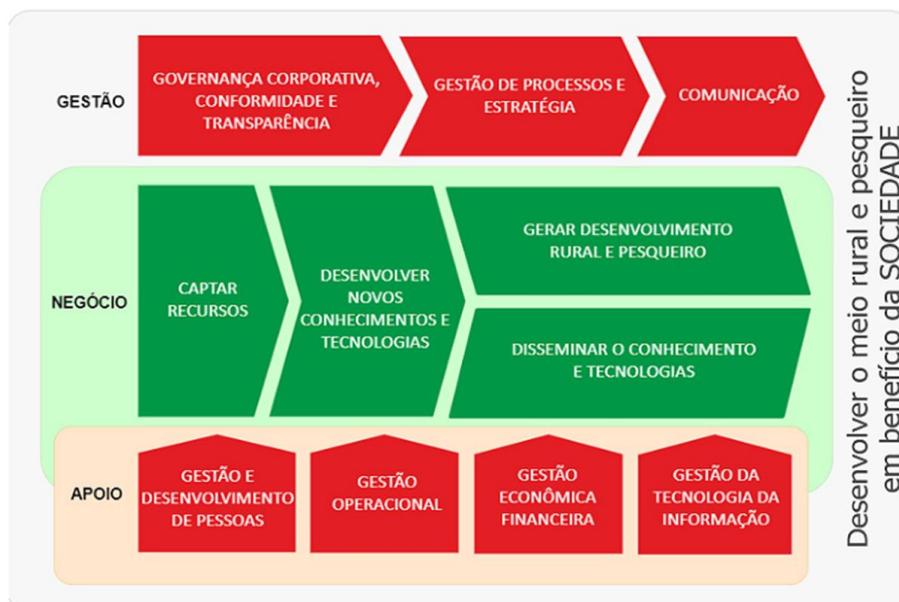
CARREIRAS/SERVIDORES:

| Área de Atuação | Grupo Ocupacional | N.º Empregados |
|--------------------------------------|---------------------|----------------|
| Extensão | Serviço | 42 |
| Extensão | Superior | 414 |
| Extensão | Técnico (NM) | 182 |
| Extensão Total | | 638 |
| Apoio Extensão/Pesquisa | Administrativo (NM) | 255 |
| Apoio Extensão/Pesquisa | Serviço | 60 |
| Apoio Extensão/Pesquisa | Superior | 55 |
| Apoio Extensão/Pesquisa | Técnico (NM) | 26 |
| Apoio Extensão/Pesquisa Total | | 396 |
| Pesquisa | Serviço | 152 |
| Pesquisa | Superior | 146 |
| Pesquisa | Técnico (NM) | 95 |
| Pesquisa Total | | 393 |
| Gestor | Dirigente | 126 |
| Gestor Total | | 126 |
| Cedido | Administrativo (NM) | 19 |
| Cedido | Serviço | 4 |
| Cedido | Superior | 42 |
| Cedido | Técnico (NM) | 7 |
| Cedido Total | | 72 |
| Total geral | | 1625 |

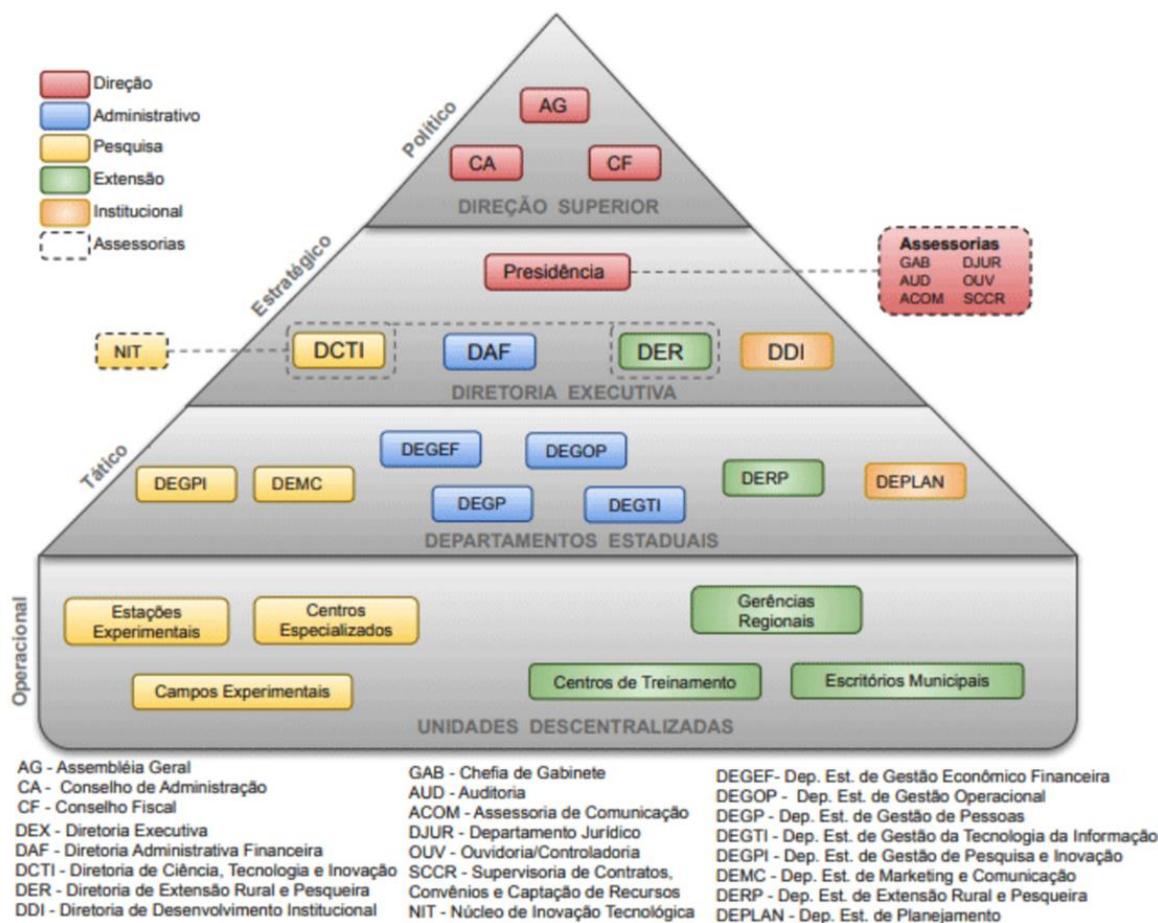
Atualização 26/05/2023 - Disponível no [BI Colaboradores](#)

Nossa Cadeira de Valor:

A Cadeira de Valor, seus macroprocessos e processos estão disponíveis para consulta na página da Epagri. A atualização é permanente e ocorre em tempo real. A figura abaixo apresenta o primeiro nível da Cadeira de Valor:



ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Assistência Técnica e Extensão Rural

A Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER tem por definição ser um serviço de educação não formal, de caráter continuado, nos espaços rural e pesqueiro, que promove o desenvolvimento sustentável através de processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais, artesanais e da pesca. A ATER é também uma política pública oferecida ao espaço rural e pesqueiro, prevista na Lei Federal nº 12.188/2010, que estabelece a Política Nacional de ATER – PNATER. O processo educativo de ATER abrange aspectos ambientais, sociais e de geração de renda para as famílias e suas organizações. A ATER oficial tem também como importante atribuição institucional divulgar, facilitar o acesso e operacionalizar programas instituídos pelos governos federal, estadual e municipal que atendem ao objetivo de promover o desenvolvimento rural e pesqueiro sustentável, com a melhoria da qualidade de vida da população rural e pesqueira.

| PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| Capacitação de agricultores e pescadores | Agricultores, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |
| Atendimento a agricultores e pescadores | Agricultores, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |
| Atendimento a organizações ligadas a agricultura | Associações, Cooperativas, Agroindústrias, Conselhos Municipais, Federações, Prefeituras |
| Atuação a campo | Agricultores, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |

Pesquisa Agropecuária

Tem a função de gerar e difundir conhecimento e tecnologias adaptadas às condições agroecológicas e às características da agricultura catarinense, visando promover o desenvolvimento sustentável do agronegócio e do meio rural e pesqueiro de Santa Catarina. Os esforços da pesquisa agropecuária aplicada desenvolvida pela Epagri visam à promoção da sustentabilidade, à geração de renda nas propriedades rurais, à redução de custos de produção e garantia de matéria-prima de qualidade, proporcionando competitividade de preços aos produtos e serviços produzidos no Estado, visando à crescente participação nos mercados locais e globais. A pesquisa agropecuária da Epagri destaca-se como um importante instrumento de promoção do crescimento econômico, de avanços sociais e de melhorias ambientais em todas as regiões catarinenses.

| PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES |
|-------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| Desenvolvimento de novos cultivares | Agricultores, Indígenas, Quilombolas, |
| Execução de projetos de pesquisa | Agricultores, Maricultores |
| Geração de tecnologias | Agricultores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |
| Publicações técnico-científicas | Agricultores, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |
| Prestação de serviços técnico-científicos | Agricultores, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |

Capacitação especializada no espaço rural e pesqueiro - Gênero e Geração

Capacitação de públicos delimitados nos meios rural e pesqueiro com objetivo de atender a demanda de jovens e mulheres que estão optando em permanecer na agropecuária ou na pesca, com qualidade de vida e realização profissional. As temáticas trabalhadas são voltadas à gestão, organização, ao protagonismo e à produção agropecuária e pesqueira, contribuindo com a qualificação e competitividade de atividades produtivas, e o investimento permanente em questões ambientais. A capacitação especializada em gênero e geração pretende também oferecer a este público prioritário uma visão sistêmica e integrada a partir da sua área de atuação, tratando aspectos sociais, ambientais e econômicos, bem como questões de mercado consumidor para promover agregação de valor aos produtos e/ou serviços oferecidos. Como resultado temos a permanência de jovens e mulheres no campo e no mar como opção de vida e renda.

| PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| Capacitação especializada de jovens e mulheres dos espaços rural e pesqueiro | Jovens e Mulheres do espaço rural e pesqueiro |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Atuação conjunta da pesquisa e extensão; 2. Pesquisa aplicada; 3. Estrutura com grande capilaridade resultando em presença e trabalhos nos 295 municípios; 4. Planejamento de ações realizado com base em consultas à sociedade e consultorias, refletindo os anseios do meio rural e pesqueiro de Santa Catarina; 5. Sistemas de Informação para registro permitindo a divulgação e transparência nas ações; 6. Intercâmbio com outras Entidades de Pesquisa e Extensão; 7. Bom relacionamento Interinstitucional; 8. Execução de Políticas Públicas Federais, Estaduais e Municipais; 9. Busca por gestão profissionalizada; 10. Capacidade de obtenção de recursos de fontes externas; 11. Única empresa pública registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA com os seguintes objetivos sociais: Planejar, coordenar e executar, de forma descentralizada, a política estadual de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do estado de Santa Catarina, e difusão de tecnologia agropecuária. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Deficiência na renovação do quadro funcional, necessidade contratação através do Concurso vigente e PDVI (áreas meio e fim); 2. Não atingir o quadro de vagas estabelecido em 1960 empregados conforme apontamentos da consultoria contratada (Roland Berger) em 2015; 3. Deficiência em alguns processos administrativos e técnicos que precisam ser reavaliados; 4. Deficiência na cobertura (marketing) para divulgação de informações técnicas e científicas ao público; 5. Morosidade para consolidação de mudanças devido a estrutura capilar da empresa; 6. Insuficientes ferramentas de gestão para subsidiar a tomada de decisão; 7. Deficiência no planejamento conjunto das áreas de atuação. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Melhoria do nível de escolaridade/conhecimento das pessoas que desenvolvem atividades produtivas, também aumento das informações disponíveis; 2. Redução do número de propriedades agrícolas, com maior especialização produtiva, na direção de: crescimento do arrendamento; diminuição de atividades intensivas em mão de obra; automação das atividades; terceirização de atividades, e; maior demanda e dependência de informações técnicas e gerenciais; 3. Industrialização com aumento das escalas de produção; 4. Aumento da produção vegetal e animal pelo crescimento da produtividade (das terras, dos animais, da força de trabalho, dos insumos e dos equipamentos). Importância destacada para a incorporação de inovações tecnológicas; 5. Crescimento significativo da produção da aquicultura, com destaque para a maricultura; 6. Valorização crescente de produtos de qualidade diferenciada (orgânicos, de indicação geográfica, "coloniais"), com segmentação dos mercados; 7. Ampliação das possibilidades de acesso aos mercados regionais/locais e aos mercados institucionais (creches, escolas, asilos, hospitais, presídios) para a agricultura familiar, juntamente com a intensificação dos mercados solidário e de cadeias curtas (feiras livres, compra no local de produção, pequenos varejos, agroturismo); 8. Ampliação e diversificação da produção de alimentos, insumos e produtos de qualidade e certificados com critérios de rastreabilidade e segurança; | <ol style="list-style-type: none"> 1. Diminuição da população rural (êxodo); 2. Persistência da pobreza rural e pesqueira (permanência de agricultores com pouca inclusão produtiva, econômica e social); 3. Aumento da internacionalização das principais cadeias produtivas (carnes suínas e de aves, floresta, frutas, fumo, milho, soja); 4. Padrão tecnológico das principais cadeias produtivas definido pelos agentes de mercado, com base em parâmetros internacionais; 5. Aumento nos níveis de envelhecimento dos produtores e pescadores, redução da força de trabalho nas propriedades e a falta de sucessores hereditários em grande parte dos estabelecimentos agropecuários; 6. Continuidade da perda de competitividade da produção catarinense do complexo de carnes para outras regiões do País; 7. Redução no número de produtores de leite com manutenção da trajetória de crescimento da produção e expansão de processos de agregação de valor e utilização de leite como componente de outros alimentos; 8. Ampliação do mercado para alimentos processados e semi-prontos; |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>9. Ampliação e aprofundamento dos mecanismos de controle, devido ao aumento da pressão social para redução dos impactos ambientais das atividades produtivas, como: análise de resíduos de agrotóxicos, certificação da produção de alimentos “limpos”, regulação e outorga do uso da água; controle de impactos sobre o aquecimento global, etc., resultando em mais exigências sanitárias e ambientais para a produção agropecuária;</p> <p>10. Demanda de produtos com maior valor agregado;</p> <p>11. Preferências por cadeias curtas de comercialização;</p> <p>12. Tecnificação da produção buscando a humanização do trabalho;</p> <p>13. Atendimento aos padrões de qualidade e segurança alimentar;</p> <p>14. Consumidores mais esclarecidos e preocupados com a origem dos alimentos (rastreadabilidade);</p> <p>15. Procura por produtos minimamente processados e embalados;</p> <p>16. Aumento na diversidade de espécies e consumo de espécies e cultivares não convencionais;</p> <p>17. Mudança no perfil do produtor, maior grau de escolaridade e profissionalismo;</p> <p>18. Produção integrada com visão no bem estar animal e uso racional dos recursos naturais;</p> <p>19. Sistemas produtivos mais eficientes;</p> <p>20. Melhoria da eficiência energética e desenvolvimento de novas fontes de energia;</p> <p>21. Automação dos sistemas produtivos;</p> <p>22. Reconhecimento e valorização, por parte da sociedade, da multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural (prestação de serviços ambientais, manutenção da paisagem e da qualidade ambiental, etc.).</p> | <p>9. Concorrência pelo serviço de ATER e pesquisa agropecuária;</p> <p>10. Mudança no perfil dos consumidores;</p> <p>11. Disponibilização de recursos federais tempestivos;</p> <p>12. Atraso no repasse de recursos financeiros por parte dos governos federal e estadual e municipal;</p> <p>13. Possibilidade de não repasse de recursos de convênios já pactuados com prazo de execução definido;</p> <p>14. Possibilidade de evasão de empregados devido a reforma previdenciária;</p> <p>15. Possibilidade de ingerência na gestão dos recursos próprios por parte do Estado (SEF e GGG), realocando verba destinada a investimento e custeio da Pesquisa e Extensão para outras finalidades não planejadas pela empresa.</p> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

Consideramos nossos stakeholders o público atendido e os parceiros para a promoção do desenvolvimento sustentável do meio rural e pesqueiro. Assim a Empresa presta serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural e pesqueira em benefício da sociedade.

Para definir sua atuação e atividades específicas, a Epagri realiza a cada quatro anos consulta a sociedade para avaliar as demandas e definir prioridades em cada região do estado, esta consulta é realizada junto à lideranças municipais, instituições parceiras, agricultores, pescadores dentre outros stakeholders, através de cada um dos 292 escritórios municipais em oficinas municipais de planejamento e questionários de diagnóstico, na última consulta mais de 12 mil pessoas participaram do planejamento plurianual da Epagri. Com a informação produzida nas oficinas e diagnóstico a Epagri através de sua estrutura de programas elabora, executa e define projetos de pesquisa, extensão rural e desenvolvimento institucional, os quais definem a estruturação de parcerias através de instrumentos jurídicos com diversas instituições, que envolvem universidades públicas e privadas, órgãos governamentais e não governamentais, nas diferentes esferas (municipal, estadual, federal e internacional) das áreas de agricultura, maricultura, biologia, meio ambiente, hidrologia, meteorologia e outras correlacionadas.

INTERNAS:

Empregados, Colaboradores e Prestadores de Serviço.

EXTERNAS:

Agricultores, Pescadores, Maricultores, Indígenas, Quilombolas, Associações de municípios, Prefeituras Municipais, Associações e Federações de Agricultores, Produtores e Pescadores, Cooperativas, Escolas, Conselhos de Desenvolvimento Rural (CMDRs), Secretaria de Estado da Agricultura, Secretaria de Estado da Fazenda, Grupo Gestor do Estado, Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Planejamento, Fapesc, Embrapa, CNPq, Finep, MAPA, MDA, MCTIC, Anater, CREA-SC, ASBRAER, CONSEPA, Bancos e instituições financeiras que operam Crédito Rural, Universidades, ANA, IICA, ABC e diversos outros públicos e instituições na esfera municipal, estadual, federal e internacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Retorno Social

Para 2022 cada R\$ 1,00 (um real) investido na Epagri impactou **R\$ 9,50** (nove reais e cinquenta centavos) para a sociedade catarinense. O Balanço Social é uma prestação de contas dos recursos que o governo de Santa Catarina investe em pesquisa agropecuária e extensão rural por meio da Epagri e consegue determinar o Retorno Social da empresa à sociedade. Os cálculos estimam os impactos econômicos nas atividades agropecuárias em decorrência do emprego de soluções tecnológicas desenvolvidas e difundidas pela Empresa. O impacto econômico é estimado pelo método do “Excedente econômico”, proposto pela Embrapa, em que a avaliação é feita pela comparação da situação anterior (sem a adoção da tecnologia) com a atual (com a tecnologia incorporada ao sistema de produção). O método permite estimar a renda adicional decorrente de ganhos de produtividade, redução de custos, agregação de valor ou expansão da produção em novas áreas, a partir da adoção pelos produtores de um novo cultivar ou uma nova tecnologia. Os benefícios atribuídos à Epagri deduzem os impactos atribuídos a outros parceiros quando a pesquisa e/ou a transferência é compartilhada com outras instituições.

O valor global do impacto econômico das tecnologias geradas e difundidas pela Epagri estimado dessa forma é então relacionado com os investimentos que o Governo do Estado faz para manter a Empresa operando ao longo do ano – contabilmente chamado de Receita Líquida. Esta relação resulta no Retorno Social por Real investido, ou seja, quantifica para cada investido na Epagri e o valor em R\$ de retorno ou impacto à sociedade (R\$ Investidos / R\$ de Retorno).

A meta estabelecida no contrato de gestão de 2020 a 2023 iniciou em 5,20 R\$/R\$ e está em 6,70 R\$/R\$, apresentando um grande incremento quando comparado com a meta do ano de 2016 que era de 5,00 R\$/R\$. Como se observa no gráfico a seguir, a Epagri tem conseguido superar as metas, inclusive com incremento considerável no ano de 2021, quando alcançou valor de 9,31 R\$/R\$.



Fonte: Balanço Social

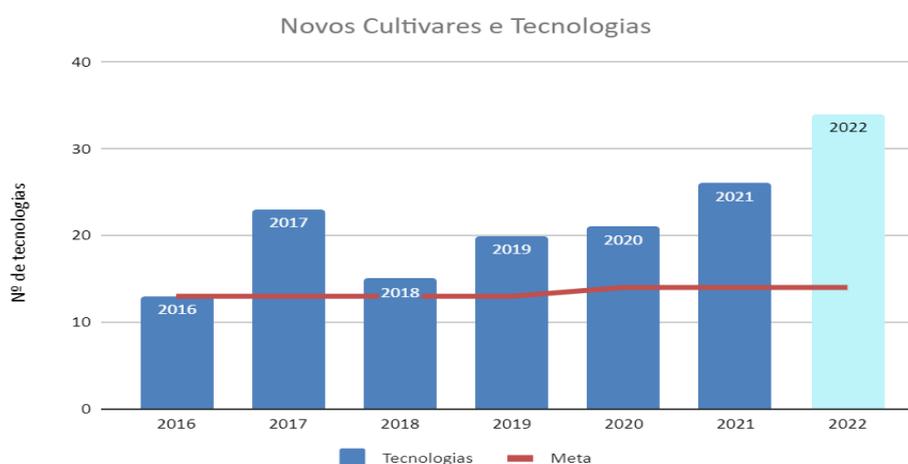
Novos cultivares e tecnologias

O presente indicador refere-se à soma do número de novos cultivares da Epagri que foram registrados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no ano de 2022, acrescido do número de tecnologias desenvolvidas neste mesmo ano, ambos registrados nos sistemas da empresa e certificadas, sob os critérios de aprovação técnico-científicas vigentes. O indicador representa o esforço da empresa na geração de novos cultivares, tecnologias e inovação, anualmente.

A meta estabelecida no Contrato de Gestão vigente é da criação/geração de pelo menos 14 tecnologias e/ou novos cultivares durante o ano de 2022.

Até o final do ano de 2022 obtivemos o alcance total de 10 novos cultivares registrados e 24 outras tecnologias desenvolvidas e disponibilizadas pelos técnicos da Epagri aos produtores e sociedade catarinense, totalizando **34 tecnologias**, bem acima da meta proposta e atingindo o maior valor alcançado desde o ano de 2016.

Na figura a seguir podemos observar o crescimento no número de tecnologias e cultivares gerados pela Epagri nos últimos anos, com pico apresentado neste ano.

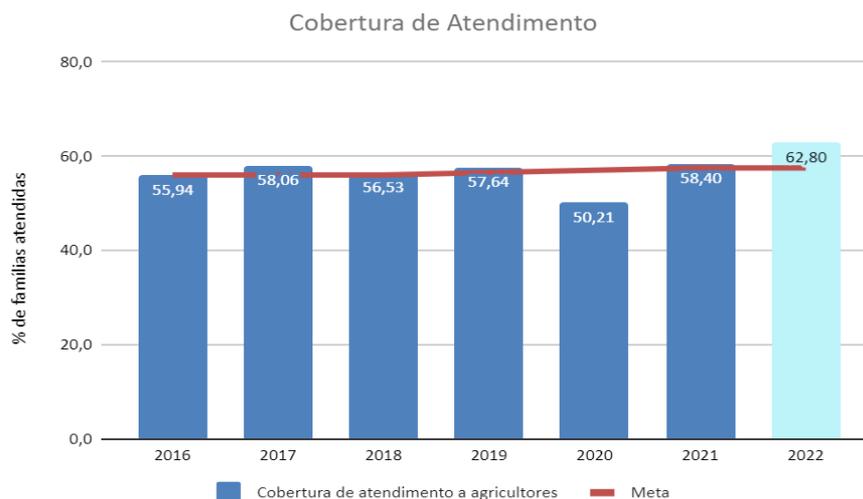


Cabe salientar que o lançamento destas tecnologias e cultivares são o resultado de anos de trabalho, envolvendo pesquisa agropecuária de ponta associada ao conhecimento acumulado do corpo técnico da empresa. Também, é importante informar que para os próximos anos existe uma boa perspectiva de desenvolvimento de tecnologias pela Epagri, em função do investimento feito em pesquisa agropecuária aplicada nos últimos anos.

Cobertura de atendimento

Atender o público da agricultura e pesca e gerar valor à sociedade é missão da Epagri, em 2022 alcançamos **115.229 famílias** do meio rural e pesqueiro catarinenses. O número de famílias compõe a cobertura de atendimento, indicador que representa o número de famílias agricultoras atendidas sem repetição em relação ao total de famílias agricultoras do estado. Para estimar este último número, adota-se a equivalência entre família e estabelecimento rural, de acordo com o Censo Agropecuário realizado periodicamente pelo IBGE (último em 2017).

A meta acordada no contrato de gestão foi de 57,5% para o ano e o **alcance foi de 62,8%** em 2022. Um alcance inédito em relação à anos anteriores, sendo que tivemos as adversidades impostas pela pandemia que restringiam as ações presenciais e coletivas em 2020 e em 2021 as atividades foram gradualmente retomadas e a meta foi alcançada, o que reforça o grande esforço empregado pela empresa na recuperação deste indicador, mesmo em períodos de grandes dificuldades e restrições. Na figura abaixo observamos o número de famílias agricultoras atendidas sem repetição em relação ao total de famílias agricultoras do estado a partir do ano de 2016.

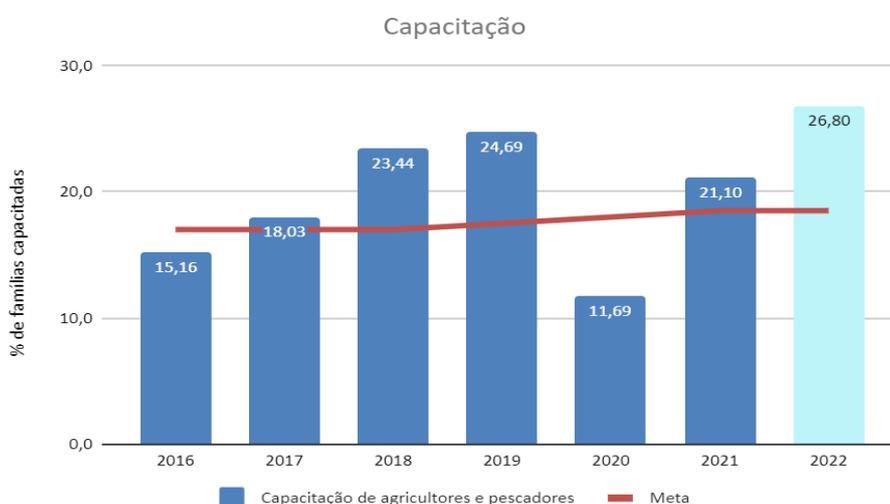


Capacitação de agricultores e pescadores

Em 2022 registramos um recorde e capacitamos **30.934 famílias**, assim este número compõe o indicador de capacitação de agricultores e pescadores e representa a proporção de famílias agricultoras capacitadas sem repetição em relação ao total de famílias agricultoras atendidas. É estimado considerando as famílias capacitadas por métodos de extensão executados ao longo do ano destinados à capacitação, quais sejam: curso, dia de campo, oficina, e reuniões práticas com demonstração de método e capacitações online. Já o número de famílias agricultoras atendidas é estimado sem repetição, de acordo com os registros que os extensionistas executam no sistema de informações da Epagri ao longo do ano, considerando todos os métodos de atendimento e capacitação existentes.

A meta acordada no contrato de gestão para esse indicador foi de 18,5% para o ano de 2022. No terceiro quadrimestre de 2022, observa-se a superação da meta proposta, **alcançando um total de 26,8%** para a proporção de famílias agricultoras capacitadas sem repetição em relação ao total de famílias agricultoras atendidas, o maior valor alcançado desde o ano de 2016. Para o próximo contrato de gestão e resultados houve alteração no cálculo do indicador passando de número de famílias para número de agricultores e pescadores capacitados.

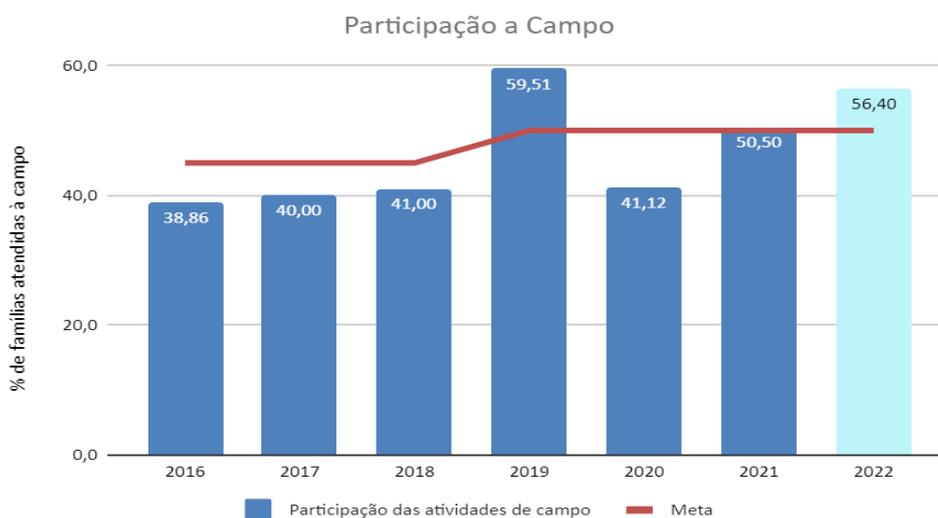
O alcance do indicador foi possível diante da continuidade do processo de aprimoramento da ATER, que envolveu motivação funcional, execução de plano de trabalho e uso de novas estratégias de atuação, tais como a capacitação online mantendo a premissa de capacitação de qualidade e continuada.



Participação das atividades de campo

Este indicador representa a participação de famílias em atividades realizadas a campo em relação ao total de famílias atendidas. Este indicador sofreu ajuste na fórmula de cálculo, que foi aprovada pelo Conselho Administrativo durante o ano de 2019. O número de famílias que participam em atividades a campo é estimado considerando as metodologias de assistência fora da unidade, ou seja, atividades fora do escritório como por exemplo visitas e capacitações destinadas ao público-alvo (agricultores, familiares, pescadores, maricultores, indígenas e quilombolas). O total de famílias atendidas é estimado considerando todos os métodos destinados ao mesmo público-alvo.

A meta acordada no contrato de gestão para o ano de 2022 é de pelo menos 50%, ou seja, entre os atendimentos às famílias ao longo do ano, pelo menos a metade deve ser de atendimento a campo. O gráfico abaixo demonstra a retomada das atividades após os reflexos da pandemia observados no ano de 2020. O esforço despendido pela empresa fez com que a meta fosse atingida com um **alcance de 56,4%** no ano de 2022. Na figura a seguir podemos observar o número de famílias agricultoras atendidas sem repetição em relação ao total de famílias agricultoras do estado a partir do ano de 2016.



De maneira geral, o desempenho da empresa neste indicador demonstra a importância da estratégia e gestão técnica para aprimorar a ATER, sendo este um dos parâmetros que melhor demonstra a presença efetiva junto aos beneficiários. Isto é evidenciado na simples análise de um dos métodos que compõem este indicador, que é a "visita técnica" aos beneficiários, em que 2021 foi o ano que mais se utilizou esta ferramenta dos últimos quatro anos e esse comportamento se manteve em 2022. Isso é fundamental, pois mesmo com os efeitos da recuperação pós-pandemia, mantém-se o alcance dos indicadores, na sua maioria acima das metas. A área de Extensão Rural que foi a mais afetada no ano de 2020 pelos Decretos Estaduais em razão da pandemia (COVID19) impondo restrições principalmente com relação às atividades coletivas, para isso a estratégia adotada para alcance do indicador permitiu a retomada em 2021 e se manteve em 2022.

Premiações



Ao longo dos anos, dezenas de premiações e homenagens foram recebidas pela Epagri através do trabalho de cada epagriano em benefício à sociedade catarinense. Aqui citaremos algumas mais recentes:

Responsabilidade social

A Epagri também recebeu em 2021, pelo terceiro ano consecutivo, o certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina. Em sua 11ª edição, a certificação promovida pela Alesc tem por finalidade reconhecer e destacar as empresas privadas, empresas públicas e organizações sem fins lucrativos com atuação em território catarinense que tenham a responsabilidade socioambiental incluída em suas políticas de gestão. A certificação é concedida a empresas privadas e públicas e organizações com fins não econômicos. Foi instituída

pela Lei 12.918/2004. Em 2022, devido ao período eleitoral, a Epagri ficou sem concorrer.

Maturidade da Gestão

A Epagri foi certificada em 2022 na categoria bronze 3 em Nível de Maturidade da Gestão na Aplicação do Instrumento de Melhoria da Gestão das Transferências da União (IMG-Tr). O certificado, concedido pelo Ministério da Economia, garante a existência de critérios de excelência para a governança e a gestão de transferências de recursos da União operacionalizada por meio da Plataforma + Brasil. Empresas públicas com mais maturidade em gestão têm prioridade no acesso aos recursos federais.

Prêmio Espírito Público

Em 2021 a Epagri foi a vencedora na categoria Instituições que Transformam do Prêmio Espírito Público. A escolha foi feita por votação popular e a Epagri concorreu com outras cinco instituições do país. O Prêmio reconhece entidades da administração pública direta e indireta que contribuem para a promoção da segurança alimentar.

Prêmio Expressão de Ecologia

Trata-se da maior premiação ambiental do país no segmento empresarial com reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente. A Epagri ao longo dos anos vem sendo premiada em diversos projetos colecionando mais de duas dezenas de troféus, tornando-se a instituição mais vezes premiada na história do concurso.

O Prêmio Expressão de Ecologia se propõe a divulgar ações ambientais das empresas da região Sul do Brasil e incentivar que outras sigam o mesmo caminho. Em 2019 a Epagri foi premiada nas categorias Agropecuária, Manejo Florestal Sustentável e Reciclagem. A entrega dos troféus aconteceu no dia 2 de setembro, na sede da Fiesc, em Florianópolis.

Prêmio Fritz Müller

A Epagri é a instituição que venceu o maior número de categorias do Prêmio Fritz Müller 2022: "Agricultura Sustentável", "Turismo ecológico e sustentável" e "Recuperação de áreas degradadas".

Concedido pelo IMA, o Prêmio Fritz Müller é o principal reconhecimento ambiental do Estado, destinado a projetos e iniciativas que vão além da legislação ambiental e que resultam em benefícios para o desenvolvimento sustentável. O nome do prêmio é uma homenagem ao naturalista alemão Johann Friedrich Theodor Müller, que viveu em Santa Catarina por 45 anos. Participam empresas públicas e privadas, instituições, órgãos governamentais, cooperativas, ONGs, institutos e organizações que atuam em território catarinense, com projetos desenvolvidos no estado. O concurso está dividido em 12 categorias.

Placa comemorativa 100 mil inscritos no YouTube

As redes sociais da Epagri experimentaram franco crescimento nos últimos anos, impulsionadas por um trabalho direcionado para os públicos específicos das plataformas. Entre 2019 e 2022, o número de seguidores da Epagri no Instagram subiu de 4,5 mil para 24,3 mil, com alcance semanal de 10 mil pessoas. A evolução do LinkedIn no período foi semelhante, com um salto de 2,9 mil para 15,5 mil seguidores. A Epagri ainda está presente no Facebook, com 47 mil seguidores, e no Twitter com 2,3 mil seguidores.

Prêmios recentemente recebidos:

| Nome do prêmio | Instituição que realizou a premiação |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Moção de Aplauso | Câmara de Vereadores de Paulo Lopes |
| Prêmio Mulher 2022 | ArcelorMittal S/A |
| Prêmio Amavi Educação de Qualidade: Gestão e Prática da Docência, categoria gestão | Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi) |
| 28º Prêmio Expressão de Ecologia com o projeto Tomatorg, na categoria Agricultura (2022/21) | Editora Expressão |
| 1º lugar no XIV CONFASER no subtema Financiamento e Sustentabilidade da Ater Pública | Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser) |
| 1º lugar na categoria Artigo de origem em textos livres - 18º Encontro Nacional de Plantio Direto na Palha e 1º Encontro Mundial do Sistema Plantio Direto | Federação Brasileira do Sistema Plantio Direto (FEBRAPDP) |
| 1º lugar no XIV CONFASER no subtema ATER Pública e o Desenvolvimento Rural Sustentável, com o trabalho "Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH), método de transição para agricultura familiar sustentável". | Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser) |
| 23º Prêmio Fritz Müller na categoria Turismo Ecológico e Sustentável, com o Concurso Caminho da Mata Atlântica | Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) |
| 23º Prêmio Fritz Müller na categoria Agricultura Sustentável, com o projeto Melhora Maçã | Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) |
| 23º Prêmio Fritz Müller na categoria Recuperação de Áreas Degradadas, com projeto Revitalização do rio Água Verde em Canoinhas | Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) |
| Destaque Caviano 2022 | Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV/Udesc) |
| Certificação do SPDH pelo Projeto Cinturão+Verde como tecnologia para mitigação de efeitos climáticos na produção de alimentos | Fundação Getúlio Vargas (FGV) |
| Mérito O Conservacionista - 18º Encontro Brasileiro de Plantio Direto na Palha, Foz do Iguaçu, PR | Federação Brasileira do Sistema Plantio Direto (FEBRAPDP) |
| Homenagem do Curso de Agronomia da Unochapecó em reconhecimento aos trabalhos de pesquisa e colaboração com os acadêmicos da instituição | Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) |
| 2º lugar no XIV Confaser, com o trabalho: "Comunicação na Epagri: destaque para o canal de YouTube" | Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e do Serviço Público Agrícola do Brasil (Confaser) |

3.2.5 Meio Ambiente

Instituto do Meio Ambiente - IMA

O Instituto do Meio Ambiente é o órgão ambiental da esfera estadual do Governo de Santa Catarina. Atua com uma sede administrativa, localizada em Florianópolis, e 16 Gerências Regionais distribuídas em todo o Estado. Criado em 2017, em substituição à Fatma, Fundação do Meio Ambiente que atuou por 42 anos, o IMA tem como missão maior garantir a preservação dos recursos naturais do estado por meio:

- da gestão de 10 Unidades de Conservação Estaduais, onde a natureza original é preservada e pesquisada;
- da Fiscalização, que atua para evitar que recursos naturais como florestas, animais selvagens, rios e todo tipo de mananciais de água, dunas, areia e argila, entre outros, sejam degradados ou explorados até a extinção;
- do Licenciamento Ambiental, que garante a conformidade de obras - como rodovias, usinas hidrelétricas, redes de transmissão de energia, gasodutos e oleodutos, estações de tratamento de água, esgoto e efluentes industriais, condomínios, loteamentos e empreendimentos turístico-imobiliários - com as legislações ambientais federal, estadual e municipal;
- do Programa de Prevenção e Atendimento a Acidentes com Cargas Perigosas que, em conjunto com a Defesa Civil de Santa Catarina, fiscaliza o transporte de produtos tóxicos pelo estado, atende com equipe técnica especializada os acidentes com este tipo de carga, evitando danos maiores ao meio ambiente e às comunidades envolvidas, e ainda habilita os motoristas destes veículos a agir com segurança no transporte e nos casos de acidentes;
- do Geoprocessamento que permite conhecer as características e monitorar o meio ambiente por meio do levantamento e processamento de informações sobre o território catarinense (tipos de rocha, solos, relevo, recursos hídricos e cobertura vegetal) obtidas através de imagens de satélite. Isso inclui o acompanhamento de invasões de áreas de preservação, desmatamentos e derramamentos de óleo no mar;
- de Estudos e Pesquisas Ambientais, em que biólogos, geólogos, geógrafos e outros especialistas desenvolvem pesquisas sobre as condições originais e atuais da flora e fauna catarinenses, tornando-as de conhecimento público por meio de publicações técnicas distribuídas a cientistas da área, instituições ambientais de todo país, bibliotecas, prefeituras, escolas e ONG's (Organizações Não-Governamentais);
- da pesquisa da Balneabilidade, um monitoramento da qualidade das águas do mar para o banho humano que o Instituto realiza desde 1976 em todo litoral catarinense, semanalmente durante a temporada de Verão e mensalmente durante o resto do ano. Seguindo critérios da Resolução Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), os técnicos avaliam os pontos que mais suscetíveis à poluição e o IMA disponibiliza boletins com os resultados à imprensa, prefeituras do litoral, população e turistas.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Utilizando como base a Lei nº 17.354/2017, que dispõe sobre a criação do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), extingue a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e estabelece outras providências:

“Art. 2º Compete ao IMA:

- I - implantar e coordenar o sistema de controle ambiental, inclusive o decorrente do licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto ambiental, das autuações ambientais transacionadas e dos usos legais de áreas de preservação permanente;
- II - elaborar manuais e instruções normativas relativos às atividades de licenciamento e autorização ambiental, com vistas à padronização dos procedimentos administrativos e técnicos;
- III - licenciar, autorizar e auditar as atividades públicas ou privadas potencialmente causadoras de degradação ambiental;

- IV - fiscalizar e acompanhar o cumprimento das condicionantes determinadas no procedimento de licenciamento ambiental;
- V - elaborar, executar e controlar ações, projetos, programas e pesquisas relacionados à proteção de ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais de abrangência interregional ou estadual;
- VI - desenvolver programas preventivos relativos a transporte de produtos perigosos em parceria com outras instituições governamentais;
- VII - propor convênios com órgãos das Administrações Públicas Federal e Municipais com vistas à maior eficiência de licenciamento e autorização ambientais;
- VIII - supervisionar e orientar as atividades florestais previstas em convênios públicos;
- IX - elaborar e executar ou coexecutar projetos de acordos internacionais relacionados à proteção de ecossistemas e de abrangência inter-regional ou estadual;
- X - implantar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC), em conformidade com a legislação específica em vigor; e
- XI - executar a fiscalização ambiental no Estado de forma articulada com os órgãos e as entidades envolvidos nessa atividade.”

Em complemento, conforme Lei Complementar nº 741/2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências:

“Art. 60. O IMA tem por objetivo promover políticas públicas e executar ações vinculadas à gestão e fiscalização ambiental no Estado, na forma estabelecida em lei específica.”

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Implementar políticas públicas para proteger o meio ambiente, assegurar o uso adequado dos recursos naturais, a conservação e a recuperação dos ecossistemas, contribuindo para a sustentabilidade e qualidade ambiental.

VISÃO: Ser reconhecido como um órgão de excelência pela contribuição para o desenvolvimento ambiental, social e econômico do Estado.

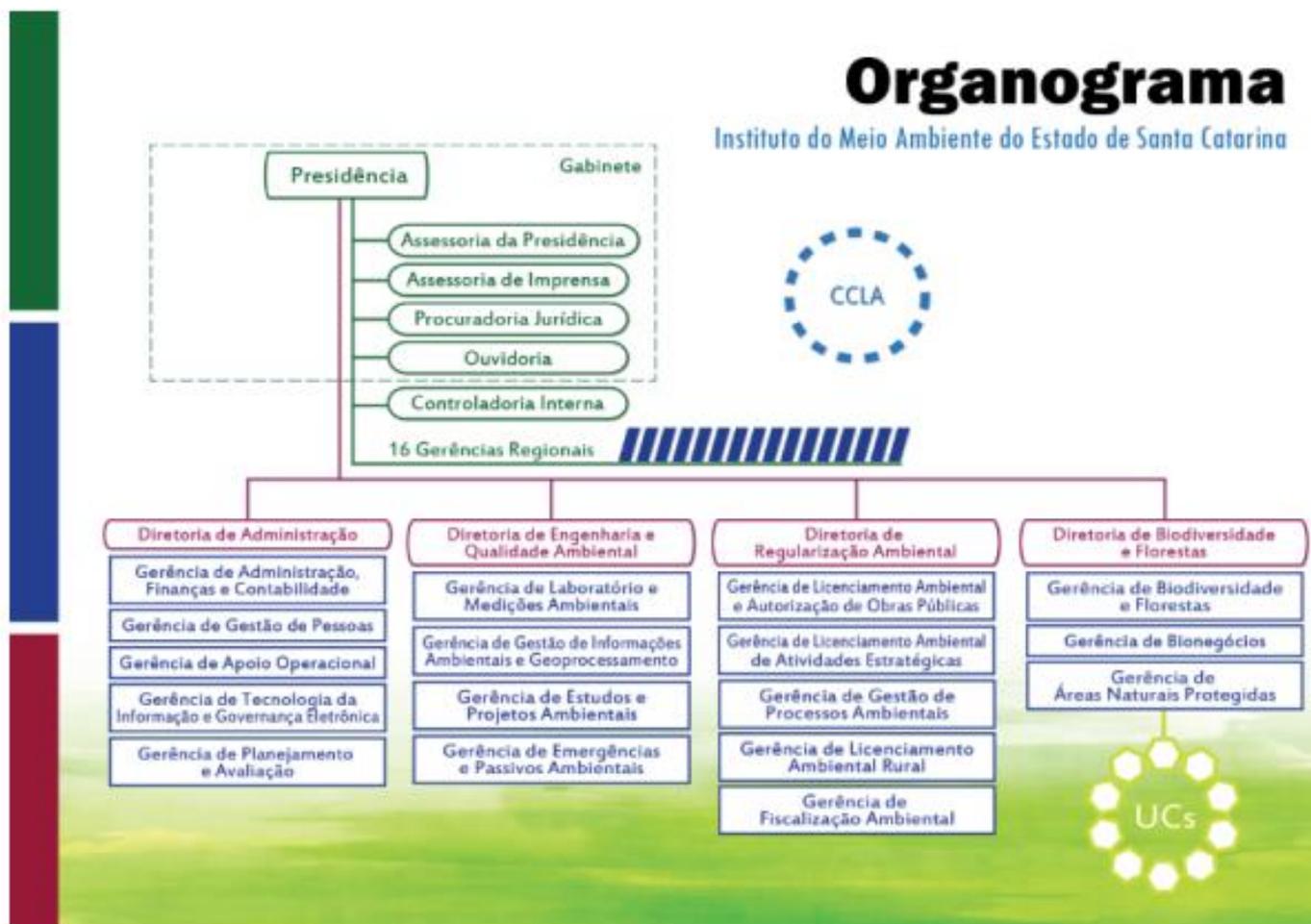
VALORES: Ética, Transparência, Eficiência, Celeridade, Inovação, Responsabilidade e Justiça Socioambiental, Governança e Compliance.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| Servidores em Cargos Efetivos | Quantitativo |
|---------------------------------------------|--------------|
| Cargos de Nível Superior | 251 |
| Cargos de Nível Fundamental, Médio e Outros | 86 |
| Descrição dos Cargos Efetivos | Quantitativo |
| Engenheiro | 131 |
| Técnico em Atividades Administrativas | 62 |
| Técnico de Controle Ambiental | 30 |
| Biólogo | 24 |
| Geólogo | 21 |
| Administrador | 17 |
| Geógrafo | 8 |
| Motorista | 8 |
| Oceanógrafo | 7 |

| | |
|-------------------------------------|---|
| Sociólogo | 5 |
| Técnico em Atividades de Engenharia | 4 |
| Técnico em Informática | 3 |
| Agente em Atividades de Engenharia | 2 |
| Analista de Informática | 2 |
| Economista | 2 |
| Agente em Atividades de Saúde II | 1 |
| Analista Técnico-Administrativo II | 1 |
| Assistente Social | 1 |
| Bibliotecário | 1 |
| Consultor Educacional | 1 |
| Enfermeiro | 1 |
| Professor | 1 |
| Técnico em Análise Ambiental | 1 |
| Técnico em Desenho | 1 |
| Técnico em Segurança do Trabalho | 1 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

| MACRO-PROCESSO | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES | UNIDADE RESPONSÁVEL |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Licenciamento Ambiental | Toda atividade econômica gera trabalho, renda e divisas para o Estado. Mas a extração de recursos naturais, seu processamento industrial e o descarte dos resíduos gerados nestes processos podem representar riscos ao equilíbrio dos diversos sistemas ecológicos. Em Santa Catarina, a IMA é a responsável legal por esta atribuição, que prevê três fases distintas em cada empreendimento: Licença Ambiental Prévia - LAP Licença Ambiental de Instalação - LAI Licença Ambiental de Operação - LAO Licença Ambiental Compulsória - LAC Autorização Ambiental - AuA Autorização de Corte de vegetação - AuC Cadastro Ambiental Rural - CAR Programa de Regularização Ambiental - PRA Crédito Rural Ambiental - CRA. | Análises de estudos ambientais e documentos administrativos com vistas a expedição de licenças ambientais e autorizações ou indeferimento. Elaboração de Instruções Normativas com procedimentos para o licenciamento das diversas atividades licenciáveis no Estado de Santa Catarina. Fiscalização e vistorias em empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. | Atores que possuem empreendimentos que se enquadram nas atividades listadas na Resolução CONSEMA nº 98/2017 | Diretoria de Regularização Ambiental e Gerências: Gerência de Licenciamento de Atividades estratégicas; Gerência de Licenciamento Ambiental Rural; Gerência de Processos Ambientais; Gerência de Licenciamento e Autorização de Obras Públicas |
| Balneabilidade | A Pesquisa de Balneabilidade analisa as águas de cada balneário e determina se estão Próprias ou Impróprias para o banho. Isto é, se estão contaminadas ou não por esgotos domésticos. A existência de esgoto é verificada através da contagem da bactéria Escherichia coli (E.c.) presente nas fezes de animais de sangue quente, que podem colocar em risco a saúde dos turistas e da população local. A Pesquisa de Balneabilidade é um trabalho realizado sistematicamente pelo IMA desde 1976, seguindo as normas da Resolução Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Em 2019 foram analisados 231 pontos. | 231 amostras são coligidas semanalmente de novembro à março no litoral catarinense de Passos de Torres à Itapoá. Essas amostras são ensaiadas em laboratório próprio ou conveniados de acordo com a proximidade do ponto coletado. Imediatamente após a obtenção do resultado, o mesmo é divulgado no relatório balneabilidade online e semanalmente num relatório legendado, temos, portanto, em nosso site 4 relatórios onde se pode consultar a qualidade de nossas águas litorâneas, existindo inclusive o relatório histórico de balneabilidade, onde pode ser observado o comportamento do ponto em relação a resolução CONAMA 274/2000 que norteia o monitoramento. | Toda a população fixa ou sazonal que venham a utilizar nossas águas para o lazer. | Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental/Gerência de Laboratório e Medições Ambientais Corpo de Bombeiros, UNISUL de Tubarão, UNESC de Criciúma, UNIVALI de Itajaí e Regional Norte, estes participam de forma direta nas coletas e ou ensaios analíticos. Prefeituras municipais e suas vigilâncias sanitárias, bem como a Vigilância Sanitária Estadual figuram como parceiros indiretos com possibilidade de nortear tomadas de decisão com os resultados do monitoramento. |

| | | | | |
|-------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| Fiscalização | <p>A fiscalização da IMA abrange todas as atividades econômicas do Estado. Inicialmente orientando, pode, na reincidência, aplicar multas, e em casos renitentes, interditar o empreendimento.</p> <p>Com apoio da Polícia Ambiental, o IMA também fiscaliza parques e reservas ecológicas, desmatamentos, minerações e qualquer outra atividade que ponha em risco a natureza, o homem e seu habitat. Fiscalização na Área de Recursos Naturais. Fiscalização na Área de Controle de Poluição Acidentes com Produtos Perigosos Denúncias</p> | Elaborado e executado o Plano de Fiscalização Ambiental 2018, com ênfase nas operações de fiscalização ambiental em atividades licenciadas pelo IMA, atendimento às demandas de Ouvidoria e Órgãos de Controle. | O próprio IMA e a Sociedade | Diretoria de Regularização Ambiental / Gerência de Fiscalização Ambiental |
| Conservação de espécies ameaçadas | Coordenação, elaboração, execução de planos de ação para conservação da fauna ameaçada de extinção. Elaboração e coordenação de ações conjuntas de fiscalização de fauna ameaçada, tendo como parceiros a Polícia Militar Ambiental – PMA, ICMbio e IBAMA | Planos de Ação Nacional – PANs Planos de Ação Estaduais – PAEs | Território estadual, mais especificamente em áreas estratégicas para conservação | |
| Controle e erradicação de espécies exóticas invasoras | Execução do Programa Estadual de Espécies Exóticas Invasoras – EEIs e regulamentar normas e procedimentos previstos no art. 8º da resolução do Consema nº 08 de 2012. | Planos operativos bianuais | Território estadual | |
| Pesquisa científica | Promover e executar pesquisas científicas e monitoramento da biodiversidade em ecossistemas terrestres, marinhos e em águas continentais. | Autorizações de pesquisas | Estudantes e pesquisadores | |
| Fiscalização e monitoramento Unidades de Conservação | Execução de diversas ações relacionadas a fiscalização de transgressões ambientais em unidades de conservação e seu entorno, planejamento de estratégias de ação de fiscalização e coibição das transgressões em Parceria com a PMA. Além do monitoramento da fauna e da flora nas Unidades de conservação, os programas de erradicação de espécies exóticas invasoras e educação ambiental também são executados. | Autos de infração lavrados, relatórios de fiscalização elaborados, planejamentos de fiscalização elaborados. Monitoramento. | Unidades de Conservação Estaduais | |

| | | | | |
|-----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Criação, Implantação e Gestão de Unidades de Conservação</p> | <p>Execução de diversas ações no âmbito do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, tais como: criação e implantação de unidades de conservação, criação de RPPNs Estaduais, gestão de unidades de conservação estaduais através da coordenação e execução de programas e projetos de conservação, monitoramento de fauna e flora, regularização fundiária, educação ambiental, uso público, parcerias interinstitucionais e outros. Realização de Planejamentos operacionais físicos financeiros das Unidades de Conservação estaduais e monitoramento semestral dos mesmos.</p> | <p>(i) Manutenção e Gestão das Unidades de Conservação Estaduais. (ii) Parcerias firmadas entre OSCs e as unidades de conservação. (iii) Relatórios de Planejamento Operacionais das Unidades de Conservação Estaduais.</p> | <p>Sociedade como um todo</p> | |
| <p>Estratégias econômicas para conservação</p> | <p>Execução de diversas ações de estratégias econômicas inovadoras para a Conservação da Biodiversidade, tais como: (i) Uso público em unidades de conservação: ações para fomentar e regulamentar o uso público em UCs, com o objetivo de dar sustentabilidade Econômica para as UCs, como por exemplo, concessões, autorizações de uso, cobrança de ingressos e uso de imagens; (ii) Captação de recursos e execução de projetos, como por exemplo Projeto Pró-Espécies / MMA / GEF – PAN Planalto Sul; (iii) Implementação corredores ecológicos; (iv) ICMS Ecológico; (v) Regularização Fundiária em unidades de conservação; (vi) Fomento cadeias produtivas sustentáveis; (vi) Pagamento por serviços ambientais; (vii) adequação ambiental de propriedades rurais; (viii) estratégias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas</p> | <p>(i) Garantir a sustentabilidade econômica das Unidades de Conservação, acesso ao público nas UCs e fomento ao turismo ecológico e de aventura; (ii) Captação de recursos junto a financiadores para garantir a conservação; (iii) Implementação de Corredores Ecológicos: Ações de conservação focadas nas regiões dos CE; (iv) Apresentação de ante projeto de Lei e esforços para aprovação de Lei de redistribuição do ICMS (v) Desapropriações/indenizações administrativas para consolidar o domínio público das UCs e promoção da justiça social para os proprietários; (vi) Agregação de valor a produtos da sociobiodiversidade; (vii) Premiação aos proprietários rurais pela conservação da biodiversidade; (vi) Conservação da biodiversidade em propriedades rurais; (vii) Mudança da matriz energética</p> | <p>Sociedade civil; Pequenos Proprietários Rurais; Médios e grandes proprietários; Instituições privadas de inovação; Instituições de ensino e pesquisa; Empreendedores público e privado com passivo ambiental;</p> | |
| <p>Municipalização</p> | <p>A Lei Complementar 140/2011 define as atribuições do licenciamento ambiental aos entes federativos responsáveis. Em Santa Catarina, diversos Municípios realizam as atividades de licenciamento e fiscalização ambiental, tendo o IMA como referência. Com isso, são firmados entre o IMA e Municípios interessados Termos de Delegação em Gestão Florestal e de Delegação de</p> | <p>Formalização, monitoramento e fiscalização de todos os Termos de Delegação de Atribuições de Gestão Florestal celebradas com municípios do Estado de Santa Catarina. Elaboração e aplicação de Cursos de Capacitação para técnicos e conselheiros ambientais dos municípios acerca da municipalização de atividades ambientais, bem</p> | <p>Municípios do Estado de Santa Catarina</p> | |

| | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| | Processo de Licenciamento Ambiental | como sobre os requisitos mínimos e execução do Termo. | | |
| Atendimento a Emergências Ambientais | Realizar o atendimento a emergências ambientais, tais como acidentes com produtos perigosos, e monitoramento dos passivos ambientais gerados no sinistro | Coordenar as ações de prevenção e resposta a acidentes e emergências ambientais. | Toda a sociedade | |
| Reconhecimento de Laboratórios ou Prestadores de Serviços de Análises Ambientais | O reconhecimento de laboratórios ou prestadores de serviços ambientais é necessário aos laboratórios que apresentam qualquer tipo de documento (laudo, certificado de análise, parecer ou relatório) ao IMA para qualquer fim. | Auditar os laboratórios e emitir certificados de reconhecimento junto ao IMA. | Laboratórios e prestadores de serviços ambientais. | |
| Cadastro Ambiental Rural - CAR | Trata-se de um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, formando base de dados estratégica para o controle, monitoramento e com bate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. | Gerir o Sistema do CAR no território de Santa Catarina. | Todos os proprietários ou possuidores de imóveis rurais. | |
| Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos | Trata-se de documentação obrigatória que acompanha a movimentação de resíduos no Estado de Santa Catarina. Emitida pelo após cadastro de empreendedores geradores, transportadores, armazenadores ou destinadores de resíduos. | Emissão de Manifestos de Transporte de Resíduos e Rejeitos (MTR), Declaração de Movimentação de Resíduos (DMR) e Certificados de Destinação Final (CDF). Gestão das informações sobre a movimentação de resíduos em Santa Catarina e do próprio sistema. | Empreendedores geradores, transportadores ou destinadores de resíduos. | |
| Programa Penso Logo Destino | O Programa Penso, Logo Destino visa a conscientização, a mudança de comportamento e a construção do pertencimento para a disposição correta dos resíduos e, conseqüentemente, para a preservação dos recursos naturais. | Tem por finalidade a conscientização e o envolvimento de todos os catarinenses para o descarte correto dos resíduos sólidos, tornando Santa Catarina o primeiro estado brasileiro a fazer a articulação da Logística Reversa. Para isso, atua como o mediador entre os comerciantes, administração municipal e população para o descarte adequado dos resíduos, e as entidades gestoras que realizam a coleta do material recolhido. | Penso, Logo Destino tem como parceiros a Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, a Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Saúde, as prefeituras municipais, entre outras entidades. | |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação do corpo técnico 2. Reconhecimento institucional 3. Forte representatividade no Estado 4. Presença capilarizada no Estado | <ol style="list-style-type: none"> 1. Infraestrutura de algumas regionais 2. Em diversas gerências há a necessidade de maior corpo técnico 3. Dificuldade no cumprimento de prazos de resposta 4. Necessidade de capacitação continuada |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliação de cursos a distância via Moodle 2. Novas tecnologias disponíveis 3. Uso público das unidades de conservação 4. Proporcionar cursos de capacitação | <ol style="list-style-type: none"> 1. Evasão de servidores 2. Mudança na legislação 3. Demora no cumprimento de prazos de resposta 4. Insegurança jurídica na emissão de pareceres pelos técnicos |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Equipe de servidores efetivos, comissionados, terceirizados, estagiários e CTISPs vinculados ao IMA.

EXTERNAS:

- Ministério do Meio Ambiente;
- Polícia Militar Ambiental de SC;
- Corpo de Bombeiros de SC (atuação conjunta para o combate de incêndios florestas);
- Polícia Civil (atuação conjunta com a equipe de fauna para operações de fiscalização relacionadas à fauna silvestre);
- Pesquisadores;
- Universidades;
- Condutores;
- Guias Turísticos;
- Operadoras de Turismo;
- Voluntários;
- Comunidades do Entorno e da Zona de Amortecimento das Unidades de Conservação;
- Organizações da Sociedade Civil;
- Poder Legislativo e Conselhos do Meio Ambiente: exercem um papel fundamental na definição das leis e diretrizes para o licenciamento ambiental, estabelecendo os marcos regulatórios e as políticas de proteção ambiental. Suas decisões e ações têm impacto direto no trabalho do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina e nos processos de licenciamento realizados pelo órgão. Atores legislativos:
 - Congresso Nacional: O Poder Legislativo Federal, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, tem a responsabilidade de elaborar e aprovar leis relacionadas ao meio ambiente. Eles têm o poder de criar, modificar e revogar leis ambientais, bem como de estabelecer políticas nacionais de proteção ambiental. O Congresso Nacional desempenha um papel central na definição do arcabouço legal e regulatório do licenciamento ambiental;

- Assembleia Legislativa de Santa Catarina: No âmbito estadual, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina exerce funções similares ao Congresso Nacional, porém no contexto específico do estado. Os deputados estaduais têm a responsabilidade de elaborar e aprovar leis ambientais estaduais, que complementam as leis federais e regulamentam questões específicas relacionadas ao meio ambiente em Santa Catarina;
- Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): É um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. O CONAMA é responsável por estabelecer normas e critérios para o licenciamento ambiental em nível nacional, além de propor políticas ambientais e deliberar sobre questões relacionadas à proteção e conservação do meio ambiente. Suas resoluções têm impacto direto no processo de licenciamento ambiental;
- Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA): Trata-se de um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo no âmbito estadual. O CONSEMA tem a função de assessorar o órgão ambiental estadual na implementação da política ambiental e na formulação de normas e diretrizes para o licenciamento ambiental. Suas resoluções e pareceres orientam o processo de licenciamento em Santa Catarina;
- Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMAS): Em nível municipal, o CONDEMAS é um órgão consultivo e deliberativo responsável por assessorar o poder público local nas questões ambientais. Ele contribui na formulação de políticas, na análise de projetos e no licenciamento ambiental no âmbito municipal. Sua atuação é voltada para a realidade específica de cada município;
- Empreendedores/Proprietários de Projetos: São os responsáveis pelos empreendimentos que requerem o licenciamento ambiental, como empresas, indústrias, mineradoras, agricultores, entre outros. Eles buscam obter as licenças necessárias para realizar suas atividades, e sua contribuição está em fornecer informações e estudos sobre os impactos ambientais e nas medidas de mitigação e compensação propostas;
- Sociedade Civil: Inclui organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, comunidades locais e cidadãos individuais que podem ser afetados pelos projetos. Esses atores podem interferir no processo de licenciamento através de manifestações, audiências públicas, denúncias e participação ativa na análise e no monitoramento ambiental. Sua contribuição está em garantir uma visão mais ampla dos possíveis impactos e na defesa dos interesses da sociedade;
- Órgãos Ambientais: Além do IMA, existem outros órgãos ambientais que também desempenham um papel importante no licenciamento. No âmbito federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) podem estar envolvidos em determinados casos. No âmbito municipal, as Secretarias ou Fundações Municipais de Meio Ambiente. Esses órgãos, em determinados casos, quando competentes, têm a responsabilidade de analisar os projetos, emitir pareceres técnicos e manifestações a processos em curso no IMA, contribuindo assim com a avaliação dos impactos e na definição das condicionantes ambientais;
- Entidades/Órgãos Intervenientes: existem órgãos e entidades intervenientes nos processos de licenciamento ambiental que são responsáveis por tutelar bens específicos e devem se manifestar quando projetos possam impactar direta ou indiretamente esses bens. Alguns desses órgãos e entidades são: Gestores de Unidades de Conservação, SPU, FUNAI, FCP, IPHAN, ANTAQ, ANM, INCRA, dentre outros;
- Órgãos de fiscalização e repressão: desempenham um papel fundamental na garantia do cumprimento das normas ambientais e no combate aos crimes ambientais. Alguns desses órgãos são:
 1. Ministério Público Federal (MPF): O MPF é responsável por defender os interesses da sociedade e zelar pelo cumprimento da legislação ambiental em nível federal. Ele pode atuar no licenciamento ambiental, requerendo informações adicionais, questionando a legalidade dos processos ou propondo ações judiciais para a proteção do meio ambiente;
 2. Ministério Público Estadual (MPE): O MPE tem atribuições semelhantes ao MPF, porém atua no âmbito estadual. Ele fiscaliza o cumprimento das leis ambientais, acompanha os processos de licenciamento e atua em defesa do meio ambiente e dos interesses da sociedade;

3. Delegacias de Polícia: As delegacias de polícia têm a responsabilidade de investigar e combater os crimes ambientais, como desmatamento ilegal, tráfico de animais silvestres, poluição e outros delitos contra o meio ambiente. Elas atuam na apuração dos ilícitos ambientais e no indiciamento dos responsáveis;

4. Polícia Ambiental: As polícias ambientais, geralmente vinculadas às instituições de segurança pública dos estados, são especializadas no combate aos crimes ambientais. Elas realizam operações de fiscalização, atuando no patrulhamento e na repressão a atividades ilegais que afetam o meio ambiente. Também podem auxiliar nos processos de licenciamento ambiental, verificando o cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças;

- Consultorias Ambientais e Setor Acadêmico e Científico: Consultorias, universidades, institutos de pesquisa e cientistas desempenham um papel fundamental no fornecimento de estudos, pesquisas e pareceres técnicos que embasam as análises de impacto ambiental. Eles contribuem com o conhecimento científico, auxiliando na identificação, avaliação e monitoramento dos impactos ambientais, bem como na proposição de medidas de mitigação e compensação.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

| 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | |
|-------|-------|-------|-------|------------------------------------------------------------------------|
| 230 | 230 | 236 | 236 | Pontos Monitoramento de Balneabilidade |
| 6.764 | 6.154 | 5.747 | 6.821 | Avaliações na temporada |
| 2.130 | 2.714 | 3.416 | 2.079 | Autos de Infração Ambiental (AIA) em Andamento (IMA + PMA) |
| 161 | 129 | 234 | 201 | Autos de Intimação (quantidade de notificações) |
| 10 | 6 | 14 | 9 | Atendimentos a Emergências Ambientais |
| 34 | 18 | 50 | 60 | Operações preventivas de Produtos Perigosos |
| 406 | 500 | 597 | 476 | Licença Ambiental Prévia (LAP) |
| 755 | 972 | 995 | 812 | Licença Ambiental de Instalação (LAI) |
| 5.178 | 3.901 | 3.644 | 3.397 | Licença Ambiental de Operação (LAO) |
| 974 | 1.273 | 1.433 | 1.216 | Autorização Ambiental (AUA) |
| 188 | 103 | 86 | 13 | Autorização Ambiental de Fauna (AUA) |
| 589 | 519 | 496 | 390 | Licença Ambiental Prévia (LAP) + Licença Ambiental de Instalação (LAI) |

Apresentam-se acima o quantitativo de uma série de processos e atividades inerentes às atividades finalísticas do IMA.

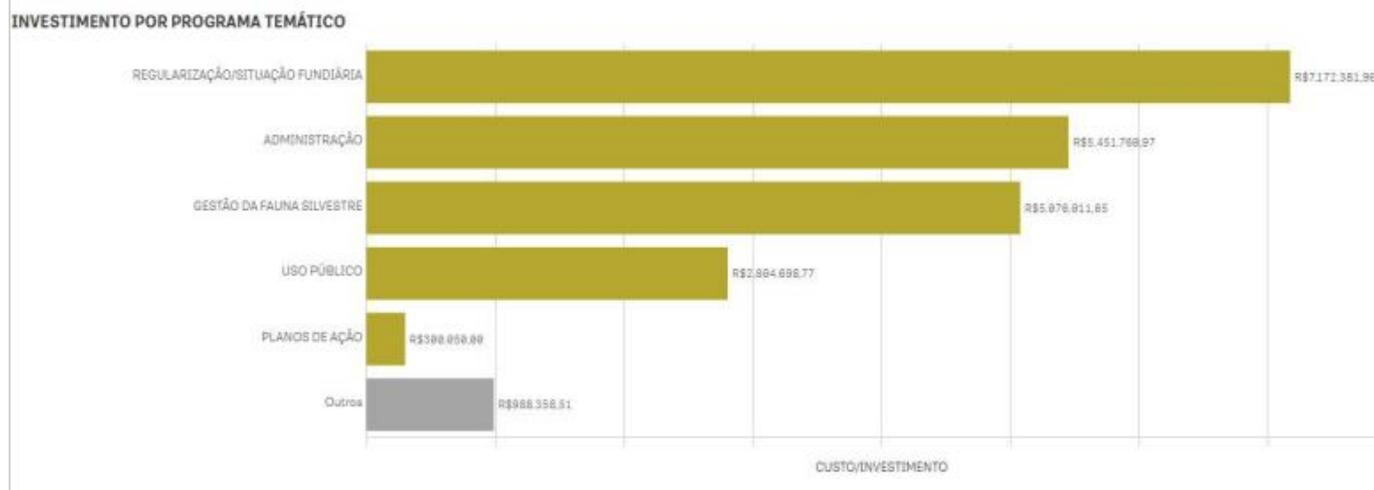
Em complemento, ressalta-se o desenvolvimento do Programa Penso, Logo Destino (PLD), o qual foi idealizado pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) com apoio do Governo do Estado de Santa Catarina e já conta com a adesão de mais de 100 municípios catarinenses. O PLD é focado no envolvimento e na conscientização das pessoas sobre a disposição correta dos resíduos sólidos e tem a finalidade de tornar Santa Catarina o estado brasileiro que mais recicla, reutiliza e menos produz resíduos sólidos urbanos.

O Programa é dividido em três etapas: logística reversa (etapa atual), coleta seletiva e compostagem dos resíduos orgânicos. Para isso, o IMA atua como mediador entre a sociedade civil, poder público e as entidades gestoras (que representam os fabricantes, distribuidores, importadores e comerciantes dos produtos que geram os resíduos abrangidos pela logística reversa). O projeto funciona através de parcerias entre o IMA e os municípios por meio de termos de cooperação.

O PLD tem a meta de conquistar até 2024, a adesão de 224 municípios com até 20 mil habitantes. Já em 2025, o cronograma do PLD é chegar aos 41 municípios de médio porte com população entre 20 até 50 mil habitantes, e em 2026, o objetivo é garantir a adesão das grandes cidades com mais de 50 mil habitantes.

A disposição correta dos resíduos sólidos é um tema que movimenta grandes discussões e mobiliza os estados brasileiros em busca de alternativas desde a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010.

Corroborando o que foi apresentado supra, informa-se que, no âmbito da Diretoria de Biodiversidade e Florestas (DBIO), entre os anos de 2019 e 2022, fez-se investimentos que totalizam aproximadamente R\$ 21.800.000,00 (vinte um milhões e oitocentos mil reais) subdivididos nas seguintes áreas temáticas de sua atuação:



Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. - CASAN

A CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, criada em 31/12/1970, através da Lei Estadual nº 4.547, e constituída pelo Decreto nº SSP- 30.04.71/58, de 02/julho/1971, é uma empresa de economia mista e atua como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A Companhia presta os seus serviços diretamente a uma população residente de mais de 3 milhões de pessoas, equivalente a 40% da população de Santa Catarina, distribuídas em 194 municípios (65% dos municípios do Estado e o município de Barracão, no Paraná). A Casan também fornece água no atacado para outros 4 municípios clientes operados com sistemas próprios, que juntos tem uma população superior a 200 mil pessoas.

A CASAN atua nos municípios por meio de Contratos de Programa, Contrato de Concessão, Convênios de Cooperação para Gestão Associada e Convênios de Gestão Compartilhada. Esses são os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais, as quais concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação, implantação, ampliação e manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Conforme o Estatuto social, o objetivo da Companhia é:

Executar a política estadual de saneamento básico;

Promover levantamento e estudos econômico-financeiros relacionados com os projetos de saneamento básico, em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável;

Elaborar projetos de engenharia relativos a obras de saneamento básico;

Planejar projetos de saneamento básico em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e executá-los;

Coordenar e executar as obras de saneamento básico;

Coordenar e executar a operação e exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário e de abastecimento de água;

Fixar, arrecadar e reajustar as tarifas de serviços que lhe são afetas;

Promover a coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento e o destino final de resíduos sólidos, inclusive os domésticos, os industriais e os hospitalares;

Captar, tratar, envasar e distribuir água bruta, potável e mineral para sua comercialização no varejo e no atacado;

Realizar, como atividade meio, o aproveitamento do potencial hidráulico de mananciais, com o fim de geração de energia elétrica;

Participação em outras sociedades, nos termos do artigo 237 da Lei Federal no 6.404/76.

Parágrafo único - Para exercer as competências previstas nos incisos VI, VIII, IX e X, a Companhia poderá firmar acordos, inclusive mediante convênios de cooperação e consórcios públicos ou privados para a gestão associada, nos termos da legislação vigente.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

VISÃO: Ser reconhecida como empresa de excelência na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente e em saúde pública.

VALORES: Sustentabilidade; Integridade e Ética; Profissionalismo e Competência; Transparência; Impessoalidade; Inovação.

ESTRUTURA: A operação dos sistemas de saneamento é realizada por **118 agências municipais** e é coordenada e auxiliada pela **Matriz da Companhia** (sede em Florianópolis) e pelas **quatro Superintendências Regionais de Negócios**, divididas pelas regiões Norte/Vale do Itajaí (sede em Rio do Sul), Oeste (sede em Chapecó), Sul/Serra (sede em Criciúma) e Metropolitana da Grande Florianópolis (sede em Florianópolis).

A CASAN opera atualmente **256 Sistemas de Abastecimento de Água – SAA** e **34 Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES** e conta com **13 Laboratórios de Análise de Água e Esgoto**.

CARREIRAS/SERVIDORES: A CASAN conta atualmente em seu quadro efetivo com 2.592 (dois mil quinhentos e noventa e dois) empregados. O quadro efetivo de profissionais da CASAN apresenta-se estruturado em 3 (três) grandes grupos ocupacionais, e cada um contemplando diversos cargos, com diversidade técnica, operacional, conforme segue:

Grupo Ocupacional de Atividades Operacionais (11 cargos)

- Agente Administrativo Operacional;
- Auxiliar de Laboratório;
- Auxiliar Técnico (cargo em extinção);
- Eletricista;
- Eletrotécnico;
- Instalador Hidráulico/Sanitário;
- Mecânico de Hidrômetro (cargo em extinção);
- Operador de Estação de Tratamento de Água e Esgoto;
- Técnico de Laboratório;
- Técnico em Mecânica;
- Técnico em Saneamento.

Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Técnico e Administrativo (19 cargos) Assistente Administrativo;

- Assistente em Administração II (cargo em extinção);
- Auxiliar de Enfermagem do Trabalho;
- Auxiliar de Processamento de Dados (cargo em extinção);
- Auxiliar de Serviços Administrativos (cargo em extinção);
- Desenhista;
- Desenhista Projetista;
- Motorista (cargo em extinção);
- Operador de Computador (cargo em extinção);
- Operador de Equipamento Pesado;

- Operador de Máquina Copiadora (cargo em extinção);
- Programador de Computador (cargo em extinção);
- Secretária;
- Técnico em Agrimensura;
- Técnico em Contabilidade;
- Técnico em Edificações;
- Técnico em Eletrônica;
- Técnico de Segurança do Trabalho;
- Telefonista.

Grupo Ocupacional de Atividades de Nível Superior (25 cargos):

- Administrador;
- Advogado;
- Analista de Sistema;
- Arquiteto;
- Assistente Social;
- Auditor;
- Bibliotecário;
- Biólogo;
- Bioquímico;
- Contador;
- Economista;
- Enfermeiro do Trabalho;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia Civil;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia Sanitária;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia Elétrica;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia Mecânica;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia Química;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia de Controle e Automação;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia de Agrimensura;
- Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- Geólogo;
- Jornalista;
- Médico do Trabalho;
- Psicólogo;
- Químico.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Ao longo dos seus 51 anos, tem como objetivo principal coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios. A CASAN constitui-se como instrumento empresarial do Estado de Santa Catarina para concretização das políticas públicas e de objetivos nacionais no setor, operando com intento de cumprir o principal objetivo social, que é a prestação de serviços de saneamento básico.

A Companhia possui uma Administração Central localizada em Florianópolis e segue dividida em 4 (quatro) Superintendências Regionais de Negócios, situadas nas cidades de Florianópolis, Rio do Sul, Criciúma e Chapecó, as quais possuem estruturas com a finalidade de conceder suporte às operações, visando uma maior agilidade e integração de suas ações nos 194 municípios atendidos diretamente.

Os principais Processos Finalísticos são dois:

1. Fornecimento de Água Tratada, composto das atividades de captação de água bruta, adução, tratamento, reservação, distribuição e demais serviços relacionados à água; e
2. Esgotamento Sanitário, composto das atividades de coleta, afastamento, tratamento, disposição final e demais serviços relacionados a esgotos sanitários.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Experiência Institucional 2. Capacitação funcional 3. Fornecedor consolidado de um bem essencial à atividade humana 4. Forte participação no mercado catarinense 5. Economia de escala pela atuação em 194 municípios 6. Atuar em nome do Governo do Estado de Santa Catarina na área do Saneamento | <ol style="list-style-type: none"> 1. Burocratização característica do setor público, que reduz a produtividade 2. Ingerência Política 3. Dificuldade de integração de objetivos entre as diversas áreas da empresa 4. Baixo índice de cobertura de esgoto na área de atuação |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Preocupação maior da sociedade com o meio ambiente e a recuperação ambiental 2. Surgimento de tecnologias 3. Atendimento a novos municípios 4. Prestação de serviços de consultoria 5. Ampliação do mercado de atuação | <ol style="list-style-type: none"> 1. Concorrência pode influenciar perda de mercado 2. Mudanças climáticas e degradação ambiental (redução da disponibilidade de recursos hídricos) 3. Crescimento populacional em descompasso com a disponibilidade hídrica 4. Exigências de investimentos acima da capacidade da Companhia 5. Transições políticas no poder executivo do Poder Concedente 6. Insegurança jurídica |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Empregados;

Acionistas;

Diretores.

EXTERNAS:

Sociedade;

Governos Municipais, Estaduais e Federal;

Órgãos ambientais;

Agências reguladoras;

Agentes financiadores;

Prestadores de serviços;

Fornecedores;

Empresas de saneamentos;

Sindicatos.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

MELHORIA DE INDICADORES:

Cobertura de Esgoto 2018: 24,00% 2022: 32,36%

IEPA 2018: 83,90% 2022: 86,80%

Perdas de Água 2018: 40,20% 2022: 39,30%

CERTIFICAÇÕES:

- O Laboratório Regional de Chapecó obteve a “Acreditação na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017”, do Inmetro, que eleva a níveis internacionais as análises de potabilidade da água de consumo e dos mananciais realizadas pela empresa no Oeste do Estado;
- O Laboratório de Efluentes da Superintendência Metropolitana da Grande Florianópolis recebeu a Certidão de Reconhecimento do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). O documento comprova que o laboratório segue a NBR ISO/IEC 17.025/2017, norma de padronização das atividades de ensaio e calibração.

PRÊMIOS:

- Vencedora do Prêmio Expressão de Ecologia Modalidade Recuperação de Áreas Degradadas - 2019 - Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental – Iberê;
- Vencedora do Certificado Empresa Cidadã, do TJ/SC - 2020, 2021 e 2022 (recebido sempre no ano subsequente);
- Vencedora do 12º Prêmio Ser Humano, da Seccional SC da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) - 2022. Projeto da Unicasan;
- Troféu de prata no 2º Prêmio EPROJ SC – 2022;
- Menção Honrosa no 20º Prêmio CREA de Meio Ambiente – Troféu Seriema 2022 - Projeto “CASAN e os ODS: Implantando Sustentabilidade a partir da Universidade Corporativa”;
- Troféu do Selo WOB – Women on Board - 2022 - “A premiação reconhece as organizações com pelo menos duas mulheres nos conselhos de administração ou consultivos”;
- Finalista Prêmio Inovação Catarinense - 2023 - CASAN sem papel.

OBRAS ENTREGUES:

- Sistema de Esgotamento Sanitário de Araquari (Bairro Itinga);
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Criciúma (Bairros Próspera e São Luiz);
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio do Sul;
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Chapecó (Bairro Efapi);
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Concórdia;
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Criciúma;
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Curitibanos;
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Florianópolis (Monte Cristo);
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Ibirama;
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Indaial (Bairro Tapajós);
- Sistema de Esgotamento Sanitário de São José (Ponta de Baixo e Centro Histórico).

3.3 Dimensão: Infraestrutura e Mobilidade

3.3.1 Infraestrutura de Transportes, Mobilidade e Obras Cíveis

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade - SIE

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SIE é o órgão da administração pública estadual direta que tem como área de atuação desenvolver a política estadual de infraestrutura dos transportes no modal rodoviário, incluindo atuação na área de edificações e obras hidráulicas. A SIE também possui competência para coordenar e controlar o Conselho Estadual de Transporte de Passageiros.

As ações da SIE abrangem o planejamento, formulação e normatização das políticas estaduais para o setor, a elaboração de diretrizes para a sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, foi criada / reorganizada pela LC nº 741/2019, alterada pela Lei nº 18.646/2023, e contempla a absorção das autarquias anteriormente a ela vinculadas - o Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA e o Departamento de Transportes e Terminais – DETER.

À SIE compete implementar a política formulada pelo Governo do Estado para a infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas, compreendendo as atividades de administração, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção, restauração, reposição, adequação de capacidade e ampliação de bens, obras e serviços, bem como o planejamento, fiscalização e controle do Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros a nível estadual, zelando pela segurança e bem estar dos usuários de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

Para que o órgão execute suas competências e possa desenvolver programas e projetos, as ações e programas agem como ferramentas que norteiam a secretaria nas tomadas de decisão que definirão as ações do sistema de transportes do Estado.

A malha rodoviária do Estado de Santa Catarina é composta por rodovias federais, estaduais e municipais, cabendo a administração e gestão destas rodovias aos entes da federação, em cada caso, União, Estado e Municípios.

As rodovias federais integram o plano rodoviário federal, e estão sob a responsabilidade da União, sob a jurisdição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, vinculado ao Ministério da Infraestrutura - MINFRA. Ao DNIT cabe executar, entre outras, as políticas de transporte rodoviário formuladas pelo Ministério.

No caso das rodovias federais concedidas à iniciativa privada a jurisdição é exercida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, autarquia também vinculada ao MINFRA.

As rodovias estaduais, integrantes do Plano Rodoviário Estadual são, a partir da vigência da Lei Complementar nº 741/2019, administradas pela SIE. Antes, eram administradas pelo Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, autarquia regulada pela LC nº 382/2007, vinculada à então Secretaria de Estado de Infraestrutura.

Os primeiros investimentos na infraestrutura rodoviária do Estado começaram a ocorrer com a construção e pavimentação dos eixos rodoviários federais, compostos principalmente pelas rodovias BR-101, BR-116, BR-153, BR-163, BR-280, BR-282 e BR-470. Nesta configuração de malha rodoviária do Estado, as rodovias federais constituíram os grandes eixos troncais que ligam as diferentes regiões do Estado entre si e com outras regiões do país.

Até meados dos anos 1970 a rede de rodovias sob responsabilidade do Estado era praticamente toda constituída por rodovias em revestimento primário. Nas décadas de 70 e 80 iniciou-se uma fase de intenso desenvolvimento da infraestrutura deste setor, promovendo uma significativa expansão da rede de rodovias estaduais pavimentadas, partindo de cerca de 116 km de rodovias em 1974, alcançando 2.663 km em 1990, 3.708 km em 2000 e atingindo os atuais 5.139 km da rede rodoviária estadual pavimentada.

QUADRO RESUMO DA REDE RODOVIÁRIA / SANTA CATARINA

Extensões em km

| Jurisdição | Planejada | Não Pavim | Pavim Pista Simples | Duplicada + em duplicação | Total Pavim | Pavim + Não Pavimentada | Total |
|------------|-----------|-----------|---------------------|---------------------------|-------------|-------------------------|-----------|
| Estadual | 2.089,0 | 1.150,0 | 5.018,5 | 120,7 | 5.139,2 | 6.289,2 | 8.378,2 |
| Federal | 1.374,1 | 26,8 | 1.770,8 | 562,9 | 2.337,7 | 2.364,5 | 3.734,6 |
| Sub-total | 3.463,1 | 1.176,8 | 6.789,3 | 683,6 | 7.472,9 | 8.653,7 | 12.112,8 |
| Municipal | 22.773,0 | 62.553,7 | 4.053,3 | 0,0 | 4.053,3 | 66.607,0 | 89.380,0 |
| Total (km) | 26.236,1 | 63.730,5 | 10.842,6 | 683,6 | 11.526,2 | 75.256,7 | 101.492,8 |

Fonte: SIE / Sistema Rodoviário Estado de SC – Nov/2022

Nos últimos anos, para adequar a sua infraestrutura rodoviária à demanda por transportes, o Estado passou a contar com o apoio financeiro, por meio de programas de financiamento, das seguintes entidades de fomento: BID, BIRD, CAF, BNDES e Banco do Brasil. A obtenção de recursos por meio das correspondentes operações de crédito possibilitaram o desenvolvimento de programas destinados à expansão da malha rodoviária pavimentada, à reabilitação de rodovias importantes, à eliminação de pontos críticos nas rodovias e ao aumento da segurança rodoviária, além do apoio institucional para uma melhor administração rodoviária.

Importante também destacar no aspecto da acessibilidade, com a meta alcançada a partir do ano 2014 de pelo menos 1 (um) acesso pavimentado para quaisquer das sedes dos 295 municípios catarinenses, conectando-os em sua totalidade à rede rodoviária nacional pavimentada.

A malha rodoviária do Estado de Santa Catarina é constituída por um conjunto de rodovias de vários tipos, sob várias jurisdições, de diferentes categorias e com volumes de circulação diferentes, cobre todo o território do Estado e fornece razoável acessibilidade a todos os aglomerados populacionais e municípios. Ainda compõem a malha rodoviária mais alguns milhares de quilômetros de rodovias municipais de baixo tráfego ou caminhos vicinais que objetivam permitir acesso a pequenos aglomerados, zonas de produção com reduzida dimensão e fazendas ou propriedades isoladas. Para entendermos melhor a necessidade de preservação e de investimentos realizados ao longo dos anos, torna-se essencial possuir uma noção do valor da malha rodoviária catarinense. Estima-se que o valor patrimonial estimado da malha é de R\$ 33 bilhões; separando por jurisdição exercida teríamos cerca de R\$ 13 bilhões para as rodovias sob a jurisdição da União e R\$ 20 bilhões para as rodovias de responsabilidade do Estado.

A maioria das rotas principais da malha rodoviária do Estado de Santa Catarina são também as rotas principais de outros Estados e até mesmo de todo o Brasil. Desta forma o Estado aproveita a existência dessas rodovias para melhorar as suas ligações com os outros Estados e com os países vizinhos. Entre as principais rotas da malha rodoviária destacam-se as seguintes:

- BR-101: Norte/Sul Litoral
- BR-116: Norte/Sul Planalto
- BR-153: Norte/Sul Central
- BR-158/ BR-163/SC-163: Norte/Sul Extremo Oeste
- BR-280: Leste/Oeste Norte
- BR-282: Leste/Oeste Central
- BR-470: Litoral/ Interior do Estado/Divisa RS
- SC-108/SC-486: Norte/Sul Litoral Centro
- SC-155/SC-480: Norte/Sul Meio Oeste
- SC-285: Litoral Sul/Divisa RS

Uma rede rodoviária eficiente, bem conservada e mantida, exerce funções de primordiais para o desenvolvimento econômico da região geográfica em que está inserida, assim como para a integração de sua área de influência com as demais, quer seja urbana, regional, nacional e ou internacional.

No Estado de Santa Catarina, assim como em grande parte dos estados brasileiros, o exercício dessas funções é ainda mais importante devido as dimensões continentais que essas regiões possuem e devido as políticas implantadas ao longo das últimas décadas para a priorização e investimentos rodoviários.

A nível nacional a pesquisa CNT de Rodovias realizada em 2022 numa amostra de 110.333 km de rodovias federais e principais estaduais pavimentadas apresenta um cenário brasileiro no qual 8,5% das rodovias foram avaliadas em seu estado geral como ótimo; 25,5% em bom estado; 40,7% em estado regular; 18,8% em condição ruim e 6,5% em condição péssima; resumindo, 34,0% da malha é considerada ótima ou boa e 66,0% da malha rodoviária pavimentada avaliada do país apresenta algum tipo de problema.

No Estado de Santa Catarina a mesma pesquisa CNT realizada em 2022 numa amostra de 3.510 km de rodovias federais e principais estaduais pavimentadas apresenta um cenário no qual 11,9% das rodovias foram avaliadas em seu estado geral como ótimo; 19,9% em bom estado; 43,4% em estado regular; 18,9% em condição ruim e 5,9% em condição péssima; resumindo, 31,8% da malha é considerada ótima ou boa e 68,2% da malha rodoviária pavimentada avaliada do país apresenta algum tipo de problema.

Também no Estado de Santa Catarina a SIE realizou em 2022 o levantamento visual contínuo abrangendo 4.780 km de rodovias estaduais pavimentadas, cujo resultado é a seguir apresentado:

| CONCEITO FINAL DA MALHA RODOVIÁRIA AVALIADA EM SC | OCORRÊNCIA | |
|---------------------------------------------------|------------|-------|
| | % | km |
| ÓTIMO | 6,1% | 289 |
| BOM | 23,3% | 1.113 |
| REGULAR | 44,8% | 2.141 |
| MAU | 24,5% | 1.172 |
| PÉSSIMO | 1,3% | 65 |
| TOTAL | 100,0% | 4.780 |

Fonte: SIE/DIOP

Como se pode observar nos dados levantados pela SIE, apenas 29,4% da malha rodoviária pavimentada avaliada está em ótimo ou bom estado de conservação; todavia, 44,8% está em estado regular; 24,5% em mau estado e 1,3% em péssimo estado, números estes de certa forma similares aos levantados pela pesquisa CNT a nível nacional, colocando a rede rodoviária estadual em nível parital à rede pavimentada nacional avaliada, respeitados os critérios de avaliação adotados por cada uma das instituições. Destaque-se ainda que no levantamento efetuado pela SIE apenas 1,3% da rede pavimentada estadual se apresenta na condição com péssimo estado de conservação, resultado de vultuosos investimentos na reabilitação e conservação rodoviária dos trechos mais críticos nos últimos anos.

Ainda no Estado de Santa Catarina a SIE realizou em 2022 o levantamento visual contínuo abrangendo 226 km de rodovias estaduais não pavimentadas, cujo resultado é apresentado abaixo:

| CONCEITO FINAL DA MALHA RODOVIÁRIA AVALIADA EM SC | OCORRÊNCIA | |
|---------------------------------------------------|------------|-----|
| | % | km |
| ÓTIMO | 1,3% | 3 |
| BOM | 1,3% | 3 |
| REGULAR | 15,5% | 35 |
| MAU | 32,4% | 73 |
| PÉSSIMO | 49,5% | 112 |
| TOTAL | 100,0% | 226 |

Fonte: SIE/DIOP

Como era de se esperar, a condição da rede rodoviária estadual não pavimentada apresenta apenas 2,6% da rede estudada na condição de ótimo e bom estado; 15,5% em estado regular; elevados 32,4% em mau estado e expressivos 49,5% em péssimo estado de conservação. O Estado/SIE há que envidar esforços no sentido de melhorar esses índices na rede rodoviária não pavimentada com investimentos mais vultuosos na conservação e futuras novas pavimentações.

Ao final, conclui-se que é imprescindível a alocação de mais investimentos para as intervenções e obras de manutenção da malha rodoviária do Estado, executando a conservação, revitalização, reabilitação, restauração ou até reconstrução quando necessário, bem como também implementação de novas pavimentações de rodovias estaduais.

A malha rodoviária é constituída por um conjunto de rodovias de vários tipos, devendo haver uma hierarquia entre elas, de forma a permitir a melhor funcionalidade da malha. No Plano Diretor Rodoviário do Estado as rodovias foram divididas em três classes, aqui descritas sucintamente:

- rodovias primárias: são as que permitem maior mobilidade, permitindo a circulação de maiores volumes de tráfego, com velocidades altas;
- rodovias secundárias: são denominadas também rodovias coletoras, dão acesso as cidades de médio porte, apresentando uma boa mobilidade, com razoáveis volumes de tráfego e permitem uma velocidade relativamente aceitável;
- rodovias terciárias: são as rodovias de acesso a localidade de menor dimensão, escoam pequenos volumes de tráfego e só permitem baixas velocidades.

Neste sentido, constitui-se aspecto de importante intervenção as travessias urbanas de rodovias primárias ou secundárias, algumas delas sem percurso de transição ou sinalização física, em que o tráfego de longa distância, ou tráfego de passagem se insere obrigatoriamente nas vias urbanas das cidades. Assim, mistura-se ao tráfego urbano da própria cidade, sem que os condutores estejam preparados para isso e, por vezes, sem que tenham à sua disposição sinalização auxiliar adequada para a identificação da rota desejada. As facilidades urbanas existentes, como rede de abastecimento de água, tratamento de esgoto e o próprio pavimento das vias urbanas são frequentemente comprometidos pelo tráfego de veículos de passagem, principalmente os veículos de carga mais pesados.

Dessa forma, este aspecto constitui-se um alerta para os projetos e construção dos contornos em cidades de maior dimensão e com estrutura viária urbana mais complicada.

As informações de tráfego permitem ter-se uma ideia nítida da carga de tráfego nos principais segmentos da malha rodoviária do Estado. A demanda de tráfego em 2022 foi identificada por meio dos sistemas gerenciais em operação no antigo DEINFRA atual SIE e o resultado, obtido em Volume Médio Diário Anual (VMDA) de veículos na rodovia considerada.

Os maiores VMDAs na malha rodoviária catarinense, em 2022, são verificados em algumas rodovias em Florianópolis, na BR-101, BR-470, BR-280, BR-282, e em algumas rodovias estaduais, como a SC-108, principalmente nos trechos urbanos de acesso às maiores cidades; os valores estimados para 2022, com auxílio de modelo de previsão de demanda utilizado na SIE, superam os 100 mil veículos/dia em vários segmentos da BR-101, 36 mil veículos/dia na BR-470, trecho Blumenau – Indaial, 38 mil na BR-280, trecho Acesso a Joinville/Itinga – Araquari, chegando a 238 mil na BR-282 (Via Expressa em Florianópolis), 59 mil veículos/dia na SC-401 norte (com 70 mil veículos na Via Expressa Sul), 39 mil veículos na SC-404, 24 mil veículos/dia na SC-445 em Criciúma, 15 mil na SC-108 em Massaranduba, 15 mil veículos/dia na SC-108 em Gravatal e 13 mil na SC-108 em Blumenau. Segmentos da BR-282, nas proximidades entre Xanxerê e Chapecó, também registram volumes de tráfego elevados que indicam a necessidade de ampliação de capacidade das rodovias.

Verifica-se também um percentual elevado de veículos pesados em muitos segmentos da malha rodoviária de Santa Catarina. Esse percentual elevado é bem característico do Brasil e diverge muito daqueles observados em países mais desenvolvidos. Por exemplo, na Europa, esses indicadores raramente ultrapassam 18%,

enquanto na malha rodoviária de Santa Catarina são observados percentuais em torno de 60% na BR-153 e valores acima de 40% em vários outros trechos. Trechos de 1 km ou mais de extensão que possuem elevados percentuais de participação de veículos pesados apontam a necessidade de realização de estudos mais detalhados, visando à construção de segmentos com terceiras faixas.

Observa-se ainda que diversas rodovias atualmente ainda em revestimento primário possuem alta demanda de tráfego.

Um aspecto importante de uma malha rodoviária é sua capacidade de resposta à demanda de tráfego. Para avaliar esta capacidade são utilizados níveis de serviços que vão de A a F, que são definidos com base nos fluxos de tráfego de cada trecho. O nível A é aquele em que o fluxo circula de forma livre no trecho e o nível F é aquele em que o trecho se encontra saturado, com congestionamentos frequentes e graves.

Com a aplicação de modelos de gerenciamento, em operação na SIE, verifica-se que em geral a malha responde bem à demanda, com a maioria dos trechos nos níveis A e B. Níveis de D a F encontrados na BR-101 foram sendo amenizados com a duplicação e com a construção de vias marginais nos segmentos mais críticos, apesar de ainda existirem em trechos localizados da grande Florianópolis e litoral norte. A conclusão das obras do Contorno de Florianópolis, prevista para 2023/2024 deverá trazer um alento para a melhoria dos níveis de serviço da BR-101 na região da Grande Florianópolis. Os níveis D a F apresentados na BR-470, principalmente nas regiões de Itajaí e Blumenau serão resolvidos com o aumento da capacidade da BR-470, atualmente em obras. Os níveis E e F que são verificados em trechos da SC-401 e outros na Ilha de Santa Catarina precisarão ser analisados para verificar-se a melhor forma de resolvê-los.

Indica-se que quando os níveis de serviços forem iguais ou mais críticos que C devam ser iniciados estudos e, se confirmada necessidade, a elaboração de projetos de engenharia para posterior pavimentação, reabilitação e/ou ampliação de capacidade dos trechos.

No que tange ao Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros de Santa Catarina, sob a responsabilidade da SIE, o mesmo desempenha um papel fundamental na movimentação de cerca de 35 milhões de passageiros por ano no transporte público, por meio de 643 linhas regulares. Esse sistema conta com a participação de 70 empresas, que operam uma frota de mais de 1.200 veículos, realizando aproximadamente 1,3 milhões de viagens anualmente. É importante ressaltar que esses números ainda estão sendo impactados pelos efeitos da pandemia de COVID-19. Atualmente, o serviço de transporte público intermunicipal opera com base em um acordo judicial entre o Ministério Público e o Governo do Estado.

A fim de aprimorar ainda mais esse setor, a SIE está implementando o Sistema de Bilhetagem e Georreferenciamento (SBEG) em 100% da frota de transporte intermunicipal de passageiros. Essa iniciativa é fundamental para obter dados confiáveis sobre a demanda real do sistema e para rastrear a localização em tempo real de todos os veículos, o que resulta em uma prestação de serviço de maior qualidade e permite uma atuação mais eficiente do Estado em garantir a eficiência do sistema. Esse é um passo crucial no processo de regularização, com foco na licitação do sistema.

Além disso, está prevista a implantação de uma Central de Controle e Supervisão Operacional (CCSO) e de uma integradora para os dados provenientes da bilhetagem. Isso permitirá, dentro dos padrões técnicos e necessidades da SIE, o monitoramento e a gestão do Sistema de Transporte Público Intermunicipal de Passageiros. Essas medidas visam garantir um controle mais efetivo do sistema, possibilitando uma supervisão abrangente das operações e uma melhor tomada de decisões para aprimorar o transporte intermunicipal de passageiros.

Além disso, existem cerca de 900 empresas (com aproximadamente 5.200 veículos) registradas para fornecer serviços privados de fretamento, tanto contínuos quanto eventuais.

Um dos principais recursos para apoiar a movimentação de passageiros é o Terminal Rodoviário Rita Maria, localizado em Florianópolis. Esse importante terminal foi concedido à iniciativa privada no ano de 2022, abrindo espaço para investimentos no valor de 36 milhões de reais ao longo dos 30 anos de concessão. A responsabilidade pela supervisão e fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais continua sob a

responsabilidade da SIE. Isso garante que o terminal seja operado de acordo com os padrões estabelecidos, mantendo a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos.

Fazendo parte dos serviços oferecidos à população catarinense, dentro do escopo das operações deste sistema, podemos citar o transporte de passageiros e veículos por via hidroviária, abrangendo diversos serviços de travessias de navegação, destacando-se as travessias Vigorelli a Gibraltar, situadas na região entre Joinville e São Francisco do Sul, a travessia entre as cidades de Itajaí e Navegantes, operada por equipamento tipo Ferry Boat e a travessia entre São Francisco do Sul e Itapoá. Particularmente no que tange às travessias do município de Itajaí ao município de Navegantes, o Estado subsidia a transposição efetuada por pedestres, motocicletas e bicicletas mediante a distribuição de passes no âmbito do Programa intitulado “Passe Livre nas Travessias”.

A SIE está estruturada para atender regionalmente o Estado por meio de 8 (oito) Coordenadorias Regionais de Infraestrutura, que abrangem todas as regiões e municípios do Estado: CRSUL (com sede em Criciúma), CRNOR (Joinville), CROES (Chapecó), CRPLA (Lages), CRLIT (Florianópolis), CRVAL (Blumenau), CREXT (São Miguel do Oeste) e CRMEI (Joaçaba), além da Coordenadoria Geral e da Sede Administrativa da SIE em Florianópolis.

Para termos uma ideia da situação da malha rodoviária do Estado de Santa Catarina em relação a outros Estados e a outros países, calculam-se os principais indicadores utilizados para definir o “benchmarking” (termo de comparação) de malhas rodoviárias. Esses indicadores são densidades expressas no número de quilômetros de uma malha rodoviária por quilômetro quadrado e o número de quilômetros por mil habitantes.

Na Tabela a seguir são apresentados os indicadores de densidades atuais da malha rodoviária pavimentada do Estado em comparação aos Estados vizinhos e alguns países, vizinhos ou não, com nível de desenvolvimento similar.

Tabela comparativa apresentando a densidade de malha rodoviária

| Estado/País | Área (km²) | População (Hab. 10³) 2022 | Malha Pavimentada (km) | Densidade (km/km²) | Densidade (km/1000 Hab) |
|----------------|------------|---------------------------|------------------------|--------------------|-------------------------|
| Santa Catarina | 95.738 | 7.610 | 7.473 | 0,078 | 0,982 |
| Rio Grande Sul | 281.700 | 10.881 | 13.707 | 0,049 | 1,260 |
| Paraná | 199.314 | 11.443 | 14.160 | 0,071 | 1,237 |
| Argentina | 2.791.810 | 47.327 | 81.588 | 0,029 | 1,724 |
| Paraguai | 406.752 | 7.280 | 6.768 | 0,017 | 0,930 |
| Uruguai | 176.200 | 3.479 | 8.800 | 0,050 | 2,529 |
| Chile | 756.626 | 19.443 | 20.319 | 0,027 | 1,045 |
| Equador | 256.370 | 18.058 | 6.472 | 0,025 | 0,386 |
| Hungria | 93.030 | 9.569 | 76.164 | 0,819 | 7,959 |
| Romênia | 238.391 | 18.997 | 84.200 | 0,353 | 4,432 |

Fonte: IBGE, DNIT (SNV), SIE, Banco Mundial

Observa-se que, em relação aos estados vizinhos e aos países da América do Sul, os indicadores de Santa Catarina apresentam valores semelhantes, com exceção da densidade por mil habitantes observada no Uruguai, já que este país tem uma baixa população.

Quando comparados aos países do continente europeu os valores são mais díspares, uma vez que as extensões de suas malhas rodoviárias são mais elevadas. Isso ocorre, pois esses países são muito antigos e suas malhas estão sendo sempre ampliadas sem a supressão das estradas antigas que permanecem como estradas locais.

No âmbito da mobilidade do transporte rodoviário os investimentos nesta infraestrutura permitirão ao Estado maiores condições para o desenvolvimento econômico e social, mediante os seguintes objetivos:

- melhorar as condições de acessibilidade para a população;
- melhorar as condições de segurança ambiental e segurança para o tráfego de pessoas e de cargas;
- diminuir os custos de transporte nas rodovias estaduais, com a redução dos custos de operação e tempo de viagem;
- melhorar as condições físicas e operacionais da infraestrutura rodoviária catarinense.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Competências e atribuições

De acordo com o Art. 40 da LC nº 741/2019, combinado com os Arts. 18, 19 e 55 da MP nº 257/2023, à SIE compete:

- I – Planejar, formular e normatizar políticas, programas, projetos e ações referentes ao Sistema Estadual de Transportes Rodoviário, Cicloviário e de Pedestres;
- II – Administrar e implementar projetos e executar construções, reconstruções, restaurações, melhoramentos, conservações, operações, manutenções, adequações de capacidade e ampliações relativos à infraestrutura de transporte rodoviário, cicloviário e de pedestres, bem como edificações e obras de interesse do Estado, incluídas as edificações e obras que não estejam compreendidas na competência da SPAF;
- III – Definir padrões, normas, diretrizes e especificações técnicas para a execução de estudos, projetos, planos, programas, construções, conservações, restaurações, reconstruções, melhoramentos, ampliações e operações voltados à infraestrutura de transporte rodoviário, cicloviário e de pedestres, bem como de edificações e obras que não estejam compreendidas nas competências da SPAF;
- IV – Regulamentar, autorizar, fiscalizar, controlar e administrar as ocupações de terrenos e edificações por terceiros, a construção de acessos e o uso de travessias de qualquer natureza em áreas de domínio do Estado;
- V – Exercer o controle direto ou indireto do trânsito e de outras atividades correlacionadas à operação das rodovias sob a jurisdição do Estado;
- VI – Exercer o poder de polícia de tráfego e as competências estabelecidas no art. 21 da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, nas rodovias sob a jurisdição do Estado;
- VII – Delimitar, para fins de declaração de utilidade pública, bens imóveis a serem desapropriados para implantação de rodovias e ciclovias de interesse do Estado;
- VIII – Elaborar, administrar, coordenar e executar convênios de delegação de encargos firmados com a União ou com os Municípios do Estado de que resultem estudos, projetos, planos, programas, construções, conservações, restaurações, reconstruções, melhoramentos, ampliações e operações da infraestrutura de transporte rodoviário, cicloviário e de pedestres;
- IX – Elaborar e revisar periodicamente o Plano Diretor Rodoviário do Estado;
- X – Planejar e executar o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros;
- XI – Elaborar, executar e revisar periodicamente a Política Estadual de Transporte Rodoviário de Passageiros;
- XII – Licitar e firmar documentos de delegação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros na forma de lei específica;
- XIII – Elaborar normas gerais e específicas sobre o sistema de transporte rodoviário de passageiros sob sua jurisdição, em consonância com a Política Estadual de Transportes de Passageiros;
- XIV – Firmar convênios com os Municípios do Estado ou delegar a eles serviços referentes ao transporte rodoviário na forma de lei específica;

XV – Fixar critérios para o cálculo das tarifas de utilização dos terminais rodoviários de passageiros para os serviços sob sua jurisdição;

XVI – Firmar convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais;

XVII – Participar de negociações de empréstimos, com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência;

XVIII – Realizar programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, promovendo a cooperação técnica com organismos públicos e privados;

XIX – Manter memória técnica de pesquisas, estudos, projetos, controles e obras relativos à sua área de competência;

XX – Vincular-se de modo sistêmico com órgãos e entidades federais;

XXI – Modernizar o sistema de transporte de passageiros sob sua jurisdição;

XXII – Operar, administrar, manter e reformar o Terminal Rita Maria. (Nota: concedido à iniciativa privada, pelo contrato CT-203/2022).

Parágrafo Único. Integram a infraestrutura de transportes, vinculada à SIE, os sistemas viários, as rodovias, as ferrovias, as vias navegáveis e aeroviárias e as instalações portuárias.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Ser a base para o crescimento social e econômico de todas as regiões de Santa Catarina.

VISÃO: Consolidar a SIE como órgão central de infraestrutura e mobilidade, por meio da sustentabilidade ambiental, o crescimento responsável, o uso eficiente dos recursos públicos e a segurança do cidadão.

VALORES: Sustentabilidade, Compromisso Social, Ética, Qualidade, Inovação, Integridade.

ESTRUTURA:

| GRUPO | CÓDIGO | NÍVEL | QUANTITATIVO |
|-------------------------------------------------------|--------|-------|--------------|
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Especial | DGE | - | 4 |
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Superior | DGS | 1 | 7 |
| | | 2 | 43 |
| | | 3 | 1 |
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Intermediário | DGI | - | 2 |
| Funções Gratificadas | FG | 1 | 5 |
| | | 2 | 22 |
| | | 3 | 1 |
| Funções de Chefia | FC | 1 | 33 |
| | | 2 | 32 |
| | | 3 | 6 |

Estrutura da SIE, de acordo com Decreto nº 173/2023:

- Sede em Florianópolis;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Sul) – CRSUL, com sede em Criciúma;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Norte) – CRNOR, com sede em Joinville;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Oeste) – CROES, com sede em Chapecó;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Planalto) – CRPLA, com sede em Lages;

- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Litoral Centro) – CRLIT, com sede em Fpolis;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Vale) – CRVAL, com sede em Blumenau;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Extremo Oeste) - CREXT, em São Miguel d'Oeste;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Meio Oeste) – CRMEI, com sede em Joaçaba.

Obs: todas as unidades da estrutura da SIE possuem anexos localizados em suas sedes regionais e municípios adjacentes, como por exemplo acampamentos, oficinas, sede comando da PMRv em Florianópolis e 25 postos da PMRv localizados em múltiplas rodovias no Estado.

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Composição do quadro de servidores ativos e inativos da sie (dez/2022), e
- Indicadores gerenciais sobre recursos humanos (dez/2022)

| NÚMERO DE SERVIDORES EFETIVOS OCUPANTES DE VAGA NO QUADRO PESSOAL DA SIE | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------|-------|----------------------|-------------------------------|---------|--------------|-----------------------------------------------------------|----------|
| GRUPO | TOTAL | CARGO | ATIVOS DISPOSIÇÃO SCPAR | À DA | TOTAL ATIVOS | ATIVOS SIE (Não está contabilizando os da SCPAR) | INATIVOS |
| AN | 33 | AG. SERV. GERAIS | 8 | | 33 | 25 | 306 |
| ANO | 69 | ARTÍFICE I | 8 | | 14 | 6 | 62 |
| | | AG. ATIV. ADM. | 27 | | 41 | 14 | 86 |
| | | AG. ATIV. ENG. | 0 | | 5 | 5 | 31 |
| | | AG. ATIV. FISCAL | 3 | | 4 | 1 | 2 |
| | | OP. TER. RODOVIÁRIO | 0 | | 5 | 5 | 4 |
| ANT | 237 | AG. GUARDA PORT. | 33 | | 43 | 10 | 0 |
| | | AUX. ENFERMAGEM | 1 | | 1 | 0 | 0 |
| | | ARTÍFICA II | 5 | | 15 | 10 | 126 |
| | | MOTORISTA | 2 | | 7 | 5 | 186 |
| | | OP. EQUIP. | 0 | | 6 | 6 | 144 |
| | | OP. PORTUÁRIO I E II | 55 | | 57 | 2 | 10 |
| | | TÉC. ATIV. ADM. | 17 | | 67 | 50 | 189 |
| | | TÉC. DESENHO | 0 | | 3 | 3 | 12 |
| | | TÉC. ATIV. AGROP. | 0 | | 0 | 0 | 1 |
| | | TÉC. ATIV. ENG. | 1 | | 22 | 21 | 125 |
| | | TÉC. CONTÁBIL | 0 | | 9 | 9 | 51 |
| | | TÉC. ENFERMAGEM | 2 | | 2 | 0 | 0 |
| | | TÉC. INFORMÁTICA | 2 | | 3 | 1 | 3 |
| | | TÉC. OP. TERM. ROD. | 0 | | 1 | 1 | 6 |
| TÉC. SEG. TRABAL. | 1 | | 1 | 0 | 0 | | |

| | | | | | | |
|---------------------|-----|---------------------|------------|------------|------------|--------------|
| ANS | 190 | ADMINISTRADOR | 0 | 1 | 1 | 17 |
| | | ANAL. INFORMÁTICA | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | | ANAL. TÉC. ADM. I | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | | ANAL. TÉC. ADM. II | 0 | 5 | 5 | 32 |
| | | CONTADOR | 0 | 0 | 0 | 4 |
| | | ECONOMISTA | 0 | 0 | 0 | 8 |
| | | ENGENHEIRO | 0 | 177 | 177 | 179 |
| | | JORNALISTA | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | | ASSIST. SOCIAL | 0 | 2 | 2 | 0 |
| | | ARQUITETO | 0 | 1 | 1 | 13 |
| | | TÉC. ASS. CULTURAIS | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | SANITARISTA | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | PROFESSOR | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | | PROCURADOR | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | PSICÓLOGO | 1 | 1 | 0 | 0 |
| ASSIS. PESSOAL SEC. | 0 | 0 | 0 | 2 | | |
| TOTAL | | | 167 | 529 | 362 | 1.604 |

LEGENDA DOS GRUPOS

| | |
|-----|---------------------------------|
| ANA | ATIVIDADES DE NÍVEL AUXILIAR |
| ANO | ATIVIDADES DE NÍVEL OPERACIONAL |
| ANT | ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO |
| ANS | ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR |

Composição do quadro de servidores ativos

| TIPOLOGIA DOS CARGOS | QUANTITATIVO |
|--------------------------------------------------------|--------------|
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 539 |
| 1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 529 |
| 1.1.1. Ativos só da SIE (desconsidera os à disposição) | 339 |
| 1.1.2. Ativos à disposição da SCPAR | 167 |
| 1.1.3. Ativos à disposição de outro órgão | 23 |
| 1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão | 10 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 0 |
| Total de Servidores (1+2) | 539 |

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da unidade

| CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS | QUANTITATIVO |
|------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 1. Cargos em Comissão (Grupo Direção e Assessoramento Superior) | 65 |
| 1.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 2 |
| 1.2. Servidores vinculados a Outros Órgãos | 4 |
| 1.3. Sem Vínculo | 58 |
| 1.4. Aposentados do Órgão | 1 |
| 2. Funções Gratificadas (2.1 + 2.2) | 29 |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 16 |
| 2.2. Servidores de carreira vinculados a outros órgãos ou esferas | 13 |
| Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2) | 94 |

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o gênero de efetivos do órgão

| | | |
|--------------|------------|---------------|
| Masculino | 414 | 78,26 |
| Feminino | 115 | 21,74 |
| TOTAL | 529 | 100,00 |

Distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e terceirizados

| TIPOLOGIA DOS CARGOS | ÁREA MEIO | ÁREA FIM |
|------------------------------------------------------|------------|------------|
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 322 | 217 |
| 1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 315 | 214 |
| 1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão | 7 | 3 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 |
| Total de Servidores (1+2) | 322 | 217 |

Obs. Para o quantitativo da área fim foram considerados os servidores nos seguintes cargos: engenheiro, arquiteto, técnico em atividades de engenharia, operador de equipamentos, técnico em desenho e agente de atividades de engenharia

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a escolaridade de efetivos do órgão

| Escolaridade | Quantidade | % |
|-------------------------------|------------|---------------|
| Alfabetizado ou não informado | 11 | 2,08 |
| Fundamental | 60 | 11,34 |
| Médio | 157 | 29,68 |
| Superior | 156 | 29,49 |
| Especialização | 119 | 22,50 |
| Mestrado | 25 | 4,73 |
| Doutorado | 1 | 0,19 |
| TOTAL | 529 | 100,00 |

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a idade de efetivos do órgão

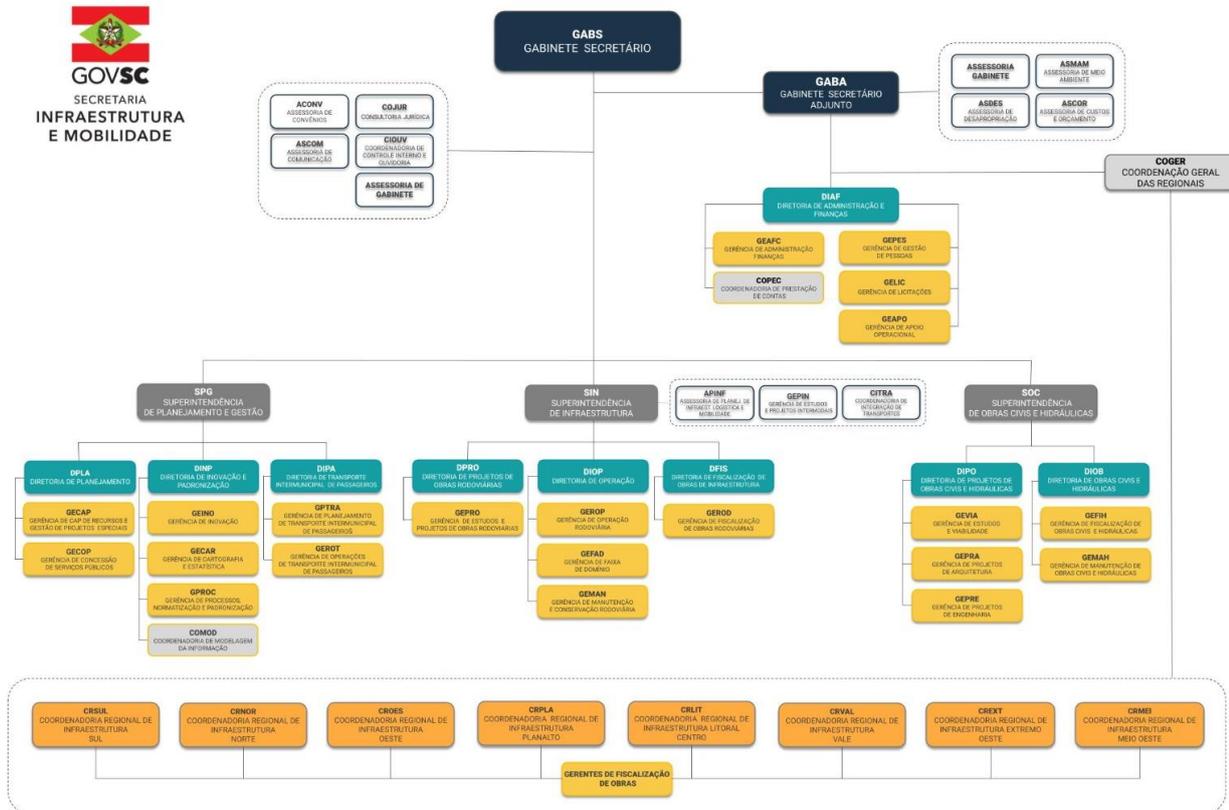
| Idade | Quantidade | % |
|-----------------|------------|---------------|
| Até 24 anos | 0 | 0,00 |
| De 25 a 34 anos | 127 | 24,01 |
| De 35 a 44 anos | 81 | 15,31 |
| De 45 a 54 anos | 78 | 14,74 |
| De 55 a 64 anos | 175 | 33,08 |
| Mais de 65 anos | 68 | 12,85 |
| TOTAL | 529 | 100,00 |

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o tempo de serviço líquido

| Tempo de Serviço | Quantidade | % |
|------------------|------------|---------------|
| Até 5 anos | 202 | 38,19 |
| De 6 a 10 anos | 3 | 0,57 |
| De 11 a 15 anos | 22 | 4,16 |
| De 16 a 20 anos | 29 | 5,48 |
| De 21 a 25 anos | 28 | 5,29 |
| De 26 a 30 anos | 16 | 3,02 |
| De 31 a 35 anos | 30 | 5,67 |
| De 36 a 40 anos | 86 | 16,26 |
| Mais de 41 anos | 113 | 21,36 |
| TOTAL | 529 | 100,00 |

FONTE DOS INDICADORES: DEZ/2022 – DIAF/GEPES

ORGANOGRAMA



Decreto 173/2023

ÁREAS DE ATUAÇÃO

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

| MACROPROCESSO | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|-------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| Construção de rodovias | Execução de trabalhos rodoviários de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes, obras de arte especiais, sinalização, meio ambiente e obras complementares. | Rodovias pavimentadas Rodovias duplicadas Rodovias reabilitadas | A sociedade Os usuários das rodovias Empresas públicas e privadas |
| Conservação de rodovias | Execução de serviços de conservação, sinalização e segurança nas rodovias estaduais, recuperação de deslizamentos, pontes e viadutos. | Rodovias conservadas e seguras | A sociedade Os usuários das rodovias Empresas públicas e privadas |
| Policimento nas rodovias estaduais | Policimento das rodovias estaduais por meio das operações da Polícia Militar Rodoviária - PMRv. | Rodovias policiadas e seguras | A sociedade Os usuários das rodovias Empresas públicas e privadas |
| Elaboração de estudos e projetos | Elaboração estudos e projetos de infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas de interesse do Estado. | Projetos de Engenharia elaborados | A sociedade Empresas públicas e privadas |
| Gestão da faixa de domínio | Fiscalização e gerenciamento da ocupação das faixas de domínio das rodovias estaduais. | Faixas de domínio gerenciadas | A sociedade Os usuários das rodovias, população lindeira Empresas públicas e privadas |

| | | | |
|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gestão de obras civis | Fiscalização e gerenciamento de obras civis da SIE e de outras entidades do poder executivo | Obras civis gerenciadas | A sociedade Outras entidades do poder executivo |
| Gestão de barragens e obras hidráulicas | Execução de serviços relacionados à gestão de barragens e obras hidráulicas | Barragens e obras hidráulicas executadas e mantidas | A sociedade |
| Planejamento | Realizar planejamento considerando a estratégia da pasta de Infraestrutura e Mobilidade para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina. Otimizar processos e entregas através da melhoria contínua Utilizar tecnologia e inovação como partes vitais para o remodelamento da cultura organizacional | Planos setoriais desenvolvidos, processos mapeados e melhorados, política de inovação implantada na SIE | Servidores e sociedade |
| Políticas Estaduais de Transporte | Buscar a intermodalidade nas diferentes atividades de transporte realizadas entre cidades catarinenses através de uma estrutura delegatória consistente e que propicie aos atores envolvidos um transporte regular – seguro – eficiente e que priorize decisões estruturais e operacionais sustentáveis ambiental e socialmente. Definição do paradigma de delegação dos serviços de transporte | Política Estadual de Transporte (Passageiros e cargas) Modelagem tarifárias dos serviços Inovação tecnológica do setor | Operadores de transporte de pessoas Operadores de transporte de cargas Sociedade e usuários do sistema Órgão Públicos de funções correlatas |
| Delegações de Transportes (Rodoviário e Aquaviário) | Execução do modelo de delegação dos serviços de transporte (de passageiros e/ou de cargas), assim como seus respectivos parâmetros norteadores a serem aplicados nas operações intermunicipais SC. | Processos delegatórios Contratos dos serviços delegados | Operadores de transporte de pessoas Operadores de transporte de cargas Órgão Públicos de funções correlatas |
| Operacional de Transportes | Conjuntura de processos e atividades inerentes à análise da documentação exigida para o registro de empresas, entes públicos e particulares, assim como de veículos de transporte coletivo e ainda, para emissão de licenças de prestação de serviços de transporte intermunicipal passageiros e cargas; modificações ocasionais nas características destes serviços. | Registro da operadora no órgão Registro de veículos de transporte Licenças para executar transporte Alteração características serviços | Operadores de transporte de pessoas Operadores de transporte de cargas |
| Estudos e Projetos do setor de Transportes | Pesquisas, estudos e projetos, em colaboração com a classe acadêmica, das questões arquitetônicas, estruturais, logísticas, orçamentárias, analíticas e legais inerentes a procedimentos, metodologias e estruturas afetas ao funcionamento do sistema de transporte de passageiros. | Levantamento de dados Relatórios e pareceres técnicos Pesquisas e projetos | Operadores do sistema Servidores e colaboradores Usuários do sistema |
| Administração Terminal Rodoviário Rita Maria | Serviço Concessionado à Iniciativa Privada em 2022, mediante o contrato CT-203/2022. Único Terminal Rodoviário de responsabilidade do Estado, agora concessionado. Administração geral: estrutura, iluminação, segurança, guarda-volumes, pontos de comércio, alimentação, serviços, sanitários, estacionamentos, guichês, salas de espera, manutenção em geral. | Comércios e serviços Embarque e desembarque Compra de passagens Futuro processo de privatização | Usuários passageiros Operadores do sistema |

| | | | |
|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Transporte Aquaviário | Projetos e estudos referentes ao transporte de passageiros por vias hidroviárias. Atividades como cálculo e reajuste dos valores das travessias intermunicipais do estado e gerenciamento do Programa Passe Livre da travessia de balsa entre Itajaí-Navegantes. | Programa Passe Livre Travessias hidroviárias Cálculo de taxas e reajustes | Usuários de travessias Operadoras de travessias |
|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|

MACROPROCESSOS ÁREA MEIO

| MACROPROCESSO | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E DESVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Gestão de Pessoas | Responsável pelo desenvolvimento de pessoal, contratação, avaliação de desempenho funcional e saúde ocupacional | Atendimento aos servidores | Servidores |
| Apoio Operacional | Apoio operacional a todas as atividades da SIE | Equipamentos, material de escritório, logística, transporte, etc. | Servidores |
| Finanças e Contabilidade | Realizar todo o processo que envolve as finanças e contabilidade | Empenhamentos, pagamentos, balancetes, balanços, etc. | Público, órgãos de controle, sociedade |
| Gestão de Licitação e Contratos | Realizar a gestão dos processos de licitação e contratos das obras do Estado de SC. | Processos Licitatórios que garantam a eficiência e eficácia na contratação de serviços e obras do Estado | Servidores, sociedade |
| Gestão de Convênios | Realizar a gestão dos processos de convênios do Estado de Santa Catarina | Convênios que garantam a eficiência e eficácia na prestação dos serviços e obras do Estado | Servidores, sociedade, municípios e Governo Federal. |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> Experiência da Equipe Técnica Comprometimento da Equipe Técnica Credibilidade do sistema de infraestrutura Bom relacionamento entre os servidores Facilidade de acesso aos tomadores de decisão Todos os municípios catarinenses ligados por pelo menos um acesso asfáltico Bom relacionamento com os agentes financiadores dos programas executados Engenheiros empossados em concurso público depois de mais de 30 anos sem que houvesse concurso para o órgão nessa área Poder de regular e aperfeiçoar o sistema de transporte coletivo | <ol style="list-style-type: none"> Governança da infraestrutura deficiente, pouca integração de seus diferentes atores Enfraquecimento da infraestrutura ao longo dos anos Ausência de corpo técnico, principalmente atividade meio Ausência de gestão do conhecimento Desintegração entre setores Falta de clareza quanto aos fluxos de processos (em processo de mapeamento) Multiplicidade de papéis e funções Equipe técnica e de apoio em pré-aposentadoria Equipe técnica e de apoio desmotivada por questões salariais Renúncia de receitas de exploração da faixa de domínio das rodovias Dependência financeira Escassez de recursos Ausência de servidores para atividades meio Grande terceirização de serviços técnicos em detrimento de contratação de servidores efetivos Limitação orçamentária para serviços de conservação e segurança rodoviária |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Receitas com a exploração das faixas de domínio, multas de tráfego, CIDE, 10% IPVA 2. Parcerias para o monitoramento e execução de obras de infraestrutura 3. Busca de novos financiamentos com entidades públicas e privadas 4. Concessões de obras e serviços de infraestrutura à iniciativa privada 5. Desenvolvimento econômico e social através da intermodalidade de transportes 6. Programa de Parcerias Públicas e Investimentos 7. Parcerias com entidades privadas, educacionais e de pesquisa nas áreas de Logística e Transporte. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Entraves com a legislação ambiental 2. Alto custo das desapropriações de áreas para obras de infraestrutura 3. Conflitos de competência com os Municípios e União 4. Influência política se sobrepondo a decisões técnicas 5. Redução do número de usuários do sistema intermunicipal coletivo de passageiros 6. Concessão de linhas regulares vencidas 7. Trânsito intenso e estrutura viária deficitária e defasada (p/ transporte coletivo) 8. Oscilações na situação das economias nacional e estadual |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Servidores que atuam na SIE;

Funcionários terceirizado.

EXTERNAS:

Sociedade;

Imprensa / formadores de opinião;

Órgãos ambientais dos entes federados;

Governos federal, estaduais, municipais e seus diversos entes;

Polícia Militar Rodoviária;

Órgãos de controle;

Sociedade Civil Organizada;

Prefeitos;

Legislativo estadual, municipal e federal;

Usuários;

Agentes financiadores / bancos de desenvolvimento;

Operadores portuários;

Operadores aeroviários;

Operadores ferroviários;

Empresas construtoras e consultoras;

Organismos públicos que operam transporte de passageiros;

Empresas de transporte operadoras do sistema de transporte coletivo;

Agentes financiadores.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Dentre as principais ações e resultados alcançados pela SIE nos últimos 4 anos podem ser destacados:

1. Melhoria de Indicadores:
 - Redução do número de acidentes nas rodovias estaduais de 7410 em 2018 para 6945 em 2022 (-6,28%);
 - Redução do número de mortes nas rodovias estaduais de 228 em 2018 para 197 em 2022 (-13,60%);
 - Aumento no acumulado de rodovias estaduais pavimentadas passando de 4.880 km em 2018 para 5.139 km em 2022 (+5,31%), representando 81,71% da rede rodoviária estadual;
 - Aumento na densidade das rodovias pavimentadas (federais + estaduais) em relação à área do Estado de SC (km pavim / área km² SC) passando de 0,07 em 2018 para 0,08 em 2022;
 - Aumento na extensão de rodovias conservadas pela SIE passando de 5.968 km em 2018 para 6.289 km em 2022 (+5,38%);
2. Concessão da Administração do Terminal Rodoviário Rita Maria à iniciativa privada – Contrato CT-203/2022;
3. Conclusão da Reabilitação da Ponte Hercílio Luz em Florianópolis;
4. Conclusão da Pavimentação de Rodovias no período Jan/2019 – Dez/2022:
 - SC-467, trecho Jaborá – Ouro / Ct.Ac.Jaborá e Ac.Sta Helena com 33,6 km;
 - SC-477, trecho SC-112 – Dr. Pedrinho com 29,2 km de extensão;
 - SC-390, trecho BR-116 – Entr. Ac. São Jorge (p/ Bodegão) com 27,2 km;
 - Conclusão do Novo Acesso ao Aeroporto Hercílio Luz em Fpolis com 3,1 km;
 - Estrada do Rio do Morro, trecho Joinville – BR-280 com 9,4 km;
 - SC-370 trecho Aiurê (Grão Pará) – Pé da Serra Corvo Branco com 243,5 km;
 - SC-120, tr Curitibaanos – Pte s/ Rio Canoas – BR-282 (p/ S.J.Cerrito) com 39,9 km;
 - SC-390, trecho Anita Garibaldi – Celso Ramos, com 24,8 km de extensão;
 - SC-155, compreendendo o Contorno de Seara, com 9,4 km de extensão;
5. Conclusão da Duplicação de Rodovias no período Jan/2019 – Dez/2022:
 - SC-486, trecho Brusque – BR-101 com 20,9 km de extensão (falta inters.BR-101);
 - SC-401 Compl Via Expr Sul até o Entronc. SC-405 em Fpolis com 5,3 km;
 - SC-370, trecho Contorno de Tubarão com 4,5 km;
 - BR-280, tr Entr. SC-413 (p/ Jville) – Entr. SC-416 (p/ Schroeder), c/ 8,9 km exceto parte das OAEs que se encontram em obras;
 - Acesso trecho BR-101 – Distrito Industrial de Joinville com 5,7 km, exceto Interseção com a Rua Dona Francisca que se encontra em obras;
6. Conclusão da Restauração de Rodovias no período Jan/2019 – Dez/2022:
 - SC-114, trecho Otacílio Costa – BR-282 (p/ Lages) com 36,2 km;
 - SC-412, trecho BR-101 – Ilhota – Gaspar com 25,4 km de extensão;
 - SC-135, trecho Caçador – Rio das Antas com 16,7 km;
 - SC-401, trecho Pte s/ Rio Ratoões – entr. SC-404 (p/ Lagoa) com 12,3 km;
 - Acesso Sul de Criciúma à BR-101, com 8,4 km de extensão;
 - Acesso Mirim Doce – BR-470, com 7,7 km de extensão;
7. Além destas obras a SIE atuou com participação financeira junto aos municípios em inúmeros convênios para execução de pavimentações de trechos municipais, como por exemplo o Contorno Oeste de Chapecó concluído em 2023, a rodovia Ageu Medeiros (em obras), ligando Tubarão à SC-100, a construção da ponte sobre o Rio Araranguá e acessos (em obras), dentre muitos outros;
8. Conservação das rodovias estaduais (sob jurisdição da SIE) alcançando uma extensão de 6.289 km, sendo 5.139 km pavimentados e 1.150 km não pavimentados.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SANTA CATARINA - SUDESC

A regionalização é definida no parágrafo terceiro do artigo 25 da Constituição Brasileira de 1988 como um princípio fundamental para o desenvolvimento equilibrado do país, que visa promover a descentralização do poder e a promoção do desenvolvimento socioeconômico de forma equitativa entre as diversas regiões. Através da criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, busca-se organizar territorialmente as ações governamentais, considerando as particularidades e necessidades de cada área.

Neste sentido, o Estatuto da MetrÓpole (Lei Federal n.º 13.089/2015) estabelece as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões instituídas pelos Estados.

Conforme redação dada pela Medida Provisória 257/2023 que alterou o Art. 64 da Lei Complementar 741/2019, “a SUDESC tem por objetivo coordenar a implantação das políticas estaduais de desenvolvimento regional e urbano das regiões metropolitanas de Santa Catarina, obedecidas as normas constitucionais e a legislação específica”, com efeito, a execução dos serviços de interesse regional, bem como a consecução dos objetivos de que tratam a Lei Complementar 104/1994 e a Lei Federal 13.089/2015 (Estatuto da MetrÓpole) que dispÕe sobre a integraçÕo do planejamento e da prestaçÕo dos serviçÕos de utilidade pública de interesse regional.

Adicionalmente, a Lei Complementar 636/2014 estabelece que compete à Autarquia, no âmbito da RMF, a integraçÕo do planejamento e da prestaçÕo dos serviçÕos de interesse comum da regiÕo nas áreas de transporte coletivo de passageiros, mobilidade urbana e saneamento básico, compreendidos neste o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto sanitário, o manejo de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais, o planejamento integrado para o desenvolvimento regional, de acordo com a política urbana e as diretrizes estabelecidas no Estatuto das Cidades.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Das competências vigentes

Conforme Art. 64 da Lei Complementar 741/2019; coordenar a implantação das políticas estaduais de desenvolvimento regional e urbano das regiões metropolitanas de Santa Catarina

Conforme LC 636/2014:

Promover, coordenar e elaborar estudos, projetos, programas e ações, harmonizados com os objetivos das regiões metropolitanas do Estado de Santa Catarina, sendo:

Promover, elaborar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado do desenvolvimento regional;

Promover, coordenar e elaborar estudos, projetos, programas e ações, harmonizando-os com o disposto nos incisos do caput do art. 2º da Lei Complementar 636/2014;

Coordenar os serviços comuns de interesse da RMF de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar 636/2014;

Articular-se com os órgãos e as entidades da União para viabilizar os programas, as ações, os serviços e as obras de interesse da RMF;

Propor ao Poder Executivo estadual, por meio da SEPLAN, a elaboração de atos legislativos e administrativos de interesse da RMF;

Apresentar ao Poder Executivo de cada um dos Municípios de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 1º da Lei Complementar 636/2014; propostas de atos legislativos e administrativos de interesse da RMF;

Estabelecer diretrizes para a utilização do solo no âmbito da RMF, orientando a elaboração dos planos diretores municipais, de forma integrada com a mobilidade urbana, o saneamento básico e o meio ambiente;

Examinar e disciplinar a aprovação dos loteamentos e desmembramentos localizados em área de Município integrante da RMF, observada a legislação em vigor;

Propor desapropriações e estabelecer limitações e servidões administrativas necessárias às suas atividades e finalidades, nos limites de sua competência;

Opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse da RMF;

Obter e fornecer recursos técnicos e financeiros para a consecução de suas finalidades;

Promover, mediante convênio e por intermédio dos órgãos competentes, a execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado do desenvolvimento regional, ultrapassem a competência executiva dos Municípios que constituem a RMF; e

Firmar acordos, convênios ou ajustes com outros órgãos e outras entidades de direito público ou privado para fins de cooperação, assistência técnica e prestação de serviços de interesse comum da RMF.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover o desenvolvimento regional integrado, equilibrado e sustentável das regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões do estado de Santa Catarina, coordenando o planejamento e a implantação integrada dos serviços de interesse comum das regiões.

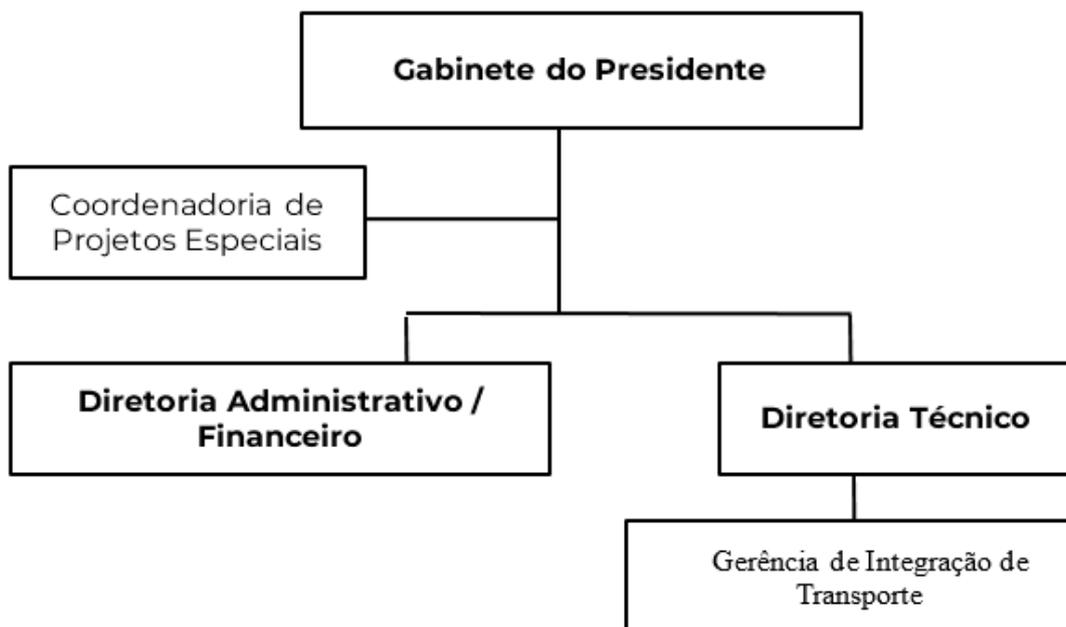
VISÃO: Ser um órgão de referência em planejamento e implantação integrada de funções públicas nas regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões do estado de Santa Catarina.

VALORES: Promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento equilibrado das regiões, respeito às suas peculiaridades, aos seus recursos naturais e culturais, promoção da qualidade de vida da população, eficiência e racionalização das ações entre os diferentes níveis de governo.

ESTRUTURA: A Superintendência encontra-se sediada no prédio da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa e Civil de Santa Catarina, sito à Avenida Ivo Silveira nº 2320, 2º andar, Capoeiras, CEP 88085-001 Florianópolis - SC.

CARREIRAS/SERVIDORES: Atualmente o órgão conta com 04 servidores sendo; 01 servidora efetiva da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (à disposição da SUDESC), 01 servidor efetivo da Secretaria de Estado da Administração (Diretor Administrativo Financeiro da SUDESC), 01 servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Biguaçu (à disposição da SUDESC) e um servidor ocupante do cargo de Coordenador de Projetos Especiais (cargo comissionado). A Autarquia não dispõe de quadro próprio de servidores efetivos.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| Estudos e Projetos de Regionalização do Estado | Sistematização de dados, geração e análise de informações para o preenchimento dos requisitos necessários à proposições de regionalização do Estado de Santa Catarina. | Modelo de regionalização / Proposta de Lei Complementar visando a atualização da regionalização do Estado. | População do Estado |
| Planejamento e gestão integrada dos sistemas de mobilidade urbana regionais | Desenvolvimento de estudos técnicos de forma direta ou indireta visando subsidiar o planejamento, a implantação e a gestão de sistemas integrados de mobilidade nas unidades regionais do Estado. | Sistematização de dados e informações de apoio ao planejamento e à gestão; modelagem de sistemas de mobilidade urbana para as unidades regionais do Estado. | Usuários dos Sistemas de Mobilidade Urbana de unidades regionais do Estado |
| Planejamento e gestão integrada dos sistemas regionais de saneamento | Desenvolvimento de estudos técnicos de forma direta ou indireta visando subsidiar o planejamento, a implantação e a gestão de sistemas de saneamento nas unidades regionais do Estado. | Sistematização de dados e informações de apoio ao planejamento e à gestão; modelagem de sistemas de saneamento regionais. | Usuários dos Sistemas de Saneamento de unidades regionais do Estado |
| Planos de desenvolvimento integrados | Elaboração de planos integrados de desenvolvimento baseados nas funções públicas de interesse comum das unidades regionais, estabelecimento de processo permanente de planejamento, viabilização econômico-financeira e gestão das FDICs nas unidades regionais do Estado. | Planos e diretrizes de desenvolvimento integrando as funções públicas de interesse comum nas unidades regionais. | População de unidades regionais do Estado |
| Gestão do uso e da ocupação do solo | Elaboração de propostas para implementação das diretrizes de uso e ocupação do solo definidas nos Planos Regionais. | Propostas de implementação de diretrizes regionais e de execução do poder de polícia administrativa. | População de unidades regionais do Estado |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Consonância entre a estrutura institucional criada e o Marco Regulatório vigente confere segurança jurídica à atuação dos entes envolvidos. 2. Estágio avançado de estruturação do arranjo institucional melhora a gestão interfederativa e o desenvolvimento das FPICs (implantação da política pública). 3. Repositório de dados e informações, atuação articulada da autarquia com parceiros de reconhecida capacidade técnica para a elaboração de políticas públicas de sua competência. 4. Cooperação com organismos multilaterais internacionais e nacionais potencializa impacto e alcance das ações. 5. Parcerias sólidas na formulação e implantação de projetos técnicos - UFSC. 6. Participação da sociedade civil na estrutura de governança. 7. Atuação transversal em grupos de trabalho multidisciplinares e multissetoriais aumenta o alcance e impacto de ações do órgão. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Atuação institucional em processo de consolidação interna e externa (aspectos normativos e estruturais). 2. Corpo técnico restrito e ausência de quadro próprio de servidores. 3. A área de atuação do órgão envolve problemas e soluções de elevada complexidade institucional, técnica, operacional e jurídica. 4. Dificuldade de estruturação de alternativas em termos de captação de recursos e projetos economicamente viáveis. 5. Falta de quadro próprio de efetivo |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 8. Possibilidade de captação de recursos específicos para Regiões Metropolitanas e/ou Unidades Regionais com gestão plena. 9. Competência na modelagem de serviços públicos complexos e transbordamento/replicação em políticas públicas de outras Unidades Regionais. 10. Parcerias internas e externas em áreas aplicadas de TI podem impulsionar o desenvolvimento de serviços públicos (FPICs) a médio e longo prazos. 11. Arranjos institucionais eficientes podem alavancar o desenvolvimento, o impacto e a projeção dos serviços públicos de interesse comum no Estado. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ambiente normativo inadequado dificulta a implantação da gestão plena interfederativa nas unidades regionais comprometendo a atuação efetiva da Autarquia (implantação dos projetos). 2. Engajamento dos entes municipais na governança das unidades regionais tem impacto nas modelagens, implantação e gestão das FPICs pela Autarquia. 3. Indisponibilidade dos recursos orçamentários, financeiros e técnicos necessários à implantação das ações e projetos. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Gabinete do Governador;
Secretaria de Estado do Planejamento;
Secretaria de Estado da Fazenda - SEF/PPI;
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade;

EXTERNAS:

Governanças interfederativas das unidades regionais;
Entidades representativas das unidades regionais de Santa Catarina;
Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;
Setor de Transporte Público Coletivo da RMF;
Universidade Federal de Santa Catarina;
Associação dos Municípios da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

COOPERAÇÃO TÉCNICA - PROGRAMA FELICITY - GIZ

“...A primeira etapa da Cooperação foi finalizada com a entrega, em dezembro de 2020, dos relatórios da Assistência Técnica desenvolvidos ao longo dos mais de dois anos de cooperação. A documentação é composta por três temáticas: (1) análise de viabilidade técnica e econômica de tecnologias de baixo carbono (pela análise de Custo Total de Propriedade); (2) Geração Distribuída Fotovoltaica nos Terminais e Garagens; e (3) apoio para a modelagem da licitação do sistema integrado da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF).”

A assistência técnica do Programa FELICITY à SUDERF teve o objetivo de aumentar o acesso a recursos internacionais para o financiamento climático por meio do apoio na preparação de projetos de infraestrutura de baixo carbono. Deste modo, vinculou-se o projeto de transporte integrado da RMF aos objetivos do programa, principalmente por meio de recursos do Banco Europeu de Investimento - BEI, a serem acessados através de parceria firmada com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

A cooperação teve início em 2018 com a assinatura da Carta de Intenções junto à GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*), com vistas à realização do Programa FELICITY (Financing Energy for Low-carbon Investment - Cities Advisory Facility), financiado pela Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério Federal para o Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança nuclear da Alemanha (BMU) e implementado pela GIZ em colaboração com o Banco Europeu de Investimento (BEI);

O Programa FELICITY concluiu suas atividades no Brasil em 2022 e durante o período de atuação contribuiu para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura urbana de baixa emissão de carbono em cidades do Brasil, da China e do México. No caso da RMF a assistência técnica abrangeu aspectos de implicações jurídicas; a infraestrutura básica do sistema com ênfase na construção de terminais; a avaliação das inserções de ônibus com tecnologias de baixa emissão de carbono; inovação tecnológica; questões ambientais e sociais, relacionadas com o impacto de vizinhança, redução do tempo e do custo dos deslocamentos; a estratégia de financiamento do programa e; a componente da estratégia de substituição progressiva dos ônibus.

A primeira etapa da Cooperação foi finalizada com a entrega, em dezembro de 2020, dos relatórios da Assistência Técnica desenvolvidos ao longo dos mais de dois anos de cooperação. A documentação é composta por três temáticas: (1) análise de viabilidade técnica e econômica de tecnologias de baixo carbono (pela análise de Custo Total de Propriedade); (2) Geração Distribuída Fotovoltaica nos Terminais e Garagens; e (3) apoio para a modelagem da licitação do sistema integrado da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF).

Outro resultado oriundo da cooperação técnica foi o projeto piloto de ônibus elétricos na RMF. A segunda etapa da cooperação consistiu, portanto, em assistência técnica na especificação dos veículos elétricos para o Piloto do E-Bus, o qual será detalhado adiante.

TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS



Transporte Integrado Metropolitano

“ Conclusão do projeto de integração do transporte coletivo da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF). O projeto tem por objetivo a criação de um sistema de transporte público regional integrado, adaptado às necessidades da população metropolitana e aos avanços tecnológicos de gestão de sistemas de transporte. A implantação do sistema integrado é o primeiro e mais importante passo frente aos graves problemas de mobilidade urbana

criados pelo rápido crescimento urbano na região nas últimas três décadas. ”

O projeto teve início em 2016, com a finalização do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis (PLAMUS), que definiu como ação prioritária a reestruturação integrada do transporte coletivo da RMF, para torná-lo o eixo estruturador da mobilidade urbana regional e alavancar novas ações e investimentos no sistema de transportes da região.

Integram o escopo do projeto aspectos de integrações intermodais de infraestruturas de estações e terminais de embarque incluindo múltiplas finalidades e receitas acessórias, do sistema de informação e controle da operação, além do dimensionamento de interações traduzidos em dados e informações úteis à definição de um modelo de Sistema Integrado de Transporte Público junto a uma estrutura de gestão associada interfederativa que compreende, além do Estado, os nove municípios da região metropolitana e a própria sociedade civil.

Premissas do projeto:

- Reforçar serviços locais e municipais;
- Facilitar as conexões entre centralidades;
- Melhorar o atendimento da rede;
- Qualificação da Frota.

O projeto prevê:

- Criação de um sistema de transporte público regional integrado;
- A revisão completa da rede de cerca de trezentas linhas urbanas de ônibus;
- A criação de um sistema único de comunicação e atendimento ao usuário;
- Uma nova política tarifária integrada;
- Um sistema de rastreamento e monitoramento em tempo real da frota e da qualidade do serviço prestado à população;
- A modernização e qualificação da frota de ônibus com propulsão por energias limpas e renováveis;
- Construção e Implantação de infraestrutura de apoio (terminais e estações metropolitanas)
- Investimentos na infraestrutura dedicada ao transporte público coletivo e;
- A modernização da governança regional de transportes com criação de uma estrutura de gestão associada interfederativa.

Os estudos e projetos, elaborados em parceria com o Observatório de Mobilidade Urbana da UFSC, vêm sendo aprimorados e modificados a fim de atender às demandas da região, bem como às condicionantes institucionais e financeiras do Estado e municípios. Assim, na impossibilidade de entregar um macroprojeto completo – com corredores exclusivos, diversos terminais de integração, estações de embarque e desembarque (BRT), entre outros atributos que adicionariam elevados riscos à modelagem do Sistema e retardariam sobremaneira o início da implementação do projeto de integração da operação, sua implementação foi reorganizada em fases sendo a primeira e mais importante a estruturação de um sistema operacional simplificado e eficiente, sem a necessidade de grandes investimentos iniciais em infraestrutura, mas que atendessem às necessidades da população já no curto e médio prazos.

A partir dos resultados apresentados, entende-se como factível a implementação do sistema em etapas, de modo a torná-la viável no menor prazo possível, sendo iniciada a partir da concessão da operação integrada da rede metropolitana; a segunda etapa inclui a implantação de infraestruturas como estações de integração e operação do sistema tronco-alimentador; e, por fim, a integração com outros sistemas municipais, bem como com outros modais a serem implantados.

CONCESSÃO – TRIM

Projeto integrante do Programa de Parceria e Investimentos do Estado - PPI/SC, a concessão do Transporte Integrado Metropolitano - TRIM encontra-se em processo de consulta pública tem como principal objetivo a criação de um sistema metropolitano de transporte coletivo na RMF. O sistema prevê a reestruturação das

linhas de ônibus, melhorias administrativas e tecnológicas para sua operação, bem como a regularização da prestação do serviço de transporte coletivo metropolitano², por se tratar de tema urgente à população.

O novo sistema teve também como objetivo aumentar a abrangência e a quantidade dos serviços disponíveis à população, tirando proveito dos ganhos de escala e eficiência decorrentes da integração operacional do transporte metropolitano. Os dois indicadores importantes utilizados para atingir esses objetivos foram a área de cobertura da rede e a frequência dos serviços.

A operação das linhas de transporte público de passageiros por ônibus de caráter urbano da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF), deverá ser de maneira integrada, pelo prazo de 15 (quinze) anos. Integram o escopo do projeto:

- Especificação operacional do serviço
- Especificações para veículos
- Especificações para garagens
- Sistema de bilhetagem eletrônica
- Requisitos técnicos para o envio de dados operacionais e de bilhetagem
- Controle de qualidade do serviço
- Sistema de informação e atendimento ao usuário
- Procedimentos para a alteração e dimensionamento de linhas
- Informações a serem repassadas ao órgão gestor
- Modelo econômico e financeiro

O TRIM está estruturado em uma rede com 173 linhas convencionais e 13 linhas do serviço executivo, as quais serão operadas com veículos do tipo Midiônibus (MIDI), Básico (BAS), Padron 13 metros (PAD13), Padron 15 metros (PAD 15) e Articulado. A Figura 5 ilustra a visão geral do sistema integrado.

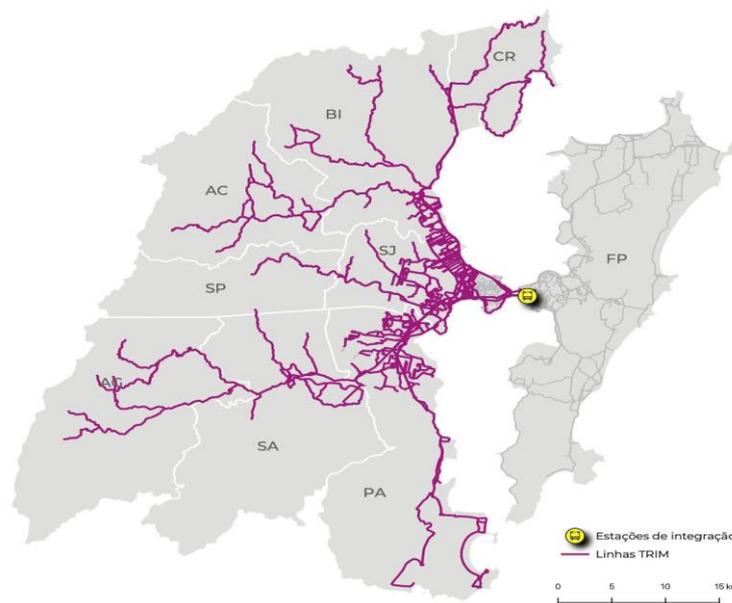


Figura 5. Visão geral do sistema integrado de transportes para licitação imediata

² Processo @RLA-14/0019383, do Tribunal de Contas do Estado, referente ao monitoramento para abertura de processo licitatório para concessão do Transporte Público Coletivo na RMF.

A partir da concessão da Primeira Etapa (operação das linhas metropolitanas) poderão ser planejadas também melhorias na política tarifária e integração do transporte coletivo com outros serviços de transporte a médio prazo, após a implantação da nova rede integrada.

Em 27 de fevereiro de 2023 finalizou a consulta pública e atualmente o projeto encontra-se em fase de análise das contribuições para eventuais ajustes.

INFRAESTRUTURA DE APOIO (Estações e Terminais)

“Início da segunda fase do projeto TRIM com a entrega dos planos funcionais das Estações Metropolitanas, conclusão e entrega do modelo financeiro preliminar.”

A segunda etapa se refere às infraestruturas de apoio e já conta com planos funcionais e estudo inicial de modelo financeiro, sendo a fase posterior o avanço da modelagem do projeto que inclui a implantação de infraestruturas como Estações de Integração e operação de linhas no sistema tronco-alimentador. Assim, no âmbito da contratação do Observatório da Mobilidade Urbana UFSC, foram previstas atividades de análises para a implantação de terminais de integração e infraestruturas complementares visando a concessão da construção e da operação da infraestrutura e o apoio a municípios em obras complementares.

Neste sentido, foram inicialmente previsto dois tipos de infraestrutura de apoio para a segunda parte da implantação do TRIM, Estações de integração de pequeno porte e terminais metropolitanos:

Estações de Integração

Foram elaboradas propostas para o tipo de infraestrutura a ser adotada, assim como a definição prévia do local para inserção dos pontos de integração. Ainda, definiu-se um modelo de infraestrutura de suporte à operação dos ônibus, incluindo um orçamento preliminar para orientação na tomada de decisão por gestores públicos municipais e do estado.

Como resultado, foi elaborado um catálogo contendo todos os pontos de integração propostos para a Região Metropolitana de Florianópolis (RMF). Na Figura 7 estão ilustradas algumas das estruturas propostas.



Figura 7: Exemplos de implantação dos pontos de integração (Catálogo, OMU - UFSC)

Estações Metropolitanas

A segunda fase do plano operacional desenvolvido para a RMF considera, além das estações de pequeno porte, também a implantação de dois terminais de ônibus às margens da BR-101, um ao sul de Biguaçu e outro na porção norte de Palhoça, próximos à divisa com o município de São José (Figura 8).

A existência dos terminais metropolitanos representa um ganho significativo para o sistema, permitindo um maior número de viagens/dia das linhas e a integração e troncalização dos serviços de longa distância e de maior demanda ponta-a-ponta.

Neste sentido, foram elaboradas análises urbanas, propostas arquitetônicas, planos funcionais, bem como a avaliação econômica financeira para operação de ambos os terminais.



Figura 8: Modelo proposto para Estações de integração de grande porte.

Com estes estudos será possível avançar na modelagem da Parceria Público Privada (PPP) para construção, operação e manutenção dos equipamentos públicos.

TECNOLOGIAS DE BAIXO CARBONO NO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DA RMF

“Realização de estudos para a implantação de ônibus de baixo carbono no transporte metropolitano da região de Florianópolis (RMF), estruturação de modelo de negócio e do processo de contratação.

A Suderf realizou, no âmbito do programa FELICITY (Financing Energy for Low-carbon Investment – Cities Advisory Facility) por meio de parceria com a Agência de Cooperação Alemã - GIZ, estudo de Custo Total de Propriedade que avaliou diferentes cenários para a implantação de ônibus de baixo carbono no transporte metropolitano da região de Florianópolis (RMF), estudo este que contou com a participação da Universidade Federal de Santa Catarina, Celesc, SC Gás dentre outros parceiros”

A partir da cooperação técnica internacional iniciada em 2018 com programa FELICITY (Financing Energy for Low-carbon Investment – Cities Advisory Facility) por meio de parceria com a Agência de Cooperação Alemã - GIZ, a Suderf recebeu apoio técnico de aproximadamente 300 mil euros e deu início aos estudos para a implementação de tecnologias de baixo carbono no transporte coletivo de passageiros da RMF. A Consultoria teve como objetivo dar suporte técnico para elaboração dos documentos para a licitação do TRIM e do projeto-piloto de veículos de baixo carbono na Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF), seguindo o estudo da análise do Custo Total de Propriedade (TCO), elaborados pela Engie Tractebel no âmbito do Felicity e, levando em consideração os requisitos financeiros internacionais e a legislação brasileira. Foram analisados diferentes cenários para a implantação de ônibus de baixo carbono no transporte metropolitano da região de Florianópolis (RMF) que apresentaram indicativo de viabilidade e recomendação de implantação do projeto piloto com 08 veículos elétricos, a fim de que se proceda o monitoramento e coleta de dados referentes ao desempenho da tecnologia, permitindo assim a avaliação e otimização de sua operação.

O estudo contou com a participação da Universidade Federal de Santa Catarina, Celesc, SC Gás dentre outros parceiros. O objetivo do projeto é a implantação e monitoramento do desempenho de tecnologias de baixo carbono no Sistema de Transporte Público Coletivo na RMF, como subsídio para a formulação de políticas públicas no setor, tanto na RMF quanto no Estado de Santa Catarina.

Reconhecendo a maturidade do projeto, em 14/03/2022 o Estado foi convidado, representado pela Suderf, à participar da TUMI E-Bus Mission, uma iniciativa internacional multilateral que visa a criação de sistemas de transporte urbano sustentáveis. De se ressaltar que o projeto elaborado também encontra respaldo nas diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana da Grande Florianópolis - PLAMUS para mobilidade sustentável, melhoria da qualidade do transporte, da mobilidade urbana e do meio ambiente.

Atribuições/Competências:

No modelo de negócio proposto cabe à Suderf:

- A seleção técnica das linhas;
- Aquisição de 08 veículos e infraestrutura de recarga;
- Plano de Monitoramento (monitoramento do desempenho, treinamento e orientações iniciais

Da mesma forma, cabe aos operadores:

- Adesão ao projeto piloto;
- Assinatura do termo de cessão de uso;
- Instalação da infraestrutura de recarga (carregadores) fornecida;
- Operação nas linhas tecnicamente selecionadas.

Benefícios:

- **Reduzir o impacto climático** e emissões de GEE, dando à RMF e ao Estado SC um destaque internacional;
- **Melhoria da qualidade do ar** reduzindo emissões NOx e Material Particulado;
- **Redução do nível de ruído** com potencial valorização imobiliária próximas as vias em que operarem os ônibus elétricos;
- **Maior do conforto dos usuários** por conta de uma frota mais nova e moderna;
- Introdução de **tecnologias limpas com perspectivas viáveis frente ao diesel;**
- **Desenvolvimento econômico** de uma nova cadeia de valor associados à infraestrutura de recarga e manutenção de ônibus elétrico. Potencial para atração de fabricantes e outros investimentos internacionais;
- **Modernização dos operadores e serviços** da região metropolitana na gestão e operação de ônibus elétrico e redução de custo operacional (OPEX sem diesel, combinação com energia solar).

TECNOLOGIAS DE BAIXO CARBONO NO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DA RMF

“Realização de processo de regularização do transporte coletivo na RMF junto aos órgãos de controle. Com o restabelecimento da regularidade jurídica do vínculo contratual, ainda que precário, a SUDERF, SIE e ARESC passaram a ter acesso a instrumentos de controle e acompanhamento da prestação do serviço, permitindo a fiscalização do serviço pelo órgão regulador e a obtenção de insumos para o monitoramento e análise dos ajustes operacionais que o sistema requer no dia a dia da operação.”

O sistema atual de transporte público coletivo na RMF opera com contratos regularizados desde janeiro de 2022, por meio de Termo de Compromisso decorrente do TAC firmado entre o Estado de Santa Catarina, pela SIE e o Ministério Público deste Estado, nos autos da Ação Civil Pública nº 0900777-18.2018.8.24.0023, após longo período de operação sem contrato. A situação que perdurava há quase três décadas prejudicava a efetividade das ações do poder público para o desenvolvimento do setor de transporte de passageiros no Estado.

Anteriormente à assinatura dos Termos de Compromisso, com a situação de irregularidade jurídica entre operadores, poder concedente (SIE) e órgão regulador (ARESC), não se dispunha de instrumentos legais para amparar políticas de desenvolvimento do setor, tampouco para exigir que os serviços prestados se mantivessem em níveis adequados de operação, de modo que as operadoras cumprissem os quesitos de qualidade, tempo, custo, confiabilidade, regularidade, segurança, conforto, continuidade, eficiência, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de tarifas, resultando assim na prestação do serviço que se apresenta.

Com o estabelecimento do vínculo contratual, mesmo em se tratando de uma regularização precária, tanto a SIE quanto a SUDERF, passaram a ter acesso a instrumentos de controle e acompanhamento da prestação do serviço, a exemplo dos dados de bilhetagem dos operadores de forma direta, permitindo obter insumos para a identificação e análise dos ajustes operacionais que o sistema requer no dia a dia da operação. Há que se destacar, contudo, que este vínculo é recente e que é natural que haja um período de apropriação das informações e entendimento de como o sistema atual opera, haja vista o longo período em que o poder concedente esteve ausente do acompanhamento de tais dados.

Cabendo à SUDERF coordenar o planejamento e a execução da prestação integrada dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros no âmbito da RMF, a Suderf participa ativamente do processo de planejamento e acompanhamento da Operação atual do transporte intermunicipal, através da participação do Grupo de Trabalho do Transporte (Portaria Conjunta SIE/ARESC/SUDERF nº 1368/2022 de 24/08/2022), bem como das análises operacionais solicitadas pelas Operadoras e atendimento à Ouvidoria e Prefeituras.

Ressaltamos que, as análises operacionais realizadas pela equipe técnica da SUDERF, têm como premissa o atendimento à abrangência territorial e à otimização das viagens do serviço de transporte público coletivo de passageiros, sempre com o objetivo de alcançar a melhoria da prestação de serviço e garantir a acessibilidade e mobilidade para a população, nos termos do artigo 4º da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012).

Para alcançar os objetivos de planejamento e controle efetivos do sistema a Suderf criou sua própria base de informação georreferenciada que serve de suporte para as avaliações de demandas operacionais. Nela constam os itinerários das 6 empresas operadoras do transporte coletivo na RMF:

- AUTO VIAÇÃO IMPERATRIZ S/A
- BIGUACU TRANSPORTE COLETIVO ADM.PART.LTDA
- JOTUR - A O E T JOSEFENSE LTDA
- RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA LTD
- TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA
- JOTUR A.O.TUR PALHOCENSE LTDA

A Figura 12 ilustra a base de informações que contém, além das rotas, dados sobre quilometragem, sentido dos itinerários, localização de garagens, entre outras informações.

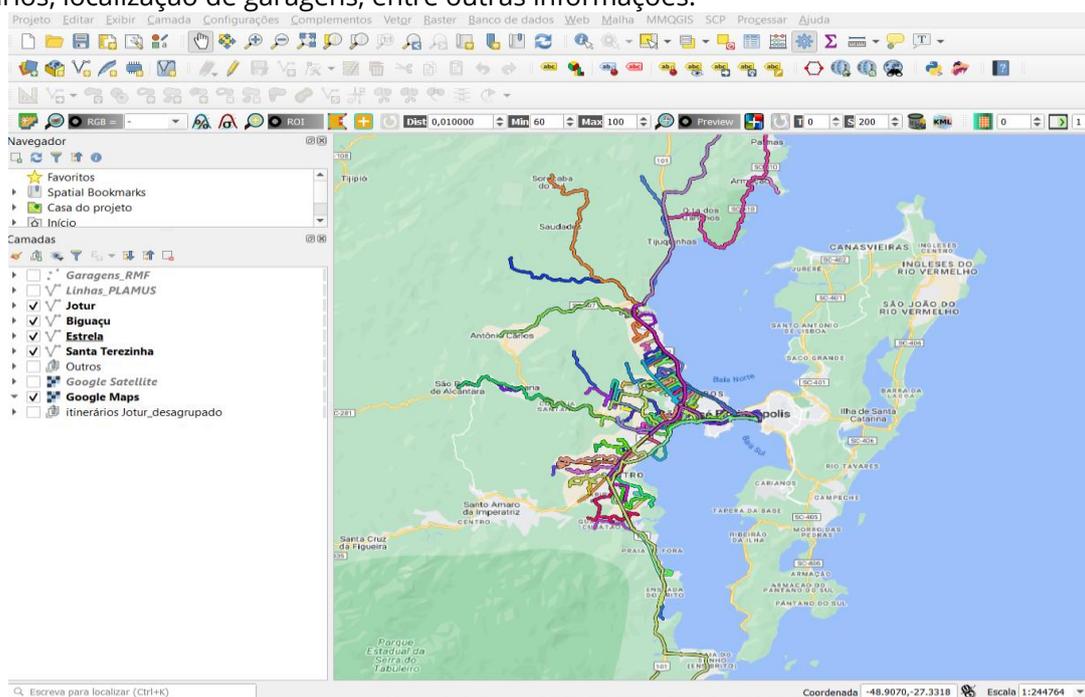


Figura 12: Base de informações georreferenciadas das linhas intermunicipais da RMF

A ferramenta é atualizada com frequência, sempre que novas alterações no sistema são efetuadas, o que permite maior agilidade de análise e confiança nas informações que alimentam as plataformas de dados oficiais da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, informações estas que servem para cálculos de subsídios, alocação de recursos, entre outras ações estratégicas.

PLANEJAMENTO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO - PDUI

“Estruturação do processo de contratação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI conforme recomendação dos órgãos de controle e para o atendimento das normas vigentes”

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) é o instrumento básico de planejamento dos aglomerados urbanos brasileiros que deve prever formas para a viabilização econômico-financeira, gestão institucional, diretrizes para o desenvolvimento territorial estratégico e projetos estruturantes da região metropolitana da Grande Florianópolis (RMF).

O Estatuto da MetrÓpole³ (Lei Federal nº 13.089/2015) define o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDUI) como instrumento de **criação obrigatória** pelas regiões metropolitanas, a ser aprovado mediante lei estadual que disponha sobre as diretrizes para o desenvolvimento urbano na respectiva região.

Lei Federal 13.089/2015 (Estatuto da MetrÓpole), Art. 14. Para o apoio da União à governança interfederativa em região metropolitana ou em aglomeração urbana, será exigido que a unidade territorial urbana possua gestão plena, nos termos do inciso III do caput do art. 2º desta Lei.

“III – gestão plena: condição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que possui:

....

c) plano de desenvolvimento urbano integrado aprovado mediante lei estadual;”

³ estabelece normas gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas

A Lei Complementar 636/2014 (Parágrafo Único, Art. 2º) define o planejamento integrado para o desenvolvimento regional como uma função pública⁴ de interesse comum e vincula a atuação da SUDERF ao Plano Integrado de Desenvolvimento da RMF (ART. 6º, Parágrafo Único).

Após tentativas anteriores de contratação que não prosperaram e, diversos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado sobre a necessidade de elaboração do Plano e cumprimento da previsão legal, foi realizado pela Suderf novo processo de contratação com possibilidade jurídica, conforme manifestação da Procuradoria Geral do Estado, de realização de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) conforme previsão fundamentada no art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/1993, para a elaboração do plano nos moldes das legislações pertinentes supracitadas.

A parceria entre a UFSC e a SUDERF garantirá o apoio técnico qualificado no processo de elaboração do PDUI que, para além do próprio plano, destaca relevante aspecto inovador que representa todo o processo na RMF, com produção de cartografia, diagnóstico, análises, discussão com a população, com evidente benefício para os municípios da RMF bem como para o Estado de Santa Catarina.

Atualmente o processo de contratação encontra-se em fase de parecer jurídico final para posterior encaminhamento ao Grupo Gestor do Governo.

PROMOÇÃO DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO INTEGRADO E INVESTIMENTOS INOVADORES EM TECNOLOGIA URBANA NO BRASIL

“Com a seleção e aprovação da participação da Suderf no Programa para Cidades Sustentáveis do Fundo Global para o Meio Ambiente, a Autarquia tem previsão para ações nos setores de Planejamento Integrado e Mobilidade com aportes financeiros oriundos do Global Environment Facility (GEF-7) de aproximadamente 14 milhões de dólares em três regiões metropolitanas do Brasil”

O projeto tem o objetivo de promover a redução das emissões de gases de efeito estufa, a conservação da biodiversidade e o alcance de co-benefícios econômicos, sociais e ambientais em regiões metropolitanas brasileiras, através de uma abordagem de planejamento urbano integrado, em Regiões metropolitanas brasileiras

Assim, são três os temas centrais do projeto são o **Planejamento integrado**; a **Biodiversidade** e as **Mudanças climáticas**.

A proposta do projeto foi elaborada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), por meio da Coordenação-Geral do Clima (CGCL), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), agência implementadora do projeto, no âmbito do Programa para Cidades Sustentáveis do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, da sigla em inglês), tendo o pré-projeto aprovado pelo GEF em dezembro de 2019.

O Projeto prevê ferramentas de planejamento integrado para a região metropolitana, incluindo questões de biodiversidade e clima; investimentos para um projeto piloto de uma área de baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE) no município de Florianópolis e outros.

Estão previstos um valor de investimento de aproximadamente 14 milhões de dólares em ações a nível nacional e em três regiões metropolitanas: Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, Região Metropolitana de Belém e Região Metropolitana de Florianópolis.

O projeto (produtos e atividades) foi detalhado sob coordenação do World Resources Institute (WRI Brasil) e sua versão final foi aprovada pelo financiador (GEF) aprovado no final de 2021.

⁴ **Função pública de interesse comum:** política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes (Inciso II, Art. 2º, Lei nº 13.089/2015 - Estatuto da Metrópole;

São componentes do projeto:



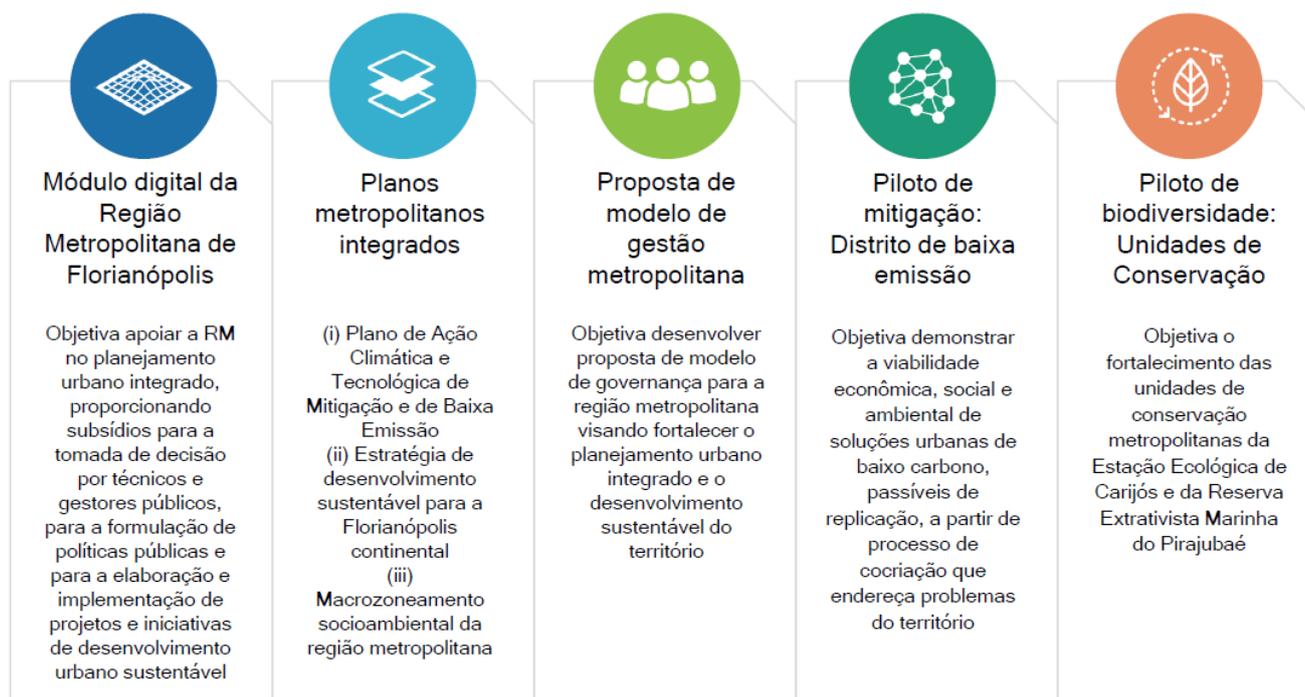
Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, CITInova II, Projeto GEF-7

Componente Local:



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, CITInova II, Projeto GEF-7

Componente Local:



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, CITInova II, Projeto GEF-7

Atualmente a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), e o Programa de Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estão preparando o acordo de cooperação internacional do projeto. Depois de o acordo ser assinado pelas três partes, o PNUMA e as agências co-executoras (CGEE, FUNBIO e PNUMA Brasil) assinarão os acordos de cooperação do projeto, necessários para transferir fundos e começar atividades.

Co-financiamento:

Além dos aportes financeiros oriundos do Global Environment Facility (GEF-7), para que o projeto seja aprovado, há a necessidade, por parte do Governo do Estado de Santa Catarina, de demonstrar ações na mesma direção, cujos recursos podem ser provenientes de diversas fontes, a serem considerados como co-financiamento do Estado na forma de “recursos adicionais à doação do GEF fornecidas pela própria Agência Parceira do GEF e/ou por outras fontes não-GEF que apoiam a implementação do Projeto e cumprimento de seus objetivos”.

Neste sentido, a SUDERF tem previsão para ações nos setores de Planejamento Integrado e Mobilidade, demonstrando que as ações do Governo do Estado de Santa Catarina são convergentes com os objetivos do projeto proposto pelos referidos organismos.

APOIO AOS MUNICÍPIOS DA RMF

“Realização de capacitações visando auxiliar os municípios da RMF nas ações de planejamento para o atendimento de diretrizes federais e obrigações legais na área de mobilidade urbana.”

Com o objetivo de apoiar os municípios que constituem a RMF na elaboração de planos (Inciso V, Art. 16º, LC 636/2014), a SUDERF, por meio da Câmara Temática de Mobilidade e com o apoio da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS), organizou ciclos de capacitações para os municípios.

O primeiro tema das capacitações foi a Mobilidade Urbana, em função da obrigatoriedade da elaboração dos Planos Municipais de Mobilidade (Conforme a lei nº 12.587/2012) aos municípios acima de 20 mil habitantes,

bem como municípios integrantes de regiões metropolitanas, definidos por lei, sendo um pré-requisito para exercer o direito a receber recursos federais para investimento no setor.

Assim, no ano de 2022 foram realizados três encontros:

1) **Dia 30 de maio de 2022:** Planejamento urbano focado em Mobilidade Urbana.

O evento teve como foco os técnicos das prefeituras municipais pertencentes ao núcleo da Região Metropolitana de Florianópolis e sua área de expansão. A primeira palestra foi ministrada pelo engenheiro Guilherme Medeiros, com o tema “Mobilidade e Território: Intersecções entre o Plamus e os Planos Diretores Municipais”, destacando os principais resultados alcançados pelo Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis e que devem ser observados durante a elaboração dos Planos Municipais.

Em seguida, a arquiteta e urbanista Geruza Kretzer expôs as lições aprendidas durante a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do município de Nova Serrana, em Minas Gerais, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina durante os anos de 2020 e 2021. Geruza relatou como foi desenvolvido todo o processo de elaboração do plano, suas etapas, sua estrutura e como se deu a participação da sociedade.

Além das palestras foram realizadas dinâmicas entre os técnicos das prefeituras presentes, que proporcionaram a troca de experiências e conhecimentos que irão auxiliar os municípios na elaboração dos seus Planos de Mobilidade Urbana.

2) **Dia 17 de novembro de 2022:** Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana, com foco na Metodologia Simplificada.

A capacitação foi focada na apresentação de cada item que deve constar na estrutura do Plano de Mobilidade Urbana, conforme definida no artigo 24 da Lei nº 12.587/ 2012. Foram explicados os conceitos, os métodos de levantamentos de informações e exemplos de planos já elaborados em outros municípios, de modo a preparar os técnicos para elaborar e/ou coordenar a elaboração dos estudos nos municípios.

3) **Dia 15 de dezembro de 2022:** Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana (2ª etapa).

Nesta etapa os técnicos compartilharam os levantamentos das informações dos municípios, as etapas que já efetivaram e realizaram troca de experiência referente ao Plano e as possíveis estratégias para a elaboração.

Em 2023, foram dadas sequências ao apoio à elaboração dos Planos Municipais de Mobilidade. Nesse sentido, foram realizadas ações com os municípios de Leoberto Leal e Biguaçu.

Leoberto Leal: o município está elaborando o plano com os técnicos municipais como apoio da Suderf e da Granfpolis. Assim, estamos analisando e auxiliando na elaboração do plano, incluindo as etapas de diagnóstico e de propostas.

Biguaçu: o município também irá elaborar o plano com os técnicos municipais e a Suderf, neste primeiro momento, está auxiliando na elaboração dos documentos preparatórios, como decreto de constituição da equipe e proposta de metodologia para a elaboração do plano.

Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias - SPAF

A Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) foi criada por meio da Medida Provisória nº 257/2023, com o objetivo de implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento e aprimoramento do sistema Estadual de Transporte Portuário, Aeroviário e Ferroviário de Cargas e Passageiros.

As políticas públicas estabelecidas pela SPAF têm como meta principal garantir a eficiência, segurança e modernização da infraestrutura de transporte, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento econômico, a integração regional e a melhoria dos serviços de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Em resumo, a Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias tem como objetivo implementar políticas públicas que visam garantir a eficiência, segurança e modernização da infraestrutura de transporte, promovendo o desenvolvimento econômico, a integração regional e a melhoria dos serviços de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário. Além disso, busca-se estabelecer normas, padrões e diretrizes técnicas, promover a participação em convênios e acordos, definir critérios tarifários, realizar pesquisas e estudos, e colaborar com órgãos e entidades federais para o aprimoramento do sistema de transporte e contribuição para o planejamento estratégico e investimentos nessas áreas.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Medida Provisória nº 257/2023 estabelece as principais competências da Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF). Entre as competências da SPAF estão:

Planejar, formular e normatizar políticas, programas, projetos e ações referentes ao sistema Estadual de Transporte Portuário, Aeroviário e Ferroviário de Cargas e Passageiros no âmbito estadual.

Administrar e implementar projetos e executar construções, reconstruções, restaurações, melhoramentos, conservações, operações, manutenções, adequações de capacidade e ampliações relativos à infraestrutura de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Definir padrões, normas, diretrizes e especificações técnicas para a execução de estudos, projetos, planos, programas, construções, conservações, restaurações, reconstruções, melhoramentos, ampliações e operações voltados à infraestrutura de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Delimitar, para fins de declaração de utilidade pública, bens imóveis a serem desapropriados para implantação de portos, aeroportos e ferrovias de interesse do Estado.

Elaborar, administrar, coordenar e executar convênios de delegação de encargos firmados com a União ou com os Municípios do Estado de que resultem estudos, projetos, planos, programas, construções, conservações, restaurações, reconstruções, melhoramentos, ampliações e operações voltados à infraestrutura de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Elaborar e revisar periodicamente os Planos Diretores Portuário, Aeroportuário e Ferroviário.

Planejar e executar o serviço público de transporte portuário e ferroviário de cargas e passageiros.

Elaborar, executar e revisar periodicamente a política Estadual de Transporte portuário, Aeroportuário e Ferroviário de Passageiros.

Elaborar normas gerais e específicas sobre o sistema de transporte de passageiros sob sua jurisdição, em consonância com a política estadual de Transportes de Passageiros.

Firmar convênios com os Municípios do Estado ou delegar a eles serviços referentes ao transporte portuário, aeroportuário e ferroviário, na forma de lei específica.

Fixar critérios para o cálculo das tarifas de utilização dos terminais portuários, aeroportuários e ferroviários de cargas e passageiros para os serviços sob sua jurisdição.

Firmar convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais.

Participar de negociações de empréstimos com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência.

Realizar programas de pesquisas, estudos, projetos, controles e obras relativos à sua área de competência.

Manter memória técnica de pesquisas, estudos, projetos, controles e obras relativos à sua área.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover a excelência e a eficiência no sistema Estadual de Transporte Portuário, Aeroviário e Ferroviário de Cargas e Passageiros, buscando o desenvolvimento econômico, a segurança e a modernização da infraestrutura, bem como proporcionar um serviço de transporte de qualidade para a população.

VISÃO: Ser reconhecida como referência em gestão e desenvolvimento do transporte portuário, aeroportuário e ferroviário, atuando de forma integrada e inovadora para impulsionar o crescimento econômico, fomentar a integração regional e oferecer soluções eficazes aos usuários.

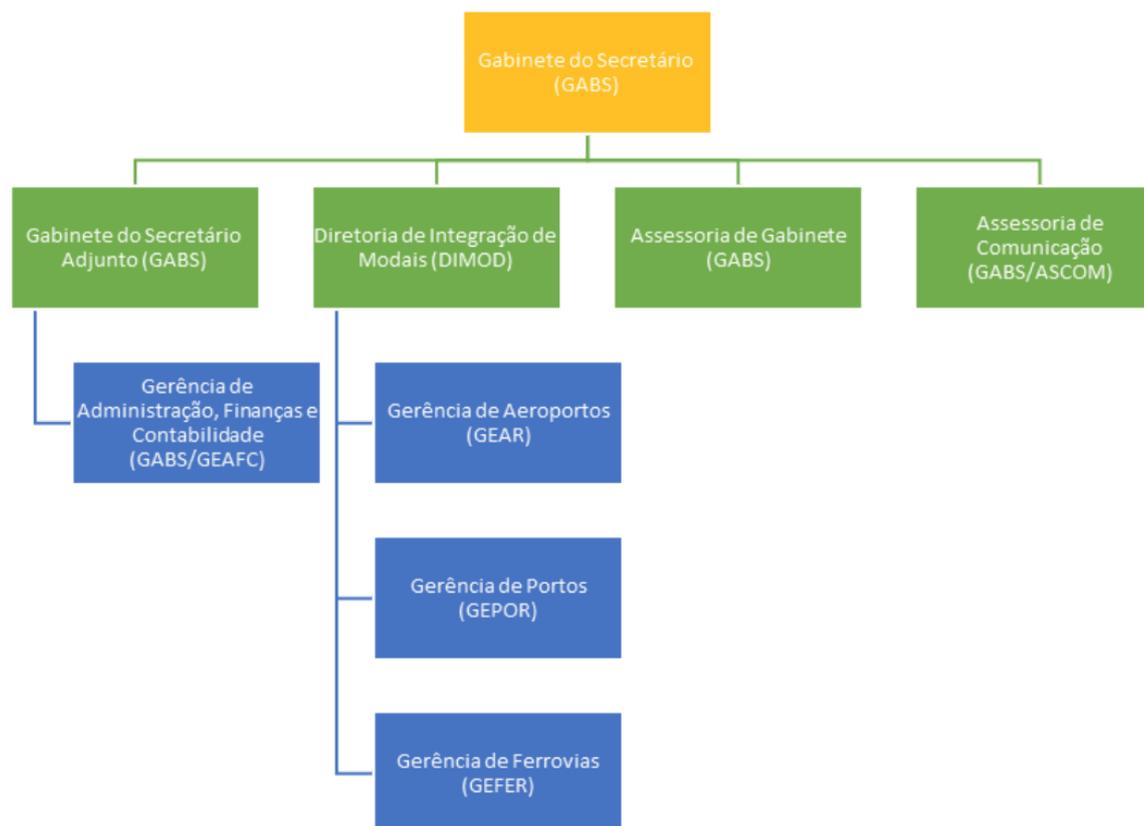
VALORES:

- **Excelência:** Buscamos aprimoramento contínuo e a entrega de serviços e projetos de alta qualidade, pautados pela excelência e melhores práticas em todas as nossas atividades.
- **Eficiência:** Valorizamos a eficiência na gestão dos recursos, otimizando processos, promovendo a racionalidade e garantindo a maximização dos resultados.
- **Segurança:** Comprometemo-nos com a segurança operacional em todas as nossas atividades, visando a proteção dos usuários, colaboradores e do patrimônio envolvido nos sistemas de transporte.
- **Inovação:** Estimulamos a cultura de inovação, buscando soluções criativas e tecnologicamente avançadas para enfrentar os desafios e impulsionar o desenvolvimento do setor.
- **Sustentabilidade:** Atuamos de forma sustentável, considerando o equilíbrio ambiental, social e econômico, visando a preservação dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades envolvidas.
- **Transparência e ética:** Pautamos nossa atuação na transparência, integridade e ética, promovendo a prestação de contas, o respeito às leis e regulamentações, e a promoção de uma cultura organizacional baseada na honestidade e na responsabilidade.
- **Proatividade:** Visamos agir proativamente na busca de soluções dos problemas existentes.

ESTRUTURA: Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias – Sede (Centro Administrativo do Governo - Rod. SC 401, km 05, nº 4.600 – Bloco IV- Florianópolis/SC).

CARREIRAS/SERVIDORES: Não há plano de carreira específico para os servidores da SPAF. A SPAF conta hoje com um número total de 11 (onze) colaboradores/servidores, incluindo o Secretário e o Secretário Adjunto.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

As áreas de atuação da Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) podem ser divididas em três principais categorias:

Planejamento e Gestão: A SPAF é responsável por planejar, formular e normatizar políticas, programas, projetos e ações relacionados ao sistema Estadual de Transporte Portuário, Aeroviário e Ferroviário de Cargas e Passageiros. Isso inclui a elaboração e revisão de planos diretores portuários, aeroportuários e ferroviários, bem como a definição de padrões, normas, diretrizes e especificações técnicas para a infraestrutura de transporte. Além disso, a secretaria participa do planejamento estratégico, estabelecimento de diretrizes e definição de prioridades e metas dos programas de investimentos em portos, aeroportos e ferrovias.

Administração e Operação: A SPAF tem a responsabilidade de administrar e implementar projetos, operações, manutenções, construções, reconstruções, restaurações, melhoramentos, adequações de capacidade e ampliações relacionadas à infraestrutura de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário. Isso envolve o gerenciamento de convênios de delegação de encargos firmados com a União ou com os Municípios do Estado, a administração do serviço público de transporte portuário e ferroviário de cargas e passageiros, bem como a definição de critérios para o cálculo das tarifas de utilização dos terminais portuários, aeroportuários e ferroviários.

Relações Institucionais e Cooperação: A SPAF estabelece convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais com outras entidades, sejam elas públicas ou privadas. A secretaria também participa de negociações de empréstimos para financiamento de programas, projetos e obras relacionados à sua competência. Além disso, a SPAF mantém vínculos sistêmicos com órgãos e entidades federais e busca promover parcerias com municípios e delegar serviços referentes ao transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Essas áreas de atuação abrangem um conjunto de competências e atividades que visam o desenvolvimento, modernização e eficiência do sistema de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário no âmbito estadual.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Competências estabelecidas: A Secretaria possui competências claras e abrangentes, permitindo planejar, formular e implementar políticas e programas relacionados ao transporte portuário, aeroportuário e ferroviário. 2. Infraestrutura: A SPAF tem a capacidade de administrar e implementar projetos de construção, operação, manutenção e melhoria da infraestrutura de transporte, o que fortalece sua atuação no setor. 3. Convênios e parcerias: A secretaria pode estabelecer convênios e parcerias com a União, municípios e outras entidades, facilitando a colaboração e o compartilhamento de responsabilidades na execução de projetos e programas. 4. Equipe: Possui equipe de profissionais especializados em suas áreas de conhecimento com competência e experiência. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Desafios financeiros: A obtenção de recursos financeiros para investimentos e projetos pode representar um desafio, especialmente considerando a necessidade de financiamentos e parcerias com instituições públicas e privadas. 2. Burocracia: A complexidade burocrática pode gerar atrasos nos processos de implementação e execução de projetos, o que pode afetar a eficiência e o cumprimento de prazos. 3. Dependência de outras esferas governamentais: A atuação da Secretaria pode ser limitada pela necessidade de cooperação e alinhamento com outras esferas governamentais, o que pode levar a atrasos e dificuldades na implementação de projetos |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento econômico: O setor de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário possui potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado, criando oportunidades de investimentos e geração de empregos. 2. Modernização e inovação: A adoção de tecnologias e práticas inovadoras pode melhorar a eficiência operacional, a segurança e a qualidade dos serviços de transporte, trazendo benefícios para os usuários e stakeholders. 3. Parcerias público-privadas: A busca por parcerias com o setor privado pode viabilizar a realização de projetos e ampliar a capacidade de investimentos, possibilitando a modernização e expansão da infraestrutura de transporte. 4. Novo marco regulatório ferroviário: pode facilitar a busca por parceiros e investimentos privados nas ferrovias. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Instabilidade política e legislativa: Mudanças frequentes no cenário político e legislativo podem afetar a continuidade e implementação de projetos de longo prazo, bem como a estabilidade das parcerias e convênios estabelecidos. 2. Competição de outros modais de transporte: A concorrência de outros modais de transporte, como rodovias e hidrovias, pode representar uma ameaça à demanda e ao investimento no setor portuário, aeroportuário e ferroviário. 3. Impactos ambientais e sustentabilidade: A preocupação com questões ambientais e a necessidade de adoção de práticas sustentáveis podem impor restrições e desafios adicionais à expansão e operação dos portos, aeroportos e ferrovias. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

As partes interessadas (stakeholders) da Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) podem incluir:

Governo Estadual: Como órgão governamental, a SPAF está diretamente ligada ao governo estadual, sendo responsável por implementar as políticas e programas estabelecidos pelo governo, bem como garantir a coordenação com outras secretarias e entidades governamentais.

Companhias Portuárias: As companhias portuárias, responsáveis pela operação e administração dos portos, são partes interessadas relevantes para a SPAF. A secretaria pode atuar em parceria com essas empresas para garantir o desenvolvimento e a eficiência dos portos.

Empresas Aeroportuárias: As empresas aeroportuárias, que operam e administram os aeroportos, também são partes interessadas para a SPAF. A secretaria pode colaborar com essas empresas para promover melhorias na infraestrutura aeroportuária e garantir a qualidade dos serviços prestados.

Empresas Ferroviárias: As empresas ferroviárias, responsáveis pela operação e gestão das linhas férreas, são importantes partes interessadas para a SPAF. A secretaria pode trabalhar em conjunto com essas empresas para promover a modernização e a expansão das ferrovias.

Usuários e Passageiros: Os usuários e passageiros do sistema de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário são partes interessadas fundamentais. A SPAF tem o objetivo de garantir a segurança, eficiência e qualidade dos serviços prestados a esses usuários.

Comunidades Locais: As comunidades locais próximas aos portos, aeroportos e linhas ferroviárias também são partes interessadas. A SPAF deve considerar o impacto dessas infraestruturas nas comunidades e buscar ações que promovam o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das pessoas afetadas.

Órgãos Reguladores e Fiscalizadores: Órgãos reguladores e fiscalizadores, como as agências reguladoras de transporte e os órgãos ambientais, são partes interessadas que atuam na supervisão e garantia do cumprimento das normas e regulamentos relacionados ao transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Setor Privado: O setor privado, incluindo empresas de logística, indústrias e empresas de transporte, também é uma parte interessada relevante para a SPAF. A secretaria pode buscar parcerias com o setor privado para impulsionar investimentos e promover a inovação no sistema de transporte.

Entidades de Classe e Sindicatos: Entidades de classe e sindicatos representando trabalhadores do setor de transporte também são partes interessadas que podem ter demandas específicas e buscar diálogo e negociações com a SPAF.

Servidores e Colaboradores: A mão de obra operacional, tática e estratégica que se faz necessária para o desenvolvimento das atividades internas e externas da secretaria é fundamental para realização dos trabalhos.

Assembleia Legislativa do Estado: O poder legislativo representado pelos deputados estaduais atua na elaboração e fiscalização das leis, representando os eleitores catarinenses, demandando informações e realização de serviços e obras que atendam aos seus pleitos, assim como auxiliar na liberação de recursos e aprovação de novas leis.

Poder Judiciário: Responsável por atuar em litígios judiciais que porventura a secretaria possa estar participando em interesse do estado, aproximação com os tribunais e ministério público de forma a encontrar a soluções legais mais adequadas para as demandas catarinenses.

Fornecedores: Prestadores de serviços dos diferentes setores e segmentos contratados pela administração pública para execução de serviço ou obra.

É importante ressaltar que essa lista de partes interessadas é abrangente, mas não exaustiva, e pode variar dependendo do contexto e das especificidades regionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

A recém-criada Secretaria não possui histórico de resultados, nesse sentido apresenta-se um conjunto de objetivos a serem alcançados nos próximos 4 anos.

Os resultados que a Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) pode almejar nos próximos 4 anos podem incluir:

- **Desenvolvimento e modernização da infraestrutura:** A SPAF pode buscar resultados concretos no desenvolvimento e modernização da infraestrutura de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário. Isso pode incluir a conclusão de projetos de construção e ampliação de portos, aeroportos e linhas ferroviárias, bem como a implementação de tecnologias e práticas inovadoras para melhorar a eficiência operacional;
- **Aumento da capacidade de transporte:** A secretaria pode buscar resultados no aumento da capacidade de transporte, visando atender às demandas crescentes de cargas e passageiros. Isso pode ser alcançado por meio da ampliação e melhoria da infraestrutura existente, bem como da implantação de novos projetos e investimentos;
- **Melhoria da qualidade e segurança dos serviços:** Um resultado importante para a SPAF é a melhoria da qualidade e segurança dos serviços de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário. Isso pode ser obtido por meio da implementação de medidas de segurança mais rigorosas, treinamento adequado para os funcionários envolvidos e a adoção de tecnologias avançadas de monitoramento e controle;

- Atração de investimentos e parcerias: A SPAF pode buscar resultados na atração de investimentos e parcerias para o setor de transporte. Isso pode incluir a negociação de acordos e convênios com entidades públicas e privadas, bem como a participação em programas de financiamento e investimento nacionais e internacionais;
- Aumento da eficiência operacional: A busca pela eficiência operacional é um resultado fundamental para a SPAF. Isso envolve a implementação de medidas de gestão e controle mais eficazes, o uso de tecnologias digitais para otimização dos processos e a redução de custos operacionais; e
- Desenvolvimento sustentável: A SPAF pode buscar resultados no sentido de promover o desenvolvimento sustentável do setor de transporte, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos. Isso pode envolver a adoção de práticas sustentáveis, como a redução das emissões de carbono, a conservação de recursos naturais e o engajamento com as comunidades locais.
- Referência: Tornar a secretária como referência nacional na gestão de portos, aeroportos e ferrovias.

É importante ressaltar que os resultados específicos a serem alcançados pela SPAF nos próximos 4 anos podem variar de acordo com as prioridades estabelecidas pelo governo estadual, as demandas da população e as condições orçamentárias disponíveis.

SC Participações e Parceiras S.A. - SCPAR

O presente documento resume o perfil institucional da SC Participações e Parcerias S. A., descrito a partir do modelo disponibilizado pela Diretoria de Planejamento Orçamentário da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

A SCPAR possui um mercado de atuação diversificado, podendo ser dividido em dois grandes grupos:

- a) Infraestrutura e Logística;
- b) Mercado financeiro;
- c) Coordenação de Projetos e Programas Estratégicos de Governo.

No mercado de infraestrutura e logística, a SCPAR atuou nos últimos anos gerenciando e apoiando a sua subsidiária integral denominada SCPAR Porto de Imbituba S/A, e, a partir de 2018, o Porto de São Francisco do Sul, por meio de outra subsidiária integral, sendo essa denominada SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A. A partir de 2021, a companhia também atua na gestão direta do porto organizado de Laguna, sob delegação da União, estruturado como uma filial da SCPAR. A atuação da SCPAR neste setor visa agregar valor na área de Logística Portuária para o Estado de Santa Catarina, especialmente da Região Sul.

Ainda no mercado de infraestrutura e logística a SCPAR atuou apoiando e estruturando projetos estratégicos de interesse do Estado de Santa Catarina, fornecendo suporte técnico à Secretaria de Estado da Fazenda no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI-SC). Esse mercado é sazonal e depende da demanda do Estado, através das suas secretarias, autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista. Há demandas latentes para estruturação de projetos de concessões de hospitais, sistemas prisionais e equipamentos turísticos/eventos, entre outros.

No Mercado Financeiro, a SCPAR tem atuado capitalizando empreendimentos públicos através de participação em fundos de investimento.

Na gestão de projetos e programas estratégicos de governo, a SCPAR coordenou, por atribuição da Lei Complementar 941/2019, O Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina, e desde a criação do programa de atração de investimentos privados para o Estado, participa técnica e estrategicamente do comitê da Investe Santa Catarina. Em 2021 a coordenação do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina passou à Secretaria de Estado da Fazenda, no entanto, por determinação do decreto 1530/2021, a SCPAR continuou prestando suporte técnico operacional à essa, dada a especialização de seus quadros funcionais.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A SCPAR, inscrita no CNPJ 07.293.552/0001 – 84, localizada da Rod. SC 401, km 5, nº 4600, bloco 4, 2º piso, Saco Grande, Florianópolis – SC, fundada em 2005, sob forma de sociedade anônima de economia mista, na forma de capital fechado e vinculada ao gabinete do Governador do Estado, tem capital social autorizado no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de reais). Foi constituída em 2005 por meio de Lei Estadual nº 13.335, e alterada pela nº 15.500, de 20 de junho de 2011. Tem por objeto principal: promover a geração de investimentos no Território Catarinense; comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas; desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Prover soluções para a excelência da gestão de ativos públicos no território catarinense por meio de desestatizações, gestão portuária e desenvolvimento de negócios;

VISÃO: Transformar Santa Catarina em um estado modelo na gestão de ativos públicos;

VALORES: Excelência nos serviços; Zelo pelos ativos públicos; Foco em resultados; Valorização dos colaboradores; Gestão transparente;

CARREIRAS/SERVIDORES: Quadro de Pessoal:

| Carreiras | Ativos | Inativos | ACT | Outro | Total |
|-----------------------------|-----------|----------|-----|----------|-----------|
| Agente Jurídico | 3 | | | 1* | 4 |
| Agente de Negócios | 3 | | | | 3 |
| Agente Técnico | 1 | | | | 1 |
| Agente Administrativo | 3 | | | | 3 |
| Analista Técnico Financeiro | 1 | | | | 1 |
| Administrativo | 2 | | | | 2 |
| TOTAL | 13 | | | 1 | 14 |

*contrato suspenso

| Cargos Comissionados | Ativos | Inativos | ACT | Outro | Total |
|------------------------------------------------------------------|-------------|----------|-----|-------|-----------|
| Diretor | 4* | | | | 4 |
| Secretário Executivo de Gestão Portuária | 1 | | | | 1 |
| Gerente Regional do Porto de Laguna | 1 | | | | 1 |
| Secretaria de Governança Corporativa | 1 | | | | 1 |
| Auditoria Interna | 1 | | | | 1 |
| Chefe de Gabinete | 1 | | | | 1 |
| Consultoria Técnica | 1 | | | | 1 |
| Consultor de Programas e Projetos Estratégicos de Governo | 2** | | | | 2 |
| Chefe de Divisão Operação Portuária | 1 | | | | 1 |
| Chefe de Divisão Administração Portuária | 1 | | | | 1 |
| Chefe do Departamento Administrativo | 1*** | | | | 1 |
| Chefe do Departamento Contábil | 1*** | | | | 1 |
| Chefe do Departamento Jurídico | 1*** | | | | 1 |
| Secretaria | 1 | | | | 1 |
| TOTAL | 18 | | | | 18 |

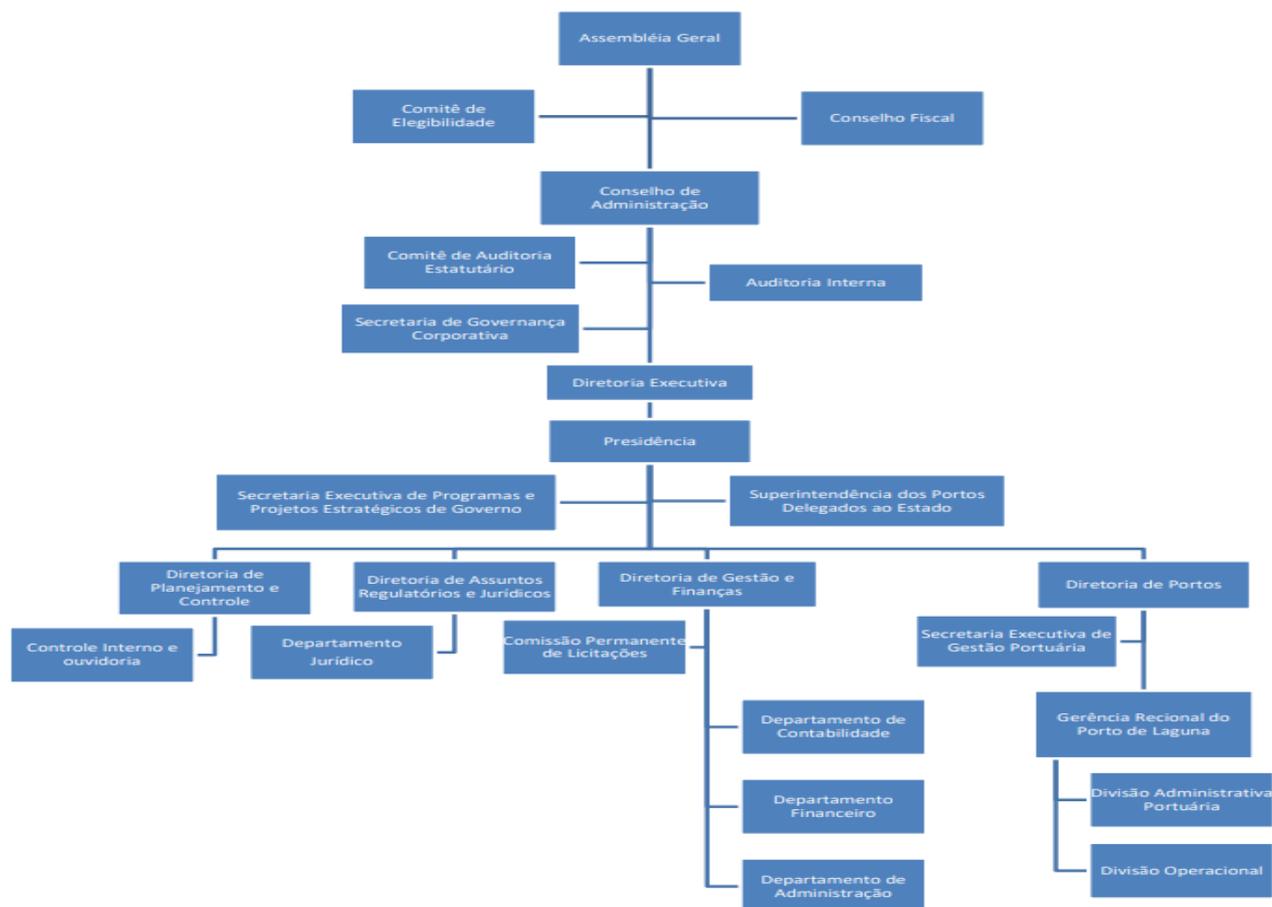
*Dentre os 4, um deles está contemplado no quadro acima como analista técnico financeiro

**Uma vaga está ocupada por um analista de negócio que consta no quadro acima

***Vagas de cargo em comissão, ocupados exclusivamente por empregados efetivos que quando optam pela remuneração de origem, o cargo se transforma em "função gratificada".

Obs.: Conforme o parágrafo primeiro do artigo 10 do documento Plano de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da SCPAR, "os cargos em comissão de Chefe de Departamento serão ocupados exclusivamente por empregados efetivos da SCPAR."

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Macroprocessos Finalísticos:

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| Desestatizações | Apoio operacional à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) na Estruturação de projetos de desestatização de serviços públicos, através de: concessão de serviços públicos, precedidos ou não de obra pública (nas modalidades comum, patrocinada e administrativa) e estruturação de projetos para alienação de ativos (participações acionárias em empresas, estatais ou privadas, pertencentes ao estado e imóveis) | Projetos Estruturados | Órgãos da administração direta do estado de Santa Catarina, Prefeituras, SEF |
| Gestão Portuária | Acompanhamento e controle das subsidiárias elaboração e execução de projetos para portos | *Projetos de consultoria em gestão no setor portuário *Análise de desempenho das subsidiárias | Subsidiárias Empresas públicas ou privadas do setor portuário |
| Desenvolvimento de negócios | Participação financeira como acionista de empresas ou como cotista de fundos de participação ou investimento, para o desenvolvimento da economia catarinense. | * Cotas de fundo de investimento adquiridas; *Ações ordinárias ou preferenciais em empresas adquiridas. | Empresas públicas, mistas ou privadas |

| | | | | |
|------------------------------|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Atração investimentos | de | Assessoria na atração de investimento para o Estado, por meio de articulação de apoio aos investidores interessados em investir no território catarinense, através da interlocução com órgãos públicos, federais, estaduais e municipais. | Novas empresas instaladas no estado ou ampliação de empresas já existentes. | Clientes potenciais: Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Secretaria de Estado de Comunicação, FIESC |
|------------------------------|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Macroprocessos Área Meio

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Gestão de Pessoas | Desenvolvimento de pessoal, elaboração de folha de pagamento e contratação | Atendimento aos servidores | Servidores |
| Acompanhamento dos contratos administrativos | Acompanhamento de todos os contratos não voltados à atividade fim da SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR, firmados para a prestação de serviços em geral, fornecimento de produtos, de bens e imóveis | Coordenação da elaboração dos Termos de Referência pertinentes à sua área de atuação, acompanhamento do vencimento dos contratos, elaboração de relatórios de contratos em andamento. | SCPAR |
| Contratações | Elaboração de termos de referência, pesquisas de preço e cotações, estruturação do processo de compra (licitação ou outras modalidades), elaboração de edital e contratação. | *Termo de Referência *Edital *Contratos | SCPAR |
| Contabilidade | Escrituração de documentos fiscais, elaboração de demonstrações contábeis, relatórios de desempenho e análise das demonstrações contábeis | Demonstrações e relatórios contábeis | Diretoria SCPAR e Conselho |
| Financeiro | Rotinas de contas a pagar, contas a receber e conciliação bancária | | SCPAR |
| Jurídico | Atuação contenciosa em ações judiciais e consultiva por meio da elaboração de parecer e contratos de assuntos pertinentes a empresa | *Parecer jurídico *Contratos *Ações judiciais | SCPAR |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Relação hierárquica dos Portos com a holding por força de Lei; 2. Bom relacionamento com entidades governamentais; 3. Proximidade da holding com o centro administrativo do governo; 4. Visão da estratégica da contribuição dos portos para desenvolvimento econômico do estado; 5. Estrutura de governança qualificada; 6. Portos com áreas disponíveis para arrendamentos e ampliação de capacidade; 7. Equilíbrio financeiro das subsidiárias; | <ol style="list-style-type: none"> 1. Equipe reduzida e carente de profissionais da área técnica; 2. Resistência interna por parte das subsidiárias; 3. Processos de comunicação falhos; 4. Falta de clareza dos papéis e hierarquias; 5. Pouco trabalho em equipe (holding + subsidiárias); 6. Ausência de modelo de negócio que remunere a holding; 7. Distância geográfica da SCPAR dos Portos; 8. Infraestrutura portuária defasada e com restrições; 9. Estrutura de custos elevadas nos Portos; 10. Baixa capacidade financeira para investimentos estruturantes; |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Possibilidade de ampliação da operação portuária através de investimentos e arrendamentos; 2. Possibilidade de arrendamentos das áreas não afetadas às operações portuárias do Porto de Laguna; 3. Ampliação da integração Porto-Cidade; 4. Incorporação de novas tecnologias nos Portos (gestão/Operação); 5. Modelagens de desestatização que tragam investimentos do setor privado | <ol style="list-style-type: none"> 1. Investimento elevado do setor privado nos TUPs; 2. Tarifas mais atrativas de outros portos; 3. Crescimento de portos concorrentes, públicos e privados, que possuam melhor infraestrutura e tecnologia; 4. Conflito de interesses entre os agentes ambientais; 5. Baixo investimentos do governo federal nos acessos rodoviários dos portos catarinenses; 6. Transições de governos que possam alterar as estratégias de longo prazo, trazendo instabilidade e incertezas para o mercado; |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores;
- Terceirizados;
- Subsidiárias;
- Filial.

EXTERNAS:

- Comunidade;
- Sociedade;
- Imprensa/formadores de opinião;
- Governo;
- Órgãos de controle externo;
- Empresas pré-operacionais ou em operação, situadas fora do território catarinense que tenham interesse de se instalar no estado.

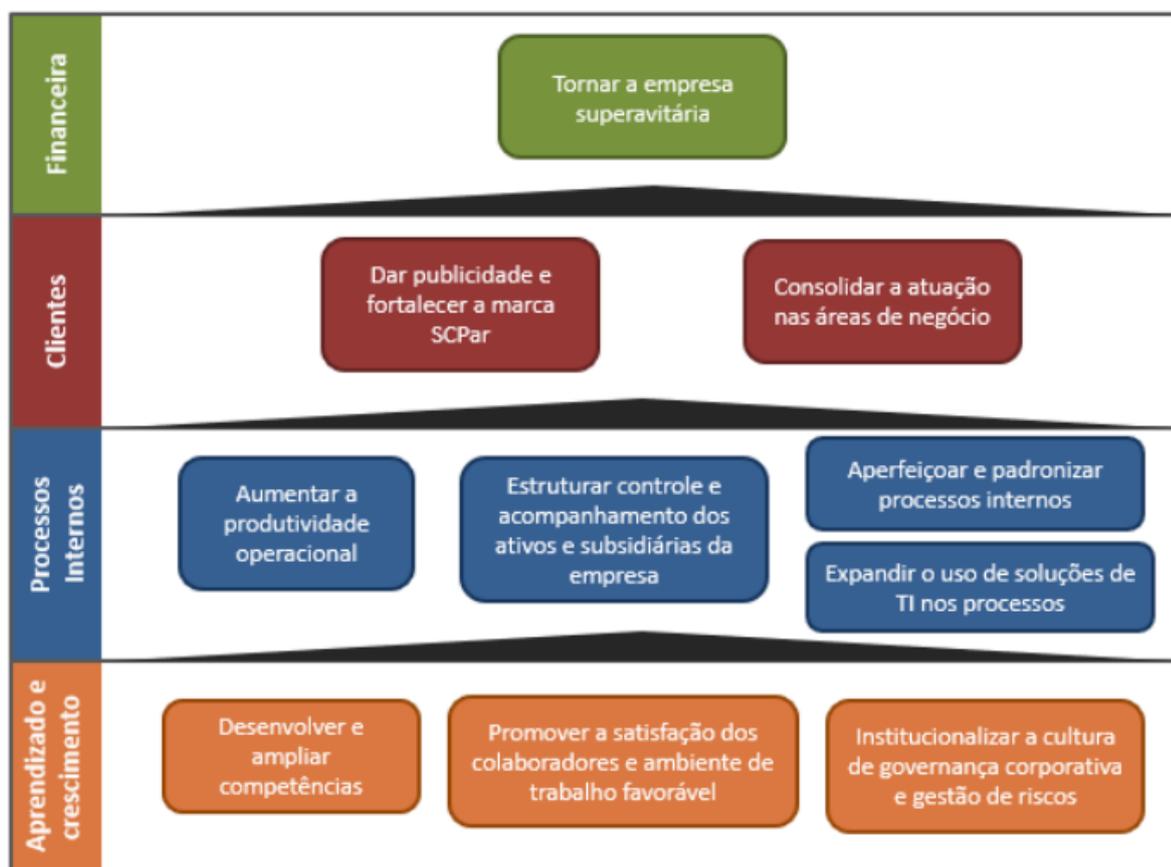
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Objetivos Estratégicos

| DIMENSÃO | SETOR ATIVIDADE | OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | INDICADOR ESTRATÉGICO | META |
|----------------------------------------------|------------------------|---------------------------------------------------------------------------|------------------------------|-------------|
| Desenvolvimento econômico Sustentável | Serviços | Tornar a empresa superavitária | | |
| | | Reduzir o ciclo financeiro das operações | | |
| | | Dar publicidade e fortalecer a marca SCPAR | | |
| | | Atuar em novos nichos de mercado | | |
| | | Consolidar a atuação nas áreas de negócio | | |
| | | Aumentar a capacidade operacional | | |
| | | Estruturar controle e acompanhamento dos ativos e subsidiárias da empresa | | |
| | | Aperfeiçoar e padronizar processos internos | | |
| | | Expandir o uso de soluções de TI nos processos | | |
| | | Desenvolver e ampliar competências | | |
| | | Promover a satisfação dos colaboradores e ambiente de trabalho favorável | | |
| | | Institucionalizar a cultura de governança corporativa e gestão de riscos | | |

*Os objetivos estratégicos estão em fase de validação pelo Conselho de Administração da SCPAR

Mapa Estratégico



PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Mercado financeiro

Na área de Atração de investimentos e participações, atua no fomento a empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento econômico do Estado. Nesse caso, a empresa vem trabalhando para atrair e incentivar projetos de natureza privada, por meio do apoio público. Nesta área ficam evidentes os esforços realizados no financiamento de capital próprio dessas companhias através da participação direta e indireta, trabalhando em empresas tanto do setor público quanto do setor privado.

Com relação a participações acionárias em fundos de investimentos, a SCPAR investiu no Fundo SC, que é um Fundo de Venture Capital ou Capital Empreendedor destinado a realizar investimentos diretos em empresas emergentes e inovadoras, constituído nos termos da Instrução Normativa da Comissão de valores Mobiliários – CVM nº 209/94.

A SCPAR participa no Fundo SC com 75 quotas, equivalente a R\$1,5 milhão subscrito e integralizado, representando 12,50% no fundo. Em 2016, 2017 e 2018 a SCPAR recebeu retorno parcial de desinvestimentos feitos pelo Fundo SC, nas empresas: Axado R\$ 754.627,66, Myrecks R\$ 8.875,36 e Clicbusiness R\$ 89.720,95, totalizando R\$ 853.223,97.

Resultado expressivo foi obtido do retorno de uma das empresas investidas pelo Fundo SC. Trata-se da empresa “Axado”, que, conforme deliberação do Comitê de Investimento do Fundo SC, foi autorizada pelos investidores do Fundo SC a proposta de desinvestimento de 100% da Axado pelo valor de R\$ 26 milhões, o que remunerou o Fundo em R\$ 6.313.500,00, para uma aplicação de R\$ 1.800.000,00, valorizando o ativo em 3,5 vezes, ou seja, a SCPAR aportou proporcionalmente na empresa Axado o equivalente a R\$ 225.000,00 e teve um retorno de R\$ 754.627,66, representando em uma valorização superior a 335%.

Infraestrutura e logística

No mercado de infraestrutura e logística, a SCPAR atuou nos últimos quatro anos gerenciando e apoiando a sua subsidiária integral denominada SCPAR Porto de Imbituba S/A, e, a partir de 2018, o Porto de São Francisco do Sul, por meio de outra subsidiária integral, sendo essa denominada SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A. A partir de 2021, a companhia também atua na gestão direta do porto organizado de Laguna, sob delegação da União, estruturado como uma filial da SCPAR. A atuação da SCPAR neste setor visa agregar valor na área de Logística Portuária para o Estado de Santa Catarina, especialmente da Região Sul.

Em atendimento ao Convênio de Delegação, celebrado entre União e o Governo do Estado SC, e conforme autorização do Ministério de Transportes portos e Aviação Civil – MTPC, para a administração e Exploração do Porto de Imbituba, 25% dos dividendos auferidos pelo sócio majoritário (SCPAR) precisam obrigatoriamente ser aplicados em obras de melhoria do Porto. Para operacionalização da aplicação desse percentual dos dividendos, foram firmados dois convênios, descritos a seguir.

Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para adoção de procedimentos destinados à Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Imbituba, no total de 5,3 km de asfalto, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura, a Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna, a SCPAR, a SCPAR Porto de Imbituba e o Município de Imbituba.

Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para a adoção de procedimentos destinados à revitalização do pavimento asfáltico da Via Arterial Principal – VAP (Avenida Marieta Konder Bornhausen e Manoel Florentino Machado) com pavimento rígido – *White topping*.

Dentro do convênio relativo à Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Imbituba a SCPAR repassou para a prefeitura de Imbituba a quantia de R\$6,3 milhões, destinados ao pagamento das obras necessárias a revitalização do Acesso Rodoviário Norte ao Porto, bem como para a supervisão e fiscalização das obras.

Coordenação de Projetos e Programas Estratégicos de Governo;

Enquanto coordenadora do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina, até dezembro de 2021, e após, prestando apoio técnico operacional à Secretaria de Estado da Fazenda, a SCPAR alcançou importantes resultados, como a efetiva concessão do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, com R\$ 10,6 milhões em outorga pagas ao Tesouro do Estado e previsão de aproximadamente R\$ 3 milhões em investimentos, assim como a efetivação da concessão do Terminal Rodoviário Rita Maria, em Florianópolis, com o primeiro ressarcimento de custos operacionais à companhia, no valor de R\$ 1,5 milhões, outorga de R\$ 1,3 milhões para o Tesouro do Estado e R\$ 36 milhões previstos para investimentos de reforma e ampliação.

Encontram-se prontos para licitação a PPP do Complexo Penitenciário de Blumenau, com investimento de R\$ 250 milhões, previsão de ressarcimento para companhia no valor de R\$ 896 mil e valor economizado para os cofres públicos pela adoção do modelo de PPP de R\$ 377 milhões. A PPP do Centro Sócioeducativo de Blumenau encontra-se com estudos finalizados, preparando-se para a etapa de consulta e audiência pública, previsão de economia para o Estado pela adoção do modelo de PPP na ordem de R\$ 58 milhões, o ressarcimento dos estudos para companhia será também no valor de R\$ 896 mil. A PPP patrocinada do aeroporto de Jaguaruna também encontra-se na fase final para lançamento de licitação, sendo que há investimentos previstos na ordem de R\$ 52 milhões e ressarcimento dos estudos para companhia no montante de R\$ 1,3 milhão. A Concessão de Uso das áreas contíguas ao Mirante da Serra do Rio do Rastro encontra-se em ajustes finais para lançamento da licitação, sendo que os investimentos previstos são da ordem de R\$ 119 milhões e ressarcimento para companhia no valor de R\$ 1,3 milhão.

SCPar Porto de Imbituba

Criado no fim do século XIX com a missão de escoar a produção das recém-descobertas minas de carvão, localizadas nos municípios do sul-catarinense, o porto público representa, até hoje, a única instalação portuária capaz de atender às demandas de comércio internacional na região.

Desde dezembro de 2012, após a delegação do Governo Federal para o Governo do Estado de Santa Catarina, o porto passou a ser administrado pela SCPar Porto de Imbituba S.A, sociedade de propósito específico criada para exercer a Autoridade Portuária de Imbituba. Caracterizado atualmente por suas possibilidades multipropósito, o porto está apto a operar todos os tipos de cargas em uma área terrestre de 892.410,05 metros quadrados, a qual abriga três berços de atracação, instalações administrativas da Autoridade Portuária e cinco Terminais para armazenagem e operação de cargas (Terminal de Contêineres; Terminal de Fertilizantes e Ração Animal; Terminal de Importação e Exportação de Granéis Sólidos; Terminal de Granel Líquido e Terminal de Carga Geral).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As competências institucionais da SCPAR Porto de Imbituba estão listadas no parágrafo único do artigo 4º do seu Estatuto, conforme redação, abaixo:

Art. 4º A SCPAR Porto de Imbituba S.A. tem por objeto social realizar a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba e de suas instalações portuárias.

Parágrafo único. Para a realização de seu objeto social, compete à SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A., sem exclusão de outros casos atribuídos em lei à Administração do Porto:

- I – administrar e operar, diretamente ou mediante contratos de locação, arrendamento ou de outras modalidades contratuais onerosas ou gratuitas, o Porto Organizado de Imbituba e suas instalações portuárias;
- II – estabelecer, onde for necessário ao desempenho de suas atividades, agências, escritórios ou representantes;
- III – captar, em fontes internas ou externas, recursos a serem aplicados na execução de sua programação;
- IV – participar, como sócia ou acionista, de outras entidades públicas ou privadas;
- V – promover a realização de estudos, planos e projetos de construção, ampliação, melhoramento, manutenção, operação do porto e instalações portuárias sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- VI – promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento do porto, respectiva infraestrutura de proteção e acesso aquaviário e instalação e instalações portuárias sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- VII – fiscalizar, dentro dos limites da área do porto sob sua jurisdição ou responsabilidade, a execução das operações portuárias realizadas por terceiros e das obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias, nelas compreendida a infraestrutura de proteção e de acesso aquaviário;
- VIII – praticar todos os atos necessários ao exercício da atividade de administrador portuário, nos termos da legislação de regência da matéria e do convenio de delegação a que está submetida;
- IX contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, organismos de fomento multilaterais e de terceiro setor.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Prover condições para o exercício dos serviços portuários de forma eficiente, sustentável e segura.

VISÃO: Consolidar-se como um porto competitivo e eficiente, reconhecido pela responsabilidade social corporativa e infraestrutura de excelência.

VALORES: Ética e Integridade; Confiabilidade e Eficiência operacional; Integração com a Sociedade e Comunidade Portuária; Desenvolvimento Regional; Transparência na Gestão; Foco no Usuário/Cliente; Responsabilidade Socioambiental; Valorização do Capital Humano; Diversidade e Inclusão; Inovação e Transformação.

ESTRUTURA:

Área terrestre: 892.410,05 m²;

Área marítima: 5.633.192,73 m².

Berço 01 e 02

250 e 410 metros de comprimento respectivamente, totalizam 660m de cais acostável. Com instalações especiais para granéis líquidos, carga geral e contêineres. Capaz também de movimentar granéis sólidos, incluindo grãos agrícolas.

Berço 03

245m de comprimentos com instalação para movimentação de granéis sólidos.

Equipamentos Portuários

- portêineres (ship-to-shore);
- 7 guindastes sobre rodas (Mobile Harbor Crane);
- 1 shiploader;
- 1 plataforma para granel líquido;
- balanças rodoviárias.

Terminais

- TCG – Terminal de Carga Geral;
- TECON – Terminal de Contêineres;
- TERFER – Terminal de Fertilizantes e de Ração Animal;
- TGA – Terminal de Granéis Agrícolas;
- TGL – Terminal de Granel Líquido;
- TGM – Terminal de Granéis Minerais;
- TIEGS – Terminal de Importação e Exportação de Granéis Sólidos.

Mapa do Porto:

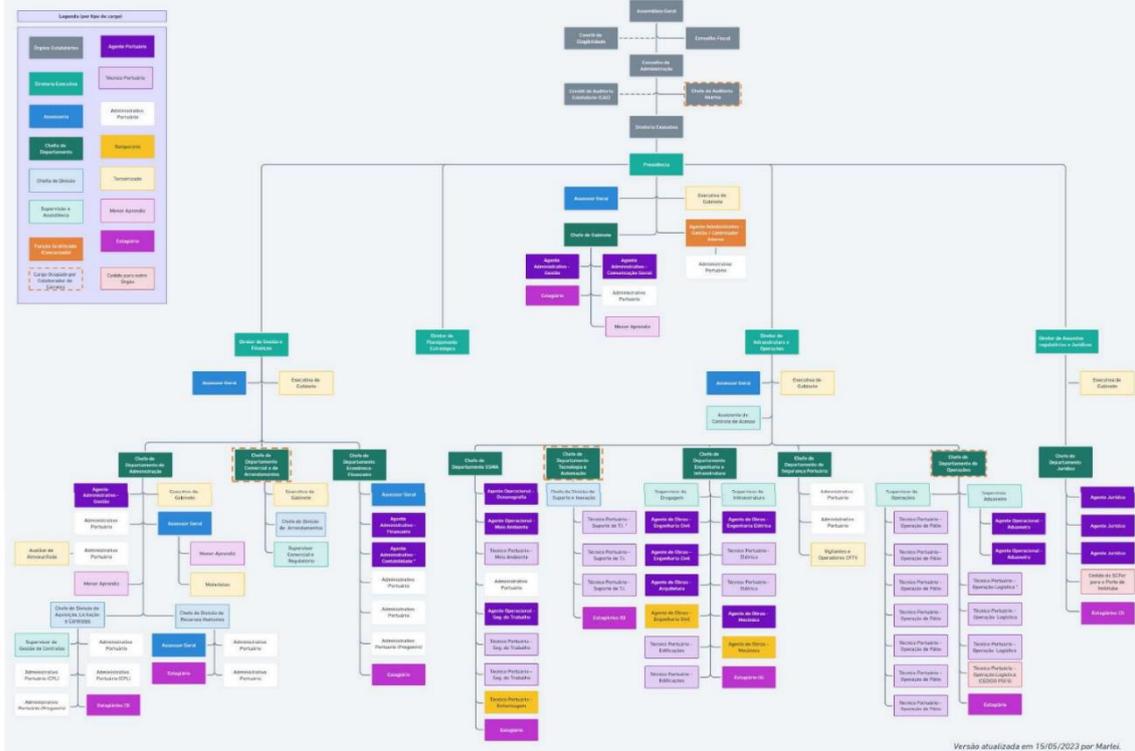
https://portodeimbituba.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Alfandegamento_SCPAr_A3.pdf

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Diretores - 05;
- Comissionados - 22;
- Cedidos - 01;
- Concursados - 57;
- Prazo determinado - 04;
- Estagiários - 17;
- Aprendizes - 04.

ORGANOGRAMA

Organograma Analítico da SCPAR Porto de Imbituba (aprovado pelas reuniões 92ª (03/03/2023) e 93ª (05/04/2023) do CONSAD, bem como pela AGE de 28/04/2023).



Pág. 01 de 01 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site <https://portal.sgpe.ses.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo PHMB 00002622/2021 e o código 31GE1758.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

As competências institucionais por unidade orçamentária da SCPAR Porto de Imbituba S.A. constituem os produtos e serviços comercializados pela empresa e estão listadas no Art. 4º do seu Estatuto Social. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. possui quase a totalidade de suas receitas provenientes da exploração da administração da infraestrutura portuária e seu lucro proveniente deste segmento, com exceção das receitas financeiras com aplicações de renda fixa. Suas principais receitas, conforme as Demonstrações Financeiras da SCPAR Porto de Imbituba S.A., compreendem:

- a) Serviços de Armazenagem: receita devida pelos usuários em razão da armazenagem de mercadorias na área do porto organizado, destinadas ou oriundas de navios atracados no Porto de Imbituba.
- b) Infraestrutura Marítima I: receita devida pelo armador do navio ou seu representante para utilização do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- c) Infraestrutura Marítima II: receita devida pelo armador do navio ou seu representante, destinado a manutenção do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- d) Infraestrutura Terrestre: receita devida pelos usuários pela utilização das instalações terrestres para as operações de carregamento e descarregamento de mercadorias no cais, acessos terrestres, pátios de trânsito, instalações especializadas e vias de circulação internas, e ainda, as benfeitorias e os serviços respectivos, tais como iluminação e drenagem.
- e) Arrendamento Fixo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pelo metro quadrado disponibilizado.
- f) Arrendamento Variável: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas por tonagem de carga ou volume de contêineres.

- g) Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos “take-or-pay”.
- h) Taxas Convencionais: receita devida pelos usuários pela utilização de serviços de pesagem, tráfego interno e demais serviços administrativos e operacionais.
- i) Serviços de Fornecimento: receita devida pelos usuários pela disponibilização do fornecimento de insumos comuns, assim entendidos como água potável e energia elétrica.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Convênio de delegação com validade até 2037. 2. Existência de áreas disponíveis para arrendamento. 3. Arrendamentos viabilizados a partir de médio (10 anos) e longo prazo (25 anos). 4. Existência de espaços a serem utilizados como áreas de apoio logístico. 5. Equilíbrio financeiro. 6. Quadro de pessoal de carreira jovem e com alto nível de formação. 7. Relacionamento integrado e transparente com os órgãos intervenientes, ecossistema portuário e comunidade de Imbituba. 8. Bacia de evolução, área de abrigo e área de fundeio que permitem manobras rápidas, constantes e seguras. Profundidade apta para grandes embarcações. 9. Aplicação, controle e aprimoramento constante dos instrumentos de planejamento e gestão. 10. Pouco tempo de espera para atracação dos navios, em relação aos principais portos brasileiros. 11. Referência na movimentação de coque de petróleo (importação). 12. Capacidade multipropósito de cargas. 13. Contínuo desenvolvimento da relação Porto-Cidade. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Deficiência na estrutura do Cais 3. 2. Limitada capacidade de recepção terrestre. 3. Inexistência de Linha de Contêiner de Longo Curso. 4. Elevado nível de dispersão atmosférica. 5. Ausência de mapeamento de processos internos. 6. Deficiência tecnológica (ausência de LPS, de sistemas de controle de fiscalização de arrendamentos, possibilidade de melhoria no sistema Poseidon e automatização de processos). 7. Ausência de sistema de gestão integrada. Item excluído na revisão de 2022. 8. Pouca estabilidade nos cargos de gestão e gerência e consequente falta de continuidade. 9. Deficiência em soluções inovadoras. 10. Quadro de pessoal em quantitativo insuficiente em relação ao crescimento da movimentação portuária. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Restrições nos portos concorrentes para recebimento de navios de grande porte. 2. Conclusão da BR 285 (possibilidade de atração de novas cargas). 3. Possibilidade de expansão das instalações de acostagem. Crescimento econômico na área de influência do Porto (hinterlândia). 4. Melhorias e implantação de projetos ferroviários e rodoviários no Porto e seu entorno. 5. Desenvolvimento da Zona de Processamento d (ZPE). 6. Reequilíbrio econômico-financeiro do Terminal de Contêineres (TECON). 7. Expansão portuária a partir da incorporação área da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). <p>Reequilíbrio econômico e financeiro do contrato Terminal de Fertilizantes (TERFER)</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Interferências políticas diversas. Impossibilidade de armazenar combustíveis na Retroárea (Lei Municipal). 2. Aumento da capacidade prevista em portos concorrentes. 3. Criação de novos terminais de uso privado (TUPs) e outros portos organizados. 4. Possibilidade de passivos trabalhistas. Condições macroeconômicas do Brasil e do mundo (câmbio, inflação etc.). 5. Impacto na atividade portuária devido à ausência de força de trabalho nos órgãos intervenientes. Proximidade física à comunidade pesqueira, à APA da Baleia Franca e ao Centro da cidade. 6. Centralização na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) das grandes decisões estratégicas. 7. Possibilidade de crises sanitárias nacionais e internacionais (pandemias). Item excluído na revisão de 2022. 8. Desenvolvimento da infraestrutura marítima de outros portos. 9. Vias municipais de baixa capacidade de utilização para o acesso aos gates. <p>Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba (PDDSI) desatualizado.</p> |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)



PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Prêmios e Certificações:

2022:

- Certificação em Responsabilidade Social 2022 pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc);

2021:

- Prêmio Portos + Brasil;
 - Categoria: Ranking do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP) - Terceira melhor nota do país;
 - Categoria: Execução de Investimentos Planejados - Terceira melhor capacidade operacional do país para concretizar os investimentos planejados nos portos públicos.

- Medalha de Amigo da Marinha;

- Certificação em Responsabilidade Social 2021 pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc)

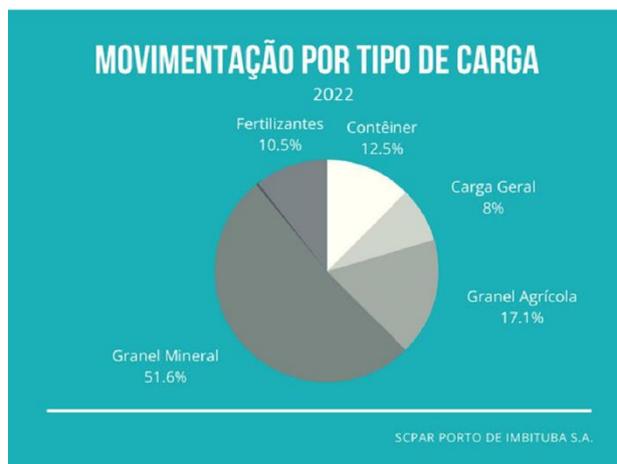
2020:

- Prêmio Portos + Brasil
 - Categoria: Ranking do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP) – Segunda melhor nota do país;
- Certificado de Responsabilidade Social 2020 pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

2019:

- Prêmio Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental
 - Case: Projeto Mar de Letras
- Certificado de Responsabilidade Social 2019 pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

Indicadores e Estatísticas:



SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

A SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. tem por objetivo administrar o Porto Organizado de São Francisco do Sul, conforme previsto no Convênio de Delegação nº 01/2011, celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina. Trata-se de uma Sociedade de Propósito Específico, integralmente controlada pela SCPAR, com criação autorizada pela Lei Complementar estadual nº 707/2017.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A SCPAR Porto de São Francisco do Sul tem as suas competências descritas no art. 4º do Estatuto Social da empresa:

Art. 4º. A SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. tem por objeto social realizar a administração e exploração do Porto Organizado de São Francisco do Sul e de suas instalações portuárias.

Parágrafo único. Para a realização de seu objeto social, compete à SCPAR Porto De São Francisco Do Sul S. A., sem exclusão de outros casos atribuídos em lei a Administração do Porto:

I - Administrar e operar, diretamente ou mediante contratos de locação, arrendamento ou outras modalidades contratuais onerosas ou gratuitas, o Porto Organizado de São Francisco do Sul e suas instalações portuárias.

II - Estabelecer, onde for necessário ao desempenho de suas atividades, agências, escritórios ou representantes;

III - Captar, em fontes internas ou externas, recursos a serem aplicados na execução de sua programação;

IV - Participar, como sócia ou acionista, de outras entidades públicas ou privadas;

V - Promover a realização de estudos, planos e projetos de construção, ampliação, melhoramento, manutenção, operação do porto e instalações portuárias sob sua jurisdição e responsabilidade;

VI - Promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento do porto, respectiva infraestrutura de proteção e acesso aquaviário e instalações portuárias sob sua jurisdição ou responsabilidade;

VII - Fiscalizar, dentro dos limites da área do porto sob sua jurisdição e responsabilidade, a execução das operações portuárias realizadas por terceiros e das obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias, nelas compreendida a infraestrutura de proteção e de acesso aquaviário;

VIII - Praticar todos os atos necessários ao exercício da atividade de administrador portuário, nos termos da legislação de regência da matéria e do convênio de delegação a que está submetida;

IX - Contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como com organismos de fomento multilaterais e do terceiro setor.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Facilitar o acesso de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

VISÃO: Ser reconhecido como Porto de excelência, até 2025.

VALORES: Honestidade, Respeito e Integridade.

Princípios: Profissionalismo, Comprometimento, Responsabilidade, Educação Ambiental, Sustentabilidade e Agilidade.

ESTRUTURA: A estrutura da SCPAR Porto de São Francisco do Sul, conta com 166 servidores da Secretaria de Estado da Infraestrutura a disposição da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A, conforme a Lei Complementar no 707/2017 e através do Ato nº 967, publicado no D.O.E nº 20.995/2019, prorrogado pelo 1971/2023 até 31/12/2023. Complementando com 65 empregados públicos da CIDASC à disposição da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A, conforme Processo SCC 11989/2019, de acordo com a Resolução CPF

017/2012, c/c Decreto nº 336/2019 e Decreto 1073/2012, conforme ainda processos nº PSFS 1241/2019 e PSFS 2638/2019, a disposição através dos Atos n.º 2492/2019, publicado no D.O.E n.º 21.138/2019 e nº 148/2020, publicado no D.O.E nº 21.187/2020, prorrogado pelo 1971/2023 até 31/12/2023. Complementando o quadro com 13 colaboradores em cargo em comissão pura e 13 estagiários.

Em relação à infraestrutura de acostagem, o Porto de São Francisco do Sul dispõe de um cais com aproximadamente 1.500 m de extensão, com 7 berços de atracação: 101, 102, 103, 201, 300, 301 e 302, todos com 14 m de profundidade. O Berço 101 é especializado na movimentação de granéis sólidos de origem vegetal para exportação e possui 225 m de comprimento, enquanto os berços 102, 103, 201, 300, 301 e 302, de multiuso, são utilizados para a movimentação de carga geral, solta, e de granéis sólidos, sendo que os berços 300, 301 e 302 encontram-se arrendados à empresa TESC.

Em relação ao Terminal Graneleiro do Porto de São Francisco do Sul, sua área conta com 41.177,48 m², com estruturas de recebimento rodoferroviário, pesagem, armazenagem em dois armazéns com capacidade total de 90 mil toneladas e expedição por correias transportadoras, contendo área construída de 18.712,52 m².

CARREIRAS/SERVIDORES: A carreira dos servidores da SIE a disposição da SCPAR PSFS é regida pelo estatuto do servidor regido pela Lei 6745/1985, e pela Lei Complementar nº 676/2016, bem como a carreira dos empregados públicos da CIDASC é regida pelo acordo coletivo de trabalho e pelo plano de cargos e salários da mesma.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Disponibilização de infraestrutura de navegação, acostagem, movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes do transporte aquaviário.

ANÁLISE SWOT

Por meio da matriz SWOT é feita a análise interna da identificação das forças e fraquezas; e do ambiente externo, as ameaças e oportunidades. Abaixo, lista-se o conjunto de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificados pela SCPAR Porto de São Francisco do Sul como basilares para a administração estratégica das atividades portuárias sob sua responsabilidade.

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Relevância na movimentação de granéis vegetais; 2. Referência na movimentação de produtos siderúrgicos; 3. Existência de projetos de expansão aprovados pela SNPTA e ANTAQ; 4. Logística de acesso e tráfego interno em boas condições; 5. Integração à malha ferroviária nacional; 6. Gestão do Terminal Graneleiro; 7. Convênio de Delegação de Competência. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Apenas um berço especializado na movimentação de grãos vegetais; 2. Restrição à navegação na curva de ligação entre o canal externo e o canal interno; 3. Dificuldades para atracação nos berços do porto, devido às rochas que precisam ser derrocadas; 4. Espera por atracação; 5. Conflito rodoferroviário; 6. Acesso ferroviário obsoleto e inadequado; 7. Conflito Porto-cidade. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Crescimento de demanda de exportação de soja e milho; 2. Alavancagem de carga; 3. Oportunidade de redução de custos em razão da provável diminuição dos impactos ambientais, da celeridade no processo de licenciamento; 4. Proposta de antecipação da renovação dos contratos de concessão ferroviária. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Investimentos nos portos concorrentes; 2. Movimentação de carga concentrada em granéis sólidos (dependência); 3. Instabilidade política, o que pode gerar falta de continuidade dos administradores; 4. Oscilação na exportação de commodities; 5. Limitações nos acessos terrestres. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Acionista Único;
CONSAD;
CONFIS;
Diretoria Executiva;
Empregados.

EXTERNAS:

Sindicatos e representantes de classe;
Órgãos intervenientes: ANTAQ, ANVISA, Receita Federal, Marinha, Polícia Federal, dentre outros;
Importadores e exportadores;
Órgãos de controle: TCE, TCU, dentre outros;
Despachantes aduaneiros;
Operadores Portuários;
Arrendatários;
Agências Marítimas e armadores;
Prestadores de Serviços;
Imprensa;
Comunidade do entorno;
TUP Porto de Itapoá;
OGMO;
Terminal Graneleiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

A SCPAR Porto de São Francisco do Sul apresentou crescimento significativo nos últimos quatro anos, tanto em termos operacionais e financeiros, quanto em melhorias na gestão do negócio.

Para se dimensionar a importância do órgão, vale destacar que pelo Porto é escoada cerca de 80% de toda a soja produzida em Santa Catarina e que 42% do aço importado pelo país chega pelo Porto de São Francisco do Sul, sendo o Complexo Portuário, composto pelo Porto de São Francisco do Sul e o Porto Itapoá, o maior do Estado.

Um dos principais desafios, ocorrido no período em análise, foi a retomada da gestão do Terminal Graneleiro, que estava sendo gerido pela CIDASC, fato que trouxe o faturamento das atividades do corredor de exportação e de armazenagem, porém, tendo sido necessário despender grandes valores para investimentos em toda a infraestrutura daquele ativo.

Em termos de gestão, o Porto esteve entre os mais bem pontuados portos públicos do país no IGAP - Índice de Gestão da Autoridade Portuária, medido através de requisitos relacionados na Portaria nº 574/2018, do Ministério da Infraestrutura, o que lhe garantiu o terceiro lugar no Prêmio Portos + Brasil, por dois anos consecutivos. Além disso, a pontuação no IGAP, juntamente com o cumprimento de outro rol de requisitos elencados na mesma portaria, possibilitou ao Porto ser o segundo do Brasil a celebrar com a União o Convênio de Delegação de Competência nº 001/2020. Através deste convênio, o Porto recebeu a competência de realizar a “elaboração do edital e a realização de procedimentos licitatórios para o arrendamento de instalações portuárias”.

Durante os últimos quatro anos o Porto teve destaque, ainda, na área de gestão ambiental, com a execução de diversos programas ambientais dentro e nas comunidades ao entorno da empresa, tendo ficado entre os 5 portos públicos mais bem colocados no ranking do IDA- Índice de Desenvolvimento Ambiental, avaliado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários- ANTAQ.

Outro projeto de destaque foi a implantação do Sistema de Gestão Integrado- SGI, que iniciou com o primeiro programa de qualidade, em 2018, o Programa 5S, e culminou com a conquista das certificações NBR ISO 9001:2015 e 14001:2015, em 2022. Neste lapso de tempo houve grande esforço dos gestores e colaboradores na adequação dos processos e atividades aos requisitos das normas ISO. A implantação do SGI proporcionou melhorias nos fluxos de trabalho, otimização do tempo, acompanhamento dos riscos inerentes aos processos, dentre outros ganhos claramente perceptíveis.

Quanto aos investimentos, o Porto passou por grandes obras, como a dragagem do canal externo, interno, bacia de evolução e dársena, que custou mais de 40 milhões de reais e trouxe ganhos operacionais e segurança às manobras. Outro investimento impactante foi a construção de um novo gate totalmente automatizado, diminuindo os tempos de espera dos caminhões. Além de obras, houve aquisições na área de Tecnologia da Informação, de sinalização náutica, para melhorias na infraestrutura do corredor de exportação, dentre tantas outras que resultaram num Porto mais ágil e seguro para seus clientes.

3.3.2 Energia

CELESC Holding S.A.

Celesc Distribuição S.A (Celesc D): Subsidiária do Grupo Celesc que atua no segmento de distribuição de energia e atende, total ou parcialmente, 285 municípios, contabilizando mais de 3 milhões de unidades consumidoras. Do total atendido, 264 municípios constam no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná) e 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que atuam em municípios catarinenses não atendidos pela Empresa.

Celesc Geração S.A (Celesc G): Subsidiária do Grupo Celesc que atua na geração, comercialização e transmissão de energia elétrica por meio da operação, manutenção e expansão de parque próprio de geração, além da comercialização de energia elétrica e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados. A capacidade atual instalada é de 126,51MW, sendo 115,27MW referentes ao parque próprio e 11,24MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros - já proporcionalizada sua participação acionária nesses empreendimentos.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC (Celesc H): Empresa que está entre as maiores do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como Holding em 2006, a Empresa possui duas subsidiárias integrais – a Celesc Distribuição S.A. e a Celesc Geração S.A. Além disso, detém o controle acionário (ON) da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) e possui participação acionária nas empresas Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE) e da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Celesc Distribuição S.A.

– A Companhia tem por objetivo: I - executar a política estadual de eletrificação; II - realizar estudos e levantamentos socioeconômicos, visando ao fornecimento de energia elétrica; III - projetar, construir e explorar sistemas de transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos; IV - operar os sistemas diretamente ou através de empresas associadas; V - cobrar tarifas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica.

– A Companhia poderá participar de empreendimentos de entidades públicas ou particulares, bem como com estas celebrar convênios, ajustes ou contratos de colaboração ou assistência técnica, e novos negócios que visem à elaboração de estudos, à execução de planos e programas de desenvolvimento econômico e a implantação de atividades que se relacionem com os serviços pertinentes aos seus objetivos, inclusive mediante remuneração.

– A companhia poderá ainda implementar, de forma associada ou isoladamente, projetos empresariais para desenvolver negócios de distribuição de energia elétrica nas áreas de exploração de serviço de TV por assinatura; exploração de serviço para provedor de acesso à Internet; exploração de serviço de operação e manutenção de instalações de terceiros; exploração de serviço de Call Center; compartilhamento de instalações físicas para desenvolvimento de seu próprio pessoal ou de terceiros, em conjunto com os centros e entidades de ensino e formação especializada; exploração de serviço de comercialização de cadastro de clientes e outros negócios, objetivando racionalizar e utilizar, comercialmente a estrutura física e de serviços da Companhia.

– A CELESC Distribuição S.A., de forma direta ou indiretamente executará os serviços inerentes às atividades afetas à concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica, consoante seus objetivos estatutários e regulatórios.

Celesc Geração S.A.

– A Companhia tem por objetivo: I - projetar, construir e explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, bem como serviços correlatos; II - operar os sistemas diretamente ou através de empresas associadas; III - desenvolver empreendimentos de geração de energia elétrica, podendo estabelecer parcerias com empresas públicas ou privadas; IV - promover pesquisa científica e tecnológica de sistemas alternativos de produção energética; e V - participar, na condição de acionista, de empresas prestadoras de serviços públicos de geração de energia elétrica, de distribuição de água, de saneamento, de distribuição de gás, de telecomunicações e de tecnologia de informação.

– A Companhia poderá, ainda, explorar outras atividades afins e correlatas, que sejam complementares ou que possam interessar, direta ou indiretamente aos objetivos sociais.

– A Companhia poderá participar de empreendimentos de entidades públicas ou particulares, bem como com estas celebrar convênios, ajustes ou contratos de colaboração ou assistência técnica, e novos negócios que visem à elaboração de estudos, à execução de planos e programas de desenvolvimento econômico e a implantação de atividades que se relacionem com os serviços pertinentes aos seus objetivos, inclusive mediante remuneração.

– A companhia poderá ainda implementar, de forma associada ou isoladamente, projetos empresariais para desenvolver negócios de transmissão de energia elétrica; nas áreas de serviço especializado de telecomunicações; exploração de serviço de TV por assinatura; exploração de serviço para provedor de acesso à Internet; exploração de serviço de operação e manutenção de instalações de terceiros; exploração de serviço de Call Center; compartilhamento de instalações físicas para desenvolvimento de seu próprio pessoal ou de terceiros, em conjunto com os centros e entidades de ensino e formação especializada; exploração de serviço de comercialização de cadastro de clientes, água e saneamento e outros negócios, objetivando racionalizar e utilizar, comercialmente a estrutura física e de serviços da Companhia.

– A CELESC Geração S.A., de forma direta ou indiretamente executará os serviços inerentes às atividades afetas à concessão de serviço público, consoante seus objetivos estatutários e regulatórios.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC:

A Companhia tem por objetivo: I - executar a política estadual de eletrificação, por intermédio de sua subsidiária de distribuição; II - realizar estudos, pesquisas e levantamentos socioeconômicos, por intermédio de sua subsidiária de distribuição, visando ao fornecimento de energia elétrica; III - planejar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação e comércio de energia elétrica e serviços correlatos por intermédio de suas subsidiárias; IV - operar os sistemas diretamente, através de subsidiárias ou associadas; V - cobrar, por intermédio de sua subsidiária de distribuição, tarifas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica; VI - desenvolver, desenvolver empreendimentos de geração de energia elétrica, por intermédio de sua subsidiária de geração, podendo esta estabelecer parcerias com empresas públicas ou privadas; VII - promover, por intermédio de sua subsidiária de geração, pesquisa científica e tecnológica de sistemas alternativos de produção energética; VIII - participar, na condição de acionista, de empresas prestadoras de serviços públicos de geração de energia elétrica, de distribuição de água, de saneamento, de distribuição de gás, de telecomunicações e de tecnologia de informação.

– A Companhia poderá participar de empreendimentos de entidades públicas ou particulares, bem como com estas celebrar convênios, ajustes ou contratos de colaboração ou assistência técnica, e novos negócios que visem à elaboração de estudos, à execução de planos e programas de desenvolvimento econômico e a implantação de atividades que se relacionem com os serviços pertinentes aos seus objetivos, inclusive mediante remuneração.

– A companhia poderá ainda, implementar, de forma associada ou isoladamente, projetos empresariais para desenvolver negócios de distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica; nas áreas de serviço especializado de telecomunicações; exploração de serviço de TV por assinatura; exploração de serviço para provedor de acesso à Internet; exploração de serviço de operação e manutenção de instalações de terceiros;

exploração de “call center”; compartilhamento de instalações físicas para desenvolvimento de seu próprio pessoal ou de terceiros, em conjunto com centros e entidades de ensino e formação especializada; exploração de serviço de comercialização de cadastro de clientes, água e saneamento e outros negócios, objetivando racionalizar e utilizar, comercialmente, a estrutura física e de serviços disponíveis da Companhia.

– As Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC, suas subsidiárias e controladas, de forma direta ou indiretamente executarão os serviços inerentes às atividades afetas à concessão de serviço público, consoante seus objetivos estatutários e regulatórios.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Oferecer soluções em energia com excelência, garantindo o desenvolvimento sustentável do negócio.

VISÃO: Ser uma empresa de energia eficiente, reconhecida por seu nível de qualidade e geração de valor.

VALORES:

- Segurança: é dever de todos o respeito à vida, a prevenção de acidentes e a promoção de boas práticas de segurança;
- Ética na conduta com pessoas e processos;
- Responsabilidade com a sociedade, com os empregados, com o meio ambiente e com os acionistas;
- Eficiência refletida na geração de valor aos acionistas e na qualidade do serviço prestado aos clientes.

ESTRUTURA:

Assembleia Geral: Órgão soberano, convocado e instalado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Empresa, consolidado na Assembleia Geral de 23 de março de 2009. Possui poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto social da Celesc e tomar as resoluções necessárias e convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, inclusive com a verificação das ações adotadas pela administração.

Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento: Órgão colegiado de funções deliberativas, constituído por onze conselheiros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano, sendo permitida a reeleição. Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei, fixar a orientação geral dos negócios e da gestão do desempenho econômico, ambiental e social. Para evitar conflitos de interesse com as várias partes interessadas, cabe ao Conselho zelar pela fiel observância das normas legais, regulamentares e disposições contratuais pertinentes à prestação dos serviços de energia elétrica concedidos. Os membros do Conselho são escolhidos segundo suas qualificações profissionais, por possuírem competências específicas para melhor definir as estratégias da organização de acordo com os princípios da sustentabilidade empresarial. Os empregados da Companhia têm direito de eleger um membro do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal é composto por cinco membros e seus respectivos suplentes. O acionista majoritário indica três integrantes. Os acionistas preferenciais e os acionistas ordinários minoritários elegem, em escrutínio separado, seus representantes e respectivos suplentes.

Diretoria Executiva: Exercem a gestão dos negócios, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Agências Regionais: São 16 agências regionais que compõem a estrutura administrativa da Celesc em Santa Catarina.

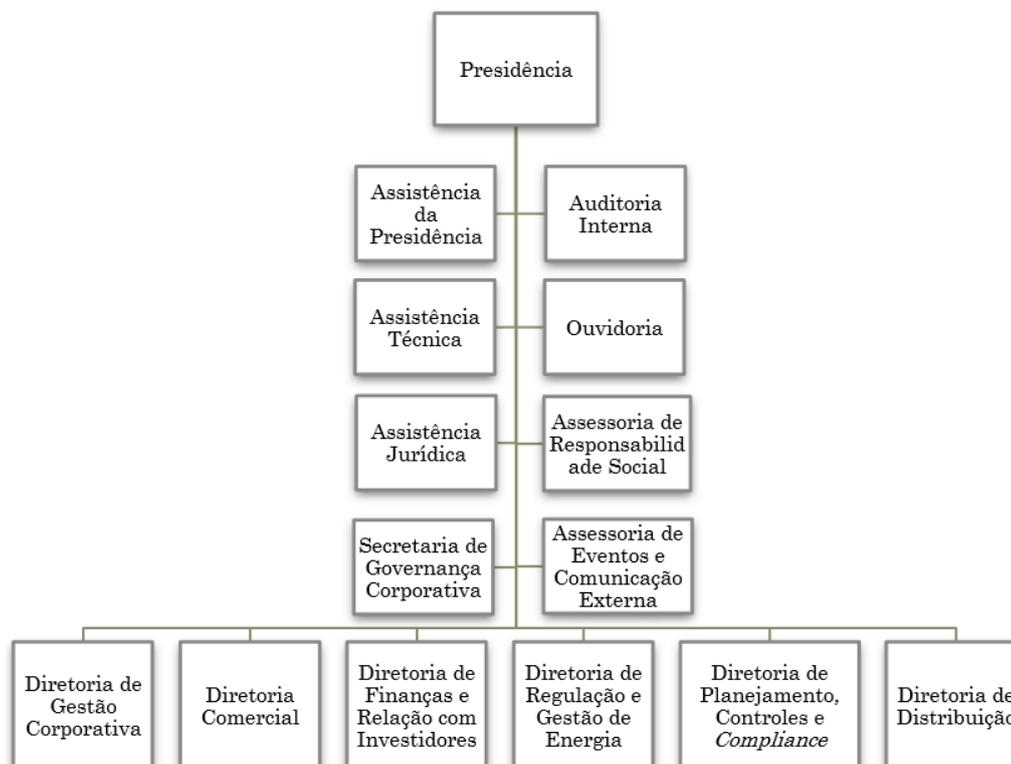
CARREIRAS/SERVIDORES:

| CARGO | CELESC D | CELESC G | CELESC H | TOTAL POR CARGO |
|-----------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------------|
| Administrador | 139 | - | 2 | 141 |
| Advogado | 60 | | | 60 |
| Agente Serviço (QE) | 7 | | | 7 |
| Ajudante Técnico (QE) | 2 | | | 2 |
| Analista De Nível Superior - Bblioteconomia | 1 | | | 1 |
| Analista De Nível Superior - Comunicação | 4 | | | 4 |
| Analista De Nível Superior - Letras Português | 1 | | | 1 |
| Analista De Nível Superior - Pedagogia | 1 | | | 1 |
| Analista De Nível Superior - Psicologia | 6 | | | 6 |
| Analista De Nível Superior - Químico | 1 | | | 1 |
| Analista Recursos Humanos (Qe) | 1 | | | 1 |
| Analista Sistemas | 50 | | | 50 |
| Artífice (Qe) | 3 | | | 3 |
| Assessor Administração (Qe) | 3 | | | 3 |
| Assistente Administrativo | 531 | | 1 | 532 |
| Assistente Social | 15 | | | 15 |
| Atendente Comercial | 572 | | | 572 |
| Auxiliar Técnico (Qe) | 13 | | | 13 |
| Contador | 70 | 1 | 2 | 73 |
| Despachante (Qe) | 6 | | | 6 |
| Digitador (Qe) | 2 | | | 2 |
| Economista | 40 | 1 | 5 | 46 |
| Eletricista | 1215 | 1 | | 1216 |
| Engenheiro | 2 | | | 2 |
| Engenheiro Ambiental | 4 | 1 | | 5 |
| Engenheiro Civil | 12 | 2 | | 14 |
| Engenheiro De Produção Civil | 1 | | | 1 |
| Engenheiro De Produção Elétrica | 14 | | | 14 |
| Engenheiro De Segurança No Trabalho | 5 | 1 | | 6 |
| Engenheiro De Telecomunicações | 8 | 1 | | 9 |
| Engenheiro Eletricista | 183 | 5 | | 188 |
| Engenheiro Em Agrimensura | 3 | | | 3 |
| Engenheiro Em Eletrônica | 3 | | | 3 |
| Engenheiro Em Mecânica | 5 | 3 | | 8 |
| Engenheiro Florestal | 3 | 1 | | 4 |
| Escriturário (Qe) | 16 | | | 16 |
| Guarda (Qe) | 1 | | | 1 |

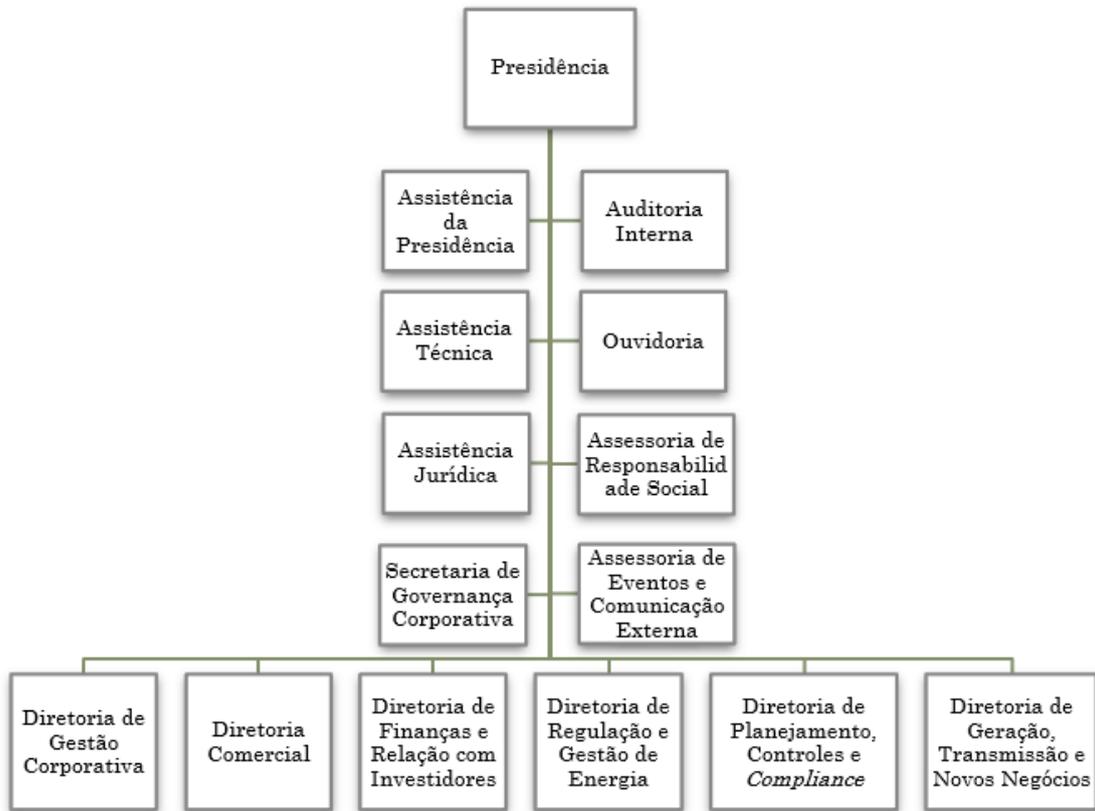
| | | | | |
|----------------------------------------|-------------|-----------|-----------|-------------|
| Instrutor (Qe) | 2 | | | 2 |
| Leiturista (Qe) | 4 | | | 4 |
| Médico Do Trabalho | 2 | | | 2 |
| Motorista (Qe) | 2 | | | 2 |
| Operador Computador (Qe) | 3 | | | 3 |
| Programador (Qe) | 6 | | | 6 |
| Técnico Contabilidade | 26 | | | 26 |
| Técnico De Nível Médio - Enfermagem | 1 | | | 1 |
| Técnico De Nível Médio - Química | 2 | | | 2 |
| Técnico Em Segurança Do Trabalho | 27 | | | 27 |
| Técnico Industrial | 1 | | | 1 |
| Técnico Industrial Em Agrimensura | 4 | | | 4 |
| Técnico Industrial Em Edificações | 7 | 1 | | 8 |
| Técnico Industrial Em Eletrônica | 5 | | | 5 |
| Técnico Industrial Em Eletrotécnica | 702 | 13 | 1 | 716 |
| Técnico Industrial Em Mecânica | 11 | 6 | | 17 |
| Técnico Industrial Em Telecomunicações | 25 | | | 25 |
| Total Geral | 3833 | 37 | 11 | 3881 |

ORGANOGRAMA

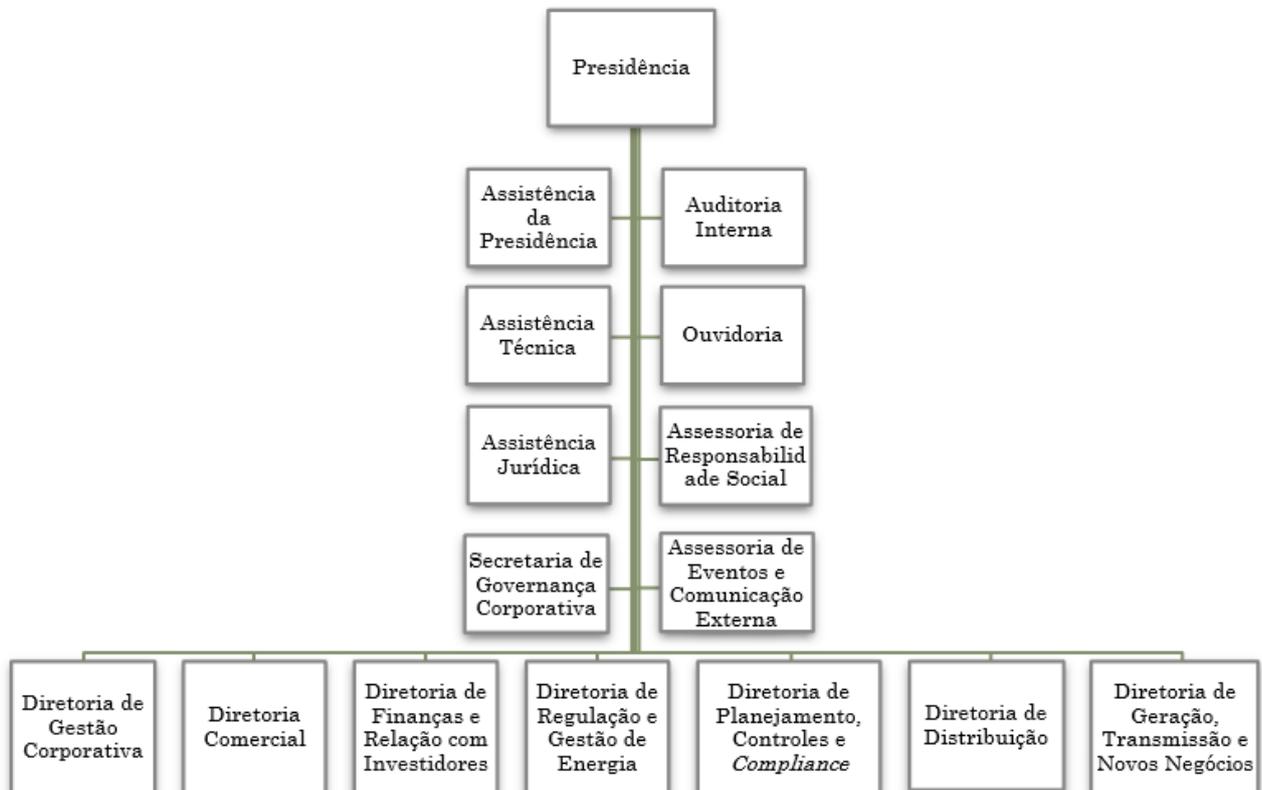
Celesc Distribuição S.A.



Celesc Geração S.A.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Celesc Distribuição S.A.:

Macroprocesso: Distribuição de energia elétrica.

Descrição: Composto de atividades relacionadas ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade do uso da rede elétrica a seus consumidores no Estado de Santa Catarina; como gestão de energia, atendimento ao cliente, técnico comercial, expansão e modernização, operação e manutenção do sistema elétrico, telecom e compartilhamento.

Produtos e Serviços: Distribuição de energia elétrica.

Público-alvo: Consumidores.

Celesc Geração S.A.:

Macroprocesso: Geração de Energia Elétrica.

Descrição: Composto de atividades relacionadas à geração de energia elétrica por meio de Usinas Hidrelétricas (UHE), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Centrais Geradoras Hidráulicas (CGH), e Usinas Fotovoltaicas (UFV).

Produtos e Serviços: Geração de energia elétrica.

Público-alvo: Empresas, consumidores, clientes.

Macroprocesso: Participação em Novos Negócios.

Descrição: Composto de atividades relacionadas à participação em novos negócios de geração e transmissão de energia.

Produtos e Serviços: Geração e transmissão de Energia Elétrica.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC:

Macroprocesso: Distribuição de Energia Elétrica.

Macroprocesso: Geração de Energia Elétrica.

Macroprocesso: Participação em Novos Negócios.

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Acionistas: O principal representante desta parte interessada é o Conselho de Administração.

Empregados: seus principais representantes desta parte interessada são o representante dos empregados no Conselho de Administração, Sindicatos, Lideranças e empregados.

EXTERNAS:

Sociedade/Governo: Os principais representantes desta parte interessada são representantes do Governo de Santa Catarina no Conselho de Administração (Gov de SC).

Clientes/ANEEL: Os principais representantes desta parte interessada são ANEEL, Conselho de Consumidores – CONCEL; Associações (FIESC, FASIC, ACIJ, dentre outras).

Fornecedores: Os principais representantes desta parte interessada são Fornecedores e Departamento de Suprimentos.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Celesc Distribuição S.A.:

- Entre 2019 e 2022, a empresa registrou um crescimento médio da Receita Operacional Bruta de 8,12%;
- Entre 2019 e 2022, a empresa registrou um crescimento médio do EBITDA de 15,65%;
- Entre 2019 e 2022, a empresa registrou um crescimento médio do Lucro Líquido de 35,08%;
- Entre 2019 e 2022, a empresa investiu um total de R\$ 3,6 bilhões entre materiais/serviços, mão-de-obra própria e participação financeira do consumidor;
- Prêmio ANEEL de Qualidade: Em 2019, a empresa atingiu o primeiro lugar nos prêmios Melhor da Região Sul e Melhor Concessionária Nacional, entre as companhias que atendem mais de 400 mil consumidores. Em 2021, a Celesc conquistou a terceira colocação entre as distribuidoras de energia elétrica mais bem avaliadas pelos consumidores residenciais do país;
- Prêmio ABRADDEE: Em 2021, A Celesc foi reconhecida como a terceira melhor distribuidora de energia elétrica avaliada pelos clientes, entre as 31 concessionárias de todo o país que atendem mais de 500 mil unidades consumidoras (UCs), premiação promovida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADDEE). Em 2022, a Celesc foi novamente reconhecida como a terceira melhor distribuidora da região Sul.

Celesc Geração S.A.:

- Proprietária de 12 usinas próprias de geração de energia hidroelétrica com potência instalada total de 115,27 MW;
- Tem participação minoritária em outras 6 usinas de geração de energia hidroelétrica com uma potência proporcional de 11,24 MW;
- Entre 2019 e 2022, a empresa registrou um crescimento médio da Receita Operacional Bruta de 14,09%;
- Entre 2019 e 2022, a empresa registrou um crescimento médio do EBITDA de 20,73%;
- Entre 2019 e 2022, a empresa registrou um crescimento médio do Lucro Líquido de 27,11%;
- Entre 2019 e 2022, a empresa investiu um total de R\$ 105,1 milhões no parque gerador próprio, e R\$ 35,3 milhões em SPEs.

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC:

- As ações Preferenciais da Companhia (CLSC4) apresentaram desempenho médio positivo de 10,46% entre 2019 e 2022;
- Valor de mercado da companhia em 31/12/2022: R\$ 2,04 bilhões;
- Entre 2019 e 2022, a empresa registrou um crescimento médio do EBITDA de 14,61%;
- Entre 2019 e 2022, a empresa registrou um crescimento médio do Lucro Líquido de 29,16%.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

A Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS é a distribuidora de gás canalizado no Estado de Santa Catarina. Foi fundada em 1994 como sociedade de economia mista e hoje tem como sócios Celesc, Commit, Mitsui Gás e Energia e Infragás. A empresa iniciou a sua operação em 2000 com a interligação do primeiro cliente, do segmento industrial, em Joinville.

Atualmente a SCGÁS fornece o gás natural para diferentes segmentos: industrial, comercial, residencial, automotivo, geração distribuída (cogeração e geração na ponta) e matéria-prima e está autorizada pela Agência Reguladora (ARESC) para atender também o novo segmento termelétrico.

Objeto da Empresa: Distribuição de gás canalizado no Estado de Santa Catarina, através de concessão do Estado.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Lei nº 8.999, de 19/02/1993.

Art. 2º A COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS terá por objeto a execução dos serviços públicos locais de gás canalizado, com exclusividade de distribuição.

Parágrafo único. Entende-se como serviço público local de gás Canalizado o atendimento aos segmentos: industrial, comercial, residencial, transporte e institucional.

Art. 3º Para os fins de cumprimento do seu objeto social, poderá a Companhia:

I - promover a pesquisa tecnológica e a realização de estudos de viabilidade e de projetos para a implantação dos serviços locais de gás canalizado;

II - produzir, adquirir, armazenar, distribuir e comercializar gás, seus subprodutos e/ou derivados, respeitados os critérios econômicos de viabilidade dos investimentos, a evolução tecnológica, a integração na matriz energética e as diretrizes da política de energia formulada pelo Governo do Estado;

III - promover a construção e operação da infraestrutura necessária aos serviços de gás, diretamente ou através de terceiros; a aquisição, importação, montagem e fabricação de equipamentos e componentes necessários ao suprimento do mercado de gás e à otimização do uso do energético e de seus derivados, bem como os serviços de ligação e assistência técnica;

IV - exercer outras atividades correlatas ou afins à viabilização e operacionalização dos serviços públicos de gás; e

V - participar no capital de empresas privadas.

Conforme Estatuto Social consolidado e atualizado pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 2019:

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1º - A Companhia de Gás de Santa Catarina constituída por iniciativa do Estado de Santa Catarina com base na lei 8999/1993, é uma sociedade de economia mista sob o regime de capital autorizado que se regerá pelos dispositivos legais aplicáveis a sua espécie e por este Estatuto.

Art. 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, na Rua Antônio Luz, 255, 3º andar – Centro, podendo, sempre que o interesse social o exigir e a critério de seus órgãos de administração, abrir filiais, agências, escritórios e depósitos.

Art. 3º - A Sociedade iniciou suas atividades no dia 25 de fevereiro de 1994 e funcionará por tempo indeterminado.

OBJETO SOCIAL

Art. 4º - A COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA terá por objeto executar os serviços públicos locais de gás canalizado, com exclusividade de distribuição no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - Entende-se como serviço público local de gás canalizado o atendimento aos segmentos industrial, comercial, residencial, transporte, institucional, automotivo, petroquímico, fertilizantes, siderúrgicos e termelétrico, sem prejuízos de outros existentes ou que venham a existir.

Art. 5º - Para fins de cumprimento do seu objeto social, poderá a Companhia:

I - promover pesquisa tecnológica e a realização de estudos de viabilidade e de projetos para a implantação dos serviços locais de gás canalizado;

II - produzir, adquirir, armazenar, distribuir e comercializar gás, seus subprodutos e/ou derivados, respeitados os critérios econômicos de viabilidade dos investimentos, a evolução tecnológica, integração na matriz energética e as diretrizes da política de energia formulada pelo Governo do Estado;

III - promover a construção e operação da infra-estrutura necessária aos serviços de gás, diretamente ou através de terceiros, a aquisição, importação, montagem e fabricação de equipamentos e componentes necessários ao suprimento do mercado de gás e à otimização do uso do energético e de seus derivados, bem como os serviços de ligação e assistência técnica;

IV - Exercer outras atividades correlatas ou afins à viabilização e operacionalização dos serviços públicos de gás;

V - Participar no capital de empresas privadas.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

NEGÓCIO: Desenvolver e operar infraestrutura e Serviços de distribuição de gás canalizado.

PROPÓSITO: Contribuir para o bem-estar dos catarinenses por meio do desenvolvimento econômico e socioambiental.

VISÃO: Ser reconhecida pela excelência na prestação de serviços e pelo crescimento sustentável, criando valor para os clientes, sociedade e acionistas.

VALORES:

Ética e Respeito: Atuamos com ética, responsabilidade e liberdade de expressão, acreditando nas pessoas, respeitando a diversidade e promovendo o desenvolvimento individual e da organização.

Segurança: Trabalhamos com segurança e conformidade para a prevenção e redução de riscos inerentes a processos, à vida e ao patrimônio público-privado.

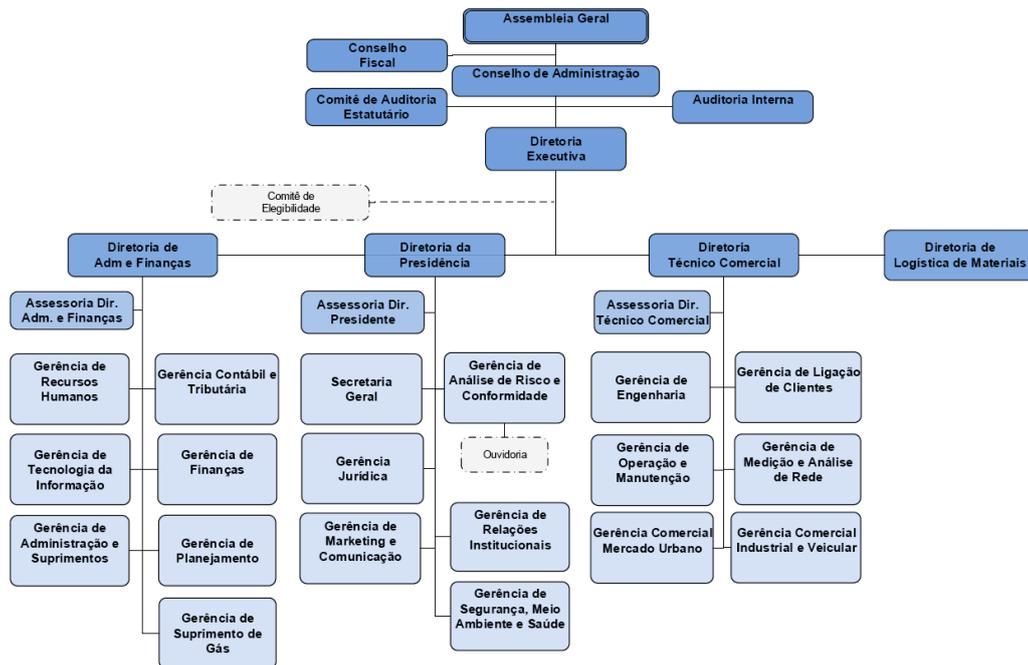
Relacionamento: Valorizamos clientes internos e externos buscando o melhor atendimento às suas necessidades.

Eficiência: Buscamos a melhoria contínua das atividades da empresa com inovação.

Transparência: Atuamos com integridade e transparência visando conquistar confiança e credibilidade.

Sustentabilidade: Levamos bem-estar à Sociedade, com respeito ao meio ambiente, equilíbrio econômico-financeiro e contínua geração de valor.

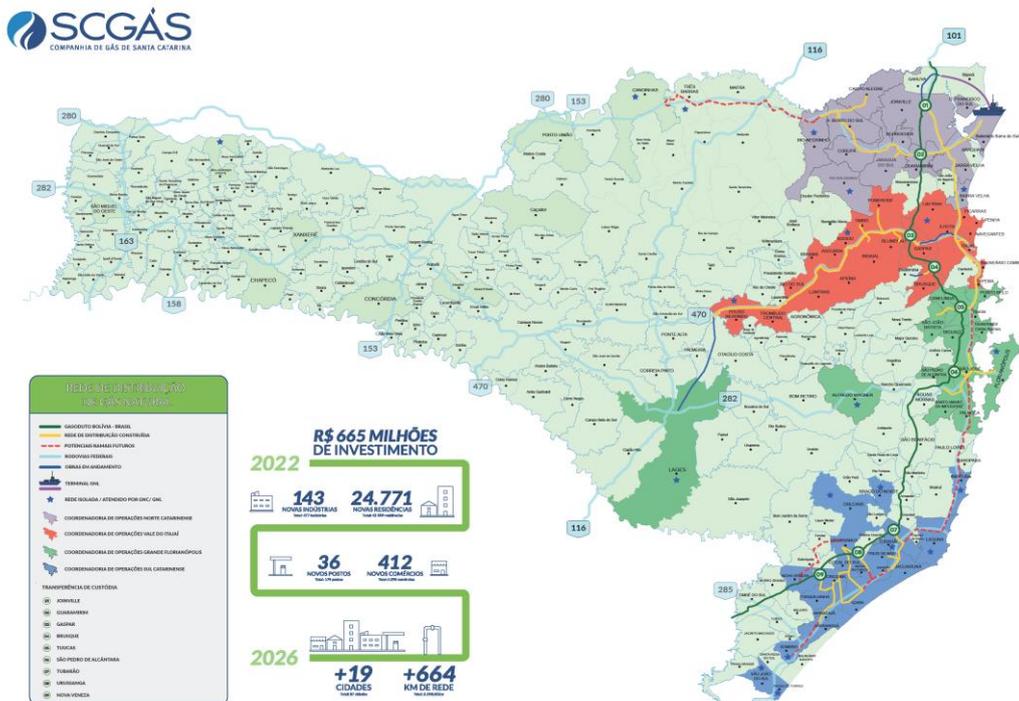
ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

A SCGÁS está presente, com rede implantada e através do modal GNC (gás natural comprimido), em 69 municípios do estado de Santa Catarina, área de concessão dos serviços de distribuição de gás natural.

A estrutura física para atendimento a sociedade é composta pela sede, localizada em Florianópolis e 4 (quatro) bases operacionais localizadas em Joinville, Blumenau, Biguaçu e Criciúma. O almoxarifado central também está localizado em Biguaçu e há um posto avançado no município de Lages, para atendimento a rede local do município.



ANÁLISE SWOT

Conforme Revisão aprovada do Planejamento Estratégico da SCGÁS, temos como produtos das análises de ambientes internos e externos, os seguintes resultados.

Análise de Ambientes - Externo e Interno

| Focos Estratégicos de Crescimento | Fatores-Chave de Sucesso |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> • Saturação e expansão eficiente; • Aumentar base de clientes e volumes de mercado <ul style="list-style-type: none"> • Industrial • Veicular • Comercial • Residencial • Desenvolver o mercado de frota pesada; • Atender o mercado do Planalto Norte; • Expandir para novas regiões com redes locais eficientes; • Desenvolver o Biometano. | <ul style="list-style-type: none"> • Agilidade na interligação; • Amadurecimento do ambiente Regulatório; • Capacidade de expansão e saturação; • Competitividade; • Desenvolver fornecedores; • Fontes de energia renováveis; • Garantia de Fornecimento; • PDTI; • Pessoas; • Política comercial; • Qualidade na prestação de serviço; (relacionamento e atendimento) • Segurança operacional |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Corpo funcional.

EXTERNAS:

Órgãos do Governo (Executivo e Legislativo);

Clientes;

Instituições financeiras e de fomento;

ONGs e Comunidades;

Fornecedores;

Agências Reguladoras, Órgãos de Controle e Demais Órgãos Públicos;

Distribuidoras;

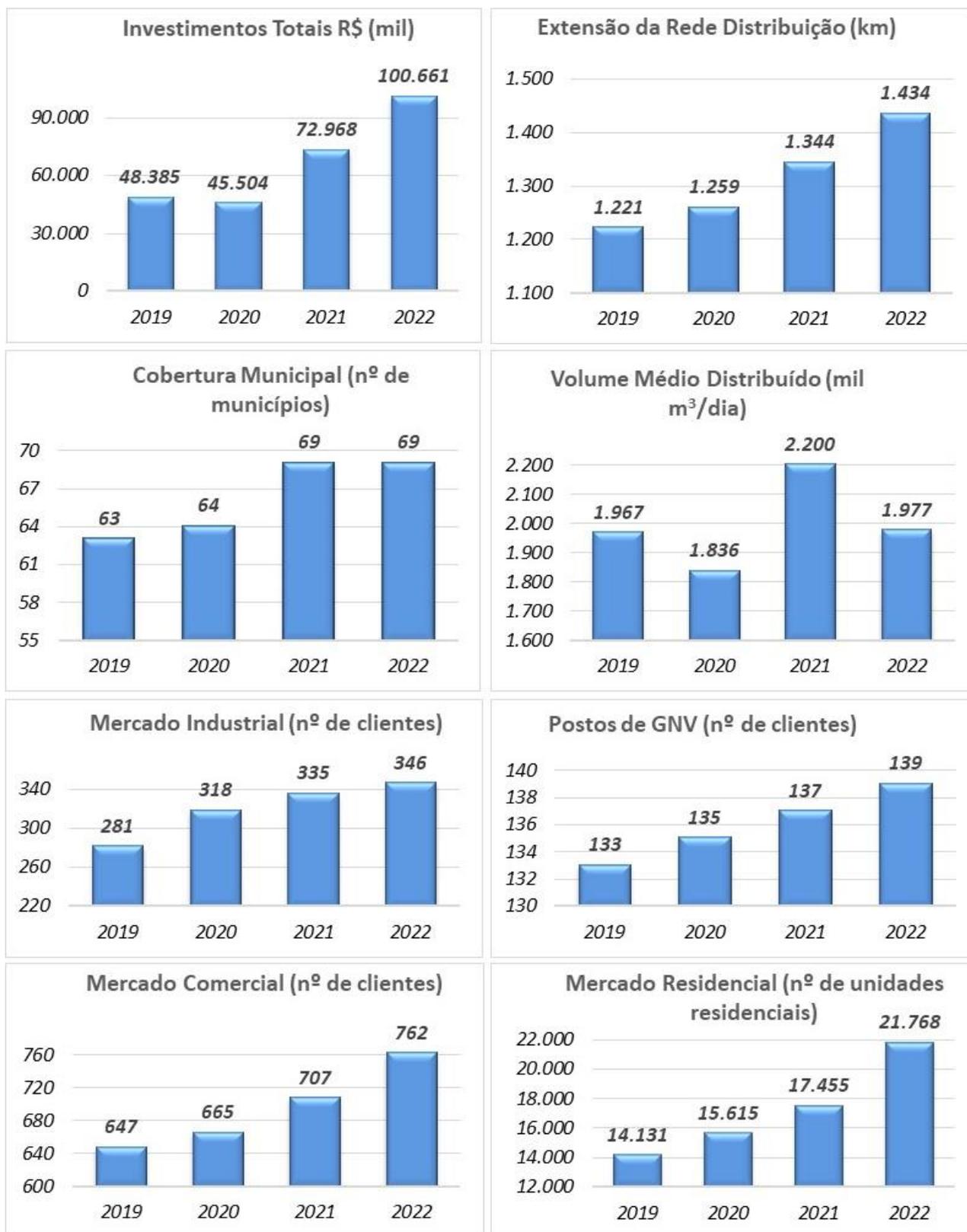
Acionistas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Os últimos 4 anos a Companhia foi assolada por fatores positivos e negativos relevantes de cunho nacionais e internacionais. Os mais relevantes foram:

- Avanços significativos rumo à normalização do ambiente regulatório junto à Agência Reguladora com repasse dos custos às tarifas desde 2019 em conformidade às regras do Contrato de Concessão, o que permitiu segurança e estabilidade nos investimentos para ampliação da rede de distribuição, transmitindo segurança à economia do Estado;
- Queda nas vendas em decorrência da pandemia COVID 19 nos primeiros meses de 2020, principalmente no segmento industrial, porém com recuperação nos meses seguintes e principalmente no ano seguinte;
- Aumento do custo do gás decorrente da redução de oferta (conflito entre Rússia e Ucrânia e desabastecimento na União Europeia), que gerou perda de competitividade e reduziu o volume de vendas;
- Limitação de infraestrutura para o escoamento de gás natural a nível nacional, e outros fatores menos impactantes.

Os principais indicadores refletem o acima exposto:



3.4 Dimensão: Gestão Pública

3.4.1 Comunicação, Interação com Municípios e Assuntos Internacionais

Secretaria de Estado da Comunicação

A Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM) é responsável pelas políticas públicas de comunicação de Santa Catarina. A principal função da SECOM é garantir que as informações oficiais das atividades governamentais e os serviços públicos cheguem ao conhecimento do cidadão, seja por meio da imprensa, de campanhas publicitárias, anúncios oficiais ou pelos novos meios de comunicação, como redes sociais e aplicativos móveis.

Originalmente o órgão nasceu como Secretaria de Estado da Comunicação Social em 26/03/1993, pela Lei nº 9.003/1993, com a extinção do Gabinete de Comunicação Social, do Governador do Estado.

A legislação mais recente que trata da Secretaria de Estado da Comunicação é a Lei Complementar 789/2021, que alterando a Lei Complementar 741/2019, extinguiu a Secretaria Executiva de Comunicação, retornando ao modelo de Secretaria de Estado da Comunicação.

Conforme Lei Complementar nº 741/2019, em seu art. 31-A, compete à Secretaria de Estado da Comunicação desenvolver e coordenar os serviços de imprensa, relações públicas, comunicação e informações relacionadas às atividades governamentais; coordenar e articular a uniformização dos diversos setores de comunicação e informações da Administração Pública Estadual; e apoiar e orientar as Secretarias de Estado, Autarquias e Fundações, nos serviços de imprensa, relações públicas, comunicação e informação relacionadas às atividades governamentais.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL



OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

- Promover, de maneira eficaz, os atos, programas e investimentos do Governo de Santa Catarina por meio de ações integradas de publicidade e da assessoria de imprensa;
- Dar transparência às informações relativas à implementação dos investimentos do Governo do Estado;
- Integrar as ações de comunicação para que os atos governamentais e investimentos tenham destaque nos diferentes meios e assim, alcançar o maior número de pessoas possível;
- Ampliar canais nas novas mídias, visando facilitar o acesso à informação bem como o relacionamento com o cidadão dentro desta nova tendência da comunicação.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A SECOM hoje, conforme Decreto 1682/2022, está dividida na seguinte estrutura:



Hoje a SECOM possui na sua estrutura organizacional, distribuídos nos setores acima:

- Servidores Comissionados (33)
- Servidores Terceirizados (29)
- Bolsistas FAPESC (5)

TOTAL: 67

GABINETE DO SECRETÁRIO: Secretário de Estado da Comunicação e Assessores de Gabinete;

GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO: Secretário de Estado Adjunto da Comunicação; Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade.

COORDENADORIA DE DIVULGAÇÃO: Coordenador de Divulgação, Gerente de Mídia, Gerente de Produção.

COORDENADORIA DE IMPRENSA: Coordenador de Imprensa, Assessores de Comunicação, Assessores Técnicos.

Casa Civil - CC

A Secretaria de Estado da Casa Civil é o órgão de apoio direto ao Governador do Estado de Santa Catarina desde antes da Proclamação da República, quando há menção pela primeira vez da “Secretaria de Governo” em 1836. No entanto, a menção mais antiga ao nome “Casa Civil” foi localizada no Decreto 2.432/1930, assinado pelo general Antonio Vicente Bulcão Viana, Presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo de Presidente do Estado de Santa Catarina (conforme consta no documento). O decreto, que aprovou o Cerimonial da Presidência do Estado de Santa Catarina, faz referência aos “membros da Casa Civil” e ao “Chefe da Casa Civil”.

Por ser um órgão de assessoramento direto do Chefe do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Casa Civil não tinha estrutura de Secretaria de Estado e, em consequência, não é mencionada no rol de órgãos e Secretarias de Estado das leis orçamentárias do Governo de Santa Catarina da época.

Em 1959, a Casa Civil aparece novamente mencionada como “órgão administrativo do Palácio do Governo”, na Lei 2.054, de 3 de agosto, no governo de Heriberto Hülse. A norma transformou o cargo em comissão de Secretário de Governo em Chefe da Casa Civil e dividiu a Casa Civil em dois setores, cada um deles supervisionado por um Subchefe.

O primeiro setor era responsável pelo Serviço de Expediente; Portaria e Serviços Residenciais; e Serviço de Transporte. O segundo setor, por sua vez, era formado pelo Serviço de Gabinete; Serviço de Imprensa; e Serviço de Controle Financeiro.

Em 1963, o Decreto 1.150, do governo de Celso Ramos, aprovou o regulamento da “Casa Civil do Palácio do Governo”.

Na época, o órgão era composto por dois setores principais: a Chefia da Casa Civil e a Subchefia da Casa Civil, esta última responsável por almoxarifado; protocolo; arquivo; assistência social; orçamento; correspondência; mordomia; e processos, decretos e mensagens.

A primeira menção da Casa Civil como Secretaria de Estado aparece em 1966. Em 1º de fevereiro daquele ano, a Lei 3.792, do governo de Ivo Silveira, criou o cargo de Secretário de Estado dos Negócios da Casa Civil e repassou as atribuições da então chefia da Casa Civil à nova Secretaria de Estado dos Negócios da Casa Civil. Embora essa modificação tenha reforçado a denominação “Secretaria de Estado”, a Casa Civil ainda é órgão ligado ao Gabinete do Governador. Mesmo com a mudança e a criação do cargo de Secretário, o responsável pelo órgão sempre foi chamado, na linguagem política, de Chefe da Casa Civil.

Em 2005, a Secretaria da Casa Civil é transformada, por meio da Lei Complementar 284, em Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação. No mesmo ano, a Lei Complementar 303 torna a Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação o órgão central do Sistema de Coordenação e Articulação das Ações de Governo e de todos os Atos do Processo Legislativo. Contudo, em 20 de abril de 2011, a Lei Complementar 534 altera a Lei Complementar 381, de 2007, e volta a denominar o órgão como Secretaria de Estado da Casa Civil.

Em 12 de junho de 2019, houve nova alteração na estrutura administrativa do Poder Executivo, por meio da Lei Complementar 741, e nela a Pasta voltou à sua nomenclatura original, permanecendo a condição e status de Secretaria de Estado, mas novamente com Chefe e Subchefe. À sua estrutura foram mantidas as Secretarias Executivas da Casa Militar (CM) e de Articulação Nacional (SAN) e incluída a Secretaria Executiva de Comunicação, além da responsabilidade orçamentária e financeiramente do Gabinete do Vice-Governador (GVG), Escritório de Gestão de Projetos (EPROJ), Secretaria de Integridade e Governança (SIG) e Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais (SAI), além das Pastas supramencionadas.

Em 30 de dezembro de 2021, a LC 741 sofreu sua primeira alteração, em que o impacto na Casa Civil se deu por intermédio da criação da Secretaria-Geral de Governo, da retirada da Secretaria Executiva de Comunicação de sua estrutura ao ser novamente transformada em Secretaria de Estado, extinção da SIG, que atualmente é uma diretoria na Controladoria-Geral do Estado (CGE), transferência do EPROJ à Secretaria de Estado da Administração e da concessão de autonomia administrativa, orçamentária e financeira à SAN e GVG.

Em 05 de junho de 2023 a Lei 18.466 alterou novamente a LC 741/2019 dando novos contornos à estrutura organizacional básica e ao modelo de gestão da Administração Pública Estadual e nesta esteira houve nova alteração no nome da Pasta, voltando a ser Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC), assim como a Casa Militar que voltou a ser Secretaria Executiva da Casa Militar (SCM). No que tange à SAI, vinculada a SCC, foi alterado seu nome de Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais para Secretaria Executiva de Articulação Internacional.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As competências e atribuições da Secretaria de Estado da Casa Civil e de suas Secretarias Executivas vinculadas estão estatuídas na Lei Complementar nº 741/2019 e alterações posteriores, em especial à Lei nº 18.646/2023.

Pode ser destacada enquanto atividade fulcral a coordenação dos atos do processo legislativo sob a forma de sistema administrativo. Ademais, abaixo são elencadas as competências pormenorizadas da estrutura da Secretaria de Estado da Casa Civil e das Secretarias Executivas vinculadas.

Art. 20. À SCC compete: (Redação dada pela Lei 18.646, de 2023)

I – assistir o Governador do Estado:

a) no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, nos assuntos referentes à administração pública estadual;

b) no relacionamento do Poder Executivo com os outros Poderes do Estado;

c) no relacionamento do Poder Executivo com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPE/SC);

d) no relacionamento do Poder Executivo com as autoridades superiores da União, de outros Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com as entidades representativas da sociedade civil; e

e) no encaminhamento de mensagens à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC);

II – transmitir as instruções emanadas pelo Governador do Estado, controlando-as administrativamente;

III – elaborar decretos, projetos de lei, medidas provisórias e demais atos do processo legislativo;

IV – acompanhar a tramitação de proposições na ALESC;

V – controlar os prazos constitucionais, legais e regimentais relativos aos atos oriundos da ALESC;

VI – expedir e encaminhar para publicação decretos, leis, medidas provisórias e demais atos do processo legislativo emanados pelo Governador do Estado;

VII – orientar e coordenar:

a) por meio da Diretoria de Assuntos Legislativos, o estudo, a produção formal e as adequações jurídicas e técnicas dos atos do processo legislativo a serem submetidos ao Governador do Estado, em articulação com os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual;

b) a integração das ações governamentais e o levantamento e o monitoramento de informações setoriais do governo, as quais serão submetidas ao conhecimento e à permanente avaliação do Governador do Estado; e

c) as atividades desempenhadas pelas Secretarias Executivas a ela vinculadas;

d) ações e projetos com a Administração Pública Indireta, iniciativa privada e terceiro setor, com vistas à obtenção de recursos provenientes de incentivos fiscais e promoção de projetos sociais; (Redação incluída pela LC 789/2021)

VIII – encarregar-se:

a) da representação civil do Governador do Estado;

b) da administração geral da residência oficial do Governador do Estado; (Redação dada pela lei 18.646/2023)

c) da execução orçamentária e financeira do GGE, da SAI e da SCM;

d) do apoio jurídico e operacional da SGG, da SAI e da SCM; e (Redação dada pela lei 18.646/2023)

e) do apoio jurídico do GVG; e (Redação incluída pela lei 18.646/2023)

IX – acompanhar as atividades desenvolvidas pelos fundos estaduais, à exceção do Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais e daqueles cujos recursos sejam originários e vinculados à União e aos Municípios; e

§ 1º Os anteprojatos de leis, os decretos, as medidas provisórias e os demais atos do processo legislativo propostos por Secretários de Estado ao Governador do Estado deverão ser previamente submetidos à SCC. (Redação dada pela lei 18.646/2023)

§ 2º Cabe à SCC, entre outras ações que propiciem o estreitamento do relacionamento entre Administração Pública Estadual e Municípios, nortear, propor e encaminhar assuntos relacionados à gestão de convênios e demais instrumentos congêneres firmados entre a Administração Pública Estadual e os Municípios do Estado, que será operacionalizada por núcleos de gestão de convênios, conforme regulamento. (Redação dada pela lei 18.646/2023)

§ 3º Os convênios e instrumentos congêneres de que trata o § 2º deste artigo serão executados pelas Secretarias de Estado que tenham competências compatíveis com o objeto do instrumento.

§ 4º Ficam excetuadas do disposto na alínea ‘c’ do inciso VIII do caput deste artigo a PGE, a CGE e a SAN. (Redação dada pela lei 18.646/2023)

Art. 22. À SAI compete:

I – promover, orientar e coordenar as atividades que representam os interesses administrativos do Estado e, quando solicitada, as dos Municípios e da sociedade catarinense perante as representações diplomáticas;

II – promover, orientar e coordenar as ações internacionais dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual, especialmente no que tange à celebração de protocolos, convênios e contratos internacionais;

III – desenvolver atividades de relacionamento com o Corpo Consular;

IV – articular as ações de governo relativas à integração internacional, especialmente com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL);

V – acompanhar as políticas e diretrizes da União para assuntos de comércio exterior, bem como as atividades dos demais Estados e do Distrito Federal quanto às políticas de incentivo ao investimento estrangeiro;

VI – executar atividades, no âmbito da economia internacional, visando à atração de investimentos estrangeiros, à implantação de novas sociedades empresárias e à promoção de negócios;

VII – planejar e executar atividades de inteligência competitiva e comercial, na busca de dados, informações e conhecimentos indispensáveis à promoção das exportações do Estado e à atração de investimentos estrangeiros;

VIII – organizar e coordenar, em articulação com a SCM, a agenda de missões, recepções e eventos internacionais; (Redação dada pela Lei 18.646/2023)

IX – desenvolver atividades de integração política e administrativa em sua área de competência.

X – promover, orientar e coordenar atividades com vistas a atrair investimentos internacionais estratégicos que contribuam para o desenvolvimento do Estado. (Redação incluída pela Lei 18.646/2023)

§ 1º A SAI terá apoio jurídico e operacional da SCC. (Redação dada pela Lei 18.646/2023)

§ 2º As competências previstas nos incisos V, VI e VII do caput deste artigo serão desempenhadas de forma articulada com a SEF, de forma a adaptá-las à política tributária do Estado.

§ 3º As competências previstas nos incisos IV, V, VI e VII do caput deste artigo serão desempenhadas de forma articulada com a SICOS. (Redação dada pela Lei 18.646/2023)

Art. 22-A. À SCM compete:

I – assistir o Governador do Estado e o Vice-Governador do Estado no desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, coordenar as ações referentes a audiências, a comunicações, a viagens, a eventos e a cerimônias civis e militares das quais participem e articular a agenda governamental em alinhamento com a SGG;

II – determinar as regras e os procedimentos cerimoniais a serem seguidos pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Estadual e pelas pessoas jurídicas de direito privado quando estiverem presentes o Governador do Estado ou o Vice-Governador do Estado;

III – planejar e executar:

a) com exclusividade, a segurança pessoal do Governador do Estado e do Vice-Governador do Estado, requerendo, quando necessário, apoio aos órgãos de segurança pública;

b) quando determinado, a segurança pessoal dos familiares do Governador do Estado e do Vice-Governador do Estado e, mediante solicitação formal plenamente justificada, dos Secretários de Estado, requerendo, quando necessário, apoio aos órgãos de segurança pública;

c) a segurança dos gabinetes e das residências do Governador do Estado e do Vice-Governador do Estado; e

d) a segurança pessoal do Governador do Estado e do Vice-Governador do Estado eleitos, a partir da divulgação do resultado oficial do pleito pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC);

IV – administrar e coordenar a agenda institucional do Vice-Governador do Estado;

V – prestar assistência técnica e consultoria no planejamento e na execução da segurança dos órgãos do Centro Administrativo do Governo do Estado;

VI – administrar os meios de transporte terrestre e aéreo do GGE e de seus órgãos integrantes que não tenham autonomia orçamentária e financeira, bem como do GVG; e

VII – prestar assistência, mediante solicitação formal plenamente justificada, às autoridades em visita oficial ao Estado, requerendo, quando necessário, apoio aos demais órgãos públicos.

Parágrafo único. A SCM terá apoio jurídico e operacional da SCC. (NR) (Redação incluída pela Lei 18.646/2023)

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Excelência em gestão pública e comunicação com os Poderes, municípios e sociedade civil, correspondendo a seus anseios, possibilitando a execução de soluções e prestando assessoria ao Governador na realização dessas atividades.

VISÃO: Ser referência na gestão eficiente e inovadora de políticas públicas, articulando e coordenando as ações do Governo na promoção do bem-estar do povo catarinense.

VALORES: Transparência, Respeito, Ética, Integridade, Eficiência, Qualidade, Agilidade, Simplicidade e Inovação.

ESTRUTURA:

Gabinete do Secretário

- Central de Atendimento aos Municípios

- Diretoria de Assuntos Legislativos

- Consultoria Jurídica

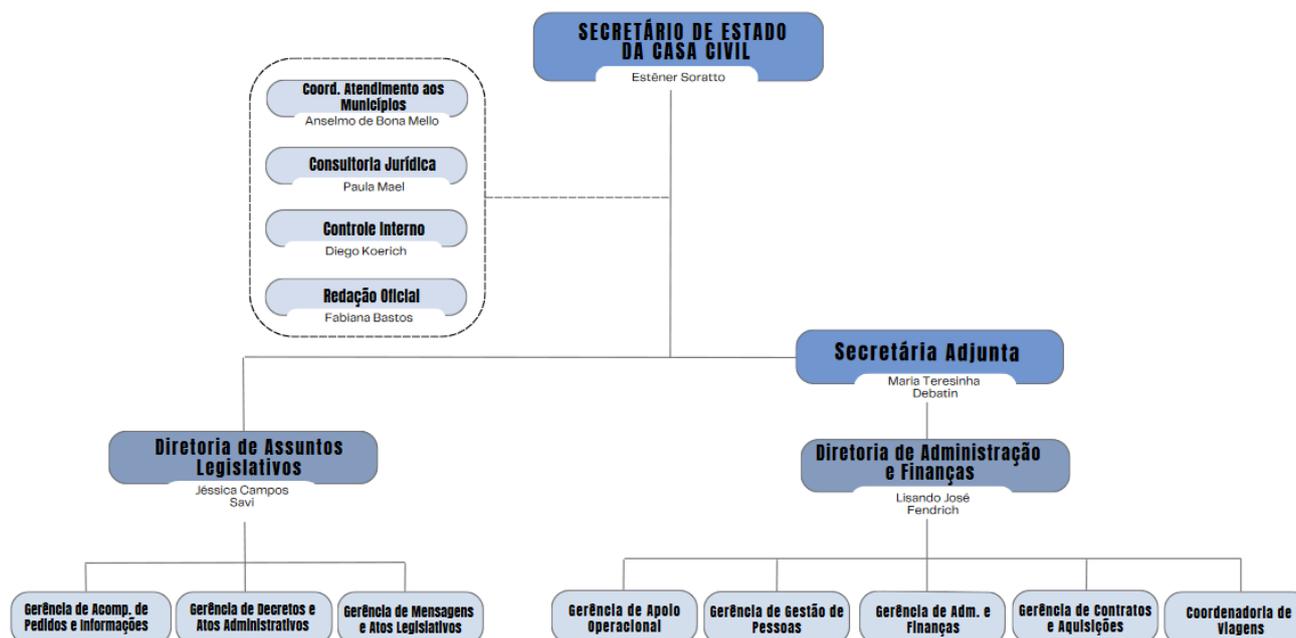
Gabinete do Secretário Adjunto

- Setor de Redação Oficial

- Diretoria Administrativa e Financeira

ORGANOGRAMA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Atos do processo legislativo

A Diretoria de Assuntos Legislativos (DIAL) é responsável pela coordenação, orientação e execução das ações pertinentes ao Sistema de Atos do Processo Legislativo, com a integração entre o Gabinete do Governador, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) e a sociedade. É competência da DIAL examinar e analisar o conteúdo e a técnica legislativa de anteprojetos de lei, proposições de medida provisória, mensagens e demais documentos relativos ao processo legislativo. Dirige ao governador os autógrafos de projetos de lei encaminhados pela Alesc e assessora-o na tomada de decisão quanto à sanção ou ao veto das proposições, consultando os órgãos do Poder Executivo envolvidos no processo. Ordena, controla e encaminha as respostas do Poder Executivo a pedidos de informações, moções e indicações oriundas da Alesc, bem como elabora, supervisiona, examina e analisa o conteúdo e a técnica de redação de decretos submetidos à deliberação do Chefe do Poder Executivo. Cabe ainda à DIAL autorizar a publicação de leis, medidas provisórias, mensagens, decretos e demais atos legislativos e administrativos.

Convênios, repasses e propostas de transferências voluntárias

A Central de Atendimento aos Municípios (CAM), subordinada diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado da Casa Civil, conforme disposto no decreto 108, de 29 de abril de 2019, analisa programas e propostas cadastradas no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (Sigef) com vistas a autorizar o repasse de recursos estaduais aos Municípios, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e pessoas físicas; pública no Sigef, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, os programas de transferências voluntárias de recursos cadastrados pelos órgãos da administração direta e indireta; e homologa as propostas cadastradas e previamente autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Redação Oficial

O setor de Redação Oficial (SRO), no âmbito dos Gabinetes da Secretaria-Geral de Governo e do Secretário e Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Casa Civil, tem como competências elaborar e revisar ofícios, circulares, despachos, declarações, notas técnicas, termos e procurações; receber e expedir documentos mediante tramitação no Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico (SGPe); registrar e encaminhar as nomeações para cargo de provimento em comissão e respectivas exonerações dos órgãos e das entidades pertencentes ao Poder Executivo; e ainda providenciar as indicações para compor as diretorias e os conselhos das empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e secretarias a que estejam vinculados.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo técnico qualificado; 2. Pessoal proativo, motivado e resolutivo; 3. Gestão com ética e transparência; 4. Gestores técnicos; 5. Reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos; 6. Acesso aos demais órgãos da administração pública estadual. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estrutura física, mobiliário e equipamentos; 2. Ferramentas de apoio à tomada de decisão; 3. Atualização e capacitação; 4. Integração entre setores; 5. Fluxo de trabalho não definido formalmente; 6. Ferramentas de planejamento, acompanhamento e avaliação. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Estreitamento do relacionamento com entes municipais; 2. Aproximação institucional entre Executivo e Legislativo; 3. Processos e serviços digitais; 4. Aumento na eficiência institucional por intermédio de ferramentas de gestão; 5. Agenda governamental. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ambiente político; 2. Municípios com pouco planejamento; 3. Falta de comunicação nas secretarias setoriais; 4. Processos inadequadamente instruídos pelas secretarias setoriais; 5. Comunicação externa. |

PARTES INTERESSADAS

INTERNAS:

- Gabinete do Governador;
- Secretarias com dependência orçamentária e financeira;
- Secretarias de Estado;
- Autarquias/Fundações Públicas/Empresas Públicas/Sociedades de Economia Mista.

EXTERNAS:

- Governo Federal;
- Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;
- Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- Ministério Público de Santa Catarina;
- Prefeitos e Vereadores;
- Sociedade;
- Imprensa.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Enquanto área finalística da Secretaria de Estado da Casa Civil, a Diretoria de Assuntos Legislativos, que é composta pelas Gerências de Decretos e Atos Administrativos (GEDAD), de Mensagens e Atos Legislativos (GEMAT) e de Acompanhamento de Pedidos de Informações (GEAPI) produziu ao longo destes quatro anos 2.375 Decretos, 912 Leis, 77 leis Complementares, 31 Medidas Provisórias e enviou 236 projetos de lei à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Além disso, na perspectiva de fortalecer o processo de transparência do Poder Executivo Estadual através do recebimento de proposições parlamentares oriundas do Poder Legislativo, foram respondidas quase 10.000 solicitações de informações (Pedidos de Informações, Indicações, Moções e Requerimentos) neste mesmo período.

Secretaria Executiva de Articulação Nacional -SAN

A Secretaria Executiva de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina (SAN) é o elo entre o Governo de Santa Catarina e a União, o Congresso Nacional e os demais Estados. A Secretaria trabalha na defesa dos interesses de todos os catarinenses. Tem uma relação importante e respeitosa com os demais entes do Poder Público. Essa conexão faz a diferença e gera benefícios para o povo de Santa Catarina.

A SAN dá apoio e suporte aos municípios, órgãos públicos e Secretarias do Governo do Estado nas demandas em Brasília, sejam elas no Congresso Nacional, nos ministérios, no Palácio do Planalto, nas Embaixadas, e até mesmo o Poder Judiciário.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As competências da Secretária Executiva de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina (SAN) estão descritas no art. 20 da Lei Complementar nº 741/2019, que assim dispõe:

Art. 21. À SAN compete:

- I – promover o relacionamento da Administração Pública Estadual com as autoridades superiores da União, do Distrito Federal, de outros Estados e dos Municípios, em articulação com a SCC; (MPV/0257/2023)
- II – realizar o levantamento de informações em sua área de competência, inclusive sobre a aplicação do orçamento federal no Estado e em seus Municípios, para permanente avaliação do Governador do Estado e orientação das Secretarias de Estado;
- III – orientar e coordenar na capital Federal as atividades de interesse da Administração Pública Estadual;
- IV – auxiliar Municípios e a sociedade do Estado nas atividades que lhes são de interesse na Capital Federal; e
- V – desenvolver atividades de integração política e administrativa.

A SAN está integrada nas ações do Governo do Estado em Brasília. Hoje é realizado trabalho em parceria com o Gabinete de Governador, Secretarias de Estado, Prefeitura, Câmaras de Vereadores, cidadãos, sociedade civil organizada, Fórum Parlamentar Catarinense e instituições privadas em prol do desenvolvimento de Santa Catarina.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Articular com o Governo Federal, o Legislativo, o Judiciário, Estados, Embaixadas e os Municípios de Santa Catarina, buscando o diálogo e o relacionamento entre os poderes na busca de apoio que gere benefícios para o Estado.

VISÃO: Órgão de Assessoramento Técnico que tem por objetivo representar e defender os interesses do Estado, nas diversas instâncias do Governo Federal, Organismos Internacionais e Congresso Nacional buscando ações e políticas que beneficiem diretamente o Estado de Santa Catarina.

VALORES: Integridade; Transparência; Ética; Respeito; Responsabilidade; Trabalho em Equipe; Melhoramento pessoal; Comunicação Efetiva; Compromisso com o Estado

ESTRUTURA: 1) A estrutura organizacional básica da SAN compreende:

I – órgãos de assessoramento direto a Secretária Executiva:

- a) Secretária Executiva Adjunto;
- b) Assistente de Gabinete;
- c) Assessoria de Comunicação;
- d) Controle Interno e Ouvidoria;
- e) Encarregado de Dados (LGP);
- f) Apoio ao Fórum Parlamentar Catarinense;
- g) Apoio aos Projetos Nacionais;

h) Apoio aos Municípios;

i) Gabinete de Apoio (Fpolis); e

j) Apoio Legislativo.

II – órgãos de assessoramento direto ao Secretário Executivo Adjunto:

a) Assistente de Gabinete;

b) Setor Administrativo/Financeiro;

c) Setor de Planejamento e Avaliação; e

d) Setor de Gestão de Pessoas.

2) A estrutura física compreende:

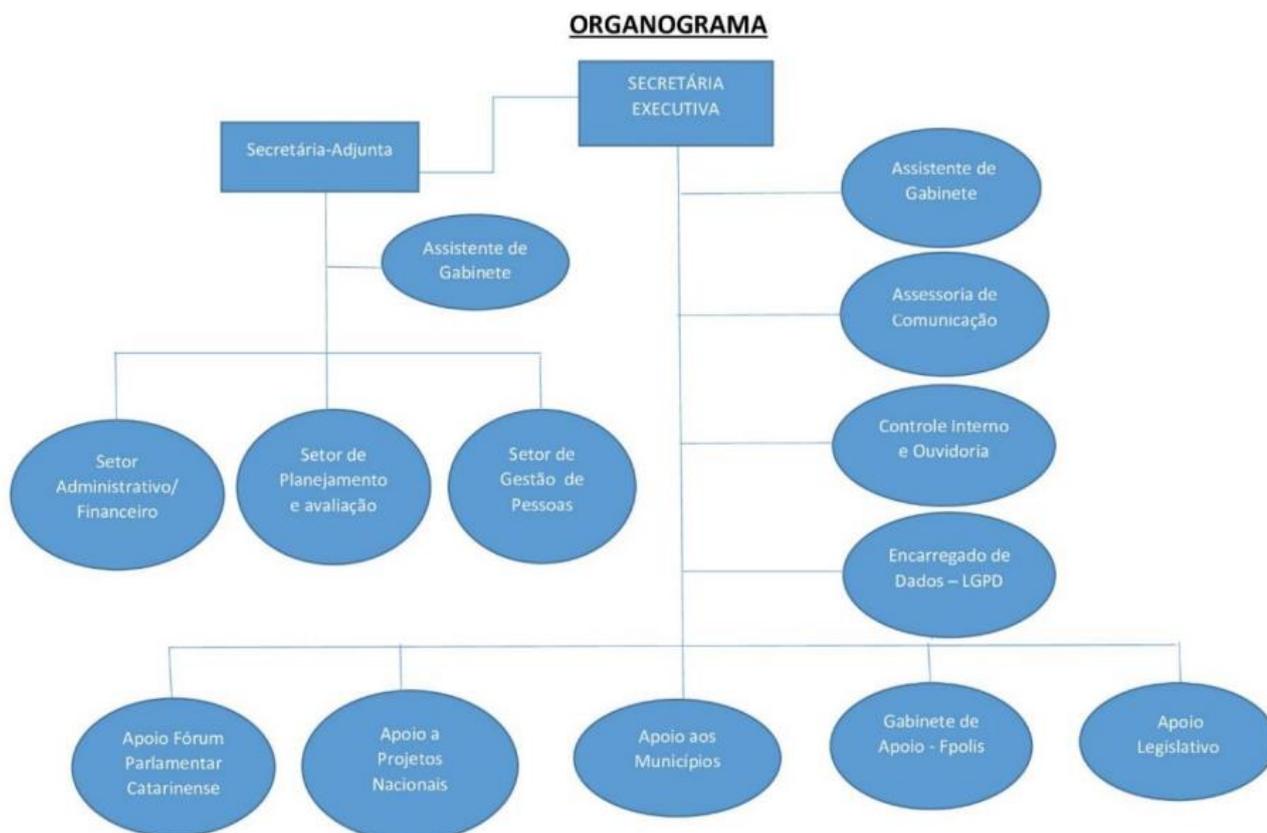
I - Secretaria Executiva de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina (SAN) com sede em Brasília; e

II - Gabinete de Apoio em Florianópolis.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| CARREIRAS | QUANTIDADE |
|---------------------------------|------------|
| Servidores efetivos | 8 |
| Servidores em cargo em comissão | 13 |
| Terceirizados | 10 |
| À disposição | 2 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Secretaria atua na defesa dos interesses do Estado de Santa Catarina. Acompanha o Governador, Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado e Presidentes de Fundações e Autarquias quando estão na capital federal.

Além disso, assessores da Secretaria e a própria secretária também dão suporte a prefeitos, vice-prefeitos, e vereadores dos 295 municípios catarinenses, auxiliando com direcionamentos técnicos e acompanhando em reuniões em Ministérios, Palácio do Planalto e Congresso Nacional. Ademais, dá apoio aos pacientes catarinenses do tratamento fora de domicílio (TFD) que fazem acompanhamento no hospital Sarah Kubistchek.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Estrutura física; 2. Equipe qualificada; 3. Senso de cooperação e responsabilidade da equipe; 4. Competências funcionais e fluxo de atividades definidas; 5. Atendimento realizado com presteza. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Inexistência de um programa de capacitação continuada; 2. Informação institucional insuficiente. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Gabinete em Florianópolis/SC para proximidade no contato e atividades junto as demais secretarias; 2. Proximidade do poder decisório, de dados e informações, na esfera nacional. 3. Valorização e credibilidade da SAN pelo Governador do Estado e setores do Governo; 4. Qualificação na busca e acompanhamento de projetos. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de conhecimento das competências, capacidades e existência da SAN, por parte do público externo; |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Servidores efetivos;

Servidores comissionados;

Terceirizados.

EXTERNAS:

Comunidade;

Cidadãos;

Imprensa / Formadores de opinião;

Governo (Municipal, Estadual e Federal);

Entidades governamentais e não-governamentais;

Empresas privadas com e sem fins lucrativos.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

- Audiências/representações/eventos da Secretaria de Articulação Nacional em Brasília e em Santa Catarina;
- Autoridades recebidas na Secretaria de Articulação Nacional em Brasília e em Santa Catarina;
- Atendimentos aos municípios e sociedades civis organizados junto aos ministérios;
- Atendimentos das secretarias de estado/autarquias e fundações junto aos ministérios;
- Documentos protocolados e ofícios encaminhados para SAN;
- Apoio as autoridades e pacientes catarinenses que passam por tratamento e reabilitação no hospital Sarah Kubistchek. O transporte entre aeroporto e o hospital é realizado em veículo adaptado da SAN;
- Auxílio aos cidadãos catarinenses em problemas burocráticos com as embaixadas;
- Acompanhamento de projetos de lei de importância de Santa Catarina junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

3.4.2 Esforço Legal

Procuradoria Geral do Estado – PGE

A Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina constitui-se em instituição jurídica de advocacia pública, permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, dotada de autonomia funcional e administrativa, exercendo funções não somente de representação judicial e extrajudicial do Estado, mas também de consultoria e assessoramento jurídico do Estado e poderes.

Foi criada com a Emenda Constitucional nº 16/1982, durante a administração do governador Henrique Helion Velho de Córdova, e o seu Regimento Interno através do Decreto nº 3.663/2010.

Atualmente, além do prédio sede, a PGE conta com mais dois prédios anexos e com treze regionais: São Miguel do Oeste, Chapecó, Caçador, Lages, Joinville, Mafra, Jaraguá do Sul, Rio do Sul, Blumenau, Itajaí, Tubarão, Criciúma e Curitiba, além da Procuradoria Especial de Brasília.

Destaca-se a importância da instituição na cobrança judicial dos créditos da Fazenda Pública do Estado, em defesa do patrimônio do Estado, zelo pela legalidade, moralidade e eficiência dos atos da administração pública estadual.

Também cabe à Procuradoria-Geral do Estado o assessoramento jurídico ao Governador do Estado na elaboração de ações diretas de inconstitucionalidade, vetos e atos normativos em geral, bem como na elaboração de pareceres e estudos destinados ao estabelecimento de normas, medidas e diretrizes.

A Portaria GAB/PGE nº 62/2023 designou equipe de trabalho responsável por coordenar a elaboração do PPA 2024-2027. O Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos é o coordenador do processo de elaboração do perfil institucional da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina.

Fazem parte deste perfil institucional as competências e atribuições, a identidade organizacional, o organograma (em atualização e validação), as áreas de atuação, a análise swot, as partes interessadas, e os principais resultados atingidos.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Lei Complementar nº 317/2005, dispõe sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria-Geral do Estado, e define em seu artigo 4º as competências institucionais:

- I – representar o Estado judicial e extrajudicialmente;
- II – exercer as funções de consultoria e assessoramento jurídico do Estado;
- III – responder consultas jurídicas formuladas pelos Presidentes da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e pelo Procurador-Geral de Justiça;
- IV – defender a norma legal ou ato normativo estadual impugnados nas ações diretas de inconstitucionalidade propostas perante o Tribunal de Justiça do Estado, observado o disposto na Lei nº 12.069/2001;
- V – propor ação civil pública e ação de improbidade administrativa;
- VI – promover a cobrança da dívida ativa;
- VII – elaborar ações diretas de inconstitucionalidade;
- VIII – manifestar-se nos projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo;
- IX – coordenar a elaboração de informações nos mandados de segurança e habeas data impetrados contra autoridades estaduais, assim como aquelas a serem prestadas pelo Governador do Estado nas ações diretas de inconstitucionalidade;
- X – assistir à administração pública no controle interno da legalidade e da moralidade administrativa de seus atos, especialmente por meio de:
 - a) proposta de declaração de nulidade de atos administrativos;

b) proposta de adoção de normas, medidas e procedimentos; e

c) proposta de normatização de parecer;

XI – exercer o controle, a orientação normativa e a supervisão técnica dos serviços jurídicos das autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas estaduais, na forma da lei;

XII – coordenar e controlar as comissões permanentes de processo administrativo disciplinar;

XIII – processar pedidos administrativos de indenização ou de satisfação de direitos, na forma da lei especial;

XIV – uniformizar a jurisprudência administrativa, dirimindo controvérsias jurídicas entre órgãos e entidades da administração pública direta e indireta;

XV – orientar a administração pública no cumprimento de decisões judiciais e opinar obrigatoriamente nos pedidos de extensão de julgado;

XVI – promover processos administrativos disciplinares nos casos previstos em lei;

XVII – representar os interesses do Poder Executivo Estadual perante os Tribunais de Contas do Estado e da União;

XVIII – relacionar-se com o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil;

XIX – relacionar-se, de forma articulada, com a Ordem dos Advogados do Brasil, nos assuntos relativos à defensoria pública; (Revogado pela LC 534, de 2011)

XX – realizar correição para verificar a regularidade e eficácia dos serviços jurídicos das entidades da Administração Indireta; e

XXI – prestar assistência jurídica aos Municípios, quando solicitado.

§ 1º A representação judicial do Estado e a consultoria jurídica do Poder Executivo são da exclusiva competência da Procuradoria-Geral do Estado.

§ 2º A Procuradoria-Geral do Estado será responsável pelas funções de consultoria jurídica das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional.

§ 3º São autoridades do Poder Executivo habilitadas a formular consulta à Procuradoria-Geral do Estado o Governador do Estado, o Vice-Governador e os Secretários de Estado.

§ 4º A Procuradoria-Geral do Estado fica autorizada a representar judicialmente, durante o exercício do respectivo cargo, o Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e os titulares das Secretarias de Estado, quando demandados em ações populares, ações civis públicas e ações de improbidade administrativa, por atos praticados em decorrência de suas atribuições constitucionais ou legais, desde que não haja conflito com os interesses do Estado de Santa Catarina, no entendimento do Conselho Superior, de que trata o art. 15 da presente Lei.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Exercer com excelência a defesa dos direitos e interesses do Estado de Santa Catarina e a orientação jurídica dos administradores de todos os Poderes para adequar as práticas administrativas e as políticas públicas à Constituição e às leis.

VISÃO: Ser reconhecida como instituição pública que, com exclusividade e excelência, oferece orientação e defesa jurídicas ao Estado de Santa Catarina.

VALORES:

- Atuação eficiente: fazer mais e muito melhor;
- Ética republicana: compromisso com os valores constitucionais;
- Qualificação profissional: uma equipe capacitada;
- Autonomia técnica: o direito em primeiro lugar;
- Espírito de colaboração: um por todos e todos por um;
- Unidade institucional: uma só PGE.

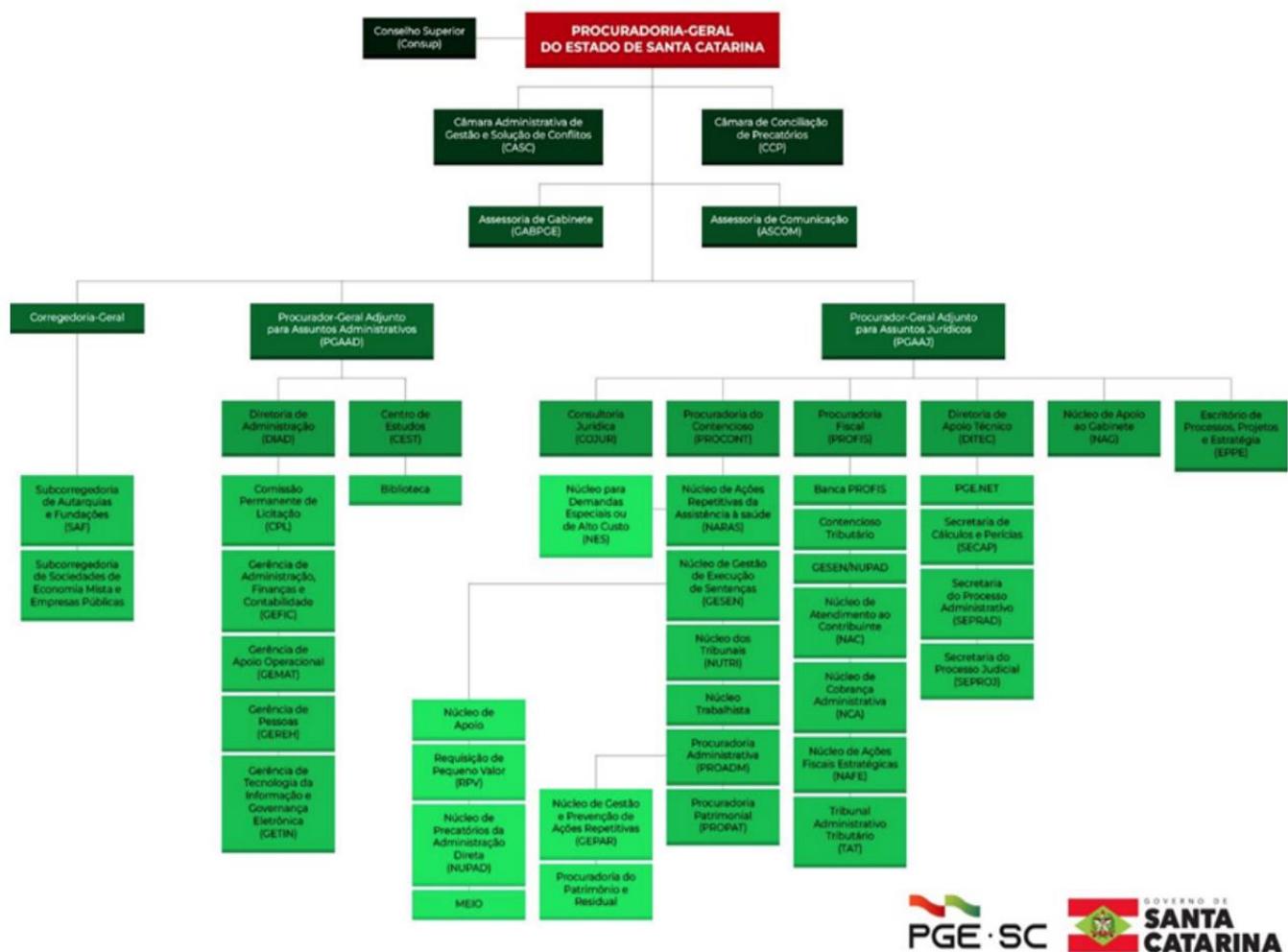
ESTRUTURA:

- Procurador-Geral;
- Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos;
- Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos;
- Corregedoria-Geral;
- Consultoria Jurídica;
- Procuradoria Fiscal;
- Procuradoria do Contencioso;
- Câmara Administrativa de Gestão e Solução de Conflitos;
- Regionais da PGE;
- Diretoria de Apoio Técnico;
- Diretoria de Administração.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| CARREIRAS | ATIVOS | INATIVOS | TOTAL |
|---------------------------------------|---------------|-----------------|--------------|
| PROCURADOR DO ESTADO | 118 | 58 | 176 |
| ASSISTENTE JURÍDICO | 104 | 1 | 105 |
| ADVOGADO AUTARQUICO | 28 | 10 | 38 |
| CONTADOR | 18 | 0 | 18 |
| ADVOGADO FUNDACIONAL | 11 | 1 | 12 |
| TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | 9 | 43 | 52 |
| AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | 6 | 10 | 16 |
| ADVOGADO | 4 | 50 | 54 |
| PROFESSOR | 3 | 9 | 12 |
| AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO | 2 | 3 | 5 |
| TÉCNICO EM CONTABILIDADE | 2 | 1 | 3 |
| ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II | 2 | 19 | 21 |
| CONSULTOR EDUCACIONAL | 2 | 2 | 4 |
| AGENTE DE POLÍCIA CIVIL | 1 | 1 | 2 |
| ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 1 | 2 | 3 |
| AGENTE EM ATIVIDADES DE SAÚDE II | 1 | 0 | 1 |
| ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO | 1 | 0 | 1 |
| ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL | 1 | 1 | 2 |
| AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS | 1 | 8 | 9 |
| OUTROS | 0 | 35 | 35 |
| TOTAL GERAL | 315 | 254 | 569 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Pilares de atuação:

Prevenção – Consultoria

A consultoria e o assessoramento jurídico dos órgãos da Administração Pública estadual é tarefa da Consultoria Jurídica da PGE. Ela orienta os gestores em relação a atos legislativos (autógrafos e diligências de projetos de lei), de consultas jurídicas de grande complexidade. Ela atende as Secretarias de Estado também em relação a editais de licitação, contratos, convênios, atos administrativos e a respeito da estruturação de políticas públicas. O objetivo é garantir a segurança jurídica dos atos da Administração e prevenir litígios.

Proteção – Contencioso

A tarefa de defesa no contencioso em geral das ações ajuizadas contra o Estado cabe à Procuradoria do Contencioso. Maior órgão de execução finalístico da PGE, ela está estruturada em núcleos especializados de ações administrativas, patrimoniais, posse e propriedade, saúde, execuções de sentença, dentre outros. Sua função é defender judicialmente o patrimônio público. Com essa atuação, ela garante a execução das políticas públicas do Estado e a segurança jurídica dos atos administrativos dos diferentes órgãos públicos estaduais.

Arrecadação – Fiscal

A arrecadação da dívida ativa é conduzida pela Procuradoria Fiscal da PGE, que promove cobranças administrativas e judiciais. A área promove o protesto das CDAs, ajuíza execuções fiscais e defende o Estado em ações tributárias. Ela se estrutura em núcleos para dar tratamento diferenciado e prioritário para dívidas de alto valor e combater fraudes fiscais estruturadas. Possui atuação também junto ao Tribunal Administrativo Tributário. O objetivo é garantir a receita fiscal do Estado e arrecadar dívidas não pagas.

Conciliação - Câmaras de conciliação e soluções de conflitos

Recentemente estruturada, a Câmara Administrativa de Gestão e Solução de Conflitos (CASC) é a nova frente de atuação da PGE. Com a missão de transformar uma cultura de litigância pela de solução consensual de controvérsias, o objetivo é garantir a redução da litigiosidade e assegurar, de forma célere e assertiva, os direitos dos cidadãos, evitando litígios morosos e desnecessários. A atividade de conciliação desenvolvida pela PGE compreende também a Câmara de Conciliação de Precatórios, que negocia descontos no pagamento de precatórios.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> 1) Capacitação e qualificação funcional 2) Estrutura de trabalho (física e equipamentos) 3) Credibilidade Institucional 4) Autonomia Funcional dos Procuradores 5) Clima Organizacional 6) Excelência na atuação judicial | <ul style="list-style-type: none"> 1) Trabalho Remoto; 2) Equipe de apoio reduzida; 3) Falta de servidores; 4) Valorização funcional; 5) Deficiências do sistema PGE.net 6) Meritocracia 7) Quadro Funcional Próprio 8) Estrutura física e reformas 9) Planejamento 10) Sobrecarga de trabalho 11) Mobilidade funcional |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> 1) Representação junto ao Grupo Gestor de Governo 2) FUNJURE 3) Fortalecimento Institucional, mediante alterações de legislação 4) Ampliação de fonte de recursos | <ul style="list-style-type: none"> 1) Restrições orçamentárias 2) Crises (política, financeira, etc.) 3) Aposentadorias e exonerações 4) Redução do efetivo com o término das disposições 5) Não nomeação dos aprovados em concurso 6) Atualização tecnológica |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Procuradores do Estado;
Servidores;
Estagiários;
Terceirizados.

EXTERNAS:

Advogados;
Agentes Políticos;
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;
Associação de Procuradores;
Associação de Servidores;
Conselho de Contribuintes;
Devedores do Estado;
Governador;
Junta Comercial;
Leiloeiros;
Mídia/ Imprensa;
Ministério Público Estadual/ Ministério Público Federal nos Tribunais Superiores;
OAB;
Poder Judiciário (todas as esferas);
Prefeituras Municipais, quando demandada;
Procuradorias dos Estados em Brasília;
Secretaria da Administração/Secretário da Administração;
Secretaria da Fazenda/Secretário da Fazenda;
Secretaria da Receita Federal;
Outros Órgãos da administração direta e indireta;
Senadores/Deputados/Partidos políticos;
Sindicatos de Servidores;
Tribunal de Contas do Estado.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Embora a atuação da PGE, em face da complexidade, não possa ser reduzida a números, eles são importantes para traçar a dimensão do resultado positivo que o trabalho da instituição gera para a Administração Pública estadual.

No gráfico de área abaixo, é possível perceber que o custo da PGE é muito menor do que o êxito obtido pela instituição na defesa dos processos judiciais e na arrecadação.

DEFESA DA PGE EM AÇÕES AJUIZADAS CONTRA O ESTADO (COMPARATIVO)



Mesmo se considerado o custo da judicialização da saúde (cujas origens fogem a uma abordagem exclusivamente judicial) e as ordens de pagamentos de condenações judiciais (precatórios e RPVs), o que se evidencia são as vitórias judiciais da PGE, que previnem condenações e preservam o patrimônio do Estado de Santa Catarina.

ARRECADAÇÃO

A PGE-SC implantou uma série de medidas que visam o melhor aproveitamento dos recursos da Procuradoria Fiscal com o intuito de otimizar a arrecadação, utilizando critérios de utilidade e relevância econômica. Dessa forma, alcançou, em agosto de 2022, 724 milhões arrecadados em dívida ativa nos 12 meses precedentes, o dobro do índice verificado no início do período de 2020.

Arrecadação da Dívida Ativa:

| | |
|----------------|----------------|
| Fevereiro/2020 | 374.571.144,40 |
| Agosto/2021 | 596.826.313,80 |
| Maior/2022 | 724.651.799,55 |

CONSULTORIA

Com a assunção das consultorias jurídicas setoriais das Secretarias de Estado, a PGE-SC se estruturou e empregou esforços a fim de conferir continuidade aos serviços jurídicos da Administração Pública estadual e assegurar segurança jurídica aos atos e contratos da Administração Pública estadual, bem como à formulação das políticas públicas nas diferentes áreas.

Durante os anos de 2021 e 2020, a Consultoria Jurídica da PGE regulamentou o uso de pareceres jurídicos referenciais, com o intuito de instruir a Administração Pública em matérias repetitivas e similares e, com isso, tornar o serviço de orientação jurídica mais eficiente.

Em junho de 2021, foi implantado o Núcleo de Atendimento Jurídico aos Órgãos Setoriais e Seccionais do Sistema Administrativo de Serviços Jurídicos (NUAJ).

Número de pareceres emitidos:



Volume processual:

De 2020 a 2022, a PGE atuou em 308.389 processos.

| | | |
|----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| Ao longo desses três anos a PGE recebeu 145.448 mil novos processos. | No mesmo período, o Estado de Santa Catarina recebeu um total de 1.510.141 intimações judiciais. | Os processos judiciais demandaram a elaboração de 1.229.214 documentos |
|----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|

CONCILIAÇÃO

A Câmara de Conciliação de Precatórios (CCP), vinculada à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), é responsável pela promoção de editais de conciliação, em que os credores do Estado titulares de precatórios oferecem descontos e, em contrapartida, recebem antecipadamente o pagamento de seus créditos. Essa atividade injeta recurso na economia, garante que o cidadão possa receber mais rapidamente os seus créditos e, ainda, gera economia ao erário.

| | 2020 | 2021 | 2022 | TOTAL |
|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| VALOR DA CERTIDÃO | R\$ 126.824.050,31 | R\$ 226.168.059,54 | R\$ 268.336.091,19 | R\$ 621.328.201,04 |
| VALOR COM ACORDO | R\$ 99.914.470,12 | R\$ 179.536.697,88 | R\$ 210.113.398,00 | R\$ 489.564.566,00 |
| VALOR ECONOMIZADO | R\$ 26.909.580,19 | R\$ 46.631.361,66 | R\$ 58.222.692,60 | R\$ 131.763.634,45 |

No período de 2020 a 2022 foram celebrados 7.072 acordos.

O número de acordos celebrados dobrou de 2020 para 2022.

Foram economizados R\$ 131 milhões em precatórios pagos, o que equivale a 22% de economia gerada.

VALORES AGREGADOS AO ESTADO E À SOCIEDADE (entre 2020 e 2022):

- R\$ 1,4 bilhão em arrecadação de dívida ativa;
- R\$ 13,81 bilhões em ações contra o Estado que foram defendidas pela PGE;
- R\$ 449 milhões de excessos identificados e impugnados pela PGE em processos de execução contra o Estado;
- R\$ 131 milhões economizados em acordos pela Câmara de Conciliação de Precatórios (CCP);
- 32 mil pareceres jurídicos emitidos por Procuradores do Estado, conferindo segurança jurídica aos atos, contratos e políticas públicas formuladas pela Administração Pública estadual.

3.4.3 Integridade e Controle

Controladoria-Geral do Estado – CGE

A Controladoria-Geral do Estado é o órgão central do sistema administrativo de controle interno e ouvidoria do Poder Executivo e integra o Gabinete do Governador do Estado.

Criada por meio da Lei Complementar nº 741/2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, a CGE tem como missão contribuir para a melhoria da gestão pública, por meio do controle e da avaliação dos gastos e das políticas públicas, promover a correição, o combate à corrupção e fomentar a transparência e o controle social.

Dentre suas finalidades está o assessoramento ao Governador do Estado nos assuntos relacionados à defesa do patrimônio, ao controle interno, à auditoria interna governamental, ao aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção e combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão na Administração Pública Estadual.

A CGE, em sua criação, incorporou as atividades de auditoria interna, até então exercidas pela Diretoria de Auditoria-Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda e as atividades de ouvidoria geral, antes exercidas pela Secretaria de Estado da Administração.

Além disso, em sintonia com as estruturas e competências das Controladorias Gerais do país, foram também integradas às competências da CGE as atividades de correição, a serem exercidas pela nova estrutura da Corregedoria-Geral do Estado.

A Auditoria-Geral do Estado - AGE é responsável pelo planejamento e implementação das atividades de fortalecimento do controle interno, auditoria, prevenção e orientação aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Também presta atividades de orientação e assessoramento com a elaboração de propostas de atos normativos e emissão de informações.

A Ouvidoria-Geral do Estado – OGE é a instância de promoção do controle social, responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos; bem como é responsável por garantir o direito de acesso à informação e promover a transparência de forma proativa e espontânea, numa linguagem clara e de fácil entendimento, inclusive para leitura por máquinas, assim criando condições e mecanismos para o exercício do controle social.

A Corregedoria-Geral do Estado – CORREG detém a função de supervisionar e orientar a atividade correicional dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, por meio da sistematização, normatização e fiscalização dos processos de responsabilização administrativa de entes privados; bem como procedimentos atinentes às atividades correicionais, envolvendo agentes públicos, decorrentes de investigações preliminares, sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

A Diretoria de Integridade e Compliance – DIC é responsável por fomentar a cultura da integridade e da gestão de riscos no Poder Executivo, e pela implementação de políticas e procedimentos de promoção da moralidade, da ética e da honestidade na administração pública. A Diretoria orienta e capacita os órgãos e entidades em relação aos Programas de Integridade e Compliance, instrumento que busca reduzir riscos de práticas ilícitas, fortalecendo a prevenção e o combate à corrupção.

Assim, as estruturas da AGE, OGE, DIC e CORREG, juntas, têm contribuído para a evolução dos processos de gestão, em consonância com as melhores práticas administrativas contemporâneas. A sinergia entre estas áreas, em uma mesma estrutura, traz consideráveis benefícios para a concretização das finalidades da CGE.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

De acordo com o artigo 25 da Lei Complementar 741/2019, a CGE, órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno e Ouvidoria, subordinada diretamente ao Governador do Estado, terá sua organização, estruturação, funcionamento e competências disciplinados em lei específica.

Parágrafo único. Compete à CGE, além de outras atribuições previstas em lei específica:

- I — tomar as providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública estadual;
- II — instaurar procedimentos e processos administrativos a seu cargo, constituindo comissões para seu devido acompanhamento;
- III — realizar inspeções e avocar procedimentos e processos em curso na administração pública estadual, para exame de sua regularidade, bem como propor providências ou correção de falhas;
- IV — requisitar dados, informações e documentos relativos a procedimentos e processos administrativos já arquivados por autoridade da administração pública estadual;
- V — requisitar a órgão ou entidade da administração pública estadual de informações e documentos necessários a seus trabalhos ou suas atividades;
- VI — propor medidas legislativas ou administrativas e sugestão de ações para evitar a repetição de irregularidades constatadas;
- VII — receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos em geral e apurar o exercício negligente de cargo, emprego ou função na administração pública estadual, quando não houver disposição legal que atribua competências específicas a outros órgãos;
- VIII — coordenar o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual; e
- IX — executar as atividades de controladoria no âmbito da Administração Pública Estadual.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover a qualidade do gasto público por meio do fortalecimento do controle interno, da integridade, da transparência, da participação social, da prevenção e do combate à corrupção.

VISÃO: Ser reconhecida pela sociedade como órgão de excelência na promoção da qualidade do gasto público, da participação social, da prevenção e do combate à corrupção.

VALORES: Ética; Integridade; Transparência; Autonomia; Compliance; Comprometimento; Cooperação; Sustentabilidade

Cadeira de Valor:



ESTRUTURA:

Controladoria-Geral do Estado (Gabinete, Auditoria-Geral e Diretoria de Integridade e Compliance) está instalada em imóvel comercial constituído de 15 salas (310, 312, 314, 316, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329 e 331).

Já a Ouvidoria-Geral, Corregedoria-Geral do Estado e Gerência de Auditoria de Pessoal (GAPES) se utiliza da estrutura do Centro Administrativo do Governo.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| SETOR | TOTAL | AUDITOR DO ESTADO | CEDIDOS | CTISP | COMISSIONADO | TERCEIRIZADOS | BOLSISTAS |
|--------------------|------------|-------------------|-----------|----------|--------------|---------------|-----------|
| GABINETE | 4 | 2 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| SEAF | 4 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| ASCOM | 3 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 |
| CIOUV | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| COJUR | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| CIES | 8 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 |
| COGES | 8 | 1 | 2 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| AGE | 39 | 31 | 1 | 0 | 4 | 0 | 3 |
| CORREG | 12 | 6 | 3 | 1 | 2 | 0 | 0 |
| OGE | 23 | 2 | 10 | 1 | 3 | 4 | 3 |
| DIC | 7 | 1 | 0 | 0 | 4 | 0 | 2 |
| Setor de Limpeza | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| TOTAL GERAL | 114 | 44 | 20 | 4 | 20 | 12 | 14 |

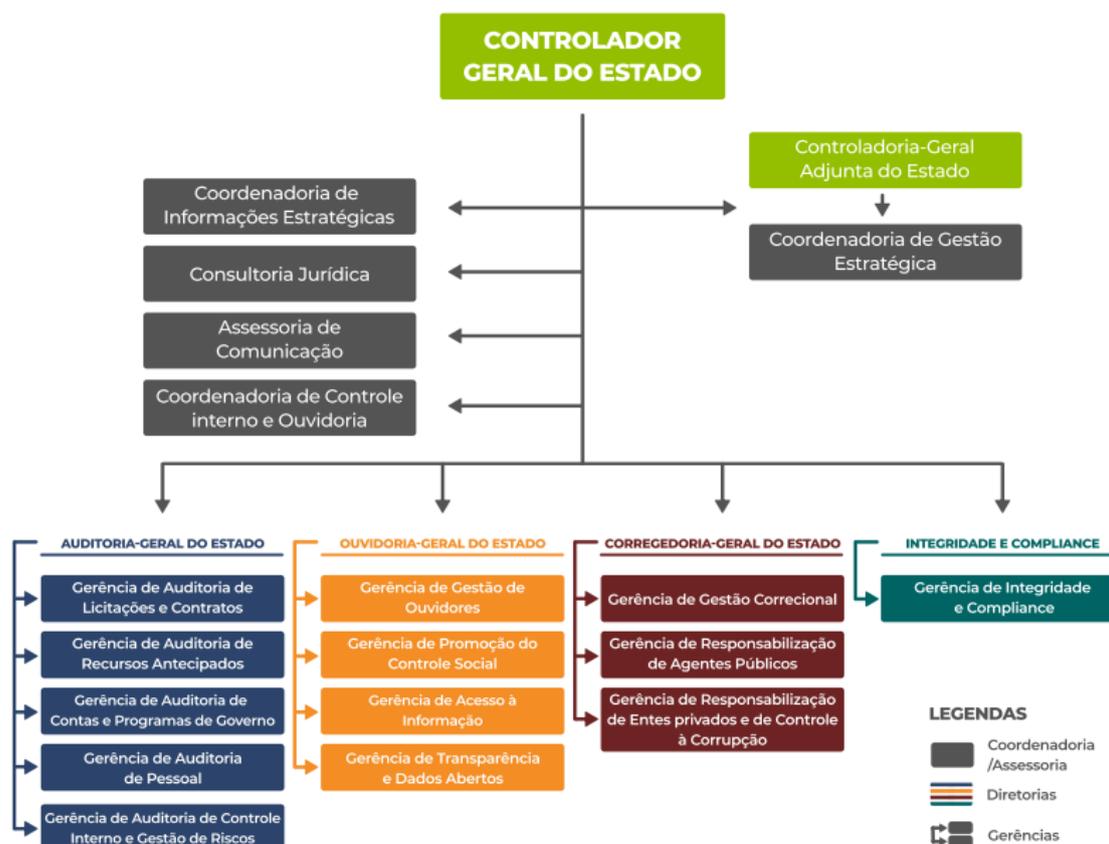
AUDITOR DO ESTADO - LEI Nº 18.316, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

ATRIBUIÇÕES - LEI COMPLEMENTAR Nº 687, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

1. propor a edição de normas e a sistematização e a padronização dos procedimentos de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão;
2. realizar auditoria e fiscalizar e emitir relatórios sobre a gestão dos administradores públicos;
3. verificar a legalidade e a exatidão dos pagamentos da remuneração, dos subsídios, dos proventos, das pensões e dos descontos relativos aos servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, bem como a suficiência dos dados relativos a atos de pessoal;
4. apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou de irregulares, inclusive os decorrentes de denúncias, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos estaduais e, quando for o caso, recomendar às autoridades competentes as providências cabíveis;
5. realizar auditorias ordinárias e especiais nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo Relatório de Auditoria;
6. avaliar e fiscalizar, sob o aspecto da legalidade, a aplicação dos recursos repassados pelo Estado a Municípios, desde que não derivados de obrigação constitucional, e a pessoas físicas ou a entidades ou organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica, de direito público ou privado, que recebam transferências à conta do Orçamento do Estado a qualquer título;
7. avaliar o controle interno dos órgãos e das entidades auditadas;
8. realizar os trabalhos de auditoria decorrentes de acordos ou contratos com organismos nacionais ou internacionais;
9. verificar o controle e a utilização dos bens e valores sob uso e guarda de qualquer pessoa física ou entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre qualquer conta do patrimônio público estadual ou pelas quais responda ou, ainda, que em seu nome assumam obrigações de natureza pecuniária;
10. avaliar os resultados alcançados pelos administradores, em face da finalidade e dos objetivos dos órgãos ou das entidades que dirigem, sem prejuízo de outros controles a que porventura estejam submetidos;

11. fiscalizar o processo de arrecadação de receitas tributárias e não tributárias bem como a regularidade na realização da despesa pública;
12. emitir Relatório e Certificado de Auditoria nas tomadas de contas especiais instauradas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, inclusive nas determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC);
13. fiscalizar a guarda e a aplicação dos recursos extraorçamentários;
14. recomendar a inscrição em responsabilidade nos casos em que constatado, em Relatório de Auditoria, que determinado ato tenha dado causa a prejuízo ou lesão ao erário;
15. realizar auditorias nos contratos de financiamentos em que os órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado sejam partes, como concedentes ou beneficiários, inclusive as exigidas pelas instituições financiadoras;
16. executar a programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, de atos de pessoal, de gestão e de sistemas informatizados de iniciativa da Diretoria de Auditoria Geral ou das auditorias determinadas pelo TCE/SC, na Administração Direta e Indireta do Estado;
17. realizar auditoria e fiscalizar obras executadas pelo Estado e as que resultem de convênio com outro ente da federação;
18. realizar auditoria e fiscalizar serviços, procedimentos e aquisições referentes aos departamentos médicos existentes nos diversos órgãos e entidades do Estado;
19. desenvolver auditoria, realizar fiscalizações e sugerir a edição de normas segundo cada área de atuação constante da habilitação profissional;
20. avaliar a eficiência, eficácia e economicidade dos equipamentos e medicamentos adquiridos e das obras executadas;
21. avaliar previamente a lista dos equipamentos e medicamentos a serem adquiridos, manifestando-se acerca da existência de produtos similares;
22. pronunciar-se acerca da qualidade e quantidade dos materiais empregados nas obras contratadas pelo Estado;
23. manifestar-se previamente acerca de projetos ou atividades a serem desenvolvidos pelo Estado, dando imediato e direto conhecimento ao ordenador da despesa e ao TCE/SC se a alternativa não for a mais econômica;
24. realizar perícias judiciais e extrajudiciais; e
25. propor a edição de normas ou a alteração de procedimentos que visem à melhoria dos serviços e controles, tornando-os mais eficazes por meio da eliminação de retrabalhos e de outras tarefas que não contribuem para a segurança das informações.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

DIRETORIAS / ÁREAS DE ATUAÇÃO

AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Avalia a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança para auxiliar as organizações a conquistarem seus objetivos a partir de uma correta e eficiente aplicação dos recursos públicos.

OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

Promove a transparência, criando condições para a participação do cidadão e o exercício do controle social. É uma fonte de informação para o gestor.

CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO

Sistematiza, normatiza, supervisiona, padroniza, fiscaliza e orienta as atividades de correção e de combate à corrupção nos órgãos do Executivo.

INTEGRIDADE E COMPLIANCE

Fomenta a cultura da integridade e da gestão de riscos no Poder Executivo e implementa políticas e procedimentos de promoção da moralidade, da ética e da honestidade.

Principais Macroprocessos Finalísticos:

| MACROPROCESSO | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRINCIPAIS CLIENTES | UNIDADE RESPONSÁVEL |
|-----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| CONTROLE INTERNO | Exercer as competências de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, por meio de planejamento, normatização, coordenação técnica, supervisão, harmonização e orientação das atividades de controle dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. | Usuários e gestores | Auditoria-Geral do Estado |
| AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL | Atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, inerente ao sistema de controle interno e essencial ao funcionamento da administração pública, desempenhada por órgão de natureza permanente e desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da organização. Deve fornecer auxílio às organizações públicas para realizarem seus objetivos, a partir a aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e controles internos. | Usuários e gestores | Auditoria-Geral do Estado |
| INSPEÇÃO APURAÇÃO / | Ação de controle da atividade governamental orientada à avaliação de conformidade normativa da atuação governamental, podendo inclusive ter cunho investigativo com o objetivo de apurar violações a regulamentos ou leis, e foco em transações e indivíduos passíveis de sanção posterior. | Usuários e gestores | Auditoria-Geral do Estado / Corregedoria-Geral do Estado |
| CONSULTORIA ASSESSORIA / | Atividade que consiste em assessoramento, aconselhamento e outros serviços relacionados e fornecidos à alta administração com a finalidade de respaldar as operações de uma unidade. As finalidades dos trabalhos de consultoria são agregar valor a organização e melhorar os seus processos de governança, de gestão de riscos, e de controles internos, de ouvidoria, de acesso à informação de forma condizente com os valores, as estratégias e os objetivos da unidade. | Usuários e gestores | Auditoria-Geral do Estado / Ouvidoria-Geral do Estado |
| OUIDORIA PÚBLICA | Função que fomenta o controle social e a participação popular por meio do recebimento, registro e tratamento de pedidos de informações, sugestões, elogios, reclamações, solicitações e denúncias de pessoas físicas ou jurídicas sobre os serviços prestados à sociedade e à adequada aplicação dos recursos públicos. | Cidadãos, usuários e gestores | Ouvidoria-Geral do Estado |
| GESTÃO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA E DADOS ABERTOS | Conjunto de processos necessários para a liberação de informações e dados à sociedade de forma tempestiva, seguindo as regras estabelecidas pela legislação e sem necessidade de pedidos prévios, como por exemplo o Portal da Transparência e a Plataforma de Dados Abertos das entidades da Administração Pública Estadual. | Cidadãos, usuários e gestores | Ouvidoria-Geral do Estado |
| CORREGEDORIA | Exercer as competências de órgão de atuação institucional do Sistema de Controle Interno e Ouvidoria do Poder Executivo por meio de coordenação técnica (supervisão, sistematização, normatização, fiscalização e orientação) das atividades correccionais (decorrentes de investigações preliminares, sindicâncias e processos administrativos disciplinares) e de responsabilização de entes privados, a fim de desenvolver e difundir instrumentos e práticas eficazes voltados à prevenção e ao combate à corrupção. | Agentes públicos; Entes Privados Contratantes com a Administração Pública | Corregedoria-Geral do Estado |
| INTEGRIDADE COMPLIANCE / | Fomentar a cultura da integridade e da gestão de riscos no Poder Executivo, e pela implementação de políticas e procedimentos de promoção da moralidade, da ética e da honestidade na administração pública, capacita os órgãos e entidades em relação aos Programas de Integridade e Compliance, instrumento que busca reduzir riscos de práticas ilícitas, fortalecendo a prevenção e o combate à corrupção. | Usuários e gestores | Diretoria de Integridade e Compliance |

Principais Macroprocessos de Apoio:

| MACROPROCESSO | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRINCIPAIS CLIENTES | UNIDADE RESPONSÁVEL |
|-------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS | Tem por objetivo estimular o desenvolvimento de profissionais competentes, motivados e comprometidos com a melhoria da gestão pública, bem como criar e manter ambiente de trabalho que conduza à excelência no desempenho, à plena participação, ao crescimento profissional e à qualidade de vida. Contempla, também, o aperfeiçoamento das práticas referentes ao sistema de trabalho, assim como a garantia da legalidade dos atos relativos a pessoas. | Servidores | Setor Administrativo Financeiro e SEA/DGDP |
| GESTÃO ESTRATÉGICA | Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico da CGE, bem como definir prioridades, responsabilidades e compromissos com os rumos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos, ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do CGE. | Gestores | Coordenadoria de Gestão Estratégica, vinculada ao Gabinete do Controlador-Geral |
| GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA | Tem por objetivo estabelecer, dispor de dados e relatórios estatísticos, gerenciar execução financeira, gerenciar execução orçamentária, - supervisionar, coordenar e acompanhar a gestão da CGE. | Gestores e Servidores | Setor Administrativo Financeiro e SEA/DIAF |
| GESTÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO | Tem por objetivo identificar necessidades e oportunidades para o uso da tecnologia da informação em suporte ao negócio da organização, implementar soluções que atendam às necessidades e oportunidades identificadas e assegurar o uso e funcionamento apropriado das soluções de TI | Servidores | Setor Administrativo Financeiro e SEA/DIAF |
| GESTÃO DA COMUNICAÇÃO | Tem por objetivo gerenciar a comunicação social, cobertura jornalística das atividades, arquivo de gravações de reuniões, eventos e seções, bem como difundir notícias sobre as atividades desenvolvidas pela CGE nos canais de comunicação disponíveis. | Gestores e Servidores | Assessoria de Comunicação vinculada ao Gabinete do Controlador-Geral |

ANÁLISE SWOT

A análise foi efetuada a partir da elaboração da Matriz SWOT (ou FOFA em português) da CGE, a qual refere-se a um estudo combinado dos ambientes interno e externo que influenciam no desenvolvimento e no alcance dos objetivos da organização, conforme segue:

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> Ampliação e desenvolvimento da gestão de projetos, processos e planejamento da CGE Amplo acesso à informação Assessoria / Consultoria de Gestão Autonomia Funcional Comunicação efetiva das ações para a imprensa e a sociedade Convergência das Macrofunções de Controle Credibilidade da instituição Engajamento e comprometimento das equipes Equipe multidisciplinar e qualificada Missão institucional relevante Orientação e Capacitações para o público interno e externo Recursos Tecnológicos e Sistemas Gerenciais Servidores técnicos nos cargos de gestão Vinculação direta ao gabinete do Governador | <ol style="list-style-type: none"> Alinhamento objetivos ODS/ONU Ambiente propício para a qualificação dos gastos e recuperação de recursos públicos Ampliação da cobertura de mídia para ações da CGE Ampliação de Parcerias Institucionais Atuação e reputação preventiva / colaborativa, não somente punitiva Aumento de quadro de pessoal (Concurso e demais formas) Criação de fundo estadual de prevenção e combate à corrupção Demanda social por controle, transparência e combate à corrupção Existência de órgãos nacionais e internacionais que instiguem e fomentem as atividades de controle Maior reconhecimento interno e externo Otimização e implantação de novas tecnologias Publicação da Lei Orgânica |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de quadro de pessoal próprio 2. Deficiência de pessoal (quantitativo geral, TI e Engenharia) 3. Deficiência no compartilhamento de atividades / informações 4. Estrutura física inadequada (sala de reuniões, salas não reformadas, sede única e identificação visual) 5. Falta de integração entre as áreas da CGE 6. Gestão do conhecimento insuficiente. 7. Insuficiência de hardwares e softwares adequados | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de autonomia administrativa 2. Dificuldade de acesso a dados 3. Distanciamento dos outros órgãos e não atendimento das recomendações 4. Falta de entendimento do papel de consultoria da CGE 5. Não publicação da Lei Orgânica 6. Quadro funcional integralmente composto por servidores à disposição e/ou comissionados 7. Usurpação de atribuições |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Governador;

Gestores;

Sistema de Controle Interno (1ª e 2ª linha de defesa); e

Servidores.

EXTERNAS:

Cidadão (sociedade);

Sociedade Civil Organizada;

Lenientes;

TCE;

MP; e

CGU.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

EXERCÍCIO DE 2020

DADOS QUANTITATIVOS

Ouvidoria e Acesso à Informação

Manifestações de Ouvidoria

25,7 mil

Pedidos de Acesso à Informação

1,9 mil

Gráfico 1 - Manifestações de Ouvidoria por Natureza

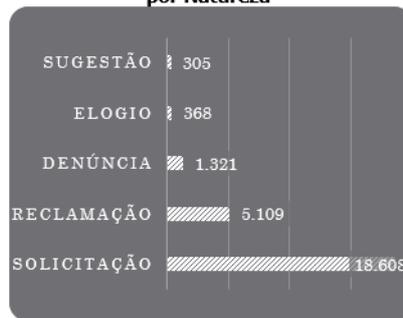


Gráfico 2 - Manifestações da Ouvidoria com os 5 (cinco) assuntos mais frequentes

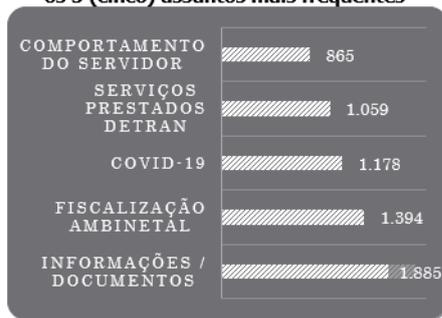


Gráfico 3 - Os 5 (cinco) Órgãos ou Entidades com maior frequência de Pedidos de Acesso à Informação

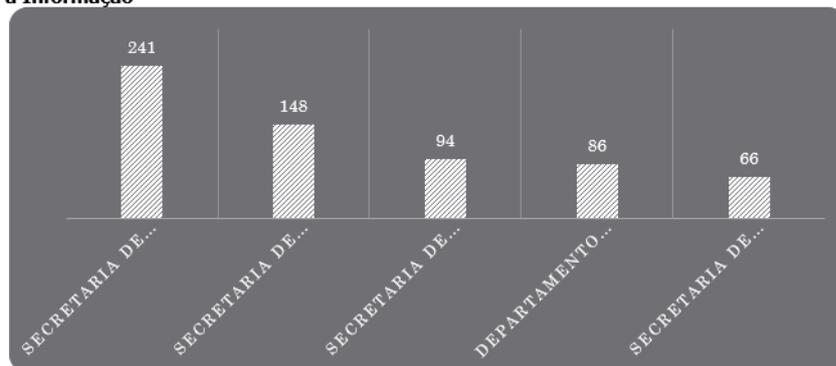
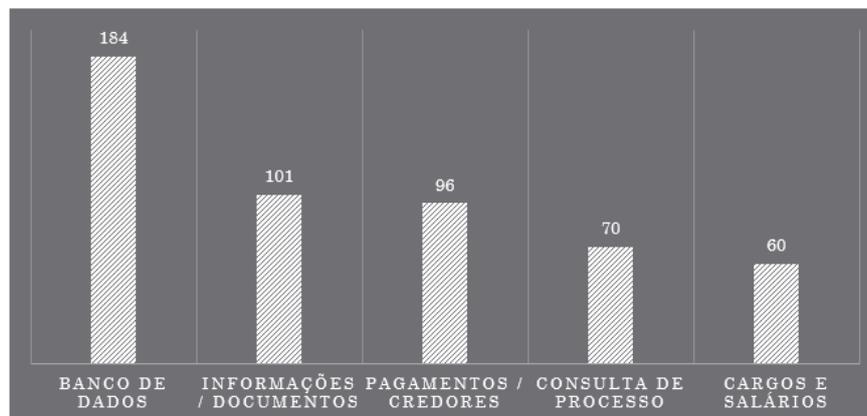


Gráfico 4 - Os 5 (cinco) principais assuntos solicitados por meio do Pedido de Acesso à Informação



Desempenho da Ouvidoria

Prazo de resposta da ouvidoria para o cidadão (em dias)

12,3 dias

O indicador representa o tempo médio de encaminhamento de respostas ao usuário, a partir do recebimento da demanda.

Índice de atendimento aos prazos de resposta (%)

82,5 %

O indicador representa a quantidade de respostas, encaminhadas ao usuário, dentro

Desempenho do Acesso à Informação

Prazo de resposta da ouvidoria para o cidadão (em dias)

7,5 dias

O indicador representa o tempo médio de encaminhamento de respostas ao usuário, a partir do recebimento da demanda.

Índice de atendimento aos prazos de resposta (%)

95 %

O indicador representa a quantidade de respostas, encaminhadas ao usuário, dentro

Benefícios Financeiros e Potenciais das Atividades da CGE

Os benefícios financeiros e potenciais, conforme definido pela Portaria SEF nº 441/2016, são os benefícios que envolvem valores que podem ser quantificados e representados monetariamente.

| Descrição do Evento | Crédito a ressarcir | Desembolso Evitado | Potenciais | Total |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Pagamentos Irregulares apurados pelo monitoramento da Folha | 644.209,55 | 2.168.289,65 | 0,00 | 2.812.499,20 |
| SISOBI e prévia da folha | 974.880,55 | 29.154.212,28 | 0,00 | 30.129.092,83 |
| Ressarcimento por órgão estadual dos vencimentos dos servidores das Fundações Educacionais quando nomeados para cargos comissionados na esfera estadual | 0,00 | 0,00 | 316.325,00 | 316.325,00 |
| Acumulação de vantagens de prestação de serviços com a remuneração integral do órgão de origem de servidores oriundos de empresas do Estado (Informação nº 14/2020) | 0,00 | 0,00 | 1.615.410,00 | 1.615.410,00 |
| Tomada de Contas Especial com irregularidade | 0,00 | 0,00 | 7.970.620,49 | 7.970.620,49 |
| Isenção de taxas e tarifas | 0,00 | 3.435.930,55 | 0,00 | 3.435.930,55 |
| Assessoria realizada pelas análises prévias nas aquisições e contratações para enfrentamento da COVID-19 | 0,00 | 587.505,00 | 9.433.994,00 | 10.021.499,00 |
| Assessoria e consultoria em processos de contratação de obras e serviços de engenharia para o enfrentamento da situação anormal (ciclone extratropical) - (Operação ciclone) | 0,00 | 0,00 | 500.000,00 | 500.000,00 |
| Auditoria nos processos de aquisições e contratações para enfrentamento da COVID-19 | 6.280.537,19 | 0,00 | 0,00 | 6.280.537,19 |
| Consulta sobre termo aditivo ao Contrato nº 259/2018, da empresa OZZ Saúde Eireli com a SES, compra extracontratual destinada ao atendimento da COVID-19 (SES 43582/2020) | 0,00 | 1.846.345,57 | 0,00 | 1.846.345,57 |
| TOTAL (R\$) | 7.899.627,29 | 37.192.283,05 | 19.836.349,49 | 64.928.259,83 |

Transparência Ativa

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Número de acessos

400 mil

Dispositivo utilizado para o acesso

Computador 56%
Celular 44%

Pesquisas Mais Acessadas:

1. Remuneração de Servidores
2. Receita
3. Despesa
4. Cartão de Pagamento

PORTAL DE DADOS ABERTOS

Número de acessos

125 mil

Dispositivo utilizado para o acesso

Computador 73%
Celular 27%

Conjuntos Mais Acessados:

1. Decretos Estaduais COVID-19
2. Portarias Estaduais COVID-19
3. Instrumentos Normativos COVID -19
4. Leis Estaduais COVID-19

DADOS QUALITATIVOS

COVID-19

Principais Ações:

Transparência COVID-19:

<http://transparenciacovid19.sc.gov.br>

Criado especificamente para dar transparência aos dados do Governo do Estado, entrou no ar em abril/2020, sendo desenvolvido pelo Centro de Informática e Automação do Estado (CIASC) sob a coordenação da CGE. O projeto contou também com a ativa participação da Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Administração e Secretaria de Comunicação. O tema do enfrentamento da COVID-19 teve cerca de 50 mil acessos. No Transparência COVID-19, constam todas as informações sobre receitas e despesas do Estado com aquisições e contratações relacionadas à COVID-19, além de informações acerca do monitoramento de leitos de UTI e boletins diários dos casos em Santa Catarina.

Dados abertos COVID-19: o Portal de Dados Abertos teve 125 mil acessos em 2020 e também se mostrou bastante útil durante a pandemia. Informações sobre a COVID-19 foram as mais buscadas com destaque para decretos, portarias e leis estaduais referentes ao enfrentamento da pandemia, além do número de casos. O site conta atualmente com 102 conjuntos de dados de 25 órgãos.

Auditoria para verificação e aperfeiçoamento dos controles internos administrativos na SES e SEA, com base nas análises prévias realizadas pela CGE nos processos de aquisições e contratações para enfrentamento da COVID-19:

Auditoria nos processos de aquisições e contratações para enfrentamento da COVID-19: Auditoria realizada com o objetivo de avaliar as contratações por dispensa de licitação nos processos de compras destinados ao enfrentamento da emergência em saúde decorrente da COVID-19, realizados entre março e abril de 2020 pelas Secretarias de Estado da Saúde, da Administração Prisional e Socioeducativa e Casa Civil.

Auditoria Especial de Monitoramento da execução da receita e despesa relativas às ações de enfrentamento à COVID-19 no que se refere à sua correta classificação nos sistemas corporativos SIGEF e SGPe, com vistas à adequada geração de informações no Portal de Transparência.

Assessoria de análises prévias de compras COVID-19: A CGE atuou nas análises prévias, de forma a certificar a regularidade das despesas referentes às compras e contratações para enfrentamento da pandemia do COVID-19, com valores superiores ao montante de R\$ 176.000.00.

Manual de gestão patrimonial COVID-19: orientação às unidades de controle interno quanto às principais ocorrências nas aquisições de bens de consumo e permanentes relativas ao complemento de empenho 515.

Orientação quanto à supervisão e controle dos atos relacionados ao enfrentamento da COVID-19 às UCIs: recomenda que os responsáveis pelo controle interno voltem sua atenção à gestão dos estoques dos insumos relacionados à saúde, tais como máscaras, vacinas, álcool em gel, medicamentos, entre outros, de forma a garantir o amplo controle e transparência sobre sua gestão. Lembra que o planejamento anual é um instrumento dinâmico e flexível, que deve ser reavaliado continuamente e adaptado às mudanças (Ofício Circular CGE nº 010/2020).

Impactos da COVID-19 no PPA e LOA - Informação nº 37/2020, que sugeriu alterações no Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023 e na Lei Orçamentária de 2020, como medidas de enfrentamento às demandas da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) no território catarinense.

Painel Covid-19 - Idealizado assim que declarada a situação de emergência no Estado e a necessidade do acompanhamento das receitas da União e despesas relacionadas com a pandemia.

Desenvolvimento de sistema para acompanhamento dos trabalhos da COVID-19 - sistema desenvolvido para auxiliar no monitoramento do andamento dos processos de compras destinados ao enfrentamento da emergência em saúde decorrente da COVID-19.

CICLONE BOMBA

Principais Ações:

Transparência das Despesas Relativas ao Enfrentamento dos Efeitos do Ciclone

<http://www.transparencia.sc.gov.br/despesa/2020/indicador/3800>

Operação Ciclone: No âmbito do Programa de Auditoria nº 013/2020, a equipe de obras concentrou suas atividades no acompanhamento da recuperação das escolas afetadas. No total foram inspecionadas obras em 25 unidades escolares cujos orçamentos totalizam 3,5 milhões. Neste período foram emitidas 11 Informações à SIE e SED com o objetivo de esclarecer ao órgão contratante possíveis pontos de melhoria a serem observados, com potencial para gerar uma economia em torno de 500 mil reais.

Orientação Técnica nº 0003/2020: Orienta os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual acerca dos procedimentos a serem adotados nas aquisições e contratações, por meio de processo licitatório, dispensa ou inexigibilidade de licitação, direcionadas ao restabelecimento das edificações de propriedade do Estado de Santa Catarina danificadas pelo **ciclone extratropical**, nos casos de calamidade pública declarada pelo Decreto nº 700/2020 e alterações posteriores.

Web-aula sobre o Painel Ciclone Bomba e confecção de mini-manual: juntamente com a equipe BI-CGE, foi confeccionado manual simplificado para acesso e utilização do Painel Ciclone Bomba, construído na ferramenta de *Business Intelligence*-BI, que se constitui em trilhas desenvolvidas para acompanhamento e controle das despesas oriundas do fenômeno climático que assolou SC em 30 de junho, as quais devem possuir tratamento específico, normatizado na IN Conjunta CGE/SEA/SEF nº 0001/2020. Conjuntamente, a equipe BI-CGE ministrou web-aula para a Defesa Civil e a SED, órgãos com maior incidência das despesas em questão.

Painel BI Ciclone Bomba: monitoramento da emissão das notas de empenho (NE), de todos os órgãos do Executivo abrangidos pelo Sigef, segundo requisitos da IN Conjunta CGE/SEA/SEF nº 001/2020 de 26 de agosto de 2020, com vistas a assegurar a transparência dos recursos empregados e a fidedignidade das informações no Portal da Transparência.

EXERCÍCIO DE 2021

DADOS QUANTITATIVOS

Ouvidoria e Acesso à Informação

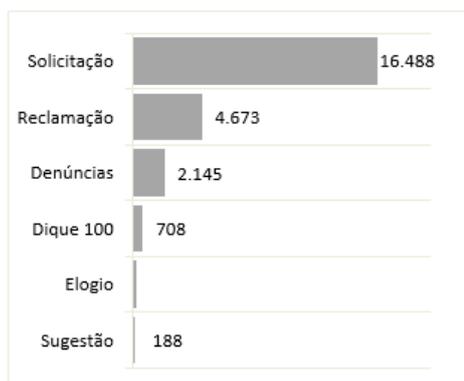
Manifestações de Ouvidoria

24.527 Manifestações

Pedidos de Acesso à Informação

3.753 Pedidos

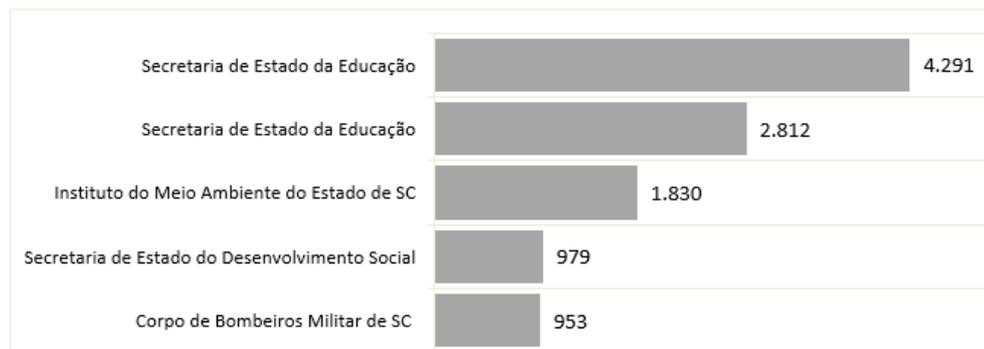
Manifestações de Ouvidoria por Natureza



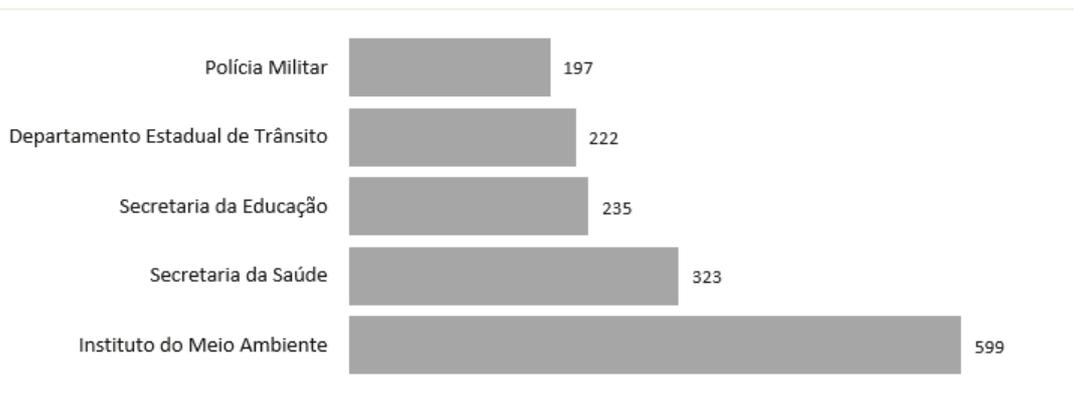
Manifestações da Ouvidoria com os 5 (cinco) assuntos mais frequentes



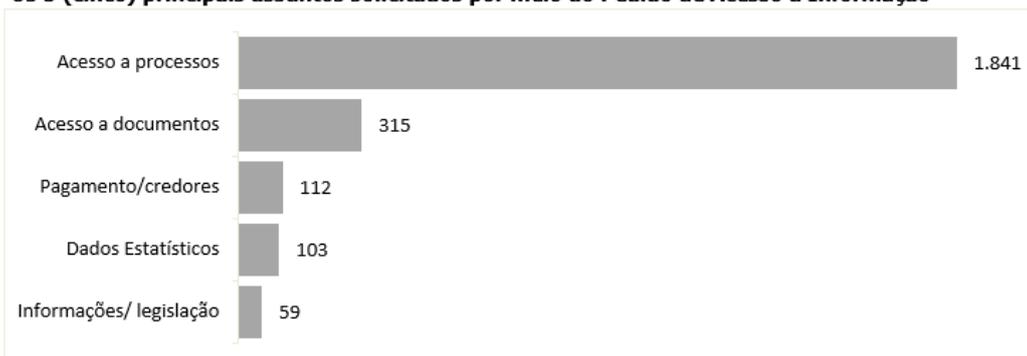
Os 5 (cinco) Órgãos com maior Frequência de Manifestações de Ouvidoria



Os 5 (cinco) Órgãos com maior Frequência de Pedidos de Acesso à Informação



Os 5 (cinco) principais assuntos solicitados por meio do Pedido de Acesso à Informação



Desempenho da Ouvidoria

Prazo de resposta da ouvidoria para o cidadão (em dias)

11,6 dias

O indicador representa o tempo médio de encaminhamento de respostas ao usuário, a partir do recebimento da demanda.

Índice de atendimento aos prazos de resposta (%)

81,4%

O indicador representa a quantidade de respostas, encaminhadas ao usuário, no de prazo até 20 dias

Desempenho do Acesso à Informação

Prazo de resposta da ouvidoria para o cidadão (em dias)

9,8 dias

O indicador representa o tempo médio de encaminhamento de respostas ao usuário, a partir do recebimento da demanda.

Índice de atendimento aos prazos de resposta (%)

93,6 %

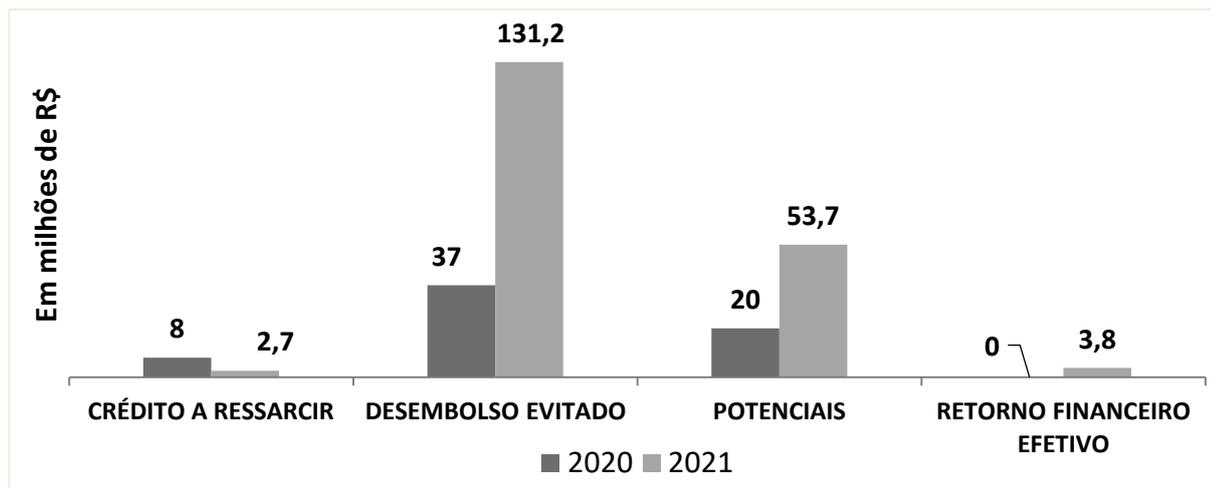
O indicador representa a quantidade de respostas, encaminhadas ao usuário, no prazo de até 30 dias

Benefícios Financeiros Efetivos e Potenciais das Atividades da CGE

Os benefícios financeiros e potenciais, conforme definido pela Portaria SEF nº 441, de 28 de novembro de 2016, são os benefícios que envolvem valores que podem ser quantificados e representados monetariamente.

Os trabalhos de **auditoria feitos pela AGE** em 2021 evitaram o desembolso de R\$ 131,2 milhões aos cofres públicos, apurando, ainda, créditos a serem ressarcidos no montante de R\$ 2,7 milhões, retorno financeiro efetivo no valor de R\$ 3,8 milhões, e por fim benefícios potenciais de R\$ 53,7 milhões assim totalizando em 2021 o montante de R\$ 191,4 milhões. Esse resultado representa um crescimento de 195%, em relação ao exercício de 2020, conforme gráfico a seguir:

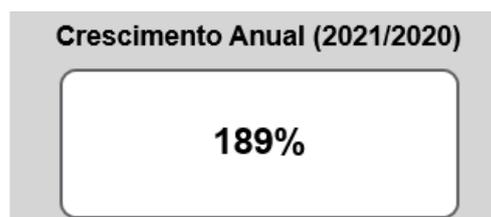
Benefícios Financeiros Efetivos e Potenciais



Total de R\$ 191,4 milhões de reais em 2021.

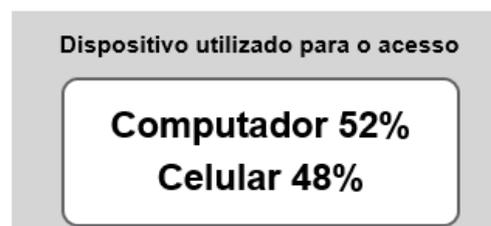
Taxa de Retorno

Em 2021, a taxa de retorno para cada R\$ 1 investido na CGE foi de R\$ 6,93. Isso quer dizer que para cada R\$ 1 real aplicado pelo Governo no custeio e investimento do órgão, houve um retorno financeiro de R\$ 6,93. O crescimento em relação ao ano passado é de 189%.



Transparência Ativa

Portal da Transparência



Pesquisas mais acessadas:

- 1. Remuneração de Servidores**
- 2. Receita**
- 3. Despesa**
- 4. Cartão de Pagamento**

Portal e Dados Abertos

Número de acessos

113 mil

Dispositivo utilizado para o acesso

Computador 70%
Celular 30%

Conjuntos Mais Acessados:

- 1. Decretos Estaduais COVID-19**
- 2. Portarias Estaduais COVID-19**
- 3. Instrumentos Normativos COVID -19**
- 4. Leis Estaduais COVID-19**

DADOS QUALITATIVOS

AUDITORIA

Principais Ações:

Folha de pagamento dos servidores de SC terá auditoria de universidade americana - Com o intuito de identificar problemas e evitar gasto público, a CGE assinou um acordo de cooperação técnica com a Universidade de Rutgers, em New Jersey, nos Estados Unidos, para transferência de conhecimento tecnológico em auditoria contínua. O objetivo é ampliar o controle sobre a folha de pagamento, evitando inconsistências e irregularidades no seu processamento. O monitoramento permanente da folha, realizado pela Controladoria, já evita desembolsos desnecessários para os cofres do Estado. **Só nos primeiros nove meses do ano, R\$ 58,7 milhões deixaram de sair dos cofres de Santa Catarina.** O trabalho é feito em parceria com a Secretaria de Administração.

Implantação do Módulo Bens e Valores - em 2021 foram enviadas por meio do módulo 76.952 Declarações Bens e Valores. O objetivo é permitir o acompanhamento da evolução patrimonial dos servidores e agentes públicos e detectar possíveis incompatibilidades com a remuneração.

Inspeção realizada no almoxarifado da SED para aferir a conformidade do material recebido com relação à descrição do objeto contida no Pregão Eletrônico 231/2020 - A aquisição de 21.163.100 máscaras para atender à demanda das unidades escolares de toda a rede estadual de educação, no valor de R\$8.465.240, foi objeto de denúncia ao Ministério Público Estadual e decisão do Tribunal de Contas do Estado, gerando a necessidade de atuação conjunta da Auditoria-Geral. A amostra analisada pela equipe de auditoria permitiu afirmar que o material foi recebido sem conformidade com a especificação do objeto contido no edital de licitação. Foram recomendadas diversas melhorias nos processos de compras da SED e a instauração de sindicância preliminar para apuração de responsabilidade.

Análise processo de aquisição de equipamentos e utensílios de cozinha e refeitórios escolares SED do Termo de Referência nº 24/2021, Edital nº 0306/2021, constante do processo SED 39388/2021 - Alteração da especificação do item “bandejas” pela SED e realização de nova pesquisa de preços pela SEA, o que resultou na redução do preço de referência unitário das bandejas de R\$ 23.055.000,00 no preço de referência, quando consideradas as 300.000 bandejas objeto da licitação (preço unitário era de R\$ 94,63 e foi para R\$ 17,78).

Auditoria relativa ao Contrato de Gestão nº 004/SES/2018 - Auditoria de conformidade que tem o propósito de avaliar a execução do Contrato de Gestão nº 004/SES/SC/2018 e aferir a regularidade nas contratações realizadas pela Organização Social - IMAS, propor eventuais melhorias no modelo adotado, e ainda, avaliar se o Concedente (SES) exerceu suas competências relacionadas aos principais controles estabelecidos pela legislação.

Auditoria nos processos de aquisições e contratações para enfrentamento da COVID-19: No âmbito do Programa de Auditoria nº 006/2020, que tem como objetivo verificar a conformidade das contratações por dispensa de licitação nos processos de compras destinados ao enfrentamento da emergência em saúde decorrente da COVID-19. Durante o exercício de 2021, foram analisados 29 processos de compras que totalizam pouco mais de R\$ 100 milhões, por fim destaca-se que as análises e as consultorias realizadas evitaram o desembolso de R\$ 14,6 milhões.

Auditoria realizada no SC Saúde: Acompanhamento da recomendação nº 3.2.7 contida no Relatório de Auditoria nº 13/2019, referente à auditoria realizada no SC Saúde, para verificar a regularidade dos pregões presenciais nº 28/2011 e 57/2016 e dos contratos nº 24/2011 e nº 118/2016, relativos à gestão do plano SC Saúde, bem como verificar o custo efetivo da gestão atual e a regularidade dos convênios firmados com as Prefeituras de Florianópolis e Palhoça (Processo CGE 705/2019). A SEA, atendendo à recomendação contida no Relatório de Auditoria nº 13/2019 e na Informação CGE nº 23/2021, publicou 3 editais de licitação: o PE 33/2021 (SEA 6564/2020) encontra-se em andamento, em fase de diligências; o PE 156/2020 (SEA 6566/2020) foi revogado em 25/06/2021, data em que foi autorizada nova licitação, com alterações no edital; e o PE 32/2021 (SEA 6565/2020) foi homologado em 22/06/2021, gerando uma economia anual de R\$ 32,8 milhões. Foi emitida ainda a Solicitação de Auditoria CGE nº 19/2021 para a SEA, requisitando informações para fins de acompanhamento das demais recomendações contidas no Relatório de Auditoria nº 13/2019.

OUVIDORIA, ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Principais Ações:

Em 2021, o **sistema Ouv** (0800-644-8500 e ouvidoria.sc.gov.br) recebeu 24.527 manifestações. O índice de manifestações abertas e respondidas em até 20 dias foi de 81,4%. A OGE também monitora a aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI). Em 2021, o órgão recebeu 3.753 pedidos, dos quais 93,6% foram respondidos no prazo de até 30 dias.

A **Transparência e os Dados Abertos** tiveram papéis relevantes em 2021 em função do aumento da demanda por conta da pandemia de COVID-19:

- O Transparência COVID-19 transparenciacovid19.sc.gov.br, lançado em abril de 2020 para dar visibilidade aos dados relacionados ao enfrentamento da pandemia, teve 56 mil acessos em 2021;
- O Portal da Transparência www.transparencia.sc.gov.br fechou 2021 com cerca de 858 mil acessos;
- O Portal de Dados Abertos dados.sc.gov.br, lançado no final de 2019, teve 113 mil acessos em 2021. Informações sobre a COVID-19 foram as mais buscadas.

O período de 2021 também ficará marcado como o ano em que o Estado de Santa Catarina lançou o 1º Plano de Ação SC Governo Aberto, construído em conjunto com a sociedade no âmbito da **Open Government Partnership (OGP)**, com compromissos e ações que buscam um governo mais aberto, transparente e responsável. Os compromissos assumidos no plano foram:

- Promover princípios e práticas de governo aberto e controle social em municípios catarinenses, incentivando a aprendizagem compartilhada e articulando iniciativas de governos e sociedade civil nos âmbitos local e estadual;
- Aprimorar o processo de aquisição e contratação do Poder Executivo do Governo de Santa Catarina à luz dos princípios e normas da transparência e contratação aberta, para torná-lo mais eficaz e acessível ao cidadão e demais partes interessadas;
- Promover a participação social para aperfeiçoamento dos serviços públicos através da instituição de conselho de usuários, criação de ferramenta tecnológica de avaliação de serviços digitais e melhoria do sistema de ouvidoria e acesso à informação;
- Reestruturar instrumentos de transparência ativa utilizando desenho centrado no usuário para melhorar a qualidade, usabilidade e acessibilidade da informação pública, inclusive com a disponibilização de formatos abertos.

Cada compromisso desdobrou-se em ações, que identificaram o que o governo se propôs a fazer e qual a entrega aos cidadãos e demais partes interessadas. As ações associadas a cada compromisso foram apresentadas no **1º Plano de Ação SC Governo Aberto**.

Por fim, destaca-se que o Tribunal de Contas de Santa Catarina foi o avaliador externo do **1º Plano de Ação SC Governo Aberto**.

CORREGEDORIA

Principais Ações:

A CGE assinou em dezembro a decisão administrativa condenatória do 1º Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) de empresas concluído pelo Governo do Estado de Santa Catarina. A empresa pagará multa de R\$ 852,1 mil aos cofres estaduais por fraude em contrato de reforma e ampliação de uma escola. As multas à empresa não são ressarcimento de prejuízos causados ao Estado. Trata-se de uma medida administrativa a mais prevista pela Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) devido ao ato de má-fé cometido pela empresa fornecedora. Ela se soma aos processos administrativos de reparação de danos, bem como aos processos de punição aos servidores envolvidos, que correm em paralelo. O processo é a primeira punição da Lei Anticorrupção em SC. Atualmente existem 7 processos de PAR's instaurados, desses 4 são conduzidos pela CGE.

OPERAÇÃO ALCATRAZ - A CRG/CGE atua em cooperação com a força tarefa da Operação Alcatraz, na condução e acompanhamento de procedimentos correccionais disciplinares e de responsabilização de pessoa jurídica. Em 2021 foi realizado o Curso de Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas específico para os servidores indicados pelos Órgãos e Entidades para comporem comissões processantes. Também foram desenvolvidas análises de admissibilidades, cujos Processos Administrativos de Responsabilização serão instaurados a partir de janeiro de 2022. Atualmente foram instaurados 6 PAD's decorrentes desta operação.

Operação Breve Lembrança: Apuração de denúncia de possível fraude na aquisição de equipamentos de informática para a SES. A investigação confirmou os indícios de fraude à licitação por meio de direcionamento do edital e utilização de orçamentos de empresários individuais contendo sobrepreço para elevar o valor de referência da contratação. Foi emitida a Informação CGE nº 358/2021 recomendando a correção do valor de referência e do edital em questão para excluir as cláusulas restritivas, além da apuração disciplinar. Em consequência, o edital foi anulado, foram instaurados processos administrativos disciplinares, três servidores foram afastados preventivamente por 60 dias, sendo um exonerado. Obteve-se o benefício financeiro mínimo de R\$ 10.329.465,46, na modalidade desembolso evitado, considerando-se a diferença entre o valor de referência do primeiro edital (R\$ 7.101.936,40, já com estimativa de sobrepreço) e aquele do edital anulado (R\$ 17.431.401,86). (Processo sob sigilo).

INTELIGÊNCIA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Principais Ações:

A **Coordenadoria de Informações Estratégicas** utiliza *Business Intelligence* (BI) para gerar informações por meio do cruzamento de bases de dados e, assim, subsidiar a tomada de decisões estratégicas. Em 2021, a área finalizou a mudança de versão do BI-CGE para Oracle Analytic Server (OAS) 5.5. Esta ação irá garantir uma maior funcionalidade no tocante ao carregamento de dados para estruturação de painéis de maneira facilitada como Power BI e Qlikview, além de garantir o processamento robusto de informações por meio da topologia estrela da ferramenta. A nova versão está sendo integrada ao portal do Governo Federal (Gov.br) para garantir maior segurança por meio de camadas de autenticação.

Destaca-se ainda:

- **SC Mais Renda** – Conferência contínua das ações desenvolvidas pelos órgãos com relação aos dados cruzados e as apurações de erros no tocante a algumas possíveis aprovações indevidas de pagamentos;
- **Elaboração de Relatório de Inteligência** - Elaboração de documentos de inteligência visando à produção de conhecimento para dar suporte à tomada de decisão na área de auditoria;
- A **Coordenadoria de Gestão Estratégica (Coges)** tem a função de criar mecanismos de integração, desenvolvimento e fortalecimento institucional.

Em 2021, destacam-se as seguintes ações:

- **Desenvolvimento e testes do Sistema de Monitoramento das Recomendações – MONITORA** - As recomendações consistem em ações que a CGE por meio da AGE indica às Unidades Auditadas, visando a corrigir desconformidades, a tratar riscos e a aperfeiçoar processos de trabalho e controles;
- **Evolução e suporte do Sistema de Gestão de Atividade - SIGAT** - todas as atividades previstas no PAA e desenvolvidas pela CGE devem ser cadastradas no SIGAT, que permite o monitoramento e análise do andamento das atividades, com visões dinâmicas para tomada de decisões e emissão de relatório;
- **Coordenação da implementação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM):** metodologia já difundida em vários países, recomendada pelo Banco Mundial e pelo Conaci.

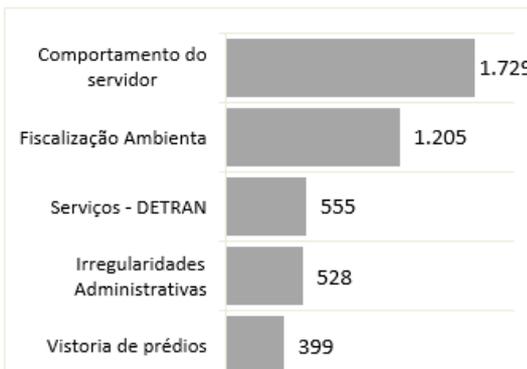
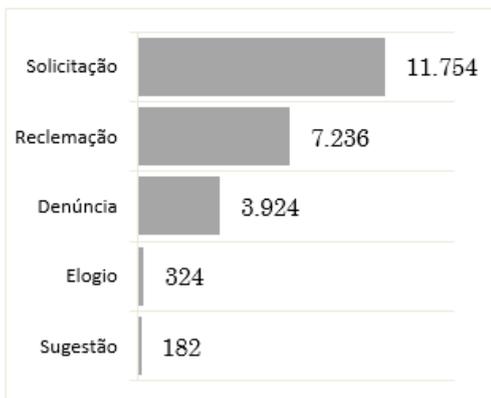
EXERCÍCIO DE 2021

DADOS QUANTITATIVOS

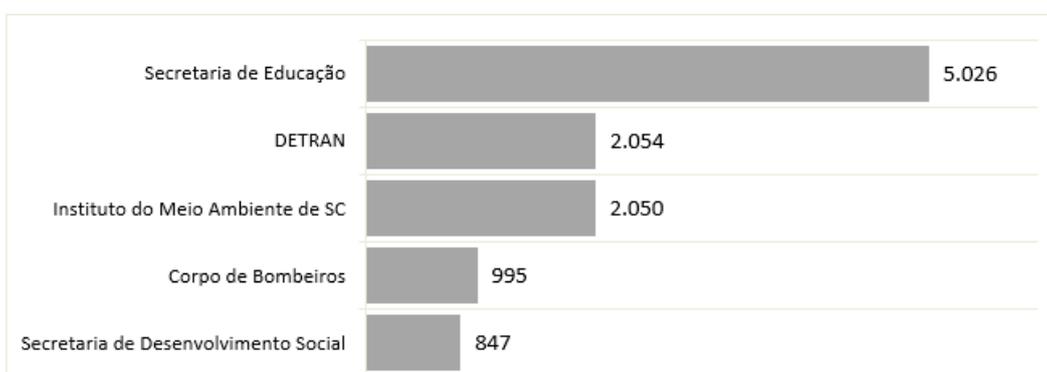
Ouvidoria e Acesso à Informação



Manifestações de Ouvidoria por Natureza **Manifestações da Ouvidoria com os 5 (cinco) assuntos mais frequentes**



Os 5 (cinco) Órgãos com maior Frequência de Manifestações de Ouvidoria



Os 5 (cinco) Órgãos com maior Frequência de Pedidos de Acesso à Informação



Os 5 (cinco) principais assuntos solicitados por meio do Pedido de Acesso à Informação



Desempenho da Ouvidoria

Prazo de resposta da ouvidoria para o cidadão (em dias)

12,5 dias

O indicador representa o tempo médio de encaminhamento de respostas ao usuário, a partir do recebimento da demanda.

Índice de atendimento aos prazos de resposta (%)

82,9%

O indicador representa a quantidade de respostas, encaminhadas ao usuário, no prazo até 20 dias

Desempenho do Acesso à Informação

Prazo de resposta da ouvidoria para o cidadão (em dias)

9,7 dias

O indicador representa o tempo médio de encaminhamento de respostas ao usuário, a partir do recebimento da demanda.

Índice de atendimento aos prazos de resposta (%)

94,7 %

O indicador representa a quantidade de respostas, encaminhadas ao usuário, no prazo de até 30 dias

Benefícios Financeiros Efetivos e Potenciais das Atividades da CGE

Os benefícios financeiros e potenciais, conforme definido pela Portaria SEF nº 441, de 28 de novembro de 2016, são os benefícios que envolvem valores que podem ser quantificados e representados monetariamente.

Os trabalhos de **auditoria e corregedoria feitos** em 2022 evitaram o desembolso de R\$ 72,2 milhões aos cofres públicos, apurando, ainda, créditos a serem ressarcidos no montante de R\$ 7,8 milhões, retorno financeiro efetivo no valor de R\$ 57 milhões, e por fim benefícios potenciais de R\$ 58,9 milhões assim totalizando em 2022 o montante de R\$ 196 milhões, conforme segue:

Benefícios Financeiros e Potenciais – AGE

| TRIMESTRE | Crédito a ressarcir | Desembolso Evitado | Potenciais | Retorno financeiro Efetivo | Total |
|--------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------------|------------------------|
| 1º TRIMESTRE | R\$ 6.807.936 | R\$ 10.681.248 | R\$ - | R\$ - | R\$ 17.489.184 |
| 2º TRIMESTRE | R\$ 212.407 | R\$ 6.236.698 | R\$ 52.300.000 | R\$ 577.358 | R\$ 59.326.463 |
| 3º TRIMESTRE | R\$ 562.018 | R\$ 46.920.708 | R\$ 6.074.705 | R\$ - | R\$ 53.557.430 |
| 4º TRIMESTRE | R\$ 256.533 | R\$ 7.357.884 | R\$ 538.342 | R\$ 731.775 | R\$ 8.884.534 |
| TOTAL | R\$ 7.838.893 | R\$ 71.196.538 | R\$ 58.913.047 | R\$ 1.309.133 | R\$ 139.257.611 |

Benefícios Financeiros e Potenciais – CORREG

| TRIMESTRE | Crédito a ressarcir | Desembolso Evitado | Potenciais | Retorno financeiro Efetivo | Total |
|--------------|---------------------|--------------------|--------------|----------------------------|-----------------------|
| 3º TRIMESTRE | | | | R\$ 55.741.847 | R\$ 55.741.847 |
| TOTAL | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ 55.741.847 | R\$ 55.741.847 |

Benefícios Financeiros e Potenciais – CIOUV

| TRIMESTRE | Crédito a ressarcir | Desembolso Evitado | Potenciais | Retorno financeiro Efetivo | Total |
|--------------|---------------------|----------------------|--------------|----------------------------|----------------------|
| 1º TRIMESTRE | | R\$ 1.010.718 | | | R\$ 1.010.718 |
| TOTAL | R\$ - | R\$ 1.010.718 | R\$ - | R\$ - | R\$ 1.010.718 |

Benefícios Financeiros e Potenciais – QUADRO RESUMO

| TRIMESTRE | Crédito a ressarcir | Desembolso Evitado | Potenciais | Retorno financeiro Efetivo | Total |
|--------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------------|------------------------|
| 1º TRIMESTRE | R\$ 6.807.936 | R\$ 11.691.967 | R\$ - | R\$ - | R\$ 18.499.903 |
| 2º TRIMESTRE | R\$ 212.407 | R\$ 6.236.698 | R\$ 52.300.000 | R\$ 577.358 | R\$ 59.326.463 |
| 3º TRIMESTRE | R\$ 562.018 | R\$ 46.920.708 | R\$ 6.074.705 | R\$ 55.741.847 | R\$ 109.299.277 |
| 4º TRIMESTRE | R\$ 256.533 | R\$ 7.357.884 | R\$ 538.342 | R\$ 731.775 | R\$ 8.884.534 |
| TOTAL | R\$ 7.838.893 | R\$ 72.207.256 | R\$ 58.913.047 | R\$ 57.050.980 | R\$ 196.010.177 |

Destaca-se ainda que em 2022 a taxa de retorno para cada R\$ 1 investido na CGE foi de R\$ 4,74, ou seja, para cada R\$ 1 real aplicado no custeio e investimento da instituição o retorno em benefício financeiro e potencial gerado foi de R\$ 4,74.

Taxa de Retorno

R\$ 4,74

Transparência Ativa

Portal da Transparência

Número de acessos

1,1 milhão

Dispositivo utilizado para o acesso

Computador 52%
Celular 48%

Pesquisas mais acessadas:

- 1. Remuneração de Servidores**
- 2. Receita**
- 3. Despesa**
- 4. Cartão de Pagamento**

Portal e Dados Abertos

Número de acessos

83 mil

Dispositivo utilizado para o acesso

Computador 70%
Celular 30%

Conjuntos Mais Acessados:

- 1. Decretos Estaduais COVID-19**
- 2. Portarias Estaduais COVID-19**
- 3. Instrumentos Normativos COVID -19**
- 4. Leis Estaduais COVID-19**

DADOS QUALITATIVOS

AUDITORIA

Principais Ações:

Implantação do Novo Modelo de Monitoramento da Folha de Pagamento - Com o intuito de identificar problemas e evitar gasto público, a CGE por meio de um acordo de cooperação técnica com a Universidade de Rutgers, em New Jersey, nos Estados Unidos, para transferência de conhecimento tecnológico em auditoria contínua, está ampliando o controle sobre a folha de pagamento, evitando inconsistências e irregularidades no seu processamento. A equipe da CGE já validou e incorporou ao inventário permanente 63 trilhas de auditoria, num projeto que visa cobrir 100% das transações da folha de pagamento, propondo melhorias e correções que identificar necessárias. Agregue-se a isso, que foi implantado na SED e PMSC, como projeto piloto, o Sistema de Comunicação de Auditoria Contínua (SICAC) que integrará a geração de trilhas de auditoria, comunicação dos achados ao auditado, monitoramento e acompanhamento das respostas, que tornará o processo de controle da folha muito mais ágil e eficaz. Em outra frente, a Rutgers está desenvolvendo um *dashboard* analítico que analisa tendências e identifica valores atípicos e pagamentos duplicados. Também desenvolveu método de mineração de textos do Diário Oficial do Estado (DOE) e criou um robô que coleta automaticamente dados publicados no DOE cruzando-os com os da folha de pagamento. O monitoramento permanente da folha realizado pela Controladoria, já evita desembolsos desnecessários para os cofres do Estado. **Assim, em 2022 R\$ 6,4 milhões deixaram de sair dos cofres de Santa Catarina.** O trabalho é feito em parceria com a Secretaria de Estado de Administração.

Entrega Eletrônica das declarações de Bens e Valores - em 2022 foram enviadas por meio do módulo disponível no Portal do Servidor 82.458 Declarações de Bens e Valores. O objetivo é permitir o acompanhamento da evolução patrimonial dos servidores e agentes públicos e detectar possíveis incompatibilidades com a remuneração.

Monitoramento da Prévia da Folha de Pagamento e do SISOBI: por meio do cruzamento de dados gerados pela prévia da Folha de Pagamentos e também do Sistema de Óbitos (SISOBI) **evitou-se o desembolso de R\$ 8,9 milhões em 2022.**

Auditoria Especial no Contrato de Emissão de CNH E Consulta do Detran/SC: Monitorar os benefícios decorrentes da auditoria realizada no DETRAN sobre a contratação de empresa especializada para fornecimento de solução integrada para confecção, personalização, acabamento e emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e da Permissão Internacional para Dirigir (PID), com serviço gráfico centralizado e serviços agregados ao processo de emissão da CNH. O novo desenho do contrato, elaborado de acordo com as recomendações da CGE, tornou-o menos oneroso aos cofres públicos estaduais. (Informações CGE 0005/2019 e 0036/2021).

Monitoramento dos resultados do novo contrato para emissão de CNH e PID (processo SEF 7152/2019): monitoramento dos resultados do novo contrato para emissão de CNH e PID assinado pelo DETRAN, após trabalho da Auditoria Geral do Estado **resultou em desembolsos evitados na ordem de R\$ 5,5 milhões só em 2022.**

Recomposição de danos ao erário: por recomendações da CGE em análises de processos de tomadas de contas especiais **retornaram aos cofres estaduais R\$ 1,3 milhão.**

Monitoramento de Ata de Registro de Preços - monitoramento da Ata de Registro de Preços nº 231/2020 da SED contribuiu para a boa condução da correção das irregularidades identificadas na aquisição de máscaras faciais para fornecimento a alunos e professores da rede estadual de educação (processo CGE 1003/2021). **Identificaram-se créditos a ressarcir no valor de aproximadamente R\$ 3.5 milhões** referentes a itens entregues por fornecedor em desacordo com as especificações do edital.

Análise de Concorrências para Contratação de Limpeza de Caixas D'água, Cisternas, Caixas de Gordura e Fossa Séptica em Escolas: utilizando-se o Sistema COPAS (Controle Organizacional Prévio para Análises

Sistêmicas), desenvolvido pela CGE, partiu-se de uma planilha de precificação inicial de cerca de R\$ 56 milhões e, com a correção devida nos orçamentos, conforme recomendado na Informação CGE 0159/2022, o valor reduziu para cerca de R\$ 47 milhões, **evitando-se o desembolso de R\$ 9 milhões**.

Recomendações relativas a Transferências Voluntárias Especiais - destacam-se as recomendações envolvendo diversos aspectos relativos à gestão, controle, normas e transparência envolvendo as Transferências Voluntárias Especiais, previstas no § 3º do art. 123, da Constituição Estadual, consignadas nas Informações CGE nºs. 0129/2022 e 0181/2022. Ressalta-se a relevante materialidade envolvida, até o fechamento do 3º trimestre já haviam sido pagos mais de R\$ 1,3 bilhão de reais no ano de 2022 de Transferências Voluntárias Especiais.

Consultoria relativa à transparência em contratos de gestão celebrados pelo Estado - destacam-se as atividades de consultoria relativa à uniformização de procedimentos relacionados à transparência dos recursos públicos geridos pelas Organizações Sociais de Saúde, tendo sido celebrado **o primeiro termo de consultoria da CGE**, Termo de Compromisso para Prestação de Serviço de Consultoria nº 01, celebrado entre CGE, SEA e SES.

Nova Metodologia de Treinamento Virtual – desenvolveu-se nova metodologia de treinamento virtual prévio para as Unidades Gestoras durante o período de entrega das prestações de conta, obtendo resultados mais eficientes quanto ao prazo antecipado das entregas e visível melhoria de qualidade nas informações que devem ser encaminhadas ao TCE/SC.

Concurso de Auditor do Estado -a Auditoria Geral do Estado – AGE, em conjunto com a Ouvidoria-Geral do Estado - OGE e Corregedoria-Geral do Estado – CORREG, está conduzindo o processo de realização do Concurso Público para Auditor do Estado.

Auditoria de conformidade em Contrato de Gestão da SES - destaca-se a emissão do Relatório de Auditoria nº 0024/2021, com minuta de plano de ação para a implementação das recomendações, objeto do trabalho que abordou o Contrato de Gestão nº 004/SES/2018, com o propósito de avaliar se o Concedente – SES exerceu suas competências relacionadas aos principais controles estabelecidos pela legislação.

10 anos do Portal SCTransferências e nova ferramenta de consulta: o Portal SCTransferências completou 10 anos no mês de outubro. Em novembro foi lançada a evolução da ferramenta de consultas às Transferências Voluntárias como um projeto do OGP, coordenado pela CGE. Entre as novidades destacam-se: linha do tempo da proposta e da transferência com datas e situações, mapa dos municípios, infográficos, consulta de emendas parlamentares para entidades sem fins lucrativos, consulta personalizada onde é possível o usuário escolher os campos a serem mostrados na pesquisa e exportação dos dados em formato aberto (CSV).

Economia gerada na gestão do Portal SCTransferências - em virtude da parceria firmada com o Banco do Brasil em 2012 (atualmente Convênio de Cooperação Técnica nº 001/2018), que previu isenção de tarifas bancárias, inclusive de transferência eletrônica (TED e DOC), das contas correntes abertas em nome de terceiros para recebimento de transferências voluntárias, além de outros benefícios, como a abertura massificada de contas correntes e encerramento automático dessas contas, evitou-se o desembolso de aproximadamente R\$ 14,3 milhões com tarifa de manutenção de contas nesses 10 anos de existência do Portal SCTransferências, sendo que somente em 2022, **a economia chegou a R\$ 2,4 milhões com isenção de tarifas e taxas bancárias**.

Inspeção – Procedimentos de execução de obras públicas em escolas da SED – a AGE, por meio de atuação forma prévia e concomitante na execução das obras, com intuito de evitar inconformidades e conseqüente danos ao erário, realizou inspeção em obras de 10 unidades escolares em Florianópolis e na Região Sul do Estado, detectando irregularidades na execução contratual em algumas escolas, tais como: falta de contêineres sanitários e escritório, ausência de ART de execução, ausência dos projetos e diário de obras, pessoal trabalhando sem EPI's, dentre outras, conforme Informação CGE 289/2022.

Auditoria de Avaliação do Processo de Concessão e Pagamento da Gratificação por Participação em Reuniões (JETON): trabalho realizado para avaliar a regularidade do pagamento do jeton no âmbito do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEESC), inclusive no tocante à transparência das informações relativas às sessões, que tem materialidade de R\$ 2 milhões ao ano. Foi emitido o Relatório de Auditoria nº 011/22 com recomendações ao órgão. Após análise da manifestação foi emitido o Relatório de Auditoria Final, cujo documento encontra-se em fase de revisão para posterior encaminhamento. Espera-se com esse trabalho melhoria no processo com vistas à economicidade, eficiência, legalidade e transparência.

Auditoria Financeira ou de Demonstrações Contábeis: trabalho realizado para avaliar a contabilização no âmbito do Poder Executivo das transferências especiais, conhecer os registros contábeis e, tempestivamente, tecer recomendações a fim de que o Balanço Geral retrate fidedignamente os atos e fatos relacionados às transferências voluntárias, com materialidade de R\$ 1,4 bilhões. Verificou-se que os valores relativos aos repasses de transferências voluntárias na forma de transferências especiais de que trata o § 3º do art. 123 da Constituição Estadual, não vem sendo registrados no Ativo Circulante dos órgãos concedentes, ou seja, estão ausentes de registros patrimoniais os repasses de transferências voluntárias concedidos pelo Estado. O Relatório de Auditoria CGE 014/2022 foi encaminhado à SEF em 14/12/2022, contendo recomendações para regularização da contabilização dos fatos apontados.

Auditoria de Avaliação no Processo de Disposição de Servidores e Respectivo Ressarcimento na SDS: trabalho realizado para avaliar o processo de disposição de servidores de/para outros Poderes ou entes federados e respectivo processo de ressarcimento, inclusive os controles internos, identificando os riscos e avaliando a eficácia em termos de existência, adequação e efetividade, no período de janeiro de 2020 a outubro de 2021, de acordo com o Programa de Auditoria nº 0008/2021 (págs. 15 a 17 dos autos CGE 223/2021), com materialidade anual de R\$ 18 milhões. Foi emitido o documento conclusivo da auditoria realizada, consubstanciado no Relatório de Auditoria nº 8/2022, contendo as recomendações para que a Unidade Auditada adote providências com a finalidade de corrigir falhas e/ou aperfeiçoar processos na disposição de servidores para outros Poderes ou entes federados e respectivo processo de ressarcimento, obtendo-se compromisso do órgão em implementá-las visando a melhoria dos processos.

OUVIDORIA, ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Principais Ações:

Em 2022, o sistema **Ouv** (0800-644-8500 e ouvidoria.sc.gov.br) recebeu 23.400 manifestações. A OGE também monitora a aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI). Em 2022, o órgão recebeu 3.364 pedidos, dos quais 94,6% foram respondidos num tempo médio de 9,5 dias.

O Portal da Transparência www.transparencia.sc.gov.br fechou 2022 com cerca de **1.041 milhão acessos**.

O Portal de Dados Abertos dados.sc.gov.br, lançado no final de 2019, teve **23,4 mil** acessos em 2022.

O Estado de Santa Catarina continuou na execução do 1º Plano de Ação SC Governo Aberto, construído em conjunto com a sociedade no âmbito da **Open Government Partnership (OGP)**, com compromissos e ações que buscam um governo mais aberto, transparente e responsável.

CORREGEDORIA

Principais Ações:

Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) de empresas concluído pelo Governo do Estado de Santa Catarina. A Floriani Construtora pagará multa de R\$ 852,1 mil aos cofres estaduais por fraude em contrato de reforma e ampliação de uma escola. As multas à empresa não são ressarcimento de prejuízos causados ao Estado. Trata-se de uma medida administrativa a mais prevista pela Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) devido ao ato de má-fé cometido pela empresa fornecedora. Ela se soma aos processos administrativos de reparação de danos, bem como aos processos de punição aos servidores envolvidos, que correm em paralelo. O processo é a primeira punição da Lei Anticorrupção em SC. A referida multa está

devidamente inscrita em dívida ativa e a empresa já foi intimada para efetuar o pagamento. Atualmente existem 16 processos de PAR's instaurados.

Operação Alcatraz - A Corregedoria/CGE atua em cooperação com a força tarefa da Operação Alcatraz, na condução e acompanhamento de procedimentos correccionais disciplinares e de responsabilização de pessoa jurídica. Foram instaurados PAD's decorrentes desta operação. Contudo, diante do julgamento dos EDcl no AgRg nos EDcl no Recurso em *Habeas Corpus* n.º 119297 – SC pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em que foi decidida "a ilicitude das provas consistentes nos dados e informações (protegidos pelo sigilo fiscal) compartilhados pela Receita Federal ao Ministério Público Federal, que motivaram a instauração do Inquérito Policial n. 5002024-02.2017.4.04.7200 (IPL n. 0073/2017-SR/DPF/SC)", o Juízo da 1ª Vara Federal de Florianópolis, competente para os feitos da denominada Operação Alcatraz, decidiu, nos autos referidos, pela suspensão do andamento do inquérito, procedimentos relacionados e ações penais, até que haja o trânsito em julgado da decisão do RHC 119.297/SC. Desta forma, todos os processos PAR e PAD que fizeram uso de alguma prova emprestada estão suspensos até decisão final. Esse fato foi comunicado a todos os órgãos e entidades que tiveram processos instaurados que envolviam a Operação Alcatraz, por meio da Informação nº 367/2022.

Acordo de Leniência: a Corregedoria-Geral promoveu o acompanhamento do cumprimento do acordo de leniência celebrado com a empresa Neoway Tecnologia Integrada Assessoria de Negócios S.A. Dentre as ações a destacar, houve a quitação das obrigações financeiras do acordo, com o ingresso de **R\$ 50.698.220,43** (cinquenta milhões seiscientos e noventa e oito mil duzentos e vinte reais e quarenta e três centavos) no caixa do Tesouro Estadual e de duas Estatais Catarinenses. Considerando a compensação de **R\$ 5.043.626,52** (cinco milhões quarenta e três mil seiscientos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos entre o Estado de Santa Catarina (Fundo Estadual de Saúde) e a empresa Neoway, conforme autorização constante na Cláusula 11 do Acordo de Leniência e mediante apuração e liquidação realizadas na Secretaria de Estado da Saúde, o benefício financeiro ao Estado alcançou a cifra de **R\$ 55.741.846,95** (cinquenta e cinco milhões setecentos e quarenta e um mil oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

Processos Administrativos de Responsabilização - A Corregedoria atua na supervisão de 16 (dezesseis) PARs instaurados pela CGE, sendo 04 (quatro) referentes ao caso dos Respiradores e 12 (doze) referentes à Operação Alcatraz. Também são acompanhados outros 07 (sete) PARs instaurados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

Processo Administrativo Disciplinar - PAD: No 4º trimestre, teve início a fase de instrução processual do PAD que envolve supostos atos irregulares praticados por ex-presidente de entidade, no exercício do cargo e por ex-agente público.

INTEGRIDADE E COMPLIANCE

Principais Ações:

Programa de Integridade e Compliance (PIC) - em Santa Catarina, a Lei estadual nº 17.715, publicada em 23 de janeiro de 2019, instituiu o Programa de Integridade e *Compliance* para a Administração Pública catarinense, através do qual se expressa o comprometimento do Estado de Santa Catarina com o combate à corrupção em todas as formas e contextos, bem como com a integridade, a transparência pública e o controle social. Em fevereiro deste ano, a CGE/DIC realizou o lançamento do ciclo 2022 do Programa de Integridade e Compliance no âmbito do Poder Executivo. O ciclo foi dividido em 3 (três) grandes fases, visando sua implantação nos órgãos e entidades da Administração Pública catarinense. Foi realizada a segunda etapa da Fase 1 de implementação do Programa de Integridade e Compliance, voltada à "Identificação de Riscos de Integridade". Nesse sentido, foi disponibilizado aos servidores do estado um formulário *online* para registro e identificação, de forma anônima e sigilosa, dos riscos de integridade. Milhares de contribuições foram contabilizadas, abrangendo 47 dos 49 órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta. Paralelamente, também foram coletadas informações junto às três grandes áreas da CGE – Ouvidoria, Corregedoria e Auditoria -, visando inserir no PIC as fragilidades encontradas pelo órgão no desenvolvimento de suas atribuições legais. Superada a segunda etapa, a DIC elaborou os Mapas de Riscos, validados pelos órgãos, nos quais estão

expostos, de modo prévio, os níveis de vulnerabilidade dos riscos de integridade nos respectivos órgãos e entidades, material que subsidiará sua participação no Programa. Foi lançado também um manual orientativo sobre as fases e etapas do Programa, disponível no site da www.cge.sc.gov.br. Por fim, foram desenvolvidas as fases 2 e 3, onde os órgãos elaboraram seus respectivos PICs, concluindo assim o cronograma de implantação do Programa de Integridade e *Compliance*.

Guia de Construção dos Planos de Integridade: para auxiliar os órgãos e entidades na elaboração dos seus Planos de Integridade, a DIC elaborou um “Guia de Construção dos Planos de Integridade”. O material, desenvolvido com apoio da Assessoria de Comunicação da CGE, apresenta instruções detalhadas para a criação de planos de integridade de acordo com as exigências da Lei n. 17.715/2019, bem como exemplos didáticos e links para acesso aos Planos de Integridade de outros órgãos de Santa Catarina e do Brasil.

Publicação de decreto para regulamentação das etapas do PIC do Poder Executivo: no último trimestre foi publicado o Decreto Estadual nº 2.234, de 27 de outubro de 2022, o qual regulamenta o conjunto de etapas relativas à implementação do PIC no âmbito do Poder Executivo. O Decreto estabelece que caberá à CGE, por meio da Diretoria de Integridade e *Compliance*, coordenar todas as atividades relacionadas à implementação, monitoramento e revisão do PIC, bem como determina a participação de todos os seus órgãos e entidades.

Indicadores Estratégicos de Desempenho: a DIC seguiu atuando como parceira da Coordenadoria de Gestão por Resultados, da Secretaria de Estado da Administração (COGER/SEA), no modelo de gestão fundamentado em indicadores de desempenho. Esses indicadores norteiam os resultados a serem alcançados pelo Governo do Estado em quatro grandes áreas: melhoria da gestão pública, investimento em infraestrutura e mobilidade, geração de desenvolvimento econômico sustentável e geração de desenvolvimento social. A coordenação dos trabalhos é feita pela COGER e a DIC presta assistência nas áreas de gestão de riscos e matriz de responsabilidade, além de acompanhar presencialmente as reuniões semanais do colegiado de governo. No encerramento do ciclo de 2022 foi verificada a evolução de 24,32% na nota geral dos 161 indicadores.

Prêmio Honestidade nas Escolas da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina: a DIC encerrou o IV Prêmio Honestidade nas Escolas com a entrega dos troféus e certificados aos 15 alunos vencedores, em ato realizado na Casa d’Agrônômica, em Florianópolis, com a presença do governador do Estado, professores, coordenadores regionais de ensino e representantes da Controladoria-Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Educação (SED), parceira na execução do Prêmio. Neste ano, o Prêmio Honestidade obteve números históricos, alcançando 33 regionais de educação espalhadas nas regiões sul, norte, oeste, serrana, vale e grande Florianópolis, com 269 escolas da Rede de Ensino público Catarinense participantes, 952 turmas matriculadas do 1º ao 5º ano, em 105 cidades Catarinenses. O Prêmio Honestidade nas Escolas pode ser considerado como um dos produtos da CGE mais eficazes no que diz respeito à disseminação da cultura da integridade na sociedade. É uma forma de criar conexão e engajamento com a sociedade e trabalhar valores como cidadania, honestidade, ética e valores que auxiliam de forma preventiva no combate à corrupção.

INTELIGÊNCIA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Principais Ações:

Criação do Robô CINTIA, sigla para Coleta de Informações para Tratamento Inteligente e Análise, para otimizar as atividades das áreas da Controladoria-Geral e reduzir o tempo de execução, substituindo tarefas manuais, não intensivas em conhecimento, por aplicações executadas por softwares.

Criação do painel de Controle Organizacional Prévio para Análises Sistêmicas (COPAS): que coleta as informações do módulo de cadastramento prévio das licitações do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) facilitando as análises da GEALC.

Atualização do BI-CGE: implementação de mais uma funcionalidade no BI-CGE com Oracle Application Express (APEX) para desenvolvimento de aplicações mais rápidas visando atender o desenvolvimento de interações com bases de dados e implementação do painel de óbitos por meio da coleta de informações do Tribunal de Justiça de Santa Catarina pelo acesso as informações constantes do projeto do Selo Digital.

Criação do painel SC MAIS CONTROLADO: objetivando disponibilizar painéis para os secretários e chefes de órgãos estratégicos para que possam acompanhar a visão de controle da CGE.

Participação em Evento Internacional: participação em evento internacional World Continuous Auditing & Reporting Symposium – WCARS por meio de apresentação do painel de Controle Prévio para Análises Sistêmicas (COPAS) que utiliza o Robô de Coleta de Informações para Tratamento Inteligente e Análise (CINTIA).

Publicação de Artigo Científico: publicação do artigo científico no evento internacional World Continuous Auditing & Reporting Symposium – WCARS sobre o painel de Controle Prévio para Análises Sistêmicas (COPAS) e a utilização do Robô CINTIA - Coleta de Informações para Tratamento Inteligente e Análise.

Criação e lançamento do Sistema de Monitoramento das Recomendações – MONITORA - o sistema é uma importante ferramenta gerencial, de uso obrigatório para os servidores da AGE, para registrar as recomendações relacionadas a achados com impacto médio, alto e muito alto, sendo facultativo o registro das recomendações a achados de baixo impacto. O sistema entrou em funcionamento no dia 21 de fevereiro, a IN CGE 01/2022 torna obrigatório a utilização do sistema para a AGE nos termos do art. 8º da IN.

Criação e lançamento da Ferramenta FACILITA – ferramenta que possibilita a consulta rápida e estruturada de todos os documentos emitidos pela CGE SC. Houve um trabalho significativo de limpeza das bases permitindo buscas rápidas das bases de dados de 2020 até 2022.

Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – ARESC

A ARESC, foi criada em 2015, com a fusão das agências AGESC e AGESAN, Lei Nº 16.673/2015, e possui como competências fundamentais a regulação e a fiscalização dos serviços públicos, ou de interesse público, delegados e ou concedidos.

A instituição é uma autarquia especial, caracterizada pela autonomia administrativa e financeira prevista na lei, bem como na estabilidade dos mandatos de seus dirigentes.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Assegurar a adequada prestação dos serviços de energia elétrica, gás canalizado, recursos minerais, saneamento básico e transportes municipais e intermunicipais de passageiros, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos setores e garantindo o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e Poder Público.

VISÃO: Ser reconhecida pela excelência de sua atuação nos setores de energia elétrica, gás canalizado, recursos minerais, saneamento básico e transportes intermunicipais e municipais de passageiros, pela qualidade dos seus produtos de regulação e fiscalização, competência de seus recursos humanos e transparência de suas ações.

VALORES: Compromisso; Servir à sociedade; Inovação; Responsabilidade social; Transparência e publicidade; Credibilidade; Efetividade; Imparcialidade; Comprometimento das pessoas; Unidade e coesão institucional; Respeito às pessoas; Qualificação profissional.

Estrutura: Estrutura definida pelo decreto 154, de 24 de maio de 2023, conforme organograma.

Carreiras/servidores: Formado por servidores enquadrados nos grupos ocupacionais ANT e ANS.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

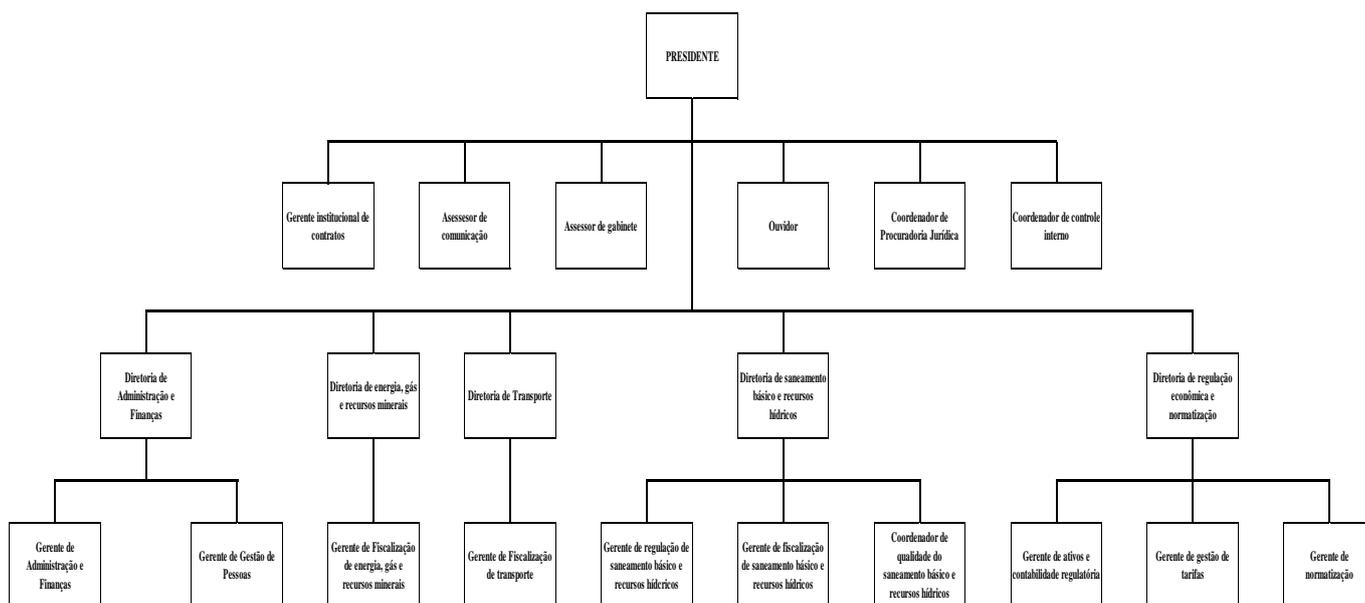
Fiscalização e regulação do saneamento básico por meio de convênios com municípios;

Regulação e fiscalização da distribuição do gás canalizado;

Regulação e fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros;

ORGANOGRAMA

ORGANOGRAMA ARESC



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Atua na área de saneamento básico, por meio de convênios com municípios, na área de gás natural canalizado e na área do transporte intermunicipal de passageiros, área que foi incorporada em 2019 quando da extinção do DETER.

- Fiscaliza a execução dos serviços, na área de saneamento básico acompanha os processos dos tratamentos da água destinada ao consumo humano (desde a coleta até a distribuição) bem como do tratamento do esgoto (água e chorume dispensado e tratado e liberado na natureza), fundamentado em coleta de amostras e laudos técnicos de análises laboratoriais;

Na área de gás canalizado, atua na fiscalização dos pontos de distribuição e principalmente na definição da tarifa, regulação econômica do setor;

Na área de transporte intermunicipal de passageiros atua principalmente na fiscalização dos meios de transporte, atestando que os equipamentos (veículos) atendam aos requisitos de segurança.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Autonomia da área técnica; 2. Elevada capacidade técnica dos servidores; 3. Geração de receita por meio de taxas – arrecadação própria; | <ol style="list-style-type: none"> 1. A autonomia administrativa e financeira é fake, a instituição depende das regras comuns do Estado (submeter processos que gerem despesas à aprovação do GGG, ou a políticas de contenção de despesas ou ainda a boa vontade do governador em nomear para os cargos); 2. Os cargos de nível intermediário não são vinculados à ocupação por servidores de carreira o que influi na retenção do conhecimento; 3. Salário médio pago pela instituição é inferior ao desejado para atrair e manter servidores altamente capacitados e de elevada competência funcional; 4. A estrutura funcional é reduzida, poucos servidores de carreira; |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Novas áreas de atuação com aplicação de concessões por meio de PPP; 2. Pode atuar na regulação do transporte municipal com convênios com os municípios; 3. Pode atuar na regulação e fiscalização da área de mineração; | <ol style="list-style-type: none"> 1. Alterações nas leis podem afetar a instituição; 2. Os convênios municipais podem ser cancelados por iniciativa dos municípios podendo afetar a geração de receitas; 3. A instituição pode ser “capturada” com a nomeação e indicação de gestores com foco político determinado e ou representando algum setor sob concessão; 4. A instituição fica à mercê da visão do chefe do poder executivo quanto a regulação o que pode impactar no desenvolvimento da agência ou na limitação da expansão; |

PARTE INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Servidores;
Conselheiros.

EXTERNAS:

Usuários dos serviços públicos sob regulação e fiscalização;
Municípios conveniados;
Empresas que atuam nas concessões e ou que exploram os serviços;
Cidadão catarinense;
Secretarias Estaduais das áreas de atuação sob concessão;
Poder judiciário;
Poder Legislativo.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Na área da regulação econômica do gás canalizado, foi a criação da conta gráfica que hoje é destaque nacional;
Fiscalização do transporte intermunicipal que autuou 300 veículos em 2022;
Fiscalização dos processos de saneamento com diversas coletas e exames laboratoriais das amostras coletadas, atestando a qualidade da água oferecida aos cidadãos dos municípios conveniados.

3.4.4 Gestão Administrativa e Folha de Pessoal

Secretaria de Estado da Administração – SEA

Desde a sua criação, em 31.12.1970, pela Lei nº 4.547, a Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina (SEA) passou por substanciais transformações. A legislação mais recente acerca das competências da secretaria consta na Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, atualizada pela Lei Complementar nº 789/2021. Cabe ressaltar que a Lei 18.646/23 revisou a estrutura administrativa do Poder Executivo. Atualmente, a SEA tem como responsabilidade a gestão de quatro sistemas administrativos no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, quais sejam: **Gestão de materiais e serviços; Gestão de pessoas; Gestão documental e publicação oficial; e Gestão patrimonial.**

A Secretaria de Estado da Administração, como órgão sistêmico das áreas supracitadas, tem como premissa viabilizar condições para que os demais órgãos possam atuar perfeitamente dentro das suas áreas finalísticas, em pilares de inovação, tecnologia e sustentabilidade. Desta forma, as atividades desenvolvidas pela SEA impactam em toda a estrutura de Governo que, por sua vez, faz chegar às pessoas as atividades e os serviços essenciais.

Destaca-se que além dos sistemas administrativos, a SEA também faz a **gestão da saúde ocupacional do servidor e do plano de saúde dos servidores** e abriga, na condição de autarquia, fundação e de empresa pública vinculadas, para efeitos de supervisão, coordenação, orientação e fiscalização, o **Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV.**

Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços

Desenvolver as atividades relativas à normatização, supervisão, orientação e formulação de políticas de gestão de licitações e contratos que envolvam materiais e serviços dos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.

Diretoria de Gestão de Licitações e Contrato (DGLC).

1

Sistema Administrativo de Gestão de Tecnologia e Comunicação

Definir as políticas e a estratégia geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), os modelos de gestão, as normas e os padrões a respeito disso, assim como integrar e acompanhar as ações de tecnologia da informação e comunicação.

Diretoria de Tecnologia e Inovação (DITI).

2

Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas

Estabelecer, promover e assegurar as políticas e diretrizes da área de gestão de pessoas dos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, compreendendo planos e ações governamentais.

Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP) e a Diretoria de Saúde do Servidor (DSAS).

3

Sistema Administrativo de Gestão Documental e Publicações Oficiais

Normalizar a produção, tramitação, organização, uso, avaliação e destinação dos documentos públicos da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.

Diretoria de Tecnologia e Inovação (DITI).

4

É imprescindível salientar ainda que a Secretaria de Administração é responsável pela gestão orçamentária de alguns fundos, conforme detalhamento a seguir:

FUNDO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – 470001

Responsável pela manutenção dos serviços administrativos, pagamento de pensões especiais e execução do programa de saúde ocupacional, perícia médica e segurança do servidor o qual é desenvolvido pelo Centro de Saúde do Servidor e por 26 Perícias Médicas distribuídas nas seguintes cidades: Aranguá, Blumenau, Brusque, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitiba, Dionísio Cerqueira, Florianópolis, Ibirama, Itajaí, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Maravilha, Palmitos, Rio do Sul, São Joaquim, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Videira e Xanxerê.

FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS - 470091

O FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS, convalidado pelo art. 116 da Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, transformado pelo art. 208 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, e mantido pelo art. 186 da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, vinculado à Secretaria de Estado da Administração, sendo regido pela Lei nº 14.272/2007 e regulamentado pelo Dec. nº 1.245/2008, destina-se a financiar programas e ações dos sistemas administrativos de Gestão de Materiais e Serviços e de Gestão Documental e Publicação Oficial da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

O Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais está subordinado às diretrizes e fundamentos da estrutura e cultura organizacional e ao modelo de gestão da Administração Pública Estadual e obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sua gestão é exercida pelo Secretário de Estado da Administração e a administração contábil, pela Secretaria de Estado da Administração.

De acordo com o art. 4º da Lei nº 14.272/2007, alterado pela Lei nº 16.940/2016, os recursos do Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais serão aplicados de acordo com a sua natureza, especialmente:

- I - na gestão da Lista Básica de Material e na aquisição de material permanente, de consumo e serviços para a Administração Pública;
- II - na aquisição de material permanente, de consumo e serviços para o Sistema de Gestão Documental e Publicação Oficial;
- III - na aquisição de material permanente, de consumo e serviços para o Sistema de Gestão de Materiais e Serviços;
- IV - no investimento, na construção, ampliação e melhoria das instalações e equipamentos da Secretaria de Estado da Administração e no desenvolvimento de sistemas administrativos e informatizados;
- V - na capacitação de recursos humanos e no Sistema de Gestão de Recursos Humanos;
- VI - em outras despesas autorizadas pela Lei Orçamentária Anual;
- VII - na gestão do Serviço de Atendimento ao Cidadão; e
- VIII - em custeio, manutenção e pagamento das despesas conexas aos objetivos do Fundo, inclusive com servidores ativos e inativos e respectivos encargos sociais.

FUNDO DO PLANO DE SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS - 470092

A Lei Complementar nº 306/2005, instituiu o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina, denominado Santa Catarina Saúde, a ser administrado pela Secretaria de Estado da Administração, com cobertura financeira do Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais instituído pela Lei nº 13.344/2005. Tendo como objetivo primordial fornecer assistência à saúde aos servidores ativos, inativos e pensionistas da administração direta, autarquias e fundações de qualquer dos poderes do Estado, na forma prevista nesta Lei Complementar e no Regulamento do Plano de Assistência à Saúde.

A assistência à saúde dos servidores é executada por uma rede credenciada de atendimento e por 12 Centros de Atenção ao Segurado, distribuídos nas seguintes cidades: Florianópolis, Joinville, Criciúma, Itajaí, Lages, Blumenau, Chapecó e Joaçaba.

FUNDO PATRIMONIAL - 470093

O FUNDO PATRIMONIAL, de natureza financeira, vinculado à Secretaria de Estado da Administração, destinado a financiar programas e ações relativos à gestão patrimonial da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, com objetivo de buscar oportunidades para aprimorar a aplicação dos recursos públicos conferindo-lhe eficiência, eficácia e efetividade, em especial quanto à eliminação do desperdício. Instituído e regido pela Lei nº 14.278/2008 e o Decreto Nº 1.442/2008, pelas diretrizes e fundamentos da estrutura e cultura organizacional e do modelo de gestão da Administração Pública Estadual e obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sua gestão é exercida pelo Secretário de Estado da Administração e a Administração Contábil, pela Secretaria de Estado da Administração.

De acordo com o art. 4º da Lei nº 14.278/2008, alterado pela Lei nº 16.940/2016, os recursos do Fundo Patrimonial serão aplicados de acordo com a sua natureza, em despesas de capital e despesas correntes, especialmente:

I - na construção, reforma e ampliação:

a) de Centros Administrativos Regionais e do Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina;

b) de prédios públicos para abrigar órgãos da administração estadual; e

c) de prédios públicos municipais em decorrência da municipalização de serviços públicos;

II - em projetos arquitetônicos e de engenharia;

III - na manutenção e conservação de imóveis públicos;

IV - com despesas relativas a taxas, a emolumentos, a condomínios e a aluguéis;

V - no desenvolvimento, aquisição e manutenção de sistemas de gestão patrimonial;

VI - aquisição de material permanente;

VII - outras despesas autorizadas pela Lei Orçamentária Anual; e

VIII - em custeio, manutenção e pagamento das despesas conexas aos objetivos do Fundo, inclusive com servidores ativos e inativos e respectivos encargos sociais.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

De acordo com a Lei Complementar nº 741/2019, alterada pela Lei 18.646/2023, compete à SEA:

I - normatizar, supervisionar, controlar, orientar e formular políticas de gestão de pessoas, envolvendo:

a) benefícios funcionais de natureza não previdenciária do pessoal civil;

b) ingresso, movimentação e lotação do pessoal civil, permanente e temporário;

c) planos de carreira, cargos e vencimentos dos servidores públicos civis e dos militares estaduais;

d) plano de saúde;

e) progressão funcional dos servidores públicos civis;

f) remuneração dos servidores públicos civis e dos militares estaduais;

g) perícia médica e saúde dos servidores públicos civis;

h) melhoria das condições da saúde ocupacional dos servidores públicos e da prevenção contra acidentes de trabalho;

i) estratégias de comprometimento dos servidores públicos em substituição às estratégias de controle;

j) programas de atração e retenção de servidores públicos;

k) programas de valorização dos servidores públicos calcados no desempenho;

l) pensões não previdenciárias; e

m) locação de mão de obra e contratação de bolsistas e estagiários;

II - acompanhar, avaliar e ressarcir as despesas médico-hospitalares, na forma disposta na Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, desde que não cobertas por plano de saúde;

III - gerenciar e coordenar o desenvolvimento e a manutenção evolutiva do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH);

IV - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de materiais e serviços, envolvendo:

a) licitações de materiais e serviços;

b) contratos de materiais e serviços; e

c) estocagem e logística de distribuição de materiais;

V - encarregar-se:

a) do planejamento, da organização, da coordenação e da execução das atividades relativas à administração das áreas comuns do Centro Administrativo do Governo do Estado;

b) da administração dos serviços de segurança das áreas comuns do Centro Administrativo do Governo do Estado; e

c) da coordenação e administração do posto de atendimento médico do Centro Administrativo do Governo do Estado;

VI – normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão patrimonial, envolvendo:

a) bens adjudicados;

b) bens móveis, imóveis e intangíveis; e

c) transportes oficiais;

VII – coordenar programas voltados à modernização da gestão pública;

VIII – propor políticas e coordenar o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais;

IX – normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão documental e publicação oficial, bem como elaborar o Diário Oficial do Estado (DOE);

X – fomentar a integração, o intercâmbio de experiências, o compartilhamento de soluções e parcerias de interesse multi-institucional na Administração Pública Estadual;

XI – coordenar e gerenciar os centros de serviços compartilhados da Administração Pública Estadual;

XII – desenvolver políticas e ações voltadas à gestão dos custos dos serviços públicos, de forma contínua, por meio de técnicas e ferramentas de análise aplicadas às bases de dados governamentais; e

XIII – estruturar, organizar e operacionalizar as atividades de gestão estratégica comuns a todos os órgãos e a todas as entidades da Administração Pública Estadual (Redação incluída pela LC 789, de 2021).

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Gerir as políticas de Gestão Governamental dos sistemas administrativos coordenados pela secretaria, contribuindo para o desenvolvimento das atividades do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina.

VISÃO: Ser referência nacional em políticas públicas dos sistemas que coordena, promovendo uma gestão governamental simples, digital, inovadora, construída com ética e baseada em resultados.

VALORES: Sustentabilidade, Eficiência, Inovação, Desempenho, Integridade.

ESTRUTURA:

SEDE - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Está localizada no Centro Administrativo do Governo do Estado - Rodovia SC 401 nº 4.600, km 5, bloco II – Saco Grande II – 88.032-000 – Florianópolis/SC – (48) 3665-1400

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

R. das Camélias, 345 - Kobrasol, São José - SC, 88102-480

PLANO DE SAÚDE

Rua Coronel Lopes Vieira nº 114 – Centro – Florianópolis/SC – 88.015-260 – (48) 3664-5000

PERÍCIA MÉDICA

Rua Coronel Lopes Vieira nº 114 – Centro – Florianópolis/SC – 88.015-260 – (48) 3665-6000

OUTRAS UNIDADES

A SEA conta ainda com 08 unidades no interior do Estado, voltadas ao atendimento das demandas relacionadas aos serviços de perícia médica e plano de saúde.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| GRUPO | CARGO | TOTAL |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| ACT | Quadro de pessoal do poder executivo-ACT-ANS-médico\medico perito\medico perito | 4 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo-ACT-ANT\técnico em atividades de engenharia\técnico em agrimensura | 2 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo-SEA-ACT-ANS\analista de informática\analista em ciência de dados | 2 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo-SEA-ACT-ANS\analista de informática\analista em desenvolvimento de software | 4 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo-SEA-ACT-ANS\analista de informática\analista em experiência do usuário (UX) | 2 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo-SEA-ACT-ANS\analista de informática\analista em gestão de projetos | 4 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo-SEA-ACT-ANS\analista de informática\analista em infraestrutura de tecnologia da informação (TI) | 1 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo-SEA-ACT-ANS\analista de informática\analista em processos de negócios | 2 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo-SEA-ACT-ANS\analista de informática\analista em segurança da informação e proteção de dados | 2 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo-SEA-ACT-ANS\analista técnico administrativo II\contador | 1 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo-SEA-ACT-ANS\engenheiro\engenheiro civil | 11 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo-SEA-ACT-ANS\técnico em atividades de engenharia\técnico em agrimensura | 24 |
| Aposentado | Administração direta - ocupação de nível superior / ONS - medico\medico | 5 |
| | Administração direta - ocupação de nível superior / ONS\administrador | 6 |
| | Administração direta - ocupação de nível superior / ONS\analista técnico administrativo II | 11 |
| | Administração direta - ocupação de nível superior / ONS\bibliotecário | 8 |
| | Administração direta - ocupação de nível superior / ONS\contador | 1 |
| | Administração direta - ocupação de nível superior / ONS\economista | 1 |
| | Administração direta - ocupação de nível superior / ONS\procurador jurídico | 2 |
| | Administração direta - ocupação de serviço geral / ONA\agente de serviços gerais | 1 |
| | Administração direta - ocupações auxiliar e operacional I / ONO I\agente em atividades administrativas | 12 |
| | Administração direta - ocupações auxiliar e operacional I / ONO I\artífice I | 10 |
| | Administração direta - ocupações nível administrativo e operacional II / ONO II\artífice II | 8 |
| | Administração direta - ocupações nível administrativo e operacional II / ONO II\motorista | 1 |
| | Administração direta - ocupações nível administrativo e operacional II / ONO II\operador gráfico | 1 |
| | Administração direta - ocupações nível administrativo e operacional II / ONO II\técnico em atividades administrativas | 10 |
| | Administração direta - ocupações nível administrativo e operacional II / ONO II\técnico em desenho | 61 |
| | Administração direta procuradoria estado\procurador administrativo | 1 |
| | Administração direta procuradoria estado\procurador do estado | 1 |
| | Comissionados aposentados-06\assistente de serviço | 1 |
| | Gestor público\analista técnico em gestão cultural\grupo classe IV\técnico em assuntos culturais | 2 |
| | Grupo justiça e cidadania - sistema socioeducativo da SJ\agente de segurança socioeducativo\classe - VII\agente de segurança socioeducativo | 1 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Grupo justiça e cidadania - sistema socioeducativo da SJC\agente de segurança socioeducativo\classe - VIII\agente de segurança socioeducativo | 1 |
| Magistério público estadual\apoio técnico\especialista em assuntos educacionais\administrador escolar | 2 |
| Magistério público estadual\apoio técnico\especialista em assuntos educacionais\orientador educacional | 2 |
| Magistério público estadual\apoio técnico\especialista em assuntos educacionais\supervisor escolar | 2 |
| Magistério público estadual\docência\professor | 1 |
| Magistério público estadual\gestão\consultor educacional | 25 |
| Polícia penal\policial penal\classe - VIII\policial penal | 8 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\medico\medico | 1 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\agente auxiliar de saúde pública\agente auxiliar de saúde publica | 13 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\agente em atividades administrativas\agente em atividades administrativas | 1 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\atendente de saúde pública\atendente de saúde publica | 2 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\tecnico em atividades administrativas\tecnico em atividades administrativas | 2 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANA - atividades de nível auxiliar\agente de serviços gerais | 1 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANO - atividades de nível operacional\agente em atividades administrativas | 26 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANO - atividades de nível operacional\artífice I | 21 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\administrador | 14 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\analista técnico administrativo II | 8 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\assistente social | 24 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\bibliotecário | 10 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\cirurgião dentista | 3 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\economista | 1 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\enfermeiro | 1 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\engenheiro | 3 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\farmacêutico | 2 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\médico | 1 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\pedagogo | 22 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\psicólogo | 1 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\sanitarista | 1 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\agente em atividades de saúde II | 6 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\artífice II | 3 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\instrutor | 2 |

| | | |
|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\motorista | 6 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\operador gráfico | 21 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\ técnico em atividades administrativas | 146 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\ técnico em atividades de engenharia | 9 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\ técnico em atividades de saúde | 2 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\ técnico em contabilidade | 6 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\ técnico em desenho | 2 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\ técnico em segurança do trabalho | 1 |
| Comissionado | Assessor de comunicação | 1 |
| | Assessor de gabinete | 3 |
| | Assessor de supervisão de manutenção (DEC 41/2023) | 1 |
| | Assessor especial | 1 |
| | Assessor especial (DEC 41/2023) | 1 |
| | Assessor técnico | 8 |
| | Assessor técnico (DEC 41/2023) | 7 |
| | Assistente de gabinete | 3 |
| | Assistente de gabinete (DEC 41/2023) | 1 |
| | Assistente de liquidação e pagamento (DEC 41/2023) | 1 |
| | Assistente de supervisão de obras (DEC 41/2023) | 1 |
| | Assistente técnico | 1 |
| | Consultor executivo (DEC 41/2023) | 1 |
| | Coordenador de administração, finanças e contabilidade | 1 |
| | Coordenador de atividades de engenharia | 1 |
| | Coordenador de atos de pessoal (DEC 41/2023) | 1 |
| | Coordenador de controle patrimonial | 1 |
| | Coordenador de perícia médica (DEC 41/2023) | 1 |
| | Coordenador de processos judiciais (DEC 41/2023) | 1 |
| | Coordenador do programa de organizações sociais | 1 |
| | Diretor de gestão patrimonial | 1 |
| | Diretor de saúde do servidor | 1 |
| | Diretor do arquivo público (DEC 41/2023) | 1 |
| | Gerente da central estratégica de compras publicas | 1 |
| | Gerente de acompanhamento das obrigações acessórias (DEC 41/2023) | 1 |
| | Gerente de administração | 1 |
| | Gerente de apoio operacional da CC | 1 |

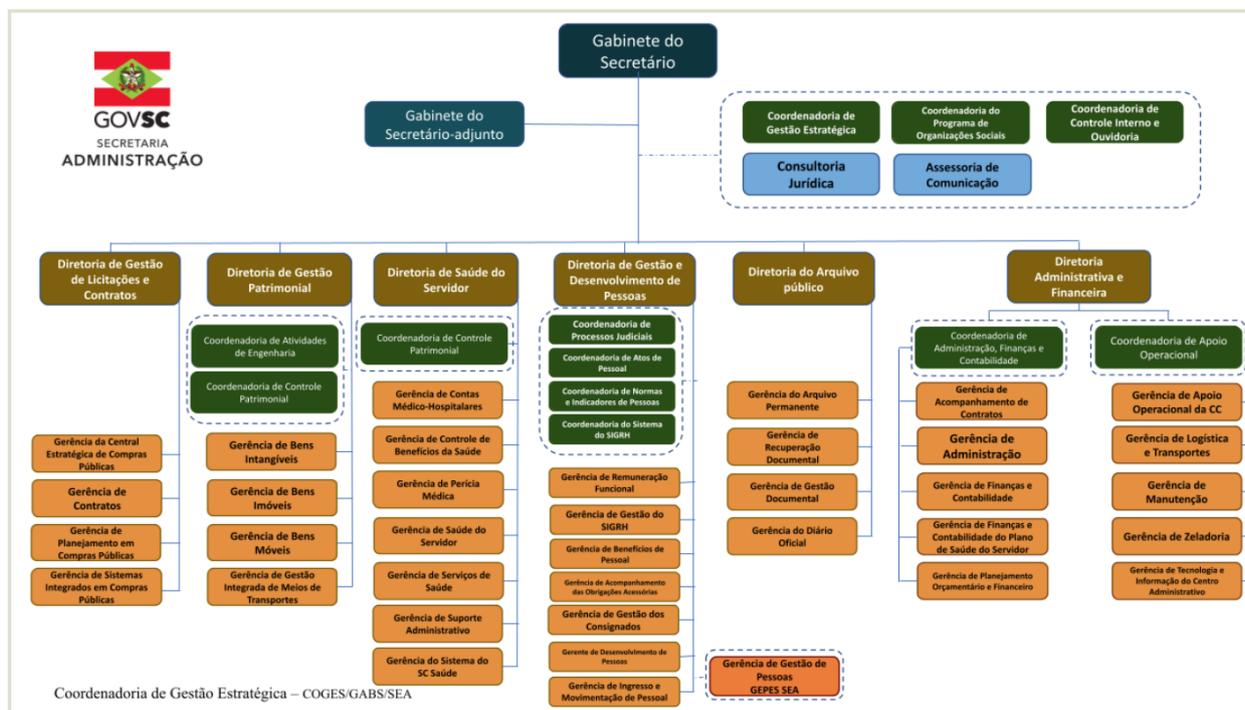
| | | |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| | Gerente de benefícios de pessoal (DEC 41/2023) | 1 |
| | Gerente de bens imóveis | 1 |
| | Gerente de bens moveis | 1 |
| | Gerente de contas médico-hospitalares | 1 |
| | Gerente de contratos (DEC 41/2023) | 1 |
| | Gerente de desenvolvimento de pessoas (DEC 41/2023) | 1 |
| | Gerente de gestão integrada de meios de transportes | 1 |
| | Gerente de manutenção | 1 |
| | Gerente de planejamento de compras publicas | 1 |
| | Gerente de recuperação documental (DEC 41/2023) | 1 |
| | Gerente de remuneração funcional | 1 |
| | Gerente de saúde do servidor | 1 |
| | Gerente de serviços de saúde | 1 |
| | Gerente de suporte administrativo (DEC 41/2023) | 1 |
| | Gerente de tecnologia da informação do centro administrativo | 1 |
| | Gerente do arquivo permanente (DEC 41/2023) | 1 |
| | Gerente do sistema do SC saúde | 1 |
| | Secretário de estado | 1 |
| | Desligado com remuneração | 1 |
| Efetivo | Administração direta - ocupação de nível superior / ONS\psicólogo | 1 |
| | Administração direta - ocupações auxiliar e operacional I / ONO I\agente em atividades administrativas | 1 |
| | Administração direta - ocupações nível administrativo e operacional II / ONO II - 30h\tecnico em atividades administrativas | 1 |
| | Administração direta - ocupações nível administrativo e operacional II / ONO II\tecnico em atividades administrativas | 3 |
| | Administração direta - ocupações nível administrativo e operacional II / ONO II\tecnico em atividades de saúde | 1 |
| | Administração direta - transporte e serviços gerais / TSG TOSG\disposição - ônus da origem | 1 |
| | Assessor de gabinete | 2 |
| | Assessor de gabinete (DEC 41/2023) | 1 |
| | Assessor especial | 1 |
| | Assessor técnico | 1 |
| | Assessor técnico (DEC 41/2023) | 1 |
| | Assistente de gabinete | 1 |
| | Auditor do estado\auditor do estado\classe VI | 1 |
| | Consultor de previdência | 1 |
| | Coordenador de apoio operacional | 1 |
| | Coordenador de controle interno e ouvidoria | 1 |
| | Coordenador de gestão estratégica | 1 |
| | Coordenador de normas e indicadores de pessoal (DEC 41/2023) | 1 |
| | Coordenador de planejamento, convênios e orçamento | 1 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Coordenador do escritório de gestão de processos (DEC 41/2023) | 1 |
| Coordenador especializado | 1 |
| Diretor administrativo e financeiro | 1 |
| Diretor de administração e finanças | 1 |
| Diretor de gestão de licitações e contratos | 1 |
| Diretor de gestão e desenvolvimento de pessoas | 1 |
| Disposição - recebidos de outro agrupamento\disposição - ônus da origem | 1 |
| Disposição - recebidos de outro agrupamento\disposição ônus da origem com ressarcimento | 5 |
| Gerente de acompanhamento de contratos | 1 |
| Gerente de administração e finanças | 1 |
| Gerente de controle de benefícios de saúde | 1 |
| Gerente de eventos e campanhas | 1 |
| Gerente de finanças e contabilidade | 1 |
| Gerente de finanças e contabilidade do plano de saúde do servidor | 1 |
| Gerente de gestão de ouvidorias | 1 |
| Gerente de gestão de pessoas | 3 |
| Gerente de gestão do SIGRH | 1 |
| Gerente de gestão dos consignados | 1 |
| Gerente de governo digital (DEC 41/2023) | 1 |
| Gerente de logística e transportes | 1 |
| Gerente de perícia médica | 1 |
| Gerente de planejamento e orçamento | 1 |
| Gerente de planejamento orçamentário e financeiro | 1 |
| Gerente de processos digitais (DEC 41/2023) | 1 |
| Gerente de recrutamento e seleção | 1 |
| Gerente de sistemas integrados de compras publicas | 1 |
| Gerente de tecnologia da informação | 1 |
| Gerente de zeladoria | 1 |
| Gerente do diário oficial | 1 |
| Magistério público estadual\apoio técnico\assistente técnico pedagógico | 11 |
| Magistério público estadual\apoio técnico\especialista em assuntos educacionais\orientador educacional | 2 |
| Magistério público estadual\docência\professor | 5 |
| Magistério público estadual\gestão\consultor educacional | 6 |
| Polícia penal\policia penal\classe - VIII\policia penal | 1 |
| Professor de ensino superior\professor universitário\professor universitário - adjunto\professor universitário-adjunto | 1 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANA - atividades de nível auxiliar\agente de serviços gerais\agente de serviços gerais | 2 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\enfermeiro\enfermeiro - enfermeiro | 2 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\fisioterapeuta\fisioterapeuta | 1 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\medico\medico | 3 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\medico\medico - clinica medica | 1 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\medico\medico - ortopedia | 1 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\psicólogo\psicólogo | 1 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\eletricista\eletricista | 1 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\ técnico em atividades administrativas\ técnico em atividades administrativas | 11 |
| Quadro de pessoal da secretaria de estado da saúde\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\ técnico em enfermagem\ técnico em enfermagem | 2 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANA - atividades de nível auxiliar\agente de serviços gerais | 6 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANO - atividades de nível operacional\agente em atividades administrativas | 8 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANO - atividades de nível operacional\artífice I | 4 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\administrador | 59 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\analista de esporte | 1 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\analista de informática | 12 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\analista técnico administrativo II | 78 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\assistente jurídico | 4 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\assistente social | 17 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\bibliotecário | 4 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\economista | 2 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\enfermeiro | 16 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\engenheiro | 6 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\farmacêutico | 1 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\fisioterapeuta | 1 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\médico | 29 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\médico perito | 1 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\médico perito- medicina do trabalho | 2 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\pedagogo | 1 |
| Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANS - atividades de nível superior\psicólogo | 15 |

| | | |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\agente em atividades de saúde II | 1 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\artífice II | 1 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\motorista | 3 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\operador gráfico | 4 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\tecnico em atividades administrativas | 70 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\tecnico em atividades de creche | 1 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\tecnico em atividades de engenharia | 4 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\tecnico em contabilidade | 11 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\tecnico em enfermagem do trabalho | 1 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\tecnico em informática | 2 |
| | Quadro de pessoal do poder executivo\grupo ocupacional ANT - atividades de nível técnico\tecnico em segurança do trabalho | 6 |
| | Secretário adjunto da administração | 1 |
| | Técnico universitário\tecnico universitário de desenvolvimento\classe D\tecnico universitário desenvolvimento - classe D | 1 |
| | Técnico universitário\tecnico universitário de suporte\classe D\tecnico universitário suporte - classe D | 1 |
| Estagiário | Estágio | 2 |
| | Total | 1153 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Processos Finalísticos

| MACROPROCESSO | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES |
|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| GESTÃO DOCUMENTAL E PUBLICAÇÕES OFICIAIS | Padronização e impressão do material gráfico utilizado pelos órgãos do Estado, impressão e circulação do Diário Oficial do Estado, publicação de atos oficiais e publicações legais, impressão de materiais gráficos diversos e editoração gráfica. | Publicar no Diário Oficial do Estado | Cidadão, empresas, prefeituras e servidores públicos. |
| GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS | Licitações de materiais e serviços, contratação de materiais e serviços, logística de estocagem e distribuição de materiais, controle de mão-de-obra locada. Disponibilizar informações referentes às licitações promovidas pelas Secretarias de Estado, Autarquias e Fundações Públicas que compõe o Poder Executivo do Estado. Manter atualizado e fomentar o cadastro dos fornecedores interessados em fornecer bens, materiais ou prestar serviço para a administração pública estadual. | Acessar o portal de compras e licitações do Estado. | Fornecedores e Órgãos do Poder Executivo Estadual |
| | | Cadastrar Fornecedor | Empresas e organizações |
| GESTÃO PATRIMONIAL | Realização de atividades em relação a: usucapião, escritura de posse, projetos de lei, termos de cessão e concessão, termos de doação, aquisições e transferências de bens, alienação por venda ou permuta, termo de alteração, reversão, revogação pública e comodato. | Leilões de bens móveis e imóveis | Cidadãos, empresas públicas e privadas e órgãos da Administração Pública Estadual. |
| | | Concessões e cessões de uso de bens | |
| | | Locações de imóveis próprios e de terceiros | |
| | Normativa, orienta e controla a alienação de bens móveis (mobiliários, veículos, equipamentos e semoventes) inservíveis, a destinação de material descartável, a transferência de bens entre órgãos; faz a gestão da frota de veículos e equipamentos; promove de veículos e equipamentos; promove o reaproveitamento de bens em desuso entre órgãos; realiza os leilões de bens baixados; gestão e destinação de bens adjudicados; gestão de bens cedidos e autorização para cessão; administração do depósito de bens inservíveis; gestão do abastecimento e manutenção da frota; registro das ordens de tráfego para deslocamentos da frota própria; gestão do aplicativo para deslocamento de servidores | Leilões de bens móveis | Cidadãos, órgãos e entes públicos, entidades não governamentais |
| | | Doação de bens inservíveis | |
| | | Controle Patrimonial | |
| | | Especificações técnicas para aquisições e locações de veículos e equipamentos | |
| | | Fiscalização do uso dos bens móveis | |
| | | Gestão dos cartões de abastecimento | |
| | | Suporte a gestores de frotas dos órgãos/entes | |
| GESTÃO DE PESSOAS | Controle e operacionalização do ingresso e movimentação dos servidores, estudos sobre estratégias de remuneração funcional e planos de carreira; Folha de pagamento dos servidores; plano de capacitação dos servidores e desenvolvimento funcional; programas de estágios; Acompanhamento e normatização de Gestão de Pessoas; Formulação da política de gestão de pessoas do Poder Executivo Estadual. | Solicitar estágio no programa Novos Valores | Estudantes |
| | | Solicitar Pensão Especial | Cidadãos |

| | | | |
|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------------|
| GESTÃO DE SAÚDE DO SERVIDOR | Elaboração de políticas e diretrizes para a área de Gestão de Saúde e Segurança do Servidor. Atua com atividades de normatização, coordenação, regulação, controle e supervisão relacionadas à saúde do servidor público estadual do Poder Executivo, bem como, elaboração de laudos periciais de insalubridade, periculosidade e aposentadoria especial. Realiza processos de avaliação pericial, relativo a concessão de licenças para tratamento de saúde do servidor e familiar, processos de readaptação, remoção e aposentadoria por invalidez, além de isenção de IR e contribuição previdenciária, entre outros benefícios periciais. | Concessão de benefícios periciais | Servidores públicos e público em geral |
|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------------|

Principais Processos de Apoio

| MACROPROCESSO | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Gestão Financeira | Tomada de decisões administrativas de acordo com a disponibilidade de recursos para garantir conformidade com as normas. | Supervisiona, monitora as atividades administrativas e executa os processos de orçamento e despesas a pagar de acordo com o planejamento financeiro. | Secretaria |
| Gestão de Tecnologia | Ações e manutenção de compra de mecanismos tecnológicos, que visam facilitar o processo produtivo dentro da Secretaria. | Sistemas implantados, rede mantida e equipamentos instalados. | Servidores / Secretaria |
| Gestão de Pessoas | Desenvolvimento da coordenação das atividades de orientação técnica e normativa da Secretaria e gerenciamento das informações cadastrais, funcionais e financeiras. | Organização das atividades, processamento de folhas de pagamento, controle de frequência, programação de férias. | Servidores da Secretaria |
| Gestão Patrimonial | Supervisionar e controlar os bens do ativo imobilizado, sua incorporação, transferência e baixa. Responsabilizar-se pela guarda, utilização e conservação de bens móveis e imóveis. | Controlar a movimentação de bens do ativo imobilizado | Secretaria |
| Gestão de Planejamento Orçamentário e Financeiro | Promoção do planejamento orçamentário por meio dos planos plurianuais, lei de diretrizes e lei orçamentária anuais. Acompanhamento e projeção da execução orçamentária e financeira. Acompanhamento de custos. | Elaboração e revisão do Plano Plurianual, elaboração e revisão do Anexo de Prioridades da Secretaria, para fins de atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias, elaboração e revisão da Lei Orçamentária Anual. | Secretaria |

| | | | |
|--------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| Gestão de Compras e Licitações | Orientação nos processos de requisição de compras de materiais, serviços, obras e serviços de engenharia, de licitações e de contratações diretas, atas de registro de preços (ARP), formalização de termos contratuais e suas alterações e gestão e fiscalização dos contratos. | Supervisionar os processos de requisição de compras e de contratações diretas, atas de registro de preço (ARP), formalização de termos contratuais e suas alterações e gestão e fiscalização dos contratos. | Secretaria |
| Gestão de Frotas | Desenvolvimento de processos licitatórios para atendimento a municípios atingidos por desastres e coordena a parte documental da Secretaria quanto a editais e declarações. | Coordena e controla a confecção de propostas, processos licitatórios e contratos para municípios afetados por eventos climáticos e documentos internos da Secretaria. | Órgãos do Centro Administrativo |
| Consultoria Jurídica | Ações de execução e análise dos elementos documentais internos da Secretaria, estabelecendo processos licitatórios que cumpram com as determinações legais. | Executa e analisa os elementos documentais internos da Secretaria, identifica falhas e possíveis irregularidades, estabelecendo processos de licitações e avalia propostas mais vantajosas. | Secretaria |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Credibilidade da instituição; 2. Relacionamento instituído com os órgãos públicos; 3. Gestores e equipes qualificadas; 4. Acesso aos meios de comunicação; 5. Comprometimento e multidisciplinaridade da equipe. 6. Parceria com outras instituições governamentais e instituições de ensino e pesquisa. 7. Política de saúde e segurança do servidor; 8. Boa avaliação do Plano SC Saúde; 9. Estrutura Organizacional bem definida 10. Conhecimento e experiência acumulados ao longo dos anos | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de política de acesso aos dados; 2. Carência de Sistemas de Tecnologia; 3. Dificuldade em normatizar as ações como órgão sistêmico; 4. Ausência de um plano de carreira e de gestão do conhecimento; 5. Ausência de um modelo de avaliação por indicadores; 6. Aumento dos custos médicos superiores ao incremento da arrecadação do plano SC Saúde; 7. Resistência à Mudança; |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Visibilidade e relevância da área; 2. Ferramentas e tecnologias disponíveis; 3. Cursos de aperfeiçoamento disponíveis; 4. Colaboração Intergovernamental 5. Mudanças nas Demandas da Sociedade 6. Necessidade de otimizar a máquina pública abre espaço para a SEA implementar suas políticas de gestão como órgão central. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Deficiência na articulação e execução das políticas; 2. Contingência de recursos públicos; 3. Desarticulação entre os órgãos e conflitos de interesses; 4. Instabilidade Política como mudanças frequentes no governo 5. Restrições Legais e Regulatórias tais como mudanças nas leis e regulamentos podem impor restrições adicionais à atuação da Secretaria e limitar sua flexibilidade. 6. Competição interna no governo por Recursos . |

Essa análise SWOT fornece uma visão geral dos fatores internos e externos que podem impactar a Secretaria de Estado da Administração. Com base nessa análise, a Secretaria pode identificar áreas que precisam ser fortalecidas, oportunidades a serem exploradas e ameaças a serem mitigadas, a fim de desenvolver estratégias eficazes e alcançar seus objetivos de forma mais eficiente. É importante lembrar que essa análise é uma visão geral e que uma análise mais aprofundada.

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Servidores (efetivos e comissionados);

Terceirizados;

Estagiários.

EXTERNAS:

Pessoas físicas e jurídicas;

Órgãos e entidades do Poder Executivo;

Os municípios do Estado assistidos nas atividades compatíveis com as competências da SEA;

Poderes Legislativo e Judiciário;

A sociedade em geral, por meio de seus cidadãos;

Fornecedores de bens e serviços;

Entidades não governamentais.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

GABINETE DO SECRETÁRIO E SECRETÁRIO ADJUNTO

Proteção de Dados Pessoais (LGPD / SEA)

Com a publicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) em 2018, estabeleceu-se a necessidade de adequação das organizações públicas e privadas aos seus preceitos.

A adequação da SEA foi realizada em três etapas:

- **Estruturação:** Nessa etapa foi realizada a indicação da encarregada de proteção de dados pessoais e a sua capacitação e, também, a designação do Grupo de Trabalho Interno (GTi) para auxiliar na implantação da LGPD na Secretaria.
- **Implantação:** Esta etapa incluiu a sensibilização dos gestores e servidores, o acompanhamento do mapeamento de processos e elaboração do Inventários de Dados, da Política de Segurança da Informação, do Plano de Resposta a Incidentes e, ainda, do Plano de Capacitação dos Servidores.
- **Encerramento:** Nesta etapa está sendo elaborado o Relatório de Encerramento do Projeto, demonstrando a situação atual dos processos da SEA com relação à proteção de dados pessoais, apontando as vulnerabilidades e sugerindo ações para mitigar os riscos.

Coordenadoria do Programa de Organizações Sociais - CPROS

Desde a publicação da Lei Complementar nº 741/2019, em 12 de junho de 2019, denominada de Reforma Administrativa, a Secretaria de Estado da Administração (SEA) assumiu a coordenação do Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais 1 como órgão sistêmico e normativo, concentrando esforços no aperfeiçoamento do modelo catarinense e expansão para outras áreas, como, por exemplo, cultura, esporte e educação, uma vez que, atualmente, conta apenas com Organizações Sociais em Saúde (OSS), prestando relevantes e eficientes serviços públicos de saúde aos Catarinenses.

Na área de saúde, o Estado de Santa Catarina conta com 05 (cinco) Organizações Sociais que gerenciam 08 (oito) unidades hospitalares. Em 2022, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) destinou mais de R\$ 745 milhões dos recursos públicos estaduais para o Programa, conforme ANEXO, o que, em regra, representa mais de 15% do total investido em ações e Serviços Públicos de Saúde pelo Governo do Estado durante os exercícios financeiros, de modo que, em função desse vultoso montante, demandam, além de atenção especial na gestão, ações efetivas de controle e fiscalização.

Nesse sentido, a Coordenadoria do Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais (CPROS/SEA), vinculada diretamente ao gabinete do Secretário de Estado da Administração, realizou um levantamento das macro áreas que precisavam de intervenções e identificaram-se as seguintes:



Diante disso, inúmeras ações foram implementadas pela CPROS/SEA, dentre as quais se podem destacar:

- Organização e realização do 1º Fórum Nacional de Excelência em Gerenciamento e Fiscalização de Contratos de Gestão com Organizações Sociais, em 2019, para troca de experiências e Benchmarking;
- Visitas técnicas às Secretarias de Estado da Saúde de São Paulo e Espírito Santo, para conhecimento do funcionamento da ferramenta de prestação de contas;
- Elaboração e publicação da Instrução Normativa SEA/SEF Nº 12/2020 que estabelece regras sobre a execução financeira das Organizações Sociais contratadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- Elaboração e publicação da Instrução Normativa SEA Nº 04/2021 que define os requisitos básicos da plataforma eletrônica, composta de um conjunto de ferramentas que sistematizem os procedimentos de prestação de contas das Organizações Sociais contratadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

- Elaboração da minuta de decreto e a exposição de motivos que “Dispõe sobre os procedimentos de acesso a informações e participação do usuário dos serviços públicos a serem observados pelas Organizações Sociais que possuam contrato de gestão com o Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.” (SEA 00020803/2019); e
- Organização e realização do 2º Fórum Nacional de Excelência em Gestão de Contratos com Organizações Sociais, em 2022, para conhecer experiências inovadoras nas áreas de saúde, cultura e educação.

Além disso, a CPROS/SEA iniciou ou/está desenvolvendo as seguintes ações:

1. a implantação da transparência pública e dados abertos, exigida no art. 2º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, com o desenvolvimento da interface destinada às Organizações Sociais em Saúde (OSS) no Portal de Transparência do Poder Executivo, bem como edição do Decreto que regulamenta este processo (SEA 00020803/2019);

2. a realização, pela Fundação Escola de Governo – ENA, de curso de capacitação sobre o aperfeiçoamento do modelo de prestação de contas de contas por meio da plataforma, objetivando a coleta de dados e documentos para melhorar a gestão, controle e a fiscalização dos recursos públicos estaduais repassados às Organizações Sociais, inclusive criando indicadores, a ser ministrados por técnicos da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA/ES) às equipes das Organizações Sociais em Saúde (OSS), da Secretaria de Estado da Saúde (SES), da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e desta Secretaria de Estado da Administração (SEA);

3. a remessa à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) do Anteprojeto de Lei do Novo Marco Regulatório das Organizações Sociais, no qual estão insertos mecanismos significativos em três momentos, quais sejam, no planejamento, no chamamento público e na execução do contrato de gestão. O objetivo central foi o avanço na relação jurídica com o estabelecimento da segurança jurídica e melhor adequação à realidade das relações envolvendo um contrato de gestão. Na fase de planejamento, por exemplo, prevê-se a necessidade de contratação de consultoria para elaboração do projeto básico, mais consistente com a realidade fática, objetivando qualificar o futuro contrato de gestão, bem como racionalizar os recursos públicos. No chamamento público, a inversão das fases da documentação e proposta e a disputa verbal por meio de lance, como já ocorre no pregão, são duas das inovações (SEA 00005144/2020);

4. a implantação de metodologia e ferramenta de controle de custos dos processos e serviços prestados pelas Unidades Hospitalares gerenciadas por Organizações Sociais em Saúde (OSS), a fim de que seja possível realizar a precificação de demonstração da “vantajosidade” dos futuros termos aditivos, contratos de gestão e chamamentos públicos; permitir a realização de análises demonstrando se houve ou não impacto financeiro, tanto de redução como de incremento, quando da realização de alterações quantitativas nas metas dos contratos de gestão; e, especialmente, aferir se os custos estão em conformidade com o padrão da SES, bem como se atendem os princípios da eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos;

5. a conclusão do mapeamento dos processos e riscos envolvidos, que está sendo desenvolvido pela Coordenadoria de Gestão Estratégica (COGES/SEA), da Secretaria de Estado da Administração, com base no Anteprojeto de Lei do Novo Marco Regulatório das Organizações Sociais.

Organizações Sociais em saúde (OSS)

| NOME E SIGLA DA UNIDADE (COMPLETAR) | NOME E SIGLA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL | CNPJ | Data Primeiro CG | Nº Contrato de Gestão (CG) atual | Início/Término CG atual | Processo SGP-e | Valor Mensal R\$ | Valor Anual R\$ |
|------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|----------------------------------|----------------------------|-----------------|------------------|-----------------------|
| CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE SANTA CATARINA (HEMO5C) | FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMO5C/CEPON (FAHECE) | 86.897.113/0005-80 | 19/12/2007 | 03/22 | 11/07/2022 31/12/2023 | SES 130831/2022 | 8.206.254,35 | 98.475.052,20 |
| CENTRO DE PESQUISAS ONCOLÓGICAS DR. ALFREDO DAURA JORGE (CEPON) | FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMO5C/CEPON (FAHECE) | 86.897.113/0004-08 | 19/12/2007 | 02/22 | 11/07/2022 31/12/2023 | SEA 9925/2021 | 10.562.805,50 | 126.735.666,00 |
| SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU) | FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMO5C/CEPON (FAHECE) | 86.897.113/0004-08 | 4/1/2022 | 01/22 | 01/04/2022 31/03/2023 | SES 30041/2022 | 11.892.129,15 | 142.705.549,80 |
| HOSPITAL INFANTIL DR. JESER AMARANTE FARIAS (JONVILLE) | HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS (HNSG) | 76.562.198/0001-69 | 9/8/2008 | 01/17 | 20/11/2017/ 19/11/2022 | SES 40972/2017 | 9.365.321,78 | 112.383.861,36 |
| HOSPITAL REGIONAL TEREZINHA GAIO BASSO (SÃO MIGUEL DO OESTE) | INSTITUTO SANTE | 08.776.971/0001-30 | 16/12/2010 | 04/22 | 15/08/2022 à 31/12/2023 | SEA 10116/2021 | 3.561.423,96 | 66.737.087,52 |
| HOSPITAL REGIONAL DE ARARANGUÁ DEP. AFONSO GUIZZO E POLICLINICA DE ARARANGUÁ (HRA) | INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DO CIDADAO (IMAS) | 28.700.530/0001-61 | 1/8/2010 | 04/18 | 14/11/2018/ 15/11/2023 | SES 45197/2018 | 6.055.948,51 | 72.671.382,12 |
| HOSPITAL FLORIANÓPOLIS (HF) | INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DO CIDADAO (IMAS) | 28.700.530/0001-61 | 2/12/2013 | 02/18 | 08/10/2018/ 07/10/2023 | SES 47595/2017 | 4.630.384,46 | 55.564.613,52 |
| HOSPITAL MATERNO INFANTIL SANTA CATARINA (HMISC) | INSTITUTO DESENVOLVIMENTO ENSINO E ASSISTENCIA A SAUDE (IDEAS) | 24.006.302/0002-16 | 1/8/2018 | 03/18 | 01/08/2018/ 31/07/2023 | SES 43024/2018 | 5.892.300,24 | 70.708.202,88 |
| TOTAL | | | | | | | - | 745.999.415,40 |

Coordenadoria de Controle Interno e Ouvidoria - CIOUV

Manual de Controle Interno

A Coordenadoria de Controle Interno e Ouvidoria da SEA é integrante do Grupo de Trabalho sob a coordenação da CGE, cujo objetivo é a elaboração do Manual de Operações das Unidades Setoriais de Controle Interno baseado no Modelo das Três Linhas (revisão 2020), para orientação das atividades a serem exercidas pelas UCIs.

Objetivo Específico:

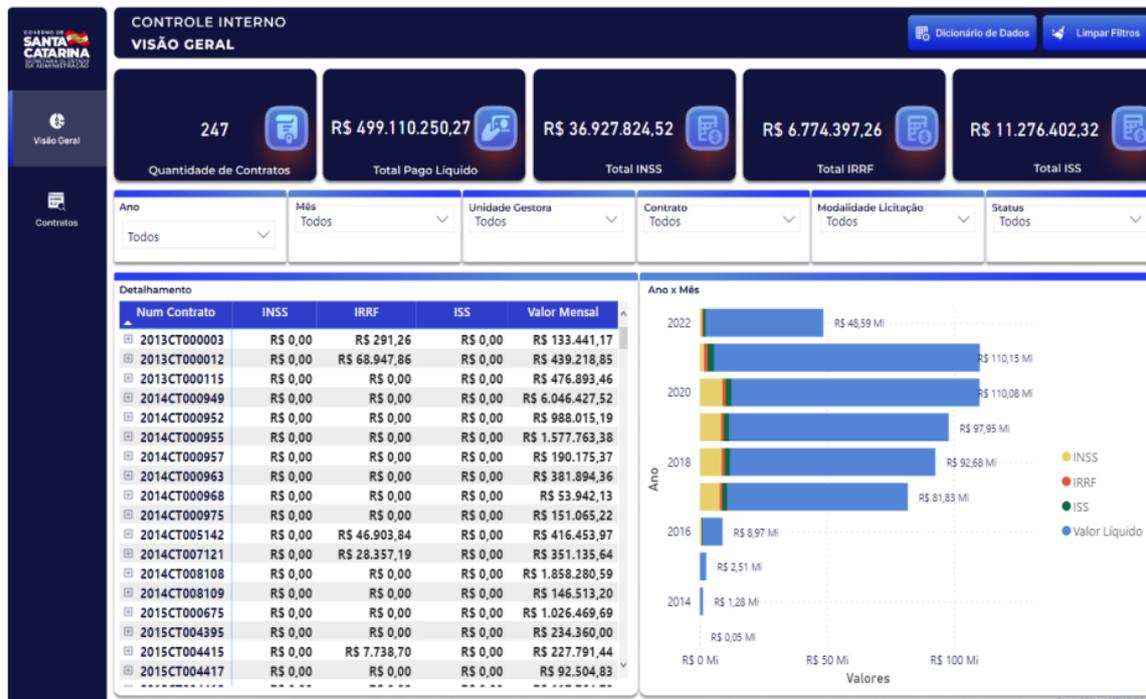
Controle Interno

Período de Junho/2019 a Outubro de 2022

| Atividade Realizada | Detalhamento | Observação |
|----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Prestação de Contas de Adiantamento CPESC | Foram emitidos um total de 60 (sessenta) Pareceres de Controle Interno da análise de processos SGPE de Prestação de Contas de Utilização de Cartão de Adiantamento CPESC | Análise dos processos de concessão de Adiantamento conforme Decreto nº 1322/2017. |
| Prestação de Contas de Diárias. | Foram verificados 708 (setecentos e oito) processos de concessão de diárias de viagem instruídos no SGPE no período através de utilização de check list em conformidade com a legislação vigente. | Análise dos processos de concessão de Diárias através de acompanhamento de check list conforme Decreto nº 1.172/2008. |
| Processos de Licitação, Contratos e Aditivo. Dispensas de Licitação e Inexigibilidade. | Na verificação e análise dos processos relacionados a Dispensa de Licitação, Inexigibilidade, Licitações na modalidade Pregão Eletrônico, e aos termos aditivos contratuais, foi dada ênfase aos procedimentos e instrução, adequados a Lei de Licitações 8.886/93. Na verificação dos processos relacionados a contratos, foram verificados os itens de formalização do termo de contrato e sua execução. | Verificação dos Processos do Período através de Check List, de acordo com a Lei 8.886/93 e regulamentos estaduais. |
| Gestão Patrimonial - Almoxarifado | O objetivo da verificação do Almoxarifado, consiste em aferir a eficiência relativa aos controles praticados, as entradas e saídas dos bens estoçados, bem como analisar a sua segurança e conservação. A verificação dos itens e a regularidade da documentação relacionada ao Almoxarifado, se deu através da conferência in loco confrontando com relatórios extraídos do SIGEF. Os relatórios correspondentes extraídos do Sistema Integrado de Administração de Materiais. | Verificação do levantamento periódico de estoque, registros de entrada e saída. |
| Folha de Pagamento – Verificação Processamento das Prévias Mensais | Monitoramento do processamento da prévia da folha de pagamento no SIGRH, análise documental, conferência de cálculos e observância da legislação aplicável | verificar a ocorrência de irregularidades na inclusão de valores na folha de pagamento de acordo com a legislação aplicável. |
| Análise dos CAS – Centros de Atendimento Saúde Servidor. | Levantamento relacionado as despesas de Aluguel, Condomínio, Água e Esgoto, Energia Elétrica, Cosip, Postos Terceirizados, análise dos convênios firmados com o Plano de Saúde. | análise documental (processos, faturas, orçamentos, outros), observância à legislação aplicável, extração de informações no SIGEF e outros sistemas, se for o caso. |
| Providências Administrativas e Tomadas de Contas Especiais | Controle e acompanhamento dos prazos e providências conforme determina o Decreto nº 1.886/2013 e emitir parecer nos casos previstos na legislação. | levantamento das providências administrativas/TCEs instauradas e a serem instauradas. |
| Trilhas de Auditoria – TCE | Recebimento de registros através do Sistema SGTAT/TCES-SC, com indícios de irregularidades relativos a agentes públicos que constam da folha de pagamento. A verificação possui como parâmetro o número do CPF do agente público, em confronto com a listagem de CPFs declarada em múltiplas bases governamentais. Estes indícios devem ser verificados pela unidade responsável, que buscará informações para sua confirmação ou invalidação. As justificativas quanto à confirmação ou invalidação de cada registro e as ações adotadas para sanar irregularidades eventualmente confirmadas devem ser informadas ao Tribunal de Contas através do sistema SGTAT. | O Tribunal de Contas do Estado instituiu, por meio da Instrução Normativa nº 25/2019, o Sistema de Gestão de Trilhas de Auditoria - SGTAT como ferramenta de gerenciamento de informações, inconsistências e indícios de irregularidades, com vistas à solução de forma tempestiva e preventiva, de utilização obrigatória no âmbito da administração direta e indireta. |
| Da Regularidade | Realizado monitoramento do encaminhamento das informações referente aos Módulos de Atos Jurídicos e de Pessoal ao TCE/SC através do sistema ESFINGE. Providências referente às Notificações recebidas pela funcionalidade de Comunicação da Sala Virtual do TCE. | Verificação de informações referente aos Módulos de Atos de Pessoal e Atos Jurídicos no sistema de fiscalização - e-Sfing do TCE/SC. |

Desenvolvimento de Painéis Auxiliares de Monitoramento CIOUV

Desenvolvimento de painéis de monitoramento com o auxílio da Diretoria de Tecnologia e Inovação da SEA, com o objetivo de subsidiar de forma mais eficiente os trabalhos de controle da Coordenadoria, antecipando as ações de identificação e análise para correção e prevenção através da observação de informações disponíveis.



Programa de Integridade e Compliance

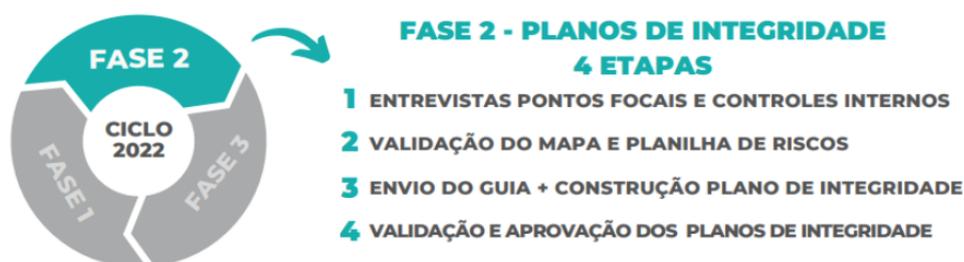
Nos termos da Lei Estadual nº 17.715, de 23 de janeiro de 2019, a execução do Programa de Integridade & Compliance (PIC) do Estado de Santa Catarina, estabelece aos órgãos e entidades do Poder Executivo, dentre outros requisitos, a construção e a implementação de Planos de Integridade.

O Ciclo 2022 do PIC, sob a coordenação da Diretoria de Integridade e Compliance da CGA, é composto de três Fases de Atividades:

- Fase 1: Ligada à identificação prévia de riscos e à adesão dos órgãos e entidades;
- Fase 2: Construção dos respectivos Planos de Integridade exigidos pela Lei Estadual;
- Fase 3: Construção do Código de Ética e Conduta.

A Secretaria de Estado da Administração, após adesão ao Plano de Integridade e Compliance, em termo assinado pelo seu Gestor máximo conforme processo SGPE CGE 502/2022, está em fase final das etapas da fase 2, após a construção do plano de integridade com a participação de seus pontos focais e representantes das suas diretorias.

Em relação à Segunda Fase do Ciclo de 2022 do PIC, o seu produto final será o Plano de Integridade:



Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC

O Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) é o mais abrangente programa de incentivo às organizações públicas brasileiras para adoção de boas práticas de enfrentamento da corrupção, com ênfase nos mecanismos de prevenção.

São mais de 11 mil organizações participantes de um total de 16 mil cadastradas. O ano de 2021 foi o período de adesão da SEA, de realização das autoavaliações na plataforma e-Prevenção através de questionário analisado e respondido pelas Diretorias e Coordenadorias e de definição do marco zero, fase que indica como estão as práticas da organização quanto aos mecanismos e componentes de prevenção à corrupção no ato de adesão ao programa Nacional de Prevenção à Corrupção.

No ano de 2022, foram iniciados os eventos de capacitação realizados pelo TCU de forma on line na plataforma Youtube e disponibilizado o acesso ao E-Prevenção para acesso ao roteiro de atuação da organização e inserção das ações alinhadas com as boas práticas de combate e prevenção à corrupção, além de correções e monitoramento.

As ações da SEA no Programa PNPC do TCU, terão seu desenvolvimento, simultaneamente com o Programa de Integridade e Compliance da CGE, sendo monitoradas e submetidas a avaliações anuais.

SISTEMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Tem a função de coordenar, promover e aprimorar as atividades que envolvam o planejamento estratégico e os programas voltados à modernização da gestão pública no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional. As coordenadorias da SEA relacionadas a esse sistema são a Coordenadoria de Gestão Estratégica (COGES), a Coordenadoria de Gestão por Resultados e o Escritório de Processos (EPROC).

Coordenadoria de Gestão Estratégica – COGES

Subordinada diretamente ao Gabinete do Secretário, tem como competência geral coordenar as atividades que envolvam o planejamento estratégico e os programas voltados à modernização da gestão pública e exercer outras atividades determinadas pelo Secretário de Estado da Administração ou pelo Secretário Adjunto, no âmbito da sua área de atuação, bem como, coordenando de forma articulada e integrada com as áreas da Secretaria, a execução das ações definidas no planejamento estratégico e na definição de indicadores de desempenho, visando à adoção de melhores práticas de gestão, no âmbito da Secretaria; auxiliar a alta administração no desenvolvimento de políticas e ações voltadas à gestão de custos dos serviços públicos, de forma contínua, por meio de indicadores de desempenho aplicados às bases de dados governamentais.

Entre outras atribuições destacam-se:

- Auxiliar na elaboração de projetos de atos legislativos ou de atos administrativos relacionados à estrutura organizacional e à modernização administrativa da Secretaria;
- Promover a articulação, integração e interlocução entre os membros do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD), no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- Promover a integração e a articulação entre instrumentos estratégicos, em consonância com as diretrizes fixadas pelos órgãos centrais dos Sistemas Administrativos, no âmbito da Secretaria; e
- Participar do fomento à integração, ao intercâmbio de experiências, ao compartilhamento de soluções e parcerias de interesse multi-institucional entre a Secretaria e os demais órgãos da Administração Pública.

Modelo de Excelência em Gestão Gestão.gov.br

O Gestão.gov.br é um modelo de referência em gestão organizacional que reúne os elementos necessários à obtenção de um padrão gerencial de classe mundial, oferecendo aos órgãos e entidades públicos parâmetros para a avaliação e melhoria contínua da maturidade da gestão. Apresenta-se com os objetivos de contribuir com o aumento da maturidade de gestão e governança dos órgãos e entidades da administração direta e

indireta do Poder Executivo Federal, bem como Estados, Distrito Federal e Municípios, e aprimorar a efetividade na entrega de valor público à sociedade brasileira.

A Coordenadoria de Gestão Estratégica coordena a aplicação em outros órgãos da Administração Pública no Estado de Santa Catarina. A partir do Acordo de Gestão, firmado entre o Ministério da Economia e o Governo do Estado, a SEA, protagonizou a disseminação da implantação do modelo desde 2019 para os 21 órgãos estaduais que recebem transferências voluntárias da união. Em 2022, estendeu seu apoio a implantação para os 48 órgãos, fundações e autarquias do Estado, criando assim, um indicador do governo do Estado. Além disso, a secretaria presta apoio aos 295 municípios Catarinenses na implantação, em parceria com a Federação Catarinense de Municípios - FECAM e Associações Municipais.

O empenho na divulgação e evolução do Gestão.gov.br, pela COGES/SEA no Estado, foi atribuído às melhorias da qualidade da gestão por meio de um referencial (modelo) visando um contínuo aperfeiçoamento que possibilita a troca de experiências entre as organizações, a promoção da cooperação interna, o compartilhamento de conhecimento e unificação de entendimentos, a sinergia na comunicação entre os parceiros, a melhoria de processos, a construção colaborativa de soluções e melhorias Gestão pública +ÍNTEGRA, +INTEGRADA, +INOVADORA, +TRANSPARENTE, +SIMPLES e +EFETIVA.

Aplicação do Instrumento de Maturidade de Gestão na SEA - IMG 100 pontos

A COGES aplicou no ano de 2022 o instrumento de maturidade de gestão na Secretaria de Administração. A metodologia adotada para a avaliação tem por base a verificação das práticas e dos resultados de gestão quanto ao atendimento aos requisitos das alíneas. A descrição das práticas de gestão apresentou o atendimento de grande parte dos requisitos expressos nos critérios de Governança, Estratégias e Planos, Público-alvo, Sustentabilidade, Capital Intelectual Processos e Valor Público, assim como os principais refinamentos ou inovações implementadas com impactos no desempenho global da secretaria, que atingiu uma nota preliminar de 96,77 no Instrumento de 100 pontos.

Para a primeira aplicação do Instrumento de Maturidade da Gestão - IMG 100 PONTOS - na SEA, Ciclo equivalente ao período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Nível de Gestão

| Categoria | Pontuação Provisória | Estágio da Organização |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  Bronze 4 | 96,77 | Excelente! A priorização, sistematização e implementação das ações de melhoria da gestão e dos processos gerenciais estabeleceram as bases para a consolidação de uma cultura de elevado nível de maturidade em governança e gestão em sua organização. Os resultados apresentados refletem uma elevação da satisfação com a prestação dos serviços, em decorrência do atendimento das necessidades e expectativas das partes interessadas. Lembre-se que "sucesso de hoje não garante o sucesso de amanhã". |

Manual de Elaboração do Regimento Interno

No sentido de subsidiar as Secretarias de Estado do Governo de Santa Catarina a elaborarem e aprovarem os seus regimentos internos, a Coordenadoria de Gestão Estratégica, por meio da Secretaria de Estado da Administração, elaborou o Manual para Elaboração de Regimento Interno.

A padronização dos procedimentos, em forma de manual, estabelece critérios que norteiam esses órgãos quanto à uniformização na elaboração e atualização dos seus respectivos Regimentos, de maneira que as autoridades gestoras possam demonstrar coesão, clareza e integração na condução da Administração Pública. A elaboração e atualização do Regimento Interno é de grande importância, pois detalha a estrutura interna, as competências e atribuições legais de cada órgão e entidade, favorecendo a observação crítica do que é desejável para a organização e os seus limites funcionais, evitando assim a superposição, ambiguidade, duplicação ou paralelismo de competências, tanto internamente como entre órgãos e entidades.

Regimento interno

A Coges coordenou o processo de revisão do Regimento Interno da SEA, publicado em 30/09/2022. Cabe evidenciar que o Decreto nº 2.198, de 30 de setembro de 2022, aprova o Regimento Interno, as competências e atribuições dos cargos de provimento em comissão e das funções técnicas gerenciais que compõem a estrutura do órgão e estabelece outras providências.

NUPROJ / SEA - Núcleo de Projetos

A COGES instituiu, em agosto de 2020, o Núcleo de Gestão de Projetos da SEA (NUPROJ/SEA), equipe que compõe a Rede de Projetos SC e atua no gerenciamento dos projetos a cargo de seu órgão ou de sua entidade, com suporte do Escritório de Projeto (EPROJ). Com suporte do EPROJ, o Núcleo atua de forma coordenada com a chefia competente no planejamento e execução de projetos e programas. A comissão do Núcleo é constituída por um representante de cada Diretoria, garantindo-se, assim, a observância da cultura de gestão de projetos em toda a Secretaria.

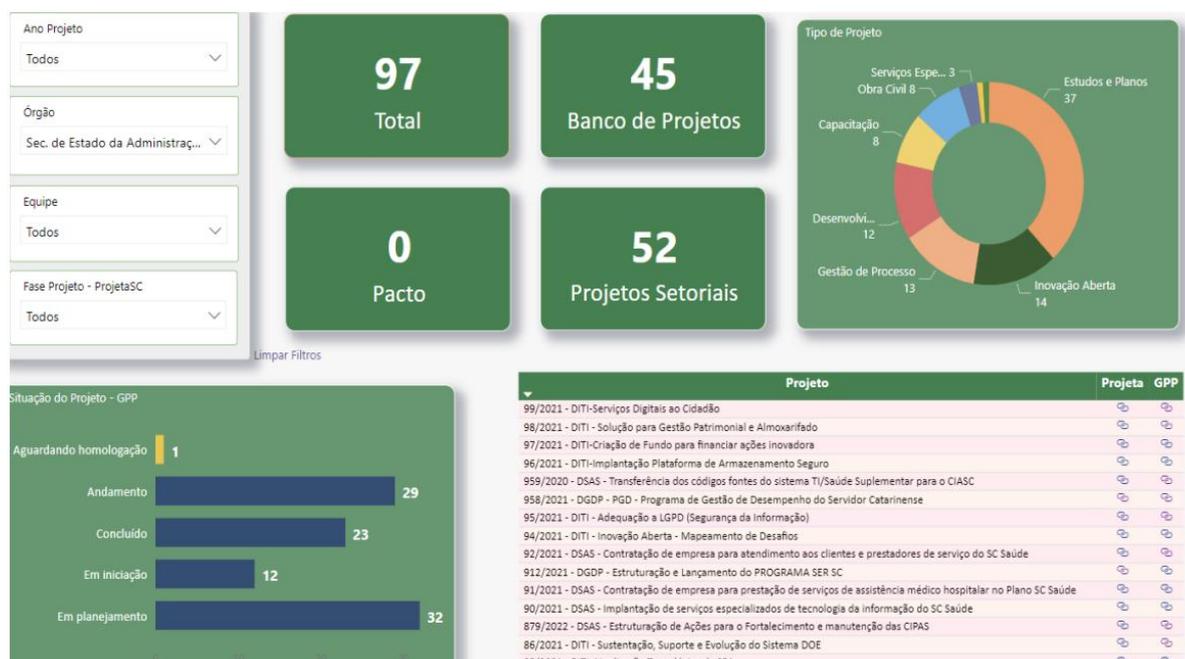
O NUPROJ, que compõe a Rede de Projetos SC, foi criado com o Decreto nº 632/2020, e tem como atribuições:

- Planejar e gerenciar os projetos do seu órgão ou entidade;
- Utilizar e disseminar a metodologia e as ferramentas de gerenciamento de projetos definidas pelo EPROJ;
- Executar, apoiar e monitorar a gestão dos projetos sob sua responsabilidade;
- Fornecer todas as informações solicitadas pelo EPROJ relativas aos seus projetos e programas;
- Apoiar e orientar o Gerente de Projetos do órgão ou entidade; e
- Manter atualizado o Banco de Projetos Estadual (BPE) em relação às iniciativas planejadas para seu órgão ou sua entidade.

Ferramentas utilizadas na Gestão dos Projetos

Sistema de Gestão de Projetos e Planejamento (GPP), ferramenta oficial de gestão de projetos da Administração Pública Estadual do Poder Executivo, cuja função é permitir, por meio de cadastramento dos projetos, o planejamento e monitoramento das iniciativas do Estado.

Painel de Monitoramento de Projetos e Programas (PROJETA SC), on-line e em tempo real, desenvolvido pelo EPROJ que possibilita aos gestores e aos cidadãos realizarem consulta pública das iniciativas de projetos que estão sendo executados pela Administração Pública Estadual do Poder Executivo.



NUPROC / SEA - Núcleo de Processos

A COGES coordena o Núcleo de Gestão de Processos de Negócio (NUPROC) que foi concebido para dar suporte à difusão do Modelo de Governança por Processos nos órgãos setoriais do Poder Executivo Estadual, tendo como missão:

“Disseminar e promover o gerenciamento de processos de negócio no âmbito dos respectivos órgãos, alinhado ao Modelo de Governança por Processos e à estratégia Governamental, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e entrega de valor à sociedade.”

Grupo de trabalho, constituído por servidores públicos, dedicado à análise, diagnóstico e melhoria de processos de negócio, formalizado por meio da publicação de portaria do titular do órgão, nomeando seus membros, os quais serão responsáveis pela coordenação das iniciativas de melhorias de processos no órgão, com apoio e supervisão do EPROC.

Cabe ao NUPROC identificar e priorizar, junto a alta administração, os processos de negócio que necessitem de revisão, objetivando a otimização dos recursos públicos e a melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade catarinense.

Coordenadoria de Gestão por Resultados – COGER

Indicadores Estratégicos de Governo

Em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 741/2019, o modelo de gestão da Administração Pública Estadual é baseado por indicadores de desempenho e resultados.

"O modelo de gestão da Administração Pública Estadual será implementado por meio de indicadores de desempenho e resultados, em um governo pautado na transparência, no controle administrativo, na integridade, na governança e na inovação, objetivando a redução de despesas, o amplo acesso pela sociedade, a melhoria da qualidade dos serviços públicos e a formação prioritária de parcerias entre o Estado e a sociedade". Lei nº 741, de 12 de junho de 2019, §2º, art. 1º.

Diariamente gestores públicos enfrentam o desafio de realizar as entregas que a população tem necessidade e direito. Educação de qualidade, saúde e bem-estar, paz e segurança – dentre outros – são serviços que o Governo deve entregar à sociedade. O poder público deve utilizar com eficiência os recursos financeiros oriundos dos impostos e taxas pagas pelos cidadãos para gerar cada vez mais e melhores serviços, a partir de cada centavo de imposto recolhido.

Por outro lado, o poder público deve utilizar esses recursos de acordo com a previsão legal existente o que, muitas vezes, limita o atendimento das necessidades da população. Aplicar um percentual mínimo dos impostos em educação e saúde, respeitar os limites de folha de pagamento dos servidores e realizar os repasses aos demais poderes são exemplos de obrigações legais a que o gestor público está submetido, cuja fiscalização é exercida pelos Tribunais de Contas, pelo Poder Legislativo e pelo Ministério Público. Estas obrigações legais têm por objetivo garantir o equilíbrio fiscal; ou seja, o Estado não pode gastar mais do que arrecada.

De modo a permitir o atingimento dos objetivos acima elencados foi construído um Modelo de Gestão que prioriza os resultados e a participação dos gestores e técnicos, promovendo o impacto positivo no bem-estar dos cidadãos, tornando Santa Catarina o melhor Estado para se viver, visitar, trabalhar e empreender.

O Modelo de Gestão por Resultados foi criado como um sistema de avaliação da administração pública, a fim de atender à Lei nº 741, de 12 de junho de 2019, parágrafo 2º, Art. 1º. Serve também como sistema de apoio para o Chefe do Poder Executivo e para o Colegiado de Governo, na tomada de decisão em nível estratégico. Nele, gestores e técnicos do Poder Executivo Catarinense podem diagnosticar a situação, eleger prioridades e tracionar o desempenho nas 4 áreas estratégicas: gestão pública, infraestrutura e mobilidade, desenvolvimento econômico sustentável e desenvolvimento social.

O objetivo geral do Modelo é gerar ações para alavancar o desempenho do Governo do Estado a fim de melhorar a gestão pública, investir em infraestrutura, garantir recursos para investimento, melhorar os serviços, promover desenvolvimento econômico e gerar desenvolvimento social.

Baseado na Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão – Construtivista (MCDA-C), o Modelo de Gestão por Resultados é composto por um conjunto de indicadores alinhados à estratégia do Governo, em ciclos anuais. Atualmente, encontra-se no seu terceiro ciclo, sendo desdobrado em 4 áreas estratégicas, 23 áreas de negócio, 98 objetivos estratégicos e 161 indicadores. Essa estruturação permite comparar diferentes tipos de indicadores e a sua consolidação em uma nota que representa o desempenho global da atuação do Governo do Estado.



A construção do Modelo de Gestão por Resultados ocorreu da seguinte maneira:

1º Construção e manutenção do Modelo:

- Definição da estratégia a partir de análise de: Plano Plurianual; Plano de Governo; Plano de Desenvolvimento SC 2030 (participação da sociedade em workshops Regionais); planos setoriais; mensagem à Assembleia Legislativa; e entrevistas do Governador;
- Definição dos indicadores com a realização de 216 reuniões com as equipes técnicas e gestores das instituições, que resultaram na definição dos 264 indicadores iniciais, para o ano de 2020;
- Aplicação da metodologia MCDA-C com atribuições de taxas e escalas pertinentes a cada indicador;
- Validação do Modelo pelo Governador;
- Realinhamento anual do Modelo, com inclusão, exclusão e análise dos indicadores, o aprimoramento das descrições e a recalibração dos níveis das métricas;
- Para a construção do ciclo de 2022 foi incorporado ao Modelo a Matriz de Responsabilidade dos indicadores, a qual se busca a maior integração com as instituições; e
- O início de cada ciclo ocorre em janeiro de cada ano e encerra-se em dezembro.
- 2º A rotina de execução (monitoramento, análise e avaliação de resultados dos indicadores):
- Mensalmente os dados são coletados até o 6º dia útil. Isso ocorre ininterruptamente desde dezembro de 2019;
- Análise qualitativa dos dados mensais inseridos no sistema online;
- Consultoria interna aos setoriais realizada pela própria equipe técnica para a elaboração de Plano de Ação;

- Apresentação dos indicadores e dos seus Planos de Ação nas reuniões do Colegiado que ocorrem semanalmente;
- Realização de reuniões temáticas com as equipes técnicas para solucionar problemas que têm as mesmas características, como por exemplo: mortalidade, estratificação por causas, processo, inovação, projeto;
- Monitoramento da execução e do status do Plano de Ação e seus impactos no indicador; e
- Acompanhamento dos projetos relacionados aos indicadores pelo Escritório de Projetos.

Com o Modelo de Gestão por Resultados foi possível mudar as práticas de gestão de Governo, tais como:

- Formar uma equipe composta por: Governador, Secretários, Pontos Focais das instituições, Secretaria de Estado da Administração e Controladoria-Geral do Estado;
- Participação ativa do Governador, apoiando a boa prática;
- Desenvolvimento da melhoria dos indicadores está alicerçado na melhoria da gestão de projetos (sob liderança do EPROJ), gestão de processos (sob liderança do EPROC), e gestão da inovação (sob liderança do NIDUS);
- Consistência na tomada de decisões dos problemas públicos prioritários, ganhando espaço na agenda governamental;
- Estruturação de um processo replicável, que respeita o ciclo de planejamento, execução, avaliação e retroalimentação, com ritos de gestão focados na melhoria do desempenho;
- Políticas de incentivo e troca de experiências entre as instituições, com o diagnóstico de seus indicadores e com oportunidades de melhorias nos Planos de Ação;
- Engajamento de mais de uma instituição para a solução de um problema público, pela constituição de uma Matriz de Responsabilidades;
- Composição de cada ciclo de indicadores realizado com equipes técnicas e validado pelo Governador; e
- Estabelecimento de métricas quantitativas claras, para indicar a evolução de cada indicador, por meio de três níveis de desempenho: crítico, mercado e excelência.
- O Modelo de Gestão por Resultados auxiliou o Governo de Santa Catarina a obter melhorias em diversas áreas ao priorizar ações, medir a evolução e auxiliar na estruturação de Planos de Ação. Abaixo estão listados alguns dos principais resultados:
- Engajamento das áreas para co-responsabilização e estabelecimento formal de uma Matriz de Responsabilidade: no ciclo atual, mais de 75% dos indicadores contemplam ações de melhoria, envolvendo responsabilidades de mais de uma instituição de Governo, sendo a matriz formalmente pactuada com os envolvidos;
- Foco da atuação em tracionar o desempenho e compartilhar informações reais sobre a situação de cada política pública;
- Elaboração e discussão de Planos de Ação para melhoria de cada indicador: elaborada uma estrutura metodológica de acompanhamento que guia os gestores de cada política a identificar e enquadrar o problema público, estratificar as lacunas de desempenho e conceber ações e tarefas que conduzam a uma melhoria objetiva;
- Todas as ações são registradas e compartilhadas em uma única plataforma online. O Portfólio é composto por 244 Planos de Ação de melhoria, sendo que alguns destes planos resultaram em impactos expressivos;
- Integração com a gestão de projetos, alcançada pela estruturação e/ou portfólio de projetos; e
- Mudança cultural no Governo, criando contexto e compartilhamento de informações intersetoriais para a alta gestão.

Indicativos do foco na gestão de resultados são a conquista da vice-liderança no Ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros, do Centro de Liderança Pública (CLP) e o Prêmio Excelência em Competitividade de Destaque Internacional, ao ser reconhecida como a unidade da federação com o maior número de indicadores acima do país médio da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com isso, tem-se maior efetividade nas políticas públicas e promoção de melhores resultados, em menor prazo e com menos custos.

Escritório de Processos – EPROC

Estruturação dos NUPROCs nos órgãos do governo

A SEA por meio do Escritório de Gestão de Processos - EPROC instituiu em 2021 13 (treze) Núcleos de Gestão de Processos - NUPROCs com o objetivo de estruturar e disseminar o Modelo de Governança por Processos no Poder Executivo estadual, além de identificar e mapear os processos de negócio, sejam eles críticos ou não. Os NUPROCS são instituídos nos órgãos, promovendo uma ampla análise e reflexão de como as atividades atualmente são executadas, para que se tornem mais eficientes no menor tempo possível e com o menor custo, alinhado aos novos recursos tecnológicos disponíveis.

Capacitação de servidores

Com a instituição dos Nuprocs e nomeação dos integrantes, por meio de portaria publicada pelo órgão, o Eproc disponibilizou a esses servidores treinamento em Gestão de Processos de Negócio, na modalidade EAD no qual participaram 200 servidores distribuídos em 07 turmas realizadas durante o ano de 2021.

Desenvolvimento de melhoria de processos

Com o apoio dos Nuprocs instituídos foram trabalhados 103 processos de negócio buscando o diagnóstico, a análise e a melhoria desses processos, objetivando a entrega de melhores serviços à sociedade catarinense. Dentre eles podemos citar o desenvolvimento da melhoria do processo de Emissão de Documentação escolar, realizado pela SED que culminou na disponibilização de 05 novos serviços digitais no portal de serviços do governo do estado. (<https://www.sc.gov.br/categorias/educacao>).

Painel de Monitoramento

O Eproc-SC vem atuando na transformação de processos no âmbito do Poder Executivo de Santa Catarina a partir da análise da tramitação e redesenho dos processos, focado em aumentar a eficiência do serviço público.

GOVERNO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO

103 processos

Última atualização: quinta-feira, 20 de outubro de 2022

Órgão

- CBMSC
- ENA
- FCC
- FESPORTE
- IMA
- Imetro SC
- SAR
- SDE
- SFA

Responsável

- (Em branco)
- Américo Gonçalves da Costa
- Ana Caroline Faula
- Ana Emilia Margotti
- Andrea Heidenreich
- Andrea Bunn
- Antonio Marcos Feliciano
- Bruna Amorim
- Camillaalvani

Etapa da implementa...

- 1. Compreensão do processo
- 2. Proposição da melhoria
- 3. Validação da melhoria
- 4. Em implementação
- 5. Publicação do processo
- 6. Implementado
- Iniciativas paralisadas

Status

- Atrasado
- Implantado
- Parado
- Sem data

Data de fim da etapa

21/09/2018 27/12/2021

Portfólio de Processos

| Órgão / Setor | Processo | Responsável | Etapa da implementação | Previsão fim da etapa | Status | Link |
|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------|-----------------------|----------|------|
| SED | [Macroprocesso] Demandas do Gabinete SED | Flavia Lais Franca | 3. Validação da melhoria | 07.out.2020 | Atrasado | |
| SED | [Macroprocesso] Demandas do Gabinete SED | Lucimara Marques Marques | 3. Validação da melhoria | 07.out.2020 | Atrasado | |
| SED | [Macroprocesso] Demandas do Gabinete SED | MANOELA SELL | 3. Validação da melhoria | 07.out.2020 | Atrasado | |
| ENA | 10. Organizar/Executar Curso de Pós-Graduação - Fundação Escola de Governo - ENA | Fernando Maccari | 1. Compreensão do processo | | Sem data | |
| ENA | 3. Solicitar Curso In-company - Fundação Escola de Governo - ENA | Fernando Maccari | 3. Validação da melhoria | | Sem data | |
| ENA | 4. Matricular em Curso de Educação Continuada à distância (assíncrono) organizado e executado pela Fundação ENA - Fundação Escola de Governo - ENA | Fernando Maccari | 1. Compreensão do processo | | Sem data | |
| ENA | 5. Estabelecer Convênio entre Fundação Escola de Governo e órgão público para disponibilização de espaço em ENA Virtual - Fundação Escola de Governo - ENA | Fernando Maccari | 1. Compreensão do processo | | Sem data | |
| ENA | 6. Organizar/Executar Cursos de Educação Continuada (síncrono) - Fundação Escola de Governo - ENA | Fernando Maccari | 1. Compreensão do processo | | Sem data | |
| ENA | 7. Organizar/Executar Curso de Certificação de Administradores para Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista - Fundação Escola de | Fernando Maccari | 1. Compreensão do processo | | Sem data | |

Repositório de Gestão de conhecimento em processos

Ainda em 2021, o EPROC consolidou o painel de Gestão do Conhecimento em Processos, onde todos os processos melhorados e padronizados estão à disposição da sociedade para consulta. Até 31 de dezembro de 2021, estavam disponibilizados 54 processos de negócio no portal de dados abertos do governo de SC (<https://dados.sc.gov.br/organization/eproc>) estando livres e transparentes para consulta tanto de servidores públicos como da sociedade em geral.

SISTEMA DE GESTÃO PATRIMONIAL

Tem a função de normatizar, supervisionar, orientar, formular, promover e assegurar as políticas e diretrizes de gestão patrimonial relativas a bens adjudicados, bens móveis, bens imóveis, bens intangíveis e a transportes oficiais da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional. A diretoria da SEA relacionada a esse sistema é a Diretoria de Gestão Patrimonial (DGPA).

Diretoria de Gestão Patrimonial (DGPA)

A Gestão Patrimonial consiste na organização, direção e controle de todo o patrimônio do Estado. As atividades da diretoria são desenvolvidas para assegurar a adequada e legal utilização e baixa dos bens públicos, sejam estes móveis ou imóveis. Os bens móveis compreendem os mobiliários em geral, os utensílios, veículos, aeronaves, embarcações, equipamentos e materiais. Os bens imóveis correspondem aos terrenos e edificações públicas em geral. A gestão patrimonial e a tutela dos bens são atividades também desempenhadas pelas demais secretarias ou órgãos do Executivo estadual, de forma colaborativa com as diretrizes emanadas pela Diretoria de Gestão Patrimonial da SEA. Os bens imóveis do Estado passaram por longo processo de inventário para sanar pendências legais e atualização cadastral e documental.

A DGPA conta com 2 coordenadorias, quais sejam, Coordenadoria de atividades de engenharia e Coordenadoria de controle patrimonial que, de forma integrada, gerenciam o patrimônio do Estado.

Relatório de Atividades da Gerência de Bens Imóveis 2019-2022

Elaboração de Legislações relativas à Gestão Patrimonial

- **Lei Nº 18.305/2021**, autoriza a concessão e a permissão de uso remunerado de espaços físicos de imóveis de órgãos da Administração Pública Estadual Direta, de autarquias e de fundações e estabelece outras providências;
- **Lei Nº 18.320/2021**, Institui o Programa de Aproveitamento e Gestão de Bens Imóveis (PAGI-SC) no âmbito da Administração Pública Estadual do Poder Executivo e estabelece outras providências;
- **Decreto Nº 11/2019** – Dispõe sobre a Comissão de Levantamento e Avaliação de bens Imóveis do Estado e estabelece outras providências;
- **Decreto Nº 278/2019** – Altera os arts. 2º e 5º do Decreto no 2.807/2009, que dispõe sobre o controle e os registros dos bens imóveis no âmbito dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional;
- **Decreto Nº 416/2019** – Dispõe sobre a transferência e baixa de bens móveis das extintas Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) e estabelece outras providências;
- **Decreto Nº 965/2020** – Regulamenta a Lei nº 17.596/2018, e dispõe sobre o processo de doação de animais inaptos à atividade-fim, pertencentes aos órgãos vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- **Decreto Nº 1063/2020**, Dispõe sobre a transferência e baixa de bens móveis da extinta Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis (SDR Grande Florianópolis) e estabelece outras providências;
- **Decreto Nº 1.142/2021** – Institui a Política de Gestão dos Ativos Intangíveis do Estado, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional;

- **Decreto Nº 1.479/2021** – Institui a Política de Modernização da Gestão Patrimonial do Poder Executivo Estadual e estabelece outras providências;
- **Decreto Nº 1.505/2021** – Dispõe sobre a aquisição e locação de veículos oficiais no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências;
- **Instrução Normativa DGPA Nº 09/2021** – Estabelece diretrizes aos processos/requerimentos de Levantamento Cadastral para registro público em Santa Catarina, nos quais sejam necessárias a anuência da SEA;
- **Instrução Normativa DGPA Nº 12/2019** – Estabelece normas de locação de bens imóveis para a Administração Pública;
- **Instrução Normativa DGPA Nº 18/2020** – Estabelece diretrizes para as avaliações dos imóveis do Estado ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos para sua elaboração;
- **Instrução Normativa DGPA Nº 003/2020** – Estabelece normas de administração de Bens Móveis Permanentes e orienta a análise dos processos de solicitação de todas as baixas de patrimônio móvel;
- **Minuta de Decreto para atualização do DECRETO Nº 1382/2017** – em conformidade com a reforma administrativa;
- **Minuta de Instrução Normativa visando atender o Decreto nº 1.479/2021** e substituir a Instrução Normativa 003/2020;
- **Edital de Chamamento Público Nº 0134/2021** – a fim de regularizar o credenciamento de Leiloeiro Oficial para alienação de bens patrimoniais do Governo do Estado de Santa Catarina;
- **Nota Técnica de Gestão Patrimonial Nº 001/2022** – Cessão de Uso ao Estado de Santa Catarina;
- **Nota Técnica de Gestão Patrimonial Nº 002/2022** – Cessão de Uso do Estado aos Municípios.

Afetação de Imóvel

Ação: Regularização de ocupação de áreas públicas por órgãos do Estado, mediante publicação de portarias de afetação e manutenção de informações relativas aos atos no Sistema de Gestão Patrimonial – SIGEP. A medida visa assegurar o devido controle, por parte do órgão sistêmico central, para responsabilização dos entes ocupantes ao pagamento de dívidas, realização de obras, defesa contra esbulho ou invasão, bem como toda e qualquer ação relativa à boa administração do imóvel.

Acrescenta-se que até o presente momento diversos resultados chamam atenção e merecem destaque, entre eles, 505 portarias de afetação e um total R\$ 42.360.874,18 anuais economizados com aluguéis desde 2019.

Aquisição, Regularização e Destinação

Ação: Elaboração de minutas de Projetos de Lei ou de Decreto e exposição de motivos, visando regularizar a ocupação de áreas públicas, bem como apoiar entes federados, organizações do Poder Executivo estadual, e organizações do terceiro setor que atuam em regime de colaboração com o Estado.

Alcançou-se, até o presente momento, o total de R\$ 100 milhões aplicados de forma indireta.

De um total de 152 projetos de lei enviados à ALESC, 144 foram aprovados e convertidos em Leis, conforme abaixo:

- **64 PLs de Doação de Imóveis** – Aproximadamente R\$ 50 milhões;
- **58 PLs de Cessão de Imóveis** – Aproximadamente R\$ 28 milhões;
- **13 PLs de Concessão de Imóveis** – mais de R\$ 22 milhões;
- **9 PLs para aquisição/desapropriação de Imóvel para o Estado.**

Atualmente, deve-se destacar, 133 processos encontram-se na fila de trabalho para análise sobre a viabilidade dos pedidos e 74 processos foram arquivados administrativamente em razão do período eleitoral.

Doação de Bens Móveis Inservíveis

Ação: doação de bens móveis inservíveis a municípios e entidades (lei de utilidade pública), bem como órgãos da Administração Indireta. Alcançou-se a publicação de 14 despachos de doação autorizados pelo Governador do Estado.

Geração de receitas para o Fundo Patrimonial

Ação: alienação de bens móveis inservíveis, decorrente de baixas de órgãos e entidades do Poder executivo e Imóveis dominicais, arrecadando um total de R\$ 39.866.117,98.

Detalhamento dos leilões realizados:

- 2019: 3 leilões; 517 lotes; arrecadação de R\$ 3.819.549,00;
- Leilão Móveis 001/2019; 345 lotes; R\$ 2.193.519,00;
- Leilão Móveis 002/2019; 164 lotes; R\$ 1.471.030,00;
- Leilão Imóveis: 8 Lotes; R\$ 155.000,00;
- 2020: 3 leilões; 279 lotes; arrecadação de R\$ 5.952.410,00;
- Leilão Móveis 001/2020; 265 lotes; / R\$ 4.576.410,00;
- Leilão Móveis 002/2020; 1 lote; R\$1.246.000,00;
- Leilão Imóveis 001/2020; 13 Lotes; R\$ 130.000,00; 2021: 1 Leilão; 390 lotes; arrecadação de R\$ 6.744.000,00;
- Leilão Móveis 002/2021; 390 lotes; R\$ 6.744.000,00;
- 2022: 4 leilões; 543 lotes; R\$ 23.350.159,00;
- Leilão Móveis 001/2022; 1.275,50 toneladas sucatas; R\$ 3.090.000,00;
- Leilão Móveis 120/2022; 516 lotes; R\$ 8.832.100,00;
- Leilão Imóveis 105/2022; 15 lotes; R\$ 7.251.428,98;
- Leilão Imóveis 143/2022; 11 lotes; R\$ 4.176.630,00.

Gestão da frota do Estado

Ação: Economia com Manutenção acumulada desde 2019: R\$ 37.150.616 (Valores apurados a partir do gasto havido em 2018, atualizado - R\$ 26.006.525,02.).

2019 – **R\$ 7.939.910,05 milhões**

Destaca-se ainda as seguintes ações:

- Ajustou-se os contratos de manutenção existentes; fortaleceu-se a política de fiscalização, com controles e monitoramentos mais consistentes, a partir da capacitação dos órgãos setoriais e seccionais;

2020 – **R\$ 13.141.284,71 milhões** (economia influenciada pela pandemia).

- Implantou-se novo modelo de gerenciamento da manutenção preditiva, preventiva e corretiva de veículos automotores e equipamentos, mediante contratação de uma única empresa, responsável por credenciar as oficinas prestadoras do serviço, apontando os orçamentos mais baratos e ainda concedendo um desconto sobre o preço final.

Em 2021 – **R\$ 9.462.896,21 milhões**

- Ampliou-se o número de oficinas credenciadas.

Em 2022 – **R\$ 6.606.525,02 milhões.**

- Com base nas informações técnicas dos relatórios gerenciais, buscou-se incentivar a elaboração de orçamentos em oficinas não credenciadas como forma de se buscar menores preços.

Ação: Economia com Combustível

O total alcançado com economia de combustível foi de **R\$ 28.316.355,24 milhões*** desde 2019.

*Valores apurados a partir do gasto havido em 2018, de R\$ 59.912.289,09 milhões.

2019 – **R\$ 6.468.245,69 milhões**

- Implantou-se novo modelo de gerenciamento de combustível, mediante contratação de uma única empresa, responsável por credenciar postos de gasolina. A medida rompeu com a contratação individualizada de 2.684 postos de gasolina.

2020 – **R\$ 16.663.497,64 milhões** (economia influenciada pela pandemia).

Ampliou-se o novo modelo de aquisição de combustíveis da frota estadual, com novos postos credenciados e renegociação com maior desconto na taxa de Administração em relação a 2019.

Em 2021 – **R\$ 1.382.322,82 milhões**

Ampliou-se o número de postos credenciados e qualificou-se os dados referentes ao abastecimento da frota.

Em 2022 – **R\$ 3.802.289,09 milhões.**

Ampliou-se o número de postos credenciados.

Ação: Renovação da Frota / Total de Veículos

| Renovação (Qt) | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 (Jan-Set) |
|-------------------------------------------|---------------|-------|----------|-------------------|
| Veículos incorporados | 854 | 1.679 | 1.910 | 1.809 |
| Veículos removidos | 1.026 | 885 | 1.583 | 1.187 |
| Propriedade (Qt) | Quant. | | % | |
| Veículos próprios (adquiridos por compra) | 10.146 | | 74,97% | |
| Veículos locados | 375 | | 2,77% | |
| Outros (cedido, doado, particular) | 3.012 | | 22,26% | |
| Total | 13.533 | | | |

Projetos vinculados à regularização do acervo patrimonial do Estado

Projeto 3181 2022: DGPA – Atualização das matrículas e transcrições concernentes aos imóveis pertencentes ao Estado de SC (80% concluído)

- Encaminhamento de 160 ofícios aos Cartórios de Registro de Imóveis, solicitando as matrículas existentes nos 129 CNPJs pertencentes ao Estado de SC;
- Foram recebidas 2.118 matrículas, sendo que 274 não estavam cadastradas no SIGEP, as quais foram incorporadas e encaminhadas para análise e complementação das informações aos responsáveis;
- Os demais cadastros, cuja matrícula não foi atualizada com o levantamento efetuado nos Cartórios de Registro de Imóveis, estão com a atualização em andamento;
- Até o momento, 4.467 matrículas foram atualizadas, 88% do total.

Projeto 3227 2022: Regularização da titularidade nas matrículas de propriedade do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 4º, do Decreto nº 2.807/2009 (64% concluído)

- Identificadas 589 matrículas em desacordo com o art. 4º do Decreto nº 2.807/2009;
- 97% das matrículas com solicitação de alteração encaminhada aos cartórios;
- 96 matrículas dependem da troca de comarca; 47% desses casos tiveram abertura de matrícula protocolada na comarca correspondente. 12,5% dependem aguardam levantamento topográfico.

Projeto 3229 2022: Regularização e complementação dos dados referentes aos ocupantes dos imóveis cadastrados no SIGEP (33,83% concluído).

- Identificados 3.103 imóveis ocupados sem documento autorizativo cadastrado no sistema;
- 1.050 (33,83%) ocupações regularizadas;
- 2053 (66,16) em análise.
- Destaca-se que o andamento deste projeto é afetado pelo período eleitoral.

Projeto 3374 2022: Análise e regularização do cadastro de imóveis em nome de terceiros (27% concluído)

- 223 imóveis já constatados como passíveis de desincorporação;
 - Totalizador pode aumentar à medida que evoluem ações voltadas a identificação de casos de imóveis: leiloados; ou doados ao estado e não escriturados; ou em nome do município com construção realizada pelo Estado; ou da União mas utilizados pelo Estado sem instrumento autorizativo;
- 50 imóveis passíveis de incorporação com base nas Normas Técnicas 01 e 02 da DGPA, que tratam da cessão de uso de imóveis ao Estado e, respectivamente, Cessão de uso a municípios.

Projeto 3379 2022: Análise e regularização do cadastro de imóveis rurais (93% concluído)

- Identificação de 82 imóveis rurais com cadastro incompleto ou sem cadastro.
- 93% tiveram o cadastro finalizado.

Projeto 3380 2022: Identificação e regularização dos débitos concernentes ao patrimônio imobiliário do Estado nos 295 municípios do Estado (46% concluído)

- Foi levantado o total de **R\$ 13.990.506,89** em débitos relativos aos imóveis do Estado de Santa Catarina. Destes:
 - R\$ 2.323.178,89 foram baixados (isenção, prescrição, baixas ou imunidade);
 - R\$ 516.248,70 foram quitados;
 - R\$ 9.791.856,25 correspondem a débitos ajuizados ou inscritos em dívida ativa, sem possibilidade de discussão pela via administrativa;
 - R\$ 1.359.223,05 em cobrança.

Projeto 3330 2022: Identificação de imóveis invadidos e solicitação de reintegração de posse (32% concluído)

- 27 Sigeps com a invasão confirmada. Destes:
 - foram transferidos a ente municipal;
 - 44% dos casos tiveram invasor identificado (notificações sendo enviadas);
 - Solicitou-se à PGE um relatório indicando as ações possessórias em andamento, com o intuito de inserir tais informações no sistema Sigep, evitando assim, retrabalho;
 - Quanto ao levantamento de débitos concernentes aos imóveis invadidos, foram analisados 95% dos imóveis, sendo identificados 11 débitos existentes, destes 27% foram tratados.

Projeto 3383 2022: Revisão dos imóveis adjudicados (10% concluído)

- Oficiou-se a SEF e a PGE para informar os imóveis adjudicados em quaisquer dos CNPJs ativos e inativos do Estado de Santa Catarina. A ação não logrou êxito;
- Pesquisa junto Tribunal de Justiça de SC (em andamento).

Projeto 3384 2022: Revisão dos procedimentos contábeis relacionados aos bens imóveis (46% concluído)

- Extração de dados do Sigep para o boavista (em andamento);
- Este projeto também objetiva preparar a migração de dados para o novo sistema, conhecendo e revisando os fluxos das atividades contábeis de reavaliação, incorporação e desincorporação, registros e regras de negócio;
- Publicação de 02 Notas Técnicas de Gestão Patrimonial que tratam de imóveis em cessão de uso ao Estado e aos municípios, padronizando os procedimentos operacionais executados no Sigep delineando as condições legais para a Incorporação dos Bens Imóveis recebidos em Cessão de Uso.

Projeto 3286 2022: Revisão das transferências dos imóveis alienados em leilão. (61% concluído)

- Análise de editais de leilões de bens imóveis realizados entre os anos de 2001 e 2022;
- Constatando-se que a documentação encontrava-se esparsa em duas gerências da diretoria, foi realizado levantamento, catalogação e digitalização dos referidos editais;
- Saneamento de 77% do cadastro dos imóveis leiloados no Sigep;
- Identificação de 10 cadastros do Sigep referente a imóveis arrematados, mas não transferidos ao adquirente:
 - Arrematantes foram notificados extrajudicialmente em 100% dos casos;
 - Aguarda-se a confirmação de realização do pagamento pela Cofic em 3 casos, para que seja finalizada a escrituração;
 - Levantamento de débitos alusivos aos imóveis arrematados e não transferidos em andamento.

Projeto 3391 2022: Regularização das matrículas de imóveis próprios (10%)

- abrange cadastro em duplicidade no sistema, imóveis permutados, adjudicados, doados sem alteração de titularidade, e imóveis doados pelo Estado passíveis de reversão de doação;
- Até o momento 80% dos cadastros em duplicidade foram saneados;
- hipóteses de reversão de doação em andamento;
- Aguarda-se o andamento dos demais projetos para que sejam identificadas as ocorrências que necessitam de regularização.

Projeto 3361 2022 – Pesquisa e implementação de banco de dados geoespacial dos imóveis do Estado de Santa Catarina (11% concluído)

- O projeto de modelagem e implementação de um banco de dados geoespacial dos imóveis de propriedade do Estado de Santa Catarina visa fornecer agilidade e precisão na tomada de decisões e garantir a segurança jurídica nas operações da administração;
- Consiste de três etapas maiores: a transformação dos dados já levantados pelos agrimensores, a modelagem dos dados geoespaciais e as informações relevantes sobre cada um deles e, por fim, a implementação deste modelo para que esteja disponível para acesso dos agentes interessados;
- No momento, realizou-se 80% da primeira etapa do projeto, que consiste em transformar levantamentos topográficos em dados geoespaciais, investigando e corrigindo as inconsistências encontradas.

Projeto avaliação e georreferenciamento de 3.386 imóveis

O projeto conta com a contratação de engenheiros e agrimensores ACTs para sua execução;

O plano de ação é acompanhado pelo TCE/SC, por meio de processo de monitoramento e está sujeito a aplicação e penalidade em caso de descontinuidade.

Evolução

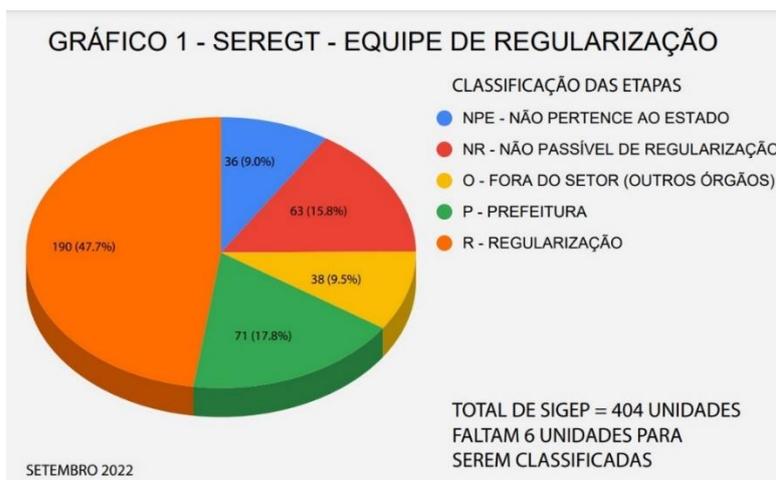
| | 2020 | 2021 | 2022 | Concluído |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-----------|
| Avaliação | 249 (7,35%) | 587 (17,33) | 944 (27,87) | 52,55% |
| Georreferenciamento | 196 (5,78) | 272 (8,03) | 538 (15,88) | 29,69% |

Regularização Topográfica – Imóveis próprios do Estado

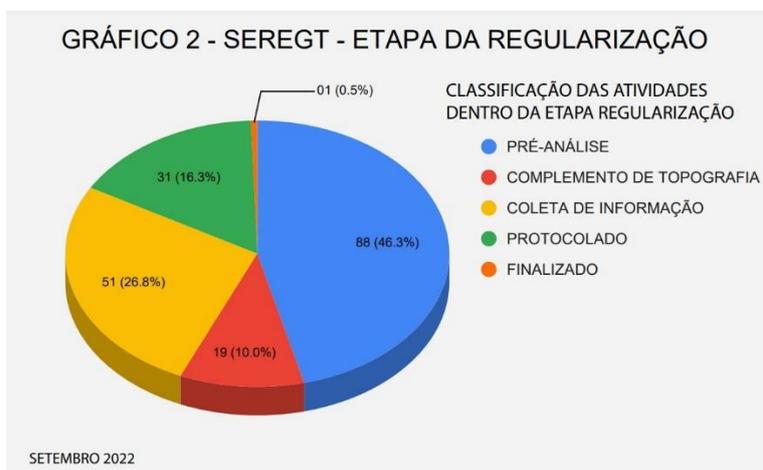
Ações: complementos topográficos, qualificações de confrontações, protocolos nos registros de imóveis e prefeitura e finalização dos trâmites processuais necessários ao alcance dos objetivos dos trabalhos.

Resultados alcançados e em desenvolvimento: as atividades iniciaram em abril de 2022. Estão sendo analisados 404 imóveis localizados na região da Grande Florianópolis. A ação é desenvolvida de forma

sucessiva aos georreferenciamentos iniciados em 2020, pelos agrimensores ACTs contratados para esta finalidade e estão classificadas em cinco grandes grupos, conforme Gráfico 1:



Dentro do grupo denominado regularização (cor laranja) constam 190 imóveis e as etapas de trabalho foram organizadas conforme Gráfico 2:



Incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina – CODISC

Ação: Dar cumprimento da Decisão Singular no Processo @RLA 20/00076100 do TCE/SC, que determinou o recebimento dos imóveis remanescentes dos Distritos Industriais no estágio em que se encontram e, após, efetuar os atos para regularização dos mesmos (estudos técnicos preliminares, complementos topográficos, coletas de informações, protocolos nos registros de imóveis e prefeitura e finalização dos trâmites processuais necessários à troca de titularidade).

Resultados alcançados e em desenvolvimento: os estudos sobre as áreas a serem recebidas em dação em pagamento tiveram início no final de 2020 e foram levantados 134 imóveis. Em 2022 foram lavradas escrituras públicas para transferência ao Estado de Santa Catarina e em abril foram iniciadas as averbações nos Registros de Imóveis competentes. Até o presente momento, 33% já foram transferidas ao Estado, restando 66,7%.

Regularização contábil dos bens remanescentes das extintas Agências de Desenvolvimento Regionais ADRs

Ação: Inventariar, avaliar, dar baixa, transferir e apurar responsabilidades relativos aos bens móveis remanescentes das Agências de Desenvolvimento Regionais (ADRs) desativadas.

Resultados alcançados e em desenvolvimento: Posição atual por ADR, conforme imagem abaixo:

| ADRs Desativadas | Nº de Bens Móveis | Nº de bens baixados, segundo os critérios: | | | | | Situação em Outubro/2022 | |
|----------------------------------------------------|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|----------------|
| | | Bens Avaliados e Adquiridos antes de Jan/2010 (inciso I, art. 4º, Decreto 416/19) (situação em Agosto/20) | Bens em desacordo com o Decreto 1.323/12 (inciso I, art. 5º, Decreto 416/19, "bens de consumo") (situação em Novembro/20) | Bens adquiridos antes de Jan/2010 e não avaliados (inciso II, art. 4º, Decreto 416/219 e Decreto 1.381/2021) (situação em Agosto/21) | Outros critérios | | Nº de Bens Não Avaliados ou Adquiridos a partir de Jan/2010 (RESTANTES) | ADR finalizada |
| | | | | | Por transferência (inciso II, art. 5º, Decreto 416/19, "bens de consumo") | inservíveis - LEILÃO (inciso I, art. 5º, Decreto 416/19, "bens localizados inservíveis") | | |
| TUBARÃO | 1165 | 371 | 75 | 248 | 3 | 351 | 117 | |
| RIO DO SUL | 689 | 2 | 106 | 569 | | 7 | 5 | |
| BLUMENAU | 687 | 222 | 18 | 173 | | 49 | 225 | |
| CURITIBANOS | 453 | 0 | 13 | 327 | 4 | 26 | 83 | |
| XANXERÊ | 440 | 1 | 64 | 348 | | 0 | 27 | |
| MAFRA | 171 | 48 | 1 | 35 | 29 | 10 | 48 | |
| VIDEIRA | 59 | 21 | 1 | 12 | 7 | 6 | 12 | |
| ARARANGUÁ | 39 | 1 | 0 | 37 | | 0 | 1 | |
| SÃO MIGUEL DO OESTE | 36 | 12 | 0 | 12 | | 0 | 12 | |
| SÃO LOURENÇO DO OESTE | 32 | 5 | 1 | 0 | | 26 | 0 | SIM |
| CONCÓRDIA | 20 | 0 | 0 | 13 | | 0 | 7 | |
| JOAÇABA | 12 | 0 | 1 | 7 | | 1 | 3 | |
| ITAJAÍ | 8 | 8 | 0 | 0 | | 0 | 0 | SIM |
| CHAPECÓ | 6 | 1 | 0 | 2 | | 3 | 0 | SIM |
| LAGES | 5 | 0 | 0 | 0 | | 4 | 1 | |
| MARAVILHA | 3 | 0 | 0 | 3 | | 0 | 0 | SIM |
| CAMPOS NOVOS | 1 | 0 | 0 | 0 | | 0 | 1 | |
| Total | 3826 | 692 | 280 | 1786 | 43 | 483 | 542 | |
| Percentual (%) | 100 | 18,09 | 7,32 | 46,68 | 1,12 | 12,62 | 14,17 | |
| Elaboração: Comissão Especial (Portaria 198/2020). | | | | | | % de Bens Já Baixados | 85,83 | |

Outros Projetos

- Portal do Patrimônio, disponível em: <https://www.sea.sc.gov.br/diretoria-de-gestao-patrimonial/portal-de-patrimonio/>
- Implantação de Aplicativo para deslocamento de servidores – GOVCAR, em 2019. Economia estimada em R\$ 5 milhões (projeto extinto por conta da Pandemia).
- Termo de referência para novo Sistema de Gestão Patrimonial do Estado em 2021.

SISTEMA ADMINISTRATIVO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Tem a função de definir as políticas e a estratégia geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), os modelos de gestão, as normas e os padrões a respeito disso, assim como integrar e acompanhar as ações de tecnologia da informação e Inovação da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional. A diretoria da SEA relacionada a esse sistema é a Diretoria de Tecnologia e Inovação (DITI).

Diretoria de Tecnologia e Inovação

Gerência De Serviços Digitais – GESED

Adesão do Estado à Rede Nacional de Governo Digital (Rede GOV.BR)

De natureza colaborativa, tem como finalidade realizar o intercâmbio, a articulação e a criação de iniciativas relacionadas à temática de Governo Digital no setor público pelos entes federados do Poder Executivo em nível estadual, distrital ou municipal.

Lançamento da Plataforma de Serviços Digitais no Portal SC.GOV.BR

Permitiu disponibilizar serviços diretamente no Portal de Serviços, integrada ao login único Gov.br e ao Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos do Estado (SGPe). O Portal permite acompanhar as solicitações e efetuar a avaliação do serviço. Em 2022 passou por uma atualização de interface, priorizando os conceitos de acessibilidade e usabilidade ao usuário, e ainda com responsividade para dispositivos móveis. A equipe da Diretoria de Tecnologia e Inovação foi responsável pelo estudo técnico e o planejamento do projeto, no qual participaram profissionais das áreas de experiência do usuário, design de Interface, serviços, segurança e infraestrutura. Inspirado em boas práticas de governo digital, o objetivo principal é oferecer novos serviços em uma plataforma única, garantindo maior acessibilidade e agregando mais produtividade ao dia a dia dos usuários.

Portal de Serviços versão Desktop

SERVIÇOS AO CIDADÃO

Portal de Serviços versão Mobile – Responsiva

Elaboração de metodologia para digitalização de serviços públicos

A metodologia proposta auxilia as equipes de transformação digital na gestão das tarefas e entregas de serviços, bem como na retenção e compartilhamento de conhecimento acerca das atividades relacionadas aos projetos em questão.

Mapeamento dos Processos de Serviços Digitais

Visando a formalização do Macroprocesso e os Processos relacionados à digitalização de serviços na Gerência de Serviços Digitais - GESED.

- Macroprocesso Serviços Digitais: <https://cawemo.com/share/afaa3a1b-ecd9-48a2-8cc1-6741ca0b0fe3>
- Planejar digitização: <https://cawemo.com/share/1e83b993-cf83-4c6e-9295-7a1694a81f51>
- Digitizar: <https://cawemo.com/share/b65903d7-4159-44af-9ede-9bec6d1f45d1>
- Publicar: <https://cawemo.com/share/bde309d8-7950-4d1f-9e5a-b6cde03d7a12>

Normatização sobre avaliação de Serviços Digitais

Com metodologia de avaliação dos serviços públicos digitais disponibilizados pelo Poder Executivo de Santa Catarina, e ferramenta de avaliação. Instrução Normativa n o 5 de 2022 - Disponível em:

<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2022/000005-009-0-2022-031.htm>

Implantação de instrumento de avaliação de serviços digitais no Portal SC.GOV.BR

Notificação via E-mail

Avaliação de serviço - Solicitação Nº 0002016275/2022 ▶ Caixa de entr

nao-resposta@ciasc.sc.gov.br
para mim ▼

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Olá João da Silva,

O Governo do Estado de Santa Catarina gostaria de conhecer a sua opinião sobre a qualidade do serviço Protocolar Processo para o Estado.

Esta pesquisa demora menos de 1 minuto para ser finalizada. Sua opinião é muito importante para continuarmos melhorando os nossos serviços.

Agradecemos a sua participação.

Para participar clique no botão abaixo:

Acessar Pesquisa de Satisfação

Atenciosamente,
Equipe sc.gov.br

Formulário de Pesquisa de Satisfação e Experiência do Usuário

AVALIAÇÃO DE SERVIÇO

Como foi sua experiência com o serviço prestado? Deixe sua avaliação abaixo:

 **PROTOCOLAR PROCESSO PARA O ESTADO**
SOLICITAÇÃO N° 0000012899/2022
Atualizada em 07/03/22 às 13:14h

Em relação ao prazo de atendimento do serviço



Clareza das informações do serviço solicitado



Quanto à facilidade de utilização do serviço digital (solicitação, acompanhamento e entrega)



Painel de Acompanhamento e Gestão

PLATAFORMA BOAVISTA GPROS – SC DIGITAL

  Minha Cor

| Serviço | Em relação ao prazo de atendimento do serviço | Clareza das informações do serviço solicitado | Quanto à facilidade de utilização do serviço digital (solicitação, acompanhamento e entrega) | Quanto à qualidade dos canais de atendimento utilizados pelo serviço (portal, e-mail, outros) | Em relação ao custo-benefício do serviço solicitado | Data das Respostas | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------------|-------------|
| | | | | | | Média | Respostas |
| SEA - Protocolo Digital | 4,3 | 4,3 | 4,4 | 4,4 | 4,5 | 4,38 | 480 |
| SDE - Enviar denúncia ao PROCON-SC | 3,4 | 3,1 | 3,5 | 3,4 | 3,3 | 3,34 | 475 |
| SDE - Solicitar Fotografias Aéreas Históricas | 4,9 | 4,9 | 4,9 | 4,9 | 5,0 | 4,92 | 330 |
| SED - Solicitar documentos de escolas desativadas | 4,5 | 4,4 | 4,4 | 4,4 | 4,4 | 4,42 | 172 |
| SIE - Solicitar Passe Livre Ferry Boat Itajaí/Navegantes | 4,2 | 4,0 | 4,1 | 4,1 | 4,5 | 4,16 | 165 |
| IMA - Solicitar Homologação do Cadastro de Criador Amadorista de Pássaros - SISPASS | 3,2 | 4,0 | 4,1 | 4,1 | 4,1 | 3,92 | 155 |
| DETRAN - CREDENCIAMENTO - Solicitar Renovação de Alvará de Despachante de Trânsito | 4,7 | 4,7 | 4,7 | 4,6 | 4,8 | 4,69 | 141 |
| SED - Solicitar Certidão ou Declaração de Tempo de Contribuição - DTC | 4,4 | 4,3 | 4,3 | 4,4 | 4,6 | 4,41 | 100 |
| SED - Emitir Certificados e Declarações parciais de proficiência do ENEM/ENCCEJA/Exames Supletivos | 4,0 | 3,9 | 3,9 | 4,0 | 4,1 | 3,98 | 93 |
| SED - Solicitar Equivalência de estudos realizados no exterior | 4,6 | 4,5 | 4,6 | 4,6 | 4,6 | 4,57 | 68 |
| SED - Solicitar Regularidade de Estudos | 4,8 | 4,6 | 4,6 | 4,6 | 4,7 | 4,65 | 65 |
| PGE - Realizar Acordo Direto de Conciliação de Precatórios | 4,2 | 4,7 | 4,6 | 4,3 | 4,7 | 4,52 | 62 |
| DETRAN - CREDENCIAMENTO - Solicitar Credenciamento de Profissional do Trânsito | 4,5 | 4,5 | 4,6 | 4,5 | 4,6 | 4,52 | 46 |
| DETRAN - CREDENCIAMENTO - Solicitar Renovação Credenciamento de Profissional do Trânsito | 4,3 | 4,2 | 4,2 | 4,1 | 4,2 | 4,22 | 41 |
| IMA - Solicitar baixa de boleto (DARE) pago no cadastro SISPASS | 4,6 | 4,6 | 4,6 | 4,5 | 4,7 | 4,59 | 39 |
| Média Geral | 4,2 | 4,2 | 4,3 | 4,2 | 4,3 | 4,25 | 2729 |

Destaques Para Os Serviços Digitalizados

Mais de 79% dos serviços passíveis de digitalização foram digitalizados e disponibilizados no Portal. São mais de 85 serviços, que tratam da solicitação dos mais variados assuntos e que podem ser solicitados e acompanhados diretamente pelo Portal SC.GOV.BR, com destaque para:

Serviços relacionados à Pandemia

Protocolo Digital – disponibilizado logo no início da pandemia do novo coronavírus em Santa Catarina, o serviço de protocolo digital permitiu ao cidadão, por meio do portal de serviços, protocolar documentos para qualquer órgão do poder Executivo, e pode ser usado por pessoa física ou jurídica. O serviço funciona integrado ao Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos – SGPE. O documento é protocolado digitalmente pelo Portal sc.gov.br, e então encaminhado para o setor de protocolo do órgão, sem a necessidade de deslocamentos por parte do cidadão. É um serviço bastante requisitado, com mais de quase 50 mil solicitações digitais encaminhados pelo serviço.

Envio de Dados sobre a COVID-19

Este serviço permitiu que todos os Laboratórios de Análises Clínicas/Medicina Laboratorial do estado que coletam amostras para realizar o diagnóstico para COVID-19 enviem os dados dos resultados positivos e negativos sobre o novo Coronavírus para uso estatístico do Governo SC. Os dados posteriormente são consolidados com outras fontes e disponibilizados no Painel de monitoramento do Estado.

Notificar Afastamento do Trabalho de Profissionais da Saúde por COVID-19 – serviço que permitirá aos estabelecimentos de assistência à saúde (EAS) catarinenses notificarem os casos de afastamento do trabalho dos profissionais de saúde no contexto da COVID-19 para construção coletiva de ações públicas ligadas à Secretaria de Estado da Saúde para garantia da segurança dos pacientes e dos profissionais. Os dados são utilizados para acompanhamento e políticas públicas.

Serviços áreas diversas

Realizar Acordo Direto de Conciliação de Precatórios - Possibilitar ao titular do precatório (dívida do Estado de Santa Catarina com pessoas físicas ou jurídicas reconhecidas em decisão judicial) fazer acordo direto de conciliação de precatórios com deságio (desconto) para recebimento antecipado dos valores.

Solicitar Pensões Especiais - requerimento de pensões não previdenciárias, concedidas às pessoas com deficiência intelectual grave ou profunda e outras.

Digitalização serviços vinculados ao DETRAN referente à credenciamentos de prestadores e Renovação de Alvarás, sendo:

- Solicitar de Clínicas Médicas como Pessoa jurídica;
- Solicitar de Clínicas Psicológicas como Pessoa jurídica;
- Solicitar de Empresa de Certificação Veicular;
- Solicitar de Médico como Pessoa Física;
- Solicitar de Psicólogo Como Pessoa Física;
- Solicitar de Remarcação de Chassi;
- Solicitar Renovação de Alvará de Centro de Formação de Condutores;
- Solicitar Renovação de Alvará de Clínicas Médicas como Pessoa jurídica;
- Solicitar Renovação de Alvará de Clínicas Psicológicas como Pessoa jurídica;
- Solicitar Renovação de Alvará de Despachante de Trânsito;
- Solicitar Renovação de Alvará de Empresa de Certificação Veicular;
- Solicitar Renovação de Alvará de Médico como Pessoa Física;
- Solicitar Renovação de Alvará de Psicólogo como Pessoa Física;
- Solicitar Renovação de Alvará de Remarcação de Chassi;
- Solicitar de Estampadora de Placas de Identificação Veicular;
- Solicitar Renovação de Alvará de Estampadora de Placas de Identificação Veicular.

Serviços relacionados à Secretaria de Administração

- Solicitar Anuência para retificação administrativa de matrículas e usucapião extrajudicial;
- Solicitar troca de marca de item em Ata de Registro de Preço;
- Solicitar reequilíbrio financeiro em Ata de Registro de Preço;
- Solicitar Atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Solicitar Auxílio Emergencial SC Mais Renda

O serviço permitiu aos trabalhadores que perderam o emprego e fonte de renda durante a pandemia do coronavírus solicitarem o auxílio emergencial do Governo do Estado de Santa Catarina pelo portal de serviços. Foi o serviço mais pesquisado no Portal de Serviços em 2021.

Serviços da Secretaria de Estado da Educação, que tratam sobre documentação escolar. Todos os serviços tiveram os processos mapeados e padronizados, contando com a parceria do Escritório de Processos da SEA, resultante em mais agilidade no atendimento ao cidadão e eficiência do processo:

- Solicitar cópia de documentos de escolas desativadas
- Solicitar equivalência de estudos realizados no Exterior
- Solicitar atestado de regularidade de estudos
- Solicitar certificados e declarações parciais de proficiência do ENEM/ENCCEJA/EXAMES Supletivos

Estatística dos serviços no Portal SC.GOV.BR

Números atuais da Carta de Serviços dos órgãos do Poder Executivo

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|-------------------------------|------|------|------|------|
| Total de serviços Cadastrados | 452 | 480 | 505 | 568 |
| Serviços Digitais | 106 | 170 | 215 | 296 |
| 85% Avaliações Positivas | | | | |

Gerência de Processos Digitais – GEPROD

Governo Sem Papel - Economia no custeio e agilidade nos serviços

Diante a transformação digital, o Governo do Estado de Santa Catarina lançou o projeto “Governo Sem Papel” com o objetivo de passar a cadastrar, tramitar e gerenciar todos os processos administrativos e documentos produzidos no Poder Executivo exclusivamente em formato digital pelo sistema SGP-e (Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos). Por meio desse projeto o Estado economizou e aumentou a eficiência no serviço público, tornando Santa Catarina 100% digital.

Em janeiro de 2019, iniciou o processo para que em 100 dias, até dia 2 de abril de 2019, a administração de Santa Catarina fizesse a transição de todos os processos físicos para processos digitais. O Decreto nº 39 de 2019 do Governo Sem Papel e a Instrução Normativa nº 3 de 2019 regulamentou e respaldou essa transformação.

A implantação do Governo Sem Papel foi alcançada através do Plano de Capacitação de treinamentos, mostrado em números:



Com a eliminação do papel, foi possível aumentar a eficiência no serviço público. Além da economia com papel, correio e transporte, a digitalização permite mais celeridade nos processos e a análise permanente de desempenho. Tornou possível acompanhar os processos e seu tempo de resolução proporcionando a mudança das rotinas e fluxos para melhorar os serviços.

O Governo Sem Papel trouxe economia já nos primeiros meses do projeto. E não só de custeio, mas também em economia ambiental. De 2019 até 2022 economizamos:

R\$ 123 milhões – de 2019 a 2022*

* custo médio de R\$30,00 por processo considerando papel, materiais de escritório, correio e transporte

SGP-e em números

O Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos está em constante aprimoramento para atender as demandas do Estado, incremento nas funcionalidades do sistema, integrando com outros sistemas do Estado e, também, adquirindo novas soluções. Além do desenvolvimento, a manutenção e suporte do sistema, atendimento aos usuários e a capacitação são constantes.

4.000.000 processos cadastrados

Entre 2019 e 2022

16.700.000 total de processos no SGP-e

Até outubro 2022

46.288 usuários ativos

Até outubro 2022

75.000 atendimentos de suporte

Média anual de atendimentos via 0800, email, chat e whatsapp

3.700 alunos no EAD – SGP-e

Média anual de alunos do curso EAD – SGP-e

Desenvolvimento e melhorias no SGP-e

Foram desenvolvidas novas funcionalidades, realizado incrementos em funcionalidades existentes e relatórios para facilitar e agilizar o trabalho dos usuários.

Foram entregues:

81 demandas evolutivas

2019-2022

Destaca-se nessas demandas as evoluções:

- Portal Externo do SGP-e desenvolvido para que o usuário externo, seja cidadão, empresas ou entidades consultarem os processos cadastrados no Estado, possibilitando verificar o andamento, assinar e resolver pendência com a inclusão de peças. Este Portal está em fase de estudos para a integração com o Portal SC.GOV.BR para que o Estado tenha um único canal de consulta e atendimento ao usuário externo.

- Login GOV.BR: o acesso ao Portal Externo do SGP-e pelo usuário externo é feito através do login único do Governo Federal – Gov.br atendendo as iniciativas do Governo Digital e facilitar a utilização dos serviços digitais.
- Assinatura GOV.BR: reconhecimento da assinatura do Governo Federal no sistema ao inserir peça com esta assinatura. Em fase de testes a realização da assinatura GOV.BR no Portal Externo do SGP-e.
- SGP-e versão Mobile: na primeira versão o usuário apenas assinava as peças do processo. Foi aprimorado possibilitando realizar as principais atividades como cadastrar, receber, tramitar, arquivar, inserir peça e trabalhar pela fila de trabalho e fila de assinaturas pendentes.
- BPM - Business Process Management: ferramenta para a automação de processos no SGP-e através do mapeamento e melhoria dos processos com ênfase na otimização dos resultados.
- Arquitetura do Sistema: melhorias na arquitetura do SGP-e com a compressão dos arquivos e liberação de 40,26 TB de espaço no banco de dados.
- Sigilo processos e peças: novas regras de controle de acesso em atendimento as particularidades dos processos. Desenvolvido o sigilo de peça em razão da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Incrementado o relatório de auditoria de alteração de sigilo de processo e peça.
- Integrações: desenvolvido novos serviços de integrações e aperfeiçoados os existentes entre SGP-e e outros sistemas do Estado como o Portal SC.GOV.BR, SIGEF, SIGRH, ETERNAL, PROJETA entre outros. Importante salientar que a integração com o Portal SC.GOV.BR e SGP-e proporcionou o avanço dos serviços digitais. Parceria entre as Gerências de Serviços Digitais – GESED e Gerência de Processos Digitais – GEPROD.

Dados SGP-e

Os dados do SGP-e foram disponibilizados na Plataforma Boa Vista para que os órgãos do Governo do Estado de Santa Catarina possam utilizar e construir seus painéis de acompanhamento e gestão.

Trabalho Remoto

O projeto Governo Sem Papel foi fundamental para a continuidade das atividades do Governo de Santa Catarina durante a pandemia da Covid-19. Adaptados ao SGP-e pela transformação ocorrida em 2019 para os processos digitais, os servidores utilizaram e continuam a usar o sistema para o trabalho remoto, o que proporcionou a implantação e o alcance dos serviços digitais oferecidos ao cidadão.

Atendimento de suporte ao cidadão - Portal SC.GOV.BR

Em contínua parceria com a Gerência de Serviços Digitais – GESED, a equipe SGP-e realiza atendimento de suporte a dúvidas na utilização dos serviços digitais do Portal SC.GOV.BR

Atendimento e cadastro dos Laboratórios para o Envio de Dados sobre a COVID-19

A Equipe do SGP-e atua como suporte no atendimento e cadastro dos Laboratórios que coletam os testes para a COVID-19 e enviam os dados através do serviço digital “Envio de Dados sobre a COVID-19” no Portal SC.GOV.BR.

Desde o início da pandemia em 2020 até hoje, foram cadastrados:

8.530 laboratórios – COVID-19

Total de Laboratórios cadastrados

Gerência de Gestão em Tecnologia e Comunicação - GETEC

Ciência De Dados

Consolidação do conceito Data Driven no Governo do Estado, com iniciativas de compartilhamento de dados entre os órgãos, buscando ampliar a abrangência e fomentando a utilização de dados.

Central de Dados SC: projeto iniciado que contará com uma plataforma que reunirá as principais bases de dados do Estado, documentadas e disponíveis para os órgãos aderentes ao projeto. Também contará com uma área focada em analytics, com painéis prontos para o consumo imediato dos usuários.

Painéis de Dados: com intuito de demonstrar o potencial de uso dos dados disponíveis no Boavista, foram construídos painéis que apresentam de uma forma fácil e interativa, análises referentes aos assuntos de Folha de Pagamento, Patrimônio, Processos Eletrônicos, Consumo de Combustível e Manutenção de Veículos.

Integrações De Sistemas

- Integrações de sistemas corporativos foram conduzidas pela GETEC, em parceria com a GEPROD;
- Sistema de Outorgas da SDE, integrando com o SGPe;
- Sistema de Outorgas da SDE, integrando com o SAT da SEF para geração de DARES;
- Sistema da CIDASC, integrando com o SGPe;
- Sistema do Portal da Transparência da CGE, integrando com o SGPe;
- Sistema de Transferências da CGE, integrando com o SGPE.

Sistemas De Informação

Sistema de Impressos Oficiais (SIGIO)

Sistema de uso corporativo do Governo do Estado de Santa Catarina, adquirido no ano de 2011 e mantido pela Secretaria de Estado da Administração, cujo objetivo é realizar a gestão e publicação dos diários oficiais do Estado, esteve muitos anos sem um contrato de manutenção e evolução de sistema, deixando o Diário Oficial do Estado exposto ao risco de paralisar suas atividades, caso o sistema apresentasse problemas. A DITI realizou o processo licitatório para a contratação de uma empresa para fornecer serviços de sustentação, manutenção corretiva e estabeleceu um planejamento para, gradualmente, evoluir a aplicação para utilizar tecnologias mais atualizadas e, por consequência, aprimorar a experiência dos usuários e facilitar as atividades dos servidores que atuam na gestão do Diário Oficial.

Sistema de Patrimônio e Almoxarifado

O sistema atual de gestão de Patrimônio e Almoxarifado ainda está baseado em plataforma Mainframe. Por este motivo, a DITI iniciou um projeto para substituição destes sistemas para soluções mais modernas que venham a atender as necessidades atuais do Estado. O processo licitatório está em andamento, visando a contratação de empresa para fornecimento de licenciamento de uso, não exclusivo, prestação de serviço de Instalação, Migração de Dados, Parametrização, Treinamento, Customização e Integração, Operação Assistida (implantação), Sustentação, Manutenção Corretiva, Manutenção Adaptativa, Suporte técnico aos Usuários e Desenvolvimento de Evoluções.

Sistema de Gestão do SC Saúde

A empresa prestadora do serviço de manutenção e evolução do sistema de gestão do plano de saúde teve o contrato encerrado em 2021. Além do desenvolvimento do sistema em si, a atual empresa também hospedava a aplicação, detinha os códigos-fonte e armazenava os dados em uma infraestrutura em nuvem que somente a própria empresa possuía acesso. Por este motivo foi realizada a transferência do sistema para a infraestrutura do estado mantida pelo CIASC. Este projeto teve desafios enormes como: garantir o funcionamento de um sistema crítico, transferindo de um ambiente em nuvem para um ambiente "on premise", transferência do conhecimento da aplicação para o Estado e ainda vários atores envolvidos. A GETEC também apoiou a construção do termo de referência para a licitação de contratação para a nova empresa que presta o serviço de sustentação, manutenção e evolução do sistema de gestão do plano de saúde.

Software de Gestão de Chamados

Ferramenta de controle foi adquirida, com o objetivo de auxiliar na gestão dos chamados de suporte dos contratos de TI sob gestão da SEA. O software tem se tornado uma ferramenta importante para gestão de chamados para os contratos de TI do Estado, atualmente estão fazendo uso da ferramenta os contratos de Telefonia, Impressoras, Rede de Governo, Sistema de Impressos Oficiais e o SC Saúde. A GETEC prestou suporte a todos os contratos citados, auxiliando os usuários em dúvidas e implantando melhorias nos controles.

Gerência de Inovação em Governo e Laboratório de Inovação do Governo de Santa Catarina – NIDUS

Criação da Gerência de inovação em Governo e do Nidus

Por meio da LC 741/2019, foi criada a Gerência de Inovação em Governo e uma das atribuições desta gerência é a coordenação do Nidus, o Laboratório de Inovação do Governo de SC, um laboratório de inovação aberta que conecta o governo com o ecossistema de inovação. Com uma metodologia sólida mapeamos problemas públicos e divulgamos os desafios para que diferentes soluções de mercado possam se conectar. Nessa conexão, os órgãos conseguem entender mais sobre o que eles realmente precisam, além de conhecer possibilidades de soluções até então desconhecidas. Além de desenvolver os trabalhos com inovação aberta, o Nidus criou e manteve atualizados site, instagram, youtube e linkedin para incentivar a cultura de inovação e disponibiliza através da plataforma Airtable todos os gráficos referentes as atividades desenvolvidas.



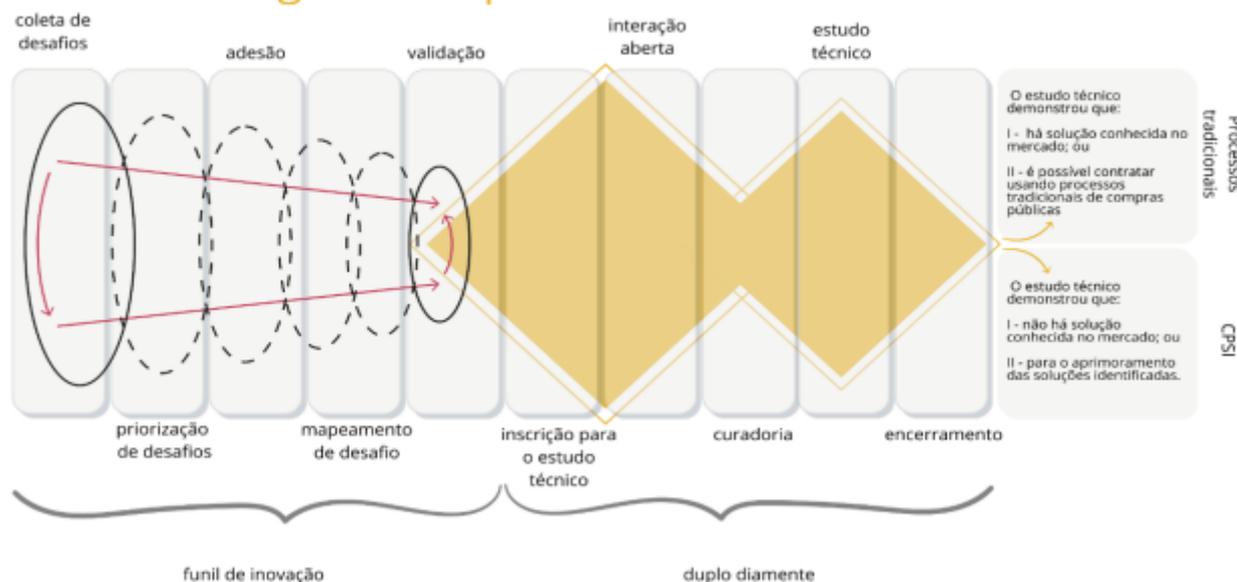
Implantação e consolidação do Programa de Inovação Aberta de Santa Catarina

Por meio do Decreto SC 1098/2021, foi consolidado o NIDUS enquanto Laboratório de Inovação do Governo de SC e responsável no âmbito do executivo para aplicação do Programa de Inovação Aberta, no qual se aplica um processo de mapeamento de um desafio enfrentado pelos órgãos públicos de Santa Catarina.

Estes entes, que buscam o auxílio do Nidus, conseguem extrair um diagnóstico das causas, impactos, setores, pessoas afetadas e variáveis envolvidas (tempo, dinheiro, capacitação técnica, tecnologias envolvidas, etc), que estão subjacentes ao problema em questão.

Após realizado esse diagnóstico é divulgado o desafio real, para que todo o ecossistema de inovação possa apresentar diferentes opções de soluções e realização do sandbox A maturidade deste programa pode ser conferida na cartilha do Programa de Inovação Aberta de Santa Catarina disponibilizada no linktr.ee/Niduslab.

Metodologia de Mapeamento de Desafios do NIDUS



Criação de Núcleos de Inovação e metodologia

Por meio da IN SEA 08/2021, foi criado o Núcleo de inovação da SEA, o qual nomeou pontos focais de todas as diretorias da SEA, responsáveis por disseminar a cultura de inovação e o Programa de Inovação Aberta do Governo em seus setores.

Através dos Núcleos de Inovação, o Laboratório criou uma metodologia de oficina para incluir todos os servidores no processo de reconhecer e entender os seus problemas diários. Esse serviço que começou a ser oferecido em agosto de 2021, com todas as diretorias da Secretaria de Estado da Administração, com a Junta Comercial do Estado e com os Núcleos de Projetos (Nuprojs) - que estão na maioria dos órgãos do executivo, estima-se que participaram dessa oficina mais de 400 servidores.

Essa iniciativa está em expansão através da nomeação de pontos focais em todo o executivo estadual, por meio das secretarias e fundações do estado.



Lançamento do Primeiro Edital de Compra de Solução Inovadora do Brasil (PGE/SEA).

Nidus foi pioneiro e o único no Brasil a lançar um edital de compras de soluções inovadoras, com a publicação do Decreto Estadual de Compra de Soluções Inovadoras (842 DE 17/09/2020) é permitido que na licitação (na verdade na dispensa de licitação) seja descrito o problema ao invés da solução. Essa é uma forma de evitar o direcionamento de editais e de só investir recursos públicos em soluções que de fato resolvam o problema, já que essa mesma legislação permite o “sandbox” - ou seja, um período de teste e ajustes das soluções antes da contratação efetiva. Apesar da previsão legal, ninguém no Brasil conseguiu fazer uso desse modo de contratação até agora, com exceção do executivo de Santa Catarina. Através de um desafio mapeado na Procuradoria Geral do Estado (PGE) percebeu-se que se tratava de uma contratação de uma solução que não existia em nenhum outro órgão público, caracterizando a compra de solução inovadora.



Contratação e execução da Gamificação

Focando na disseminação da cultura de inovação, foi feita a contratação de um serviço inédito de gamificação para fomentar a cultura de inovação entre os servidores no âmbito da Secretaria de Estado da Administração. A gamificação é uma forma de fortalecer o engajamento em trilhas de aprendizado. O tema desenvolvido nesta gamificação para quase 400 servidores foi as habilidades para inovação, desafios de inovação, mapeamento de habilidades e competências dos servidores.



Mapeamento de 71 desafios públicos do executivo

Por meio de oficinas e metodologias desenvolvidas pelo Laboratório de Inovação, o NIDUS auxilia os gestores e os servidores de TODAS as áreas do executivo de SC a entenderem melhor seus desafios para solucionar com inovação aberta. Esse foi o indicador do laboratório e nos anos de 2020 a meta era de 10 desafios e alcançamos 12. Em 2021 a meta era de 15 desafios e alcançamos 19. Agora em 2022 a meta era de 24 desafios e mesmo faltando 4 meses para o fim do ano já estão mapeados 40 desafios, totalizando nesses quase três anos 71 desafios públicos aprofundados com a metodologia do Nidus. Isso trouxe maturidade e solidez para o trabalho desenvolvido pelo Laboratório de Inovação, pois poucos laboratórios de inovação no setor público tem entregas quantificáveis, o detalhamento desses números pode ser conferido no airtable disponibilizado ao público no linktr.ee/Niduslab.



Criação e consolidação de legislação que viabilize a inovação no setor público.

O executivo de Santa Catarina foi pioneiro na construção de legislação voltada para inovação e compras de soluções inovadoras. Foi firmado o Decreto 842/2020 que dispõe sobre as Compras Públicas de Soluções Inovadoras. Vale ressaltar que esse decreto tem muita familiaridade com o Marco Legal das Startups, mas foi feito antes. Em 2021, através do Decreto 1098/2021 foi criado o Laboratório de Inovação que tem a atribuição de fazer o Programa de Inovação Aberta em Santa Catarina. Em 2021 também foi estabelecida uma instrução normativa criando núcleos de inovação e definindo pontos focais de cada Diretoria da Secretaria do Estado da Administração, como um piloto para todo o Estado de SC. Todas as legislações citadas são imprescindíveis para o trabalho e os resultados do Programa de Inovação Aberta do Governo de SC. Todas as legislações citadas podem ser acessadas no site do Nidus (nidus.sea.sc.gov.br).

Criação e atualização do Banco de Startups

No site do Nidus é disponibilizado um dashboard para que qualquer servidor/gestor possa procurar por startups com potencial de resolver o seu desafio público. As startups interessadas em vender pro governo se inscrevem em um formulário, esses dados são tratados e apresentados de forma a permitir busca com diferentes filtros. O Banco de Startups já conta com quase 300 empresas. Não é conhecida outra iniciativa pública que tenha um repositório de empresas e soluções de mercado e de fácil acesso para o servidor. É uma oportunidade de conhecer possíveis soluções que não fazem parte do dia-a-dia do servidor. Como mencionado, o Banco de Startups está disponível no site do Nidus.

Co-fundação do InovaGovSC

Em 2021 foi fundado o grupo de trabalho que reúne iniciativas de inovação dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e os dois órgãos de controle (Ministério Público e Tribunal de Contas) em Santa Catarina. O Nidus é o representante do executivo, principalmente auxiliando os demais poderes a implementarem e consolidarem as iniciativas de inovação em seus respectivos órgãos. Com a aproximação dos poderes e dos órgãos de controle é possível resolver problemas comuns a todos os entes e também conferir mais segurança ao processo de inovação a partir da validação.



Guia de Transformação Digital.

Com a pandemia Covid-19 veio a necessidade crescente de que todos os entes públicos fizessem o processo de transformação digital. Em parceria com a Diretoria de Tecnologia e Inovação da SEA, o Laboratório de Inovação desenvolveu um guia de apoio, com orientações e boas práticas, que foi entregue a todos os municípios. Essa iniciativa tem a intenção de aproximar o Laboratório de Inovação do Governo dos municípios. O Guia continua disponível através do linktr.ee/Niduslab.



Participação e Apresentação na Semana de Inovação – ENAP

A Semana de Inovação da ENAP é o maior evento de inovação no setor público do Brasil e são poucas as iniciativas selecionadas para apresentar seus cases e métodos. O Laboratório de inovação participa como ministrante em todas as edições do evento, desde a sua criação. Em 2022 o Nidus ministrou uma oficina presencialmente no evento em Brasília, nos outros anos foram aprovadas participações online, devido a pandemia.



Criação do Programa de Voluntários.

A criação de vagas de voluntários foi devido a equipe do Laboratório de Inovação ter apenas uma pessoa durante os anos de 2019 a 2021. Com isso o programa de voluntários permitiu que cidadãos e servidores com tivessem interesse em ajudar pudessem construir soluções para as diversas demandas do Laboratório. O programa contou com 12 voluntários em 20/21.

Hackathon para servidores - Moving Motivator

Em um evento online para todos os servidores do executivo de Santa Catarina foi realizado, no dia do servidor, na época da pandemia do Covid-19. No formato de hackathon e também seguindo a metodologia internacional "moving motivator", foi trabalhado o tema de que cada servidor tem que achar sua própria motivação dentro do setor público. Esse evento teve quase 200 participantes trabalhando por dois dias. Essa iniciativa disseminou a cultura de inovação, tornando-a acessível a todos os servidores, que de forma muito prática e articulada convida a pensar o que realmente interessa ao servidor e prototipar uma solução que não dependa de recursos, legislação ou tecnologia.

Criação de Núcleos de inovação e metodologia

Criação de legislação e sensibilização para viabilizar um conjunto de Pontos Focais de todas as diretorias da Secretaria de Estado da Administração que coordenaram as etapas do Programa de Inovação Aberta do Governo em seus setores. Através dos Núcleos de Inovação, o Laboratório criou uma metodologia de oficina para incluir todos os servidores no processo de reconhecer e entender os problemas. Esse serviço que começou a ser oferecido em agosto de 2021 foi feito com todas as diretorias da Secretaria de Estado da Administração, com a Junta Comercial do Estado e com os Núcleos de Projetos (Nuprojs) - que estão na maioria dos órgãos do executivo, estima-se que participaram dessa oficina mais de 400 servidores. Essa iniciativa está em expansão através da nomeação de pontos focais em todo o executivo estadual. Esse projeto se mostrou muito eficaz, uma vez que entre os 71 desafios mapeados até agora, 41 são da SEA.

Oficina de Linguagem Simples e Visual Law.

No ano de 2021, em parceria com o Laboratório de Inovação do Ceará - IrisLab, foi feita uma capacitação em linguagem simples e visual law para todos os servidores que estavam trabalhando na digitalização dos serviços públicos no portal SC.GOV. O foco da iniciativa é melhorar a qualidade do serviço entregue ao cidadão, focando na empatia e nos recursos de UX - experiência do usuário.

Aprovação de artigo em evento de Adm Pública.

O Encontro Nacional de Administração Pública em 2022, aprovou o artigo sobre a metodologia do Programa de Inovação Aberta do Laboratório de Inovação do Governo de SC- Nidus com média de 8.5. Essa iniciativa visa contribuir com a gestão do conhecimento da inovação no setor público.

Contratação de Consultoria Especializada em Inovação Aberta.

Para desenvolver o Programa de Inovação Aberta com excelência foi feita a contratação do maior Hub de Inovação da América Latina, o LinkLab-ACATE, a fim de qualificar a interação do setor público com as startups. Essa contratação foi pioneira e hoje é replicada pelo Tribunal de Contas e Ministério Público.

Oficinas de Prototipação

Oficina de prototipação de soluções internas, atualmente há 9 desafios e mais de 80 servidores inscritos para participar. Nessa oficina foi aprofundado o entendimento do problema e construída uma solução possível de ser feita com os recursos internos de cada Diretoria.

SISTEMA ADMINISTRATIVO DE GESTÃO DOCUMENTAL E PUBLICAÇÕES OFICIAIS – SGDPO

O Sistema Administrativo de Gestão Documental e Publicação Oficial (SGDPO) tem como objetivo publicar os atos oficiais do Estado, bem como assegurar a racionalização, padronização, identificação, preservação, acesso e divulgação do patrimônio documental e arquivístico no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições administrativas e legais.

Diretoria de Tecnologia e Inovação – DITI

É responsabilidade da DITI a gestão do SGDPO, no que diz respeito a normatizar a produção, tramitação, organização, uso, avaliação e destinação dos documentos públicos da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.

Gerência de Gestão Documental – GEDOC

- Foram instituídas ou atualizadas as Comissões Permanentes de Avaliação Documental em 40 órgãos do Estado do total de 50 (administração direta, indireta e órgãos externos).
- Foram instituídos ou atualizados instrumentos de gestão documental (Tabela de Temporalidade, Tabela de Assunto e Plano de Classificação) em 24 órgãos (CC, SAN, SAI, PGE, CGE, DC, SEA, SEF, SES, CSSPPO, PCSC, CBMSC, ARES, DETRAN, IPREV, JUCESC, FAPESC, ENA, UDESC, CIDASC, CEASA, CELESC, CASAN, FCC).

- Estão em processo de instituição ou atualização os instrumentos de gestão documental (Tabela de Temporalidade, Tabela de Assunto e Plano de Classificação) em 25 órgãos (SAP, SAR, SEC, SDE, SDS, SED, SIE, PMSC, PCI, SANTUR, IMA, IMETRO, FCEE, FESPORTE, SCPREV, CIASC, EPAGRI, BADESC, SCGÁS, IAZPE, INVESC, SCPAR, PIMB, DPE, MPC)
- Expansão do conhecimento básico sobre gestão documental nos órgãos que fazem parte do SGDPO. Foi oferecido o Curso de Introdução à Gestão Documental na Administração Pública (05 edições do curso no período) com mais de mil inscritos e trezentos aprovados.
- Foi feita a publicação da Instrução Normativa nº 03/2019 que estabelece as normas e os procedimentos relativos à gestão documentos e processos eletrônicos, ao funcionamento e utilização do Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos-SGP-e, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
- Foi feita a publicação do Decreto nº 902/2020 em que dispõe sobre o Sistema Administrativo de Gestão Documental, Editoração e Publicação Oficial e estabelece outras providências.
- Foi feita a publicação do Decreto nº 1070/2020 em que institui o suplemento à 3ª edição do Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais e estabelece outras providências.
- Foi feita a publicação da Instrução Normativa SEA nº 16/2020 que orienta sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.
- Também foi realizada a publicação da Instrução Normativa SEA nº 07/2021 que orienta sobre os procedimentos para digitalização e substituição de documentos arquivísticos originais em suporte físico por sua versão digitalizada no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Diário Oficial do Estado

Promover a publicidade e a legalidade dos atos governamentais.

Com a nova contratação para evolução do sistema do Diário Oficial, pretendemos promover maior transparência para os atos do Diário Oficial do Estado, fornecendo ao cidadão, ferramentas de fácil acesso aos atos públicos publicados no Doe.

Edições de Janeiro 2019 a Outubro/2022

Edições ordinárias: 949

Edições extras: 19

Total de edições: 968

Matérias publicadas de janeiro de 2019 a outubro 2022

- 806.287

Análise de Balanços no período de 2019 a outubro de 2022

Recebidos 1920

Publicados 1680

Faturamento (Bruto) do período de janeiro a outubro de 2022

R\$ 7.035.923,21 (sete milhões, trinta e cinco mil, novecentos e vinte e três reais)

Fonte: Sistema de Gestão do Doe

Faturamento (Bruto) do período de janeiro de 2019 a outubro de 2022

R\$ 60.499,645,53 (sessenta milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, seiscentos e quarenta e cinco reais)

Fonte: Sistema de Gestão do Doe

Gestão de contratos ativo do DOE

Órgãos privados 20

Órgãos Públicos 32

Cadastro de entidades e usuários no Sistema DOE

6534 entidade e -11.375 usuários

SISTEMA ADMINISTRATIVO DE GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Tem a função de desenvolver as atividades relativas à normatização, supervisão, orientação e formulação de políticas de gestão de licitações e contratos que envolvam materiais e serviços dos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.

Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos

A Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos (DGLC) é responsável pela normatização, supervisão, orientação e formulação de políticas de licitações e contratos de materiais e serviços, estocagem e logística, no âmbito da administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado. Atua primando pela transparência das compras públicas e focada em ações que proporcionem a melhoria do gasto público e resultados mais efetivos. Por meio da interação colaborativa, instituiu no Executivo Estadual a Rede de Compradores como forma de padronizar as licitações e trocar experiências entre as mais variadas áreas, ganhando agilidade nos processos e economicidade dos recursos.

A DGLC conta hoje com XX servidores efetivos e XX comissionados, distribuídos nas suas unidades, entre elas Gerência de planejamento de compras públicas, Gerência dos sistemas integrados de compras públicas e Gerência de contratos.

Destaca-se as entregas e resultados alcançados pela DGLC por ano:

Realizações em 2019

- **Revisão do modelo de Contratação de Serviços Terceirizados:** mudança da modalidade de licitação, assim, a média de redução nos valores homologados, em relação aos contratos anteriores, é de 27%, registrando uma economia de R\$ 13,5 milhões de reais. Além disso, fizemos a alteração da forma de reajuste e repactuação de contratos, bem como a publicação da IN 01/2019;
- **Revisão da Contratação de Outsourcing de Impressão:** alteração da forma de contratação do serviço de outsourcing de impressão aproximou o Governo de SC das boas práticas de contratação para esse objeto. O novo modelo gerou economia de R\$ 10,66 milhões;
- **Criação da Rede de Compradores SC:** a atuação em rede gera resultados bastante positivos e iniciativas inovadoras a partir do compartilhamento de aprendizados e soma de expertises;
- **Criação do “DGLC Orienta”:** nasceu com o propósito de informar, esclarecer e uniformizar entendimentos quanto às compras públicas estaduais;
- **Criação do “DGLC Capacita”:** a capacitação de pregoeiros e equipe de apoio deve ser de caráter contínuo, entretanto a restrição financeira e orçamentária não permite a periodicidade desejada. Nesse contexto, criamos um programa de capacitação com cursos ministrados por servidores da DGLC e sem custo para os órgãos. O programa de 2019 capacitou 123 servidores em 04 turmas;
- **Uso do Pregão Eletrônico:** o Decreto Estadual nº 153/2019 tornou obrigatório o uso de pregão eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns. Com a ampliação da competitividade, comparando-se o valor homologado dos itens licitados em 2018 por pregão presencial com o valor homologado dos mesmos itens licitados em 2019 por pregão eletrônico, verificou-se uma economia de R\$ 23,82 milhões;
- **Criação do Painel de Preços SC:** a primeira versão, disponível no Portal de Compras de SC, traz os preços praticados pelo Governo do Estado.

Economia com processos licitatórios realizados de forma centralizada pela SEA

- Serviços terceirizados (mudança da modalidade e revisão do edital), economia de R\$ 13.477.723,20;
- Com a mudança de modelos:
 - Combustível, economia de **R\$ 6,4 milhões** (anual);
 - Outsourcing de impressão, economia de **R\$ 10,66 milhões** (anual).
- Revisão de descritivos e preço referência da Lista Básica de Materiais, economia de **R\$ 1.639.422,00**;
- Centralização de compras – seguros de vida, economia de **R\$ 24.000,00** (67% de redução anual);
- Uso do pregão eletrônico, economia de **R\$ 23,82 milhões**.

Realizações em 2020

- **Cadastro de Penalidades (CADPEN):** o cadastro de penalidades passou a ser totalmente digital, simplificando o processo. Nesse período foram cadastradas 302 penalidades, o que representa um incremento de 43% quando comparado ao total de cadastros realizados em 2019;
- **Reserva de vagas nos contratos de serviços terceirizados para mulheres vítimas de violência doméstica:** publicação dos primeiros editais com a previsão de reserva de até 5% às mulheres vítimas de violência doméstica. Esta iniciativa conta com a parceria da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS);
- **Publicação da primeira versão do Plano Anual de Compras:** permite que o Governo planeje suas aquisições de forma a otimizar os processos licitatórios e gerar ganho de escala, bem como auxilia no fomento às MPEs. Em parceria com o SEBRAE, a iniciativa busca, ainda, capacitar esses fornecedores e ampliar o número de MPEs que fornecem para o Governo do Estado;
- **Inovação em Compras Públicas:** publicado o Decreto que dispõe sobre o processo de contratação de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública para a Administração Pública Estadual Direta e Indireta. A nova política garante segurança e flexibilidade aos gestores que querem promover a inovação no Governo de SC;
- **Aquisições COVID19:** centralização das compras destinadas ao enfrentamento da pandemia provocada pela COVID19, entre outras ações e instruções aos processos de aquisição para enfrentamento à pandemia;
- **Reformulação do Portal de Compras de SC:** utilizando de ferramentas de design thinking, o projeto “coLAB.Compras” reuniu uma série de sugestões para a reformulação do Portal, pautado na transparência e no foco no usuário;
- **Lista Básica de Materiais (LBM):** diante da revisão e mudança do modelo de licitação, alcançamos uma economia de 29% em comparação aos valores homologados em 2019;
- **Contratos de Serviços de Mão de Obra Terceirizada:** além da alteração da lista dos postos contratados pelo Governo do Estado, realizada com a publicação do Decreto 452/2020 e IN 02/2020, outras iniciativas foram adotadas a fim de padronizar os processos visando à transparência, celeridade e economicidade. Até o momento, registrou-se redução de 1,07% no total de postos contratados;
- **Cadastro de Fornecedores:** no final de 2019, o cadastro de fornecedores passou a ser totalmente digital. Dessa forma os fornecedores passaram a contar com maior facilidade na realização e atualização cadastral, e a SEA ganhou mais agilidade nas análises. Em 2020 houve um incremento de 38,43% no total de novos cadastros, com relação aos números de 2019, subindo de 2160 para 2990 em 2020. Foram ainda analisados 21.741 processos de atualização, o que representa um incremento de 17% em relação a 2019. O número sinaliza para o aumento na competitividade dos certames e supera as expectativas, visto que a iniciativa tinha como meta o incremento de 13% em novos cadastros;
- **Sistema WebLIC:** a primeira versão da ferramenta trouxe a montagem de processos para um ambiente mais moderno e amigável, com melhorias e novidades para facilitar e agilizar o processo de registro e cadastro das licitações, incluindo a integração com o Módulo GGG e o cadastro de Dispensas

e Inexigibilidades de Licitação. Com essa ação busca-se garantir que todos os procedimentos fiquem registrados em um local único, permitindo monitoramento;

Economia gerada com a modalidade Pregão

- Cogestão dos Presídios de Itajaí, Joinville e Lages em conjunto com a SAP, economia de **50,7 milhões**;
- Outsourcing de impressão (modelo híbrido de locação e serviço), economia de **10,6 milhões**;
- Passagens aéreas, economia de **R\$ 61,5 mil**;
- Saneantes para todos os órgãos do Estado, economia de **R\$ 5,8 milhões**;
- Telefonia, economia de **R\$ 8,6 milhões**;
- Terceirizados, economia de **R\$ 18,2 milhões**;
- Gestão Documental, economia de **R\$ 9,8 mil**;
- SGP-e, economia de **R\$ 8 milhões**.

Realizações em 2021

- **Criação da Central Estratégica de Compras Públicas (GECEN):** tem como escopo centralizar os macroprocessos de compras dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações sediados em Florianópolis, subsidiado por áreas de atendimento, assessoramento jurídico e melhoria contínua;
- **Assinatura do Memorando de Entendimento com o Banco Central:** a fim de colaborar na realização de atividades direcionadas ao compartilhamento de boas práticas no campo das licitações públicas;
- **Assinatura do Termo de Cooperação com a Rutgers Accounting Research Center/Continuous Auditing & Reporting Lab:** o objetivo é o compartilhamento e intercâmbio de informações, metodologias, ferramentas e conhecimento técnico, com a finalidade de viabilizar projetos e ações voltadas ao aprimoramento das contratações públicas no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Realizações em 2022

- **Criação da Coordenação de Inteligência em Compras Públicas:** vinculada à DGLC, tem por finalidade desenvolver projetos, análises e soluções voltadas ao apoio à decisão gerencial, qualificação da informação e aprimoramento da transparência nas compras públicas realizadas pelo Estado de Santa Catarina;
- **Lançamento do Programa Compras_SC:** programa de apoio e orientação às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a venderem para o Governo do Estado de Santa Catarina, visando o aumento das MPEs nas licitações estaduais e, sobretudo, no percentual dos contratos firmados;
- **Adesão à Rede Capacita Compras:** participação da SEA/DGLC na Rede Colaborativa de Capacitação em Compras Públicas, a qual visa a implementação de iniciativas relacionadas à produção, à organização de conteúdo e à disseminação de conhecimentos relacionados à temática e ao desenvolvimento de programas e iniciativas de modernização das compras públicas;
- **Criação do menu “Carona ARP” no Portal de Compras:** fortalecendo nosso compromisso com o princípio da eficiência, disponibilizamos no Portal de Compras um espaço para compartilhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) com possibilidade de adesão de órgãos não participantes (“carona”). Neste menu encontram-se listadas às ARP’s disponíveis para carona de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual;
- **Implantação de Serviços Digitais:** foram criados e implantados os serviços digitais para entrada de solicitações por parte dos fornecedores, solicitações de repactuação a contratos terceirizados e solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos e atas;
- **DGLC Capacita/Orienta:** as equipes técnicas promoveram diferentes capacitações, manuais, tutoriais (vídeos), orientações e instruções normativas e de trabalho aos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual. Os documentos podem ser acessados no Portal de Compras SC, no perfil da Rede de Compradores SC (Instagram) e no canal da DGLC (Youtube);

- **Padronização de Processos/Documentos:** tabela para preços referenciais; planilha de estimativas de custos; atualização do modelo de termo de referência para terceirizados; check list para instrução dos processos licitatórios de terceirizados; criação de um repositório com todas as regras, procedimentos e definições que serão utilizadas no cadastro de materiais e serviços; implantação de “contrato modelo” para o cadastro das atas de registro de preço no SIGEF;
- **Integração/Melhorias de Sistemas:** integração de módulos no SIGEF (Contratos e GGG); integração com o sistema do TCE (e-Sfinge); integração com o sistema da SES (SCCD); melhorias no módulo de contratos do SIGEF; desenvolvimento do módulo de Cotação Eletrônica no WebLIC; melhorias nas funcionalidades no e-LIC;
- **Saneamento de Dados:** revisão da base de dados do sistema NUC, já foram restritos por volta de 15 mil códigos sem movimentação nos últimos cinco anos;
- **Central Estratégica de Compras Públicas (GECEN):** após a criação em 2021, em janeiro/2022, iniciou-se a transição dos processos, a qual incorporou até o momento 23 (vinte e três) órgãos pertencentes ao Executivo Estadual, executando a fase externa de todos os processos licitatórios destes;
- **Inovação:** lançado o primeiro processo de contratação de solução inovadora sob a luz do Decreto Estadual nº 842/2020, por meio do Edital de Chamamento Público nº 050/2022;
- **Painel de Preços:** desenvolvimento de painel de processos, disponibilizado aos usuários/demandantes da Central de Compras. A customização do painel, oriundo de parceria com a Secretaria de Estado da Educação, contemplou o processo de trabalho da Central, tendo sido ainda incorporados indicadores que permitem o monitoramento dos processos de compras.

Destaca-se ainda a economia com processos licitatórios realizados de forma centralizada pela SEA: Lista Básica de Materiais (GPLAC), total de economia anual de **R\$ 5.689.256,87**.

Atividades Em andamento

- Regulamentação da Lei Federal nº 14.133/2021 – as minutas de decreto estão sendo elaboradas por um grupo de trabalho de diferentes áreas, e o propósito é que todas sejam devidamente publicadas antes da aplicação obrigatória do novo regime (em abril/2023);
- Novo Sistema de Gestão Administrativa de Patrimônio Imóvel, Patrimônio Móvel, Almoxarifado, Cadastro de Materiais/Serviços, Gestão de Contratos e Atas de Registro de Preços (em licitação);
- Sistema próprio para Repactuação de Contratos Terceirizados;
- Novo Portal de Compras de Santa Catarina;
- Integração com o Portal Nacional de Compras Públicas;
- Módulo de Planejamento de Compras;
- Plano Anual de Compras de 2023.

Resultados detalhados por Unidades

Gerência de Contratos - GECON

Área: Gestão e fiscalização dos contratos e atas

- **Publicada a Instrução Normativa nº 11/2019:** a qual “Estabelece normas para a gestão e fiscalização de Contratos e Atas de Registro de Preços celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual com fornecedores de bens e/ou serviços para a Administração Pública. Regula o registro de informações no Cadastro de Penalidades das sanções administrativas aplicadas a fornecedores – CADPEN/SC, e dá outras providências”;
- **Informativos GECON:** divulgamos uma série de informativos visando a disseminação de conhecimentos acerca da fiscalização de contratos.
- **Publicada a Orientação Técnica nº 01/2020:** trata sobre o processo administrativo sancionador e orientações de como proceder para aplicar sanção aos contratos e atas.

- **Trilha de cursos relativos à Fiscalização de Contratos:** visando atender ao indicador de governo Fiscalização de Contratos, foi comunicada a trilha de cursos disponíveis gratuitamente relativos à gestão e fiscalização de contratos;
- **Criação de canal de comunicação:** grupo de WhatsApp para fiscais de contratos terceirizados, visando divulgação de comunicados e trocas de informações;
- **Gestão de Contratos dos Correios:** a partir de agosto de 2021 passou da GECEN para GECON.
- **Curso para Fiscalização de Contratos Administrativos e Atas de Registro de Preços:** disponibilizado por meio da ENA, e visa capacitar os fiscais e em atendimento ao indicador de governo relativo à fiscalização de contratos;
- **Curso para Fiscalização de Contratos Administrativos com Dedicção de Mão de obra Exclusiva (terceirizados):** encaminhado, aguardando finalização. Será disponibilizado por meio da ENA, e visa a capacitação e atuação dos fiscais nos contratos de prestação de serviços terceirizados;
- **Implantação de Serviços Digitais:** foram criados e implantados os serviços digitais para entrada de solicitações por parte dos fornecedores, solicitações de repactuação a contratos terceirizados e solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos e atas;
- **Proposta de Implantação de Instrumento de Medição de Resultados (IMR):** proposta para inclusão do IMR nas contratações de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva;
- **Página do Portal de Contratos:** encontra-se em desenvolvimento, visando orientações a gestores e fiscais de contratos.

Área: Contratos de serviços terceirizados

- **Atualização dos modelos de repactuação e rol de postos terceirizados:** foi realizado um estudo identificando a necessidade de atualização do modelo de repactuação até então vigente para fins de padronização das contratações de terceirizados e do rol de postos.
- **Alteração no Modelo de Repactuação:** alterou-se o modelo de planilhas nos editais e das formas de repactuação, considerando elementos da Instrução Normativa nº 05/2017 (federal);
- **Publicado o Decreto Estadual nº 452/2020:** que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços terceirizados da administração pública estadual direta e indireta do Poder Executivo;
- **Publicada a Instrução Normativa nº 02/2020:** que orienta quanto à contratação de serviços terceirizados com mão de obra exclusiva no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Poder Executivo;
- **Modelo de Termo de Referência e Declaração:** elaborado e disponibilizado modelo de termo de referência padrão, para todas as solicitações de contratações de postos de serviços terceirizados via processo licitatório. Também foi disponibilizado o Modelo de declaração de inexistência de conflito entre quadro de servidores com postos solicitados.
- **Publicada a Instrução Normativa nº 15/2021:** altera a IN nº 02/2020 quanto à contratação de serviços terceirizados com mão de obra exclusiva, acresce os postos de Apoio Administrativo Nível III e Apoio de Gabinete;
- **Publicada a Instrução Normativa nº 17/2021:** regulamenta o trabalho remoto para os postos de trabalho dos contratos de serviços terceirizados com mão de obra exclusiva no âmbito da Administração Direta e Indireta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual. Foi revogada em 2022;
- **Atualização Modelo de Termo de Referência:** modelo para as solicitações de contratações de postos de serviços terceirizados via processo licitatório.
- **Publicada a Instrução Normativa nº 09/2022:** altera a IN nº 02/2020 quanto à contratação de serviços terceirizados, altera o piso mínimo para o posto de Auxiliar de Informática;

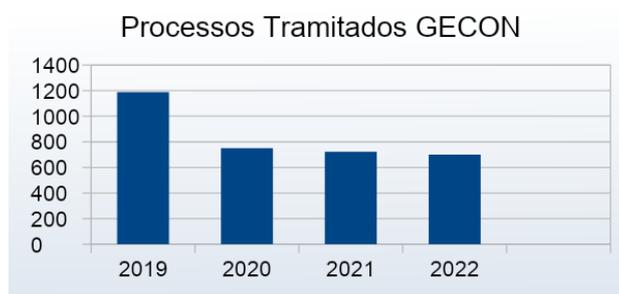
- **Publicada a Instrução Normativa nº 13/2022:** altera a IN nº 12/2021 sobre pesquisa de preços. Com a alteração, passamos a elaborar a planilha de custos e formação de preços para identificação dos preços referências das licitações;
- **Elaboração dos Preços Referenciais e Atualização do Modelo de Termo de Referência:** incluiu-se a tabela com os preços referenciais dos postos de terceirizados;
- **Check list:** elaboração do check list para instrução dos processos licitatórios de terceirizados;
- **Planilhas Estimativas de Custos:** elaboração das planilhas estimativas de custos para os processos licitatórios de terceirizados.

Área: Sistemas

- **Cadastro de Penalidade (CADPEN):** a GECON passou a responder pela atividade de gerenciamento e orientação do sistema de registro de penalidades, o CADPEN.
- **Capacitação Módulo de Contratos:** foi realizada na ENA, em março de 2020, a capacitação do sistema de contratos do SIGEF para diversos órgãos interessados.
- **Módulo de Contratos no SIGEF:** inserção de novos campos no cadastro dos contratos no SIGEF;
- **Tutoriais:** elaboração de tutoriais para utilização do sistema em parceria com a GESIC;
- **Integração com o Módulo do Grupo Gestor de Governo (GGG):** realizada a integração de módulos;
- **Integração com o e-Sfinge:** realizada a integração do Módulo de Contratos do SIGEF com o sistema do Tribunal de Contas (e-Sfinge);
- **Integração com a Secretaria de Estado da Saúde (SES):** realizada a integração entre os sistemas e iniciada a implantação do Módulo de Contratos do SIGEF na SES.
- **Módulo de Contratos no SIGEF:** realizadas melhorias e alteração de campos para obrigatórios no cadastro dos contratos SIGEF;
- **Integração e-Sfinge:** realizadas melhorias na integração com o sistema do Tribunal de Contas;
- **Implantação Secretaria de Estado da Saúde (SES):** realizada a implantação na SES do Módulo de Contratos do SIGEF de forma integrada ao sistema SCCD (próprio da SES);
- **Capacitações:** realizadas capacitações sob demanda;
- **Novo Sistema de Contratos:** levantamento de requisitos e participação no processo de aquisição do sistema novo de contratos.

Dados Gerais

- **Processos SGP-e:** tramitações encaminhadas pela GECON no período de 01 de janeiro de 2019 a 14 de outubro de 2022.



- Módulo de Contratos SIGEF: suporte e orientação no cadastramento, alterações e execução a 6.900 contratos e atas vigentes registrados no SIGEF;
- CADPEN: 1.088 penalidades cadastradas.

Atividades pendentes de execução

- Melhoria contínua nos materiais e orientações aos gestores e fiscais;
- Sistema de repactuação de contratos terceirizados próprio;

- Atualização de documentos e novas orientações com base na Lei nº 14.133/2021;
- Caderno relativo às planilhas de estimativas de custos;
- Implantação do IMR e instrumentos auxiliares.

Gerência de Sistemas Integrados de Compras Públicas – GESIC

- **Certificado de Cadastro de Fornecedor Digital (CCF Digital):** adoção do Cadastro de Fornecedores de forma eletrônica, trazendo mais transparência e agilidade no processo de cadastramento de novos fornecedores e atualização cadastral de fornecedores antigos, indo ao encontro do movimento Governo Sem Papel instituído na atual Gestão;
- **WebLIC:** trata-se do novo sistema de montagem de processos licitatórios do Governo de SC em plataforma web. Em novembro de 2019 foi concluída a primeira fase do projeto, com a criação de uma requisição de compras integrada com o SIGEF para facilitar a análise do Grupo Gestor de Governo na autorização das despesas. Com a nova funcionalidade, e apostando em um sistema mais ágil e com layout mais amigável, o WebLIC passa a contemplar a fase inicial do processo de compra, ou seja, a definição da necessidade do demandante. Com a implementação da primeira versão do WebLIC o Governo de SC passa a ter meios para monitorar todas as modalidades de aquisição;
- **Cadastro de Penalidades:** a GESIC, em conjunto com o CIASC, participou do desenvolvimento do sistema de Cadastro de Penalidades, vinculado ao Cadastro de Fornecedores. Após desenvolvido e implementado, o sistema foi entregue à GECON que administra o mesmo;
- **Melhorias e-Lic:** Sistema próprio para execução dos Pregões Eletrônicos do Governo do Estado de Santa Catarina, desenvolvido pela empresa Paradigma e com contrato supervisionado e administrado pelo CIASC, o e-Lic passou por diversas adaptações e melhorias no ano de 2019, sempre com o respaldo e acompanhamento da GESIC. Além do apoio ao desenvolvimento do sistema a GESIC também atuou no suporte contínuo aos usuários do sistema (servidores e fornecedores).

Realizações em 2020

- **WebLIC:** entrega definitiva da primeira versão do sistema, que foi disponibilizado aos usuários e normatizada pela Instrução Normativa nº 024/2020. O ano de 2020 foi crucial para o desenvolvimento e adaptação do sistema, que após entrega passou por ajustes desde pequenas melhorias até aperfeiçoamento da integração com o SIGEF. Em 2020 também aconteceu a importante integração com a Plataforma + Brasil, do Governo Federal, que permitiu o envio de informações de processos com recursos federais. Além disso a equipe GESIC seguiu com o suporte contínuo aos usuários do sistema;
- **Canal DGLC:** inicialmente intitulado de “DGLC Tutoriais”, o canal criado no YouTube serviu como solução para comunicação com os usuários dos sistemas de compras do Governo do Estado. No auge da pandemia, com a impossibilidade de mantermos os métodos tradicionais de capacitação, o canal passou a disponibilizar vídeos de tutoriais e orientações técnicas, inicialmente voltados ao novo sistema WebLIC, e mais tarde também passando informações dos demais sistemas e ações da DGLC;
- **Portal de Compras:** inclusão da possibilidade do registro de cotações de preço, dando maior publicidade a essa modalidade de contratação. Também foi criada a ferramenta de inclusão de legislação, dando mais transparência e agilidade na disponibilização das novas legislações relacionadas à DGLC;
- **Melhorias e-Lic:** a exemplo do WebLIC, o sistema e-Lic também contou com a integração com a plataforma + Brasil, se adequando às exigências do Decreto Federal 10.024/2019. Além do apoio ao desenvolvimento do sistema a GESIC também atuou no suporte contínuo aos usuários do sistema (servidores e fornecedores).

Realizações em 2021

- **WebLIC:** o ano de 2021 marcou a entrega da segunda versão do WebLIC, onde os dados orçamentários que antes eram informados no sistema passaram a ficar totalmente integrados com o SIGEF. Iniciou-se em 2021 a integração com o novo e-Sfinge, sistema de auditoria do Tribunal de Contas do Estado

de Santa Catarina. Outras melhorias e ajustes também foram disponibilizadas na nova versão. Além disso a equipe GESIC seguiu com o suporte contínuo aos usuários do sistema;

- Portal de Compras: o Portal teve sua primeira grande reformulação em 2021, onde diversas informações até então obsoletas foram atualizadas, junto com aperfeiçoamento de algumas funcionalidades. Foi desenvolvida e disponibilizada a aplicação para inclusão e divulgação de editais com disponibilidade para uso de “carona”;
- Melhorias e-Lic: entrega de novas melhorias e funcionalidades. A GESIC seguiu atuando no suporte contínuo aos usuários do sistema (servidores e fornecedores).

Realizações em 2022

- WebLIC: desenvolvimento do módulo de Cotação Eletrônica, a fim de atender a nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021). Finalização da integração com e-Sfinge (TCE/SC). Cadastro de todas as demais modalidades de licitação dentro do WebLIC, que até então estavam disponíveis apenas no antigo Gerenciador de Editais (Portal de Compras). Adaptações, melhorias e suporte;
- Portal de Compras: segunda etapa da reformulação do Portal. Nova versão 100% atualizada do Manual do Pregoeiro. Entrega da aplicação para emissão de relatório de fornecedores por grupo-classe. Desenvolvimento em conjunto com CIASC e a empresa VIVACE do novo Portal de Compras (novo layout), que deve ser entregue até Dezembro de 2022.
- Melhorias e-Lic: Entrega de novas melhorias e funcionalidades. A GESIC seguiu atuando no suporte contínuo aos usuários do sistema (servidores e fornecedores).

Projetos em desenvolvimento

- Entrega da nova versão do Portal de Compras;
- Integração com o Portal Nacional de Compras Públicas (Lei 14.133/2021);
- Módulo de Planejamento de Compras (projeto em conjunto com a GPLAC);
- Retificação de processos no WebLIC;
- Reengenharia no Cadastro de Serviços (projeto em conjunto com GPLAC e SIE);
- Desenvolvimento do módulo de Pregão Eletrônico (CIASC).

Gerência de Planejamento de Compras Públicas – GPLAC

Lista básica de materiais

- Otimização das compras públicas da Lista Básica de Materiais (LBM);
- Revisão e readequação de itens da LBM:
 - Em 2019 a LBM possuía 107 itens e após adequação passou a contar com 75 itens;
 - Em 2022, com a publicação do Plano Anual de Compras, os itens de higiene e limpeza foram revisados e a LBM passa a totalizar 81 itens.
- Alterações de Atas Registro de Preços da LBM:
 - Tempo Médio de resolução reequilíbrio de preços e troca de marca;
 - Quantidade de termos aditivos por processos, por órgãos, por material.

Gestão por indicadores

- Representatividade de processos elaborados pela GPLAC: criado com o objetivo de aumentar o percentual de processos de compras do Estado realizada de forma centralizada;
- Participação dos órgãos do SAGMS nos processos da GPLAC: criado o objetivo de identificar a quantidade de órgãos participantes das compras centralizadas planejadas pela GPLAC;
- Valor das Compras Centralizadas x Economicidade: criado com o objetivo de identificar o valor adjudicado pelo Estado em compras centralizadas planejadas pela GPLAC e a economicidade.

Desvio de qualidade

- Tem por objetivo notificar qualquer irregularidade que um material possa apresentar, seja por divergência no descritivo cadastrado, afastamento dos parâmetros de qualidade, ou outras práticas ilegais, tais como produto sem registro, produto falsificado ou fabricado por empresas clandestinas. No Portal de Compras encontram-se os formulários criados para preenchimento.

Capacitações

- Foram realizadas capacitações para os fiscais da LBM, com o apoio da GECEN e GECON;
- Foi elaborado e entregue um manual com orientações sobre a importância do papel do fiscal; desvio de qualidade; penalidade e CADPEN.

Plano anual de compras

- O Plano Anual de Compras (PAC) passou a ser adotado em 2020, sendo que é o documento que consolida as compras que os órgãos vinculados ao Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços pretendem realizar para o ano seguinte. É uma ferramenta que indica para o mercado o que o Governo quer comprar;
- Além da elaboração anual, outro trabalho que tem sido feito é a verificação do quantitativo planejado x quantitativo solicitado nos pedidos de aquisição. Quando há divergência é solicitado a justificativa para o órgão;
- O PAC de 2023 encontra-se em desenvolvimento.

Atendimento / Cadastro de materiais

- No primeiro semestre de 2022, a equipe de Cadastro de Materiais e Serviços realizou, aproximadamente, 960 atendimentos, sendo cadastrados 2.328 novos códigos – 2.076 para materiais e 252 para serviços – e, reativados 2.352 materiais restritos por falta de movimentação, totalizando 4.679 códigos solicitados à equipe.

Saneamento NUC

- A GPLAC iniciou a revisão da base de dados do Sistema NUC e serviços com o projeto intitulado “Saneamento de Dados”. Já foram restritos por volta de 15 mil códigos sem movimentação nos últimos cinco anos.

Livro de regras

- Criação de um repositório com todas as regras, procedimentos e definições que serão utilizadas no cadastro de materiais e serviços.

Gestão de estoques

- Iniciou-se um estudo acerca dos almoxarifados, a fim de proporcionar uma visão atualizada da estocagem, movimentação e consumo de materiais, por centro de custos de todos os órgãos; além disso, este estudo tem como objetivo elencar e validar estes almoxarifados quanto a sua produtividade e funcionamento.

Regulamentação dos materiais de consumo

- A GPLAC, como responsável pelo gerenciamento do Sistema de Materiais e Estoques, identificou a necessidade de regulamentar a Gestão de Estoques, principalmente no que se refere a material de consumo, e por este motivo resolveu elaborar uma Instrução Normativa. No momento, a minuta encontra-se em ajustes, após será enviada para validação da Consultoria Jurídica para então ser publicada.

Comunicação

- Com o objetivo de tornar mais ágil o envio de informações pela GPLAC aos órgãos participantes das Atas da LBM foi criado o canal de comunicação pelo WhatsApp com os Fiscais dos órgãos. Foi também atualizada a lista de contatos dos órgãos (e-mails e telefones) dos responsáveis e/ou envolvidos no planejamento e aquisições dos materiais da LBM.

Padronização do cadastro de atas no SIGEF

- Com o objetivo de padronizar os cadastros das atas de registro de preços no SIGEF, a GPLAC passou a adotar a implantação de “contrato modelo”. Essa medida visa facilitar a integração dos dados entre o SIGEF e o BI, proporcionando um gerenciamento mais efetivo das atas de registro de preços dos materiais da Lista Básica. Para melhor entendimento e exemplificação, elaborou-se um manual.

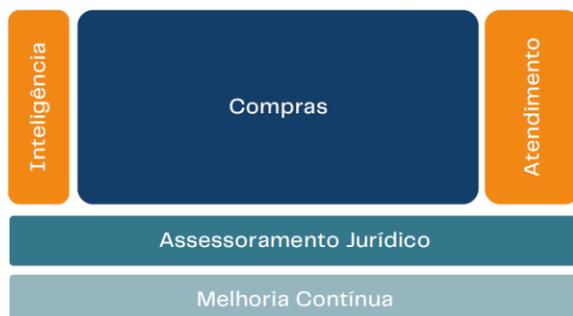
Economias

- Alinhado ao Plano de Governo de compras inteligentes, em específico, aos percentuais de economicidade de suas licitações, a GPLAC foi responsável pela idealização do seguinte cenário:

| 2020 | | |
|---------------------------------|----------------|----------------------|
| Modalidade | Economia (R\$) | Economia (%) |
| Material de Escritório | 4.239.721,41 | 33% |
| Água Mineral | 268.634,84 | 23% |
| Saneantes | 5.799.245,12 | 36% |
| Higiene e Limpeza | 5.496.580,44 | 10,88% |
| Total de Economia no Ano | | 15.804.181,81 |
| 2021 | | |
| Modalidade | Economia (R\$) | Economia (%) |
| Material de Escritório | 4.333.239,88 | 34,76 |
| Água Mineral | 268.760,60 | 1,78 |
| Saneantes | 3.207.731,15 | 16,49 |
| Higiene e Limpeza | 4.352.750,42 | 26,42 |
| Total de Economia no Ano | | 12.162.482,05 |
| 2022 | | |
| Modalidade | Economia (R\$) | Economia (%) |
| Material de Escritório | 1.082.792,35 | 11,32 |
| Água Mineral | 18.436,38 | 9,17 |
| Saneantes | 1.671.955,08 | 10,65 |
| Higiene e Limpeza | 2.694.947,05 | 11,71 |
| Total de Economia no Ano | | 5.689.256,87 |

Central Estratégica de Compras Públicas – GECEN

- Vinculada à Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos (DGLC), a Gerência da Central Estratégica de Compras Públicas (GECEN), foi criada oficialmente em 12 de junho de 2021, tendo sido regulamentada pelo Decreto n.º 1849, de 07 de abril de 2022.
- A Central Estratégica de Compras Públicas tem como escopo a centralização dos macroprocessos de compras dos órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações sediados em Florianópolis, subsidiado por áreas de atendimento, assessoramento jurídico e melhoria contínua.



Tem como benefícios principais:



Abrangência

A Central Estratégica de Compras Públicas incorporou até o momento 23 (vinte e três) órgãos pertencentes ao Executivo Estadual, executando a fase externa de todos os processos licitatórios destes. Os órgãos foram incorporados em ondas:

1ª Onda: ENA; SCC; FESPORTE; IMA; IPREV; PGE; SDE; SDS; FCC; JUCESC; SEC; SCM; ARES.

2ª Onda: DETRAN; FCEE; SEF; SAR; SANTUR; SSP; DC; IMETRO; FAPESC; SAN.

No que tange à licitações centralizadas e à gestão de contratos centralizados, a Central abrange ainda: CBMSC; CIDASC; BADESC; EPAGRI; CIASC; CEASA; PSFS; COHAB; PCI; MPC; PCSC; PMSC; SEF; SIE; UDESC; SED⁵.

Eixos de atuação

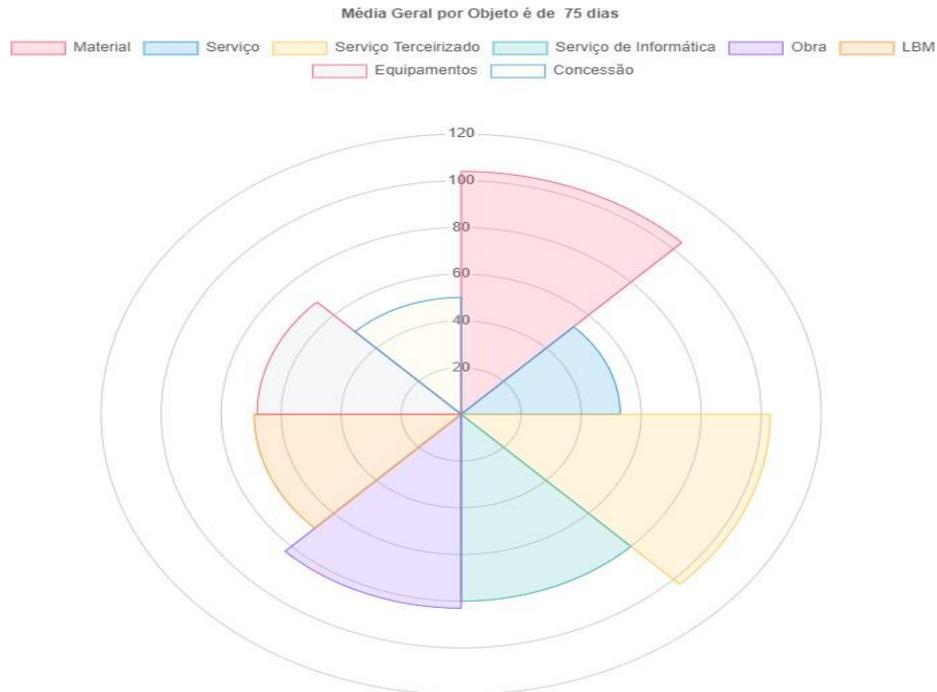
A Central Estratégica de Compras Públicas executa licitações para contratações centralizadas, lista básica de materiais e contratação de postos de serviço terceirizados de mão de obra exclusiva para os órgãos e entidades integrantes do SAGMS que tenham ou não aderido à Central.

Central de números

Tempo médio processos licitatórios



⁵ A Central de Compras executou os processos licitatórios (exceto obras e serviços de engenharia) da Secretaria de Estado da Educação até fevereiro/2022.



Sessões realizadas



Valores homologados por modalidade



VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 629.336.209,94 (seiscentos e vinte e nove milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e nove reais e noventa e quatro centavos).

Editalis elaborados já publicados

| MODALIDADE | QUANTIDADE TOTAL |
|-------------------------|------------------|
| PE | 162 |
| CC | 03 |
| TP | 02 |
| CP | 03 |
| DL | 09 |
| IL | 04 |
| QUANTIDADE TOTAL | 183 |

Editalis elaborados já publicados (por órgão)

| DEMANDANTE | QUANTIDADE |
|------------|------------|
| ARESC | 3 |
| CBMSC | 2 |
| CGE | 3 |
| DC | 1 |
| DETRAN | 10 |
| ENA | 4 |
| FAPESC | 1 |
| FCC | 10 |
| FCEE | 10 |
| FESPORTE | 8 |
| GCE | 1 |
| GVG | 1 |
| IGP | 1 |
| IMA | 10 |
| IPREV | 1 |
| JUCESC | 5 |
| PCSC | 2 |
| PGE | 3 |
| PMSC | 2 |
| PPI | 2 |
| SAN | 2 |
| SANTUR | 1 |
| SCC | 4 |
| SCM | 4 |
| SDE | 30i |
| SEA | 47 |
| SEC | 3 |
| SED | 28 |
| SES | 2 |
| SIE | 4 |
| SSP | 1 |

| | |
|-----|---|
| SST | 2 |
| STT | 1 |
| SDS | 1 |

Pareceres Planilha Serviços Terceirizados

| TIPO | QUANTIDADE TOTAL |
|-------------------------|------------------|
| Parecer de proposta | 23 |
| Parecer de recurso | 08 |
| QUANTIDADE TOTAL | 31 |

Contratação de soluções inovadoras

O Núcleo de Contratação de Soluções Inovadoras, vinculado à Central de Compras, elaborou e conduz o primeiro processo de contratação de solução inovadora sob a luz do Decreto nº 842/2020. Trata-se do Edital de Chamamento Público n.º 050/2022, cujo objeto é o chamamento de interessados a apresentarem soluções inovadoras capazes de extrair e cruzar as informações dos sistemas utilizados, aplicar as regras de negócio para avaliar quais dívidas estão elegíveis para protesto, automatizar o bloqueio de geração de guias no sistema SAT e encaminhamento das CDAs ao CRA, para a Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Atualmente, encontra-se na PGE, que preside a Comissão de Análise de Soluções Inovadoras para análise e parecer final das propostas apresentadas.

Gestão de contratos / atas centralizados

A Central Estratégica de Compras Públicas é responsável pela formalização e gestão administrativa de contratos e atas centralizados.

Instrumentos formalizados

| TIPO | QUANTIDADE TOTAL |
|---------------------------|------------------|
| Contrato | 00 |
| Ata de Registro de Preços | 09 |
| Termo Aditivo | 08 |
| Termo de Adesão | 02 |
| Apostilamento | 24 |
| QUANTIDADE TOTAL | 43 |

Contratos/Atas vigentes (Gestão Administrativa direta da Central)

| CONTRATOS | |
|--------------|------------------------------------------------|
| N.º | OBJETO |
| 0224/18 | Combustíveis |
| 0056/20 | Manutenção de Veículos (Estatais – Lei13.303) |
| 0075/20 | Manutenção de Veículos (Executivo – Lei 8.666) |
| TOTAL | 03 |

| ATAS | |
|--------------|--------------------------|
| N.º | OBJETO |
| 0001/22 | Switches |
| 0002/22 | Computadores e notebooks |
| 0003/22 | Computadores e notebooks |
| 0004/22 | Computadores e notebooks |
| 0005/22 | Computadores e notebooks |
| 0006/22 | Computadores e notebooks |
| 0007/22 | Computadores e notebooks |
| 0008/22 | Computadores e notebooks |
| 0009/22 | Licenças Microsoft |
| TOTAL | 09 |

Contratos vigentes (Suporte da Central)

| CONTRATOS | |
|--------------|-------------|
| | Passagens |
| | Impressoras |
| TOTAL | 02 |

Os contratos listados foram originários de licitações realizadas de forma centralizada, mas com contratos firmados por órgão participante, com gestores e fiscais designados por eles, modelo este já sendo substituído nas novas licitações realizadas pela Central de Compras. O suporte é realizado em caráter orientativo e opinativo.

Planejamento de novos serviços

O Núcleo de Planejamento de Novos Serviços objetiva a racionalização dos processos de compras públicas e a melhoria dos serviços contratados pela Administração Pública.

Processos em andamento

| Manutenção Predial | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-------------------------|----------|
| Problema / Situação Inicial | | | |
| Demanda reprimida de manutenções prediais nos diversos imóveis pertencentes aos órgãos; Os órgãos já não dispõem em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços. Necessidade de agilidade na execução das manutenções, sob pena de inviabilizar alguns espaços públicos. | | | |
| Modelo adotado | | | |
| Ata de Registro de Preços centralizada, para serviços de engenharia para execução de Manutenção Predial, contemplando os serviços de Manutenção Elétrica, Civil, Hidráulica e do Sistema Preventivo Contra Incêndio, tendo como referência o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Tabela SINAPI), sob MAIOR DESCONTO PERCENTUAL (%) SOBRE A TABELA SINAPI; | | | |
| Realizado | | | |
| Elaboração do Termo de Referência Consulta Pública para contribuições ao TR; Elaboração versão final Intenção de Registro de Preços (Órgãos Participantes) | | | |
| Próximas etapas | | | |
| Finalização do Termo de Referência com os dados dos órgãos participantes; | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Solicitação SIGEF; GGG; Minuta de edital; Parecer jurídico de edital; Fase externa (Publicação à homologação); Formalização da Ata de Registro de Preços e Termos de Adesão. | | | |
| Responsável Central | Carla Giani da Rocha | Término Previsto | Dez/2022 |

| Google Maps API | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-------------------------|------------|
| Problema / Situação Inicial | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Contratos diversos; • Dificuldade Corpo de Bombeiros em firmar modelo de contratação. | | | |
| Modelo adotado | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Ata de Registro de Preços centralizada, firmada com cotação em dólar e pago conforme cotação Banco Central; | | | |
| Realizado | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Termo de Referência (CBMSC e Central de Compras) • Consulta Pública para contribuições ao TR; | | | |
| Próximas etapas | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração versão final • Intenção de Registro de Preços (Órgãos Participantes) • Finalização do Termo de Referência com os dados dos órgãos participantes; • Solicitação SIGEF; • GGG; • Minuta de edital; • Parecer jurídico de edital; • Fase externa (Publicação à homologação); • Formalização da Ata de Registro de Preços e Termos de Adesão. | | | |
| Responsável Central | Carla Giani da Rocha | Término Previsto | Dez/2022 |
| Revisão Modelo Manutenção de Veículos | | | |
| Problema / Situação Inicial | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Problemas na execução do contrato vigente; • Oportunidades de melhorias. | | | |
| Modelo adotado | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Termo de Referência elaborado pela GETRA em fase de revisão dos pontos pertinentes à Central de Compras e Diretoria de Tecnologia e Inovação. | | | |
| Realizado | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Termo de Referência pela GETRA. | | | |
| Próximas etapas | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração versão final • Recebimento demanda da GETRA; • Requisição / GGG; • Minuta de edital; • Parecer jurídico de edital; • Fase externa (Publicação à homologação); • Formalização da Ata de Registro de Preços e Termos de Adesão. | | | |
| Responsável Central | Carla Giani da Silva | Término Previsto | Março/2023 |
| Combustíveis Aviação | | | |
| Problema / Situação Inicial | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Contratos diversos com valores e condições díspares; | | | |
| Modelo adotado | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Contrato centralizado com formalização de Termos de Adesão com os órgãos participantes; | | | |

| Realizado | | | |
|-----------------------------|----------------------|--------------------------------------------------------------------------|----------|
| | ● | Reunião de alinhamento com os órgãos que possuem frota aérea; | |
| | ● | Início da unificação e melhoria dos Termos de Referência; | |
| Próximas etapas | | | |
| | ● | Elaboração versão final | |
| | ● | Requisição / GGG; | |
| | ● | Minuta de edital; | |
| | ● | Parecer jurídico de edital; | |
| | ● | Fase externa (Publicação à homologação); | |
| | ● | Formalização da Ata de Registro de Preços e Termos de Adesão. | |
| Responsável Central | Carla Giani da Rocha | Término Previsto | Dez/2022 |
| Infraestrutura de eventos | | | |
| Problema / Situação Inicial | | | |
| | ● | Número elevado de licitações para contratação de eventos isolados. | |
| Modelo adotado | | | |
| | ● | Ata de Registro de Preços centralizada, com cesta de produtos serviços; | |
| Realizado | | | |
| | ● | Elaboração do Termo de Referência | |
| | ● | Consulta Pública para contribuições ao TR; | |
| | ● | Elaboração versão final | |
| | ● | Intenção de Registro de Preços (Órgãos Participantes) | |
| Próximas etapas | | | |
| | ● | Consulta Pública para contribuições ao TR; | |
| | ● | Elaboração versão final | |
| | ● | Intenção de Registro de Preços (Órgãos Participantes) | |
| | ● | Finalização do Termo de Referência com os dados dos órgãosparticipantes; | |
| | ● | Solicitação SIGEF; | |
| | ● | GGG; | |
| | ● | Minuta de edital; | |
| | ● | Parecer jurídico de edital; | |
| | ● | Fase externa (Publicação à homologação); | |
| | ● | Formalização da Ata de Registro de Preços e Termos de Adesão. | |
| Responsável Central | Carla Giani da Rocha | Término Previsto | Dez/2022 |

Penalidade e sanções

O Núcleo de Penalidades tem por escopo a apuração de responsabilidade administrativa quanto aos descumprimentos pertinentes à fase externa das licitações realizadas no âmbito da Central de Compras. Ainda, foram atribuídos os processos referentes aos contratos e atas de registro de preços firmados pela Secretaria de Estado da Administração.

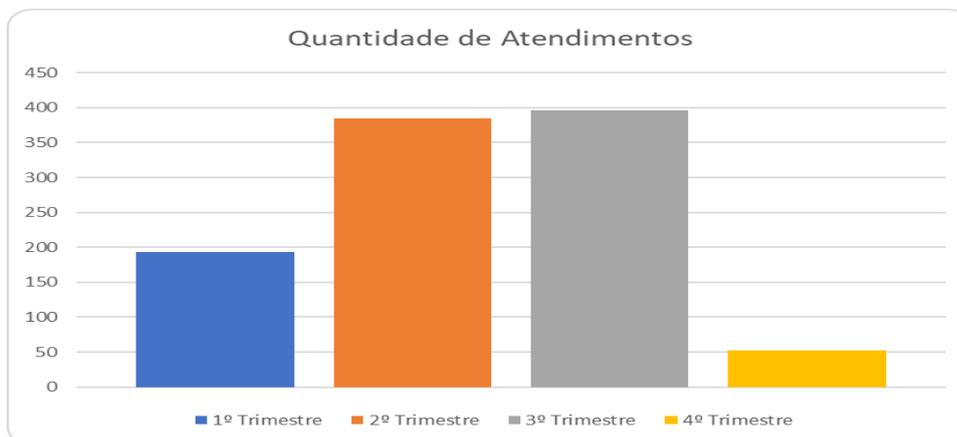
| SANÇÕES APLICADAS | |
|-------------------|------------|
| TIPO | QUANTIDADE |
| Inidoneidade | 02 |
| TOTAL | 02 |

Atendimento Central de Compras

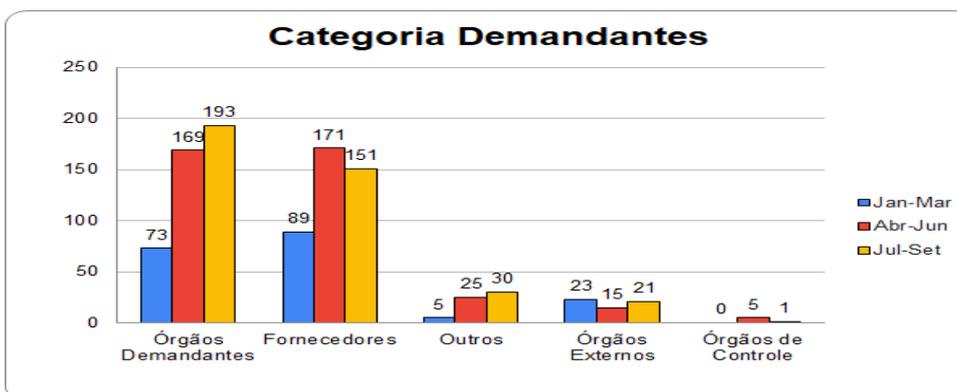
A qualidade do atendimento ao público apresenta-se como um dos compromissos da Central Estratégica de Compras Públicas. Nesse sentido, tendo como premissa a busca pela excelência foi estruturada a Central de Atendimento.

Atualmente, a Central conta com os seguintes canais de atendimento: telefone; e-mail; WhatsApp Business; e atendimento presencial.

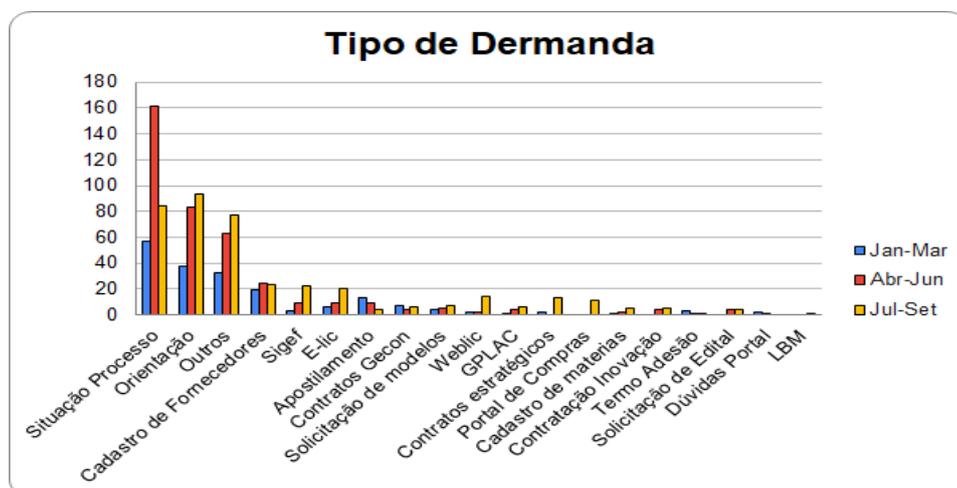
Quantidade total de atendimentos (Trimestral)



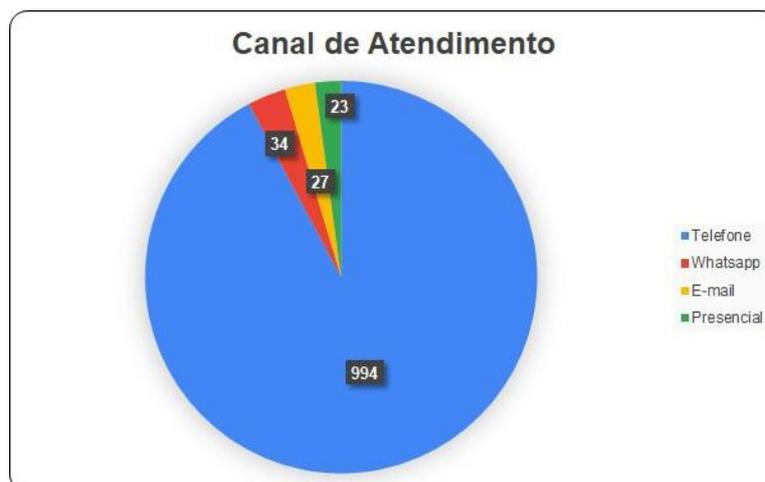
Quantidade total de atendimentos (Por tipo de demandante)



Quantidade total de atendimentos (Por tipo de demanda)



Quantidade total de atendimentos (Por canal de atendimento)



Projetos e iniciativas Painel de Processos

Desenvolvimento de painel de processos, disponibilizado aos usuários/demandantes da Central de Compras. A customização do painel, oriundo de parceria com a Secretaria de Estado da Educação, contemplou o processo de trabalho da Central, tendo sido ainda incorporados indicadores que permitem o monitoramento dos processos de compras.

| PAINEL SEA | | | | | | | | | |
|------------|------|------------------------|----------|----------------------------------------------|--------|------------------------------------|-------------|--|--|
| Numeração | Link | SGPs | Orgão | Descrição | Diária | Situação | Em Situação | | |
| 0099/22 | PE | SCC 00020904/2021 | CC | Terceirizados | 0062 | Análise de Proposta | 10/08/2022 | | |
| | PE | SDS 00001890/2021 | SDS | Computadores e notebooks | 0061 | GGG | 08/08/2022 | | |
| | PE | SEC 00001555/2022 | SEC | Terceirizados | 0061 | GGG | 05/08/2022 | | |
| 0124/22 | PE | SEA 00000979/2022 | SEA | Serviços de toçada | 0059 | Aguardando abertura | 05/08/2022 | | |
| 0116/22 | PE | DETRAN 00030816/2022 | DETRAN | Scanners | 0059 | Suspensão (Solicitação demandante) | 01/08/2022 | | |
| | PE | SCC 00010541/2022 | CC | Manutenção ar condicionado | 0059 | Informação SIGEF | 27/06/2022 | | |
| | PE | ARESC 00001806/2020 | ARESC | Terceirizados | 0056 | Parecer jurídico de edital | 09/08/2022 | | |
| | PE | DETRAN 00015249/2022 | DETRAN | Aparelhos de ar condicionado | 0056 | GGG | 09/08/2022 | | |
| | PE | CGE 00004943/2022 | CGE | Licenças Office | 0055 | GGG | 11/07/2022 | | |
| | PE | FCEE 00007201/2021 | FCEE | Materiais esportivos | 0053 | Informação SIGEF | 11/07/2022 | | |
| | PE | DC 00001521/2022 | DC | Uniformes | 0052 | Informação SIGEF | 09/08/2022 | | |
| | PE | FAPESC 00000708/2022 | FAPESC | Licenças Office | 0049 | Minuta de edital | 19/07/2022 | | |
| | PE | FESPORTE 00001553/2022 | FESPORTE | Transmissões e produção de conteúdo digital | 0049 | Informação SIGEF | 08/07/2022 | | |
| 0107/22 | PE | SED 00119733/2021 | SED | Locação de veículos | 0048 | Suspensão (Impugnação) | 27/07/2022 | | |
| | PE | FCC 00003055/2022 | FCC | Mobiliário bibliotecário | 0047 | Parecer jurídico de edital | 11/08/2022 | | |
| 0128/22 | PE | SEA 00014008/2021 | SEA | Licenças Microsoft | 0047 | Aguardando abertura | 11/08/2022 | | |
| | PE | FCEE 00000830/2022 | FCEE | Veículos | 0046 | GGG | 09/08/2022 | | |
| | PE | GVG 00000066/2022 | GVG | Terceirizados | 0046 | Informação SIGEF | 02/08/2022 | | |
| | PE | SSP 00000739/2022 | SSP | Terceirizados | 0042 | Informação SIGEF | 11/07/2022 | | |
| | PE | JUCESC 00000059/2022 | JUCESC | Modernização elevadores | 0042 | Informação SIGEF | 11/07/2022 | | |
| | PE | DETRAN 00023698/2022 | DETRAN | Headsets | 0042 | Minuta de edital | 09/08/2022 | | |
| | PE | DC 00003413/2020 | DC | Divisórias e persianas | 0042 | Informação SIGEF | 09/08/2022 | | |
| | PE | FCEE 00001984/2022 | FCEE | Equipamentos Informática | 0041 | Informação SIGEF | 13/07/2022 | | |
| | PE | FCEE 00002795/2022 | FCEE | Impressos | 0040 | Entrada Central | 20/07/2022 | | |
| | PE | DETRAN 00044888/2022 | DETRAN | TV's Smart | 0038 | Minuta de edital | 09/08/2022 | | |
| | CP | SEC 00002867/2022 | SEC | Credenciamento mídias | 0035 | Agendamento | 17/08/2022 | | |
| | PE | FCC 00002028/2022 | FCC | Lâmpadas | 0033 | Agendamento | 19/08/2022 | | |
| | PE | SEA 00000581/2022 | SEA | Manutenção ar condicionado | 0033 | Entrada Central | 10/08/2022 | | |
| 0132/22 | CP | SEA 00004680/2022 | SEA | Chamada para compra de imóvel | 0032 | Aguardando abertura | 17/08/2022 | | |
| | PE | IMA 00032274/2022 | IMA | Drones | 0028 | Agendamento | 22/08/2022 | | |
| | PE | FCC 00002163/2021 | FCC | Vestimentas Cênicas | 0028 | Informação SIGEF | 09/08/2022 | | |
| 0128/22 | PE | SEA 00009439/2022 | SEA | Purificadores de água | 0027 | Parecer jurídico de edital | 16/08/2022 | | |
| | PE | SEA 00002712/2022 | SEA | Sistema Patrimônio, amoniarizado e contratos | 0021 | Aguardando abertura | 19/08/2022 | | |
| 0131/22 | PE | SAN 00000216/2022 | SAN | Veículo | 0018 | Aguardando abertura | 18/08/2022 | | |
| | PE | JUCESC 00001022/2021 | JUCESC | Elaboração PCMSO | 0018 | Autorização de abertura | 17/08/2022 | | |
| | PE | FCEE 00002028/2021 | FCEE | Gestão de documentos | 0017 | Informação SIGEF | 05/08/2022 | | |
| | PE | DETRAN 00048128/2022 | DETRAN | Serviços de informática | 0017 | GGG | 12/08/2022 | | |
| Ct 0056/20 | AP | EPAGRI 00011961/2022 | Epagri | Manutenção de veículos | 0014 | Publicação do resultado | 09/08/2022 | | |
| | PE | ARESC 00000100/2022 | ARESC | Notebooks | 0014 | Minuta de edital | 09/08/2022 | | |
| 0129/22 | DL | SEA 00010858/2022 | SEA | Gestão SC Saúde | 0014 | Encaminhado para contratação | 12/08/2022 | | |
| | PE | DC 00002125/2022 | DC | Baterias UPSs Data Center | 0012 | Minuta de edital | 12/08/2022 | | |
| | PE | FCEE 00002489/2022 | FCEE | Terceirizados | 0011 | GGG | 15/08/2022 | | |
| | PE | DETRAN 00038236/2022 | DETRAN | Comunicação visual | 0007 | Autorização de abertura | 16/08/2022 | | |
| | PE | PC 00054420/2022 | DETRAN | Portões | 0007 | Informação SIGEF | 16/08/2022 | | |
| | PE | SCC 00002021/2022 | CC | Seguro | 0006 | Parecer jurídico de edital | 19/08/2022 | | |

Atualização de Legislação

- Decreto 1.849/2022: Regulamenta a atuação da Central Estratégica de Compras Públicas, vinculada à Diretoria de Gestão de Licitação e Contratos da Secretaria de Estado da Administração.
- Portaria n.º 378/2022: Autoriza a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), como unidade descentralizada da Central Estratégica de Compras Públicas.
- Instrução Normativa n.º 10/2022: Dispõe sobre regras e diretrizes para utilização de instrumento de medição de resultados nas contratações de serviços no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional.

Instruções de trabalho

Buscando agilidade e eficiência na normatização dos processos da Central de Compras, foi adotado o modelo de Instrução de Trabalho.

- Instrução de Trabalho 01 – Solicitação de aquisição;
- Instrução de Trabalho 02 – Segurança da Informação (atualização da Instrução editada anteriormente no âmbito da Gerência de Governança e Inovação em Compras Públicas);
- Instrução de Trabalho 03 – Sanções administrativas no processo licitatório.

Padronização de processos

Foram criados 28 formulários/modelos visando a padronização, transparência e eficiência na tramitação dos processos de compras que tramitam na Central de Compras.

Materiais orientativos

Diversos materiais foram distribuídos com o intuito de orientar os servidores a respeito do processo de licitação, como o fluxo de aquisição, processo de concessão, etc.

Site central

<https://www.sea.sc.gov.br/diretoria-de-gestao-de-licitacoes-e-contratos/central-de-compras/>

Redes de fiscalização



Concessões PPI

Condução de Licitações, via concessão, do Programa de Parceria de Investimentos (PPI).

Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas

Tem a função de estabelecer, promover e assegurar as políticas e diretrizes da área de gestão de pessoas dos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, compreendendo planos e ações governamentais. Duas diretorias da SEA compõem esse sistema: a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGDP) e a Diretoria de Saúde do Servidor (DSAS).

Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

São competências da Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, unidade central do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas (SAGP) da Secretaria de Estado da Administração, subordinada diretamente ao Gabinete do Secretário, estabelecer, promover e assegurar as políticas e diretrizes da área de gestão de pessoas dos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional compreendendo planos e ações governamentais.

Central de Atendimento

Criação da Central de Atendimento, com centralização do canal de atendimento inicial da DGDP aos servidores, com atendentes capacitados para os esclarecimentos mais genéricos de assuntos diversos e encaminhamento aos responsáveis para soluções específicas.

Até novembro de 2022 será finalizada a implementação da funcionalidade de atendimento no SIGRH, com a abertura de chamados via Portal de Serviços, para facilitar e agilizar o atendimento aos servidores e aos setoriais de gestão de pessoas.

Implantação do e-Social

O Estado de Santa Catarina está realizando a implantação do projeto do eSocial, instituído pelo governo federal por meio do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, o qual tem por objetivo desenvolver um sistema de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, armazenando-as em um Ambiente Nacional Virtual, a fim de possibilitar aos órgãos participantes do projeto, na medida da pertinência temática de cada um, a utilização de tais informações para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o FGTS.

Atualmente o projeto está sob responsabilidade da Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP), por intermédio da Gerência de Acompanhamento das Obrigações Acessórias (GEAOB). Os trabalhos de implantação são realizados em parceria com a empresa de suporte tecnológico do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), a qual auxilia no desenvolvimento de funcionalidades, testes e análises.

O projeto, que teve início em 21/07/2021, prevê 4 fases de implantação:

- 1ª Fase – Tabelas do empregador, envolvendo os dados básicos de cada órgão, estrutura administrativa e lotações tributárias. Entregue em 20/11/2021, totalizando 42 órgãos vinculados ao Poder Executivo, incluindo o Ministério Público de Contas e a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina;
- 2ª Fase – Dados Cadastrais e Funcionais dos Servidores, totalizando 311.615 matrículas enviadas ao eSocial, envolvendo servidores ativos, inativos e pensionistas. Entregue em 21/08/2022, em fase de revisão dos dados para envio dos demais eventos dessa fase;
- 3ª Fase – Dados de Folha de Pagamento, em fase de parametrização das tabelas e elaboração dos dados a serem enviados, envolvendo testes em ambiente de homologação;
- 4ª Fase – Dados sobre Saúde e Segurança do Trabalho, em tratativas com a Diretoria de Saúde do Servidor da SEA para implantação a partir de Janeiro/2023.

Com a conclusão de cada fase, o envio das informações será realizado mensal e/ou diariamente, de acordo com o cronograma estabelecido pelo Manual de Orientação do eSocial para cada evento. É importante salientar que o Poder Executivo de SC tem obtido avanços significativos na remessa de dados ao eSocial, à frente de várias outras Unidades Federativas, conforme pesquisa realizada nacionalmente.

Esfinge online

Trata-se do envio de dados e informações referentes ao módulo Atos de Pessoal, de forma on-line (diária), para o Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-SFINGE on-line) do TCE/SC, em atendimento à Instrução Normativa N.TC-28/2021.

As tratativas para implantação do novo modo de prestar contas ao TCE/SC foram iniciadas em meados de maio de 2021, em conjunto com a empresa de suporte tecnológico do SIGRH. Houve o desenvolvimento de funcionalidades para envio da carga inicial dos dados referentes a Agosto/2021, bem como o acompanhamento das atualizações e/ou inclusões de registros cadastrais e financeiros dos servidores no sistema informatizado a partir de Setembro/2021.

Atualmente estão sendo monitoradas 39 Unidades Gestoras do Estado (UGs), em conjunto com os órgãos envolvidos. A expectativa é que toda a carga inicial, bem como as atualizações e/ou inclusões de registros desde Setembro/2021, seja enviada ao e-SFINGE on-line assim que houver a resolução das demandas apresentadas à empresa de suporte tecnológico do SIGRH.

Consignados em folha de pagamento

Com a gestão Própria do Sistema de Consignados conseguimos um maior controle das consignações em folha, garantindo segurança e credibilidade para todos os envolvidos no processo (Servidor e Consignatárias).

No ano de 2022, foi intensificado o recadastramento das consignatárias, principalmente das Associações e Sindicatos, que nunca tinham atualizado seus dados junto ao Estado.

Esta Gestão arrecadou aproximadamente R\$ 2.330.000,00 em 2022, pagos pelas Instituições Financeiras,

Seguradoras, Planos de Saúde, Odontológicos e Planos de Previdência Privada, valor este voltado para a manutenção da plataforma das consignatárias e melhorias no SIGRH.

Ingresso de Pessoal

Análise de pedidos de designação de CTISP - Foram autorizados 79 processos de designação do Corpo Temporários de Inativos da Segurança Pública - CTISP, totalizando 1.974 vagas, envolvendo 36 órgãos.

Análise de pedidos de realização de concurso público - Foram autorizadas a abertura de 28 concursos públicos, envolvendo 20 órgãos do Estado. E ainda, foi realizada a nomeação por concurso público de 8.512 servidores, envolvendo 14 órgãos do Estado.

Pedidos de realização de processo seletivo - Foram autorizadas a abertura de 52 Processos Seletivos, totalizando 13.223 novos ACTs abrangendo 16 órgãos do Estado. Na SEA foram realizados 05 processos seletivos, totalizando o ingresso de 84 novos ACTs.

Operacionalização do Programa de Estágio Novos Valores, para 2.990 bolsistas em diversos órgãos do Estado. Envolvendo um custo total de R\$ 1.632.460,00.

Atos de Pessoal

Foram realizados ao total 12.300 Atos Administrativos oficiais no Sistema Integrado de Recursos Humanos - SIGRH, sendo 9.683 Atos de nomeações, exonerações, designações, dispensas, disposições, entre outros; 2.546 Portarias de exonerações, designações de cargo de provimento efetivo, entre outros; e 71 Instruções Normativas.

Visando a otimização dos trabalhos, houve a alteração do Decreto 1860, de 2022, que trata da Delegação de competência dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, com a consequente orientação dos setoriais a respeito.

Em continuação ao trabalho da DGDP, segue a solicitação de alteração do Decreto que trata da Substituição de Cargos e função de confiança da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

Folha de pagamento

Processamento mensal da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, pensionistas especiais, bolsistas, pesquisadores, CTISP, adiantamento e décimo terceiro salário, assim como abertura e processamento de folhas suplementares que se fizeram necessárias durante o período.

O total de matrículas processadas mensalmente na folha de pagamento do Quadro Civil e Militar e das Autarquias e Fundações do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina é de 163.326 contracheques, dos quais são 100.851 de servidores ativos com valor bruto de R\$ 763.926.728,33; 59.899 de servidores inativos do Iprev com valor bruto de R\$ 523.622.363,90; e 2.576 de Pensionistas Especiais com valor bruto de R\$ 3.412.645,46.

Fechamento de folhas suplementares durante o período de calamidade pública relativas ao pagamento de servidores ACT contratados para o combate da pandemia do COVID-19, geradas separadamente para pagamento via recurso recebido do Governo Federal e, posteriormente, ajuste no SIGRH para regra de empenho diferenciada dessas contratações.

Análise de processos de solicitação de pensão especial, de repercussões financeiras de aumento na folha de pagamento, análise de rubricas da folha de pagamento, solicitações de hora extra, conferência da folha pelos órgãos e justificativas de inclusões/alterações na folha de pagamento entre outros assuntos, incluindo as decisões judiciais, que correspondem a 40% do montante dos processos analisados pela Gerência de Remuneração Funcional.

Foram realizadas 312 repercussões Financeiras, objetivando auxiliar a tomada de decisão do Grupo Gestor de Governo da Secretaria de Estado da Fazenda (GGG/SEF), em demandas que impliquem no aumento de despesa de pessoal.

Orientação aos órgãos setoriais de gestão de pessoas por meio de Informativos periódicos e disponibilização de tutoriais com passo-a-passo de atividades e boas práticas na conferência da folha de pagamento.

Implementações no SIGRH de evoluções do sistema e novos relatórios para auxílio à conferência e ao monitoramento da folha de pagamento.

Descentralização da atividade de reenvio de crédito aos órgãos setoriais de folha de gestão de pessoas, gerando agilidade e mais eficiência para o ajuste de créditos pendentes de salários.

Descentralização da importação de arquivos de retroativo e de ressarcimento ao erário, para que os órgãos possam realizar as operações em lote desses processos.

Implantação da funcionalidade de calendário de exceção para feriados e pontos facultativos aos órgãos com unidades organizacionais trabalhando em período de exceção, para ajuste automático do pagamento do auxílio alimentação.

Reestruturação da Gerência de Remuneração Funcional, com criação de supervisão para gerir a parametrização da folha de pagamento, que inclui criação e alteração de rubricas e ajustes em funcionalidades do Sistema, entre elas as implementações das alterações referentes às legislações remuneratórias:

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| LC 765/2020 | Regularização da remuneração dos integrantes das carreiras pertencentes às instituições que constituem a Secretaria de Estado da Segurança Pública, instituição do Regime Remuneratório Especial dos Militares Estaduais por meio de subsídio; |
| EC 83/2021 | Implantação de rubrica de Complemento do Piso do Magistério para 34.400 servidores e pagamento retroativo no montante de R \$245.000.000,00; |
| Lei 18.280/2021 | Alteração dos valores da tabela de vencimentos do Magistério e atualização dos valores das funções de direção e assessoramento; |
| LC 784/2021 | Alteração dos valores das tabelas de vencimentos do Magistério Superior e de Técnico Universitário a partir do novo Valor Referencial de Vencimento (VRV); atualização dos valores das funções de chefia da UDESC; |
| Lei 18.303/2021 | Reajuste nos valores das retribuições financeiras (IMA, JUCESC, ARESC, SIE); |
| Lei 18.295/2021 Lei 18.318/2021 MP 248/2021 MP 249/2021 Lei 18.371/2022 | Atualização de valores da tabela de salários da carreira da SES; ajuste da insalubridade por nível; ajuste da Incorporação de Insalubridade e Hora Plantão e VP de Incorporação de insalubridade no percentual de 20%; alteração dos valores das gratificações de função (GF); ajuste no valor da Representação FES e da Gratificação GDPM para os médicos; atualização dos valores das bolsas de residentes por programa; |
| LC 774/2021 | Transformação da carreira de Policiais Penas e Agentes Socioeducativos para subsídio, atualização da tabela com valores de R\$ 6.000,00 a R\$ 16.000,00; |
| Lei 18.281/2021 LC 776/2021 LC 765/2020 | Alteração dos valores das tabelas de vencimentos da PC, PCI, CBM, CSSPPO, PM, PCPM; atualização de valores do magistério PCPM; |
| Lei 18.314/2021 | Transformação das gratificações de produtividade em Gratificação de Atividade Técnica - GAT; implementação do Adicional de Atividade Técnica, com valor de 50% da GAT a todo o Quadro Civil do Poder Executivo (que não receba retribuição financeira ou gratificação dos sistemas administrativos); implementação do Adicional de Local de Exercício para o quadro civil da SAP; |
| Lei 18.315/2021 | Implementação da Gratificação de Coordenação dos Sistemas Administrativos aos órgãos SEA, IPREV, PGE, SEF, CC, CGE, GVG, SECOM, ENA, SAN em substituição às gratificações anteriores; |
| Lei 18.316/2021 | Implementação do auxílio-alimentação para pagamento nos afastamentos de licença prêmio e férias; implementação de nova carreira e tabela de remuneração dos Auditores do Estado por meio de subsídio; |
| LC 781/2021 LC 785/2021 | Implantação da remuneração do cargo de Auditor Estadual de Finanças Públicas no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF); implementação da Gratificação de Atividade de Gestão Fiscal e do Adicional de Atividade de Finanças Públicas; Implementações na carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual; |
| LC 783/2021 | Criação do Adicional de Atividade Jurídica para a carreira dos advogados autárquicos, que passaram a integrar a estrutura da PGE. |

Serviços digitais aos servidores

Entrega de cerca de 50 novos serviços digitais ao servidor e, em um processo de melhoria contínua, evoluiu outras funcionalidades já existentes no Portal de Serviços e aplicação SIGRH. A implantação desses serviços visa a desonerar os servidores de processos manuais e repetitivos através da transformação digital dos processos, tornando-os mais céleres, eficientes e econômicos ao Estado.

Disponibilização de Serviços Digitais aos Servidores, dentre eles: Controle de Frequência Digital; Licença Prêmio Digital; Diárias; Férias; Formulários Eletrônicos; Consignações/ Portal da Consignatária; e Agendamento Pericial.

Política de gestão de pessoas

- Regulamentação do trabalho remoto durante a pandemia - A DGDP promoveu avanços importantes em relação ao trabalho remoto desde o ano de 2020. Considerando o Decreto n. 1371/2021, foi publicada a Instrução Normativa SEA nº 11, em 16 de julho de 2021, que regulamentou as hipóteses em que o trabalho remoto poderia ser autorizado, bem como os procedimentos a serem adotados para garantir o devido acompanhamento das atividades e entregas.
- Foi disponibilizado orientação e acompanhamentos aos órgãos setoriais, realização de estudos e reuniões técnicas para aprimoramento das ações e elaboração de Instruções Normativas.
- Em paralelo, a DGDP dedicou esforços no planejamento do Programa de Gestão de Desempenho (PGD), que foi lançado em setembro/2022 com metodologia própria, conforme apresentado mais adiante.
- Revisão de normas - proposta de atualização de decretos e Instruções Normativas para alinhamento às novas necessidades dos servidores e da Administração Pública;
- Intensificação da comunicação com setoriais - atualização frequente de conteúdos no Portal do Servidor; criação de novos canais de comunicação e redes sociais, promoção de reuniões técnicas e de treinamentos, elaboração de informativos, revisão de manuais e formulários;
- Estímulo a novos projetos - prospecção de ideias, desenvolvimento e acompanhamento de novos projetos da Diretoria, participação em oficinas, cursos e congressos para atualização.
- Estudos e levantamento de necessidades - realização de pesquisas junto aos setoriais para identificação das necessidades para melhor atuação da DGDP. Contratação de curso da ENA para atualização das equipes do órgão central e setoriais de gestão de pessoas.
- Programa de Gestão de Desempenho - estudos, treinamentos e reuniões para construção de nova proposta de modelo de trabalho após experiência do trabalho remoto na pandemia. Implementado inicialmente na SEA e replicado em outros órgãos.
- Construção de propostas para o futuro - planejamento de novas ações frente às necessidades de atualização da política de gestão de pessoas que promovam e incentivem um maior engajamento e propósito aos servidores, bem como contribuam com a qualidade dos serviços prestados.

Desenvolvimento dos servidores

- Nova Política Estadual de Desenvolvimento dos Servidores (PEDS) - ações visando à implementação do Decreto nº 1.386/2021 junto aos órgãos setoriais. Avaliação e atualização da legislação em vigor com o objetivo de implementar de maneira mais eficaz o plano de desenvolvimento e a capacitação dos servidores e, também, adaptar o texto legal à realidade vigente.
- Leis publicadas em 2021 - operacionalização procedimental e parametrização do SIGRH de novas regras trazidas pelas novas leis publicadas em 2021 (vigência a partir de 2022) e que trouxeram benefícios a várias categorias funcionais.
- Descentralização de competências para maior autonomia aos setoriais de gestão de pessoas (Decreto nº 1860/2022) - descentralização da concessão da progressão funcional ao setorial/seccional de Gestão de Pessoas dos órgãos (Polícia Civil, Polícia Científica e Secretaria de Estado de Administração Prisional

e Socioeducativa); concessão e revisão da progressão funcional aos servidores da carreira civil, carreira do magistério (ascensão funcional e promoção dos servidores da FCEE e demais órgãos do AGPE, com exceção da SED), concessão do benefício do adicional de pós-graduação, convalidação do adicional de pós-graduação, afastamento de pós-graduação, homologação de eventos e cadastro de cursos de ensino básico e superior.

- Novos procedimentos para operacionalização da PEDS - Publicação da Instrução Normativa nº 12/2022 com orientações aos servidores e setoriais de gestão de pessoas sobre a implementação da Política.
- Treinamentos aos setoriais - promoção de treinamentos (online e presenciais) e de reuniões técnicas conectando órgão central aos setoriais e outros órgãos (CGE/IPREV/ENA) ao Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas.
- Atualização da Política de Avaliação Especial de Desempenho no Estágio Probatório - tema de projeto da Residência em Administração Pública (UDESC/ESAG). Estudos e reuniões para elaboração de projeto para atualização do Decreto nº 153/2003 (proposta encaminhada à Casa Civil). Parametrização no SIGRH da nova avaliação dos servidores do quadro do Magistério Público Estadual (Decreto nº 2000/2022).
- Avaliação de Desempenho - estudos para a construção de proposta de acompanhamento do desempenho dos servidores estaduais.
- Análise de Benefícios aos Servidores - atendimento via processos SGPE (análise de mais de 2000 processos desde 2021), orientações por e-mails, dentre outros canais de atendimento, para atendimento de requerimentos de concessão e revisão de benefícios ligados ao desenvolvimento funcional.

Atuação setorial no âmbito da SEA e CGE

- Implementação do PGD - concepção, normatização e acompanhamento do programa, idealização dos instrumentos de acompanhamento no Portal de Serviços SIGRH, orientação aos servidores e gestores. Reavaliação contínua das rotinas de implementação do PGD com o objetivo de facilitar o uso das ferramentas de adesão ao programa, acompanhamento da participação, métodos avaliativos e rotinas administrativas.
- Implementação da PEDS e elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Servidores (PDS) - SEA 2022 - levantamento com servidores e gestores SEA para apurar necessidades de capacitação. Elaboração do PDS SEA 2022 para homologação do Secretário. Análise de processos para autorização da contratação de cursos destinados aos servidores SEA e CGE.
- Incentivo à qualificação do corpo técnico - Contratação de curso online para desenvolvimento de habilidades de liderança dos gestores SEA e CGE, apoio administrativo ao curso e participantes. Análise de propostas de contratação de cursos para servidores da SEA e CGE. Programação e prospecção de parceiros para realização de cursos de pós-graduação, notadamente especialização e mestrado profissional, voltados às necessidades de desenvolvimento de pessoal da Secretaria de Estado da Administração. Realizou-se pesquisa de propostas pedagógicas e comerciais com levantamento de pelo menos 5 instituições, cada qual com opções de modelos de prestação dos serviços consubstanciadas em documentos recebidos por esta Secretaria de Administração e compiladas em relatório de resumo para comparação dos traços gerais de proposta e custos apresentados por cada uma das instituições que foram consultadas e demonstraram interesse no desenvolvimento destas ações de capacitação junto à SEA.
- Orientação aos Servidores - elaboração de informativos, realização de reuniões, atendimentos aos gestores e servidores sobre temas de competência da GEPOD.
- DGBP Movimenta - Iniciativa para promover o reconhecimento dos servidores que buscam novos desafios e também a oxigenação das equipes e talentos.

- Recepção aos Novos Servidores SEA - Conjunto de ações para mapeamento do perfil das vagas e dos novos servidores. Orientação às equipes para recepção humanizada, integração e acompanhamento da adaptação dos ingressantes às equipes.
- DGDP Conecta - Criação e curadoria de canal de comunicação (Espaço Google Chats) destinado à interação e informação dos servidores da SEA.

Programa ser SC

O SER SC é o Programa de Atenção ao Servidor do Executivo Estadual Catarinense voltado ao acolhimento e desenvolvimento dos servidores e que tem a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos, reunindo um conjunto de ações integradas, necessárias ao incentivo, engajamento e à promoção dos resultados preconizados pelos respectivos órgãos.

O Programa SER SC busca, por meio da implementação de projetos e ações, a obtenção de um ambiente de trabalho saudável que propicie condições favoráveis ao bem-estar sócio funcional do servidor, promovendo melhor qualidade de vida no trabalho.

O Programa é finalista do **Prêmio Espírito Público 2022**, categoria Projetos que Transformam, cuja cerimônia de premiação será no final do mês de Novembro.

O Programa SER SC está estruturado em 7 pilares que servem como base para as ações e implementação dos projetos, sendo eles:



Projetos e ações do programa Ser SC

- Momento SERSC - realização de 13 encontros mensais, com NPS médio de 92, que confere excelência aos eventos promovidos e que totalizaram 5.804 inscrições até o momento.
- ReconheSER - até o momento, foram recebidas e encaminhadas 450 mensagens de valorização e reconhecimento dos servidores.
- Histórias que inspiram - coleta de histórias que inspiram por meio de formulário próprio (em andamento, aceitando relatos).
- Academia SERSC - promoção de cursos e treinamentos visando ao desenvolvimento dos servidores públicos. Oferecimento do curso Temas Atuais em Gestão de Pessoas destinados aos gestores de gestão de pessoas dos órgãos setoriais e Curso de Liderança Evolutiva para gestores da SEA e CGE, visando à formação continuada de lideranças em atividade e seus promissores sucessores.
- Ações em parceria com a UDESC - promoção do Workshop Orgulho de SERSC para servidores ingressantes e em preparação para a aposentadoria. Programa de Mindfulness aberto a todos os servidores estaduais.
- Cutuca SERSC - encontros para reflexões e discussões sobre assuntos sensíveis na área da gestão de pessoas. No primeiro ciclo o tema foi dedicado à Diversidade no Serviço Público Estadual - desafios e oportunidades do ambiente profissional diverso.

- DGDP Movimenta - Iniciativa experimental na SEA para possibilitar a movimentação interna, promovendo o reconhecimento dos servidores que buscam novos desafios e também a oxigenação das equipes e talentos.
- Recepção aos Novos Servidores SEA - Projeto-piloto constituído por um conjunto de ações para mapeamento do perfil das vagas e dos novos servidores. Orientação às equipes para recepção humanizada, integração e acompanhamento da adaptação dos ingressantes às equipes.
- Outros eventos e ações - promoção de eventos online e presenciais, alusivos a datas comemorativas como: Dia do Servidor, SER Mulher, Sons de Natal, Amigo SERSC, dentre outras iniciativas para apoiar e incentivar a valorização e o reconhecimento dos servidores.

DIRETORIA DE SAÚDE DO SERVIDOR

Com a Edição da Lei Complementar nº 741/2019 (Reforma Administrativa do Estado de Santa Catarina) e seu Decreto Regulamentador nº 144/2019, posteriormente alterado pelo Decreto 373/2019, à Diretoria de Saúde do Servidor, órgão Executivo da Secretaria de Estado da Administração, restou a gestão da Perícia Médica e Saúde dos Servidores Públicos Civis, bem como, o Plano de Saúde de todos os servidores Públicos Estaduais (SC Saúde).

A estrutura organizacional da Diretoria de Saúde do Servidor, que conta hoje com 248 servidores, restou assim estabelecida: **Gerência de Contas Médico-Hospitalares, Gerência de Controle de Benefícios de Saúde, Gerência de Perícia Médica, Gerência de Saúde do Servidor, Gerência de Serviços de Saúde e Gerência de Suporte Administrativo.**

Licitação do contrato de gestão operacional do SC Saúde

Em 2019, encontrava-se em vigor, o contrato nº2118/2016 firmado entre o Governo do estado e a empresa Saúde Suplementar Soluções em Gestão de Consultoria Ltda para a gestão operacional do SC Saúde.

Com a determinação do Senhor Governador para que todos os contratos vigentes fossem licitados novamente a fim de buscar propostas mais vantajosas, foi contratada a empresa Fae e Cavalcanti Ltda, que presta consultoria na área de Saúde de Suplementar e com isso, realizado estudo para orientar as novas contratações.

Com o estudo em mãos, foram elaborados três termos de referências, uma vez que havia recomendação para que o objeto único do contrato nº 118/2016, fosse compartimentado em três objetos.

Dessa compartimentação foram lançados os Pregões eletrônicos PE032/20 para a contratação dos serviços especializados em regulação, auditoria e controle de serviços de assistência médica – hospitalar atuarem na gestão de benefícios prestados à regulador do SC Saúde e que contratou a empresa True Auditoria , Consultoria e Serviços Ltda, PE 033/2021 para a contratação de serviços continuados de sustentação, manutenção corretiva, suporte, evolução e treinamento relativos ao sistema de gestão do plano SC Saúde, que contratou a Empresa Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda e por último o PE 159/2021, para a contratação de serviços de cadastro e emissão de cartões dos segurados, atendimento e agendamento por meio presencial, virtual e teleatendimento, suporte e gestão da rede credenciada e nos cadastros dos serviços de saúde , desenvolver e implantar programas de prevenção de doenças e promoção da saúde: desenvolver e implantar e fazer a manutenção do indicadores de gestão dos custos assistenciais que foi anulado pela administração e deu lugar ao PE 256/2022 que está sob justiça junto do STJ em virtude de recurso implantado pela empresa Saúde Suplementar Soluções em Gestão de Consultoria Ltda faça a questões levantadas.

Nesse contexto há que se destacar que os valores, dos novos contratos foram pouco mais de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) mês contra, **R\$ 6.600.000 (seis milhões e seiscentos mil reais)**, gerando até o momento uma economia para o Fundo do Plano de Saúde de mais de **R\$ 43.000.000 (quarenta e três milhões de reais)** por ano e com previsão de ainda mais economia com a solução da decisão judicial junto ao STJ.

Pronto Atendimento Infantil

Desde o início das atividades do SC Saúde, os segurados da grande Florianópolis que comprometendo aproximadamente 40% de toda carteira do SC Saúde não contavam com um pronto atendimento Infantil 24 hrs, obrigando a buscar atendimento junto do Hospital Infantil Joana de Gusmão que atende pacientes do SUS e causava superlotação daquela unidade.

Desde 2019, buscamos parceiros para viabilizar esse recurso junto à rede privada sem sucesso, até que em uma parceria em 2021 com grupo CARE que administra o Hospital de Caridade, Baía Sul, Clínica imagem e Clínica Santa Helena foi uma parceria que resultou no Pronto Atendimento infantil 24 hrs do Hospital de caridade em 2022.

Atendimentos realizados desde o início do credenciamento: 1.500 segurados (crianças).

Logo após a abertura desse PAI, fizemos uma segunda parceria com a UNIMED Grande Florianópolis e um segundo PAI foi disponibilizado aos segurados do SC Saúde a partir do dia 17/10/2022, resolvendo de vez essa carência histórica.

Alteração da legislação que rege o SC Saúde

Como resultado de atualizações de Legislação Federal e Estaduais, o SC Saúde tem sido impactado administrativa e financeiramente em virtude da adequação das normas jurídicas que regem o seu funcionamento. Por isso, propusemos a alteração da LC 306/2015 para adequá-las à realidade atual.

Embora só seja encaminhado para avaliação da ALESC no ano de 2023, é de fundamental importância para possibilitar aos gestores condições jurídicas hábeis a sua continuidade com regularidade.

Recadastramento dos Segurados

O fiel acompanhamento do cadastro dos segurados do SC Saúde é necessário por diversos motivos, o principal deles refere – se a remuneração dos serviços contratados juntos as empresas que fazem a gestão operacional do SC Saúde que recebem suas remunerações baseadas no número de segurados ativos.

Por esse motivo, pela primeira vez desde sua concepção foi desenvolvido uma ferramenta tecnológica para proporcionar aos segurados realizarem seus recadastramentos por meio digital gerando automaticamente as carteiras digitais dos segurados titulares e seus dependentes.

Esse processo iniciado em janeiro de 2022 deve ser concluído até dezembro de 2022. Concomitantemente a isso, foram contratadas novas licenças IOS/Android do aplicativo do SC Saúde para proporcionar acesso às informações de interesse dos segurados.

Recadastramento dos prestadores de serviços e seus corpos clínicos.

Em outubro de 2022, juntamente com o início do processo de renovação contratual dos quase 2.300 prestadores credenciados, foi iniciada a atualização de seus corpos clínicos, com o objetivo de conhecer a atual realidade dos profissionais das várias especialidades médicas e outras especialidades que continuam atendendo pelo convênio SC Saúde.

Com essa medida será possível aferir a atual realidade da oferta de profissionais possibilitando com isso, buscar no mercado novos profissionais para a área de atuação em que haja carência de oferta.

Atualização do Site do SC Saúde

Foi realizada a atualização do site do SC Saúde, tornando-o mais intuitivo, com as informações acessíveis, ofertando um processo de busca mais simples e com uma apresentação mais moderna, principalmente na área Guia Médico.

SC Saúde em números:

Quantitativos de Atendimentos - período 01/2019 a 10/2022

| | | |
|---------------------------------------|--------------|-----------|
| Quantidade de internações | Clínica | 39.883 |
| Quantidade de internações | Cirúrgica | 58.920 |
| Quantidade de internações | Obstétrica | 3.875 |
| Quantidade de internações | Pediátrica | 1.474 |
| Quantidade de internações | Psiquiátrica | 4.563 |
| Quantidade de consultas eletivas | | 1.990.290 |
| Quantidade de consultas de emergência | | 52.2514 |

Atividades Desenvolvidas Na Assessoria Jurídica Do Plano SC Saúde

Período 2019 a outubro de 2022

A Assessoria Jurídica do Plano SC presta, em síntese, os serviços relacionados abaixo:

1 - Processos Judiciais

- 2019 – recebemos aproximadamente 361 processos judiciais, disponibilizados pelo sistema PGE-Net, dos quais prestamos atendimentos aos senhores Procuradores de Estado como subsídios à defesa nos processos, bem como o cumprimento de liminares e outras informações. Média anual de 30,08 atendimentos.
- 2020 – recebemos aproximadamente 575 processos judiciais, disponibilizados pelo sistema PGE-Net, dos quais prestamos atendimentos aos Senhores Procuradores de Estado como subsídios à defesa do Estado/Plano SC Saúde nos processos, bem como o cumprimento de liminares e outras informações. Média anual de 47,91 atendimentos.
- 2020 – recebemos aproximadamente 575 processos judiciais, disponibilizados pelo sistema PGE-Net, dos quais prestamos atendimentos aos Senhores Procuradores de Estado como subsídios à defesa do Estado/Plano SC Saúde, bem como o cumprimento de liminares e outras informações. Média anual de 47,91 atendimentos.
- 2021 – recebemos 784 processos judiciais, disponibilizados pelo sistema PGE-Net, dos quais prestamos atendimentos aos Senhores Procuradores de Estado como subsídios à defesa do Estado/Plano SC Saúde, bem como o cumprimento de liminares, entre outras informações. Média anual de 65,33 atendimentos.
- 2022 até o momento – recebemos 705 processos judiciais, disponibilizados pelo sistema PGE-Net, dos quais prestamos atendimentos aos Senhores Procuradores de Estado como subsídios à defesa do Estado/Plano SC Saúde, bem como o cumprimento de liminares, entre outras informações. Média de 70,50 atendimentos.

2 – Processos administrativos autuados

- 2019: aproximadamente 49 processos. Média anual de 4,08.
- 2020: aproximadamente 114 processos. Média anual de 9,50.
- 2021: 486 processos. Média anual de 40,50.
- Janeiro a outubro/2022: 618 processos. Média de 61,80.

3 – Elaboração de Pareceres Jurídicos de pagamento a prestadores e reembolso

- 2019: aproximadamente 49 pareceres. Média de 4,08.
- 2020: aproximadamente 114 pareceres. Média de 9,50.
- 2021: 522 pareceres, Média 43,50.
- 2022 (até outubro): 673 pareceres. Média de 61,80.

4 – Certificação de Notas Fiscais

- 2019: aproximadamente 210 certificações;
- 2020: aproximadamente 210 certificações;
- 2021: 380 certificações;
- 2022: 740 certificações

5 – Respostas e informações ao Ministério Público Estadual.

6 – Respostas e atendimentos aos Procons Municipais e Estadual: média de 50 atendimentos.

7 – Elaboração de ofícios diversos.

8 - Elaboração de minutas de portarias.

9 – Elaboração de Notificações e Contra Notificação extrajudicial a prestadores de serviços.

10 – Elaboração de Contra Notificações extrajudiciais aos segurados.

11 – Análise e respostas aos recursos administrativos.

12 – Atendimentos e apoio às gerências do Plano SC Saúde, especialmente à Gemed e Geses.

13 – Estudo e elaboração de minuta de alteração de legislação (LC nº 306/2005).

14 – Estudo e elaboração de informações em processos administrativos.

15 – Atendimento por telefone e por e-mails aos Procuradores do Estado, segurados, prestadores de serviços e advogados.

16 – Ano de 2021 – Estudos e respostas às impugnações referentes aos Editais de PE 156/2020 (PE 245/2021); PE 032/2021 e PE 033/2021.

17 – Análise de processos administrativos e os devidos encaminhamentos.

18 – Análise de diversos assuntos relacionados ao Plano SC Saúde quanto à legislação vigente e emissão de informações diversas.

Gerência de contas médico-hospitalares

Composta pela Supervisão de Autorização e Reembolso, Supervisão de Auditoria Externa, Supervisão de Pagamento Médico, Supervisão de Despesas de Coparticipação e Supervisão de Auditoria Interna, esta gerência desempenha importante papel na AUDITORIA E NOS PAGAMENTOS aos prestadores de serviço do Plano SC Saúde, bem como na cobrança de coparticipação dos seus segurados.

Até março de 2020 as atividades desta gerência eram desenvolvidas de forma presencial. Devido a pandemia do COVID-19, as atividades passaram a ser desenvolvidas de forma remota, sem prejuízo algum ao desenvolvimento das mesmas. Porém, em março de 2022 houve uma nova alteração, onde agora realizamos um trabalho híbrido no qual trabalhamos dois dias de forma remota e três dias presencialmente.

Abaixo seguem as atividades desenvolvidas pelas supervisões:

Supervisão de autorização e reembolso

O presente relatório tem como objetivo descrever o resultado das atividades desenvolvidas nos últimos quatro anos, referente ao cumprimento da Lei nº 306, e 21 de novembro de 2005, regulamentada pelo decreto nº 621 de 26 de outubro de 2011, o decreto nº 135 de 23 de abril de 2015 que altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 621, de 26 de outubro de 2011, que regulamenta a Lei nº 306, de 21 de novembro de 2005, que aprova o Regulamento do Santa Catarina Saúde e estabelece outras providências, originando as seguintes demandas de trabalho:

- Recebimento dos requerimentos de reembolso via sistema RB (Relacionamento com beneficiário);
- Autuação dos requerimentos no SGPe (Sistema de Gestão e Protocolo Eletrônico);
- Análise dos processos de reembolso deferidas;
- Análise das cobranças indevidas;

- Análise dos reembolsos judiciais;
- Análise das solicitações de reembolso indeferidas no RB;
- Recebimento dos requerimentos gerais de solicitação de emissão de ofício para a negativa de procedimento via sistema RB (Relacionamento com Beneficiário) e emissão de ofício para negativa de procedimentos;
- Atendimento às solicitações gerais (Centro de Atendimento ao Segurado - CASs, Ouvidoria e Jurídico).

Recebimentos dos requerimentos de reembolso via sistema BB

No ano de 2018, com a implantação do governo sem papel, ocorreram mudanças na tramitação para solicitação de reembolso. Diante disso, incluímos em nosso processo o sistema informatizado de relacionamento com o beneficiário (RB), onde os segurados solicitam o reembolso através dos CASs o qual é digitalizado, separado em deferido/indeferido e enviado a esta supervisão para ser analisado.

Em 2021 a empresa contratada TRUE passou a fazer distribuição das solicitações em deferidos e indeferidos via RB. Além disto, passou a anexar a codificação das intenações no sistema antes de ser encaminhada para a GEMED/SUARE. As intenações são uma parcela menor das solicitações, mas geralmente sua análise demanda mais tempo. Atualmente recebemos uma média mensal de **110** requerimentos deferidos e **63** indeferidos.

Também em 2021 a cobrança indevida foi separada do reembolso no RB, agora, quando uma cobrança indevida é identificada no CAS, primeiro a irregularidade é confirmada pela empresa contratada Qualirede junto com a Diretoria da Saúde do Servidor para só então ser movimentada para GEMED/SUARE. Os processos judiciais ainda entram como reembolso no RB.

Em 2021 esta supervisão assumiu as certificações dos processos no SIGEF, visto que anteriormente era de responsabilidade da gerência.

Autuação dos requerimentos no SGPe

Entre os requerimentos de reembolso temos consultas eletivas, DIU, Materiais, Atendimento de Urgência/Emergência e também Cobrança Indevida de Valores e Processos Judiciais. A GEMED/SUARE, por meio do sistema RB, acessa os documentos entregues pelo segurado e realiza a autuação no SGPe (Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico) transformando-os em processos de reembolso.

Análise dos processos

Nos últimos quatro anos foram autuados **3.896** processos de reembolso para análise, sendo estes divididos em: reembolsos deferidos, processos judiciais e cobrança indevida de valores.

O Sistema de Protocolo Eletrônico é utilizado atualmente como uma importante ferramenta de trabalho, pois todos os processos hoje são digitais e estes são analisados e tramitados por essa plataforma (SGPe).

Os processos de reembolso possuem planilhas específicas para registro da tramitação. Essa ferramenta permite a busca e a localização dos processos com maior agilidade e rapidez, além de propiciar a valoração e a elaboração de sistemas de controle e estatística. Paralelamente a esse controle fazemos a inclusão das informações ao sistema RB, o qual deverá substituir o controle por planilhas.

Processos de reembolso autuados de 2019 a Set/2022

| Ano | Nº de processos autuados | Valor solicitado (R\$) | Valor reembolsado(R\$) |
|----------------|--------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 2019 | 1.000 | R\$ 1.607.958,86 | R\$ 884.902,90 |
| 2020 | 905 | R\$ 4.469.763,76 | R\$ 670.520,97 |
| 2021 | 1.045 | R\$ 2.940.814,25 | R\$ 1.454.436,65 |
| 2022 (01 a 09) | 946 | R\$ 2.555.846,34 | R\$ 637.246,88 |
| Total | 3.896 | R\$ 8.574.383,21 | R\$ 3.647.107,40 |

Fonte: Planilha GEMED/SUARE



No ano de 2020 devido a pandemia do covid-19 registrou-se uma baixa nas solicitações de reembolso devido ao isolamento estabelecido pelo governo.

Cobranças indevidas de valores

Durante o decorrer do ano foram encaminhados a esta supervisão diversos requerimentos com solicitação de reembolso que, após análise, verificamos tratar-se de restituição de valores por cobrança indevida ao segurado.

Para os casos onde foi comprovada má conduta dos prestadores envolvidos, foi estabelecido que estes deverão ser notificados oficialmente e terão um prazo para resposta da notificação. Após este prazo, o Plano SC Saúde realizará o desconto dos valores cobrados indevidamente da produção do prestador e procederá então com o reembolso deste valor ao segurado.

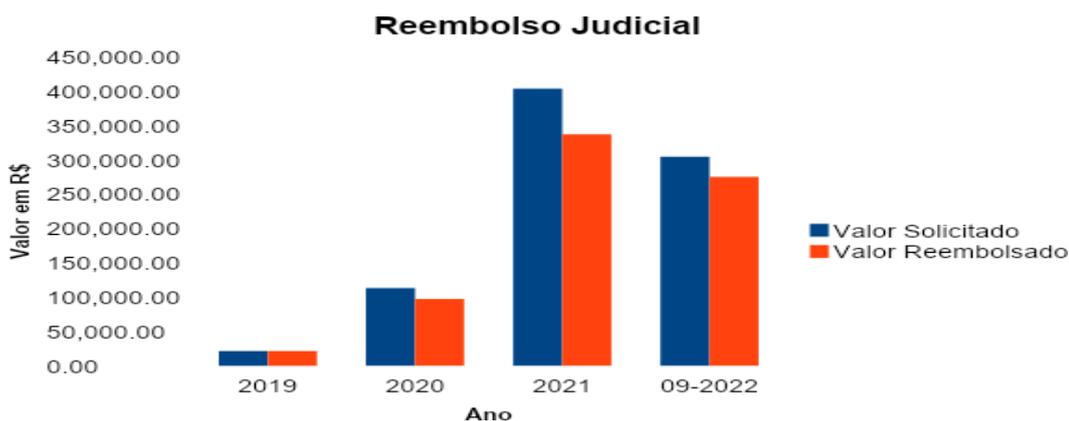
Foram registrados 75 processos de cobrança indevida nos anos de 2019 a 2022.

| Cobrança indevida | Total de processos |
|-------------------|--------------------|
| 2019 | 24 |
| 2020 | 27 |
| 2021 | 19 |
| 2022 | 5 |
| Total | 75 |

Reembolsos judiciais

A Consultoria Jurídica tem alguns de seus processos judiciais reembolsados através da GEMED/SUARE. Estes processos se repetem mensalmente e envolvem um grande volume de notas as quais, geralmente, possuem valores altos, demandando maior tempo de análise. No ano de 2022 vários procedimentos pagos judicialmente foram incluídos no Rol, por isto a expectativa é de que haja uma redução destes processos no ano de 2023.

| Ano | Valor solicitado | Valor reembolsado |
|---------|------------------|-------------------|
| 2019 | R\$ 21.551,53 | R\$ 21.551,23 |
| 2020 | R\$ 113.457,87 | R\$ 97.627,87 |
| 2021 | R\$ 404.020,99 | R\$ 337.684,34 |
| 09-2022 | R\$ 305.134,23 | R\$ 275.584,23 |

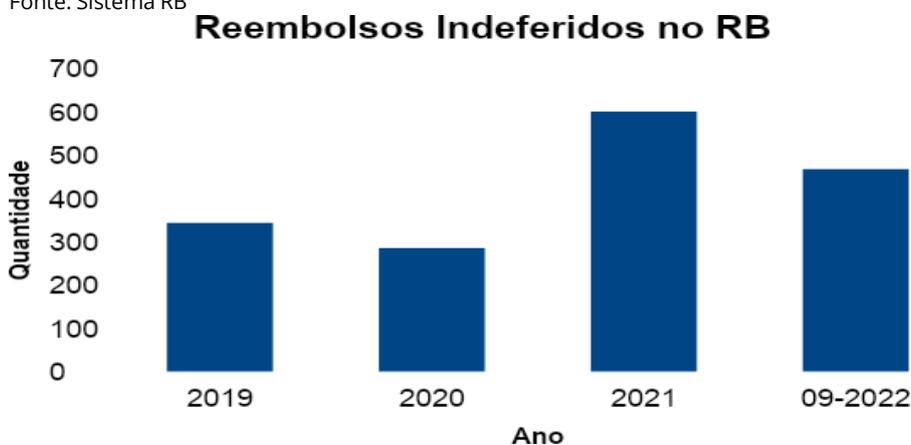


Análise das solicitações de reembolso indeferidas no RB

Devido a importância de se realizar o acompanhamento das solicitações de requerimento de reembolso que são indeferidas no RB, todas estas solicitações são analisadas pela GEMED/SUARE antes de serem concluídas e comunicadas oficialmente ao segurado. Durante a pandemia do COVID-19 também ocorreu uma redução das solicitações de reembolso indeferido, apesar disso **o número total de reembolsos indeferidos no RB nos últimos 4 anos foi de 1.699**, as quais estão distribuídos conforme tabela abaixo.

| Ano | Indeferidos no RB |
|--------------|-------------------|
| 2019 | 344 |
| 2020 | 286 |
| 2021 | 601 |
| 09-2022 | 468 |
| Total | 1.699 |

Fonte: Sistema RB

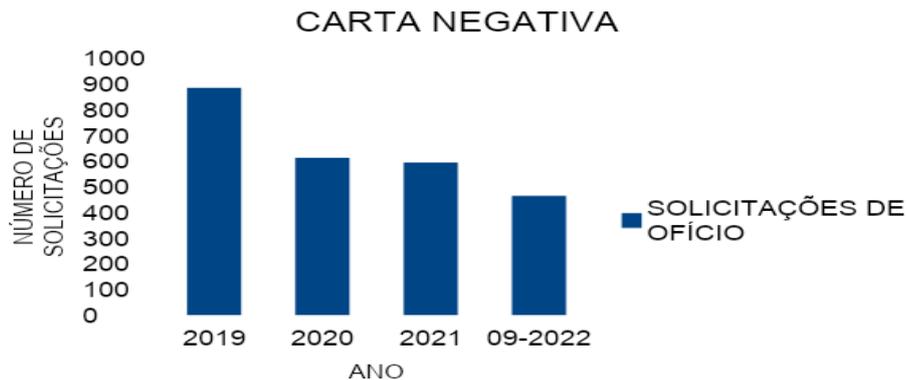


Emissão de ofício para negativa de procedimentos

De janeiro de 2019 a setembro de 2022, foram analisadas 2.556 solicitações de carta negativa de procedimento. O tempo médio para análise dessas negativas de procedimento é em torno de 2 a 5 dias, podendo ultrapassar esse prazo.

| Ano | Solicitações de ofício |
|--------------|------------------------|
| 2019 | 885 |
| 2020 | 613 |
| 2021 | 594 |
| 09-2022 | 464 |
| Total | 2.556 |

Fonte: Planilhas Excel GEMED/SUARE



Atendimento às solicitações gerais

A supervisão fornece informações sobre processos de reembolso e carta negativa para a Ouvidoria do Plano SC Saúde e para a Consultoria Jurídica.

Estas solicitações, geralmente recebidas por e-mail, exigem uma demanda de análise detalhada e criteriosa que requer disponibilidade de tempo especificamente para a emissão das informações encaminhadas.

Supervisão de auditoria externa

Em 2019, a Supervisão de Auditoria Externa completou a conversão para meio digital dos documentos da supervisão, em atenção ao projeto Governo Sem Papel. Também em 2019, visitou um total de 111 prestadores de serviço e participou de 11 reuniões com a empresa contratada Qualirede.

Foi possível ampliar o número de visitas em 54% em relação ao ano anterior, incluindo visita a 16 novos prestadores fora da região da Grande Florianópolis:

| Auditoria 2019 | Grande Florianópolis | | Outras regiões | | Total |
|----------------|----------------------|-------------------|----------------|-------------------|-------|
| | 1ª Visita | Visita sequencial | 1ª Visita | Visita sequencial | |
| | 07 | 27 | 16 | 61 | |

Em 2020, a equipe da Auditoria Externa atuou na comissão de fiscalização do contrato de consultoria realizada pela empresa Fae & Cavalcanti. Ao todo o processo teve duração de quatro meses, iniciado em março e finalizado em julho de 2020.

Neste mesmo ano, atuou na construção dos três novos editais de licitação do Plano de Saúde: realizando pesquisa de modelos de precificação praticados por autogestões do Brasil e considerações aos termos de referência.

Participou da comissão de avaliação dos materiais relacionados ao enfrentamento do COVID-19, trabalho realizado em conjunto com outros setores do Estado.

Realizou a análise e conferência de mais de 17.000 linhas de relatórios apresentados pela empresa contratada Qualirede em resposta às ações corretivas solicitadas pela GEMED desde 2017 (relatórios de glosa ao prestador e restituição ao segurado).

No ano de 2020 houve expressiva redução no número de auditorias realizadas, devido às limitações impostas pela pandemia e o *home office*. Todas as 14 visitas foram realizadas até o mês de março, quando foi decretado estado de Calamidade Pública e os serviços públicos não essenciais tiveram autorização para ocorrer de maneira remota:

| Auditoria 2020 | Grande Florianópolis | | Outras regiões | | Total |
|----------------|----------------------|-------------------|----------------|-------------------|-------|
| | 1ª Visita | Visita sequencial | 1ª Visita | Visita sequencial | |
| | 01 | 06 | 02 | 05 | |

Após este período, a equipe sofreu redução por afastamentos e foi remanejada para outras atividades dentro da gerência.

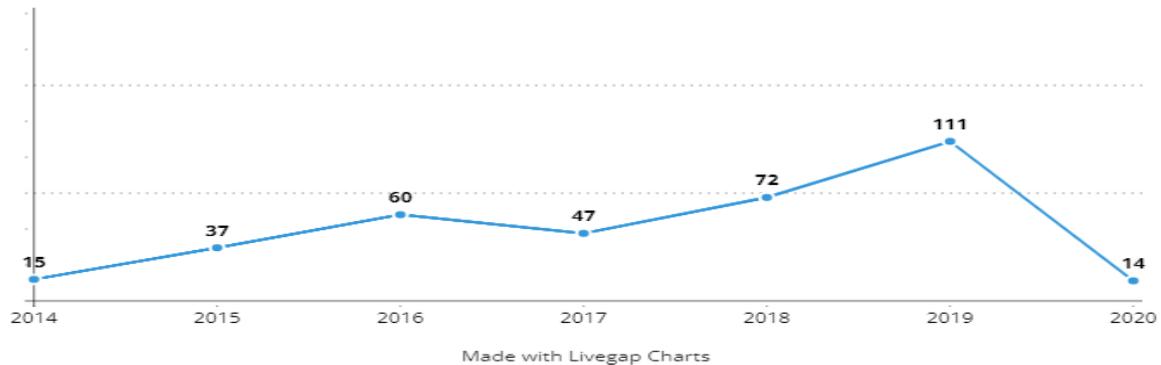
Segue comparativo das auditorias realizadas desde o início da autogestão:

| Ano | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---------------------|------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Total | 15 | 37 | 60 | 47 | 72 | 111 | 14 |
| Variação(%)* | - | +146,66 | +62,66 | -21,66 | +53,19 | +54,16 | -87,38 |

*Em relação ao ano anterior.

Auditorias realizadas

Histórico



Supervisão de pagamento médico

A Supervisão de Preparação para o Pagamento Médico possui como principal atribuição o cotejamento da documentação fiscal com os demonstrativos de pagamento médico para fins de evitar possíveis não-conformidades e posterior envio para o setor de pagamento (SEA/GEFIS/GEORC). Tal processo consiste em:

a) Recebimento da documentação comprobatória em meio físico (excepcionalmente para as notas fiscais manuais, via malote) e em meio digital (demonstrativos e demais documentos fiscais, diretamente na fila de trabalho do sistema Credencia).

b) Análise e validação dos documentos apresentados para pagamento médico no sistema Credencia, quais sejam:

- relatório analítico de produção;
- resumo do demonstrativo;
- nota fiscal ou recibo de pagamento autônomo (RPA);
- declaração de isenção de impostos, se houver;
- certidões negativas de débitos.

c) Homologação e certificação dos arquivos no sistema SIGEF mediante conferência com os arquivos gerados no SGPe.

d) Assinatura eletrônica no documento de despesa certificada que é inserido junto ao processo no SGPe.

e) Tramitação do processo no SGPe para o setor onde a despesa será reconhecida e o pagamento será efetivado (SEA/GEFIS/GEORC).

Vale ressaltar que o passo-a-passo descrito acima é procedimento padrão para as despesas pagas dentro do ano de exercício. Para as despesas de exercício anterior, segue-se o mesmo fluxo dos itens "a" ao "d" acima e, em seguida:

f) Solicita-se a declaração de despesa do exercício anterior (DEA), a qual é elaborada pela equipe da empresa contratada TRUE.

g) A declaração de DEA é incluída no processo no SGPe e são solicitadas as assinaturas da Gerência da GEMED, da Diretoria do Plano de Saúde e do Ordenador Primário.

h) São incluídos os documentos do PARECER REFERENCIAL para contas com prazo inferior a 5 anos. Contas fora desse prazo são enviadas para SEA/DSAS/COJUR para manifestação.

i) O processo é tramitado para SEA/GEFIS/GEORC que é responsável pela liquidação e pagamento.

Além disso, a Supervisão de Preparação para o Pagamento Médico é responsável pelo cadastro e vinculação do domicílio bancário dos prestadores credenciados. Essa tarefa é executada no SIGEF sempre que um novo prestador é credenciado e está recebendo o primeiro pagamento e quando algum prestador solicita a alteração dos seus dados bancários.

Resultados alcançados

Em setembro de 2022, segundo a empresa contratada True, há 13 prestadores pessoa física e 2.109 prestadores pessoa jurídica credenciados.

A tabela 01 ilustra o total de certificações de anos anteriores para referência

| Total de certificações | PJ + PF |
|------------------------|---------|
| 2018 | 24.416 |
| 2019 | 23.137 |
| 2020 | 25.271 |
| 2021 | 23.354 |
| 2022 (Jan a Set) | 17.554 |

Tabela 1

Abaixo, na tabela 02, seguem o número de certificações efetuadas no ano de 2022 para os prestadores pessoa física (PF) e pessoa jurídica (PJ).

| Certificações 2022 (Jan a Set) | |
|--------------------------------|---------------|
| Total PJ | 17.430 |
| Total PF | 124 |
| Total | 17.554 |

Tabela 02 - Dados extraídos do Sistema SIGEF (Módulo Financeiro/consulta/imprimir despesa certificada subelemento (33903950/33903630/33909239/33909236).

Uma vez apresentados os números de certificações, seguem abaixo seus respectivos valores - tabela 03, 04 e 05.

| Total de valores certificados 2022 (PF e PJ) | |
|----------------------------------------------|---------------------------|
| Janeiro | R\$ 58.013.950,72 |
| Fevereiro | R\$ 69.445.506,73 |
| Março | R\$ 55.916.300,12 |
| Abril | R\$ 61.606.293,37 |
| Maiο | R\$ 69.203.589,04 |
| Junho | R\$ 65.652.676,74 |
| Julho | R\$ 70.953.207,82 |
| Agosto | R\$ 70.098.311,48 |
| Setembro | R\$ 69.503.785,80 |
| Total | R\$ 590.393.621,82 |

Tabela 03

| Valor certificado 2022 (Jan a Set) | |
|------------------------------------|--------------------|
| Total de PJ | R\$ 589.884.807,61 |
| Total de PF | R\$ 508.814,21 |

Tabela 04

| Total de valores certificado 2019 a 2022 | |
|------------------------------------------|--------------------|
| 2019 | R\$ 581.241.017,17 |
| 2020 | R\$ 613.584.863,81 |
| 2021 | R\$ 653.110.890,86 |
| 2022 | R\$ 590.383.621,82 |

Tabela 05 - Dados extraídos do Sistema SIGEF (Módulo Financeiro/consulta/imprimir despesa certificada subelemento (33903950/33903630/33909239/33909236).

No ano de 2022, no período de janeiro a setembro, foram validados e certificados 124 demonstrativos de pagamento médico de pessoa física (PF) e 17.430 demonstrativos de pessoa jurídica (PJ), perfazendo um valor total de **R\$ 508.814,21 e R\$ 589.884.807,61** respectivamente.

Nota-se que a quantidade de pagamentos para a PF vem diminuindo em relação aos últimos anos, refletindo a diminuição da quantidade de prestadores credenciados como PF, o que é uma conquista, uma vez que agiliza o processo de pagamento, posto que o pagamento da PF requer uma burocracia maior em virtude de possuir outras retenções, como o INSS que, inclusive, acarreta multa em caso de atraso ou retenção incorreta, onerando ainda o Estado devido à obrigatoriedade da contribuição patronal de 20%.

Ainda, com a instituição do programa “Governo sem Papel”, que “visou a implantação e gestão de processos administrativos e documentos em formato eletrônico, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta” por intermédio do Decreto Estadual 39/2019, gerou-se e tramitou-se a quantidade de processos conforme tabela abaixo no “SGP-e eletrônico”:

| Processos tramitados SGP-e 2019 a 2022 | |
|-----------------------------------------------|-------|
| 2019 | 866 |
| 2020 | 1.323 |
| 2021 | 1.623 |
| 2022 (Jan a Set) | 1.361 |

Dados extraídos do SGPe/Consulta de Processos e Documentos

Destarte, propiciaram-se maior celeridade e economicidade em todo o trâmite operacional. Contudo, restam alguns desafios a serem superados. São eles:

- Falta de diligência, com respostas lentas e equivocadas, em relação a problemas de TI do cotidiano operacional;
- Inexistência de bloqueio no sistema Credencia em caso de inserção do mesmo número de nota fiscal para diferentes demonstrativos, ensejando o risco de pagamento de duas produções com o mesmo documento fiscal;
- Inexistência de relatório de saldo devedor dos prestadores/conciliação dos pagamentos gerados no Credencia e enviados/efetivados no SIGEF;
- Relatório de glosas e de recurso de glosa atrasado.

Conclui-se que, para o ano de 2023, visando uma otimização e por conseguinte reduções das inconsistências e fragilidades do sistema Credencia, recomenda-se tão somente a implementação dos chamados já solicitados e que se encontram em aberto aguardando desenvolvimento.

Como setor de apoio ao setor de pagamento, com as responsabilidades mencionadas alhures, onde o rigor técnico, eficiência e capacidade para superar desafios são imprescindíveis, orgulhamo-nos de dizer: Factum est ita.

Supervisão de despesas coparticipação

A Supervisão de Despesas de Coparticipação possui como atribuição principal a cobrança de Coparticipação relativa às despesas realizadas pelos segurados e seus dependentes mediante o envio de arquivos para desconto em folha dos titulares.

Realiza análise e levantamento de débitos dos Relatórios de Crítica de arquivos enviados pelo IPREV, SIGRH e do próprio Sistema Gestão – SC Saúde/Qualirede; efetua cobrança do ressarcimento ao plano dos acidentes em serviço; emite Declarações Negativas/Débitos de Coparticipação; executa Cobrança da Coparticipação Judicial, analisa Saldo Devedor de segurados falecidos e exonerados; auxilia e oferece suporte à Assessoria Jurídica e ao CAS nas questões relativas à Coparticipação.

Averbação

A averbação da coparticipação consiste em receber e enviar arquivos, através de sistemas informatizados, contendo o quanto cada servidor (segurado do plano) terá como desconto de despesas de coparticipação em sua folha de pagamento a cada mês. Estes dados chegam até os setores responsáveis para inserção em folha de pagamento. Posteriormente, os mesmos enviam arquivos de retorno que confirmam o que foi efetivamente descontado, para que sejam armazenados. O que não foi possível ser descontado retorna como crítica e é realizada a análise para a efetivação da cobrança.

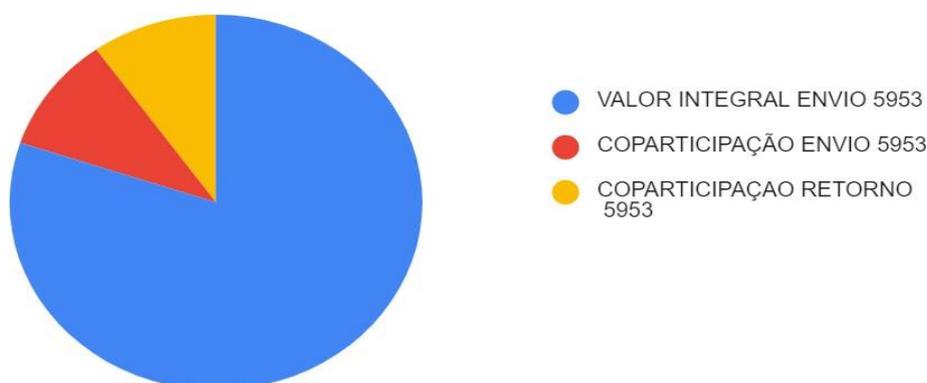
O quadro abaixo reflete o montante geral de cobranças lançadas no período de 01/2019 a 09/2022, englobando a soma das atividades da Supervisão de Despesas de Coparticipação:

| MONTANTE GERAL DE COBRANÇAS LANÇADAS | | | |
|---------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|
| VALORES EM REAIS – R\$ | | | |
| | CUSTO INTEGRAL ENVIO 5953 | COPARTICIPAÇÃO ENVIO 5953 | COPARTICIPAÇÃO RETORNO 5953 |
| 2019 | 833.384.615,90 | 93.033.446,70 | 92.084.404,78 |
| 2020 | 805.861.602,29 | 81.909.635,85 | 80.299.751,16 |
| 2021 | 674.130.415,52 | 97.771.901,92 | 95.658.386,01 |
| 2022 | 546.362.764,70 | 84.428.402,67 | 83.471.959,20 |
| TOTAL | 2.859.739.398,41 | 357.143.387,14 | 351.514.502,15 |

Fonte: GEMED/DSAS - SISTEMA SC GESTÃO – RELATÓRIOS – extraído em out/2022

MONTANTE GERAL DE COBRANÇAS LANÇADAS - 2019 A 2020

VALORES EM REAIS – R\$



Fonte: GEMED/DSAS - SISTEMA SC GESTÃO – RELATÓRIOS – extraído em out/2022

Levantamento de débitos de coparticipação

O levantamento de débitos consiste na conferência e análise do histórico financeiro do segurado, suas despesas de coparticipação e pagamentos realizados, a fim de averiguar saldo devedor a cobrar ou se for o caso, restituição a realizar, conforme disposto no Decreto nº 621/2011, art.13. São realizados levantamentos de débitos para análise dos Relatórios IPREV, Relatórios de Crítica de Averbação, Reinclusões ao Plano, Declarações de Débitos.

O resultado abaixo demonstra as análises e lançamentos manuais realizados pela Supervisão no período de 01/2019 a 09/2022, que envolvem levantamentos, inclusões e exclusões de despesas de titulares e pensionistas realizadas nos sistemas, seja advindo de transferência de débitos, erros, ou até mesmo de inconsistências no próprio sistema. Diante disso, demonstra-se a necessidade de ajustes e melhorias no sistema informatizado do Plano de Saúde e sistema SIGRH:

ANÁLISES E LANÇAMENTOS MANUAIS REALIZADOS POR MÊS E ANO

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022* |
|------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
| Janeiro | R\$ 23.927,66 | R\$ 55.644,66 | R\$ 93.900,86 | R\$ 71.070,90 |
| Fevereiro | R\$ 26.075,56 | R\$ 47.772,43 | R\$ 86.231,79 | R\$ 85.524,18 |
| Março | R\$ 24.604,90 | R\$ 70.540,78 | R\$ 126.932,69 | R\$ 118.563,04 |
| Abril | R\$ 29.914,65 | R\$ 14.608,10 | R\$ 66.301,89 | R\$ 168.151,57 |
| Mai | R\$ 58.944,21 | R\$ 67.566,96 | R\$ 110.778,09 | R\$ 176.596,00 |
| Junho | R\$ 57.766,86 | R\$ 101.730,58 | R\$ 85.041,48 | R\$ 136.350,04 |
| Julho | R\$ 55.383,59 | R\$ 81.843,35 | R\$ 79.805,69 | R\$ 47.646,00 |
| Agosto | R\$ 61.776,56 | R\$ 16.315,68 | R\$ 69.277,59 | R\$ 65.438,25 |
| Setembro | R\$ 29.986,74 | R\$ 88.655,20 | R\$ 112.177,65 | R\$ 82.268,90 |
| Outubro | R\$ 45.559,59 | R\$ 47.405,42 | R\$ 286.552,59 | - |
| Novembro | R\$ 148.423,59 | R\$ 82.683,36 | R\$ 64.266,06 | - |
| Dezembro | R\$ 68.061,55 | R\$ 82.020,54 | R\$ 174.141,13 | - |
| TOTAL | R\$ 630.425,46 | R\$ 756.787,06 | R\$ 1.355.407,51 | R\$ 951.608,88 |

*Levantamento do ano de 2022 realizado até o mês 09/2022.

Fonte: GEMED/DSAS – Relatórios Mensais 2019, 2020, 2021 e 2022, atualizadas e compiladas em out/2022.

Ressarcimento ao plano de despesas correntes decorrentes de acidente em serviço

O ressarcimento ao Fundo do Plano de Despesas decorrentes de Acidente em Serviço requer a análise do processo de Acidente em serviço, o qual envolve o levantamento do valor de todas as despesas vinculadas ao acidente, em que houve a utilização do Plano pelo servidor acidentado. Posteriormente, efetua-se a solicitação de ressarcimento do valor aferido ao órgão de origem do segurado, conforme Decreto nº 621/2011, art. 10, inciso XIV, item a.

O resultado abaixo reflete o montante geral de restituições lançadas no período de 2019 a 09-2022, enviada pelos Órgãos ao Fundo do Plano de Saúde:

ACIDENTES EM SERVIÇO RESTITUIÇÃO AO FUNDO DO PLANO SC SAÚDE POR ANO VALORES EM REAIS – R\$

| | DESPESAS | RESSARCIMENTOS |
|--------------|-------------------|-------------------|
| 2019 | 62.988,27 | 79.176,28 |
| 2020 | 156.367,24 | 11.942,81 |
| 2021 | 467.597,61 | 448.126,39 |
| 2022* | 13.167,09 | 252.675,96 |
| TOTAL | 700.120,24 | 791.921,44 |

Fonte: GEMED/DSAS – Planilha de Acompanhamento dos Acidentes em Serviço 2019, 2020, 2021 e 2022, alimentada com informações extraídas do SIGEF/SC, atualizada em out/2022

*Levantamento do ano de 2022 realizado até o mês 09/2022.

Obs.: O saldo de ressarcimentos apurado a maior refere-se a despesas não pagas de exercício anterior.



Fonte: GEMED/DSAS – Planilha de Acompanhamento dos Acidentes em Serviço 2019, 2020, 2021 e 2022, alimentada com informações extraídas do SIGEF/SC, atualizada em out/2022

Levantamento do ano de 2022 realizado até o mês 09/2022.

Obs.: O saldo de ressarcimentos apurado a maior refere-se a despesas não pagas de exercício anterior.

Declaração negativa / Débitos de coparticipação

A Declaração Negativa/Débitos de Coparticipação é um documento emitido pelo Plano SC Saúde, de acordo com o Decreto nº 621/2011, art.15, item 15.17, solicitado pelo órgão de origem do servidor, em casos de falecimento, exoneração, demissão, dispensa (inclusive por justa causa) ou licença sem vencimento. Informa a ausência de débitos, e/ou débitos, para cobrança na última folha de remuneração ou transferência de débitos para pensionista.

Abaixo, o montante geral de solicitações de Declarações Negativas de Débitos, de servidores Falecidos e Exonerados cobradas no período de 2019 a 09/2022, e efetivadas por meio de depósitos identificados:

| COBRANÇAS EXONERADOS E FALECIDOS | | | | |
|-----------------------------------------|--------------|-------------------|----------------------------|-------------------|
| VALORES EM REAIS – R\$ | | | | |
| ANO | Nº Segurados | Dívida DNDébitos | Pgto Depósito identificado | SALDO DEVEDOR |
| 2019 | 424 | 250.126,90 | 63.317,14 | 186.809,76 |
| 2020 | 134 | 93.894,40 | 21.882,90 | 72.011,50 |
| 2021 | 141 | 97.219,35 | 57.169,43 | 40.049,92 |
| 2022* | 189 | 86.044,38 | 30.916,91 | 55.127,47 |
| | 888 | 527.285,03 | 173.286,38 | 353.998,65 |

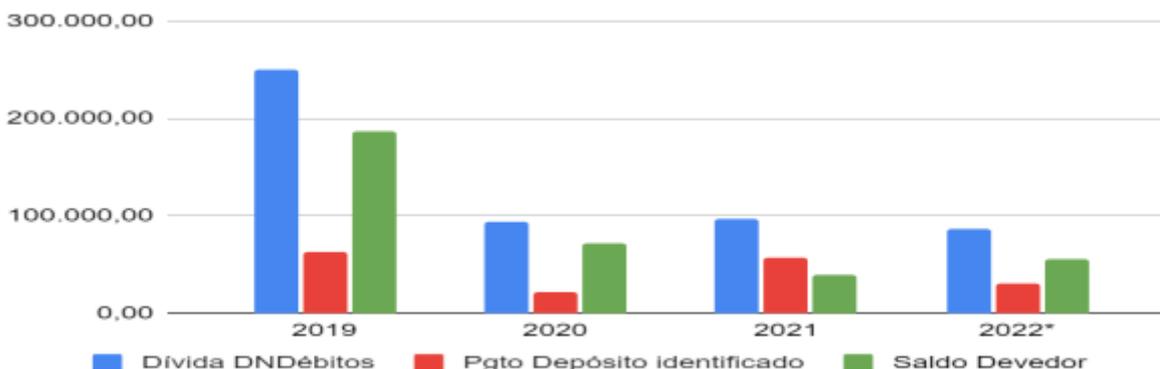
Fontes: GEMED/DSAS – SISTEMA SC GESTÃO, FATURAMENTO – RELATÓRIO CONTA CORRENTE, POR LANÇAMENTO, extraído em out/2022

SEF/SC – SISTEMA DE DEPÓSITO IDENTIFICADO (SDI) – RELATÓRIO PAGAMENTOS EFETUADOS, extraído em out/2022

GEMED/DSAS – PLANILHA DNDÉBITOS DE AFASTAMENTOS E FALECIMENTOS, atualizada em out/2022

*Levantamento do ano de 2022 realizado até a data de 13/10/2022.

**COBRANÇAS EXONERADOS E FALECIDOS
VALORES EM REAIS – R\$**



Fontes: GEMED/DSAS – SISTEMA SC GESTÃO, FATURAMENTO – RELATÓRIO CONTA CORRENTE, POR LANÇAMENTO, extraído em out/2022
SEF/SC – SISTEMA DE DEPÓSITO IDENTIFICADO (SDI) – RELATÓRIO PAGAMENTOS EFETUADOS, extraído em out/2022
GEMED/DSAS – PLANILHA DNDÉBITOS DE AFASTAMENTOS E FALECIMENTOS, atualizada em out/2022
*Levantamento do ano de 2022 foi realizado até a data de 13/10/2022.

Coparticipação Judicial

A cobrança de coparticipação sobre demandas judiciais não possui regramento específico em legislação, no entanto por entendimento jurídico, é recomendado a realização de cobrança dos segurados que demandaram ações em desfavor do Plano SC Saúde, utilizando como regra o que disciplina o §13º do Decreto nº 621/2011.

O resumo abaixo refere-se ao montante pago pelo Plano de Saúde, ou seja, o Custo do Plano para atendimento destas demandas, os valores pagos pelos segurados via Coparticipação judicial lançadas no período de 2019 a 09/2022:

A planilha abaixo refere-se aos valores pagos de Coparticipação Judicial, por mês:

| COBRANÇAS COPARTICIPAÇÃO JUDICIAL VALORES EM REAIS – R\$ | | | | |
|---------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| ANO | TOTAL DE SEGURADOS | VALOR CUSTO | VALOR PAGO | SALDO DEVEDOR |
| 2019 | 21 | 1.080.997,52 | 137.366,11 | 105.941,57 |
| 2020 | 21 | 924.526,41 | 124.762,54 | 142.197,66 |
| 2021 | 40 | 1.890.126,38 | 210.995,96 | 316.689,21 |
| 2022 | 61 | 3.105.162,74 | 482.084,31 | 610.606,88 |
| RESUMO COPARTICIPAÇÃO JUDICIAL 2019-2022* | | | | |
| | 83** | 7.000.813,05 | 955.208,92 | 610.606,88* |

*Saldo devedor atualizado até 20/10/2022.

** Total de servidores que tiveram despesas de coparticipação judicial até o presente momento.

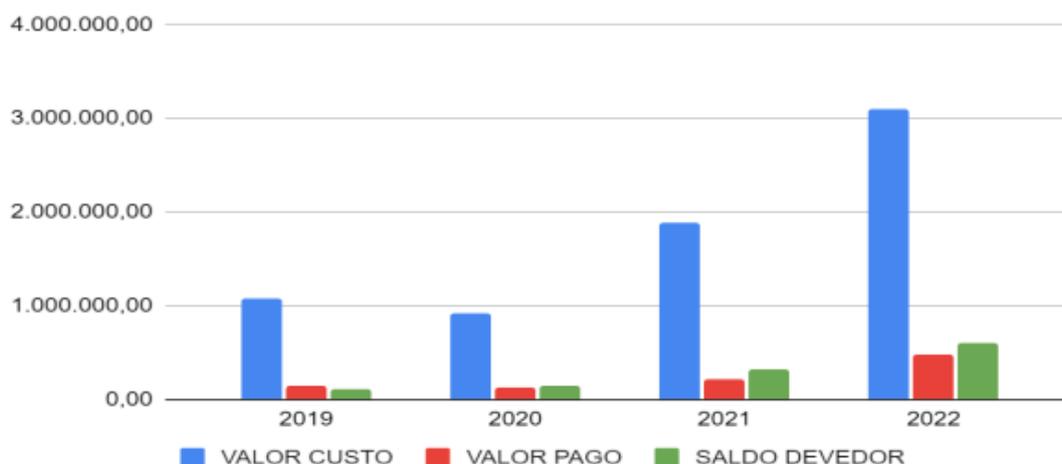
Fontes: E-mails e documentos encaminhados pela GEMED/DSAS de 01/2019 à 19/10/2022;

Consulta aos sistemas SIGRH e Portal SC Saúde (relatórios extraídos no período 2019-2022);

Planilha de Coparticipação Judicial 2018-2022, atualizada até 20/10/2022.

*Saldo devedor atualizado até 20/10/2022.

**COBRANÇAS COPARTICIPAÇÃO JUDICIAL
VALORES EM REAIS – R\$**



*Saldo devedor atualizado até 20/10/2022.

Fontes: E-mails e documentos encaminhados pela GEMED/DSAS de 01/2019 à 19/10/2022;
Consulta aos sistemas SIGRH e Portal SC Saúde (relatórios extraídos no período 2019-2022);
Planilha de Coparticipação Judicial 2018-2022, atualizada até 20/10/2022.

Supervisão de auditoria interna

A Supervisão de Auditoria Interna, apresenta como principal atribuição, realizar auditoria de coparticipação mediante análise do Relatório de Glosas, relatório de Procedimentos e das Maiores coparticipações, os quais são emitidos através do sistema informatizado contratado.

O relatório de glosas compreende os erros de cobrança de coparticipação que são gerados mensalmente e analisados durante a segunda quinzena de cada mês, ou seja, antes de serem lançados na folha de pagamento dos segurados. O objetivo deste trabalho é impedir cobranças indevidas de coparticipação.

Seguem as descrições das Glosas de Coparticipação que estão inseridas no sistema:

Glosa 1 – Procedimento 2010290 (atendimento preventivo infanto-juvenil) incompatível com 1010614 (atendimento ambulatorial em puericultura);

Glosa 4 – Procedimento 4070812 (PET dedicado oncológico) incompatível com o procedimento 4100122 (TC para PET dedicado oncológico);

Glosa 5 – Procedimento 4090118 (abdome inferior feminino) incompatível com 4090130 Transvaginal (inclui abdome inferior feminino);

Glosa 8 – Glosa Segurados Excluídos;

Glosa 27 – Duplicidade de internação;

Glosa 41 – Procedimento 4090116 (aparelho urinário masculino) e 4090112 (abdome total) com a mesma data de emissão;

Glosa 43 – Valor do procedimento maior que o limite estabelecido pelo contrato;

Glosa 68 – Procedimentos duplicados;

Glosa 75 – Procedimento indevido 4090118 (abdome inferior feminino) juntamente com 4090112 (abdome total);

Glosa 78 – Cobrança indevida (taxa de sala de observação em pronto socorro);

Glosa 82 – Cobrança do procedimento 4010101 (ECG Convencional de 12 derivações) juntamente com os códigos;

Glosa 98 – Glosa Manual;

Glosa 100 – Internação com procedimento executado durante este período;

Glosa 101 – Procedimento executado durante a internação;

Glosa 110 – Cobrança de anatomopatológico realizado durante o período de internação;

Glosa 111 - Glosa os códigos 3160223 (Anestesia para endoscopia diagnóstica) e 3160224 (Anestesia para endoscopia intervencionista);

Glosa 120 - Glosa com lançamento de valores negativos indicando restituição ao segurado.

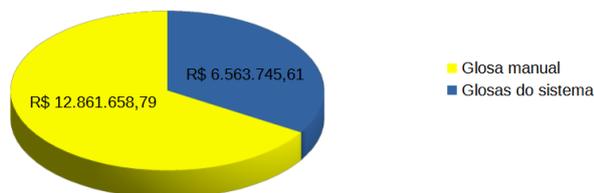
Os limitadores de coparticipação deste período analisado são da tabela 2019, com alteração em outubro de 2021.

| A partir 01/09/2019 | | |
|---------------------|--------------|----------|
| Procedimentos | Diárias | |
| 1 | 227,91 | 189,87 |
| 2 | 455,82 | 379,74 |
| 3 | 683,73 | 569,61 |
| 4 | 911,64 | 759,48 |
| 5 | 1.139,55 | 949,35 |
| 6 | 1.367,46 | 1.139,22 |
| Psiquiátrica | 45,57 | |
| Hemodiálise | 81,37 | |

| A partir 01/10/2021 | | |
|---------------------|--------------|---------|
| Procedimentos | Diárias | |
| 1 | 242,09 | 201,68 |
| 2 | 484,18 | 403,36 |
| 3 | 726,27 | 605,04 |
| 4 | 968,36 | 806,72 |
| 5 | 1.210,45 | 806,72 |
| 6 | 1.452,54 | 1008,40 |
| Psiquiátrica | 48,40 | |
| Hemodiálise | 86,43 | |

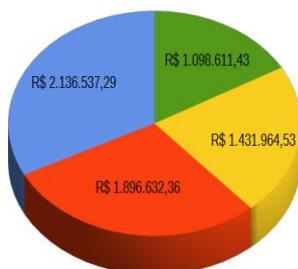
Neste período analisado, janeiro de 2019 a setembro de 2022, através das glosas de coparticipação e dos relatórios, deixou de ser descontado indevidamente na folha de pagamento do segurado o valor total de **R\$ 19.425.404,40**. Deste valor, **R\$ 12.861.658,79** referem-se a valores de glosas manuais, ou seja, não sinalizadas pelo sistema, e sim pelas auditoras desta supervisão, durante o processo de auditoria. O valor de **R\$ 6.563.745,61** de coparticipações refere-se a análise de glosa apontada pelo sistema, e posteriormente analisada pela equipe de auditoria da GEMED.

Comparativo entre glosa manual e do sistema

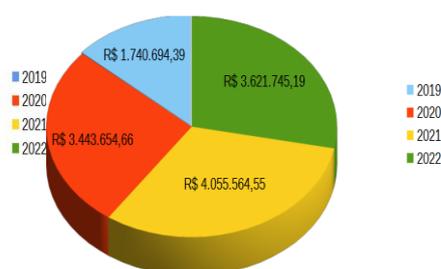


Abaixo o gráfico comparativo dos anos 2019 a 2022 apontam os valores de diferença no aumento das glosas manuais realizadas pela equipe de auditoria, ponto de reflexo que demonstra a ineficiência do sistema e a importância da análise manual para que a cobrança ao segurado seja realizada de forma precisa.

Glosas do sistema 2019 a 2022

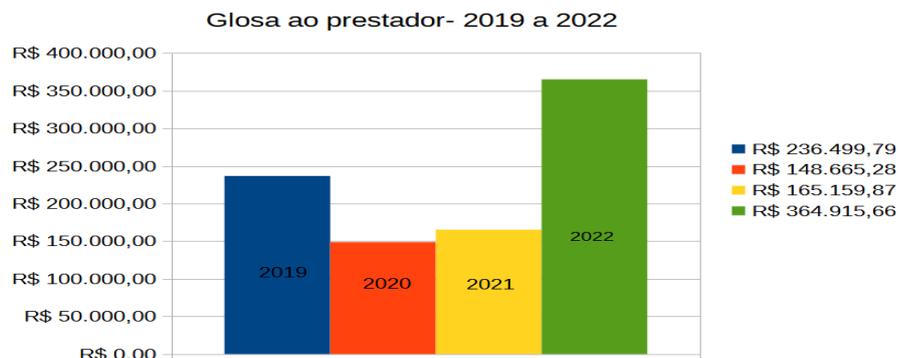


Glosa manual 2019 a 2022

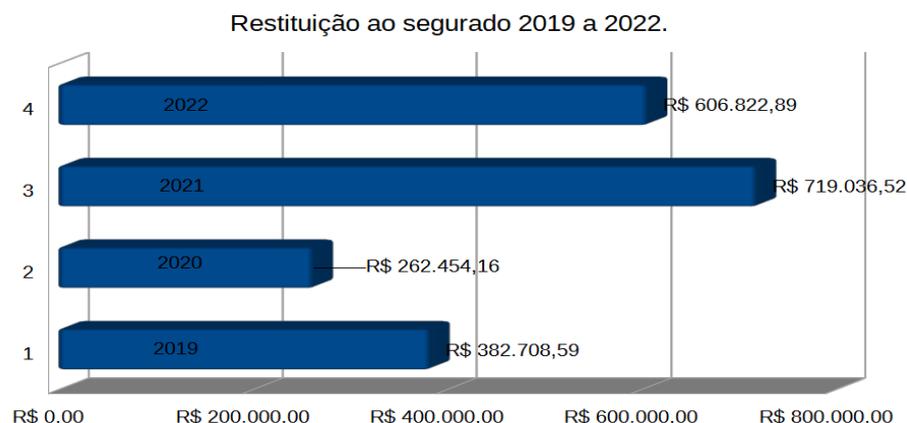


Durante a auditoria de coparticipação, sinalizamos no próprio sistema mensalmente, as inconsistências de cobranças efetuadas pelos Prestadores de Serviço. Esta planilha é gerada e analisada pela empresa contratada, hoje a TRUE e os valores indevidos são glosados da fatura do prestador.

Entre janeiro de 2019 a setembro de 2022, foi solicitado o valor de **R\$ 915.240,60** de glosa ao prestador. Reforçamos que este valor é apenas de pagamentos indevidos identificados durante a auditoria de coparticipação, no entanto, ainda é possível a geração de inúmeros relatórios buscando a análise dos pagamentos dos prestadores, fato esse que não está sendo realizado pelo quantitativo reduzido de servidores no setor de auditoria.



Outra atividade realizada por esta supervisão é a solicitação de restituição de coparticipação cobrada a maior em internações ou procedimentos, identificadas durante a auditoria de glosas ou por relatórios retroativos. Ao solicitar uma restituição o sistema gera uma glosa manual de restituição, a glosa 10. Entre os anos de 2019 até setembro de 2022 os valores totalizaram R\$ 1.971.022,16.



COGES - Coordenadoria de Gestão Estratégica

Além das glosas, na competência atual (folha do segurado que ainda não foi averbada) geramos relatórios diversos de procedimentos que não coparticipam dentro do limitador, como: angioplastia, tratamento ocular, relatório de inscrições que não caíram em glosa 101, filgrastim, com objetivo de já barrar a coparticipação antes de averbar na folha. Esse problema já está com chamado aberto.

Como relatório retroativo demos continuidade a análise do relatório de coparticipação de exames dos anatomopatológicos realizados durante a internação e que devem ser coparticipados conforme o limitador de internação e iniciamos o relatório de Fulvestranto com a análise de cobrança por procedimentos.

Atualmente esta supervisão possui 27 chamados para melhorias do sistema de auditoria <http://portal.scsaude.sc.gov.br>, dos quais alguns ainda do legado da QUALIREDE e outros abertos já na gestão da DATAINFO.

Planejamento 2023

Tendo em vista o importante papel desta gerência na AUDITORIA e PAGAMENTOS aos prestadores de serviços do Plano SC Saúde, para o ano de 2023 temos como meta principal a **IMPLANTAÇÃO DA AUDITORIA DE CONTAS DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS**, com foco inicial em serviços de alto custo, como medicamentos quimioterápicos, *home care* e demandas judiciais.

- Alinhar e finalizar os chamados que estão em análise e os novos a serem abertos para melhorias do sistema;
- Criar novas glosas de coparticipação, visando que o segurado não tenha cobranças indevidas;
- Aumentar a equipe de auditoria para que possamos dar mais ênfase à auditoria das cobranças de prestador de serviço;
- Medição e apresentação do resultado (economia) para o Fundo do Plano de Saúde da auditoria de glosas tanto de coparticipação quanto a de prestador;
- Solicitação de pós-graduação em Auditoria em Saúde, para os servidores da GEMED no intuito de qualificar as atividades desenvolvidas.
- Implementação da cobrança do Fundo de Reserva aos segurados do Plano SC Saúde, visando reduzir o saldo devedor constante atualmente.
- Acompanhamento do SALDO DEVEDOR – ACIDENTES EM SERVIÇO, no SGPE, cobrança dos órgãos que ainda não realizaram a sua quitação;
- Finalização da implantação da DECLARAÇÃO DE DÉBITOS NO PORTAL DO SERVIDOR – a mesma está em ajustes finais no SIGRH, para solicitação e emissão de Declaração de Débitos pelo próprio interessado no portal, pretensão de implantação no primeiro semestre;
- Finalização da Implantação da funcionalidade de Inclusão de COPARTICIPAÇÃO JUDICIAL no sistema Portal SC Saúde (chamado aberto CSC 838) e migração de informações de Coparticipação Judicial para o sistema (histórico de cada segurado, cobranças realizadas, procedimentos autorizados via liminar judicial, etc), visando maior organização dos dados e melhor gerenciamento das informações.

Gerência de Controle de Benefícios de Saúde

Anos 2019 e 2020

Com a Reforma Administrativa (LC 741/2019), a *Gerência de Controle de Benefícios* passou a se chamar *Gerência de Controle de Benefícios de Saúde*, mantendo a sigla **GECOB**, continuando com as importantes atribuições de auditoria e conferência de benefícios de saúde expedidos nas atividades periciais, emissão de relatórios detalhados, apuração de denúncias e irregularidades por meio da Ouvidoria, produção de relatórios e boletins estatísticos, atualização de legislação, bem como outras atividades pertinentes à área de controle de benefícios de saúde. Conta atualmente com uma equipe de **9 servidores administrativos** e uma **enfermeira perita**.

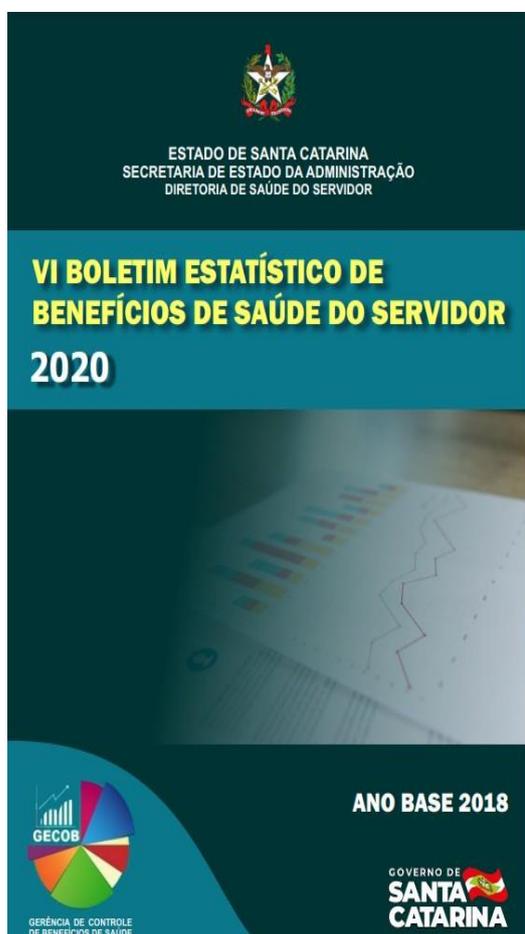
Embora o período de referência do documento, seja as atividades do anos de 2019 e 2020, cabe salientar o trabalho contínuo realizado pela GECOB através da auditoria em **2018** de **37.624** benefícios avaliados pela Perícia Médica do Estado durante o ano de **2017**, ainda num momento em que o prontuário em papel era amplamente utilizado nas atividades periciais. As conferências documentais eram necessariamente realizadas no prontuário físico, o que demandava um tempo bem maior para conferência, uma vez que as unidades auditadas estão espalhadas por todo o estado, necessitando muitas vezes de envio dos prontuários médicos pelos Correios ou por carros oficiais através dos malotes.

A partir de 2019, já na Gestão atual, o incentivo ao governo digital motivou a Diretoria de Saúde do Servidor - DSAS, no sentido de acelerar e colocar em prática a necessidade de modernização do prontuário eletrônico, assim, as adaptações sistêmicas necessárias para a realização de transição prontuário físico / prontuário digital foram sendo realizadas, e a partir do segundo semestre de 2019 praticamente efetivou-se o envio eletrônico das peças de prontuário solicitadas digitalizadas, bem como implementação das novas avaliações já em formato eletrônico, cortando a tramitação via Correios e Malote dos prontuários físicos, gerando economia

aos cofres da Administração, melhorando a eficiência do trabalho e o tempo gasto na execução dos mesmos. A GECOB finalizou a auditoria em **2019** de **40.204** benefícios avaliados pela Perícia Médica do Estado durante o ano de **2018**, já se beneficiando das novas ferramentas digitais disponibilizadas para todo o processo de auditoria, controle e conferência, conseguindo reduzir a tempo entre a concessão do benefício e a sua auditoria.

O resultado deste trabalho de auditoria dos benefícios de 2018 ao longo do ano de 2019 e 2020 resultou no banco de dados auditado no qual se baseou duas grandes conquistas para a Diretoria de Saúde do Servidor, as mais novas edições dos boletins estatísticos: o **VI Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor 2020 – Ano Base 2018** e o **IV Boletim Estatístico de Acidentes em Serviço 2020 – Ano Base 2018**. São boletins que tiveram com a nova equipe de trabalho da atual gestão de governo, aprimoramentos na qualidade técnica das informações, maior acurácia e reformulações positivas na apresentação das informações. Os boletins estatísticos são motivos de grande orgulho para o Estado de Santa Catarina pois representa um trabalho estatístico de referência nacional na área de saúde do servidor.

VI Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor 2020 – Ano Base 2018 e o IV Boletim Estatístico de Acidentes em Serviço 2020 – Ano Base 2018.



Referente ao espaço de tempo entre a concessão do benefício e o seu processo de auditoria, devido às melhorias conseguidas pelo processo de modernização digital e otimização de rotinas administrativas, já em 2019 foi possível iniciar a auditoria de benefícios expedidos no próprio ano 2019, o que significa um bom avanço, cuja meta é poder realizar a auditoria o mais próximo possível da concessão do benefício. Com as adaptações sistêmicas necessárias e a estabilidade de todo o fluxo pericial. Em 2019, foram avaliados **41.558 benefícios periciais** pela Perícia Médica do Estado e **eles passaram por processo de auditoria pela GECOB em 2020**, servindo como base para diversos relatórios técnicos e para a próxima edição dos boletins estatísticos.

Consideramos um grande avanço poder auditar os benefícios concedidos mais próximos ao seu ato de concessão, diminuindo o tempo de permanência de inconsistências e erros no banco de dados que afetam o sistema em aspectos técnicos, legais e financeiros.

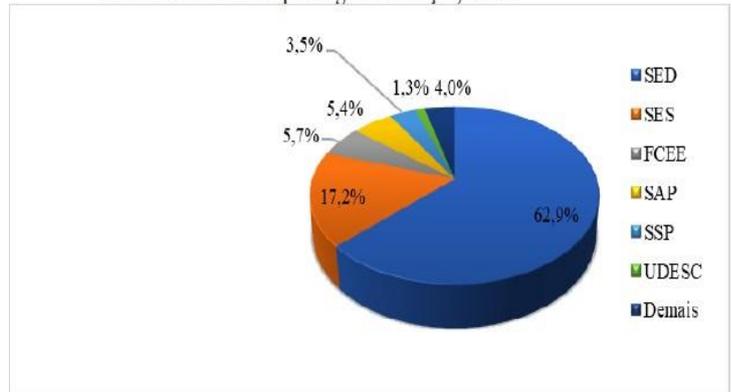
Benefícios Avaliados por Órgão de Lotação, 2019.

| Órgão de Lotação | Quantidade | % Coluna |
|------------------|---------------|--------------|
| SED | 26.142 | 62,9 |
| SES | 7.134 | 17,2 |
| FCEE | 2.380 | 5,7 |
| SAP | 2.249 | 5,4 |
| SSP | 1.444 | 3,5 |
| UDESC | 542 | 1,3 |
| SIE | 277 | 0,7 |
| SEA | 207 | 0,5 |
| SEF | 202 | 0,5 |
| ADPEN | 130 | 0,3 |
| IMA | 123 | 0,3 |
| PGE | 120 | 0,3 |
| IPREV | 92 | 0,2 |
| SDS | 91 | 0,2 |
| FCC | 70 | 0,2 |
| SDE | 69 | 0,2 |
| IMETRO | 66 | 0,2 |
| PCPM | 65 | 0,2 |
| CC | 60 | 0,1 |
| JUCESC | 20 | 0,0 |
| SANTUR | 19 | 0,0 |
| ARESC | 17 | 0,0 |
| SAR | 15 | 0,0 |
| DC | 7 | 0,0 |
| FESPORTE | 6 | 0,0 |
| PCBM | 4 | 0,0 |
| SPG | 3 | 0,0 |
| DEINFRA | 1 | 0,0 |
| FAPESC | 1 | 0,0 |
| CGE | 1 | 0,0 |
| SUDERF | 1 | 0,0 |
| Total | 41.558 | 100,0 |

Legenda: Vide Lista de Siglas.
Fonte: Adaptado de SIGRH (2020).

Benefícios concedidos por órgão de lotação em 2019

Benefícios Avaliados por Órgão de Lotação, 2019.



Legenda: Vide Lista de Siglas.
Fonte: Adaptado de SIGRH (2020).

Benefícios avaliados por tipo de benefício em 2019

A título de informação prévia, a quantidade de **atendimentos avaliados em 2020** auditados pela GECOB foi de **30.118, que incluindo os atendimentos fora do poder executivo, somam 30.908 atendimentos avaliados**. Este número relativamente menor aos anos anteriores, se deu por conta do cenário de pandemia por uma somatória de causas que incluem desde a diminuição de afastamentos por conta de atividades laborais que foram possibilitadas por sistemas alternativos jornada de trabalho como o Home Office e pela suspensão temporária de alguns benefícios de avaliação presencial obrigatória.

Em **2019**, devido ao grande movimento por inovação nos processos envolvendo as áreas de saúde do servidor, perícia médica e absenteísmo, houve um grande aumento na procura pelos órgãos e autoridades, por relatórios estatísticos detalhados de benefícios periciais. Foram atendidos órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, totalizando **35 relatórios detalhados**. Já em **2020**, Foram solicitados o total de **11 relatórios técnicos detalhados**. Todos estes relatórios são metodicamente trabalhados pela equipe de estatística, contendo gráficos, tabelas e valores servindo a propósitos diversos aos gestores, em especial neste momento de pandemia. Importante registrar que a Secretaria da Administração, Diretoria de Saúde do Servidor, por meio desse trabalho realizado pela GECOB, tem sido bastante elogiada, recebendo agradecimentos por parte dos profissionais e autoridades dos Órgãos solicitantes.

Segue exemplo de um relatório básico de 2019, a pedido da Secretaria de Estado da Saúde, expedido pela GECOB:

Benefícios Avaliados por Tipo de Benefício e Parecer Pericial, 2019.

| Tipo de Benefício | Parecer Pericial | | | | | | | | | |
|-------------------|------------------|-------------|--------------|------------|------------|------------|-----------------|------------|---------------|--------------|
| | Concedido | | Inconclusivo | | Negado | | Nada a Conceder | | Total | |
| | Quant | % Linha | Quant | % Linha | Quant | % Linha | Quant | % Linha | Quant | % Linha |
| AD-15 | 14.183 | 99,3 | 2 | 0,0 | 103 | 0,7 | 0 | 0,0 | 14.288 | 100,0 |
| AHEDEF | 5 | 83,3 | 0 | 0,0 | 1 | 16,7 | 0 | 0,0 | 6 | 100,0 |
| AIPREV | 24 | 92,3 | 0 | 0,0 | 2 | 7,7 | 0 | 0,0 | 26 | 100,0 |
| AIPLANO | 9 | 90,0 | 0 | 0,0 | 1 | 10,0 | 0 | 0,0 | 10 | 100,0 |
| CDI | 166 | 100,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 166 | 100,0 |
| ICPREV | 6 | 15,8 | 0 | 0,0 | 32 | 84,2 | 0 | 0,0 | 38 | 100,0 |
| IIRRF | 40 | 87,0 | 0 | 0,0 | 6 | 13,0 | 0 | 0,0 | 46 | 100,0 |
| IIRRF/ICPREV | 427 | 82,9 | 0 | 0,0 | 88 | 17,1 | 0 | 0,0 | 515 | 100,0 |
| LRG | 244 | 100,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 244 | 100,0 |
| LTA | 150 | 100,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 150 | 100,0 |
| LTF | 2.518 | 98,7 | 0 | 0,0 | 34 | 1,3 | 0 | 0,0 | 2.552 | 100,0 |
| LTF1/4 | 3 | 100,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 3 | 100,0 |
| LTS | 19.406 | 99,2 | 4 | 0,0 | 150 | 0,8 | 0 | 0,0 | 19.560 | 100,0 |
| PA | 1.135 | 100,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1.135 | 100,0 |
| RD | 1.867 | 99,5 | 1 | 0,1 | 8 | 0,4 | 0 | 0,0 | 1.876 | 100,0 |
| REVER AP | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 3 | 100,0 | 0 | 0,0 | 3 | 100,0 |
| RMF | 15 | 30,6 | 0 | 0,0 | 34 | 69,4 | 0 | 0,0 | 49 | 100,0 |
| RMS | 87 | 47,3 | 1 | 0,5 | 96 | 52,2 | 0 | 0,0 | 184 | 100,0 |
| SM | 680 | 99,7 | 0 | 0,0 | 2 | 0,3 | 0 | 0,0 | 682 | 100,0 |
| TIFD | 1 | 4,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 24 | 96,0 | 25 | 100,0 |
| Total | 40.966 | 98,6 | 8 | 0,0 | 560 | 1,3 | 24 | 0,1 | 41.558 | 100,0 |

Legenda: Vide Lista de Siglas.

Fonte: Adaptado de SIGRH (2020).

Relatório de licenças para tratamento de saúde (LTS) do hospital Joana de Gusmão 2019⁶

LTSS e servidores afastados - Por sexo

| Sexo | Servidores Afastados | | | Licenças Concedidas | | |
|-----------|----------------------|----------|---------|---------------------|----------|---------|
| | Quantidade | % Coluna | % Linha | Quantidade | % Coluna | % Linha |
| Feminino | 129 | 85,40 | 50,60 | 255 | 85,30 | 100,00 |
| Masculino | 22 | 14,60 | 50,00 | 44 | 14,70 | 100,00 |
| Total | 151 | 100,00 | 50,50 | 299 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Adaptado de SIGRH⁷ (2019).

⁶ Dados não oficiais, sujeitos à correção, extraídos em 11 de dezembro de 2019.

⁷ Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos.

LTSS e Servidores afastados - Por capítulo de patologia

| Capítulo | Servidores Afastados | | | Licenças Concedidas | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------|-------------|---------------------|--------------|--------------|
| | Quant | % Coluna | % Linha | Quant | % Coluna | % Linha |
| Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias | 4 | 2,0 | 100,0 | 4 | 1,3 | 0,0 |
| Capítulo II - Neoplasias [tumores] | 3 | 1,5 | 50,0 | 6 | 2,0 | 0,0 |
| Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários | 1 | 0,5 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório | 1 | 0,5 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais | 40 | 20,4 | 47,6 | 84 | 28,1 | 100,0 |
| Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso | 3 | 1,5 | 42,9 | 7 | 2,3 | 100,0 |
| Capítulo VII - Doenças do olho e anexos | 5 | 2,6 | 83,3 | 6 | 2,0 | 100,0 |
| Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastóide | 1 | 0,5 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório | 4 | 2,0 | 66,7 | 6 | 2,0 | 100,0 |
| Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo | 2 | 1,0 | 100,0 | 2 | 0,7 | 100,0 |
| Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo | 2 | 1,0 | 40,0 | 5 | 1,7 | 100,0 |
| Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo | 57 | 29,1 | 62,6 | 91 | 30,4 | 100,0 |
| Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário | 4 | 2,0 | 80,0 | 5 | 1,7 | 100,0 |
| Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas | 19 | 9,7 | 79,2 | 24 | 8,0 | 100,0 |
| Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério | 2 | 1,0 | 100,0 | 2 | 0,7 | 100,0 |
| Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte | 3 | 1,5 | 100,0 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde | 45 | 23,0 | 88,2 | 51 | 17,1 | 100,0 |
| Total | 196 | 100,0 | 65,6 | 299 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Adaptado de SIGRH (2019).

LTSS e servidores afastados - Por mês

| Mês | Servidores Afastados | | | Licenças Concedidas | | |
|--------------|----------------------|--------------|-------------|---------------------|--------------|--------------|
| | Quantidade | % Coluna | % Linha | Quantidade | % Coluna | % Linha |
| Janeiro | 21 | 13,9 | 77,8 | 27 | 9,0 | 100,0 |
| Fevereiro | 19 | 12,6 | 67,9 | 28 | 9,4 | 100,0 |
| Março | 16 | 10,6 | 51,6 | 31 | 10,4 | 100,0 |
| Abril | 18 | 11,9 | 51,4 | 35 | 11,7 | 100,0 |
| Maiο | 17 | 11,3 | 44,7 | 38 | 12,7 | 100,0 |
| Junho | 13 | 8,6 | 44,8 | 29 | 9,7 | 100,0 |
| Julho | 20 | 13,2 | 50,0 | 40 | 13,4 | 100,0 |
| Agosto | 13 | 8,6 | 33,3 | 39 | 13,0 | 100,0 |
| Setembro | 12 | 7,9 | 40,0 | 30 | 10,0 | 100,0 |
| Outubro | 2 | 1,3 | 100,0 | 2 | 0,7 | 100,0 |
| Total | 151 | 100,0 | 50,5 | 299 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Adaptado de SIGRH (2019).

LTSS e servidores afastados - Por cargo e relação de vínculo

| Cargo | Relação de Vínculo | Servidores Afastados | | | Licenças Concedidas | | |
|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------|----------------------|--------------|-------------|---------------------|--------------|--------------|
| | | Quant. | % Coluna | % Linha | Quant. | % Coluna | % Linha |
| Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde | Agente de Serviços Gerais | 17 | 11,3 | 50,0 | 34 | 11,4 | 100,0 |
| | Assistente Social | 1 | 0,7 | 50,0 | 2 | 0,7 | 100,0 |
| | Auxiliar de Serviços Gerais | 16 | 10,6 | 45,7 | 35 | 11,7 | 100,0 |
| | Auxiliar Serviços Hospitalares e Assistenciais | 4 | 2,6 | 28,6 | 14 | 4,7 | 100,0 |
| | Cozinheiro | 1 | 0,7 | 25,0 | 4 | 1,3 | 100,0 |
| | Enfermeiro | 12 | 7,9 | 70,6 | 17 | 5,7 | 100,0 |
| | Farmacêutico | 2 | 1,3 | 33,3 | 6 | 2,0 | 100,0 |
| | Fisioterapeuta | 3 | 2,0 | 100,0 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| | Fonoaudiólogo | 2 | 1,3 | 66,7 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| | Médico - Cirurgia Plástica | 1 | 0,7 | 33,3 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| | Médico - Gastroenterologista | 1 | 0,7 | 33,3 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| | Médico - Neurologia | 1 | 0,7 | 33,3 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| | Médico - Neurologia Pediátrica | 1 | 0,7 | 33,3 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| | Motorista | 1 | 0,7 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| | Nefrologia | 1 | 0,7 | 50,0 | 2 | 0,7 | 100,0 |
| | Neonatalogia | 3 | 2,0 | 75,0 | 4 | 1,3 | 100,0 |
| | Nutricionista | 3 | 2,0 | 60,0 | 5 | 1,7 | 100,0 |
| | Pediatria | 4 | 2,6 | 57,1 | 7 | 2,3 | 100,0 |
| | Psicólogo | 1 | 0,7 | 20,0 | 5 | 1,7 | 100,0 |
| | Técnico em Radiologia e Imagem | 2 | 1,3 | 66,7 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| Técnico em Atividades Administrativas | 7 | 4,6 | 100,0 | 7 | 2,3 | 100,0 | |
| Técnico em Enfermagem | 64 | 42,4 | 48,9 | 131 | 43,8 | 100,0 | |
| Terapia Intensiva | 3 | 2,0 | 75,0 | 4 | 1,3 | 100,0 | |
| Total | | 151 | 100,0 | 50,5 | 299 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Adaptado de SIGRH (2019).

| Unidade Organizacional | Servidores Afastados | | | Licenças Concedidas | | |
|----------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------|---------|---------------------|----------|---------|
| | Quant. | % Coluna | % Linha | Quant. | % Coluna | % Linha |
| 349020000000 - Diretoria | 1 | 0,7 | 33,3 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| 349020010000 - Comissão de Controle de Infecção | 1 | 0,7 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| 349020100000 - Gerência de Administração | 1 | 0,7 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| 349020101000 - Unidade Administrativa Desc de Gesto de Pessoas - HJG/GERAD | 1 | 0,7 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| 349020102000 - Setor de Material e Patrimônio - HJG/GERAD | 3 | 2,0 | 50,0 | 6 | 2,0 | 100,0 |
| 349020103000 - Serviço de Arquivo Médico e Estatística - HJG/GERAD | 1 | 0,7 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| 349020106000 - Setor de Custos - HJG/GERAD | 1 | 0,7 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| 349020107000 - Setor de Farmácia - HJG/GERAD | 3 | 2,0 | 27,3 | 11 | 3,7 | 100,0 |
| 349020108000 - Setor de Nutrição e Dietética - HJG/GERAD | 8 | 5,3 | 57,1 | 14 | 4,7 | 100,0 |

| | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|------------|--------------|-------------|------------|--------------|--------------|
| 349020109000 – Setor de Higienização e Limpeza - HJG/GERAD | 2 | 1,3 | 66,7 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| 349020110000 – Setor de Portaria - HJG/GERAD | 5 | 3,3 | 29,4 | 17 | 5,7 | 100,0 |
| 349020113000 – Setor de Transportes - HJG/GERAD | 2 | 1,3 | 66,7 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| 349020200000 – Gerência de Enfermagem | 3 | 2,0 | 75,0 | 4 | 1,3 | 100,0 |
| 349020203000 – Unidade de Internação - HJG/GEENF | 2 | 1,3 | 33,3 | 6 | 2,0 | 100,0 |
| 349020203020 - B - Clínica Cirúrgica - HJG/GEENF/UNINT | 3 | 2,0 | 100,0 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| 349020203030 - C - Clínica Médica - HJG/GEENF/UNINT | 5 | 3,3 | 50,0 | 10 | 3,3 | 100,0 |
| 349020203040 - D - Clínica Médica - HJG/GEENF/UNINT | 5 | 3,3 | 55,6 | 9 | 3,0 | 100,0 |
| 349020203050 - E - Neurologia - HJG/GEENF/UNINT | 1 | 0,7 | 33,3 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| 349020203060 - Oncologia - HJG/GEENF/UNINT | 3 | 2,0 | 33,3 | 9 | 3,0 | 100,0 |
| 349020203070 - Queimados - HJG/GEENF/UNINT | 1 | 0,7 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| 349020203080 - Isolamento - HJG/GEENF/UNINT | 5 | 3,3 | 71,4 | 7 | 2,3 | 100,0 |
| 349020203090 - Onco-hematologia - HJG/GEENF/UNINT | 1 | 0,7 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| 349020203100 – Ortopedia - HJG/GEENF/UNINT | 2 | 1,3 | 66,7 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| 349020203120 – Hospital Dia - HJG/GEENF/UNINT | 1 | 0,7 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| 349020204010 – Centro de Esterilização - HJG/GEENF | 6 | 4,0 | 46,2 | 13 | 4,3 | 100,0 |
| 349020300000 – Gerência Técnica | 1 | 0,7 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| 349020301000 - Ambulatório - HJG/GETEC | 8 | 5,3 | 47,1 | 17 | 5,7 | 100,0 |
| 349020301010 – Onco-Hematologia - HJG/GETEC | 1 | 0,7 | 100,0 | 1 | 0,3 | 100,0 |
| 349020302000 – Emergência - HJG/GETEC | 20 | 13,2 | 46,5 | 43 | 14,4 | 100,0 |
| 349020304000 – Centro Cirúrgico - HJG/GETEC | 9 | 6,0 | 52,9 | 17 | 5,7 | 100,0 |
| 349020305000 - UTI Geral - HJG/GETEC | 16 | 10,6 | 50,0 | 32 | 10,7 | 100,0 |
| 349020306000 - UTI Neonatal - HJG/GETEC | 13 | 8,6 | 56,5 | 23 | 7,7 | 100,0 |
| 349020306010 – Cuidados Intermediários Berçário - HJG/GETEC | 10 | 6,6 | 47,6 | 21 | 7,0 | 100,0 |
| 349020307000 – Serviço de Apoio Terapêutico - HJG/GETEC | 3 | 2,0 | 37,5 | 8 | 2,7 | 100,0 |
| 349020308010 - Radiologia - HJG/GETEC/DIAG | 2 | 1,3 | 100,0 | 2 | 0,7 | 100,0 |
| 349020308020 – Tomografia - HJG/GETEC/DIAG | 1 | 0,7 | 50,0 | 2 | 0,7 | 100,0 |
| Total | 151 | 100,0 | 50,5 | 299 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Adaptado de SIGRH (2019).

LTSS e servidores afastados - Por faixa de Idade

| Faixa de Idade (anos) | Servidores Afastados | | | Licenças Concedidas | | |
|-----------------------|----------------------|--------------|-------------|---------------------|--------------|--------------|
| | Quantidade | % Coluna | % Linha | Quantidade | % Coluna | % Linha |
| <=30 | 6 | 4,0 | 46,2 | 13 | 4,3 | 100,0 |
| 31 a 40 | 48 | 31,8 | 54,5 | 88 | 29,4 | 100,0 |
| 41 a 50 | 42 | 27,8 | 50,6 | 83 | 27,8 | 100,0 |
| 51 a 60 | 46 | 30,5 | 50,5 | 91 | 30,4 | 100,0 |
| >=61 | 9 | 6,0 | 37,5 | 24 | 8,0 | 100,0 |
| Total | 151 | 100,0 | 50,5 | 299 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Adaptado de SIGRH (2019).

LTs e servidores afastados - Por faixa de tempo de serviço

| Faixa de Tempo de Serviço (anos) | Servidores Afastados | | | Licenças Concedidas | | |
|----------------------------------|----------------------|--------------|-------------|---------------------|--------------|--------------|
| | Quantidade | % Coluna | % Linha | Quantidade | % Coluna | % Linha |
| <=5 | 25 | 16,6 | 53,2 | 47 | 15,7 | 100,0 |
| 6 a 15 | 96 | 63,6 | 49,7 | 193 | 64,5 | 100,0 |
| 16 a 25 | 13 | 8,6 | 48,1 | 27 | 9,0 | 100,0 |
| 26 a 35 | 14 | 9,3 | 48,3 | 29 | 9,7 | 100,0 |
| >=36 | 3 | 2,0 | 100,0 | 3 | 1,0 | 100,0 |
| Total | 151 | 100,0 | 50,5 | 299 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Adaptado de SIGRH (2019).

Setor de Estatística

Em **2020**, contamos como sempre com uma equipe que realiza o acompanhamento dos servidores que possuem o benefício da readaptação funcional ativos, realizando o controle, detectando falhas, e auxiliando o corpo de peritos na documentação para concessão e renovação de benefícios.

Também em 2020, a GECOB participou de diversas reuniões virtuais e trabalhos com intuito de promover, colaborar e auxiliar no processo de revisão e criação de normativas na área de saúde do servidor e gestão de pessoas. Foram revisados vários manuais de benefícios periciais, criadas instruções normativas e orientações técnicas, além de finalizado o estudo coletivo do Regimento Interno da Perícia Oficial em Saúde do Servidor.

Exemplos de normativas trabalhadas em 2020 – Orientações técnicas 11/2021 e 12/2021:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE SAÚDE DO SERVIDOR
GERÊNCIA DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE

ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 12/2021

PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO DE RELATÓRIO DE DADOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO DO SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL¹ DO ESTADO DE SANTA CATARINA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE SAÚDE DO SERVIDOR
GERÊNCIA DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE

ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 11/2021¹

PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO DE BANCO DE DADOS PARA PESQUISA EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO DO SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL² DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Os desafios surgiram durante todo o tempo da pandemia, principalmente nos casos em que documentações referentes a benefícios dependiam de despachos de servidores que se encontravam afastados ou em situações adversas, o que exigiu bastante cuidado e auxílio aos órgãos para que pudessem cumprir com as responsabilidades mediante a perícia. Outro grande desafio foi adaptar toda estrutura de controle de benefícios ao trabalho de home office, uma vez que o trabalho de auditoria é muito próximo ao atendimento pericial.

Ano 2021

Na área de Auditoria e Controle de Benefícios Periciais, desenvolvemos durante todo o ano de 2021 o trabalho de conferência de **45.873** benefícios implantados. Desse montante, foram abertos **184 processos de auditoria** e tratados nesses processos **341 casos** que resultaram na correção das informações irregulares e por consequência manteve-se a veracidade e legalidade dos trabalhos efetuados pela Secretaria de Estado da Administração por meio da Diretoria de Saúde do Servidor e Gerência de Perícia Médica.

Em **2021**, foram atendidos órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, totalizando **08 relatórios detalhados**. Todos estes relatórios são metodicamente trabalhados pela equipe de estatística, contendo gráficos, tabelas e valores servindo a propósitos diversos aos gestores, em especial neste momento de pandemia. Importante registrar que a Secretaria da Administração, Diretoria de Saúde do Servidor, por meio desse trabalho realizado pela GECOB, tem sido bastante elogiada, recebendo agradecimentos por parte dos profissionais e autoridades dos Órgãos solicitantes. Trecho de exemplo de relatório de auditoria a pedido da Gerência de Perícia Médica em 2021:

Em **2021**, contamos como sempre com uma equipe que realiza o acompanhamento dos servidores que possuem o benefício da readaptação funcional ativos, realizando o controle, detectando falhas, e auxiliando o corpo de peritos na documentação para concessão e renovação de benefícios. Iniciamos também neste Setor, os estudos para implantação de um acompanhamento mais aprofundado dos servidores em seu ambiente de trabalho, com vistas a embasar um trabalho de intervenção.

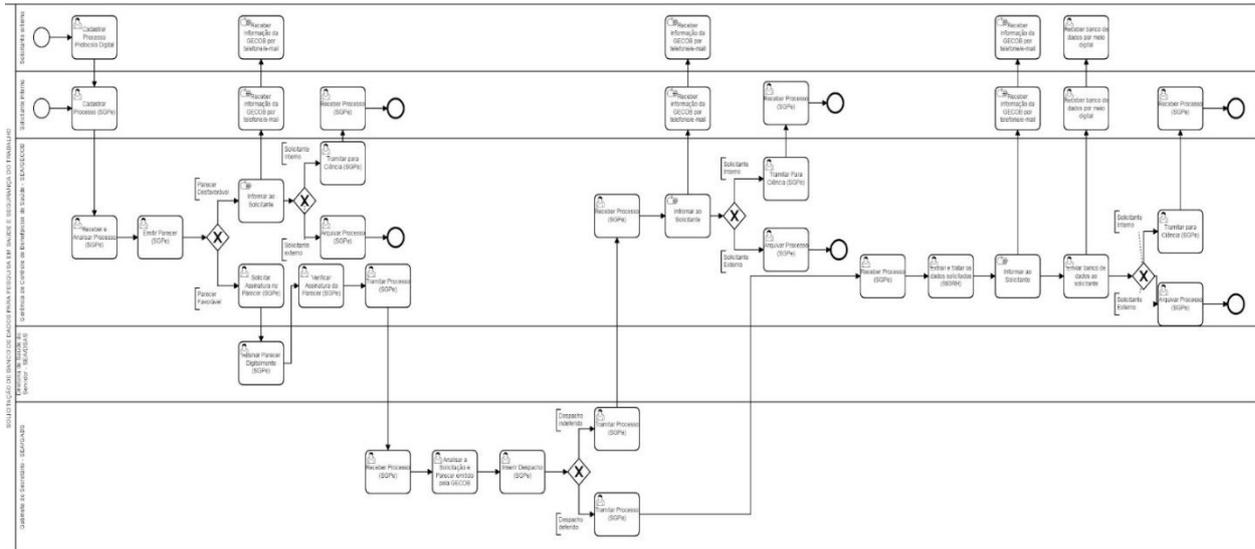
Em **2021** foram realizados por meio das atividades de laboratório, o mapeamento de processos da gerência com diagramas e suas respectivas instruções de trabalho, além da atualização de listas de documentos da gerência e tabela de temporalidade.

Diagrama de Solicitação de Banco de Dados

Também em **2021**, a GECOB participou de diversas reuniões virtuais e trabalhos com intuito de promover, colaborar e auxiliar no processo de revisão e criação de normativas na área de saúde do servidor e gestão de pessoas. Foram revisados vários manuais de benefícios periciais, criadas instruções normativas e orientações técnicas, dentre elas podemos destacar a publicação das orientações técnicas nº 11/2021 e nº 12/2021:

- 1 - A Orientação Técnica nº 11/2021, de 18 de janeiro de 2021: Protocolo de solicitação de banco de dados para pesquisa em saúde e segurança do trabalho do servidor da administração direta, autárquica e fundacional do Estado de Santa Catarina;
- 2 - Orientação Técnica nº 12/2021, de 18 de janeiro de 2021: Protocolo de solicitação de relatório de dados de saúde e segurança do trabalho do servidor da administração direta, autárquica e fundacional do Estado de Santa Catarina.

Tivemos alguns desafios durante o ano, em especial devido a situações de ordem tecnológica que modificaram o cronograma previsto para o desenvolvimento de projetos previstos para o ano de 2021.



Exemplo de Diagrama elaborado pela GECOB

Ano 2022

Na área de Auditoria e Controle de Benefícios Periciais, desenvolvemos durante todo o ano de 2022 o trabalho de pré-conferência de todos os benefícios implantados. Desse montante, até o mês de Outubro foram abertos **170 processos de auditoria** e tratados nesses processos os casos que resultaram na correção das informações irregulares e por consequência manteve-se a veracidade e legalidade dos trabalhos efetuados pela Secretaria de Estado da Administração por meio da Diretoria de Saúde do Servidor e Gerência de Perícia Médica.

Em **2022**, foram atendidos órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, totalizando **10 relatórios detalhados até Outubro de 2022**. Todos estes relatórios são metodicamente trabalhados pela equipe de estatística, contendo gráficos, tabelas e valores servindo a propósitos diversos aos gestores, em especial neste momento de pandemia. Importante registrar que a Secretaria da Administração, Diretoria de Saúde do Servidor, por meio desse trabalho realizado pela GECOB, tem sido bastante elogiada, recebendo agradecimentos por parte dos profissionais e autoridades dos Órgãos solicitantes.

Em **2022**, continuamos com uma equipe que realiza o acompanhamento dos servidores que possuem o benefício da readaptação funcional ativos, realizando o controle, detectando falhas, e auxiliando o corpo de peritos na documentação para concessão e renovação de benefícios. Iniciamos também neste Setor, análises mais aprimoradas dos casos com problemas apresentados.

Em **2022** foram realizados por meio das atividades de laboratório, o mapeamento de processos da gerência com diagramas e suas respectivas instruções de trabalho, em especial o diagrama da Contagem de Afastamentos de Longa Duração:

Também em **2022**, a GECOB participou de diversas reuniões virtuais e trabalhos com intuito de promover, colaborar e auxiliar no processo de revisão e criação de normativas na área de saúde do servidor e gestão de pessoas. Foram revisados vários manuais de benefícios periciais, criadas instruções normativas e orientações técnicas, dentre elas podemos destacar a seguinte instrução de trabalho:

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
|  | Gestão e Desenvolvimento de Pessoas Instrução de Trabalho - IT | |  |
| Versão 01/2022 | Data de Emissão xx/xx/2022 | Processo Contar Afastamentos de Saúde de Longa Duração | |

1 INFORMAÇÕES DO PROCESSO

Descrição do Processo

Realizar a contagem de afastamentos de saúde de longa duração do servidor por meio do acesso ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH).

Objetivo

Auditar os afastamentos de saúde de longa duração, informando à Perícia Oficial em Saúde sobre os casos identificados, por meio de levantamento interno ou provenientes de demanda externa, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Novo visual dos relatórios estatísticos 2022



| RELATÓRIO DE DADOS ESTATÍSTICOS | |
|---------------------------------|---------------------------------------------|
| DADOS DO EMISSOR | |
| ÓRGÃO | Secretaria de Estado da Administração |
| SECRETÁRIO | Jorge Eduardo Tasca |
| DIRETORIA | Diretoria de Saúde do Servidor |
| DIRETOR | Fernando Luiz Alves |
| GERÊNCIA | Gerência de Controle de Benefícios de Saúde |
| GERENTE | Sérgio Sousa de Oliveira |
| DADOS DO RELATÓRIO | |
| DATA DA EMISSÃO | 18/03/2022 |
| TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA | Simone da Silva |

Gerência de Perícia Médica - (GPEM)

Ações realizadas pela Gerência de Perícia Médica:

- A Gerência Perícia Médica, a partir do ano de 2020, teve como umas de suas principais ações a criação de prontuários médicos periciais 100% eletrônicos, o que gerou mais rapidez e agilidade nos processos, que anteriormente eram feitos em folhas impressas.
- Inicialmente os agendamentos e avaliações periciais foram feitas exclusivamente via SGP-e, com custo ZERO para o Estado, onde anteriormente o custo com as entregas de malotes via ECT era de R\$ 1.880,00 mensais, acarretando economia e rapidez na entrega e análises processuais;
- A partir de dezembro de 2021 foi iniciado o projeto piloto, para agendamento e avaliações digitais exclusivamente no SIGRH; e a partir de 05/09/22 esta proposta passou a ser realidade, com inclusão de novas secretarias nesta modalidade de atuação; com inclusão global de todas as secretarias estaduais a partir de 01/12/22.
- Em 2020 foi efetuada a realização do primeiro processo seletivo para contratação de médico perito temporário em todo o Estado de Santa Catarina, que foi renovado e revisto em 2022, bem como concurso público para preenchimento de vagas necessárias na Unidade de Florianópolis.
- Em 2020 foi iniciado os estudos para desativação de unidades periciais obsoletas e desnecessárias com a adoção da informatização pericial, visto que estas não possuíam médicos e as tramitações passaram a ser exclusivamente digitais. Até final de 2022, as unidades de Araranguá, São Joaquim, Xanxerê, Caçador, Canoinhas, Dionísio Cerqueira, Ituporanga, Campos Novos, Ibirama, Maravilha, Palmitos e São

Lourenço do Oeste passaram a desenvolver atividades exclusivamente remotas com desativação da unidade física.

- Em 2022 foi iniciada a criação de tele perícia, com apoio de estudos de viabilidade com Instituto Nidus para adoção de avaliação em junta médica de maneira híbrida (com perito local e outro perito de maneira remota), evitando necessidade de deslocamento do servidor.
- Em 2022 foi iniciada a revisão do Manual de Normas Técnicas Médico Periciais, considerando as recentes alterações relacionadas com a reforma de Previdência no serviço público estadual e tramitação de processo e/ou solicitações de maneira exclusivamente digital.
- Entre 2021 e 2022 foram devolvidos para a Secretaria da Administração os veículos oficiais que estavam alocados nas unidades de Chapecó, Joinville, Xanxerê e Itajaí, visto que estes deixaram de ser utilizados pela informatização do serviço pericial.
- Entre 2021 e 2022 foi efetuada a mudança do espaço físico das unidades periciais de Chapecó e Videira, bem como de Tubarão (em processo de finalização de contrato) proporcionando melhores condições de trabalho para os servidores lotados nas mesmas e para os servidores a serem periciados.
- Em 2022 foi iniciado o processo de fornecimento de notebooks para os todos os servidores da Diretoria de Saúde do Servidor, possibilitando assim o fornecimento de tecnologia mais adequada, acesso rápido e facilitado aos sistemas de uso diário e adoção de jornada de trabalho híbrida, com previsão de conclusão de entrega em dezembro de 2022.
- Em conjunto com a GECOB e DGDP, em 2022, foram iniciados os estudos e ajustes para implantação da quarta etapa do ESOCIAL a partir de janeiro de 2023.
- A Gerência de Perícia Médica através de seu gerente e da consultoria jurídica da referida gerência, prestaram no período de 2019 a 2022 uma média de 60 assessorias técnica/mês para o IPREV e PGE, relativo às demandas periciais que transitam no âmbito judicial estadual.
- Foram realizados 2457 exames admissionais de novos servidores aprovados em concurso público no período de 2019 a 2022.
- Em função da extinção do CONEDE, a Gerência de Perícia Médica constitui comissão interdisciplinar para avaliação de candidatos portadores de condições especiais, tendo efetuado avaliação de 55 enquadramentos no período de 2019 a 2022.
- Independente da situação de pandemia pelo COVID19, a GEPEM manteve os atendimentos periciais nos anos de 2020 e 2021, inicialmente de maneira remota e posteriormente de maneira híbrida, a fim de que as situações periciais não sofressem paralisação ou atraso.

Gerência de Saúde do Servidor – GESAS

A GESAS, anteriormente denominada GESAO (Gerência de Saúde Ocupacional) foi reestruturada em 2019, e tem, dentre suas atribuições, normatizar, supervisionar e orientar as ações de saúde e segurança no trabalho, bem como fomentar a implementação da Rede de Saúde do Servidor no Estado e promover a sua capacitação (Lei 14609/2009, Decreto 2709/2009, IN 08/2019). É responsável ainda pela elaboração dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais – LTCAT, individuais e coletivos, com a caracterização e avaliação dos riscos ambientais das atividades e/ou dos ambientes do trabalho e com os enquadramentos legais dos graus de classificação de insalubridade e/ou risco de vida (periculosidade), mediante requerimentos por processos tramitados pelo SGP-e (Portaria 309/2015).

Conta atualmente com profissionais que atuam em Florianópolis e nas cidades de Joinville, Araranguá, Lages e Concórdia. Na cidade de Florianópolis a Equipe da GESAS/DSAS (central) tem no momento 10 profissionais: engenheiro de segurança do trabalho, enfermeira do trabalho, psicólogas, engenheiro civil, técnica em atividades de engenharia, técnico administrativo, digitador (terceirizado). Nas demais cidades, são 5 servidores vinculados à GESAS/central: em Joinville há a presença de enfermeira do trabalho e de um técnico de segurança do trabalho; em Lages e Araranguá têm um técnico de segurança do trabalho atuando em cada local, e em Concórdia a GESAS possui uma enfermeira do trabalho.

Ainda em conformidade com a legislação, a GESAS/DSAS além de normatizar a área da Saúde e Segurança em todos os órgãos do Estado, também compôs a nova EMSS (Equipe Multiprofissional de Saúde do Servidor), a fim de operacionalizar as ações voltadas à promoção da saúde e segurança, no âmbito da SEA. Esta equipe é formada por: 01 enfermeira, 01 psicóloga, 01 assistente social, 01 Técnica de Enfermagem e 01 auxiliar administrativo (terceirizada).

Das ações:

1. Em 2019 a GESAS/DSAS resgatou o Programa Estadual de Saúde Ocupacional (criado pela Lei 14.609/2009 e Decreto 2.709/2009) mediante a elaboração e publicação da IN 08/2019 para a implantação e o fortalecimento da Rede de Saúde do Servidor nos órgãos do Poder Executivo Estadual, integrada por: Equipe Multiprofissional de Saúde Ocupacional (EMSO), Representante de Saúde Ocupacional (RSO), Comissão de Saúde do Servidor (CSS) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e Designado da CIPA (DCIPA).

2. Os integrantes da Rede de Saúde do Servidor foram apontados como Indicadores de Governo, por orientação da Coordenação de Gestão de Resultados (COGER/vinculada ao Gabinete/SEA) e mensurados mensalmente nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Tabela dos Componentes da Rede de Saúde do Servidor (data base outubro 2022)

| Indicador | Descrição | Indicativo | Meta Inicial |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| Equipe Multiprofissional de Saúde Ocupacional (EMSO) | Número de órgãos com mais de 250 servidores que possuem Equipe completa de Saúde Ocupacional. | Atualmente 22 incompletas nestes órgãos centrais: SAP / SEA / PGE / FCEE / PM / PC / SES Nas Unidades descentralizadas da SES/SC: ICA / CCR / HGCR / IPQ / LACEN / MCD / HIJG / HMDCK / HNR / HMTR / HRHDS / HRHMG / HWC / MDV / HST | 30 Equipes de Saúde Ocupacional completas (15 nos órgãos centrais + 15 Unidades da SES) |
| Representante de Saúde Ocupacional (RSO) | Número de órgãos com menos de 250 servidores, com Representantes de Saúde Ocupacional | 18 - ARES / CGE / ENA / FAPESC / FCC / FESPORTE / IMETRO / IPREV / JUDESC / SANTUR / SAR / SDC / SDE / SDS / SECOM / SIG / SCM / SSC / (Gabinete do Governador, SAI e SAN mesmo RSO) | 18 - Representantes de Saúde Ocupacional (21 órgãos) |
| Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) ou Designado da CIPA | Número de órgãos Centrais, com mais de 250 servidores com CIPA | 07 - PGE / SED / SEA / UDESC / SIE / IMA / FCEE | 14 CIPAs nos órgãos centrais |
| | Número de CIPAs nas Unidades da SES | 13 - HCR / HRSJ / HWC / HMTR / HIJG / HNR / HRHDS / ICA / IPQ / LACEN / MCD / MDV / MDCK | 15 CIPAs nas Unidades da SES |
| | Número de órgãos com menos de 250 servidores com CIPA ou Designado da CIPA | 16 - ARES / CGE / ENA / FAPESC / FCC / FESPORTE / INMETRO / IPREV / JUDESC / SANTUR / SAR / SDC / SDE / SDS / SECOM / SIG | 2 CIPAs + 15 Designados da CIPA |
| Comissão de Saúde do Servidor (CSS) | Número de órgãos que possuem Comissão de Saúde do Servidor | 14 - FCEE / IMA / PGE / SAP / SEA / SED / SEF / SIE / SES / CBM / IGP / Polícia Civil / Polícia Militar / UDESC | 14 - Comissões de Saúde do Servidor (15 órgãos centrais) |

Fonte: elaborada pelos autores, baseada nos Indicadores do Governo (data base: outubro/2022)

3. Para auxiliar a implantação da Rede de Saúde do Servidor foram realizados os Projetos do GPP/SICOP/PROJETA SC: - Projeto N° 289/2020 (locais com menos de 250 servidores - RSO e DCIPA); - Projeto 320/2020 (locais com mais de 250 servidores - EMSOs e CIPAs);

4. A GESAS/DSAS realizou Capacitação, Assessoria e Monitoria dos integrantes desta Rede:

4.1 Para as EMSOs (órgão com mais de 250 servidores) foram:

- Reuniões de sensibilização com as CSSs dos órgãos e entidades (IMA/SIE/PC/IGP/PM/BM/SAP/UDESC/PGE/FCEE/SED/SES/SEA) para implantação das EMSOs e CIPAs e outros assuntos relacionados à saúde e segurança no trabalho;

- Assessoria técnica aos órgãos das ações de Saúde e Segurança através de reuniões presenciais, virtuais, contatos por processos, telefone, aplicativos de mensagens e e-mail;
- Participação nos eventos de ambientação para apresentar como se configura a Rede de Saúde do Servidor, por meio do Programa Estadual de Saúde Ocupacional aos novos integrantes da EMSO da SAP e SES;
- Realização de enquete com profissionais de Saúde e Segurança que atuam nos órgãos a fim de mapear a Rede de Saúde do Servidor e delinear estratégias de ação;
- Colaboração mediante palestras em diversos órgãos em eventos e Semanas Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPATs) (SIE, SEA, SES, HCR, ICA, HRSJ, LACEN) sobre saúde mental e trabalho, riscos ocupacionais, saúde e segurança no trabalho e outros;
- Grupo de Estudos com profissionais das EMSOs de diversos órgãos e entidades com a temática de saúde e segurança do trabalho;
- Elaboração do Curso EAD “Atuação da Equipe Multiprofissional de Saúde Ocupacional.” (60 horas) em parceria com a Escola de Saúde Pública (ESP/SES);
- Capacitação e monitoria de 20 Equipes (totalizando 78 profissionais) que realizaram o curso, atuantes nos órgãos *SEA, BM, PM, SIE, SES, SAP nas unidades/hospitais da SES e nas Regionais da SAP (Projeto inserido do GPP/SICOP nº 1918/2021);
- Confecção de E-book do curso EAD: “Atuação da Equipe Multiprofissional de Saúde Ocupacional” em parceria com a Escola de Saúde Pública (ESP/SES);

4.2 Para as EMSOs (órgão com mais de 250 servidores) foram:

- Designação por Portaria de 18 RSOs e 27 DCIPAs;
- Realização de 03 encontros presenciais e 04 virtuais de capacitação para os RSOs e 04 encontros virtuais para os DCIPAs;
- Capacitação dos Representantes de Saúde Ocupacional (RSOs) por meio do Curso EAD “Noções e Ações de Saúde Ocupacional: Treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA/SC)”, com carga horária de 120 horas;
- Colaboração mediante palestras em diversos órgãos em eventos e Semanas Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPATs) (Defesa Civil, ARESC, JUCESC e outros);
- Elaboração de modelo de “Plano de Ação” e “Relatório das atividades realizadas” pelos RSOs e DCIPAs;
- Visita nos órgãos e entidades para prestigiar o trabalho voluntário dos Representante de Saúde Ocupacional (RSO) e Designado da CIPA (DCIPA);
- Evento para homenagear com a entrega de placas alusivas pelo trabalho dos RSOs e DCIPAs e sensibilizar os gestores sobre a importância das atividades de saúde e segurança realizados;
- Assessoria técnica e monitoria através de 10 encontros online com RSOs e DCIPAs, além de contatos por processos, telefone, aplicativos de mensagens e e-mail;
- Orientação para elaboração de “Plano de Ação” e “Relatório das atividades realizadas” entregue pelos RSOs e DCIPAs à GESAS anualmente.
- Orientação sobre a elaboração do termo de referência de Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) para a contratação pelos órgãos;

4.3. Para as CIPAs foram:

- Atualização e capacitação dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho (CIPAs) por meio de 06 (seis) edições do Curso EAD “Noções e Ações de Saúde Ocupacional: Treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA/SC)”,

com carga horária de 80 horas;

- Reuniões para a constituição das CIPAs nos órgãos e entidades (IMA/SIE/PC/IGP/PM/BM/SAP/UDESC/PGE/FCEE/SED/SES/SEA);
- Assessoria e dimensionamento das CIPAs dos diferentes órgãos através de reuniões presenciais, virtuais, contatos por processos, telefone, aplicativos de mensagens e e-mail;
- Criação do Projeto 879/2022 “Manutenção e fortalecimento das CIPAs nos órgãos” junto ao EPROJ para auxiliar no fortalecimento e manutenção das CIPAs;
- Colaboração nas Semanas Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPATs) dos órgãos e entidades;
- Orientações para execução do processo eleitoral para constituição das CIPAs e envio de documentos e formulários;

6. Atualização do Decreto nº 2.709/2009 – Manual de Saúde Ocupacional (MSO)

- 6.1. Tratativas com a COJUR/SEA para revogação do Decreto e publicação do MSO atualizado;
- 6.2. Parceria com órgãos e entidades para a escrita de novos capítulos do MSO;
- 6.3. Solicitação de sugestões para atualização do Manual através do encaminhamento de e-mails as Gerências da SEA e processos aos órgãos/entidades;
- 6.4. Constituição de grupos de trabalho com os integrantes da GESAS para revisão dos capítulos do MSO e análise das contribuições enviadas pelos órgãos;
- 6.5. Coordenação de grupo de trabalho para alteração dos capítulos de saúde mental e trabalho do MSO, com participação de psicólogas, enfermeiras e assistentes sociais dos diversos órgãos e entidades;
- 6.6. Reunião com a CGE para alinhamento das ações de prevenção à violência, assédio e discriminações no ambiente de trabalho tratadas no MSO;
- 6.7. Reuniões com a professora Suzana Rosa Tolfo (UFSC) para orientação quanto a ações de prevenção Violência, assédio e outras discriminações e o Professor Roberto Cruz (UFSC) sobre ações de Prevenção aos Riscos Psicossociais relacionados ao trabalho;
- 6.8. Tratativas com a GEAD/DIAF/SEA para processo de contratação da revisão ortográfica e ABNT do MSO;

7. Tratativas para viabilizar a Implantação das equipes dos órgãos:

- 7.1. Reuniões com DGDP/SEA para criação de cargos necessários à composição e/ou complementação das EMSOs na SEA, PGE, SED, FCEE, IMA e na SEF;
- 7.2. Elaboração de minutas de lei e tramitação de processo à DGDP/SEA para solicitação de alteração de Lei para criação de cargos necessários à composição e/ou complementação das EMSOs na SEA, PGE, SED, FCEE, IMA e na SEF;
- 7.3. Reunião com a DGDP/SEA relacionado ao concurso da SEA/2022;
- 7.4. Solicitação da inclusão dos cargos do fisioterapeuta, fonoaudiólogo na SEA para atuação na GESAS/DSAS já que é a gerência na SEA responsável pela atuação sistêmica e consultoria a todas Equipes dos órgãos;
- 7.5. Reuniões de alinhamento com a DGDP/SEA e Gabinete do Secretário/SEA para dar prosseguimento a composição das EMSOs nos órgãos (Processos SEA 18212/2019 e SEA 11972/2019 tramitados para a DGDP);
- 7.6. Reuniões e Oficinas junto com NIDUS (Laboratório de Inovação do Governo) para trabalhar com o desafio da gerência referente a implantação das EMSOs nos órgãos;
- 7.7. Reuniões e assessoria do Núcleo de Projetos do Governo (EPROJ/NUPROJ/SEA) nos projetos SICOP/GPP nº 320/2020 referente às fases de implantação das EMSOs nos órgãos do Poder Executivo Estadual;
- 7.8. Elaboração de Plano de Ação referente ao projeto SICOP/GPP nº 320/2020 e apresentação para o

secretário na Plataforma do SICOP para a melhoria do indicador da EMSO;

- 7.9. Reuniões e assessoria do Escritório de Projetos (EPROC) na construção dos fluxos e processos de trabalho (implantação, capacitação, assessoria e monitoria) na estruturação da Rede de Saúde do Servidor.
8. Elaboração de materiais, assessoria aos órgãos e entidades no período da Pandemia:
 - 8.1. Estudo e elaboração de materiais referentes a prevenção e enfrentamento do Coronavírus compartilhados com a Rede de Saúde do Servidor;
 - 8.2. Assessoria aos órgãos em assuntos de Saúde e Segurança do Trabalhador quanto ao retorno ao trabalho de forma segura e conduta frente aos casos suspeitos para o coronavírus e elaboração de materiais informativos;
 - 8.3. Atuação em conjunto a GEPEM/DSAS/SEA, GECOB/DSAS/SEA e DGDP/SEA para acompanhamento dos Afastamentos dos servidores com Covid-19 divulgado no Portal Boa Vista Gestão junto a DITI/SEA;
 - 8.4. Participação em parceria com a DSAS/DGDP/SEA na elaboração das IN 15/2020 e IN 23/2021 e IN 06/2022 para instrução quanto aos servidores suspeitos e confirmados de COVID 19;
 - 8.5. Contato com os órgãos prestadores de com atividades essenciais para orientar quanto a Saúde e Segurança dos Servidores através de aplicativo de mensagens com relação à COVID 19;
 - 8.6. Elaboração de informativo técnico quanto aos Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo para o retorno às aulas presenciais da Secretaria da Educação;
 - 8.7. Enfermagem do Centro de Saúde do Servidor (centro administrativo) realizaram a aferição da temperatura dos participantes de reuniões presenciais do colegiado do governo.
9. Laudos
 - 9.1. Elaboração de Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), e Laudos de insalubridade e/ou Risco de Vida (periculosidade). No ano de 2019, foram 661 no total, sendo 13 de insalubridade e 387 referentes a ações judiciais. Em 2020, foram emitidos 360 laudos, destes, 2 de insalubridade e 147 com ações judiciais. Em 2021, foram produzidos 697 laudos no total, sendo 23 de insalubridade e 149 referentes a ações judiciais. No ano de 2022, até o momento, há 781 entre eles, 13 de insalubridade e 281 relacionados a ações judiciais;



- 9.2. O trabalho que envolve a elaboração de laudos compreende várias etapas administrativas e técnicas. Começa com a recepção dos processos no SGP-e, seguida da conferência dos formulários e demais peças anexadas, e então criação de pasta documental do servidor com material de base para elaboração de laudo. Na parte técnica, são analisadas as informações prestadas pelo servidor com anuência de sua chefia, e desenvolvido o laudo que traz como conclusão se o servidor tem direito a receber o adicional de insalubridade/periculosidade (formulário de requerimento MLR 76) ou de obter enquadramento para aposentadoria especial (formulário MLR 129), havendo na sequência revisão do laudo finalizado. Segue-se nova etapa de atividades administrativas com numeração de documento, ajustes de formatação, inclusão de peça no processo e solicitação de assinaturas, para posterior tramitação;

- 9.3. Quanto à análise técnica relacionada à elaboração de laudos, eventuais visitas técnicas aos locais de trabalho, entrevistas, elaboração de quesitos solicitando informações no processo, entre outras ações podem ser necessárias em algumas situações. Nesses casos, há a atuação de técnico de segurança do trabalho ou do engenheiro do trabalho vinculado à gerência com essa finalidade;
 - 9.4. Atendimento de demandas da COJUR e da PGE: elaboração de quesitos técnicos e indicação de Assistente Técnico em perícias judiciais (em 2022, até o momento, foram 46 ofícios em resposta), Contestação de Laudos Judiciais (até o momento, somadas 33 manifestações em 2022), entre outros. Destaca-se que essas ações possuem prazo indicado para atendimento, e subsidiam o Estado em seu posicionamento frente às demandas/ações apresentadas pelos requerentes.
10. Outras demandas:
- 10.1. Integração de todos os profissionais da GESAS (Florianópolis e Interior) através da formação de Grupos de Trabalho semanais para a realização das atividades;
 - 10.2. Atualização da página da GESAS no Portal do Servidor;
 - 10.3. Participação, em parceria com GEPEM e GECOB, na revisão e atualização do Regimento Interno da DSAS;
 - 10.4. Colaboração junto a EMSO/SEA e DGDP/SEA no planejamento e realização da Semana do Servidor da SEA em outubro/2019 e 2020;
 - 10.5. Escrita de artigo: "O exemplo do Estado de Santa Catarina - Elaboração e Implantação do Programa Estadual de Saúde Ocupacional do Servidor Público: relato de experiência" em capítulo de livro em parceria com a AUDICON - Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas - em 2020;
 - 10.6. Elaboração de diretrizes a fim de subsidiar os Termos de Referência a serem construídos pelos órgãos para a contratação de PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional);
 - 10.7. Desenvolvimento do PES (Planejamento Estratégico Situacional) da GESAS, como forma de otimizar a atuação da equipe e apontar pontos sensíveis para intervenção;
 - 10.8. Elaboração da nova logo da GESAS contemplando a mudança do conceito de saúde ocupacional para saúde do servidor;
 - 10.9. Reuniões com DGDP/GEAOB para alinhamento quanto à etapa referente aos eventos de SST do e-Social e seu cumprimento por parte da SEA e dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
 - 10.10. Participação dos integrantes da GESAS em eventos, cursos e palestras para qualificação técnica;
 - 10.11. Participação da equipe da GESAS no Curso de Gerenciamento de Projetos pelo EPROJ/NUPROJ/SEA;
 - 10.12. Elaboração junto à SECOM/GOV da nova Logo Estadual da Saúde Ocupacional no Estado;
 - 10.13. Colaboração de 2019 a 2022 mediante solicitações encaminhadas em processo digital para avaliação de estrutura predial por meio de visitas técnicas em edificações ocupadas pela SEA por meio de engenheiro civil nos seguintes locais: Imprensa Oficial, Perícia Médica de Joinville, Perícia Médica de Criciúma e Perícia Médica de Tubarão.
11. EMSS/GESAS/DSAS/SEA
- Evento de apresentação da nova EMSS/GESAS/DSAS aos servidores da SEA no dia 01/09/2022 "Conhecendo a Equipe Multiprofissional de Saúde do Servidor EMSS/GESAS/SEA e a nova CIPA/SEA (Centro Administrativo)";
 - Elaboração do Instrumento Diagnóstico de Saúde, para fins de levantamento do perfil de saúde dos servidores da SEA, incluindo parcerias intra e intersetoriais, como a participação de outras EMSOs dos órgãos;
 - Aplicação da versão piloto do instrumento Diagnóstico de Saúde e reunião de feedback;
 - Reunião da EMSS/GESAS/SEA junto com a CIPA/SEA (Centro Administrativo) para construção do

questionário do Mapa de Riscos da SEA e possibilidade de realização da SIPAT em 2022;

- Participação em reuniões com a GESAS para atualização dos Capítulos do Manual de Saúde Ocupacional;
- Elaboração de materiais informativos para divulgação do Setembro Amarelo e Setembro Vermelho, postados nos informes da SEA, chat e encaminhados para os e-mail dos servidores;
- Realização do curso de capacitação: “Atuação da EMSO” e atividades correspondentes: exercícios de fixação, fórum interativo e construção do Planejamento Estratégico Situacional – PES, oferecido pela GESAS/DSAS, no período de 22/08/2022 a 21/10/2022;
- Reunião com CIPA/SEA para discutir a programação da SIPAT. Ficou acordado que a SIPAT acontecerá juntamente ao novembro azul (no mês de novembro);
- Publicação pela EMSS/GESAS, via informes, chat e e-mail institucional, da chamada para participação dos servidores no preenchimento do questionário diagnóstico de saúde;
- Participação da EMSS/GESAS na Oficina do Nidus (12h), em parceria com a WeGov, a fim de propor uma solução para o desafio da GESAS: “Como implantar as EMSS nos órgãos centrais?”;
- Organização do cronograma de visitas às diferentes diretorias e gerências da SEA para convidar os servidores a preencherem e divulgarem o instrumento diagnóstico de saúde. Apoio do Sindicato da SEA na aquisição de cestas de frutas para entregar nas gerências, no momento de divulgação do instrumento, a fim de incentivar o consumo de alimentos saudáveis no ambiente de trabalho. Foram alcançadas 427 respostas do instrumento Diagnóstico de Saúde;
- Planejamento da ação “EU ME CUIDO”, em alusão ao Outubro Rosa, realizada nos dias 19, 20 e 21/10, em parceria com a MedicFisio (empresa especializada) e DGDP/SEA. Foram fornecidos aos servidores: massagem relaxante, drenagem linfática e reflexologia podal. Como parte da ação, foi gravado um vídeo com uma servidora da SEA que teve câncer para fins de sensibilização a respeito da temática;
- Participação das apresentações finais do curso de capacitação para EMSO, organizado pela GESAS/DSAS, ocasião na qual as equipes dos diferentes órgãos apresentaram o Plano de Ação utilizando o Planejamento Estratégico Situacional;
- Auxílio à CIPA SEA na construção do questionário para construção do mapa de riscos.

12. Planejamento: Projetos, ações para continuidade em 2023

- Capacitar, Assessorar e Monitorar os integrantes da Rede de Saúde do Servidor;
- Oferecer suporte, orientações e assessoria à formação e atuação das CIPAS nos estabelecimentos dos órgãos (continuidade do Projeto SICOP 879/2022);
- Evento de lançamento do Manual de Saúde e Segurança do Servidor juntamente com a nova Logo da GESAS com a apresentação de experiências exitosas da Rede de Saúde do Servidor (abril /2023);
- Sensibilizar gestores da SEA para a contratação de Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho e 02 Técnicos de Segurança do Trabalho para viabilizar os Eventos da 4º fase do E-Social na SEA, assim como para dar continuidade às ações sistêmicas no que tange o fortalecimento da Rede de Saúde do Servidor, bem como a elaboração dos LTCATs, inclusive com demandas judiciais (atualmente a GESAS conta somente com 1 Engenheiro de Segurança do Trabalho);
- Alinhamento com a Gestão de Pessoas e EMSO/Central da SES/SC para que a elaboração dos LTCATs sejam realizadas pelos Engenheiros de Segurança do Trabalho das próprias EMSOs das Unidades/Hospitais da SES;
- Alinhamento com DGDP para orientar os órgãos e entidades quanto às possibilidades de constituição e complementação das Equipes Multiprofissionais de Saúde Ocupacional (EMSO);
- Prosseguir com a parceria com o NIDUS para aquisição de aplicativos relacionados ao diagnóstico da Saúde Integral, Riscos levantados pelo PGR, inclusive os Riscos Psicossociais relacionados ao Trabalho;

- Realizar segunda edição do Curso “Atuação das Equipes Multiprofissionais de Saúde Ocupacional” assessorando e monitorando os cursistas;
- Avaliar a monitoria da GESAS pelos agentes da Rede de Saúde do Servidor, por meio de instrumento;
- Revisar o conteúdo do curso EAD “Noções e Ações de Saúde Ocupacional: Treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA/SC)”;
- Realizar 02 novas edições do Curso EAD “Noções e Ações de Saúde Ocupacional: Treinamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)” com assessoria aos cursistas;
- Elaboração do Plano de Ação do Planejamento Estratégico Situacional da GESAS;
- Alinhamento com CGE, DGDP/SEA e outras instâncias para viabilizar as ações do Programa de Prevenção de Violência, Discriminação e Assédio no Trabalho tratadas no MSO;
- Capacitar as EMSS/GESAS/SEA para realizar o Programa de Prevenção, Avaliação e Gerenciamento de Fatores de Risco Psicossocial Relacionados ao Trabalho;
- Atualização das informações sobre a GESAS na página da Secretaria de Estado da Administração na parte que trata sobre a Diretoria de Saúde do Servidor;
- Coordenação de grupo de estudos, frequência quinzenal, com participação de profissionais dos órgãos e entidades para capacitação de temas relacionados à saúde e segurança dos servidores:
 - Para gestão de contratos;
 - Acompanhamento de prorrogações contratuais e termos aditivos;
 - Melhorias em divergências nos demonstrativos de despesas/conciliação;
 - Melhorias voltadas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Gerência de Suporte Administrativo – GESAD

2019-2022

A Gerência de Suporte Administrativo – GESAD dá suporte à Diretoria de Saúde do Servidor – DSAS na gestão do SC Saúde e Perícia Médica do Estado, intermediando as necessidades de infraestrutura, aquisições e contratações, fiscalização de contratos e manutenção dos edifícios e equipamentos junto aos setores responsáveis dentro da Secretaria de Estado da Administração – SEA.

Durante a gestão de 2019 a 2022 destacam-se como ações para melhorias de processos e economicidade:

2019

Redução da carga horária dos postos de serventes de alguns CAS – Centros de Atenção ao Segurado e desativação de postos de serviços terceirizados.

Em 2019 foi feita redução de postos de serviços terceirizados do SC Saúde. Não houve nenhuma supressão nos CAS do interior por haver apenas um posto de servente em cada unidade e, na última concorrência para serviços terceirizados, foi feito estudo e redução da carga horária da maioria desses postos, que antes eram todos de 8 horas (Contrato 117/2018 – Orbenk).

- Supressões no Contrato 117/2018: 1 digitador, 2 copeiras e 1 servente (redução de 11,79%);
- Supressões no Contrato 072/2018: 1 digitador (redução de 16,67%);
- A redução foi, considerando todos os postos, de R\$180.208,67 para R\$ 162.564,80 (9,79%).

Segue planilha com impacto financeiro da redução de postos de serviços terceirizados:

| CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - FUNDO DO PLANO DE SAÚDE | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|-------------------------------|----------|
| CONTRATO | EMPRESA | LOCAL | FUNÇÃO | CARGA HORÁRIA | HORÁRIO DE TRABALHO | COLABORADOR | VALOR |
| 117/2018 | ORBENK | SC Saúde Florianópolis | Digitador | 6 horas seg a sex | Das 13:00 às 19:00 | ANA CAROLINE DA CUNHA VICENTE | 3.891,24 |
| | | | | | | FRANCELE CAROLINE DA ROCHA | 3.891,24 |
| | | | Servente | 8 horas seg a sex | Das 07:00 às 16:00 | FERNANDA CAROLINE FONSECA | 4.186,18 |
| | | | | | | SALETE MARIA TREVISAN CORREIA | 4.186,18 |
| | | | | | | HELVYLLY KELLYN COSTA | 4.186,18 |
| | | | | | | LINO ANTONIO VELOSO | 4.186,18 |
| | | | Copeira | 6 horas seg a sex | Das 07:00 às 13:00 Das 13:00 às 19:00 | ANA PAULA POLICENO | 4.186,18 |
| | | | | | | SABRINA HILBERT ESPINDOLA | 3.675,10 |
| | | | | | | VALERIA MENDONÇA | 3.675,10 |
| | | | | | | ADRIANA SALETE DA SILVA | 3.073,25 |
| | | SUZANA DE SOUZA FRASSON | | | | 3.073,25 | |
| | | ANDREA CRISTINE DA SILVA | | | | 5.035,97 | |
| | | Técnico em informática | 8 horas seg a sex | Das 08:00 às 17:00 Das 10:00 às 19:00 | LEONARDO LEONE DA SILVA | 6.990,58 | |
| | | | | | ARETA ALVES CORREIA HAMES | 6.990,58 | |
| | | | | | FELIPE SELBACH FIGUEIRO | 6.990,58 | |
| | | | | | SIDOMARA BRUNGER | 2.312,13 | |
| | | CAS Canoinhas CAS Joaçaba CAS Lages CAS Blumenau CAS Chapecó CAS Criciúma CAS Itajaí CAS Rio do Sul CAS São Miguel do Oeste CAS Joinville CAS Tubarão | SERVENTE | 6 horas seg a sex | MARCELE SALETE MARGAS | 2.310,79 | |
| | | | | | ANGELA CRISTINA STEFFEN DE ALMEIDA | 2.305,05 | |
| | | | | | BEATRIZ DE OLIVEIRA | 3.417,68 | |
| | | | | | EVA TEREZINHA GOM | 3.404,60 | |
| ELISABETE ANTONIO MATTOS SILVEIRA | 3.425,27 | | | | | | |
| SUELI LIMA DA SILVA | 3.368,27 | | | | | | |
| ROSEMER DICKMANN BILK | 3.386,14 | | | | | | |
| SAMANTHA GERLEN TELES | 3.413,97 | | | | | | |
| JUCILENE ROSELI MIRA CAMILOTTI | 4.186,18 | | | | | | |
| ELAINE BATISTA MAITO | 4.164,17 | | | | | | |
| TOTAL | 103.932,23 | | | | redução de 11,79% | | |

| | | | | | | | |
|----------|--------|------------------------|-----------|-------------------|--------------------|------------------------------------|--------------------------|
| 072/2018 | ORBENK | SC Saúde Florianópolis | Digitador | 6 horas seg a sex | Das 13:00 às 19:00 | ANA LUCIA DOS SANTOS | 3.755,27 |
| | | | | | | JANEIRO NAYLA DOS SANTOS FRANCISCO | 3.755,27 |
| | | | | | | MARIA DE FÁTIMA CEMINEL DA SILVA | 3.755,27 |
| | | | | | | FABIO HENRIQUE LEMOS | 3.755,27 |
| | | | | | | SILVIA ALEXANDRE | 3.755,27 |
| | | | | | | TOTAL | 18.776,35 |
| | | | | | | | redução de 16,67% |

| CONTRATO | EMPRESA | LOCAL | FUNÇÃO | CARGA HORÁRIA | HORÁRIO DE TRABALHO | COLABORADOR / Nº DE PONTOS | VALOR |
|----------|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|----------------------------|-----------|
| 208/2017 | CASVIG | SC Saúde Florianópolis | Vigilância Orgânica | 24 horas (sete dias por semana - inclusive sábados, domingos, feriados e pontos facultativos) | Das 07:0 às 19:00 Das 19:00 às 07:00 | 1 POSTO 24 HORAS | 23.348,59 |
| | | | | | | | |
| | | CAS Blumenau CAS Canoinhas CAS Chapecó CAS Criciúma CAS Joaçaba CAS Joinville CAS Lages CAS Rio do Sul CAS São Miguel do Oeste CAS Tubarão | Vigilância Eletrônica | 24 horas | 5 | 237,24 | |
| | | | | | 4 | 161,60 | |
| | | | | | 7 | 279,79 | |
| | | | | | 6 | 242,40 | |
| | | | | | 7 | 279,79 | |
| | | | | | 3 | 118,02 | |
| | | | | | 6 | 242,40 | |
| | | | | | 5 | 234,78 | |
| | | | | | 5 | 199,85 | |
| | | | | | 9 | 355,86 | |
| | | | | | TOTAL | 25.700,32 | |

| CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - OUTROS CONTRATOS | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------|---------|------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------|--------------------------|------------------|
| CONTRATO | EMPRESA | LOCAL | FUNÇÃO | CARGA HORÁRIA | HORÁRIO DE TRABALHO | COLABORADOR | VALOR |
| | ORBENK | SC Saúde Florianópolis | Téc. em Informática GEPSA | 8 horas seg a sex | Das 09:00 às 18:00 | EDUARDO CEZAR DOS SANTOS | 6.825,90 |
| | ONDREPS | | Instituto de Informática | 8 horas seg a sex | Das 09:50 às 18:50 | OLAVO STEFFEN PEPER | 7.340,00 |
| | | | | | | TOTAL | 14.165,90 |

TOTAL GERAL 162.564,80 **redução de 9,79%**

Negociações dos valores dos aluguéis dos CAS do SC Saúde

Desde 2016 os valores dos reajustes dos aluguéis são negociados anualmente. A planilha abaixo demonstra as médias dos índices de reajustes não aplicados entre os anos de 2016 e 2019:

| CONTRATOS FUNDO DO PLANO DE SAÚDE | | | | | | | | | |
|-----------------------------------|---------------------------|---------------------------------|-------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------------|------------|-----------------------------------------------------------|
| Nº Contrato | Processo Digital Contrato | Nº Processo Suspensão/Supressão | Objeto Contratado | Empresa Contratada | STATUS | PERÍODO SEM REAJUSTE | ÍNDICE NÃO APLICADO MÉDIA (IG-PI) e INPC (BGE) | NEGOCIAÇÃO | |
| 1 | 01820212 | SEA 89820219 | SELA 419450200 | Aluguel CAS - Blumenau | COCA Corretora e Administradora de Imóveis Ltda. | Encerrado GEPSA 04/05/20 | Jan 2016 a dez 2019 | 20,30% | Reincide ao Reajuste |
| 2 | 17832012 | SEA 10382019 | SELA 419320200 | Aluguel CAS - Canoinhas | Roseli Schubert Bueno | Encerrado GEPSA 04/05/20 | mai 2015 a dez 2019 | 28,20% | Reincide ao Reajuste |
| 3 | 01920212 | SEA 91420219 | SELA 419202020 | Aluguel CAS - Chapecó | Imobiliária Marilza Ltda. | Encerrado GEPSA 04/05/20 | Jan 2016 a dez 2018 | 13,41% | Reincide ao Reajuste |
| 4 | 00820212 | SEA 90120219 | SELA 419020200 | Aluguel CAS - Criciúma | Locatária Empreendimentos Imobiliários Ltda. | Encerrado GEPSA 04/05/20 | Jan 2016 a dez 2019 | 20,30% | Reincide ao Reajuste |
| 5 | 18122012 | SEA 104120219 | SELA 419120200 | Aluguel CAS - Florianópolis | Danos Edificações e Obras Ltda. | Encerrado GEPSA 04/05/20 | mai 2016 a dez 2019 | 10,04% | Reincide ao Reajuste |
| 6 | 01820212 | SEA 103520219 | SELA 418120200 | Aluguel CAS - Itajaí | BR Administradora de Bens Ltda | Encerrado GEPSA 04/05/20 | Jan 2016 a dez 2019 | 20,30% | Reincide ao Reajuste |
| 7 | 01220212 | SEA 87820219 | SELA 418020200 | Aluguel CAS - Joaçaba | Sonia Maria Hohmann Solla Carmilho | Encerrado GEPSA 04/05/20 | Jan 2016 a dez 2019 | 20,30% | Reincide ao Reajuste |
| 8 | 08220214 | SEA 146720219 | SELA 417620200 | Aluguel CAS - Joinville | Revista Wook - Comércio e Empreendimentos Ltda. | Encerrado GEPSA 04/05/20 | ago 2018 a dez 2019 | 25,65% | Reincide ao Reajuste |
| 9 | 00820212 | SEA 88920219 | SELA 417520200 | Aluguel CAS - Lages | Oliver Antonio Morandin | Encerrado GEPSA 04/05/20 | Jan 2016 a dez 2019 | 20,30% | Reincide ao Reajuste |
| 10 | 59820213 | SEA 125520219 | SELA 417420200 | Aluguel CAS - Rio do Sul | Dellen Administradora de Bens S/A | Encerrado GEPSA 04/05/20 | Jan 2016 a dez 2019 | 20,30% | Reincide ao Reajuste |
| 11 | 15320217 | SEA 104420219 | SELA 417320200 | Aluguel CAS - São Miguel do Oeste | Inovar Negócios Imobiliários Ltda. | Encerrado GEPSA 04/05/20 | ago 2017 a jul 2018 | 5,71% | Reincide ao Reajuste |
| 12 | 01820212 | SEA 106520219 | SELA 417220200 | Aluguel CAS - Tubarão | Lucrécia Kurten Michele Castro Faia | Encerrado GEPSA 04/05/20 | Jan 2016 a dez 2019 | 20,30% | Não renunciou |
| 13 | 2082017 | SEA 85020219 | SELA 425320200 | Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância orgânica e vigilância eletrônica. | Casvig Catariense de Segurança e Vigilância Ltda. | Encerrado DSAS 04/05/20 | N/A | N/A | Não realizou nenhuma negociação |
| 14 | 03720220 | SEA 270520200 | SELA 419620200 | Contratação de empresa para a prestação de serviços de consultoria para diagnóstico do Plano SC Saúde tecnológica e condições estabelecidas. | Fisk & Cavalcanti - Apoio Administrativo e Empresa Ltda. (Qual) | Encerrado DSAS 04/05/20 | N/A | N/A | |
| 15 | 11820216 | SEA 143520219 | SELA 420220200 | Contratação de serviços de gestão informatizada de plano de saúde, com a criação dos sistemas patrimonial e a entrega dos obrigações de entrega tecnológica e condições estabelecidas. | Soluzi Suplementar Soluziões em Gestão de Consultoria e Treinamento Ltda (Qualiter) | Encerrado DSAS 04/05/20 | N/A | N/A | |
| 16 | 11720218 | SEA 82320219 | SELA 423120200 | Serviços de servente, cope, telefonista, recepção, zeladoria e técnico de informática. | Orbenk - Administradora e Serviços Ltda. | Encerrado DSAS 04/05/20 | N/A | N/A | Acréscimo de 50% do reajuste do Montante B |
| 17 | 19820214 | SEA 61520219 | SELA 424320200 | Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar, com substituição de peças. | A.Alexis - Assistência Técnica | DSAS | N/A | N/A | Acréscimo de 25% do valor do contrato durante a pandemia. |

Entrega de material nos CAS do interior

Diminuição da frequência de entrega de material de expediente e limpeza nos CAS do interior para redução de custo de transporte. Após ações de planejamento e conscientização, as entregas passaram de bimestrais a quadrimestrais, diminuindo o custo em 50%.

Ação Governo sem Papel.

Adesão ao programa no credenciamento de clínicas, hospitais e profissionais de saúde, processos de fiscalização de contratos e pagamentos, com redução de impressões e guarda de documentos.

2020

- Apoio à DSAS no enfrentamento à pandemia de Covid-19.
- Intermediação de ações de economicidade na execução dos contratos de serviços terceirizados e adaptação das instalações para o retorno às atividades presenciais.
- Encerramento do Termo de Permissão de Uso Remunerado N° 036/2014.
- Mudança da Perícia Médica do Estado na cidade de Florianópolis para o mesmo prédio do SC Saúde, com economia em aluguel, manutenção e serviços de vigilância e serviços. Segue quadro com economia estimada anual resultante da ação:

| CUSTO ESTIMADO – PERÍCIA FLORIANÓPOLIS | | | | |
|----------------------------------------|-------------------------|------------|----------------------|-----------------------|
| OBJETO | VALOR UNITÁRIO (MENSAL) | QUANTIDADE | TOTAL MENSAL | TOTAL ANUAL |
| Vigilância Orgânica | R\$ 26.317,89 | 1 | R\$ 26.317,89 | R\$ 315.814,68 |
| Água | R\$ 0,00 | 1 | R\$ - | R\$ - |
| Luz | R\$ 0,00 | 1 | R\$ - | R\$ - |
| Ar Condicionado | R\$ 0,00 | 1 | R\$ - | R\$ - |
| Instrutor Informática | R\$ 5.500,00 | 1 | R\$ 5.500,00 | R\$ 66.000,00 |
| Locação imóvel | R\$ 25.840,69 | 1 | R\$ 25.840,69 | R\$ 310.088,28 |
| Servente 8h | R\$ 3.274,84 | 2 | R\$ 6.549,68 | R\$ 78.596,16 |
| TOTAL | R\$ 60.933,42 | 1 | R\$ 64.208,26 | R\$ 770.499,12 |

2021

- Melhoria na estrutura do Prédio da Diretoria de Saúde do Servidor. Aquisição de cortina, equipamentos para videoconferência, troca das películas da fachada do prédio (sem custo para a DSAS), aquisição de forro mineral e atualização da comunicação visual da DSAS com apoio da Assessoria de Marketing;
- Centralização das certificações dos contratos das Perícias e da DSAS na GESAD;
- Entrega do imóvel da Perícia de Joinville para o IPREV através de descentralização financeira, gerando uma maior economia e menor retrabalho;
- Contratação de um novo imóvel para a Perícia Médica de Joinville passando para um local mais seguro e com condições ideais de trabalho;
- Finalização da mudança da Perícia Médica de Florianópolis para o mesmo prédio da Diretoria de Saúde do Servidor/ SC Saúde, resultando em economia estimada de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais) por ano;
- Regularização do imóvel da Perícia Médica de Criciúma;
- Estruturação da GESAD com a vinda de um servidor para compor as demandas da Gerência;
- Auxílio no encerramento de Unidades Periciais, conforme determinação da Gerência de Perícia Médica. Perícias encerradas em 2021: Ibirama, Ituporanga, São Joaquim, e Araranguá.

2022

- Mudanças no layout, instalação de divisórias, adequação de mobiliário e redimensionamento das instalações elétrica e lógica para melhor acomodação dos servidores da Perícia Médica no prédio da DSAS em Florianópolis e manutenção da qualidade do atendimento tanto do SC Saúde quanto do serviço pericial com apoio da DIAF – Diretoria Administrativa e Financeira;
- Mudança de endereço das Perícias de Videira e Tubarão para melhoria nas condições de trabalho dos servidores e atendimento aos periciandos;
- Realocação da Perícia Médica de Chapecó para o mesmo imóvel do CAS de Chapecó a partir de 18/08/2022, gerando uma economia anual de R\$ 48.768,00 em aluguel e R\$ 3.360,00 em condomínio.
- Auxílio no encerramento de Unidades Periciais, conforme determinação da Gerência de Perícia Médica. Perícias encerradas em 2022: Xanxerê e Caçador
- Sendo em Xanxerê uma economia anual de R\$ 39.900,00 em aluguel, R\$ 4.200,00 em condomínio e aproximadamente R\$ 1.200,00 com água e Caçador uma economia anual de R\$ 37.620 em aluguel.
- Negociação da manutenção do Prédio da DSAS com o custo de todas as despesas pagas pelo proprietário do imóvel (DAROS), gerando uma economia aproximada de R\$ 55.000,00.

Gerência de Finanças e Contabilidade do Plano de Saúde do Servidor

(Diretoria Administrativa E Financeira Juntamente Com Dsas – Diretoria De Saúde Do Servidor) Resultado Orçamentário - 2019 A 2022

| RECEITAS/DESPESAS | 2019 | 2020 | 2021 | 2022* | TOTAL |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| RECEITA ARRECADADA | 700.518.388,00 | 774.500.767,52 | 780.107.898,98 | 653.675.318,27 | 2.908.802.372,77 |
| PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS – PJ | 571.402.624,37 | 487.949.432,53 | 575.781.614,52 | 481.538.890,13 | 2.116.672.561,55 |
| PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS – PF | 4.025.051,76 | 1.482.699,23 | 942.081,67 | 337.774,23 | 6.787.606,89 |
| GESTÃO/SISTEMA SC SAÚDE | 71.732.412,52 | 74.682.358,76 | 66.175.840,28 | 21.071.067,56 | 233.661.679,12 |
| OUTRAS DESPESAS | 19.218.998,23 | 16.806.092,17 | 18.598.661,53 | 15.340.470,59 | 69.964.222,52 |
| TOTAL DESPESAS LIQUIDADAS | 666.379.086,88 | 580.920.582,69 | 661.498.198,00 | 518.288.202,51 | 2.427.086.070,08 |
| RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | 34.139.301,12 | 193.580.184,83 | 118.609.700,98 | 135.387.115,76 | 481.716.302,69 |

*Até Setembro/2022

| RECEITAS/DESPESAS | 2019 | 2020 | 2021 | 2022* | TOTAL |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| RECEITA ARRECADADA | 700.518.388,00 | 774.500.767,52 | 780.107.898,98 | 653.675.318,27 | 2.908.802.372,77 |
| PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS – PJ | 574.726.814,85 | 578.518.753,58 | 684.816.969,97 | 557.366.051,53 | 2.395.428.589,93 |
| PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS – PF | 4.488.547,11 | 2.112.476,54 | 1.238.092,54 | 515.014,94 | 8.354.131,13 |
| GESTÃO/SISTEMA SC SAÚDE | 78.270.284,24 | 81.388.950,38 | 72.843.031,08 | 23.683.455,80 | 256.185.721,50 |
| OUTRAS DESPESAS+RESTOS A PAGAR | 19.517.930,24 | 18.920.733,22 | 20.654.011,32 | 17.345.502,73 | 76.438.177,51 |
| TOTAL DESPESAS PAGAS | 677.003.576,44 | 680.940.913,72 | 779.552.104,91 | 598.910.025,00 | 2.736.406.620,07 |
| RESULTADO FINANCEIRO | 23.514.811,56 | 93.559.853,80 | 555.794,07 | 54.765.293,27 | 172.395.752,70 |

* Até Setembro/2022

VALORES EM BANCO

| ANO | 2019 | 2020 | 2021 | 2022* |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| SALDO BANCÁRIO | 340.531.331,38 | 434.581.572,12 | 434.700.704,12 | 490.348.330,50 |
| (-) LIMITE DE SAQUE BLOQUEADO | | | | -63.846.972,67 |
| LIMITE DE SAQUE | 340.531.331,38 | 434.581.572,12 | 434.700.704,12 | 426.501.357,83 |

* Até Setembro/2022

Gestão Administrativa e Financeira da SEA

Diretoria Administrativa e Financeira – DIAF

São competências da Diretoria Administrativa e Financeira da SEA, subordinada diretamente ao Gabinete do Secretário, planejar, dirigir, formular, coordenar, orientar, promover, analisar, supervisionar e executar as atividades de planejamento orçamentário, execução orçamentária e financeira, finanças, contabilidade, administração, compras por dispensa e inexigibilidade de licitação, acompanhamento de contratos, obras, manutenção, zeladoria, acompanhamento de mão de obra terceirizada, logística, transporte, protocolo, almoxarifado e patrimônio setorial móvel da Secretaria e das demais unidades atendidas pelo Centro de Serviços Compartilhados.

Síntese das principais ações realizadas no período de 2019-2022

Centro de Serviços Compartilhados – Criação e Implementação

Participação efetiva na criação e implementação do Centro de Serviços Compartilhados do Centro Administrativo do Governo do Estado objetivando a execução centralizada de atividades de Apoio Operacional (englobando todo o processo de logística, transporte, protocolo, almoxarifado, patrimônio, manutenção, zeladoria e acompanhamento de mão de obra terceirizada); atividades Administrativas (englobando todo o processo de planejamento para aquisições, contratações, licitações, acompanhamento de contratos e tecnologia da informação); atividades de Finanças e Contabilidade (englobando todo o processo desde planejamento orçamentário e financeiro, gestão orçamentária e financeira, bem como contabilidade), nos termos do Decreto nº 279, de 25 de setembro de 2019.

Governo Sem Papel – Mapeamento e implementação no âmbito da DIAF

Mapeamento e adequação dos fluxos de trabalho e documentos para possibilitar o desenvolvimento das atividades de forma 100% digital, contemplando a elaboração de Instruções de Trabalho e definições claras das atividades e padrões a serem adotados, inclusive propondo novas funcionalidades no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe, a exemplo do “*agrupamento*”. Tais ações facilitaram o acompanhamento e conferência dos processos, resultando em maior confiabilidade e transparência, além da agilidade na assinatura do grande volume de documentos emitidos pela DIAF aos gestores e ordenadores de despesas.

Revisão de Contratos Compartilhados

Mapeamento de contratos que necessitavam de revisão no tocante a valores e quantitativos, especialmente aqueles relacionados à Rede de Governo, resultando em uma redução significativa do custo mensal dos serviços, refletindo de forma global, no comparativo com o valor mensal pago aos fornecedores ao término do Exercício 2018. A título de ilustração, o valor mensal pago em 2018 para os serviços de: Backbone / Capilaridade / Provedor Internet / Satélite / Serviço Telefonia IP Corporativa era de: R\$ 3.117.623,05. Já em 2019 passou para: R\$ 2.269.011,40.

Economia obtida: **R\$ 848.611,65 mensais.**

Revisão da metodologia de rateio de Contratos Compartilhados – Rede de Governo/Correios

Impulsão para mudança gradual da metodologia utilizada anteriormente com contrato pago de forma centralizada pelo Fundo de Materiais Publicações e Impressos Oficiais - FMPIO e posteriormente rateado junto aos órgãos atendidos, o que ocasionava problemas relativos à cobrança e inadimplência. A proposta de solução foi a realização de licitação de forma centralizada e contratos individualizados por órgão ou por meio de termo de Adesão, onde cada órgão efetua o pagamento de suas despesas diretamente ao fornecedor, otimizando tanto questões administrativas quanto financeiras.

Planejamento Interno de Projetos e Aquisições

O Planejamento Interno de Projetos e Aquisições teve início em janeiro de 2021. A proposta da DIAF foi pioneira no sentido de realizar reuniões junto às demais diretorias e coordenadorias a fim de possibilitar a prévia identificação, quantificação e planejamento no sentido de buscar alternativas para atender às demandas de cada setor (aquisições, serviços comuns, serviços de engenharia e obras), mantendo o equilíbrio no planejamento orçamentário da organização, bem como uso racional dos recursos públicos, possibilitando a maximização dos resultados institucionais. Após as reuniões foi possível consolidar as informações e transformar tal planejamento em rotina anual, facilitando o atendimento às diretrizes impostas pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Lei nº 14.133/2021, cuja vigência plena se dará a partir de julho de 2023. Esse conjunto de informações tem sido importante ferramenta, inclusive, para a revisão do Plano Plurianual (PPA) e para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) da Secretaria de Estado da Administração e Fundos sob sua responsabilidade, além das informações que servirão para subsidiar o Plano de Contratações Anual da pasta. Após a implementação do Planejamento Interno de Projetos e Aquisições já ficaram evidentes tanto os resultados positivos quanto a própria mudança cultural dos envolvidos no processo, além de uma visão mais estratégica, abrangente e transparente das contratações públicas. A atuação administrativa programada é necessária, de modo que o planejamento não seja lembrado apenas em função do surgimento de cada nova demanda. A ação precisa ser prévia, porém dinâmica, alinhada às peças orçamentárias, envolvendo todas as contratações previsíveis do órgão enquanto ferramenta nodal para uma gestão pública eficiente. Planejamento é a palavra de ordem, colocando-se no centro de toda a atuação da Administração Pública, transformando-o em sua pedra de toque. Planejar nada mais é do que aplicar procedimentos racionais para a tomada de decisão frente a determinado objetivo, traçando um cronograma do que deve ser feito para o alcance daquilo que se pretende realizar, com a consequente otimização de recursos, especialmente no que diz respeito a recursos humanos, temporais e financeiros.

Redução de Custos – Trabalho Remoto

Em função da situação imposta no período da pandemia de COVID-19, a partir do mês de março de 2020, grande parcela dos servidores da SEA passou a trabalhar de modo remoto. Também por conta disso, houve redução significativa de alguns custos do órgão, a exemplo daqueles relacionados ao serviço de água, esgoto e energia elétrica, além do consumo de materiais de limpeza, saneantes e água mineral.

Importante ressaltar que, após a finalização das reformas de todos os blocos do Centro Administrativo, o que deverá otimizar seu espaço como um todo e, independentemente da manutenção ou ampliação do atual modelo de trabalho remoto/híbrido, não deverá ser necessária locação de outros espaços, evitando custos neste sentido.

Captação de Recursos para atendimentos aos projetos da SEA (superávit/suplementações)

A qualificação dos mecanismos de Controle de despesas por meio do detalhado mapeamento dos gastos e investimentos, bem como da cobrança sistemática em relação aos inadimplentes, aliado aos resultados expressivos de superávit nas arrecadações próprias dos Fundos geridos pela SEA, possibilitaram a melhoria na relação da pasta junto à Secretaria de Estado da Fazenda. Tal situação viabilizou a devolução dos recursos aferidos por meio de superávit financeiro ao orçamento da SEA e seus fundos, destinando-os a importantes projetos em âmbito Estadual, que haviam sido previamente mapeados por meio do Planejamento Interno de Projetos e Aquisições, somados ainda à aprovação de suplementações orçamentárias de Recursos do Tesouro, conforme valores demonstrados a seguir:

| | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2022 | | TOTAL | |
|---------------|-------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| | *Superávit do Exerc. Anterior | Valor recuperado/suplementado | Superávit do Exerc. Anterior | Valor recuperado/suplementado |
| FMPIO | 3.637.494,20 | 1.800.205,68 | 1.600.769,96 | 0,00 | 9.043.190,84 | 949.209,76 | 9.532.112,22 | 9.555.853,93 | 23.813.567,22 | 12.305.269,37 |
| FUNPAT | 2.007.168,53 | 1.353.905,54 | 440.846,55 | 0,00 | 6.909.981,39 | 5.543.723,03 | 7.325.699,28 | 10.254.942,17 | 16.683.695,75 | 17.152.570,74 |
| SEA | Rec. Tesouro | 10.000.000,00 | Rec. Tesouro | 137.668,46 | Rec. Tesouro | 137.668,46 | Rec. Tesouro | 9.212.289,61 | - | 19.487.626,53 |
| TOTAL | 5.644.662,73 | 13.154.111,22 | 2.041.616,51 | 137.668,46 | 15.953.172,23 | 6.630.601,25 | 16.857.811,50 | 29.023.085,71 | 40.497.262,97 | 48.945.466,64 |

*Houve repasse prévio ao Tesouro que não se converteu em Superávit

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, 10/2022

Aprimoramento na utilização do Acompanhamento Físico-Financeiro

Cadastramento e operacionalização dos Objetos Execução (OE), na forma do Decreto nº 1534/2021, como instrumento de acompanhamento do produto das subações finalísticas da SEA e CGE, com mapeamento, comprovação e detalhamento do resultado obtido, bem como do valor despendido para cada despesa executada, gerando controles e lançamentos adicionais, conforme exemplo ilustrativo a seguir:

Lançamentos realizados em 2022.

| | | |
|-------------------------------|-------------------------------------------|-----------------|
| Módulo AFF – Objetos Execução | Cadastramento e operacionalização dos OES | Total = 173 OEs |
| | | UG 410007 = 51 |
| | | UG 470001 = 48 |
| | | UG 410091 = 34 |
| | | UG 410092 = 17 |
| | | UG 410093 = 23 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, 12/2022

Melhorias relacionadas aos Sistemas Administrativos de Administração Financeira e Contabilidade e Planejamento Orçamentário provocadas pela DIAF

Atuação junto à Secretaria de Estado da Fazenda, responsável pelos Sistemas Administrativos de Administração Financeira e Contabilidade e Planejamento Orçamentário, resultando em melhorias no SIGEF, principalmente em lançamentos relacionados aos pagamentos de prestadores do Plano SC Saúde, dado seu elevado número, conforme segue:

- Inclusão do número do processo SGPe em campo específico na liquidação de Arquivo Prestador para consulta e rastreio de pagamento;
- Inclusão de valor total no documento “Certificar Itens Arquivos Prestadores” a fim de se obter o valor total do Arquivo Prestador inserido no processo para pagamento, facilitando as estimativas de valores a empenhar e outros controles;
- Migração das liquidações de Restos a Pagar de Arquivos Prestadores para o exercício seguinte - Processo SEA 6193/2021;
- Ampliação do prazo para a execução de restos a pagar que historicamente era fixado em 31/01, para o último dia útil de março.

Construção de melhorias administrativas dando maior transparência e celeridade aos processos necessários à Gestão Financeira do Plano de Saúde;

Alinhamento de fluxos de trabalho e elaboração de documentos junto às gerências da Diretoria de Saúde do Servidor - DSAS e empresas que administram o SC Saúde, por meio da atuação da recém criada Gerência de Finanças e Contabilidade do Plano de Saúde do Servidor, instalada fisicamente no prédio da DSAS.

Manutenção no Centro Administrativo

Sinalização Visual (Frontlight/Placas)

Atendendo à Lei Estadual nº 18.193/2021, que passou a denominar o espaço onde está o Centro Administrativo como “Governador Casildo João Maldaner”, o painel de identificação frontal (frontlight), que já apresentava deterioração devido à ação do tempo e demais intempéries comuns ao clima da cidade, foi restaurado e também modernizado, trazendo maior segurança e também melhorando o aspecto visual da fachada do complexo. Também foram instaladas novas placas de sinalização no estacionamento do Centro Administrativo, com melhor identificação tanto da localização dos blocos, limite de velocidade, bem como das vagas destinadas a autoridades, idosos e pessoas com deficiência, conferindo maior clareza e, conseqüentemente, segurança para servidores, visitantes e demais usuários que venham a transitar pelo espaço.

Subestações de Energia Elétrica

O Centro Administrativo do Governo do Estado conta com seis subestações de energia elétrica. Nessa gestão foram retomadas as manutenções periódicas de modo preventivo e corretivo, com a finalidade de evitar oscilações e mesmo interrupções no fornecimento de energia. Tal ação busca também propiciar redução de despesas com outras manutenções corretivas de maior vulto, de modo inesperado e que poderiam ocasionar prejuízos maiores, seja pela paralisação das mais diversas atividades desenvolvidas no complexo ou mesmo pela eventual necessidade de contratações emergenciais, usualmente mais dispendiosas.

Cisternas e Caixas d'água

Realizamos manutenção global no sistema de bombas d'água do Centro Administrativo, que há tempos funcionava de modo parcial e precário, sob risco de curtos-circuitos, além da carência de peças e equipamentos, inclusive aqueles necessários para redundância. Havia, de fato, risco iminente de parada abrupta do sistema, o que deixaria o complexo sem abastecimento, inclusive da Reserva Técnica de Incêndio - RTI. A obra foi realizada em 2021.

Também foi corrigida a cisterna localizada no Bloco IV do Centro Administrativo, que abastece o prédio, o que contemplou a correção de trincas e fissuras que causavam vazamentos e desperdício de água potável. Já em relação à parte elétrica, os quadros e bombas estavam deteriorados por conta da ação do tempo e necessitavam de uma série de manutenções corretivas, que foram realizadas em 2019.

Ainda, a caixa d'água do Bloco II estava com sua estrutura e vedação interna comprometidas, ocasionando vazamentos no barrilete, além da necessidade de reparos na impermeabilização da parte superior. A tubulação metálica de água e incêndio apresentavam corrosão, necessitando de troca imediata, o que foi contemplado na obra realizada em 2021.

Plantio de árvores frutíferas, colocação de bancos e substituição de lixeiras

Revitalização da área verde por meio do plantio de 87 (oitenta e sete) mudas de árvores nativas, em sua grande maioria frutíferas, aquisição de novas lixeiras de coleta seletiva, bancos e mesas de jardim. Tal ação foi realizada com vistas inicialmente à reposição de flora (eucaliptos cujo corte foi recomendado pela Floram, devido a questões de segurança), criando um ambiente harmônico no local, melhorando não apenas aspectos estéticos, mas também contribuindo na qualidade de vida dos servidores, colaboradores e demais visitantes que transitam pelo espaço. Na oportunidade foram convidados servidores e colaboradores que trabalham no Centro Administrativo para participação ativa no plantio das árvores, ação que impactou positivamente especialmente no retorno às atividades presenciais após a pandemia. A ação resultou na melhoria da qualidade de vida de servidores e colaboradores, que agora têm oportunidade de passar seu intervalo de almoço e/ou lanche junto à natureza, inclusive sendo observada maior integração entre pessoas de diferentes áreas / setores neste período.

Reforma e revitalização do Centro Administrativo

Aquisição de Gerador de eletricidade para uso no Teatro Pedro Ivo e Gabinete do Governador

Aquisição de um grupo gerador a diesel, cabinado, com potência mínima emergencial de 375 kVA, trifásico, com fator de potência 0,8, nas tensões de 380 / 220 / 217 Vca em 60 Hz, com painel de comando e controle automático, microprocessado, composto de motor diesel, gerador / alternador, base metálica, cabine / contêiner, comando e controle, força e acessórios. 2018CT014060. PROC SEA 820/2019. Esta aquisição traz segurança aos usuários do Teatro Pedro Ivo, e possibilita a continuidade dos trabalhos no Gabinete do Governador em eventual falta de energia elétrica.

Projeto e Execução Bloco I

O Bloco I do Centro Administrativo Governador Casildo João Maldaner abriga uma série de órgãos e instituições, a saber: (i) Gabinete do Governador do Estado; (ii) Secretaria-Geral de Governo; (iii) Gabinete do Vice Governador do Estado; (iv) Casa Civil; (v) Casa Militar; (vi) Secretaria de Estado da Comunicação; (vii)

Secretaria Executiva de Articulação Nacional; (viii) Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais.

Os projetos executivos necessários à reforma (Arquitetônico, Elétrico, Rede Lógica e Telefonia, Hidrossanitário, Climatização, Sistema Preventivo PPCI e Estrutural) foram elaborados pela Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade - SIE, em especial para atendimento aos Inquéritos Cíveis nº 06.2008.00000317-5 e 06.2010.00000630-3, oriundos da 28ª Procuradoria de Justiça da Comarca da Capital de Defesa do Meio Ambiente, que acabaram por se tornar a Ação Civil Pública de SIG n. 08.2021.00326506-5 e E-proc n. 5063526-06.2021.8.24.0023.

A reforma visa principalmente a modernização do espaço, implementando funcionalidade flexível com o uso de piso elevado, móveis e divisórias corporativas, objeto do contrato CT0001/2022/SEA, cuja fiscalização é de responsabilidade de SIE e gestão realizada pela SEA, mais especificamente pela Gerência de Manutenção - GEMAN, vinculada à Coordenadoria de Apoio Operacional - COAPO, da Diretoria Administrativa e Financeira - DIAF e que demanda acompanhamento diário, tomada de decisões e apoio nas questões e intercorrências que costumam ocorrer em reformas desse porte. A expectativa é de que a obra seja entregue ainda em 2022.

O escopo do contrato atual limita-se às dependências internas da edificação, sendo que a última reforma voltada à parte externa ocorreu no ano de 2017, por meio da Concorrência 195/2016, que tratou paliativamente de patologias formadas pelo tempo e ausência de manutenções periódicas. Atualmente, devido ao tempo decorrido desde a última obra, aliado às intempéries somadas à poluição e agressão da maresia, a própria encontra-se novamente deteriorada, necessitando de recuperação e consequente modernização. Algumas intervenções com novos materiais serão feitas com o objetivo de incorporar melhorias, valorizando e modernizando o imóvel, preservando suas características arquitetônicas, por meio da contratação de empresa para execução de projeto elaborado internamente pela equipe da GEMAN/COAPO/DIAF. O projeto pode ser consultado diretamente no SGPe por meio do processo SEA 9868/2022.

Projetos Plocos II, IV e Anexos

Realização de tratativas para elaboração do projeto completo de layout interno do Bloco II para adequação do espaço ocupado pela SEA, contemplando orientação à empresa vencedora do certame licitatório na elaboração dos projetos complementares, de forma a atender futura reforma do imóvel, tornando-o mais moderno, funcional e acessível.

Elaboração de projeto de layout arquitetônico do bloco IV e demais edificações de menor porte do Centro Administrativo, com encaminhamento para licitação de demais projetos para atender as exigências tanto dos órgãos municipais quanto do próprio Ministério Público do Estado de Santa Catarina, quanto à adequação das edificações relacionadas às normas vigentes de acessibilidade, possibilitando a futura obtenção de habite-se.

Cabe salientar que os Inquéritos Cíveis que tramitam na 28ª e na 30ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital versam sobre demandas que envolvem ações de intervenção nestes imóveis, visando a resolução e atendimento aos seus pleitos em curto espaço de tempo.

Após a conclusão das obras do Bloco IV, deverá ser iniciada a instrução de processo, visando a Concessão de Permissão de Uso de Espaço Público para instalação de restaurante e cafeteria no prédio.

Recuperação de Muro nos Fundos do Centro Administrativo

Foi realizada a obra de restauração do muro de contenção localizado ao fundo do espaço Centro Administrativo, que faz divisa com a Creche Dominica Maria da Costa situada à Rua Virgílio Várzea. O estado do muro era crítico, com fissuras, rachaduras e abaulamento da superfície de alvenaria, em risco iminente de colapso. O primeiro Laudo técnico de engenharia que trouxe à tona este problema é datado de Abril/2014 e havia sido negligenciado desde então, sendo que a obra corretiva foi devidamente finalizada em fevereiro de 2022.

Contratação de Projeto e Execução para Implantação de nova rede de fibra óptica

A implantação das reformas externas no complexo do Centro Administrativo é composta por três grandes etapas, sendo elas: (i) implantação de nova rede de fibra óptica; (ii) esgotamento sanitário; (iii) reurbanização. É importante ressaltar que a etapa de reurbanização compreende a implantação do projeto de acessibilidade, a ampliação da rede de captação pluvial, bem como a redimensionamento, modernização e ampliação do sistema de iluminação externa dos estacionamentos e calçadas.

A modernização do sistema de fibra óptica trouxe diversos benefícios para o erário, atualizando a infraestrutura e tornando a manutenção mais ágil e econômica, tendo em vista que o sistema anterior estava defasado, ultrapassado e de difícil acesso. Atualmente todo o trajeto está devidamente mapeado, viabilizando a compatibilização com futuras obras a serem realizadas na parte externa.

Contratação de projeto e execução para implantação da rede de esgotamento sanitário

O sistema vigente é precário e está defasado em sua manutenção, comprometendo inclusive o lençol freático, constatada a falta de impermeabilização e tratamento adequado (digestor anaeróbico) em fossa integrante do sistema individual de esgotamento sanitário, com infiltração do efluente no lençol freático, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 854/2020, da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis - FLORAM constante do Processo SEA 1694/2021 (págs. 03-06), evidenciando sua desconformidade em relação à legislação ambiental, podendo dar causa a aplicação de penalidades por parte dos órgãos fiscalizadores.

A contratação deste projeto mostra-se imprescindível à adequada execução do sistema de esgotamento sanitário no Centro Administrativo, com vistas à obtenção do Alvará Sanitário habite-se para todos os blocos integrantes do complexo, resolvendo finalmente demanda antiga e recorrente por parte do MP/SC.

Cabe reiterar que a adequação do sistema de esgotamento sanitário é parte integrante dos requisitos para solucionar os Inquéritos Cíveis da 28ª Procuradoria de Justiça da Comarca da Capital de Defesa do Meio Ambiente e da 30ª Procuradoria de Justiça da Comarca da Capital.

Projetos de Acessibilidade e reurbanização externa

Elaboração de projeto de grande porte para subsidiar a contratação, via licitação, de empresa especializada na execução neste tipo de obras, visando a adequação às normas legais e vigentes no que diz respeito à acessibilidade da parte externa do Centro Administrativo. Tal projeto / obra deve contemplar passeios, acessos aos blocos existentes, área de estacionamento e afins, também indispensáveis para atendimento ao indicado no Inquérito Civil nº 06.2019.00004982-4, oriundo da 30ª Procuradoria de Justiça da Comarca da Capital.

Reforma e Projetos de Iluminação Externa

A condição atual da iluminação externa é precária, sendo que em vários setores a iluminação é inoperante devido a questões de infraestrutura, apresentando danos e rompimentos em cabeamentos de alimentação, comprometendo tanto questões estéticas de visualização quanto a própria segurança dos usuários. Faz-se necessária a elaboração de novo projeto para modernização e ampliação da estrutura atual.

Também deverá ser contemplada a inclusão de duto para futura passagem de cabeamento para implantação de sistema de Circuito Fechado de TV - CFTV, com vistas ao adequado monitoramento do espaço como um todo.

Projetos Drenagem Pluvial

O sistema empregado nas dependências do Centro Administrativo atualmente é precário e encontra-se defasado em sua manutenção, sendo que algumas áreas foram pavimentadas, diminuindo a permeabilidade do solo, além da ação da própria natureza, com o registro de raízes que adentraram nas canalizações, prejudicando o escoamento das águas pluviais, ocasionando em pontos de alagamentos e transtornos aos usuários do Centro Administrativo. Tal obra deverá se integrar àquela de acessibilidade e reurbanização em diversos trechos, vistas as alterações nas calçadas e locais do estacionamento, onde as novas pavimentações terão alturas modificadas quando comparadas aos pisos atuais, influenciando no deságue nas caixas coletoras.

A construção das canalizações de drenagem deve ser prévia à construção de calçadas para atendimento às normas de acessibilidade, integrando as obras para que não ocorra retrabalho e sejam atendidos os princípios de razoabilidade e economicidade.

Contratação de Adequação do Bloco III para abrigar setores da CGE

Contratação e execução de obras civis de Reforma e Adaptação parcial do Bloco III do Centro Administrativo, áreas no ático e térreo, para acomodar servidores da Corregedoria-Geral do Estado e da Ouvidoria-Geral do Estado, do quadro da Controladoria-Geral do Estado – CGE, cuja criação data da Reforma Administrativa ocorrida em 2019 e carecia de estrutura própria até então.

Elaboração de outros Projetos Arquitetônicos Diversos

I – Edificação comercial do IPREV localizada no Centro de Florianópolis, para uso do PROCON

Por solicitação do PROCON, a Gerência de Manutenção - GEMAN, vinculada à Coordenadoria de Apoio Operacional - COAPO, da Diretoria Administrativa e Financeira - DIAF, realizou visita e levantamento de imóvel localizado na região central de Florianópolis, de propriedade do IPREV com intuito de embasar através de layout o uso do imóvel pelo IPREV. Após levantamento, foi elaborado orçamento-base com estimativa de custos para reforma do imóvel.

II – Ambiente “NIDUS” para sala locada no espaço da ACATE

Com a finalidade de inserir o Poder Executivo no ambiente de inovação catarinense, em especial das startups e corporates, permitindo a troca de experiências e conexões, houve a contratação da Associação Catarinense de Tecnologia - ACATE, para realização de serviços de consultoria para elaboração, gestão e avaliação do Programa da Inovação Aberta do Estado, pautado em metodologia específica desenvolvida na Linha Lab da ACATE. Como houve a disponibilização de uma sala privada de trabalho na própria ACATE a GEMAN desenvolveu um projeto arquitetônico para acomodação da equipe que faz uso do espaço.

III - Perícia Médica de Tubarão

A GEMAN elaborou projeto contemplando a parte arquitetônica, elétrica, hidráulica e preventiva de incêndio para adequação de imóvel localizado no município de Tubarão para uso da perícia médica.

Encerramento ADRs – Documentação

As equipes da Gerência de Manutenção - GEMAN e Gerência de Logística e Transporte - GELOG realizaram, em parceria, o recolhimento de toda a documentação e materiais diversos das extintas Agências de Desenvolvimento Regional – ADRs, conforme Decreto nº 03, de 18 de janeiro de 2019 e Instrução Normativa nº05/2019, além da disponibilização de recursos orçamentários e financeiros para contratação do CIASC, visando a digitalização de todo o acervo existente.

Logística e Transporte – Perícias Médicas

Gestão da logística, transporte e apoio operacional no encerramento de atividades de unidades de Perícias Médicas no interior do estado, contemplando montagem, desmontagem, deslocamento para mudança de móveis e equipamentos, além de diversos reparos e manutenções nas estruturas utilizadas para sua posterior devolução ou reutilização.

Destinação de Bens Móveis

Operacionalização para a doação de 374 (trezentos e setenta e quatro) itens do antigo mobiliário do Bloco I do Centro Administrativo Governador Casildo João Maldaner ao Hospital Infantil Joana de Gusmão, atuação da Gerência de Apoio Operacional da Casa Civil, vinculada à Coordenadoria de Apoio Operacional - COAPO, desta Diretoria.

Foram também doados, via transferência definitiva, à Secretaria de Estado da Saúde - SES, 412 (quatrocentos e doze) bens móveis, a exemplo de mesas, armários, cadeiras, aparelhos de ar condicionado e aparelhos telefônicos. A distribuição dos itens foi realizada pela própria SES, que contemplou não apenas sua estrutura

direta (a exemplo da Gerência de Gestão de Pessoas e Assessoria de Comunicação), como também a rede hospitalar (Maternidade Carmela Dutra e Hospital Nereu Ramos).

Tais itens faziam parte do mobiliário da atualmente desativada Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (DIOESC), bem como das ADRs que foram desativadas no interior do Estado. Tal ação foi coordenada pela Supervisão de Patrimônio, vinculada à Coordenadoria de Apoio Operacional - COAPO, da DIAF.

COVID-19

Amplio apoio e suporte à CIPA, especialmente nas ações de enfrentamento ao COVID-19, contemplando desde a distribuição local de cartazes e álcool gel, até mesmo o monitoramento contínuo e orientação para uso de máscaras e higienização das mãos e ambientes, com vistas a garantir condições de segurança para servidores, colaboradores e demais cidadãos que frequentam o ambiente. Além dos itens relativos à higiene, foram orientados os colaboradores responsáveis pela limpeza para que os cuidados sejam intensificados. Também foi firmado contrato junto a empresa especializada nos serviços de sanitização de ambientes para realização do serviço mediante demanda. Ainda, foram adquiridos painéis em acrílico para as recepções da própria SEA e das perícias localizadas no interior do Estado, garantindo proteção tanto aos colaboradores que atuam nos postos das recepções quanto aos servidores e visitantes.

Instrução e Orientação quanto ao Planejamento das Compras Públicas

Implementação de melhorias na instrução da fase de planejamento das contratações, propiciando orientações técnicas para a construção de novos processos, no que diz respeito à legislação, padronização dos procedimentos e instrução dos processos de compras públicas da Secretaria e das unidades atendidas pelo Centro de Serviços Compartilhados, através de reuniões técnicas e capacitações diversas. Tal ação resultou na elaboração de cartilha abordando o planejamento das contratações públicas e sua importância, contendo modelos de documentos instrutórios e fluxos de instrução processual. O principal benefício tem sido a mudança cultural evidenciada entre os agentes envolvidos, trazendo uma visão mais estratégica das contratações públicas para a instituição.

Processamento das Contratações diretas

Após análise minuciosa, a equipe da DIAF atuou como interveniente promotora na realização das contratações de compras públicas da Secretaria e unidades atendidas pelo Centro de Serviços Compartilhados. Ao longo deste período foram viabilizados 379 (trezentos e setenta e nove) processos da Secretaria e 84 (oitenta e quatro) processos da Controladoria-Geral do Estado - CGE.

Prestação de Contas Cartão de Pagamentos - CPESC

Implementação de melhorias na instrução da fase de prestação de contas, propiciando orientação quanto à legislação e sua utilização, através de capacitações e elaboração de modelos de documentos, resultando na análise e emissão de parecer prévio de 41 (quarenta e um) processos da Secretaria e 05 (cinco) processos da Controladoria-Geral do Estado - CGE. Além disso, os respectivos lançamentos no SIGEF de baixa das prestações de contas relacionadas são realizados no âmbito da DIAF.

Gestão e Acompanhamento de Contratos

Gestão Processual de 108 (cento e oito) contratos atualmente, incluindo as Unidades Gestoras vinculadas à SEA e CGE, envolvendo orientações diversas, instruções processuais, tramitações e lançamentos em sistemas necessários à formalização de novos Contratos, Aditivos, Apostilamentos e Rescisões, tendo sido firmados desde o início de 2019 até outubro de 2022 um total de 114 (cento e quatorze) novos instrumentos contratuais, bem como 357 (trezentos e cinquenta e sete) aditivos àqueles já existentes. Além destes, são geridas também 10 (dez) Atas de Registro de Preço, que correspondem a 354 (trezentos e cinquenta e quatro) itens lançados no SIGEF, que demandam recorrentes lançamentos, edições e alterações.

Otimização na execução da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros vinculados à SEA e CGE

De modo sintético, as tabelas a seguir apresentam os quantitativos de lançamentos e valores relacionados à arrecadação e execução orçamentária e financeira, separados por exercício, considerando o período de janeiro de 2019 a 13 de outubro de 2022.

2019

| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2019 | | | | | | |
|--------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|---------------------|----------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÕES | 47001 | 47091 | 47092 | 47093 | 41007 | TOTAL |
| Pré-empenho (PE) | 735 | 2 | 0 | 0 | 143 | 880 |
| Nota de Empenho (NE) | 1.735 | 592 | 484 | 88 | 220 | 3.119 |
| Liquidação (NL) | 2.248 | 1.456 | 25.584 | 410 | 267 | 29.965 |
| Preparação de Pagamento (PP) | 3.515 | 2.741 | 41.370 | 466 | 438 | 48.530 |
| Ordem Bancária (OB) | 497 | 554 | 2.577 | 126 | 59 | 3.813 |
| Guia de Recebimento (GR) | 147 | 4.246 | 4.898 | 333 | 25 | 9.617 |
| Descentralização de Crédito (DC) | 23 | 11 | 0 | 18 | 3 | 55 |
| Nota Orçamentária (NO) | 31 | 12 | 8 | 9 | 2 | 62 |
| Lançamentos Totais | 8.931 | 9.614 | 74.889 | 1.450 | 1.157 | 96.041 |
| Arrecadado | 0,00 | 73.747.753,76 | 700.518.388,00 | 7.622.021,59 | 0,00 | 781.888.163,35 |
| Empenhado | 139.923.950,80 | 71.525.226,91 | 805.488.894,73 | 2.128.597,76 | 14.236.880,87 | 1.033.303.550,87 |
| Liquidado | 139.322.757,97 | 67.181.341,17 | 677.006.678,59 | 2.157.225,00 | 14.134.490,88 | 899.802.493,61 |
| Pago | 139.144.008,16 | 67.471.001,33 | 677.003.578,44 | 2.113.046,43 | 14.103.274,38 | 899.834.906,74 |
| Restos a Pagar Não Processados Cancelados | 53.949,81 | 2.152.879,81 | 59.150.665,46 | 936.613,05 | 0,00 | 62.294.108,13 |
| | 7% | 41% | 85% | 91% | 0% | |
| Processos Enviados para Pagamento | 880 | 520 | 1.252 | 98 | 90 | 2.720 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, 10/2022

2020

| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2020 | | | | | | |
|--------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÕES | 47001 | 47091 | 47092 | 47093 | 41007 | TOTAL |
| Pré-empenho (PE) | 1.123 | 198 | 238 | 63 | 412 | 2.032 |
| Nota de Empenho (NE) | 1.930 | 309 | 376 | 68 | 594 | 3.277 |
| Liquidação (NL) | 2.841 | 771 | 28.314 | 190 | 577 | 32.693 |
| Preparação de Pagamento (PP) | 4.540 | 915 | 44.538 | 200 | 912 | 51.103 |
| Ordem Bancária (OB) | 453 | 358 | 2.998 | 77 | 145 | 4.027 |
| Guia de Recebimento (GR) | 128 | 2.688 | 4.879 | 224 | 12 | 7.931 |
| Descentralização de Crédito (DC) | 1 | 3 | 0 | 9 | 0 | 13 |
| Nota Orçamentária (NO) | 17 | 13 | 5 | 6 | 3 | 44 |
| Lançamentos Totais | 11.033 | 5.253 | 81.342 | 837 | 2.655 | 101.120 |
| Arrecadado | 0,00 | 51.083.080,62 | 774.500.787,52 | 7.524.645,47 | 0,00 | 833.108.493,61 |
| Empenhado | 143.717.372,17 | 37.001.463,67 | 865.083.408,88 | 902.597,31 | 27.052.404,65 | 873.757.246,68 |
| Liquidado | 142.076.210,02 | 40.107.785,25 | 715.328.798,59 | 914.306,25 | 27.044.318,88 | 925.471.416,97 |
| Pago | 142.041.850,71 | 40.107.785,25 | 680.940.913,72 | 958.484,82 | 27.044.523,40 | 891.093.557,90 |
| Restos a Pagar Não Processados Cancelados | 107.287,07 | 2.241.493,30 | 4.701.593,95 | 0,00 | 20.088,07 | 7.070.460,39 |
| | 8% | 30% | 3% | 0% | 20% | |
| Processos Enviados para Pagamento | 803 | 756 | 2.848 | 514 | 193 | 5.114 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, 10/2022

2021

| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2021 | | | | | | |
|--------------------------------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|---------------------|----------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÕES | 47001 | 47091 | 47092 | 47093 | 41007 | TOTAL |
| Pré-empenho (PE) | 1.027 | 246 | 281 | 39 | 427 | 2.020 |
| Nota de Empenho (NE) | 1.571 | 278 | 389 | 55 | 527 | 2.820 |
| Liquidação (NL) | 2.722 | 688 | 27.045 | 167 | 656 | 31.276 |
| Preparação de Pagamento (PP) | 4.639 | 879 | 42.559 | 188 | 1.111 | 49.374 |
| Ordem Bancária (OB) | 362 | 392 | 3.262 | 111 | 168 | 4.295 |
| Guia de Recebimento (GR) | 226 | 2.353 | 4.972 | 283 | 11 | 7.845 |
| Descentralização de Crédito (DC) | 18 | 17 | 0 | 18 | 12 | 65 |
| Nota Orçamentária (NO) | 33 | 12 | 8 | 7 | 11 | 71 |
| Lançamentos Totais | 10.598 | 4.863 | 78.516 | 866 | 2.923 | 97.766 |
| Arrecadado | 0,00 | 32.398.631,89 | 780.107.898,98 | 7.225.690,64 | 0,00 | 819.732.221,51 |
| Empenhado | 151.602.613,89 | 16.914.843,23 | 808.082.445,87 | 4.082.314,57 | 29.118.829,09 | 1.009.801.046,65 |
| Liquidado | 150.556.763,72 | 18.231.373,09 | 745.152.463,24 | 4.080.887,08 | 29.143.623,39 | 947.165.110,50 |
| Pago | 150.520.638,00 | 18.231.273,09 | 779.552.104,91 | 4.080.887,08 | 29.146.071,43 | 981.530.974,49 |
| Restos a Pagar Não Processados Cancelados | 135.066,89 | 113.918,28 | 508.560,95 | 4.250,00 | 773,59 | 762.569,71 |
| | 5% | 5% | 1% | 9% | 1% | |
| Processos Enviados para Pagamento | 849 | 572 | 3.160 | 112 | 301 | 4.994 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, 10/2022

2022

| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - até 13/10/2022 | | | | | | |
|-----------------------------------------------------|-------------------|-------------------|--------------------|----------------|-----------------|------------------|
| ESPECIFICAÇÕES | 47001 | 47091 | 47092 | 47093 | 41007 | TOTAL |
| Pré-empenho (PE) | 1.058 | 133 | 233 | 32 | 387 | 1.843 |
| Nota de Empenho (NE) | 1.399 | 180 | 348 | 67 | 468 | 2.462 |
| Liquidação (NL) | 2.303 | 659 | 23.303 | 288 | 618 | 27.171 |
| Preparação de Pagamento (PP) | 3.522 | 807 | 36.871 | 314 | 896 | 42.410 |
| Ordem Bancária (OB) | 294 | 363 | 3.197 | 157 | 110 | 4.121 |
| Guia de Recebimento (GR) | 137 | 1.195 | 3.878 | 274 | 4 | 5.488 |
| Descentralização de Crédito (DC) | 16 | 7 | 0 | 11 | 8 | 42 |
| Nota Orçamentária (NO) | 46 | 2 | 6 | 7 | 14 | 75 |
| Lançamentos Totais | 8.775 | 3.346 | 67.836 | 1.150 | 2.505 | 83.612 |
| Arrecadado | 0,00 | 9.931.518,84 | 653.775.426,00 | 14.403.143,69 | 0,00 | 678.110.088,53 |
| Empenhado | 152.086.810,11 | 8.133.373,12 | 834.917.846,30 | 12.929.267,08 | 31.219.591,96 | 1.039.286.888,57 |
| Liquidado | 142.560.603,44 | 5.762.560,94 | 670.208.766,24 | 8.928.985,53 | 30.581.980,85 | 858.042.897,00 |
| Pago | 136.951.667,85 | 5.629.325,26 | 665.682.526,14 | 8.633.851,82 | 29.514.673,07 | 846.412.044,14 |
| Restos a Pagar Não Processados Cancelados | 587.678,48 15% | 181.533,22 28% | 1.762.959,94 1% | 1.126,59 2% | 7.245,78 11% | 2.540.544,01 |
| Processos Enviados para Pagamento | 863 | 472 | 3.177 | 176 | 282 | 4.970 |

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, 10/2022

Regularização de Cauções

Regularização dos saldos remanescentes, advindos de depósitos no Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais - FMPIO, a título de caução para participação em processos licitatórios, correspondentes a editais publicados entre os exercícios de 2004 a 2018.

Reavaliação e incorporação dos itens oriundos da extinção de empresas como CODESC, BESCOR, CODISC, REFLOREST e IAZPE

O decreto de extinção da CODESC trouxe à Secretaria de Estado da Administração a responsabilidade pelo processamento dos bens móveis da empresa, sendo que coube à Supervisão de Patrimônio, vinculada à Coordenadoria de Apoio Operacional - COAPO, da Diretoria Administrativa e Financeira - DIAF realizar a reavaliação, incorporação e destinação dos bens enviados mediante Termo de Devolução de Capital, compreendendo desde uma série de mobiliários de escritório, automóveis, bem como itens extremamente complexos, a exemplo de duas aeronaves e uma série de obras de arte, que foram destinadas a leilão ou outros órgãos, como Casa Civil e Fundação Catarinense de Cultura.

O mesmo se aplica às demais empresas que seguem trazendo demandas recorrentes à Supervisão de Patrimônio.

Fechamento Mensal na contabilidade das extintas ADRs que ainda possuem bens móveis em aberto

A Supervisão de Patrimônio ficou responsável pelo fechamento mensal das extintas Agências de Desenvolvimento Regional - ADRs que ainda possuem algum tipo de pendência em relação à localização, baixa e/ou transferências de bens, sendo que ainda restam 14 ADRs nesta condição, sendo acompanhadas mensalmente até sua desativação definitiva.

Processos de Cessão de Uso de Bens Móveis para órgãos diversos

A Supervisão de Patrimônio ficou responsável pelo mapeamento de bens móveis e elaboração de Termo de Cessão de Uso de uma grande e complexa quantidade de itens para órgãos diversos, a exemplo da: (i) Cessão de uso de equipamentos do parque gráfico da extinta Dioesc para a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; (ii) Cessão de uso de todos os bens localizados no Teatro Pedro Ivo da SEA para a Fundação Catarinense de Cultura - FCC, quando da transferência de responsabilidade do Teatro para aquele órgão.

Fechamento de Perícias

A Supervisão de Patrimônio ficou responsável pelo mapeamento e destinação de bens móveis oriundos do fechamento da Perícia de Florianópolis, o que compreende todo o material permanente contido em edifício com quatro andares, na região central de município, realocando também uma série destes móveis no prédio onde está localizado o SC Saúde, além de outros órgãos e a própria baixa para leilão, gerando uma série de processos até sua conclusão efetiva.

Também a atividade de fechamento de perícias foi realizada em localidades do interior do Estado, a exemplo do município de Chapecó, no qual foram também realizados procedimentos relativos ao mapeamento e destinação de bens móveis.

É também atividade realizada pela Supervisão de Patrimônio o levantamento, inventário e elaboração de Termo de Responsabilidade Patrimonial dos bens móveis localizados nas perícias que permanecem ativas por todo o estado, o que demanda uma série de minúcias para sua efetivação.

Extinção da Secretaria de Estado do Planejamento

A Supervisão de Patrimônio teve forte atuação também no mapeamento, identificação, reavaliação, inclusão, baixa e transferência para outros órgãos, inclusive para a própria SEA, dos bens móveis oriundos da extinção da Secretaria de Estado do Planejamento.

Bens intangíveis

A Supervisão de Patrimônio teve forte atuação no mapeamento e adequação de bens cadastrados no sistema de patrimônio à nova legislação relativa a softwares, considerados como bens intangíveis, tanto no que diz respeito aos bancos de dados da própria SEA quanto da CGE.

Gestão dos Materiais e Bens Móveis oriundos da extinção da Imprensa Oficial

Tendo em vista a extinção da DIOESC, a Supervisão de Patrimônio ficou responsável por toda a destinação dos bens móveis, mapeando e verificando a possibilidade de aproveitamento de cada um dos itens para outros órgãos do Estado ou envio para baixa via leilão dos bens inservíveis. Tal ação minuciosa resultou em uma série de transferências de itens para órgãos que puderam aproveitá-los, a exemplo da Secretaria de Estado da Saúde (SES), que recebeu mobiliário de escritório e também aparelhos de ar condicionado para uso em hospitais, inclusive no período da pandemia de COVID-19; Fundação ENA; bem como a própria SEA que pôde aproveitar diversos itens, trazendo economicidade para a Administração Pública.

Mapeamento e unificação dos contratos de mão de obra locada em administrativo, vigilância e operacional

Os serviços relativos a mão de obra locada nas áreas administrativa e operacional estavam divididos em uma série de contratos descentralizados com quatro diferentes empresas, o que dificultava sua gestão e fiscalização, bem como causava transtornos devido ao fato de existir uma série de discrepâncias pela multiplicidade de empresas com empregados no mesmo ambiente e com tratamento diverso por parte de seus empregadores.

A ação de uniformização passou por um longo processo que envolveu o mapeamento detalhado das necessidades de cada gerência, coordenadoria e diretoria; padronização das vagas, desde a nomenclatura, carga horária, requisitos, atribuições e remuneração.

Foram realizadas duas licitações, ambas com lote único para contratação, sendo uma para a prestação de serviços operacionais e outra para prestação de serviços administrativos. Tal mudança traz uma série de resultados qualitativos, uma vez que a gestão dos contratos poderá ser padronizada mediante contratos centralizados em duas empresas (uma vencedora de cada certame), gerando ganhos de escala e economicidade de recursos humanos e financeiros.

Gestão de Frota e Transportes

A Gerência de Logística e Transporte - GELOG, vinculada à Coordenadoria de Apoio Operacional - COAPO da Diretoria Administrativa e Financeira - DIAF é responsável por toda a parte de gestão de frota e transportes da SEA e unidades atendidas por ela, inclusive Plano de Saúde dos Servidores e Controladoria-Geral do Estado. Tal atividade de gestão compreende manutenção, abastecimento e limpeza de veículos, bem como contratação de seguros e aquisição de passagens aéreas e rodoviárias para servidores e autoridades em trânsito. A atual frota de veículos disponíveis para a SEA consta da tabela a seguir:

| FROTA DA SEA | | | | | |
|------------------------------------------------|--------------|------------------------|------------|--------------------------|--------------------------------------------|
| NÚM | PLACA | MARCA E MODELO | ANO | LOCALIZAÇÃO | PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO |
| VEÍCULOS A DISPOSIÇÃO | | | | | |
| 1 | MMB 9139 | I/HYUNDAI SANTA FE 3.5 | 2011/2012 | COAPO/GELOG (Oswaldo) | SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO |
| 2 | QIC 4490 | I/FORD FOCUS SE AT 2.0 | 2016/2017 | COAPO/GELOG (Francisco) | FUNDO PATRIMONIAL |
| 3 | QIH 6140 | CHEV/SPIN 1.8 LMT LT | 2016/2017 | DGPA/COENG | FUNDO PATRIMONIAL |
| 4 | QIH 6120 | CHEV/SPIN 1.8 LMT LT | 2016/2017 | COAPO/GEMAN | FUNDO PATRIMONIAL |
| 5 | QIH 6130 | CHEV/SPIN 1.8 LMT LT | 2016/2017 | COAPO/GELOG (André) | FUNDO PATRIMONIAL |
| 6 | QIH 5980 | CHEV/SPIN 1.8 LMT LT | 2016/2017 | COAPO/GELOG (Henrique) | FUNDO PATRIMONIAL |
| 7 | MLE 0F78 | CHEV/SPIN 1.8 LMT LT | 2012/2013 | DGPA/COENG | SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO |
| 8 | MGI 0224 | FORD/CARGO 815E | 2009/2009 | COAPO/GELOG | FUMPIO |
| 9 | MBZ 0D27 | VW/8.150 | 2002/2002 | COAPO/GELOG | SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO |
| 10 | MHN 2149 | FIAT/ DUCATO CARGO | 2009/2010 | COAPO/GELOG | FUMPIO |
| 11 | MJT 1298 | I/FORD RANGER XL 13P | 2011/2012 | DGPA/GEMOV | FUNDO PATRIMONIAL |
| 12 | MGP 3979 | I/RENAULT KGOO EXPRESS | 2008/2009 | COAPO/GELOG | FUMPIO |
| 13 | MDJ 3817 | FORD/COURIER 1.6L | 2005/2005 | DGPA/GEMOV | SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO |
| 14 | MLU 0455 | CHEV/ S10 | 2013/2014 | COAPO/GELOG (Correa) | SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO |
| 15 | OKE 4C29 | RENAULT/DUSTER | 2012/2013 | COAPO/GELOG (Nelson) | SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO |
| 16 | MKX 8039 | HYUNDAI/HB20 | 2013/2014 | COAPO/GELOG (Dioli) | SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO |
| 17 | MGP4089 | RENAULT/ SANDERO | 2008/2009 | COAPO/GELOG | FUMPIO |
| 18 | MGP4099 | RENAULT/ SANDERO | 2008/2009 | COAPO/GELOG | FUMPIO |
| 19 | MGP 4059 | RENAULT/ SANDERO | 2008/2009 | COAPO/GELOG | FUMPIO |
| 20 | MKJ 3301 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2012/2012 | DGPA/GEMOV | SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO |
| VEÍCULOS A DISPOSIÇÃO DAS PERÍCIAS | | | | | |
| 21 | MKJ 3791 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2012/2012 | PERÍCIA DE FLORIANÓPOLIS | SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO |
| 22 | MKJ 3391 | FORD/FIESTA 1.6 FLEX | 2012/2012 | CRICIÚMA | SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO |
| VEÍCULOS A DISPOSIÇÃO DO PLANO DE SAÚDE | | | | | |
| 23 | MJZ 9267 | M.B/ SPRINTER | 2012/2012 | PLANO DE SAÚDE | FUNDO DO PLANO DE SAÚDE |
| 24 | QHX 7970 | FIAT/ DOBLO | 2015/2016 | PLANO DE SAÚDE | FUNDO DO PLANO DE SAÚDE |
| 25 | QHX 8050 | FIAT/ DOBLO | 2015/2016 | PLANO DE SAÚDE | FUNDO DO PLANO DE SAÚDE |
| VEÍCULOS COM CESSÃO DE USO PARA SEA | | | | | |
| 26 | MLU0395 | CHEVROLET/S10 LT | 2013/2014 | GEIMO | SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| 27 | MLU0335 | CHEVROLET/S10 LT | 2013/2014 | GEIMO | SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL |

Fonte: Gerência de Logística e Transportes – GELOG

FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO – ENA

A Fundação Escola de Governo – ENA no cumprimento de seu objetivo central de capacitar, desenvolver e aperfeiçoar integrantes do quadro funcional e administrativo estadual transcende a fronteira da mera transmissão de conhecimentos, pois atua no aperfeiçoamento técnico, cognitivo e no desenvolvimento das práticas relativas ao exercício das funções públicas alinhadas com o compromisso de modernização do Estado, com a governança voltada à sustentabilidade e com a excelência dos serviços prestados à sociedade.

A ENA foi instituída em atendimento à previsão constitucional de criação e manutenção de Escolas de Governo nos Estados da Federação, conforme previsto no Artigo 39 da Constituição da República Federativa do Brasil:

[...]

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

A Fundação Escola de Governo -ENA é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito público, estando vinculada atualmente a partir de 2023 ao Gabinete do Secretário de Estado do Planejamento - SEPLAN.

Criada pela Lei Complementar nº 446/2009, a instituição tem sede e foro no Município de Florianópolis com patrimônio e receitas próprias, possuindo como diretriz principal de seu funcionamento a busca do autofinanciamento. Para tanto, goza de autonomia técnico-científica, operacional, administrativa e financeira.

Diante dos resultados positivos apresentados pela escola com a formação e capacitação dos agentes públicos, a Lei Complementar nº 562/2012, veio acrescentar novas atribuições e, foi a partir de então que a Fundação de Amparo à Escola Nacional de Administração – ENA passou a ser denominada como Fundação Escola de Governo ENA.

Com a edição da Lei Complementar nº 741/2019 as competências da ENA foram ampliadas, com a consequente alteração na sua estrutura organizacional, regulamentada pelo Decreto nº 144/2019, e mais recentemente pelas Medidas Provisórias nº 257 e 258/2023.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Nos termos da Lei de criação desta Fundação, Lei Complementar 446/2009, alterada pelas Leis Complementares n.º 562/2012 e 741/2019, compete a Fundação:

“Art. 70. A ENA tem por objetivo fomentar, desenvolver e executar a política estadual de formação e capacitação continuada dos servidores e gestores públicos, obedecidas as normas constitucionais e a legislação específica.

Parágrafo único. Compete à ENA, além de outras atribuições previstas em lei específica:

I – Formar gestores públicos por meio de cursos e programas de capacitação e formação e de cursos de educação continuada;

II – Desenvolver em seus participantes uma visão ampla e integrada da administração pública, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade do Estado perante a sociedade;

III – Promover a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre gestão pública por meio de pesquisas, estudos, estágios, convênios de cooperação, eventos, atividades de extensão, publicações, prestação de serviços e intercâmbio de alunos com instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas;

IV – Fornecer serviços de formação, capacitação e aperfeiçoamento aos servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, aos do TCE/SC e aos do MPSC, nas 3 (três) esferas de governo, observadas as diretrizes fixadas em lei específica;

V – Proporcionar a seus participantes o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao incremento da qualidade da gestão de políticas públicas de excelência;

VI – Executar as políticas de ingresso e desenvolvimento funcional dos agentes públicos da Administração Pública Estadual, de forma integrada com o Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas;

VII – Normatizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades da estrutura on-line de educação a distância e plataformas de internet e videoconferência.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Desenvolver formação, capacitação, pesquisa e extensão inovadoras para os agentes públicos visando a melhoria da gestão pública e o bem-estar da sociedade.

VISÃO: Ser uma escola de governo reconhecida pelas práticas inovadoras, consolidando-se como agente de mudanças da gestão pública e da sociedade.

VALORES: Ética e Transparência; Confiança, Respeito e Comprometimento; Eficiência, Eficácia e Responsividade; Valorização e Reconhecimento; Sustentabilidade/Responsabilidade social; Qualidade e Credibilidade; Interatividade; Flexibilidade e Parceria; Autonomia; Competência; Participação, Democracia e Governança; Inovação; Qualidade de vida no trabalho.

ESTRUTURA: Com a necessidade do Governo do Estado de reduzir custos, a Fundação ENA mudou-se para um local próprio do Governo do Estado. A EPAGRI cedeu um espaço junto ao Centro de Treinamento – CETRE, localizado no bairro do Itacorubi, em Florianópolis. O prédio é antigo e necessita de uma grande reforma. Todavia, ali já havia uma grande sala de aula que era usada como centro de capacitação. Em 2017 a Fundação ENA obteve em parceria com a EPAGRI mais um espaço onde hoje são alocados computadores destinados à realização de nossos cursos.

Dessa forma, a estrutura física da ENA mudou e o atendimento teve de ser adequado à nova realidade, sem, contudo, perder a qualidade.

Atualmente, a Fundação ENA conta com a seguinte estrutura:

- 01 (uma) sala de reunião para grupos de estudo /sala para professores;
- 01 (uma) sala destinada a Gerência de Administração e Gerência de Finanças;
- 01 (uma) sala destinada a Diretoria Técnico Científico /Gerência da Ena Virtual/Gerência de Formação Profissional/Setor Acadêmico;
- 01 (uma) sala destinada à Consultoria Jurídica;
- 01 (uma) sala da presidência;
- 04 (quatro) banheiros, sendo 01 (um) para PNE;
- 01 (uma) copa;
- 03 (três) salas para a realização de aulas, onde 01 (uma) pode ser convertida em sala informatizada;
- 03 (três) impressoras;
- Sala de reunião com TV LCD 42" e mesa de reunião;
- Salas de almoxarifado;
- Sala de Informática e servidor de rede;
- 01 Biblioteca.

A Fundação ENA conta com uma sala de aula climatizada com capacidade para 55 pessoas dispostas em mesas de trabalho e cadeiras giratórias. Possui dois projetores multimídia, um quadro digital, uma lousa de vidro para canetas, flip-chart e telão para projeção, computador em rede, conexão à internet Wireless.

Além desse espaço, possui uma sala de reuniões e de estudos, com uma mesa e oito cadeiras e quadro branco. Todas as áreas são climatizadas, com equipamentos em rede própria e/ou interligados aos sistemas do CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina.

BIBLIOTECA

A Biblioteca da ENA tem como objetivo colocar à disposição dos alunos a informação bibliográfica atualizada, de forma organizada, favorecendo o desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Em sua estrutura conta com uma área de 49 m² com duas mesas de estudos. Um sistema informatizado de bibliotecas, o BIBLIVRE, é utilizado para consultas e empréstimos aos alunos. O espaço ainda conta com três computadores disponíveis aos alunos para pesquisa.

CARREIRAS/SERVIDORES: A FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO-ENA não dispõe de Quadro de Pessoal Efetivo. Sua estrutura funcional é constituída de servidores à disposição, ocupantes de cargos de provimento em comissão, terceirizados e estagiários.

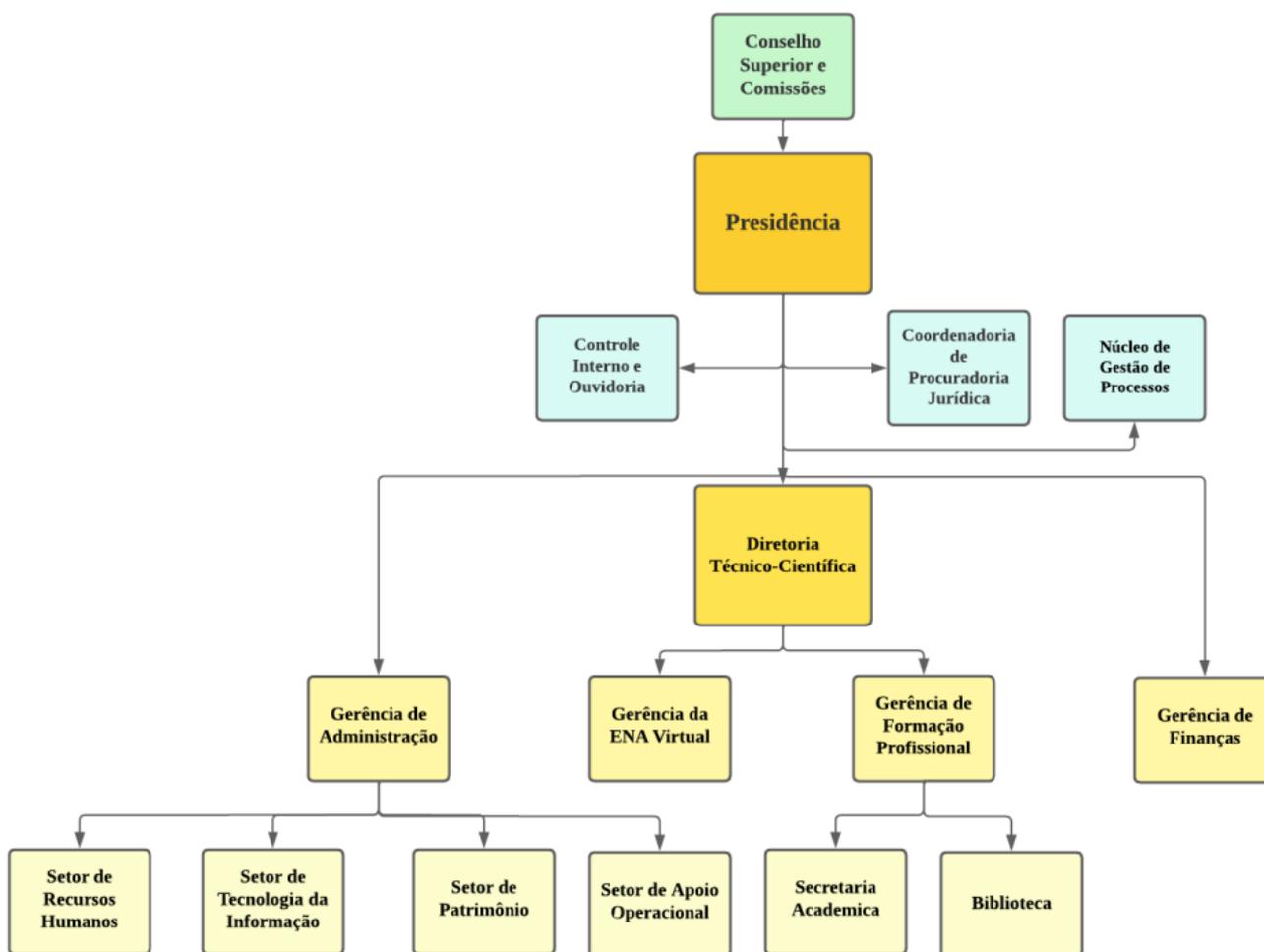
| COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-----------------|
| Tipologia dos Cargos | Quantidade | |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 12 | |
| 1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 00 | |
| 1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão | 12 | |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 01 | |
| 3. Servidores Terceirizados | 04 | |
| Total de Servidores (1+2+3) | 17 | |
| QUANTIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL, SEGUNDO A ESCOLARIDADE | | |
| Escolaridade | Quantidade | % |
| Analfabeto | 0 | 0 |
| Alfabetizado | 0 | 0 |
| Fundamental | 1 | 5,88 |
| Médio | 4 | 23,52 |
| Superior | 3 | 17,65 |
| Especialização | 5 | 29,42 |
| Mestrado | 3 | 17,65 |
| Doutorado | 1 | 5,88 |
| DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ENTRE ÁREA MEIO E ÁREA FIM DOS SERVIDORES DE CARREIRA, EM CONTRATOS TEMPORÁRIOS E TERCEIRIZADOS | | |
| Tipologia dos Cargos | Área Meio | Área Fim |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 08 | 04 |
| 1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 00 | 00 |
| 1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão | 08 | 04 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 01 | 00 |
| 3. Servidores Terceirizados | 02 | 02 |
| Total de Servidores (1+2+3) | 11 | 06 |

| DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|----------|
| Cargos em comissão e das funções gratificadas | Quantidade | |
| 1. Cargos em Comissão (Grupo Direção e Assessoramento Superior) | 04 | |
| 1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 00 | |
| 1.2. Servidores vinculados a outro órgão | 02 | |
| 1.3. Sem Vínculo | 01 | |
| 1.4. Aposentados | 01 | |
| 2. Funções Gratificadas (2.1+2.2) | 02 | |
| 2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 00 | |
| 2.2. Servidores de carreira vinculados a outros órgãos ou esferas | 02 | |
| Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2) | 06 | |
| QUANTIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL, SEGUNDO A IDADE | | |
| Idade | Quantidade | % |
| Até 24 anos | 00 | 0,00 |
| De 25 a 34 anos | 02 | 11,76 |
| De 35 a 44 anos | 01 | 5,88 |
| De 45 a 54 anos | 06 | 35,30 |
| Mais de 55 anos | 08 | 47,06 |
| QUANTIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL, SEGUNDO GÊNERO | | |
| Masculino | 11 | 64,70% |
| Feminino | 06 | 35,30% |

ORGANOGRAMA

Com as alterações na estrutura organizacional e modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, por meio da recém aprovada Medida Provisória nº257/2023 e do Decreto nº41/2023, a Diretoria do Arquivo Público e suas duas Gerências: de recuperação documental e do arquivo permanente que a princípio eram vinculados a esta Fundação Escola de Governo – ENA, passou a ser subordinada à Secretaria de Estado da Administração. Assim sendo o organograma atual da Fundação Escola de Governo – ENA, ficou assim estruturado.

Organograma Fundação Escola de Governo - ENA 2023



ÁREAS DE ATUAÇÃO

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Informe dos principais processos que a instituição executa para a prestação de serviços ou a entrega de bens.

Cursos de Educação Continuada: Educação continuada é um conceito de aprendizagem que consiste na ideia da constante qualificação do indivíduo, seja no âmbito acadêmico, profissional ou pessoal. Em suma, a educação continuada seria a confirmação de que nunca é tarde para aprender ou que sempre há algo a ser aprendido. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no capítulo dos princípios conceitua educação continuada como a “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1994). Lei 13303 de 2016. Administração indireta/as estatais.

Cursos de Educação Continuada In-Company: In company, termo originário da língua inglesa, que significa “em companhia”, é um modelo de capacitação voltado a empresas, realizado costumeiramente dentro dessas, utilizando a sua própria estrutura para a qualificação dos colaboradores. Todo tipo de evento voltado ao ensino corporativo pode ser assim classificado: workshop, seminários, debates, palestras, treinamentos técnicos. A característica principal não é a duração do evento, mas o fato de ele se limitar ao público interno da empresa. É possível utilizar a metodologia da educação a distância, via internet, uma vez que a tecnologia é uma grande facilitadora para o ensino corporativo ou presencial. Vale destacar que essa capacitação é construída sob medida, de acordo com o perfil e necessidades da organização/órgão, dos seus colaboradores e dos resultados esperados.

Cursos de Educação Formal / Pós-Graduações / Especializações: a Fundação ENA oferece cursos de pós-graduação que compreendem especializações Lato Sensu, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências da instituição de ensino para os servidores públicos das três esferas de governo do Estado de SC desde o ano de 2011, com o seu credenciamento para atuar na oferta de cursos lato sensu presenciais.

Certificação de Administradores: A Fundação Escola de Governo realiza o Curso, sob o título de “Certificação de Conselheiros e Administradores de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Santa Catarina”, com carga horária total de 80 horas-aula. Conforme o Regulamento, o curso deve atender, prioritariamente, os administradores nomeados para Conselhos de Administração e Diretorias das empresas estatais de Santa Catarina, Diretorias das empresas estatais de Santa Catarina interessados na sua qualificação em Governança Corporativa e na preparação para atuação em Conselhos e Diretorias de empresas estatais, desde que diplomados em cursos de graduação superior reconhecidos pelo Ministério da Educação.

ANÁLISE SWOT

Abaixo segue uma análise interna e externa da Fundação Escola de Governo – ENA. No ambiente interno, nos eixos de Pontos Fortes e Pontos Fracos verificou-se os processos, recursos, público-alvo, fornecedores, etc. No ambiente externo, nos eixos de Oportunidades e Ameaças estão relacionados fatores como o contexto político, legal, socioeconômico, tecnológico, etc.

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso gratuito e universal à informação; 2. Equipe técnica qualificada, multidisciplinar e comprometida; 3. Quantidade de instrumentos de pesquisa elaborados; 4. Satisfação do público com o atendimento; 5. Clima organizacional positivo; 6. Receptividade; 7. Domínio do processo de trabalho; 8. Gestão participativa; 9. Autonomia administrativa; 10. Geração de recursos próprios; 11. Agilidade para contratação de docentes e consultores; 12. Facilidade de contratação da ENA por outros órgãos; 13. Serviços direcionados às especificidades dos órgãos; 14. Oferecimento de cursos a distância via plataforma virtual de aprendizagem (Moodle); 15. Estacionamento amplo e gratuito nas dependências da Escola; | <ol style="list-style-type: none"> 1. Quadro de pessoal técnico reduzido e falta de profissionais com habilidades específicas; 2. Capacitação técnica continuada inexistente; 3. Acessibilidade reduzida; 4. Recursos financeiros insuficientes; 5. Comunicação externa deficiente; 6. Ausência de quadro próprio de servidores; 7. Ausência de padronização de procedimentos; 8. Falta de pessoal com habilitação na área de TI; 9. Falta de equipamentos de informática e de áudio visual modernos; 10. Falta de espaço físico com mobiliário que atendam metodologias inovadoras (sala de inovação, estúdio para filmagem, etc.); 11. Poucas salas de aula; 12. Acessibilidade PNE inadequada; 13. Ausência de ferramenta para avaliação de impacto na gestão; |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>16. Mais de 10 anos de experiência no mercado.</p> | <p>14. Necessidade de reestruturação do website;</p> <p>15. Falta de Sistema Acadêmico adaptado às necessidades da ENA;</p> <p>16. Necessidade de reestruturação da Plataforma ENA Virtual (AVA Moodle);</p> <p>17. Falta plano de comunicação e marketing (abrangência e visibilidade da escola);</p> <p>18. Infraestrutura (física, tecnológica e mobiliária) inadequada.</p> |
| <p>OPORTUNIDADES</p> | <p>AMEAÇAS</p> |
| <p>1. Apoio do Governo;</p> <p>2. Credibilidade da escola e equipe perante os órgãos do Estado;</p> <p>3. Necessidade permanente de atualização em gestão no Estado;</p> <p>4. Preocupação do Estado com o desenvolvimento econômico e sustentável;</p> <p>5. Inconformidade da sociedade com antigas práticas de gestão;</p> <p>6. Anseio da sociedade por melhores serviços;</p> <p>7. Realização de parcerias com instituições diversas;</p> <p>8. Vínculo da ENA com a I'ENA França;</p> <p>9. Interação na rede nacional e estadual de escolas do governo;</p> <p>10. Corpo docente credenciado e qualificado em várias áreas do conhecimento;</p> <p>11. Crescente interesse dos servidores nos cursos de pós graduação da ENA;</p> <p>12. Economicidade na oferta de cursos;</p> <p>13. Disseminação da modalidade da educação a distância;</p> <p>14. Possibilidade de realização de concursos públicos;</p> <p>15. Possibilidade de realização de cursos de ambientação dos servidores quando ingressam no serviço público;</p> <p>16. Possibilidade de realização de cursos que contribuem para formação e consequente progressão funcional;</p> <p>17. Localização física estratégica da Escola;</p> <p>18. Espaço disponibilizado pelo CETRE/EPAGRI para a Escola (sem custo);</p> <p>19. Acordo de Cooperação Técnica com a UDESC;</p> <p>20. Oferta de um novo catálogo de cursos auto instrucionais inovadores e rentáveis;</p> <p>21. Credenciamento MEC para oferta de PósGraduação à Distância (EAD).</p> | <p>1. Rotatividade da equipe;</p> <p>2. Rotatividade do gestor e consequente descontinuidade das ações;</p> <p>3. Não celebração de convênios;</p> <p>4. Redução do orçamento acarretando em insuficiência financeira;</p> <p>5. Inclusão da ENA no recolhimento da taxa da DREM e consequente aumento do valor dos serviços ofertados;</p> <p>6. Ausência de cultura de consulta à ENA como opção prioritária para a formação e capacitação;</p> <p>7. Outras instituições de ensino concorrentes;</p> <p>8. Ausência de uma política consistente integrada para o desenvolvimento de pessoas;</p> <p>9. Não ter sede própria (possibilidade de término da vigência da cessão de uso do espaço físico);</p> <p>10. Possível retorno de servidores aos órgãos de origem e corte de terceirizados;</p> <p>11. Não ser opção prioritária para formação e capacitação de gestores do Governo de Santa Catarina;</p> <p>12. Perda de atribuições a partir do Decreto nr. 2343/2022, que altera a PEDS.</p> |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

Segue abaixo os principais atores envolvidos nas atividades da Fundação Escola de Governo – ENA, sejam internos e externos.

INTERNAS:

- Gestores Públicos;
- Servidores Públicos;
- Bolsistas;
- Terceirizados;
- Estagiários.

EXTERNAS:

- Cidadão;
- Administração Direta e Indireta;
- Instituições de ensino (universidades e escolas);
- Mídia;
- Entidades de classe / associações;
- Fornecedores;
- Docentes;
- Discentes;
- Consultores;
- Rede de Escolas de Governo;
- Órgãos/entes de outros poderes e esferas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

A ENA busca com sua atuação – e pautada por seus valores – promover cursos e eventos de capacitação em conformidade com sua missão, e a formação de gestores públicos contemplando as áreas de conhecimentos específicos e complementares em conjunto com os recursos tecnológicos e outras ferramentas utilizadas no campo da administração pública.

A ENA possui cursos de curta⁸ duração, e também com projetos especiais: seminários, debates, workshops; de longa⁹ duração, que são os cursos de aperfeiçoamento de carreiras; cursos de educação continuada¹⁰ e cursos de especialização¹¹ adaptados à realidade da administração pública de Santa Catarina. Além disso, a ENA promove, organiza e realiza capacitações específicas relacionadas às funções e aos cargos públicos.

⁸ Por curta duração entende-se as formações de natureza mais técnica e, de atualização, as que trazem resolutividade pragmática de acordo com o atendimento das questões específicas. Considera-se uma formação curta de 15 a 20 horas aula.

⁹ A média duração de uma formação contempla maior abrangência na abordagem do tema, incluindo-se elementos filosóficos e conceituais a respeito dos temas abordados e proporcionando maior solidez na abordagem do problema ou no uso de metodologias. A duração de uma formação média é de 30 a 60 horas.

¹⁰ Os cursos de formação continuada devem ser compreendidos como os de atualização e aprofundamento de habilidades, os de conhecimentos técnicos e de refinamento de atitudes voltados aos processos de interação humana e de resolutividade de conflitos. Estes são desenvolvidos através do nivelamento, passando por processos de aprendizagem, até chegar à formação profissional em determinada área de atuação.

¹¹ Os cursos que tratam das especializações têm foco mais técnico, viabilizando o aprofundamento de competências em determinada área. Possuem carga horária de 360 horas e a conclusão possibilita ao estudante o título de especialista. São caracterizados por serem Lato Sensu e a conclusão exige o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

A Escola atua nas seguintes modalidades:

1. Cursos presenciais e workshops para servidores de distintas esferas de Poder Público, a saber: servidores públicos vinculados aos poderes executivo, legislativo e judiciário da administração direta e indireta;
2. Curso de Pós-Graduação voltado ao servidor de qualquer uma das esferas de Poder Público que deseje aperfeiçoar suas competências para uma gestão pública estratégica e inovadora;
3. Organização de eventos e seminários voltados à apresentação e à discussão de novas práticas e instrumentos de gestão pública, promovendo a articulação entre a visão da gestão pública catarinense com outras iniciativas inovadoras nos âmbitos nacional e internacional;
4. Realização de pesquisas científicas que tragam subsídios técnicos e auxiliem gestores na tomada de decisões.

Nos anos de 2020 e 2021 em decorrência da pandemia as atividades da Fundação Escola de Governo foram prejudicadas. **No entanto vamos relatar as principais ações e resultados obtidos pela Fundação Escola de Governo – ENA, no ano de 2022, executadas através da sua Presidência e pela Diretoria Técnico-Científica.**

Na **ENA Virtual** foram oferecidos, de **março a dezembro**, 102 (**cento e dois**) cursos no total, sendo lançados **mensalmente de 9 a 14 cursos**, impactando **11.102 (onze mil, cento e dois)** alunos. Entre **cursos presenciais, parceiros** e os **cursos** oferecidos pela **ENA Virtual**, impactamos **15.409** (quinze mil, quatrocentos e nove) pessoas, emitimos **6.515** (seis mil, quinhentos e quinze) certificados perfazendo um total de **3.762 (três mil, setecentos e sessenta e dois)** horas de curso.

Foram realizados convênios visando o aumento da oferta de cursos virtuais na Plataforma Moodle com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP/EVG, Escola de Governo do Espírito Santo – ESESP, Escola de Gestão Municipal - EGEM, ENAP em Rede.

Também foram realizados 05 (cinco) Cursos de Educação Continuada com a participação de **77 (setenta e sete)** agentes públicos (administração direta e indireta) com temas como: Governança Corporativa, Licitação e Contratos, Compliance e Código de Conduta, Processo Administrativo Disciplinar, dentre outros. Esses cursos são voltados especialmente para atender o público regido pela Lei 13303/2016, carga horária total de 84 (oitenta e quatro) horas.

Concedemos **para os órgãos** (FCEE, CIDASC, PMSC, SES, SEA, CGE, DIVS) que disponibilizaram **107 (cento e sete)** cursos na plataforma Moodle impactando **15.409 (quinze mil, quatrocentos e nove)** agentes públicos.

Além disso, ao longo de 2022, a Fundação Escola de Governo – ENA promoveu inúmeras ações de capacitação que permitiram o desenvolvimento dos servidores e agentes públicos catarinenses, destacando-se algumas:

- O Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social para 17 (dezessete) servidores do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, que tem como objetivos compreender os aspectos fundamentais e as perspectivas da previdência no Brasil e no mundo, dentre outros.



- **O Curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva** para **25 (vinte e cinco)** servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial, que tem como objetivo geral qualificar a formação dos servidores participantes do curso na área da educação especial, por meio da disseminação da Política de Educação Especial do Estado de SC, promover o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais ao exercício profissional.
- **O Curso de Certificação de Administradores (CA)** para **21 (vinte e um)** conselheiros e administradores com o objetivo de melhorar as práticas de governança e compliance no âmbito das Estatais Catarinenses (Lei 13.303/2016 e Decreto 1.007/2016).

Destacam-se ainda, 41 **cursos in company** oferecidos na modalidade online com transmissão ao vivo pelo zoom para **971** (novecentos e setenta e um) agentes públicos, totalizando 659 (seiscentas e cinquenta e nove) horas de curso, dentre os temas abordados, destacam-se: a nova Lei de Licitações, Procedimento Administrativo Disciplinar, Formação de Pregoeiros, Capacitação de Auditores Internos e etc.

Coube ainda a Diretoria Técnica- Científica a **organização de quatro eventos/simpósios** contratados por diversos órgãos do Governo entre eles podemos destacar:

- Contratação pela Casa Civil para organização do Ciclo de Palestras para Gestores Municipais ocorridos no mês de Março no Centro Integrado de Cultura – CIC;
- Contratação pela Secretaria de Estado da Administração para a organização do evento – 2 Fórum Nacional de Excelência em Gestão de Contratos com Organizações Sociais, realizado no dia 27/06/22, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.





- Contratação pela Procuradoria Geral do Estado para organização do **Evento PGE 40 anos de História**, realizado dos dias 28 a 30/06/2022, no Teatro do Centro Integrado de Cultura – CIC.



- Contratação pela Secretaria de Estado da Administração para a organização do evento – **Prêmio EPROJSC 2022**, realizado no dia 23/11/22, no Teatro Governador Pedro Ivo – Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina.





- A ENA esteve presente no **Congresso de Municípios, Associações e Consórcios de Santa Catarina - COMAC**, de 09 a 11 de Agosto de 2022, no Hard Rock Libe (Arena Petry), município de São José, a convite da Federação Catarinense dos Municípios, onde **na oportunidade foi assinado convênio com a FECAM, para realização de parceira oferecendo diversos cursos.**



Quadro 1 - Resultados atingidos com Cursos de Ed. Continuada e In company.

| Ano | Nº de Cursos Presenciais (Ed. Continuada e In-company) | Nº de Alunos Inscritos | Nº de Certificados | Nº de Horas de Capacitação |
|------|--------------------------------------------------------|------------------------|--------------------|----------------------------|
| 2022 | 39 | 1.287 | 994 | 1.203 |
| 2021 | 55 | 2.040 | 1.146 | 1.455 |
| 2020 | 7 | 195 | 159 | 158 |
| 2019 | 81 | 3.914 | 2.677 | * |

Fonte: ENA em Números, 2023. (*) Dados Indisponíveis.

Quadro 2 - Resultados atingidos com Cursos ENA Virtual ofertados pela ENA.

| Ano | Nº de Cursos ENA Virtual (Ofertados pela ENA) | Nº de Alunos Inscritos | Nº de Certificados | Nº de Horas de Capacitação |
|------|-----------------------------------------------|------------------------|--------------------|----------------------------|
| 2022 | 96 | 11.097 | 3.500 | 3.438 |
| 2021 | 109 | 18.177 | 6.283 | 3.905 |
| 2020 | 111 | 11.412 | 4.153 | 4.100 |
| 2019 | 154 | 16.904 | 6.307 | 5.328 |

Fonte: ENA em Números, 2023.

Quadro 3 - Resultados atingidos com Cursos ENA Virtual ofertados por parceiros.

| Ano | Nº de Cursos ENA Virtual (Ofertados por parceiros) | Nº de Alunos Inscritos | Nº de Certificados | Nº de Horas de Capacitação |
|------|----------------------------------------------------|------------------------|--------------------|----------------------------|
| 2022 | 107 | 15.243 | 6.700 | 3.762 |
| 2021 | 235 | 43.463 | 15.785 | 15.785 |
| 2020 | 143 | 28.266 | 9.304 | 6.286 |
| 2019 | 97 | 11.072 | 4.082 | * |

Fonte: ENA em Números, 2023. (*) Dados Indisponíveis.

3.4.5 Gestão Fiscal

Secretaria de Estado da Fazenda - SEF

A Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (SEF) é o órgão central do sistema de arrecadação do estado, tendo entre as suas competências as atividades inerentes à fiscalização e à arrecadação de tributos e ao planejamento e gestão fiscal. A SEF também atua no cumprimento da legislação tributária estadual e administra os tributos cuja fiscalização e arrecadação tiverem sido delegadas ao Estado.

A SEF é composta por 07 (sete) diretorias que por meio de suas gerências elabora, executa e acompanha o orçamento estadual, contabiliza a gestão dos recursos públicos, acompanha e controla a dívida pública do Estado, disciplina e exerce a supervisão técnica e orientação normativa dos processos pertinentes aos projetos de parceria público-privada (PPP), privatização, desinvestimento, liquidação e demais formas de desestatização prevista em Lei.

A Secretaria de Estado da Fazenda também apoia os demais órgãos do Governo do Estado quanto à administração financeira e contábil, sempre com o objetivo de garantir que os impostos pagos pelos contribuintes sejam muito bem aplicados sob os princípios da legalidade, moralidade, imparcialidade, publicidade, eficiência e economicidade, de tal modo que se atenda as demandas dos cidadãos que em Santa Catarina residem.

GESTÃO DE FUNDOS

A Diretoria de Gestão de Fundos (DIGF) tem como finalidade o controle e a supervisão dos fundos estaduais vinculados à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF). A Gerência de Gestão de Fundos (GEREF) está subordinada à Diretoria de Gestão de Fundos (DIGF), a qual compete executar as atividades afetas à organização e gestão dos fundos gerenciados pela DIGF.

Atualmente estão vinculados a SEF os seguintes fundos: FADESC (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense) e FUNDO SOCIAL, cuja as apresentações estão descritas na sequência.

- FADESC - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense

O FADESC constitui-se na estrutura financeira responsável pelos contratos do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), cujos recursos serão aplicados na promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado de Santa Catarina. O FADESC executa todas as atividades relacionadas à organização e gestão administrativa do fundo, especialmente no que se refere aos registros e acompanhamento dos contratos celebrados com as empresas. Também gerencia os desembolsos financeiros do Estado em favor dos municípios, por força da divisão constitucional dos tributos.

- FUNDO SOCIAL - Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza

O FUNDO SOCIAL, de natureza financeira, vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), foi instituído com a finalidade de financiar programas de apoio à inclusão e promoção social e ações de combate e erradicação da pobreza. Este fundo possui como principais objetivos a promoção do desenvolvimento dos municípios catarinenses, mediante apoio financeiro a planos de trabalho municipais, nas áreas de infraestrutura logística e mobilidade urbana e rural, saneamento básico, assistência social, máquinas e equipamentos rodoviários; o repasse de recursos financeiros aos municípios contemplados com emendas parlamentares impositivas e o repasse de recursos financeiros aos municípios contemplados com transferências especiais; entre outras finalidades.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Lei Estadual 741, de 19 de junho de 2019, estabelece as principais competências e atribuições

- Manifestar-se sobre assuntos que envolvam repercussão financeira para o erário;
- Formular a política de crédito do Estado;
- Executar as prioridades na liberação de recursos financeiros, com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso, de forma articulada com os órgãos setoriais, buscando garantir o equilíbrio financeiro e fiscal do Estado;
- Desenvolver as atividades relacionadas com:
 - Tributação, arrecadação e fiscalização;
 - Contencioso administrativo-tributário;
 - Administração financeira;
 - Contabilidade pública;
 - Gestão fiscal;
 - Despesa e dívida pública;
 - Captação de recursos;
 - Supervisão, coordenação e acompanhamento do desempenho das entidades financeiras do Estado;
 - Acompanhamento, fiscalização, gestão, revisão, adequação e revogação dos tratamentos tributários diferenciados e de todos os benefícios fiscais previstos na legislação tributária catarinense, na forma da lei;
- Coordenar e controlar a cobrança da dívida ativa na esfera administrativa, de forma articulada com a PGE;
- Administrar os Encargos Gerais do Estado;
- Coordenar o desenvolvimento e a manutenção evolutiva dos Sistemas de Gestão Fiscal e Planejamento, de Administração Tributária e de Informações de Custos;
- Coordenar a política de aplicação dos recursos financeiros administrados por órgãos da Administração Pública Estadual Direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;
- Programar, organizar, coordenar, executar, controlar, avaliar e normatizar as atividades pertinentes ao processo orçamentário estadual;
- Coordenar a elaboração e a entrega da prestação de contas anual do Governador do Estado à ALESC;
- Elaborar e publicar os relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal do Poder Executivo e o consolidado do Estado, além de outros relatórios que venham a ser instituídos por legislação federal que trate de finanças públicas;
- Prestar apoio ao órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno e Ouvidoria nos aspectos orçamentários, financeiros e contábeis;
- Administrar as participações acionárias do Estado e coordenar o processo de desestatização das empresas públicas e das sociedades de economia mista;
- Promover e executar o programa estadual relacionado às parcerias público-privadas e concessões do Estado, exceto as concessões portuárias.

GESTÃO DE FUNDOS

Dentre as principais atribuições do DIGF e conseqüentemente dos FUNDOS sob sua gerência, destacam-se:

- Gerenciar os fundos estaduais vinculados à SEF, cujas atribuições forem delegadas à DIGF, em articulação com as demais Diretorias;

- Tomar providências para a regularização de eventuais pendências apontadas pelos órgãos estaduais de controle interno e externo;
- Acompanhar a execução dos planos de trabalho dos Municípios contemplados nas transferências voluntárias;
- Exercer outras atividades determinadas pelo Secretário ou pelo Secretário Adjunto no que concerne às questões afetas ao seu âmbito de competência;
- Elaborar relatórios mensais de desempenho dos projetos, dos programas e das ações executados por Municípios e órgãos da Administração Pública Estadual contemplados com recursos do Fundo e relatórios mensais dos valores despendidos e do saldo atualizado, a serem apresentados ao GGG e ao Governador do Estado e inseridos no Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado;
- Acompanhar a execução dos planos de trabalho dos Municípios contemplados com transferências especiais e de convênios; e
- Propor aos órgãos de controle a realização de inspeção, no caso de irregularidades constatadas na execução de objetos financiados com recursos do Fundo.

FADESC

- Estabelecer as normas de utilização dos valores;
- Estabelecer as formas de operação dos contratos;
- Estabelecer os planos de financiamento;
- Estabelecer todas as demais ações relacionadas à gestão do fundo;
- Realizar a contabilidade, bem como organizar e expedir, nos padrões e prazos determinados, os balancetes, os balanços e outras demonstrações contábeis;
- Emitir empenhos, subempenhos, guias de recolhimento, ordens de pagamento e cheques;
- Efetuar pagamentos;
- Efetuar cobrança de valores de empréstimos a título de incentivo do PRODEC;
- Movimentar e aplicar os recursos financeiros conforme estabelecido em conjunto pelos Secretários de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento Econômico e Sustentável;
- Colaborar na elaboração da proposta orçamentária anual;
- Desenvolver outras atividades relacionadas à administração financeira e contábil do fundo.

FUNDO SOCIAL

- Ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde e reforço de renda familiar;
- Programas de relevante interesse social, voltados à melhoria da qualidade de vida;
- Subsídios a juros, integral ou parcialmente, para a criação, instalação, reativação, ampliação ou modernização de microempresas, microempreendedores individuais (MEIs), empresas de pequeno porte, cooperativas e sociedades de autogestão;
- Apoio a organizações e mecanismos de microcrédito;
- Capacitação de trabalhadores e capacitação gerencial de empreendedores;
- Investimentos em infraestrutura para beneficiar empresas catarinenses instaladas ou em fase de instalação, para a geração de empregos ou ampliação da cadeia produtiva catarinense;
- Promoção do desenvolvimento dos Municípios catarinenses, mediante apoio financeiro a planos de trabalho municipais, nas áreas de infraestrutura logística e mobilidade urbana e rural, saneamento básico, assistência social, máquinas e equipamentos rodoviários, centros integrados de esporte e lazer, habitação popular, distritos industriais, centros de exposições e feiras comerciais agrícolas e industriais, centros compartilhados de industrialização de produtos locais e demais investimentos para a geração de emprego e renda;

- Apoio a programas e ações de desenvolvimento social, geração de emprego e renda e inclusão de promoção social, no campo e na cidade, inclusive nas áreas de cultura, esporte, turismo e educação especial e para o trabalho;
- Repasse de recursos financeiros aos Municípios contemplados com emendas parlamentares impositivas, nos termos do art. 120-C da Constituição do Estado;
- Repasse de recursos financeiros aos Municípios contemplados com transferências especiais, nos termos do § 3º do art. 123 da Constituição do Estado;
- Apoio a organizações de pesca artesanal, à capacitação de pescadores, a aquisições de embarcações e equipamentos, a entrepostos pesqueiros e a unidades de beneficiamento e de comercialização de pescados;
- Apoio a organizações de agricultura familiar, à capacitação de agricultores, a aquisições de equipamentos, a entrepostos de produtos agrícolas e a unidades de beneficiamento, de comercialização e de industrialização de produtos locais;
- XIII – apoio a organizações de coleta de resíduos sólidos, à capacitação de coletores de lixo reciclável, a aquisições de equipamentos, a entrepostos de seleção de resíduos e a unidades de beneficiamento, embalagem e industrialização de produtos reciclados;
- Apoio a organizações de produção de artesanato, à capacitação na criação de produtos artesanais, a aquisições de equipamentos e a entrepostos de comercialização e de vendas pela internet;
- Apoio a organizações de atividades turísticas, à capacitação de trabalhadores e de gestores, a aquisições de equipamentos e à criação e ao desenvolvimento de infraestrutura local para o desenvolvimento do setor de serviços;
Financiamento de despesas decorrentes de projetos realizados em parceria com Municípios, consórcios intermunicipais, outros Estados da Federação, a União e seus órgãos, entidades privadas e organizações sociais ou não governamentais, bem como com outras instituições que tenham finalidade e programas congêneres aos objetivos do Fundo;
- Apoio a arranjos produtivos locais, a investimentos em inovação tecnológica, à logística de acesso a mercados e às demais ações de geração de empregos, renda e negócios e de redução da pobreza; e

Repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Catarina (APAEs), em valor não inferior à média dos valores repassados nos anos de 2019, 2020 e 2021, e, caso a receita do FUNDO SOCIAL seja inexistente ou insuficiente, o Tesouro do Estado integralizará ou complementarará o valor do repasse, que deverá ser atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover políticas tributárias justas, arrecadar e controlar a aplicação dos recursos públicos, visando o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

VISÃO: Ser reconhecida nacionalmente pela excelência na gestão pública e fazendária.

VALORES: Ética; Respeito; Justiça; Honestidade.

ESTRUTURA:

A Secretaria de Estado da Fazenda possui na sua estrutura, 04 (quatro) unidades distribuídas em Florianópolis. No Centro Administrativo do Governo do Estado, – Rodovia SC 401, km 5, 4.600, Saco Grande – 88.032-000 – Florianópolis – SC -, encontra-se o Gabinete do Secretário, o Gabinete Secretário Adjunto, a Diretoria de Administração Tributária, a Diretoria do Tesouro Estadual, a Diretoria de Contabilidade e Informações Fiscais, a Diretoria de Gestão de Fundos, a Diretoria de Planejamento Orçamentário e Finanças, a Diretoria de Desestatização e Parcerias, a Consultoria Jurídica e demais órgãos de apoio ao Secretário de Estado da Fazenda.

No prédio sede da SEF - Rua Tenente Silveira, 60, pavimentos / subsolo, 1º, 2º e 3º andar - Centro - 88010-300 - Florianópolis - SC -, encontra-se a Diretoria Administração e Finanças, a Gerência de Sistemas e Informações Tributárias e a Corregedoria da SEF.

O Tribunal Administrativo Tributário encontra-se na Rua Tenente Silveira, 225, 9º andar - Edifício Hercules - Centro - 88010-300 - Florianópolis - SC e a 1ª Gerência Regional (1ª GERFE) está localizada na rua Tenente Sapucaia, nº 126, Centro, Florianópolis, SC, CEP:88.015-280.

Para cumprimento da sua missão institucional a Secretaria de Estado da Fazenda possui 14 (quatorze) Gerências Regionais da Fazenda Estadual (GERFEs) no interior do Estado de Santa Catarina.

CARREIRAS/SERVIDORES: A Secretaria de Estado da Fazenda tem seu quadro funcional formado por auditores fiscais da receita estadual, auditores de finanças públicas e por analistas da receita estadual.

| CARREIRAS | ATIVOS | INATIVOS | OUTROS | TOTAL |
|---------------------------------------|--------|----------|--------|-------|
| Auditor Fiscal da Receita Estadual | 419 | 529 | - | 948 |
| Auditor Estadual de Finanças Públicas | 109 | - | - | 109 |
| Analista da Receita Estadual | 384 | 844 | - | 1.228 |
| Auditor do Estado ¹² | 54 | 14 | - | 68 |
| Quadro Especial da SEF | 11 | 9 | | 20 |
| Comissionado Vínculo Efetivo | 62 | - | - | 62 |
| Comissionado Puro | 38 | - | - | 38 |
| À Disposição | 11 | | | |
| Terceirizados | - | - | 231 | 231 |
| Total | 1.088 | 1.396 | 231 | 2.715 |

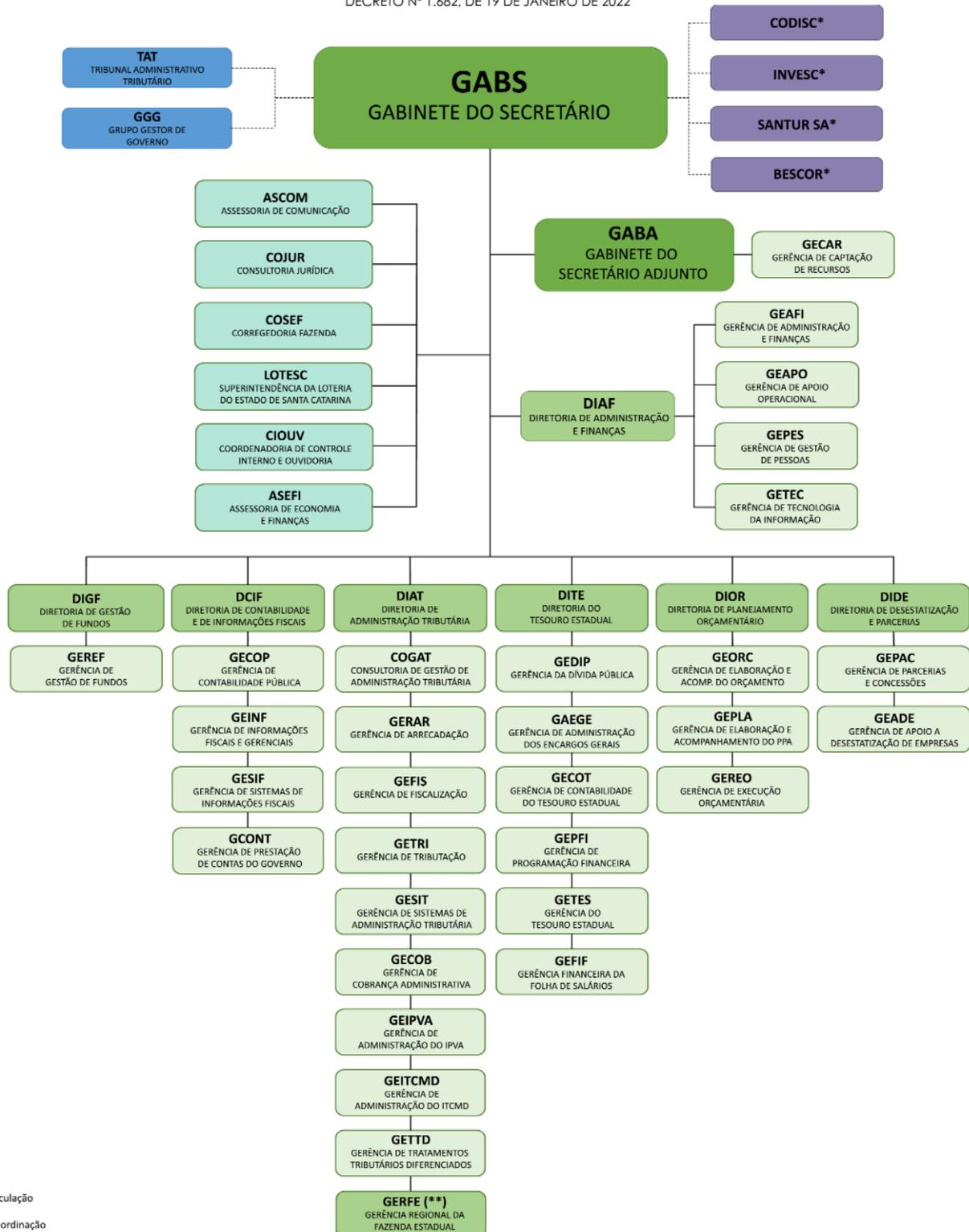
Quadro único: descritivo das carreiras da SEF

¹² Auditores Internos estão CGE.

ORGANOGRAMA

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DECRETO Nº 1.682, DE 19 DE JANEIRO DE 2022



--- Vinculação
— Subordinação

* As entidades da administração pública indireta permanecem vinculadas à SEF enquanto não completado o processo de extinção, dissolução, liquidação ou alienação.

**Gerência Regional da Fazenda Estadual de: Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, Joinville, Caçador, Joaçaba, Chapecó, Curitiba, Lages, Tubarão, Criciúma, São Miguel do Oeste, Mafra e Araranguá.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Secretaria de Estado da Fazenda, por meio das suas Diretorias, cumpre sua missão institucional de forma descentralizada e em constante processo de aperfeiçoamento técnico e profissional.

Diretoria de Administração Tributária – DIAT

A Diretoria de Administração Tributária é responsável por administrar as atividades inerentes à fiscalização e à arrecadação de tributos, atuando no cumprimento da legislação tributária estadual e administrando os tributos cuja fiscalização e arrecadação tiverem sido delegadas ao Estado.

A DIAT desenvolve mecanismos simplificados de informações, para orientar os contribuintes, controla e fiscaliza a concessão de benefícios e isenções fiscais, estabelecendo sistema de acompanhamento, promove reuniões e conferências para fortalecer as relações e ampliar o conhecimento, o estudo e a divulgação de projetos e atividades de interesse comum do fisco e do contribuinte.

A diretoria supervisiona a execução de acordos e contratos firmados pelo Estado por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, organizando o cadastro geral de contribuintes, realizando estudos e análises sobre tributos, concessão ou revogação de isenções, incentivos fiscais, créditos especiais ou regimes especiais de tributação, além de inspecionar e orientar as atividades exercidas pelas Gerências Regionais da Fazenda Estadual.

A DIAT tem sua estruturada descentralizada composta por 10 (dez) gerências centrais e 15 gerências regionais, conforme descrito a seguir.

a) GERAR – Gerência de Arrecadação

A GERAR administra e cobra tributos estaduais, como o ICMS, IPVA e ITCMD, a GERAR coordena o recebimento dos créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa; recupera a cobrança dos créditos fiscais e promove a inscrição em dívida ativa de créditos de natureza não tributária de devedores inadimplentes para o envio à Procuradoria Geral do Estado, que fará a cobrança judicial. Também controla os créditos inscritos em dívida ativa e as certidões negativas ou positivas de débitos para a Fazenda Estadual.

b) GECOB – Gerência Cobrança e Arrolamento de Bens

A GECOB realiza a programação, a coordenação e a execução da cobrança administrativa e recuperação de créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa; bem como o arrolamento de bens dos contribuintes em débitos com o Estado. Além disso, subsidia com estudos e dados as propostas de alterações da legislação relativa à cobrança de créditos tributários, propondo alterações e aperfeiçoamentos em articulação com a GETRI.

c) COGAT – Consultoria de Gestão de Administração Tributária

A COGAT realiza a consultoria e o assessoramento técnico ao diretor e unidades da diretoria, além de realizar estudos e desenvolver estratégias visando melhorar o desempenho das atividades desenvolvidas pela DIAT. A consultoria, que substitui automaticamente o diretor de Administração Tributária quando necessário, também inspeciona a execução das atividades constantes do plano de ação da DIAT, especialmente as de cunho fiscalizatório. A COGAT realiza estudos com foco na modernização da administração tributária e coordena a elaboração de normas internas, atos e procedimentos.

d) GEFIS – Gerência de Fiscalização

A GEFIS realiza a fiscalização dos tributos estaduais e daqueles delegados pela União. A gerência coordena os planos de fiscalização, implanta medidas para desenvolver a ação fiscal no Estado, avalia reflexos econômicos, sociais e financeiros frutos de isenções, reduções de base de cálculo e outros benefícios ou gravames fiscais.

A GEFIS realiza pesquisas sobre a ocorrência de fraudes fiscais; prepara roteiros de auditoria e de procedimentos de fiscalização e prevenção da evasão fiscal, além de elaborar programas setoriais de fiscalização e mapas de produtividade fiscal.

e) GEIPVA - Gerência de Administração do IPVA

A GEIPVA realiza atividades relacionadas à coordenação e fiscalização do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA.

A GEIPVA também supervisiona a elaboração e aplicação da tabela de valores de mercado de veículos automotores utilizada para o cálculo do lançamento anual do referido imposto. Também tem como atribuição avaliar e propor alteração na legislação e nos sistemas relacionados com o imposto de sua competência.

f) GEITCMD - Gerência de Administração do ITCMD

A GEITCMD realiza atividades relacionadas à fiscalização do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD. Também realiza estudos com objetivo de aprimorar a legislação e os sistemas relacionados com o imposto de sua competência.

g) GETTD - Gerência de Tratamentos Tributários Diferenciados

A GETTD examina e se manifesta em processos que versem sobre a concessão de regime especial que trate de benefício fiscal ou cumprimento de obrigação tributária acessória, bem como o planejamento, coordenação, inspeção e execução destas ações, de forma integrada com as demais gerências envolvidas na atividade.

h) GERFEs - Gerências Regionais da Fazenda Estadual

As 15 (quinze) gerências regionais são responsáveis pela fiscalização e arrecadação de tributos estaduais nas diversas regiões do Estado.

A gerências regionais fiscalizam estabelecimentos de empresas, produtores agropecuários, mercadorias em trânsito, mantêm a ordem administrativa e a disciplina funcional da região fiscal.

As gerências ainda designam servidor para tarefa especial no âmbito de região fiscal em que atuam e a abertura de sindicância ou processo disciplinar. As Gerências Regionais da Fazenda Estadual estão localizadas em: 1ª - Florianópolis; 2ª - Itajaí; 3ª - Blumenau; 4ª - Rio do Sul; 5ª - Joinville; 6ª - Caçador; 7ª - Joaçaba; 8ª - Chapecó; 9ª Curitibanos, 10ª - Lages; 11ª - Tubarão; 12ª - Criciúma; 13ª - São Miguel do Oeste; 14ª – Mafra e 15ª Araranguá.

i) GESIT – Gerência de Sistemas de Administração Tributária

A Gerencia de Sistemas de Administração Tributária realiza o cadastro de contribuintes, a obtenção de informações econômicas e tributárias e a apuração do movimento econômico do Estado.

A GESIT tem como atribuição propor políticas para a área de sistemas de informações tributárias, administrar sistemas integrados nacionais das fazendas estaduais e promover o intercâmbio de informações com os demais Estados.

A GESIT gerencia dados necessários ao cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM) e executa programas de treinamentos dos servidores da DIAT nas áreas de informática e de sistemas.

j) GETRI – Gerência de Tributação

A Gerencia de Tributação realiza atividades de política tributária estadual e a elaboração de normas de natureza tributária.

A GETRI prepara proposições sobre assuntos tributários a serem discutidas em eventos que contemplam a participação da Fazenda Estadual, elaborando documentos relativos a convênios, ajustes e protocolos a serem firmados pelo Estado.

A GETRI é responsável, ainda, pela compatibilização da legislação tributária estadual com as diretrizes da política tributária adotada pelo governo, com a legislação complementar federal que trate de normas gerais de direito tributário e com os convênios, ajustes e protocolos firmados com os outros Estados.

Diretoria de Contabilidade e Informações Fiscais

A Diretoria de Contabilidade e Informações Fiscais coordena e normatiza o serviço de contabilidade do Estado de Santa Catarina, orientando tecnicamente os órgãos setoriais e seccionais sistêmicos, supervisionando-lhes as atividades e estabelecendo normas para a padronização, racionalização e controle das ações referentes às suas atividades, sendo composta por composta por 04 (quatro) gerências.

a) GECOP – Gerência de Contabilidade Pública

A GECOP desenvolve estudos, normatiza e orienta os órgãos setoriais e seccionais do Sistema Administrativo de Contabilidade acerca de matérias relacionadas com a contabilidade pública do Estado, às rotinas e aos procedimentos para aprimorar o controle interno sob o enfoque contábil.

A GECOP programa, organiza e coordena a execução das atividades relacionadas à consolidação das contas dos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, promovendo contínua a capacitação na área contábil do Governo do Estado de Santa Catarina.

b) GEINF – Gerência de Informações Fiscais e Gerenciais

A GEINF coordena a elaboração, a análise, a divulgação das informações legais e fiscais do Poder Executivo e o consolidado do Estado, incluindo os indicadores constitucionais e legais, como por exemplo o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

A GEINF é responsável por coordenar e acompanhar o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), além de coordenar a elaboração, análise e divulgação de informações gerenciais com vistas a subsidiar o processo de tomada de decisão.

c) GCONT – Gerência de Prestação de Contas do Governo

A GCONT coordena a elaboração e a entrega da prestação de contas anual do Governador do Estado, prevista no inciso IX do art. 71 da Constituição do Estado.

A GCONT produz informações em linguagem cidadã (Balanço Cidadão), para fomentar a educação fiscal e financeira, objetivando disseminar conhecimentos sobre a administração pública, a arrecadação, a aplicação e o controle dos recursos públicos.

d) GESIF – A Gerência de Sistemas de Informações Fiscais

A GESIF coordena o desenvolvimento, a implantação, a utilização e a manutenção corretiva e evolutiva do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), o sistema oficial de planejamento e execução orçamentária, financeira e contábil do Governo do Estado de Santa Catarina.

A GESIF trabalha exclusivamente com o gerenciamento do SIGEF e atua como uma ponte entre a empresa licitada para desenvolver o sistema e os demais órgãos do Governo do Estado, prestando orientação sobre a utilização da ferramenta e contínuo processo de aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

Diretoria de Tesouro do Estado - DITE

A Diretoria do Tesouro Estadual é o núcleo técnico do Sistema Administrativo de Administração Financeira e por meio de suas gerências, realiza a gestão dos numerários recolhidos aos cofres estaduais, de forma que os recursos financeiros recebidos se transformem em bens e serviços prestados aos cidadãos catarinenses.

O trabalho desenvolvido pela DITE tem sido possível em virtude do acompanhamento permanente das receitas e dos gastos públicos, a fim de manter o equilíbrio nas contas estaduais e evitar o desperdício de verba pública.

A DITE utiliza a centralização dos recursos financeiros no Sistema Financeiro de Conta Única, o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), a programação orçamentária, financeira e cronograma de desembolso de todas as fontes de recursos, o acompanhamento das metas de ajuste fiscal e dos percentuais

constitucionais de Saúde e Educação, além de outras ações complementares, com o objetivo de otimizar os recursos existente no erário estadual.

A DITE é constituída por 07 (sete) gerências para o cumprimento da sua missão institucional.

a) GAEGE – Gerência Administração dos Encargos Gerais

A GAEGE realiza a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Encargos Gerais do Estado e acompanha as participações do Estado em empresas públicas, sociedades de economia mista e fundos de previdência, com especial atenção aos eventos relacionados com aumentos de capital, apuração e destinação de lucros, compensações, resultados ou outros direitos e deveres que couberem ao Estado.

b) GECOT – Gerência de Contabilidade do Tesouro Estadual

A GECOT coordena os registros contábeis da movimentação das contas bancárias pertencentes ao Tesouro do Estado de Santa Catarina, em especial da conta única do Tesouro.

A GECOT realiza os registros contábeis da arrecadação estadual, oriundo dos impostos como o ICMS (mercadorias), IPVA (veículos), além de taxas, recursos do Fundeb, salário-educação e repasses relativos à participação do Estado na arrecadação do Governo Federal, como a cota parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do IPI-Exportação, da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE), entre outros.

c) GEDIP – Gerência da Dívida Pública

A GEDIP controla a dívida pública estadual, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como a elaboração de relatórios de acompanhamento.

A GEDIP gerencia as atividades do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) do Estado e monitora os riscos fiscais, os passivos contingentes e os precatórios. A gerência também mantém projeções de desembolsos financeiros referentes à dívida pública, propõe a elaboração de normas e controla o pagamento da dívida pública contratual.

d) GEFIF – Gerência Financeira da Folha de Salário

A GEFIF gere as atividades pertinentes ao processo de execução da folha de pagamento de salários dos servidores do Poder Executivo.

A gerência realiza o empenhamento, a liquidação, o pagamento, a transmissão das ordens bancárias e o envio de relatório de crédito ao Banco, de todas as UGs definidas como centralizados no Tesouro Estadual.

A GEFIF libera junto a Instituição Financeira o processamento das folhas de salários, coordenando todos os cadastros no SIGEF que envolvam a folha, acompanhando e orientando o processo de pagamento da folha de salários, gerindo o repasse de recursos destinado a cobertura de insuficiência (inativos).

e) GEFTE – Gerência Financeira do Tesouro Estadual

A GEFTE realiza o repasse financeiro dos recursos do Tesouro para as Unidades Gestoras (UGs) realizar os pagamentos das suas despesas contratadas.

A gerência realiza a gestão das ordens bancárias, mediante o cronograma de pagamentos e o controle dos valores enviados por arquivo ou manualmente à instituição financeira contratada pelo Estado para crédito aos fornecedores.

A GEFTE presta orientações técnicas sobre os assuntos relativos à execução financeira no SIGEF, o sistema central que realiza os pagamentos do Estado, controlando a apuração do superávit financeiro para abertura de crédito adicional.

f) GEPFI – Gerência de Programação Financeira

A Gerência de Programação Financeira tem como uma de suas principais atribuições adequar o orçamento aprovado para as unidades gestoras por fonte de recursos à efetiva disponibilidade financeira.

A GEPFI é responsável por liberar as cotas de programação financeira para empenhamento de despesas, que controlam os desembolsos mensais realizados pelos órgãos do Estado, garantindo o equilíbrio orçamentário-financeiro do Tesouro Estadual.

A GEPFI acompanha as metas de ajuste fiscal e dos percentuais constitucionais de Educação e Saúde.

g) g) GETES – Gerência do Tesouro Estadual

A GETES realiza a gestão dos recursos do Estado, disponíveis no Sistema Financeiro de Conta Única do Poder Executivo e em conta específica do Fundeb e Salário Educação, aplicando os valores no mercado financeiro e acompanhando o emprego correto dos índices de remuneração estabelecidos em contrato.

A GETES realiza a conciliação e o rateio dos valores de arrecadação devidos aos municípios e órgãos estaduais e realiza a gestão dos contratos firmados com as instituições financeiras que prestam serviços ao Estado.

Diretoria de Planejamento Orçamentário - DIOR

A Diretoria de Planejamento Orçamentário da Secretaria da Fazenda elabora, programa, executa, acompanha e avalia todas as atividades relacionadas ao processo de planejamento do orçamento estadual.

A DIOR expede normas e instruções a serem observadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual relativas à elaboração dos projetos da Lei do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) do Governo do Estado. Além disso, a diretoria promove e coordena a elaboração, execução e acompanhamento da Lei do Orçamento, de acordo com as diretrizes e as metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e comanda os atos relativos à abertura de créditos adicionais.

A DIOR coordena as políticas e as diretrizes da área de planejamento orçamentário do Governo do Estado e articular ações com os demais sistemas administrativos da estrutura governamental, que possam contribuir com a gestão do planejamento, com auxílio de 03 (três) gerencias.

a) GEORC – Gerência de Elaboração e Acompanhamento do Orçamento

A GEORC elabora o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Governo do Estado, consolidando as propostas orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, bem como presta apoio aos demais órgãos do Governo do Estado na elaboração dos projetos de lei orçamentária, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento do processo e do sistema de elaboração do orçamento estadual.

b) GEPLA – Gerência Elaboração e acompanhamento do PPA

A GEPLA realiza todas as atividades de elaboração do projeto de Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado, com a definição de metodologias e diretrizes para desenvolvimento e revisão do plano, execução da ação governamental em consonância com o planejamento e a agenda estratégica do Governo do Estado.

A GEPLA produz relatórios de acompanhamento e orientação aos órgãos setoriais e seccionais no processo de elaboração e acompanhamento do Plano Plurianual, que define as metas orçamentárias dos quatro anos seguintes.

c) c) GEREIO – Gerência Execução Orçamentária

A GEREIO administra a execução orçamentária do Governo do Estado e elabora, quando necessário, os respectivos atos de alteração orçamentária.

A GEREIO mantém atualizado o registro do movimento de dotações orçamentárias, dos créditos adicionais e dos saldos orçamentários e acompanha a descentralização de créditos orçamentários entre os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

A GEREIO realiza a coordenação do Sistema Administrativo de Planejamento e Orçamento e do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

Diretoria Gestão de Fundos

A Diretoria de Gestão de Fundos (DIGF) tem como finalidade o controle e a supervisão dos fundos estaduais vinculados à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), especificamente o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC) e o FUNDO SOCIAL.

a) A Gerência de Gestão de Fundos (GEREF)

A Gerência de Gestão de Fundos realiza atividades inerentes a gestão dos fundos vinculados a SEF no aspecto administrativo, gerencia a execução orçamentária e financeira dos fundos, promovendo a emissão, o registro e o controle de documentos de natureza financeira.

Diretoria de Desestatização e Parcerias

A Diretoria de Desestatização e Parcerias (DIDE) coordena, define, disciplina e exerce a supervisão técnica e a orientação normativa dos processos pertinentes aos projetos de parceria público-privada (PPP), concessão comum, privatização, desinvestimento, liquidação e demais formas de desestatização prevista em Lei.

A Diretoria realiza, ainda, a coordenação da modelagem técnico-operacional, econômico-financeira e jurídica e o gerenciamento operacional das parcerias e/ou contratações entre órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e a iniciativa privada para este fim.

A DIDE valida os projetos e estudos técnicos de desestatização, de parcerias público-privadas e concessões do Estado, colaborando com os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta interessados em participar do programa estadual relacionado às parcerias público-privadas e concessões.

A DIDE coordena a execução de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) no âmbito das parcerias público-privadas e concessões do Estado, realiza a manifestação técnica, quando solicitado pelo Comitê Gestor do programa estadual relacionado às parcerias público-privadas e concessões, sobre a viabilidade e exequibilidade de projetos propostos para inclusão no portfólio, realiza a aprovação do plano de trabalho para desestatização de empresas e a propositura de medidas necessárias à efetivação dos processos de liquidação, com apoio de duas gerências.

a) GEADE – Gerência de Apoio à Desestatização de Empresas

A GEADE apoia a coordenação, a definição, a disciplina e a supervisão técnica e a orientação normativa dos processos pertinentes aos projetos de privatização, desinvestimento, liquidação e demais formas de desestatização prevista em lei que transfiram a propriedade do ativo público, de forma definitiva, à iniciativa privada, competindo-lhe, ainda: a realização da análise prévia do setor da empresa que será objeto de desestatização; apoiando na definição de escopo do projeto e no modelo de estruturação dos estudos técnico-operacionais, econômico-financeiros e jurídicos, bem como elaboração do respectivo termo de referência; realizando a revisão de estudos técnicos e a definição do modelo final de desestatização de empresas a ser adotado para o projeto.

A GEADE realiza consulta pública, audiência pública, apresentação do projeto a investidores, articulação com órgãos de controle, assessoramento a comissão de licitações e demais *stakeholders*, apoiando na manifestação sobre o plano de trabalho apresentado pelo liquidante e os pedidos de alteração, apoiando, ainda, a transferência de bens, direitos e obrigações restantes que serão sucedidos pelo Estado, ao final, ou no decorrer do processo de liquidação.

b) GEPAC – Gerência de Parcerias e Concessões

A GEPAC apoia a coordenação, a definição, a disciplina, a supervisão técnica e a orientação normativa dos processos pertinentes aos projetos de parceria público-privada (PPP), demais projetos de desestatização previstos em lei que não transfiram a propriedade do ativo público, de forma definitiva, à iniciativa privada, competindo-lhe, ainda, realizar análise prévia do setor do ativo que será objeto de PPP ou concessão, incluindo

a sondagem de mercado, e levantamento de dados secundários, apoiando, também, na definição de escopo do projeto e modelo de estruturação dos estudos técnico-operacionais, econômico-financeiros e jurídicos, bem como elaboração do respectivo termo de referência, gerenciando os projetos de estruturação de PPPs e concessões.

A GEPAC apoia a revisão dos estudos técnicos e a definição do modelo final de PPP ou Concessão a ser adotado para o projeto, amparando os entes do governo do Estado na realização de consulta pública, audiência pública, apresentação do projeto a investidores, articulação com órgãos de controle, assessoramento à comissão de licitações e demais *stakeholders* do projeto.

A Diretoria de Administração e Finanças - DIAF

A Diretoria de Administração e Finanças DIAF compete no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda articular-se com os órgãos centrais dos Sistemas Administrativos de Administração Financeira, de Controle Interno, de Gestão de Materiais e Serviços - SAGMS, de Gestão de Recursos Humanos - SAGRH e de Gestão de Tecnologia de Informação, com vistas ao cumprimento dos atos normativos pertinentes, elaborando, implantando e controlando as rotinas administrativas, em cooperação com as demais diretorias, objetivando à racionalização dos recursos e o controle de custos dos programas e atividades do órgão, coordenando e operacionalizando a execução orçamentária e financeira da Secretaria de Estado da Fazenda (UG 52001) e do Fundo de Esforço Fiscal (52092).

A DIAF autoriza despesas, empenhos e ordens bancárias de pagamento, acompanhando, avaliando e propondo adequações a execução orçamentária das UGs sob sua execução.

A DIAF coordena e supervisiona os trabalhos afetos à Comissão Permanente de Licitação e de Gestão de Pessoas, realizando, ainda, todo processo de gestão das Unidades Gestoras sob sua responsabilidade.

No cumprimento da sua missão institucional, a DIAF tem o apoio de 04 (quatro) gerências, abaixo descritas.

a) GEAFI – Gerência de Administração e Finanças

A GEAFI executa as atividades relacionadas às administrações financeira, contábil e contratual da Fazenda Estadual, com base na vinculação técnica com o órgão central dos Sistemas Administrativos de Controle Interno, de Administração Financeira e de Planejamento e Orçamento.

A GEAFI atua com base nas regras fixadas pelo Governo do Estado, coordenando a elaboração dos balancetes, balanços e demais demonstrações contábeis, bem como presta contas ao Tribunal de Contas do Estado a respeito das despesas empenhadas e executadas pela Secretaria de Estado da Fazenda nas UGs 52001 e 52092.

b) GEAPO – Gerência de Apoio Operacional

A GEAPO realiza a administração do patrimônio, dos materiais e dos serviços gerais da Secretaria de Estado da Fazenda, atendo as diretrizes técnicas do órgão central dos Sistemas Administrativos de Gestão de Materiais e Serviços, de Gestão Patrimonial e de Gestão Documental e Publicação Oficial. A gerência controla os serviços de recepção, manutenção, conservação, limpeza, vigilância e telefonia, bem como a frota de veículos da Secretaria de Estado da Fazenda, de acordo com as normas do Governo do Estado.

c) GEPES – Gerência de Gestão de Pessoas

A GEPES administra o quadro de pessoal, tanto de cargos efetivos quanto de comissionados da Secretaria de Estado da Fazenda, coordena a instrução de processos que tratam de direitos dos servidores; participa de comissões designadas para tratar de concurso público; controla escalas de férias; mantém a guarda de documentos e processos dos servidores em pasta funcional; organiza e mantém atualizada a lotação dos servidores; coordena o ingresso dos estagiários e participa da preparação mensal da folha de pagamento.

d) GETEC – Gerência de Tecnologia da Informação

A GETEC programa, coordena e controla o tratamento automatizado de informações da Secretaria de Estado da Fazenda, sendo responsável pela implementação da política de informática, além da manutenção e do suporte do parque tecnológico.

A GETEC possui vinculação técnica ao Sistema Administrativo de Gestão de Tecnologia de Informação, executando a política de informações da Secretaria de Estado da Fazenda para publicação na Internet, administração da rede, controle da funcionalidade dos computadores e acesso dos servidores ao parque tecnológico, considerando normas preestabelecidas pelo Governo do Estado.

5.8 DEMAIS ESTRUTURAS

a) Grupo Gestor de Governo - GGG

O Grupo Gestor de Governo, diretamente vinculado ao Gabinete do Governador, é incumbido de modernizar a gestão pública e de articular e coordenar ações que impactem na redução de despesas, no incremento de receitas, no fortalecimento da descentralização, na articulação e coordenação política e na potencialização dos recursos para a realização de ações sociais e de obras, sendo composto por 04 (quatro) secretários: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado da Casa Civil, o Secretário de Estado da Administração e o Procurador Geral do Estado, sendo presidido pelo primeiro.

b) Tribunal Administrativo e Tributário – TAT

O Tribunal Administrativo Tributário (TAT) é um órgão vinculado à Secretaria da Fazenda responsável por julgar em instância administrativa os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária estadual. O TAT é formado por duas instâncias. A primeira é constituída por julgadores de processos fiscais, em julgamento singular; e a segunda por colegiado de composição paritária.

c) Conselho de Política Financeira – CPF

O Conselho de Política Financeira (CPF) é composto pelos Secretários de Estado da Fazenda (seu Presidente), Administração, Casa Civil e pelo Procurador Geral do Estado.

Ao CPF, no âmbito das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, subsidiárias ou controladas, compete atuar de forma preventiva (respondendo a consultas de diferentes assuntos), autorizativa (concedendo autorização para realizar determinados atos, que por exigência legal devem ter autorização prévia do CPF), normativa (estabelecendo normas gerais com a finalidade de adequar a atuação das Empresas Estatais com os planos e programas Governamentais, bem como adequar a atuação com a legislação vigente) e reguladora (com o fim de otimizar o gasto dos recursos públicos). As decisões do CPF, que têm a forma de resoluções, têm eficácia normativa e efeito vinculante perante os órgãos a ele submetidos.

d) Assessoria de Comunicação – ASCOM

A ASCOM gerencia a comunicação interna e externa da Secretaria da Fazenda, atendendo diretamente o secretário, secretário-adjunto, diretores e gerentes. A ASCOM é responsável pela produção e divulgação de notícias de interesse da Secretaria da Fazenda catarinense e pela alimentação do portal da secretaria na área de comunicação.

A Assessoria de Comunicação acompanha a repercussão dos temas na imprensa tradicional e nas mídias sociais.

e) Corregedoria da Secretaria de Estado da Fazenda – COSEF

A Corregedoria da Secretaria de Estado da Fazenda (COSEF) está subordinada ao gabinete do secretário e tem por missão institucional primar pela legalidade, probidade e qualidade dos atos praticados pelos servidores da Fazenda Estadual para assegurar a eficiência e efetividade dos serviços prestados pela instituição.

A COSEF compete realizar os procedimentos, apurações e correções dentro da jurisdição da Fazenda Estadual.

f) Ouvidoria da Secretaria de Estado da Fazenda – OSEF

Vinculada à Secretaria de Estado da Administração, a Ouvidoria Geral monitora todos os assuntos dirigidos a ela e também às ouvidorias setoriais.

A Ouvidoria da Secretaria da Fazenda tem grande demanda de serviços relativos a informações, denúncias, sugestões, reclamações e elogios.

g) Consultoria Jurídica – COJUR

A Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Fazenda é um órgão setorial do Sistema Administrativo de Serviços Jurídicos, responsável por organizar as atividades relacionadas à área jurídica, cumprindo procedimentos, diretrizes e normas em articulação com a Procuradoria Geral do Estado.

A COJUR presta consultoria e assessoramento jurídico ao secretário, ao secretário-adjunto e aos titulares das diretorias e gerências da Fazenda Estadual, em matéria de natureza jurídica não-contenciosa. Analisa os instrumentos relativos a projetos de lei, decreto, portaria, bem como contratos, convênios e acordos, examinando a legalidade dos atos administrativos.

h) Consultoria de Assuntos Econômicos - CAE

A Consultoria de Assuntos Econômicos – CAE -, presta consultoria e assessoramento ao Secretário de Estado da Fazenda, ao Secretário-Adjunto e as diretorias da SEF por meio da produção e disponibilização de informações econômicas, financeiras, projeções e estatísticas fiscais do Setor Público.

A CAE promove estudos da realidade econômica internacional, nacional e estadual, com a coleta de dados e produção de informações para subsidiar as áreas de arrecadação e gestão financeira da SEF, bem como articula-se com as demais Secretarias de Estado, órgãos federais, estaduais, municipais e entidades que produzam informações econômico-fiscais.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Processos operacionais bem definidos. 2. Servidores qualificados. 3. Equipe multidisciplinar. 4. Sistema de Administração Tributária estruturado e sólido tecnicamente. 5. Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal sólido, estruturado e reconhecido nacionalmente. 6. Transparência nos atos públicos e probidade administrativa consolidada. 7. Ótimo relacionamento com os credores da dívida referente aos empréstimos. 8. Manutenção do contrato com a agência S&P de avaliação do risco de crédito do ESC. 09. Constante aprimoramento dos módulos de dívida, riscos fiscais e precatórios. 10. Infraestrutura de hardwares e estações de trabalho. 11. Estrutura organizacional regionalizada. 12. Acompanhamento da qualidade do gasto. 13. Especialização e setorização de atividades econômicas. 14. Projetos de Educação Fiscal | <ol style="list-style-type: none"> 1. Envelhecimento quadro funcional. 2. Legislação complexa e não consolidada. 3. Excesso de burocracia pela falta de mapeamento de processos. 4. Fragmentação física das unidades administrativas na Capital. 5. Baixo monitoramento da estratégia organizacional por meio de objetivos e indicadores não institucionalizado. 6. Comunicação intersetorial deficiente 7. Evasão de servidores. 8. Falta de incentivo ao exercício da função de Gestor e de Direção. 9. Pouco processos mapeados 10. Falta de fortalecimento da estrutura (gerências x coordenadorias). 11. Limitações orçamentárias e recursos financeiros. 12. Dificuldade de encontrar fornecedores qualificados e/ou com interesse em fechar negócio com Órgão Público. 13. Carência de ações que integrem todas as Diretorias da SEF. |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>15. Metodologia de manutenção do equilíbrio fiscal</p> <p>16. Redução do tempo de análise de processos administrativos.</p> <p>17. Reestruturação da Cobrança</p> <p>18. Renovação constante das malhas fiscais</p> <p>19. Arrolamento administrativo de bens e direitos</p> <p>20. Credibilidade da informação fornecida</p> <p>21. Know-how em sistemas integrados.</p> <p>22. Referência na área contábil do setor público.</p> | |
| <p>OPORTUNIDADES</p> | <p>AMEAÇAS</p> |
| <p>1. Possibilidade de quitação antecipada de empréstimos em situação vantajosa</p> <p>2. Aprimoramento constante dos canais de comunicação com as Empresas Públicas e TCE-SC</p> <p>3. Disponibilização de informações de análises econômico-financeiras das Empresas Públicas</p> <p>4. Estudos contínuos para reestruturação do perfil da dívida por meio da renegociação de empréstimos.</p> <p>5. Aprimoramento da legislação referente à dívida com precatórios para permitir o seu refinanciamento via operações de crédito.</p> <p>6. Continuidade no processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento do parque tecnológico da SEF – hardwares e softwares -, com objetivo de manter a Secretaria de Estado da Fazenda como vanguarda na administração tributária e na gestão das despesas públicas.</p> <p>7. Competência em superar o cenário econômico adverso.</p> <p>8. Criação parcerias com a Administração pública direta e indireta nas três esferas.</p> <p>9. Criação de polos tecnológicos avançados.</p> <p>10. Amadurecimento sociedade civil organizada.</p> <p>11. Existência de políticas de incentivos fiscais para atração de novos investimentos.</p> <p>12. Integração com os órgãos de controle externo (Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, etc.).</p> <p>13. Implantar geração de energia solar nos prédios da SEF com intuito de reduzir despesas correntes com energia elétrica.</p> <p>14. Implementar avanços tecnológicos que possam melhorar a eficiência operacional, principalmente os Sistemas de Patrimônio, Almoxarifado e Microfilmagem.</p> <p>15. Implantar programa de conscientização de consumo consciente e do uso adequado e conservação dos bens públicos em geral.</p> <p>16. Incremento na Política Estadual de Desenvolvimento dos Servidores.</p> | <p>1. Possibilidade de não atender aos apontamentos TCE-SC decorrentes de informações não disponibilizadas em tempo pelas empresas públicas às quais o Estado possui participação</p> <p>2. Dependência de indicadores/cotações externas no pagamento da dívida pública podendo prejudicar as projeções e/ou estimativas.</p> <p>3. Concretização dos Riscos fiscais</p> <p>4. Transição da Taxa LIBOR para a Taxa SOFR em alguns contratos de empréstimo.</p> <p>5. Dificuldade de manter o parque tecnológico continuamente atualizado devido à escassez de profissionais no mercado.</p> <p>6. Sistema previdenciário deficitário.</p> <p>7. Risco de crises políticas.</p> <p>8. Risco de criação “guerra fiscal”.</p> <p>9. Sonegação fiscal.</p> <p>10. Variação cambial.</p> <p>11. Risco de a reforma tributária provocar perda de competência dos Estados e revisão de incentivos fiscais concedidos.</p> <p>12. Dificuldade de acesso às informações disponibilizadas por sistemas informatizados de outros órgãos.</p> <p>13. Incertezas jurídicas decorrentes de divergências de entendimento nos Tribunais.</p> <p>14. Alto número de judicializações relacionadas à folha de pagamento.</p> <p>15. Dificuldades financeiras podem limitar a capacidade em atender às demandas da SEF.</p> <p>16. Alto número de diligências relacionadas à aposentadoria pelo TCE.</p> <p>17. Tramitação morosa nos processos de aposentadoria pelo IPREV.</p> <p>18. Morosidade na prestação de informações e/ou realização de atividades, por parte de setores externos, necessárias à consecução dos processos de competência da GEPES.</p> |

GESTÃO DE FUNDOS

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Sistemas Orçamentários e Financeiros 2. Processos digitais 3. Equipamentos de hardwares satisfatórios 4. Softwares em constantes atualizações 5. Equipe comprometida 6. Padronizações de procedimentos e metodologias | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de treinamentos/capacitações 2. Rotatividade de servidores efetivos 3. Limitações sistêmicas 4. Necessidade de acompanhamento <i>in loco</i> dos projetos 5. Morosidade para efetivo repasse aos convenentes |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Crescimento da economia 2. Cobrança efetiva dos débitos dos contratos do PRODEC 3. Aumentos dos beneficiários/doações 4. Modificações na legislação 5. Incentivos fiscais 6. Melhora nos indicadores econômicos | <ol style="list-style-type: none"> 1. Instabilidade econômica 2. Inadimplência dos contratos do PRODEC 3. Sonegação de impostos 4. Modificações na legislação 5. Legislações complexas e ausências de normatizações/regulamentações 6. Ausência de projetos por parte dos convenentes e/ou projetos deficientes |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Servidores públicos estaduais efetivos;
 Servidores públicos estaduais comissionados;
 Estagiários;
 Agentes políticos.

EXTERNAS:

Sociedade catarinense em geral; e
 Administração pública direta e indireta das três esferas de poder e de governo.

SETOR DE FUNDOS

INTERNAS:

SIGEF;
 S@T;
 SGP-e;
 Diretorias Orçamentária e Financeira.

EXTERNAS:

Demais Secretarias e Órgãos do Estado;
 Municípios e Fundações;
 Entidades e Consórcios;
 Tribunal de Contas do Estado;
 ALESC;
 PGE;
 Ministério Público Estadual;
 Banco do Brasil;
 Sociedade.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Arrecadação do Estado de Santa Catarina cresceu 32,53% nos últimos quatro anos (2019 a 2022), uma vez que a arrecadação passou de R\$ 38.893.247.574,34 para R\$ 57.641.886.756,45¹³, sendo esse resultado fruto da contribuição do trabalho diuturno da Secretaria de Estado da Fazenda.

A Secretaria de Estado da Fazenda realizou a quitação antecipada de empréstimos em situação vantajosa e quitou empréstimo junto ao Bank of América no ano de 2022.

A Secretaria de Estado da Fazenda realizou aprimoramento da legislação referente à dívida com precatórios para permitir o seu refinanciamento via operações de crédito.

A Secretaria de Estado da Fazenda aprimorou o canal de comunicação com as Empresas Públicas e TCE-SC e disponibilizou informações de análises econômico-financeiras das Empresas Públicas.

O Sistema Integrado Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) é referência, uma vez que a SEF recebe visitas técnicas de outros Estados e Municípios do país para conhecê-lo e municípios e Estados acabaram adotando mesmo modelo de Santa Catarina.

O Sistema de Administração Tributária (SAT) é referência, uma vez que a SEF recebe visitas técnicas de outros Estados do país para conhecê-lo.

No ano de 2022, as contas do Estado do exercício financeiro de 2021 foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado sem ressalvas.

SETOR DE FUNDOS

A administração da execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos do FUNDO SOCIAL (Lei nº 18.334/2022), bem como o estabelecimento do controle e a supervisão do FADESC culminaram na celebração e acompanhamento de Convênios, Descentralizações de Crédito, Descentralizações e Transferências Financeiras, execução e acompanhamento das Emendas Parlamentares Impositivas, emissão pelo Conselho Deliberativo após as devidas avaliações de Deliberações dos recursos do FUNDO SOCIAL e monitoramento e acompanhamento dos contratos do PRODEC.

Em decorrência dos compromissos geridos pelo FUNDO SOCIAL, foi possível alcançar uma média de R\$ 584.754.681,88 (quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos) destinados as ações prioritárias do Fundo, segregados em diferentes áreas de investimentos por todo território catarinense, resultado este obtido nos últimos 4 (quatro) exercícios financeiros e em constante crescimento.

¹³ Disponível em: <https://www.transparencia.sc.gov.br/receita>. Acesso em 31 maio 2023 às 18:39 h.

3.4.6 Gestão Previdenciária

Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV

Trata-se do perfil institucional do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), peça integrante do Plano Plurianual (PPA) do Estado de Santa Catarina para o quadriênio 2024-2027, fundamental para o planejamento estratégico e confecção racional e prudente da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O IPREV é a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC), criado pela Lei Complementar nº 412/2008, regulado pelo Decreto nº 3.337/2010 e com o regimento interno estabelecido pelo Decreto nº 1.415/2017. O IPREV é uma autarquia com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, patrimonial e financeira em relação ao Poder Executivo e é responsável pela gestão e administração do regime previdenciário dos servidores públicos do Estado, assegurando o pagamento de benefícios previdenciários de forma eficiente e sustentável.

Os serviços de excelência prestados pelo IPREV aos seus segurados é suportado pela taxa de administração, recursos originado de percentual das contribuições previdenciárias, destinado ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento de sua unidade Gestora, sendo importante instrumento que assegura sua autonomia financeira.

Destaque na atual gestão do RPPS/SC a criação do grupo de estudos com equipe diversificada, onde estão sendo discutidas ações e apresentadas propostas para o equacionamento do déficit previdenciário, em especial, o retorno de um fundo de capitalização para concessões de benefícios futuros, criação do regime de proteção Social dos militares e novas fontes de recursos para pagamento dos benefícios previdenciários. Cabe distinção a contratação do sistema informatizado, automatizando diversos procedimentos internos, oportunizando maior controle e eficiência dos processos previdenciários.

Desta forma, o IPREV presta desempenho fundamental na proteção e segurança previdenciária dos servidores públicos do Estado de Santa Catarina.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

O IPREV tem por finalidade principal a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS/SC, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários e, especificamente:

Manutenção e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do RPPS/SC;

Investimentos de Recursos Previdenciários;

Auditoria previdenciária permanente, compreendendo a fiscalização pelo cumprimento dos dispositivos legais, o controle da arrecadação previdenciária e a análise dos dados do sistema informatizado;

Realização de estudos e análises atuariais para garantir a sustentabilidade dos regimes.

Promoção de ações de educação previdenciária e orientação aos servidores.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover, implementar e executar políticas de benefícios previdenciários aos servidores públicos do Estado de Santa Catarina e seus dependentes, com responsabilidade social, de forma célere, sustentável, equilibrada, solidária e contributiva entre os segurados.

VISÃO: Conceder e pagar, de forma equânime, os benefícios previdenciários de todos os poderes e órgãos, com recursos das contribuições previdenciárias e outros ativos geradores de renda.

VALORES: Comprometimento, Responsabilidade, Legalidade, Segurança, Confiança, Celeridade, Ética, Transparência.

ESTRUTURA:

Conselho de Administração - CONAD: órgão de deliberação e orientação superior do RPPS/SC - composto por 14 (quatorze) membros, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Conselho Fiscal - COFIS: órgão de fiscalização da gestão financeira do RPPS/SC - composto por 6 (seis) membros efetivos e seus respectivos suplentes, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo

Presidente - GABP

Assessoria de Comunicação – ASCOM

Coordenadoria de Controle Interno – CCI

Coordenadoria de Auditoria e Fiscalização – CORAFI

Diretoria Jurídica – DJUR

Gerência de Contencioso Administrativo – GECAD

Setor de Assistência Social – SESO

Gerência de Contencioso Judicial - GECOJ

Gerência de Avaliação e Cálculo – GERAC

Diretoria de Administração – DIAD

Gerência de Administração de Finanças e Contabilidade – GEAFIC

Gerência de Apoio Operacional – GEAPO

Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES

Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica – GETIG

Diretoria de Previdência – DIPR

Gerência de Pensões – GEPEN

Gerência de Inativos – GERIN

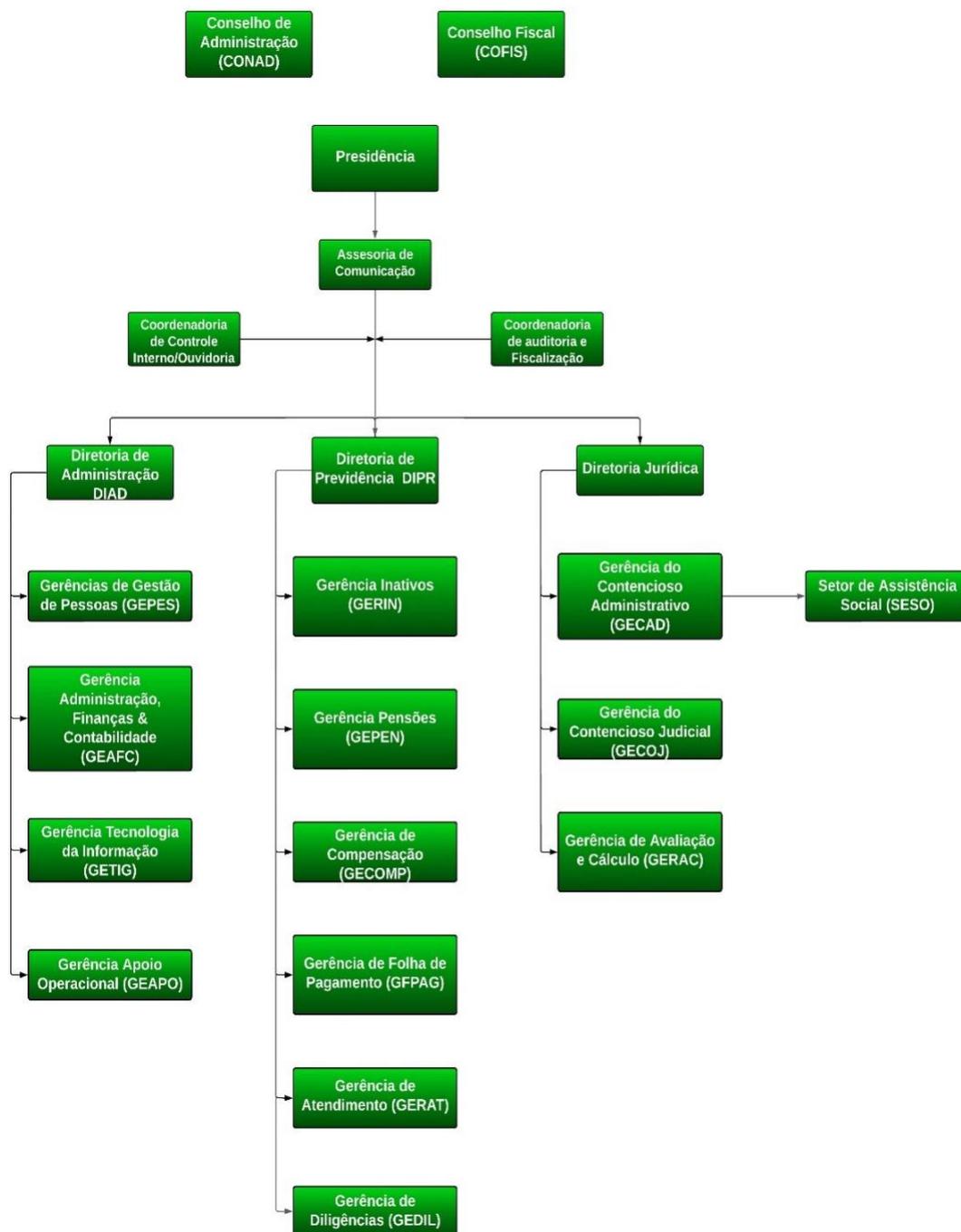
Gerência de Diligências – GEDIL

Gerência de Atendimento – GERAT

Gerência de Compensação Previdenciária – GCOMP

Gerência de Folha de Pagamento – GFPAG

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, nos termos da Lei Complementar n. 412, de 2008, tem por objetivo executar todas as operações na área de previdência aos segurados do RPPS/SC e a seus respectivos dependentes, abrangendo nessa atividade, a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS/SC, incluindo a arrecadação e gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários, obedecidas as normas constitucionais e a legislação específica. A Autarquia realiza diversos serviços para usuários internos (servidores, entidades representativas de categorias e de representação patronal) e para os externos (beneficiários, ex-servidores, órgãos de fiscalização e regulamentação e sociedade civil), destacando-se:

| SERVIÇOS | USUÁRIOS |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| I. Conceder e revisar benefícios previdenciários | INTERNO/EXTERNO |
| II. Gerir o patrimônio e os recursos das contribuições previdenciárias das cotas patronais, dos segurados e da insuficiência financeira; | INTERNO/EXTERNO |
| III. Compensar valores entre regimes de previdência; | INTERNO/EXTERNO |
| IV. Averbar tempo de contribuição de outro regime de previdência; | INTERNO |
| V. Emitir certidão de tempo de contribuição (CTC) para ex- servidores; | EXTERNO |
| VI. Representar os interesses do RPPS em demandas judiciais; | INTERNO |
| VII. Efetuar o pagamento das pensões previdenciárias; | INTERNO |
| VIII. Realizar o recadastramento como prova de vida; | INTERNO |
| IX. Prover as despesas de custeio, investimentos e manutenção do patrimônio mobiliário, imobiliário e de outros bens; | INTERNO |
| X. Promover e realizar a contabilização e registros contábeis; | INTERNO/EXTERNO |
| XI. Elaborar, programar e executar o orçamento, bem como liquidar financeiramente; | INTERNO/EXTERNO |
| XII. Aplicar as sobras de recursos e de investimentos conforme resoluções do CVM; | INTERNO/EXTERNO |
| XIII. Realizar o cálculo atuarial anualmente; | INTERNO/EXTERNO |
| XIV. Fiscalizar e auditar a concessão de benefícios previdenciários e o recolhimento das contribuições; | INTERNO/EXTERNO |
| XV. Exarar instruções e procedimentos e atendimento aos setoriais de RH | INTERNO/EXTERNO |
| XVI. Realizar recálculo de benefícios previdenciários | EXTERNO |
| XVII. Implantar isenção de contribuição previdenciária e IR | EXTERNO |
| XVIII. Emitir demonstrativos de imposto de renda, certidões e declaração de recebimento de benefício previdenciário | EXTERNO |
| XIX. Atender consultas dos segurados de forma presencial e via tele atendimento; | EXTERNO |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Nova gestão com propostas inovadoras e ações para equacionamento do déficit previdenciário; 2. Contratação de Sistema previdenciário para automação de diversos procedimentos do IPREV; 3. Renovação do quadro dos servidores com a realização de concursos para 30 cargos; 4. Experiência técnica na gestão previdenciária; 5. Capacidade administrativa e financeira autônoma; 6. Ambiente de trabalho adequado; 7. Plano continuado de qualificação dos servidores; 8. Comprometimento das equipes; 9. Bom relacionamento entre servidores e gestores; 10. Boa relação com os demais órgãos públicos. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Elevado número de servidores do IPREV que já adquiriram os requisitos para aposentação; 2. Ausência de mecanismos para avaliação de desempenho; 3. Ausência de um sistema informatizado integrado; 4. Resistência a mudanças por parte dos servidores. 5. Ausência de cultura financeira e previdenciária; |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de plano em regime de capitalização para as concessões de benefícios futuros para amortização do déficit previdenciário; 2. Criação do regime de proteção dos militares, com administração conjunta; 3. Reativação das redes sociais do IPREV possibilitando melhor comunicação com a sociedade catarinense; 4. Disponibilidade tecnológica: ferramentas que possibilitam a difusão da tecnologia dentro do IPREV (IA, Power Bi, Processos estatísticos); 5. Adesão ao Pró-Gestão, elevando as boas práticas na atual gestão processual do RPPS/SC; 6. Como órgão Gestor do RPPS/SC centraliza as orientações e regulamentos sobre aposentadoria, pensão e procedimentos correlatos; 7. Participação ativa do Conselho de Administração e Fiscal; 8. Utilização de ativos do Estado para integralização em plano de equacionamento do déficit previdenciário; 9. Mandato para gestores, com qualificação e certificação; 10. Parcerias com outras entidades e instituições para promover a educação previdenciária; 11. Investimentos em novas modalidades de fundos para ampliar os rendimentos. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Expectativa de vida em elevação gera maior tempo de pagamento dos benefícios; 2. Seguintos de atuação corporativa atuando na alteração da legislação previdenciária; 3. Excesso de ações judiciais, aumentando o passivo previdenciário; 4. Elevado déficit previdenciário; 5. Informações financeiras e cadastrais que não estão sob a gestão direta do IPREV; 6. Procedimentos descentralizados no processamento da folha de pagamento; 7. Mudanças na legislação previdenciária que possam impactar as regras de concessão de benefícios. 8. Riscos econômicos e financeiros que podem afetar os investimentos e a sustentabilidade dos regimes. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Servidores lotados no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina;

Conselheiros do CONAD (Conselho de Administração) e COFIS (Conselho Fiscal);

Servidores atuantes nos demais entes que constituem a estrutura do Estado de Santa Catarina.

EXTERNAS:

Servidores Públicos Efetivos dos Poderes do Estado de Santa Catarina;

Ex-servidores Públicos do Estado de Santa Catarina;

Dependentes de Servidores Públicos do Estado de SC;

Sindicatos e Associação de Servidores Públicos efetivos e de pensionistas;

Agentes financeiros ;

Tribunal de Contas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Os principais resultados atingidos nos últimos 4 anos pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina são:

- Reforma da Previdência que ocorreu em 2021, que tem como objetivo preservar a capacidade de pagamento das aposentadorias atuais e futuras e garantir a continuidade de investimento do Estado para atender a toda população;
- Certificação NÍVEL II no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015 – (Pró-Gestão), A Certificação tem como objetivo a implantação das boas práticas de gestão inseridas nas ações que compõem os três pilares do Programa: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, e

contribuiu com a modernização e profissionalização dos RPPS, estabelecendo padrões de atividades com maior controle e transparência;

- Ampla reforma no parque tecnológico do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina que proporcionou a implementação de sistemas mais avançados e eficientes, permitindo uma gestão ágil e precisa dos processos e com isso houve uma redução significativa no tempo de resposta às demandas dos beneficiários;
- Instituição de uma central de atendimento automatizada, para composição de uma rede multisserviços de comunicação, voz e dados, como ferramenta para gestão das atividades gerenciais e administrativas. A concentração dos serviços em uma central única de atendimento ao beneficiário promoveu a melhoria na gestão pública;
- Realização de concurso público para recomposição do quadro de servidores para atuar no âmbito do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, o qual tem como objetivo fortalecer a Autarquia e contribuir para um melhor atendimento e desenvolvimento de suas atividades e conseqüentemente aos beneficiários do sistema previdenciário catarinense;
- Instituição do núcleo de gestão de processos para coordenar as ações relacionadas à gestão de processos dentro do Instituto, a fim de disseminar e promover o gerenciamento de processos de negócio na Autarquia, alinhado ao modelo de governança por processos e à estratégia governamental, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e entrega de valor à sociedade;
- A Manutenção da Autossuficiência Financeira do Instituto, por meio da taxa de administração. Esse resultado reflete a eficiência na gestão dos recursos previdenciários e o compromisso no cumprimento das obrigações;
- Aquisição de um sistema Previdenciário que tem entre as suas possibilidades a melhoria da gestão nos processos de concessão de benefícios, compensação previdenciária, e a substituição das tabelas de Excel por um sistema confiável e robusto.

Essas realizações demonstram o comprometimento e a dedicação do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina em proporcionar segurança e bem-estar aos beneficiários. Com uma trajetória marcada por conquistas significativas, o Instituto continua a trilhar seu caminho rumo a um futuro próspero, fortalecendo sua reputação como referência em previdência e garantindo tranquilidade para todos os segurados.

3.4.7 Demais Áreas

Gabinete da Vice-Governadora - GVG

O Gabinete da Vice-Governadoria está situado no Centro Administrativo Governador Casildo João Maldaner e o Órgão tem o papel auxiliar e colaborativo nas agendas de Governo, conforme alinhamento com o Chefe do Poder Executivo.

Seu papel institucional está definido na Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 741/2019, a qual dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

LEI COMPLEMENTAR Nº 741, DE 12 DE JUNHO DE 2019

Art. 3º A Administração Pública Estadual Direta do Poder Executivo é constituída pelos órgãos do Gabinete do Governador do Estado, pelo Gabinete do Vice-Governador do Estado e pelas Secretarias de Estado.

[...]

Art. 5º São órgãos superiores da Administração Pública Estadual Direta:

[...]

II – o Gabinete do Vice-Governador do Estado (GVG);

[...]

DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Art. 28. Ao GVG compete:

I – assistir o Vice-Governador do Estado no desempenho das atribuições constitucionais e legais que lhe são inerentes e nas missões especiais que lhe forem confiadas; e

II – encarregar-se da administração geral da residência oficial do Vice-Governador do Estado.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover apoio e assessoramento ao Vice-Governador no desempenho de suas atribuições legais, de forma eficiente, com comprometimento e empregando a inovação e o empreendedorismo para um atendimento mais eficaz à sociedade.

VISÃO: Ser reconhecida com excelência e destaque na sua atuação, nacionalmente, com ações de assessoramento ao Vice-Governador, de gestão de Projetos e de atração de investimento.

VALORES: Ética e Comprometimento; Transparência e Moralidade; Eficiência e Eficácia; Inovação e Empreendedorismo; Proatividade e Desenvolvimento Sustentável.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Gabinete da Vice-Governadora atua com o desenvolvimento de duas atividades essenciais: uma com caracterização da atuação política do cargo de Vice-Governadora e outra relacionada à gestão administrativa de suas atividades-meio.

A atuação política consiste em apoiar e assistir ao Governador do Estado de Santa Catarina nas funções de Chefe do Poder Executivo com o desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, bem como articular, acompanhar, coordenar e integrar as ações estratégicas do governo nas missões especialmente conferidas.

Já a atuação da gestão administrativa consiste na manutenção das atividades de suas unidades administrativas no Centro Administrativo do Governo do Estado, no Gabinete Regional de representação na cidade de Joinville e na Residência Oficial da Vice-Governadoria em Florianópolis.

ORGANOGRAMA



ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação e experiência dos profissionais 2. Boas condições ambientais de trabalho 3. Bom relacionamento político governamental 4. Postura ética na condução de suas atividades 5. Mandatária com experiência em gestão na administração pública 6. Comprometimento da equipe com o Governo | <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de padronização em alguns processos 2. Regulamentação das suas atividades 3. Pouca segregação de funções administrativas 4. Deficiência no controle e gestão histórica de arquivos 5. Equipe reduzida 6. Atualização e aperfeiçoamento dos servidores |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Participação em projetos estruturantes do Estado 2. Foco em gestão transparente e íntegra 3. Buscar parcerias e novos investimentos 4. Melhoria da comunicação para estar mais próximo das pessoas 5. Relacionamento com Órgãos externos | <ol style="list-style-type: none"> 1. Fatores políticos externos 2. Descontinuidade da gestão entre mandatos 3. Limitação orçamentária e financeira do Estado 4. Alterações legais não mapeadas 5. Situações graves de emergência em saúde pública (pandemias) |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Vice-Governadora;
Chefe de Gabinete;
Servidores ocupantes de cargos comissionados;
Os demais colaboradores.

EXTERNAS:

Sociedade;
Os demais Órgãos do Governo;
Mídias e empresas de comunicação e jornalismo;
Empresas Contratadas;
Órgãos de controle interno e externo;
Outros Poderes e Entes da Federação.

Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN

Criada como órgão central do sistema de planejamento público do estado de Santa Catarina, a SEPLAN tem seu maior desafio na missão de coordenar a formulação do processo de gestão estratégica governamental, visando a construção de boas políticas públicas e o desenvolvimento social, econômico e sustentável do Estado.

“A reestruturação da SEPLAN parte da necessidade de articular e coordenar as ações estratégicas ao desenvolvimento do estado de Santa Catarina com o intuito de cuidar do seu bem mais precioso, as pessoas. **Não existe gestão pública sem o devido planejamento”**

Jorginho dos Santos Mello

Governador do Estado de Santa Catarina

O desafio de curto prazo de estruturar a nova SEPLAN/SC, já foi realizado, e a integração de esforços com a Secretaria de Estado da Fazenda com vistas a assegurar para 2024 – 2027, um Plano Plurianual suportado por conceitos que colocam o cidadão como destinatário das ações do Estado, e as metas de resultado alinhadas as questões estratégicas, estão sendo realizadas em conjunto.



O desafio ainda para o segundo semestre de 2023 está sendo estruturado como um projeto de Estado, e contempla um novo plano de políticas públicas para Santa Catarina, contemplando as questões sociais, econômicas e de sustentabilidade para o período 2024 – 2040, com o compromisso de tornar Santa Catarina o melhor estado para morar, visitar e investir.

A busca da excelência em gestão pública foi uma das principais ideias que inspiraram a recriação da Secretaria de Estado do Planejamento, na Medida Provisória nº 257, de 23 de fevereiro de 2023, que altera a Lei Complementar nº 741/2019, Art.41-B, incisos I a XXI.

No § 2º, do art. 1º, desta Lei Complementar está previsto que o modelo de gestão da Administração Pública Estadual será implementado por meio de indicadores de desempenho e resultados, em um governo pautado na transparência, no controle administrativo, na integridade, na governança e na inovação, objetivando a redução de despesas, o amplo acesso pela sociedade, a melhoria da qualidade dos serviços públicos e a formação prioritária de parcerias entre o Estado e a sociedade.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 41-B. À Secretaria de Estado de Planejamento do Estado de Santa Catarina – SEPLAN/SC, Órgão central dos Sistemas de Planejamento Estratégico, da Gestão Estratégica, e Inovação da prestação dos serviços públicos, no âmbito da Administração Pública Estadual, compete:

I – Planejar, acompanhar, analisar, orientar, monitorar, avaliar e revisar periodicamente:

- a) O processo de planejamento estratégico estadual;
- b) Os programas estruturantes do Estado, de forma articulada com as Secretarias de Estado a eles vinculadas e com o plano de governo; e
- c) A implantação das políticas estaduais de desenvolvimento regional e urbano;

II – Coordenar, acompanhar e avaliar os planos de ação dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual, de forma articulada com os consórcios e as associações dos Municípios do Estado;

- III – Planejar, regulamentar, acompanhar e avaliar a implementação e execução dos contratos de gestão no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual;
- IV – Promover e coordenar o congresso estadual do planejamento participativo e sistematizar as propostas apresentadas visando à definição das diretrizes gerais e específicas do desenvolvimento estadual, das regiões e dos Municípios do Estado;
- V – Acompanhar as audiências públicas regionais sobre as emendas ao projeto de lei orçamentária anual promovidas pela ALESC;
- VI – Avaliar os impactos socioeconômicos das políticas, dos programas e das ações governamentais;
- VII – Coordenar a produção, análise e divulgação de informações estatísticas;
- VIII – Promover e coordenar a elaboração de trabalhos cartográficos e geográficos do Estado;
- IX – Identificar os limites intermunicipais e distritais;
- X – Promover o uso racional e a ocupação ordenada do solo do Estado, bem como o zoneamento ecológico econômico, com atenção especial às áreas indispensáveis à manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- XI – Desenvolver ações que promovam a adequação dos instrumentos jurídicos e urbanísticos à Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
- XII – Apoiar a elaboração de planos diretores de desenvolvimento municipal;
- XIII – Promover a aplicação da metodologia de projetos na Administração Pública Estadual e administrar ferramentas para seu gerenciamento;
- XIV – Oferecer suporte à implantação de núcleos de gestão de projetos nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual;
- XV – Manter atualizados a base histórica, o banco de projetos e os ativos organizacionais de projetos, de modo a dar visibilidade e transparência às informações relativas aos projetos e portfólios desenvolvidos;
- XVI – Elaborar estudos para o planejamento e a formulação de políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento estadual e regional;
- XVII – Acompanhar a execução das metas, avaliar os resultados e identificar medidas cabíveis para o aperfeiçoamento de procedimentos adotados para a realização das políticas públicas, de forma a garantir a efetividade e o cumprimento das ações dos programas de governo;
- XVIII – Acompanhar e analisar o cumprimento das metas previstas na contratualização por resultados com as entidades parceiras do Estado integrantes do Terceiro Setor;
- XIX – Promover ações relativas à obtenção, integração e depuração de dados, informações, conhecimento e inteligência sobre os programas e as ações governamentais;
- XX – Coletar informações necessárias à produção de conhecimento relacionado com as atividades governamentais e institucionais, promovendo, se for necessário, ações conjuntas com quaisquer entidades públicas ou privadas, e compartilhá-las com os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, observadas, em todos os casos, as normas relativas à proteção de dados pessoais; e
- XXI – Promover a cultura da transparência no âmbito da Administração Pública Estadual, em articulação com a CGE.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Coordenar a estruturação do Planejamento Estratégico do Estado e promover a Gestão Estratégica para dar efetividade às políticas públicas que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, e as demandas da sociedade Catarinense.

VISÃO: Ser reconhecido como órgão central de Planejamento, Gestão Estratégica, Geoinformação e Estatística do Estado de SC.

VALORES:

- Simplicidade

A simplicidade é um valor para a SEPLAN que refere-se à utilização de processos, estruturas e abordagens simples e claras para alcançar os objetivos da organização. Isso envolve a redução da complexidade desnecessária, eliminando processos ineficientes e reduzindo a burocracia. O objetivo é tornar as operações mais eficientes, ágeis e fáceis de gerenciar, além de garantir uma comunicação clara e eficaz em todos os níveis da empresa. A simplicidade também pode se traduzir em um maior foco em poucos objetivos-chave, tornando mais fácil para a equipe entender e trabalhar em direção a metas comuns.

- Integração

A integração para a SEPLAN deve ser compreendida como o processo de unir diferentes áreas, operações e sistemas para trabalharem juntos de forma harmoniosa e eficiente em prol do alcance dos objetivos corporativos. É um processo que envolve a coordenação das atividades e a colaboração entre diferentes níveis hierárquicos e departamentos para otimizar os recursos, aumentar a eficiência, melhorar a qualidade dos serviços e produtos oferecidos, e maximizar o resultado.

- Inovação

A inovação para a SEPLAN contempla a introdução de novas ideias, produtos, serviços, processos, modelos de negócio ou estratégias que resultam em melhorias significativas no desempenho do Estado, e tornar a sua gestão mais adaptável às mudanças, além de estabelecer relações mais próximas com os clientes.

- Cooperação

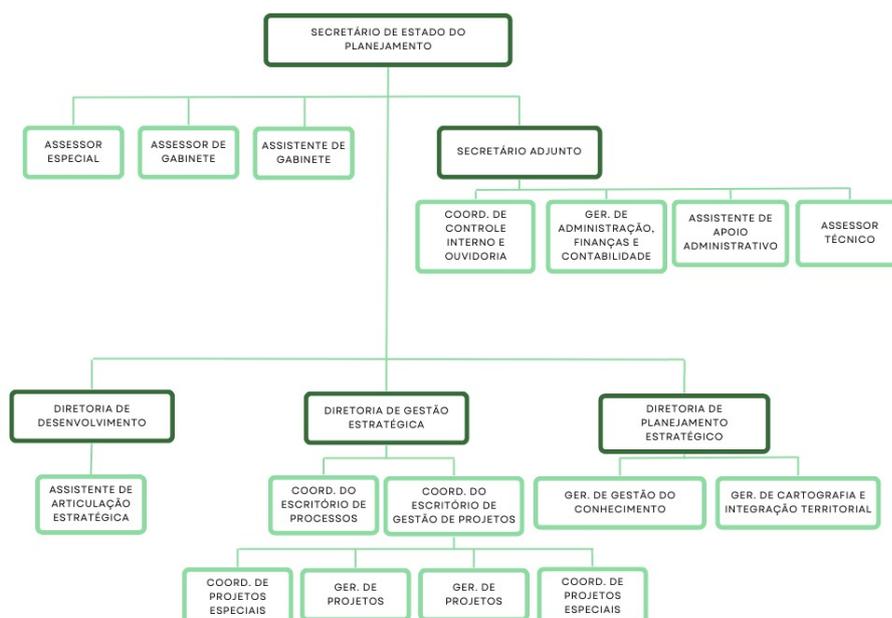
A cooperação para a SEPLAN compreende maximizar a eficiência e alcançar um resultado que não poderia ser alcançado por meio de esforços individuais.

ORGANOGRAMA

O organograma da SEPLAN é uma representação de sua estrutura hierárquica. Ele mostra a relação entre diferentes cargos, e as linhas de autoridade e responsabilidade.

Por meio do Decreto nº 138/2023, foi apresentada a nova estrutura organizacional da Secretaria:

| UNIDADE ORGANIZACIONAL | Quant. | Código | Nível |
|----------------------------------------------------|--------|--------|-------|
| Denominação Cargo/Função | | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO | | | |
| Assessor Especial | 1 | FG | 1 |
| Assistente de Gabinete | 1 | DGS | 3 |
| Assessor de Gabinete | 1 | DGS | 2 |
| GABINETE DO SECRETÁRIO AJUNTO | | | |
| Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade | 1 | FG | 2 |
| Assistente de Apoio Administrativo | 1 | FG | 3 |
| Coordenador de Controle Interno e Ouvidoria | 1 | FG | 2 |
| Assessor Técnico | 1 | DGS | 2 |
| DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO | | | |
| Diretor de Desenvolvimento | 1 | DGE | |
| Assistente de Articulação Estratégica | 1 | DGI | |
| DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA | | | |
| Diretor de Gestão Estratégica | 1 | DGS | 1 |
| Coordenador do Escritório de Processos | 1 | FG | 1 |
| Coordenador de Projetos Especiais | 1 | FG | 3 |
| Gerente de Projetos | 1 | FG | 2 |
| Coordenador do Escritório de Gestão de Projetos | 1 | FG | 1 |
| Gerente de Projetos | 1 | FG | 2 |
| Coordenador de Projetos Especiais | 1 | FG | 3 |
| DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | | | |
| Diretor de Planejamento Estratégico | 1 | DGS | 1 |
| Gerente de Cartografia e Integração Territorial | 1 | DGS | 2 |
| Gerente de Gestão do Conhecimento | 1 | DGS | 2 |



ÁREAS DE ATUAÇÃO

1ª) Planejamento Estratégico: é um processo gerencial que visa estabelecer objetivos e metas de longo prazo, definir ações e recursos necessários para alcançá-los, bem como monitorar e avaliar constantemente o desempenho da organização em relação aos seus objetivos.

Entre os principais benefícios do planejamento estratégico estão:

- Definição clara dos objetivos e metas de longo prazo;
- Antecipação e adaptação a mudanças no cenário externo e interno;
- Melhoria da alocação de recursos e gestão financeira;
- Aumento da produtividade e da eficiência organizacional;
- Identificação de oportunidades de crescimento e expansão de negócios;
- Fortalecimento da cultura organizacional e comprometimento dos colaboradores.

2ª) Gestão Estratégica: envolve a definição clara de uma visão e missão para a organização, bem como a identificação de seus pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades. Com base nessa análise, a organização pode desenvolver uma série de estratégias para alocar seus recursos de forma apropriada e atingir seus objetivos a longo prazo, além de subsidiar a tomada de decisões estratégicas pelos líderes da organização, e a implementação dessas decisões em todos os níveis da organização.

3ª) Gestão Cartográfica: é um conjunto de atividades relacionadas à produção, uso e atualização de cartas e mapas. O objetivo da gestão cartográfica é garantir a qualidade, precisão e atualização das informações representadas nos mapas, permitindo que sejam utilizados com segurança e confiabilidade para tomadas de decisão em diferentes áreas, como planejamento urbano, gestão ambiental, engenharia e geologia, por exemplo. Além disso, a gestão cartográfica também envolve a organização e armazenamento dessas informações em bancos de dados e sistemas de informação geográfica.

4ª) Estatística: é uma área de estudo que se preocupa com a coleta, análise e interpretação de dados. Ela é utilizada em diversos campos, como economia, saúde, meio ambiente, engenharia, entre outros, para tomada de decisões e identificação de tendências e padrões, sendo utilizada para a geração de diagnósticos e estruturação de ações baseadas em evidências.

5ª) Geoinformação: é a informação relacionada à localização ou posição geográfica. Ela inclui dados que descrevem características físicas e sociais de um determinado lugar, como clima, relevo, população, infraestrutura, entre outros. A Geo informação é útil para diversas atividades, como planejamento urbano, gestão ambiental, agronomia, entre outras. Ela permite a visualização de dados em mapas e outras representações gráficas, facilitando a análise e compreensão das informações. A combinação de estatística e Geo informação pode ser usada para análise espacial e modelagem de fenômenos geográficos, contribuindo para o desenvolvimento de soluções para diversos problemas.

6ª) Gestão de Processos: Gestão de processos é um conjunto de atividades que envolvem o planejamento, monitoramento, controle e melhoria contínua dos processos de uma organização. É responsável por garantir que os processos estejam alinhados aos objetivos estratégicos da organização e que funcionem de maneira eficiente e eficaz para atender às necessidades dos clientes. A gestão de processos permite a identificação de possíveis gargalos, desperdícios e oportunidades de melhoria, resultando em maior eficiência e redução de custos.

7ª) Gestão de Projetos: é o processo de planejar, organizar, executar e controlar recursos para alcançar objetivos específicos de um projeto. É uma abordagem sistêmica que envolve atividades como identificação e definição de objetivos, escopo, cronograma, orçamento, riscos e recursos, bem como comunicação e coordenação, liderança e motivação de equipes de trabalho. A gestão de projetos é fundamental para garantir que os projetos sejam concluídos dentro do prazo, orçamento e qualidade previstos, atendendo aos requisitos dos stakeholders e respondendo às necessidades e expectativas do mercado.

8ª) Gestão do Conhecimento - GC: se refere aos processos e estratégias que as organizações utilizam para identificar, capturar, armazenar, compartilhar e aplicar o conhecimento de seus colaboradores, clientes e fornecedores. A GC busca garantir que as informações, competências e experiências adquiridas sejam preservadas e utilizadas para atingir os objetivos organizacionais. Ela envolve a criação de uma cultura de aprendizado contínuo, a alocação adequada de recursos de tecnologia da informação e a criação de práticas de compartilhamento de conhecimento entre equipes e departamentos. A GC é fundamental para aumentar a eficiência e a eficácia da organização, além de melhorar a inovação, a tomada de decisões e a criação de valor para os stakeholders.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Capital Humano Qualificado. 2. Ferramentas de Gestão Consolidadas. 3. Orientação para estratégia na geração de resultados. 4. Abordagem por processos de modernização do serviço público. 5. Relações Governamentais com foco em satisfazer os clientes. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Estrutura administrativa inadequada (Organograma). 2. Deficiência de comunicação com os clientes. 3. Desconhecimento do orçamento. 4. Qualidade das Informações para decisão e diagnósticos. 5. Número de servidores disponibilizados insuficiente. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Uso da Inteligência Artificial no auxílio a Gestão Estratégica. 2. Modelos testados de Gestão Estratégica com foco em resultados. 3. Mercado com ampla disponibilidade de ferramentas de gestão integrada (CRM) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Dependência em sua estruturação de outras Secretarias. 2. Descontinuidade administrativa. 3. Cenário econômico e político de instabilidade. 4. Burocracia no que tange a implantação da inovação no serviço público. 5. Disputas políticas em substituição à orientação técnica. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

- ONU - Organização das Nações Unidas
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- FECAM - Federação Catarinense dos Municípios
- FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
- FECOMÉRCIO - A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina
- FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
- UNIVERSIDADES
- ACATE - Associação Catarinense de Tecnologia.

